

ESTATÍSTICAS  
do  
SÉCULO

XIX

ESTATÍSTICAS  
do  
SÉCULO



Presidente da República  
**Luiz Inácio Lula da Silva**

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão  
**Paulo Bernardo Silva**

## **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**

Presidente  
**Eduardo Pereira Nunes**

Diretor Executivo  
**Sérgio da Costa Côrtes**

### **Órgãos Específicos Singulares**

Diretoria de Pesquisas  
**Wasmália Bivar**

Diretoria de Geociências  
**Guido Gelli**

Diretoria de Informática  
**Luiz Fernando Pinto Mariano**

Centro de Documentação e Disseminação de Informações  
**David Wu Tai**

Escola Nacional de Ciências Estatísticas  
**Pedro Luis Nascimento Silva**

### **Unidade Responsável**

Centro de Documentação e Disseminação de Informações  
Assistente  
**Magda Prates Coelho**

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE  
Centro de Documentação e Disseminação de Informações

# ESTATÍSTICAS do SÉCULO



Rio de Janeiro  
2006

**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**

Av. Franklin Roosevelt, 166 . Centro . 20021-120 . Rio de Janeiro . RJ . Brasil

**ISBN 85-240-3894-2 (DVD)**

© IBGE . 2006

**Elaboração do arquivo PDF**

Roberto Cavararo

**Produção da multimídia**

Marisa Sigolo Mendonça

Márcia do Rosário Brauns

**Capa**

Gerência de Editoração/CDDI

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Ana Bia Andrade

**Folhas de Guarda**

Operários, 1933

Tarsila do Amaral

Óleo sobre tela – 150 x 205cm

Palácio Boa Vista, Campos do Jordão, SP.

Criança Morta, 1944

Cândido Portinari

Painel a óleo/tela – 180 x 190 cm

Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand – MASP

# SUMÁRIO

## APRESENTAÇÃO

## INTRODUÇÃO

## O BRASIL DO SÉCULO XX

ENTREVISTA COM CELSO FURTADO

## ESTATÍSTICAS POPULACIONAIS, SOCIAIS, POLÍTICAS E CULTURAIS

## O BRASIL SOCIAL CONTADO PELO IBGE NO SÉCULO XX

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS

## POPULAÇÃO E ESTATÍSTICAS VITAIS

NELSON DO VALLE SILVA E MARIA LIGIA DE O. BARBOSA

## ASSOCIATIVISMO E ORGANIZAÇÕES VOLUNTÁRIAS

LEILAH LANDIM

## ESTATÍSTICAS DO SÉCULO XX: EDUCAÇÃO

CARLOS HASENBALG

## HABITAÇÃO E INFRA-ESTRUTURA URBANA

NÍSIA TRINDADE LIMA

## JUSTIÇA

MARIA TEREZA SADEK

## PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS DO BRASIL

GILBERTO HOCHMAN



**SAÚDE NOS ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS DO BRASIL**

NÍSIA TRINDADE LIMA E FRANCISCO VIACAVA

**SINDICALISMO, TRABALHO E EMPREGO**

ADALBERTO MOREIRA CARDOSO

**ESTATÍSTICAS DO SÉCULO XX SOBRE**

**REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO ELEITORAL NO BRASIL**

FABIANO SANTOS

**ENTRE O PALCO E A TELEVISÃO**

SERGIO MICELI

**ESTATÍSTICAS ECONÔMICAS**

**O BRASIL NO SÉCULO XX: A ECONOMIA**

MARCELO DE PAIVA ABREU

**FINANÇAS PÚBLICAS BRASILEIRAS NO SÉCULO XX**

ANTONIO CLAUDIO SOCHACZEWSKI.

**NÍVEL DE ATIVIDADE E MUDANÇA ESTRUTURAL**

REGIS BONELLI

**O SETOR EXTERNO BRASILEIRO NO SÉCULO XX**

JORGE CHAMI BATISTA

**RENDIMENTOS E PREÇOS**

GUSTAVO GONZAGA E DANIELLE CARUSI MACHADO

**SÉCULO XX NAS CONTAS NACIONAIS**

EUSTÁQUIO REIS, FERNANDO BLANCO, LUCILENE MORANDI,  
MÉRIDA MEDINA, MARCELO DE PAIVA ABREU

**TENDÊNCIAS DE LONGO PRAZO DA**

**MOEDA E DO CRÉDITO NO BRASIL NO SÉCULO XX**

ANTONIO CLAUDIO SOCHACZEWSKI

# APRESENTAÇÃO

*EDUARDO PEREIRA NUNES*  
PRESIDENTE DO IBGE

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, orgulhosamente, publica as *Estatísticas do Século XX* com dados históricos sobre a realidade socioeconômica brasileira que se consolidou ao longo do último século.

Reunidas numa obra composta por um volume impresso acompanhado de um CD-ROM, que contém mais de 16 000 arquivos com tabelas e séries históricas, essas informações são provenientes do próprio IBGE e de outros órgãos do Governo Federal e foram selecionadas dos Anuários Estatísticos e das Estatísticas Históricas do Brasil. São informações estatísticas que retratam as transformações ocorridas na demografia, educação, cultura, saúde, habitação, sindicalismo, trabalho, rendimento, preços e contas nacionais do País.

Os pesquisadores envolvidos no projeto foram unânimes em constatar que trata-se de um retrato amplo mas descontínuo e, por isso mesmo, coerente com as marchas e contramarchas de um século em que a industrialização e a democracia se consolidaram no Brasil.

Convidados pelo IBGE, os professores Wanderley Guilherme dos Santos e Marcelo de Paiva Abreu coordenaram os trabalhos de análise da enormidade de estatísticas sociais e econômicas existentes, analisadas e comentadas tematicamente por um grupo de renomados especialistas responsáveis pelos ensaios contidos na publicação.

Com esta iniciativa, pretendemos homenagear aqueles que ajudam a instituição a cumprir a sua missão de “retratar o Brasil com as informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania”. Entre estes, queremos especialmente destacar o Professor Celso Furtado, pelos importantes trabalhos dedicados à investigação dos problemas brasileiros e seu subdesenvolvimento. Sua obra contribui permanentemente para que a sociedade brasileira preste atenção ao estudo da nossa realidade, passada e presente, e assuma o propósito de construir um futuro com menos desigualdades sociais. Tudo isso, inegavelmente, aproxima o economista, professor, ministro e cidadão brasileiro Celso Monteiro Furtado do IBGE.

Hoje, passados 67 anos desde a criação do IBGE, acreditamos que a produção de estatísticas no Brasil situa-se num patamar equivalente ao dos países mais desenvolvidos. No entanto, sabemos que ainda precisamos avançar muito. E este é o desafio para o Século XXI.



## INTRODUÇÃO

O projeto que deu origem à publicação *Estatísticas do Século XX* teve como objetivo recuperar, organizar e colocar à disposição do público o acervo de estatísticas referentes a áreas temáticas previamente selecionadas, de modo que permitisse a reconstituição da história do Brasil através dos dados estatísticos produzidos num século.

Para isso, o IBGE reuniu especialistas em população, economia, política, cultura e na área social para selecionarem e analisarem as estatísticas de cada um desses temas. Os dados foram recuperados do acervo do IBGE na coleção dos Anuários Estatísticos e através de levantamentos feitos a partir das Estatísticas Históricas do Brasil; os textos representam a visão dos especialistas enquanto usuários externos das informações produzidas pelo IBGE.

Esta obra é composta de um livro e de um CD-ROM. Em ambos o conteúdo está dividido em duas partes: a das estatísticas sociais, culturais, políticas e populacionais e a das estatísticas econômicas.

O CD-ROM contém mais de 16 000 arquivos de tabelas, contemplando as duas partes. Essas tabelas passaram por um complexo processo de conversão para o meio digital, incluindo as etapas de escaneamento e de reconhecimento óptico de caracteres (OCR). Durante esse processo manteve-se uma constante orientação e supervisão dessas atividades para assegurar a transformação na íntegra do material original para os arquivos que viriam a compor o CD-ROM.

O livro apresenta um conjunto de textos para cada uma das partes, que além de variarem na temática também possuem abordagens diferentes.

Os textos sobre população e panorama sociopolítico e cultural do Brasil no Século XX se detiveram na descrição do conjunto de dados e na avaliação de sua comparabilidade e do seu potencial de utilização, visto que as estatísticas não apresentavam qualquer organização. Elas se distribuíam desigualmente pelos 60 Anuários Estatísticos publicados no século, com quase total ausência de séries históricas ou fator que mostrasse algum tipo de aglutinação entre elas.



Os textos sobre as estatísticas econômicas têm como referência as estatísticas do IBGE e de outros órgãos públicos, que atualizam as séries históricas já publicadas pelo Instituto. Diferentemente dos textos da parte anterior, não se detiveram na avaliação das estatísticas publicadas, mas na análise da evolução dos diferentes aspectos da economia brasileira à luz de séries históricas atualizadas dos respectivos temas.

A publicação apresenta também uma entrevista com o Professor Celso Furtado, que introduz o leitor às estatísticas presentes nesta obra e antecipa a percepção crítica da evolução do País em todas as suas dimensões – econômica, social, política, cultural e populacional – através das estatísticas do Século XX.

# O BRASIL DO SÉCULO XX

## ENTREVISTA COM CELSO FURTADO

**Eduardo Pereira Nunes** – Presidente do IBGE – As *Estatísticas do Século XX*, publicadas pelo IBGE, mostram que o Brasil iniciou o século com uma economia agrário-exportadora, recém-saída de um regime escravista de trabalho, e se transformou em uma economia industrial apoiada no trabalho assalariado e com um alto grau de urbanização. Como o senhor sintetizaria essa evolução da economia brasileira?

**Celso Furtado** – Em primeiro lugar, eu diria que é uma ilusão imaginar que o Brasil provavelmente se desenvolveu nessa escala. A verdade é que o Brasil continua sendo uma constelação de regiões de distintos níveis de desenvolvimento, com uma grande heterogeneidade social, e graves problemas sociais que preocupam a todos os brasileiros.

No começo do Século XX, a ocupação das terras no Brasil não formava propriamente um sistema econômico, pois as conexões comerciais entre as regiões eram precárias. As ligações entre o Norte e o Nordeste com o Centro-Sul dependiam de uma frágil navegação de cabotagem. Tratava-se de uma realidade política decorrente do centralismo do império português. A única região que dependia do mercado interno era o extremo-sul pecuário. Esse quadro se modificaria com a forte expansão do café no altiplano paulista e a extração de borracha na região amazônica. Nestes dois casos, houve importantes deslocamentos de populações. Mas a estruturação de um sistema econômico nacional só viria a ocorrer nos primeiros decênios do Século XX, com o avanço da industrialização.

**Eduardo Pereira Nunes** – O último Censo Demográfico revelou que a população brasileira cresceu quase dez vezes neste século: passou de 17 milhões em 1900 para quase 170 milhões em 2000. No início do século, cerca de 52% da população ocupada trabalhava no campo. Em 2000, essa proporção caiu para 17%, e 80% da população vivia na área urbana.

Em 1900, a agropecuária contribuía com 45% do PIB; a indústria com 11%, e os serviços, com 44%. Já em 2000, essa distribuição passou a ser de 11% para a agropecuária, 28% da indústria e 61% para os serviços.

Qual o impacto do avanço da industrialização, combinado com o êxodo rural, sobre a organização das cidades e do mercado de trabalho no Brasil?

**Celso Furtado** – Esses dados são muito importantes, mas são um pouco ilusórios quando se pretende esclarecer o que aconteceu no Brasil. A estrutura ocupacional da população ativa é um dado que deve ser utilizado com muito cuidado. O mundo rural abrigava um considerável excedente de população submetida a formas extremas de exploração. Por motivos diversos, essa população deslocou-se para as zonas urbanas. A partir dos anos 70 do século passado, o viés tecnológico assumido pelo setor industrial, submetido a crescente concorrência internacional, traduziu-se em forte declínio na criação de emprego. Este é um dos motivos pelos quais o Brasil enfrenta atualmente um problema social de gravidade excepcional.

Mas o processo de urbanização da sociedade brasileira não é semelhante ao que se verifica na Europa e em outras partes do mundo. Na Europa, a urbanização decorreu da criação de um mercado de trabalho muito intenso nas cidades, que absorveu o excedente de população rural, transformando o continente ao longo dos anos. No Brasil, o processo migratório do campo para a cidade ocorreu de forma distinta: houve uma fase, na metade do Século XX, em que se criou muito emprego no setor industrial, mas nos últimos 30 anos o emprego industrial já não cresceu. O crescimento da população urbana inchou as cidades, mas nelas não se criou emprego suficiente para absorver toda essa gente, daí as taxas de desemprego crescentes, a marginalidade.

**Eduardo Pereira Nunes** – E esse processo tem repercussão na distribuição de renda e na formação de mercado?

**Celso Furtado** – Tem sérias repercussões negativas, especialmente no perfil social, porque o Brasil cresceu muito mas, no essencial, não se transformou. Por exemplo, é crescente, em números absolutos, a massa de população subempregada ou desempregada. Não se pode admitir que um país possa se urbanizar tão rapidamente criando apenas subemprego urbano.

**Eduardo Pereira Nunes** – Isto é, é necessário que o emprego tenha qualidade, cuja renda permita ao empregado se transformar em um consumidor dos bens produzidos, criando um mercado de massa.

**Celso Furtado** – Sim. É necessário criar empregos que permitam uma inserção social plena. O que ocorreu no Brasil foi a criação de uma enorme massa de subempregados. Este é o fenômeno das cidades brasileiras de hoje, sendo a cidade de São Paulo o exemplo conspícuo, com quase vinte por cento de sua população sem emprego. Os trabalhadores têm de ficar pedinchando empregos, porque as grandes empresas não querem criá-los. Estranhamente, elas não criam empregos, mas enfrentam problemas de falta de mercado para seus produtos.

**Eduardo Pereira Nunes** – Essa massa de subempregados explica o fato de, no Brasil, a taxa de desemprego não ser tão elevada? Estudos mais abrangentes sobre as estatísticas de emprego deveriam contemplar o emprego, o desemprego, o subemprego, ou emprego de qualidade e renda precárias.

**Celso Furtado** – Exato, mas estamos falando apenas do quadro urbano. No setor rural também houve uma transformação muito especial. Assistimos a uma forte pressão para desempregar no campo, particularmente no Centro-sul do Brasil, onde a mecanização da agricultura tem sido muito intensa nos últimos tempos. O desemprego no mundo rural não decorreu apenas do crescimento da produtividade, mas também da impressionante concentração das terras em todo o Brasil, isto é, do crescimento dos latifúndios.

A massa de população que perdeu seu emprego no campo contribuiu para a forte redução da população rural, como mostra o livro do IBGE sobre as *Estatísticas do Século XX*. O declínio da população rural e do emprego no campo não teve como contrapartida a criação de empregos urbanos. O resultado foi que o Brasil terminou o Século XX com esse bolsão enorme de desempregados e subempregados urbanos.

**Eduardo Pereira Nunes** – Podemos então dizer que o modelo brasileiro de desenvolvimento do setor urbano e do setor rural não é exatamente igual àquele que os modelos clássicos da economia sugerem?

**Celso Furtado** – O Brasil é um caso à parte e os problemas sociais se agravam a cada dia. Quem observa o País se impressiona com esse quadro. O Brasil cresceu. Hoje em dia, é uma das dez maiores economias do mundo e tem um sistema industrial complexo. Mas, ao mesmo tempo, este País tem uma massa enorme de subempregados. A parte da população que não participa dos benefícios do desenvolvimento é tão grande que este passa a ser um dos principais problemas, senão o prioritário, de quem governa o Brasil.

Qual será o futuro deste País, se continuarmos a expelir a população do campo, a reduzir o emprego no campo como se fez intensamente nos últimos 20 anos? Vamos expulsar a população rural para a beira das estradas?

É impressionante ver esses desempregados e subempregados querendo invadir as terras no próprio campo e nas cidades. Este é um problema social cada vez mais difícil de resolver, enquanto não se atacar o fundo da questão. Para superar a situação atual, é urgente pensarmos na criação de empregos.

Veja os dados que vocês publicaram sobre o setor industrial: a indústria brasileira se modernizou consideravelmente, aumentou a produtividade e – outro lado dessa moeda – causou o declínio do emprego industrial. A indústria automobilística, por exemplo, hoje emprega um terço do contingente que empregou há dez, vinte anos atrás, em virtude do forte aumento da modernização da produção e dos sistemas, da terceirização, etc.

Paralelamente, precisamos pensar numa política rural de outro tipo, a fim de atrair gente para trabalhar no campo, mas com base em um modelo novo. O desafio será criar emprego no campo sem inviabilizar a produção nas grandes propriedades. É preciso criar uma agricultura variada: produção comercial e familiar. Muita gente já está debatendo isso. O Movimento dos Sem-Terra pensa nessa direção, está consciente disso.

**Eduardo Pereira Nunes** – O senhor sugere então que o Brasil precisa conciliar o agronegócio, de grande produtividade, com tecnologia avançada intensiva em capital, voltado para exportação, com uma agricultura familiar intensiva em mão-de-obra, voltada para o mercado interno, levando em conta a imensa extensão territorial, as terras disponíveis e a necessidade de preservação do meio ambiente?

**Celso Furtado** – Quando debato esse problema internacionalmente, todos partem do seguinte raciocínio: o Brasil é um País inexplicável, pois com essa abundância extraordinária de terras, o que hoje em dia é raríssimo, tem uma massa enorme de desempregados! Por que não utilizar as terras disponíveis para criar emprego? É inexplicável! Como defender esse modelo de desenvolvimento que cria desemprego e subemprego num País de terras abundantes e ociosas? Por que a invasão de terras preocupa mais do que a constatação do imenso número de desempregados e subempregados?

**Eduardo Pereira Nunes** – Nós temos que nos preocupar com o impacto do nosso modelo atual de desenvolvimento sobre o meio ambiente, sobre a estrutura agrária e sobre o mercado de trabalho. Este modelo, para ser sustentável, tem de associar a política de ocupação de terras voltadas tanto para o agronegócio capitalista desenvolvido quanto para uma agricultura familiar geradora de emprego e abastecedora do nosso mercado interno, sempre preservando os recursos naturais.

**Celso Furtado** – Exato. Esse é o problema a ser enfrentado, a ser discutido pelos governantes. O governo que não enfrentá-lo de verdade terá falhado na política de desenvolvimento. Desenvolvimento no Brasil, hoje em dia, é essencialmente solucionar o problema social. Este é o desenvolvimento sustentável. Não basta apenas aumentar o produto. Depois de ter assistido a tantos anos de transformações, creio que esse é o problema mais grave do Brasil atual. Um país que não tem uma população rural e uma agricultura forte é uma economia muito frágil. Como manter o equilíbrio interno entre os setores?

Na primeira metade do Século XX, o Estado ainda absorvia mão-de-obra dos imigrantes que vieram da Europa. Como era um País de terras abundantes e virgens, nessa época o Brasil conciliava o setor rural com o setor urbano. Até os anos 50, não havia preocupação com a geração de emprego, mas sim com a produtividade, a fim de se ganhar competitividade internacional. Ou seja, o Estado precisava fomentar a criação de indústrias modernas, ou não teríamos desenvolvimento. Isso era aceito como sendo uma lei da natureza. Mais adiante, o resultado dessa política foi uma situação crescente de desemprego estrutural, que atualmente prevalece.

O Brasil tem terras abundantes e baratas, tem mão-de-obra disponível. Por que enfrenta tantas dificuldades? Por que tem crescentes problemas sociais? Por que o desenvolvimento é só para servir uma minoria? Eu não consigo explicar.

Ainda num passado recente, nem mesmo os economistas queriam debater esse problema, que agora é imperativo.

**Eduardo Pereira Nunes** – Eu gostaria de voltar aos anos 50, quando o senhor começou a discutir com Rostow e outros economistas as teorias do desenvolvimento prevaletentes. Na época, o senhor já contestava as teorias de que o subdesenvolvimento era uma etapa histórica do processo de desenvolvimento. De acordo com aquela teoria, todas as economias passavam por uma etapa de subdesenvolvimento, para, depois, alcançar um estágio superior de desenvolvimento. Dessa forma, podia-se concluir que o planejamento econômico representava uma interferência desnecessária e indesejável do Estado nas trajetórias das economias nacionais. Podemos dizer que o debate atual sobre o papel do Estado na formulação de políticas ativas de desenvolvimento, tecnológicas e de comércio exterior representa uma volta àquele antigo debate e àquela postura que o senhor já contestava nos anos 40 e 50?

**Celso Furtado** – Vamos responder por etapas. Primeiramente, a questão do desenvolvimento e subdesenvolvimento. Em meu primeiro livro de teoria econômica, escrito no final dos anos 50, defendi a tese de que o subdesenvolvimento não era uma fase pela qual tiveram de passar todas as economias, e sim a situação de dependência que decorria de como as economias se inseriram nas correntes de expansão do comércio internacional, a partir da Revolução Industrial.

Eu pretendi rebater as idéias de Rostow, que eram amplamente dominantes na época.

Estávamos ambos em Cambridge, eu e Rostow, o famoso economista que formulou a teoria dos cinco estágios do desenvolvimento. Ao ouvir o debate sobre essa teoria, pensei: é um absurdo; não pode haver isso; a nossa situação não é uma fase, pois nela estamos há 100 anos; nada mudou; somos sempre subdesenvolvidos, e os outros estão cada vez mais à frente. Então, havia que repensar tudo isso. Foi quando formulei a teoria do subdesenvolvimento.

Comparando países de distintos níveis de renda per capita, percebi que o que fazia a diferença era a forma como cada país incorporava a tecnologia moderna. A simples modernização dos hábitos de consumo, mediante a importação de veículos de luxo e artigos do gênero, podia significar o enriquecimento de uma elite local, mas estava longe de ser um autêntico desenvolvimento.

Se comparamos as economias da Argentina e do Japão no primeiro quartel do Século XX, comprovamos que a renda per capita do país latino-americano era muito superior à do asiático, apesar de a economia deste último ser bem mais desenvolvida.

A verdade é que os países que começaram pelo caminho certo tenderam a uma diversificação na economia – foi o chamado progresso – enquanto outros se especializaram na produção de matérias-primas, absorvendo muito pouco progresso técnico. Portanto, constituíram um quadro diferente, que chamei de estágio de subdesenvolvimento. Dele não se sai sem sérias transformações estruturais. Não há um avanço automático para

o estágio do desenvolvimento. É preciso fazer um grande esforço de transformação e enfrentar os problemas estruturais. Portanto, esse era um quadro novo. Reuni essas idéias em meu livro *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, de 1961. Na época, poucos aceitaram a teoria do subdesenvolvimento. Hoje em dia, ela está evidente: todos percebemos que um país pode crescer muito, como o Brasil cresceu, e continuar subdesenvolvido. Por que o Brasil não reduziu o subdesenvolvimento, se o seu PIB cresceu 100 vezes no Século XX?

Durante muitos anos trabalhei nesse tema, e só cheguei a perceber o âmago da questão quando introduzi o aspecto cultural. Alguns países podem ter crescimento econômico, a partir dos produtos primários. Terão aumento de renda, o qual poderá ser apropriado por uma minoria, por uma elite que adota, então, padrões de consumo e formas de viver típicas dos países mais ricos, e totalmente incompatíveis com o nível de renda do próprio país. Esse país crescerá economicamente, mas não se transformará, ao contrário, se deformará.

**Eduardo Pereira Nunes** – Moderniza-se o padrão de consumo, mas não se absorve a tecnologia moderna de produção.

**Celso Furtado** – Absorve-se a tecnologia moderna, mas num setor, ou noutro. No setor de exportação, a produção de soja tem a tecnologia mais moderna, mas o conjunto da economia nacional não se transforma. Crescem a produtividade e a renda per capita, mas, se não houver distribuição dessa renda, apenas se reproduzem os padrões de consumo dos países mais ricos. As elites do Brasil vivem tão bem, ou melhor, do que as do chamado Primeiro Mundo. O subdesenvolvimento cria um sistema de distribuição de renda perverso, que sacrifica os grupos de renda baixa. Pois é inerente à economia capitalista a tendência à concentração social da renda. O processo competitivo da economia de mercado exige a seleção dos mais fortes, e os que vão passando na frente concentram a renda. Essa tendência pode ser corrigida pela ação das forças sociais organizadas, que levam o Estado capitalista a adotar uma política social. Na Europa, onde se criaram grandes sindicatos, a sociedade civil se modificou, evoluiu, e a própria luta social passou a ser um elemento dinâmico. Se a Europa avançou tanto não foi só porque cresceu economicamente, mas porque redistribuiu a renda, o que foi possível graças às pressões dos poderosos sindicatos. O problema é que nas economias subdesenvolvidas a ação dessas forças sociais é de muito menor eficácia. Aqui, a tendência à agravação das desigualdades somente se reduz em fases de forte crescimento do intercâmbio internacional. Daí o fator político ser tão relevante nos países do Terceiro Mundo.

**Eduardo Pereira Nunes** – Qual deve ser o papel do planejamento econômico?

**Celso Furtado** – Em relação ao planejamento econômico, digo o seguinte: se um país acumulou tamanho atraso, como é o caso do Brasil, não pode sair dessa situação pelo mercado. Este não é suficiente, pois não fará



as transformações estruturais necessárias. O mercado concentra renda e é preciso desconcentrar. O país submetido por longo tempo a um processo de concentração de renda, como está acontecendo no Brasil, adquire uma rigidez estrutural muito grande. É difícil impor as reformas. Veja o debate atual sobre as reformas sociais. A classe dominante quer defender de todas as maneiras os seus privilégios. Há uma resistência enorme para ceder. A concentração de renda é, no fundo, uma contrapartida das lutas sociais. A lógica do capitalismo é a de concentrar renda, mas ele próprio engendra forças sociais que vão pressioná-lo para desconcentrar. E seu desenvolvimento surgiu da interação dessas forças, de um lado o progresso tecnológico criando desemprego, de outro os movimentos sociais pressionando para criar emprego. Foi assim nos países onde o capitalismo se desenvolveu em sua plenitude: as lutas sociais permitiram a desconcentração da renda. Em cada ciclo econômico, em cada movimento social, os salários se corrigiam, os salários médios cresciam – cresciam tanto quanto a produtividade. Concentra, desconcentra: são as crises cíclicas, que redistribuem a renda, permitem a retomada do crescimento; é o capitalismo andando, navegando, indo de crise em crise, mas, em geral, crescendo.

Porém, num País subdesenvolvido, que acumula o atraso, isso não ocorre: a sociedade não é capaz de reagir suficientemente para modificar o quadro. No Brasil não se tem esse dinamismo do sistema capitalista, porque os movimentos sociais são fracos. A elevação dos salários é o que há de mais difícil num país como o Brasil. Isso é uma deformação social, que no fundo é o espelho do subdesenvolvimento.

**Eduardo Pereira Nunes** – Por isso o subdesenvolvimento não é uma etapa do desenvolvimento, mas uma deformação. Os países mais desenvolvidos – Estados Unidos, Europa ocidental e Japão – são aqueles que ao longo do seu processo de desenvolvimento sempre realizaram políticas ativas de desenvolvimento científico, tecnológico, procurando promover o crescimento e a distribuição da renda nacional.

Olhando os países menos desenvolvidos o senhor tem destacado a enorme desigualdade social. Como explicar que o Brasil, que procura eliminá-la, enfrente tanta dificuldade no cenário internacional, por exemplo, no âmbito da Organização Mundial do Comércio, para executar as suas políticas ativas? E os países que um dia as praticaram são os que hoje se opõem a práticas semelhantes adotadas pelo Brasil?

**Celso Furtado** – Essa é a realidade. É muito difícil enfrentá-la porque as forças organizadas são, na verdade, contra os países pobres. Na OMC todos os debates são para preservar os privilégios dos países ricos. A política americana nesse quesito é muito clara. Na União Européia, passa-se o mesmo. Não existe globalização quando se trata da necessidade de repensar o mundo. Hoje em dia é proibido subsidiar as exportações, como antigamente o Brasil tanto fez. O poder está se concentrando em todos os planos e isso vai criar dificuldades novas. Evidentemente, o que esperamos é que países como o Brasil se unam para lutar por novas formas de desenvolvimento.



Por outro lado, eu me pergunto se o Brasil precisa tanto desse apoio externo para se desenvolver. Há uma abundância tão grande de recursos naturais, de mão-de-obra subempregada, de capacidade técnica, e mesmo científica! Então, por que não buscar um caminho próprio para se desenvolver? Entre a década de 30 e a de 70 o Brasil se desenvolveu fortemente, foi um dos países que mais cresceram no mundo. Pode-se argumentar que tínhamos a faca e o queijo na mão. Hoje é diferente, sem dúvida. Mas fico pensando se nas condições atuais o Brasil pode voltar a crescer, quando seu setor externo enfrenta sérias limitações e a participação de seu comércio exterior na renda nacional se reduziu de cerca de 20% para 8%.

No passado, quando o Brasil sofreu as conseqüências de uma política internacional de redução de espaço, voltou-se para o mercado interno, deixou de crescer segundo a linha tradicional das exportações de produtos primários e das importações de manufaturas, e investiu na criação de um mercado interno. Aí descobriu o enorme potencial de seu mercado interno, graças também à política de incentivos. Nessa época, ainda se podia ter protecionismo, política cambial, etc. Aliás, a política cambial brasileira foi muito inventiva, adotando a taxa múltipla de câmbio. Isso permitiu que o Brasil encontrasse uma maneira de financiar um desenvolvimento expressivo de seu produto nacional, com crescimento “para dentro”. Mas tudo se perdeu nos últimos 10 ou 20 anos, quando se passou a afirmar que mercado interno era coisa secundária, que não favorecia o avanço tecnológico; ou seja, o jeito era se acomodar e ficar com uma tecnologia de segunda classe. O resultado dessa mudança é a situação atual. O Brasil terá de voltar a pensar no seu mercado interno e abrir, assim, espaço para crescer.

**Eduardo Pereira Nunes** – Falemos um pouco mais sobre o mercado interno, que sempre foi uma preocupação sua. Em 1961, o senhor apresentou no seu livro *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* as idéias sobre o subdesenvolvimento brasileiro, e destacou a importância da distribuição de renda para o fortalecimento do mercado interno brasileiro e a superação do atraso econômico e social do País. Hoje, continua afirmando que o fortalecimento do mercado interno é fundamental para a sustentabilidade do desenvolvimento brasileiro.

Também no seu livro de 1968, *Um projeto para o Brasil*, preparado para debater no Congresso Nacional as perspectivas do desenvolvimento brasileiro, o senhor afirmava que o crescimento apoiado no mercado interno dependia, necessariamente, da prévia distribuição da renda. Caso contrário, o País correria o risco de cair em uma estagnação econômica.

Vou ler aqui alguns dados do livro do IBGE sobre as *Estatísticas do Século XX*. Em 1960, a parcela da renda nacional apropriada pelos 10% mais ricos do País era 34 vezes maior que a renda dos 10% mais pobres. Em 1990, essa proporção passou para 78 vezes! As *Estatísticas do Século XX* revelam portanto que, ao longo desse período, a desigualdade social no Brasil cresceu e, com ela, cresce a dificuldade de se promover o desenvolvimento e a justiça social numa economia voltada para o mercado interno, em virtude da exclusão social. E esse já era o motivo da sua preocupação na obra de 1968, *Um projeto para o Brasil*.

**Celso Furtado** – O problema já estava todo colocado. Naquela época, ficou muito claro para nós que o mercado interno representava um trunfo para o Brasil crescer. Logo, era importante mostrar como uma política que o privilegiasse poderia contribuir para a promoção do desenvolvimento econômico e social do País. É o que exponho em *Um projeto para o Brasil*. A meu ver, a política de distribuição de renda era a única forma de fazer com que esse mercado interno se traduzisse em poder de compra para a população.

**Eduardo Pereira Nunes** – Mercado interno, distribuição de renda, inclusão social, poder de compra, consumo de massa e desenvolvimento econômico e social caminham passo a passo.

**Celso Furtado** – Veja como a coisa é perversa: ao concentrar a renda, você cria uma minoria de alto nível de vida, que tem acesso a um mercado privilegiado. Esse mercado privilegiado é de objetos de luxo, mas é pequeno, e não leva muito longe. Portanto, o mercado interno é que tem de se transformar em mercado de massa. E para haver um mercado de massa, é preciso que a renda seja redistribuída. É uma luta que integra, por um lado, a questão de privilegiar o mercado interno e, por outro, a de privilegiar a desconcentração da renda.

Qualquer política econômica, para ser eficaz, tem de levar em conta o consumo de massa, essencialmente, popular. Pode parecer demagogia, mas a verdade é essa: o Brasil tem todos os meios para sair rapidamente da situação em que está e avançar por muitos anos.

Veja os dados da distribuição de renda na Índia, que publiquei em meu livro mais recente. O povo na Índia tem mais ou menos o nível de vida do povo no Brasil, mas a classe rica na Índia pesa muito menos, sendo dez vezes menos rica do que a brasileira. O Brasil poderia ter uma forma de distribuição de renda distinta, sem deixar de ser capitalista. Tenho a impressão de que hoje em dia dispomos dos meios para resolver esse problema.

Os dados estatísticos disponíveis atualmente confirmam a tese que havíamos formulado desde os anos de 1950, segundo a qual a dinâmica da economia brasileira leva inexoravelmente à concentração da renda. A raiz desse problema, conforme já expliquei, está no comportamento das elites que se empenham em reproduzir os padrões de consumo dos grupos de altas rendas dos países mais ricos. Nos períodos de fraco crescimento, esse problema se agrava muito e cresce a responsabilidade do poder público. Então, o primeiro objetivo deveria ser o de recuperar o nível da taxa de poupança de meio século atrás.

**Eduardo Pereira Nunes** – De que forma a concentração de renda afeta o desenvolvimento social e econômico do País a longo prazo?

**Celso Furtado** – A concentração de renda representa um custo em divisas para a economia brasileira, pois pode agravar essa tendência ao desequilíbrio externo, que, por sua vez, leva a um permanente endividamento.

A concentração de renda corresponde, digamos, à necessidade de se fabricarem automóveis de luxo. Estes, por sua vez, têm um custo em divisas muito elevado, pois vários de seus componentes são importados. Assim, boa

parte do setor industrial se deforma para produzir artigos de luxo e essa transformação é duplamente perversa, pois os produtos de alto conteúdo de divisas agravam a tendência do País à escassez de divisas. De um lado, piora a concentração da renda, de outro, piora o desequilíbrio externo.

**Eduardo Pereira Nunes** – E, depois, torna-se necessário adotar políticas específicas para o seu pagamento, ou renegociação...

**Celso Furtado** – A tendência a se endividar parece, de fato, uma condenação, mas está ligada à concentração da renda. Quando a renda cresce, cresce mais que proporcionalmente a demanda de importações; os grupos de alta renda exigem produtos mais nobres, importados, querem as últimas novidades.

Analisando as estatísticas do IBGE sobre o Século XX, vemos que, hoje, o País produz grande parte desses produtos nobres, mas são as firmas estrangeiras que os vendem. Isso custa divisas ao País, pois é preciso pagar *royalties* e dividendos, ou importar. Quando o custo em divisas aumenta mais do que a própria renda nacional, cria-se o desequilíbrio externo, que torna o país vulnerável. Este é o fulcro da questão.

**Eduardo Pereira Nunes** – Os capítulos do livro do IBGE sobre as *Estatísticas do Século XX* mostram este problema nas contas nacionais do Brasil. Essas estatísticas mostram que, hoje em dia, a economia brasileira tende a pagar ao exterior um volume de divisas com a importação de mercadorias e serviços, com rendas de juros da dívida externa e com dividendos, muito maior do que recebe com as exportações e rendas.

**Celso Furtado** – Este é um problema difícil de resolver porque a população deseja gastar em divisas, deseja viajar para a Europa, os Estados Unidos, deseja consumir produtos modernos. São gastos nobres. Mas quantos brasileiros podem realizar esses desejos?

O gasto em divisas representa uma sangria do fator mais escasso no Brasil: os dólares. Se não tivermos divisas para pagar, teremos de pedir emprestado, aumentando a dívida ainda mais. Por isso eu digo que precisamos de uma política de equilíbrio da balança de pagamento distinta da atual.

Quando fui Ministro do Planejamento, classificamos as importações brasileiras em cinco categorias. De acordo com essa classificação, os produtos pouco essenciais, supérfluos para a economia do País, eram negociados a uma taxa de câmbio muito mais alta que a dos produtos essenciais. Assim, o Brasil tinha o dólar de 40 mil réis e o dólar de 200 mil réis, de acordo com o produto. E assim você tinha uma discriminação e desencorajava as importações de produtos não essenciais. Hoje o FMI não permite políticas discriminatórias. O País não tem autonomia, tem de se subordinar às regras do FMI, não pode discriminar as importações de luxo. Daí a situação de grande fragilidade externa na economia brasileira.

Foi ao aprofundar o estudo desse problema que percebi seu forte componente cultural. O brasileiro tende a reproduzir padrões de consumo que vêm de fora, baseando-se na noção de que o produto importado é melhor.

A classe de renda alta tem poder aquisitivo para comprar os produtos mais caros do mundo. Mas são poucos os que estão nessa situação. Assim, se você permite que a economia opere sozinha, isto é, de acordo com as regras do livre-mercado e sem políticas discriminatórias, ela engendra uma demanda por importações de bens e serviços muito maior do que a capacidade de exportar do país. Daí o desequilíbrio permanente da balança de pagamentos, que culmina na dívida externa, nas privatizações, na atração de capitais de curto prazo.

Em condições adversas, um país dependente do endividamento externo apela para a importação do capital de curto prazo para fechar o seu balanço de pagamentos. Mas essa iniciativa faz com que a dívida do governo cresça. Daí a necessidade de termos uma política permanente para evitar a sangria de divisas, fator tão caro no Brasil. Hoje, essas políticas só são adotadas quando ocorre uma crise no balanço de pagamentos que afete a confiança dos investidores.

**Eduardo Pereira Nunes** – Os dados das contas nacionais do Brasil, incluídos nas *Estatísticas do Século XX*, revelam que a nossa taxa de investimento era de cerca de ¼ do PIB nos anos 70 e agora se encontra no patamar de 20%. Nos últimos 30 anos do século passado, tivemos uma década de crescimento, os anos 70, e duas outras de estagnação econômica, os anos 80 e 90. A pergunta que eu faço é a seguinte: até que ponto essas duas últimas décadas refletem aquela sua preocupação com a estagnação econômica e social do País que o senhor já havia apontado no seu livro *Um projeto para o Brasil?*

**Celso Furtado** – Os problemas fundamentais são os mesmos. O Brasil avançou em muitos setores, mas perdeu em capacidade de autogoverno. Hoje tem dificuldade para se defender da grande vulnerabilidade do setor externo. Antes do golpe militar de 1964 participei de três governos, e naquela época tínhamos a possibilidade de condicionar as importações à política de câmbio múltiplo e ao controle de câmbio.

O Brasil renunciou a tudo isso, renunciou à alavanca de poder. Hoje, o governo receia uma corrida contra o real. A qualquer instante, como ocorreu em 1998, 1999 e 2002, pode haver uma saída de 20, 30 bilhões de dólares, deixando o País completamente vulnerável.

O Brasil tem recursos externos limitados. São poucos os seus meios de autodefesa.

Ao mesmo tempo, vive aterrorizado com a ameaça da retomada da inflação. É uma ameaça, não há dúvida. Mais grave, contudo, é a perda das alavancas de poder. Precisamos voltar a ter uma política cambial ativa. O FMI é um fantasma usado por nações poderosas para que as indefesas não tenham uma política própria.

Governar o Brasil é uma tarefa difícil, porque os meios de controlar a situação econômica e seguir uma determinada política são limitados. O País tem grandes possibilidades, mas é vulnerável no curto prazo. Bastam dois ou três boatos em Londres dizendo que o Ministro da Fazenda vai cair para o câmbio flutuar seriamente e abalar a taxa de juros.

**Eduardo Pereira Nunes** – Podemos dizer que o rápido crescimento dos anos 70 criou uma ilusão de que seria possível crescer sem promover a distribuição de renda, ou isso seria um mito, como o senhor escreveu, em 1974, no seu livro *O Mito do desenvolvimento econômico*?

**Celso Furtado** – Quando escrevi esse ensaio era muito mais limitado o conhecimento que tínhamos da realidade do subdesenvolvimento. Hoje vemos com clareza que o crescimento não é condição suficiente para superar o subdesenvolvimento. Só se consegue isso mediante reformas estruturais importantes. Naquela época tampouco se tinha consciência da gravidade do problema da concentração de renda. O Brasil optou por financiar grandes projetos nos anos 70 com financiamento externo privado, numa época de inundação de recursos líquidos. Isso mudou rapidamente quando teve início a crise americana, em 1979. Foi então que o Brasil teve de enfrentar uma situação nova, de endividamento de curto prazo.

No início dos anos 90, começou uma nova fase de abundante liquidez. Mas, de novo, foi seguida por outra fase de retração de recursos, após as crises do México, da Ásia e da Rússia, iniciadas em 1994. Agora, ninguém mais confia em financiamento internacional, senão em condições muito bem estudadas, pois como já não há controle de câmbio e das taxas de juros, tudo é mais incerto, e não se sabe quem responderá pelas conseqüências.

**Eduardo Pereira Nunes** – O senhor está enfatizando bastante o problema da vulnerabilidade externa de países como o Brasil. São vulneráveis e têm muita dificuldade para fortalecer a própria moeda. Os governos locais tendem a adotar medidas de política econômica condicionadas por esses fatores. Esses choques externos só ocorrem em economias que não têm capacidade de geração própria da sua poupança, a qual poderia financiar os seus projetos de investimento. Desde os seus tempos de trabalho na CEPAL o senhor já destacava os problemas provenientes da escassez de poupança interna do Brasil.

Até que ponto o apelo ao capital estrangeiro, seja sob forma de capital de empréstimo, de investimento direto e de capital de curto prazo, representa poupança externa efetiva para o desenvolvimento de economias como a do Brasil?

**Celso Furtado** – O que sabemos sobre a história das economias é que o endividamento externo útil e operacional deve atuar no curto prazo para resolver problemas de calamidade pública. Fora disso, todo endividamento deve ser feito em função da capacidade de pagamento desse capital, que é o serviço da dívida externa. Ao tomar dinheiro emprestado, você deve saber que tem que pagá-lo com moeda estrangeira, ou seja, com as suas escassas divisas. Então é preciso muito cuidado.

**Eduardo Pereira Nunes** – Nós estamos analisando o Século XX, no qual o PIB do Brasil cresceu 100 vezes. Essa é uma contradição da sociedade brasileira: o País cresceu 100 vezes em um século e estamos aqui falando

de todos os seus problemas. Um País que cresceu cem vezes não poderia ter tantos problemas. Mas o senhor aqui deu uma aula de quantas alternativas a sociedade brasileira tem para ser mais desenvolvida. Ao longo de sua obra o senhor fala desse dilema: não basta crescer; é preciso repartir os seus frutos por toda a sociedade brasileira.

Se olharmos agora para o Século XXI, quais seriam os conselhos que o senhor poderia dar para os novos cientistas sociais? Como devem trabalhar para dar um sentido mais igualitário a toda a sociedade brasileira?

**Celso Furtado** – Esta é a pergunta que cada brasileiro deve fazer a si mesmo: por que o desenvolvimento brasileiro foi tão desigual? Por que existe essa injustiça tão profunda? O Brasil é um País com tantos recursos e com uma massa enorme de gente excluída. É uma profunda injustiça. O fenômeno da exclusão social é a questão que nós todos nos colocamos. Já ninguém se satisfaz com meias medidas. Há uma enorme preocupação com o problema da fome e da exclusão social. O Brasil criou uma elite capaz, investiu na classe média alta, mas investiu muito pouco no povo. Temos então essa massa desvalida, sem o mínimo necessário para exercer a sua cidadania. Um país como o Brasil tem sempre problemas novos, pois está em formação. Em meu livro *Brasil, a construção interrompida*, publicado há pouco mais de dez anos, mostrei que a edificação do nosso desenvolvimento vinha perdendo fôlego, reduzindo o seu élan criativo. Agora a situação está se invertendo, o fato de termos eleito um presidente progressista pode ajudar à retomada dos debates. Já é um grande avanço estarmos interessados nesse problema. O que antes era tachado de pessimismo, derrotismo, hoje revela um amadurecimento, uma consciência de que devemos transformar este País, e de que a geração nova vai cumprir sua missão. Que papel caberá ao Brasil na cena internacional? E na América Latina, que posição teremos? E como conquistar novos espaços, como o mercado da China? Ainda há muito o que pensar. Só espero que a geração nova encontre um contexto internacional favorável. Hoje, pensar uma política para o Brasil é reconhecer que, tendo em conta os compromissos já assumidos internacionalmente, é limitada a nossa capacidade de ação.

Para os novos cientistas sociais, eu digo, primeiramente: paciência. Paciência para completar a construção deste País. Já cheguei a uma fase da vida em que propriamente não me preocupo com o futuro. Mas meu otimismo não desapareceu, embora reconhecendo que a responsabilidade dos que vão assumir o comando na próxima geração é muito grande. Por isso, a mensagem que deixo para os novos cientistas sociais é a seguinte: em seus trabalhos como pesquisadores não hesitem em formular hipóteses arrojadas. Assumam riscos. Sem isso, o conservadorismo que nos cerca por todos os lados deglutirá a todos.

**Eduardo Pereira Nunes** – Professor Celso Furtado, antes de encerrar, gostaria de uma explicação sua. O IBGE produziu as *Estatísticas do Século XX*, mas parte das nossas estatísticas sobre esses 100 anos foi construída a partir de informações criadas pelos próprios usuários, já que o IBGE tem apenas 67 anos de idade. Sabemos que o senhor foi um grande pesquisador e, diversas vezes, muito criativo na utilização de fontes alternativas de

informação para construir os seus modelos de interpretação da realidade. Sua obra sobre a *Formação econômica do Brasil* é um exemplo da sua capacidade de investigação. O que o pesquisador, professor, cientista social Celso Furtado poderia nos dizer a respeito desse período em que construiu suas próprias estatísticas para, num momento posterior, ser um grande usuário das estatísticas do IBGE?

**Celso Furtado** – Essa é uma pergunta que nunca ninguém me fez. Estudei a economia brasileira século a século, a partir do Século XVI. Fiz isso com um pouco de engenho e arte porque só dispunha das informações que estavam nos documentos históricos brasileiros. Aprendi desde cedo com meus professores da escola austríaca que os dados estatísticos são tão importantes que, não existindo, é indispensável inventá-los. Estimativas aproximativas do processo de formação de capital e de renda nacional nos anos 40 do século passado nos permitiram formular muitas hipóteses úteis para penetrar na realidade da economia brasileira. O importante era manter-se na vanguarda nesse esforço de descobrir novas fontes de informação. Como você sabe, para medir o fluxo de renda naquela época era preciso ser engenhoso. Na verdade, atrevi-me a imaginar as contas nacionais do Brasil antes que elas tivessem sido estimadas por órgãos oficiais.

Mas o fato é que os trabalhos do IBGE, nesse meio século em que venho estudando o Brasil, ajudaram-me a entender o País. A primeira vez que vi estatísticas históricas, abrangendo o Século XIX, por exemplo, foi numa publicação do IBGE. A partir daí, fiquei pensando se não seria possível sistematizar aqueles dados e abrir um debate sobre a natureza do atraso da economia brasileira. O que me impressionou, nos primeiros anos em que trabalhei na CEPAL, quando eu era muito jovem e cheio de idéias, foi o atraso acumulado da América Latina. México, Chile e Argentina já tinham até cálculo de renda nacional, ao passo que o Brasil tinha umas estimativas curiosíssimas, feitas a partir de técnicas muito primitivas. Mais tarde, o trabalho feito pelo IBGE para aperfeiçoar as estatísticas brasileiras foi fantástico. Eu não tenho nenhuma dúvida de que foi esse avanço que permitiu formar uma consciência nacional do nosso atraso, da gravidade dos problemas sociais.





# ESTATÍSTICAS POPULACIONAIS, SOCIAIS, POLÍTICAS E CULTURAIS

Vila da Felicidade, Manaus, AM.  
Foto: José Caldas - BrazilPhotos.

---

\* Graduado em Filosofia e Ph.D. em Ciência Política (Universidade de Stanford), professor titular (aposentado) de Teoria Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Diretor do Laboratório de Estudos Experimentais e Pró-Reitor de Análise e Prospectiva da Universidade Cândido Mendes. Distinguido pela Guggenheim Foundation, Comendador da Ordem do Barão do Rio Branco, da Ordem Nacional do Mérito Científico e da Ordem da Cultura Nacional e Prêmio Moinho Santista, é membro titular da Academia Brasileira de Ciências. Publicou, entre outros, *Razões da Desordem* – 3ª edição, Rio de Janeiro: Rocco, 1994, *Décadas de Espanto e uma apologia democrática*, Rio de Janeiro: Rocco, 1998, *Roteiro Bibliográfico do Pensamento Político-Social Brasileiro (1870-1965)*: Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 2002 e *O Cálculo do Conflito – Estabilidade e Crise na Política Brasileira*, Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

## O BRASIL SOCIAL CONTADO PELO IBGE NO SÉCULO XX

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS\*

**A** As estatísticas brasileiras aqui consolidadas não dispensam os esforços de redefinição, reclassificação e mensuração. Em uma palavra, não desobrigam o usuário profissional, mais exigente do que algum ocasional curioso, de pesquisar. Variando os interesses do pesquisador, irão se alterar igualmente os motivos para satisfação ou circunstancial desânimo. Naturalmente, não estarão dispostas nestes arquivos todas as séries desejadas, nos períodos pretendidos, e possivelmente nem mesmo se encontrarão informações que, não obstante existentes, e aqui recolhidas, não tenham sido designadas no passado conforme a nomenclatura atualmente consagrada. Reiterada observação dos colaboradores informa justamente que o sistema classificatório oficial modifica-se ao longo dos anos, talvez decênios. Com freqüência, as mudanças, em si próprias, indicam a complexidade crescente da sociedade, exigindo a desagregação de rubricas e a redefinição de outras. Aperfeiçoamento inegável, ao preço, contudo, de dificultar a comparabilidade dos dados sem prévio investimento de reclassificação. Sirvam, como exemplo, as informações sobre o que contemporaneamente entendemos por associativismo, que compreendia, sobretudo na metade do século passado, as organizações filantrópicas privadas e os asilos públicos, e que, dispensando os asilos, passou a distinguir, mais recentemente, as associações voluntárias e de interesse.

Ocorre, também, o surgimento de séries consistentes de informações sobre temas inexistentes anteriormente ou de registro altamente fragmentário e, outra vez, testemunhando importantes mudanças sociais. É o caso, sem dúvida, das estatísticas eleitorais, de presença constante e relevante depois da redemocratização de 1945. Faz parte da análise política a consideração de que, de fato, as eleições só adquiriram o atributo de imprevisibilidade, característica dos processos competitivos pós-oligárquicos, com o fim do Estado Novo.

Estudiosos interessados no que correntemente se inclui no conceito de capital social, cultura cívica ou cultura política não deixarão de anotar as lentes com que os estratos intelectuais do passado examinavam certos fenômenos tais como desquites, suicídios ou taxas de criminalidade. Em particular informações sobre raça, gênero e educação de encarcerados e apenas reclamarão o cuidado dos investigadores.

Sem surpresa, as estatísticas populacionais são, se não me equívoco, as que melhor atenderão às expectativas do pesquisador moderno. Pela quantidade e pela qualidade, as séries demográficas disponíveis propiciam enorme economia de tempo e de investimento na preparação de dados - o que poderá ser observado, inclusive, nas listas de observações negativas e favoráveis dos ensaios introdutórios, menos enfáticas, as negativas, em relação às estatísticas demográficas.

É minha impressão, aliás, espero que sem impropriedade, que parte da sensação de frustração, sublinhada por praticamente todos os colaboradores, se deve, precisamente, à descoberta, surpreendente, da riqueza de informações acumuladas durante o Século XX. Juízo ponderado sobre os trabalhos de coleta e registro dessas informações, quando a absorção do instrumental estatístico ainda se encontrava em estágio inicial, refiro-me, particularmente, à primeira metade do século passado, deve levar em consideração as estatísticas de outros países - e não só latino-americanos - e o empreendimento de recuperação e restauração delas que, em algum momento, todos esses países realizaram. São recentes, por exemplo, as publicações sobre as elites políticas inglesas, membros do parlamento e dos gabinetes. Vale a pena observar, em relação a este tópico, que as estatísticas políticas do II Império brasileiro são inesperadamente completas e relativamente confiáveis. Mas este tópico ultrapassa os limites da presente publicação.

Cada um dos ensaios introdutórios traz a descrição do que, em geral, os estudiosos encontrarão de relevante nas estatísticas. Ademais, os atuais comentadores não resistiram e aceitaram o atraente convite, insistentemente emitido pelos dados, a que sugerissem pistas de análise e, também, sugestões no sentido de tornar as estatísticas mais ajustadas às demandas do presente. Com o sentimento de segurança que a contemporaneidade estimula, supõe-se que, finalmente, seria possível elaborar um sistema classificatório que viesse a servir aos interesses de todos os pesquisadores futuros. Se é verdade que, sem tal pretensão, dificilmente se produziria o ânimo para o aperfeiçoamento do presente, em qualquer de seus aspectos, é bastante provável também que, no futuro, talvez mais breve, talvez mais remoto, o resultado do tempo e das ações que o presente favorece venham exigir novo esforço de atualização. Reclamarão os jovens colegas de então, com toda certeza, de nossa falta de discernimento e previsão. Creio que isso será um bom sinal.

Estou seguro de que não violarei gravemente o formalismo de apresentações semelhantes se deixar assinalados meus agradecimentos pelo convite do Dr. David Wu Tai para coordenar a área de temas sociais desta publicação. Aos colegas que concordaram em cooperar com esta iniciativa e que, superando obstáculos por todos imprevisíveis, conduziram a tarefa ao seu final, meu profundo reconhecimento.

# POPULAÇÃO E ESTATÍSTICAS VITAIS



Cinco moças de Guaratinguetá, 1930  
Di Cavalcanti  
Óleo sobre tela – 92 x 70 cm  
Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP.

---

\*Ph.D. (1978) em Sociologia pela Universidade de Michigan, EUA; Pesquisador Titular (aposentado) do Laboratório Nacional de Computação Científica e Professor Titular do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ/UCAM. Autor de *Cor e Estratificação Social no Brasil*, Rio: Contra Capa, 1999 (em colaboração com Carlos Hasenbalg e Márcia Lima) e de *Mobilidade Social no Brasil*, São Paulo: Makron Books, 1999 (em colaboração com José Pastore).

\*\* Doutora em Sociologia pela UNICAMP. Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Publicou *Um Toque de Clássicos* - (co-autoras: Marcia Gardênia M. Oliveira e Tania B. Quintaneiro), Editora da UFMG, 1995 e 2002; *Combater a Pobreza Estimulando a Freqüência Escolar: O Estudo de Caso do Programa Bolsa-Escola do Recife - Dados*, vol. 43, n.º 3, 2000. pp. 447-477. (co-autora: Lena Lavinias); *Eficiência e equidade: os impasses de uma Política Educacional*, revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Porto Alegre, v. 14, n. 2, pp. 211-242, 2001. (Co-autora: Laura da Veiga); *Para onde vai a classe média: um novo profissionalismo no Brasil?* Revista Tempo Social/USP: volume 10, n.º 1- maio de 1998, págs. 129-142.

## POPULAÇÃO E ESTATÍSTICAS VITAIS

NELSON DO VALLE SILVA\* E MARIA LIGIA DE OLIVEIRA BARBOSA\*\*

**D**e acordo com os resultados do Censo Demográfico 2000, a população brasileira atingiu em 1º de agosto daquele ano um total de 169 590 693 habitantes presentes<sup>1</sup>. Comparando com o último dia do último ano do século anterior, quando a população recenseada havia indicado um contingente de apenas 17 438 434 residentes, podemos dizer que a população brasileira praticamente decuplicou durante o Século XX. Se considerarmos o não tão longínquo ano de 1970 – o ano da Copa do México – os “90 milhões em ação” de então (mais precisamente, 93 139 037 habitantes) cresceriam em 82% nos 30 anos seguintes. Em qualquer contabilidade que se faça, trata-se de um crescimento impressionante: a população que já havia quase triplicado durante a primeira metade do século, atingindo 51 941 767 de pessoas em 1950, mais que triplica novamente na sua segunda metade<sup>2</sup>. Além disso, devemos esperar um crescimento ainda vigoroso no futuro. As

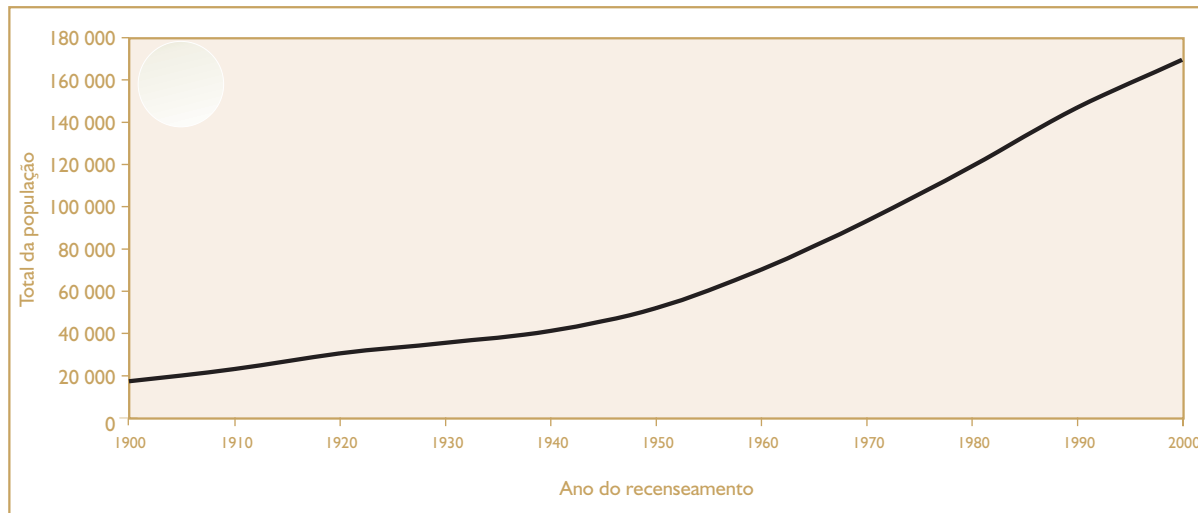
Mulher no interior do Piauí, 1998.  
Foto José Caldas - BrazilPhotos.



<sup>1</sup> Cf. SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO DEMOGRÁFICO 2000 (v. 7, 2001, Tabela 1).

<sup>2</sup> A principal fonte de informações populacionais no Brasil são os Censos Demográficos. Estes, em princípio, deveriam ser decenais. Mas, na verdade, apresentam uma história atribulada. Os dados relativos à cidade do Rio de Janeiro no Censo de 1900 foram considerados deficientes e os resultados referentes ao Distrito Federal cancelados. Um novo recenseamento do Estado do Rio de Janeiro foi então feito em 1906. Por razões de ordem política o recenseamento de 1910 foi suspenso. O mesmo ocorreu com o Censo de 1930. O Censo de 1920 foi considerado deficiente, com uma aparente superestimação de cerca de 10%. Por outro lado, os Censos de 1940, 1950 e 1970 são considerados exemplares. Um escândalo administrativo suspendeu o processamento do Censo de 1960, o qual só foi completado, ainda de forma precária, quase 20 anos depois. Os censos posteriores enfrentaram crescentes problemas operacionais no levantamento de campo. O censo previsto para 1990 foi adiado para o ano seguinte, novamente por problemas político-administrativos, sem que esse adiamento, no entanto, resultasse em ganhos de qualidade em relação aos censos anteriores.

Gráfico I - População residente - Brasil - 1900/2000



Fonte: Sinopse preliminar do censo demográfico 2000. Rio de Janeiro: IBGE, v. 7, 2001.

projeções mais recentes feitas pelo IBGE<sup>3</sup>, que certamente deverão sofrer algumas revisões menores dada a recente disponibilidade dos resultados do Censo 2000, indicam-nos que devemos esperar que pelo menos mais 40 milhões de pessoas deverão ser acrescentadas ao total da população do País (Gráfico 1).

No entanto, o crescimento extraordinário da população não é apenas uma peculiaridade brasileira. O rápido – alguns diriam, explosivo – crescimento populacional é um importantíssimo aspecto de nossa época e a caracteriza como um período sem precedentes na história da Humanidade. Na verdade, nunca esta passou por uma fase de igual crescimento populacional, tanto globalmente como em suas diversas regiões. Segundo estimativas de J. Durand, do ano 1 da era cristã até 1750 a população do mundo cresceu de cerca de 500 milhões para um total de aproximadamente 800 milhões de pessoas. O meio do Século XVIII marca uma mudança extraordinária no padrão de crescimento populacional, verificando-se uma acentuada aceleração na taxa de

crescimento que, de resto, acompanha de perto a chamada “revolução industrial”, centrada particularmente na Europa Ocidental e nos Estados Unidos da América. A taxa anual de crescimento populacional, que foi de cerca de 0,56 por mil habitantes por ano durante o período 1 d.C. –1750 d.C., elevou a 4,4 por mil entre 1750 e 1800, resultando desse crescimento uma população mundial de cerca de 1 bilhão de pessoas.

Por volta de 1850, a população do mundo era de cerca de 1,3 bilhão de pessoas, e em 1900 atingiu aproximadamente 1,7 bilhão, o que representa taxas de 5,2 e 5,4 por mil ao ano para cada metade do Século XIX, respectivamente. Segundo estimativas da ONU, a população mundial em torno de 1950 compreendia cerca de 2,5 bilhões de pessoas, o que, se for comparado com o 1,7 bilhão para 1900, implica uma taxa anual média de 7,9 por mil para a primeira metade do Século XX. As estatísticas para períodos mais recentes são ainda mais impressionantes. No terceiro quartel do século passado, a taxa de crescimento mais que duplicou, atingindo a marca anual de

<sup>3</sup> Veja dados em: Anuário Estatístico do Brasil 1998, Tabelas 2.6-2.8.



17,1 por mil, da qual resultou uma população em torno de 1980 estimada em cerca de 4 bilhões de pessoas.

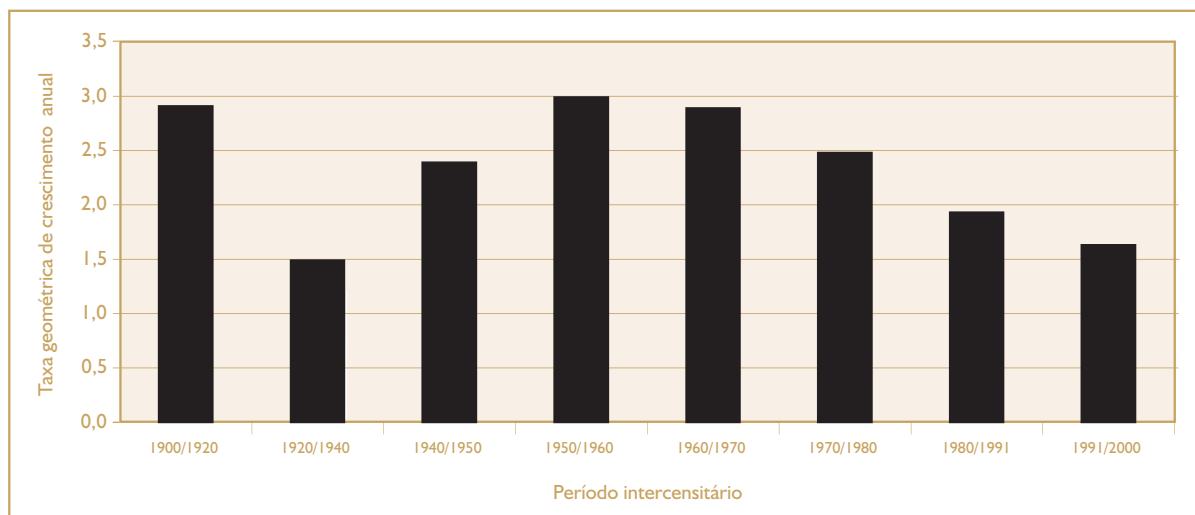
Assim, o Brasil foi parte desse quadro de crescimento historicamente sem precedentes, marcado não apenas pelas elevadas taxas com que nossa população cresceu no último século como também pelo crescimento muito substancial que ainda temos garantido para o futuro próximo. Fica, no entanto, a questão: quais causas e quais os mecanismos que deram origem a esse crescimento extraordinário da população mundial em geral, e da população brasileira em particular? Como se comportou a população brasileira no último século?

Examinando-se as taxas médias de crescimento da população brasileira durante o Século XX<sup>4</sup>, observamos que estas se encontravam num patamar muito elevado nos dois primeiros decênios (uma taxa de 2,91% ao ano), decaindo imediatamente nas duas décadas seguintes para um nível que se revelou como o mais baixo de todo o século (1,49% anual). A partir dos anos de 1940, no

entanto, o ritmo de crescimento populacional rapidamente volta a se intensificar, subindo até atingir um pico histórico de 2,99% ao ano entre 1950 e 1960. A trajetória descendente é então retomada, inicialmente de forma lenta durante a década seguinte e de forma bem mais acentuada daí em diante. A taxa de crescimento estimada para a última década do século, embora maior do que o seu valor mínimo durante o período, atingiu o nível de 1,63% anual em média (Gráfico 2). Ao que tudo indica, esta trajetória descendente deverá permanecer no futuro, projetando-se para o ano de 2020 um crescimento populacional em torno de 0,71%.

O primeiro fato a ser compreendido sobre o crescimento da população brasileira diz respeito às causas das elevadas taxas de crescimento no início do século e do abrupto declínio destas no período subsequente. Para isto devemos examinar a evolução dos componentes do crescimento populacional ao longo do século (Gráfico 3). Neste caso, fica evidente que a migração internacional

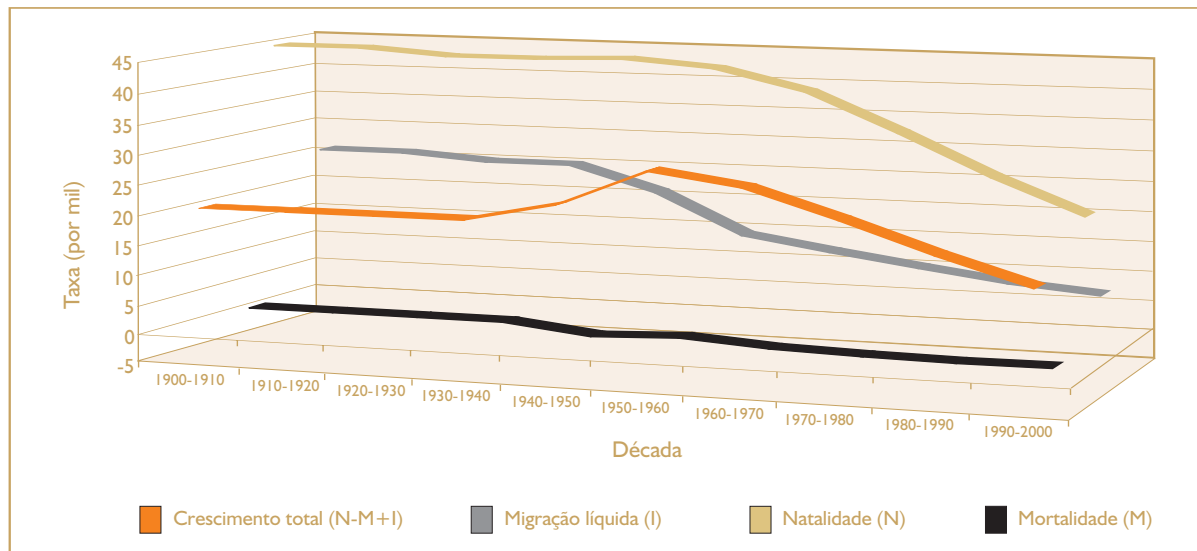
Gráfico 2 - Taxa média geométrica de crescimento anual - Brasil - 1900/2000



Fonte: Sinopse preliminar do censo demográfico 2000. Rio de Janeiro: IBGE, v. 7, 2001.

<sup>4</sup> Cf. SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO DEMOGRÁFICO 2000 (v. 7, 2001, Tabela 1).

Gráfico 3 - Componentes do crescimento da população brasileira - 1900/2000



Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1990. Rio de Janeiro: IBGE, v. 50, 1990; Anuário estatístico do Brasil 1997-1998. Rio de Janeiro: IBGE, v. 57-58, 1998-1999.

contribuía de forma muito significativa para o crescimento da população desde o final do século anterior até as primeiras décadas do Século XX. Enquanto que o crescimento natural (isto é, o saldo entre nascimentos e mortes) pode ser estimado em cerca de 19 por mil habitantes durante as quatro primeiras décadas do século, a contribuição da imigração pode similarmente ser estimada em 2 por mil durante este mesmo período, ou seja, a migração externa respondia por cerca de 10% do crescimento populacional no período.

Na verdade, o forte impacto da imigração estrangeira já datava do final do século anterior. Com a abolição formal da escravatura em 1888 e a carência decorrente de mão-de-obra agrícola, um esforço de recrutamento de trabalhadores estrangeiros foi desenvolvido não só pela iniciativa privada como pelos governos federal e estadual, através do subsídio dos custos de transporte para o Brasil. Dessa forma, estima-se que um total de quase 5 milhões

de pessoas emigraram para o País entre 1887 e 1957, sendo este contingente formado em cerca de 32% por italianos, 31% por portugueses, 14% por espanhóis e 4% por japoneses. O pico deste influxo imigratório se deu na última década do Século XIX, quando mais de 1 milhão de imigrantes (majoritariamente italianos, com destino a São Paulo) aportaram aqui, estimando-se que isto representou quase um quarto do crescimento populacional total no período<sup>5</sup>.

O influxo de imigrantes resultou no agravamento do conflito no mercado de trabalho, opondo os trabalhadores “nacionais” aos estrangeiros, tendo constituído foco de agitação popular em várias regiões durante as primeiras décadas da República, especialmente no Rio de Janeiro, onde foi forte o movimento dito “jacobino” e freqüentes os episódios chamados de “mata galegos”, opondo violentamente trabalhadores brasileiros e portugueses<sup>6</sup>. Assim, tendo em vista a proteção ao trabalhador nacional,

<sup>5</sup> Cf. SMITH (1972).

<sup>6</sup> Veja, por exemplo, Ribeiro (1990).



Filha de colonos alemães. Londrina, PR. Acervo IBGE.

em 1934 o governo federal estabeleceu um sistema de quotas para controlar a entrada de imigrantes. Estas quotas se aplicavam ao total de imigrantes oriundos de cada país fornecedor, sendo fixadas no valor de 2% do total da imigração proveniente de cada um destes países no período de 1884 a 1934. Adicionalmente, restringia-se o fluxo de imigração total a 77 mil pessoas por ano. Este sistema, embora fortemente restritivo, caracterizou-se por beneficiar relativamente mais a imigração de origem europeia, que correspondia a um estoque prévio

bem maior de imigrantes, em detrimento daquela de origem asiática.

A partir da década de 1930 a imigração perde sua relevância na determinação da taxa de crescimento da população brasileira, não só pelo decréscimo do número de imigrantes em termos absolutos, mas também e sobretudo pelo aumento muito forte do crescimento natural desta população, especialmente em meados do século. Na década de 1960 a contribuição da imigração externa ao crescimento populacional brasileiro já havia se tornado irrelevante. De qualquer forma, mesmo sendo relativamente modesto, cabe se observar que as últimas décadas do Século XX presenciaram o nascimento de um fato supostamente sem precedentes históricos. Neste período, resultante das seguidas crises econômicas que começam a se manifestar no Brasil a partir da primeira crise do petróleo em 1973, e que se agravam no início dos anos de 1980, assistimos à inauguração de sensíveis movimentos emigratórios por parte de brasileiros em busca de melhores oportunidades em outros países<sup>7</sup>.

Embora a imigração tenha sido fundamental para a formação da população em diversas regiões brasileiras (destacando-se os italianos e espanhóis em São Paulo e os alemães no Sul), algumas análises indicam que esta não teve a mesma importância no Brasil como um todo do que a observada para outros países da América. Assim, Mortara<sup>8</sup>, estudando a contribuição da imigração no crescimento da população de alguns destes países entre 1840 e 1940, concluiu que a imigração contribuiu de forma direta (os próprios imigrantes) e de forma indireta (seus descendentes) com 19% do aumento populacional brasileiro, comparado com uma contribuição de 58% no caso da Argentina, 44% no caso dos Estados Unidos, e 22% no caso do Canadá, o que vale dizer, que a população de origem imigrante correspondia a 16%, 54%, 36% e 19% das populações totais daqueles países, na mesma

<sup>7</sup> Estimativas recentes dos saldos migratórios internacionais são feitas em Carvalho (1996) e Oliveira e outros (1996).

<sup>8</sup> MORTARA (1947 apud CLEVELARIO JÚNIOR, 1997).

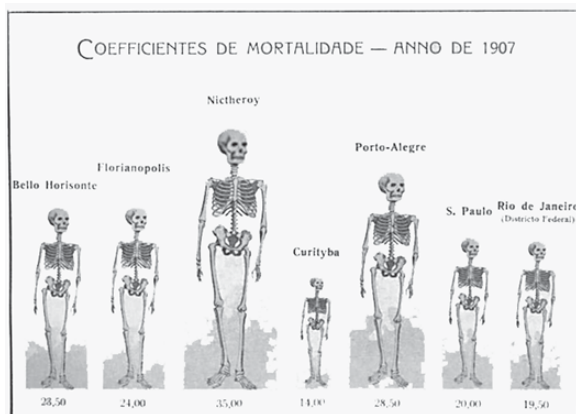
ordem. Mortara<sup>9</sup> ainda refez seus cálculos, baseado na mesma metodologia para o período entre 1890 e 1940, concluindo que a imigração foi responsável por cerca de 15% do crescimento populacional no período, o que indicaria que cerca de 10% da população brasileira em 1940 tinha origem nos imigrantes aportados no período e em seus descendentes. Mesmo sendo as estimativas de Mortara baseadas no pressuposto irrealista de que o crescimento vegetativo das populações nativas e imigrantes eram idênticas e, portanto, sendo provavelmente subestimativas (dado um suposto maior dinamismo reprodutivo da população imigrante), como o pressuposto foi aplicado a todos os países igualmente, parece ser indiscutível ser bem menor a relevância da imigração na constituição da população brasileira, especialmente quando comparada com os casos da Argentina e dos Estados Unidos<sup>10</sup>. De qualquer forma, a importância da imigração na dinâmica populacional é uma característica histórica dos países do Novo Mundo e da Oceania, sendo ainda hoje muito substancial no crescimento da população dos Estados Unidos.

Do ponto de vista histórico, um fator que contribuiu para dar verdadeiramente um caráter de unicidade à nossa época é o fato de ter a mortalidade declinado a níveis

nunca antes experimentados, especialmente nos países desenvolvidos. No entanto, declínios também espetaculares ocorreram mais recentemente, na segunda metade do Século XX, em muitos países em desenvolvimento, como, por exemplo, nos países da América Latina. De fato, o extraordinário crescimento da população mundial, a que já nos referimos, pode ser atribuído ao declínio da mortalidade e não, como poderia se pensar, num suposto aumento da natalidade. Embora tal aumento possa ter sido observado em algumas regiões de mudança recente (em particular em alguns países da África tropical), este aumento responde parcialmente a uma melhora nas próprias condições de sobrevivência das mães e não desempenha qualquer papel mais significativo em relação ao crescimento populacional. O vertiginoso crescimento experimentado pela população mundial durante o Século XX é basicamente resultante da queda espetacular da mortalidade aliada à relativa manutenção dos tradicionais e elevados níveis da fecundidade nas sociedades em desenvolvimento por longo espaço de tempo durante este período.

O debate em torno das causas do declínio da mortalidade na Europa tem sido intenso, alguns apontando para os avanços médicos alcançados já no Século XVIII, como, por exemplo, a inoculação e, posteriormente, a vacinação antivariólica; outros sustentando como causa provável as mudanças em saneamento e higiene pública que teriam tido um significativo impacto sobre certas causas de morte, como o tifo e o cólera. No entanto, o que a experiência dos países em que a queda da mortalidade se deu mais recentemente (como os países latino-americanos) nos ensina é que provavelmente as duas causas estão presentes na redução da mortalidade. O que

Coefficiente de Mortalidade- Anno 1907 -  
Fonte: Exposição Nacional de 1908, IBGE.



<sup>9</sup> MORTARA (1951 apud CLEVELARIO JÚNIOR, 1997).

<sup>10</sup> Um quadro evolutivo da imigração anual para o Brasil no período de 1900 a 1968 foi publicado em: *Séries estatísticas retrospectivas* (1986, v. 1, p. 71, Tabela 2.2.4.1). Similarmente, um quadro para todo o período de 1884 a 1951, segundo a nacionalidade do imigrante, encontra-se em: Anuário Estatístico do Brasil 1953, apêndice, p. 489.

também essa experiência recente deixa claro é que ganhos importantes na mortalidade podem ser obtidos sem nenhuma modificação significativa na situação social das populações. Na verdade, muitas vezes a evolução temporal da mortalidade caminha em sentido contrário com esta situação social. Os avanços na medicina social, com todo um arsenal farmacêutico e de conhecimentos de higiene elementar, resultam em sucessos extraordinários a custos muito reduzidos. De forma semelhante, melhoramentos relativamente menores no saneamento, particularmente em áreas urbanas, resultam geralmente em ganhos substanciais na saúde das populações. Assim, a história recente registra casos de países em desenvolvimento com baixíssima renda per capita que apresentam reduções marcantes em seus níveis de mortalidade, de tal forma que as diferenças entre países pobres e ricos nessa questão é muito menor hoje que em algumas décadas passadas. Esta narrativa descreve em grande medida a evolução da mortalidade no Brasil durante o Século XX.

O nível de mortalidade no Brasil no final do século pode ser estimado em pouco menos de sete mortes por mil habitantes por ano<sup>11</sup>, o que o torna comparável à média dos países desenvolvidos. Historicamente também experimentamos o mesmo processo de espetacular declínio da mortalidade: de uma taxa bruta superior a 30 por mil ao ano durante a maior parte do Século XIX, atingimos no final do século passado uma taxa correspondente a menos de um quarto da registrada 100 anos antes.

Essa taxa relativamente baixa para a população brasileira não

<sup>11</sup> Cf. Anuário Estatístico do Brasil 1998, Tabela 2.13.

pode, entretanto, ser tomada com exagerado otimismo. Deve-se observar que comparações internacionais utilizando-se a taxa bruta de mortalidade devem ser feitas com extrema cautela, uma vez que esse tipo de taxa reflete parcialmente a estrutura por idade da população. Assim, dada uma mesma situação geral de mortalidade, uma sociedade que tenha uma população mais “velha” (ou seja, com uma maior frequência relativa de pessoas nos grupos de idade mais avançados) apresentará uma taxa bruta de mortalidade maior que aquela obtida para uma sociedade com estrutura etária mais “jovem”, uma vez que terá um maior número relativo de pessoas nas faixas de idade onde a mortalidade é maior. O Brasil, como veremos posteriormente, possui uma população ainda relativamente “jovem”, o que o favorece quando comparamos sua taxa de mortalidade com as dos países desenvolvidos, sociedades que, tipicamente, têm populações “velhas”. De fato, o Brasil se tivesse uma estrutura etária similar à predominante na Europa, sua taxa bruta de mortalidade seria bem mais elevada, algo provavelmente em torno de 12 por mil habitantes ao ano. Nesse sentido, é mais indicada para comparações internacionais (e mesmo entre regiões de um mesmo país) a utilização da expectativa de vida ao nascer, ou “vida média”, medida que independe da estrutura etária da população.

Quatro homens em Belo Horizonte, MG, 1925. Museu Histórico Abílio Barreto.

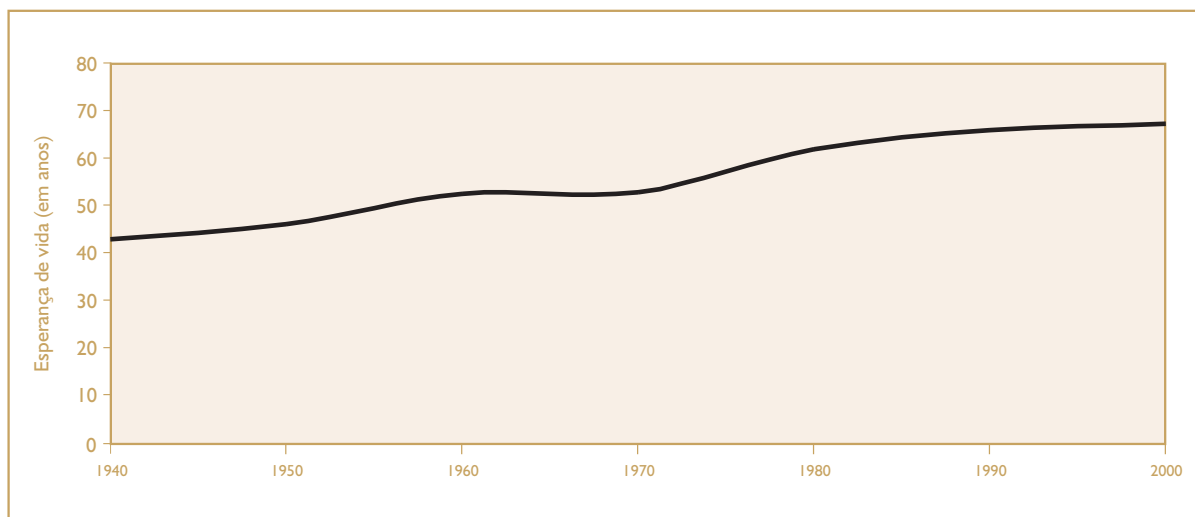


Adicionalmente, embora tenha havido ganhos espetaculares nas últimas décadas<sup>12</sup>, a situação da mortalidade infantil em nosso País é ainda relativamente preocupante: se, por um lado, observou-se um aumento muito significativo na expectativa de vida ao nascer<sup>13</sup>, quase que dobrando ao longo do século (a expectativa de vida ao nascer para homens era de 33,4 anos em 1910 e estimada em torno de 62,3 anos em 1990; para mulheres os valores correspondentes eram 34,6 e 69,1 anos, respectivamente), a mortalidade das crianças menores de 1 ano é ainda bastante significativa, constituindo ainda um fator relevante para ganhos futuros na expectativa de vida ao nascer. Para se ter uma idéia da extensão do problema, recorramos a uma comparação internacional, cotejando-se a expectativa de vida restante a 1 ano de idade com aquela que se tem ao nascer. Como vimos, uma criança do sexo masculino nascida em 1990 tinha uma expectativa de vida estimada em 62,3 anos; o valor correspondente para crianças do sexo feminino é estimado em 69,1 anos. Já as

crianças afortunadas o suficiente para sobreviverem ao primeiro ano de vida podiam esperar viver em média mais 65,0 anos no caso dos homens (isto é, viverem até os 66 anos de idade) e mais 71,1 anos adicionais no caso de mulheres. Isso evidencia os tremendos riscos ainda enfrentados pelas crianças brasileiras no primeiro ano de vida. A situação em países desenvolvidos é bastante diversa. Por exemplo, na Suécia dos anos de 1970, uma criança do sexo feminino tinha uma expectativa de vida ao nascer de 77,7 anos. Ao completar 5 anos sua expectativa de vida adicional era de 73,5 anos, ou seja, deveria sobreviver em média até os 78,5 anos, o que mostra que já naquele período praticamente nenhuma criança sueca morria antes dos 5 anos de idade.

Observe-se que, comparada com a mortalidade infantil, a mortalidade adulta apresentou ganhos relativamente modestos. De fato, associado sobretudo ao aumento da violência nas cidades brasileiras, tem-se verificado mesmo o aumento da mortalidade em algumas áreas,

Gráfico 4 - Evolução da esperança de vida ao nascer - Brasil - 1940/2000



Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1990. Rio de Janeiro: IBGE, v. 50, 1990; Anuário estatístico do Brasil 1998. Rio de Janeiro: IBGE, v. 58, 1999.

<sup>12</sup> Sobre os ganhos na mortalidade infantil, veja Simões (1997). Uma importante contribuição ao tema é a de Ferreira e Flores (1987).

<sup>13</sup> Cf. Anuário Estatístico do Brasil 1990, Tabelas 7-9.

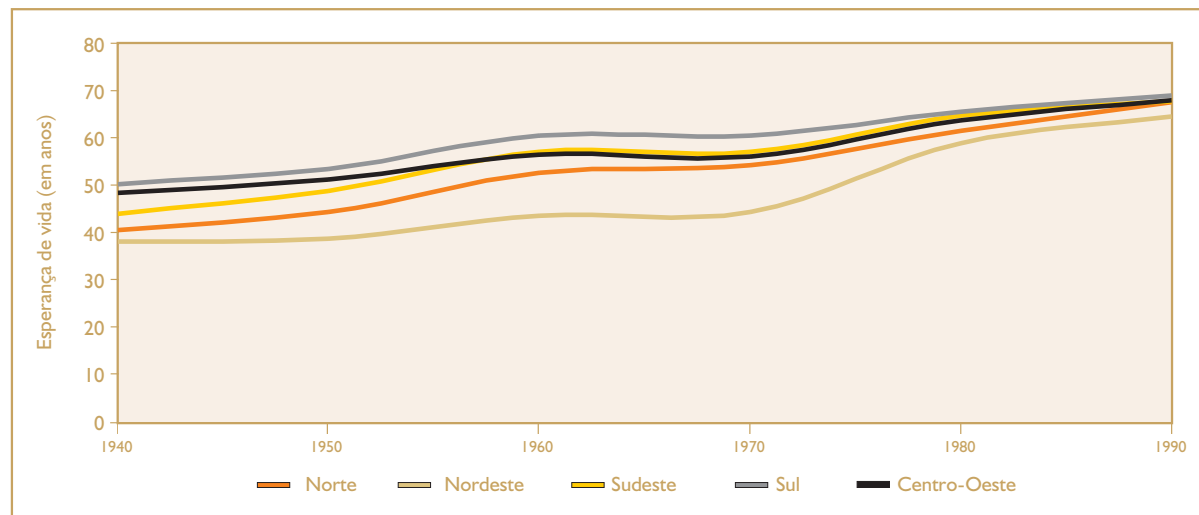
concentrada em jovens do sexo masculino de 15 a 29 anos. Esta é, sem dúvida, uma tendência preocupante e que tem contrariado as expectativas mais otimistas propiciadas pelos outros indicadores<sup>14</sup>.

Quanto à evolução temporal da expectativa de vida no Brasil ao longo das últimas décadas (Gráfico 4), pode-se dizer que, após um período de ganhos muito substanciais entre 1940 e 1960, quando aumentou em quase 10 anos (indo de 42,7 em 1940 para 52,4 em 1960), os ganhos em sobrevida praticamente se estagnaram na década de 1960, para retomar um vigoroso crescimento na década seguinte, atingindo 61,7 anos em 1980. A partir daí continuam os ganhos, embora em ritmo mais lento, atingindo um nível estimado em 67,1 anos de vida no último ano do Século XX.

Um fato importante a se observar quanto à expectativa de vida ao nascer é que os diferenciais entre grupos sociais e entre regiões no Brasil eram historicamente elevados<sup>15</sup> (Gráfico 5). Em 1940 a maior esperança de vida encontrava-se na Região Sul (50,1 anos) enquanto a região

com menor valor era o Nordeste (38,2 anos), com uma diferença de quase 12 anos entre elas. As demais regiões se diferenciavam mais ou menos uniformemente dentro deste intervalo. No final do século, todavia, havia-se registrado uma substancial convergência na expectativa de vida entre as regiões: embora o maior valor continuasse a ser observado na Região Sul, com 68,7 anos em 1990 e, similarmente, a de menor valor no Nordeste, com 64,3 anos naquele mesmo ano, a diferença havia se reduzido a 4,4 anos. Ademais, as diferenças entre as outras regiões quase desapareceram, oscilando entre 67,8 anos no Centro-Oeste e 67,4 anos na Região Norte. Observe-se ainda que as diferenças entre o Nordeste e as demais regiões de fato se ampliaram entre 1950 e 1970, a convergência só ocorrendo após esta última data. A evolução temporal da mortalidade infantil ao longo do Século XX é compatível com esta descrição feita para a expectativa de vida ao nascer, conforme esperado, dado serem os ganhos na sobrevida durante a primeira infância o principal componente no prolongamento da vida média em países como o Brasil (Gráficos 6 e 7).

Gráfico 5 - Evolução da esperança de vida ao nascer, por Grandes Regiões - Brasil - 1940/1990



Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1990. Rio de Janeiro: IBGE, v. 50, 1990.

<sup>14</sup> Veja a este respeito, por exemplo, Albuquerque e Oliveira (1996) e Ferreira e Castiñeras (1996).

<sup>15</sup> Veja, por exemplo, Curtis e McDonald (1991), Wood e Lovell (1992) e Sastry (1996).

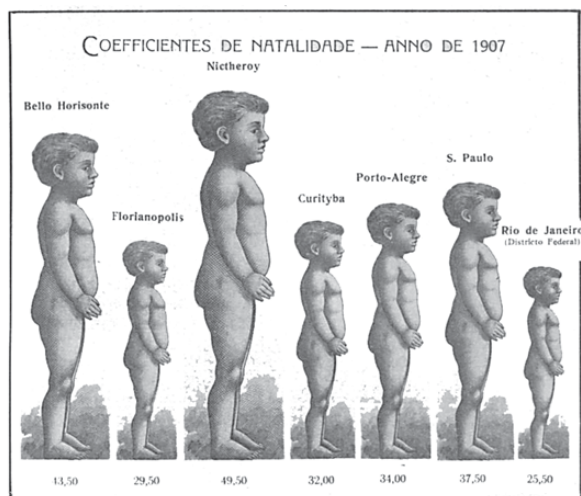


Gráfico publicado na Exposição Nacional de 1908. Acervo IBGE.

Uma consequência interessante da evolução temporal dos ganhos na sobrevivência no Brasil reside no fato de que, na segunda metade do século, os maiores ganhos relativos no que diz respeito à mortalidade adulta tenham se dado ligeiramente mais na população feminina, que já possuía um nível inicial mais favorável<sup>16</sup>. Com isso, a razão de sexos, isto é, o número de homens para cada 100 mulheres, cai com a idade. Estima-se que em 1991 a razão de sexos entre jovens era de 102,4, indicando um maior número de jovens homens do que de mulheres. Esta razão cai sistematicamente conforme se passa para grupos etários superiores, alcançando o valor de 85 homens para cada 100 mulheres entre pessoas com 60 anos e mais. Conforme indicado, esta diferença tem tendido a aumentar. Assim, por exemplo, a razão de sexos entre estas mesmas pessoas de 60 anos e mais em 1960 ainda era estimada em 98,8<sup>17</sup>.

Talvez a característica mais marcante da nossa época, mais ainda do que a queda da mortalidade,

<sup>16</sup> Aparentemente, um elemento importante nestes diferenciais é a maior exposição ao risco por morte violenta na população jovem masculina, conforme indicado acima.

<sup>17</sup> Cf. Anuário Estatístico do Brasil 1993, ver CD-ROM da publicação *Estatísticas do Século XX* (2003).

seja o fato de que pela primeira vez a fecundidade (isto é, o número médio de filhos tidos por mulher ao final de seu período reprodutivo) tornou-se o elemento responsável pela dinâmica populacional. Nos países desenvolvidos, o nível de mortalidade atingiu níveis tão baixos que seu efeito sobre a dinâmica demográfica é hoje muito reduzido. Como quase toda a população feminina nesses países sobrevive até o fim do período reprodutivo, tendo portanto todos os filhos que deseja ter, o efeito da mortalidade sobre o tamanho (ou seja, o número de pessoas) da população é mínimo, se comparado ao efeito das mudanças nas taxas de fecundidade. Numa demonstração pitoresca desse fato, Coale mostrou que o efeito de se obter a completa imortalidade para todos os americanos sobre a taxa de crescimento da população dos Estados Unidos nos anos de 1970 seria inferior ao efeito produzido por um acréscimo de apenas 15% na taxa de fecundidade das mulheres americanas.

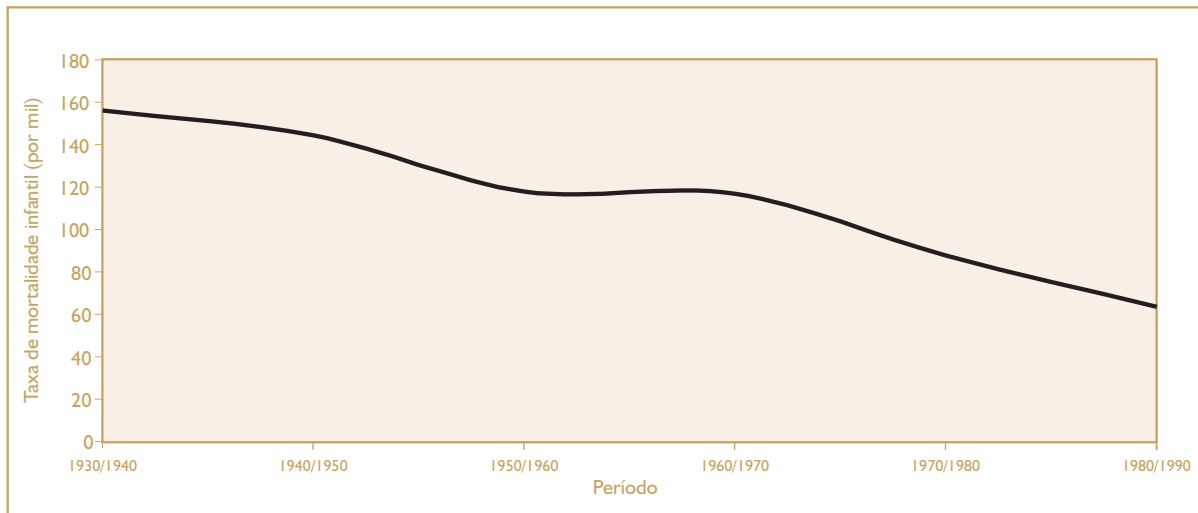
Nos países em desenvolvimento, o crescimento populacional ainda depende em larga medida de futuros declínios da mortalidade. Mas, no caso do Brasil, embora ainda haja ganhos muito importantes a serem feitos em relação à mortalidade, historicamente o componente mais forte no que diz respeito ao crescimento populacional foi a manutenção em níveis elevados da fecundidade das mulheres durante a maior parte do século. Como indicado acima, a mortalidade declinou acentuadamente no Brasil nos últimos 100 anos. Entretanto, a natalidade (ou seja, o número de nascimentos anuais para cada mil indivíduos na

Núcleo colonial de imigrantes, entre 1930 e 1937. CPDOC/FGV.





**Gráfico 6 - Evolução da mortalidade infantil - Brasil - 1930/1990**

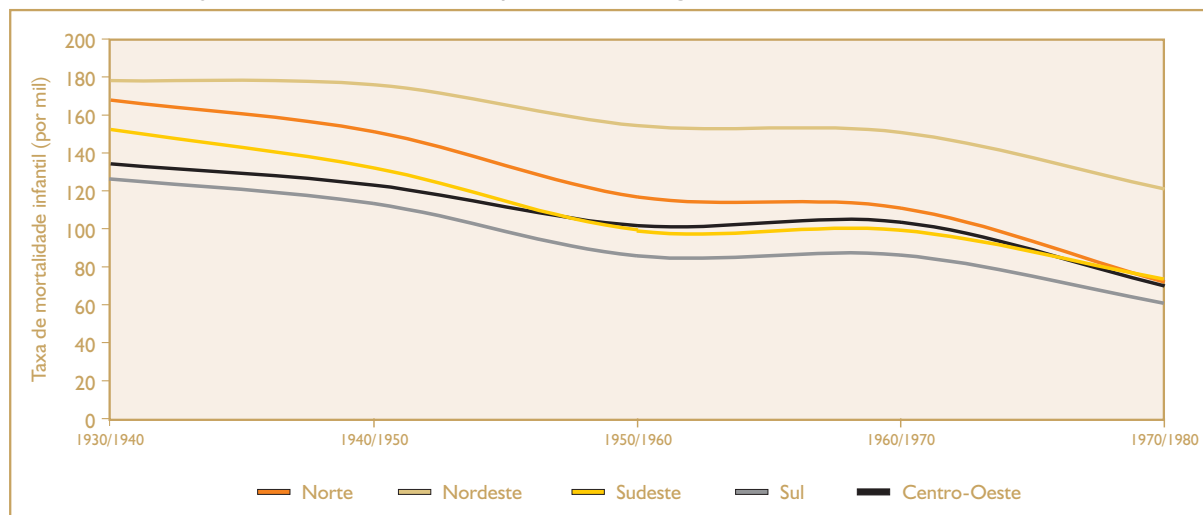


Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1990. Rio de Janeiro: IBGE, v. 50, 1990.

população) manteve-se bastante estável durante boa parte do mesmo período: a taxa bruta de natalidade, que oscilou em torno de 46,5 por mil habitantes durante todo o Século XIX, começou a declinar desde o início

do século seguinte, mas a um ritmo tão suave que a média para a década de 1960-1970 ainda era de 40 por mil, ou seja, houve apenas uma redução de 6,5 nascimentos por mil habitantes em mais de 100 anos. Aliada ao declínio

**Gráfico 7 - Evolução da mortalidade infantil, por Grandes Regiões - Brasil - 1930/1980**



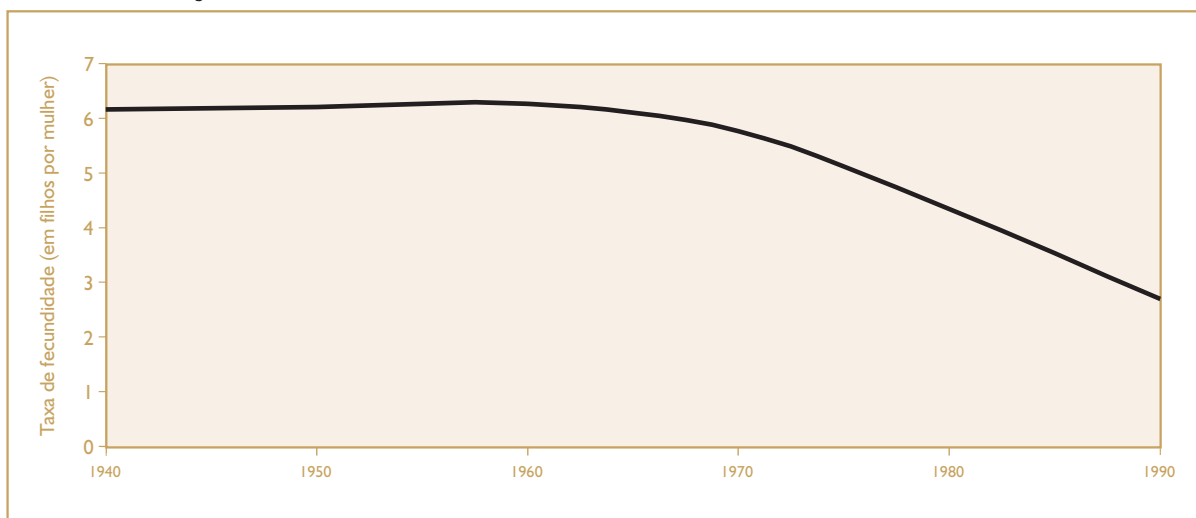
Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1990. Rio de Janeiro: IBGE, v. 50, 1990.

vertiginoso da mortalidade, essa manutenção da alta natalidade resultou em ritmos ascendentes do crescimento natural, o qual atingiu um máximo histórico na década de 1950, quando superou a marca de 29 por mil em média por ano. Uma taxa dessa magnitude implica uma duplicação do total da população a cada 25 anos aproximadamente.

No entanto, desde meados da década de 1960, a fecundidade feminina no Brasil tem se reduzido em ritmo muito acelerado<sup>18</sup>, fato possibilitado principalmente pela introdução de métodos modernos e eficientes de contracepção<sup>19</sup>. Todos os censos e pesquisas sobre reprodução humana desde 1970 indicaram que a taxa de fecundidade total (isto é, o número total médio de filhos que cada mulher teria ao fim de seu período reprodutivo, caso sua trajetória de vida reprodutiva seguisse as taxas

específicas de fecundidade por idade observadas no momento da pesquisa) tem declinado rápida e constantemente ano a ano (Gráfico 8). Assim, para o Brasil como um todo, a taxa de fecundidade total - TFT - declinou de um nível estimado em cerca de 5,8 filhos por mulher em 1970 para aproximadamente 4,3 filhos em 1980, uma redução sem dúvida muito substancial, atingindo cerca de 1,5 filho em média em apenas dez anos. O ritmo acelerado de queda da fecundidade tem continuado e, pelo que a experiência dos países desenvolvidos sugere, deverá ainda continuar no futuro. Os dados da última pesquisa sobre comportamento reprodutivo feita no Brasil<sup>20</sup>, datada de 1996, indicam que, naquele ano, a taxa de fecundidade total para o País tinha atingido o nível estimado em 2,5 filhos em média por mulher. Comparando com a TFT

Gráfico 8 - Evolução da taxa de fecundidade total - Brasil - 1940/1990



Fontes: Anuário estatístico do Brasil 1998. Rio de Janeiro: IBGE, v. 58, 1999; Brasil: pesquisa nacional sobre demografia e saúde 1996. Rio de Janeiro: Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil, 1997.

<sup>18</sup> O ritmo do declínio da fecundidade no Brasil é comparável ao que ocorreu em outros países em desenvolvimento. Martine (1996) indica que no caso brasileiro a fecundidade caiu mais rapidamente do que no México, na Índia ou em Bangladesh, mas mais lentamente do que na China ou na Tailândia.

<sup>19</sup> Muitos estudos têm apontado para a importância da introdução de métodos contraceptivos na redução da fecundidade no Brasil. Veja, por exemplo, Faria (1989); Silva, Henriques e Souza (1990) e Carvalho e Wong (1996). A discussão sobre política de população no Brasil é feita em McDonough e Souza (1984) e em Fonseca Sobrinho (1993), entre outros.

<sup>20</sup> Veja BRASIL: pesquisa nacional sobre demografia e saúde 1996 (1997).

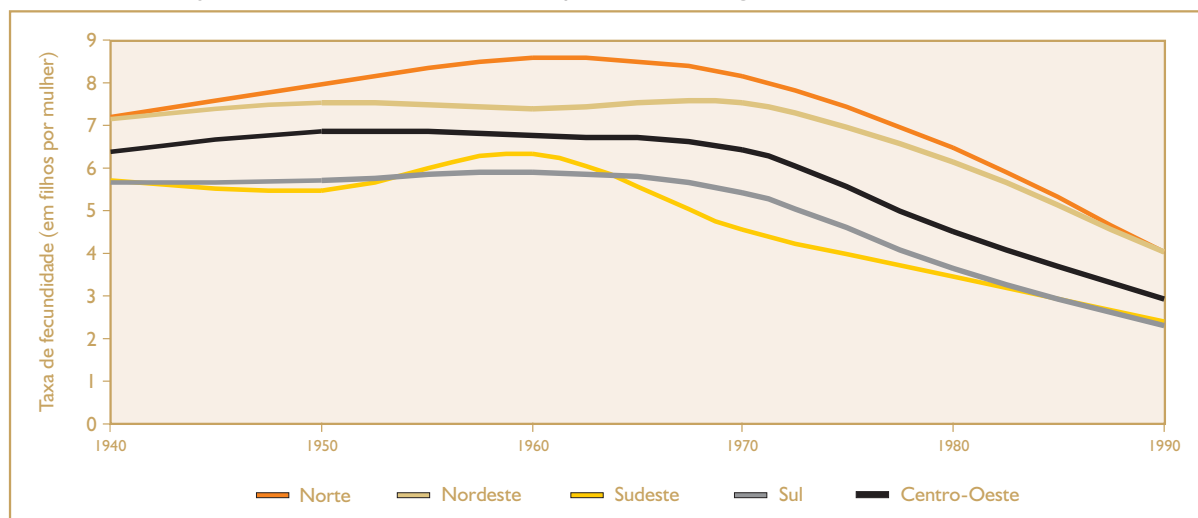
para 1960, verifica-se que no espaço dos 40 últimos anos do século o número médio de filhos tidos por mulher havia se reduzido em cerca de quatro filhos.

Dessa forma, a família brasileira encaminha-se aceleradamente para o padrão de dois filhos por casal, ou seja, para um nível em que cada geração de pais dá origem a uma geração de filhos exatamente de mesmo tamanho. A esse nível de fecundidade (que os demógrafos calculam equivaler a uma TFT de aproximadamente 2,1), que poderíamos chamar de “fecundidade de reposição”, cada mulher gera em média uma e apenas uma filha, que no devido tempo a substituirá em seu papel na reprodução da população<sup>21</sup>. Evidentemente, essa é uma condição essencial para se atingir, no longo prazo, a situação que os demógrafos chamam de “estacionariedade”, ou seja, uma população com crescimento zero.

A queda da fecundidade feminina é observável para todos os tipos de áreas e para todos os grupos e estratos sociais<sup>22</sup>. Nesse sentido, há uma clara tendência à convergência no comportamento reprodutivo<sup>23</sup>. Por exemplo, a maior diferença na TFT entre as grandes regiões brasileiras em 1950 estava calculada em cerca de 2,5 filhos (correspondendo aos valores de TFT de 8,0 para a Região Norte e de 5,5 para a Sudeste). Já nos dados para 1996 referidos acima, a maior diferença se dá entre o Nordeste (com TFT=3,1) e o Sudeste (com TFT=2,2), uma diferença que havia se reduzido a menos de um filho em média (Gráfico 9).

Deve-se indicar que, apesar da queda generalizada e em ritmo acelerado na fecundidade, nas últimas décadas as taxas para mulheres com idade abaixo de 20 anos permaneceram estáveis e as gravidezes entre adolescentes (isto é, mulheres entre 15 e 19 anos) têm aumentado, com graves

Gráfico 9 - Evolução da taxa de fecundidade total, por Grandes Regiões - Brasil - 1940/1990



Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1998. Rio de Janeiro: IBGE, v. 58, 1999.

<sup>21</sup> Como a fecundidade no Brasil tem perfil muito diferenciado socialmente, alguns estratos já se encontram em nível reprodutivo abaixo da reposição. Wood e Carvalho (1988), por exemplo, calculam que este era o caso dos estratos de maior rendimento já em 1970.

<sup>22</sup> Cf. Anuário Estatístico do Brasil 1990 (cap. 7, Tabela 11); BRASIL: pesquisa nacional sobre demografia e saúde 1996 (1997).

<sup>23</sup> A convergência nas taxas de fecundidade são discutidas em, por exemplo, Merrick e Berquó (1983) e, mais recentemente em Camarano (1996).



Construção da BR-29, rodovia Acre-Brasília. Acervo IBGE.

implicações para o bem-estar dessas jovens mães<sup>24</sup>. Esta tendência tem sido particularmente acentuada na Região Nordeste, onde se estima que em 1996 cerca de 21% das adolescentes já haviam engravidado.

Entretanto, apesar da aceleração no declínio da fecundidade, o nível absoluto da reprodução no Brasil é ainda relativamente substancial. Podemos estimar para o Brasil na última década do Século XX uma taxa bruta de natalidade de cerca de 22 nascimentos para cada mil habitantes. Certamente este valor representa uma redução de mais da metade do nível observado 100 anos antes (estimado em cerca de 45 por mil para a década de 1900-1910). Mas, comparando-se o valor atual para o Brasil com outros estimados para diversas regiões do mundo, podemos observar que a natalidade em nosso País encontra-se ainda bem acima do nível médio dos países desenvolvidos, algo entre 11 e 14 por mil, ou seja, a natalidade no Brasil ainda é aproximadamente o dobro da natalidade na Europa Ocidental, por exemplo. Parte da explicação dessa relativa inércia da natalidade deve ser procurada na estrutura etária da população brasileira.

Do passado de fecundidade alta e estável durante muito tempo (e mesmo ligeiramente crescente, como

<sup>24</sup> O aumento da gravidez na adolescência no Brasil já era um fenômeno esperado, seguindo o que aconteceu nos países mais desenvolvidos, veja-se em: Henriques, Silva e Wulf (1989). A situação atual, no entanto, é bastante preocupante. Por exemplo, dados de 1996 indicam que 20% de todos os nascidos vivos no ano anterior eram de adolescentes. Veja GUPTA; LEITE (2001).

aconteceu entre 1940 e 1965, aproximadamente) e de mortalidade declinante resultou numa característica importante da população brasileira no Século XX: a ampla predominância de jovens em sua estrutura etária. O efeito da fecundidade sobre a estrutura por idade de uma população é bastante intuitivo. Se a fecundidade é elevada numa população, cada geração de pais dará origem a uma geração de filhos mais numerosa do que ela. Assim, a estrutura etária de uma população com um passado de fecundidade consistentemente alta terá uma forma tipicamente piramidal, com os patamares inferiores (os mais jovens) sendo maiores que os patamares imediatamente superiores. Quanto maior a fecundidade da população, maior será a relação entre o tamanho dos patamares. Contrariamente, uma população com baixa fecundidade tenderá a ter uma estrutura etária cilíndrica, com um maior estreitamento na base quanto menor for a fecundidade, refletindo a incapacidade das gerações de pais de se reproduzirem na geração dos filhos.

O efeito da mortalidade sobre a estrutura etária é menos óbvio. O senso comum poderia sugerir que uma redução na mortalidade, com o correspondente aumento no tempo médio de vida, levaria necessariamente a uma população mais velha. Embora esse seja realmente o caso nos atuais países desenvolvidos, em que a mortalidade já se encontra num nível bastante reduzido, isto não reflete a redução da mortalidade que vem historicamente ocorren-

Apuração do Censo de 1940. Acervo IBGE.





Pescador em Natal, RN.  
Acervo IBGE.

do nos países em desenvolvimento. A razão está no fato de que a redução da mortalidade, quando se parte de níveis elevados, está basicamente centrada em grandes ganhos na mortalidade infantil e juvenil (diferente do caso dos países de já baixa mortalidade, onde os ganhos se localizam na mortalidade em idade madura). Disto resulta que um número relativamente maior de crianças, e não de adultos, sobrevi-

ve, o que paradoxalmente gera uma população ainda mais “jovem”, e não mais “velha”. Além disso, um número maior de jovens sobrevive até a idade reprodutiva, o que por sua vez faz aumentar a natalidade (e reforçando assim o efeito rejuvenescedor da queda da mortalidade). Desse modo, o efeito da queda histórica da mortalidade nos países em desenvolvimento, entre os quais obviamente se inclui o Brasil, atua contrariamente ao que se poderia esperar no sentido de aumentar a quantidade relativa de jovens na população. É importante que se enfatize, no entanto, que esse efeito é relativamente pequeno quando comparado com o efeito da fecundidade.

O pequeno efeito da queda da mortalidade, somado ao grande efeito da manutenção da taxas elevadas de fecundidade, resultou numa população brasileira muito “jovem” durante todo o Século XX, isto é, numa população onde a proporção de pessoas idosas (por exemplo, com 65 anos ou mais) é bastante reduzida. A estrutura etária da população brasileira era então bastante similar à de outros países em desenvolvimento, e contrasta com países de fecundidade já estabilizada em níveis baixos,

como, por exemplo, os países da Europa Ocidental. Nestes, a proporção de pessoas com mais de 64 anos está situada em torno de 11% do total da população. No caso do Brasil, esta proporção de “idosos” era de 2,4 em 1940 e, embora venha crescendo sistematicamente, seguindo a redução na fecundidade, chegando a dobrar esta proporção no final do século ( com 4,8% de “idosos” em 1991), este valor ainda está distante dos níveis europeus<sup>25</sup>. Evidentemente, a continuada tendência à redução da fecundidade no Brasil, que como vimos já está próxima do nível de “reposição”, deverá levar num futuro ainda distante a uma população com um perfil etário semelhante aos presentemente observados nos países desenvolvidos, isto embora os ganhos que ainda se podem esperar na mortalidade infantil tendam numa certa medida a atenuar o ritmo de “envelhecimento” da população brasileira.

De qualquer forma, embora o perfil etário da população atual seja ainda relativamente “jovem”, a redução da fecundidade experimentada desde meados da década de 1960 já resultou num substancial “envelhecimento” de nossa população<sup>26</sup>. Assim, comparando a estrutura etária registrada pelo Censo de 1991 com a de um de meados do século passado, digamos o de 1950,

Família de colono japonês, Manaus, AM. Acervo IBGE.



<sup>25</sup> Cf. Anuário Estatístico do Brasil 1996, Tabela 2.21.

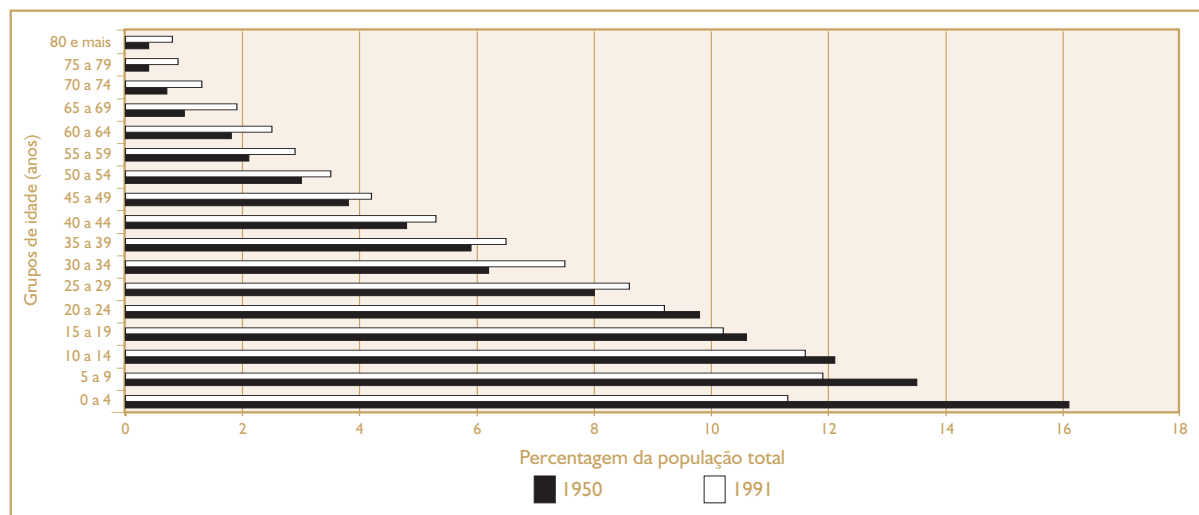
<sup>26</sup> O envelhecimento da população brasileira tem despertado interesse pela situação dos idosos. Várias tabulações têm sido divulgadas com este propósito. Veja, por exemplo: Anuário Estatístico do Brasil 1995, Tabelas 2.45 - 2.50.

verifica-se que este último tinha uma proporção maior de pessoas nas faixas etárias até os 24 anos de idade, invertendo-se a situação a partir desta idade (Gráfico 10). Claramente a estrutura etária de 1991 é bastante mais “velha” que a de 1950. Adicionalmente, na estrutura de 1991 observa-se que a redução da fecundidade já resulta num número decrescente de crianças nascendo e a faixa de idade de pessoas de 0 a 4 anos já sendo menor que a imediatamente acima, a de pessoas com idade entre 5 e 9 anos.

Podemos então ver que a estrutura por idade de uma população depende basicamente dos regimes de mortalidade e, principalmente, da fecundidade prevalente em sua experiência passada. Sociedades que no passado foram caracterizadas por níveis consistentemente baixos de fecundidade apresentam uma estrutura etária “velha”, com forma de tipo cilíndrico. Contrariamente, uma sociedade com um passado de alta fecundidade tem uma população “jovem”, com uma estrutura etária de tipo piramidal. Essa estrutura etária jovem implica que, a cada momento, um número absoluto cada vez maior de pessoas entra no período reprodutivo (normalmente de 15 a 19 anos para as mulheres), de tal forma que, mesmo que a fecundidade das

mulheres diminua, o número de nascimentos naquele momento pode ser ainda maior que os ocorridos no período anterior, e simplesmente porque existirá um número maior de casais gerando filhos naquele momento. Assim, a estrutura etária da população representa, neste caso, um elemento de inércia contra a diminuição da natalidade. Em termos dinâmicos, uma população com um passado de alta fecundidade, que passe por um processo de redução dessa fecundidade até os níveis mínimos viáveis no longo prazo, como é o caso da população brasileira, levará ainda um certo tempo para parar de crescer, dependendo naturalmente do nível de fecundidade de onde partir e de quão rápido é o declínio do mesmo. Dessa forma, se uma população reduz sua fecundidade ao nível de mera reposição, em que cada mulher adulta seja substituída no tempo devido por uma e apenas uma filha em média, esta população tenderá, no longo prazo, à condição de “estacionariedade”. Mas, quanto maior for o nível de fecundidade antes de iniciado o declínio, maior será o tempo levado para atingir a estabilização e maior será a população final; similarmente, quanto mais forte for a taxa de declínio da fecundidade,

Gráfico 10 - Distribuição relativa da população brasileira, por grupos de idade - 1950/1991



Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1996. Rio de Janeiro: IBGE, v. 56, 1997.

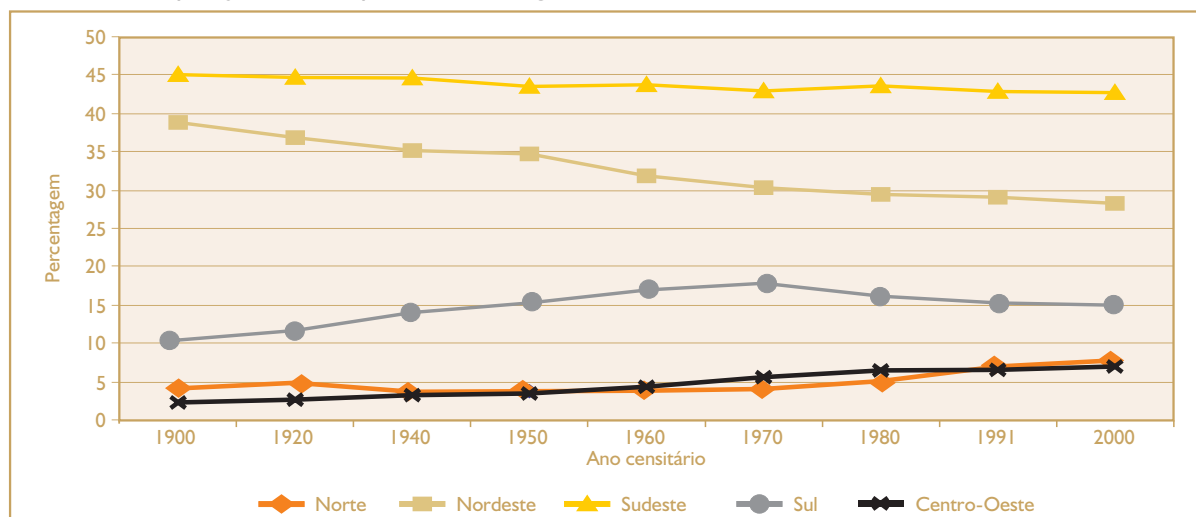
menor será o tempo levado para atingir a estabilização, e menor será a população final.

A conseqüência do processo de transição atravessado pela população brasileira é que, apesar de estarmos nos aproximando rapidamente de um nível de fecundidade de mera “reposição”, o *momentum* para o crescimento incorporado na sua estrutura etária fará com que a nossa população continue crescendo ainda por algumas décadas. As projeções de população feitas pelo IBGE<sup>27</sup> no final dos anos de 1990, embora deva passar por uma ligeira revisão para cima, dado que o valor projetado para o ano de 2000 mostrou-se estar subestimado em um pouco mais de 2%, indicavam que até 2020 a população brasileira deverá ainda ter crescido em pelo menos 22% em relação ao valor atual. Mais importante, embora essas projeções incorporem a hipótese de se atingir o nível de reposição na segunda metade da presente década, a previsão é que em 2020 a taxa de crescimento anual

ainda deverá estar em 0,71%, devendo permanecer positiva por pelo menos ainda mais duas décadas.

A grande diferenciação nas estatísticas vitais entre regiões, aliada aos fortes movimentos de migração interna, que se intensificaram em meados do Século XX (especialmente nas décadas de 1960 e de 1970), resultou em mudanças significativas na participação relativa das grandes regiões no total da população (Gráfico 11). Em que pese os altos níveis de reprodução, a população da Região Nordeste, o grande ponto de origem das migrações internas brasileiras, vem perdendo historicamente sua participação no total. Contando com quase 39% do total da população nacional em fins do Século XIX, a população nordestina atualmente corresponde a cerca de 28% do total, o que, vale dizer, sofreu uma perda relativa de mais de dez pontos percentuais ao longo do século passado. Por outro lado, a Região Sudeste, que já partiu do patamar mais elevado em termos relativos em 1900, quando correspondia a cerca de 45% do total, consegue manter esta participação durante os últimos

Gráfico 11 - População relativa, por Grandes Regiões - Brasil - 1900/2000



Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1996. Rio de Janeiro: IBGE, v. 56, 1997.

<sup>27</sup> Cf. Anuário Estatístico do Brasil 1998, Tabelas 2.6-2.8.

100 anos, chegando ao ano de 2000 com quase 43%. Nesta região, as taxas elevadas de imigração, particularmente com origem no Nordeste, foram compensadas por ritmos decrescentes de crescimento natural da população nativa, resultando numa relativa estabilidade temporal.

A Região Sul, que constitui um destino importante tanto para a imigração internacional como para a interna até a década de 1970, com a diminuição do ritmo imigratório (e mesmo tendo-se transformado em região de emigração a partir desta mesma década) e do crescimento natural, vem perdendo sua participação relativa no total da população brasileira ao longo dos últimos 30 anos. Sua participação relativa atual é semelhante à que tinha em meados do século, algo em torno de 15% do total.

Com a crescente interiorização da população brasileira, especialmente depois da transferência da capital federal para Brasília em 1960, as regiões que vêm apresentando maiores ritmos de crescimento na participação relativa são as Regiões Norte e Centro-Oeste, especialmente. A Região Norte quase dobra a sua participação, saindo

de 4% do total em 1900 para cerca de 7,6% em 2000. Observe-se que para este ritmo vigoroso muito contribuiu a persistência de elevados níveis de reprodução (por exemplo, a TFR desta região em 1960 é estimada em 8,6 filhos por mulher), dando origem a fortes taxas de crescimento natural. Concomitantemente, a Região Centro-Oeste cresce sua participação de forma extraordinária, mais que triplicando ao longo do Século XX. De fato, partindo de um nível muito modesto em 1900, quando respondia por apenas 2,1% do total, esta região chega ao final do século com cerca de 6,8%. Como se poderia esperar, o período de crescimento mais vigoroso se dá justamente entre 1950 e 1980, quando sua participação cresce de 3,3% para 6,3% do total.

Uma outra transformação importante por que passou a população brasileira ao longo do Século XX foi sua passagem de uma população basicamente rural durante toda a primeira metade do século para uma situação de larga predominância urbana ao final do século. Assim, enquanto a população classificada como urbana em 1950



Vaqueiros da Ilha de Marajó, PA. Acervo IBGE.



correspondia a cerca de 36% do total da população brasileira, a cifra referente ao ano 2000 atingia mais de 81%. Esse crescimento da população urbana não reflete apenas as fortes migrações de origem rural, como também o significativo crescimento natural das próprias áreas urbanas e a incorporação de novas áreas, que passaram a ser classificadas como urbanas nos censos mais recentes.

De fato, o Brasil já se encontrava, no final do Século XX, numa fase avançada de sua transição urbana, caracterizada por uma tendência à desconcentração e à desmetropolização. Em 1991, 30% da população brasileira vivia em cidades de um milhão ou mais de habitantes. O ritmo da urbanização foi especialmente rápido nos anos de 1960 e de 1970, tendendo a ser mais rápido nas cidades de maior porte. A partir de 1980, no entanto, o ritmo de urbanização se reduz à metade, com uma queda mais acentuada justamente nas cidades maiores. Assim, as nove metrópoles, as quais absorveram 41% do crescimento populacional brasileiro nos anos de 1970, reduziram seu papel na absorção do crescimento populacional para menos de 30% entre 1980-1991<sup>28</sup>.

Deve-se assinalar também que, apesar da urbanização ser um fato nacional, atingindo a todas as regiões, persistem ainda grandes diferenças entre estas<sup>29</sup>. Assim, enquanto a urbanização da sociedade no ano de 2000 atinge o nível de cerca de 91% na região mais populosa, a Região Sudeste, nas Regiões Norte e Nordeste a taxa de urbanização é de 70%, aproximadamente. As Regiões Sul e Centro-Oeste ocupam uma posição intermediária, com 81% e 87% de população urbana, respectivamente. Observe-se que este ritmo contínuo de urbanização manteve-se mesmo num contexto de



Índios no Mato Grosso. Acervo IBGE.

crise e baixo crescimento econômico, como foram as duas últimas décadas do século. A taxa de urbanização para o País como um todo em 1980 ainda era de 67,6%, implicando dizer que esta cresceu ainda quase 14 pontos percentuais nestes últimos 20 anos do século. Acrescente-se que a urbanização deu-se de forma ainda mais acentuada nas Regiões Norte e Nordeste: em 1980 em ambas as regiões as áreas urbanas respondiam por apenas 50% da população regional, implicando um aumento de quase 20 pontos percentuais no referido período.

Segundo as estimativas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD - de 1997<sup>30</sup>, do total da população brasileira naquele ano, ao responderem ao quesito “qual a sua cor?”, 54,4% indicaram a cor branca como a descrição mais adequada no seu caso. A porcentagem equivalente para aqueles se identificando como pretos era de 5,2%, como pardos, na ordem de 40,0%, e como amarelos, indígenas ou sem declaração de cor, apenas 0,5%<sup>31</sup>.

Chuveiro público em Marcelino Ramos, RS.  
Acervo IBGE.



<sup>28</sup> Cf MARTINE (1993).

<sup>29</sup> Cf. SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO DEMOGRÁFICO 2000 (v. 7, 2001).

<sup>30</sup> Dados em: Anuário Estatístico do Brasil 1998, Tabela 2.20.

<sup>31</sup> Para uma discussão das variações ao longo dos censos e dos cuidados de interpretação que requerem os dados oficiais sobre cor da população brasileira, veja, por exemplo, Araújo (1988) e Berquó (1988).



Candango chega à capital em construção. Brasília, DF. Acervo IBGE.

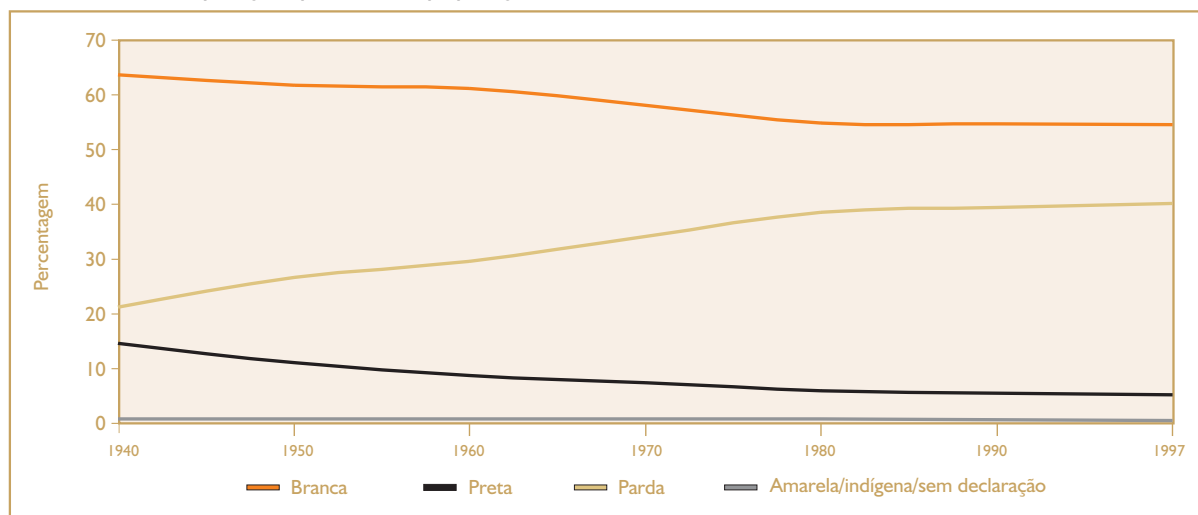
A composição por cor da população brasileira apresenta, no entanto, uma evolução histórica peculiar. Em que pese algumas variações no formato do quesito cor, ao longo dos censos e das PNADs, parece indubitável que a

população brasileira de cor branca era minoritária durante a maior parte do Século XIX, com a estimativa para 1890 indicando que os brancos compunham cerca de 44% da população total. Esse quadro se viu dramaticamente alterado com as fortes migrações de origem européia que, como vimos antes, atingiram seu auge nas décadas em torno da virada do século e que resultaram em acentuado embranquecimento da população. Assim, o recenseamento de 1940 mostraria que a proporção de brancos havia alcançado a marca dos 63,5%, ao passo em que a população identificada como parda havia reduzido a sua partici-

pação relativa a praticamente a metade dos 41,4% registrados 50 anos antes.

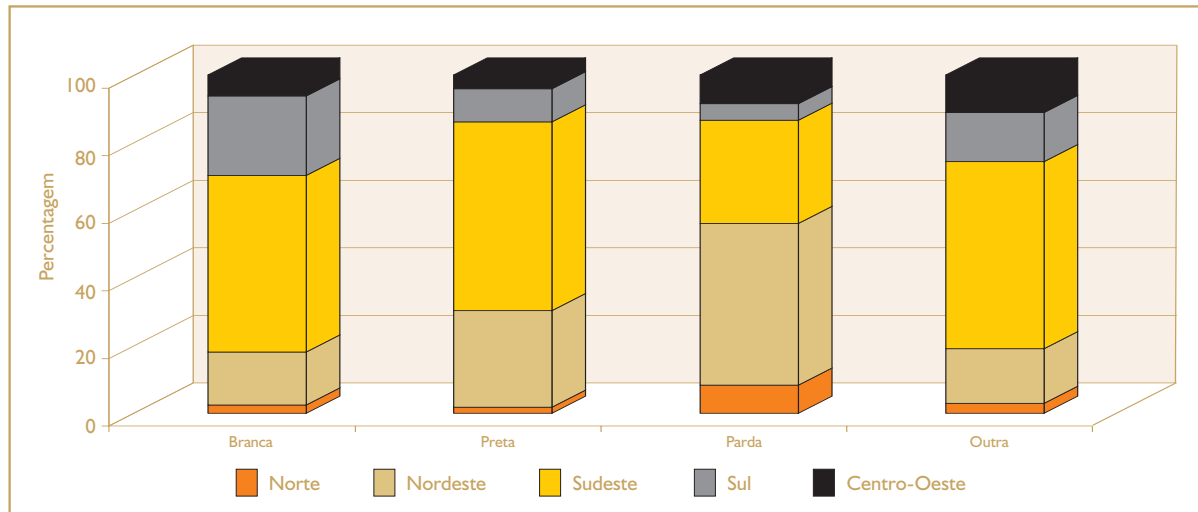
Nesta última data, entretanto, as migrações européias já haviam deixado de se constituir em elemento primordial na evolução demográfica da população brasileira, esta resultando desde então do comportamento dos fatores de crescimento natural endógeno. A dinâmica demográfica passa então, como vimos, a ser regida pelos regimes de mortalidade e de fecundidade e, no caso da composição por cor, também pelo padrão de intercasamento. É a evolução desses fatores que explica, numa forma que envolve complexa determinação, as mudanças na estrutura de cor de nossa população. Tendencialmente, as resultantes das evoluções dos componentes demográficos parecem apontar para uma consistente redução na participação relativa da população preta, para um aumento correspondente na população parda e lenta diminuição da população auto-identificada como branca (Gráfico 12). Observe-se, no entanto, que o perfil de participação relativa dos grupos de cor tem se alterado muito pouco, como que indicando uma tendência a se estabilizar em níveis próximos daqueles observados atualmente.

Gráfico 12 - Composição, por cor, da população brasileira - 1940/1997



Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1998. Rio de Janeiro: IBGE, v. 58, 1999.

Gráfico 13 - Distribuição regional dos grupos de cor - Brasil - 1997



Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1998. Rio de Janeiro: IBGE, v. 58, 1999.

Uma característica notável da composição racial da população brasileira são as grandes diferenças em sua distribuição espacial<sup>32</sup>. A par da elevada concentração da população amarela no Sudeste (especialmente no Estado de São Paulo, onde estão localizados cerca de três quartos

Vaqueiro no sertão do Canindé, CE.  
Acervo IBGE.

dos membros deste grupo de cor), os contrastes mais fortes parecem se dar entre as populações branca e preta por um lado, e a população parda por outro. Assim, enquanto praticamente a metade da população parda se encontrava em 1997 na Região Nordeste (mais precisamente, 47,8%), a fração correspondente para os brancos é de apenas 15,6%. Inversamente, as áreas relativamente

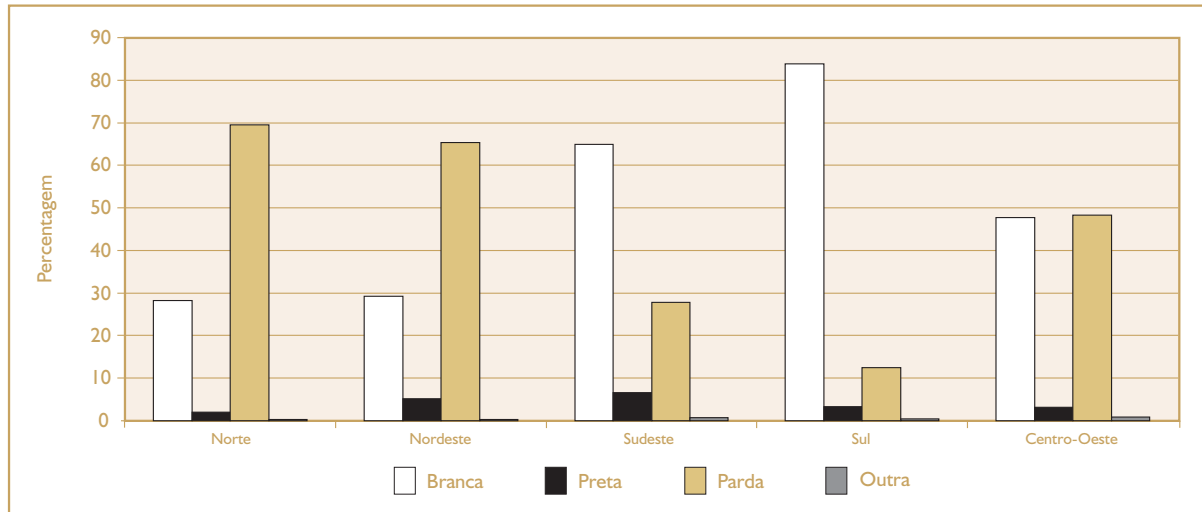
mais ricas do Sudeste e do Sul abrigam 75,9% da população branca e apenas 35,4% da população parda. Nesse sentido, é importante observar que a população preta desfruta de nítidas vantagens locais relativamente ao grupo pardo, com uma concentração mais forte nas áreas mais ricas: 65,6% dos indivíduos no grupo preto vivem nas Regiões Sudeste e Sul e apenas 28,5% no Nordeste. Dessa forma, o perfil locacional do grupo preto está mais próximo daquele do grupo branco do que o do grupo pardo (Gráfico 13).

Examinando-se a composição por cor das grandes regiões brasileiras, os principais fatos parecem ser a elevada participação dos brancos nas populações do Sul (com 83,8% do total regional) e no Sudeste (64,9% do total, sendo que no Estado de São Paulo a participação relativa dos brancos passa dos três quartos da população) e a dos pardos nas Regiões Norte e Nordeste, onde compreendem 69,5% e 65,4% dos totais destas regiões em 1997, respectivamente (Gráfico 14). No que diz respeito ao grupo preto, o fato mais notável parece ser sua forte

<sup>32</sup> Cf. Anuário Estatístico do Brasil 1998, Tabela 2.20.



Gráfico 14 - Composição, por cor, das Grandes Regiões - Brasil - 1997



Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1998. Rio de Janeiro: IBGE, v. 58, 1999.

participação na população do Rio de Janeiro, onde atingem mais de 10% da população estadual, número que representa quase o dobro de sua participação na população brasileira total. De fato, só a população preta na Região Metropolitana do Rio de Janeiro é maior do que a população deste grupo de cor em toda a área rural da Região Nordeste e, diferente do que se popularmente crê a respeito, representa mais que o dobro daquela localizada nas três metrópoles nordestinas juntas.

Além disso, existem importantes diferenças raciais nos componentes da dinâmica demográfica, refletindo, pelo menos parcialmente, as diferenças na distribuição espacial e socioeconômica dos grupos de cor. Dessa forma, no que diz respeito à mortalidade infantil, estimativas feitas para 1980 indicavam que, enquanto a taxa

para crianças brancas era de 77 óbitos de menores de 1 ano para cada mil nascidos vivos, a taxa correspondente para pardos era de 105 e para pretos de 102, o que significa que para a população não-branca (isto é, juntando-se pretos e pardos) o nível da mortalidade infantil naquela data equivalia ao nível da mesma taxa para a população branca 20 anos antes<sup>33</sup>.

Similarmente, pretos e pardos apresentam níveis de mortalidade adulta significativamente maiores do que brancos. Entre homens, a expectativa de vida ao nascer, que era da ordem de 41,6 anos entre pretos e pardos e de 49,7 anos entre brancos no período de 1950-1955, atinge o nível estimado em 64,1 para brancos e 57,7 para pretos e pardos em 1975-1980. Para as mulheres, o quadro é semelhante: de um nível inicial de cerca de 43,8 anos para não-brancas e de 52,6 anos para brancas em 1950-1955, as estimativas para o período de 1975-1980 eram de 61 e 68 anos, respectivamente<sup>34</sup>. Observe-se que, apesar de os ganhos terem sido um pouco mais acentuados entre não-brancos durante o período, permaneceram diferenças

Mulher na porta de casa no interior de Minas Gerais, 1984. Foto: Miguel de Aun. Arquivo Público Mineiro.



<sup>33</sup> Cf. TAMBURRO (1987).

<sup>34</sup> Cf. WOOD (1991).



Almoço em família, Piranhas, AL. Foto: José Caldas - BrazilPhotos.

sensíveis na sobrevivência a favor dos brancos, vantagem que era da ordem de cerca de 6,4 anos entre os homens e de sete anos entre as mulheres.

Algumas diferenças significativas também se deram na área da reprodução. Examinando-se a evolução da taxa de fecundidade total - TFT - entre 1940 e 1980, observa-se que as mulheres pardas durante todo este período apresentaram os níveis reprodutivos mais elevados, com um valor estimado em 6,3 filhos por mulher em 1940, declinando para 5,6 filhos ainda em 1980. O declínio da fecundidade, que apresenta um padrão de descenso comum a todos os grupos de cor, afetou diferentemente o ritmo reprodutivo desses grupos. Em particular, a queda da fecundidade foi particularmente rápida entre mulheres brancas, caindo de 6,1 filhos por mulher em 1960 para cerca de 3,6 filhos em 1980. Com isso, as mulheres pretas, que tinham o menor nível reprodutivo até 1960, passam posteriormente a ter uma fecundidade superior à das brancas, com um nível médio de 5,1 filhos por mulher em 1980<sup>35</sup>.

Outras estimativas indicam que entre 1980 e 1984 a redução mais intensa deu-se entre mulheres pardas (uma queda da ordem de 22%), resultando numa convergência na fecundidade entre pretas e pardas, com a TFT atingindo 4,3 e 4,1 filhos entre pretas e pardas, respectivamente. Com isso,

<sup>35</sup> Cf. BERCOVICH (1987).

<sup>36</sup> Cf. BERCOVICH (1991).

<sup>37</sup> Cf. BERQUÓ (1987).

tem-se reduzido também a diferença entre pardas e brancas, caindo de cerca de dois filhos para 1,4 filho.<sup>36</sup>

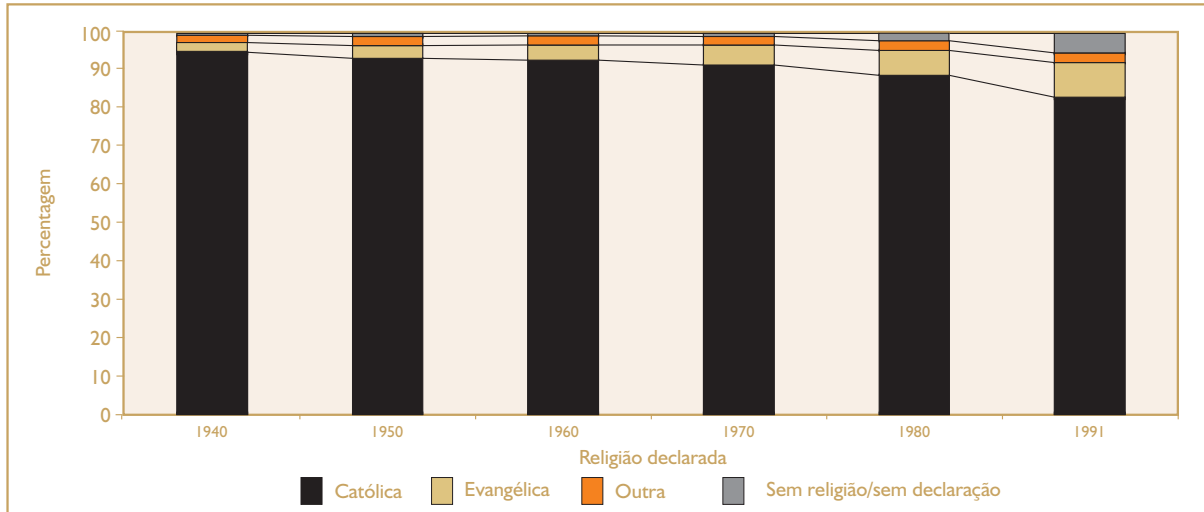
No que diz respeito aos padrões de casamento, entendidos aqui de forma ampla, incluindo não só as uniões formais como também as consensuais, novamente observamos diferenças significativas ao longo do Século XX. O grupo preto tendeu a apresentar o padrão de casamento mais tardio, com idade média ao casar em 1980 sendo estimada em 23,4 anos para mulheres pretas e em 26,3 anos para homens pretos, enquanto o padrão mais precoce é o do grupo pardo, com uma idade média ao casar de 22,5 anos para mulheres e de 25,4 anos para homens. Nesse caso, naquela data o grupo branco apresentava um comportamento intermediário. As diferenças mais significativas, no entanto, diziam respeito ao celibato definitivo (isto é, a proporção de pessoas que nunca chegam a casar): aqui o contraste entre brancos e pardos naquela mesma data era relativamente modesto quando cotejado com os dados para o grupo preto. De fato, enquanto entre brancos e pardos o celibato masculino fica entre 5,2% e 5,5%, entre pretos o percentual correspondente é de 7,8%. Mas, o que mais chamava a atenção era o celibato entre mulheres pretas, atingindo o nível de 13,4% delas e contrastando com o nível de 7,7% a 8% entre brancas e pardas<sup>37</sup>.

Deve-se mencionar ainda que, embora num nível inferior ao observado em outras sociedades multirraciais (como os Estados Unidos e a África do Sul), na maior

Menino brinca de tocar viola. Bom Jesus da Lapa, BA, 1996. Foto José Caldas - BrazilPhotos.



Gráfico 15 - Composição da população brasileira por religião - 1940/1991



Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1998. Rio de Janeiro: IBGE, v. 58, 1999.

parte dos casamentos no Brasil os cônjuges eram do mesmo grupo de cor. Essa endogamia, que variava inversamente com o tamanho do grupo, era maior entre brancos do que entre pretos. Assim, em 1980, apenas 58,6% dos homens pretos estavam casados com mulheres da mesma cor, ao passo que 67% das mulheres pretas tinham cônjuges do mesmo grupo. Os valores entre brancos é de 88,1% para homens e de 84,7% para as mulheres. Adicionalmente, nos casamentos exogâmicos,

era mais comum o caso em que o homem era mais escuro do que a mulher do que o inverso<sup>38</sup>.

Os censos brasileiros também têm tradicionalmente incluído um quesito destinado a capturar a identificação religiosa da população brasileira<sup>39</sup>. Embora apresentando notórias dificuldades com este quesito, dado o sincretismo e a possibilidade de identidade com a prática simultânea em mais de uma denominação religiosa, é interessante observar as mudanças por que vêm passando nossa

Clientes no Banco Hipotecário e Agrícola, em Belo Horizonte, MG.  
Arquivo Público Mineiro.



população nesta área, especialmente nas décadas finais do século (Gráfico 15). Um primeiro aspecto a notar é que, tendo-se mantido mais ou menos estável durante a maior parte do Século XX, a identificação com a religião católica começa a declinar rapidamente durante as duas últimas décadas. Com um nível que ainda se localizava em cerca de 92% em 1970, a proporção de católicos declina para

<sup>38</sup> Idem.

<sup>39</sup> Cf. Anuário Estatístico do Brasil 1998, Tabela 2.1, ver CD-ROM da publicação *Estatísticas do Século XX* (2003).



No apartamento, rede e televisão. Rio de Janeiro, RJ. Foto: Gustavo Azeredo - Agência O Globo.

**IBGE**

83% já em 1991. Em contrapartida, duas respostas ao quesito apresentam forte incremento: por um lado, a identificação evangélica cresce significativamente, de um nível estimado em 2,6% em 1940 para cerca de 9,0% em 1991, indicando o que provavelmente representa um movimento de migração religiosa; por outro, em conformidade com uma crescente secularização da sociedade, normalmente associada ao processo de modernização, cresce extraordinariamente aqueles que se declaram sem religião e aqueles que simplesmente não respondem ao quesito. De fato, a proporção de brasileiros nesta última categoria cresce de apenas 0,5% em 1940 para 5,1% em 1991, mais que decuplicando neste espaço de 50 anos. Estas tendências gerais provavelmente continuaram na

última década do século passado, ampliando ainda mais a heterogeneidade religiosa da população brasileira.

### Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, F. R.; OLIVEIRA, J. Aspectos gerais da evolução dos óbitos por causas externas no Brasil. In: COMPONENTES da dinâmica demográfica brasileira: textos selecionados. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. p. 81-90. (Textos para discussão, n. 85).

ARAÚJO, T. C. *A classificação de "cor" nas pesquisas do IBGE: notas para uma discussão.* [Rio de Janeiro: IBGE], 1988.

BERCOVICH, A. *Fecundidade da mulher negra*. constatações e questões. Campinas: Unicamp, Nepo, 1987. p. 47-101. (Textos Nepo, n. 11).

\_\_\_\_\_. Considerações sobre a fecundidade negra no Brasil. In: LOVELL, P. (Ed.). *Desigualdades raciais no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG, CEDEPLAR, 1991.

BERQUÓ, E. S. *Nupcialidade da população negra no Brasil*. Campinas: Unicamp, Nepo, 1987. p. 8-45. (Textos Nepo, n. 11).

\_\_\_\_\_. Demografia da desigualdade: considerações sobre a população negra no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6., 1988, Olinda, PE. *Anais...* Olinda, PE: Associação Nacional de Estudos Populacionais, 1988. p. 89-110.

BRASIL: pesquisa nacional sobre demografia e saúde 1996. Rio de Janeiro: BEMFAM: Macro Internacional, 1997. 182 p.

CAMARANO, A. A. *Fertility transition in Brazil in the twentieth century: a comparative study of three areas*. 1996. Dissertation (Ph.D) - London School of Economics and Political Science, University of London, London.

CARVALHO, J. A. M. O saldo dos fluxos migratórios internacionais no Brasil na década de 80: uma tentativa de estimação. In: PATARRA, N. (Coord.). *Migrações internacionais herança XX agenda XXI*. Campinas: FNUAP, 1996. v. 2. p. 227-238.

\_\_\_\_\_; WONG, L. R. Causes and consequences of the fertility decline in Brazil. In: GUZMAN, J. et al. (Ed.) *The fertility transition in Latin America*. Oxford: Oxford University Press, 1996. p. 373-396.

CLEVELARIO JÚNIOR, J. A participação da imigração na formação da população brasileira. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 14, n. 1/2, p.51-71, jan./dez. 1997.

CURTIS, S. L.; McDONALD, J. W. Birth spacing and infant mortality in Brazil. *Journal of Biosocial Science*, n. 23, p. 343-352, 1991.

FARIA, V. E. Políticas de governo e regulação da fecundidade: conseqüências não antecipadas e efeitos perversos. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, p. 62-69, 1989.

FERREIRA, C. E.; CASTIÑERAS, L. L. O rápido aumento da mortalidade dos jovens adultos em São Paulo: uma tendência trágica. *São Paulo em Perspectiva*, v. 10, n. 3, p. 34-41, 1996.

\_\_\_\_\_; FLORES, L. P. O. As dimensões da mortalidade infantil em São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 4. n. 1, p. 107-135, jan./jun. 1987.

FONSECA SOBRINHO, D. *Estado e população: uma história do planejamento familiar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

GUPTA, N.; LEITE, I. C. Tendências e determinantes da fecundidade entre adolescentes no nordeste do Brasil. *Perspectivas Internacionais de Planejamento Familiar*, p. 24-29, 2001. Número especial.

HENRIQUES, M. H. ; SILVA, N. V.; WULF, D. *Adolescentes de hoje, pais de amanhã*. New York: Alan Guttmacher Institute, 1989.

MARTINE, G. Brazil's fertility decline, 1965-95: a fresh look at key factors. *Population and development review*, New York, v. 22, n. 1, p. 47-75, Mar. 1996.

\_\_\_\_\_. The recent trend towards deconcentration and demetropolization in Brazil. In: INTERNATIONAL POPULATION CONFERENCE, 1993, Montreal. Liège: International Union for Scientific Study of Population, 1993. v. 2, p. 121-130.

McDONOUGH, P.; SOUZA, A. *A política populacional no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.



- MERRICK, T.; BERQUÓ, E. *The determinants of Brazil's rapid decline in fertility*. Washington, D.C.: National Academy of Science Press, 1983.
- MORTARA, G. Os fatores demográficos do crescimento das populações americanas nos últimos cem anos. In: PESQUISAS sobre populações americanas, Rio de Janeiro: FGV, 1947.
- \_\_\_\_\_. O aumento da população do Brasil entre 1872 e 1940. In: PESQUISAS sobre o desenvolvimento da população do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1951. p. 50-62. (Estudos de estatística teórica e aplicada).
- OLIVEIRA, A. T. et al. Notas sobre a migração internacional no Brasil na década de 80. In: PATARRA, N. (Coord.). *Migrações internacionais herança XX agenda XXI*. Campinas: FNUAP, 1996. v. 2, p. 239-258.
- RIBEIRO, G. S. *Mata Galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*, São Paulo: Brasiliense, 1990.
- SASTRY, N. Community characteristics, individual and household attributes, and child survival in Brazil. *Demography*, Washington, DC., v. 33, n. 2, p. 211-229, May 1996.
- SÉRIES estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1986. v. 1: Repertório estatístico do Brasil: quadros retrospectivos. Separata do Anuário Estatístico do Brasil 1939/1940.
- SILVA, N. V.; HENRIQUES, M. H.; SOUZA, A. *An analysis of reproductive behavior in Brazil*. Calverton: Macro International, 1990. (DHS further analysis series, n. 6).
- SIMÕES, C. *Transição da mortalidade infantil no Brasil e as mudanças nos padrões de mortalidade por causas e idade*. 1997. Dissertação (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Belo Horizonte.
- SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO DEMOGRÁFICO 2000. Rio de Janeiro: IBGE, v. 7, 2001.
- SMITH, T. L. *Brazil: people and institutions*. 4. ed. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1972.
- TAMBURO, E. G. *Mortalidade infantil da população negra brasileira*. Campinas: Unicamp, Nepo, 1987. p. 104-128. (Textos Nepo, n. 11).
- WOOD, C. Categorias censitárias e classificação subjetiva de raça no Brasil. In: LOVELL, P. (Ed.). *Desigualdades no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG, CEDEPLAR, 1991.
- \_\_\_\_\_; CARVALHO, J. A. M. *The demography of inequality in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- \_\_\_\_\_; LOVELL, P. Racial inequality and child mortality in Brazil. *Social Forces*, n. 70, p. 703-724, 1992.



# ASSOCIATIVISMO E ORGANIZAÇÕES VOLUNTÁRIAS



Formas, 1951

Ivan Serpa

Óleo sobre tela – 97 x 130,2 cm

Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo – MAC-USP.

---

\* Doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRJ e Professora-Adjunta da Escola de Serviço Social da UFRJ. Publicou, dentre outros, *Doações e Trabalho Voluntário no Brasil – uma pesquisa* (co-autoria com Maria Celi Scalon), Rio de Janeiro: Ed. 7 Letras, 2000; *Ocupações, despesas e recursos – As Organizações sem Fins Lucrativos no Brasil* (co-autoria com Neide Beres). Rio de Janeiro: Ed. Nau, 1999; *ONGs: um Perfil – Cadastro das filiadas à Associação Brasileira de OBGs* (co-autoria com Leticia Cotrin). São Paulo/Rio: ABONG-ISER, 1996.

## ASSOCIATIVISMO E ORGANIZAÇÕES VOLUNTÁRIAS

LEILAH LANDIM\*

**A** julgar pelo que está contido nos Anuários Estatísticos do Brasil, a tradição brasileira de débil terreno associativo seria ainda mais acentuada do que nos dão notícia a literatura e pesquisas esparsas realizadas sobre o tema: os dados dos anuários são descontínuos e seletivos, apresentando lacunas significativas. Por outro lado, duas outras publicações do IBGE são de consulta obrigatória sobre o assunto, trazendo para as estatísticas oficiais tipos de informações e universos associativos ausentes nos anuários: os volumes recentes contendo as pesquisas suplementares da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1988 - PNAD - e da Pesquisa Mensal de Emprego 1996 - PME<sup>1</sup> -. Optou-se, então, aqui, por estender o trabalho para além dos anuários, sendo também analisadas essas duas últimas fontes.

Sendo *associativismo* termo e matéria de definição imprecisa, fazem-se necessárias observações introdutórias sobre o que se arbitrou como pertinente de ser incluído nesse levantamento de dados, passando pela consideração das (in)definições classificatórias utilizadas pelo IBGE.

Em seguida à Introdução que descreve as classificações e tipos de organizações incluídas em cada publicação, o texto está dividido em duas partes gerais: a primeira percorre os Anuários Estatísticos do Brasil - AEBs - e a segunda aborda conjuntamente as duas outras publicações mencionadas (PNAD e PME).

Finalmente, na Conclusão aponta-se para a possível utilização e aperfeiçoamento de outras fontes de dados.

<sup>1</sup> PARTICIPAÇÃO político-social, 1988 (1990, v. 2-3); ASSOCIATIVISMO, representação de interesses e intermediação política (1997).

Painceiras Futebol Clube, 1954.  
Abaeté, Minas Gerais. CPDOC/FGV.





### a) Associativismo: o que se foi buscar e onde

Não faz parte da lógica classificatória utilizada pelos anuários qualquer sessão genericamente referida a *associativismo* ou *organizações voluntárias*. Sendo também ambíguas as definições e as fronteiras dos fenômenos enquadráveis sob esses termos, e como não cabem aqui discussões conceituais, para efeitos descritivos e práticos, partiu-se de concepções correntes que consideram como tal o universo de organizações de caráter privado, criadas de forma não compulsória e sem a finalidade de distribuir lucro entre seus criadores e dirigentes. Grosso modo, são as organizações voluntárias e sem fins lucrativos. Compreendem fenômenos de natureza variada, dadas as suas diferentes características organizacionais, origens, atividades, papéis e posições na sociedade. Nessa definição ampla cabem as organizações que existem em benefício de seus membros, assim como aquelas voltadas para ações em benefício público, com todos os matizes intermediários. São organizações dedicadas a atividades assistenciais, de saúde, educação, esporte, lazer, cultura, assim como as religiosas, as voltadas a questões de ordem comunitária local, ou ainda à defesa de interesses específicos e difusos. Esse critério abrangente foi o escolhido para a leitura, aqui apresentada, dos dados contidos nas publicações, levando, portanto, a que se percorressem várias de suas sessões para construir, em diversos casos, novos recortes.

### b) Os Anuários Estatísticos: classificações existentes e lacunas significativas

Os anuários trazem informações diversas - mesmo que de modo descontínuo quanto a séries históricas, fontes, variáveis e termos classificatórios - sobre os seguintes tipos de associações:

- Associações filantrópicas, ou assistenciais
- Associações religiosas, igrejas e locais de culto



Associação Atlética do Banco do Brasil, sede de Porto Alegre, RS. Acervo AABB.

- Associações desportivas e recreativas
- Associações culturais e científicas
- Sindicatos
- Outras (*cooperativas, associações mútuas*, etc.)

Há áreas onde as organizações do tipo associativo marcam presença na sociedade brasileira e sobre as quais não há informações nos anuários. Em primeiro lugar, através dessa fonte não podem ser desagregados dados mais completos sobre as associações criadas sem finalidade lucrativa diretamente voltadas à saúde e à educação. Chegamos a parte delas através das organizações do tipo assistencial ou caritativo que constam, sob essas classificações, no anuário – por exemplo, os hospitais da Santa Casa da Misericórdia, que aí estão enquadrados, assim como alguns estabelecimentos educacionais de cunho filantrópico. Se tomássemos nesse sentido as informações dos anuários contidas nas sessões de *Saúde e Educação*, só poderíamos chegar às entidades de caráter voluntário com um razoável esforço interpretativo. Para obter dados mais consistentes sobre as “sem fins lucrativos” nessas áreas – como creches e escolas comunitárias, pequenos dispensários ou hospitais de origem beneficente e associativa, por exemplo - seria recomendável recorrer a outras fontes estatísticas.<sup>2</sup>

Em segundo lugar e de maiores conseqüências, no entanto – por exemplo na caracterização de fenômenos significativos na cena brasileira contemporânea - é a ausên-

<sup>2</sup> Para o interessado no assunto, na publicação *Estatísticas da saúde: assistência médico-sanitária* do IBGE os estabelecimentos de saúde encontram-se desagregados entre Públicos e Privados, sendo possível distinguir, no segundo grupo, os sem fins lucrativos, podendo-se, portanto, obter informações variadas sobre a *filantropia* na área da saúde. Quanto à separação dos estabelecimentos de educação particular entre com e sem fins lucrativos, dados podem ser obtidos a partir de 1997, em pesquisa do Censo Escolar do Ministério de Educação e Cultura - MEC.

cia, nessas estatísticas oficiais, das organizações de ação coletiva voltadas para a defesa de interesses específicos ou difusos (excetuando-se os sindicatos, caso à parte de história de autonomia restrita que se conhece), assim como de tipo associativo comunitário local. Nesse sentido, não constam do cenário brasileiro construído pelos anuários as numerosas associações profissionais, bem como as organizações de promoção e defesa de direitos sociais e civis, ou as ambientalistas (ambas reconhecidas comumente como ONGs), ou outras organizações de cunho local com diversas finalidades, como as associações de moradores. Esse tipo de lacuna vem de longe, quando se observa por exemplo a falta de referências ao conhecido associativismo mutualista e profissional do início do século, ou seja, os órgãos governamentais de estatística não vêm medindo o comportamento de um terreno associativo freqüentemente mais politizado e autônomo e que, embora frágil e alvo intermitente da repressão política durante o Século XX (e não só), não deixa de se fazer presente e cresce na sociedade brasileira sobretudo nos últimos 30 anos, tendo sua história de vários modos, referida aos processos de democratização característicos desse período.

Finalmente, é frustrante para o pesquisador descobrir que, a partir dos anos de 1980, desaparecem dos anuários quase todos os subconjuntos de organizações do tipo associativo mencionadas mais acima.

### c) As classificações utilizadas nas pesquisas suplementares: PNAD E PME

Refletindo certamente fenômenos sociais recentes como os mencionados, as pesquisas suplementares de 1988 e 1996 (ambas domiciliares) vão em direção diversa das contidas nos anuários quanto à atualização do panorama associativo brasileiro.

**PNAD** - Em 1988, a pesquisa suplementar da PNAD sobre o *associativismo* visou a medir a participação da população em “*organizações coletivas*” enquanto “*locais privilegiados de integração de interesses comuns, de discussão e resolução de questões atinentes à vida das comunidades e mesmo em*

*importantes canais de expressão e exercício da cidadania*” (PARTICIPAÇÃO ..., 1990, v. 2, p. xlv), para o Brasil e as Grandes Regiões. A partir dessa definição, as organizações aparecem classificadas na publicação como:

- *Sindicatos de empregados*
- *Associações de empregados*
- *Partidos políticos*
- *Organizações comunitárias*

Pode-se verificar através do questionário incluído na publicação que essas últimas, as *comunitárias* – ausente definição mais precisa – foram classificadas internamente em: *associação de bairro ou de moradores; associação religiosa ou filantrópica; associação esportiva ou cultural; outros*. No entanto, as tabelas publicadas no volume não contemplam essa desagregação, para acesso da qual é, portanto, necessário recorrer a microdados.

Vale finalmente remeter a informações que se podem constituir em indicadores significativos, para o interessado no estudo do associativismo, contidos no volume 3 da referida publicação, onde se encontra pesquisa separada sobre *Religião* (PARTICIPAÇÃO ..., 1990, v. 3, p. lxx). Além da questão sobre a religião principal do entrevistado já presente no Censo Demográfico 1980, pergunta-se sobre a *freqüência* da sua

Associação dos Operários Municipais, Rio de Janeiro, RJ, 1920.  
Arquivo Geral da Cidade do RJ.



participação em *encontros ou outras atividades* dessa religião e também de outras de adesão secundária<sup>3</sup>.

**PME** - O suplemento da PME de 1996 apresenta o *associativismo* de forma mais definida, inclusiva e desagregada que o suplemento da PNAD. É considerada a participação da população em “*três tipos de associativismo*”, para seis Regiões Metropolitanas: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre:

- *Associação sindical*, ou *sindicato* – “*órgão de classe reconhecido pelo Ministério do Trabalho, ao qual podem estar filiados os membros das categorias profissionais (trabalhistas) ou econômicas (patronais), em determinado limite geográfico e o qual representa, obrigatoriamente, todos os integrantes das citadas categorias*” (ASSOCIATIVISMO ..., 1997, p. xv).

- *Associação de classe* – “*órgão de classe que reúne facultativamente pessoas pertencentes a categorias profissionais (trabalhistas) ou econômicas (patronais), em determinado limite geográfico e que representa apenas seus associados*” (Ibid.).

- *Órgão comunitário* – “*entidade que reúne facultativamente as pessoas residentes em determinadas áreas ou bairros, ou que professam as mesmas convicções religiosas ou que partilham interesses similares em relação às atividades de lazer, culturais, etc.*” (Ibid.). Abrange-se dentro do órgão comunitário:

- *associações de bairro*
- *associações religiosas*
- *associações recreativas (esportivas ou culturais)*
- *associações filantrópicas*
- *outras*

<sup>3</sup> Para as religiões *Católica; Protestante/Evangélica; Espírita Kardecista ou espiritismo de mesa; Candomblé/Xangô/Umbanda; Outra.*

<sup>4</sup> Quanto a religiões, o questionário suplementar da PME nos mostra que se desagregaram mais duas: *Oriental; e Judaica ou Israelita.*

<sup>5</sup> Contou-se nesse trabalho com a colaboração da pesquisadora Neide Beres.

O suplemento da PME traz igualmente dados sobre os *partidos políticos*, incluídos agora no item “*Envolvimento com política, participação e representação de interesses*”.

Tomando-se as associações cuja adesão se pesquisou e apenas a forma como são classificadas, as diferenças entre as pesquisas suplementares da PNAD e da PME são, portanto, apenas duas. No caso dos sindicatos e das associações profissionais, em 1998 medem-se apenas os de *empregados*. Já a pesquisa de 1996 pergunta sobre sindicatos e associações de quatro categorias: de *empregados; de empregadores; de autônomos; de funcionários públicos; e outros.*

Além disso, em 1996 os itens contidos nos órgãos comunitários apresentam mais uma desagregação, como se vê acima: são separadas as *associações religiosas* das *filantrópicas*.<sup>4</sup>

Seguem abaixo comentários sobre o *Anuário Estatístico do Brasil*, segundo cada uma das diferentes áreas de associações encontradas. É importante assinalar que, para efeito desse trabalho, não serão consideradas as *associações culturais e científicas*, nem os *sindicatos* (muito menos os *partidos políticos*, caso aliás de discutível inclusão no universo aqui tratado), já que são analisados separadamente, em outros textos desse estudo sobre as Estatísticas do Século XX.<sup>5</sup>

A congada viva festeja São Benedito. Atibaia, SP. Acervo IBGE.





## Os Anuários Estatísticos

Chega a ser irrisória a presença nos Anuários Estatísticos do Brasil das organizações de que nos ocupamos aqui, se comparada à quantidade de outros indicadores, como os de economia e população ou mesmo, na área social, da educação ou saúde. Antes de mais nada, e como foi dito, não existe dentro da lógica que constrói a publicação qualquer classificação genérica que nos leve a *associativismo*, ou *associações*. Uma obrigatória garimpagem a partir do que se definiu acima como organizações voluntárias associativas vai encontrar, ao longo do tempo, informações dentro de subitens diferenciados e que também se deslocam de lugar. Grosso modo e considerando-se as classificações mais abrangentes, as organizações do tipo assistencial e caritativo, assim como as *cooperativas* e os *sindicatos* encontram-se dentro da sessão *Situação Social*. Já os *cultos religiosos*, as *associações culturais* (*artísticas, literárias, científicas*) e as *associações desportivo-recreativas* enquadram-se dentro de *Situação Cultural*.

Seguem observações sobre o que o interessado pode encontrar em cada um desses conjuntos de organizações (excetuando-se os que, como foi assinalado, são tratados em outros textos desse estudo - *sindicatos* e *associações culturais*).

### Associações filantrópicas, ou de assistência

A presença remota, na sociedade brasileira, das instituições privadas chamadas comumente de beneficentes, filantrópicas ou de caridade, dedicadas à prestação de serviços assistenciais diversos a segmentos vulneráveis da população, continua a marcar o panorama social do Século XX e encontra registros na maior parte dos Anuários Estatísticos do Brasil publicados até 1983. É o terreno, de fronteiras freqüentemente tênues entre o religioso e o secular (no Brasil, entre o público e o privado) dos asilos,



Excursão de Sócios do Rotary Club de São Paulo a Paulo Afonso, Bahia, em 1954. CPDOC/FGV.

abrigos, orfanatos, hospitais, dispensários, ambulatórios, educandários, etc.

O fato de essas organizações serem objeto da estatística oficial é certamente correlato ao papel que representaram, durante o período, em estratégias governamentais de assistência social a grande parte da população nas quais - se não é possível falar em políticas claras e definidas - ao menos se estabeleceu um padrão de colaboração entre o Estado e as “*sociedades civis sem fins de lucro*”, objeto de regulações, subvenções, subsídios fiscais e alianças políticas. Como se sabe, a Igreja Católica e as organizações de assistência, saúde, educação e mesmo recreação a ela ligadas, criadas durante quatro séculos, ocuparam nesse caso um lugar significativo, garantido no pós-1930 pela sólida aliança entre Fé e Pátria. O modelo de intervenção centralizadora varguista não deixou de compreender um lugar para as “filantrópicas”, sobretudo no atendimento à maioria da população que ficava de fora do esquema previdenciário corporativista (e são basicamente desse período as leis que até hoje regulam as relações entre Estado e organizações da sociedade civil na provisão de serviços assistenciais e outros).

O leitor interessado em dados sobre esse campo de associações poderá encontrá-los em cerca de 80



Cestaria produzida no projeto Parceiros Voluntários, Porto Alegre, RS, 2001. Foto: José Caldas - BrazilPhotos.

tabelas, dispostas de forma descontínua ao longo dos anuários, desde 1908-1912 até 1983 (contam-se aqui as tabelas que podem ser diretamente apropriadas para o estudo de organizações privadas sem finalidade lucrativa, excluindo-se a grande parte das informações que não permitem separá-las das organizações governamentais de assistência). De 1984 em diante, essas associações desaparecem completamente do mapa dos anuários (note-se que sua permanência e crescimento numérico na sociedade brasileira têm sido sugeridos por pesquisas recentes).

As discontinuidades apresentadas pelos dados parecem evocar a própria fragmentação e inconsistência das políticas de assistência social realizadas através das associações filantrópicas, no decorrer do século. Em primeiro lugar, nos anuários essas organizações são alvo de mudanças terminológicas no tempo. Embora isso possa gerar material de estudo pelo que revela em termos das classificações social e oficialmente construídas sobre a assistência e os assistidos, essa variação é um primeiro obstáculo na construção de séries quantitativas consistentes. Sobretudo porque, até onde se pode ir nesse estudo exploratório, não foi possível encontrar no IBGE fontes que definissem a taxonomia adotada. Nesse caso, podem variar, tanto os universos pesquisados e publicados como os termos pelos quais os mesmos fenômenos são designa-

dos - confusão que só pode ser esclarecida pelo cuidadoso confronto dos números contidos nas tabelas que se sucedem no tempo. Numa primeira descrição geral: o Anuário de 1908-1912 traz dados apenas sobre os *estabelecimentos de assistência a alienados*, rubrica que desaparece e dá lugar a *asilos e recolhimentos* nos de 1936 e 1937. Entre os de 1938 e 1940, acrescenta-se a essa última a classificação *assistência aos desvalidos*. Já entre as publicações de 1954 e 1964 (após o desaparecimento, nos anuários dos anos 1940, dessas organizações), surgem as *associações de caridade*, ao lado dos *asilos e recolhimentos*. Por fim, nos anuários de 1965 a 1983, sob a *rubrica assistência social*, encontramos retomada a *assistência a desvalidos*.<sup>6</sup>

Seguem comentários sobre os tipos de dados aí encontrados, suas fontes (quando mencionadas na publicação) e a sugestão de séries que se podem construir no tempo, uma vez destrinchadas as continuidades de fenômenos sob a descontinuidade dos termos, e vice-versa. Vale observar que se procurou um detalhamento que, sob risco de tornar o texto tortuoso e cansativo, visa a, no entanto, fornecer elementos para que o interessado na temática veja com o que pode e não pode contar nos anuários.

#### a) Inícios do século (Anuário Estatístico do Brasil 1908-1912)

Somente em 1927 conclui-se o volume 3 do primeiro *Anuário Estatístico do Brasil* (1908-1912) contendo *Cultos, Assistência, Repressão e Instrução*. É caso à parte com relação aos padrões posteriormente seguidos, já que no item *Assistência* interessam às estatísticas governamentais apenas os *alienados*. Definem-se no subtítulo as organizações destinadas ao segmento da população assim enquadrado: “*Hospitales, asylos, casas de saude, enfermarias e colonias agricolas onde se tratam alienados*”. No corpo das tabelas, encontram-se também os hospícios.

<sup>6</sup> Fontes dos dados contidos nas tabelas: “Relatório” da Diretoria Geral de Estatística, anos de 1922, de 1927, de 1928 e de 1929; “Relatório” da Diretoria Estatística Geral, 1936; Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política (essa última, de 1939 em diante)

Dezenas de tabelas são apresentadas, para cada estado e o Distrito Federal, contendo uma impressionante quantidade de informações: para os anos de 1907 a 1912, o *movimento geral de doentes por sexo, por nacionalidade e por idade*. Apresenta-se também a *classificação de doentes segundo o diagnóstico*,<sup>7</sup> segundo alguns desses anos e para algumas instituições— Colônias (como será visto, governamentais), *Hospícios e Asylos de Assistência a Alienados* - em algumas cidades do Brasil. Encontram-se por fim dados para esses seis anos sobre o *Pessoal dos estabelecimentos de assistência a alienados*. Em termos de números absolutos, essas organizações apresentam pequena variação entre 1907 e 1912: crescem de 29 para 33 estabelecimentos.

Se as informações elencadas podem ser valiosas para estudos envolvendo a questão da doença mental e sua institucionalização no início do século, nem todas podem ser apropriadas de forma direta para o conhecimento das associações voluntárias, já que não se acham desagregadas nessas tabelas as organizações públicas governamentais das privadas sem fins lucrativos (e talvez seja difícil aí separá-las de fato) e mesmo das poucas *casas de saúde* privadas com fins econômicos.

A única – e interessante - tabela em que, com pouco esforço interpretativo, podem-se desagregar essas três formas organizacionais, preenche duas páginas com informações que descrevem esse campo de instituições tal como existia em 1912, matéria de interesse antes qualitativo do que quantitativo. A tabela fornece a lista dos *Estabelecimentos de Assistência a Alienados* segundo a *Sede* (estados, Distrito Federal, cidades e vilas), contendo o *Nome do Estabelecimento*; a *Adminis-*

<sup>7</sup> Os diagnósticos são inúmeros e detalhados: *psychoses infectuosas auto-toxicas, hetero-toxicas; demencia precoce; demencia paranoide e delirio chronico; paranoia; psychose maniaco depressiva (psychose periodica) mania predominante, depressivo predominante e mixta; psychose de involução; psychose por lesões cerebrais e demencias terminais arterio-sclerose; syphilis; paralisia geral; psychose epileptica; psychoses ditas nevrosicas; hysteria (neurasthenia, psychastenia, choréa); outras psychopathias constitucionales (estados atypicos de degeneração); imbecilidade e idiotia; doenças de outra natureza; em observação.*

*tração pública de que depende o estabelecimento, ou instituição que o mantém, ou firma social a que pertence; a Data da Fundação e a Data da Instalação.*

O quadro nos mostra que são 33 os estabelecimentos em 1912 (seis no Distrito Federal), dentre os quais mais de um terço pode-se supor que são beneficentes (cinco são empresas privadas, 16 públicos - dentre os quais todas as *colônias de alienados* - e 12 filantrópicos), estes últimos mantidos por instituições de origem religiosa: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia e uma Igreja. Do total, 21 foram fundados no Século XIX e 12 no Século XX. Há 45 notas de pé de página com informações sobre origens, características e trajetórias de cada uma dessas instituições, casos que revelam o peso de um modelo assistencial no qual contava a participação dos notáveis da época - numa antiga “filantropia senhorial” - e realizado pelas entidades católicas, com o mandato do Estado, mesmo após a separação formal das duas instituições com a Primeira Constituição Republicana. Os dados sugerem, no entanto, um processo de secularização da assistência visto que, entre os 21 estabelecimentos fundados no Século XIX, apenas nove são governamentais, ao passo que dentre os 12 criados na primeira década do Século XX, sete o são.

Significativos no sentido da descrição de um padrão de assistência, esses dados são no entanto precários quanto

Casa dos Expostos - Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.





Imposição de mãos. Ouro Preto. MG. Acervo IBGE.

a evidências sobre um campo associativista existente na sociedade brasileira, na época. Por um lado, mesmo considerando o terreno dito filantrópico, muito fica de fora dos anuários, sendo caso mais evidente o das inúmeras irmandades e confrarias que ainda povoavam a sociedade brasileira, associações de cor local e relativamente autônomas da hierarquia eclesial, compostas por diferentes segmentos sociais e cujas funções iam além do caráter meramente confessional. E vale mencionar novamente a lacuna mais óbvia, por conhecida: não consta do mapa brasileiro traçado pelas estatísticas oficiais qualquer indicação sobre o terreno de organizações mutualistas e classistas que se desenvolvem na virada do século.

Saltando para os anos de 1930, desde o primeiro *Anuário Estatístico do Brasil* – AEB - sob a responsabilidade do IBGE (Anuário Estatístico do Brasil 1936) até de 1983, podem-se organizar os dados em duas seqüências com alguma lógica : a que vai da publicação de 1936 até a de 1939/1940; e a de 1954 até 1983 (como foi dito, entre os anuários de 1941 e 1953 não se encontram dados sobre essas organizações).

<sup>8</sup> Subvenção Social é um auxílio financeiro governamental às entidades sociais. Surge em 1931, quando se cria a Caixa de Subvenções, colocando as subvenções sob o controle e fiscalização do Ministério da Justiça. A partir de 1935, conta com créditos orçamentários e, a partir de 1951, passa a ser prevista no Orçamento Geral da República.

<sup>9</sup> Não se encontram na publicação informações que permitam explicar o aumento entre os totais apresentados para os anos de 1933 e 1934.

### b) Década de 1930 (Anuários de 1936 a 1939/1940)

Que tipos de informações o interessado nas instituições filantrópicas de assistência poderá obter nos anuários dos anos 1930? Em primeiro lugar, pode-se observar que há exclusividade das instituições do tipo asilar (mais uma vez, não tendo sido possível encontrar no IBGE fontes de definições das categorias utilizadas), o que certamente reflete as concepções assistenciais então vigentes. Os mesmos estabelecimentos acham-se classificados como *asilos e recolhimentos* (pontualmente, como *abrigos*), ou como instituições de *assistência aos desvalidos*.

A depender do ano, podem-se consultar as seguintes variáveis: *número de instituições* por Unidade da Federação – UF - e para o Distrito Federal - DF -, por *natureza das instituições*, ou seja, se *Federais, Estaduais, Municipais* ou *Particulares*; e para cada uma dessas categorias (exceto as Federais), se são *Subvencionadas* ou *Não-subvencionadas*.<sup>8</sup>

Infelizmente, no caso da maioria das tabelas (e para uma série de outras variáveis) não existe a separação entre as instituições privadas e as públicas governamentais. Para uma visão geral do que pode ser encontrado em termos de números de instituições e de sua natureza, para o Brasil (o que está desagregado por Unidade da Federação nos anuários), construiu-se a Tabela 1.

Como se vê, para apenas três anos existem dados que permitem chegar ao número de associações filantrópicas (supondo que as de natureza privada assim o sejam) as quais em 1931, 1935 e 1936, formam mais de 82% do total de organizações asilares existentes no País, evidenciando-se aí o peso desse atendimento através de instituições privadas, na década. (Nos anos de 1935 a 1938, encontra-se também esse detalhamento para o Distrito Federal).<sup>9</sup>

Tabela I - Asilos e recolhimentos, por esfera administrativa, segundo ano e fonte - Brasil - 1921/1936

Ano e fonte	Asilos e recolhimentos				
	Total	Esfera administrativa			
		Federal	Estadual	Municipal	Particular
1921 (AEB/1939-40)	331	...	...	...	...
1926 (AEB/1937)	330	...	...	...	...
1927 (AEB/1937)	332	...	...	...	...
1928 (AEB/1937)	338	...	...	...	...
1929 (AEB/1937)	354	...	...	...	...
1930 (AEB/1937)	400	...	...	...	...
1931 (AEB/1936)	386	11	32	17	326
1932 (AEB/1937)	378	12	...	...	...
1933 (AEB/1937)	379	12	...	...	...
1934 (AEB/1937)	518	13	...	...	...
1935 (AEB/1938)	514	13	52	18	430
1936 (AEB/1939-40)	500	16	56	16	411

Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1936-1939/1940. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2-5, 1936-1941.

Os dados para esses três anos fornecem também indicadores quanto à frequência das relações dessas entidades com o Estado, através das *Subvenções*: segundo o que se pode calcular, mais de 60% das entidades *particulares* a recebiam.

Apesar de não ser diretamente possível ler-se nos dados publicados a desagregação público/particular mencionada, vale citar outras variáveis que podem permitir essa aproximação e que também servem para caracterizar, tanto os *asilos e recolhimentos* como os *desvalidos* assistidos: encontramos nos anuários o *número de instituições* e *número de pessoas internadas*, por UF, segundo o *fim a que se destinam* as instituições. São esses: *vida contemplativa*, *amparo aos inválidos da Pátria*, *regeneração social*, *amparo à infância*, *amparo às moças pobres*, *amparo à mendicidade*, *amparo a cegos*, *amparo a surdos-mudos*, *amparo a morfélicos*, *amparo a psicopatas*, *amparo a tuberculosos* (sendo que predominam largamente o amparo à infância, seguindo-se o amparo à mendicidade e aos psicopatas). Finalmente, há o *movimento de pessoas internadas* por estabelecimento, por UF, segundo o sexo, para diversos anos: existentes em 1º de janeiro, entradas, falecidas, existentes em 31 de dezembro.<sup>10</sup>

Informações residuais - presentes no anuário de 1938 - são o quadro do movimento de crianças internadas na Casa do Expostos apenas para 1937 e o detalhamento, de interesse qualitativo, das atividades de um Albergue e um Asilo no Distrito Federal.

### c) Décadas de 1950, de 1960 e de 1970 (Anuários de 1954 a 1983)

Após o intervalo mencionado, a partir do anuário de 1954 e até o de 1964, com pequena descontinuidade, dispõe-se de dados sobre uma outra categoria de instituições, as *Associações de Caridade*. Apesar da falta de definições disponíveis, é lícito supor que estamos diante de instituições privadas e sem fins lucrativos por excelência, não cabendo dúvidas sobre os valores e práticas genericamente evocados pela expressão, os quais não é da natureza do Estado nem do mercado exercer. E quanto aos anuários subsequentes - de 1965 a 1983 - em que as *Associações de Caridade* desaparecem, o exame das tabelas apresentadas permite supor que continuam a ser medidas, apenas com outro nome, aparecendo agora sob as rubricas *assistência*

<sup>10</sup> Anos para os quais há informações sobre os estabelecimentos segundo fim a que se destinam e movimento geral: 1932, 1933, 1934, 1935 (Anuário Estatístico do Brasil 1938) e 1936, 1937, 1938 (Anuário Estatístico do Brasil 1939/1940), ver CD-ROM da publicação *Estatísticas do Século XX* (2003).

social / assistência a desvalidos / estabelecimentos de assistência. Há informações variadas disponíveis para o período, com pequenas diferenças na construção dos dados, segundo o ano.<sup>11</sup>

Os dados sistematizados na Tabela 2 abaixo dão uma idéia da evolução dessas entidades através das três décadas quanto a seu número, sua caracterização em termos do tipo de estabelecimento e atendimento realizado e seu volume de associados, conforme os dados (em alguns casos, cuja discrepância não há elementos para explicar) contidos nos anuários também referidos na Tabela 2.

Os anuários também nos fornecem, por Unidade da Federação, o número de estabelecimentos, segundo o local da sede (se *Municipal, Distrital, Outras*), e segundo os estabelecimentos mantidos, cujo leque foi assinalado na Tabela 2. Há

também dados, por Unidade da Federação, sobre o número de associados e o número de auxílios e benefícios concedidos e segundo a espécie (auxílios-pecuniários, pensões permanentes, pensões temporárias, auxílio-funerário, auxílios pecuniários de outra espécie, assistência médica e outras). Há também o valor em cruzeiros desses auxílios.

Para o ano de 1956 (Anuário Estatístico do Brasil 1958) em diante, têm-se, além disso, as despesas efetuadas durante o ano (total; em manutenção dos estabelecimentos destinados aos sócios; e em concessão de auxílios e benefícios aos sócios e não-sócios). Por fim, encontra-se também o número total de pessoas beneficiadas, segundo os auxílios concedidos, por UF. O número de pessoas beneficiadas é desagregado, segundo o tipo de serviço recebido: hospitalização, assistência médica sem internamento, asilamento, abrigo, instrução de

**Tabela 2 - Associações de Caridade ou de assistência a desvalidos, por tipo de atendimento, segundo ano e fonte - Brasil - 1952/1980**

Ano e fonte	Associações de caridade ou de assistência a desvalidos						Total de associados
	Total	Tipo de atendimento					
		Hospitalar	Para-hospitalar	Asilos	Abrigos	Escolas	
1952 (AEB/1954)	3 712	-	-	-	-	-	549 122
1953 (AEB/1955)	4 415	278	...	490	...	(1) 1 443	671 715
1954 (AEB/1956)	4 335	387	...	538	...	372 1 557	605 630
1955 (AEB/1957)	4 701	342	...	806	...	340 1 594	672 571
1956 (AEB/1958)	3 430	382	498	758	1 357	434 1	722 856
1957 (AEB/1959)	3 472	461	575	789	658	728 261	1 079 837
1958 (AEB/1960)	3 552	445	643	862	361	697 544	1 239 484
1959 (AEB/1961)	3 820	470	731	908	710	767 234	1 337 683
1960 (AEB/1962)	3 947	430	688	910	750	924 245	1 429 474
1961 (AEB/1963)	3 404	393	508	1 064	752	474 213	1 223 115
1962 (AEB/1964)	3 855	465	556	1 290	699	551 294	1 512 045
1966 (AEB/1968)	5 132	577	750	1 676	1 104	979 46	...
1967 (AEB/1970)	5 567	591	882	1 686	1 248	1 121 39	1 962 243
1968 (AEB/1971)	5 567	591	882	1 686	1 248	1 121 39	1 962 243
1970 (AEB/1972)	6 110	600	865	1 774	1 373	1 443 55	2 053 868
1972 (AEB/1975)	6 958	679	950	1 775	1 616	1 774 164	2 264 483
1974 (AEB/1976)	7 555	718	1 166	1 812	1 556	2 039 264	2 554 777
1977 (AEB/1979)	5 291	564	774	1 088	919	1 465 481	2 257 240
1980 (AEB/1982)	6 659	619	790	1 459	1 407	1 756 628	1 556 756

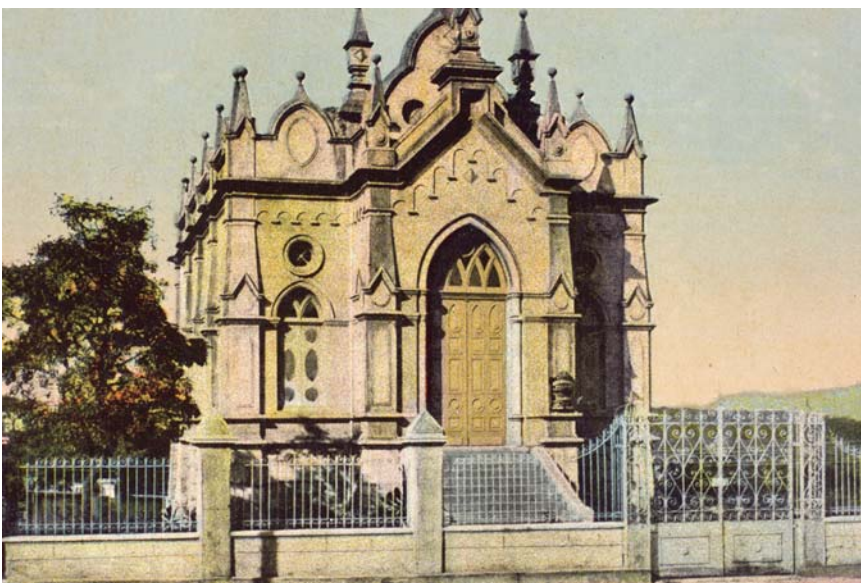
Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1954-1964. Rio de Janeiro: IBGE, v. 15-25, 1954-1964; Anuário estatístico do Brasil 1968. Rio de Janeiro: IBGE, v. 29, 1969; Anuário estatístico do Brasil 1970-1972. Rio de Janeiro: IBGE, v. 31-33, 1970-1972; Anuário estatístico do Brasil 1975-1976. Rio de Janeiro: IBGE, v. 36-37, 1975-1976; Anuário estatístico do Brasil 1979. Rio de Janeiro: IBGE, v. 40, 1979; Anuário estatístico do Brasil 1982. Rio de Janeiro: IBGE, v. 43, 1983.

<sup>11</sup> Há durante esse período a continuação de tabelas sobre os abrigos e recolhimentos que se analisaram acima. No entanto não é mais possível inferir a separação entre instituições de natureza pública e privada, como se fizera para os anos de 1930. Por isso não serão aqui descritas essas instituições. Pode-se apenas supor que grande parte delas seja de instituições beneficentes, pelo que se conhece da história da assistência social no Brasil.

qualquer natureza, outros. E também segundo a espécie: alimentação ou gêneros alimentícios; dinheiro em espécie ou custeio de despesas; remédios; tecidos, roupas, objetos de uso pessoal ou de asseio, etc.; outras utilidades.

A partir do Anuário de 1969 surgem dados inéditos e dos mais relevantes na caracterização dessas instituições: os referidos à estrutura de suas fontes de financiamento. Açam-se disponíveis, até a publicação de 1983 (anos de 1966 a 1980), para as organizações de assistência a desvalidos: o valor de sua receita arrecadada, segundo a Unidade da Federação: a total; a obtida através de particulares (pessoas ou entidades) a repassada pelo governo; e outras fontes. Para os quatro anos finais da série, desagregam-se as fontes em doações e subvenções do governo federal, estadual e municipal; mensalidades dos sócios; doações de particulares; contribuições diversas; receita financeira; rendas diversas. Embora haja algumas discrepâncias na evolução dos dados para anos subseqüentes, o que demanda cuidado na utilização dessas informações, há consistência, por exemplo, quanto à proporção dos recursos repassados por fontes governamentais a essas instituições: entre 32% e 40% das suas receitas vêm de doações, subvenções do governo, até os inícios dos anos de 1980 quando terminam as informações. Considerando que essas doações formam apenas uma parte das transferências de recursos públicos às entidades sem fins lucrativos – há os repasses através de contratos e convênios – pode-se ter uma medida do peso que assumem as relações com o Estado, quanto à sobrevivência dessas entidades de assistência.

Templo Metodista, Belo Horizonte, MG, 1908. Arquivo Público Mineiro.



## Organizações religiosas

É bem maior e consistente o volume de informações nos anuários sobre a área religiosa - ou a parte dela reconhecida oficialmente para registro e publicação. O volume 1 é *sui-generis* pelo detalhamento e abrangência de dados sobre as religiões no início do século, através de quase 160 páginas. A partir do anuário de 1936, sucedem-se cerca de 180 tabelas com informações variadas, perpassando quase todas as publicações.<sup>12</sup>

### a) Religiões contempladas nos anuários

Que tradições religiosas são reconhecidas pelas estatísticas governamentais e consideradas nos Anuários Estatísticos do Brasil? Seu ecumenismo tem limites definidos e apresenta certa variação no tempo, seguindo no rol abaixo as classificações encontradas em cada publicação (AEB), considerados os grandes itens que compõem as sessões *Cultos*. Os anos das informações disponíveis para cada caso encontram-se entre parênteses. Mais adiante serão comentados os tipos de dados contemplados, ressaltando-se os que podem ser de maior interesse para a questão do associativismo.

#### AEB 1908 - 1912

- Judaísmo (1911, 1912)
- Catolicismo (1907)
- Catolicismo Grego (1909 a 1912)
- Protestantismo (1907 a 1912)
- Positivismo (1878 a 1912)

#### AEB 1936

- Culto Católico (1926, 1933)

<sup>12</sup> A partir do anuário de 1955 e até o de 1975, a fonte citada dos dados para religiões é o Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política.

- Culto Protestante (1922)

**AEB 1937**

- Culto Católico (1907, 1910, 1912, 1915, 1920, 1926, 1933, 1934)

**AEB 1938**

- Congregações Religiosas Católicas e Acatólicas (1936)  
- Templos Católicos e Acatólicos (1936)  
- Culto Católico (1935)  
- Culto Protestante (1935)

**AEB 1939/1940**

- Culto Católico (1937)  
- Culto Protestante (1936)

**AEB 1941/45**

- Culto Católico Romano (1943)  
- Culto Protestante (1940)

**AEB 1947**

- Culto Católico Romano (1946)  
- Culto Protestante (1946)

**AEB 1950**

- Culto Católico Romano (1947)  
- Culto Protestante (1947)

**AEB 1951**

- Culto Católico Romano (1947-1949)  
- Culto Protestante (1947-49)

**AEB 1954**

- Culto Católico Romano (1950-52)

**AEB 1955**

- Culto Católico Romano (1953)  
- Culto Protestante (1953)

- Culto Espírita (1953)

- Congregações e Associações Religiosas (da Igreja Católica e de outras Igrejas e Cultos) (1953)

**AEB 1956**

- Culto Católico Romano (1954)  
- Culto Protestante (1954)  
- Culto Espírita (1954)

**AEB 1957**

- Culto Católico Romano (1955)  
- Culto Protestante (1955)  
- Culto Espírita (1955)  
- Congregações e Associações Religiosas (da Igreja Católica e de outras Igrejas e Cultos) (1955)

**AEB 1958**

- Culto Católico Romano (1956)  
- Culto Protestante (1956)  
- Culto Espírita (1956)

**AEB 1959**

- Culto Católico Romano (1957)  
- Culto Protestante (1957)  
- Culto Espírita (1957)  
- Congregações e Associações Religiosas (da Igreja Católica e de outras Igrejas e Cultos) (1957)

**AEB 1960**

- Culto Católico Romano (1958-1959)  
- Culto Protestante (1958)  
- Culto Espírita (1958)

**AEB 1961**

- Culto Católico Romano (1959)  
- Culto Protestante (1959)  
- Culto Espírita (1959)



**AEB 1962**

- Culto Católico Romano (1960)
- Culto Protestante (1960)
- Culto Espírita (1960)

**AEB 1963**

- Culto Católico Romano (1961)
- Culto Protestante (1961)
- Culto Espírita (1961)

**AEB 1964**

- Culto Católico Romano (1962)
- Culto Protestante (1962)
- Culto Espírita (1962)

**AEB 1965**

- Culto Católico Romano (1963)
- Culto Protestante (1963)
- Culto Espírita (1963)

**AEB 1966**

- Culto Católico Romano (1964)
- Culto Protestante (1964)
- Culto Espírita (1964)

**AEB 1967**

- Culto Católico Romano (1965)
- Culto Protestante (1965)
- Culto Espírita – Kardecista e Umbandista (1965)

**AEB 1968**

- Culto Católico Romano (1966)
- Culto Protestante (1966)
- Culto Espírita – Kardecista e Umbandista (1966)

**AEB 1969**

- Culto Católico Romano (1967)
- Culto Protestante (1967)

- Culto Espírita – Kardecista e Umbandista (1967)

**AEB 1970**

- Culto Católico Romano (1968)
- Culto Protestante (1968)
- Culto Espírita - Kardecista e Umbandista (1968)

**AEB 1971**

- Culto Católico Romano (1969)
- Culto Protestante (1969)
- Culto Espírita – Kardecista e Umbandista (1969)

**AEB 1973**

- Culto Católico Romano (1971)
- Culto Protestante (1971)
- Culto Espírita – Kardecista e Umbandista (1971)

**AEB 1975**

- Culto Católico Romano (1973)
- Culto Protestante (1973)
- Culto Espírita – Kardecista e

Fiéis católicos indo para a missa.

Acervo IBGE.





Umbandista (1973)

#### AEB 1979

- Culto Católico Romano (1977)
- Culto Protestante (1977)
- Culto Espírita – Kardecista (1977)

#### AEB 1982

- Culto Católico Romano (1979)
- Culto Protestante (1979)
- Culto Espírita – Kardecista e Umbandista (1979)<sup>13</sup>

A partir do AEB 1984, inclusive, a *Religião* é enquadrada dentro da sessão *População*, implicando em que se publicam apenas os dados de opção religiosa declarados pelos indivíduos - a *população presente* em cada tradição - obtidos a partir dos Censos Demográficos, contendo expressivas séries temporais. Nesse caso: quanto ao número dos que se declaram católicos, há informações desde 1872; os mesmos dados, para os evangélicos, iniciam-se em 1890; para os espíritas em 1940 e para outras religiões em 1872 (as tabelas agregam os *sem religião* e *sem declaração*, desde 1890). Essas séries não serão aqui apresentadas, por se ter adotado o critério de seleção de informações, segundo organizações e participação associativa. Não é evidente que os indicadores de adesão religiosa declarada sejam sempre e diretamente pertinentes, para o que interessa (o que seria o caso quanto à *frequência* a cultos e associações religiosas).

#### b) Informações existentes

O pesquisador interessado em religião no decorrer do século encontrará nos anuários séries de dados significativos no caso da Igreja Católica e também, embora em menor



Igreja Universal do Reino de Deus. Rio de Janeiro, RJ. Foto: José Caldas - BrazilPhotos.

detalhe, das denominações protestantes históricas. Como se viu, a partir dos anos de 1950 reconhece-se a área do espiritismo, em 1967 desdobrada em kardecista e umbandista.

As inúmeras informações variam em alguma medida para cada publicação e são de relevância direta desigual, para o conhecimento do campo associativo. Como no entanto as fronteiras do que se considera ou não como objeto de interesse, nesse caso, é matéria discutível, optou-se por uma descrição geral e resumida das informações encontradas, sendo ressaltados os dados mais claramente relevantes.

#### • Pluralismo no início do século

Como foi mencionado, o primeiro anuário é de feição particular, antes de mais nada porque é o único até hoje em que se considera, ao lado de protestantes e católicos, o *Judaísmo*, além do *Catolicismo Grego* e do *Positivismo*, colocados sob a rubrica *Cultos*.

Ficamos sabendo através da publicação que havia dez sinagogas no Brasil em 1912 (contados *Centros, Sociedades e Comunidades Israelitas*), bem como tomamos conhecimento das cidades onde se situam e

<sup>13</sup> Os seguintes anuários não se incluíram por repetirem dados de volume anterior: 1946, 1972, 1974, 1976, 1980, 1981 e 1983.

das suas datas de fundação. Para 1911 e 1912 tem-se o *movimento religioso*, também por estados e cidades (*batismos, casamentos, cerimônias fúnebres, festividades, reuniões culturais, pessoas filiadas*). As notas de pé de página revelam detalhes sobre a obtenção de dados – declaração de instituições – e as características de algumas *comunidades*.

Quanto ao Catolicismo Grego, o anuário informa sobre número e local das sedes das igrejas, assim como o movimento religioso (*batizados, casamentos, extremas-unções, cerimônias fúnebres, festividades*) e número de *pessoas filiadas*, para os anos de 1909 a 1912. Recomenda-se a leitura das extensas notas de pé de página, para o interessado nas festas religiosas dessa tradição.

Já o Positivismo é tratado em duas tabelas e também em extensas notas de pé de página, as quais contêm dados históricos sobre sua *doutrina e apostolado*. O leitor é informado sobre o número de *pessoas filiadas à igreja*, segundo o *sexo* e por ano, para um extenso e contínuo período: de 1878 até 1912. Para os mesmos anos, apresenta-se igualmente o *número de contribuições para o subsídio positivista*.

#### • Culto católico

Quanto à Igreja Católica, os volumosos dados contidos no Anuário de 1908-1912 já anunciam um padrão

Comemoração do dia de Nosso Senhor Bom Jesus dos Navegantes, BA.  
Acervo IBGE.



de informações a ser mantido – em menor quantidade – nas publicações subseqüentes, algumas permitindo que se construam séries até o final dos anos de 1970.

A apresentação dos dados sobre as *Divisões Eclesiásticas*, divididas entre *Grandes Circunscrições* (número de *Arquidioceses, Dioceses e Prelaturas*) e *Circunscrições Primárias* (número de *Paróquias, Curatos e Capelas*), por local da sede e por Unidade da Federação permanecerá até o final dos anos de 1940, permitindo, portanto, que se meça sua evolução através do período.

O mesmo, e de forma mais completa e contínua, pode-se constatar quanto às informações sobre o *Movimento Religioso*, ou seja, número de *batizados, casamentos, extremas-unções, encomendações*, que vão continuar a ser medidos até os anos de 1980, podendo-se, portanto, ter uma série completa do número de pessoas que participam desses rituais que confirmam adesão religiosa – acrescentando-se a partir dos anos de 1950 também o número de *crismas* (e de *procissões* realizadas).

Observe-se que, para o ano 1, esses dados ocupam nada menos do que 150 páginas, já que se apresentam dados para seis anos (1907 a 1912), com uma tabela para cada um dos anos e também dos itens que caracterizam o movimento religioso mencionados acima, por *metrópoles*, por *territórios sufraganeos* e por *estados*.

A partir do anuário de 1936, as publicações permitem ao interessado seguir também a evolução do número de *templos*, por Unidades da Federação (*catedrais, matrizes, basílicas, igrejas, capelas, oratórios e santuários*) que, com algumas descontinuidades, vai até o final dos anos de 1970. Também descontínuos, mas freqüentes para todo esse período, são os dados que medem e mencionam os *municípios* e *localidades* (*cidades, vilas, sedes distritais, outras*) onde se encontram os templos.

A partir do Anuário de 1941/1945 introduzem-se informações sobre o clero – número de sacerdotes do *clero regular, secular e seminaristas* - as quais vão ser igualmente retomadas em algumas outras publicações subseqüentes.



Ritual do Candomblé. Acervo particular.

Em 1955, medem-se *congregações e associações religiosas*. E os anuários da década de 1960 inauguram informações significativas para o que interessa aqui: apresentam-se daí por diante os números de *estabelecimentos de assistência católicos*, segundo *auxílios e benefícios concedidos*, por Unidades da Federação e tipos de entidades (*estabelecimentos de assistência, hospitalares, para-hospitalares, asilos, abrigos, escolas, outros*). Pode-se também consultar em publicações subseqüentes o número de auxílios e benefícios concedidos em *hospitalização, assistência médica, asilamento, abrigamento, instrução de qualquer espécie, outros*. Acrescentam-se ainda dados sobre ordens e congregações religiosas por *número de componentes e tipos de estabelecimentos que possuam ou administrem eclesiasticamente (hospitalares, para-hospitalares, asilos, abrigos, escolas, outros)*. Essa quantidade de informações varia, como se disse, para diferentes anos, mas é possível construir-se séries de dados sobre quase todas elas, por períodos que vão até o final dos anos de 1970.

#### • Culto protestante

Os dados sobre as denominações protestantes jamais serão tão detalhados como os mostrados no Anuário de 1908-1912. Nesse caso, para um período de seis anos (1907 a 1912), apresentam-se as seguintes informações: número de *ministros e pessoas filiadas*, por *nacionalidade (brasileiros, estrangeiros, nacionalidade ignorada)*, por *confissões, estados e igrejas*; e o *movimento religioso*, no caso contando-se *conversões, batizados, casamentos, consagrações*

*fúnebres*. As tabelas se estendem por cerca de 70 páginas, já que se consideram todos esses dados para as seguintes Confissões: Anglicana, Batista, Batista Independente, Cristã, Episcopal, Evangélica, Evangélica Alemã, Metodista, Presbiteriana, Presbiteriana Independente.

Nos anos subseqüentes, o padrão será a apresentação de número de locais de culto (*templos e salões*) e movimento religioso, ao qual serão acrescentadas as *admissões* ou *novas filiações verificadas durante o ano* e as *exclusões*. Até o ano de 1979 (Anuário Estatístico do Brasil 1982) podem ser encontradas informações contínuas sobre *número de oficiais (ministros, diáconos, presbíteros)* e de *membros* existentes. Finalmente, à semelhança do que se viu quanto ao catolicismo, a partir dos anos de 1950 são apresentadas informações sobre *estabelecimentos de assistência* ligados a essa área religiosa, por *auxílios e benefícios concedidos*, segundo Unidade da Federação (são aqueles os *hospitalares, para-hospitalares, asilos, abrigos, escolas, outros*).

#### • Culto espírita

Finalmente, resta o espiritismo, que é reconhecido pelas estatísticas oficiais a partir da publicação de 1955 (trazendo dados para 1953), permanecendo nos anuários daí por diante. Apresentam-se nesse caso tabelas com dados, por Unidade da Federação, com *especificação, segundo o local onde funciona: em edifício (próprio, alugado, cedido gratuitamente)*, em *salão (alugado, cedido)*, em *dependência de casa residencial (alugado, cedido)*. Coerentemente com o padrão adotado para as outras religiões, inclui-se na publicação o *movimento (sessões realizadas, conferências e palestras; festas e reuniões sociais; adeptos existentes; admissões verificadas durante o ano; saídas durante o ano)*, bem como a *dependência dos serviços mantidos (hospitais, asilos, escolas, bibliotecas, outros)*. Medem-se para alguns anos também os *auxílios e benefícios concedidos*.

Finalmente, para mais de uma década, entre 1965 e 1979, os Espíritas são subdivididos em Kardecistas e Umbandistas (Anuário Estatístico do Brasil 1967-1982),

reconhecendo-se as especificidades dessas duas religiões. As variáveis medidas para esses dois casos são as mesmas.

### Associações recreativas e desportivas

Pesquisas localizadas vêm evidenciando que esse é um vasto e antigo campo associativo na sociedade brasileira e que continua em crescimento. São organizações voluntárias que, quanto às suas atividades principais, existem voltadas para seus membros, como clubes sociais ou esportivos, de tamanhos variados e, ao que parece, de grande capilaridade pelo País.

Que informações foram produzidas e publicadas pelas estatísticas oficiais, ao longo do século, sobre esse terreno associativo? Surgindo de modo incipiente no Anuário de 1936 (sob a forma *clubes e campos*) as *associações desportivo-recreativas* não chegam até hoje: a última publicação em que aparecem é a de 1987/1988 (dados para 1984). As possibilidades de estudá-las através do tempo são também descontínuas: por exemplo, desaparecem durante os anos de 1940 e apresentam intervalos que chegam a cinco anos, em outros períodos.<sup>14</sup>

Uma primeira característica digna de nota é a preocupação da estatística oficial com o *escotismo* (e, secundariamente, com o *bandeirantismo*), revelada logo no primeiro anuário. Quem se interessa pelo assunto poderá constatar o vigor do movimento entre 1936 e 1960 e checar algumas de suas características, como a ligação com a Igreja Católica. Os dados são de detalhamento surpreendente, dada a escassez de informações sobre outras organizações socialmente mais relevantes e bem mais numerosas. Por exemplo, vemos que, iniciado o Estado Novo – exatamente em 1937 –, havia no Distrito Federal 61 *grupos e associações* congregados na *Federação Brasileira de Escoteiros do Mar*, no

*Conselho Metropolitano de Escoteiros Católicos* e na *Federação Carioca de Escoteiros*, totalizando 1 433 *efetivos existentes*, distribuídos por *lobinhos, escoteiros, pioneiros, rovers-scouts, chefes, sub-chefes, dirigentes, instrutores, comissários e assistentes eclesiais*. Encontram-se também os números das *atividades escoteiras*, com alto grau de especificação: *acampamentos, bivaques, visitas, representações, instruções, desfiles, comparecimentos a missas, procissões, romarias, comunhões*, etc. Os dados sofisticam-se no tempo e vemos que, 20 anos depois – em 1958 – havia 3 368 efetivos na Guanabara e 13 326 efetivos no Brasil (filiação agora à *União de Escoteiros do Brasil*), podendo-se consultar dados por Unidade da Federação, segundo categorias (já mais secularizadas, sem os eclesiais) e segundo *tropas e efetivos de terra, de mar, de ar e outros*. Já as jovens bandeirantes eram em 1958 menos numerosas, totalizando no Brasil 8 103 efetivos, sendo 2 237 na Guanabara. No entanto, nada se poderá saber sobre a continuação dessa história a partir dos anos de 1960, a depender dos anuários.

Acampamento internacional de escoteiros. São Paulo, SP, 1954.  
Acervo IBGE.



<sup>14</sup> Há menção a fontes de informação a partir do de AEB 1960 o Serviço de Estatística da Educação e Cultura, assinalando-se que há “compilação dos dados apurados pelos Departamentos Estaduais de Estatística”. A partir do AEB de 1985, a fonte é o Ministério de Educação e Cultura, Secretaria Geral, Serviço de Estatística de Educação e Cultura



Jogadores da equipe de futebol oficial da Liga Bahiana de desportos terrestres e o time couraçado de São Paulo. Salvador, 1924. Arquivo Público Mineiro.

Voltando ainda para a década de 1930, nesse anos os dados disponíveis - para além do escotismo e quanto ao que interessa aqui - trazem apenas os *clubes de cultura física* e os *campos desportivos* arrolados no País, por Unidade da Federação. Aprendemos por exemplo que, em 1936, dentre os 1 389 municípios informantes à pesquisa, 296 tinham campos esportivos: havia 638 campos, sendo 590 de instituições particulares e apenas 48 do poder público. Esses dados, que podem contribuir para traçar quadros descritivos do associativismo de determinada época, são limitados no tempo e não permitem a construção de séries mais consistentes.

Quanto às mais permanentes e significativas *associações desportivo-recreativas*, os anuários nos permi-

tem compor séries de dados razoavelmente coerentes entre 1957 e 1984 (Anuário Estatístico do Brasil 1959 - 1987/1988). A fonte é sempre o *Serviço de Estatística da Educação e Cultura*. Embora com alguma descontinuidade, pode-se construir a partir daí uma série com o número de *associações desportivas* e de seus *associados*, por Unidade da Federação (sendo que no decorrer dos anos há uma mudança de classificação, em que o

*desportivo-recreativas* transforma-se em apenas *desportos*, ou *associações desportivas*, podendo-se, no entanto, depreender pelo exame dos números e variáveis que se trata do mesmo universo). A Tabela 3 abaixo exemplifica a que se pode chegar, quanto ao crescimento do número de associações e de associados, dos anos de 1950 a 1980.

Até 1964 (Anuário Estatístico do Brasil 1967), as tabelas do anuário trazem o número de *associados* por sexo (mulheres, cerca de 12% do total). Até 1982 (Anuário Estatístico do Brasil 1986), pode-se encontrar o número de *desportistas*, segundo a idade, sexo e se *profissionais*, podendo-se constatar que esses últimos são largamente minoritários. Ao longo dos anos pode-se também obter

**Tabela 3 - Associações desportivas e número de associados - Brasil - 1957/1984**

Ano	Associações desportivas	Número de associados
1957	5 816	1 986 202
1958	6 576	2 210 772
1959	7 550	2 571 714
1960	8 050	2 675 813
1961	7 737	2 667 070
1962	7 726	2 995 941
1963	7 427	3 111 652
1964	7 677	3 357 325
1969	8 310	3 969 979
1972	9 041	4 478 962
1975	...	3 823 652
1978	7 106	...
1981	9 949	...
1982	10 966	...
1983	9 705	6 602 080
1984	10 393	7 289 567

Fontes: Anuário estatístico do Brasil 1959-1987/1988. Rio de Janeiro: IBGE, v. 20-48, 1959-1988.

dados nas publicações sobre os *associa-*  
*dos praticantes* dos diferentes desportos,  
os quais vão-se diversificando através  
do tempo (claro, com a concentração  
constante no futebol). Podem-se  
encontrar, também, a depender do ano,  
outros dados menos significativos para  
a temática do associativismo, como  
tipos de instalações, número de compe-  
tições, número de técnicos e outros.



Escoteiros fazem trabalho voluntário em campanha de vacinação, Rio Grande, RG.

Foto: José Caldas - BrazilPhotos.

## Cooperativas e outros

A série de informações sobre o cooperativismo, nos anuários, é das mais completas, constando em praticamente todas as publicações, até 1998, enquadrada na sessão *Providência e Assistência Social* e, em anos mais recentes, na *Assistência Rural*.<sup>15</sup>

No entanto, desse tipo de associação não se exclui a distribuição de lucros entre os associados e nesse universo parecem predominar, no Brasil, organizações comprometidas com iniciativas empresariais de grande porte. Ficam nesse caso fluidas as fronteiras entre os fenômenos passíveis de serem enquadrados como organizações de ação coletiva (como, por exemplo, as do tipo comunitário local, ou de defesa de interesses de grupos profissionais), e os caracterizados estritamente pela lógica econômica.

Os dados dispostos nos anuários permitem ao interessado examinar em detalhe diversas características dessas cooperativas, já que são apresentadas, por Unidade da Federação, pelos nomes e finalidades de cada uma, mutáveis através dos anos: *bancos; caixas*

*rurais; cooperativas agrícolas de venda; de compra em comum; de crédito agrícola rural e urbano; escolares; de produção e industrialização; de consumo urbano; etc.*

Por exemplo, nos anos de 1930, tanto se tem a *Cooperativa de Consumo dos Proletários de Mina de Arroio dos Ratos* (RS), ou a *Cooperativa Agrária de Consumo Resistência* (PA), a *Cooperativa dos Alfaiates e Costureiras de Porto Alegre*, ou a *Cooperativa Escolar Maria Teresa* (BH), com dez sócios e 300\$ de capital subscrito; como também se conta a *Cooperativa Madeireira Caxiense*, de 32 sócios e 230 600\$ de capital subscrito, ou o *Banco Agrícola de Mogi-Mirim* (SP), com 100 000\$.

O estudioso do cooperativismo no Brasil terá amplo material de trabalho através dos anuários. No entanto, pode-se supor que sob essa classificação estão fenômenos sociais de diferente natureza, quanto ao associativismo que nos interessa aqui, não sendo recomendável trabalhar diretamente com os totais apresentados nas tabelas.

<sup>15</sup> As fontes de informações são, sucessivamente: Serviço de Economia Rural; Banco Nacional de Crédito Cooperativo (Anuário Estatístico do Brasil 1955); Ministério da Agricultura - Divisão de Cooperativismo e Organização Rural (Anuário Estatístico do Brasil 1965); Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, Departamento de Cooperativismo e Extensão Rural (Anuário Estatístico do Brasil 1970); Ministério da Agricultura, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Secretaria Nacional de Cooperativismo (Anuário Estatístico do Brasil 1985); Organização das Cooperativas Brasileiras, Departamento Técnico e Econômico (Anuário Estatístico do Brasil 1987/1988); Ministério da Agricultura, Instituto de Colonização e Reforma Agrária, Secretaria Nacional de Cooperativismo (Anuário Estatístico do Brasil 1989); Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, Secretaria Nacional de Reforma Agrária, Departamento Nacional de Cooperativismo e Desenvolvimento Rural (Anuário Estatístico do Brasil 1990); Organização das Cooperativas Brasileiras, Departamento Técnico e Econômico (Anuário Estatístico do Brasil 1994 em diante), ver CD-ROM da publicação *Estatísticas do Século XX* (2003).



Associação dos Empregados do Comércio. Recife, PE, 1935.  
CPDOC/FGV.

Vale por fim assinalar que aparecem pontualmente, espalhados pelos anuários, alguns dados sobre *Associações de Auxílio Mútuo*, de *Beneficência Mutuária*, ou *Associações Rurais*. A precariedade das definições sobre o que sejam, assim como a sua pouca frequência nas publicações, tornam de pouca utilidade sua descrição.

Vale apontar ainda que a única associação profissional encontrada nos anuários é a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), com duas ou três menções, em anos diversos, sobre o número de advogados nela *inscritos*, sob a rubrica *Registros Profissionais*.

## As publicações dos suplementos da PNAD e PME

As publicações citadas na Introdução a esse trabalho, referentes à PNAD de 1988 e à PME de 1996, são ambas resultado de pesquisas suplementares voltadas a medir a participação da população em associações civis - não apenas as *culturais*, *desportivo-recreativas* e *sindicais* que encontramos nos anuários, mas também as associações *profissionais* (ou *classe*). Classificadas dentro das *associações comunitárias* encontram-se igualmente, além das *religiosas* e das *filantrópicas* que já foram percorridas acima, as *associações de moradores* e um universo (crescente, segundo alguns estudos utilizando esses dados) de *outras*.

As pesquisas são compatíveis quanto ao plano de amostragem, já que ambas são realizadas através de amostras probabilísticas de domicílios e adotam, na seleção dos setores censitários para compô-las, a malha setorial usada na realização do Censo Demográfico.

Diferenciam-se, no entanto, quanto à cobertura territorial. A PNAD apresenta resultados para o Brasil e Grandes Regiões: Norte (com exceção da área rural), Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Já a PME trabalha com sete Regiões Metropolitanas: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Nesse sentido torna-se problemático o trabalho comparativo para os dois anos pesquisados a partir das tabelas apresentadas nas duas publicações, ou seja, sem o acesso aos microdados.

Relevante para o leitor é o fato de que os dois casos publicados contêm textos com comentários e gráficos, antecedendo à apresentação das tabelas – assim como incluem os questionários utilizados na pesquisa.

Segue abaixo uma descrição do que se pode encontrar nos dois volumes.

### a) *Participação político-social, 1988: Brasil e grandes regiões.*

Além de se medir a participação da população nas organizações mencionadas perguntou-se também, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD -<sup>16</sup>, sobre as razões pelas quais a população se filia ao sindicato e/ou associação de empregados, bem como em quais atividades a população filiada participa naquelas organizações. Acrescentou-se também uma pergunta no sentido de se estabelecer a intensidade do contato da população com seus representantes no Legislativo e no Executivo e por que razão foi efetuado o contato.

Os dados sobre associativismo são apresentados em dez tabelas (para pessoas de 18 anos ou mais de idade,

<sup>16</sup> Participação político-social 1988: Brasil e Grandes Regiões (1990, v.1).



para o Brasil e cada uma das regiões). É privilegiado o mundo do trabalho: sete tabelas referem-se aos *sindicatos e associações de empregados*. Apenas duas trazem informações sobre *associações comunitárias*, tratadas juntamente com os *partidos políticos* (referindo-se a última à realização de contatos com políticos ou governantes).

Três tabelas nos permitem visualizar conjuntamente a frequência e características das *pessoas ocupadas* que se filiam a *sindicatos de empregados*, a *associações de empregados* e a ambas organizações, além das *não-filiadas* e das *sem declaração*: qualificam-se segundo o *sexo*, o *setor de atividades (primário, secundário, terciário)*, as *classes de rendimento mensal* e os *anos de estudo*.

Apresentam-se separadamente, para cada uma dessas duas categorias – sindicatos e associações – tabelas que permitem o cruzamento de outras variáveis: a) número de pessoas ocupadas *filiadas, não-filiadas e sem declaração*, segundo *sexo* e *setor de atividade* e segundo a *participação ou utilização nas atividades* da organização (*assistência médica ou jurídica, atividade esportiva ou cultural, atividade política, outras*); b) número de pessoas ocupadas, filiadas à organização *por motivos pelos quais se associam* (repetem-se as atividades acima) e segundo a *participação ou utilização das atividades da organização* (PARTICIPAÇÃO..., 1990, v. 2)

Quanto às menos contempladas *associações comunitárias*, adotou-se o critério de colocá-las junto aos *partidos políticos* nas duas tabelas apresentadas, onde se mede o número de pessoas filiadas a cada uma dessas organizações e também a ambas, além das *não-filiadas* e das *sem declaração*. Os dados permitem cruzamentos segundo *classes de rendimento mensal* e *anos de estudo*.

Finalmente, vale remeter o leitor ao útil e detalhado texto analítico contido na publicação, com variedade de comentários e 13 gráficos. Na sua maioria, esses referem-se a comparações entre a participação sindical e em associações de classe de empregados. Conclui-se, por exemplo, que “*o sindicato permaneceu sendo a forma tradicional de organização dos interesses profissionais dos trabalhadores do setor primário. Já para os trabalhadores do setor terciário, onde há uma maior diversidade de atividades, a forma de organização do tipo associação parecia indicar uma alternativa possível para fugir ao maior constrangimento legal que o Estado impunha à constituição de um sindicato no período anterior à Constituição de 1988*” (PARTICIPAÇÃO ..., 1990, v. 2, p. xlvii). Considerando-se as classes de rendimento mensal, tanto no sindicato quanto na associação de empregados predominavam os que recebiam mais de 1 até 3 PNS (Pisos Nacionais de Salários). No entanto, no sindicato, a partir dessa classe de rendimento mensal, o número de filiados diminuía na proporção em que os rendimentos aumentavam. Já na associação, embora a partir daquela classe a frequência de filiados

Desfile de escola de samba no Sambódromo. Rio de Janeiro, RJ, 1998.  
Foto: José Caldas - BrazilPhotos.



também diminuíse, ela se mantinha mais ou menos constante, não importando qual fosse a classe de rendimento mensal do filiado. Também quanto às características socioculturais, nos sindicatos a filiação diminuía conforme aumentavam os anos de estudo, ao passo que na associação, ao contrário, a filiação aumentava à medida que os anos de estudo aumentavam.

Quanto à participação em partido e associação comunitária, 83,1% das pessoas de 18 anos ou mais não eram filiadas nem a um, nem a outra. Entre os filiados, a proporção era a seguinte: 13,1% filiados a associações comunitária, 2,6% a partidos políticos e 1,2% a partidos e associações comunitárias. Analisam-se, também, na continuação do texto, as características socioeconômicas dos filiados, por tipo de filiação.

De resto, será de utilidade para o pesquisador interessado nas questões correlatas ao associativismo e que se dispuser a trabalhar com os microdados a leitura do questionário utilizado na pesquisa suplementar e apresentado na publicação, onde se encontram diversas questões cujas opções de resposta implicam em algum tipo de relação com *entidades civis* (no caso de reclamações por deficiências de serviços públicos); ou ainda perguntas sobre frequência em atividades religiosas (como se disse na introdução a esse trabalho, há resultados publicados no volume 3); ou ainda a desagregação de *órgãos comunitários* (em *associações de bairro ou de moradores, associação religiosa ou filantrópica, associação esportiva ou cultural, outros*), cuja leitura não é possibilitada pelas tabelas incluídas na publicação.

#### **b) Associativismo, representação de interesses e intermediação política.**

O Suplemento da Pesquisa Mensal de Emprego - PME<sup>-17</sup> apresenta nove tabelas referentes ao associativismo, onde se privilegiam - de forma análoga à da PNAD - *sindicatos* e *órgãos de classe*.

No entanto, pode-se fazer uma leitura comparativa das três categorias pesquisadas (sindicatos, órgãos de classe e comunitários) através da tabela em que se apresenta o número de pessoas (de 18 anos ou mais, como em todos os casos), *filiadas* ou *não* a sindicato e *associadas* ou *não* às outras duas formas de organização e *sem declaração*. Possibilita-se aí o cruzamento das variáveis *sexo* e *condição de atividade*, ou seja, segundo pessoas *economicamente ativas, não-economicamente ativas* e *sem declaração*.

Se nesses dados trabalha-se com o universo da população, em duas das tabelas referentes apenas aos filiados aos sindicatos parte-se - como no caso da PNAD - do número de *pessoas ocupadas*, cobrindo-se as variáveis *idade, sexo, anos de estudo, setores de atividade (indústrias de transformação, construção civil, comércio, serviços, outras atividades)* e *classes de rendimento mensal*. Em uma terceira tabela encontramos (também para pessoal ocupado) informações sobre o *motivo da filiação* (os mesmos utilizados na PNAD, com algum grau maior de desagregação), o qual pode ser cruzado com o tipo de sindicato, seja de *empregados, profissionais liberais, funcionários públicos* ou *outros*. Finalmente tem-se o quadro que, considerando também o tipo de sindicato, mede o número de pessoas *que se dissociaram* do sindicato ao qual foram filiadas, segundo o *motivo* de se terem dissociado (*mudança de profissão ou atividade, decepção com a direção do órgão, não precisam mais dos serviços, falta de alguns serviços no órgão, outros motivos*).

Quanto as três tabelas referentes a *órgãos de classe* uma revela, para pessoas de 18 anos ou mais, o número de associados, segundo *sexo, idade, anos de estudo* e *condição de atividade (economicamente ativas, não-economicamente ativas e sem declaração)*. Tem-se também o quadro que permite o cruzamento entre os associados por *tipo* de órgão de classe (*empregados, profissionais liberais, funcionários públicos, outros*) e *motivo da associação (assistência médica, jurídica, etc.)*.

<sup>17</sup> Associativismo, representação de interesses e intermediação política. Rio de Janeiro: IBGE, 1977.

Finalmente, repete-se para órgãos de classe a tabela que mostra a *dissociação*, por motivo e por tipo de órgão (sendo que o universo pesquisado aqui não é apenas o das pessoas *ocupadas*, mas sim o total da população).

Somente uma tabela traz informações sobre as pessoas associadas a *órgãos comunitários*, permitindo cruzamentos entre a *idade* e o *tipo de organização* (*de bairros ou moradores; religiosas; filantrópicas; esportivas e culturais; outras; sem declaração*).

Finalmente, também aqui cabe consulta ao texto introdutório onde se comentam os resultados, ilustrados por oito gráficos. Inclui-se aí uma comparação de dados da PNAD/1988 com a PME/1996, onde se pode ter idéia das alterações sofridas pelo associativismo no período.

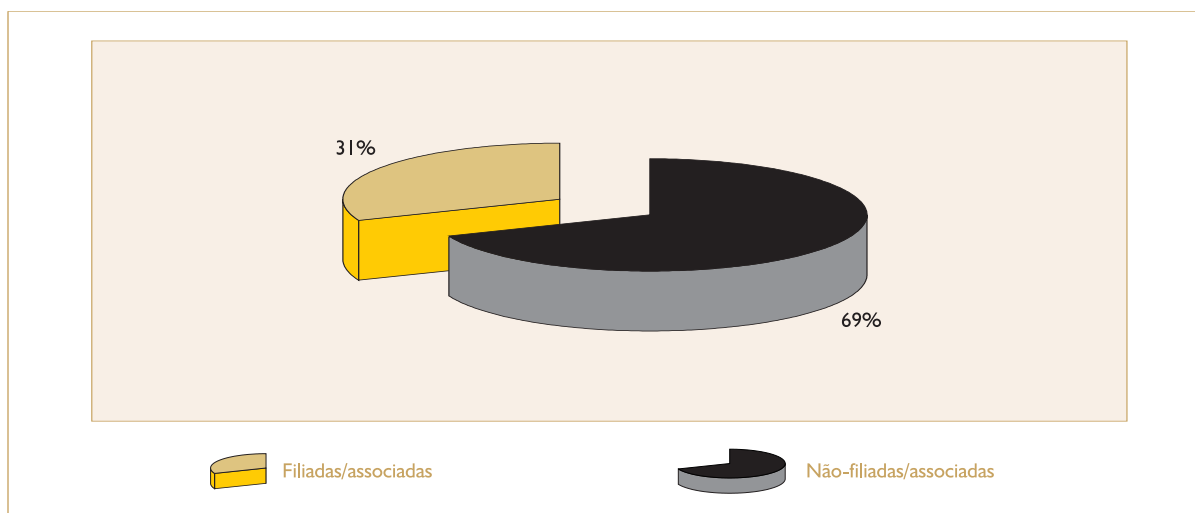
Segundo os Gráficos 1, 2, 3 e 4 a seguir, retirados das publicações, a proporção de filiações permaneceu praticamente a mesma nos dois anos (29% e 31%, respectivamente). No entanto, em 1988 a filiação a órgãos comunitários superava a filiação a sindicatos na preferência da população (49% contra 35%), tendo as

associações de classe perdido igualmente, no período, a capacidade de mobilizar adesões

O texto comenta também a estruturação do associativismo nas seis áreas metropolitanas estudadas, destacando-se por exemplo o seu maior vigor na de Porto Alegre, onde tanto na participação sindical como na do tipo comunitário obtêm-se taxas de participação maiores que nas demais áreas. Porto Alegre é também o único caso, dentre os estudados, em que o sindicalismo não é o tipo predominante de associativismo, igualando-se a ele o de tipo comunitário (Gráfico 5).

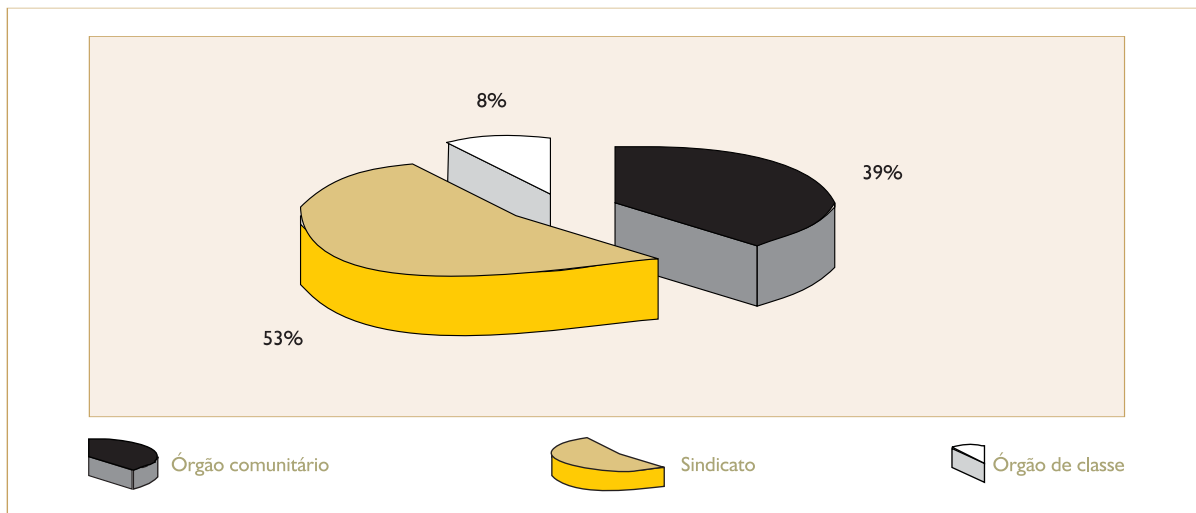
Outros comentários e gráficos privilegiam a comparação entre a participação de homens e mulheres nos três tipos de organizações, considerando também o seu pertencimento ou não à População Economicamente Ativa – PEA – o qual, no caso das mulheres, duplica a taxa de associativismo sindical (mantendo-a, no entanto, em patamar inferior à sindicalização masculina). Compara-se também a filiação a sindicato e a órgão comunitário por idade e, finalmente, a proporção de pessoas filiadas a

Gráfico 1 - Proporção de pessoas filiadas ou associadas a organizações associativas - Brasil - 1996



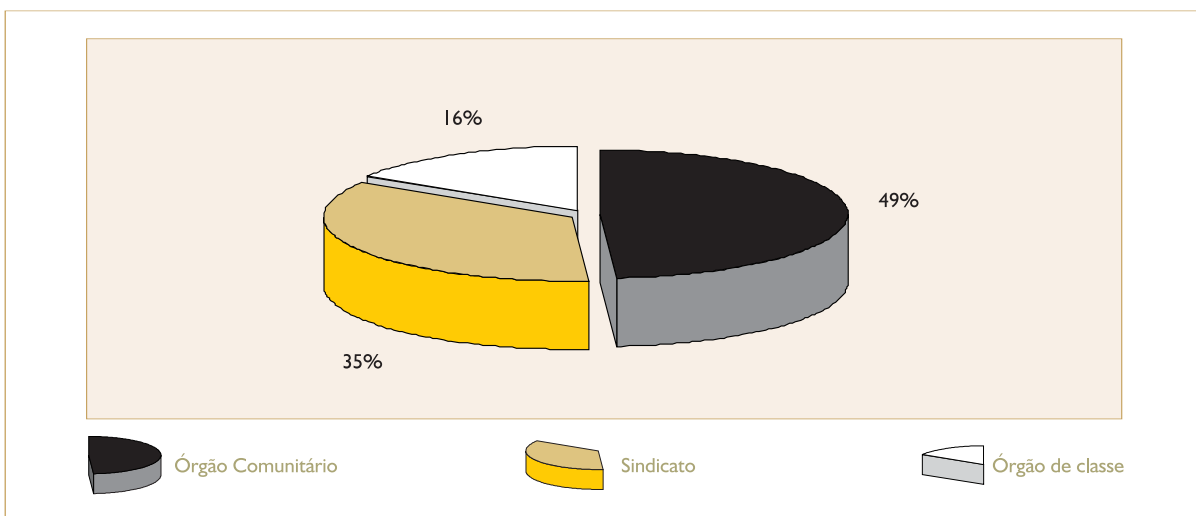
Fonte: Associativismo, representação de interesses e intermediação política. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.

Gráfico 2 - Proporção de pessoas filiadas a sindicatos, associadas a órgão de classe e a órgão comunitário - Brasil - 1996



Fonte: Associativismo, representação de interesses e intermediação política. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.

Gráfico 3 - Proporção de pessoas filiadas a sindicatos, associadas a órgão de classe e a órgão comunitário - Brasil - 1988



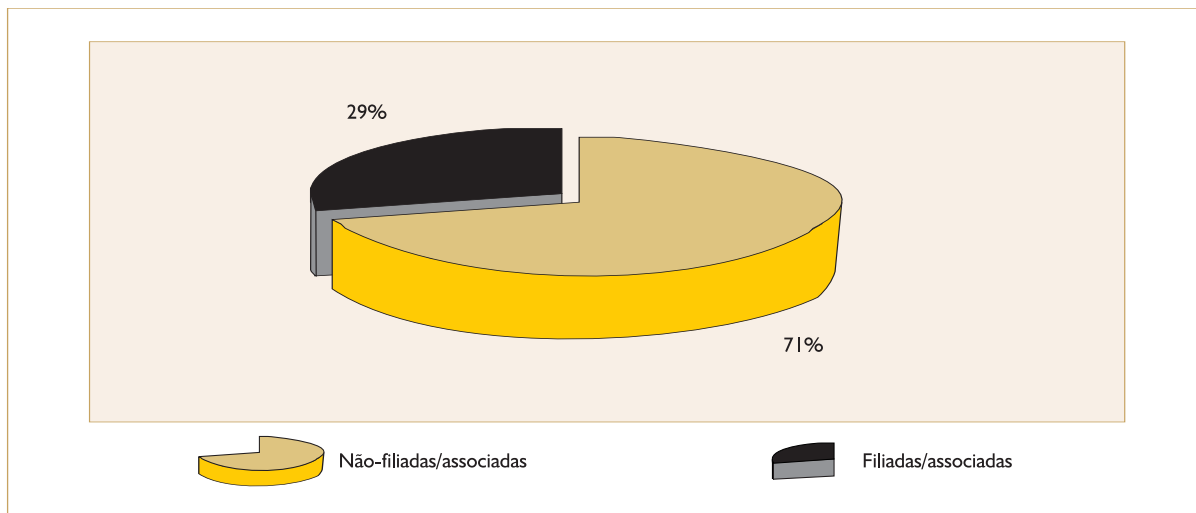
Fonte: Participação político-social, 1988: Brasil e grandes regiões. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, v. 2: Educação, meios de transporte, cadastro e associativismo.

diversos tipos de órgãos comunitários, por grupos de idade – onde se evidencia a maior proporção de filiações a órgãos comunitários com inspiração religiosa, acentuada sobretudo na faixa de pessoas de 60 anos ou mais.<sup>18</sup>

Finalmente, a leitura do questionário publicado é recomendada quanto à informação sobre outras variáveis medidas pela pesquisa e que não figuram nas tabelas, tais como a frequência a reuniões ou assembleias de sindicatos

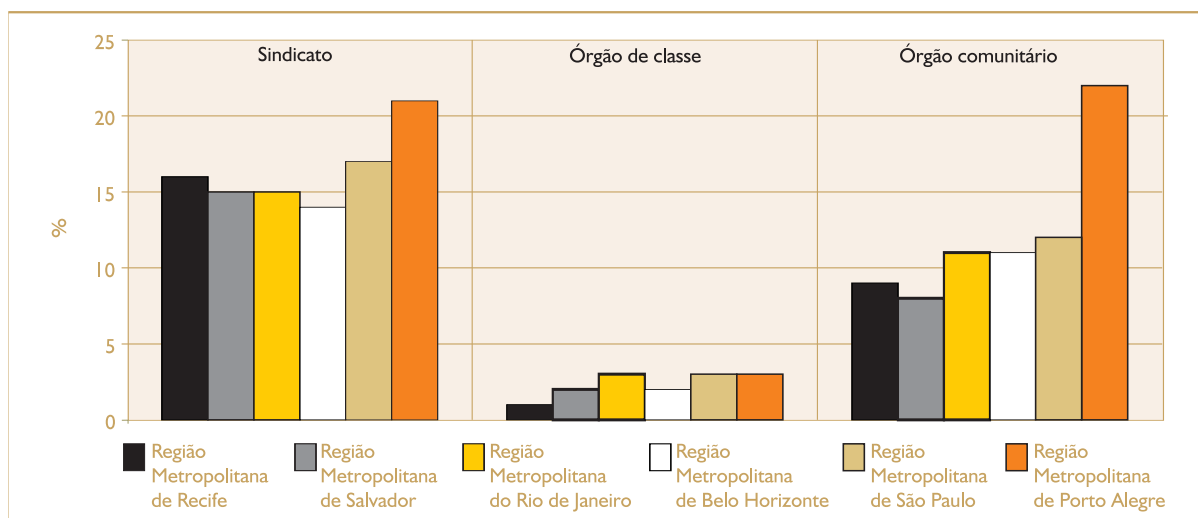
<sup>18</sup> Veja também, quanto a comentários sobre os resultados da pesquisa complementar da PME, a publicação *Carta IBGE* (jan. 1998).

Gráfico 4 - Proporção de pessoas filiadas ou associadas a organizações associativas - Brasil - 1988



Fonte: Participação político-social, 1988: Brasil e grandes regiões. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, v. 2: Educação, meios de transporte, cadastro e associativismo.

Gráfico 5 - Proporção de pessoas filiadas a sindicatos, associadas a órgão de classe e a órgão comunitário, por Regiões Metropolitanas - Brasil - 1996



Fonte: Associativismo, representação de interesses e intermediação política. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.

ou associações, a frequência do voto em diretorias, a participação em atividades públicas do tipo listas de abaixo-assinado, manifestações de protesto, trabalhos voluntários, greves ou reuniões de grupos locais.

### Nota final

O estudioso de questões relacionadas às organizações associativas no Brasil (excluídas desse texto as sindicais e culturais) encontrará nos Anuários Estatísti-

cos do Brasil antes a sua face mais tradicional – a que se constrói com fronteiras difusas entre o assistencial e o religioso, entre o público e o privado – do que a de marca moderna, referida à ação coletiva autônoma ou politizada. Nesse sentido, percorrer o Século XX através dos anuários é encontrar evidências quanto a um antigo e persistente terreno organizativo “filantrópico”, ou assistencial, existente na sociedade brasileira, havendo indicações interessantes sobre algumas de suas características e também sobre traços das suas relações com o Estado – envolvidas que essas organizações estiveram nas práticas de proteção social através do século. Se é certo que as informações são reduzidas e descontínuas, essas debilidades, no entanto, ficam relativizadas diante da escassez de pesquisas quantitativas e da fragmentação ou dificuldade de acesso a fontes de dados nessa área – o que torna a consulta aos anuários passo aconselhável aos interessados nas características que assumem as associações voluntárias em contexto brasileiro e questões correlatas.

Coerentemente, as associações religiosas – ou dados do campo religioso que podem fornecer indicadores para o estudo do associativismo no Brasil – merecem boa cobertura na publicação, por certo a mais extensa e contínua dentre as consideradas e em que pese a ausência, ou a presença tardia, de certas tradições (como o judaísmo ou as religiões afro-brasileiras, para mencionar as mais evidentes).

Festa tradicional dos reis magos em Salvador, BA. Acervo IBGE.



Já o interessado no associativismo esportivo e recreativo poderá encontrar algum material de trabalho a ser utilizado, o que no entanto parece ser pálido reflexo das dimensões que assume esse campo na sociedade brasileira.

Vale lembrar que, além de fonte de informações quantitativas, os anuários dão alguns elementos para qualificar as associações em termos de suas origens, modo de atuação e formas com que são oficialmente classificadas através dos anos.

O maior obstáculo em se contar com os anuários para a pesquisa sobre as associações aqui consideradas é evidentemente a total interrupção de informações, a partir dos anos de 1980 (exceto para as cooperativas) – o que acontece quando se passa a trabalhar a partir dos dados do Censo Demográfico, eliminando-se, portanto, resultados de pesquisas nessa área que considerem a mensuração de dados por estabelecimentos. Outras publicações do IBGE, como as da PNAD e PME descritas, trazem informações recentes e indispensáveis, porém delimitam seu objeto em termos da participação associativa dos indivíduos, já que suas bases são também pesquisas domiciliares. Além disso, não mostram séries temporais, ou seja, nada se apresenta de um ponto de vista que considere as organizações associativas, seu volume, características e comportamento através das duas últimas décadas.

Algumas tentativas vêm sendo feitas por pesquisadores no sentido de trabalhar com os dados do censo e das PNADs para medir características recentes de organizações da sociedade civil no Brasil (como ocupações ou despesas). Os limites desses procedimentos, no entanto, apontam para outras estratégias de pesquisa passíveis de serem desenvolvidas também a partir de fontes de dados mantidas pelo IBGE. Entre essas fontes, ressalte-se o Cadastro de Estabelecimentos do Brasil – CEB –, de publicação anual e classificações compatíveis com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE –, cuja lógica, no entanto, não

permite uma desagregação que contemple de modo consistente as associações voluntárias e sua diversidade, permitindo apenas aproximações imperfeitas. Uma adequação dessas classificações de forma a que se tornem compatíveis com a identificação do universo das organizações associativas seria um primeiro passo no sentido de possibilitar novas informações e pesquisas.

A relevância social dos fenômenos aqui considerados e a complexidade e custo implicados em qualquer empreendimento para pesquisá-los de modo amplo e consistente sugere que o IBGE tome para si o quanto antes essa responsabilidade.

## Referência bibliográfica

ASSOCIATIVISMO, representação de interesses e intermediação política. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. 192 p.

CARTA IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, n. 42, jan. 1998.

PARTICIPAÇÃO político-social, 1988: Brasil e grandes regiões. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. v. 2: Educação, meios de transporte, cadastro e associativismo.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. v. 3: Serviços domiciliares, mobilidade social, serviço de saúde, migração, religião e meios de comunicação.





# ESTATÍSTICAS DO SÉCULO XX: EDUCAÇÃO



Os habitantes III, 1964  
Rubens Gerchman  
Guache sobre papel – 55 x 75,2 cm  
Coleção Gilberto Chateaubriand  
Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.

---

\* Ph.D. em sociologia pela Universidade da Califórnia em Berkeley. Professor Titular de Sociologia do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ/UCAM. Autor de *Estrutura Social, Mobilidade e Raça*, São Paulo: Vértice/Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988 (com Nelson do Valle Silva); *Relações Raciais no Brasil Contemporâneo*, Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992 (com Nelson do Valle Silva); e *Cor e Estratificação Social*, Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999 (com Nelson do Valle Silva e Marcia Lima).

## ESTATÍSTICAS DO SÉCULO XX: EDUCAÇÃO

CARLOS HASENBALG\*

As notas que seguem têm como finalidade facilitar a consulta às informações estatísticas sobre educação no Século XX, registradas nos Anuários Estatísticos do Brasil – AEBs – e outras publicações do IBGE e das agências que o antecederam, como a Directoria Geral de Estatística e o Instituto Nacional de Estatística. Tratar-se-á, em primeiro lugar, de fazer um mapeamento do amplo volume de informações contidas em pouco mais de 2 000 páginas de tabelas e gráficos. Em segundo lugar, pretende-se formular comentários sobre a relevância e qualidade dessas estatísticas, bem como sugerir algumas linhas possíveis de pesquisa a serem desenvolvidas a partir delas. As informações consideradas estão contidas em 58 números do AEB, estendendo-se no tempo desde o primeiro número desse Anuário, relativo aos anos de 1908 a 1912 (publicado entre 1916 e 1927), até o AEB de 1998.

Dois tipos de estatísticas deverão ser comentadas neste trabalho. Primeiro, as relativas ao sistema de ensino, que compreendem informações sobre o número de estabelecimentos ou cursos, corpo docente e matrículas nos diferentes níveis de ensino. Excetuando os períodos de 1900-1906

e de 1913-1926, em que a informação não foi coletada, os dados dos AEBs e das séries retrospectivas permitem reconstituir, em grandes linhas, a evolução quantitativa do sistema de ensino durante todo o Século XX. Estes dados, levantados pelos censos educacionais realizados todos os anos pelo Ministério de Educação, têm como unidades informantes os estabelecimentos de ensino.

O segundo tipo de informação a ser tratada refere-se às características de instrução da população,

Atividades da creche Casa do Aprender, Fundação Abrinc. 2001.  
Foto: José Caldas. BrazilPhotos.





Sala de aula para filhos dos trabalhadores da Fábrica de vidro Cisper. Acervo IBGE.

que inclui: a) níveis de alfabetização e analfabetismo; b) escolaridade ou nível de instrução da população; e c) escolarização ou distribuição da população estudantil. As fontes destes dados são o Censo Demográfico e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. Esta informação é incorporada nos AEBs somente a partir de 1980. Como o próprio IBGE destaca, estas estatísticas, disponíveis para o período mais recente, por serem coletadas junto aos domicílios, contam com duas vantagens: 1) incluem também pessoas que nunca freqüentaram, ou que já não estão mais matriculadas em escolas, dimensionando a capacidade do País em atender à demanda educacional; e 2) captam características demográficas e socioeconômicas que, associadas às informações de instrução, permitem um melhor entendimento do perfil educacional da população.

Começando a inspeção das estatísticas sobre o sistema de ensino, a Tabela 1 mostra a cobertura temporal dada pelos diferentes AEBs.

A primeira coluna, do ensino geral, refere-se às estatísticas que apresentam a soma ou agregação de todos os níveis e modalidades de ensino. Dentro delas é possível observar separadamente os dados básicos sobre estabelecimentos, docentes e matrícula dos diversos graus e categorias de ensino. As letras ‘R’ e ‘S’ dentro das celas indicam a presença de quadros retrospectivos e sinopses com séries temporais para os anos especificados. Estas estatísticas agregadas do ensino geral caem em desuso a partir de 1955.

A segunda coluna, do ensino primário, refere-se às estatísticas do antigo ensino primário, anterior à reforma dos 1º e 2º graus, de 1971. Os dados para este nível de ensino são apresentados sob a rubrica de ‘ensino primário geral (comum e supletivo)’, que compreende: 1) o ensino pré-primário, em suas modalidades maternal e infantil; e 2) o ensino fundamental, em suas variantes comum e supletivo. A partir do AEB de 1955 são apresentados somente os dados sobre o ensino fundamental comum. Os quadros retrospectivos dos AEBs de 1953 e de 1956 permitem reconstituir a série histórica sobre estabelecimentos, docentes e matrícula de 1871 até o início da década de 1950. Dessas datas em diante a série histórica pode ser reconstruída até 1972, consultando os AEBs de 1957 até 1974.

A terceira coluna, do ensino médio, diz respeito aos dados do antigo secundário, anterior à reforma de 1971, composto pelo ginásial ou 1º ciclo e o colegial ou 2º ciclo, bem como as variantes profissionalizantes do ensino agrícola, comercial, industrial e normal ou pedagógico. Os quadros retrospectivos dos AEBs de 1937 e de 1956 permitem reconstituir a série histórica de dados básicos sobre estabelecimentos, docentes e matrículas deste nível de ensino para o período de 1907 a 1954, sendo que não há dados disponíveis para o período entre 1907 e 1927. Até o AEB de 1950, os dados sobre este nível de ensino devem ser procurados na seção sobre ensino em geral.

Os AEBs oferecem uma boa cobertura temporal do ensino superior ou de graduação, particularmente na segunda metade do século passado. A partir do AEB de 1955 é criada uma seção de estatísticas relativa ao ensino extra-primário, incluindo a informação do ensino médio e superior. Com anterioridade a essa data, os dados sobre o ensino superior estavam incluídos na seção sobre ensino em geral. Os quadros retrospectivos do AEB de 1956 fornecem os dados básicos sobre estabelecimentos de ensino superior, docentes e matrícula, segundo as principais modalidades de ensino ou carreiras, para o período de 1907-1954. Da mesma forma, o AEB de 1980 oferece as estatísticas sobre cursos, docentes, matrículas no início do

**Quadro sinóptico: cobertura temporal do sistema de ensino nos  
anúários estatísticos do Brasil - 1927/1998**

(continua)

Anuário Estatístico do Brasil - AEB	Tipo de ensino								
	Geral	Primário	Médio	Superior ou de graduação	Pós-graduação	Pré-escolar	1º grau ou fundamental	2º grau ou médio	Supletivo
De 1927	-	DF-1907/1912	1907/1912	1907/1912	-	-	-	-	-
De 1936	1933	1933	-	-	-	-	-	-	-
De 1937	R-1907/1934	R-1871/1934	R-1907/1934	-	-	-	-	-	S-1932/1935
De 1938	S-1932/1936 e 1935	1932/1936	-	-	-	-	-	-	S-1932/1936
De 1939/1940	S-1932/1938	1935/1937	-	-	-	-	-	-	S-1932/1938
De 1941/1945	S-1932/1941	-	-	-	-	-	-	-	S-1932/1944
De 1946	S-1932/1942	1941/1945	-	-	-	-	-	-	S-1941/1945
De 1947	1943 e S-1932/1944	S-1942/1946 e 1943	-	-	-	-	-	-	S-1942/1946
De 1948	1944 e S-1932/1945	S1943/47 e 1944	-	-	-	-	-	-	S-1943/1947
De 1949	1945 e S-1933/1946	S1944/1948 e 1945	-	-	-	-	-	-	S-1944/1948
De 1950	1946 e S-1933/1947	S1945/1949 e 1946	-	-	-	-	-	-	S-1945/1949
De 1951	1947 e S-1934/1949	S1946/1950 e 1947	-	-	-	-	-	-	S-1946/1950
De 1952	1948/1949 S-1948/1950	S1947/1951 e 1948	-	-	-	-	-	-	S-1947/1951
De 1953	R1907/1951	R1871/1951	-	-	-	-	-	-	-
De 1954	R1940/1952	1952	1952	1950/1952	-	-	-	-	-
De 1955	S1940 e 1950/1953	1955	1953 e 1955	1953 e 1955	-	-	-	-	-
De 1956	-	R1871/1953	R1931/1954	R1907/1954	-	-	-	-	-
De 1957	-	1952/1954	-	-	-	-	-	-	-
De 1958	-	1954/1956	-	-	-	-	-	-	-
De 1959	-	1957	-	-	-	-	-	-	-
De 1960	-	1958	1956/1958 e 1960	1960	1960	-	-	-	-
De 1961	-	1959	-	-	-	-	-	-	-
De 1962	-	1960	1959/1960 e 1962	1959/1960 e 1962	1959/1960 e 1962	-	-	-	-
De 1963	-	1961	1963	1963	1963	-	-	-	-
De 1964	-	1962	1962/1964	1962	1962	-	-	-	-

**Quadro sinóptico: cobertura temporal do sistema de ensino nos  
anúários estatísticos do Brasil - 1927/1998**

(continua)

Anuário Estatístico do Brasil - AEB	Tipo de ensino								
	Geral	Primário	Médio	Superior ou de graduação	Pós-graduação	Pré-escolar	1º grau ou fundamental	2º grau ou médio	Supletivo
De 1965	-	1963	1963 e 1964	1963 e 1964	1963 e 1964	-	-	-	-
De 1966	-	1963/1964 e 1965	1964/5	1963/5	1963/1965	-	-	-	-
De 1967	-	1964/1966	1964/1966	1964/1966	1964/1966	-	-	-	-
De 1968	-	1965/1967	1965/1967	1966/1968	1966/1968	-	-	-	-
De 1969	-	1966/1968	1966/1968	1966/1968	1966/1968	-	-	-	-
De 1970	-	1966/1968	1966/1968	1966/1968	1966/1968	-	-	-	-
De 1971	-	1967/1968	1969/1970	1969/1970	1969/1970	-	-	-	-
De 1972	-	1968/1970	1969/1971	1969/1971	-	-	-	-	Prim.1967/1969
De 1973	-	1970/1972	1970/1972	1972	1971	-	-	-	-
De 1974	-	1970/1972	1970/1972	1973	1973	1971/1973	-	-	-
De 1975	-	-	-	1974	1974	1972/1974	1971/1973	1971/1973	-
De 1976	-	-	-	1974	1974	1973/1975	1972/1974	1971/1973	-
De 1977	-	-	-	S 1960/1974 e 1975	1960/1974	1975	S 1960/1974	S 1960/1974	-
De 1978	-	-	-	S 1961/1975 e 1975	1975	-	S 1961/1975 e 1975	1974	-
De 1979	-	-	-	S 1961/1978 e 1976/1978	1976/1978	1977	S 1961/1978 e 1976/1977	S 1961/1978 e 1975/1977	-
De 1980	-	-	-	R 1962/1979 e 1979	R 1974/1979 e 1979	1974/1979 e 1978	R 1962/1979 e 1978	R 1962/1979 e 1978	-
De 1981	-	-	-	1978/1980	1978/1980	1976/1979	1977/1979	1978/1979	-
De 1982	-	-	-	1978/1980	1978/1980	1978/1980	1978/1980	1978/1980	-
De 1983	-	-	-	1981/1982	1981/1982	1980/1982	1980/1982	1980/1982	-
De 1984	-	-	-	1981/1983	1981/1983	1981/1983	1981/1983	1981/1983	-
De 1985	-	-	-	1982/1984	1984	1982/1984	1982/1984	1982/1984	-
De 1986	-	-	-	1983/1985	1985	-	1983/1985	1983/1985	-
De 1987/1988	-	-	-	1983/1985	1985	-	1983/1985	1983/1985	-

**Quadro sinóptico: cobertura temporal do sistema de ensino nos  
anúários estatísticos do Brasil - 1927/1998**

(conclusão)

Anuário Estatístico do Brasil - AEB	Tipo de ensino								
	Geral	Primário	Médio	Superior ou de graduação	Pós-graduação	Pré-escolar	1º grau ou fundamental	2º grau ou médio	Supletivo
De 1989	-	-	-	1986/1988	1986	-	1985/1988	1985/1988	1987
De 1990	-	-	-	1986/1988	-	-	1986/1988	1986/1988	1987
De 1991	-	-	-	1989	-	-	1987	1986/1988	1986
De 1992	-	-	-	1990	1988/1991	1989	1988/1989	1988/1989	1987
De 1993	-	-	-	1991	1991	1991	1991	1991	-
De 1994	-	-	-	1992/1993	1992/1993	-	1992/1993	1992/1993	-
De 1995	-	-	-	1994	1992/1993	1994	1994	1993	-
De 1996	-	-	-	1994	1992/1993	1994	1993/1994	1993/1994	-
De 1997	-	-	-	1994	1995	1995/1996	1995/1996	1995/1996	-
De 1998	-	-	-	1995/1997	1995	1997/1998	1997/1998	1997/1998	-

Nota: DF: dados relativos ao Distrito Federal; R: quadros retrospectivos; e S: sinopse.

ano e conclusões de curso para o período de 1962-1979, caracterizado pela grande expansão do ensino superior e a Reforma Universitária de 1968.

As estatísticas sobre o Ensino de Pós-Graduação aparecem pela primeira vez no AEB de 1960, com dados relativos a esse mesmo ano, não havendo, portanto, registros anteriores a essa data. Cabe lembrar que este nível de ensino, que experimenta uma grande expansão na década de 1970, apresentava dimensões muito reduzidas

Colégio Estadual de Curitiba, PR. Acervo IBGE.



no início da década anterior. A título de ilustração, destaca-se que o AEB de 1960 registra somente 2 489 alunos matriculados em cursos de pós-graduação em todo o País. A partir desse ano, todos os AEBs, com a única exceção de 1990, providenciam estatísticas sobre este nível de ensino.

As estatísticas sobre o ensino pré-escolar só aparecem separadas das do ensino primário a partir do AEB de 1974. Como já foi notado, antes dessa data os dados sobre o pré-primário eram parte da rubrica 'ensino primário geral (comum e supletivo)'. Como mostra o Quadro Sinóptico na coluna do pré-escolar, há uma descontinuidade na publicação de estatísticas entre meados das décadas de 1980 e de 1990.

O ensino de 1º e 2º graus foi instituído pela Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. O ensino de 1º grau, obrigatório e gratuito para alunos dos 7 aos 14 anos, compreende oito séries letivas e constitui a fusão do antigo ensino primário comum (de quatro séries) e do ensino médio de 1º ciclo (também de quatro séries). As estatísticas



sobre este nível de ensino (denominado fundamental a partir de 1996) são publicadas em todos os AEBs examinados desde 1975 até 1998.

O ensino de 2º grau constitui-se de três ou quatro séries, destina-se a conferir habilitação profissional de nível médio à faixa etária de 15 a 18 anos e equivale ao antigo ensino médio de 2º ciclo. Este nível de ensino mostra uma cobertura temporal nos AEBs de 1975 a 1998 igual a do ensino de 1º grau ou fundamental.

As estatísticas sobre o ensino supletivo são as que contam com a cobertura temporal mais incompleta. Até o AEB de 1950 é possível observar os dados desagregados sobre este tipo de ensino, no nível primário, sob a rubrica 'ensino primário geral (comum e supletivo)'. Além disso, como indicado na última coluna da Tabela 1, conta-se com estatísticas sobre o supletivo na sinopse de 1942/1946 do AEB de 1947 e nos AEBs de 1989 e de 1990.

Como notado acima, as estatísticas básicas sobre o sistema de ensino referem-se ao número de estabelecimentos de ensino, corpo docente e matrículas. Além dessas informações básicas as matrículas são desdobradas, em vários AEBs, em matrícula geral e efetiva, posteriormente chamadas de matrícula no início do ano e no fim do ano. São apresentados também dados sobre frequência, aprovações em geral e conclusões de curso.

Com a exceção do primeiro AEB, publicado entre 1916 e 1927, com informações para 1908-1912, os dados sobre esses aspectos do sistema de ensino são apresentados em cruzamento com o seguinte conjunto de dimensões ou variáveis:

Dependência administrativa: ensinos federal, estadual, municipal e particular.

Natureza do ensino: comum, supletivo e emendativo.

Tipo de ensino: geral, semi-especializado e especializado.



Aula no projeto Pescar. Porto Alegre, RS. Foto José Caldas - BrazilPhotos.

Grau de ensino: elementar, médio ou secundário e superior.

Padronização do ensino: oficial ou oficializado e livre.

Destino do ensino: civil e militar.

Categorias do ensino: primário, secundário, doméstico, técnico-industrial, comercial, magisterial ou pedagógico, superior e outros ensinos.

A partir do AEB de 1955, algumas destas dimensões ou variáveis, que podem ser consideradas menos relevantes, deixam de ser registradas nas estatísticas. Este é o caso da natureza, do tipo, da padronização e do destino do ensino.

Quanto aos âmbitos geográficos, são apresentadas, primeiro, as estatísticas com os resultados gerais do Brasil, seguidas pelas Unidades da Federação e pelos municípios das capitais. Em alguns casos figuram também os dados específicos para o Distrito Federal, antes da mudança da capital para Brasília.

No que se segue é feita uma descrição de alguns dos AEBs examinados, visando a orientar os leitores e os pesquisadores sobre o seu conteúdo e as principais mudanças nas categorias usadas na apresentação das estatísticas sobre os sistema de ensino.

O Anuário Estatístico do Brasil, Anno 1 (1908-1912), publicado entre 1916 e 1927 em edição bilingüe português/francês, é o único AEB que apresenta estatísti-



cas relativas ao sistema de ensino na Primeira República, cobrindo os anos de 1907 a 1912. Uma primeira parte mostra os dados do ensino no Distrito Federal, distinguindo os ensinos civil e militar. O ensino civil é desdobrado em superior, profissional, secundário e primário. As informações para cada ano são apresentadas com um grau extremo de detalhamento. Assim, por exemplo, os dados do ensino superior e profissional são registrados segundo os nomes de cada um dos estabelecimentos desses níveis de ensino, enquanto os do ensino primário, mostram a matrícula e a frequência mês a mês de cada ano segundo os distritos municipais. Após a visualização das informações mais detalhadas, o pesquisador interessado pode dirigir-se às tabelas que resumem os dados de cada nível de ensino. A título de ilustração destaca-se o número de matrículas nesses níveis de ensino no Distrito Federal em 1912: 3 683, no superior, 5 607, no profissional, 9 310, no secundário, e 74 714, no primário. A matrícula do ensino superior se concentrava nos cursos jurídicos (29%), nos cursos médico-cirúrgicos e farmacêuticos (64%) e nos politécnicos (7%), com 64% dessas matrículas nos estabelecimentos federais de ensino e o resto nas faculdades e escolas particulares. Nesse mesmo ano, 96% ou a quase totalidade das matrículas do secundário, eram contabilizadas em escolas particulares, ao tempo que, 71% da matrícula no ensino primário, ocorria nas escolas públicas. Este mesmo AEB registra, numa segunda parte, os dados para o total do Brasil dos ensinos superior, profissional e secundário. Não há dados sobre ensino primário, e os do secundário se limitam aos estabelecimentos federal, estadual e municipal, não havendo registro do ensino particular, onde se concentra a matrícula do secundário.

O AEB de 1936 oferece os dados relativos a 1933 e está organizado segundo as dimensões ou variáveis do sistema de ensino acima mencionadas. Na seção destinada ao ensino em geral podem ser observadas as informações básicas

(unidades escolares, docentes, matrícula, frequência e conclusões de cursos) dos três níveis e as várias categorias de ensino. O AEB do ano seguinte, 1937, fornece as séries retrospectivas apontadas na Tabela 1, não contando com dados específicos para o nível superior.

O AEB de 1938 não apresenta seções relativas ao ensino médio e superior. Contudo, a sinopse preliminar de 1932/1936 mostra, para esses anos, as informações básicas para os diferentes níveis e categorias de ensino. A seção B, relativa ao ano de 1935, permite observar os quantitativos das diferentes modalidades do ensino médio e carreiras de nível superior. Os dados relativos ao ensino primário geral (comum e supletivo) são apresentados com grande detalhamento.

O AEB de 1939-1940 apresenta uma sinopse para os anos de 1932 a 1938 semelhante à do AEB de 1938, atualizando assim os dados básicos dos níveis e categorias de ensino até 1938. Os dados do ensino em geral, seção B, de movimento escolar para 1936, discriminam as informações para todas as modalidades do ensino médio e carreiras do ensino superior. Uma novidade introduzida nas informações do ensino primário geral está na distinção entre 1) matrícula geral (inicial); 2) matrícula efetiva total (no fim do ano); e 3) matrícula efetiva-repetentes. Ilustrando com o ano de 1937, essas matrículas eram de 2 910 mil, 2 448 mil e 436 mil, respectivamente. Esta é a primeira vez

Aula do grupo escolar Pedro II, em Belo Horizonte, MG.  
Foto: Bonfioli - Arquivo Público Mineiro.





que há menção à matrícula de repetentes, sem que haja, contudo, indicação de como esse número é computado.

A seção sobre ensino em geral do AEB de 1947 mostra para as Unidades da Federação, capitais e Distrito Federal os dados para o ano de 1943 somente segundo as categorias de ensino (primário, secundário, doméstico, industrial, comercial, artístico, pedagógico, superior e outros). Não há, portanto, dados agregados para os níveis elementar, médio e superior. Nas seções sobre ensino primário encontram-se uma sinopse de 1942/1946 para o ensino primário geral (comum e supletivos) e os dados mais detalhados, para o ano de 1943, do ensino primário geral (comum e supletivo) e do ensino primário fundamental comum.

O AEB de 1953 apresenta dois quadros retrospectivos importantes. O primeiro, do ensino em geral, contém a série histórica de 1907/1951 com os dados sobre unidades escolares, corpo docente e matrícula geral segundo os ensinos primário, secundário, pedagógico, superior (segundo algumas modalidades de ensino ou carreiras) e outros. O segundo quadro mostra, para o ensino primário geral, a série histórica 1871/1951 com os números das unidades escolares, corpo docente, matrícula geral, frequência média e conclusões de curso.

O AEB de 1955 mostra, nas páginas 429-431, três tabelas com resultados do Censo Demográfico 1950, com características de instrução da população de 10 anos e mais. Na parte relativa ao sistema de ensino encontra-se uma sinopse com as informações básicas para o ensino geral, segundo categorias de ensino, para os anos de 1940 e de 1950 a 1953. A inovação introduzida neste AEB está na separação das estatísticas sobre o ensino primário fundamental comum (para 1955) e as do ensino extra-primário (anos de 1953, de 1954 e de 1955), onde podem ser observadas, separadamente, as estatísticas das diversas categorias do ensino médio (secundário, comercial, normal, industrial e agrícola) e modalidades de ensino ou carreiras do nível superior. Existe neste AEB um grande detalhamento das modalidades ou carreiras do ensino



Instituto de Educação. Rio de Janeiro, RJ. Acervo IBGE.

superior, refletindo o crescimento e a diferenciação desse nível de ensino. Além disso, os dados sobre as carreiras são apresentados segundo cada uma das universidades (federais, estaduais e católicas) e agrupadas no caso dos estabelecimentos isolados. Pode-se dizer que os dados deste anuário permitem construir um retrato fidedigno e detalhado do ensino superior em meados do Século XX.

As tabelas retrospectivas do AEB de 1956 apresentam informações semelhantes às do AEB de 1953, atualizando a informação até o ano de 1954.

O AEB de 1960 deixa de apresentar as estatísticas sob o rubro de ensino geral e mantém a distinção entre ensino primário e ensino extra-primário, introduzida no AEB de 1955. A seção sobre ensino primário fundamental comum mostra os dados para o ano de 1958. Este AEB fornece os dados básicos para o ensino extra-primário dos níveis médio e superior relativos a 1958 e aos anos de 1956/1958, e os dados mais discriminados do ensino médio e superior relativos ao primeiro mês letivo de 1960. Os dados sobre ensino superior incluem os números de cursos, docentes e alunos matriculados dos diferentes

ramos ou carreiras, segundo as Unidades da Federação, apresentando menor detalhamento que o AEB de 1955. Contudo, como já foi notado, este é o primeiro Anuário a apresentar estatísticas sobre cursos de pós-graduação, que continuarão a aparecer nos AEBs posteriores.

O AEB de 1962 apresenta os dados do ensino primário e extra-primário com uma estrutura semelhante à do AEB de 1960. As informações sobre ensino primário fundamental comum referem-se a 1960, enquanto as do ensino médio e superior (incluindo a pós-graduação) são as relativas a 1959 e 1960 e fim do primeiro mês letivo de 1962.

Alguns resultados preliminares do Censo Escolar 1964 (abrangendo todas as crianças nascidas entre 1950 e 1964) foram publicados no AEB de 1965. Além de informações sobre professores – com indicação dos regentes e não-regentes de classes e segundo a localização das escolas – os dados referem-se, basicamente, às pessoas de 7 a 14 anos de idade que freqüentam e não-freqüentam escola, sendo importantes para o cálculo das taxas de escolaridade desta faixa etária. No que se refere ao sistema de ensino, são apresentados os dados para 1963 do ensino primário comum e, no caso do ensino médio e superior, os dados definitivos de 1963 e preliminares de 1964. Na rubrica da pós-graduação somam-se agora os cursos de especialização.

Como já tinha sido feito no AEB de 1939/1940 em relação ao ensino primário, o AEB de 1970 distingue, para os ensinos primário e médio, as matrículas no início do ano e no fim do ano para um conjunto de dois ou mais anos. Esses dados, junto com os das aprovações, permitiria, em princípio, uma observação mais refinada do fluxo escolar. Este AEB mostra as estatísticas para os anos de 1966-1968, distinguindo a matrícula no início do ano; as matrículas no fim do ano 1967; as repetências no início dos anos de 1967-1968; e as aprovações em 1967. Duas observações podem ser feitas sobre os dados das repetências. Primeiro, essas repetências estão muito concentradas (63,5%) na

primeira série do primário. Em segundo lugar, cabe adiantar que mais recentemente, nos anos de 1990 (com estimativas retrospectivas até 1982), as estatísticas derivadas do fluxo escolar – promoção, repetência e evasão – passam a ser elaboradas segundo revisões conceituais e metodológicas desenvolvidas pelo modelo PROFLEXO/LNCC/CNPq. Este procedimento corrige erros detectados na forma anterior de cálculo dos dados do fluxo escolar (KLEIN; RIBEIRO, 1991). Os dados do ensino médio neste AEB para 1966-1968 distinguem a matrícula no início do ano, enquanto os dos anos de 1965-1967 registram as matrículas no fim do ano. As informações sobre o ensino superior deste AEB mostram o quadro da universidade nos anos imediatamente anteriores à Reforma Universitária de 1968. Dispõe-se dos dados sobre cursos existentes, docentes, matrículas, aprovações e conclusões de cursos segundo os ramos de ensino, por Unidade da Federação, para os anos de 1966-1968. De particular relevância é a tabela publicada na página 681 que, entre outras informações, oferece os números das vagas e dos candidatos a exame nos cursos de graduação para 1968, dando um perfil quantitativo do que se convencionou chamar de “crise dos excedentes” dos anos de 1960, que deságua na Reforma de 1968. Sabemos, por essa tabela, que em 1968 as vagas na 1ª série eram 102 mil, os inscritos, 228 mil, dos quais 212 mil, foram examinados, e 95 mil aprovados.

Aula na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, entre 1934 e 1945. CPDOC/FGV.





Aula no Colégio Ruth Mamede em Marília, SP, 1999.  
Acervo IBGE.

O AEB de 1975 é o primeiro a apresentar informações sobre o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL -, (criado em 1967), com os números dos alunos conveniados e alunos alfabetizados no período de 1970-1974. Este AEB é também o primeiro a publicar uma seção separada para o ensino pré-escolar relativa aos anos de 1972-1974 e a matrícula no fim dos anos de 1971-1973. Pode-se destacar aqui a dimensão reduzida deste nível de ensino no início dos anos de 1970: havia aproximadamente 500 mil crianças de 2 a 6 anos matriculadas no pré-escolar, enquanto a matrícula na série inicial do 1º grau estava perto dos 6 milhões. As estatísticas para os ensinos de 1º e 2º graus, criados na Reforma de 1971, referem-se aos anos de 1971-1973, destacando-se as matrículas, aprovações e conclusões de curso no fim dos anos de 1970-1972. Para os ensinos de graduação e pós-graduação, agora denominados de 3º e 4º graus, são apresentadas estatísticas de 1974. No caso do 3º grau são apresentados, separadamente, os dados do ciclo básico e do ciclo profissional, estabelecidos na Reforma de 1968. Além disso, esses dados são mostrados segundo grandes áreas de ensino – ciências biológicas e profissões da saúde, ciências exatas e tecnológicas, ciências agrárias, ciências humanas letras e artes – perdendo-se a discriminação por ramos de ensino ou carreiras feita nos AEBs anteriores. Na pós-graduação é feita a separação entre mestrado e doutorado, mantendo-se a distinção de ramos de ensino dentro das grandes áreas.

Como já foi mencionado, o AEB de 1980 é o primeiro a incorporar uma seção com características de

instrução da população, neste caso, baseadas no Censo Demográfico 1970 e na PNAD de 1978. A partir desta data, todos os AEBs examinados contam com uma seção destinada a este tipo de informação, a ser comentado posteriormente. Quanto ao sistema de ensino, este Anuário apresenta uma série retrospectiva 1962-1979 com os dados básicos dos três principais níveis de ensino e uma série para os anos de 1974-1978 com informação sobre todos os níveis, desde o pré-1º grau até o 4º grau (pós-graduação). As estatísticas mais discriminadas para os ensinos de pré-1º grau, 1º grau e 2º grau referem-se ao ano de 1978 e final de 1977. As informações sobre graduação e pós-graduação são as de 1979, e conclusões de curso em 1978. Conta ainda este AEB com dados sobre alunos conveniados e alfabetizados pelo MOBRAL no período de 1975-79.

O AEB de 1985 não inova na organização das estatísticas dos ensinos pré-escolar, 1º grau e 2º grau, apresentando os dados de 1982-1984 e matrículas, aprovações e conclusões de curso no fim dos anos de 1981-1983. No que se refere ao ensino superior, este Anuário volta a apresentar dados sobre vagas, inscrições e ingressos para o vestibular, em 1984. Sabemos por eles que nesse ano houve 335 mil vagas, 1 095 mil inscrições e 268 mil ingressos para o vestibular. As estatísticas para graduação referem-se aos anos de 1982-1984 e conclusões de curso em 1981-1983. Os dados sobre a pós-graduação, para 1984, deixam de ser apresentados segundo as grandes áreas de ensino e se referem a alunos vinculados e titulados pelos cursos. Distingue-se, também, o tipo de vínculo com os cursos – somente cursando disciplinas, cursando disciplina e elaborando dissertação/tese, somente elaborando dissertação/tese, com matrícula trancada e aguardando defesa de dissertação/tese. A informação sobre o MOBRAL deste AEB é para 1980-1984.

O AEB de 1987/1988 deixa de apresentar informações sobre o pré-escolar, que só voltarão a ser publicadas a partir do AEB de 1995. As estatísticas sobre os ensinos de 1º grau, 2º grau e graduação seguem basicamente o padrão de organização do AEB de 1985, cobrindo os biênios de

1983-1985 e 1982-1984. Os dados da pós-graduação referem-se a 1985. A Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos passa a ocupar o lugar do antigo MOBREAL, apresentando informação sobre alunos conveniados, alunos alfabetizados e clientela atendida nos programas pré-escolar e educação integrada para 1985.

No AEB de 1989 as estatísticas do 1º grau e 2º grau são apresentadas de maneira sintética, mostrando apenas os estabelecimentos, docentes, matrícula inicial e final para os triênios de 1986-1988 e 1985-1987. Quanto à graduação, figuram os dados sobre vagas, inscrições e ingressos para 1986-1988 e os dados sobre instituições, cursos, funções docentes e conclusões de curso em 1986-1988. Distinguindo apenas entre universidades e estabelecimentos isolados, os dados deixam de ser apresentados segundo a dependência administrativa e grandes áreas de ensino. Os dados da pós-graduação, também sintéticos, referem-se a 1987. Este Anuário contém uma seção bastante detalhada sobre ensino supletivo de 1º e 2º grau e sobre exames de suplência profissionalizante no ensino supletivo de 2º grau, em 1987. Como já notado, as estatísticas sobre o supletivo só aparecem neste AEB e no de 1990, não sendo possível construir séries históricas para esta variedade de ensino.

O AEB de 1990 mostra para os mesmos anos que o de 1989 os dados sobre 1º e 2º grau, desta vez discriminados pela dependência administrativa dos estabelecimentos de ensino. A informação sobre a graduação também refere-se a 1986-1988 e 1985-1987 e acrescenta, com relação ao anuário anterior, a dependência administrativa e as grandes áreas de ensino. Não são publicados dados sobre a pós-graduação. Além dos dados sobre supletivo e suplência profissionalizante de 1987 – que deixarão de ser publicados daqui em diante – publicam-se algumas tabelas sobre educação especial destinada a excepcionais.

O AEB de 1994 volta a apresentar a seção de dados sobre o pré-escolar, para 1992-1993, distinguindo a dependência administrativa e a localização (total e rural).

Para os mesmos anos, publica-se, por primeira vez, uma seção sobre classes de alfabetização – 1992-1993 – que como as seções do 1º e do 2º grau, é discriminada por dependência administrativa e localização. Nestes níveis de ensino deixam de ser apresentadas as estatísticas relativas ao fim do ano. Os dados sobre a graduação, para 1992-1993, voltam a ser mostrados segundo a dependência administrativa e as grandes áreas de conhecimento. No caso da pós-graduação, deixa-se de registrar o tipo de vínculo dos alunos com os cursos; no lugar disso são apresentados dados sobre a produção científica nos cursos de pós-graduação em 1992 e 1993, distinguindo-se teses e dissertações (mestrado e doutorado), artigos em revistas (nacionais e estrangeiras), livros (no País e no exterior), capítulos de livros (no País e no exterior) e trabalhos apresentados em congressos (nacionais e internacionais). Estas informações, como todas as relativas à pós-graduação, são coletadas anualmente pela CAPES junto aos cursos deste nível de ensino.

O AEB de 1995 traz os dados básicos do pré-primário, 1º e 2º graus segundo dependência administrativa e localização para 1994. Este anuário publica ainda dois conjuntos de dados novos e extremamente relevantes sobre o ensino básico. Trata-se, em primeiro lugar, da distribuição do rendimento escolar por séries (1ª, 3ª, 5ª e 7ª) e disciplinas (português e matemática, além de ciências para as 5ª e 7ª séries), segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação. Chama a atenção nestes dados o

Atividade de ensino na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, entre 1934 e 1945. CPDOC/FGV.



rendimento extremamente baixo obtido em matemática nas 3<sup>ª</sup>, 5<sup>ª</sup> e 7<sup>ª</sup> séries. Conta-se, em segundo lugar, com os dados agregados para o total do País, das taxas de promoção, evasão e repetência escolar de 1981 a 1992. Estas são estatísticas derivadas sobre o fluxo escolar no 1<sup>º</sup> e 2<sup>º</sup> graus, elaboradas segundo revisões conceituais e metodológicas do modelo PROFLUXO/LNCC/CNPq. Essas estatísticas mostram uma melhoria lenta mais significativa nos três indicadores ao longo do período de 1981-1992. Como é sabido, a maior incidência de repetências é encontrada na 1<sup>ª</sup> série do 1<sup>º</sup> grau, enquanto a evasão mostra seus níveis mais elevados entre a 3<sup>ª</sup> e 6<sup>ª</sup> séries do 1<sup>º</sup> grau. Os dados sobre a graduação referem-se a 1994 (e conclusões de curso em 1993) e são apresentados segundo a dependência administrativa e Unidades da Federação, não havendo distinção das áreas de conhecimento. A informação sobre pós-graduação é a relativa a 1992-1993, apresentada segundo Grandes Regiões e áreas de conhecimento. Distingue-se, nesses anos, entre alunos novos, em dezembro, titulados e bolsistas. Conta-se ainda com a produção científica de 1993. O AEB de 1996 repete as mesmas informações oferecidas no AEB de 1995, apenas atualizando as taxas de promoção, evasão e repetência até 1993. O AEB de 1997 organiza as estatísticas sobre pré-escolar, 1<sup>ª</sup> e 2<sup>ª</sup> graus da mesma forma que os dois anuários anteriores, usando os dados de 1995 e 1996. Repete as informações de 1994 para a graduação e mostra os dados da pós-graduação em 1995 segundo a dependência administrativa e as áreas de conhecimento. O número destas áreas é agora ampliado para dez. Finalmente, o AEB de 1998 apresenta as estatísticas do ensino básico para 1997-1998. Devido à Lei de Diretrizes e Bases de 1996, muda a denominação dos níveis de ensino: o pré-escolar passa a ser ensino infantil, o 1<sup>º</sup> grau vira ensino fundamental e o 2<sup>º</sup> grau chama-se agora de ensino médio. Este AEB atualiza as taxas de promoção, evasão e repetência para o período de 1987-1996. Os dados da graduação são para 1995-1997 e conclusões de curso em 1994-1996 e seguem o esquema dos anuários anteriores. A seção sobre pós-

graduação repete os dados de 1995, já publicados no AEB do ano anterior.

Além dos AEBs acima comentados, o IBGE publicou um conjunto de trabalhos com estatísticas retrospectivas que permitem criar séries históricas sobre o sistema educacional brasileiro. Trata-se de *O Brasil em números* 1960, Apêndice do *Anuário Estatístico do Brasil* 1960 (p. 127-138); *O Brasil em números* 1966 (p. 147-150) e *Brasil: séries estatísticas retrospectivas* (1970, p. 248-254). A estas publicações pode-se acrescentar o Apêndice do AEB de 1956 (p. 538-539), já incluído na Tabela 1, visando a comentar as possibilidades de geração dessas séries históricas sobre os diferentes níveis de ensino. A exposição é feita nos termos em que essas estatísticas tratam cada nível de ensino.

Começando pelo ensino primário, o apêndice do AEB de 1956 só informa sobre unidades escolares e matrícula geral (inicial) para o período de 1871-1953. *O Brasil em números* de 1960 contempla, para 1933-1957, o ensino primário geral (que inclui o pré-primário, o fundamental comum e supletivo e o ensino complementar) e informa, para cada um desses componentes do primário geral, as unidades escolares, corpo docente, matrícula geral (inicial), matrícula efetiva (no fim do ano), aprovações e conclusões de curso. *O Brasil em números* de 1966

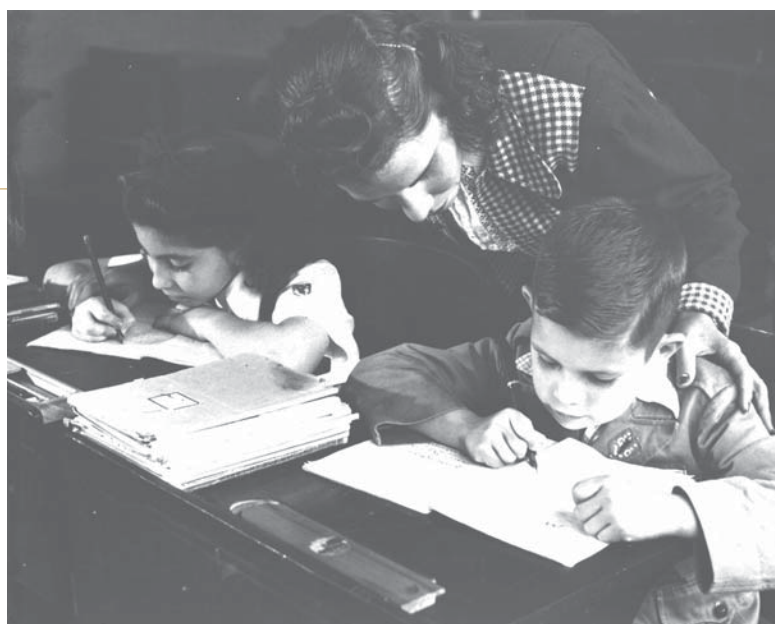
Alunos de escola municipal na zona rural de João Pessoa, PB. Acervo IBGE.



oferece, para 1950-1964, as mesmas informações que o anterior, mas somente para o ensino primário comum. Da mesma forma, as Séries Estatísticas Retrospectivas de 1970 dão a mesma informação que os anteriores sobre o primário comum para 1959-1968. Isto significa que só é possível criar a série histórica completa para o ensino primário comum (excluídos o pré-primário e o supletivo) desde o Século XIX até 1968 com dados sobre unidades escolares e matrículas e, com as demais informações, de 1933 até 1968. A série histórica sobre o antigo primário chegaria assim até poucos anos antes da reforma de 1971, que cria o 1º e 2º graus.

Quanto ao ensino médio, os dados de 1956 informam, para 1931-1954, sobre o ensino secundário, excluindo as modalidades comercial, agrícola, industrial e normal. Os dados de 1960 informam, para 1933-1959, as unidades escolares, corpo docente, matrícula geral e efetiva, aprovações e conclusões de curso para todas as modalidades (secundário e técnicos) do ensino médio, distinguindo o 1º ciclo (ginásial) e o 2º ciclo (científico e clássico). Os dados de 1966 mostram, para 1950-1964, as mesmas informações de 1960, sem fazer a distinção entre os dois ciclos do ensino médio. Por último, os dados de 1970, com a série 1959-1968, mostram a mesma informação que em 1966, distinguindo modalidades mas não os ciclos do ensino médio, acrescentando ainda a dependência administrativa do ensino. Esta disposição das estatísticas nas quatro publicações mencionadas faz recomendável gerar a série histórica a partir de 1933, iniciada com os dados de 1960, de forma a incluir todas as modalidades do ensino médio. Séries históricas de 1933 a 1968 podem dar a evolução quantitativa do total do ensino médio, bem como dos seus diversos componentes (secundário, comercial, normal, etc.)

No que se refere ao ensino superior, há alguma dificuldade para gerar séries históricas completas. As estatísticas de 1956 cobrem o período de 1907-1954, as de 1960 o período de 1933-1959 e as de 1966 vão de 1950 a 1964.



Instituição de ensino, entre 1938 e 1945.  
CPDOC/FGV.

Ocorre que estes três conjuntos de estatísticas se referem a alguns ramos ou carreiras do ensino superior. Mesmo tratando-se das principais carreiras ou ramos, os dados desse nível não são completos e não há forma de estimar o que ficou de fora. Somente os dados de 1970, para o período de 1959-1968, apresentam o panorama completo do ensino superior. Fica assim prejudicada a possibilidade de criar uma série histórica completa com a evolução quantitativa do ensino universitário nas décadas anteriores à de 1960.

Feito o mapeamento das estatísticas sobre o sistema de ensino no Século XX, contidas nos Anuários Estatísticos e outras publicações do IBGE, podem ser feitas algumas considerações sobre a qualidade e a relevância desses dados para a pesquisa sobre educação no Brasil.

Resulta bastante difícil tecer considerações sobre a qualidade das estatísticas relativas a um período de tempo tão longo. Para ilustrar a magnitude da tarefa de compilação dos dados, basta lembrar o número aproximado de unidades escolares (ou cursos) informantes em alguns momentos do século passado: 62 mil, em 1950, 150 mil, em 1968, e 205 mil, em 1998. Basicamente, a qualidade e confiabilidade dos dados depende de dois fatores: 1) a correção no preenchimento dos questionários dos censos educacionais por parte das unidades escolares e 2) o processamento e agregação dessa informação pelos serviços de estatísticas educacionais do Ministério de

Educação (Ministério da Justiça antes de 1930). É possível pensar que a fonte de eventuais erros esteja mais localizada no preenchimento dos dados nas unidades escolares do que nos cálculos feitos pelo serviço de estatísticas do Ministério da Educação. Um procedimento de validação parcial dos dados poderia resultar da comparação das matrículas reportadas nas estatísticas sobre o sistema de ensino com àquelas dos Censos Demográficos decenais (somente nos anos do censo) e, a partir da década de 1970, com as da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD. Neste caso há que lembrar que as estatísticas do ensino normalmente apresentam a matrícula no início e no fim do ano, enquanto o período de referência das PNADs (que não cobrem as áreas rurais da Região Norte) costuma ser o mês de setembro.

Uma ressalva, já mencionada, deve ser feita às estatísticas elaboradas pelo Ministério da Educação e publicadas nos AEB pelo IBGE. Examinando os dados da década de 1980 relativos aos 1º e 2º graus, Klein e Ribeiro (1991, p. 25) afirmam:

Os dados coletados pelo Censo Educacional do MEC parecem estar, hoje em dia, razoavelmente corretos seguindo as definições encontradas nos manuais de instrução do censo. O problema não está na qualidade dos dados mas na definição de repetentes e na metodologia utilizada para o cálculo de transição de série pelo MEC.

Como mostram estes autores, somente eram considerados como repetentes os alunos oficialmente reprovados em uma série que se matriculavam na mesma série no ano seguinte. Deixava-se de considerar como repetentes os alunos afastados por abandono, que tiveram sua matrícula cancelada (normalmente no fim do ano) e se matriculavam na mesma série no ano seguinte, considerados como alunos novos (KLEIN; RIBEIRO, 1991). Questões desta natureza levaram a uma subestimação de um dos principais problemas do sistema educacional brasileiro, que é o da repetência no ensino básico. Conclui-se disto que é desaconselhável fazer uso das estatísticas

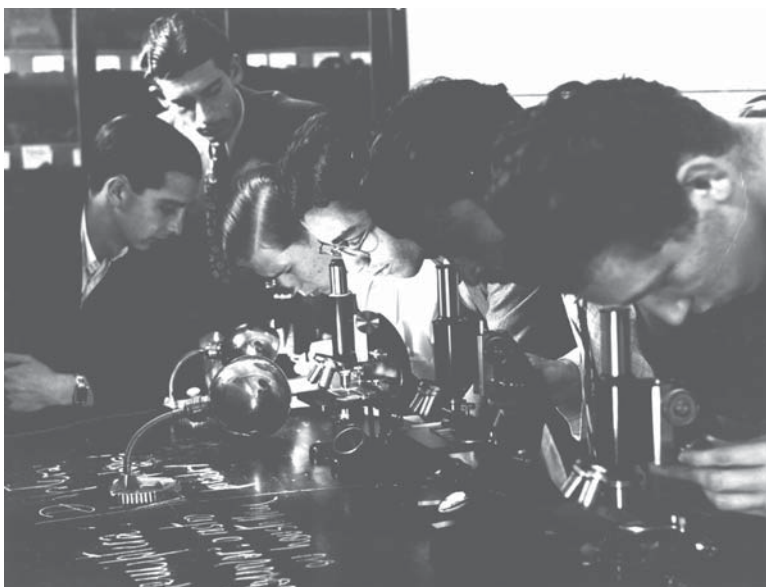
sobre repetência apresentadas nos AEBs de 1970, de 1975 e de 1980. Deve-se ainda lembrar que as estimativas sobre fluxo escolar – aprovação, evasão e repetência – publicadas nos AEBs de 1995, de 1996, de 1997 e de 1998, cobrindo o período de 1981 até 1996, foram feitas com base no modelo PROFLUXO do LNCC. Para ilustrar a dimensão desse problema do ensino básico nota-se que a taxa agregada de repetência no ensino fundamental era de 36%, em 1981, caindo para 26%, em 1996; para os mesmos anos, no ensino médio, essas taxas eram de 25% e 23%.

Algumas das dificuldades a ser encontradas pelos pesquisadores interessados em acompanhar a evolução do sistema educacional do País ao longo do século passado residem nas mudanças e descontinuidade nas categorias usadas para apresentar as estatísticas do sistema de ensino nos AEB. Essas mudanças são em parte reflexo das modificações na legislação introduzidas pelas sucessivas Leis de Diretrizes e Bases e as reformas que afetaram os diversos níveis educacionais. O exemplo que vem logo à mente é o da Lei nº 5.962, de 11 de agosto de 1971, que instituiu o ensino de 1º grau através da integração do antigo ensino primário com o 1º ciclo do ensino médio, gerando a seqüência de oito séries anuais obrigatórias. Contudo, nem todas as mudanças no uso das categorias decorrem de nova legislação sobre

Professoras do Colégio Imaculada Conceição. Belo Horizonte, MG, 1916. Museu Histórico Abílio Barreto.







Atividades de ensino em laboratório, entre 1934 e 1945.  
CPDOC/FGV.

educação. Vale a pena destacar alguns exemplos relativos aos diferentes níveis de ensino.

Como já foi visto, até o AEB de 1950 é possível encontrar as informações sobre o ensino pré-primário ou pré-escolar sob a rubrica do ensino primário geral. A partir desta data as estatísticas sobre este nível mostram grandes discontinuidades no tempo (ver Quadro Sinóptico). Até esse AEB de 1950, sob a rubrica do ensino primário geral estavam incluídos os ensinos pré-primário (maternal e infantil), fundamental (comum e supletivo) e complementar (pré-vocacional e vocacional); desde o AEB de 1955 em diante só são registradas as estatísticas do ensino fundamental comum. No caso do ensino superior de graduação, os ramos ou carreiras que antes eram discriminados com detalhe, são agrupadas em grandes áreas de ensino a partir do AEB de 1975, sendo que essa discriminação por áreas desaparece em alguns anuários (1989 e 1995). Alguns anuários também deixam de registrar a dependência administrativa do ensino de graduação. Por último, os dados da pós-graduação são discriminados ora pelas grandes áreas, ora pelo vínculo dos alunos com os cursos, ora pela produção científica, não havendo constância no tempo nessas categorias de apresentação das estatísticas. Em resumo, o que os pesquisadores interessados podem esperar encontrar como categorias básicas permanentes nas estatísticas do ensino são: unidades escolares/cursos, corpo/funções

docentes, matrícula (inicial e final), aprovações e conclusões de curso.

As estatísticas que acabam de ser examinadas, publicadas nos Anuários Estatísticos do Brasil, abrem vastas possibilidades de análise e pesquisa sobre o sistema educacional brasileiro no Século XX, particularmente no período posterior a 1930. Somente as informações sobre as três primeiras décadas do século contam com limitações na cobertura temporal e dos principais níveis de ensino. A falta de séries históricas completas, com informações ano a ano sobre os diversos níveis de ensino não representa um obstáculo sério à pesquisa. Existe sempre a possibilidade de usar os dados relativos a anos selecionados para acompanhar a diferenciação interna e o crescimento do sistema educacional ao longo do tempo.

Os aspectos do sistema educacional passíveis de tratamento a partir das estatísticas disponíveis são muito variados. É possível construir-se tanto o quadro da evolução do sistema educacional na sua totalidade, considerando os níveis primário/fundamental, secundário/médio e superior, quanto destacar um desses níveis para um tratamento mais específico. Entre os muitos aspectos que podem ser enfocados, destacam-se como os mais importantes:

- crescimento da rede escolar, vista através do número de unidades escolares e/ou cursos e sua distribuição geográfica;
- evolução do corpo docente e da relação docentes/alunos;
- dependência administrativa ou participação relativa dos ensinos federal, estadual, municipal e particular nos diversos níveis de ensino;
- evolução das matrículas (como indicador de crescimento da clientela escolar) e sua distribuição nas modalidades, ramos ou áreas dos diferentes níveis de ensino; e
- aprovações e conclusões de cursos e a relação dessas aprovações e conclusões com a matrícula.

**Tabela 1 - Matrícula geral nos ensinos primário comum, médio e superior - Brasil - 1933/1968**

Ano	Primário comum	Índice de crescimento	Médio (secundário e técnico)	Índice de crescimento	Superior (graduação)	Índice de crescimento
1933	2 107 617	100	108 305	100	(1) 22 851	100
1940	3 068 269	146	245 115	226	(1) 20 017	88
1950	4 352 043	206	538 346	497	(1) 44 458	195
1960	7 458 002	354	1 177 427	1090	93 202	408
1968	11 943 506	567	3 205 689	2960	278 205	1217
1970	-	-	-	-	425 478	1 862

Fontes: Anuário estatístico do Brasil 1956. Rio de Janeiro: IBGE, v. 17, 1956; O Brasil em números 1960. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. Apêndice do Anuário estatístico do Brasil 1960; Brasil: séries estatísticas retrospectivas 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

(1) Soma das principais modalidades de ensino, não inclui todo o ensino superior.

**Tabela 2 - Matrícula no início do ano nos ensinos de 1º grau, 2º grau e superior - Brasil - 1972/1998**

Ano	1º grau (fundamental)	Índice de crescimento	2º grau (médio)	Índice de crescimento	Superior (graduação)	Índice de crescimento
1972	18 370 744	100	1 299 937	100	688 382	100
1978	21 473 100	117	2 519 122	194	1 225 557	178
1985	24 769 359	135	3 016 138	232	1 367 609	199
1993	30 520 748	166	4 208 766	324	1 594 668	232
1998	35 792 554	195	6 968 531	536	1 947 504	283

Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1980. Rio de Janeiro: IBGE, v. 41, 1981; Anuário estatístico do Brasil 1987/1988. Rio de Janeiro: IBGE, v. 48, 1988; Anuário estatístico do Brasil 1994. Rio de Janeiro: IBGE, v. 54, 1994; Anuário estatístico do Brasil 1998. Rio de Janeiro: IBGE, v. 58, 1999.

As Tabelas 1 e 2, apresentadas a seguir, têm como objetivos (1) ilustrar uma forma de tratamento dos dados sobre o sistema de ensino dos AEB e (2) dar uma visão panorâmica do sistema educacional do Brasil desde a década de 1930. As duas tabelas mostram unicamente os dados da matrícula no início do ano nos diferentes níveis de ensino. A Tabela 1 cobre o período de 1933-1968, anterior à reforma de 1971, que criou o 1º e o 2º graus, enquanto a Tabela 2 diz respeito a 1972-1998, já na vigência dos ensinos de 1º e 2º graus, hoje fundamental e médio. As tabelas são mostradas juntas para facilitar a leitura da coluna do ensino superior.

Esse conjunto de dados mostra a transição desde um sistema educacional reduzido, típico de uma sociedade predominantemente rural, para o atual sistema de

ensino de massas. O sistema educacional da Primeira República, não mostrado nas tabelas, pode ser considerado como o ponto inicial dessa transição no Século XX. Tratava-se, na caracterização oferecida por Azevedo (1943, p. 381), de um esquema descentralizado e dual,

Aula na Escola Araújo Porto Alegre. Rio de Janeiro, RJ, 1935. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.



formado por um sistema de educação popular e outro de formação de elites.

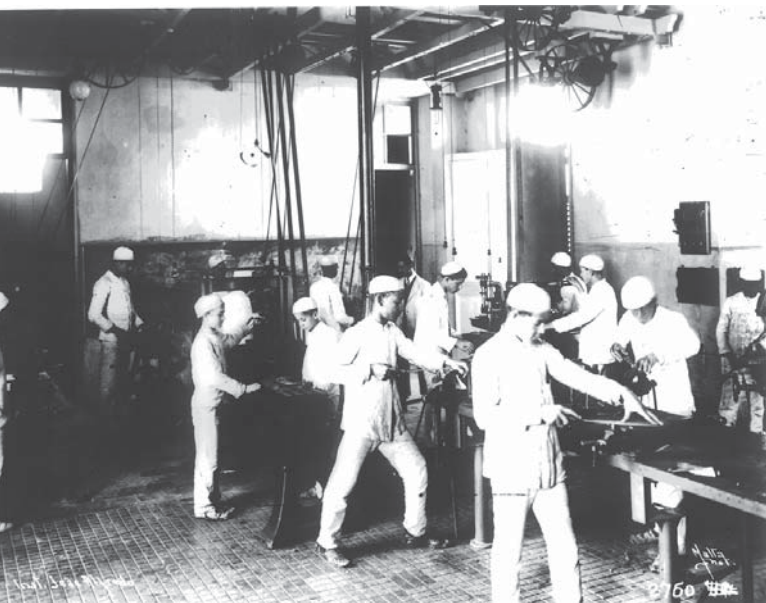
Os dados do ensino primário comum de 1933 a 1968 (Tabela 1) mostram um crescimento sistemático das matrículas, que crescem mais de cinco vezes nesse lapso de 35 anos. Os fatores demográficos por trás desse incremento são o crescimento populacional e a rápida urbanização, particularmente nas décadas de 1950 e de 1960. Nessas décadas a taxa de crescimento da população chegou a 2,99% e 2,89% anuais, respectivamente; com a população urbana, que era de 18,8 milhões (ou 36,2%), em 1950, passando para 31,3 milhões (44,7%), em 1960, e 52 milhões (55,9%), em 1970. O crescimento das matrículas a um ritmo mais rápido que o da população representou, durante todo o período, uma ampliação da cobertura do antigo ensino primário. O antigo ensino médio – incluindo seus dois ciclos e todas as suas modalidades – parte de uma base numérica reduzida em 1933 (108 mil matrículas) e é o nível de ensino que cresce mais rapidamente entre 1933 e 1968, aumentando mais de 30 vezes em todo o período. Esse crescimento é ainda mais intenso na década de 1960, quando as conclusões de curso deste nível devem ter exercido uma forte pressão para a abertura do ensino superior. Por sua vez, o ensino superior de graduação também parte de um tamanho muito reduzido no início do período. Mesmo quando as cifras dos primeiros anos não são exaustivas, contando somente as principais carreiras, é muito provável que o número de estudantes universitários em 1933 e 1940 não fosse superior a 30 000. O aumento das matrículas do ensino de graduação é de aproximadamente 12 vezes entre 1933 e 1968, mas esse aumento não é uniforme ao longo do período, acelerando-se na década de 1960.

Na Tabela 2, observa-se a evolução do ensino de primeiro grau ou fundamental, no período posterior à reforma de 1971. Entre 1972 e 1998, as matrículas neste nível quase duplicam, passando de 18,4 milhões para 35,8 milhões. Este crescimento se dá numa fase mais avançada e favorável da transição demográfica do País, caracterizada pela desaceleração do crescimento populacional



Escola no seringal da cachoeira. Xapuri, AC.  
Foto: José Caldas - BrazilPhotos.

(2,48% anuais, em 1970-1980; 1,93%, em 1980-1991, e 1,63%, em 1991-2000). A população de 7 a 14 anos de idade cresce de pouco menos de 23 milhões, em 1980, para um máximo de aproximadamente 27,5 milhões, em 1993/1994, declinando em termos absolutos daí em diante, para atingir um nível pouco acima de 26 milhões, em 2000. Esta atenuação da demanda agregada por educação fundamental é um dos fatores que contribuiu para que nos anos finais do século se chegasse a quase universalização do atendimento no ensino fundamental (SILVA; HASENBALG, 2000, p. 425-426; CASTRO, 1998, p. 14-29). Como tinha acontecido com o antigo ensino médio, no período anterior, o ensino de segundo grau ou médio é o que cresce mais rapidamente entre 1972 e 1998, aumentando mais de cinco vezes o seu número de matrículas, de 1,3 milhão para quase 7 milhões, respectivamente. Finalmente, observando as colunas do ensino de graduação nas duas tabelas, nota-se que o crescimento mais rápido das matrículas ocorre nas décadas de 1960 e de 1970. Nos anos de 1960, esse crescimento rápido das matrículas acontece tanto nos anos que antecedem como nos posteriores à reforma universitária de 1968. Em toda a década de 1960, o número de estudantes universitários aumenta mais de quatro vezes. Da mesma forma, entre 1970 e 1978, as matrículas da graduação quase triplicam. A partir de 1978, o ritmo de crescimento das matrículas da graduação se atenua, chegando-se aos anos finais do século com uma massa de aproximadamente 2 milhões de estudantes universitários.



Ensino técnico no Instituto João Alfredo. Rio de Janeiro, RJ, 1913. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Como já foi antecipado, o segundo tipo de estatísticas contidas nos AEBs desde 1980 em diante estão na seção sobre características de instrução da população e focalizam alfabetização e analfabetismo, nível de instrução da população e escolarização ou distribuição da população estudantil. Destaca-se a seguir, o grupo de tabelas que formam o núcleo comum, publicadas sistematicamente em todos os AEBs desde o de 1980, com indicação da cobertura temporal e breve referência à relevância dos dados.

- 1- População residente de 5 anos e mais de idade por condição de alfabetização, segundo a situação do domicílio e os grupos de idade (disponível somente para os anos dos Censos Demográficos 1970, 1980 e 1991, basta ver os AEBs de 1990 e 1998).

Estas tabelas permitem acompanhar a taxa total de alfabetização (ou analfabetismo) e calcular essas taxas para grupos de idade específicos. As taxas de alfabetização de todas as pessoas de 5 anos e mais de idade em 1979, 1980 e 1991 eram de 60,3%, 68,0% e 74,9%, respectivamente, com um ganho aproximado de 7% nos dois períodos inter-censitários. É bem conhecido o fato de as pessoas de faixas etárias mais avançadas, por não terem se beneficiado da expansão educacional das décadas mais recentes, estarem menos alfabetizadas que os mais jovens. Em 1991, por exemplo, a taxa de

alfabetização do grupo de 15 a 19 anos, que acabou de passar pelas idades de escolarização obrigatória, era de 87,9%, enquanto a das pessoas de 60 anos e mais de idade chegava somente a 62,8%.

- 2- Pessoas de 5 anos e mais de idade, por condição de alfabetização e sexo, segundo as Grandes Regiões e os grupos de idade (disponível para os anos de 1978, 1984, 1986, 1987, 1988, 1993, 1995, 1996 e 1997).

Com estes quadros é possível observar, entre outras coisas, a evolução das disparidades educacionais entre as regiões ou entre homens e mulheres, em termos do indicador básico de alfabetização. Tome-se, por exemplo, os anos extremos, 1978 e 1997, e as regiões com os melhores e piores indicadores educacionais. Nesse dois anos as taxas de alfabetização do Sudeste eram de 79,8% e 89,2% e no Nordeste de 49,4% e 67%. A diferença no nível de alfabetização dessas regiões em 1997 ainda era considerável (22,2%), mas os ganhos percentuais maiores do Nordeste nesse período resultaram em um encurtamento da distância educacional entre as duas regiões. As taxas de alfabetização de homens e mulheres em 1978 eram de 71% e de 69,6%, passando para 81,8% e 82,7%. A pequena diferença a favor dos homens em 1978 inverte-se em 1997, quando as mulhe-

Atividade de ensino, entre 1938 e 1945. CPDOC/FGV.



res mostram uma taxa de alfabetização quase 1 p.p. mais alta. Este resultado é consistente com a tendência observada nas últimas décadas de um melhor desempenho educacional da mulheres em todos os níveis de ensino.

- 3- Pessoas de 10 anos e mais de idade, por sexo e situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões e os anos de estudo (disponível para os anos de 1978, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1993, 1995 e 1996).

Com esta informação passa-se do critério básico da alfabetização para os anos de estudo efetivamente completados pelas pessoas que o IBGE toma como base de cálculo da População Economicamente Ativa - PEA. A proporção de analfabetos funcionais (condição hoje entendida como a das pessoas que não completaram a 4ª série do ensino fundamental) cai de 53,3%, em 1978, para 34,8%, em 1997. As que contam com ensino médio completo ou incompleto (9 a 11 anos de estudo) passam de 7% para 15,3% entre as mesmas datas, enquanto o percentual dos que têm 12 ou mais anos de estudo aumenta de 3 % para 6,9%. Estes dados indicam uma melhoria significativa no perfil educacional da população, mas também mostram a longa distância a ser percorrida até a universalização do ensino fundamental completo.

- 4- Estudantes de 5 anos e mais de idade, por sexo e situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões e o grau e a série de ensino que frequentavam (disponível para os anos de 1978, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1993, 1995, 1996 e 1997).

Estas tabelas permitem constatar, por exemplo, a desconcentração das matrículas na base da pirâmide do sistema de ensino devida à melhoria do fluxo escolar – mais aprovações, menos repetências e evasões – e à expansão mais rápida do ensino médio e superior. Assim, enquanto em 1978 os alunos do 1º grau eram 83,8% dos estudantes de todos os níveis de ensino, em 1997 representavam somente 69,4% do total de estudantes. A melhoria do fluxo escolar dentro do ensino de 1º grau pode ser vista através da



Escola. Rio de Janeiro, RJ, 1923. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

diminuição da concentração de alunos nas suas três primeiras séries, que era de 55,7%, em 1978, e 45,8%, em 1997.

Por último, cabe destacar que as seções dedicadas ao sistema de ensino nos AEBs, costumam apresentar dados da despesa pública da União, estados e municípios com as áreas de educação e cultura, bem como de registros profissionais e de diplomas feitos no Ministério de Educação. Estas informações, publicadas de maneira irregular, não serão comentadas neste texto.

Concluindo, as estatísticas sobre o sistema de ensino e educação da população publicadas pelo IBGE ao longo do Século XX não falam por elas mesmas. Elas deverão ser lidas e interpretadas por estudiosos e pesquisadores do tema à luz de uma volumosa literatura que trata da história das idéias e debates educacionais, bem como de numerosos trabalhos sobre as mudanças na legislação e as reformas educacionais do século passado. Contudo, a inspeção de uma parcela limitada dessa vasta literatura deixa a impressão de que essas estatísticas ainda não foram plenamente aproveitadas na pesquisa sobre educação no Brasil.

## Referências bibliográficas

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1943. p. 535.

BRASIL. Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo graus, e dá outras providências. diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 12 de ago, 1971, p. 6377. Col 1.

BRASIL: séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1970. 278 p.

BREJON, Moyses (Org.). *Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus*. 8. ed. São Paulo: Pioneira, 1978. 315 p.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. *Avaliação do Sistema Educacional Brasileiro: tendências e perspectivas*. Brasília, DF: INEP, 1998. 59 p.

FERNANDES, Florestan. *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus: Edusp, 1966. 614 p.

GARCIA, Walter E. (Org.). *Educação brasileira contemporânea: organização e funcionamento*. São Paulo: McGraw-Hill, 1978. 277 p.

KLEIN, Ruben; RIBEIRO, Sergio Costa. *O censo educacional e o modelo de fluxo: o problema da repetência*. Rio de Janeiro: UFRJ, Laboratório Nacional de Computação Científica, 1991. (Relatórios de pesquisa e desenvolvimento, n. 24)

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: Edusp, 1974, 400 p.

ROMANELLI, Otaiza de O. *História da educação no Brasil (1930/1973)*. Petrópolis: Vozes, 1978. 267 p.

SILVA, Nelson do Valle; HASENBALG, Carlos. Tendências da desigualdade educacional no Brasil. *Dados: revista de ciências sociais*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, p. 423-245, 2000.

# HABITAÇÃO E INFRA-ESTRUTURA URBANA



Ouro Preto, saudades de quem te ama: 20, 1992  
Carlos Scliar.  
Vinil e colagem encerados sobre tela -  
Políptico 9 partes (cada) 65x100cm.

---

\*Doutora em Sociologia pelo IUPERJ e Pesquisadora e atual Diretora da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; Professora de Sociologia da UERJ. Publicou *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro, IUPERJ/Revan, 1999; *O Brasil e a Organização Pan-Americana de Saúde: uma História em três dimensões* in FINKELMAN, Jacobo (org.) Caminhos; *Sob o signo de Augusto Comte ou sob o signo de Karl Marx: a vocação das Ciências Sociais nas perspectivas de Costa Pinto e Florestan Fernandes* in Maio, Marcos Chor e Villas Bóas, Gláucia; *Ideais de Modernidade e Sociologia no Brasil*, Porto Alegre, Editora da UFRGS.



## HABITAÇÃO E INFRA-ESTRUTURA URBANA

NÍSLA TRINDADE LIMA\*

Uma das mais importantes transformações ocorridas na sociedade brasileira durante o Século XX consistiu no processo de urbanização. Ainda rural em 1960, duas décadas mais tarde tornara-se o Brasil um país de população predominantemente urbana. Esse percentual, que era de 31,2 %, em 1940, passou a 67,6 % em 1980, com sensível aumento da velocidade da mudança na década de 1960-1970, quando se deu a efetiva inclusão do País na faixa das nações urbanas (SANTOS,1986). Tal processo influenciou as condições ambientais e sociais das cidades, dado seu impacto na infra-estrutura de serviços públicos e nas condições de moradia. O registro estatístico referido à primeira consequência mencionada pode ser acompanhado nos Anuários Estatísticos do Brasil - AEBS - publicados a partir de 1938. Quanto às condições habitacionais, seu tratamento sistemático só passa a integrar a publicação em 1963.

Rua D. Constância de Menezes – Taruacá, AC. Acervo IBGE.



A importância da habitação como tema da agenda política, especialmente após 1930, não se refletiu na seleção de informações estatísticas reunidas nos anuários. Ao que tudo indica o espaço urbano e a provisão de bens de consumo coletivo nos municípios e principalmente nas capitais receberam prioridade, o que se expressa na publicação de quadros sob o título *melhoramentos urbanos*, com início em 1938, e divulgação sistemática até 1977. De 1938 a 1958 a rubrica incluía tipo de pavimentação;

arborização; ajardinamento; iluminação; serviços de água e esgoto; e limpeza pública. Depois daquele último ano, o registro de melhoramentos urbanos limita-se basicamente a atividades de saneamento básico.

No que se refere às políticas habitacionais, observa-se a limitada divulgação de dados sobre um dos temas de maior visibilidade política no Brasil do Século XX. Sua importância na agenda do Estado brasileiro não encontra expressão nos AEBs, que pouco informam sobre indicadores de políticas habitacionais, em nítido contraste com a divulgação de dados estatísticos referidos a outras políticas sociais como saúde, previdência e trabalho. Apenas aparecem registradas informações sobre os programas implementados pelo Banco Nacional da Habitação - BNH - durante o período de 1965 a 1978.

Este fato não deixa de guardar correspondência com os resultados insignificantes das políticas habitacionais, adotadas ao longo do Século XX, no provimento de moradias populares, se comparado ao peso da construção privada e do fenômeno da autoconstrução. Se for considerado o período de 1964 a 1997, constata-se que dos 26 milhões de moradias construídas nas áreas urbanas, apenas 23% resultaram de recursos do Sistema Financeiro de Habitação (CUTOLO, 1999).

O interessado nas estatísticas sobre a história da habitação terá acesso por meio dos AEBs a informações sobre infra-estrutura urbana, especialmente sobre saneamento básico, contudo bastante irregulares, em termos do grau de detalhamento ao longo do século. Dados sobre as condições de moradia só passam a ser publicados na década de 1960. Ao se acompanhar a trajetória do tema *habitação e infra-estrutura urbana*, observa-se nítido movimento da rua em direção a casa, que passa a estar em foco com o início da publicação de dados sobre domicílios permanentes em 1963. Tal deslocamento explica a organização deste trabalho, no qual são inicialmente apresentados os registros estatísticos sobre infra-estrutura urbana e, em uma segunda seção, os dados sobre habitação publicados nos Anuários Estatísticos do Brasil.

## Infra-estrutura urbana

Dados sobre provimento de serviços urbanos foram publicados pela primeira vez no AEB de 1938, que traz informações sobre iluminação pública e domiciliar, abastecimento de água, encanamento de gás, serviços de esgoto e coleta de lixo em logradouros públicos do Distrito Federal e das capitais brasileiras. Dele também constam os municípios e localidades do País em que existiam serviços de água, esgoto, iluminação e limpeza pública, com dados relativos a 1936. Outros dois quadros integram o item melhoramentos urbanos com a localização dos cemitérios e balneários do País. As tabelas sobre melhoramentos urbanos, compreendendo pavimentação, arborização, iluminação, serviços de água, esgoto e coleta de lixo, são novamente publicadas no anuário de 1939/1940), tendo por referência 1937. Já no AEB de 1941/1945 apresentam-se dois quadros: o primeiro relativo à distribuição dos municípios por Unidades da Federação que possuíam logradouros pavimentados, ajardinados e arborizados; abastecimento de água; esgotos sanitários; limpeza das vias públicas; remoção domiciliar do lixo; cemitérios; balneários; bosques; e hortos e parques; o segundo quadro apresenta dados sobre iluminação; e água e esgoto nas sedes municipais.

Durante 24 anos constaram dos anuários informações como as mencionadas acima sob o título de *melhora-*

Edifícios modernos. Vitória, ES, 1958. Acervo IBGE.





Centro comercial de Poços de Caldas , MG, 1958.  
Acervo IBGE.

*mentos urbanos*, inseridos no capítulo sobre situação social. A fonte é o Serviço de Estatística de Educação e Saúde, até o ano de 1953, quando, com a criação do Ministério da Saúde, os dados são coligidos pelo Serviço de Estatísticas da Saúde. A partir de 1972, a Divisão Nacional de Epidemiologia e Estatística da Saúde passa a ser o organismo responsável pelas informações publicadas.

Até o AEB de 1952, o leitor pode encontrar dados com razoável nível de detalhes sobre melhoramentos existentes e acompanhar a evolução dos serviços quase anualmente. No que se refere a abastecimento de água e tratamento de esgotos sanitários, encontram-se, também, informações sobre a entidade mantenedora do sistema nos municípios das capitais (federal; municipal; estadual ou particular). A tabela, da página seguinte, publicado no anuário de 1950, exemplifica o tipo de informação sistematizada dos equipamentos e serviços urbanos existentes nas localidades (cidades, vilas e povoados) e capitais.

De 1953 a 1957, os AEBs passam a publicar na seção *melhoramentos urbanos* um único quadro, semelhante ao reproduzido neste texto, em que se apresenta a distribuição de alguns melhoramentos existentes nas localidades (cidades, vilas e povoados) por Unidades da Federação. Os dados referem-se a logradouros pavimentados e arborizados; localidades com abastecimento de água, iluminação pública e iluminação domiciliária.

A diversidade de informações não apresenta continuidade nos anos seguintes, verificando-se sua concentração em atividades de saneamento básico, especialmente abastecimento de água e serviços de esgoto sanitário. Em parte, a redução no tipo de informação apresentada pode ser

decorrente da progressiva extensão dos serviços e de conclusão de uma fase da história urbana do País, em que ações de embelezamento das capitais alcançaram expressiva visibilidade política. De todo modo, perde-se um tipo de informação relevante para o estudo da qualidade de vida e das condições ambientais, com impacto inclusive na organização de movimentos sociais, como é o caso da pavimentação das ruas. Por serem dados coligidos pelos organismos de saúde, muito provavelmente a mudança se explique pela prioridade atribuída às ações de saneamento.

Os AEBs de 1958 a 1962 restringem-se a dados sobre água e esgotos sanitários, mas apresentam quadros mais detalhados, indicando inclusive o número de prédios servidos por redes de esgoto. Dados prediais não são, contudo, apresentados no que se refere ao serviço de abastecimento de água. A despeito do maior detalhamento, não mais são publicadas informações sobre entidade mantenedora dos serviços de água e esgoto nos municípios das capitais, o que implica perda de informação importante para os que se dedicam à análise da história das ações de saneamento no Brasil.

A partir do AEB de 1963, quando o tema *habitação* passa a integrar a publicação em um capítulo específico, os dados sobre equipamentos e serviços urbanos são apresentados em uma nova seção – *urbanização* – e referem-se ainda ao abastecimento de água e aos sistemas de esgoto. Apenas a partir do anuário de 1968 voltam a constar informações sobre limpeza pública e remoção de lixo, também consideradas ações de saneamento, mas raramente incluídas nas chamadas ações de saneamento básico. A seleção de estatísticas está possivelmente relacionada às políticas de saúde adotadas nas décadas de 1950 e 1960, influenciadas pelo conceito de saneamento básico, introduzido no Brasil pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. Naquele contexto, entendia-se por saneamento básico o acesso à água potável e ao sistema de esgoto. Atualmente o conceito inclui também tratamento de esgotos industriais e de resíduos sólidos urbanos e industriais e drenagem urbana (COSTA, 1994).

## SITUAÇÃO SOCIAL

## MELHORAMENTOS URBANOS

## II - LOGRADUROS PÚBLICOS, SEGUNDO OS PRINCIPAIS MELHORAMENTOS EXISTENTES - 1948

## 1. TODAS AS LOCALIDADES (CIDADES, VILAS E POVOADOS)

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	LOGRADUROS											
	Total geral	Segundo a pavimentação						Segundo a iluminação pública		Segundo outros melhoramentos		
		Não pavimentados	Pavimentados				De macadame simples e betuminoso	Sem iluminação	Com iluminação a eletricidade	Com água potável canalizada	Com esgotos sanitários	Arborizados ou ajardinados
Total	De concreto e asfalto	De paralelepípedos	De pedras irregulares	De pedras irregulares								
<b>Norte</b>												
Guaporé.....	128	124	4	1	2	1	-	77	51	35	11	20
Acre.....	221	217	4	4	-	-	-	92	129	-	-	28
Amazonas.....	816	634	182	38	36	82	26	341	475	170	85	143
Rio Branco.....	38	38	-	-	-	-	-	18	20	-	-	-
Pará.....	2 523	2 342	181	63	78	31	9	1 481	1 042	322	171	367
Amapá.....	109	109	-	-	-	-	-	48	61	17	-	7
<b>Nordeste</b>												
Maranhão.....	3 678	3 404	274	30	49	190	5	3 265	413	266	129	145
Piauí.....	2 018	1 885	133	13	19	101	-	1 446	572	50	-	132
Ceará.....	4 190	3 382	808	73	67	665	3	2 532	1 658	143	58	681
Rio Grande do Norte.....	2 200	2 026	174	1	107	65	1	1 366	834	183	77	315
Paraíba.....	2 958	2 687	271	6	171	90	4	1 497	1 461	320	241	410
Pernambuco.....	7 019	5 975	1 044	82	789	169	4	3 418	3 601	1 717	723	742
Alagoas.....	2 365	1 972	393	3	258	126	6	1 166	1 199	386	32	163
<b>Leste</b>												
Sergipe.....	2 139	1 817	322	-	175	146	1	1 370	769	123	40	164
Bahia.....	11 260	8 867	2 393	58	841	1 448	46	7 253	4 007	1 264	517	979
Minas Gerais.....	21 967	17 751	4 216	184	1 188	2 227	617	8 933	13 034	9 145	4 176	1 477
Espírito Santo.....	1 650	1 360	290	6	244	29	11	599	1 051	773	444	200
Rio de Janeiro.....	6 225	5 075	1 150	66	706	128	250	2 967	3 258	2 829	1 090	757
Distrito Federal.....	5 774	3 338	2 436	447	1 176	246	567	1 032	4 742	4 860	2 260	1 120
<b>Sul</b>												
São Paulo.....	25 995	22 021	3 974	224	2 960	378	412	11 266	14 729	9 866	6 338	2 686
Paraná.....	4 358	3 826	532	9	228	42	253	2 480	1 878	695	480	209
Santa Catarina.....	2 784	2 268	516	7	181	9	319	1 186	1 598	450	140	122
Rio Grande do Sul.....	9 293	7 604	1 689	139	616	406	528	4 457	4 836	1 507	807	966
<b>Centro-Oeste</b>												
Mato Grosso.....	1 570	1 467	103	6	28	47	22	1 158	412	225	22	112
Goiás.....	2 835	2 757	78	23	6	49	-	1 828	1 007	133	69	113
<b>BRASIL (2) .....</b>	<b>124 113</b>	<b>102 946</b>	<b>21 167</b>	<b>1 483</b>	<b>9 925</b>	<b>6 675</b>	<b>3 084</b>	<b>61 276</b>	<b>62 837</b>	<b>35 479</b>	<b>17 910</b>	<b>12 058</b>

Fonte - Serviço de Estatística da Educação e Saúde. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1950. Rio de Janeiro: IBGE, v.11, 1951.

(1) Somente os dados referentes aos logradouros servidos de iluminação pública, água canalizada e rede de esgotos sanitários são relativos a 1948; todos os demais se referem a 1947. (2) Com as imperfeições mencionadas.

O AEB de 1969 traz os resultados de pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde e pela Organização Panamericana de Saúde, em que constam dados sobre prédios abastecidos por sistema de água potável e com sistema de esgotos sanitários, existência de torneiras públicas e estimativa da população servida nas sedes municipais e da que não dispunha desses serviços, por Unidades da Federação e por classes de rendimento nas sedes municipais. Desse AEB também constam dados sobre limpeza pública e remoção de lixo, relativos a 1967, com informações sobre o número de municípios que possuíam o serviço, pessoal ocupado, número de logradouros públicos e de prédios beneficiados por Unidade da Federação.

*Habitação e Urbanização* é, também, a forma como os dados figuram no AEB de 1970, do qual constam informações sobre abastecimento de água, sistemas de esgoto e construção de fossas. Nos AEBs de 1971 a 1974, apresentam-se quadros sobre serviços de água e esgoto e remoção de lixo, no último caso incluindo os prédios beneficiados por Unidade da Federação e municípios das capitais. No anuário seguinte incluem-se apenas dados sobre abastecimento de água e serviço de esgotos sanitários, por Unidade da Federação e municípios das capitais. Informações sobre limpeza pública e remoção de lixo são retomados no AEB de 1976, com referência a 1972, e grande detalhamento – municípios que possuíam



Casa de tijolo. Acervo IBGE.



A favela da Rocinha em 1931. Rio de Janeiro, RJ.  
Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

o serviço; propriedade das empresas; veículos utilizados; número de prédios beneficiados; sistema de varredura (manual e mecânico); e destino do lixo coletado.

A partir do AEB de 1977 verifica-se uma quebra de continuidade no que se refere a informações, que vínhamos acompanhando desde 1938, e que dizem respeito a serviços urbanos especialmente os relacionados a saneamento básico. Dados sobre sistema de água e esgoto e coleta de lixo passam a figurar no item habitação e estão relacionados aos domicílios permanentes, tendo como fonte dados censitários e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD. Sem dúvida, as pesquisas domiciliares têm uma qualidade superior ao possibilitarem o acompanhamento da evolução das características estruturais das moradias e das condições de saneamento básico nas unidades residenciais, permitindo que se avalie a efetividade dos serviços públicos em termos do acesso dos moradores a sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e remoção do lixo, entre outros bens e serviços. No entanto, as informações publicadas nos AEBs sobre a existência desses serviços nos domicílios permanentes só aparecem discriminadas por Grandes Regiões (GR) a partir de 1984. A descontinuidade na publicação dos quadros sobre equipamentos urbanos gera, desse modo, perda de informação importante sobre distribuição regional dos bens coletivos e condições ambientais nos municípios, especialmente nas capitais.

Informações mais detalhadas sobre o tema são retomadas no AEB de 1991, que traz uma seção intitulada *Habitação e Saneamento Básico* e reúne informações oriundas de pesquisas domiciliares (Censo Demográfico e PNAD) e de inquérito realizado junto a entidades de prestação de serviços de saneamento básico (Pesquisa Nacional de Saneamento Básico) e ainda de projeções de domicílios particulares permanentes. Os dados são apresentados indicando número de municípios que possuíam os serviços por grandes Regiões e Unidades da Federação, e se repetem no AEB de 1992. Nos anuários que se seguem, não mais se apresenta a seção sobre urbanização ou mesmo saneamento básico.

Considerando a série de anuários publicados, verifica-se que o tratamento do tema *infra-estrutura urbana*, ou melhoramentos urbanos, privilegiou serviços de saneamento básico, especialmente provimento de água e tratamento de esgoto, o que indica a necessidade de relacioná-lo a ações de saúde pública. A importância das políticas de saneamento no declínio da mortalidade e da posição das doenças transmissíveis entre as causas de morte tem sido lembrada por vários estudos, destacando-se a perspectiva de McKeown (1979), segundo a qual as ações de saneamento tiveram peso preponderante comparativamente à tecnologia médica no declínio da mortalidade dos países europeus a partir do Século XIX. A despeito de controvérsias sobre o tema e de algumas evidências

Casa da fazenda Tucumã, AC. Acervo IBGE.

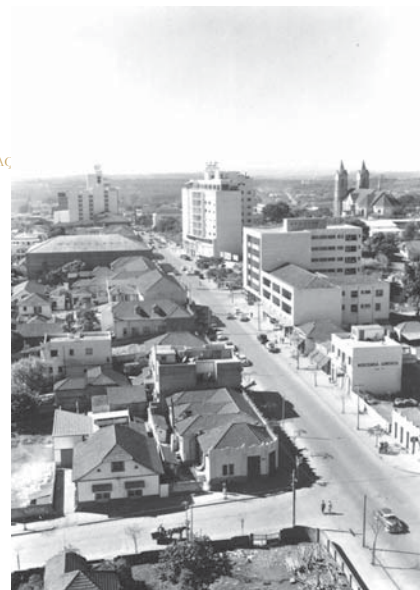


apontadas em outros estudos sobre a concomitância das duas causas, não há dúvidas sobre a importância da qualidade da água e da existência de sistemas de esgotos sanitários como fatores determinantes na redução da mortalidade, especialmente da mortalidade infantil.

Historicamente esta compreensão do saneamento como foco privilegiado das ações de saúde orientou as propostas de reforma do setor, fazendo inclusive com que as duas mais importantes reformas da saúde no Brasil, ocorridas na Primeira República e na década de 1980, sejam denominadas “reformas sanitárias”, a despeito do conceito incluir praticamente todas as ações de saúde pública. De acordo com a definição da Conferência Nacional sobre Cuidados Primários de Saúde, realizada pela Organização Mundial de Saúde - OMS - e UNICEF, em Alma Ata, 1978: “os cuidados primários de saúde incluem provisão adequada de água de boa qualidade e saneamento básico” (CUIDADOS ..., 1979, p. 4).

A história do saneamento no Brasil, se comparada a outras dimensões da política de saúde, está marcada pela importância dos municípios. Como se sabe, um dos temas mais recorrentes na análise das políticas de saúde durante o Século XX consiste no binômio centralização/descentralização e, no caso das ações de saneamento, esta última tendeu a predominar. É possível que a menor centralização de ações em nível federal tenha tido impacto no registro de informações estatísticas, sendo evidente a diferença no que se refere às estatísticas sobre saúde pública, muito mais regulares, como pode ser visto em outro capítulo desta publicação.

Os estudos históricos sobre o saneamento no Brasil têm se dedicado principalmente à cidade do Rio de Janeiro, e apontado as variações na responsabilidade administrativa



Vista parcial da cidade de Londrina, PR. Acervo IBGE.

sobre o setor (COELHO,1985; COSTA, 1994). Em 1920 a área de saúde passou a assumir a responsabilidade pelos serviços de esgotos da Capital Federal, com a transferência da Inspetoria de Esgotos, criada em 1915, e até então subordinada ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, para o Departamento Nacional de Saúde Pública, organismo vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios do Interior. As atividades de saneamento do Rio de Janeiro, à época sede do Distrito Federal, passaram, em 1941, a ser de responsabilidade municipal, assumindo o DNSP sua coordenação em âmbito nacional (COSTA, 1994). Note-se que a responsabilidade desse organismo por atividades executivas permanecia no que se refere ao saneamento rural, destacando-se, durante a década de 1940, as atividades do Serviço Nacional de Malária.<sup>1</sup> A análise de fontes históricas indica também a importância da organização de interesses de grupos profissionais, como os engenheiros sanitários que não vêm recebendo a mesma atenção de médicos e outros profissionais de saúde, inclusive no que se refere ao registro estatístico. Note-se que nos AEBs há informações sobre profissionais de saúde, mas não sobre profissionais envolvidos nas ações de saneamento.

Em 1942 foi criado o Serviço Especial de Saúde Pública - SESP -, subordinado diretamente ao Ministério da Educação e Saúde, que realizou, entre outras ações, o saneamento do vale do Amazonas, especialmente a profilaxia e estudos de malária na região e treinamento de profissionais de áreas de saúde pública, compreendendo médicos e engenheiros sanitários. Outro organismo importante foi o Departamento Nacional de Endemias Rurais - DNERu -, criado em 1956, que constituiu um setor de saneamento para atuar no controle da esquistossomose e estabeleceu vários sistemas de abastecimento de água no interior do País, com o intuito de controle de endemias. O DENERu teve suas ações reduzidas a partir do momento em que o BNH assumiu a



Casas de pescadores em Natal, RN. Acervo IBGE.

coordenação das políticas para o setor em 1967. Com o fim do DENERu, em 1970, a FESESP passou a ser o único órgão do Ministério da Saúde a realizar ações executivas de saneamento.

Até a década de 1960 é possível afirmar uma forte associação entre as políticas de saúde e as de saneamento, constatando-se o papel dos organismos de saúde em ações de construção de esgotos sanitários e tratamento de água. Com a criação do Banco Nacional da Habitação em 1964 e a responsabilidade dessa agência pública pela coordenação nacional das ações de saneamento e pelo financiamento do setor, a partir de 1967, verifica-se a desvinculação administrativa entre as duas políticas. No período de 1970 a 1986, alguns autores consideram que a política de saneamento esteve em segundo plano se comparada à política habitacional (DRAIBE, 1993). De todo modo, é interessante observar que, apesar da menor visibilidade, a área de saneamento ganhou importância entre as políticas sociais implementadas pelo regime autoritário, durante o governo Geisel. Segundo Melo (1989, p. 89), é possível identificar três fases nas políticas de saneamento implementadas durante o regime militar. A primeira, correspondendo ao período de 1968-1974, seria caracterizada pela expansão horizontal do BNH; a segunda, relativa aos anos de 1975-1984, pela forte expansão dos investimentos em água e esgoto, e a terceira, de 1984 a 1986, pela maior ênfase nos programas de saneamento em um contexto de redução dos

<sup>1</sup> Consultar nesta publicação o capítulo *Saúde* no Anuário Estatístico do Brasil.



recursos do BNH como decorrência da crise econômica. Progressivamente o saneamento básico tornou-se a única área em que não houve retração dos investimentos e, durante a década de 1980, a valorização dos programas de saneamento resultou na expansão do atendimento à população. No caso do abastecimento de água, esta expansão foi significativa, sobretudo no Nordeste, o mesmo não se verificando no que se refere ao tratamento de esgotos, como pode ser aferido pelos dados publicados a partir do AEB de 1984.

Apesar de se poder incluir ações de saneamento no âmbito das políticas de saúde, há nítido contraste entre a visibilidade de ambas como políticas sociais relevantes. Como observa Costa (1998, p.28), a inovação representada pela política de saúde foi amplamente difundida como no caso das propostas de saúde para todos no ano 2000, “ao passo que o tema saneamento receberia uma baixa problematização internacional como política pública até fins dos anos 80.” A importância dos organismos internacionais na definição da agenda das políticas públicas é corretamente lembrada pelo autor, e poderíamos acrescentar que, mesmo antes da década de 1980, tal importância pode ser aferida no Brasil, considerando-se as ações da Organização Panamericana de Saúde inclusive com a realização de

Casa típica do interior de Minas Gerais, 1958.  
Acervo IBGE.



Engenho da Farinha junto à casa-sede da fazenda de Cunha Porã, SC. Acervo IBGE.

pesquisa conjunta promovida pela OPAS e Ministério da Saúde em 1967 e publicada no AEB de 1969. Em um contexto no qual o tema do saneamento passa a figurar mais centralmente na agenda dos organismos internacionais e ser apontado como indicador importante para financiamento de projetos pelo Banco Mundial (COSTA, 1998), a pesquisa Saneamento Básico, promovida pelo IBGE em 1990 e publicada no AEB de 1991, traz informações importantes para a análise dessa área de política pública no Brasil.

As condições de saneamento, principalmente no que se refere à rede de esgotos, permanecem como importante tema de política pública. Demonstram-no os dados publicados pelo IBGE em 2000: em 1999, 79,8% dos domicílios urbanos e rurais dispunham de abastecimento de água tratada e 64,6% de coleta de esgoto. A Região Nordeste apresentava os piores índices de cobertura: 66,8% de domicílios com abastecimento de água por rede e 36,3% dispo de coleta de esgoto (CARAZZAI, 2001). Os AEBs, publicados até 1998, permitem acompanhar a expansão da cobertura dos serviços de saneamento e sua distribuição regional a partir da década de 1980.

## Habitação

Apenas no AEB de 1963, passam a ser publicados regularmente, em uma seção específica (habitação e urbanização), dados censitários sobre habitação, com informação sobre domicílios ocupados. Anteriormente o AEB de 1946 publicou os resultados do censo predial,



realizado em conjunto com o Censo Demográfico 1940, que consta da seção situação econômica. Nesse anuário podem ser vistos dois quadros sobre prédios recenseados nas Unidades da Federação e nos municípios das capitais, segundo a localização – urbana, suburbana e rural.

No AEB de 1963, apresenta-se um único quadro sobre domicílios ocupados nas datas dos recenseamentos (1940-1950 e 1960), segundo as regiões fisiogeográficas e as Unidades da Federação. Não constam dados sobre a situação do domicílio (urbano/rural) e as informações se repetem no AEB de 1964.

O mesmo quadro acrescido de um segundo em que constam dados de domicílios particulares ocupados, segundo a situação (urbano e suburbano /rural); a condição de ocupação (próprio/alugado e outros); e as instalações existentes (água encanada; iluminação elétrica; e instalação sanitária), é publicado no AEB de 1966. Verifica-se que, em 1960, 21,03 % dos domicílios possuíam água encanada; 38,66%, iluminação elétrica; e 50,02%, esgotos sanitários.

Dados relativos a domicílios particulares ocupados, obtidos a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios realizada em 1968, aparecem no AEB de 1968. Referem-se a domicílios particulares segundo situação e algumas características. As regiões demarcadas correspondem a: Minas Gerais e Espírito Santo; Guanabara e Rio de Janeiro; São Paulo; Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Nesse AEB aparecem pela primeira vez dados sobre política habitacional. Em três

Palafitas em Manaus, AM. Acervo IBGE.



Residência construída em estilo modernista, década de 50. Acervo IBGE.

quadros são apresentadas as seguintes informações: evolução dos resultados previstos nos convênios e contratos; número de unidades financiadas, valor dos empréstimos e investimentos por programas implementados pelo BNH (1965-1967). Os dados permitem que se acompanhem esses itens por Unidades da Federação e por programas habitacionais – habitações para pessoas de baixa renda (COHABs); pessoas de renda média (COOPS); operários sindicalizados; militares; empregados com participação da empresa e servidores públicos civis. No AEB de 1969, é publicado quadro em que consta a evolução dos programas habitacionais; de abastecimento de água, e de materiais de construção por Unidade da Federação, com a evolução dos empréstimos e investimentos. Nesse anuário não são publicados os dados prediais que normalmente se inserem na seção habitação.

É no AEB de 1971 que dados mais detalhados relativos às condições habitacionais passam a ser publicados, com base nos Censos de 1960 e 1970. Referem-se à condição de ocupação (próprios, alugados e outra condição); abastecimento d'água; instalação sanitária; e tipo de fogão. São apresentados por situação de domicílio – urbano/rural - em números absolutos e relativos. Trata-se de dados agregados, não discriminados por Unidades da Federação - UF. O segundo quadro publicado diz respeito a domicílios por situação e número médio de

peças residentes, segundo Grandes Regiões - GR - e Unidade da Federação – 1970. Estes mesmos dois quadros são republicados no AEB de 1972.

Os resultados do Censo de 1970 continuam a ser publicados no AEB de 1973, o qual inclui dois quadros, na seção relativa à habitação, sendo o primeiro relativo à condição de ocupação e às principais características de acordo com a situação. As características referem-se aos mesmos itens de bens, de consumo e acesso a serviços, acrescidos dos seguintes dados: número de moradores e propriedade de bens, como geladeira, rádio, televisão e automóvel. Apresentam-se, em um segundo quadro, informações estatísticas sobre domicílios permanentes por tipo (durável ou rústico); condição de ocupação; e número de cômodos.

Entre os dados do Censo de 1970, destacam-se aqueles referidos ao Censo Predial, que aparecem publicados no AEB de 1974 em 17 tabelas. Referem-se a prédios por tipo de material da cobertura, das paredes e do piso segundo a situação do domicílio; por instalações existentes (iluminação elétrica; água encanada; e instalações sanitárias), segundo a situação do domicílio; por instalações segundo a situação, o número de pavimentos e o tipo de utilização. Acrescentam-se ainda, e devem ser ressaltados por permitirem identificar semelhanças e diferenças entre as Unidades da Federação, quadros relativos a material de

Vista do Centro de Terezina, PI. Acervo IBGE.



cobertura; das paredes e piso e situação do domicílio; prédios por instalações existentes de acordo com a situação; e dados por Unidade da Federação e Grandes Regiões, relativos ao tipo de utilização, segundo a situação do domicílio. Note-se a importância da informação sobre material de construção introduzida nesse censo, para o estudo da história da habitação no Brasil, com implicações também na área de saúde pública. O tipo rústico de moradia, termo utilizado por especialistas de diferentes áreas desde a década de 1940, e que é corroborado pelo IBGE, foi sempre objeto de atenção dos sanitaristas brasileiros devido à sua relação com males como a doença de Chagas.

Sob o título Censo Demográfico são ainda republicados naquele anuário (1974) dados que aparecem no AEB de 1973 sobre domicílios por situação, segundo algumas características, e domicílios com discriminação da condição de ocupação e o número de cômodos por Grandes Regiões e Unidade da Federação. O AEB de 1975 reproduz exatamente os mesmos quadros relativos a domicílios particulares permanentes ocupados, que constam dos dois anuários anteriores, e as tabelas sobre censo predial que constam do AEB de 1974.

Quadro também relativo ao Censo Demográfico 1970 é publicado nos dois anuários seguintes. As informações referem-se a domicílios ocupados, com iluminação elétrica, abastecimento de água e instalações sanitárias por Áreas Metropolitanas: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre. Este mesmo quadro é reproduzido no AEB de 1977, ao qual se acrescentam as seguintes tabelas – domicílios particulares permanentes e moradores, segundo



Vitória, ES, 1958.  
Acervo IBGE.

situação e algumas das principais características (1970-1976); e domicílios segundo o número de moradores e algumas características. Acrescentam-se dados sobre faixas de aluguel e de tempo de residência; domicílios segundo o número de cômodos e de moradores por situação do domicílio.

Discriminando dados sobre as Unidades da Federação, temos dois quadros relativos respectivamente a tipo, condição de ocupação e número de cômodos dos municípios e abastecimento de água, iluminação elétrica, instalações sanitárias e utilidades existentes. O AEB de 1978 repete as tabelas com informações agregadas para o Brasil, mas não o faz no que se refere aos dados discriminados por Unidades da Federação.

A partir do AEB de 1979, passa a constar do anuário um capítulo específico sobre indicadores de habitação. Os quadros publicados acrescentam, em relação ao anuário anterior, informação sobre grupos de rendimento mensal familiar dos domicílios permanentes; distribuição dos domicílios, segundo tamanho médio das famílias e situação (urbano/rural); distribuição segundo condições habitacionais (adequadas e inadequadas); tipo de construção e densidade familiar; domicílios permanentes e improvisados segundo situação e número de moradores. Os dados referem-se a 1976. Nesse mesmo anuário são publicadas duas tabelas de caráter retrospectivo: distribuição

Casa de colonos alemães, PR.  
Acervo IBGE.



Conjunto habitacional em Divinópolis, MG. Acervo IBGE.

dos domicílios, por situação, segundo principais características (1940-1970) e taxa de crescimento dos domicílios particulares, por situação, segundo principais características (1950-1970). Os AEBs de 1980 e 1981 repetem os quadros já publicados, sendo que o último apresenta, na seção sobre indicadores habitacionais, dados relativos à distribuição das unidades construídas por COHABs segundo regiões socioeconômicas, no período de 1966 a 1978.

Dados agregados sobre domicílios particulares permanentes seguem sendo publicados no AEB de 1982, com referência a 1980. Publica-se tabela semelhante a dos anuários anteriores com informações sobre domicílios por situação e principais características em 1970 e 1980. No capítulo relativo a indicadores de habitação repetem-se os quadros retrospectivos publicados no AEB de 1979, acrescentando-se bens duráveis (1960-1970) e condições habitacionais (1970-1978).

O anuário de 1983 apresenta dados do Censo de 1980 com um capítulo em que se publicam informações de natureza geral sobre domicílios, segundo características (1970-1980); número de dormitórios; de moradores; domicílios e moradores por situação dos domicílios, segundo algumas características; e condição de ocupação por características. No capítulo relativo aos indicadores repetem-se as mesmas tabelas dos anuários anteriores, com alteração dos períodos cobertos. O quadro retrospectivo sobre domicílios por situação e características refere-se ao período de 1960-1980; a taxa de crescimento, ao período de 1950-1980. Dados sobre distribuição dos domicílios por situação, segundo características, ao período de 1970-1980; por condição de ocupação e grupos de renda familiar,



Vista de Arraial do Cabo, RJ. Foto: José Caldas - BrazilPhotos.

segundo algumas características, a 1980. São também publicadas tabelas com dados referentes à distribuição dos domicílios, por grupos de rendimento e situação, segundo a densidade domiciliar (1976-1978), e a indicação de condições habitacionais adequadas, segundo grupos de rendimento mensal (1978).

O anuário de 1984 apresenta também os dois capítulos – habitação e indicadores de habitação. Repete-se no capítulo sobre domicílios particulares o quadro sobre situação e algumas características (1970-1980). Uma mudança importante é a publicação das tabelas com dados sobre situação relacionada à condição de ocupação, formas de abastecimento de água, e instalação de esgoto sanitário, por condição de ocupação e Grandes Regiões, permitindo comparações e o estabelecimento de contrastes. No capítulo sobre os indicadores de habitação repetem-se os quadros relativos ao período de 1950 a 1980, e acrescentam-se as seguintes informações para o ano de 1983: distribuição dos domicílios por classes de rendimento mensal domiciliar e situação segundo densidade (1978-1983); distribuição por situação e condição de ocupação; distribuição dos domicílios por classes de rendimento, situação e condição de ocupação; por abastecimento de água, segundo instalação sanitária e destino do lixo.

Um número menor de quadros publicados em um único capítulo – habitação – é publicado no AEB de 1986. Repetem-se os quadros retrospectivos relativos às principais características dos domicílios por situação (1970-1980) e acrescentam-se quadros relativos à situação e à

condição de ocupação, segundo algumas características, com base no ano de 1985.

O AEB de 1987/1988 traz extensa série de tabelas, que incluem projeções de dados sobre os domicílios particulares permanentes. Trata-se de 16 quadros incluindo, entre outras, informações sobre domicílios, segundo a situação, e número de moradores, segundo características das moradias (1970/1980), e tabela retrospectiva sobre domicílios, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação – 1940-1980, discriminando a situação de ocupação (urbano/rural). Projeção do mesmo tipo de informação é realizada com referência ao período de 1980-2000. Os dados que se seguem, provenientes da PNAD, referem-se a domicílios e moradores, por situação, segundo principais características (1985-1986); por condição de ocupação, segundo principais características (1985-1986); segundo tipo e condição de ocupação; e segundo classes de rendimento mensal, segundo situação e densidade de moradores (1986).

Habitação e Saneamento Básico é, como já vimos, a forma como se apresentam, no AEB de 1991, os dados do Censo Demográfico e da PNAD, sobre as condições de habitação, e os dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico. Os dados repetem os do AEB 1987/1988, inclusive com as informações das projeções por Grandes Regiões e Unidades da Federação (1980-2000). Informações normalmente publicadas sobre domicílios e moradores

Favela da Mangueira, no Rio de Janeiro, RJ. Acervo IBGE.



**Tabela 2.115 - Moradores em domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio, segundo algumas das principais características - 1980/1991**

ESPECIFICAÇÃO	MORADORES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES					
	01.09.1980			01.09.1991		
	Total	Situação do domicílio		Total	Situação do domicílio	
		Urbana	Rural		Urbana	Rural
<b>TOTAL.....</b>	<b>117 348 286</b>	<b>79 317 752</b>	<b>38 030 534</b>	<b>145 657 800</b>	<b>110 146 364</b>	<b>35 511 436</b>
<b>Condição de ocupação</b>						
Próprios.....	75 809 410	50 519 548	25 289 862	105 450 397	80 593 482	24 856 915
Alugados.....	23 388 074	22 361 596	1 026 478	21 024 567	20 379 225	645 342
Cedidos.....	16 267 457	5 462 972	10 804 485	18 209 261	8 583 191	9 626 070
Outra condição.....	1 721 607	878 611	842 996	973 575	590 466	383 109
Sem declaração.....	161 738	95 025	66 713	-	-	-
<b>Abastecimento de água</b>						
Rede geral.....	61 114 051	59 466 492	1 647 559	99 110 320	95 803 710	3 306 610
Poço ou nascente.....	37 183 844	13 091 399	24 092 445	29 481 314	8 933 884	20 547 430
Outra forma de abastecimento.....	18 881 280	6 663 871	12 217 409	17 066 172	5 408 770	11 657 402
Sem declaração.....	169 111	95 990	73 121	-	-	-
<b>Instalação sanitária</b>						
Rede geral.....	29 004 066	28 478 046	526 020	46 774 309	46 119 338	654 971
Fossa séptica.....	18 029 907	15 791 813	2 238 094	24 431 706	21 948 464	2 483 242
Fossa rudimentar.....	35 662 919	24 314 625	11 348 294	39 952 749	27 614 556	12 338 193
Outro escoadouro.....	5 179 227	3 283 186	1 896 041	10 497 087	7 886 054	2 611 033
Não tem.....	27 346 221	5 778 658	21 567 563	23 699 972	6 309 211	17 390 761
Sem declaração.....	2 125 946	1 671 424	454 522	301 983	268 741	33 242
<b>Combustível utilizado</b>						
Gás.....	70 352 944	65 403 627	4 949 317	101 847 112	95 543 902	6 303 210
Lenha.....	39 512 026	10 056 430	29 455 596	16 908 117	3 045 480	13 862 637
Carvão.....	6 759 511	3 414 110	3 345 401	4 004 446	1 392 031	2 612 415
Eletricidade.....	18 123	13 188	4 935	(1) ...	(1) ...	(1) ...
Outros combustíveis.....	48 328	38 533	9 795	22 680 268	9 969 828	12 710 440
Não tem.....	457 734	266 400	191 334	245 592	206 460	39 132
Sem declaração.....	199 620	125 464	74 156	-	-	-
<b>Aluguel mensal (salário mínimo) (2) (3)</b>						
Até 1/2.....	14 932 116	13 700 651	1 231 465	7 150 398	6 692 119	458 279
Mais de 1/2 a 1.....	7 106 250	6 961 104	145 146	6 142 674	6 042 705	99 969
Mais de 1 a 3.....	6 719 062	6 641 508	77 554	5 942 794	5 887 064	55 730
Mais de 3.....	1 502 634	1 488 078	14 556	1 054 329	1 047 605	6 724
Sem declaração.....	(4) ...	(4) ...	(4) ...	190 979	182 718	8 261
<b>Existência de</b>						
Iluminação.....	77 738 884	69 697 278	8 041 606	123 720 313	106 979 253	16 741 060
Rádio.....	90 618 599	63 175 076	27 443 523	119 947 934	94 766 650	25 181 284
Geladeira.....	57 458 014	52 243 304	5 214 710	97 297 911	87 254 534	10 043 377
Televisão.....	64 740 226	58 664 678	6 075 548	114 123 929	102 593 288	11 530 641
Automóvel.....	26 578 646	22 643 067	3 935 579	40 197 960	35 821 454	4 376 506
Telefone.....	13 621 687	13 301 965	319 722	24 623 688	24 010 450	613 238

Fontes: Censo demográfico 1980. Famílias e domicílios. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, t. 6, n. 1, 1983; Censo Demográfico 1991. Famílias e domicílios. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v.1, n. 1, 1997.

Nota: Os resultados de 1980 foram obtidos pelo processo de amostragem e os de 1991 referente a condição de ocupação, abastecimento de água e instalação sanitária correspondem à pesquisa do universo.

(1) Incluído em outro tipo de combustível. (2) Em 1980, o aluguel mensal incluiu taxa de ocupação. (3) Em 1991, o salário mínimo utilizado: Cr\$ 36.161,60. (4) Incluído no total de domicílios particulares permanentes.

Tabela 2.116 - Domicílios particulares permanentes ocupados, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 1940/1996

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES OCUPADOS						
	01.09.1940	01.07.1950	01.09.1960	01.09.1970	01.09.1980	01.09.1991	01.08.1996
<b>BRASIL</b> .....	<b>7 897 769</b>	<b>10 046 199</b>	<b>13 497 823</b>	<b>17 628 699</b>	<b>25 210 639</b>	<b>34 734 715</b>	<b>39 599 066</b>
<b>NORTE</b> .....	<b>288 644</b>	<b>346 921</b>	<b>446 251</b>	<b>584 379</b>	<b>1 042 998</b>	<b>1 954 368</b>	<b>2 367 210</b>
Rondônia.....	-	10 777	16 726	20 472	93 830	254 704	293 337
Acre.....	18 817	24 615	29 118	35 790	56 992	88 243	108 708
Amazonas.....	83 551	96 299	122 704	152 493	248 818	384 634	472 901
Roraima.....	-	3 251	4 775	6 589	15 471	40 376	54 337
Pará.....	186 276	205 013	261 544	351 135	598 185	942 241	1 123 033
Amapá.....	-	6 966	11 384	17 900	29 702	52 946	77 105
Tocantins.....	-	-	-	-	-	191 224	237 789
<b>NORDESTE</b> .....	<b>2 934 215</b>	<b>3 569 691</b>	<b>4 233 122</b>	<b>5 140 868</b>	<b>6 750 423</b>	<b>9 014 003</b>	<b>10 143 851</b>
Maranhão.....	266 853	325 459	470 968	570 593	770 557	983 908	1 102 661
Piauí.....	158 128	194 354	219 026	288 145	386 263	519 130	583 494
Ceará.....	382 794	483 838	603 390	745 460	999 192	1 344 962	1 537 072
Rio Grande do Norte.....	148 512	186 478	216 309	272 747	369 685	520 294	586 449
Paraíba.....	269 757	327 048	375 284	434 189	541 936	693 363	764 642
Pernambuco.....	544 159	687 566	807 894	972 082	1 240 660	1 586 682	1 750 980
Alagoas.....	201 169	228 975	254 909	302 745	390 551	525 182	582 099
Fernando de Noronha.....	-	129	280	211	226	(1) ...	(1) ...
Sergipe.....	122 205	140 982	155 912	175 330	230 604	328 815	381 998
Bahia.....	840 638	994 862	1 129 150	1 379 366	1 820 749	2 511 667	2 854 456
<b>SUDESTE</b> .....	<b>(2) 3 415 077</b>	<b>(2) 4 333 631</b>	<b>(2) 6 074 252</b>	<b>7 901 143</b>	<b>11 684 418</b>	<b>15 820 409</b>	<b>17 923 721</b>
Minas Gerais.....	1 274 284	1 467 765	1 787 888	2 101 739	2 759 968	3 707 237	4 213 423
Espírito Santo.....	134 256	155 399	205 707	280 102	418 821	618 549	720 397
Rio de Janeiro (3).....	614 092	881 614	1 359 386	1 883 164	2 704 812	3 454 962	3 833 967
São Paulo.....	1 380 013	1 798 735	2 653 189	3 636 138	5 800 817	8 039 661	9 155 934
<b>SUL</b> .....	<b>1 040 413</b>	<b>1 467 059</b>	<b>2 207 299</b>	<b>3 085 802</b>	<b>4 188 179</b>	<b>5 694 400</b>	<b>6 460 320</b>
Paraná.....	238 699	413 887	807 971	1 272 355	1 603 498	2 083 625	2 399 824
Santa Catarina.....	210 797	287 936	379 133	505 924	753 439	1 121 521	1 294 529
Rio Grande do Sul.....	590 917	765 236	1 020 195	1 307 523	1 831 242	2 489 254	2 765 967
<b>CENTRO-OESTE</b> .....	<b>219 420</b>	<b>328 897</b>	<b>536 899</b>	<b>916 507</b>	<b>1 544 621</b>	<b>2 251 535</b>	<b>2 703 964</b>
Mato Grosso do Sul.....	-	-	-	-	281 907	429 790	496 256
Mato Grosso (4).....	75 363	97 448	164 154	283 421	218 232	455 893	548 495
Goiás.....	144 057	231 449	348 534	533 938	791 616	(5) 988 183	1 200 055
Distrito Federal.....	-	-	24 211	99 148	252 866	377 669	459 158

Fonte: Censo demográfico 1940-1991. Rio de Janeiro: IBGE, 1950-1997; Contagem da população 1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. v. 1: Resultados relativos a sexo da população e situação da unidade domiciliar.

(1) A partir de 1989, constitui Distrito Estadual do Estado de Pernambuco. (2) Inclusive os dados relativos à serra dos Aimorés, território em litígio entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. (3) Os dados de 1940, 1950, 1960 e 1970 referem-se à área da atual divisão político-administrativa do Estado do Rio de Janeiro. (4) A partir de 1990, os dados referem-se à área da atual divisão político-administrativa do Estado de Mato Grosso. (5) Os dados referem-se à área da atual divisão político-administrativa.

segundo tipo; condição de ocupação; características do domicílio; densidade e classes de rendimento mensal domiciliar referem-se ao ano de 1989. O AEB de 1992 repete os mesmos quadros.

A partir do AEB de 1993 temos uma redução do número de quadros publicados no capítulo habitação. Repete-se o quadro dos domicílios particulares permanentes, segundo situação e principais características – 1970-1980, e publica-se tabela retrospectiva com os dados sobre domicílios ocupados por situação, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação, no período de 1940-1991.

O AEB de 1995 reproduz quadro semelhante aos anuários anteriores sobre situação e algumas das principais características, só que atualizando os dados para o período de 1980/1991. Informações sobre domicílios e moradores, segundo situação, condição de ocupação e presença de alguns bens duráveis, são publicadas com referência ao ano de 1993. Repete-se o quadro com os domicílios particulares permanentes, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação (1940/1991), por situação urbano ou rural. A novidade desse anuário é o fato de pela primeira vez apresentar-se o número de favelas nas Unidades da Federação e municípios, com dados relativos a 1991.

O AEB de 1996 repete os mesmos quadros, à exceção do relativo às favelas existentes no Brasil. Não há novidades em relação ao tipo de dado publicado no anuários que se seguem, apenas atualizando-se algumas informações. As tabelas sobre número de moradores por domicílio, segundo situação e características (1980-1991), e sobre evolução do número de domicílios, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação (1940-1996), publicadas no AEB de 1998, ilus-



Mansão no balneário de Armação dos Búzios, RJ. Foto: José Caldas - BrazilPhotos.

tram o tipo de informações mais recorrentes sobre o tema habitação.

Em seu conjunto, as informações organizadas e publicadas pelos Anuários Estatísticos do Brasil, relativas à habitação, priorizaram as condições das moradias, em termos de acesso a serviços básicos; evolução da situação dos domicílios – urbano e rural; características da condição de ocupação, em termos da propriedade dos domicílios; e padrões de consumo expressos na propriedade de bens duráveis, como fogão, geladeira, rádio, televisão e automóvel. No período coberto pelos anuários (1963-1998), nota-se a expansão do acesso a serviços urbanos básicos, em que pesem as diferenças regionais, o predomínio da casa própria, em relação às moradias de aluguel, e alterações importantes na construção dos domicílios e nos padrões de consumo domiciliar.

Constata-se, também, a progressiva redução da densidade domiciliar, ainda que em ritmo bastante variável e bem menos intensa nas famílias de menor rendimento. Mudanças referidas ao processo de urbanização, à extensão dos serviços de saneamento e a estilos de vida, tendo como unidade de análise a moradia, podem dessa forma ser acompanhadas a partir da década de 1970.

## Considerações finais

A avaliação das possibilidades de pesquisa, com base nos dados publicados nos Anuários Estatísticos do Brasil, indica sua importância para o estudo da dinâmica do processo de urbanização no Brasil, especialmente no que se refere às condições de habitabilidade e salubridade das moradias.

Em termos das condições ambientais nos municípios e do provimento de infra-estrutura urbana, os dados mais regulares, que permitem o estabelecimento de séries históricas, referem-se ao saneamento básico, com prioridade para o abastecimento de água e redes de esgotos sanitários, não obstante os AEBs, após a década de 1950, não mais publicarem informações sobre a participação dos setores privado e público, em seus diferentes níveis administrativos, na coordenação e financiamento das ações de saneamento. A irregularidade da publicação de dados sobre coleta e tratamento de lixo consiste em outra lacuna importante tanto em termos de análise histórica como de avaliação de políticas, dada a magnitude do problema do destino final dos resíduos e seu impacto nas condições ambientais e de saúde das cidades brasileiras.

Tema da maior relevância entre as políticas sociais implementadas após 1930, a política habitacional está praticamente ausente na seleção de estatísticas publicadas nos AEBs. Não há registro sobre as ações da Fundação da Casa Popular, criada em 1946, e apenas dois anuários trazem informações sobre o Banco Nacional da Habitação. Note-se que essa área de política social caracterizou-se, ao menos no que se refere aos planos de governo<sup>2</sup>, por um padrão mais inclusivo, em contraste com outros bens públicos e direitos, cujo acesso estava condicionado ao vínculo profissional, como tão bem expressa o conceito de *cidadania regulada* (SANTOS, 1979)<sup>3</sup>. Considerando-se que a

percepção de problemas, como escassez de moradias, crescimento das favelas e de construções clandestinas, alimentou durante décadas o debate político em torno da questão habitacional, e intensificou-se com o acelerado crescimento urbano nos últimos 40 anos, não deixa de surpreender a tímida presença de dados sobre políticas habitacionais nos AEBs.

## Referências bibliográficas

- AZEVEDO, Sérgio de; ANDRADE, Luís A. G de. *Habitação e poder*: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- CARRAZAI, Emilio. Habitação. *Brasil em números 2000*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 8, p. 79-92, 2001.
- COELHO, Franklin Dias. *Cooperação urbana e saneamento básico*: das grandes cidades à rede urbana. 1985. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- COSTA, Nilson Rosário. *Políticas públicas, justiça distributiva e inovação*: saúde e saneamento na agenda social. São Paulo: Hucitec, 1998. 173 p. (Saúde em debate, n. 112. Série didática, n. 8).
- COSTA, André M. *Análise histórica do saneamento no Brasil*. 1994, 164p. Dissertação (Mestrado) - Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.
- CUIDADOS primários de saúde. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE CUIDADOS PRIMÁRIOS DE SAÚDE, 1978, Alma Ata, URSS. *Relatório...* Brasília, DF: Ministério da Saúde: UNICEF, 1979.

<sup>2</sup> De todo modo, a análise histórica dos programas habitacionais populares indica que os segmentos populacionais de baixa renda acabavam excluídos, entre outros fatores, pelos elevados níveis de inadimplência nos conjuntos habitacionais (AZEVEDO e ANDRADE, 1982).

<sup>3</sup> No que se refere às políticas habitacionais, foi essa forma de conceber a cidadania que orientou a oferta de moradias pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões.



CUTOLO, Sérgio. Habitação. *Brasil em números 1999*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 7, p. 81-92, 1999.

DRAIBE, Sonia M. O Welfare State no Brasil: características e perspectivas. *Ciências Sociais Hoje*, Caxambu: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1989.

\_\_\_\_\_. *Brasil: o sistema brasileiro de proteção social e suas transformações recentes*. Santiago do Chile: CEPAL, 1993.

McKEOWN, T. *The role of medicine: dream, mirage or nemesis*. Oxford: Basil Blackwell, 1979.

MELLO, Marcus André B. C. de. O padrão brasileiro de intervenção pública no saneamento básico. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, 1989.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

\_\_\_\_\_. A pós-revolução brasileira. In: JAGUARIBE, Helio et al. *Brasil, sociedade democrática*. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1986. (Coleção documentos brasileiros) p. 223-336.



# JUSTIÇA



A Justiça de Salomão, 1943  
Cândido Portinari  
Painel a têmpera/tela – 179 x 191 cm  
Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand – MASP.

---

\* Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo e Pós-Doutora pelo Institute of Latin American Studies, University of London; Professora do curso de Pós-Graduação do Programa de Ciência Política na Universidade de São Paulo - USP. Autora de *Controle Externo do Poder Judiciário in Reforma do Judiciário*, Maria Tereza Sadek (org.), São Paulo, Ed. Fundação Konrad Adenauer, 2001; *O Sistema de Justiça in O Sistema de Justiça*, Maria Tereza Sadek (org.), São Paulo, Ed. Sumaré, Fundação Ford, 1999; *Estudos sobre a Justiça no Brasil in Revista Mediações*, Edição Especial, Londrina, Universidade Estadual de Londrina, 1999; *O Judiciário Brasileiro. A Avaliação das Empresas in Judiciário e Economia no Brasil*, Armando Castelar (org.), São Paulo, Editora Sumaré, Idesp, agosto, 2000.

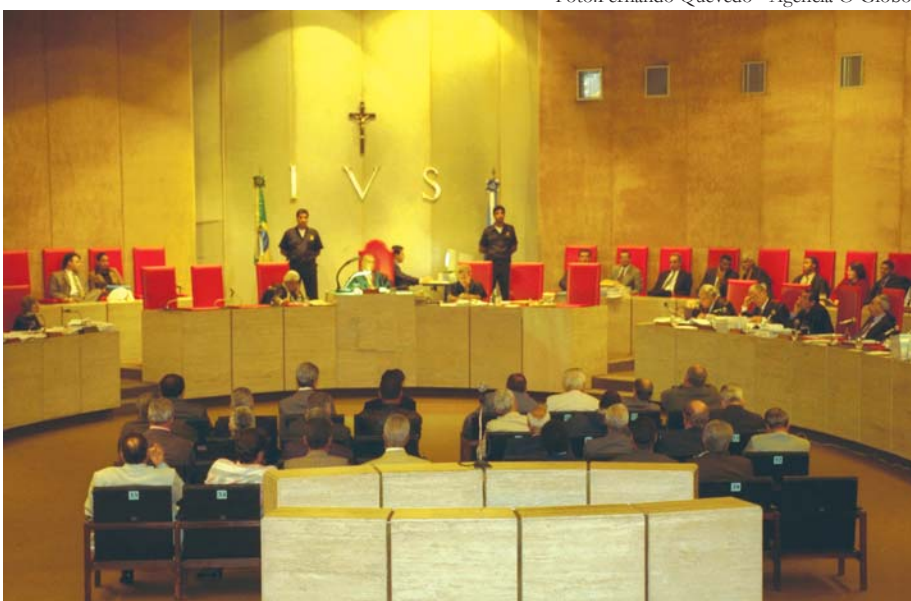
## JUSTIÇA

MARLA TEREZA SADEK\*

Poucas imagens do Século XX são tão ricas e exuberantes quanto as reveladas por uma série de informações referentes à justiça. No jogo de montagens, a câmara girou, procurou novos ângulos, esqueceu traços, montou novas fisionomias, por vezes muito distantes daquelas que surgiam esplendorosas no passado. O tempo não conseguiu envelhecer estatísticas instigantes. Ao contrário, imagens amareladas sobressaem-se, desafiando o silêncio imposto ou o esquecimento de anos mais recentes. O confronto entre os primeiros levantamentos e os mais próximos da atualidade provoca certo saudosismo e o reconhecimento de que os primeiros números colhidos orientavam-se pela admiração do detalhe. E, mais do que isto: supondo-se que o foco é uma valorização do que se julga importante, tem-se um quadro no qual o Judiciário é muito cedo alçado à categoria de uma instituição central da organização estatal e informações sobre o mundo dos delitos são vistas como essenciais.

Julgamento de bicheiros no Rio de Janeiro.  
Foto: Fernando Quevedo - Agência O Globo.

Alguns instantâneos nas estatísticas referentes à justiça chamam a atenção por sua repetição ao longo de todo o período, ainda que mudem consideravelmente o grau de precisão e o ângulo das imagens: o movimento da mais alta corte de justiça, a organização da segurança pública e da repressão. Por outro lado, outras caracterís-





ticas pedem explicações: a gradativa fusão entre a justiça e a segurança pública, com o inequívoco predomínio da segurança pública, desde os anos de 1930 até o início dos de 1990; a tendência de valorizar acidentes de trânsito e incêndios no capítulo dedicado à segurança pública; o desaparecimento, a partir de 1950, da referência à divisão judiciária; a atenção concentrada, durante vários anos, no Supremo Tribunal Federal e, conseqüentemente, a total ausência de informações quer sobre os outros tribunais, quer sobre a justiça federal ou sobre a justiça comum de primeiro e segundo graus. De fato, um exame dos anuários ao longo do século mostra que a atuação da justiça dos estados, tanto de primeira quanto de segunda instância foi ignorada; a justiça federal foi igualmente desprezada; a justiça do trabalho, por sua vez, foi deslocada da estrutura do Judiciário para o universo do trabalho; as demais justiças especializadas não são sequer mencionadas.

A rigor, o *Anuário Estatístico do Brasil* de 1963 dá nome a uma tendência que tem origem nos anos de 1930 – a associação da justiça com a segurança pública. Ora, este casamento, que dura até os dias atuais, não se baseou em relações igualitárias. Ao contrário, até o início da década de 1990, a segurança pública imperou, garantindo a predominância das informações sobre prisões, crimes, repressão, qualificações sobre o autor de contravenções e crimes, punições - ainda que com menor grau de detalhe, se comparadas às do início do século. As imagens sobre o Judiciário, por sua vez, acabaram se resumindo àquelas de seu órgão de cúpula. Desta forma, a “justiça-judiciário” transforma-se em receptora e produtora de processos, exclusivamente em grau de recurso. Processos perdem corpo, tornando-se apenas números, escondendo a natureza das ações e as características capazes de qualificar seus autores e os conflitos.

Os ventos democráticos, Pós-Constituição de 1988, favoreceram um novo equilíbrio, com o reaparecimento das instituições judiciais - ainda que mantida a união com a segurança pública - voltando a constar do capítulo sobre a



Quartel do Derby, sede da Polícia Militar de Recife, PE.  
Acervo IBGE.

justiça informações sobre todos os órgãos que compõem o Poder Judiciário.

Este texto procurará organizar e discutir as informações relativas à justiça ao longo do Século XX. Antes, porém, convém explicitar o que está compreendido na expressão justiça. Compõem esta rubrica todos os dados que dizem respeito ao Poder Judiciário, tanto em seu ramo civil quanto no criminal. Desta forma, inclui-se o número de processos entrados, o de julgamentos, o número de juízes, de cartórios, informações sobre condenados e penas, sobre a polícia – principal porta de entrada da justiça penal -, sobre o Ministério Público – importante agente do sistema de justiça -, bem como a respeito de atividades que contam com a participação da magistratura, tais como desquite, divórcio, expulsão de estrangeiros, extradição, etc.

## Um primeiro olhar sobre os anuários

Embora as estatísticas cubram todo o Século XX e muitos temas sejam constantes durante todo o período, as diferenças entre os anuários justificam uma referência à parte. A localização no tempo empresta vida aos números, convencendo de que os dados possuem um significado que vai além da soma de unidades. Efetivamente, mais do que o tamanho do País, de sua gente, de suas atividades e instituições, as tabelas refletem o momento político, a percepção sobre a sociedade e seus valores, às vezes de forma contundente. Em outras palavras, os dados mostram, à sua maneira, os momentos democráticos e os autoritários, as atividades centrais e as julgadas periféricas, o diferente apreço às instituições e até aos valores morais.

### O Brasil que o francês também pode ver

Entre todos os anuários, o primeiro deles, publicado entre 1916 e 1927, mas referente aos anos de 1908 a 1912, merece um destaque especial. Nele, é revelado um retrato do País para sua elite e para o mundo. Suas legendas são bilíngües: em português e em francês.

No volume 1 – Território e População -, a divisão Judiciária e Administrativa participa de uma das primeiras imagens, logo depois da descrição do “*aspecto do céu*”, do território, do clima, da divisão política e da estatística eleitoral. A divisão judiciária já se distinguia da divisão administrativa. O trabalho da justiça aparece com uma riqueza de detalhes surpreendente: há a discriminação entre o trabalho da justiça civil e o da justiça criminal; a justiça federal – ainda em seus primeiros anos de vida – é objeto de vários instantâneos; são especificados os custos judiciários; há o movimento dos processos na Justiça do Distrito Federal, por unidade judiciária e por vara. Mas, nenhuma imagem é captada em tantos ângulos e com tanta riqueza de cores quanto a que retrata os delitos, seu autor e as punições. Em dois volumes – os de número 1 e 3 - há dados relativos aos condenados, às prisões e à natureza dos delitos.



Julgamento de bicheiros no Rio de Janeiro, RJ, 1992.  
Foto: Marcelo Tabach - Agência JB.

De fato, no volume 1, a Casa de Detenção do Distrito Federal é descortinada, sendo exposta à apreciação do leitor a partir de estatísticas que revelam: o movimento dos detentos (existentes no início do ano; entrados durante o ano; saídos durante o ano; existentes no final do ano); o movimento dos condenados; a natureza dos crimes; a classificação dos condenados por nacionalidade; por idade; por estado civil; por grau de instrução. Apenas uma variável está ausente: a cor.

No volume 3, que leva o título “*Cultos, Assistência, Repressão e Instrução*”, nada menos do que 78 páginas são dedicadas ao movimento geral dos condenados, aos motivos das condenações, às características individuais dos condenados, tanto aos que deram entrada como os que saíram das penitenciárias. Desta vez, contudo, os dados referem-se ao País como um todo, sendo desagregados por estado e por município e, também, são especificados segundo aqueles que deram entrada e aqueles que saíram das prisões. As informações contemplam um maior número de variáveis. Além dos indicadores demográficos - sexo, tipo de filiação, raça, nacionalidade, idade, estado civil, grau de instrução, profissão-, há dados sobre os motivos da condenação, sobre a pena imposta, sobre antecedentes criminais e judiciários, sobre a conduta na prisão, sobre os motivos que levaram à saída da prisão. Em resumo, tem-se um retrato de corpo inteiro e multifacetado da população encarcerada.



## O Brasil sem tribunais e com criminalidade

Os anuários publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, durante os anos de 1936, 1938 e 1939/1940, expressam uma importante mudança em relação aos de 1908 – 1912, elaborados sob a direção de Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. No que se refere à justiça, ainda que conste a divisão judiciária do País, os tribunais perderam espaço. Mesmo no anuário de 1936, portanto antes do Estado Novo, não há nenhuma menção ao movimento dos tribunais. Nos anuários seguintes, aparecem apenas dados sobre a cúpula do Judiciário, a então denominada Corte Suprema e, ainda assim, com um grau muito menor de especificação do que o apresentado no primeiro anuário. Por outro lado, nos anos de 1939/1940 surgem informações preciosas sobre o Tribunal de Segurança Nacional – a rigor, a justiça de exceção a operar naqueles tempos.

Em contraste com a ausência de tribunais, são copiosos os dados sobre a criminalidade e a repressão. Destaque-se que, no exemplar de 1936, curiosamente, suicídios e criminalidade aparecem juntos. Isto é corrigido nos dois anuários seguintes, nos quais há, também, a distinção entre crime e contravenção.

### Uma Justiça tímida e uma repressão descaracterizada

Apesar de os efeitos da redemocratização terem sido importantes no perfil do Judiciário, os anuários relativos ao período de 1945 a 1964 são muito parcimoniosos nas informações relativas ao sistema de justiça e aos delitos e seus autores. O Supremo Tribunal Federal é praticamente o único órgão contemplado dentre os que formam o Poder Judiciário. A divisão judiciária está ausente. Os dados referentes à repressão, por sua vez, se comparados aos dos dois períodos anteriores, perdem em qualidade, na medida em que retratam de forma muito mais genérica aspectos da realidade.



Sessão solene do Supremo Tribunal Federal, 1943. CPDOC/FGV.

As informações relativas aos processos ligados ao mundo do trabalho, particularmente as juntas de Conciliação e Julgamento, ainda não aparecem sob o manto do Judiciário (1944/1946; 1947/1949; 1955; 1960; 1962; 1965), muito embora a Justiça do Trabalho já tivesse sido constitucionalizada. Estes dados estão incluídos no capítulo sobre o “trabalho”, ao lado de informações sobre o número de carteiras profissionais, da renda arrecadada pela expedição de carteiras profissionais em primeira via e da arrecadação proveniente de carteiras profissionais expedidas e de registros efetuados.

O anuário de 1950 traz, pela primeira vez, dados sobre desquites. Inesperadamente, contudo, eles estão incluídos no capítulo sobre “outros aspectos culturais”, após informações sobre bibliotecas, museus, associações culturais, difusão bibliográfica, excursionismo e cultura física. Em 1954 e repetindo-se outras vezes até o anuário de 1962, entretanto, sua classificação é, no mínimo, esdrúxula para padrões liberais e democráticos, refletindo uma concepção fortemente moralista das relações entre homem e mulher. Desquites estão enquadrados entre os “aspectos negativos ou patológicos”, ao lado de suicídios e tentativas de suicídios.



## Uma justiça descaracterizada, com foco na segurança pública

O regime militar que se inicia em 1964 provocou importantes mudanças na estrutura do Poder Judiciário, em seu perfil e em suas atribuições. Por mais tímida que tivesse sido a justiça do período anterior, ela foi alvo de intervenções, cujo principal objetivo era, ao que tudo indica, descaracterizar o Judiciário como um poder de Estado e com possibilidades de vir a contestar os atos do Executivo e do Legislativo. Estas alterações podem ser, em boa medida, observadas nos anuários publicados no período. Para começar, a divisão judiciária não é vista como uma informação relevante. A Justiça deixa de merecer um capítulo próprio e especial. Isto é, confirma-se um critério que antecedeu à quebra da ordem democrática, segundo o qual essa instituição deveria integrar um capítulo denominado: “justiça e segurança pública”. A Justiça do Trabalho continuou a ser tratada no capítulo referente ao trabalho e à situação social, e não como um braço do Poder Judiciário.

Do ponto de vista dos valores sociais, no entanto, nota-se uma mudança no sentido de uma maior liberalização dos costumes. Desde o anuário de 1963, as “ocorrências anti-sociais” passam a englobar apenas suicídios, tentativas de suicídios, sinistros e acidentes. Os desquites deixam de compor este item, incluindo-se no capítulo relativo à situação demográfica, como um aspecto do movimento da população. Recorde-se, a este respeito, que as discussões sobre o divórcio já haviam conquistado espaço público, sendo repetidas vezes apresentados projetos no Legislativo. A lei, porém, que garantiu o direito ao divórcio, só veio a ser aprovada no governo do General Ernesto Geisel, no final de dezembro de 1977.

## A Justiça e a segurança pública pós-1988

A redemocratização do País fez-se sentir nas informações publicadas nos anuários. Antes de mais nada, o Judiciário passa a conquistar um espaço cada vez

maior. A justiça estatal deixa de estar resumida aos dados relativos ao Supremo Tribunal Federal, aparecendo, a partir de 1997, informações sobre os demais tribunais, sobre a justiça federal e a dos estados. Por outro lado, há informações sobre despesas com a justiça estatal.

No que se refere à segurança pública, nota-se também uma mudança na sua concepção. Os dados dizem respeito sobretudo a acidentes de trânsito e ao corpo de bombeiros. Por outro lado, as informações sobre as prisões, bastante completas até 1989 e comparáveis às colhidas no início do século, deixam de ser apresentadas.

De um certo ponto de vista, é possível dizer que os anuários do final dos anos de 1990 assemelham-se ao do início do século no que se refere à importância conferida

Superior Tribunal Federal. Arquivo Público Nacional, RJ.





Forum Junqueirópolis, SP. Acervo IBGE.

ao Judiciário. Afastam-se, contudo, do primeiro exemplar, tanto na concepção sobre a segurança pública como nas informações sobre os delitos e seus autores.

## Justiça: seus tribunais e instituições

A Constituição Republicana de 1891 converteu a justiça estatal em um poder de estado. Suas atribuições passaram a ser de duas naturezas: uma política, propriamente dita, cabendo-lhe o controle constitucional de atos do governo e do Legislativo; outra, de instituição prestadora de serviços, com a função de garantir direitos e solucionar conflitos. Durante o século, o Judiciário institucionalizou-se, sofreu alterações em seu perfil e em sua estrutura. Este processo pode ser em boa parte captado a partir das imagens presentes nos diferentes anuários. É possível, por exemplo, distinguir os momentos em que o Judiciário foi retratado de corpo inteiro daqueles em que apenas o ápice de sua estrutura mereceu atenção; momentos em que houve um extraordinário aumento na procura por seus serviços; o contraste entre a justiça civil e a criminal; a importância conferida à justiça dos estados e à federal; o número de magistrados; o montante de gastos. Salientaremos neste item a atuação da justiça estatal, focalizando seus diferentes organismos.

### Supremo Tribunal Federal

Com a República, o órgão de cúpula do Poder Judiciário passou a ser denominado Supremo Tribunal

Federal, em substituição ao Supremo Tribunal de Justiça da Carta de 1824. Este tribunal, de âmbito nacional, além de concentrar os poderes de rever decisões dos tribunais de segunda instância, de unificar a jurisprudência e processar e julgar altas autoridades, passou a ter competência para declarar a inconstitucionalidade das leis e atos do governo. Sua nova fisionomia – de um poder de Estado e de ator político – estava contida nesta possibilidade de dar a palavra final sobre leis e atos normativos dos demais poderes da República – o Executivo e o Legislativo. A rigor, no que se refere ao Judiciário e ao seu órgão máximo, a novidade republicana não esteve na substituição dos homens que ocupavam o posto mais alto na hierarquia da justiça estatal e sim na redefinição das atribuições da Suprema Corte de Justiça, imprimindo-lhe um perfil de poder de Estado.

O trabalho do Supremo Tribunal em seus primeiros anos de existência é minuciosamente retratado no anuário que inaugura as estatísticas sobre o Século XX. As imagens, no entanto, não acusam a realização das potencialidades políticas contidas na definição constitucional desta Corte de Justiça. Embora seja significativo o movimento de processos, o exame de sua natureza, tal como aparece na tabela da página 139, demonstra que era insignificante o número de ações originárias. Estas ações, de caráter eminentemente político, somavam apenas duas em um total de 803, ou seja, apesar de ser considerável a prestação jurisdicional, era ainda bastante restrita a atuação mais claramente política do órgão de cúpula do Poder Judiciário.

No primeiro anuário há, ainda, informações sobre o movimento de processos no STF para todos os anos, tal como para a Justiça Federal de primeiro grau. Os processos são divididos em cíveis e criminais, notando-se uma ligeira predominância das causas criminais sobre as cíveis (1626 e 1138, respectivamente). Por outro lado, é notável a defasagem entre o número de processos entrados e os julgados – durante o período. No que se refere ao resultado dos julgamentos, é possível acompanhar, ano a ano, as decisões de acordo com a natureza

dos processos. Isto permitiria examinar, por exemplo, entre os recursos recebidos quantos tiveram as sentenças confirmadas inteiramente, em parte ou reformadas; qual o percentual de julgamentos referente a conflito de jurisdição; o percentual de recursos eleitorais (recordan-

do-se que até então não havia uma justiça eleitoral especializada) etc. Em suma, o grau de detalhe nas informações permite compor uma imagem e elaborar uma análise bastante sofisticada sobre o desempenho do STF em seus primeiros anos de vida.

## JUSTIÇA FEDERAL

## Justiça Federal (\*)

Justice Fédérale

## III — Movimento de processos no Supremo Tribunal (1912)

Mouvement des affaires au Tribunal Suprême

NATUREZA DOS PROCESSOS NATURE DES AFFAIRES	NUMERO DE PREPROCESSOS — NOMBRE DE PROCESSOS								
	Vindos do ano anterior Res-tant de Pan- née pré-cédente	Entrados durante o ano Intro- duites pen- dant Panée	Total dos procesos a julgar Total des ef- raires à juger	Dis- tribuidos durante o ano Distribués pen- dant Panée	Julgados durante o ano Jugées pen- dant Panée	PENDENTES Restant à juger			Total Total
						Com dia para jul- gamento Em voie de juge- ment	Em na- damento Em cours	Parados por falta de preparo Em atten- dant le paye- ment des- frais	
<b>A — CIVEIS — CIVILES</b>									
Acções originarias .....	2	—	2	—	—	—	2	—	2
Aggravos inrumento .....	—	8	8	8	4	1	1	2	4
Aggravos petição .....	6	89	95	89	82	3	6	4	13
Appellações .....	476	176	652	166	118	188	158	188	534
Cartas testemunháveis .....	5	20	25	20	18	2	3	2	7
Conflitos de jurisdição .....	—	17	17	17	12	1	2	2	5
Embargos remetidos .....	4	2	6	2	3	—	3	—	3
Homologações de sentenças estrangeiras .....	9	20	29	20	12	5	7	5	17
Recursos eleitoraes .....	3	20	23	20	17	3	3	—	6
Recursos extraordinarios .....	208	73	281	67	69	56	68	88	212
<b>TOTAL A .....</b>	<b>713</b>	<b>425</b>	<b>1 138</b>	<b>409</b>	<b>335</b>	<b>259</b>	<b>253</b>	<b>291</b>	<b>803</b>
<b>B — CRIMINAES — CRIMINELLES</b>									
Appellações .....	10	33	43	33	36	4	3	—	7
Denuncias .....	4	5	9	5	1	1	7	—	8
Habeas-corporis {	23	60	83	60	78	3	2	—	5
Petições .....	16	117	133	117	126	4	3	—	7
Recursos .....	—	7	7	7	6	—	—	1	1
Pedidos de extradição .....	—	7	7	7	6	—	—	1	1
Recursos .....	6	10	16	10	15	1	—	—	1
Revisões .....	131	66	197	66	79	43	75	—	118
<b>TOTAL B .....</b>	<b>190</b>	<b>298</b>	<b>488</b>	<b>298</b>	<b>341</b>	<b>56</b>	<b>90</b>	<b>1</b>	<b>147</b>
<b>TOTAL A + B .....</b>	<b>903</b>	<b>723</b>	<b>1 626</b>	<b>707</b>	<b>676</b>	<b>315</b>	<b>343</b>	<b>292</b>	<b>950</b>

Fonte — Annuairo estatístico do Brazil 1908-1912. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, v. 1-3, 1916-1927.

(\*) As informações constantes dos quadros ns. III, IV, V e VI foram extraídas dos relatorios do Presidente do Tribunal publicados no Diario Oficial de 30 de janeiro de 1909, 31 de janeiro de 1911 e 1 de Fevereiro de 1912 e 1913. No numero dos processos distribuidos, julgados e pendentes estão comprehendido não só os entrados durante o anno de 1912, como tambem algumas que, tendo entrado em annos anteriores, só foram preparados e tiveram no referido anno.

## SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA

## JUSTIÇA — 1937/1939

## I — MOVIMENTO DO TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL

ESPECIFICAÇÃO		MOVIMENTO ANUAL						
		DO BRASIL			NO DISTRITO FEDERAL			
		1 937	1 938	1 939	1 937	1 938	1 939	
Movimento dos processos	Providos do ano anterior	Com vista ao procurador.....	—	65	—	—	8	—
		Baixados em diligência .....	—	13	20	—	2	1
		Sem andamento .....	—	197	97	—	22	5
		<b>Total .....</b>	<b>—</b>	<b>275</b>	<b>117</b>	<b>—</b>	<b>32</b>	<b>6</b>
	Registados durante o ano.....	450	248	306	67	53	103	
	<b>Em geral.....</b>	<b>450</b>	<b>523</b>	<b>423</b>	<b>67</b>	<b>85</b>	<b>109</b>	
	Dos quais.....	Julgados.....	64	273	165	25	59	45
		Arquivados.....	100	117	68	10	20	8
		Remetidos a outra justiça .....	14	16	29	2	—	3
		Baixados em diligência .....	13	20	39	3	1	10
Com vista ao procurador .....		65	—	—	8	—	—	
Em andamento .....	194	97	122	19	5	43		
Julgados.....	374	3 049	813	207	813	197		
Acusados e sentenciados durante o ano	Que pediram.....	Exclusão do processo.....	377	1 177	161	65	514	84
		Arquivamento .....	323	676	145	39	262	18
		Remessa a outra justiça.....	105	59	276	39	—	29
	<b>Total .....</b>	<b>805</b>	<b>1 912</b>	<b>582</b>	<b>143</b>	<b>776</b>	<b>131</b>	
Com pedidos de prisão preventiva.....	241	—	—	183	—	—		
<b>Em geral.....</b>	<b>1 420</b>	<b>4 961</b>	<b>1 395</b>	<b>533</b>	<b>1 589</b>	<b>328</b>		

Fonte: Relatório do Presidente do Tribunal de Segurança Nacional— Anos de 1938, 1939 e 1940 Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1939/1940. Rio de Janeiro:

IBGE, v. 5, 1941.

Em 1931, por decreto, o STF sofreu modificações em seu funcionamento interno. Para agilizar os julgamentos foram criadas turmas de cinco juízes, que seriam acrescidas de mais dois sempre que estivessem em pauta questões constitucionais. Julgava-se que, com esta providência, seria reduzida a morosidade no pronunciamento sobre os processos, já que as turmas assegurariam a duplicação dos julgamentos de recursos extraordinários e agravos. Observe-se que, naquele momento, os processos já haviam se multiplicado mais de 25 vezes. Este mesmo Decreto nº 19.656, de 03 de fevereiro de 1931, reduziu de 15 para 11 o número de juízes do Supremo. A Constituição de 1934 deu continuidade às mudanças na estrutura do Poder Judiciário. Foram regulamentados dois novos órgãos: a Justiça Militar e a Justiça Eleitoral. Foi também instituída a Justiça do Trabalho, como órgão administrativo, não, porém, como órgão do Poder Judiciário.

A já frágil independência da justiça sofreu abalos antes mesmo do golpe de 1937. Seis ministros do STF foram aposentados em 1931 invocando-se “imperiosas razões de ordem pública”. A Carta de 1937 avançou na direção de solapar as bases do Judiciário, instituindo o controle político sobre seus integrantes e atribuindo ao Executivo a nomeação do presidente da mais alta corte de justiça.

Os anuários de 1938 e de 1939/1940 reproduzem este momento de debilitação do Poder Judiciário



Julgamento no Rio de Janeiro, RJ, 1994.  
Foto: Miriam Fichtner - Agência JB.

e de sombras na imagem da justiça. Todo o sistema judicial está contido em apenas duas páginas, em cada uma das publicações. As informações circunscrevem-se à movimentação da Corte Suprema e, assim mesmo, com um grau muitas vezes menor de detalhe do que o observado no início do século. Registre-se ainda que, pela primeira vez, há referência ao Ministério Público, muito embora conste da tabela tão-somente dados sobre sua organização<sup>1</sup>.

Encontra-se no anuário de 1939/1940 na primeira das duas páginas dedicada à justiça o “movimento do Tribunal de Segurança Nacional” para os anos de 1937, 1938 e 1939, referente ao País e ao Distrito Federal. Estes dados podem ser examinados na tabela à página 140.

A redemocratização do País em 1945 provocou efeitos no sistema de justiça. Seu órgão máximo voltou a ser denominado Supremo Tribunal Federal, foi reintroduzida a Justiça Eleitoral, constitucionalizou-se a

<sup>1</sup> A tabela relativa ao Ministério Público na Justiça Federal traz dados sobre a Procuradoria da República, indicando, além do Procurador-Geral, o número de procuradores seccionais e de adjuntos ajudantes, por estado (Anuário Estatístico do Brasil 1938, p. 854).



Justiça do Trabalho como parte integrante do Poder Judiciário e criou-se o Tribunal Federal de Recursos.

O anuário de 1947 não valoriza a mudança na situação política e constitucional, tanto assim, que os dados referentes à justiça restringem-se ao Supremo Tribunal Federal e seu movimento é apresentado para o período de 1944 a 1946, sem nenhum corte, como se nada de extraordinário houvesse ocorrido na organização institucional do País.

Diferentemente, contudo, do que se verificava nos primeiros anos da República, agora as questões cíveis têm predominância numérica sobre as criminais; os recursos extraordinários respondem pela maior parte de todos os processos entrados e julgados na área cível; e os *habeas corpus* significam mais de  $\frac{3}{4}$  das matérias criminais. Estes traços repetem-se nos três anos seguintes, sumariados no anuário de 1950. Esta última publicação apresenta uma inovação: o item justiça passa a trazer dados sobre os cartórios existentes, por Unidade da Federação e municípios das capitais.

O movimento do STF registrado no anuário de 1955 refere-se aos anos de 1952, 1953 e 1954. Mais uma vez, esta tabela somada à que trata dos cartórios existentes (que, em 1952, já chegavam a 10 939) expõe todas as informações atinentes ao sistema de justiça. Os demais tribunais não são sequer mencionados, para não falar da justiça de primeiro grau ou da divisão judicial do País. As Juntas de Conciliação e Julgamento estão classificadas junto às questões relativas ao trabalho e, portanto, fora do sistema de justiça. No que se refere à especificação dos processos que deram entrada no STF, chama especialmente a atenção o fato de constar apenas uma ação originária e datada de 1954. O volume de processos já atinge a casa dos 4 000 (quatro mil), sendo insignificante, naquele momento, a defasagem entre os entrados e os julgados.<sup>2</sup>



Fórum de Lucélia, SP. Acervo IBGE.

O anuário de 1956 inaugura um tipo de informação que será repetido nos exemplares seguintes, em 1960 e 1962. Além de dados sobre o movimento do STF e dos cartórios, há o registro do número de integrantes do Poder Judiciário, por Unidade da Federação, distinguindo a magistratura judicante do Ministério Público. O corpo judicante apresentou um crescimento constante. Com efeito, em 1956, o efetivo era de 11 780 integrantes; em 1960 totalizava 19 187 indivíduos; e em 1962 atingiu a soma de 20 359. O pessoal englobado no corpo judicante dividia-se em: juízes de direito, juízes substitutos, juízes municipais ou de termo, juízes de paz ou distritais, suplentes de juiz de paz, outros membros do corpo judicante. O Ministério Público, por sua vez, compreendia: promotores públicos, promotores públicos substitutos ou adjuntos, advogados de ofício ou defensores públicos e outros membros do Ministério Público. Esses profissionais formavam um conjunto muito menor do que o corpo judicante, retratando o maior prestígio do Poder Judiciário. Além disso, a inclusão dos defensores públicos na rubrica dedicada aos integrantes do Ministério Público indica o baixo grau de distinção entre as diferentes profissões ligadas ao mundo da justiça.

<sup>2</sup> Consultar tabela “Justiça: Movimento do Supremo Tribunal Federal – 1952/1954”, do Anuário Estatístico do Brasil 1955, p. 609.

Com a quebra da ordem democrática inaugurada em 1945, um importante ponto de inflexão acontece no País, afetando de maneira especial a justiça. Em outubro de 1965, a Emenda nº 16 e o Ato Institucional nº 2 introduziram novas mudanças no sistema judiciário, entre as quais destacam-se: a) restauração da dualidade integral da justiça, tal como na Constituição de 1891; b) aumento do número do ministros do STF para 16, passando a Corte a funcionar com três turmas; c) irrecorribilidade das decisões do Justiça Eleitoral e da Justiça do Trabalho para o STF, exceto no caso de *habeas corpus*, mandados de segurança e de inconstitucionalidade. Todas estas alterações foram incorporadas pela Constituição de 1967. O Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, suspendeu as garantias constitucionais da magistratura e excluiu de apreciação judicial qualquer medida praticada com base em seus dispositivos e suspendeu o instituto do *habeas corpus*. O Ato Institucional nº 6 atingiu diretamente o STF, reduzindo o número de seus ministros de 16 para 11; além disso, tornou irrecorríveis as sentenças dos juízes singulares, e aboliu o recurso ordinário das decisões denegatórias de mandados de segurança pelos tribunais. Em 1969, a reforma constitucional aboliu a distinção entre as justiças dos estados e da União. Posteriormente, em 1977, com a Emenda Constitucional nº 7, procedeu-se a nova alteração na estrutura do Poder Judiciário, com a criação do Conselho Nacional da Magistratura. Afora isto, deu ao STF, por solicitação do Procurador-Geral da

República, o poder de avocar toda e qualquer causa em curso perante qualquer órgão judicante.<sup>3</sup>

Apareceriam, de alguma forma, estas mudanças nos anuários? A resposta não é fácil, nem transparece de forma imediata nos dados. Seria de se esperar que o Judiciário ocupasse menos espaço e que a segurança pública ganhasse destaque. Desafiando, contudo, hipóteses baseadas na comodidade típica de uma visão mais simples da realidade, na qual o contraste entre a democracia e a ausência de liberdade é sempre muito gritante, traços de alterações na concepção da justiça são anteriores à derrocada da ordem democrática. Com efeito, é no anuário de 1963 que a justiça e a segurança pública passam a formar uma única unidade. Na apresentação do exemplar de 1963 há uma nota chamando a atenção para mudanças em relação aos anuários anteriores: “*modificações quanto à distribuição dos assuntos foram introduzidas por força da Resolução nº. 763 da Junta Executiva Central, com o objetivo de dar melhor estrutura, mas sem prejuízo de sua comparabilidade*”. Assim, o exemplar de 1965 apenas repete uma classificação que antecedeu a ascensão dos militares ao poder e a predominância de temas ligados à segurança. Desde 1963, sob o título “justiça e segurança pública” abrigam-se os subitens: organização; movimento judiciário; movimento policial; movimento de outros serviços de segurança pública. As informações relativas à segurança pública passam a ocupar cinco vezes mais espaço que as atinentes à justiça, no sentido estrito e liberal do termo. Esse é o principal indicador de que algo de muito perverso estava ocorrendo com a instituição encarregada da defesa e da garantia dos direitos individuais e coletivos.

O anuário de 1965, tal como os anteriores, reúne dados sobre o efetivo do pessoal do corpo judicante e do Ministério Público, bem como sobre os cartórios existen-

Tribunal de Apelação no Palácio da Justiça de Manaus, AM, entre 1934 e 1945. CPDOC/FGV.



<sup>3</sup> A rigor, embora aparentemente houvesse sido alargado o poder do STF, a advocatária reforçava enormemente o papel político do Procurador -Geral da República – cargo de inteira confiança do executivo. Desta forma, cabe a interpretação segundo a qual o Judiciário transformara-se em apêndice do Executivo.



tes. No que se refere à movimentação de processos, apenas o STF, organismo de cúpula do Poder Judiciário, é contemplado. Os exemplares de 1970 a 1975 são ainda mais sisudos em relação ao Judiciário do que os precedentes: sob o título “justiça e segurança pública” abundam dados sobre a segurança e, em apenas uma única página, são expostos o movimento de processos e acórdãos do STF, em função da matéria e da procedência.

O foco exclusivo no Supremo Tribunal Federal repete-se nos anuários seguintes das décadas de 1970 e de 1980, nos quais são especificados os processos distribuídos e acórdãos publicados; os processos julgados, segundo as matérias. Acrescentou-se às informações anteriores os ramos do direito e o assunto relativo aos processos com acórdãos publicados. A partir destes dados é possível saber que as matérias cíveis predominavam sobre as criminais; que assuntos processuais ocuparam mais da metade da pauta de deliberações do tribunal, durante os anos que vão de 1977 a 1987. Tal como se observava nas publicações anteriores, os dados referentes aos cartórios contemplam a localização, o tipo de atividade, a espécie, por Unidade da Federação. A despeito do número reduzido de informações sobre os serviços prestados pelo Judiciário, seria possível elaborar hipóteses sobre eventuais diferenças na proporção de processos entrados e julgados por ramos de direito e assunto, durante os anos que marcaram a abertura política.

A Constituição de 1988 representou um passo importante no sentido de garantir a independência e a autonomia do Judiciário. Foi determinada uma ampla reorganização e redefinição de atribuições nos vários



Tribunal de Justiça. Foto Everaldo Carneiro – BrazilPhotos.

organismos que compõem o Poder Judiciário. O STF, como órgão de cúpula, passou a ter atribuições predominantemente constitucionais<sup>4</sup>.

O indiscutível fortalecimento do Judiciário, entretanto, não apareceu de imediato nas publicações do IBGE. A rigor, os primeiros anuários após a redemocratização do País continuaram privilegiando exclusivamente o órgão de cúpula do Poder Judiciário. Assim, há estatísticas atinentes ao Supremo Tribunal Federal, especificando processos autuados e julgados, segundo a espécie, a matéria, o resultado; e processos julgados com acórdãos publicados, segundo o ramo do direito e o assunto. Este foco exclusivo no STF permaneceu até 1997. Apesar desta indiscutível deficiência, estão disponíveis, desde 1990, informações importantes sobre despesa fixada da União, segundo os poderes e órgãos auxiliares e, portanto, relativa ao Poder Judiciário. Este dado é fundamental para uma avaliação sobre o desempenho deste poder.

O anuário de 1997 representa uma mudança de qualidade nas informações sobre a justiça<sup>5</sup>. Os dados sobre o

<sup>4</sup> As competências do STF foram ampliadas na área constitucional, tendo em vista a criação do mandado de injunção e o considerável alargamento do número de agentes legitimados a propor ação de inconstitucionalidade, anteriormente atribuição exclusiva do Procurador-Geral da República. Foi também dada ao tribunal competência para julgar originariamente as causas em que a magistratura é direta ou indiretamente interessada e foi-lhe retirada a representação advocatória da sua lista de competências.

<sup>5</sup> É razoável supor que esta mudança não se restringirá a este anuário. Na publicação seguinte, de 1998, observa-se a mesma orientação, constando abundantes informações relativas aos anos de 1995 a 1998.



Judiciário incluem: processos distribuídos e julgados pelo STJ; embargos de declaração e agravos regimentais do STF; movimento processual do STJ; processos entrados e julgados nas justiças comum, federal e do trabalho de 1º grau; movimento forense nacional; cargos previstos em lei e cargos providos nas justiças comum, federal e do trabalho de 1º e 2º graus; movimento processual do Tribunal Superior do Trabalho; movimento processual do Superior Tribunal Militar. Aqueles que acompanham o movimento da justiça apenas por meio dos anuários certamente ficam impressionados. Todos os números são grandiosos, indicando uma extraordinária procura pelos serviços judiciais e, apesar da defasagem no número de julgamentos quando contrastado com o volume de processos, ainda assim, é possível concluir que há uma quantidade expressiva de decisões e sentenças finais.

## Justiça Federal

A Justiça Federal nasceu com a República e a Federação, antes mesmo da Constituição de 1891. Este ramo do Poder Judiciário passou por quatro fases: a primeira vai de sua criação em 1890 até sua extinção em 1937 pela Constituição do Estado Novo; a segunda compreende o período de 1946 a 1965, quando é recriada a segunda instância e instalado o Tribunal Federal de Recursos; a terceira fase é inaugurada em 1966, quando volta a existir e é regulamentada a Justiça Federal de

Tribunal de Justiça. Foto Everaldo Carneiro – BrazilPhotos.



primeira instância; por fim, a quarta fase inicia-se com a Constituição de 1988 que cria o Superior Tribunal de Justiça e os Tribunais Regionais Federais.

A criação da Justiça Federal nos primórdios da República significou a instalação de um sistema dual de justiça – a coexistência de órgãos federal e estadual. O Decreto nº 848, de 11 de outubro de 1890, foi o marco inicial da história da Justiça Federal, regulamentando sua organização e funcionamento. Na exposição de motivos, Campos Salles, então Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça do Governo Provisório, preocupado em transformar o Judiciário em um verdadeiro poder de Estado e, portanto, distante da instituição do Período Imperial afirmava: “*de poder subordinado, qual era, transforma-se em poder soberano, apto na elevada esfera da sua autoridade para interpor a benéfica influência do seu critério decisivo afim de manter o equilíbrio, a regularidade e a própria independência dos outros poderes, assegurando ao mesmo tempo o livre exercício dos direitos do cidadão*” (SALLES, 1993, p. 13). O Judiciário passava a incorporar entre suas atribuições a função de guardião da constitucionalidade das leis e dos direitos, cabendo-lhe examinar os atos dos demais poderes da República.

A primeira instância da Justiça Federal era formada pelos juízes de secção, juízes substitutos e juízes *ad hoc*<sup>6</sup>, de livre nomeação do Presidente da República. O Supremo Tribunal Federal constituía-se em segunda instância, sendo composto por 15 juízes, nomeados pelo Presidente da República, após a aprovação do Senado. Cada estado possuía uma “secção judicial” da Justiça Federal, com sede na capital, composta de um juiz de secção e um substituto, indicado por um período de seis anos (OLIVEIRA, 1996, p. 9).

O número de julgamentos proferidos pelos juízes seccionais, entre 1908 e 1912, pode ser apreciado na

<sup>6</sup> Estes juízes foram substituídos pela Lei nº 221, de 20 de novembro de 1894, pelos juízes suplentes do juiz suplente do substituto do juiz seccional.

## JUSTIÇA FEDERAL

## Justiça Federal

Justice Fédérale

## I — Numero de julgamentos proferidos pelos Juizes Seccionaes (1908 - 1912)

Nombre des jugements rendus par les Juges de Section

SECÇÕES FEDERAES SECTIONS FÉDÉRALES	1908	1909	1910	1911	1912	Média Moyenne
Alagôas .....	40	46	73	46	51	51
Amazonas.....	139	108	144	278	29	140
Bahia .....	167	28	123	(*)	697	254
Ceará .....	37	60	56	50	86	58
Districto Federal.....						
{ 1ª Vara.....	(*)	1 475	2 360	1 958	3 020	2 203
{ 2ª Vara.....	(*)	(*)	2 593	(*)	(*)	—
Espirito Santo .....	31	31	85	254	175	115
Goyaz.....	135	52	44	13	40	57
Maranhão .....	(*)	84	108	(*)	(*)	96
Matto Grosso .....	20	(*)	(*)	(*)	(*)	—
Minas Geraes.....	111	103	76	74	70	85
Pará.....	169	141	(*)	M	(*)	155
Parahyba do Norte.....	42	84	97	57	19	60
Paraná .....	38	58	86	55	91	66
Pernambuco.....	53	158	92	330	194	165
Piauhy .....	35	61	28	29	18	34
Rio de Janeiro.....	126	134	85	135	136	123
Rio Grande do Norte .....	53	38	48	88	155	76
Rio Grande do Sul .....	348	235	92	91	109	175
Santa Catharina.....	14	63	55	33	30	39
São Paulo.....	362	424	464	408	321	396
Sergipe .....	(*)	60	25	(*)	(*)	42
Territorio do Acre .....	12	18	(*)	(*)	(*)	15
<b>TOTAL.....</b>	<b>1 932</b>	<b>3 461</b>	<b>6 734</b>	<b>3 899</b>	<b>5 241</b>	<b>4 253</b>

Fonte: Anuario estatístico do Brazil 1908-1912. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, v. 1-3, 1916-1927.

(\*) Não informou ( Vide Relatorios do Ministério da Justiça e Negocios Interiores).

tabela acima, que destaca as diferentes seções, correspondentes às Unidades da Federação.

Em seus primeiros anos de atividade, a Justiça Federal já acusava um traço que a acompanharia em todos os anos em que pôde exercer suas atribuições — um movimento extraordinário. Entre 1908 e 1912, o

número de processos cresceu sistematicamente, apresentando em 1910 um total muito além do esperado. Neste ano, o aumento no número de julgamentos foi mais do que o dobro do verificado no ano anterior. Levando-se em conta o tamanho da população e sobretudo o rol de atribuições<sup>7</sup> da Justiça Federal, não há como deixar de

<sup>7</sup> Competia aos juizes de secção processar e julgar: causas fundadas na Constituição Federal ou em atos administrativos do Governo Federal; litígios entre um Estado e habitantes de outros Estados ou do Distrito Federal; litígios entre habitantes de Estados diferentes ou do Distrito Federal quando houvesse diversidade nas respectivas legislações; ações que interessassem ao fisco nacional; pleitos entre nações estrangeiras e cidadãos brasileiros ou domiciliados no Brasil; ações movidas por estrangeiros fundadas em tratados internacionais; questões de Direito Marítimo e de navegação em águas da União; e crimes políticos (art. 15, Decreto nº 848, 11 de outubro de 1890).

constatar que este ramo do Judiciário desempenhava um papel importante na vida nacional.

O primeiro anuário preocupou-se ainda em discriminar a natureza dos processos julgados pelos juízes seccionais. Os executivos fiscais correspondiam a mais da metade de todos os processos julgados. Por outro lado, pedidos de *habeas corpus* já apareciam em número significativo. Para que se tenha uma idéia, somaram 128 em 1908; 134 em 1909; 138 em 1910; 72 em 1911; e 123 em 1912. Compõem também o banco de dados sobre a Justiça Federal as importâncias arrecadadas, ou as taxas judiciárias, durante todo o período e por seção federal. A este respeito, é notável que enquanto estas importâncias cresciam sistematicamente de um ano para outro nas seções federais, no STF elas apresentaram um aumento de 1908 para 1909 e depois praticamente estabilizaram-se.

A Constituição de 1934 determinou que o Poder Judiciário da União, além de ser composto pelo Superior Tribunal Federal, agora denominado Corte Suprema, e pelos juízes e tribunais federais, também abrigaria os juízes e tribunais militares e os juízes e tribunais eleitorais. A criação das duas justiças especializadas, a Justiça Militar e a Justiça Eleitoral, representou a grande novidade do novo texto constitucional. Saliente-se, ainda, que foi mantida a dualidade da justiça, apesar da instituição da unidade do processo, em substituição ao pluralismo processual, típico da Primeira República (SADEK, 1995, p. 11). Estas importantes alterações na estrutura da justiça não são perceptíveis nos anuários estatísticos. Certamente, boa parte das razões para esta deficiência encontra-se no curto período de vigência deste texto constitucional e na movimentação que levaria ao golpe que instalou o Estado Novo.

Em 1937, a Justiça Federal foi extinta. A Justiça Estadual de primeira instância passou a ter competência para processar e julgar as causas de interesse da União, passando o Supremo Tribunal Federal a julgar essas mesmas causas em recurso ordinário. Mais uma vez, estas mudanças não se refletem nos anuários, quer porque a justiça não era – nem poderia ser, em um regime autoritário

- uma instituição central, quer devido aos problemas decorrentes da distinção entre processos característicos da justiça comum de primeiro grau e os herdados da extinta Justiça Federal.

A Constituição de 1946 recriou apenas a segunda instância da Justiça Federal – o Tribunal Federal de Recursos, composto de nove juízes. Também ressurgiu a Justiça Eleitoral e foi constitucionalizada a Justiça do Trabalho. A jurisdição atribuída anteriormente aos juízes de primeira instância continuou a ser exercida pelos juízes dos estados. Os recursos nas causas de interesse da União eram de competência do Tribunal Federal de Recursos, além das decisões denegatórias de *habeas corpus* proferidas por juízes de primeira instância.

Os anuários deste período, contudo, não trazem informações sobre a Justiça Federal, focalizando apenas o órgão de cúpula do Judiciário.

A Justiça Federal de primeira instância foi recriada durante o regime militar, como resultado do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965. Os juízes federais eram nomeados pelo Presidente da República, a partir de lista quádrupla elaborada pelo Supremo Tribunal Federal. Para cada estado e o Distrito Federal foi prevista a criação de uma seção judiciária. A composição do Tribunal Federal de Recursos foi ampliada para 13 juízes. Esta composição foi novamente modificada pela Emenda Constitucional nº 7, de 13 de abril de 1977, que determinou o total de 27 ministros.

Do ponto de vista da estrutura do Judiciário, a maior alteração consagrada pela Constituição de 1988 foi a criação do Superior Tribunal de Justiça, com o objetivo de assumir algumas das funções do extinto Tribunal Federal de Recursos e de chamar para si muitas das atribuições do Supremo Tribunal Federal. Trata-se de um órgão acima dos tribunais federais e dos tribunais dos estados, operando como instância de recurso para ambos os tribunais. É composto por 33 ministros, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovados pelo Senado.



Penitenciária Catarinense. Florianópolis, SC, 1938. CPDOC-FGV.

Os Tribunais Regionais Federais foram instalados em 30/03/1989, como órgãos de segunda instância da Justiça Federal, em substituição ao Tribunal Federal de Recursos. São em número de cinco:

- a) o TRF da 1ª Região tem sede em Brasília e jurisdição sobre o Distrito Federal e os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins;
- b) o TRF da 2ª Região tem sede na cidade do Rio de Janeiro e jurisdição sobre os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo;

- c) o TRF da 3ª Região tem sede na cidade de São Paulo e jurisdição sobre os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul;
- d) o TRF da 4ª Região tem sede na cidade de Porto Alegre e jurisdição sobre os Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina; e
- e) o TRF da 5ª Região tem sede na cidade de Recife e jurisdição sobre os Estados de Pernambuco, Alagoas, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Nenhuma destas mudanças, contudo, é perceptível a partir da leitura dos anuários. Foi necessária uma longa espera: somente no anuário de 1997 voltou-se a encontrar dados relativos à Justiça Federal. Com efeito, esta publicação reúne informações sobre os processos distribuídos e julgados pelo Superior Tribunal de Justiça; o movimento processual do STJ; os processos entrados e julgados na Justiça Federal de 1º grau. Os números são tão expressivos<sup>8</sup>, que certamente não se encontraria no suposto caráter anêmico deste ramo do Judiciário a explicação para a sua ausência nos anuários estatísticos.

## Repressão, delitos e punições

Uma informação importante constante em todos os levantamentos diz respeito aos delitos e às suas punições. A comparação entre os vários anuários demonstra que foi bastante variável, na passagem dos anos, o tipo de dado pesquisados. De modo geral, é possível afirmar que, no decorrer do tempo, houve uma menor acuidade no grau de especificidade das informações até que desaparecessem nos anos de 1990.

O exame da tabela elaborada no primeiro anuário estatístico reproduzida na página 149, revela dados preciosos e inesperados, sobretudo para os menos conhecedores da vida prisional dos primeiros anos do Século XX.

<sup>8</sup> Consultar tabelas 2.138; 2.140; 2.141, do Anuário Estatístico do Brasil 1997, p. 2-232, ou no CD-Rom da publicação *Estatísticas do Século XX* (2003).

## JUSTIÇA DO DISTRICTO FEDERAL

**Casa de Detenção do Distrito Federal**  
 Maison de Détention du District Fédéral

## Movimento de detentos (1909 — 1912) — MOUVEMENT DES DÉTENUS

continua

MOVIMENTO — Mouvement	1 909	1 910	1 911	1 912	
Existentes em 19 de Janeiro .....	666	541	740	768	
Entrados durante o anno .....	Homens .....	3 413	2 670	3 155	3 131
	Mulheres .....	666	568	456	521
<b>TOTAL</b> .....	<b>4 079</b>	<b>3 238</b>	<b>3 611</b>	<b>3 652</b>	
Saídos durante o anno .....	Maiores .....	3 901	3 142	3 591	3 582
	Menores .....	178	96	20	70
<b>TOTAL</b> .....	<b>4 079</b>	<b>3 238</b>	<b>3 611</b>	<b>3 652</b>	
Existentes em 31 de Dezembro .....	541	740	768	752	

**Casa de Correção do Distrito Federal**  
 Maison de Correction du District Fédéral

DESIGNAÇÃO Désignation	1 909	1 909	1 910	1 911	1 912	
I - Movimento de condenados — MOUVEMENT DES CONDAMNÉS						
Existentes em 19 de Janeiro .....	173	173	173	172	199	
Entrados durante o anno .....	68	58	46	84	78	
<b>TOTAL</b> .....	<b>241</b>	<b>231</b>	<b>219</b>	<b>256</b>	<b>277</b>	
Saídos durante o anno .....	Por cumprimento da pena .....	60	46	37	41	71
	Por perdão .....	1	3	1	7	7
	Por transferencia .....	2	6	4	4	4
	Por fallecimento .....	5	3	5	4	6
	Por absolvição .....	—	—	—	1	1
<b>TOTAL</b> .....	<b>68</b>	<b>58</b>	<b>47</b>	<b>57</b>	<b>89</b>	
Existentes em 31 de Dezembro .....	173	173	172	199	188	
II - Natureza dos crimes — NATURE DES CRIMES (*)						
Crimes .....	Contra a fé publica .....	5	1	—	8	5
	Contra a segurança da honra, etc. ....	10	12	11	13	5
	Contra a segurança da pessoa e vida .....	100	94	114	123	133
	Contra a propriedade publica e particular .....	5	4	1	2	1
	Contra a pessoa e a propriedade .....	36	42	34	43	34
	Diversos .....	17	20	12	10	10
<b>TOTAL</b> .....	<b>173</b>	<b>173</b>	<b>172</b>	<b>199</b>	<b>188</b>	
III — Classificação dos condenados — CLASSIFICATION DES CONDAMNÉS (*)						
Nacionalidade .....	Brazileiros .....	112	116	122	139	139
	Estrangeiros .....	61	57	50	60	49
<b>TOTAL</b> .....	<b>173</b>	<b>173</b>	<b>172</b>	<b>199</b>	<b>188</b>	
Edade .....	Menores de 20 annos .....	4	5	3	—	2
	De 20 a 25 annos .....	22	28	32	40	32
	De 25 a 30 annos .....	51	46	36	47	58
	De 30 a 35 annos .....	31	37	36	43	36
	De 35 a 40 annos .....	21	15	14	18	17
	De 40 a 45 annos .....	20	22	27	25	21
	De 45 a 50 annos .....	11	10	12	12	13
	Maiores de 50 annos .....	13	10	12	14	9
<b>TOTAL</b> .....	<b>173</b>	<b>173</b>	<b>172</b>	<b>199</b>	<b>188</b>	

## JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL

**Casa de Correção do Distrito Federal**  
 Maison de Correction du District Fédéral

DESIGNAÇÃO Désignation		1 909	1 909	1 910	1 911	conclusão 1 912
III — Classificação dos condenados — CLASSIFICATION DES CONDAMNÉS (*)						
Estado civil .....	{ Solteiros .....	128	126	130	144	148
	{ Casados.....	39	40	34	47	33
	{ Viuvos .....	6	7	8	8	7
	{ TOTAL .....	173	173	172	199	188
Instrução .....	{ Sabendo ler e escrever .....	93	89	85	105	111
	{ Analfabetos.....	80	84	87	94	77
	{ TOTAL .....	173	173	172	199	188

Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1908-1912. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, v. 1-3, 1916-1927.

(\*) Os quadros ns. II e III referem-se aos condenados existentes em 31 de Dezembro de cada anno, todos os quaes são do sexo masculino.

Como se depreende desses dados, em todo o período, a expressiva maioria dos detentos do Distrito Federal era formada por homens, brasileiros, com idade entre 20 e 35 anos, solteiros e sabendo ler e escrever. Esta última informação é, no mínimo, surpreendente, principalmente levando-se em conta o índice de alfabetização da população e supostas tendências preconcebidas em relação aos setores mais pobres e sem escolaridade da sociedade. Igualmente curioso é o fato de, entre tantas qualificações, o censo fazer silêncio sobre a cor dos condenados ao aprisionamento. No que se refere à natureza dos crimes, predominavam os enquadrados contra a segurança da pessoa e a vida, somando mais da metade de todos os delitos. Em seguida apareciam os crimes contra a pessoa e a propriedade, ainda que em proporção significativamente menor.

A comparação desse conjunto de informações com as relativas ao País como um todo é irresistível. Este mesmo primeiro “anuário” em seu volume 3, traz dados retratando características ainda mais detalhadas para compor o perfil dos condenados<sup>9</sup>. Sabe-se, por exemplo,

que em todos os estados a população carcerária era predominantemente masculina, com uma presença muito pequena de mulheres (em média, menos de 4% do total). O Distrito Federal representava uma importante exceção, com a participação de 20% de pessoas do sexo feminino. A maior parte dos condenados inseria-se na faixa de idade entre 25 e 40 anos (44%). No que se refere ao tipo de filiação – uma informação considerada legal no período – 69% eram classificados como filhos legítimos; 12% como ilegítimos; 1% como “expostos”, isto é, crianças encontradas; 18% como de filiação ignorada. A maior proporção de “filhos ilegítimos” era verificada em Minas Gerais. Quanto à raça, 35% eram brancos; 22% negros; 43% mestiços; e nenhum dos condenados era classificado como amarelo. O maior número relativo de mestiços estava no Estado de Minas Gerais, que respondia por 19% de todos os condenados deste grupo em prisão no País. Os brasileiros representavam a grande maioria da população condenada (87%). Entre os estrangeiros, sobressaíam-se os italianos (5%) e os portu-

<sup>9</sup> Ver o conjunto de tabelas sob o título mais geral “repressão”, do Anuário Estatístico do Brasil 1908-1912 (ano 1, v. 3, 1927), ou no CD-Rom da publicação *Estatísticas do Século XX* (2003).

gueses (3%). No que diz respeito ao estado civil, os solteiros sem filhos correspondiam à metade de todos os condenados, enquanto os viúvos com filhos constituíam o menor grupo.

As características individuais dos condenados eram ainda completadas com dados educacionais e profissionais. Há informações sobre “o meio em que foram educados”, distinguindo-se as seguintes alternativas: casa materna, casa estranha, colégios (internatos e estabelecimentos análogos), asilos e outros. Um pouco mais da metade dos condenados (54%) foi educada na casa materna. Diferentemente das informações constantes no volume 1, os dados para o País como um todo indicam que os analfabetos representavam 70% dos condenados; 28% “mal sabiam ler e escrever”; 2% sabiam ler e escrever perfeitamente e apenas 0,2% possuíam instrução superior. Quanto à profissão, o maior percentual de condenados era formado por agricultores (38,5%). Em menor proporção, apareciam, em seguida, os empregados no comércio e na indústria (10%). É notável que os classificados como sem profissão representavam apenas 6% de todos os condenados.

Ao lado destas informações, o anuário traz dados sobre antecedentes judiciários, sobre o comportamento na prisão, sobre a natureza do delito e sobre a pena. Assim, sabe-se que a quase totalidade dos condenados era

Instalações da Penitenciária do Aú. PR, 1938.  
CPDOC/FGV.



Tribunal de Justiça, 1992. Foto: Paulo Nicolella - Agência JB.

formada por indivíduos sem antecedentes judiciais (96%), e que os reincidentes somavam apenas 4%. Quanto à conduta,  $\frac{3}{4}$  tiveram seu comportamento considerado regular. Entre os motivos da condenação, salientavam-se os seguintes, com os respectivos percentuais de condenados: a) mendicidade e embriaguez, 0,5%; b) vadiagem e capoeiragem, 13,5%; c) outras contravenções, 0,2%; d) homicídio, 40%; e) tentativa de homicídio, 2%; f) lesões corporais, 18%; g) violência carnal, 4%; roubo, 6%; furto, 10,5%; moeda falsa, 1,5%; contrabando, 0,5%; outros crimes, 3,4%. As penas, por sua vez, variavam de um período inferior a três meses a 30 anos, sendo que a maior parte dos contraventores e criminosos foi condenada a uma pena entre dois e quatro anos.

Os motivos determinantes da saída da prisão durante o ano também estão arrolados. Entre eles apareciam: conclusão da pena (66%); perdão (4%); evasão (4%); falecimento (4,5%); transferência (10%); outros (11,5%). As mesmas informações de natureza demográfica, judiciária e penal elaboradas para a população carcerária são igualmente fornecidas para aqueles que, por um dos motivos listados, deixaram a prisão durante o ano. Não se encontra discrepâncias entre os dois conjuntos de dados, ou seja, a maioria é composta por homens, filhos legítimos, brasileiros, com idade entre 25 e 40 anos, solteiros sem filhos, analfabetos, sem antecedentes judiciários, com comportamento avaliado como regular na prisão. Duas únicas variáveis chamam a atenção na comparação: a primeira é o fato dos brancos predominarem entre os que

saíram da prisão; em seguida, a existência de uma mesma proporção de operários industriais e agricultores entre os que saíram da prisão, quando os agricultores representavam a maioria entre os condenados.

O próximo anuário, de 1936, apresenta diferenças significativas em relação a este primeiro de 1908–1912. Os tempos eram, de fato, outros. Mudaram as variáveis julgadas importantes. Para começar, foi alterada a classifica-

ção dos crimes, que passaram a incluir aqueles cometidos contra a segurança interna da República; por outro lado, houve a preocupação em salientar os locais em que os crimes foram praticados e os meios utilizados (tabela a seguir).

É notável que, entre os crimes cometidos, já estejam discriminados aqueles classificados como “*contra a segurança interna da República*”, ainda que seu percentual seja

## SITUAÇÃO CULTURAL

## CRIMINALIDADE E SUICÍDIOS

## I — Crimes em espécie ocorridos no Distrito Federal — 1935

CLASSIFICAÇÃO	AUTORES		
	SEGUNDO O SEXO		Total
	Homens	Mulheres	
<b>CRIMES COMETIDOS</b> .....	5 467	325	5 792
Contra a segurança interna da República .....	33	—	33
Contra a tranquilidade pública .....	1	—	1
Contra o livre gozo e exercício dos direitos individuais.....	52	2	54
Contra a boa ordem e administração pública .....	1	—	1
<b>Segundo a natureza</b> .....	10	—	10
Contra a segurança da honra e honestidade das famílias e de ultrage público ao pudor .....	616	9	625
Contra a segurança da pessoa e vida .....	3 875	266	4 141
Contra a propriedade pública e particular .....	603	38	641
Contra a pessoa e a propriedade .....	276	10	286
<b>Segundo os locais</b> .....	3 119	88	3 207
Via pública .....	49	4	53
Edifícios públicos .....	163	3	166
Estabelecimentos comerciais .....	23	—	23
Estabelecimentos industriais e oficinas .....	6	—	6
Prédios em construção .....	60	3	63
Cafés, botequins e bars .....	15	10	25
Casas de prostituição .....	49	10	59
Hotéis, pensões e casas de cômodos .....	1 779	197	1 976
Casas de residência particular .....	70	6	76
Outros lugares .....	134	4	138
Sem especificação .....	226	4	230
<b>Segundo os meios utilizados</b> .....	470	37	507
Armas de fogo .....	631	86	717
Armas cortantes ou perfurantes .....	3	—	3
Armas contundentes .....	1 415	90	1 505
Fogo .....	1 616	4	1 620
Sem auxílio de armas ou instrumentos .....	575	58	633
Veículos .....	531	46	577
Outros meios .....			
Sem especificação .....			

Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1936. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, 1936.



bastante reduzido. Há, também, diferentemente do que acontecia no passado, os crimes contra a tranquilidade pública e contra o livre gozo dos direitos individuais. Os crimes contra a segurança da pessoa e a vida ainda são os mais numerosos, respondendo por 71,5% de todos os delitos. Por outro lado, observa-se que a maior parte dos crimes foi cometida na via pública e que veículos “*sem auxílio de armas ou instrumentos*” eram os meios mais utilizados.

Este anuário, no capítulo referente à repressão, traz informações sobre o movimento carcerário, segundo as unidades políticas, distinguindo-se as penitenciárias ou casas de correção, das casas de detenção, das cadeias, dos institutos disciplinares ou correcionais, dos postos correcionais e dos manicômios. Os dados, contudo, referem-se a 1922. Quanto ao movimento carcerário no País, as informações repetem as de 1907, com exceção dos dados relativos ao Distrito Federal, que são de 1935.

Na mesma linha do anuário anterior, os de 1938 e de 1939/1940 trazem dados sobre crimes e contravenções no Distrito Federal, relativos a 1937, 1938 e 1939. Os totais relativos aos crimes “*contra a segurança interna da república*” e “*contra o livre exercício dos direitos individuais*”, no entanto, levantam dúvidas. Sabendo-se que 1937 foi o ano em que ocorreu o golpe do Estado Novo, seria razoável acreditar que naquele ano ninguém tenha sido incriminado por conspiração, ou contra o livre exercício dos direitos políticos, ou contra a liberdade pessoal?<sup>10</sup> Para 1938 e 1939 estes números ganham certo corpo. São, entretanto, raquíticos, sem expressão. Tal como no passado, os crimes contra a segurança da pessoa e a vida representam a imensa maioria de todos os delitos cometidos (78,5% em 1938; 80,5% em 1937; e 83% em 1939). No que se refere às características dos condena-

dos, estes são majoritariamente: homens, brancos, solteiros, com instrução rudimentar, brasileiros e empregados.

Do ponto de vista do retrato do mundo dos delitos, a principal novidade dos anuários de 1938 e de 1939/1940 está no fato de distinguir mais um traço – “a delinqüência processada no Juízo de Menores”. Esta imagem aparece, inclusive, de forma retroativa: os *flashes* vão de 1924 a 1938, tendo por palco o Distrito Federal. As capitais dos estados também são fotografadas, mas apenas para os anos de 1937 e de 1938.

O primeiro anuário após a redemocratização do País, publicado em 1947, mas com dados de 1945, no capítulo dedicado à repressão, traz informações sobre os reclusos nas penitenciárias do País, os motivos determinantes da condenação e informações sobre o sexo, o estado conjugal, o grau de instrução e os antecedentes dessa população. Do ponto de vista da natureza das informações, não há diferenças entre essa publicação e as realizadas durante o Estado Novo. Os dados são, contudo, mais pobres do que os constantes dos anuários anteriores. É possível, porém, afirmar que a maioria dos reclusos continuava sendo formada por homens, solteiros, sabendo ler e escrever e sem antecedentes criminais. Tal como no passado, o motivo predominante da condenação, permanecia sendo homicídio seguido do furto.<sup>11</sup>

A mesma orientação para a coleta de informações é obedecida nos anuários seguintes, até 1952. Os Anuários de 1953, de 1954 e de 1955, diferentemente, silenciam-se

Secretaria de Polícia de Belo Horizonte, MG, 1905.  
Museu Histórico Abílio Barreto.



<sup>10</sup> Consultar tabela “Crimes e Contravenções; I – Crimes Ocorridos no Distrito Federal – 1937”, do Anuário Estatístico do Brasil 1938.

<sup>11</sup> Ver tabelas relativas à “Repressão”: I. Reclusos nas penitenciárias do País – 1946, 1. Movimento e características individuais; 2. Motivos determinantes da condenação, do Anuário Estatístico do Brasil 1947, p. 522, ou no CD-Rom da publicação *Estatísticas do Século XX* (2003).



Tribunal de Justiça. Foto Everaldo Carneiro – BrazilPhotos.

sobre esse tipo de dados. O capítulo dedicado à repressão trata apenas da expulsão de estrangeiros e de extradições.

Encontra-se no anuário de 1960, tal como nos posteriores de 1961 e de 1962, informações sobre as prisões existentes no País, distinguindo-se as penitenciárias, de casas de correção, de presídios, da casas de detenção, de cadeias, de xadrezes. Voltam também a aparecer, nessas publicações, dados sobre os reclusos, com dados de 1958, 1959 e 1960. Em 1958, de um total de 19 046 internos em penitenciárias no País, 97% eram homens; 98% brasileiros; 59% solteiros; 66% sabendo ler e escrever; e 73% sem antecedentes criminais. O principal motivo da condenação continuava sendo o homicídio, que respondia por 33% de todos os delitos; percentual que sofreu uma redução de quatro pontos em 1960, quando cresceu a proporção de condenados por furto. Uma importante novidade inscrita nesses anuários está no registro da natureza das prisões efetuadas (administrativa, flagrante, preventiva, por pronúncia, por condenação). Por outro lado, voltou a aparecer a variável “cor” entre as características dos presos: 56% eram brancos; 17% pretos; 24,5% pardos; e 2,5% outras.

O primeiro anuário após o regime militar traz apenas dados sobre as prisões existentes, segundo a localização e sua natureza, por Unidade da Federação.

Nesse conjunto, o anuário de 1970 é o mais completo: refere-se aos estabelecimentos penais existentes e à sua capacidade, e também publica informações sobre as prisões efetuadas, por Unidade da Federação e municípios das capitais, relativas ao ano de 1968. As características dos presos resumem-se ao sexo, estado civil e grau de instrução. Homens (94,5%), solteiros (49%), com instrução elementar (54%) continuavam sendo as características predominantes dos encarcerados.

Difícilmente se teria condições de saber o grau de veracidade das informações sobre prisões durante os anos de maior repressão. De toda forma, é significativo que se tenham tornado públicos dados sobre prisões, tanto no anuário de 1970 quanto no de 1975. Deste ponto de vista, vale a pena reproduzir a tabela relativa às prisões efetuadas, por Unidades da Federação e municípios das capitais.

Como se depreende, na tabela Movimento Policial, na página 155 e 156, as prisões em flagrante correspondiam a mais da metade de todos os encarceramentos efetuados; era considerável a proporção de indivíduos com grau de instrução médio ou superior (6%), sobretudo levando-se em conta a média apresentada nos anos anteriores.

Outro aspecto significativo que pode ser avaliado no conjunto de tabelas sobre a segurança pública diz respeito aos motivos da condenação. Entre os motivos arrolados, não consta nenhum que, minimamente, apresentasse qualquer relação com a atividade política. São eles: homicídio, tentativa de homicídio, lesões corporais, furto, roubo, estelionato, latrocínio, estupro, atentado ao pudor e libidinagem, sedução, tráfico de entorpecentes, falsificação de moeda, outros crimes e contravenções.<sup>12</sup> Recorde-se que durante o Estado Novo constavam das tabelas – ainda que, fundamentalmente, apenas como uma possibilidade – crimes contra a segurança interna da República.

<sup>12</sup> Ver tabela 6.3.5.1 – Estabelecimentos prisionais – 1973, 6.3.5.1.3 – condenados existentes, segundo os motivos determinantes da condenação por Unidade da Federação, do Anuário Estatístico do Brasil 1975, p. 978, ou no CD-Rom da publicação *Estatísticas do Século XX* (2003).

Os anuários publicados entre os anos de 1980 e 1990 expressam a mesma orientação do anterior, fornecendo informações abundantes sobre prisões efetuadas, particularidades dos presos (sexo, estado civil e instrução), motivos determinantes do aprisionamento, características dos estabelecimentos prisionais, despesa realizada pelos

estabelecimentos prisionais, movimento dos condenados, condenados recolhidos durante o ano, condenados existentes nos estabelecimentos prisionais, extensão da pena, condenados recolhidos por características individuais. Do ponto de vista da precisão, os anuários de 1986, de 1987/1988 e de 1989 são os que trazem a

## SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA

## 6.3.4 — MOVIMENTO POLICIAL

## 6.3.4.1 — Prisões efetuadas, por Unidades da Federação e Municípios das Capitais — 1973

## a) Unidades da Federação

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	PRISÕES EFETUADAS DURANTE O ANO																
	Total	Segundo a natureza					Segundo as características dos presos										
		Admi- nistra- tiva	Fla- gran- te	Pre- ven- tiva	Por pro- núncia	Por conde- nação	Sexo		Estado civil					Grau de instrução			
							Mas- culino	Femi- nio	Sol- teiro	Casa- do	Outros	Igno- rado	Ele- men- tar	Médio ou supe- rior	Igno- rado	Sem instru- ção	
Rondônia.....	121	...	28	63	18	12	110	11	88	27	6	...	69	12	...	40	
Acre .....	130	15	35	58	9	13	122	8	76	50	4	—	76	8	8	38	
Amazonas .....	409	1	281	36	37	54	397	12	290	114	2	3	325	12	24	48	
Roraima .....	30	—	23	7	—	—	26	4	14	6	—	10	7	—	19	4	
Pará.....	860	3	458	322	18	59	755	105	536	262	62	—	611	94	30	125	
Amapá.....	115	—	64	47	—	4	109	6	73	34	8	—	95	10	—	10	
Maranhão.....	555	—	303	151	30	71	531	24	281	238	31	5	255	36	72	192	
Piauí.....	457	—	306	46	32	73	438	19	228	222	5	2	261	23	11	162	
Ceará .....	998	—	391	147	155	305	974	24	459	473	9	57	512	30	71	385	
Rio Grande do Norte .....	869	4	645	58	43	119	819	50	346	258	77	188	542	27	61	239	
Paraíba .....	1 077	3	678	112	84	200	1 038	39	541	399	14	123	549	28	108	392	
Pernambuco.....	1 679	5	1 023	119	106	426	1 628	51	966	582	27	104	822	52	158	647	
Alagoas .....	1 203	5	722	279	37	160	1 085	118	783	329	65	26	395	22	52	734	
Sergipe .....	106	—	44	34	15	13	102	4	51	53	2	—	70	1	1	34	
Bahia .....	1 316	21	1 040	134	44	77	1 155	161	875	376	37	28	704	62	62	488	
Minas Gerais .....	5 309	2	2 603	898	199	1 607	5 049	260	2 864	2 308	137	—	3 322	281	—	1 706	
Espirito Santo .....	1 830	5	403	885	109	428	1 731	99	1 060	668	36	66	1 195	95	26	514	
Rio de Janeiro .....	4 572	3	3 000	924	36	609	4 241	331	2 534	1 252	467	319	2 614	490	585	883	
Guanabara .....	9 992	213	7 102	572	29	2 076	9 087	905	5 777	930	640	2 645	4 803	837	2 660	1 692	
São Paulo.....	14 274	917	6 418	1 426	155	5 358	13 591	683	6 835	3 995	287	3 157	8 640	896	3 470	1 268	
Paraná.....	5 079	8	1 650	1 438	438	1 545	4 855	224	2 581	2 150	201	147	3 182	248	193	1 456	
Santa Catarina.....	1 280	—	338	374	49	519	1 256	24	667	574	21	18	1 057	57	11	155	
Rio Grande do Sul.....	3 860	8	1 077	720	121	1 934	3 699	161	2 024	1 587	205	44	2 178	230	731	721	
Mato Grosso.....	1 573	2	450	583	144	394	1 497	76	1 029	467	53	24	1 073	101	41	358	
Goiás.....	2 201	15	915	535	186	550	2 126	75	1 080	764	46	311	1 119	67	417	598	
Distrito Federal .....	808	—	488	43	28	249	802	6	497	290	15	6	383	97	1	327	
<b>BRASIL .....</b>	<b>60 703</b>	<b>1 230</b>	<b>30 485</b>	<b>10 011</b>	<b>2 122</b>	<b>16 855</b>	<b>57 223</b>	<b>3 480</b>	<b>32 555</b>	<b>18 408</b>	<b>2 457</b>	<b>7 283</b>	<b>34 859</b>	<b>3 816</b>	<b>8 812</b>	<b>13 216</b>	

Fonte: Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1975. Rio de Janeiro: IBGE, v. 36, 1975.

## SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA

## 6.3.4 — MOVIMENTO POLICIAL

## 6.3.4.1 — Prisões efetuadas, por Unidades da Federação e Municípios das Capitais — 1973

## b) Municípios das Capitais

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	PRISÕES EFETUADAS DURANTE O ANO															
	Total	Segundo a natureza					Segundo as características dos presos									
		Admi- nistrativa	Fla- gran- te	Pre- ven- tiva	Por pro- núncia	Por conde- nação	Sexo		Estado civil				Grau de instrução			
							Mas- culino	Femi- nio	Sol- teiro	Casa- do	Outros	Igno- rado	Ele- mentar	Médio ou supe- rior	Igno- rado	Sem instru- ção
Porto Velho.....	96	...	20	46	18	12	86	10	74	17	5	—	54	12	...	30
Rio Branco.....	75	—	16	51	4	4	67	8	35	37	3	—	53	8	3	11
Manaus.....	128	—	50	20	10	48	123	5	93	31	2	2	89	9	22	8
Boa Vista.....	26	—	21	5	—	—	24	2	12	4	—	10	3	—	19	4
Belém.....	559	2	285	235	—	37	469	90	349	153	57	—	409	88	27	35
Macapá.....	112	—	64	44	—	4	106	6	72	34	6	—	94	10	—	8
São Luis.....	121	—	97	5	—	19	116	5	56	46	19	—	52	29	35	5
Teresina.....	150	—	140	—	—	10	143	7	78	69	1	2	78	9	11	52
Fortaleza.....	146	—	144	2	—	—	143	3	96	50	—	—	78	19	1	48
Natal.....	548	2	466	33	20	27	505	43	217	96	72	163	400	27	34	87
João Pessoa.....	110	—	69	11	9	21	101	9	52	50	—	8	63	15	9	23
Recife.....	244	—	190	19	5	30	244	—	105	52	4	83	71	31	83	59
Maceió.....	213	—	104	109	—	—	173	40	115	67	31	—	79	18	8	108
Aracaju.....	62	—	15	22	12	13	59	3	22	38	2	—	45	1	—	16
Salvador.....	415	—	409	6	—	—	304	111	279	119	17	—	187	38	—	190
Belo Horizonte.....	869	1	348	62	33	425	791	78	400	430	39	—	640	86	—	143
Vitória.....	507	3	223	191	16	74	463	44	299	137	16	55	408	37	19	43
Niterói.....	1 114	—	782	314	—	18	937	177	498	224	293	99	447	314	235	118
Rio de Janeiro.....	9 992	213	7 102	572	29	2 076	9 087	905	5 777	930	640	2 645	4 803	837	2 660	1 692
São Paulo.....	4 257	829	2 440	141	2	845	4 067	190	1 248	512	23	2 474	970	285	2 763	239
Curitiba.....	79	1	20	9	3	46	79	—	50	20	4	5	61	5	1	12
Florianópolis.....	122	—	81	10	17	14	122	—	83	39	—	—	103	5	—	14
Porto Alegre.....	604	—	156	130	5	313	564	40	319	253	32	—	—	—	604	—
Cuiabá.....	195	2	105	35	8	45	183	12	137	35	20	3	162	14	10	9
Goiânia.....	539	4	282	149	24	80	536	3	156	101	—	282	70	—	344	125
Brasília.....	808	—	488	43	28	249	802	6	497	290	15	6	383	97	1	327

Fonte: Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1975. Rio de Janeiro: IBGE, v. 36, 1975.

Nota: Os dados acima refletem fielmente o original.

maior quantidade de fotografias e ângulos das prisões efetuadas. Além das variáveis já mencionadas, há também informações sobre: idade, condição de emprego; antecedentes criminais, segundo as Unidades da Federação. No que se refere aos estabelecimentos prisionais, constam dados de características gerais, presos recolhidos e movimento de condenados, segundo diversos aspectos, por Unidade da Federação. Para que se tenha

uma idéia da importância concedida a este tema, no anuário de 1989, por exemplo, nada menos do que 17 tabelas referem-se aos estabelecimentos prisionais e aos presos, enquanto apenas três dizem respeito ao Poder Judiciário.

O perfil daquele que comete delitos e as características dos estabelecimentos prisionais deixam de ser captados nas estatísticas oferecidas pelos anuários que se

segundo ao de 1990. Trata-se, sem dúvida alguma, de uma lacuna bastante grave, sobretudo levando-se em consideração que esta é uma das questões que mais tem mobilizado a opinião pública e que, sem dados confiáveis, qualquer política pública na área de segurança estará, no mínimo, comprometida e muito mais sujeita ao fracasso.

## Expulsão de estrangeiros

Os resultados de sentenças judiciais determinando a expulsão de estrangeiros aparecem de forma detalhada no anuário de 1936, sendo possível verificar o número de decisões, segundo a natureza do delito, os países

### SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA

#### REPRESSÃO

#### II — EXPULSÃO DE ESTRANGEIROS — 1940/49

ESPECIFICAÇÃO	EXPULSÕES DECRETADAS									
	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949
<b>TOTAL</b> .....	11	17	6	7	1	3	81	6	28	12
<b>Segundo o sexo do expulsando</b>										
Homens.....	10	16	5	6	1	3	81	5	24	12
Mulheres.....	1	1	1	1	—	—	—	1	4	—
<b>Segundo a localização do expulsando no país</b>										
Pará.....	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Rio de Janeiro.....	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Distrito Federal.....	—	6	6	3	1	1	—	2	8	1
São Paulo.....	4	8	—	3	—	1	81	4	16	6
Paraná.....	—	—	—	1	—	—	—	—	1	1
Santa Catarina.....	—	1	—	—	—	1	—	—	—	—
Rio Grande do Sul.....	2	—	—	—	—	—	—	—	3	4
Ignorada.....	3	1	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>Segundo a nacionalidade do expulsando</b>										
Alemães.....	4	2	—	—	—	2	—	—	—	1
Argentinos.....	—	—	1	1	—	—	—	2	—	—
Armênios.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Austríacos.....	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Chilenos.....	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1
Espanhóis.....	2	1	1	2	—	—	—	—	—	—
Franceses.....	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Húngaros.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Italianos.....	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Iugoslavos.....	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Japoneses.....	1	—	—	—	—	—	80	3	—	1
Lituanos.....	1	—	—	—	—	—	—	—	12	—
Paraguaios.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Poloneses.....	—	8	—	—	—	—	—	—	4	2
Portugueses.....	—	1	2	3	1	1	—	1	1	1
Romenos.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2
Russos.....	1	3	1	—	—	—	—	—	8	—
Sírios.....	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—
Suíços.....	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Ucranianos.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Uruguaios.....	1	—	—	1	—	—	—	—	—	—

Fonte: Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1950. Rio de Janeiro: IBGE, v. 11, 1951.

requerentes, a origem e a residência dos extraditados. Os dados referem-se ao período compreendido entre 1929 e 1933. Na especificação dos motivos estão salientados: bigamia, estelionato, falência fraudulenta, falsificação, homicídio, latrocínio, moeda falsa, roubo, tráfico de brancas e violência carnal. As informações referentes aos anos de 1935 a 1937 constam do anuário de 1938 e um levantamento, mais completo, compreendendo o período de 1907 a 1939, por nacionalidade dos expulsados, é encontrado no anuário 1939/1940.

O anuário de 1947, em seu capítulo sobre a repressão, reúne dados sobre a expulsão de estrangeiros para o período de 1942 a 1946. Estas informações estão especificadas por sexo, nacionalidade e localização no País. Saliente-se que o número de indivíduos expulsos que era de apenas seis em 1942, sete em 1943, um em 1944 e três em 1945, sobe apreciavelmente em 1946 para 81. Os japoneses respondem por 80 destas 81 expulsões.

Dados sobre a expulsão de estrangeiros constam de todos os anuários. Um resumo da expulsão de estrangeiros de 1940 a 1949 é encontrado no anuário de 1950, conforme mostra a tabela na página 156.

O anuário de 1951, além de informações sobre as expulsões de estrangeiros decretadas, traz dados sobre as extradições negadas e concedidas, a discriminação desse movimento segundo os países requerentes, a origem e a residência dos extraditados, para o período de 1939 a 1950. Trata-se, sempre, de totais bastante pequenos. Para que se tenha uma idéia, quatro (4) foi o maior número de extradições, tendo essa soma ocorrido em 1940 e outra vez em 1949. Essas mesmas informações constam dos anuários seguintes, salientando-se que o exemplar de 1955 repete as informações sobre os anos de 1938 a 1945, acrescentando dados relativos a 1954; os dados relativos aos anos de 1953, 1954 e 1955 encontram-se no anuário de 1956; dados de 1957, 1958 e 1959 estão no anuário de 1960; os de 1959, 1960 e 1961 no de 1962; e os referentes aos anos de 1962 e 1963 nos exemplares de 1963 e 1964, respectivamente.

Informações desta natureza continuaram sendo produzida durante o regime militar. Saliente-se, uma vez mais, que os totais relativos a este tipo de processo eram, em geral, bastante baixos, sobretudo levando-se em conta o expressivo contingente de imigrantes no País. O anuário de 1970, por exemplo, mostra que houve, durante os anos de 1967 a 1969, em média, 13 expulsões e duas extradições. Ao que tudo indica, contudo, houve uma reversão neste padrão a partir de 1973. Estes números cresceram significativamente, multiplicando-se mais de cinco vezes, atingindo: 56 indivíduos em 1973; 89 em 1974 e 77 em 1975. Esta tendência de alta é também verificada no anuário de 1980. Segundo os dados ali publicados, foram expulsos 87 estrangeiros e extraditados 11 em 1977; no ano de 1978 foram expulsos 76 e extraditados sete; e em 1979, 54 receberam sentença de expulsão e dez de extradição. Nos anuários subsequentes estas informações continuaram a ser colhidas, assim como a especificação do sexo, da Unidade da Federação e do país de nacionalidade do expulso. No caso da extradição, os dados dão conta da natureza do delito, do país requerente, do país de origem e do local de residência.

## Desquites/divórcios

Separações entre casais representam um dos temas mais sensíveis aos valores culturais e os anuários acabam refletindo a moral dominante. Este espelhar é perceptível não apenas nos números, mas sobretudo nos títulos dados às tabelas e na classificação do fenômeno. Desquites são inteiramente ignorados nos primeiros anuários, ainda que já no primeiro deles apareçam dados abundantes sobre casamentos, batizados, extrema-unções – sacramentos religiosos, que possuíam então efeitos civis.

Mesmo depois da separação entre a Igreja e o Estado foi, durante um longo período, inquestionável a influência dos valores religiosos na moral pública. A forma como os rompimentos entre casais está classificada nos anuários demonstra esta força. Desquites são tão inaceitáveis que têm um enquadramento difícil. A dúvida sobre onde colocá-los

## SITUAÇÃO CULTURAL

## ASPECTOS NEGATIVOS OU PATOLÓGICOS

## I — DESQUITES

1. PROCESSOS CONCLUÍDOS, AMIGÁVEIS E LITIGIOSOS,  
POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO — 1956/58

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	PROCESSOS CONCLUÍDOS								
	Total			Segundo a natureza do desquite					
				Amigável			Litigioso		
	1956	1957	1958 (1)	1956	1957	1958 (1)	1956	1957	1958 (1)
Rondônia.....	—	1	1	—	1	1	—	—	—
Acre.....	2	4	2	—	—	—	2	4	2
Amazonas.....	2	2	6	—	1	3	2	1	3
Rio Branco.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pará.....	28	28	30	14	24	28	14	4	2
Amapá.....	—	—	1	—	—	—	—	—	1
Maranhão.....	20	31	39	18	25	30	2	6	9
Piauí.....	34	24	19	20	15	17	14	9	2
Ceará..... (2)	22	33	35	13	22	28	8	11	7
Rio Grande do Norte.....	24	30	31	17	26	27	7	4	4
Paraíba.....	15	8	18	7	5	7	8	3	11
Pernambuco.....	90	91	76	75	68	63	15	23	13
Alagoas..... (2)	17	30	21	10	19	17	6	11	4
Sergipe.....	12	11	19	10	4	11	2	7	8
Bahia.....	90	95	90	73	67	75	17	28	15
Minas Gerais.....	187	267	255	154	208	209	33	59	46
Espírito Santo.....	34	26	18	20	—	8	14	26	10
Rio de Janeiro..... (3)	102	120	105	70	95	78	30	25	27
Guanabara.....	871	893	809	680	726	679	191	167	130
São Paulo.....	689	518	856	508	349	566	181	169	290
Paraná.....	77	72	116	35	50	72	42	22	44
Santa Catarina.....	109	104	98	89	80	76	20	24	22
Rio Grande do Sul.....	190	238	301	63	98	176	127	140	125
Mato Grosso.....	18	38	36	8	31	30	10	7	6
Goiás.....	101	121	105	73	97	86	28	24	19
<b>BRASIL.....</b>	<b>(3) (4) 2 734</b>	<b>2 785</b>	<b>3 087</b>	<b>1 957</b>	<b>2 011</b>	<b>2 287</b>	<b>773</b>	<b>774</b>	<b>800</b>

Fonte: Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1960. Rio de Janeiro: IBGE, v. 21, 1960.

(1) Dados sujeitos a retificação. — (2) Inclusive 1 processo de natureza desconhecida. — (3) Inclusive 2 processos de natureza desconhecida.

(4) Inclusive 4 processos de natureza desconhecida.

SITUAÇÃO CULTURAL  
ASPECTOS NEGATIVOS OU PATOLÓGICOS

I — DESQUITES

2. PROCESSOS CONCLUÍDOS, SEGUNDO VÁRIOS ASPECTOS,  
POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO — 1958

continua

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	PROCESSOS CONCLUÍDOS											
	Total	Segundo a natureza						Segundo a circunstância do casal ter ou não ter filhos				
		Amigá- veis	Litigiosos					Sem filhos	Até 2	De 3 a 5	De 6 e mais	Sem declara- ção
			Adultério	Tentativa de morte	Servicia ou in- júria grave	Abandono do lar	Sem declaração					
Rondônia.....	1	1	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—
Acre.....	2	—	2	—	—	—	—	1	—	1	—	—
Amazonas.....	6	3	1	—	—	2	—	1	2	3	—	—
Rio Branco.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pará.....	30	28	—	—	1	1	—	6	15	5	4	—
Amapá.....	1	—	—	—	—	1	—	1	—	—	—	—
Maranhão.....	39	30	2	—	—	4	3	13	15	8	—	3
Piauí.....	19	17	—	—	—	2	—	—	1	—	—	18
Ceará.....	35	28	—	—	3	4	—	12	13	6	4	—
Rio Grande do Norte.....	(1) 31	27	1	—	1	2	—	11	6	—	2	12
Paraíba.....	18	7	5	—	1	5	—	8	6	3	1	—
Pernambuco.....	76	63	4	—	4	5	—	19	38	13	6	—
Alagoas.....	21	17	1	—	—	3	—	6	9	3	3	—
Sergipe.....	19	11	4	—	1	3	—	9	7	2	1	—
Bahia.....	90	75	3	2	3	7	—	31	36	17	6	—
Minas Gerais.....	255	209	14	1	14	17	—	69	94	64	21	7
Espírito Santo.....	18	8	2	—	2	6	—	9	5	2	2	—
Rio de Janeiro.....	105	78	6	—	4	14	3	38	48	15	2	2
Guanabara.....	809	679	44	4	32	50	—	254	447	100	4	4
São Paulo.....	856	566	55	—	105	130	—	154	477	169	12	44
Paraná.....	116	72	8	1	1	30	4	43	49	22	2	—
Santa Catarina.....	98	76	4	2	1	15	—	37	35	22	4	—
Rio Grande do Sul.....	301	176	48	—	15	62	—	86	156	50	7	2
Mato Grosso.....	36	30	—	—	1	5	—	7	19	9	1	—
Goiás.....	105	86	7	—	1	8	3	36	23	34	12	—
<b>BRASIL.....</b>	<b>(1) 3 087</b>	<b>2 287</b>	<b>211</b>	<b>10</b>	<b>190</b>	<b>376</b>	<b>13</b>	<b>852</b>	<b>1 501</b>	<b>548</b>	<b>94</b>	<b>92</b>

Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1960. Rio de Janeiro: IBGE, v. 21, 1960.

(1) Dados sujeitos a retificação. — (2) Inclusive 1 processo de natureza desconhecida. — (3) Inclusive 2 processos de natureza desconhecida.

(4) Inclusive 4 processos de natureza desconhecida.



## ASPECTOS NEGATIVOS OU PATOLÓGICOS

## I — DESQUITES

## 2. PROCESOS CONCLUÍDOS, SEGUNDO VÁRIOS ASPECTOS, POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO — 1958

Continua

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	PROCESSOS CONCLUÍDOS															
	Segundo o regime dos bens do casamento			Segundo a duração do casamento (anos)					Segundo a idade dos cônjuges (anos)							
	Comunhão	Separação	Sem declaração	Até 5	De 5 a 10	De 10 a 15	De 15 e mais	Sem declaração	Marido				Mulher			
									Até 30	De 31 a 45	De 46 e mais	Sem declaração	Até 30	De 31 a 45	De 46 e mais	Sem declaração
Rondônia .....	1	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—	—	—	1	—	—
Acre .....	2	—	—	—	—	1	1	—	—	1	1	—	1	1	—	—
Amazonas .....	3	3	—	1	1	2	1	1	1	3	1	1	1	4	—	1
Rio Branco .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pará .....	30	—	—	8	8	1	13	—	5	15	10	—	10	16	4	—
Amapá .....	1	—	—	—	1	—	—	—	—	—	1	—	1	—	—	—
Maranhão .....	39	—	—	2	10	11	13	3	7	19	10	3	18	14	3	4
Piauí .....	3	—	16	—	—	—	—	19	—	2	1	16	2	1	—	16
Ceará .....	33	1	1	7	6	7	15	—	5	16	14	—	10	15	10	—
Rio Grande do Norte .....	19	—	12	6	2	5	5	13	3	10	5	13	6	9	3	13
Paraíba .....	18	—	—	1	5	3	9	—	2	8	7	1	5	6	5	2
Pernambuco .....	71	5	—	10	22	18	21	5	5	46	22	3	30	32	11	3
Alagoas .....	21	—	—	4	6	1	9	1	3	9	8	1	5	9	6	1
Sergipe .....	18	1	—	3	3	6	7	—	2	10	7	—	4	11	4	—
Bahia .....	90	—	—	19	24	14	33	—	57	29	4	—	71	17	2	—
Minas Gerais .....	209	4	42	30	54	51	120	—	30	141	74	10	73	126	46	10
Espírito Santo .....	17	1	—	5	2	3	6	2	1	10	6	1	3	9	5	1
Rio de Janeiro .....	101	3	1	18	24	30	26	7	13	57	22	13	37	44	12	12
Guanabara .....	767	42	—	136	233	185	253	2	118	471	207	13	285	381	129	14
São Paulo .....	829	25	2	209	247	182	208	10	256	390	165	45	380	316	130	30
Paraná .....	114	1	1	25	29	28	34	—	28	47	29	12	51	36	16	13
Santa Catarina .....	98	—	—	21	29	20	28	—	29	44	25	—	46	40	12	—
Rio Grande do Sul .....	297	4	—	50	76	74	94	7	70	156	68	7	124	131	40	6
Mato Grosso .....	36	—	—	3	9	9	10	5	6	25	5	—	18	14	4	—
Goiás .....	105	—	—	33	14	17	41	—	18	53	29	5	40	41	18	6
<b>BRASIL .....</b>	<b>2 922</b>	<b>90</b>	<b>75</b>	<b>591</b>	<b>805</b>	<b>668</b>	<b>948</b>	<b>75</b>	<b>659</b>	<b>1 563</b>	<b>721</b>	<b>144</b>	<b>1 221</b>	<b>1 274</b>	<b>460</b>	<b>132</b>

## ASPECTOS NEGATIVOS OU PATOLÓGICOS

## I — DESQUITES

## 2. PROCESSOS CONCLUÍDOS, SEGUNDO VÁRIOS ASPECTOS, POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO — 1958

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	PROCESSOS CONCLUÍDOS										
	Segundo a profissão dos cônjuges										
	Marido							Mulher			
	Extração e agro- pecuária	Produção industrial	Comércio e crédito	Transportes e comu- nicações	Adminis- tração, se- gurança e poderes públicos	Profissões liberais	Outras profissões	Sem declaração	Prendas domésticas	Outras profissões	Sem declaração
Rondônia .....	—	—	1	—	—	—	—	—	1	—	—
Acre .....	—	—	2	—	—	—	—	—	2	—	—
Amazonas .....	—	—	3	1	1	1	—	—	5	1	—
Rio Branco .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pará .....	—	—	17	—	6	3	4	—	23	7	—
Amapá .....	—	—	—	—	1	—	—	—	1	—	—
Maranhão .....	9	2	9	—	9	2	5	3	34	5	—
Plauí .....	—	—	1	—	2	—	—	16	3	—	16
Ceará .....	9	—	10	1	8	4	2	1	30	5	—
Rio Grande do Norte .....	5	1	2	—	7	—	2	14	19	—	12
Paraíba .....	5	—	2	1	5	2	2	1	16	2	—
Pernambuco .....	11	6	25	9	8	5	8	4	66	9	1
Alagoas .....	7	2	5	1	5	1	—	—	16	5	—
Sergipe .....	7	1	1	1	7	2	—	—	16	3	—
Bahia .....	—	1	19	7	15	5	42	1	79	11	—
Minas Gerais .....	75	9	59	23	30	5	46	8	195	53	7
Espírito Santo .....	12	—	1	3	2	—	—	—	16	2	—
Rio de Janeiro .....	5	5	27	2	18	6	35	7	80	24	1
Guanabara .....	4	56	283	65	207	62	103	29	484	319	6
São Paulo .....	65	118	326	100	78	36	125	8	649	202	5
Paraná .....	11	24	31	12	28	3	2	5	88	27	1
Santa Catarina .....	13	41	12	13	11	1	6	1	78	20	—
Rio Grande do Sul .....	36	55	92	22	63	7	13	13	197	97	7
Mato Grosso .....	10	—	8	3	2	1	12	—	34	2	—
Goiás .....	70	2	9	4	1	2	17	—	103	2	—
<b>BRASIL .....</b>	<b>354</b>	<b>323</b>	<b>945</b>	<b>268</b>	<b>514</b>	<b>148</b>	<b>424</b>	<b>111</b>	<b>2 235</b>	<b>796</b>	<b>56</b>

Fonte: Serviço de Estatística Demográfica; Moral e Política. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1960. Rio de Janeiro: IBGE, v. 21, 1960.

(1) Inclusive 11 processos de natureza desconhecida.

ou como classificá-los transparece no anuário de 1950. Desquites estão junto de fenômenos culturais, como as bibliotecas e os museus. A companhia, sem dúvida, não é ruim, mas o grau de semelhança é bastante baixo. Posteriormente, de 1954 a 1962, os desquites são captados como uma das ocorrências incluídas no capítulo sobre “*aspectos negativos ou patológicos*”, ao lado de suicídios e tentativas de suicídio. Ora, entre peça de museu, por sua raridade, e patologia, por sua anormalidade, a escolha não poderia ser jurídico-legal.

Além disso, pelo que demonstram os dados, tudo indica que a pressão social para que não se efetivassem estas separações deveria ser considerável, carimbando os desquites como excepcionalidade e como doença. Observe-se, como indicam os dados das duas tabelas nas páginas 159 a 162, o número proporcionalmente insignificante de desquites, sobretudo os litigiosos e, mais ainda, as causas que justificavam o processo judicial.

Nesta mesma publicação, há também informações sobre o regime de bens do casamento, a duração do casamento, a idade dos cônjuges, a profissão do marido e da mulher, por Unidade da Federação.

Uma grande mudança começa a ocorrer no início dos anos de 1960, com reflexos bastante visíveis na alteração do enquadramento dos desquites nas publicações do IBGE. O anuário de 1963 inaugura uma nova classificação: os desquites passam a ser incluídos no interior do movimento da população, um subitem do capítulo dedicado à situação demográfica. Recorde-se que discussões sobre o divórcio começavam a ganhar espaço na agenda pública, inclusive com a apresentação de propostas no parlamento para a sua legalização. Este debate só é concluído em dezembro de 1977, com a aprovação da Lei nº 6.515, de 11 de abril de 1978, que regula a dissolução da sociedade conjugal e do casamento<sup>13</sup>.

<sup>13</sup> O senador Nelson Carneiro, do MDB do Rio de Janeiro, exerceu um papel de liderança neste debate. O texto da Lei nº 6.515, regulando os casos de dissolução da sociedade conjugal, seus efeitos e respectivos processos, bem como da Emenda Constitucional nº 9 instituindo o divórcio no País podem ser encontrados no *site* do senado.

Os efeitos de uma visão menos rígida das relações entre homem e mulher podem ser observados no início dos anos de 1980, quando crescem os totais referentes a processos concluídos de separações judiciais. Estes números, bem como a natureza e a fundamentação da ação, a sentença proferida e o regime de bens do casamento estão discriminados nas tabelas das páginas 164 a 169 já sob a denominação estatísticas vitais.

É notável como aumenta, ano a ano, o número de processos concluídos. A maior parte destes processos é consensual. Por outro lado, chama a atenção o fato das

Tribunal de Justiça, 1992.  
Foto: Paulo Nicolella. Agência JB.



## CAPÍTULO 6 — ESTATÍSTICAS VITAIS

## 6 — Processos concluídos de separações judiciais, por natureza e fundamento de ação, segundo as Unidades Federação — 1982-84

continua

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ANOS	PROCESSOS CONCLUÍDOS DE SEPARAÇÕES JUDICIAIS						
		Total	Consensual	Natureza				
				Total	Não consensual			
					Conduta desonrosa ou grave violação dos deveres do casamento			
					Total	Marido	Mulher	Ignorado
BRASIL.....	1982	41 376	35 962	5 409	4 015	1 283	2 713	19
	1983	52 066	44 909	7 155	5 184	1 606	3 565	13
	1984	63 698	54 843	8 848	6 414	1 900	4 510	4
Rondônia.....	1982	22	21	1	—	—	—	—
	1983	173	143	30	18	8	10	—
	1984	255	218	37	25	13	12	—
Acre.....	1982	26	25	1	—	—	—	—
	1983	46	45	1	—	—	—	—
	1984	67	52	15	9	2	7	—
Amazonas.....	1982	186	148	38	26	8	18	—
	1983	132	116	16	14	6	8	—
	1984	169	162	7	3	2	1	—
Roraima.....	1982	54	31	23	22	8	14	—
	1983	32	26	6	6	2	4	—
	1984	53	44	9	7	2	5	—
Pará.....	1982	191	165	26	13	6	7	—
	1983	335	295	40	23	8	15	—
	1984	356	318	38	22	10	12	—
Amapá.....	1982	34	29	5	4	1	3	—
	1983	48	45	3	2	1	1	—
	1984	68	67	1	—	—	—	—
Maranhão.....	1982	157	130	27	14	7	7	—
	1983	275	227	48	24	12	12	—
	1984	353	303	50	26	16	10	—
Piauí.....	1982	126	78	48	39	19	20	—
	1983	225	127	98	73	31	42	—
	1984	271	158	113	70	19	51	—
Ceará.....	1982	627	516	111	75	24	51	—
	1983	839	686	153	124	46	78	—
	1984	1 127	906	221	153	62	91	—
Rio Grande do Norte.....	1982	218	133	85	74	46	28	—
	1983	337	201	136	117	52	65	—
	1984	424	275	149	135	62	73	—
Paraíba.....	1982	176	131	45	21	13	8	—
	1983	426	301	125	74	46	28	—
	1984	695	481	214	102	68	34	—
Pernambuco.....	1982	390	301	89	45	29	16	—
	1983	445	278	167	94	58	36	—
	1984	955	674	281	162	101	60	1
Alagoas.....	1982	238	146	92	69	38	30	1
	1983	405	258	147	62	40	22	—
	1984	275	164	111	56	31	25	—

## CAPÍTULO 6 — ESTATÍSTICAS VITAIS

## 6 — Processos concluídos de separações judiciais, por natureza e fundamento de ação, segundo as Unidades Federação — 1982-84

continuação

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ANOS	PROCESSOS CONCLUÍDOS DE SEPARAÇÕES JUDICIAIS						
		Total	Natureza					
			Consensual	Não consensual				
				Total	Conduta desonrosa ou grave violação dos deveres do casamento			
					Total	Marido	Mulher	Ignorado
Sergipe.....	1982	245	206	39	10	7	3	—
	1983	339	275	64	10	5	5	—
	1984	502	401	101	20	14	6	—
Bahia.....	1982	822	716	105	53	27	26	—
	1983	1 541	1 269	272	133	55	75	3
	1984	1 641	1 380	261	135	66	68	1
Minas Gerais.....	1982	4 121	3 219	901	660	206	452	2
	1983	4 864	3 953	911	692	199	491	2
	1984	6 791	5 604	1 187	887	227	660	—
Espírito Santo.....	1982	645	521	124	102	40	62	—
	1983	951	773	178	137	53	83	1
	1984	1 386	1 128	257	192	63	129	—
Rio de Janeiro.....	1982	5 288	4 879	407	290	108	178	4
	1983	6 183	5 545	637	415	152	260	3
	1984	6 819	6 243	571	422	135	287	—
São Paulo.....	1982	17 885	16 099	1 785	1 405	386	1 018	1
	1983	20 648	18 623	2 024	1 567	422	1 145	—
	1984	23 970	21 363	2 606	2 021	499	1 522	—
Paraná.....	1982	2 779	2 293	486	397	122	275	—
	1983	3 417	2 865	552	455	114	340	1
	1984	4 020	3 299	721	594	165	427	2
Santa Catarina.....	1982	1 409	1 104	305	238	59	176	3
	1983	1 881	1 416	465	377	86	291	—
	1984	2 473	1 937	536	436	103	333	—
Rio Grande do Sul.....	(1) 1982	2 743	2 426	317	197	51	146	—
	1983	4 910	4 319	591	402	96	306	—
	1984	6 422	5 707	715	470	108	362	—
Mato Grosso do Sul.....	1982	709	596	113	87	28	57	2
	1983	977	819	158	115	36	79	—
	1984	1 268	1 065	203	140	31	109	—
Mato Grosso.....	1982	183	163	20	16	5	11	—
	1983	267	236	31	25	6	17	2
	1984	320	281	39	25	11	14	—
Goiás.....	1982	1 161	1 028	133	93	26	67	—
	1983	1 631	1 372	259	191	61	129	1
	1984	2 018	1 689	329	239	74	165	—
Distrito Federal.....	1982	941	858	83	65	19	40	6
	1983	739	696	43	34	11	23	—
	1984	1 000	924	76	63	16	47	—

## CAPÍTULO 6 — ESTATÍSTICAS VITAIS

## 6 — Processos concluídos de separações judiciais, por natureza e fundamento de ação, segundo as Unidades Federação — 1982-84

continuação

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ANOS	PROCESSOS CONCLUÍDOS DE SEPARAÇÕES JUDICIAIS										
		Natureza										
		Não consensual									Sem declaração	Sem declaração
		Separação de fato				Grave doença mental						
		Total	Cônjuge requerente			Total	Cônjuge requerente					
Marido	Mulher		Ignorado	Marido	Mulher		Ignorado					
BRASIL.....	1982	1 037	435	592	10	28	11	17	—	329	5	
	1983	1 536	668	863	5	26	9	17	—	409	2	
	1984	1 910	679	1 227	4	29	12	17	—	495	7	
Rondônia.....	1982	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	
	1983	5	2	3	—	1	—	1	—	6	—	
	1984	5	3	2	—	1	—	1	—	6	—	
Acre.....	1982	1	—	1	—	—	—	—	—	—	—	
	1983	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	
	1984	5	4	1	—	—	—	—	—	1	—	
Amazonas.....	1982	12	7	5	—	—	—	—	—	—	—	
	1983	2	2	—	—	—	—	—	—	—	—	
	1984	3	1	2	—	—	—	—	—	1	—	
Roraima.....	1982	1	—	1	—	—	—	—	—	—	—	
	1983	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
	1984	1	—	1	—	—	—	—	—	1	—	
Pará.....	1982	13	10	3	—	—	—	—	—	—	—	
	1983	16	12	4	—	—	—	—	—	1	—	
	1984	10	4	6	—	—	—	—	—	6	—	
Amapá.....	1982	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	
	1983	1	—	1	—	—	—	—	—	—	—	
	1984	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	
Maranhão.....	1982	8	2	6	—	—	1	1	—	3	—	
	1983	20	11	9	—	—	—	—	—	4	—	
	1984	22	13	9	—	—	—	—	—	2	—	
Piauí.....	1982	8	2	6	—	—	—	—	—	1	—	
	1983	21	10	11	—	—	—	—	—	4	—	
	1984	40	7	33	—	—	—	—	—	3	—	
Ceará.....	1982	33	20	13	—	—	—	—	—	3	—	
	1983	22	11	11	—	—	—	—	—	7	—	
	1984	49	20	29	—	1	—	1	—	18	—	
Rio Grande do Norte.....	1982	9	3	6	—	—	—	—	—	2	—	
	1983	16	6	10	—	—	—	—	—	3	—	
	1984	14	4	10	—	—	—	—	—	—	—	
Paraíba.....	1982	17	7	10	—	—	—	—	—	7	—	
	1983	44	19	25	—	—	—	—	—	7	—	
	1984	96	43	53	—	2	—	2	—	14	—	
Pernambuco.....	1982	34	25	8	1	—	—	—	—	10	—	
	1983	61	39	22	—	—	—	—	—	12	—	
	1984	104	64	37	3	—	—	—	—	15	—	
Alagoas.....	1982	21	12	9	—	—	—	—	—	2	—	
	1983	82	40	42	—	—	—	—	—	3	—	
	1984	48	25	23	—	—	—	—	—	7	—	

## CAPÍTULO 6 — ESTATÍSTICAS VITAIS

## 6 — Processos concluídos de separações judiciais, por natureza e fundamento de ação, segundo as Unidades Federação — 1982-84

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ANOS	PROCESSOS CONCLUÍDOS DE SEPARAÇÕES JUDICIAIS										conclusão	
		Natureza										Sem declaração	Sem declaração
		Não consensual											
		Separação de fato				Grave doença mental				Sem declaração			
		Total	Cônjuge requerente			Total	Cônjuge requerente						
Marido	Mulher		Ignorado	Marido	Mulher		Ignorado						
Sergipe.....	1982	26	21	5	—	—	—	—	—	—	3	—	
	1983	48	24	24	—	—	—	—	—	—	6	—	
	1984	72	34	38	—	—	—	—	—	—	9	—	
Bahia.....	1982	48	21	27	—	1	—	1	—	—	3	1	
	1983	125	50	71	4	1	1	—	—	—	13	—	
	1984	115	41	74	—	1	—	1	—	—	10	—	
Minas Gerais.....	1982	202	83	118	1	3	2	1	—	—	36	1	
	1983	167	76	91	—	7	4	3	—	—	45	—	
	1984	234	75	159	—	3	—	3	—	—	63	—	
Espírito Santo.....	1982	15	2	13	—	—	—	—	—	—	7	—	
	1983	30	13	17	—	1	1	—	—	—	10	—	
	1984	43	16	27	—	2	2	—	—	—	20	1	
Rio de Janeiro.....	1982	80	39	38	3	1	1	—	—	—	36	2	
	1983	172	107	65	—	—	—	—	—	—	50	1	
	1984	84	29	55	—	3	3	—	—	—	62	5	
São Paulo.....	1982	252	90	162	—	10	5	5	—	—	118	1	
	1983	317	107	209	1	10	2	8	—	—	130	1	
	1984	443	136	307	—	9	5	4	—	—	133	1	
Paraná.....	1982	53	17	36	—	3	—	3	—	—	33	—	
	1983	65	27	38	—	—	—	—	—	—	32	—	
	1984	95	32	62	1	4	1	3	—	—	28	—	
Santa Catarina.....	1982	48	17	28	3	2	1	1	—	—	17	—	
	1983	70	20	50	—	1	—	1	—	—	17	—	
	1984	85	22	63	—	—	—	—	—	—	15	—	
Rio Grande do Sul.....	(1) 1982	87	33	54	—	3	1	2	—	—	30	—	
	1983	147	48	99	—	2	—	2	—	—	40	—	
	1984	190	53	137	—	1	1	—	—	—	54	—	
Mato Grosso do Sul.....	1982	20	8	10	2	—	—	—	—	—	6	—	
	1983	35	15	20	—	2	1	1	—	—	6	—	
	1984	59	22	37	—	—	—	—	—	—	4	—	
Mato Grosso.....	1982	4	3	1	—	—	—	—	—	—	—	—	
	1983	5	2	3	—	—	—	—	—	—	1	—	
	1984	10	3	7	—	—	—	—	—	—	4	—	
Goiás.....	1982	32	8	24	—	3	—	3	—	—	5	—	
	1983	58	25	33	—	1	—	1	—	—	9	—	
	1984	73	28	45	—	2	—	2	—	—	15	—	
Distrito Federal.....	1982	11	3	8	—	—	—	—	—	—	7	—	
	1983	7	2	5	—	—	—	—	—	—	2	—	
	1984	10	—	10	—	—	—	—	—	—	3	—	

Fonte: IBGE. Diretoria de População e Social, Departamento de Estatísticas Vitais e Sociais, pesquisa Registro Civil. Tabela extraída de: Anuário Estatístico do Brasil 1985.

Rio de Janeiro: IBGE, v. 46, 1986.

(1) Exclusive Porto Alegre.

## CAPÍTULO 6 — ESTATÍSTICAS VITAIS

## 7 — Processos concluídos de separações judiciais, por sentença proferida e regime de bens do casamento, segunda as Unidades da Federação — 1982-84

Continua

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ANOS	PROCESSOS CONCLUÍDOS DE SEPARAÇÕES JUDICIAIS											
		Total	Sentença Preferida						Regime de bens do casamento				
			Concessão			Denegação			Sem declaração	Comunhão universal	Comunhão parcial	Separação	Sem declaração
			Total	Sem recurso	Com recurso	Total	Sem recurso	Com recurso					
<b>BRASIL.....</b>	1982	41 376	41 012	40 320	692	335	219	116	29	32 508	7 209	1 563	96
	1983	52 066	51 589	50 996	593	400	286	114	77	37 652	12 291	1 974	149
	1984	63 698 (1)	63 023	62 547	475	579	425	154	96	42 520	18 389	2 617	172
Rondônia.....	1982	22	22	20	2	—	—	—	—	14	7	—	1
	1983	173	170	126	44	3	3	—	—	132	39	2	—
	1984	255	253	240	13	2	2	—	—	190	63	1	1
Acre.....	1982	26	26	26	—	—	—	—	—	25	1	—	—
	1983	46	46	44	2	—	—	—	—	44	2	—	—
	1984	67	67	67	—	—	—	—	—	60	6	1	—
Amazonas.....	1982	186	163	154	9	23	10	13	—	172	12	1	1
	1983	132	132	128	4	—	—	—	—	102	30	—	—
	1984	169	162	162	—	7	6	1	—	147	20	2	—
Roraima.....	1982	54	53	53	—	1	1	—	—	40	8	5	1
	1983	32	32	32	—	—	—	—	—	24	6	2	—
	1984	53	53	51	2	—	—	—	—	34	16	3	—
Pará.....	1982	191	191	190	1	—	—	—	—	150	39	2	—
	1983	335	333	326	7	2	2	—	—	255	76	4	—
	1984	356	356	352	4	—	—	—	—	268	85	3	—
Amapá.....	1982	34	34	34	—	—	—	—	—	30	2	2	—
	1983	48	48	48	—	—	—	—	—	44	4	—	—
	1984	68	67	67	—	1	1	—	—	59	8	1	—
Maranhão.....	1982	157	157	157	—	—	—	—	—	119	29	9	—
	1983	275	269	265	4	5	—	5	1	166	83	26	—
	1984	353	350	349	1	3	1	2	—	195	125	33	—
Piauí.....	1982	126	126	125	1	—	—	—	—	100	25	1	—
	1983	225	220	216	4	3	2	1	2	175	43	6	1
	1984	271	268	265	3	3	2	1	—	188	77	6	—
Ceará.....	1982	627	620	612	8	7	1	6	—	587	31	7	2
	1983	839	837	822	15	1	1	—	1	765	67	7	—
	1984	1 127	1 121	1 117	4	4	3	1	2	898	212	16	1
Rio Grande do Norte.....	1982	218	218	214	4	—	—	—	—	152	60	6	—
	1983	337	336	331	5	1	—	1	—	228	94	15	—
	1984	424	421	416	5	3	3	—	—	236	165	23	—
Paraíba.....	1982	176	176	172	4	—	—	—	—	129	29	18	—
	1983	426	423	415	8	3	2	1	—	256	116	53	1
	1984	695	687	674	13	8	5	3	—	340	275	80	—
Pernambuco.....	1982	390	381	345	36	7	5	2	2	342	28	11	9
	1983	445	415	392	23	18	15	3	12	335	78	22	10
	1984	955	907	869	38	31	25	6	17	696	201	52	6
Alagoas.....	1982	238	238	231	7	—	—	—	—	185	33	20	—
	1983	405	402	396	6	3	2	1	—	285	101	19	—
	1984	275	268	259	9	7	1	6	—	173	82	18	2
Sergipe.....	1982	245	244	234	10	1	1	—	—	225	15	2	3
	1983	339	337	323	14	2	—	2	—	280	43	16	—
	1984	502	498	483	15	4	3	1	—	322	135	44	1
Bahia.....	1982	822	807	517	290	7	5	2	8	675	124	23	—
	1983	1 541	1 521	1 474	47	17	17	—	3	1 062	410	58	11
	1984	1 641	1 621	1 584	37	15	14	1	5	1 096	495	45	5
Minas Gerais.....	1982	4 121	4 069	4 008	61	40	33	7	12	3 359	670	85	7
	1983	4 864	4 812	4 753	59	39	25	14	13	3 617	1 097	139	11
	1984	6 791	6 699	6 627	72	87	72	15	5	4 834	1 744	199	14
Espírito Santo.....	1982	645	636	631	5	9	8	1	—	515	118	12	—
	1983	951	941	930	11	10	10	—	—	722	206	17	6
	1984	1 386	1 357	1 356	1	29	29	—	—	985	358	34	9



## CAPÍTULO 6 — ESTATÍSTICAS VITAIS

## 7 — Processos concluídos de separações judiciais, por sentença proferida e regime de bens do casamento, segunda as Unidades da Federação — 1982-84

conclusão

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ANOS	PROCESSOS CONCLUÍDOS DE SEPARAÇÕES JUDICIAIS											
		Total	Sentença Preferida							Regime de bens do casamento			
			Concessão			Denegação			Sem declaração	Comunhão universal	Comunhão parcial	Separação	Sem declaração
			Total	Sem recurso	Com recurso	Total	Sem recurso	Com recurso					
Rio de Janeiro.....	1982	5 288	5 283	5 273	10	4	4	—	1	4 076	1 026	182	4
	1983	6 183	6 152	6 057	95	29	14	15	2	4 173	1 773	231	6
	1984	6 819	6 749	6 691	58	18	16	2	52	4 221	2 341	245	12
São Paulo.....	1982	17 885	17 787	17 707	80	98	72	26	—	13 698	3 364	798	25
	1983	20 648	20 503	20 430	73	112	73	39	33	14 450	5 297	849	52
	1984	23 970	23 779	23 715	64	185	116	69	6	15 139	7 606	1 148	77
Paraná.....	1982	2 779	2 710	2 630	80	69	27	42	—	2 173	434	162	10
	1983	3 417	3 350	3 269	81	67	50	17	—	2 580	606	209	22
	1984	4 020	3 961	3 921	40	59	31	28	—	2 731	1 040	246	3
Santa Catarina.....	1982	1 409	1 406	1 379	27	3	—	3	—	1 178	203	26	2
	1983	1 881	1 872	1 851	21	9	5	4	—	1 525	308	45	3
	1984	2 473	2 464	2 453	11	9	7	2	—	1 925	472	72	4
Rio Grande do Sul.....	1982	2 743	2 695	2 672	23	48	46	2	—	2 206	415	93	29
	1983	4 910	4 851	4 809	42	55	49	6	4	3 742	983	165	20
	1984	6 422 (1)	6 354	6 323	30	68	60	8	—	4 611	1 585	198	28
Mato Grosso do Sul.....	1982	709	701	700	1	7	3	4	1	561	120	28	—
	1983	977	958	956	2	15	10	5	4	727	213	34	3
	1984	1 268	1 252	1 243	9	10	5	5	6	901	325	41	1
Mato Grosso.....	1982	183	182	179	3	1	—	1	—	140	32	11	—
	1983	267	267	262	5	—	—	—	—	204	58	5	—
	1984	320	319	316	3	1	—	1	—	225	88	6	1
Goiás.....	1982	1 161	1 152	1 122	30	4	3	1	5	925	207	29	—
	1983	1 631	1 623	1 603	20	6	6	—	2	1 232	367	32	—
	1984	2 018	1 994	1 966	28	24	22	2	—	1 410	535	71	2
Distrito Federal.....	1982	941	935	935	—	6	—	6	—	732	177	30	2
	1983	739	739	738	1	—	—	—	—	527	191	18	3
	1984	1 000	996	981	15	1	1	—	3	636	330	29	5

Fonte: IBGE. Diretoria de População e Social, Departamento de Estatísticas Vitais e Sociais, pesquisa Registro Civil. Tabela extraída de: Anuário Estatístico do Brasil 1985. Rio de Janeiro: IBGE, v. 46, 1986.

(1) Inclusive um processo sem declaração de concessão.(2) Exclusive Porto Alegre.

## ESTATÍSTICAS DO REGISTRO CIVIL

Tabela 2.18 - Processos de divórcios encerrados em 1ª instância, por tipo, natureza, sentença proferida e regime de bens do casamento, segundo as Unidades da Federação da ação do processo - 1994

continua

UNIDADES DA FEDERAÇÃO DA AÇÃO DO PROCESSO	PROCESSOS DE DIVÓRCIOS ENCERRADOS EM 1ª INSTÂNCIA								
	Total	Tipo			Natureza				
		Direto	Indireto	Sem declaração	Consensual	Não consensual			Sem declaração
						Total	Requerido pelo marido	Requerido pela mulher	
<b>BRASIL.....</b>	<b>95 971</b>	<b>64 741</b>	<b>31 213</b>	<b>17</b>	<b>68 651</b>	<b>27 163</b>	<b>12 293</b>	<b>14 870</b>	<b>157</b>
Rondônia.....	663	565	98	-	357	306	121	185	-
Acre.....	220	172	48	-	157	63	22	41	-
Amazonas.....	360	322	38	-	320	40	21	19	-
Roraima.....	145	112	33	-	79	66	43	23	-
Pará.....	884	758	126	-	634	250	126	124	-
Amapá.....	98	76	22	-	72	26	7	19	-
Tocantins.....	337	295	42	-	244	93	44	49	-
Maranhão.....	798	675	123	-	602	196	130	66	-
Piauí.....	719	558	160	1	409	310	193	117	-
Ceará.....	1 365	1 264	101	-	964	401	191	210	-
Rio Grande do Norte.....	845	694	151	-	585	260	154	106	-
Paraíba.....	1 979	1 566	413	-	961	1 018	570	448	-
Pernambuco.....	4 887	4 082	804	1	3 307	1 571	959	612	9
Alagoas.....	974	789	177	8	537	369	220	149	68
Sergipe.....	907	796	111	-	674	228	147	81	5
Bahia.....	3 561	3 174	387	-	2 854	707	386	321	-
Minas Gerais.....	9 799	5 946	3 853	-	6 819	2 980	1 415	1 565	-
Espírito Santo.....	2 010	1 375	635	-	1 548	462	226	236	-
Rio de Janeiro.....	7 310	5 627	1 683	-	6 137	1 173	621	552	-
São Paulo.....	32 604	18 655	13 942	7	23 491	9 038	3 447	5 591	75
Paraná.....	6 075	4 458	1 617	-	4 536	1 539	643	896	-
Santa Catarina.....	3 203	1 800	1 403	-	2 070	1 133	483	650	-
Rio Grande do Sul.....	7 592	4 792	2 800	-	5 028	2 564	1 179	1 385	-
Mato Grosso do Sul.....	2 334	1 552	782	-	1 522	812	285	527	-
Mato Grosso.....	853	657	196	-	574	279	123	156	-
Goiás.....	3 165	2 515	650	-	2 501	664	291	373	-
Distrito Federal.....	2 284	1 466	818	-	1 669	615	246	369	-

## ESTATÍSTICAS DO REGISTRO CIVIL

Tabela 2.18 - Processos de divórcios encerrados em 1ª instância, por tipo, natureza, sentença proferida e regime de bens do casamento, segundo as Unidades da Federação da ação do processo - 1994

UNIDADES DA FEDERAÇÃO DA AÇÃO DO PROCESSO	PROCESSOS DE DIVÓRCIOS ENCERRADOS EM 1ª INSTÂNCIA							conclusão
	Sentença proferida			Regime de bens do casamento				
	Concessão	Denegação	Sem declaração	Comunhão universal	Comunhão parcial	Separação	Sem declaração	
<b>BRASIL.....</b>	<b>95 570</b>	<b>396</b>	<b>5</b>	<b>39 915</b>	<b>51 789</b>	<b>3 767</b>	<b>500</b>	
Rondônia.....	644	19	-	273	375	15	-	
Acre.....	220	-	-	89	128	3	-	
Amazonas.....	360	-	-	134	222	4	-	
Roraima.....	143	2	-	59	86	-	-	
Pará.....	873	11	-	417	447	20	-	
Amapá.....	90	8	-	52	42	3	1	
Tocantins.....	337	-	-	141	183	13	-	
Maranhão.....	781	17	-	246	494	53	5	
Piauí.....	711	8	-	257	449	10	3	
Ceará.....	1 354	9	2	431	660	13	261	
Rio Grande do Norte.....	844	1	-	250	551	44	-	
Paraíba.....	1 958	20	1	527	1 324	127	1	
Pernambuco.....	4 817	69	1	2 441	2 185	240	21	
Alagoas.....	964	10	-	261	648	59	6	
Sergipe.....	900	7	-	246	581	79	1	
Bahia.....	3 544	17	-	1 230	2 256	72	3	
Minas Gerais.....	9 752	47	-	4 176	5 286	337	-	
Espírito Santo.....	1 999	11	-	912	1 024	54	20	
Rio de Janeiro.....	7 305	5	-	2 836	4 283	191	-	
São Paulo.....	32 556	47	1	12 997	18 158	1 376	73	
Paraná.....	6 056	19	-	2 823	2 824	425	3	
Santa Catarina.....	3 192	11	-	1 852	1 262	76	13	
Rio Grande do Sul.....	7 553	39	-	3 513	3 728	279	72	
Mato Grosso do Sul.....	2 326	8	-	1 109	1 118	96	11	
Mato Grosso.....	845	8	-	427	397	27	2	
Goiás.....	3 162	3	-	1 281	1 782	100	2	
Distrito Federal.....	2 284	-	-	935	1 296	51	2	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, pesquisa Registro Civil.

mulheres figurarem como as principais requerentes. Este anuário traz ainda informações sobre separações judiciais concedidas em 1ª instância, por tipo de família e total de filhos; por grupos de idade do marido na data da sentença; por grupos de idade da mulher na data da sentença; por tempo transcorrido entre as datas do casamento e da sentença; e o mesmo tipo de estatísticas vitais para os processos de divórcio.

A tendência de crescimento no número de processos de separação e divórcios expressa nos dados de 1982 a 1984 é confirmada nas informações sistematizadas nos anuários seguintes, de 1987/1988, de 1989, 1990, 1994, 1995 e 1996. Para efeitos de comparação com as estatísticas relativas à década de 1980, vale a pena observar os dados sumariados na tabela das páginas 170 a 171, bem como confrontá-los com as informações sobre casamentos e processos de separações judiciais<sup>14</sup>.

## Segurança Pública

Muito embora a segurança pública e seus agentes sejam subordinados ao Poder Executivo, a polícia cumpre uma importante função no sistema de justiça. As informações sobre a segurança pública são constantes, tornando-se abundantes durante o regime militar. A concepção sobre a segurança pública, no entanto, sofreu importantes mudanças durante o transcorrer do século. A identidade inicial com a polícia acabou por se transformar em dados, praticamente exclusivos, sobre acidentes de trânsito e corpo de bombeiros.

No primeiro anuário, há dados sobre a divisão policial em cada uma das Unidades da Federação, discriminando o número de chefaturas de polícia, de delegacias auxiliares, de delegacias e de subdelegacias (ver tabela a seguir).

### Divisão policial (1908=1912)

Division policière

continua

ESTADOS ÉTATS	1908				1909			
	Chefaturas de Polícia Préfectu- res de Police	Delegacias Auxiliares Commis- sariats Auxiliaires	Delegacias Commis- sariats	Sub- Delegacias Sous- Commis- sariats	Chefaturas de Polícia Préfectu- res de Police	Delegacias Auxiliares Commis- sariats Auxiliaires	Delegacias Commis- sariats	Sub- Delegacias Sous- Commis- sariats
Alagoas .....	—	—	37	130	—	—	37	130
Amazonas .....	1	—	41	153	1	—	64	141
Bahia .....	1	—	131	607	1	—	131	625
Ceará .....	1	—	73	226	1	—	73	226
Distrito Federal .....	1	3	29	—	1	3	29	—
Espirito Santo .....	1	1	29	138	1	—	29	94
Goyaz .....	1	—	43	96	1	—	42	105
Maranhão .....	1	—	53	164	1	—	53	164
Matto Grosso .....	1	2	15	76	1	1	16	76
Minas Geraes .....	1	4	137	745	1	5	137	745
Pará .....	1	—	47	433	1	—	46	443
Parahyba do Norte .....	1	—	44	42	1	—	44	42
Paraná .....	1	—	25	125	1	—	26	135
Pernambuco .....	1	—	60	325	1	—	60	325
Piauí .....	—	1	36	132	—	1	36	132
Rio de Janeiro .....	1	1	48	210	1	1	48	212
Rio Grande do Norte .....	1	—	38	100	1	—	38	101
Rio Grande do Sul .....	1	4	73	225	1	6	73	225
Santa Catharina .....	1	—	18	94	1	—	18	95
São Paulo .....	—	2	176	—	—	2	176	—
Sergipe .....	1	—	33	96	1	—	33	96
Territorio do Acre {	—	1	3	16	—	1	3	16
Alto Acre .....	—	—	—	—	—	—	—	—
Alto Juruá .....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Alto Purús .....	—	—	4	17	—	—	4	17
<b>TOTAL .....</b>	<b>18</b>	<b>19</b>	<b>1 193</b>	<b>4 150</b>	<b>18</b>	<b>20</b>	<b>1 216</b>	<b>4 145</b>

<sup>14</sup> Estas informações estão disponíveis em todos os anuários citados.

## Divisão policial (1908=1912)

Division policière

conclusão

ESTADOS ÉTATS	1910				1911			
	Chefaturas de Polícia Préfctures de Police	Delegacias Auxiliares Commis- sariats Auxiliares	Delegacias Commissaires	Sub- Delegacias Sous- Commis- sariats	Chefaturas de Polícia Préfctures de Police	Delegacias Auxiliares Commis- sariats Auxiliares	Delegacias Commissaires	Sub- Delegacias Sous- Commis- sariats
Alagôas .....	—	—	37	130	—	—	37	130
Amazonas .....	1	—	64	141	1	—	64	141
Bahia .....	1	—	131	635	1	—	130	643
Ceará .....	1	—	73	232	1	—	78	275
Distrito Federal .....	1	3	29	—	1	3	29	—
Espirito Santo .....	1	1	29	94	1	—	30	136
Goyaz .....	1	—	43	104	1	—	45	107
Maranhão .....	1	—	55	165	1	—	56	168
Matto Grosso .....	1	1	16	76	1	—	17	64
Minas Geraes .....	1	5	137	745	1	2	176	815
Pará .....	1	—	46	448	1	—	47	452
Parahyba do Norte .....	1	—	44	42	1	1	46	135
Paraná .....	1	—	29	133	1	—	29	135
Pernambuco .....	1	—	60	321	1	—	61	325
Piauhy .....	—	1	36	135	—	1	36	150
Rio de Janeiro .....	1	1	48	213	1	1	47	212
Rio Grande do Norte .....	1	—	38	102	1	—	39	103
Rio Grande do Sul .....	1	6	73	149	1	—	73	146
Santa Catharina .....	1	—	18	96	1	—	19	79
São Paulo .....	—	4	176	—	—	4	179	252
Sergipe .....	1	—	33	99	1	—	33	102
Territorio do Acre {	Alto Acre .....	—	1	3	—	2	2	21
	Alto Juruá .....	—	—	—	—	6	6	—
	Alto Purús .....	—	—	4	17	—	1	3
<b>TOTAL .....</b>	<b>18</b>	<b>23</b>	<b>1 222</b>	<b>4 095</b>	<b>18</b>	<b>21</b>	<b>1 282</b>	<b>4 606</b>

ESTADOS ÉTATS	1912				
	Chefaturas de Polícia Préfctures de Police	Delegacias Auxiliares Commis- sariats Auxiliares	Delegacias Commissaires	Sub- Delegacias Sous- Commis- sariats	
Alagôas .....	—	—	—	37	130
Amazonas .....	1	—	—	51	133
Bahia .....	1	—	—	130	613
Ceará .....	1	—	—	78	275
Distrito Federal .....	1	—	—	29	—
Espirito Santo .....	1	—	1	32	148
Goyaz .....	1	—	—	45	115
Maranhão .....	1	—	2	59	166
Matto Grosso .....	1	—	—	17	64
Minas Geraes .....	1	—	2	176	815
Pará .....	1	—	—	(*)	—
Parahyba do Norte .....	1	—	2	46	136
Paraná .....	1	—	—	31	147
Pernambuco .....	1	—	—	61	339
Piauhy .....	—	—	1	38	168
Rio de Janeiro .....	1	—	1	48	212
Rio Grande do Norte .....	1	—	—	39	106
Rio Grande do Sul .....	1	—	2	74	153
Santa Catharina .....	1	—	—	19	81
São Paulo .....	—	—	4	179	261
Sergipe .....	1	—	—	34	104
Territorio do Acre {	Alto Acre .....	—	—	2	21
	Alto Juruá .....	—	—	6	—
	Alto Purús .....	—	—	1	3
<b>TOTAL .....</b>	<b>18</b>	<b>27</b>	<b>1 234</b>	<b>4 202</b>	

Fonte: Anuario estatístico do Brazil 1908-1912. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1-3, 1916-1927.

OBSERVAÇÃO — Nos Estados de Alagôas, Piauhy, São Paulo e nos departamentos do Territorio do Acre, não existe o cargo de de Chefe de Polícia, cujas funções são exercidas, respectivamente, pelo Secretario do Interior, pelo Secretario de Estado da Polícia, pelo Secretario da Justiça e Segurança Publica e pelos Prefeitos; as delegacias auxiliares, nos Estados do Piauhy e Rio Grande do Sul, denominam-se "delegacia geral" e "sub-chefaturas de Polícia"; as delegacias e sub-delegacias nos Estados de Alagôas e Paraná denominam-se «commissariados» e «sub-commissariados» e, no Pará, «prefeituras» e «sub-prefeituras».

(\*) Não informou.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA  
**SEGURANÇA PÚBLICA**  
**PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA — 1958**

1. ORGANIZAÇÕES EXISTENTES, SEGUNDO A NATUREZA,  
 POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ORGANIZAÇÕES EXISTENTES										
	Polícia Militar ou Fôrça Pública			Polícia Civil		Polícia de Trânsito		Corpo de Bom- beiros	Guarda Noturna	Guarda Civil ou Muni- cipal	Outras
	Corpos (batalhões, regimen- tos e com- panhias)	Detaca- mentos	Sub-des- taca- mentos	Delega- cias	Sub-dele- gacias	Delega- cias ou inspe- torias	Postos				
Rondônia .....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Acre .....	...	...	...	...	...	—	—	—	...	—	—
Amazonas .....	1	18	—	38	28	1	—	2	—	24	2
Rio Branco .....	1	—	—	—	—	1	—	—	—	1	1
Pará .....	1	3	—	76	443	1	1	1	3	1	10
Amapá .....	1	3	—	3	—	...	...	—	—	—	...
Maranhão .....	1	54	3	76	3	1	1	1	—	69	1
Piauí .....	1	57	1	59	39	2	—	—	—	1	1
Ceará .....	7	126	66	64	103	1	19	1	4	2	2
Rio Grande do Norte .....	5	52	12	59	61	1	1	1	3	1	2
Paraíba .....	2	49	67	35	85	8	15	2	12	3	1
Pernambuco .....	1	102	3	...	4	9	—	...	—	...	...
Alagoas .....	1	...	...	...	...	—	—	...	...	...	...
Sergipe .....	1	93	3	68	40	—	—	1	4	2	—
Bahia .....	8	225	20	183	317	1	22	2	30	16	8
Minas Gerais .....	15	482	49	510	721	1	6	3	11	7	17
Espírito Santo .....	1	43	123	45	133	1	2	3	—	1	3
Rio de Janeiro .....	4	84	—	78	166	33	23	5	9	7	11
Guanabara .....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
São Paulo .....	14	288	29	425	102	29	16	11	115	11	22
Paraná .....	5	158	100	175	196	8	1	4	5	3	12
Santa Catarina.....	5	66	5	61	84	2	—	3	5	—	6
Rio Grande do Sul .....	8	149	24	139	40	14	—	18	32	4	10
Mato Grosso .....	1	61	26	59	45	—	—	—	2	4	1
Goiás .....	7	75	2	126	14	6	—	—	—	4	—
<b>BRASIL (1).....</b>	<b>91</b>	<b>2 188</b>	<b>533</b>	<b>2 269</b>	<b>2 624</b>	<b>120</b>	<b>107</b>	<b>58</b>	<b>235</b>	<b>161</b>	<b>110</b>

Fonte: Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil, 1960. Rio de Janeiro: IBGE, v. 21, 1960.

(1) Com as imperfeições mencionadas.

**SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA**  
**SEGURANÇA PÚBLICA**  
**PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA — 1958**

**2. EFETIVOS SEGUNDO A NATUREZA,**

**POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EFETIVO							
	Total	Segundo a natureza						
		Polícia Militar ou Força Pública	Polícia Civil	Polícia de Trânsito	Corpo de Bombeiros	Guarda Noturna	Guarda Civil ou Municipal	Outras
Rondônia .....	1	...	...	1	...	...	...	...
Acre .....	...	...	...	—	—	—	—	—
Amazonas .....	985	150	69	63	93	—	338	272
Rio Branco .....	146	57	—	1	—	—	85	3
Pará .....	2 974	930	1 300	167	...	25	426	126
Amapá .....	314	156	20	2	—	—	—	136
Maranhão .....	1 948	1 143	239	2	40	—	513	11
Piauí .....	2 881	1 318	1 276	17	—	—	216	54
Ceará .....	4 840	2 998	294	405	179	62	883	19
Rio Grande do Norte .....	3 553	2 634	438	23	62	80	125	191
Paraíba .....	2 952	1 749	535	148	122	140	245	13
Pernambuco .....	1 919	1 067	...	288	...	—	564	...
Alagoas .....	2 004	1 095	519	—	77	4	269	40
Sergipe .....	1 994	1 473	192	—	126	37	166	—
Bahia .....	7 940	4 257	1 042	210	834	266	1 080	251
Minas Gerais .....	16 417	10 694	2 360	584	531	165	1 399	684
Espírito Santo .....	2 614	1 968	306	86	106	—	45	103
Rio de Janeiro .....	5 689	2 438	924	434	393	574	334	592
Guanabara .....	2 303	...	...	31	...	...	2 272	...
São Paulo .....	22 075	6 715	2 313	393	1 223	806	10 060	565
Paraná .....	8 746	5 106	1 737	285	614	88	726	190
Santa Catarina.....	3 580	2 905	375	65	167	28	—	40
Rio Grande do Sul .....	12 798	8 137	1 522	527	917	680	938	77
Mato Grosso .....	1 632	1 261	235	—	—	40	76	20
Goiás .....	2 532	2 029	255	77	—	—	171	—
<b>BRASIL (1) .....</b>	<b>112 837</b>	<b>60 280</b>	<b>15 951</b>	<b>3 809</b>	<b>5 484</b>	<b>2 995</b>	<b>20 931</b>	<b>3 387</b>

Fonte: Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil, 1960. Rio de Janeiro: IBGE, v. 21, 1960.

Nota: Os dados acima refletem fielmente o original.

(1) Com as imperfeições mencionadas.



Juizes no Supremo Tribunal Federal, 1932. CPDOC/FGV.

Os anuários de 1938 e de 1939/1940 não poupam informações sobre a segurança pública, especificando a composição dos efetivos segundo os quadros, sua composição segundo as categorias e postos, e as verbas orçamentárias.

No anuário de 1947, os dados sobre a segurança pública referem-se apenas ao tamanho do efetivo da polícia militar, ao seu orçamento anual, à guarda civil, aos bombeiros e ao orçamento anual destas corporações. Estas mesmas informações são colhidas em 1950, porém acrescidas do material existente, como, por exemplo, número de bombas, de escadas mecânicas, de carros, etc.

As informações contidas no anuário de 1955 sobre a segurança pública focalizam apenas o pessoal e o orçamento de duas corporações: a guarda civil e o serviço de trânsito. Já o anuário de 1960 é muito mais específico, permitindo que se tenha uma visão completa das organizações existentes e dos efetivos segundo a natureza, por Unidade da Federação. Estes dados podem ser apreciados nas tabelas das páginas 174 e 175, chamando a atenção para o contraste com a tabela anterior, relativa ao início do século. Por outro lado, é igualmente significativo o fato da Polícia Militar e da Polícia Civil possuírem contingentes muito diferenciados no período.

O grau de detalhe destas tabelas é repetido no anuário de 1965, o primeiro após o golpe de 1964, seguindo parâmetros que foram inaugurados no anuário de 1963.

Na mesma linha das publicações anteriores, porém, conferindo maior ênfase ao tema, o anuário de 1970 traz dados sobre as instituições de segurança pública, distinguindo a guarda civil, o serviço de trânsito, o corpo de bombeiros, e especificando o pessoal, a verba orçamentária, por

Unidade da Federação. Sintomaticamente, a corporação com maior número de informações é a menos suscetível de atuação política, ou seja, o serviço de trânsito. Chega-se a computar o número de candidatos examinados, quantos foram aprovados e quantos reprovados, a quantidade de motoristas amadores e profissionais, o número de carteiras expedidas. O número de informações sobre a segurança pública cresce ainda mais e aumenta os detalhes a partir do anuário de 1979. Há dados sobre o pessoal efetivo do corpo de bombeiros, segundo as Unidades da Federação, distinguindo-se combatentes, pessoal de saúde, músicos, motoristas, tripulantes de embarcações, artífices diversos; o material existente (bombas, extintores, escadas, mangueiras, mangotes, traves de salvação, etc); veículos e embarcações; número de incêndios, por período, origem, causa apurada ou presumida, natureza do imóvel sinistrado e extensão do sinistro, pessoas vitimadas; acidentes de trânsito registrados, segundo vários aspectos; suicídios, segundo os meios utilizados, o sexo, o estado civil, o grau de instrução; tentativas de suicídio; pessoas envolvidas em suicídios.

Assim, os exemplares de toda a década de 1980 confirmam que esta área constituía-se em prioridade nas ações governamentais. A maior parte das tabelas, porém, diz respeito ao corpo de bombeiros e a



acidentes de trânsito, aos veículos envolvidos, às vítimas, aos condutores envolvidos. Por fim, encontra-se também nessa rubrica informações sobre suicídios e suicidas.

Nos exemplares de 1989, tal como nos seguintes de 1990 e de 1994 verifica-se a mesma concepção sobre a segurança pública notada anteriormente. Essa área temática engloba dados sobre o corpo de bombeiros, incêndios, suicídios e acidentes de trânsito, segundo as Unidades da Federação. A tendência de transformar a segurança pública em problemas ligados principal ou exclusivamente aos acidentes de trânsito ganha toda a sua força no anuário de 1995. Estão ali reunidas informações que permitem quantificar o número de acidentes com vítimas fatais e não-fatais e segundo o tipo de acidente, com vítimas ou somente com danos materiais. Nenhuma outra instituição relacionada à segurança pública é mencionada. Esta mesma percepção é repetida nos anuários de 1996, 1997 e 1998. Trata-se, sem dúvida, de uma forma bastante peculiar de entender a segurança pública – uma das principais atribuições do estado.

## Referências bibliográficas

BRASIL. Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965. Mantém a Constituição de 1946 e as Constituições estaduais e respectivas emendas, com as modificações que menciona. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 out. 1965. p. 11017.

\_\_\_\_\_. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24/01/1967 e as Constituições estaduais com as modificações constantes deste ato. O Presidente da República poderá

decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar em Estado de Sítio ou fora dele, só voltando o mesmo a funcionar quando convocados pelo Presidente da República. O Presidente da República, no interesse nacional, poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição. Poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federal, estadual e municipal. Ficam suspensas as garantias constitucionais ou legais de vitalidade, inamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por prazo certo. O Presidente da República, em qualquer dos casos previstos na Constituição, poderá decretar o Estado de Sítio e prorrogá-lo, fixando o respectivo prazo. Poderá após investigação, decretar o confisco de bens de todos quantos tenham enriquecido ilicitamente, no exercício do cargo ou função. Fica suspensa a garantia de *habeas corpus*, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 de dez. 1968. p. 10801.

Tribunal de Justiça. Foto Everaldo Carneiro – BrazilPhotos.



\_\_\_\_\_. Ato Institucional nº 6, de 01 de fevereiro de 1969. Modifica a composição e altera a competência do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal Militar, ratifica as emendas constitucionais feitas por atos complementares e subseqüentes ao AI 5 de 13/12/1968 e exclui de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com esse ato constitucional e seus atos complementares. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 fev. 1969. p. 1121.

\_\_\_\_\_. Constituição (1969). Emenda Constitucional nº 16, de 26 de novembro de 1965. Reforma do Poder Judiciário. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 6 dez. 1965. Seção 1, p. 12374.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 7, de 13 de abril de 1977. Incorpora ao texto da Constituição Federal disposições relativas ao Poder Judiciário. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 abr. 1977. Seção 5, p. 4147, col. 1.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 848, de 11 de outubro de 1890. Organiza a Justiça Federal. *Coleção de leis da República Federativa do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 2744, Col. 1, 1890.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 19.656, de 03 de fevereiro de 1931. Reorganiza provisoriamente o Supremo Tribunal Federal e estabelece regras para abreviar os seus julgamentos. *Coleção de leis da República Federativa do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 111, 1931.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977. Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 abr. 1978. p. 5073, col. 1.

OLIVEIRA, Alexandre Vidigal de. Justiça Federal: evolução histórico-legislativa. *Revista AJUFE*, São Paulo, nº 50, p. 9-14, jun./jul. 1996.

SADEK, Maria Tereza. A organização do poder judiciário no Brasil. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Uma introdução ao estudo da justiça*. São Paulo: Idesp: Sumaré, 1995. p. 7-16.

SALLES, M. Ferraz de Campos. Exposição de motivos ao Decreto nº 848, de 11/10/1890. In: JUSTIÇA Federal: legislação. Brasília, DF: Conselho da Justiça Federal, 1993. 428 p.

# PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS DO BRASIL



Interior de indigentes, 1920  
Lasar Segall  
Pintura a óleo sobre tela - 85 x 40 cm  
Museu de Arte de São Paulo, Assis Chateaubriand - MASP.

---

\* Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ, pesquisador e professor da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, autor do livro *A Era do Saneamento - As bases da política de saúde pública no Brasil* (Hucitec/Anpocs, 1998) e de vários artigos em periódicos científicos e capítulos de livros versando sobre os temas previdência social, assistência médica e saúde pública no Brasil.

## PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS DO BRASIL<sup>1</sup>

GILBERTO HOCHMAN\*

As informações disponíveis nos Anuários Estatísticos do Brasil do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - desde 1936 guardam correspondências, no que se refere aos indicadores utilizados para sua produção e no formato de sua apresentação, com a evolução política, legal e institucional do sistema previdenciário brasileiro. Trata-se de uma história narrada e analisada por uma não muito numerosa bibliografia, de diversas origens, que em sua grande maioria não se debruçou sobre as informações estatísticas contidas, tanto nos Anuários do IBGE quanto em outras publicações oficiais.

Os trabalhos de cunho acadêmico, em particular no campo das ciências sociais e da história (por exemplo, COHN, 1980; HOCHMAN, 1992; MALLOY, 1986; OLIVEIRA; TEIXEIRA, 1986; SANTOS, 1979), dedicaram-se a compreender as complexas relações entre sociedade, política e previdência social no Brasil, principalmente a partir da legislação previdenciária e de diversos tipos de fontes de caráter mais qualitativo: entrevistas, depoimentos, publicações governamentais e sindicais (trabalhadores e patronais), periódicos e grande imprensa, documentos do legislativo federal e dos partidos políticos.<sup>1</sup> Esses trabalhos, ao abordarem o período de 1923-1966, buscaram revelar os nexos entre sociedade capitalista e seguro social, entre política partidária e sindical e previdência social, entre Estado Nacional, sua burocracia e os mecanismos de proteção social no Brasil, e entre estes últimos e os direitos de cidadania.

Organização de Auxílio Fraternal, 1965.  
CPDOC/FGV.



<sup>1</sup> Com exceção da análise de Santos (1979), que utiliza várias fontes, inclusive os Anuários Estatísticos do Brasil do IBGE.

Um outro conjunto de trabalhos sobre previdência e assistência são os artigos e livros produzidos por técnicos, burocratas e dirigentes da previdência social que, ao mesmo tempo, são análises da evolução do sistema e se tornaram fontes para os estudos acadêmicos já citados. Esses autores, imersos na política previdenciária durante quase (cinco) 5 décadas, publicaram importantes trabalhos de sistematização do desenvolvimento legal e administrativo do regime previdenciário, inclusive em comparação com outras experiências nacionais (por exemplo, A PREVIDÊNCIA ..., 1950; LEITE, 1983; LEITE; VELLOSO, 1963). Porém, pouco atentaram para dados estatísticos que estavam disponíveis, independentemente da origem. A principal fonte dessas análises foi a legislação brasileira no campo da previdência e assistência. Na medida em que estes trabalhos tornaram-se importantes referências para os estudos universitários, e eles próprios como objeto específico de análise, a valorização da legislação e do material de natureza qualitativa acabou influenciando fortemente o estilo analítico de estudos posteriores.

Um terceiro conjunto de trabalhos, produzidos pela universidade e por institutos de pesquisa governamentais, dedicou-se à análise do período posterior à unificação do sistema previdenciário em 1966/1967, mais particularmente entre meados dos anos de 1970 e 1990.<sup>2</sup> Debruçou-se preferencialmente sobre a privatização da assistência médica previdenciária, as reformas do sistema de proteção social brasileiro, e a crise do sistema previdenciário (por exemplo, BRAGA; PAULA, 1981; CORDEIRO, 1984; COUTINHO; SALM, 1986; POSSAS, 1981; SILVA; MAHAR, 1974). Cabe ressaltar que o contexto de produção desses trabalhos foi o da abertura política e redemocratização do País, daí a ênfase na crítica ao modelo autoritário, privatizante, desigual e ineficaz de proteção social e à longa crise nos anos seguintes ao chamado milagre econômico (por exemplo, os trabalhos de SILVA;

MÉDICI, 1991; DRAIBE, 1990; FLEURY, 1994; VIANNA, 1998). Tendo como autores economistas, médicos-sanitaristas e cientistas sociais, as pesquisas incorporaram dados estatísticos às fontes qualitativas, o que os habilitou a propor novas interpretações. Contudo, também nesse caso a utilização dos anuários do IBGE foi escassa. As informações foram em geral extraídas de publicações das instituições previdenciárias e de órgãos governamentais, e a utilização dos Anuários Estatísticos do Brasil - AEBs - se restringiu, no que diz respeito à previdência e assistência, aos dados sobre população e extensão da cobertura previdenciária.

Na década de 1990, estudos realizados predominantemente por economistas prescreveram saídas para que o sistema previdenciário brasileiro pudesse superar o que se considerava como o seu grave desequilíbrio financeiro e sua desigualdade interna num contexto geral de ajuste macroeconômico e reforma do Estado (por exemplo, BELTRÃO; OLIVEIRA; MÉDICI, 1994, 1995). Esses trabalhos estiveram associados, no início da década, ao debate sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais no campo da seguridade social e às reformas da previdência social propostas pelo executivo, modificadas e aprovadas pelo Congresso Nacional em 1999. O ativismo no sentido de reformar o sistema previdenciário foi uma das características de tais estudos, muitas vezes publicados e divulgados pelo Ministério da Previdência Social e outros órgãos do governo federal (por exemplo, as publicações do IPEA e MPAS). Essa literatura teve como fonte privilegiada os dados do *Anuário Estatístico da Previdência Social*, que também informam os AEBs a partir de meados dessa década, e os da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD - do IBGE.

O presente texto oferece uma introdução às fontes estatísticas sobre a previdência e assistência constantes nos anuários do IBGE, procurando relacionar as características

<sup>2</sup> Alguns trabalhos tratam também do período anterior a 1966. A citação de alguns poucos trabalhos e essa diferenciação são apenas para fins de apresentação e ilustração.



Idosa. Opção Brasil Imagens.

destas informações com as etapas do desenvolvimento do seguro social brasileiro. Com isso pretende-se a valorização e difusão dessas fontes junto a pesquisadores e ao público interessado, destacando o seu potencial para a compreensão e análise das diversas facetas do sistema de proteção social no Século XX. O conjunto de estatísticas publicado pelo IBGE pode ser segmentado por temas, e estes agrupados por períodos que correspondem à trajetória da proteção previdenciária. E são as características e problemas desta trajetória, bem como das concepções sobre previdência e assistência que a orientaram, que esclarecem as origens, a qualidade e os problemas dos dados disponíveis publicados nas últimas oito décadas.

Como parte do processo de conformação da proteção pública e de formação do próprio Estado, a previdência social brasileira produziu informações que, divulgadas nos Anuários, indicam a extensão dessa política e suas características. Expressam, também, a partir dos indicadores escolhidos para apreender a realidade previdenciária, as concepções do poder público a respeito dessa política e as preocupações dos grupos nela interessados.

As perguntas relevantes que deveriam ser respondidas pelos Anuários Estatísticos do Brasil podem ser apresentadas do seguinte modo:

- a) Sobre a organização, a cobertura e as características do sistema previdenciário e assistencial: Quantas e quais são as instituições que compõem este sistema? Quem e quantos são os seus contribuintes e beneficiários?;
- b) Sobre a legislação e funcionamento do sistema: Quais e quantos são os benefícios e serviços por ele distribuídos? e
- c) Sobre o financiamento, despesas e receitas: Quais são os recursos envolvidos na operação do sistema e na concessão de benefícios e oferta de serviços?.

Depois de uma breve exposição dos principais marcos institucionais e legais da previdência social no Brasil, retomarei essas questões analisando as informações constantes nos Anuários Estatísticos do Brasil a partir de 1936, associando-as aos períodos demarcados, à dinâmica institucional, às concepções de previdência e assistência, indicando lacunas e problemas, ressaltando possibilidades analíticas e destacando algumas tabelas exemplares e outras que coligem um maior número de informações ou as apresentam para um longo período de tempo.



## Um breve histórico

A criação, pela chamada Lei Eloy Chaves em 1923, de uma Caixa de Aposentadoria e Pensões - CAP - para trabalhadores das companhias ferroviárias é apontada pela literatura, quase consensualmente, como momento fundador da previdência social no Brasil. Uma CAP caracterizava-se basicamente por abranger trabalhadores de uma empresa, com benefícios limitados à concessão de aposentadoria e pensão, tendo o seu financiamento garantido por contribuições iguais de empregados e empregadores, e administrada por representantes destes.

O segundo marco fundamental desta história é a década de 1930, com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio - MTIC -, e com ele o início de uma ampla reforma da legislação trabalhista e do sistema previdenciário no contexto da ideologia varguista. Neste momento, rompeu-se com o padrão instituído pelas CAPs - trabalhadores por empresa com contribuição bipartite. O novo modelo baseava-se na constituição de Institutos de Aposentadoria e Pensões - IAPs -, englobando categorias profissionais em âmbito nacional e incorporavam a contribuição governamental, num sistema de financiamento tripartite e paritário. O modelo das CAPs vinha sendo criticado pela sua dispersão e pelo exíguo número de associados que o inviabilizava financeiramente. Se os anos de 1920 foram pródigos no aparecimento de Caixas de Aposentadoria e Pensões, nas décadas de 1930 e 1940 observamos um processo de fusões e incorporações que resultará numa progressiva diminuição do número de CAPs existentes.

No processo de criação de Institutos de Aposentadoria e Pensões, a primeira categoria a ter o seu instituto foram os marítimos (IAPM, em 1933), seguidos dos bancários e comerciários (IAPB e IAPC, em 1934) e, por último, os industriários (IAPI, em 1936-1938). Em 1938,



Instituição paraibana de assistência à infância, entre 1936 e 1944. CPDOC/FGV.

algumas CAPs foram reorganizadas e fundidas no Instituto de Aposentadoria e Pensões da Estiva - IAPE - e no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas - IAPETEC.<sup>3</sup> Em 1954, foi criado o IAP dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos - IAPFESP -, que reunia as CAPs remanescentes. Cabe assinalar que entre a criação de um instituto e seu funcionamento decorria algum tempo, uma vez que havia necessidade de regulamentação e organização, e que o regime era o de capitalização, isto é, formação de reservas a partir dos investimentos dos recursos arrecadados das contribuições para fazer frente aos benefícios futuros ou novos serviços. Tanto as CAPs como os IAPs iniciaram seu funcionamento concedendo basicamente pensões por morte e invalidez e aposentadoria por idade. Os serviços assistenciais, como serviço social e atenção médica, e mesmo o financiamento à habitação, eram entendidos inicialmente como complementares e passíveis de contribuição adicional. Ao longo do tempo eles se tornaram correntes nas instituições dedicadas à previdência dos trabalhadores.

A engenharia institucional criada no primeiro governo Vargas no campo das políticas sociais pode ser melhor compreendida a partir do conceito de cidadania regulada:(...) *são cidadãos todos aqueles membros da comunidade*

<sup>3</sup> O IAP dos Estivadores foi incorporado ao IAPETEC em 1945. Cabe ressaltar que, em 1938, o Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos Cíveis da União, criado em 1926, foi reformulado e recebeu a denominação de Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado - IPASE -, sendo de novo reorganizado em 1940. O IPASE sempre foi considerado um caso à parte em relação às demais instituições previdenciárias, sendo inclusive preservado quando da fusão dos IAPs em 1966. Isso se refletirá nas informações dos AEBs.



*que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei. (...) Tornam-se pré-cidadãos, assim, todos cuja ocupação a lei desconhece* (SANTOS, 1979, p. 75).

Uma característica desse sistema, ainda que regulado e fiscalizado pelo MTTC, que se consolida na década de 1930 e se mantém até 1960 é a sua heterogeneidade e padrão exclusivista. Cada IAP tinha legislação específica, contribuições diferenciadas, sua própria cesta de benefícios, de serviços e de programas, e uma política particular de investimentos de recursos e reservas. O resultado foi o desenvolvimento de uma sistema previdenciário que, embora crescesse em número de indivíduos cobertos e benefícios concedidos, era marcado pela desigualdade interna entre os recipientes e excluía parcela expressiva da população, em especial a população rural, e parte da população urbana. Apesar da criação de alguns mecanismos de racionalização do sistema e de complementação de benefícios, como o Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência - SAMDU, 1949, mantido por todos os IAPs, e o Serviço de Alimentação da Previdência Social - SAPS, 1940 -, até 1960 a previdência social era uma constelação de sistemas autônomos em ministérios com baixa capacidade de integração e coordenação dos mesmos. Além disso, mecanismos assistenciais também tornaram-se parte das cestas de serviços dos IAPs, portanto diversificados e desiguais dependendo da categoria profissional.

Unidade assistencial mantidas pela Instituição Maria de Nazareth, Rio de Janeiro, RJ, 1981. CPDOC/FGV.



No campo assistencial, ressalte-se a criação da Legião Brasileira de Assistência - LBA -, que institucionalmente oscilará até sua extinção entre o seu pertencimento ao sistema previdenciário e seu status de entidade especial. Essa instabilidade de pertencimento institucional e sua baixa integração são características das políticas e ações assistenciais ao longo das últimas (cinco) 5 décadas, com reflexos sobre a organização e divulgação das informações sobre o setor.

O ano de 1960 foi outro marco na história do seguro social brasileiro. Primeiro, a criação do Ministério do Trabalho e Previdência Social - MTPS -; e o segundo, e mais importante, a aprovação pelo Congresso da Lei Orgânica da Previdência Social - LOPS - que, proposta mais de 13 (treze) anos antes, uniformizava a legislação caracterizada até então por acentuadas diferenças entre os institutos. Com a LOPS a cobertura previdenciária, do ponto de vista legal, alcança a quase totalidade da população urbana com a inclusão dos empregadores e autônomos como segurados obrigatórios. Também em 1960 dá-se uma mudança política significativa: os IAPs passam a ser dirigidos por um colegiado formado por representantes de trabalhadores, empregadores e governo. Um dos impactos do golpe militar de 1964 foi a intervenção nos IAPs, e sua fusão com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social - INPS -, pelo Decreto-lei nº 72, de 21 de novembro de 1966, interrompendo a experiência e unificando o sistema previdenciário.

Parte do modelo previdenciário gerado nos anos de 1930 foi desmontado com a criação do INPS que, de certo modo, concluiu o processo de uniformização iniciado em 1960. Porém, ainda estava em questão o tema da incorporação de novos contingentes à cobertura previdenciária. Ao longo da década de 1970 foram incorporadas categorias até então marginalizadas, tais como os empregados domésticos em 1972, os trabalhadores autônomos em 1973 (regulamentação) e os maiores de 70 anos e inválidos não-contribuintes (1974). Em 1971, foi criado o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, incorporando, depois

de algumas tentativas fracassadas desde 1963, um novo e expressivo contingente populacional. Em 1976, a cobertura previdenciária foi estendida aos empregadores rurais. Em meados da década de 1970, numa tendência à universalização, a quase totalidade dos que exerciam atividades remuneradas no campo e nas cidades tinha direitos previdenciários, além de contingentes de não-contribuintes passam a ter direito a proteção previdenciária e assistencial, uma inovação na trajetória do seguro social brasileiro. Um outro corte importante foi a estatização do seguro de acidentes de trabalho e sua incorporação à previdência social em 1967.

Do ponto de vista institucional, as inovações foram a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS - em 1974, e do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social - Sinpas -, em 1977, contendo uma forte especialização organizacional. A partir de um ministério formulador e executor das políticas de previdência e assistência, foi criado um sistema composto de instituições especializadas, novas ou já existentes. Assim, caberia ao INPS a manutenção e concessão de benefícios, ao Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - Inamps - a prestação de assistência médica aos trabalhadores urbanos e rurais, ao Instituto de Administração Financeira da Previdência Social - Iapas - a gerência dos recursos financeiros e patrimoniais da previdência. Passa-

Unidade assistencial mantidas pela Instituição Maria de Nazareth, Rio de Janeiro, RJ, 1981. CPDOC/FGV.



ram a pertencer ao Sinpas a Central de Medicamentos - Ceme -, da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor - Funabem - e da Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social - Dataprev - e a LBA, como seu braço assistencial.<sup>4</sup>

O último marco relevante, no que diz respeito a cobertura previdenciária e à estrutura organizacional do sistema, é a Constituição de 1988 e sua regulamentação. O texto constitucional introduziu várias inovações, sendo que a mais importante foi o princípio da universalidade dos direitos, com impactos significativos sobre o seguro social. Outros princípios inscritos no texto constitucional foram: a irredutibilidade dos valores das prestações; a equiparação dos benefícios rurais e urbanos; seletividade na concessão; a diversificação da base de financiamento; e a equanimidade no custeio. Além de consagrar o direito à previdência e assistência como direitos de cidadania, a Constituição também introduziu o princípio da participação dos trabalhadores na gestão das políticas sociais. O debate político posterior deu-se em torno da crise da previdência social e das suas relações com as inovações constitucionais, a possibilidade de sua regulamentação e a necessidade de sua reforma.

A década de 1990, do ponto de vista da previdência social, foi marcada pela regulamentação desses princípios constitucionais, por várias reformas nas instituições previdenciárias, e pela reforma da previdência social aprovada em 1998. Em 1991, foram sancionadas duas importantes Leis de nº 8.212 e nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispunham, respectivamente, sobre o Plano de Custeio e o Plano de Benefícios da Previdência Social. Esses planos respondiam à necessidade de regulamentação de inúmeros artigos e dispositivos da Constituição de 1988, deslocados para legislação complementar. No final

<sup>4</sup> A LBA e a Funabem são transferidas para o Ministério da Habitação e Bem-Estar Social em 1988, e depois para o Ministério do Interior.

deste mesmo ano, o governo aprovou o Regulamento dos Benefícios da Previdência Social (Decreto nº 357, de 7 de dezembro de 1991). O período de 1992-1994 foi marcado por inúmeros decretos e leis que regulamentaram e organizaram várias facetas da previdência, buscando aumentar a capacidade de arrecadação, de controle e de fiscalização do INSS e do MPS. Reformas mais amplas deveriam ser contempladas na Revisão Constitucional de 1993, que terminou sem gerar conseqüências no campo da seguridade social.

Em 1990, o Iapás e o INPS foram fundidos no Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS -, agora parte do Ministério do Trabalho e Previdência Social - MTPS -, enquanto o Inamps passou para o Ministério da Saúde e as ações assistenciais, inclusive a LBA, para o recém-criado Ministério da Ação Social. Após o impedimento do Presidente Fernando Collor, o MTPS foi desmembrado e o Ministério da Previdência Social - MPS - reincorpora o INSS. Em 1995, o agora renomeado Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS - volta a abrigar a assistência social. Em 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993) definiu a garantia de benefício mensal no valor de um salário mínimo a portadores de deficiência e idosos que comprovem não ter meios de se sustentar ou família que os abrigue e o mesmo valor de auxílio-natalidade e de auxílio-funeral para famílias com renda per capita inferior a 1/4 de salário mínimo. Benefícios antes previdenciários tornam-se assistenciais. Por último, esta lei extinguiu a LBA.

A partir de 1995 a reforma da previdenciária social, e sua desconstitucionalização, esteve no centro da agenda governamental. Em dezembro de 1998, depois de dois turnos de votação na Câmara dos Deputados e no Senado ao longo de quase quatro anos de tramitação, a reforma da previdência social foi promulgada (Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998). As principais alterações que atingiram os segurados do INSS foram o fim da aposentadoria por tempo de serviço que

passou a ser por tempo de contribuição, 30 anos para mulheres e 35 anos para homens, sem exigência de idade mínima; fim da aposentadoria especial para os professores universitários, permanecendo este direito para os professores de Primeiro e Segundo graus; fim da aposentadoria proporcional para quem ingressar no mercado de trabalho depois da promulgação da emenda; quem não conseguir completar o tempo de contribuição exigido poderá se aposentar por idade aos 65 anos (homens) e 60 (mulheres), com proventos proporcionais ao tempo de serviço e comprovação de um tempo mínimo de contribuição. Para trabalhadores rurais de ambos os sexos que exercem suas atividades em regime de economia familiar a idade mínima ficou reduzida em cinco anos (60/55 anos).

Esta reforma englobou tanto o chamado Regime Geral de Previdência Social - RGPS - bem como a previdência social do funcionalismo público. Ainda em fase de regulamentação, essa reforma franqueou a cobertura do risco de acidentes de trabalho a seguradoras privadas, uma cobertura até então monopólio do INSS que cobra percentuais diferenciados sobre a folha de salários das empresas, de acordo com o risco. Para o trabalhador da iniciativa privada ou do setor público que já se encontrava no mercado de trabalho por ocasião da promulgação da emenda foi estabelecida uma regra de transição que estabeleceu um acréscimo de 20% no tempo de contribuição exigido para a aposentadoria integral e um acréscimo de 40% para a aposentadoria proporcional.

Em resumo, é possível afirmar que até a década de 1980 a previdência social brasileira caminhou da diversidade organizacional para a unidade institucional, da proteção diferenciada e seletiva para a uniformização e universalização. A partir de 1990, assistimos a um período de mudanças do sistema previdenciário num contexto mais geral de reforma do Estado e ajuste macroeconômico que, se não cancelou direitos, modificou bastante as políticas de proteção social legadas pela Constituição de 1988 e pelas décadas anteriores.

## Previdência e assistência: as informações, as tabelas e os números

Certamente a história da previdência social brasileira não explica por si só a natureza das informações contidas nos Anuários Estatísticos do Brasil - AEBs. Porém, sugiro que os contextos referentes aos principais marcos legais, políticos e institucionais dessa história constituem uma dimensão relevante a ser considerada para a compreensão das opções que orientaram a produção das informações, e sua divulgação, nos Anuários Estatísticos do Brasil a partir de 1936. Há uma expressiva correspondência entre as mudanças políticas, institucionais e legais no campo previdenciário e as mudanças nas características dos dados que são produzidos e informados pelas instituições e publicados pelo IBGE. Há também uma relação entre as concepções sobre previdência social, os diagnósticos sobre seu funcionamento e os indicadores publicados.

Nas estatísticas dos AEBs, encontramos ecos do modelo e concepções de seguro social vigentes até 1960, da unificação dos IAPs em 1966, da incorporação de novos grupos à proteção previdenciária, do crescimento da assistência médica, da criação do MPAS e da instituição do Sinpas, da redemocratização do País e das demandas por visibilidade e responsabilidade, da Constituição de 1988 e de sua regulamentação, da crise política na presidência Collor, das reformas da década de 1990 e da chamada crise da previdência social.

As características dos dados sobre previdência social apresentados nos Anuários também são determinadas pelo processo de desenvolvimento do sistema de coleta, organização e difusão das informações pelas instituições do sistema previdenciário. No que denomino de período inicial (1936-1966), os AEBs divulgam tabelas informadas pelos departamentos e serviços do MTIC e do MTPS, ou

Grupo de idosas. Foto Odir Amorim - Agência JB.



diretamente pelas várias instituições de previdência que tinham seus serviços próprios de estatística. A multiplicidade institucional e legislativa, com baixa capacidade de coordenação, tornou a difusão da informação irregular, com grandes ausências e poucas sínteses. As informações deste período, em especial até 1960, devem ser consideradas levando em conta essas características institucionais. Tabelas são compostas com lacunas e muitas vezes são preenchidas com informações incompletas ou repetidas e não atualizadas. As informações, muitas vezes, não estão completas para determinados anos, instituições, benefícios e serviços. Várias notas de esclarecimento das tabelas indicam esses problemas. A unificação do sistema com a criação do INPS continha a idéia de racionalização e, portanto, de produção de informação organizada, acurada e disponível. No entanto, isso não ocorreu nos primeiros anos de sua organização, pelo menos quanto a informações publicadas nos Anuários Estatísticos.

A criação em 1974 do Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS - significou uma reestruturação do sistema previdenciário com reflexos positivos na produção e difusão de informações. Em especial isso diz respeito às informações sobre assistência médica previdenciária e acidentes de trabalho, e sobre os novos contingentes de trabalhadores incorporados ao sistema, ainda que os AEBs até 1977 ainda apresentem descontinuidades e sejam pouco sistemáticos. Também a partir dos anos de 1970, o IBGE passou a coletar diretamente informações sobre previdência e assistência para suas pesquisas.<sup>5</sup>

A democratização do País e as reformas do MPAS no sentido de sua modernização no período pós-1986 tornaram o acesso às informações previdenciárias bastante facilitado por mecanismos informatizados e eletrônicos, além de publicações impressas, com impactos sobre as

informações publicadas nos AEBs. A crise da presidência Collor, que atingiu duramente o MTPS e o INSS, certamente contribuiu para a escassez de informações entre 1989 a 1992. A criação em 1994 do “Catálogo de Informações da Previdência Social-CIPS”-, revisto anualmente, normatizou o processo de produção das informações da previdência social para todos os seus órgãos. Isso significou a organização de 310 tipos de informações previdenciárias, um número certamente bastante superior ao que é publicado pelo IBGE. Esse esforço de criação de um sistema de gerência de informações já havia sido iniciado com a publicação em 1992 dos Anuários Estatísticos de Previdência Social, disponíveis na internet, que passaram a ser a fonte dos anuários Estatísticos do Brasil.<sup>6</sup>

Por último, as características dos dados publicados nos anuários do IBGE procedem também de uma concepção ampliada de previdência social, que foi sendo depurada nas últimas (duas) 2 décadas. O próprio capítulo que apresenta tais informações teve seu título alterado algumas vezes, separando-se ou associando-se à assistência social, ou serviço social, até que em 1977 passou a ser denominado apenas de “Previdência Social”. O tema Previdência abrigou, nas quase (sete) 7 décadas de publicação desse capítulo, além de informações mais sistemáticas sobre seguro social *strictu sensu*, dados sobre assistência médica, seguro privado e seguradoras, sobre cooperativas e associações de beneficência mútua, sobre os mais variados cuidados assistenciais e filantrópicos, sobre carteiras de trabalho e mesmo sobre sindicatos e sindicalismo.

Cabe ressaltar que as fontes que informaram as tabelas e quadros dos Anuários Estatísticos do Brasil foram as mais variadas possíveis: Instituto de Resseguros do Brasil - IRB -, Ministério do Trabalho, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA -, Ministério da Justiça e Ministério da Previdência e Assis-

<sup>5</sup> Uma excelente avaliação das informações do IBGE sobre previdência social, em especial sobre as origens dessas informações no período de 1970-1983, está em Smolka e Carvalho (1986). Destaca os mecanismos pelos quais o IBGE passou a coletar diretamente informações (PNAD e Censo) e compara a natureza desses dados e indicadores com os fornecidos pelo MTPS e MPAS.

<sup>6</sup> Os anuários da previdência social e as bases de dados da previdência social estão disponíveis em [www.mpas.gov.br](http://www.mpas.gov.br)



Dispensário da Penha. Rio de Janeiro, RJ.  
Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

tência Social em suas várias denominações. A diversidade de informantes, com suas lógicas particulares de coleta, organização e apresentação das fontes, e a conseqüente multiplicidade de objetivos institucionais envolvidos, levaram à produção de um conjunto complexo, um tanto desigual e irregular, de dados sobre a previdência e assistência social no Brasil. Reveladora da amplitude das ações das instituições previdenciárias e de seu trânsito por entre diferentes ministérios ao longo do tempo, essa elasticidade, positiva em termos da riqueza das informações, exige do leitor um esforço de seleção dos dados disponíveis em termos de sua relevância e possibilidade de análise temporal.

A partir das questões assinaladas acima, apresentarei os principais indicadores utilizados nos Anuários Estatísticos do IBGE, procurando qualificá-los mediante associações com os marcos da história previdenciária já indicados.

Até a unificação em 1966, a multiplicidade e heterogeneidade institucional do seguro social brasileiro se refletiram nas informações coletadas e apresentadas nos anuários. O desenho institucional gerava informações

separadas, que dessa forma eram apresentadas nos AEBs. Em meados da década de 1950, as fusões e incorporações das CAPs reduziram-nas ao número de (sete) 7 Institutos de Aposentadorias e Pensões. No apêndice ao AEB de 1953, na página seguinte, encontramos o mais completo quadro retrospectivo, para o período de 1923/1951, sobre o número total, por ano, de Institutos e Caixas, seus associados e beneficiários (aposentados e pensionistas), e seus resultados financeiros. Esse quadro poderia ser completado até 1959 com as informações publicadas em *O Brasil em números* 1960 (p. 125-126), apêndice do AEB de 1960. Tais dados que abrangem o período de 1950/1959 contemplam essas mesmas informações para cada uma das (sete) 7 instituições, incluso o IPASE, não presente no quadro anterior. Com isso podemos acompanhar a evolução de 24 instituições (CAPs) em 1923, com quase 23 mil associados, chegando a 183 diferentes CAPs e IAPs em 1936, com 682 580 associados, 16 mil aposentados e 23 mil pensionistas, para terminar o ano de 1959 com os (seis) 6 IAPs e o IPASE, totalizando 4 200 milhões de associados, 482 428 aposentados e 604 427 pensionistas<sup>7</sup>. Até a publicação do Anuário de 1968, que traz os primeiros dados da previdência unificada, podemos afirmar que são essas informações sobre o número de associados ativos e inativos aquelas que permitem a construção de uma série sem lacunas para esse período inicial.<sup>8</sup> É possível com esses quadros visualizarmos também, ainda que sem maiores detalhamentos, a evolução das despesas com aposentadorias e pensões.

Quanto aos benefícios dos associados inativos, não há nessas séries distinções entre os tipos de aposentadoria e pensão que usufruem, lembrando também que até 1960

<sup>7</sup> Em *Brasil: série estatísticas retrospectivas* (1970, p. 240), encontramos o quadro “Número de associados e resultados financeiros” para o período de 1959-1968. Este quadro permitiria estender a série até 1968 para número de associados, despesas com benefícios e receitas das contribuições. O problema é que pelas notas somos advertidos que o quadro exclui informações de certos IAPs para determinados anos, sendo que nenhuma informação consta sobre associados em 1967.

<sup>8</sup> Cabe ressaltar que com alguma regularidade os dados do IPASE, não incorporado como os demais IAPs ao INPS, aparecem de modo destacado nos AEBs, até 1976 e por vezes encontramos quadros relativos ao Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economistas - Sasse. A previdência social dos funcionários públicos das (três) 3 esferas de governo aparece de modo mais regular nos AEBs da década de 1970.

**QUADROS RETROSPECTIVOS**  
**PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
**INSTITUTOS E CAIXAS DE APOSENTADORIA E PENSÕES — 1923/51**

ANOS	Institutos e Caixas	Associados ativos	Aposentados	Pensionistas	RESULTADOS FINANCEIROS					Saldo	Fundo de garantia
					Receita	Despesa			Total		
						Da qual					
						Aposen- tadoria	Pensões	Serviço médico- hospitalar			
Número				Cr\$ 1 000							
1923 .....	24	22 991	—	—	13 593	1 734	387	23	782	11 859	11 859
1924 .....	26	30 792	—	—	21 497	6 182	2 974	217	1 689	15 315	27 175
1925 .....	27	41 192	—	—	23 278	9 647	5 218	480	2 412	13 631	40 820
1926 .....	28	53 236	—	—	25 843	12 518	6 997	743	2 953	13 325	53 145
1927.....	30	62 811	—	—	30 466	15 483	8 687	1 092	3 240	14 983	69 122
1928.....	44	132 854	—	—	60 809	24 394	14 835	1 894	4 416	36 415	112 910
1929.....	44	140 435	6 930	3 867	68 805	33 904	21 850	2 877	5 375	34 901	147 521
1930.....	47	142 464	8 009	7 013	62 947	40 658	26 985	3 790	5 624	22 289	171 217
1931 .....	98	147 108	8 605	8 059	63 023	41 440	27 149	4 746	5 561	21 583	191 068
1932 .....	140	189 482	10 279	8 820	92 472	50 406	30 327	5 987	6 408	42 066	232 972
1933 .....	164	210 883	11 807	12 734	101 440	56 216	35 306	7 968	7 161	45 224	279 672
1934 .....	176	274 392	12 743	13 709	127 466	66 243	39 928	10 062	8 704	61 223	348 443
1935 .....	179	495 363	13 759	16 102	225 678	79 535	44 027	12 697	10 010	146 143	495 368
1936 .....	183	682 580	15 926	23 587	277 217	96 090	48 684	15 025	11 361	181 127	628 830
1937.....	104	844 801	18 360	31 911	358 435	123 785	56 635	20 030	14 301	234 650	919 266
1938.....	104	1 787 386	21 758	37 100	557 240	160 827	64 915	25 669	17 175	396 413	1 356 546
1939.....	100	1 838 885	27 210	53 932	675 520	197 559	77 261	32 041	20 201	477 961	1 835 577
1940 .....	95	1 912 972	34 837	63 138	779 025	260 864	94 913	39 995	34 939	518 161	2 343 355
1941 .....	82	2 124 714	49 604	90 826	956 029	349 290	126 248	50 157	27 478	606 739	2 971 618
1942.....	54	2 279 093	66 603	110 171	1 071 000	423 316	160 129	62 320	28 937	647 684	3 615 163
1943.....	40	2 455 110	83 476	119 571	1 367 819	559 578	201 770	79 414	30 964	808 241	4 404 039
1944.....	38	2 639 793	98 887	152 147	1 789 599	727 017	239 641	98 649	42 989	1 062 582	5 394 481
1945 .....	35	2 762 822	110 724	124 401	2 353 406	989 722	313 905	127 601	53 134	1 363 684	6 762 585
1946 .....	35	2 824 409	126 689	241 936	3 737 172	1 543 201	439 429	182 728	89 557	2 193 971	8 906 675
1947.....	35	2 895 613	149 863	278 141	4 486 146	2 004 791	509 816	212 416	131 111	2 481 355	11 313 716
1948 .....	35	2 858 801	158 855	171 076	5 127 995	2 425 137	626 595	258 135	202 615	2 702 858	13 956 709
1949 .....	35	2 902 048	165 830	283 905	6 532 764	2 960 093	738 348	306 308	215 072	3 572 671	17 528 890
1950.....	35	3 030 708	181 267	202 838	7 840 503	4 056 484	1 179 082	456 277	271 874	3 784 019	20 803 452
1951.....	35	3 045 988	182 382	303 998	9 687 482	5 279 485	1 753 183	676 666	690 447	4 407 997	25 816 588

Fontes: Departamento Nacional da Previdência Social. Tabela extraída de : Anuário estatístico do Brasil 1953. Rio de Janeiro: IBGE, v.14, 1953.

Notas: I — O quadro não inclui dados relativos ao I.P.A.S.E. (Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado).

II — A diminuição que se observa no número de entidades, de 1937 a 1944, foi determinada pela fusão ou incorporação de "Caixas".

os IAPs ofereciam cestas diferenciadas de benefícios e serviços assistenciais. Informações sobre os diversos tipos de aposentadorias (por idade, por invalidez, compulsórias e especiais), pensões, pecúlios e auxílios (funeral, doença e maternidade) podem ser obtidas no quadro que consolida as despesas anuais dos IAPs e CAPs publicados nos AEBs do período. O principal problema é que a informação não está disponível para todos os anos nem para todos os IAPs e CAPs, à exceção do IAPI, e, quando encontramos quadros, estes discriminam não o número de benefícios e auxílios pagos, mas o total das despesas com os mesmos no âmbito dos balanços financeiros e patrimoniais das instituições publicados pelo IBGE.

A concepção prevalecente é a de *associado* aos Institutos ou Caixas, que podiam ser ativos, isto é, contribuintes, e inativos, usufruindo de aposentadorias e pensões. A terminologia *segurados contribuintes* surgiu no AEB de 1969, distinguindo a categoria segurado daquele que recebe algum benefício ou auxílio. A informação divulgada, nesse caso, é o número de benefícios e auxílios. A unificação dos IAPs e a criação do INPS rompeu com a noção de associação ou vínculo com uma instituição específica via determinada inserção no mercado de trabalho. O indivíduo passou a ser segurado do sistema previdenciário, via contribuição, e não um associado do INPS, ou de qualquer outra instituição que administrasse este sistema. Tornou-se um segurado do INPS.

Até o ano de 1967, a população coberta pela previdência social era apresentada por IAP, e essa era a distinção fundamental. A fusão dos IAPs unificou a fonte de informação, tornou irrelevante o tema do número de instituições e impôs a necessidade de novas categorias que classificassem os dados sobre a massa segurada, inclusive a sua distribuição geográfica, pouco destacada



Posto de Assistência Pública do Méier. Rio de Janeiro, RJ. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

nas tabelas dos AEBs de 1936 a 1967. De *segurados contribuintes*, a informação publicada passou a ser sobre *contribuintes* a partir de 1973 e *segurados* em 1983, mantendo-se assim até o anuário de 1991. A partir deste ano, o que está disponível é o número de benefícios em manutenção ou benefícios concedidos em um determinado ano. Assim, a cobertura previdenciária foi apresentada a partir dos beneficiários do sistema e não dos seus contribuintes, explicitando uma concepção ampliada de proteção previdenciária e assistencial.

Os anuários publicados de 1968 a 1976 apresentam uma série de novos conjuntos de informações sobre o campo previdenciário, mas, provavelmente, pelo processo de reorganização institucional que vai da unificação dos IAPs à criação do MPAS, essas informações ainda carecem de regularidade e sistematização em suas apresentações. De qualquer modo, essas mudanças institucionais e, cabe frisar, a incorporação legal de novos segmentos da população à cobertura previdenciária, introduziram novidades importantes. A própria distribuição dos dados pelas regiões e unidades federativas, preocupação não usual para o período anterior, significou alterações consideráveis na apresentação dos quadros dos anuários. Ao mesmo tempo não se encontram disponíveis, de 1936 até hoje, dados que



apresentem os associados/segurados/contribuintes, por gênero ou por faixa de valor dos benefícios percebidos.

A passagem de *associado a contribuinte/segurado* já assinalada implicou em apresentar a população coberta, isto é, os contribuintes, a partir de parâmetros outros que não a estrutura ocupacional que a definia a partir da década de 1930. No AEB de 1969, a classificação dos segurados, que se repetirá, com algumas descontinuidades e variações até 1991 foi feita a partir das seguintes categorias: empregados, empregadores, autônomos, empregados de organizações do poder público, empregados de instituições filantrópicas, avulsos, facultativos, contribuintes em dobro (Anuário Estatístico do Brasil 1969, p. 573). A inclusão no anuário de 1975 de novas categorias, como a dos empregados domésticos (incorporados ao sistema previdenciário em 1972), e a apresentação eventual de tabelas específicas sobre a previdência do funcionalismo público nas (três) 3 esferas de governo, são algumas das mudanças observadas. A única tabela que apresenta uma série estatística mais longa para o número de segurados do INPS por essas categorias e estados para o período de 1978-1983 foi publicada em 1983 (Anuário Estatístico do Brasil 1983), (ver páginas 194 a 196). De 1984 até 1992 o IBGE publicou regularmente a tabela representada nas páginas seguintes, com informações trienais, o que possibilita observar a evolução do número de contribuintes por categoria entre 1978 e 1991.

Hotel Popular da Central do Brasil, 2002. Rio de Janeiro, RJ. Diária a R\$1. Foto: Marcelo Carnaval - Agência O Globo.



A extensão da proteção previdenciária ao campo em 1971 aparece nos AEBs em 1974, com dados de 1973. Até o ano de 1978, sob o título de “Fundo de Amparo ao Trabalhador Rural”, são publicadas tabelas com informações fornecidas pelo Funrural sobre benefícios concedidos e em manutenção por espécie (aposentadorias, pensões, auxílios e acidentes de trabalho), benefícios pagos, convênios assistenciais (ambulatorial, hospitalar e odontológico) mantidos com entidades diversas, número de atendimentos (ambulatoriais, hospitalares e odontológicos) e exames complementares (por exemplo, Anuário Estatístico do Brasil 1976, p. 542-544). Com esses quadros e tabelas temos um panorama da gênese da operação da previdência rural até sua integração ao INPS no contexto do Sinpas, em 1977. A partir de 1979, as tabelas do Funrural deixaram de ser publicadas, e as tabelas sobre benefícios foram divulgadas com o corte clientela urbana/clientela rural por região e unidade federativa que se manteve até hoje. Ao mesmo tempo que os programas urbano e rural foram integrados em uma instituição (INPS, depois INSS), a sua cesta de benefícios e serviços manteve-se diferenciada. O programa rural também continuou diferenciado do urbano por não vincular diretamente a contribuição ao benefício. Tais diferenças foram sendo eliminadas a partir de 1988. Portanto, mesmo sem quadros-síntese, o conjunto de tabelas sobre previdência social publicado anualmente a partir de 1979 integrou as clientelas, permitindo comparar a evolução desses grupos e seus contrastes legais e geográficos. Cabe ressaltar que por força da Constituição de 1988, e das leis que a regulamentaram em 1991/1993, ocorreu uma equalização crescente dos direitos da clientela rural e urbana, a ser considerada nos AEBs a partir de 1994.

Informações sobre assistência médica no âmbito da previdência social foram publicadas pela primeira vez em 1970, com dados para o ano de 1969.<sup>9</sup> Ainda que não seja

<sup>9</sup> No anuário de 1969 (p. 576-577) foram publicadas algumas informações sobre assistência médica para o ano de 1968.

## CAPÍTULO 66 — PREVIDÊNCIA SOCIAL

1 — Segurados do Instituto Nacional de Previdência Social,  
por categoria, segundo as Unidades da Federação — 1978-83

continua

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ANOS	SEGURADOS								
		Total	Categoria							
			Empre- gadores	Empre- gados	Emprega- dos em entidades filan- trópicas	Autô- nomos	Empre- gados domês- ticos	Avulsos	Faculta- tivos	Contri- buintes em dobro
BRASIL.....	1 978	21 166 088	1 972 203	16 638 799	469 438	1 350 931	569 689	—	74 023	91 005
	1 979	22 436 053	2 090 536	17 637 127	497 604	1 444 938	603 870	(1)	65 513	96 465
	1 980	23 782 216	2 215 968	18 695 355	527 460	1 536 078	640 102	(1)	65 000	102 253
	1 981	24 448 118	2 278 015	19 188 536	542 229	1 597 012	658 025	30 289	48 896	105 116
	1 982	24 814 840	2 280 000	19 476 362	550 363	1 653 154	667 896	30 743	49 629	106 693
	1 983	25 062 988	2 335 307	19 671 128	555 866	1 649 708	674 574	31 051	37 594	107 760
Acre (2).....	1 978	34 495	3 214	27 117	765	2 202	928	—	121	148
	1 979	36 565	3 407	28 744	811	2 355	984	—	107	157
	1 980	38 759	3 611	30 469	860	2 503	1 043	—	106	167
	1 981	86 049	8 019	67 588	1 908	5 621	2 316	54	172	371
	1 982	111 666	10 260	87 726	2 477	7 439	3 006	55	223	480
Amazonas (3).....	1 983	130 221	12 144	102 290	2 891	8 578	3 508	55	195	560
	1 978	156 654	14 597	123 146	3 474	9 999	4 216	—	548	674
	1 979	166 054	15 472	130 537	3 683	10 694	4 469	—	485	714
	1 980	176 017	16 401	138 367	3 904	11 369	4 738	—	481	757
	1 981	222 460	20 728	174 729	4 934	14 532	5 988	148	445	956
Pará (4).....	1 982	238 222	21 888	187 119	5 283	15 870	6 412	150	476	1 024
	1 983	250 472	23 353	196 711	5 559	16 497	6 746	152	376	1 078
	1 978	311 325	29 009	244 734	6 905	19 870	8 379	—	1 089	1 339
	1 979	330 005	30 749	259 419	7 319	21 253	8 882	—	964	1 419
	1 980	349 805	32 594	274 984	7 758	22 594	9 415	—	956	1 504
Maranhão.....	1 981	456 099	42 498	358 115	10 116	29 793	12 276	428	912	1 961
	1 982	496 298	45 600	389 708	11 007	33 063	13 358	435	993	2 134
	1 983	521 102	48 574	409 159	11 562	34 314	14 031	439	782	2 241
	1 978	164 097	15 290	128 997	3 639	10 474	4 417	—	574	706
	1 979	173 942	16 208	136 736	3 858	11 202	4 682	—	508	748
Piauí.....	1 980	184 379	17 180	144 941	4 089	11 909	4 963	—	504	793
	1 981	370 234	34 497	290 782	8 211	24 185	9 965	262	740	1 592
	1 982	434 260	39 900	341 109	9 631	28 930	11 688	266	869	1 867
	1 983	465 863	43 437	365 883	10 339	30 685	12 547	269	699	2 004
	1 978	132 377	12 335	104 062	2 936	8 449	3 563	—	463	569
Ceará.....	1 979	140 320	13 075	110 306	3 112	9 037	3 777	—	410	603
	1 980	148 739	13 859	116 924	3 299	9 607	4 003	—	407	640
	1 981	223 027	20 781	175 323	4 946	14 569	6 003	—	446	959
	1 982	250 629	23 028	197 020	5 559	16 697	6 746	—	501	1 078
	1 983	262 526	24 501	206 507	5 807	17 302	7 003	—	305	1 101
Rio Grande do Norte..	1 978	431 018	40 161	338 827	9 559	27 510	11 601	—	1 507	1 853
	1 979	456 879	42 571	359 156	10 133	29 424	12 297	—	1 334	1 964
	1 980	484 292	45 125	380 705	10 741	31 280	13 035	—	1 324	2 082
	1 981	634 845	59 153	498 611	14 080	41 470	17 087	444	1 270	2 730
	1 982	689 853	63 384	541 847	15 300	45 958	18 567	451	1 380	2 966
Rio Grande do Norte..	1 983	711 363	66 323	558 660	15 787	46 852	19 158	455	1 068	3 060
	1 978	180 369	16 806	141 789	4 000	11 512	4 855	—	631	776
	1 979	191 191	17 815	150 297	4 240	12 313	5 146	—	558	822
	1 980	202 662	18 884	159 313	4 495	13 090	5 455	—	554	871
	1 981	239 954	22 358	188 466	5 322	15 674	6 458	164	480	1 032
Rio Grande do Norte..	1 982	255 593	23 484	200 757	5 669	17 028	6 879	166	511	1 099
	1 983	263 314	24 541	206 587	5 867	17 342	7 163	168	485	1 161

## CAPÍTULO 66 — PREVIDÊNCIA SOCIAL

1 — Segurados do Instituto Nacional de Previdência Social,  
por categoria, segundo as Unidades da Federação — 1978-83

continua

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ANOS	SEGURADOS								
		Total	Categoria							
			Empre- gadores	Empre- gados	Emprega- dos em entidades filan- trópicas	Autô- nomos	Empre- gados domés- ticos	Avulsos	Faculta- tivos	Contri- buintes em dobro
Paraíba.....	1978	214 777	20 012	168 839	4 763	13 708	5 781		751	923
	1979	227 663	21 213	178 967	5 049	14 662	6 128		665	979
	1980	241 323	22 486	189 705	5 352	15 587	6 495		660	1 038
	1981	316 316	29 474	248 432	7 015	20 663	8 514	225	633	1 360
	1982	339 963	31 236	267 019	7 540	22 648	9 150	228	680	1 462
Pernambuco.....	1983	353 181	32 928	277 363	7 838	23 261	9 511	231	530	1 519
	1978	719 476	67 039	565 585	15 957	45 921	19 365		2 516	3 093
	1979	762 644	71 061	599 519	16 915	49 116	20 527		2 227	3 279
	1980	808 403	75 325	635 492	17 929	52 214	21 758		2 209	3 476
	1981	879 435	81 944	690 408	19 505	57 447	23 670	921	1 759	3 781
Alagoas.....	1982	913 186	83 904	716 927	20 253	60 836	24 579	935	1 826	3 926
	1983	924 622	86 173	725 865	20 511	60 874	24 892	944	1 387	3 976
	1978	169 657	15 808	133 370	3 763	10 828	4 566		593	729
	1979	179 837	16 757	141 371	3 989	11 582	4 840		525	773
	1980	190 627	17 762	149 853	4 228	12 312	5 131		521	820
Sergipe.....	1981	243 455	22 685	191 044	5 400	15 903	6 553	336	487	1 047
	1982	268 000	24 624	210 336	5 944	17 854	7 213	341	536	1 152
	1983	275 695	25 688	216 382	6 115	18 147	7 420	344	414	1 185
	1978	112 392	10 472	88 353	2 493	7 173	3 025		393	483
	1979	119 136	11 101	93 653	2 642	7 673	3 207		348	512
Bahia.....	1980	126 284	11 767	99 272	2 801	8 157	3 399		345	543
	1981	154 913	14 434	121 778	3 437	10 119	4 169	—	310	666
	1982	171 223	15 732	134 601	3 797	11 407	4 608	—	342	736
	1983	175 223	16 347	137 698	3 891	11 548	4 722	—	263	754
	1978	949 023	88 428	746 033	21 048	60 572	25 543		3 319	4 080
Minas Gerais.....	1979	1 005 964	93 733	790 795	22 311	64 787	27 076		2 937	4 325
	1980	1 066 322	99 357	838 243	23 650	68 873	28 700		2 914	4 585
	1981	1 295 804	120 740	1 017 639	28 739	84 644	34 877	1 004	2 591	5 570
	1982	1 347 446	123 804	1 058 216	29 885	89 767	36 267	1 019	2 695	5 793
	1983	1 412 831	131 711	1 109 452	31 351	93 044	38 046	1 029	2 120	6 078
Espírito Santo.....	1978	2 116 835	197 241	1 664 058	46 949	135 108	56 975		7 403	9 101
	1979	2 243 845	209 076	1 763 901	49 766	144 509	60 393		6 552	9 648
	1980	2 378 476	221 621	1 869 735	52 752	153 624	64 017		6 501	10 226
	1981	2 439 104	227 270	1 917 396	54 096	159 328	65 649		4 878	10 487
	1982	2 449 225	225 036	1 925 352	54 321	163 166	65 921		4 898	10 531
Rio de Janeiro.....	1983	2 443 117	227 926	1 919 902	54 253	161 012	65 838		3 669	10 517
	1978	294 626	27 453	231 607	6 534	18 805	7 930		1 030	1 267
	1979	312 304	29 100	245 503	6 927	20 113	8 406		912	1 343
	1980	331 042	30 846	260 234	7 342	21 382	8 910		905	1 423
	1981	363 592	33 879	276 716	8 064	23 751	9 786	9 105	728	1 563
Rio de Janeiro.....	1982	382 148	35 112	291 167	8 476	25 459	10 286	9 241	764	1 643
	1983	394 826	35 964	302 935	8 560	25 406	10 388	9 334	579	1 660
	1978	3 406 548	317 414	2 677 908	75 553	217 424	91 688		11 914	14 647
	1979	3 610 940	336 459	2 838 583	80 086	232 554	97 189		10 544	15 525
	1980	3 827 597	356 646	3 008 900	84 891	247 222	103 020		10 461	16 457
Rio de Janeiro.....	1981	3 414 485	318 153	2 679 164	75 729	223 043	91 901	4 985	6 829	14 681
	1982	3 220 965	295 944	2 526 960	71 437	214 580	86 693	5 060	6 442	13 849
	1983	3 236 733	301 488	2 539 543	71 762	212 977	87 088	5 110	4 853	13 912

## CAPÍTULO 66 — PREVIDÊNCIA SOCIAL

1 — Segurados do Instituto Nacional de Previdência Social,  
por categoria, segundo as Unidades da Federação — 1978-83

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ANOS	SEGURADOS									conclusão
		Total	Categoria								
			Empre- gadores	Empre- gados	Emprega- dos em entidades filan- trópicas	Autô- nomos	Empre- gados domés- ticos	Avulsos	Faculta- tivos	Contribui- ntes em dobro	
São Paulo.....	1978	7 561 076	704 522	5 943 808	167 698	482 586	203 508	—	26 444	32 510	
	1979	8 014 738	746 792	6 300 441	177 756	516 170	215 717	—	23 402	34 460	
	1980	8 495 623	791 600	6 678 466	188 423	548 727	228 661	—	23 220	36 526	
	1981	8 046 197	749 724	6 318 156	178 454	525 597	216 564	7 015	16 092	34 595	
	1982	8 012 713	736 212	6 291 726	177 712	533 803	215 663	7 120	16 026	34 451	
Paraná.....	1978	7 964 842	742 394	6 253 452	176 707	524 439	214 448	7 193	11 950	34 259	
	1979	1 066 339	99 359	838 256	23 650	68 059	28 701	—	3 729	4 585	
	1980	1 130 320	105 320	888 552	25 069	72 795	30 423	—	3 301	4 860	
	1981	1 198 139	111 640	941 865	26 573	77 387	32 248	—	3 275	5 151	
	1982	1 323 401	123 311	1 038 559	29 351	86 448	35 620	1 775	2 647	5 690	
Santa Catarina.....	1978	1 379 705	126 768	1 082 794	30 600	91 915	37 135	1 802	2 759	5 932	
	1979	1 398 602	130 310	1 097 649	31 017	92 054	37 641	1 820	2 098	6 013	
	1980	631 980	58 886	496 804	14 017	40 336	17 010	—	2 210	2 717	
	1981	669 899	62 420	526 612	14 858	43 143	18 030	—	1 956	2 880	
	1982	710 093	66 165	558 209	15 749	45 864	19 112	—	1 941	3 053	
Rio Grande do Sul.....	1978	736 700	68 644	578 560	16 340	48 123	19 828	565	1 473	3 167	
	1979	741 964	68 172	582 690	16 456	49 429	19 970	573	1 484	3 190	
	1980	741 524	69 125	582 265	16 454	48 831	19 967	579	1 113	3 190	
	1981	1 564 803	145 804	1 230 103	34 705	99 874	42 117	—	5 472	6 728	
	1982	1 658 691	154 553	1 303 907	36 788	106 824	44 644	—	4 843	7 132	
Mato Grosso do Sul.....	1978	1 758 212	163 826	1 382 141	38 995	113 562	47 323	—	4 805	7 560	
	1979	1 746 452	162 730	1 370 867	38 734	114 083	47 006	2 030	3 493	7 509	
	1980	1 764 335	162 108	1 384 894	39 131	117 539	47 487	2 061	3 529	7 586	
	1981	1 739 297	162 070	1 365 176	38 577	114 490	46 815	2 081	2 609	7 479	
	1982	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Mato Grosso.....	1978	(5)	(5)	(5)	(5)	(5)	(5)	(5)	(5)	(5)	
	1979	(5)	(5)	(5)	(5)	(5)	(5)	(5)	(5)	(5)	
	1980	(5)	(5)	(5)	(5)	(5)	(5)	(5)	(5)	(5)	
	1981	169 035	15 750	132 428	3 749	11 042	4 550	451	338	727	
	1982	191 074	17 556	149 747	4 238	12 729	5 143	457	382	822	
Goiás.....	1978	203 222	18 916	159 336	4 503	13 363	5 464	462	305	873	
	1979	189 343	17 643	148 844	4 199	12 085	5 096	—	662	814	
	1980	200 704	18 701	157 775	4 451	12 926	5 402	—	586	863	
	1981	212 746	19 823	167 242	4 718	13 741	5 726	—	581	915	
	1982	141 234	13 160	110 646	3 133	9 226	3 802	377	283	607	
Distrito Federal.....	1978	158 817	14 592	124 464	3 522	10 580	4 275	383	318	683	
	1979	170 604	15 880	133 764	3 780	11 218	4 587	386	256	733	
	1980	404 769	37 715	318 192	8 977	25 835	10 894	—	1 416	1 740	
	1981	429 056	39 978	337 284	9 516	27 632	11 548	—	1 253	1 845	
	1982	454 799	42 377	357 521	10 087	29 375	12 241	—	1 243	1 955	
Mato Grosso do Sul.....	1978	526 261	49 035	413 698	11 672	34 377	14 164	—	1 052	2 263	
	1979	545 926	50 160	429 156	12 108	36 369	14 694	—	1 092	2 347	
	1980	555 710	51 844	436 699	12 340	36 624	14 976	—	835	2 392	
	1981	354 109	32 995	278 367	7 854	22 601	9 531	—	1 238	1 523	
	1982	375 356	34 975	295 069	8 325	24 174	10 103	—	1 096	1 614	
Distrito Federal.....	1980	397 877	37 073	312 774	8 824	25 699	10 709	—	1 087	1 711	
	1981	419 066	39 048	329 431	9 294	27 374	11 279	—	838	1 802	
	1982	451 629	41 496	355 027	10 017	30 088	12 156	—	903	1 942	
	1983	468 098	43 670	367 850	10 395	30 850	12 615	—	703	2 015	

Fonte: Ministério da Previdência e Assistência Social, Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social, Coordenadoria de Informática. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1983. Rio de Janeiro: IBGE, v. 44, 1984.

Nota: Estimativas preliminares. Os métodos empregados consideram, simultaneamente, a compatibilidade com as fontes de receita e com a distribuição da população. Estimado o número de segurados facultativos, segundo uma tendência de decréscimo relativo ao contingente

(1) Em decorrência da interpretação dada pela Lei nº 6.898/79, foi estimado o número de segurados facultativos, segundo uma tendência de decréscimo relativo ao contingente(5) Inclusive no Estado de Mato Grosso. total de contribuintes. (2) Inclusive Rondônia. (3) Inclusive Roraima. (4) Inclusive Amapá. (5) Inclusive no Estado de Mato Grosso.

objeto deste trabalho, cabe assinalar que durante uma década os serviços médicos previdenciários ocuparam grande espaço nas informações publicadas pelo IBGE sobre previdência social, com 18 das 43 tabelas do capítulo *Previdência e Assistência Social* no Anuário de 1976.<sup>10</sup> A partir de meados da década de 1970, observamos o crescimento da assistência médica previdenciária, em particular pelos mecanismos de convênio, contratação e pagamento de serviços providos pelo setor privado, filantrópico, hospitais universitários e públicos. O INPS, a principal fonte nesta área, tinha que criar mecanismos de controle e informação, inclusive para poder remunerar serviços e procedimentos. As tabelas foram publicadas diferenciando entre serviços próprios (previdenciários) e contratados, conveniados ou credenciados distribuídos pelas unidades federativas, o movimento ambulatorial de consultas em clínicas (por especialidade), o movimento de doentes em hospitais, por especialidade (entrada, saída e tempo de permanência), os exames de diversos tipos e os serviços em ambulatórios (por exemplo, Anuário Estatístico do Brasil 1975, p. 728-737). Essas tabelas deixaram de aparecer no capítulo *Previdência* no AEB de 1977, ano da criação do INAMPS, órgão do Sinpas que passou a ser responsável pela assistência médica previdenciária, até esta ser integrada ao Ministério da Saúde na década de 1990.

Quanto às informações sobre os benefícios, a organização heterogênea da previdência social até 1966 gerou, como assinala, informações não sistemáticas e

muitas lacunas. Os benefícios estavam vinculados ao pertencimento específico do associado, variavam entre os IAPs, e eram divididos em aposentadorias, pensões e auxílios. Ainda que saibamos que a partir da década de 1950 os Institutos incrementaram suas cestas de benefícios e serviços, não é possível identificar com precisão o número de benefícios concedidos e auxílios pagos, e sim o total das despesas realizadas. A preocupação deste longo período inicial parece ser com o número de instituições, de associados e com os balanços financeiros dos IAPs, certamente em função do regime de capitalização e da preocupação com o equilíbrio financeiro da previdência social.

Nesse sentido, o marco de 1966 é importante. Ainda que, nos primeiros (quatro) 4 anos de existência do INPS, as informações fossem bastante irregulares, e mesmo escassas em relação ao período anterior, no que diz respeito aos benefícios elas foram se apresentando de forma bastante organizada e regular ao longo do tempo. Quantos benefícios são concedidos anualmente? Quantos estão mantidos em 31/12 de cada ano? Qual o valor total dos benefícios pagos? Essas perguntas podem ser respondidas - por espécie de benefício, clientela, região e estado - com as tabelas publicadas nos AEBs a partir de 1969, em especial a partir de 1980. Os benefícios passaram a ser divididos em previdenciários, assistenciais e acidentários. Ainda que existissem variações provenientes de mudanças da legislação, diziam mais respeito aos benefícios específicos e não a esses (três) 3 grandes grupos. A separação dos benefícios entre concedidos (depois emitidos) e mantidos é também uma informação qualificada que inexistia nos anuários antes de 1969. Uma novidade em relação ao que foi sendo implantado desde 1980 é a inclusão de tabela de benefícios cessados, por tipo de clientela e tipos de benefícios. A cobertura da previdência social e os recursos envolvidos, a sua distribuição geográfica por tipo de auxílio e benefício, e a sua distribuição pelas clientelas urbana e rural podem ser apreendidas por estas tabelas.

Alcoólicos Anônimos, 1995. Foto: José Luis da Conceição - Agência O Globo.



<sup>10</sup> Ver o texto sobre saúde nesta mesma publicação.



Hotel Popular da Central do Brasil, Rio de Janeiro, RJ, 2002.  
Diária a R\$1. Foto: Gabriel de Paiva - Agência O Globo.

A integração terminológica também se deu ao longo de décadas. Para o período pré-1966 existia uma divisão clara entre aposentadorias, pensões e auxílios. Estavam excluídos do sistema os acidentes de trabalho e os serviços médicos e assistenciais eram considerados complementares. Estes foram incluídos no processo de ampliação da cobertura previdenciária nos anos 1970, numa concepção mais próxima de seguridade social. Com a reorganização institucional derivada dos dispositivos da Constituição de 1988, a assistência médica se desvincularia da previdência social em 1990. De qualquer modo, a partir do AEB de 1968, as prestações previdenciárias foram integradas sob a denominação de *benefícios*.

O capítulo “*Previdência Social*” dos Anuários Estatísticos do Brasil foi bastante alterado em 1977, em consequência da reorganização e especialização do sistema previdenciário no mesmo ano. Em 1980, já apresentava uma estrutura de indicadores de cobertura previdenciária que se mantém com poucas alterações até hoje. Como

<sup>11</sup> Nos Anuários de 1979 (p. 668) e de 1980 (p. 651), foram publicados os dois únicos quadros com séries (1974/1978 e 1975/1979) de benefícios pagos pelo INPS, por clientela.

<sup>12</sup> Em 1994 foram classificados como benefícios previdenciários: aposentadorias por idade, tempo de serviço, e invalidez; pensões por morte e mensais vitalícias; abonos de permanência em serviço, de servidor aposentado pela autarquia empregadora, salário-família e salário-maternidade. Os benefícios assistenciais são: renda mensal vitalícia por idade e por invalidez e os acidentários. Os acidentários são: aposentadorias, pensões e auxílio-doença, acidente e suplementar.

assinalado, a partir desse ano foram publicadas tabelas de benefícios concedidos, pagos, mantidos e cessados por espécie, clientela, região e unidades federativas.<sup>11</sup> A partir do Anuário Estatístico do Brasil 1994, com a vigência do CIPS, as tabelas (apresentadas por triênio) assumiram um formato regular e bastante similar às da fonte que as informa, o *Anuário Estatístico da Previdência Social* (Anuário Estatístico do Brasil 1994, p. 2-131 - 2-140). A distinção dos benefícios entre previdenciários (aposentadorias,

pensões, auxílios e abonos), assistenciais (renda mensal vitalícia) e acidentários (aposentadorias, pensões e auxílios), mesmo considerando as mudanças legais e constitucionais, é basicamente a mesma desde 1980, isto é, uma classificação bastante estável que possibilita o acompanhamento da evolução dos benefícios, e dos gastos com proteção previdenciária, ao longo de (três) 3 décadas.<sup>12</sup>

A partir de 1992, não encontramos mais informações sobre os segurados/contribuintes e as informações sobre benefícios passaram a ser os indicadores da extensão da política previdenciária disponíveis nos AEBs. No que diz respeito à contribuição, ou ingresso de recursos, o que se publicou a partir de 1993 (Anuário Estatístico do Brasil 1993, p. 2-140 - 2-143) foi a tabela com o valor mensal arrecadado pela previdência social, por região e estados, para triênios. Por um lado, esse indicador e sua publicação dizem respeito às preocupações governamentais, a partir da regulamentação da Constituição de 1988, com o equilíbrio receita/despesa da previdência em um contexto

de críticas ao modelo previdenciário e de alerta em relação a uma possível crise iminente. O esforço regulamentador, normatizador e modernizador do MPAS nos anos 1990 tinha como um de seus objetivos principais o aumento da arrecadação do sistema. Por outro lado, a ampliação das bases do financiamento da seguridade social, vigente a partir da Constituição de 1988, e sua regulamentação em 1991 tornaram a informação sobre contribuições individuais talvez menos importante do que quando o financiamento era essencialmente baseado nestas contribuições.

Até 1968, foram publicados os “resultados financeiros” dos IAPs, com os problemas já assinalados. O regime de capitalização prescrevia a formação de um fundo com as receitas dos IAPs para provisão futura de benefícios. Esses balanços indicariam a “saúde” das instituições. As tabelas sobre resultados financeiros em geral informam as receitas dos IAPs, suas despesas com aposentadorias, pensões e auxílios, o saldo receita/despesa, e o fundo de capitalização de cada instituição, desdobradas em tabelas que especificam os itens de receita. As únicas séries publicadas são as tabelas das páginas 200 a 203 “Números de associados e resultados financeiros, por institutos e caixas” e “Especificação da receita, por institutos e caixas”, para o período de 1950-1957 (Anuário Estatístico do Brasil 1958), ou no já citado quadro publicado no Apêndice do Anuário de 1960 com o número de associados e resultados financeiros de 1950 a 1959 (p. 125). Tais séries podem ser complementadas para o período de 1959-1968, sem especificação das instituições, no quadro publicado em *Brasil: séries estatísticas retrospectivas* (1970, v. 1)<sup>13</sup>, ver página 204. Mesmo depois da unificação e da exaustão do regime de capitalização, a divulgação das receitas e despesas do INPS (não as com

benefícios e auxílios) continuou até o AEB de 1977. A partir daí divulgaram-se basicamente tabelas sobre as despesas com benefícios, e a partir de 1993, dados de arrecadação do INSS por unidade federativa.

As tabelas e quadros sobre benefícios, segurados e despesas possibilitam a análise, por exemplo, da evolução da cobertura e dos gastos previdenciários e sua distribuição geográfica, ou da composição dos gastos por espécie de benefícios, ou mesmo da sua repartição entre clientela urbana e rural, assim como são possíveis comparações internacionais e avaliações dos graus de equidade da política previdenciária.<sup>14</sup>

Um tema que merece destaque é o do acidentes de trabalho. Cabe assinalar que parte considerável das tabelas constantes do capítulo *Previdência e Assistência Social* dos anuários das décadas de 1930 e 1940 diz respeito a Companhias de Seguros, Caixas Econômicas, Companhias de Capitalização e Cooperativas arroladas no Ministério da Agricultura, por tipo de atuação. Essas informações permanecem até o AEB de 1962 como parte integrante desse segmento, incluído no que os índices dos AEBs denominavam inicialmente de “situação social”. A partir de 1963, parte deles passaram a integrar outros segmentos na parte denominada de “situação econômica” e as informações

Abrigo da infância. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.



<sup>13</sup> Esse quadro se estende até 1968, porém, como já assinalai, dados para 1967/1968 são bastante incompletos. Para esta série de receitas/despesas ser analisada, é necessário um ajuste devido à inflação do período.

<sup>14</sup> Algumas dessas análises, justamente utilizando os AEBs, foram feitas por Santos (1979).

## PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

## I — INSTITUTOS E CAIXAS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

## 1. NÚMERO DE ASSOCIADOS E RESULTADOS FINANCEIROS, POR INSTITUTOS E CAIXAS — 1950/57

continua

ANOS	NÚMERO DE ASSOCIADOS			RESULTADOS FINANCEIROS					Saldo	Fundo de garantia
	Ativos	Aposentados	Pensionistas	Receita total	Despesas					
					Total	Aposentadorias (1)	Pensões (1) (2)	Auxílios		
Em 31-XII dos anos indicados				Cr\$ 1 000						
<b>TOTAL</b>										
1950.....	3 078 171	180 350	317 385	8 517 330	4 475 019	1 187 835	506 010	516 242	4 042 311	22 036 598
1951.....	3 286 551	212 737	333 635	10 426 501	5 680 188	1 711 552	716 734	616 437	4 748 313	27 343 086
1952.....	3 359 074	244 186	373 595	12 694 418	7 148 859	2 170 915	865 372	835 786	5 545 559	33 333 774
1953.....	3 485 147	289 044	406 122	14 631 515	9 607 996	2 820 457	1 078 735	1 176 841	5 023 519	38 795 690
1954.....	3 826 906	301 536	423 285	18 305 529	13 200 172	3 984 538	1 449 054	1 771 786	5 105 357	51 038 372
1955.....	3 833 226	319 302	476 591	26 358 488	18 153 745	5 714 181	2 338 951	2 087 500	8 294 743	58 882 152
1956.....	3 833 651	363 893	491 543	36 982 487	25 023 833	7 336 646	2 961 934	2 466 054	11 936 654	76 055 576
1957.....	3 794 762	381 778	507 015	52 336 584	34 404 011	11 214 463	4 029 250	3 871 966	17 932 573	91 136 958
<b>CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS FERROVIÁRIOS E EMPREGADOS EM SERVIÇOS PÚBLICOS</b>										
1950.....	363 073	31 735	54 200	1 611 307	857 508	305 497	134 911	38 242	753 799	3 944 953
1951.....	365 809	34 567	56 214	1 893 964	1 109 148	456 104	164 210	50 031	784 816	5 318 582
1952.....	378 612	36 748	58 266	1 868 801	1 351 586	568 474	214 496	59 970	517 215	6 275 197
1953.....	376 819	39 142	60 706	1 865 014	1 690 953	709 117	319 298	57 477	174 061	6 810 031
1954.....	387 013	41 323	63 507	2 245 055	2 012 190	925 724	360 456	69 738	232 865	7 199 916
1955.....	397 837	46 442	74 663	4 069 394	2 764 902	1 283 913	555 224	89 525	1 304 492	8 563 289
1956.....	391 376	47 181	78 249	5 151 898	3 403 230	1 501 765	628 039	121 922	1 748 668	10 346 607
1957.....	350 441	36 345	82 113	6 459 522	4 713 620	2 218 805	1 022 244	156 055	1 745 902	12 156 140
<b>INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS BANCÁRIOS</b>										
1950.....	66 634	1 369	3 007	397 116	190 470	18 006	9 927	9 666	206 646	1 279 131
1951.....	72 260	1 289	3 225	462 209	204 998	21 443	11 774	10 453	257 211	1 530 727
1952.....	82 730	1 475	3 422	548 702	250 279	22 499	13 569	11 900	298 423	1 799 410
1953.....	90 071	1 564	3 856	681 606	334 677	24 314	14 345	12 407	346 929	2 138 009
1954.....	101 180	1 606	3 980	777 477	403 124	30 917	19 320	17 051	374 353	2 502 072
1955.....	107 696	1 708	4 217	964 702	510 666	381	26 923	17 412	454 036	2 944 750
1956.....	116 308	1 720	4 546	1 469 295	684 872	45 353	29 060	20 617	784 423	3 718 636
1957..... (3)	115 138	1 945	5 187	2 366 403	997 377	57 281	36 777	53 443	1 369 026	5 065 127
<b>INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS COMERCIÁRIOS</b>										
1950.....	759 658	32 691	71 506	1 509 788	872 900	199 810	85 078	128 860	636 883	4 524 054
1951.....	846 145	37 830	79 310	1 928 039	1 132 971	272 481	116 809	153 113	795 068	5 367 228
1952.....	874 781	42 133	85 610	2 601 229	1 513 885	353 020	142 615	199 818	1 087 344	6 454 571
1953.....	904 982	59 799	94 339	2 927 152	1 946 870	466 203	169 470	65 680	980 282	7 384 590
1954.....	1 007 350	62 364	102 120	3 671 356	2 729 042	734 152	260 458	367 972	942 314	15 004 545
1955.....	1 080 791	61 708	127 731	4 926 156	3 633 634	987 081	386 076	568 392	1 292 522	15 933 773
1956.....	1 084 523	88 023	127 272	7 026 547	4 941 202	1 234 460	501 292	642 209	2 085 345	25 683 207
1957.....	1 188 239	80 646	129 315	10 181 893	6 832 772	2 130 909	662 982	1 022 906	3 349 121	26 342 004
<b>INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS EMPREGADOS EM TRANSPORTES E CARGAS</b>										
1950.....	335 090	17 282	30 786	915 754	640 469	127 684	40 865	32 335	275 285	1 855 380
1951.....	326 361	20 641	33 285	1 141 613	717 733	15 564	53 175	36 388	423 880	2 328 823
1952.....	351 490	24 042	36 455	1 282 159	775 353	175 018	60 137	50 866	506 808	2 835 629
1953.....	368 840	28 558	40 383	1 435 317	1 192 936	265 705	86 274	70 220	242 381	3 170 629
1954.....	365 737	32 291	40 609	1 559 407	1 435 647	361 580	116 714	91 490	123 760	3 294 389
1955.....	388 442	35 996	40 590	2 538 076	1 972 569	560 553	195 729	135 587	565 507	3 906 149
1956.....	400 826	40 468	40 739	2 941 367	2 656 724	746 209	231 743	163 288	284 643	2 020 572
1957.....	441 060	47 310		4 419 257	3 724 891	1 260 069	345 609	280 125	694 366	2 986 445



## PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

## I — INSTITUTOS E CAIXAS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

## 1. NÚMERO DE ASSOCIADOS E RESULTADOS FINANCEIROS, POR INSTITUTOS E CAIXAS — 1950/57

ANOS	NÚMERO DE ASSOCIADOS			RESULTADOS FINANCEIROS					Saldo	Fundo de garantia	conclusão
	Ativos	Aposentados	Pensionistas	Receita total	Despesas						
					Total	Aposentadorias (1)	Pensões (1) (2)	Auxílios			
	Em 31-XII dos anos indicados			Cr\$ 1 000							
INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS INDUSTRIÁRIOS											
1950.. (4)	1 267 708	89 776	121 009	3 181 112	1 320 362	494 286	166 145	285 841	1 860 750	8 519 032	
1951.. (4)	1 374 330	110 118	126 663	3 906 806	1 880 524	735 706	254 279	346 032	2 026 282	10 513 602	
1952.. (4)	1 361 928	130 947	147 825	5 264 511	2 533 896	963 213	326 878	487 098	2 730 615	13 244 217	
1953.. (4)	1 433 413	149 575	161 152	6 485 710	3 562 338	1 233 203	367 483	740 698	2 923 372	16 167 589	
1954.. (4)	1 634 542	151 506	163 185	8 376 164	5 367 242	1 809 033	561 446	1 196 444	3 008 922	1 917 510	
1955.. (4)	1 513 972	159 822	176 346	10 648 822	6 912 572	2 469 260	821 893	1 244 868	3 736 250	22 912 761	
1956.. (4)	1 481 475	172 004	184 285 (5)	15 073 833	9 784 298	3 303 482	1 048 459	1 487 209	5 289 535	28 202 295	
1957.. (4)	1 300 884	199 457	229 165 (6)	22 645 071	13 376 610	4 795 461	1 397 920	2 306 874	9 268 461	37 470 756	
INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS MARÍTIMOS											
1950.....	65000	5 361	15 182	291 369	190 470	38 798	19 358	21 298	100 899	680 900	
1951.....	69931	5 907	16 144	348 318	233 748	56 127 §	37 540	22 420	114 570	757 626	
1952.....	73641	6 368	16 776	403 577	277 708	72 614	39 485 §	26 134 §	125 869	878 005	
1953.....	73408	8 089	18 717	455 946	371 730	102 753	44 371	30 359	84 216	951 625	
1954.....	71118 §	9 955 §	19 614	640 129	535 148	101 960 §	45 394	29 091	104 981	1 270 319	
1955 (7)....	78785 §	11 076 §	20 594	1 003 488	833 581	294 023 §	68 548	31 716	169 907	1 397 422	
1956.....	81094 §	12 010 §	21 666	1 365 317	1 147 002 §	411 346	76 678	30 809	218 315	1 593 219	
1957.....	110858	13 649	23 777	1 986 934	1 700 087	636 204	129 309	72 563	280 847	1 894 857	
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO											
1950.....	221008	2 136	21 695	610 884	402 840	8 754	49 726	...	208 044	1 233 148	
1951.....	231715	2 385	23 794	745 552	401 066	13 127	58 947	...	344 486	1 526 498	
1952.....	235892	2 473	25 241	725 439	446 152	16 077	68 192	...	279 287	1 846 745	
1953.....	237614	2 317	27 169	780 770	508 492	19 162	77 494	...	272 278	2 173 217	
1954.....	259966	2 491	30 270	1 035 941	717 779	21 202	85 266	...	318 162	2 650 621	
1955.....	265703	2 550	32 450	2 207 850	1 525 821	81 230	284 558	...	682 029	3 219 008	
1956.....	278049	2 487	34 786	3 934 230	2 406 505	94 031	446 663	...	1 527 725	4 491 040	
1957.....	283142	2 426	37 458	4 277 504	3 058 654	115 734	434 409	...	1 218 850	5 221 629	

Fontes: Institutos de Aposentadoria e Pensões e Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos. Anuário estatístico do Brasil 1958. Rio de Janeiro: IBGE, v. 19, 1959.

- (1) Inclusive benefícios decorrentes da lei nº 1 162 (aposentadoria e pensões de funcionários autárquicos) — (2) Inclusive "pecúlios". — (3) Excluído os funcionários da Caixa Econômica — (4) EM 1.º-VII. — (5) Inclusive 6 286 332 milhares de cruzeiros correspondentes a receita a realizar. — (6) Inclusive 9 705 932 milhares de cruzeiros correspondentes a receita a realizar — (7) Inclusive a Caixa de Aposentadoria de Santos.

## PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

## I — INSTITUTOS E CAIXAS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

## 2. ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA, POR INSTITUTOS E CAIXAS — 1950/57

Continua

ANOS	RECEITA (CR\$ 1 000)						
	Total geral	Contribuições				Outras de previdência (1) (2)	Outras não especificadas
		Total	De segurados	De empregadores	Da União		
<b>TOTAL</b>							
1950.....	8 517 330	6 608 144	2 104 117	2 107 125	2 104 142	260 624	1 648 562
1951.....	10 426 501	7 970 984	2 545 325	2 544 557	2 533 183	434 217	2 021 300
1952.....	12 694 418	10 130 220	3 272 911	3 266 570	3 255 771	426 185	2 138 013
1953.....	14 631 515	11 458 892	3 736 895	3 712 023	3 699 079	470 376	2 702 247
1954.....	18 305 529	13 707 732	4 449 344	4 428 458	4 438 218	650 891	3 946 906
1955.....	26 358 488	18 592 527	5 976 784	5 860 469	5 941 917	1 262 733	6 503 228
1956.....	36 962 487	27 497 070	8 648 409	8 484 269	8 487 473	1 843 980	7 621 437
1957.....	52 336 584	39 374 960	12 658 031	12 315 790	12 565 220	2 323 099	10 638 525
<b>CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS FERROVIÁRIOS E EMPREGADOS EM SERVIÇOS PÚBLICOS</b>							
1950.....	1 611 307	1 335 651	445 217	445 217	445 217	17 046	258 610
1951.....	1 893 964	1 406 532	471 480	467 526	467 526	66 626	420 806
1952.....	1 868 801	1 834 434	616 010	606 634	611 790	33 236	1 131
1953.....	1 865 014	1 825 990	615 832	599 438	610 720	39 007	17
1954.....	2 245 055	2 202 533	748 596	716 101	737 836	42 513	9
1955.....	4 069 394	3 533 867	1 197 986	1 140 592	1 195 289	66 063	469 464
1956.....	5 151 898	4 671 715	1 598 020	1 598 020	1 475 675	68 127	412 056
1957.....	6 459 522	5 743 877	1 959 562	1 872 263	1 912 052	108 739	606 906
<b>INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS BANCÁRIOS</b>							
1950.....	397 116	269 217	89 739	89 739	89 739	164	127 735
1951.....	462 209	319 211	111 879	103 666	103 666	1 609	141 389
1952.....	548 702	384 701	136 889	123 906	123 906	1 477	162 524
1953.....	681 606	460 323	171 261	144 531	144 531	1 514	219 769
1954.....	777 477	511 984	170 922	170 531	170 531	15 722	249 771
1955.....	964 702	665 633	243 381	211 126	211 126	40 760	258 309
1956.....	1 469 295	1 133 388	403 576	364 906	364 906	60 428	275 479
1957.....	2 366 403	1 908 842	666 568	621 137	621 137	94 338	363 223
<b>INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS COMERCIÁRIOS</b>							
1950.....	1 509 788	1 157 898	385 966	385 966	385 966	1 874	350 016
1951.....	1 928 039	1 445 769	481 923	481 923	481 923	14 703	467 567
1952.....	2 601 229	1 773 117	591 039	591 039	591 039	17 465	810 647
1953.....	2 927 152	2 016 453	672 151	672 151	672 151	22 090	888 609
1954.....	3 671 356	2 517 246	839 082	839 082	839 082	20 310	1 133 800
1955.....	4 926 156	3 221 715	1 073 905	1 073 905	1 073 905	40 528	1 663 913
1956.....	7 026 547	4 963 827	1 654 609	1 654 609	1 654 609	62 875	1 999 845
1957.....	10 181 893	7 402 326	2 467 442	2 467 442	2 467 442	78 270	2 701 297
<b>INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS EMPREGADOS EM TRANSPORTES E CARGAS</b>							
1950.....	915 754	595 585	197 418	200 724	197 443	589	319 580
1951.....	1 141 613	771 958	253 030	265 873	253 055	10 543	359 112
1952.....	1 282 159	932 161	305 399	321 300	305 462	5 878	344 120
1953.....	1 435 317	1 083 244	357 438	374 342	351 464	9 153	342 920
1954.....	1 559 407	1 159 719	382 333	395 028	382 358	10 131	389 557
1955.....	2 538 076	1 779 364	601 301	576 677	601 386	16 526	742 186
1956.....	2 941 367	2 308 050	807 207	693 557	807 286	25 699	607 618
1957.....	4 419 257	3 105 003	1 100 744	903 385	1 100 874	27 450	1 286 804
<b>INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS INDUSTRIÁRIOS</b>							
1950.....	3 181 112	2 820 129	940 043	940 043	940 043	4 854	356 129
1951.....	3 906 806	3 491 811	1 163 937	1 163 937	1 163 937	17 043	397 952
1952.....	5 264 511	4 651 698	1 550 566	1 550 566	1 550 566	21 612	591 201
1953.....	6 485 710	5 537 931	1 845 977	1 845 977	1 845 977	26 677	921 102
1954.....	8 376 164	6 689 436	2 229 812	2 229 812	2 229 812	33 694	1 653 034
1955.....	10 648 822	8 192 667	2 730 889	2 730 889	2 730 889	75 459	2 380 696
1956..... (3)	15 073 833	11 951 514	3 983 838	3 983 838	3 983 838	113 945	3 008 374
1957..... (4)	22 645 071	18 372 402	6 124 134	6 124 134	6 124 134	182 321	4 110 348

## PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

## I — INSTITUTOS E CAIXAS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

## 2. ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA, POR INSTITUTOS E CAIXAS — 1950/57

ANOS	RECEITA (CR\$ 1 000)						Outras de previdência (1) (2)	Outras não especificadas
	Total geral	Contribuições						
		Total	De segurados	De empregadores	Da União			
INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS MARÍTIMOS								
1950.....	291 369	136 904	45 734	45 436	45 734	6 853	147 612	
1951.....	348 318	187 784	63 076	61 632	63 076	36 820	123 714	
1952..... §	403 577	219 141	73 008	73 125	73 008 §	72 173	112 263	
1953.....	455 946	224 056	74 236	75 584	74 236	92 311	139 579	
1954.....	640 129	235 102	78 599	77 904	78 599	96 189	308 838	
1955.....	1 003 488	385 924	129 322	127 280	129 322 §	329 698	287 866	
1956.....	1 365 317	591 657	201 159	189 339	201 159	410 829	362 831	
1957.....	1 986 934	1 006 591	339 581	327 429	339 581	576 454	403 889	
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO								
1950.....	610 884 (5)	292 760	...	—	...	229 244	88 880	
1951.....	745 552 (5)	347 919	...	—	...	286 873	110 760	
1952.....	725 439 (5)	334 968	...	—	...	274 344	116 127	
1953.....	780 770 (5)	310 895	...	—	...	279 624	190 251	
1954.....	1 035 941 (5)	391 712	...	—	...	432 332	211 897	
1955.....	2 207 850 (5)	813 357	...	—	...	693 699	700 794	
1956.....	3 934 230 (5)	1 876 919	...	—	...	1 102 077	955 234	
1957.....	4 277 504 (5)	1 835 919	...	—	...	1 275 527	1 166 058	

Fontes: Institutos de Aposentadoria e Pensões e Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos.

Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1958. Rio de Janeiro: IBGE, v. 19, 1959.

(1) Inclusive benefícios decorrentes da Lei nº 1 162 (aposentadoria e pensões de funcionários autárquicos). — (2) No caso do IPASE, receitas de seguro privado e de serviços de assistência. — (3) Inclusive 6 286 332 milhares de cruzeiros correspondentes à receita a realizar. — (4) Inclusive 9 705 932 milhares de cruzeiros correspondentes à receita a realizar. — (5) Receitas de seguro social, compreendendo principalmente contribuições de benefícios de família.

sobre seguros e seguradoras retornaram aos Anuários em 1977 na parte sobre previdência, permanecendo até 1989.

A própria noção de seguro social vigente na gênese da previdência social brasileira, isto é, *previdência é seguro*, em especial o sistema de capitalização que presidia o financiamento dos benefícios previdenciários, incluía e aproximava seguro social dos mecanismos privados de poupança, crédito e seguro. No caso das companhias de seguro e suas atividades, controladas pelo Instituto de Resseguros do Brasil - IRB -, as informações apresentadas que mais interessam ao tema previdência social dizem respeito

particularmente ao seguro contra acidentes de trabalho. Desde 1944 (Decreto-Lei nº 7.036, de 10 de novembro de 1944), a legislação dispunha sobre as responsabilidades da previdência na concessão de benefícios decorrentes de acidentes de trabalho, proibindo concessões de autorização a novas seguradoras privadas neste tipo de seguro e obrigando os IAPs e CAPs, que ainda não tivessem, a estabelecer em suas carteiras próprias de acidentes de trabalho.<sup>15</sup> A previsão era que essa integração ao sistema previdenciário fosse concluída em 1953. Porém, devido à resistência das seguradoras, a estatização desse seguro só ocorreu no ano de 1967 (Lei nº 5.316, de 14 de setembro de 1967).

<sup>15</sup> O IAPM tinha a exclusividade do seguro de acidentes do trabalho desde 1943, e foi seguido pelo IAP da Estiva e por algumas CAPs que obtiveram por decreto a autorização para abrir carteira.

## 4.4.1 — INSTITUTOS E SERVIÇOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

## 4.4.1.1 — Instituto Nacional de Previdência Social — 1959-68

## a) Número de associados e resultados financeiros

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS				
	1959	1960	1961	1962	1963
<b>Número de associado</b>					
Ativos .....	3 892 704	4 121 863	4 169 566	5 061 502	5 370 130
Aposentados.....	490 020	515 937	519 576	569 013	588 016
Pensionista.....	563 023	656 309	648 734	653 837	288 726
<b>Resultado financeiro (Ncr\$)</b>					
<b>Receita total.....</b>	<b>80 990 120</b>	<b>105 318 451</b>	<b>178 671 375</b>	<b>271 476 363</b>	<b>468 979 168</b>
Contribuições.....	63 122 258	86 203 484	155 137 181	244 190 491	419 386 081
Segurados.....	21 099 712	28 793 327	51 139 503	81 292 372	140 593 212
Empregadores.....	20 976 409	28 684 936	50 701 560	80 118 000	138 282 708
União .....	21 046 137	28 725 221	53 296 118	82 780 119	140 510 161
Outras de previdência.....	3 686 532	3 539 087	3 315 395	3 342 709	4 470 168
Outras não especificadas .....	(4) 14 181 330	(4) 15 575 880	(4) 20 218 799	23 943 163	45 122 919
<b>Despesa total.....</b>	<b>53 959 475</b>	<b>65 535 662</b>	<b>123 610 838</b>	<b>199 230 377</b>	<b>359 504 957</b>
Das quais com					
Aposentadorias(6).....	20 732 812	26 249 958	47 481 953	68 646 106	111 164 689
Pensões(6)(7).....	6 011 654	7 746 681	13 530 853	21 145 011	34 566 925
Auxílios.....	6 434 550	7 429 439	17 930 051	33 568 869	68 762 272
<b>Saldo.....</b>	<b>27 030 645</b>	<b>39 782 789</b>	<b>55 060 537</b>	<b>72 245 986</b>	<b>109 474 211</b>
<b>Fundo de garantia.....</b>	<b>156 249 855</b>	<b>207 307 873</b>	<b>275 306 327</b>	<b>378 815 017</b>	<b>402 644 293</b>

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS					conclusão
	1964	1965	1966	1967	1968	
<b>Número de associado</b>						
Ativos .....	(1) 2 935 179	(2) 2 987 346	(3) 2 486 091	—	7 763 058	
Aposentados.....	663 214	755 146	860 515	—	—	
Pensionista.....	642 931	639 392	729 442	—	—	
<b>Resultado financeiro (Ncr\$)</b>						
<b>Receita total.....</b>	<b>683 581 024</b>	<b>1 614 504 554</b>	<b>2 121 221 263</b>	<b>2 639 051 003</b>	<b>4 712 902 696</b>	
Contribuições.....	867 830 065	1 364 332 081	1 612 171 549	2 180 322 804	3 983 974 909	
Segurados.....	290 102 484	475 535 772	750 990 808	—	—	
Empregadores.....	287 775 598	463 117 976	748 259 225	—	—	
União .....	289 951 983	425 678 333	112 921 516	—	—	
Outras de previdência.....	(4) 25 558 009	(4) 43 073 969	(4) (5) 107 704 076	—	—	
Outras não especificadas .....	70 192 950	206 498 504	401 345 638	—	—	
<b>Despesa total.....</b>	<b>707 193 716</b>	<b>1 171 954 307</b>	<b>1 788 825 133</b>	<b>2 680 841 744</b>	<b>4 718 974 235</b>	
Das quais com						
Aposentadorias(6).....	216 923 744	388 799 109	591 987 575	—	1 186 562 333	
Pensões(6)(7).....	65 840 148	110 850 963	168 672 052	—	411 538 570	
Auxílios.....	109 338 196	182 306 987	266 699 581	—	1 423 393 851	
<b>Saldo.....</b>	<b>256 387 308</b>	<b>442 550 247</b>	<b>332 396 130</b>	—	<b>41 790 741</b>	—
<b>Fundo de garantia.....</b>	<b>592 718 031</b>	<b>933 023 984</b>	<b>854 548 268</b>	—	—	—

Fonte: Instituto Nacional de Previdência Social. Tabela extraída de: Brasil: séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, v.1, 1970.

(1) Exclui os associados do Antigo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários. (2) Exclui os associados do Antigo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários e do Antigo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos. (3) Exclui os associados do Antigo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, Antigo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos e Antigo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em transporte e Cargas. (4) Inclusive receitas decorrentes da Lei n 1 162 (aposentadorias e pensões dos funcionários autárquicos). (5) Exclui os associados do Antigo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciais. (6) Inclusive despesas pagas com benefícios decorrentes da Lei n 1 162 (aposentadorias e pensões dos funcionários autárquicos). (6) Inclusive "pecúlio".

Dados mais precisos só apareceram no AEB publicado em 1946, relativo aos anos de 1941-1945. Especificamente em relação a companhias de seguro (sociedades), as tabelas indicam uma preocupação em quantificá-las e diferenciá-las em nacionais e estrangeiras e por ramos de seguro, separando-os por elementares, de vida e de acidentes de trabalho. A Tabela III.1 para os anos de 1940 a 1944 (Anuário Estatístico do Brasil 1941/1945, p. 367) é representativa desse modo de apresentar as informações. Uma outra preocupação era

apresentar os principais títulos do ativo e passivo das sociedades, destacando as que operavam com acidentes de trabalho (Anuário Estatístico do Brasil 1941/1945) (ver tabela abaixo)<sup>16</sup>.

Os acidentes de trabalho, tema constante da agenda trabalhista e sindical no Brasil, envolvendo inclusive interesses do setor financeiro, não apareceram de modo regular e padronizado no capítulo *Previdência e Assistência Social* dos Anuários no período de 1936-1966. É importante assinalar que não se encontram informações sobre o

## PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

### III — SEGUROS — 1940/44

#### 2. PRINCIPAIS TÍTULOS DO ATIVO E PASSIVO

##### f) Sociedades que operam exclusivamente no ramo acidentes de trabalho

ESPECIFICAÇÃO	VALOR EM 31-XII (Cr\$ 1 000)				
	1 940	1 941	1 942	1 943	1 944
<b>Ativo</b>					
Capital a realizar .....	7 011	7 401	5 345	4 827	4 827
Títulos de renda .....	6 823	8 791	10 915	10 999	11 521
Propriedades imobiliárias .....	4 197	4 264	4 365	1 913	5 379
Empréstimos com garantia .....	—	—	—	675	361
Caixa e depósitos bancários .....	7 203	8 439	12 180	15 251	17 658
Contas correntes .....	3 493	3 791	3 617	5 458	8 771
Outras contas .....	5 723	7 788	8 821	9 570	10 273
Lucros e perdas .....	2 296	1 934	2 641	2 109	1 192
<b>Sub-total</b> .....	<b>36 746</b>	<b>42 408</b>	<b>47 884</b>	<b>50 802</b>	<b>59 982</b>
Contas de compensação .....	5 035	6 182	7 342	7 592	7 653
<b>TOTAL</b> .....	<b>41 781</b>	<b>48 590</b>	<b>55 226</b>	<b>58 394</b>	<b>67 635</b>
<b>Passivo</b>					
Capital subscrito .....	15 992	17 378	17 629	15 139	14 149
Reservas Técnicas .....	8 599	10 540	13 013	15 844	20 585
Contas correntes .....	5 071	4 733	4 544	5 269	6 712
Outras contas .....	3 015	3 184	4 678	6 111	6 755
Lucros em reserva .....	4 069	6 573	8 020	8 439	11 781
<b>Sub-total</b> .....	<b>36 746</b>	<b>42 408</b>	<b>47 884</b>	<b>50 802</b>	<b>59 982</b>
Contas de compensação .....	5 035	6 182	7 342	7 592	7 653
<b>TOTAL</b> .....	<b>41 781</b>	<b>48 590</b>	<b>55 226</b>	<b>58 394</b>	<b>67 635</b>

Fonte: Instituto de Resseguros do Brasil. Extraído de : Anuário estatístico do Brasil 1941/1945. Rio de Janeiro: IBGE, v. 6, 1946.

Nota: Deixa de aparecer, a seguir, a tabela " g) Sociedades estrangeiras", porque seria simples reprodução do quadro " g) Sociedades estrangeiras", da série "a) Resumo de todos os ramos", uma vez que as companhias estrangeiras, como informa a nota da tabela "1. Sociedades operantes no país", à página 367, operam somente nos "ramos elementares".

<sup>16</sup> A título de informação, as fontes aqui são: para seguros e seguradoras o IRB, para capitalização o Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais, e para Cooperativismo o Serviço de Economia Rural e o Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

número de acidentes ocorridos em um determinado ano, para uma determinada categoria, a partir do número de sinistros pagos pelas carteiras de acidentes de trabalho dos IAPs e CAPs.<sup>17</sup> De modo geral, dados sobre acidentes de trabalho não são encontrados nas tabelas referentes ao número de benefícios e serviços concedidos. A informação disponível, para um curto período (1944-1951), diz respeito às receitas e despesas dessas carteiras das respectivas instituições. Portanto, o pesquisador pode avaliar o ingresso anual de recursos para segurar os trabalhadores contra acidentes de trabalho e as despesas realizadas para cobrir os sinistros realizados (por exemplo, as tabelas I.1b. e I.1c., Anuário Estatístico do Brasil 1953, p. 365-366). Para os anos posteriores, estas informações foram apresentadas em conjunto com outras carteiras dos IAPs ou sequer foram publicadas. Uma possibilidade de acompanhar de modo agregado a evolução das receitas e despesas com acidentes de trabalho são as tabelas “Prêmios e Sinistros, segundo os principais ramos de seguros”, que aparecem para todo o período (por exemplo, para os anos 1958-1960, tabela IV.2, Anuário Estatístico do Brasil 1961, p. 341).

A integração do seguro de acidentes de trabalho ao sistema previdenciário em 1967 teve reflexos na produção e publicação de informações, com surpreendente regularidade se comparada com outros indicadores. No Anuário de 1969, foi publicado em tabela separada o número de acidentados no trabalho (por unidade federativa), o que se repetiu até 1979. Os acidentes foram caracterizados, como típicos, doença do trabalho e de trajeto (por exemplo, Anuário Estatístico do Brasil 1977, p. 668). Considerado inicialmente como auxílio, o seguro de acidentes também foi integrado nas tabelas de receitas e despesas do INPS e de benefícios concedidos/pagos/mantidos. A partir de 1980, os

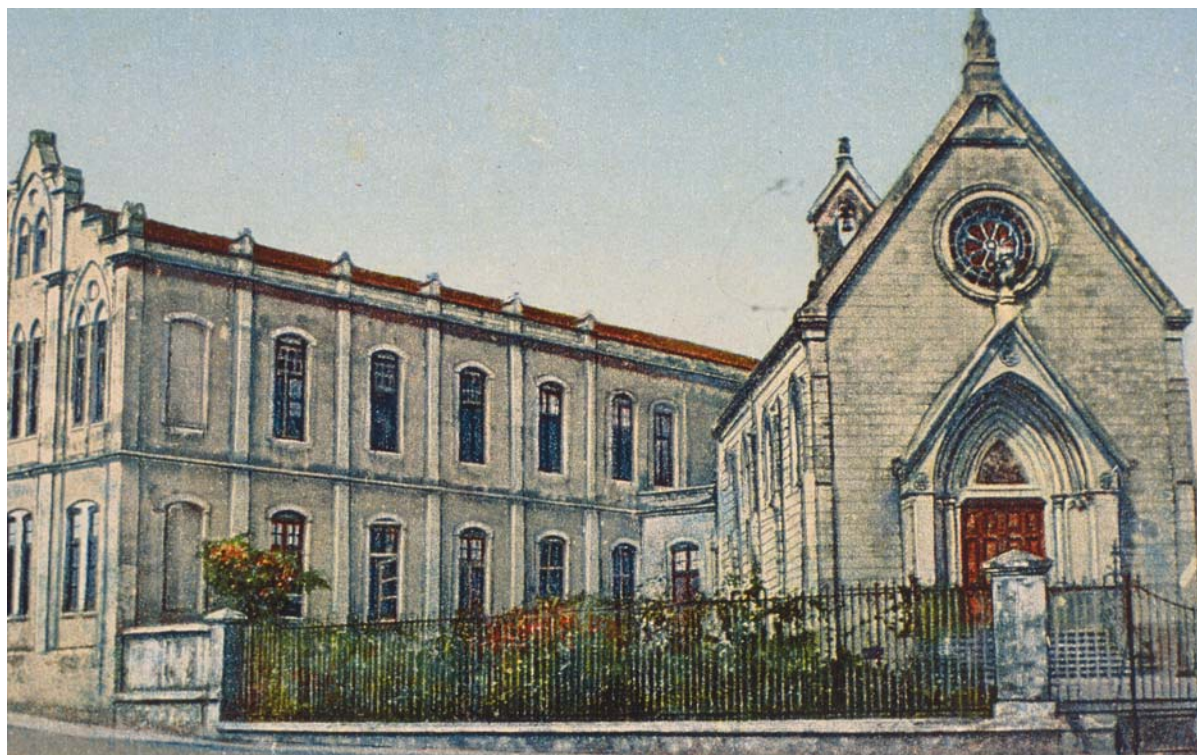
acidentes de trabalho da clientela urbana passaram também a ser discriminados em registrados e liquidados e assim apresentados ininterruptamente em (duas) 2 tabelas até 1993 (Anuário Estatístico do Brasil 1980, p. 654-655; Anuário Estatístico do Brasil 1993, p. 2-145 - 2-148).<sup>18</sup> Em relação aos registrados eles continuaram a ser caracterizados como em 1969, e os liquidados, classificados pelo motivo de sua cessação ou conseqüências: simples assistência médica, incapacidade temporária (período de afastamento), incapacidade permanente (com a geração de benefícios) e óbitos. De 1994 em diante, os acidentes de trabalho aparecem apenas nas tabelas relativas a benefícios por clientela e unidades federativas.

As informações constantes nos Anuários Estatísticos para o campo mais específico da assistência social dizem respeito principalmente a tabelas sobre instituições asilares e associações filantrópicas, publicadas fora do título *Previdência e Assistência*, e a um mecanismo de garantia de renda a famílias numerosas, o chamado abono familiar, concedido a chefes de família numerosa (8 ou mais filhos dependentes) com renda inferior ao dobro do salário mínimo local.<sup>19</sup> A própria denominação *Previdência e Assistência Social* para o capítulo dos AEBs aqui analisado permanece de 1936 a 1962, e de 1967 a 1977, quando o título passa a ser somente *Previdência Social*. Em alguns Anuários, entre 1963 e 1966, encontramos tabelas sob os títulos específicos de *Assistência Social* e *Serviço Social*. Parte das informações que eram publicadas até 1962 sob o título *Associações de Caridade* foram incorporadas no AEB de 1965 aos capítulos sobre previdência e assistência como “assistência a desvalidos”. À parte os chamados auxílios ou benefícios assistenciais, integrados ao sistema previdenciário, poucas informações estavam disponíveis para a assistência social, inclusive as da LBA.

<sup>17</sup> Ressalte-se, mais uma vez, que os dados sobre acidentes de trabalho do IPASE são apresentados separadamente para quase todo o período e de modo mais regular do que no caso dos demais Institutos.

<sup>18</sup> Os dados benefícios acidentários da clientela rural são divulgados apenas nas tabelas sobre benefícios.

<sup>19</sup> A legislação assegurava um abono mensal de 100 cruzeiros para famílias com (oito) 2 dependentes, e mais 20 cruzeiros por dependente que exceder este número.



Orfanato Santo Antônio, Belo Horizonte, MG, 1913. Arquivo Público Mineiro.



Os cuidados com os pobres desamparados foram traduzidos em tabelas e quadros que aparecem com bastante regularidade nos Anuários do período sob o título *Asilos e Recolhimentos*. Embora até 1950 a ênfase fosse sobre as instituições localizadas no Distrito Federal, a cidade do Rio de Janeiro, havia com informações regulares sobre os demais entes federativos. Quanto à chamada assistência aos desvalidos, algumas tabelas são bastante interessantes, tanto pelas informações que fornecem - não existe uma série completa e faltam informações para vários anos - como pelas “concepções” de assistência implícitas no modo pelo qual as informações foram apresentadas. Os dados numéricos foram relativos sempre ao número de estabelecimentos (por vínculo administrativo, se subvencionados ou não, e por finalidade), ao movimento geral do ano, isto é, número de ingressos, saídas e falecimentos, e ao número de pessoas internadas em 31 de dezembro, segundo os objetivos do estabelecimento em que se encontravam. Estas tabelas já estão presentes no AEB de 1936, seguido do AEB de 1937 com 12 (doze) tabelas, mas uma síntese aparece na Tabela

I.1 no AEB publicado em 1939 (Anuário Estatístico do Brasil 1938)<sup>20</sup> (ver tabela da página 208).

As categorias que organizam as informações sobre os “asilos e recolhimentos”, e seus internos, a partir de seus fins, ou razões de internação, são reveladoras do modo pelo qual a sociedade e o Estado classificavam seus desamparados e desvalidos: vida contemplativa; amparo aos inválidos da pátria; regeneração social; amparo à infância; amparo às moças pobres; amparo a surdos-mudos; amparo a cegos; amparo à mendicidade; amparo a morfeíticos; amparo a psicopatas e amparo a tuberculosos. Pesquisadores interessados em filantropia, instituições de caridade, infância e adolescência no Rio de Janeiro podem se beneficiar de dados e informações constantes nos AEBs deste período. Muitas vezes aparece um quadro isolado, com dados para apenas um ano, que fornece indicações importantes, por exemplo, sobre o movimento de internados em uma instituição como a Casa dos Expostos, uma das principais instituições de abrigo de crianças abandonadas e órfãs, sob a responsabilidade da Santa Casa de

<sup>20</sup> Aqui cabe advertir que o número de estabelecimentos que informavam era menor do que os existentes, fato indicado em algumas tabelas. Contudo pode se supor que essa diferença apareça nas demais tabelas, pelo menos até 1950. Isso aparece explicitamente na separata do AEB de 1939/1940 (p. 98-99), Quadros Retrospectivos n.1. Ao construir séries sobre o número de internados em asilos e recolhimentos, o IBGE indica o número de instituições informantes e o separa das existentes.

## ASILOS E RECOLHIMENTOS

## I — MOVIMENTO DA ASSISTÊNCIA A DESVALIDOS NO DISTRITO FEDERAL

## 2. MOVIMENTO DO ALBERGUE DA BOA VONTADE - 1937

ESPECIFICAÇÃO	Dados numéricos			
	Homens	Mulheres	Total	
1. MOVIMENTO DE INDIGENTES				
Identificados.....	2 781	764	3 545	
Inspecionados	Aceitos.....	3 010	909	3 919
	Recusados.....	386	44	430
	<b>Total.....</b>	<b>3 396</b>	<b>953</b>	<b>4 349</b>
Frequentes	Adultos.....	84 311	24 630	108 941
	Crianças.....	14 254	6 144	20 398
	<b>Total.....</b>	<b>98 565</b>	<b>30 774</b>	<b>129 339</b>
Asilados.....	..	..	14	
Hospitalizados.....	..	..	161	
Embarcados.....	..	..	366	
2. MOVIMENTO DO SERVIÇO MÉDICO				
Exames clínicos	Adultos.....	2 363	565	2 928
	Crianças.....	384	252	636
	<b>Total.....</b>	<b>2 747</b>	<b>817</b>	<b>3 564</b>
Curativos	..	..	1 114	
3. MOVIMENTO DO SERVIÇO DE REFEIÇÕES				
Refeições a albergados em geral	Mate e pão.....	..	..	129 450
	Café e pão.....	..	..	129 793
	Sopa.....	..	..	89 583
	Leite.....	..	..	6 530
	Outras.....	..	..	56 622
	<b>Total.....</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>411 978</b>
Refeições a mães nutrizes	Leite e pão.....	—	1 061	1 061
	Cangicas.....	—	520	520
	Mingaus.....	—	1 281	1 281
	Outras.....	—	1 449	1 449
	<b>Total.....</b>	<b>—</b>	<b>4 311</b>	<b>4 311</b>
Refeições especiais a crianças.....	..	..	26 654	
<b>Total geral.....</b>	<b>..</b>	<b>4 311</b>	<b>442 943</b>	

Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1938. Rio de Janeiro: IBGE, v. 4, 1939.

Nota: O albergue é mantido pela prefeitura do Distrito Federal.

Misericórdia do Rio de Janeiro. Por exemplo, para o ano de 1937, os dados sobre crianças internas menores de 18 meses sugerem que o seu número se mantinha estável entre o primeiro e o último dia do ano, apesar do ingresso de grande contingente durante o período e um número razoável de egressos, porque grande parte desses expostos, ou enjeitados, falecia ao longo do ano, o que não acontecia com os maiores de 18 meses. Tais dados revelam a dramaticidade do tema do abandono de recém-nascidos na

cidade do Rio de Janeiro. (Anuário Estatístico do Brasil 1938)<sup>21</sup> (ver tabela da página 209).

Em 1954 (Anuário Estatístico do Brasil 1954), foram introduzidas também tabelas sob o título de *Associações de Caridade* e modificadas as categorias que classificavam os asilos e recolhimentos e seus internados. A partir desse Anuário, a classificação das finalidades foi reduzida para órfãos; menores desamparados; velhice desamparada; mistos e outros, e se introduziu na tabela a classificação dos

<sup>21</sup> Dados para todo o País sobre internação, saída e falecimento, à exceção do Distrito Federal, só existem para o ano de 1942 (Anuário Estatístico do Brasil 1941/1945, p.362, “Movimento de Internados em Asilos e Recolhimentos Existentes no País-1942”).



## ASILOS E RECOLHIMENTOS

## I — MOVIMENTO DA ASSISTÊNCIA A DESVALIDOS NO DISTRITO FEDERAL

## 4. CRIANÇAS INTERNADAS NA CASA DOS EXPOSTOS — 1937

ESPECIFICAÇÃO	CRIANÇAS INTERNADAS									
	MENORES DE 18 MESES			MAIORES DE 18 MESES			EM GERAL			
	Do sexo masculino	Do sexo feminino	Total	Do sexo masculino	Do sexo feminino	Total	Do sexo masculino	Do sexo feminino	Total	
Existentes em 1º de janeiro	Expostos .....	119	122	241	89	86	175	208	208	416
	Desamparados.....	6	9	15	177	129	306	183	138	321
	Recolhidos provisoriamente.....	5	0	5	5	3	8	10	3	13
	<b>Total .....</b>	<b>130</b>	<b>131</b>	<b>261</b>	<b>271</b>	<b>218</b>	<b>489</b>	<b>401</b>	<b>349</b>	<b>750</b>
Entrados durante o ano	Expostos.....	214	195	409	25	18	43	239	213	452
	Desamparados.....	11	6	17	8	6	14	19	12	31
	Recolhidos provisoriamente.....	4	5	9	8	2	10	12	7	19
	<b>Total .....</b>	<b>229</b>	<b>206</b>	<b>435</b>	<b>41</b>	<b>26</b>	<b>67</b>	<b>270</b>	<b>232</b>	<b>502</b>
Saídos durante o ano	Expostos.....	63	48	111	23	16	39	86	64	150
	Desamparados.....	4	—	4	17	11	28	21	11	32
	Recolhidos provisoriamente .....	5	3	8	7	1	8	12	4	16
	<b>Total.....</b>	<b>72</b>	<b>51</b>	<b>123</b>	<b>47</b>	<b>28</b>	<b>75</b>	<b>119</b>	<b>79</b>	<b>198</b>
Falecidos durante o ano	Expostos.....	129	136	265	2	4	6	131	140	271
	Desamparados.....	4	6	10	—	—	—	4	6	10
	Recolhidos provisoriamente.....	—	2	2	—	—	—	—	2	2
	<b>Total.....</b>	<b>133</b>	<b>144</b>	<b>277</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>135</b>	<b>148</b>	<b>283</b>
Existentes em 31 de dezembro	Expostos.....	141	133	274	89	84	173	230	217	447
	Desamparados.....	9	9	18	168	124	292	177	133	310
	Recolhidos provisoriamente.....	4	0	4	6	4	10	10	4	14
	<b>Total .....</b>	<b>154</b>	<b>142</b>	<b>296</b>	<b>263</b>	<b>212</b>	<b>475</b>	<b>417</b>	<b>354</b>	<b>771</b>

Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1938. Rio de Janeiro: IBGE, v. 4, 1939.

estabelecimentos por sexo e idade dos internados (adultos, adolescentes e crianças, e “todas as idades”).<sup>22</sup> Portanto, para fins de informação as razões da internação e as finalidades de cada instituição diziam respeito fundamentalmente à orfandade, à infância e à velhice desamparada, com um corte de gênero e de grupo etário, mantendo-se a informação da distribuição dos estabelecimentos pelas Unidades da Federação, em um quadro único até 1963.

No Anuário de 1963 e no de 1964, as informações sobre serviços assistenciais para os anos de 1961 e 1962 ficam sob o título *Assistência Social*, e não foi publicada a tabela relativa aos asilos. De certo modo, as informações foram integradas nas tabelas cuja estrutura estava

delineada no AEB de 1954. Os estabelecimentos assistenciais passaram a ser classificados por espécie, isto é, hospitalares, para-hospitalares, asilos, abrigos, escolas e outros, apresentados por unidades federativas. Também são apresentadas tabelas com as despesas efetuadas pelas instituições assistenciais, somente as subvencionadas, na concessão dos auxílios e benefícios e na manutenção do estabelecimento ou serviço, e o número de pessoas assistidas por cinco faixas etárias, sempre por unidade federativa. Também por estado é apresentado o número de pessoas por tipo de benefício (alimentação/alimentos, dinheiro/custeio de despesas, remédios, objetos de uso pessoal e outros) e por tipo de auxílio (hospitalização, assistência médica sem

<sup>22</sup> Cabe assinalar que a categoria “outros” apresenta em vários AEBs um número substancial de instituições, o que provavelmente indica a dificuldade da classificação introduzida em 1954.



internação, asilamento, abrigamento, instrução, outros). Para o ano de 1961, algumas informações são interessantes para indicar a concentração de recursos institucionais e financeiros no eixo Sudeste-Sul. Por exemplo, o fato de São Paulo concentrar 50% do total das despesas efetuadas no ano, com cerca de 30% do total das pessoas que recebiam algum benefício ou auxílio, somados aos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo concentravam quase 71% do total de beneficiados por instituições assistenciais subvencionadas.

De 1965 a 1983, parte das informações sobre essas ações assistenciais foram publicadas no AEBs em tabelas sob o título de “Assistência a Desvalidos”. Durante praticamente todo o período, as tabelas focalizam informações sobre estabelecimentos e serviços mantidos por espécie (hospitalar, para-hospitalar, asilo, abrigo, escolas, outros); número de pessoas beneficiadas por tipo de estabelecimento e serviços, número de sócios e subscritores, número de pessoas beneficiadas por tipo de auxílio e grupo de idade; receita arrecadada e despesas realizadas pelas entidades de assistência. Até a sua retirada dos Anuários Estatísticos do Brasil, o conjunto de informações disponíveis sobre a chamada assistência aos desvalidos esteve presente em quase (quatro) 4 décadas, sendo um dos poucos que permite o acompanhamento de sua evolução, apesar das mudanças na sua apresentação. Ainda no campo assistencial, a partir do AEB de 1975, até 1997, encontramos consistentemente informações sobre “Reabilitação Profissional”, resultados dos programas assistenciais da previdência social, associados também ao tema dos acidentes de trabalho. De modo efêmero, os Anuários do IBGE publicaram também dados sobre assistência ao menor excepcional (1975 e 1976).

Também no campo assistencial, tabelas com informações sobre o abono familiar, criado em 1943 pelo Decreto nº 12 299, de 04 de abril de 1943, apareceram com regularidade desde o AEB 1941/1945. Até 1956, o quadro apresentava o número de abonos concedidos, cancelados e vigentes em 31/12, e o número total de dependentes envolvidos, por Unidade da



Atividade para crianças carentes na Fundação Romão Duarte. Acervo da Instituição.

Federação. Para o ano de 1944 (julho), há uma tabela (ver página 211) bastante interessante com a distribuição dos chefes de família beneficiados, segundo classes de salários e profissões, que mostra que 65% dos beneficiados com o abono familiar eram trabalhadores rurais (Anuário Estatístico do Brasil 1941/1945). A distribuição geográfica permite também observar onde se concentravam os beneficiados, trabalhadores de baixa renda com famílias extensas, basicamente ao longo do período nos estados do então Nordeste, mais Bahia, Sergipe e Minas Gerais.

No Anuário de 1957, a apresentação do item *Abono Familiar* se modificou e passou a incluir quadros com o número de beneficiados e o número de famílias beneficiadas segundo número de dependentes (de 8 a 16), por unidade federativa. A partir de 1959 incluiu dados sobre o valor dos cheques emitidos para pagamento do abono familiar por estado e apresenta um quadro para o período de 1953 a 1958 (Anuário Estatístico do Brasil 1959, p. 335-336), exposto na página 212, possibilitando a observação da evolução dos gastos e sua concentração. Os quadros com informações sobre este benefício foram mantidos até 1972, quando foram descontinuados frente aos novos mecanismos assistenciais da previdência social.

A publicação de dados sobre trabalho e salários aparece associada à previdência nos primeiros Anuários. Cabe um comentário sobre o Censo dos Industriários realizado pelo IAPI e que teve uma pequena parte publicada no AEB de 1938. Ainda que não contenham

## PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

## II — ABONO FAMILIAR

## 1. Número de abonos, dependentes beneficiados e despesa bruta, classes de salários e profissões — Julho de 1944

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	NÚMERO DE ABONOS			NÚMERO DE DEPENDENTES			Despesa bruta realizada até 31/XII/44 (Cr\$ 1 000) (1)
	Concedidos	Cancelados	Vigorantes em 31/XII/44	Beneficiados	Cancelados	Vigorantes em 31/XII/44	
	Até 31/XII/44			Até 31/XII/44			
<b>Norte</b>							
Guaporé.....	—	—	—	—	—	—	—
Acre .....	3	—	3	26	8	18	—
Amazonas .....	75	5	70	648	57	591	113
Rio Branco .....	—	—	—	—	—	—	—
Pará.....	200	25	175	1 730	216	1 514	253
Amapá.....	—	—	—	—	—	—	—
<b>Nordeste</b>							
Maranhão .....	293	18	275	2 567	168	2 399	359
Piauí .....	690	44	646	6 018	424	5 594	633
Ceará .....	1 420	136	1 284	12 698	1 255	11 443	1 537
Rio Grande do Norte .....	730	52	678	6 563	472	6 091	952
Paraíba .....	885	70	815	7 752	648	7 104	893
Pernambuco .....	742	37	705	6 596	376	6 220	810
Alagoas .....	697	34	663	6 133	332	5 801	526
Fernando de Noronha .....	—	—	—	—	—	—	—
<b>Leste</b>							
Sergipe .....	701	21	680	6 290	262	6 028	893
Bahia .....	1 873	158	1 715	16 673	1 509	15 164	1 707
Minas Gerais .....	6 967	1 030	5 937	59 318	9 617	49 701	7 980
Espirito Santo .....	365	51	314	3 175	521	2 654	477
Rio de Janeiro .....	1 194	139	1 055	10 271	1 186	9 085	1 453
Distrito Federal .....	311	38	273	2 640	343	2 297	379
<b>Sul</b>							
São Paulo .....	3 043	411	2 632	25 837	3 593	22 244	3 733
Paraná .....	1 015	132	883	8 607	1 080	7 527	985
Iguaçu .....	8	—	8	66	—	66	—
Santa Catarina .....	2 490	338	2 152	22 486	2 988	19 498	2 753
Rio Grande do Sul .....	6 273	573	5 700	54 149	5 189	48 960	6 946
<b>Centro-Oeste</b>							
Ponta Porã .....	1	—	1	9	—	9	—
Mato Grosso .....	192	14	178	1 672	128	1 544	174
Goiás .....	389	37	352	3 319	352	2 967	387
<b>BRASIL .....</b>	<b>30 557</b>	<b>3 363</b>	<b>27 194</b>	<b>265 243</b>	<b>30 724</b>	<b>234 519</b>	<b>(2) 33 943</b>

Fonte: Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho. Extraído de : Anuário estatístico do Brasil 1941/1945. Rio de Janeiro: IBGE, v. 6, 1946.

Nota: O abono familiar, instituído pelo decreto nº 12.299, de 22 de abril de 1943, é concedido aos chefes de família numerosa (8 ou mais filhos dependentes), com salário inferior ao dobro do salário mínimo local.

(1) Inclusive as relativas à distribuição e fiscalização. — (2) Com as lacunas indicadas.

## PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

## V — ABONO FAMILIAR

## 3. CHEQUES EMITIDOS PARA PAGAMENTO — 1953/58

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	VALOR DOS CHEQUES EMITIDOS (Cr\$ 1 000)					
	1953	1954	1955	1956	1957	1958
Rondônia .....	—	—	—	—	(1) ...	1
Acre .....	(1) ...	(1) ...	(1) ...	(1) ...	(1) ...	81
Amazonas .....	(2) 471	(2) 513	(2) 897	(2) 879	(3) 900	873
Rio Branco .....	—	—	—	—	—	2
Pará .....	770	932	1 316	1 491	(4) 1 598	1 751
Amapá .....	—	—	—	—	(5) —	11
Maranhão .....	2 428	2 081	4 081	4 054	4 818	5 373
Piauí .....	4 709	3 846	7 243	6 198	6 751	6 175
Ceará .....	12 555	11 338	24 902	23 580	28 057	28 493
Rio Grande do Norte .....	7 440	9 388	13 081	13 914	16 318	17 397
Paraíba .....	8 716	7 554	12 668	11 939	11 552	12 359
Pernambuco .....	10 982	9 876	16 222	15 419	15 715	15 085
Alagoas .....	6 450	5 472	8 129	8 023	8 143	8 060
Fernando de Noronha .....	—	—	—	—	—	—
Sergipe .....	6 559	7 537	9 627	9 026	9 270	9 402
Bahia .....	7 260	6 309	11 064	9 990	9 832	8 779
Minas Gerais .....	11 708	9 132	16 173	15 237	16 115	16 636
Espírito Santo .....	1 982	2 686	2 971	2 901	3 081	2 958
Rio de Janeiro .....	2 698	3 365	4 191	4 284	4 327	4 422
Distrito Federal .....	331	379	450	546	584	614
São Paulo .....	4 491	3 598	6 030	5 621	6 098	6 058
Paraná .....	1 151	1 420	1 682	1 501	1 630	1 414
Santa Catarina .....	6 545	6 794	8 422	8 583	9 014	9 251
Rio Grande do Sul .....	6 572	10 120	12 822	12 224	12 641	12 352
Mato Grosso .....	727	589	1 020	945	965	937
Goiás .....	842	769	1 263	1 197	1 123	1 135
<b>BRASIL .....</b>	<b>105 387</b>	<b>103 698</b>	<b>164 254</b>	<b>157 552</b>	<b>168 532</b>	<b>169 619</b>

Fontes: Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1959. Rio de Janeiro: IBGE, v. 20, 1959.

(1) Incluído no Estado do Amazonas. — (2) Inclusive o Território do Acre. — (3) Inclusive os Territórios de Rondônia e do Acre. — (4) Inclusive o Território do Amapá. (4) Incluído no Estado do Pará.

informações específicas sobre *Previdência e Assistência Social*, está disponível nos AEBs de 1938 um resumo dos resultados do Censo dos Industriários promovido pelo IAPI, em 1937, que fornece um interessante mapa do emprego e salário da indústria brasileira em fins dos anos 1930. A organização das informações sempre foi uma característica do Instituto dos Industriários, resultado do fato que desde sua criação seus dirigentes e técnicos sempre se preocuparam em manter o equilíbrio atuarial da instituição, o que implicava estudar as características de sua clientela e sua evolução. Em (duas) 2 tabelas são apresentados dados sobre o número de empregadores e empregados, folha mensal e salário médio, por região e unidades federativas e por tipo de indústria e subsetores, o que os tornam analiticamente interessantes (Anuário Estatístico do Brasil 1938, p. 341-345).<sup>23</sup>

A título de consideração final, os Anuários Estatísticos do IBGE são uma importante fonte para a pesquisa e a análise da evolução do sistema previdenciário brasileiro. As lacunas apontadas nesse trabalho indicam os limites desta fonte, mas não inviabilizam a sua utilização. Ao contrário, o que foi sugerido é que essa fonte e seu conteúdo estiveram marcados pela próprio desenvolvimento institucional, político e legal da previdência social no Brasil, e essa relação é uma das chaves para a sua compreensão e utilização. Para além de indicar as lacunas e problemas, o objetivo principal foi chamar a atenção para a potencialidade analítica de certos dados e tabelas. Ao longo de mais de (seis) 6 décadas, os Anuários publicaram informações que, mesmo não apresentadas regularmente, são bastante interessantes para historiadores, cientistas sociais e economistas, muitas inéditas e jamais publicadas ou utilizadas. Muitas vezes, é justamente no dado deslocado e residual, em uma tabela efêmera ou uma série sobre questões aparentemente pouco relevantes que o pesquisador pode

encontrar novidades em termos informativos e potencialidades analíticas. Os Anuários Estatísticos do IBGE nos apresentam um conjunto de informações pouco analisado com dados surpreendentes e desconhecidos que permitem a renovação da agenda de pesquisa sobre previdência e assistência social no Brasil do Século XX.

### Referências bibliográficas

- ANUÁRIO estatístico do Brasil: resenha histórica. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. 48 p.
- BELTRÃO, K. I; OLIVEIRA, F. E. B.; MÉDICI, A. C. A reforma da seguridade social. In: BRASIL no fim do século: desafios e propostas para a ação governamental. Rio de Janeiro: DIPES/IPEA, 1994.
- \_\_\_\_\_. A reforma da seguridade social. *Conjuntura Social*, Brasília, DF, v. 6, n. 1, jan. 1995.
- BRAGA, José C. de S.; PAULA, Sérgio G. de. *Saúde e previdência*: estudos de política social. São Paulo: CEBES-HUCITEC, 1981.
- BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998. Modifica o sistema de previdências social, estabelece normas de transição e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 dez. 1988. p. 1.
- \_\_\_\_\_. Decreto nº 12.299, de 22 de abril de 1943. Regulamenta o artigo 29 do Decreto nº 3.200, de 19 de abril de 1941. *Coleção de leis da República Federativa do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 4, p. 166, 1943.
- \_\_\_\_\_. Decreto nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923. Cria, em cada uma das empresas de estradas de ferro

<sup>23</sup> No AEB de 1955 encontra-se tabela com número de contribuintes do IAPI por unidade federativa e salário mensal total e médio (Anuário Estatístico do Brasil 1955, p.355, "Estimativa dos salários dos segurados do IAPI-1954).

existentes no país, uma caixa de aposentadoria e pensões para os respectivos empregados. *Coleção de leis da República Federativa do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 126, 1923.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 357, de 7 de dezembro de 1991. Aprova o regulamento dos benefícios da previdência social. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 9 dez. 1991. p. 28141.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os planos de benefícios da previdência social e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 jul. 1991. p. 14809.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 7.036, de 10 de novembro de 1944. Reforma a lei de acidentes do trabalho. *Coleção de leis da República Federativa do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 7, p. 108, 1944.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 72, de 21 de novembro de 1966. Unifica os institutos de aposentadoria e pensões e cria o Instituto Nacional de Previdência Social. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 nov. 1966. p. 13523.

O BRASIL em números 1960. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. Apêndice do Anuário Estatístico do Brasil 1960.

BRASIL. Lei nº 5.316, de 14 de setembro de 1967. Integra o seguro de acidentes do trabalho na previdência social, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 set. 1967. p. 9527.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da seguridade social, institui plano de custeio, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 jul. 1991. p. 14801.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da assistência social e dá

outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 dez. 1993. p. 18769.

BRASIL: séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1970. 278 p.

COHN, Amélia. *Previdência social e processo político no Brasil*. São Paulo: Moderna, 1980.

CORDEIRO, Hésio. *As empresas médicas: as transformações capitalistas da prática médica*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

COUTINHO, Maurício C.; SALM, Cláudio. *Previdência social*. In: KLEIN, Herbert S.; BACHA, Edmar L. (Org.). *A transição incompleta: Brasil desde 1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. (Estudos brasileiros, 93).

DRAIBE, Sônia. *As políticas sociais brasileiras: diagnóstico e perspectivas*. In: PARA a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas. Brasília, DF: IPEA, 1990.

FLEURY, Sônia. *Estado sem cidadãos: seguridade social na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1994.

HOCHMAN, Gilberto. *Os cardeais da previdência social: gênese e consolidação de uma elite burocrática*. *Dados: revista de ciências sociais*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 3, p. 371-401, 1992.

LEITE, Celso B. (Org.). *Um século de previdência social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

\_\_\_\_\_; VELLOSO, Luiz P. *Previdência social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

MALLOY, James. *A política de previdência social no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

OLIVEIRA, Jaime; TEIXEIRA, Sônia F. *Previdência social: 60 anos de história da previdência no Brasil*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: ABRASCO, 1986.

POSSAS, Cristina. *Saúde e trabalho: a crise da previdência social*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

PREVIDÊNCIA social. Brasília, DF: Ministério da Previdência e Assistência Social. Disponível em: <<http://www.mpas.gov.br>>. Acesso em: 25 out. 2001.

A PREVIDÊNCIA social no Brasil e no estrangeiro. Rio de Janeiro: FGV, 1950.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SILVA, Fernando R. da; MAHAR, Dennis. *Saúde e previdência social: uma análise econômica*. Rio de Janeiro: IPEA, INPES, 1974.

SILVA, Pedro L. B; MÉDICI, André C. *Seguridade social: velhos problemas, novos desafios*. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 69-134, 1991.

SMOLKA, Maria Alice L. F.; CARVALHO, Maria Alice M. de. *As estatísticas previdenciárias: uma revisão crítica*. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 185, p. 55-93, jan./mar.1986.

VIANNA, Maria Lúcia T. Werneck. *A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil: estratégias de bem-estar e políticas públicas*. Rio de Janeiro: IUPERJ: Revan, 1998.





# SAÚDE NOS ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS DO BRASIL



Traqueotomia, 1990  
Alex Flemming  
Acrílica sobre tela – 210 x 160 cm  
Museu de Arte de São Paulo, Assis Chateaubriand.

---

\* Doutora em Sociologia pelo IUPERJ e Pesquisadora e atual Diretora da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; Professora de Sociologia da UERJ. Publicou *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro, IUPERJ/Revan, 1999; *O Brasil e a Organização Pan-Americana de Saúde: uma História em três dimensões* in FINKELMAN, Jacobo (org.) *Caminhos; Sob o signo de Augusto Comte ou sob o signo de Karl Marx: a vocação das ciências sociais nas perspectivas de Costa Pinto e Florestan Fernandes* in Maio, Marcos Chor e Villas Bóas, Gláucia; *Ideais de Modernidade e Sociologia no Brasil*, Porto Alegre, Editora da UFRGS.

\*\* Master of Sciences pela Columbia University e Chefe do Departamento de Informações em Saúde/Centro de Informação Científica e Tecnológica/ Fiocruz. Publicou *Oferta de Serviços de Saúde: uma análise da Pesquisa Assistência Médico-Sanitária (AMS) de 1999*. IPEA- Textos para Discussão n. 195. Brasília, p. 51, 2002. Disponível em [http://www.ipea.gov.br/pub/td/2002/td\\_0915.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/2002/td_0915.pdf); *Utilização de serviços no Brasil: gênero, características familiares e condição social*. Revista Panamericana de Saúde Pública ( com Travassos, CM; Pinheiro RS, Brito a.) - Washington. v. 11, n(5/6), p. 365-373, 2002; *Desigualdades geográficas e sociais na utilização de serviços de saúde no Brasil*. 3 ( com Travassos, C.M.; C., Almeida C.M.) - Ciência & Saúde Coletiva, vol. 5(1): 133-149, Rio de Janeiro, 2000.

## SAÚDE NOS ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS DO BRASIL

NÍSLA TRINDADE LIMA\* E FRANCISCO VLACAVA\*\*

Dados sobre saúde foram divulgados desde o primeiro número do *Anuário Estatístico do Brasil* (1908-1912), que apresentou quadros de mortalidade por causas e de estabelecimentos para tratamento de doentes mentais. Nos 58 anuários publicados até 1998, as informações referem-se, principalmente, à oferta de serviços tanto de assistência médica hospitalar e ambulatorial como de organização dos serviços de saúde pública. Incluem-se, também, entre as principais estatísticas de saúde, ainda que não apresentem a mesma regularidade e, em alguns casos, sejam incluídos em outras seções dos anuários, dados sobre mortalidade por causas; mortalidade infantil; alimentação e nutrição e registro de casos de doenças transmissíveis.

Uma primeira dificuldade consiste em precisar os limites do tema. De acordo com o conceito mais amplo em voga poderíamos, por exemplo, entender como relevantes dados referidos ao estado de bem-estar físico, mental e social, tal como preconizado pela Organização Mundial de Saúde, podendo incluir, dessa forma, todas as estatísticas relacionadas à qualidade de vida, o que naturalmente tornaria pouco factível qualquer esforço de delimitação e sistematização. Por outro lado, restringimo-nos ao que os AEBs historicamente apresentaram como dados de assistência médico-sanitária, ou saúde, seria bastante problemático uma vez que muitos indicadores de saúde, assim definidos nos períodos mais recentes, não poderiam ser acompanhados ao longo do século, ainda que, para alguns deles, haja estatísticas disponíveis. Atentos ao problema, nossa opção neste texto foi a de combinar duas lógicas: aquela presente no que os AEBs trataram explicitamente como dados relativos à assistência médico-sanitária e, a partir do AEB de 1964, em capítulo específico sob o

Trabalhadoras da indústria farmacêutica, entre 1938 e 1945. CPDOC/FGV.



título saúde, e outros dados de relevância incontestável para os estudos sobre o tema. Pretendemos sistematizar as informações disponíveis e apresentar, tanto quanto possível, um balanço crítico da produção estatística sistematizada e divulgada nos anuários.

No que se refere às principais causas externas de mortalidade – violência e acidentes – qualificadas recentemente como epidemia pela Organização Mundial de Saúde seu tratamento pode ser visto pelo leitor no capítulo sobre Justiça. Por outro lado, dedicou-se atenção neste texto às estatísticas de suicídio, apresentados em documentos oficiais até recentemente como indicadores de “patologia social”, e que possivelmente por isso mereceram registro desde os primeiros AEBs. Os dados referem-se a um período que se estende de 1908 a 1990.

Alguns temas cruciais para a análise das condições de saúde e controle de algumas doenças transmissíveis, como a qualidade da água e o acesso a esgotos sanitários, cujas fontes de dados foram ao longo do século estatísticas provenientes dos organismos oficiais de saúde, não são abordados especificamente neste capítulo, pois se incluem no tema habitação e equipamentos urbanos.

Estatísticas pontuais podem também ser de interesse do estudioso de problemas de saúde. Durante o primeiro Governo Vargas, por exemplo, quando se encontrava em estudo a pauta de gastos das famílias operárias com vista ao cálculo do salário mínimo, encontram-se quadros como o que inclui gastos com médicos e medicamentos. No *Anuário Estatístico do Brasil 1939/1940*, apresenta-se tabela referida aos itens de consumo de famílias operárias e empregados comerciais com renda inferior a \$420 000 por Unidade da Federação, considerando-se como itens importantes alimentação; habitação; vestuário; farmácia e médico.

As fontes mais freqüentes das estatísticas reunidas nos anuários provêm dos órgãos oficiais de saúde. A partir de 1975, verifica-se uma mudança na responsabilidade pelos dados relativos à assistência médica, como consequência do convênio firmado entre o IBGE e o

Ministério da Saúde, que conferiu ao primeiro organismo a responsabilidade pelo inquérito Assistência Médico-Sanitária, permanecendo sob responsabilidade do Ministério da Saúde os dados sobre vigilância epidemiológica e campanhas de saúde pública. A pesquisa Assistência Médico-Sanitária não teve continuidade após 1992 e, a partir do Anuário de 1994, os dados dessa natureza têm como fonte o Centro Nacional de Epidemiologia – CENEPI - e o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS.

Nos Anuários das décadas de 1980 e de 1990, são também apresentados dados originários de Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios – PNADs -, realizadas pelo IBGE. Duas PNADs têm importância especial para o exame dos problemas de saúde nos AEBs publicados até 1998 – a de 1981, em que se procedeu inquérito sobre hospitalizações, atendimento odontológico, deficiências físicas, vacinação de crianças até cinco anos e utilização dos serviços de saúde, cujos dados aparecem no AEB de 1982 - e a de 1986 com suplemento especial sobre fecundidade e métodos anticonceptivos, da qual alguns dados são reproduzidos no Anuário de 1992.

Uma visão de conjunto sobre esse século de estatísticas relativas à saúde nos permite afirmar que se

Visita de Getúlio Vargas ao berçário da Fundação Romão Duarte. Acervo Getúlio Vargas - Museu da República.



encontram nos AEBs registros exaustivos sobre a oferta de serviços, tanto no que se refere à assistência médico-hospitalar e ambulatorial como aos serviços de saúde pública. É possível afirmar que os AEBs permitem acompanhar o crescimento relativo dos setores público e privado no campo da assistência hospitalar e ambulatorial e identificar que doenças e ações de saúde pública foram abordadas como prioridade, inclusive no que se refere ao registro estatístico. Observa-se a partir do AEB de 1941/1945 farta produção de estatísticas que se repetem, com algumas modificações até 1991, e que têm por principal referência as campanhas de saúde pública direcionadas à educação sanitária e a ações contra doenças endêmica e epidêmica e seus principais vetores. Merecem também destaque os dados relativos aos serviços de assistência à saúde mental, regularmente publicados no período de 1954 a 1980.

O estudioso da saúde se confrontará, com muitas limitações, no entanto, caso seu intuito seja a identificação de séries históricas sobre a incidência de doenças ou uma visão de conjunto sobre o quadro sanitário do País, problema que abordaremos neste texto. Deve-se observar que dados sobre a incidência de doenças transmissíveis foram coligidos pelos órgãos oficiais de saúde desde o início do século, ainda que a qualidade do registro tenha sido sempre motivo de controvérsias, sem merecerem, entretanto, divulgação equivalente nos anuários estatísticos. De todo modo, deve-se considerar que, de acordo com diferentes especialistas, a organização de sistemas de informação estatística mais confiáveis e relevantes para o estudo das condições de saúde em âmbito nacional como as que se referem à mortalidade, doenças transmissíveis e acidentes de trabalho data de 1975, e são abordadas nos anuários a partir de 1977 (BARRETO; CARMO, 2000).

Além de reiterarem a histórica separação entre assistência médica e saúde pública, percebe-se, nos anuários, um fenômeno interessante que é a identificação das ações de saúde pública com as campanhas de combate às doenças transmissíveis. Dos serviços especiais vinculados



Gabinete dentário. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

ao Ministério da Saúde, na década de 1950, por exemplo, constava o Serviço do Câncer que não está representado nas estatísticas organizadas nos AEBs. Na verdade, trata-se de um problema que extrapola as definições dos próprios anuários, e nos remete à dificuldade de se situar as doenças crônico-degenerativas em sua dimensão de fenômeno coletivo, passível de ações de saúde pública e, portanto, de prevenção. Em termos gerais, as doenças crônico-degenerativas são abordadas entre as causas de mortalidade e internação hospitalar, pouco se organizando registros mais gerais sobre a sua morbidade e relação com fatores ligados à qualidade de vida, tais como alimentação, exercícios físicos e hábitos como o tabagismo.

O interesse histórico dos dados reunidos nesta publicação encontra-se especialmente no conhecimento das ações de saúde, em particular, aquelas realizadas pelo estado que, com a ênfase conferida ao registro estatístico de suas ações, contribui para que se esboce um perfil das políticas sociais, no período em questão. Pode-se mesmo falar de um retrato em números das ações do estado no campo da saúde.

Para tornar a exposição mais clara optamos por dividir o texto em seções, levando-se em conta os dados mais relevantes para o estudo das condições de saúde apresentados nos Anuários Estatísticos do Brasil: oferta de serviços de saúde, incluindo assistência médica, saúde



Hospital dos Alienados. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

pública e serviços especializados de saúde mental; mortalidade, incluindo, mortalidade por causa, suicídios e mortalidade infantil; alimentação e nutrição e, finalmente, indicadores de saúde, com destaque para a incidência de doenças transmissíveis.

## Oferta de serviços de saúde

### Rede hospitalar e ambulatorial

Os dados sobre oferta de serviços de saúde foram divulgados nos AEBs pela primeira vez em 1927 (dados de 1908 a 1912), pela então Diretoria Geral de Estatística do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. A partir de 1936 (dados de 1933-1934), a fonte passou a ser o Serviço de Estatística da Educação e da Saúde, e posteriormente, de 1955 a 1971 (dados de 1953 a 1968), o Serviço de Estatística da Saúde. Nos anuários publicados no período de 1972 a 1977 (dados de 1969 a 1974), as informações provinham da Divisão Nacional de Epidemiologia e Estatística do Ministério da Saúde. A partir de 1975, o IBGE assume a responsabilidade pela geração das informações, sendo que, além dos dados divulgados nos AEBs (1978-1998), passa-se a contar também com uma publicação anual específica: Estatísticas de Saúde, interrompida em 1988. A partir de 1992, os AEBs divulgam apenas o cadastro dos estabelecimentos com algumas informações adicionais sobre recursos humanos. Em 1999, o Ministério da Saúde financiou o IBGE para realizar o último levantamento do século, cujos dados foram divulgados em publicação especial.

Os primeiros dados sobre a caracterização da rede assistencial de saúde aparecem publicados em 1927, no volume 3 do primeiro AEB (capítulo: Assistência, p. 241) cujos dados coletados em 1908-1912 referem-se acerca de 30 estabelecimentos de atenção a alienados segundo estados e municípios. Os estabelecimentos são agrupados em três categorias: (i) hospitais e asilos, (ii) casas de saúde e enfermarias e (iii) colônias agrícolas. Para cada estabelecimento existem informações sobre data de fundação, data de instalação, esfera administrativa, razão social e movimento de pacientes por sexo, idade (adultos - crianças), nacionalidade (brasileiros - estrangeiros), e diagnósticos. As informações sobre estabelecimentos de saúde mental, de nítido interesse histórico, só foram retomadas no Anuário de 1954.

A primeira referência a uma oferta global de serviços com e sem internação aparece no AEB de 1936 (v. 2, p. 263-291) e diz respeito aos serviços existentes nos estados, municípios das capitais e municípios do interior, em 1934. Restritas aos estados e ao Distrito Federal, as informações sobre a área de saúde publicadas no AEB de 1938 (v. 4, p. 396-433), que cobrem o período de 1934-1936, seguem praticamente o mesmo formato. Referem-se aos estabelecimentos com ou sem internação discriminados segundo entidade mantenedora (União, estado, município, particular), destino da assistência (estabelecimentos franqueados ao público ou de uso restrito aos pertencentes a instituições oficial e particular) especialidade médica (clínica geral, clínica médico-cirúrgica, clínica ginecológica e obstétrica, doenças tropicais, fisiologia, leprologia, sífilografia, pediatria, neuropsiquiatria, outras clínicas) público alvo (com distinção entre estabelecimentos para homens e para mulheres, e também para adultos ou para crianças) custo da assistência (gratuito ou oneroso) e financiamento (oficial, particular com recursos próprios, ou particular com auxílio do poder público). Para cada unidade federada apresentam-se as instalações físicas (enfermarias, quartos, leitos e salas de operação), os principais aparelhos (raio X, radioterapia e eletroterapia, gabinetes

odontológicos) e os recursos humanos discriminados por especializações médicas e demais profissões da saúde.

Data desse período a divulgação do movimento de pacientes em estabelecimentos com e sem internação, segundo especialidades médicas por sexo, nacionalidade e idade dos pacientes. assim como dados de produção de consultas, exames e atendimentos diversos. Esses dados aparecem em todos os AEBs até 1946, sofrem descontinuidades nas duas décadas seguintes e voltam a aparecer nos anos de 1970. Outras informações episódicas divulgadas no AEB de 1936, 1938 e 1939/1940 referem-se às despesas da União, estados e municípios com o custeio da assistência médica, que não mais apareceram nos AEBs ao menos na seção dedicada à saúde.

No AEB de 1939/1940 (v. 5, p. 579-672), que cobre os anos de 1936-1938, os estabelecimentos são caracterizados praticamente como nos anos anteriores, porém se acrescentam alguns detalhes quanto às entidades mantenedoras de estabelecimentos federais (Ministério da Educação, da Guerra, da Justiça, da Marinha e da Viação) e particulares (fundações, corporações religiosas, sociedades civis e propriedade individual). Notam-se também alguns novos itens de produção de serviços na área materno-infantil.

Da separata do AEB de 1939/1940, constam dados relativos aos estabelecimentos hospitalares existentes no período de 1908-1938, para todas as unidades federadas (22), com descontinuidades para os anos de 1909-1914, de 1916-1919, de 1921-1925 e de 1931-1932. Na mesma publicação informa-se o número de enfermarias, quartos e leitos, segundo unidades federadas, para o período de 1926-1938, com interrupção nos anos de 1931-1932. É a partir daí que se pode demarcar o início da série de estabelecimentos hospitalares e leitos, passível de recuperação até o final da década (Figuras 1 e 2). Finalmente, apresentam-se também, na série retrospectiva, os dados sobre movimento de enfermos socorridos no período de 1921 a 1938, com interrupções nos anos de 1922-1925 e de 1931-1932.

Os últimos dados do período de 1930-1945 podem ser encontrados nos AEBs de 1941/1945 (v. 6, p. 350-357)

e de 1946 (v. 7, p. 387-393), publicados em 1946 e 1947. Nesses dois volumes apresentam-se os mesmos dados referentes ao período de 1939-1942. Os estabelecimentos com e sem internação são agrupados, segundo a natureza, a exemplo dos anos anteriores, em quatro categorias: hospitais, casas de saúde, etc., enfermarias isoladas, colônias e centros, postos de saúde, etc., mas não há informação sobre o tipo de propriedade, tipo de financiamento, caráter público/privado ou esfera oficial/particular dos estabelecimentos. As informações sobre instalações resumem-se a quartos, pavilhões e leitos existentes para homens mulheres e crianças. Não há informação sobre recursos humanos e o movimento de pacientes restringe-se a um total anual por tipo de clínica para estabelecimentos com e sem internação.

Na segunda metade da década de 1940, os dados referentes aos estabelecimentos de saúde foram publicados nos volumes de 1949 (v. 10, p. 369-375), 1950 (v. 11, p. 435-443) e 1951 (v. 12, p. 355-362). Os volumes 9 e 10 que fornecem dados de 1946 distinguem-se apenas em nível geográfico das informações publicadas, sendo que no primeiro, os dados referem-se às capitais, e no segundo, aos estados. As categorias de entidade mantenedora e natureza dos estabelecimentos permanecem sendo as mesmas, mas há uma nova característica denominada finalidade médico-social, que separa os estabelecimentos em: hospitais gerais, maternidades, para crianças, mantidos por organizações

Quarto de enfermagem em Aiuruoca, MG. Arquivo Público Mineiro.



industriais, para leprosos, para doentes mentais e nervosos, para tuberculosos, outros estabelecimentos civis, para militares, e serviços oficiais de saúde pública. Essa tipologia, conceitualmente confusa, na medida em que utiliza diversos parâmetros não excludentes, é utilizada até 1956 (v.17). Nos volumes 9 e 10 publica-se o número de leitos por finalidade médico-social e por natureza dos estabelecimentos. No volume 10 há uma informação que só foi retomada no final do século e diz respeito ao ano de instalação do estabelecimento, em períodos de 10 anos (1900 a 1950).

As instalações segundo a finalidade médico-social são informações novas incorporadas ao AEB de 1950 (v.11, p. 355-362) que divulga dados sobre leitos, existência de instalações selecionadas (internamento, pronto-socorro, maternidade, ambulatório, creche, lactário) e recursos humanos segundo a finalidade médico-social. Nesse volume reaparecem dados sobre produção de serviços (internações, comparecimentos ambulatoriais).

Em 1952, o AEB (v. 13, p. 375-386) publica dados de 1950 para estados, municípios das capitais e interior segundo nova tipologia da entidade mantenedora (oficial e particular) que será utilizada até 1956. Retomam-se os dados sobre as instalações no formato publicado na década de 1930, e apresentam-se informações sobre o número de leitos segundo especialidades médicas (geral, especializados, maternidade, cirurgia, doentes mentais, doenças infecciosas e parasitárias e outras). As categorias de recursos humanos utilizadas ao longo dos próximos quatro anos são: médicos, enfermeiros e auxiliares de enfermagem.

No período de 1953-1956, o AEB publica dados de estabelecimentos de saúde, para estados e municípios das capitais em um mesmo formato. Os estabelecimentos são classificados segundo as categorias de finalidade médico-social e entidade mantenedora do ano anterior. Na natureza do estabelecimento passa-se a tratar separadamente os ambulatórios e retoma-se uma característica dos anos de 1930: o destino social da assistência (público em geral; empregados, funcionários, associados, segurados, escolares,

outros). Mantém-se a caracterização das instalações e dos recursos humanos de 1952. Nos dois últimos anos, a fonte passa a ser o Serviço de Estatística da Saúde.

Em 1957, o AEB (v. 18, p. 207-213) publica dados de 1955 utilizando o conceito de natureza do estabelecimento para distinguir os estabelecimentos gerais dos especializados, que são diferenciados em: tuberculose, lepra, neurologia, psiquiatria, pediatria, maternidade, e outras especialidades. Para os estabelecimentos com internação, as categorias de entidade mantenedora voltam a ser aquelas utilizadas até 1950 - federal, estadual, municipal, particular - acrescentando-se mais

Mulher com varíola.  
Arquivo Público Mineiro.

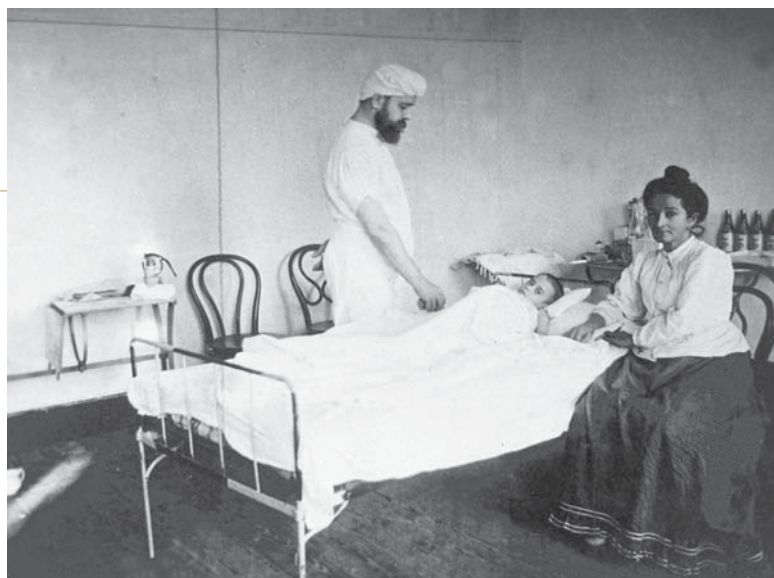




uma: paraestatal. A oferta de leitos é discriminada segundo as especialidades médicas e há uma mudança importante nas categorias de recursos humanos, que agora passam a incluir, tanto para a rede hospitalar como para a ambulatorial (para-hospitalar), as seguintes categorias profissionais: dentistas, farmacêuticos, enfermeiros não-diplomados, visitadoras, guardas e outros auxiliares.

Os dois últimos AEBs dos anos de 1950 (v. 19-20) publicam dados dos anos de 1956 (p. 302-320) e de 1957 (p. 296-310), relativos a estados e capitais, também em um mesmo formato, com maior detalhamento em relação ao anterior. Quanto à entidade mantenedora acrescentam-se as categorias mista e particular. Os estabelecimentos com internação passam a ser classificados segundo um maior número de especialidades com a inclusão das categorias doenças transmissíveis agudas, câncer e ortopedia e traumatologia sob denominação geral de finalidade. A rede ambulatorial passa a ser classificada segundo 25 especialidades dos serviços (Anexo 1). No que se refere às instalações existentes, os AEBs divulgam o número de leitos segundo diferentes especialidades, equipamentos, laboratórios e salas especializadas. Pela primeira vez são apresentados dados sobre as instalações dos estabelecimentos ambulatoriais (raio X, abreuografia, radioterapia, eletrocardiografia, metabolismo basal). Quanto aos recursos humanos acrescentam-se as categorias técnicos de laboratório e técnicos de raio X, tanto para a rede hospitalar quanto para a rede ambulatorial. Uma característica comum aos AEBs dos anos de 1950 é a ausência de dados sobre o movimento de internação de pacientes e atendimentos ambulatoriais.

No período de 1960-1965 (v. 21-26), os dados sobre assistência médico-sanitária foram divulgados em formato muito semelhante aos dos dois volumes anteriores, cobrindo o período de 1958-1962. As diferenças ficam por conta da distinção feita na área para-hospitalar, quanto a serviços e finalidade, anteriormente tratadas em conjunto. Como finalidade definem-se as categorias:



Gêmeas siamesas após cirurgia. Foto A. Leterre - Arquivo Público Mineiro.

geral, câncer, mentais e nervosas, lepra, maternidade, pediatria, tuberculose e outras.

Em 1968, o volume 29 (p. 441-448), publica dados de 1966, restringe as informações ao segmento hospitalar e introduz novas categorias para caracterizar a finalidade dos estabelecimentos (lucrativa, não-lucrativa ou filantrópica). Instalações e recursos humanos são apresentados basicamente segundo os mesmos formatos anteriores com pequenas alterações. No ano seguinte (1969), são publicados (v. 30, p. 531-543) os dados de 1967 relativos à rede hospitalar e ambulatorial de estados e capitais, mantendo-se praticamente as mesmas categorias de entidade mantenedora, instalações e recursos humanos. Introduzem-se novamente os dados sobre movimento de pacientes e atendimentos ambulatoriais, interrompidos desde 1950 (v. 11).

A partir do volume 31, que publica dados de 1968, a entidade mantenedora passa a utilizar também as categorias com e sem fins lucrativos para os estabelecimentos particulares, e o termo finalidade é usado para diferenciar hospitais para adultos e crianças, e hospitais para crianças. As categorias até então usadas para definir a finalidade passam a definir a especialização médica. No segmento denominado para-hospitalar, os estabelecimentos são diferenciados segundo a natureza em: ambulatórios; dispensários; lactários; prontos-socorros; postos de puericultura; policlínicas; bancos de sangue; asilos/abrigo/albergues e outros. Há um maior detalhamento das instalações e recursos humanos.



Posto INAMPS em assentamento de colonos no Rio Grande do Sul.  
Coleção Roberto Cerqueira - Museu da República.

Os dados sobre oferta de serviços seguem sendo publicados ao longo da primeira metade da década de 1970 (v. 31-37) dentro do mesmo formato de 1969, acrescentando-se dados de movimento de pacientes internados e de atendimentos ambulatoriais.

Em 1975 (v. 36, p. 692-701), o AEB restringe as informações, que são referentes ao ano de 1973, aos estabelecimentos hospitalares dos estados. Nos três anos seguintes (v. 37-39), segue-se publicando os dados relativos à rede hospitalar e para-hospitalar, apenas para os estados, segundo as mesmas características (entidade mantenedora, instalações e recursos humanos), mas com maior detalhamento do movimento de pacientes que, além das internações relatadas pelos estabelecimentos hospitalares, incluem pela primeira vez dados do INPS tabulados segundo características dos estabelecimentos definidas por esse organismo: próprios, contratados e conveniados. A partir do volume 38 (1977), os dados referem-se a triênios imediatamente anteriores ao ano da publicação.

Há uma interrupção no formato da publicação a partir de 1979 (v. 40), que se mantém até 1982 (v. 43), período no qual a coleta das informações voltou a ser de responsabilidade do IBGE. Os dados sobre a oferta de serviços passam a abranger apenas o setor hospitalar e os estabelecimentos são classificados segundo apenas duas categorias: públicos e particulares. Enquanto no biênio de 1979/1980, publicam-se apenas o número de leitos e

dados de movimentação hospitalar e ambulatorial do INPS, no biênio seguinte (1981/1982), há informações sobre leitos por especialidades, serviços e laboratórios existentes e recursos humanos. Os dados de produção de serviços do INPS também aparecem publicados.

De 1984 (v. 45) a 1988 (v. 48), os AEBs publicam dados diferenciando estabelecimentos com e sem internação e introduzem a característica espécie com as seguintes categorias: postos de saúde, centros de saúde, policlínicas, prontos-socorros, unidades mista e hospital. Esses diversos tipos de estabelecimento são classificados como públicos ou privados, e também segundo a especialização médica. No que se refere às instalações, as publicações informam o número de leitos por especialidade, quantidade de serviços por especialidade e quantidade de diferentes tipos de laboratório. Na seção de recursos humanos, acrescentam-se categorias relativas à administração. Os dados sobre movimento de pacientes (internações e consultas) provêm do INAMPS e seguem o padrão dos anos anteriores, que se interrompe, entretanto, em 1987, quando a produção de serviços volta a ser informada pelos próprios estabelecimentos. Além do balanço de internações acrescentam-se informações sobre número de nascidos vivos, nascidos vivos de baixo peso e consultas (atendimento elementar, enfermagem, médica, odontológica e de urgência).

Em 1989-1990 (v. 49-50), mantém-se o mesmo formato de 1987, acrescentando-se uma classificação dos hospitais segundo número de leitos (até 50, 51 – 150, e 151 e mais). Esse formato é praticamente o mesmo nos dois anos seguintes, e as modificações ocorrem por conta de dados de produção de serviços (hospitalizações pagas pelo INAMPS 1984-1991). Provavelmente, devido à interrupção da Pesquisa Assistência Médico-Sanitária em 1992, a partir de 1996 não há mais informação sobre os estabelecimentos de saúde.

Ao considerarmos o volume expressivo de dados sobre a oferta de serviços de assistência médica reunidos nos AEBs, constatamos que sua utilização nos estudos

sobre saúde tem sido bastante restrita. Uma breve incursão nesses trabalhos pode contribuir para o reconhecimento de temas e questões de pesquisa que poderiam ser enriquecidos a partir da consulta e análise desse amplo conjunto de informações.

As análises realizadas, a partir da segunda metade dos anos de 1970, pela área de saúde coletiva no Brasil, consideram diversas conjunturas econômica e política que contextualizam a estruturação do setor de assistência médica no País. Segundo Braga e Paula (1981), até 1930, além do investimento voltado para o atendimento de grupos populacionais e doenças pestilenciais e saúde mental, a principal medida estatal foi a criação das Caixas de Aposentadoria e Pensões (Lei Elói Chaves – 1924) que ofereciam entre os benefícios aos associados assistência médica e fornecimento de medicamentos. As CAPs eram organizadas por empresa e somente as de grande porte apresentavam base atuarial para mantê-las. Adotavam a prática de arrendar períodos de trabalho de médicos privados para atendimento de seus segurados e, devido às restrições desse modelo, grande parte da população assalariada estava limitada à atenção médica, fornecida pelos serviços públicos e por profissionais liberais (OLIVEIRA; TEIXEIRA, 1985).

Não há informações nos AEBs para esse período, mas nos volumes da década seguinte podem se encontrar dados de estabelecimentos, segundo sua natureza jurídica e formas de atendimento e financiamento.

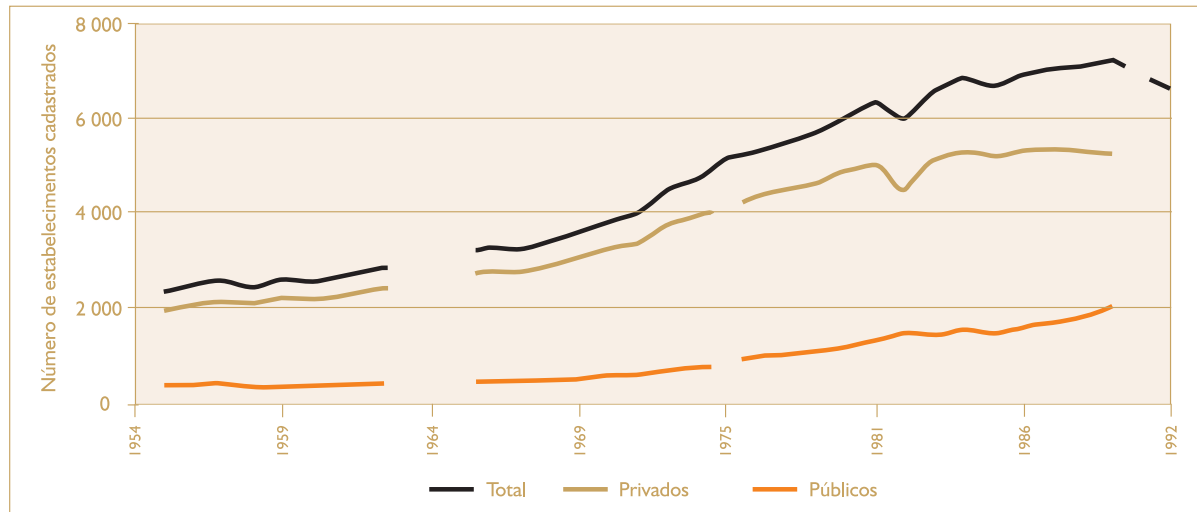
A constituição do setor de Saúde inicia-se na década de 1920, ganha caráter nacional e acelera-se a partir dos anos de 1930, quando passam a se consti-

tuir dois subsetores: saúde pública e a medicina previdenciária. O intenso processo de urbanização aliado à tecnificação e à elevação do custo da assistência médica nas décadas de 1940 e 1950 aumentam substancialmente o gasto com a atenção médica. Nesse período, a medicina previdenciária passa a assumir a liderança na transformação da rede assistencial. A reforma previdenciária de 1966, que cria o INPS, marca o início da hegemonia da medicina previdenciária, cuja expansão se faz através da contratação do setor privado. A progressiva universalização da cobertura previdenciária e o aumento dos recursos, destinados à atenção médica hospitalar, alteram o equilíbrio entre receitas e despesas, gerando uma nova reforma no sistema previdenciário e de atenção à saúde. Em 1974, é criado o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social – INAMPS - que, se por um lado, desvincula a assistência médica da concessão dos demais benefícios, de outro pouco, altera o padrão da organização da prática médica previdenciária. A criação, no mesmo ano, do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS -, que deveria financiar iniciativas pública e privada, favoreceu principalmente a expansão dos hospitais privados no Brasil, instalados nas regiões mais ricas do País (BRAGA;

Campanha de vacinação 1993.  
Foto: Marcia Foletto - Agência O Globo.



Gráfico I - Evolução do número de hospitais públicos e privados - Brasil - 1955/1992



Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1955. Rio de Janeiro: IBGE, v.16, 1955; Anuário estatístico do Brasil 1959. Rio de Janeiro: IBGE, v. 20, 1959; Anuário estatístico do Brasil 1969. Rio de Janeiro: IBGE, v. 30, 1969; Anuário estatístico do Brasil 1975. Rio de Janeiro: IBGE, v. 36, 1975; Anuário estatístico do Brasil 1981. Rio de Janeiro: IBGE, v. 42, 1982; Anuário estatístico do Brasil 1986. Rio de Janeiro: IBGE, v. 47, 1987; Anuário estatístico do Brasil 1992. Rio de Janeiro: IBGE, v. 52, 1992.

PAULA, 1981). Como pode ser visto nos Gráficos 1 e 2, a evolução do número de estabelecimentos com internação e do número de leitos, considerando o setor público e o setor privado, reflete em grande medida as políticas implementadas.

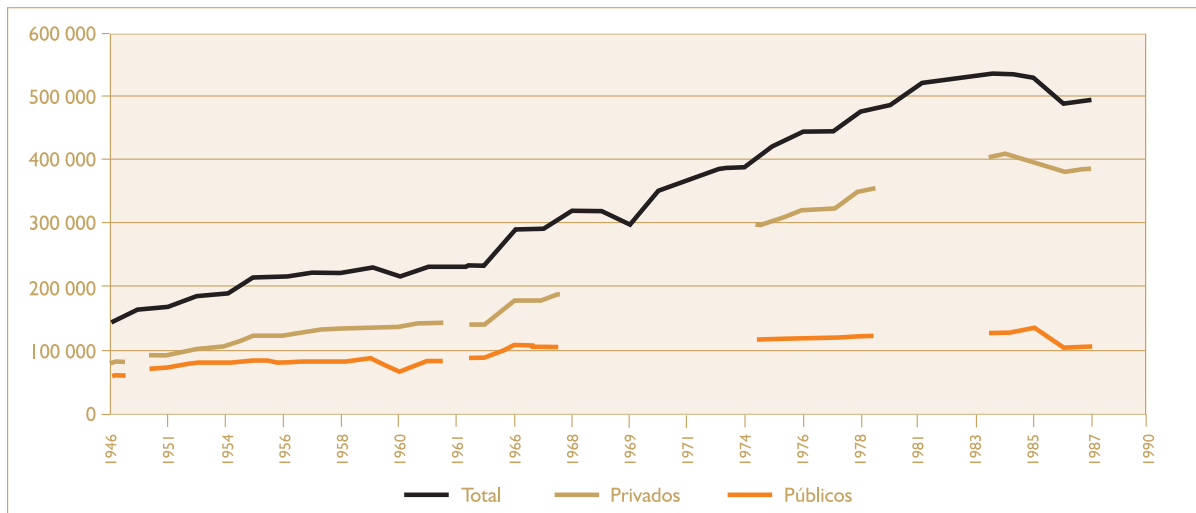
Durante o processo de redemocratização do País, iniciativas voltadas para a descentralização e articulação das instituições públicas previdenciárias e do Ministério da Saúde, marcaram os debates e orientaram práticas como as Ações Integradas de Saúde – AIS - e a organização do Sistema Único Descentralizado de Saúde - SUDS. Esses movimentos antecederam à denominada Reforma Sanitária Brasileira que leva à formulação de um novo modelo assistencial. Com a Constituição de 1988, valoriza-se o modelo assistencial baseado na universalidade, equidade no acesso aos serviços e descentralização das ações de saúde. No plano institucional, extingue-se o INAMPS e inicia-se a implantação do Sistema Único de Saúde, em 1991, sob responsabilidade direta do Ministério da Saúde. Mudanças no arcabouço institucional e na rede de serviços como o crescimento destacado do segmento ambulatorial

que caracterizam esse período estão refletidas nos AEBs, e como se vê no Gráfico 3, já se fazem sentir desde 1975. Da mesma forma, a tendência à diminuição na oferta de hospitais e leitos nos últimos anos da série histórica apresentada (interrompida em 1990) também poderia estar refletindo as mudanças decorrentes da implantação do SUS.

A capacidade instalada de recursos físicos e humanos, a modalidade de financiamento e a incorporação tecnológica são elementos importantes para a avaliação da oferta de serviços, e das potencialidades do sistema de saúde para atender às necessidades da população. Os dados divulgados nos AEBs podem ser de grande importância para o planejamento das ações de saúde como o monitoramento da distribuição geográfica dos recursos, a identificação de carências e do excesso de oferta de tecnologias, mudanças no arcabouço jurídico administrativo da organização e da oferta dos serviços, mudanças na composição ambulatorial/hospitalar da oferta de serviços, e realocação/compartilhamento de recursos por microrregiões geográficas.

Dados sobre oferta de serviços podem demonstrar a forma como as alterações no nível político-

**Gráfico 2 - Evolução do número de leitos hospitalares públicos e privados - Brasil - 1946/1988**

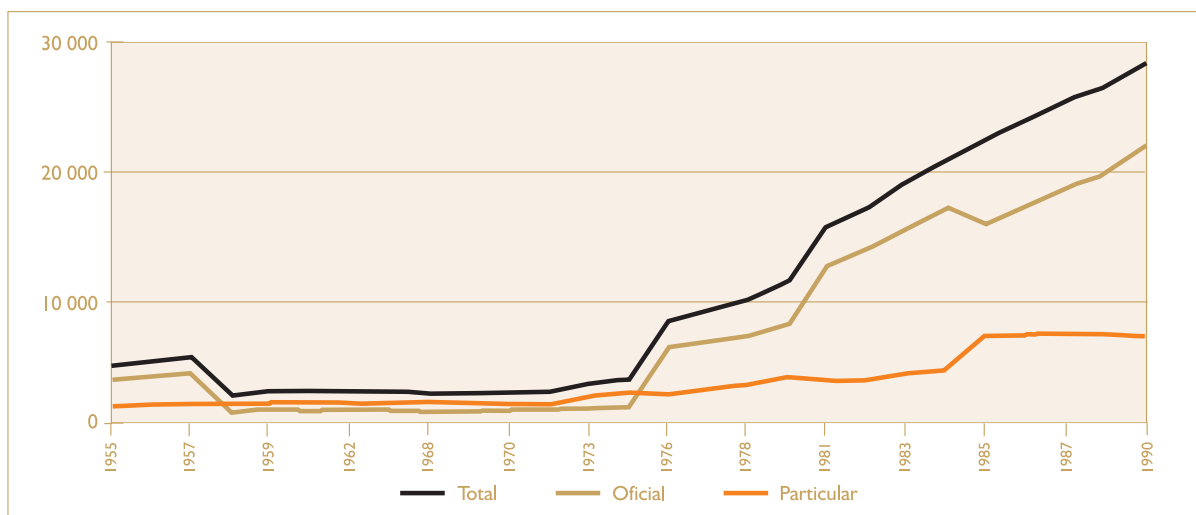


Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1946-1987/1988. Rio de Janeiro: IBGE, v. 7 - 48, 1947-1988.

institucional moldam a reorganização dos sistemas público e privado, seja pela distribuição geográfica de estabelecimentos de saúde, pela intensificação da descentralização ou, como mais recentemente se verifica,

pela atuação das operadoras de planos privados de saúde. Além disso, podem ser úteis para verificar quantos e quais estabelecimentos conformam a rede de serviços ofertados pelo SUS, assim como quantos e quais respondem pelo

**Gráfico 3 - Evolução do número de estabelecimentos ambulatoriais - Brasil - 1955-1990**



Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1955-1990. Rio de Janeiro: IBGE, v. 16-50, 1955-1990.

atendimento aos clientes dos planos de saúde privados. Da mesma forma, podem indicar como vem se dando a expansão ou retração de cada segmento.

Os dados referentes às especialidades e à tecnologia incorporada nos estabelecimentos prestam-se à identificação da presença ou não de determinados serviços e especialidades e à discriminação dos equipamentos, atribuídos à alta complexidade/alto custo e àqueles relativos aos atendimentos mais freqüentes. As possibilidades de retratar a situação da oferta de serviços necessários à atenção das demandas e necessidades, desde as mais simples até as que requerem tecnologias sofisticadas, e a distribuição desses recursos representam um permanente desafio para os gestores e estudiosos do setor Saúde.

A evolução no modelo de atenção médica, que desde a implantação do INPS está centrado na compra de serviços privados, impõe alguns limites para o uso dos dados. Entre outros problemas, não é possível estimar no caso de estabelecimentos que declaram prestar serviços ao SUS, aos clientes de planos privados de saúde e aos que não os possuem e pagam diretamente pelo atendimento, qual a parte de um mesmo estabelecimento destinada a cada segmento assistencial. Da mesma forma,

a análise dos recursos humanos deve sempre considerar que, sendo as informações prestadas pelos estabelecimentos, o número de profissionais divulgado, certamente, implica múltiplas contagens por ser comum o vínculo de um mesmo profissional com diversos estabelecimentos. Outra limitação importante, relacionada à rede ambulatorial, é o fato de os dados não cobrirem os consultórios médicos particulares, o que significa que a comparação entre o tamanho dos setores público e privado nesse segmento não reflete a realidade corretamente.

### Ações de saúde pública

Até 1940, os dados sobre a oferta de serviços de saúde pública referem-se à Cidade do Rio de Janeiro, à época sede do Distrito Federal. É o caso dos Anuários de 1938 e de 1939/1940 onde se apresentam, entre outros, dados sobre inspetorias realizadas por médicos; visitas de engenheiros e de guardas sanitários; higiene do trabalho; higiene da alimentação e serviços de doenças transmissíveis agudas (sífilis, tuberculose e lepra). Interessantes são os dados sobre o serviço pré-natal, inclusive pela referência a nascimentos assistidos por parteiras. Segundo o Anuário de 1938, teriam ocorrido em 1936, no Distrito Federal, entre as gestantes com atendimento pré-natal nos serviços de saúde pública 1 227 partos com parteiras e 57 em maternidades. Em 1937, estes números alteram-se para 1 001 com parteiras e 105 em maternidades. Infelizmente, não se encontram dados de abrangência nacional nesse anuário e nos demais que o sucederam sobre este interessante fato de inegável interesse histórico e que passa por acelerada mudança nos anos subsequentes.

A partir do Anuário 1941-1945 até o de 1991, apresenta-se uma seção inicialmente intitulada Serviços Oficiais de Saúde Pública – alguns serviços especiais de âmbito nacional – retratando a estruturação da área de saúde

Consultório do Centro de Saúde Pública. Juiz de Fora, MG.  
Arquivo Público Mineiro.



pública no âmbito do Ministério da Educação e Saúde, até 1953, e, a partir daquele ano, as ações do Ministério da Saúde. Os dados apresentados referem-se a ações de combate e, em alguns casos, ao registro de doenças epidêmicas e endêmicas. No que se refere à notificação, vale lembrar que um tratamento mais sistemático desse tipo de dado só está disponível a partir do Anuário de 1977.

De 1941 a 1952, cinco serviços especiais merecem registro nos AEBs: febre amarela; lepra; peste; malária (a partir de 1948), iniciando-se a apresentação de dados sobre o Serviço Nacional de Tuberculose, no Anuário de 1953.

A estrutura verticalizada e organizada por doenças é uma das características da história da saúde pública no Brasil que se manteria nos anos posteriores. O exame do organograma de 1951 do Departamento Nacional de Saúde, subordinado ao Ministério da Educação e Saúde, revela uma estruturação voltada para doenças específicas, naquele momento organizados em serviços nacionais: de febre amarela; malária (ao qual se subordinavam ações contra a doença de Chagas e a esquistossomose); câncer; tuberculose;

Mapa do combate à febre amarela, 1944. CPDOC/FGV.



Combate à dengue no Rio de Janeiro, RJ, 1998.  
Foto: Frederico Rozário - Agência O Globo.

lepra e doenças mentais. No que se refere à tuberculose, cabe ressaltar que apesar de sua importância como fator de morbidade e mortalidade, dados epidemiológicos sobre a doença não se encontram nos Anuários de 1941 a 1952. A estrutura do Departamento Nacional de Saúde manteve-se em grande parte após a criação de uma pasta ministerial autônoma e apresentou como principal mudança a criação do Departamento Nacional de Endemias Rurais, em 1956 (FONSECA, 2001).

Os dados apresentados nos AEBs não seguem com exatidão a estrutura do setor público na área de saúde, não implicando existência dos serviços nacionais e sua inclusão nos anuários. No caso das doenças mentais, cujo serviço nacional foi criado em 1942, os dados só passam a constar a partir do AEB de 1954 e permanecem até a década de 1980. No que se refere ao Serviço Nacional do Câncer, não há nas seções dedicadas à saúde pública estatísticas sobre a ação desse organismo. Repete-se aqui característica já apontada para as doenças crônico-degenerativas – sua figuração nos dados de internação hospitalar e causas de mortalidade e sua ausência em dados de saúde pública.

O Quadro 1 sintetiza as informações reunidas nos AEBs quanto aos serviços e ações de Saúde Pública, desde 1954, um ano após a criação do Ministério da Saúde até o AEB de 1991.

As doenças para as quais é possível obter uma série histórica mais longa são febre amarela; peste bubônica e

Quadro I - Serviços nacionais e campanhas organizados em torno de doenças e ações profiláticas - Brasil - 1954/1991

Doenças e ações profiláticas	Serviços nacionais e campanhas organizados								
	1954	1959	1962	1968	1971	1980	1985	1988	1991
Febre amarela									
Lepra									
Peste									
Leishmaniose									
Tuberculose									
Doença de Chagas									
Esquistossomose									
Produção Industrial									
Tracoma									
Cúlex									
Escorpionismo									
Antipólio									
Bouba									
Bócio									
Ancilostomose									
Brucelose									
Filariose									
Hidatidose									
Educação sanitária									
Saneamento									
Vacinação (tifo e varíola)									
Serviço doentes mentais									
Higiene pré-natal									
Higiene infantil (crianças vacinadas no primeiro ano de vida)									
Higiene pré-escolar									
Higiene dentária									





Posto médico em Brasília, DF, durante a construção da capital.  
Acervo IBGE.

hanseníase, cujos dados já aparecem no AEB de 1941/1945, e, a seguir, a malária e a tuberculose. No caso da febre amarela, os dados referem-se ao combate ao agente transmissor (*Aedes egpty*), à prática de viscerotomia e à atividade de vacinação em todas as Unidades da Federação. De um modo geral, as informações referem-se, prioritariamente, às ações de combate aos vetores de doenças transmissíveis e às ações profilática e preventiva. No caso da hanseníase, é nítido o interesse histórico dos dados apresentados, chamando atenção aos procedimentos de isolamento dos doentes, de vigilância dos comunicantes e de internação de crianças em preventórios, adotados até fins da década de 1950.

Os dados para doenças como malária, esquistossomose e leishmaniose referem-se à captura de vetores; às tentativas de seu extermínio; à identificação de pessoas infectadas e aos tratamentos aplicados, por Unidade da Federação. No que diz respeito à doença de Chagas, uma característica que se mantém em todos os anuários é a existência de quadros estatísticos sobre a captura e análise de contaminação de barbeiros (triatomídeos) e ações de desinsetização nas casas, e a ausência de dados sobre pessoas infectadas. Note-se que inquéritos de abrangência nacional foram realizados sobre esquistossomose, em 1950, e repetido em anos posteriores, e um único sobre doença de Chagas, em 1979.

Há muitos dados relativos ao combate a vetores de algumas doenças, principalmente mosquitos e

triatomídeos. Chegamos mesmo a encontrar uma campanha contra a mosca, realizada pelo DENERU/Ministério da Saúde em 1961. Nas ações de combate a animais peçonhentos, destaca-se a campanha contra o escorpionismo.

O maior detalhamento de ações dirigidas a uma grande diversidade de doenças acompanhou a criação do Departamento Nacional de Endemias Rurais, em 1956, e aparecem nos AEBs, principalmente, a partir de 1959. No período de 1953 a 1990, os órgãos que promoveram as campanhas de saúde pública no Brasil foram o Departamento Nacional de Saúde, em seguida o Departamento Nacional de Endemias Rurais, a Superintendência de Campanhas – SUCAM –, criada pelo Decreto nº65.253, de 1º de outubro de 1969 e, a partir de 1991, a Fundação Nacional de Saúde, que reuniu a SUCAM e a Fundação

Cartaz de prevenção contra a tuberculose.  
Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.





Serviços Especiais de Saúde Pública, deles provêm os dados estatísticos sobre as campanhas reunidos nos anuários.

A importância do registro estatístico das campanhas de saúde pública era uma prioridade desde a gestão de Barros Barreto no Departamento Nacional de Saúde, quando este integrava o Ministério de Educação e Saúde. Com a criação de uma pasta autônoma para a saúde, verificou-se a intensificação do registro estatístico das ações sanitárias. Durante as décadas de 1950 e 1960, essas estatísticas eram vistas como demonstração do esforço de erradicação e controle de doenças endêmicas, consideradas um obstáculo ao desenvolvimento nacional. A partir de outro discurso ideológico, retoma-se a associação entre saúde e progresso, defendida pela geração de Oswaldo Cruz é fundamental para a reforma sanitária da década de 1920 (SANTOS, 1987; HOCHMAN, 1998).

O nacionalismo desenvolvimentista orientava a ação dos sanitaristas nos anos de 1950 e de 1960 e teve em Mario Pinotti uma das lideranças de maior expressão. Pinotti dirigiu o Serviço Nacional de Malária de 1942 a 1956 e foi o primeiro diretor do DENERU. Muito da estrutura daquele Serviço Nacional foi para o novo organismo, inclusive o Serviço de Produtos Profiláticos do DENERU responsável pela produção de inseticidas e medicamentos, foi uma herança do Instituto de Malariologia que possuía uma fábrica de BHC, inseticida utilizado no combate ao mosquito transmissor da malária (FONSECA, 2001).

A despeito de mudanças políticas significativas como a que se seguiu ao movimento militar de 1964, a estrutura verticalizada das campanhas de saúde pública e sua visualização em termos de dados estatísticos permaneceu nas décadas seguintes, só sofrendo alterações significativas a partir da década de 1990. Deve-se notar que o padrão de estatísticas sobre algumas doenças transmissíveis objeto de campanha e mesmo sobre as atividades de educação sanitária permaneceu praticamente o mesmo. A continuidade de no tipo de registro estatístico até 1991 é um dado dos



Atividades de ginástica para crianças débeis mentais. CPDOC/FGV.

mais interessantes e correspondeu à relativa continuidade do modelo de campanhas de saúde pública, a despeito das mudanças políticas e administrativas.

O período compreendido entre 1941 e 1990, pode ser visto como de predomínio do modelo de campanhas verticalizadas de saúde pública, o que fica retratado no tipo de registro estatístico privilegiado pelos AEBs. Sobre o modelo incidiu forte crítica orientada pela defesa da municipalização e descentralização das ações de saúde, especialmente, a partir dos anos de 1970, quando se elaboraram novas propostas que resultaram na aprovação do Sistema Único de Saúde, em 1988. Especialmente, no que se refere às doenças transmissíveis e às ações de vigilância sanitária, o tema da descentralização continua provocando controvérsias e suscitando novas propostas de ação por parte de sanitaristas e outros especialistas da área de saúde pública.

### Saúde mental

O estudioso do tema encontrará uma série de estatísticas sobre pacientes e estabelecimentos psiquiátricos público e privado, cadastrados inicialmente pelo Serviço Nacional de Doenças Mentais e posteriormente pela Divisão Nacional de Saúde Mental, no período de 1954 a 1980. Criado em 1942, o Serviço Nacional de Doença Mental tinha por atribuições superintender, orientar e assistir tecnicamente aos serviços público ou particular de assistência a psicopatas e a promoção da saúde mental. Os

estabelecimentos hospitalares públicos, sob responsabilidade direta do órgão, eram todos sediados no Estado do Rio de Janeiro e compreendiam seis unidades hospitalares vinculadas ao Centro Psiquiátrico D. Pedro II; um pronto-socorro psiquiátrico; o Hospital Pinel; o Manicômio Judiciário Heitor Carrilho e a Colônia Juliano Moreira. O Serviço Nacional de Doenças Mentais tinha também como parte de sua estrutura uma rede de ambulatórios de saúde mental – 8 no Estado do Rio de Janeiro e 28 nos outros estados. Integrava ainda o conjunto de órgãos do Serviço de Saúde Mental a Escola de Enfermagem Alfredo Pinto.

Registros de dados estatísticos em períodos anteriores podem ser vistos no primeiro AEB, relativo aos anos de 1908-1912. O terceiro volume da publicação – *Cultos, Assistência, Repressão e Instrução* - apresenta extensa série de tabelas, ocupando 123 páginas, sobre hospitais, asilos, casas de saúde, enfermarias e colônias agrícolas onde se tratavam alienados. Os dados de movimentos de pacientes são apresentados por nacionalidade, sexo, e idade. No que se refere ao diagnóstico, chama atenção o destaque dado ao alcoolismo, tratado em tabela específica, e a classificação de psicopatias constitucionais, decorrentes de estados atípicos de degeneração. De grande impacto nas áreas de psiquiatria e antropologia criminal durante fins do Século XIX e as três primeiras décadas do Século XX, o tema da degeneração esteve presente no discurso higienista no Brasil e influenciou o debate sobre saúde, inclusive as propostas da Liga de Higiene Mental.

Instituições de assistência à infância no Paraná, entre 1939 e 1945. CPDOC/FGV.



Ainda que seja difícil fazer qualquer afirmação mais precisa sobre a confiabilidade das primeiras estatísticas e as possibilidades de comparação com as publicadas no período de 1954 a 1980, há interesse em ver estes dados por explicitarem o tipo de tratamento, a classificação das doenças mentais e as variáveis que, em cada momento, se consideraram relevantes para a avaliação estatística desse problema de saúde.

As tabelas sobre o Serviço Nacional de Doenças Mentais, nos AEBs de 1954 a 1972, apresentam, em linhas gerais, dados sobre o movimento de doentes em hospitais público e particular; segundo o sexo e a nacionalidade; a idade; o sexo e cor. Merece registro pelo sistema classificatório utilizado os quadros sobre diagnóstico por nacionalidade e sexo.

A partir do Anuário de 1955, incluem-se dados relativos ao movimento de doentes em ambulatórios públicos de higiene mental - consultas, exames e modalidades de tratamento por municípios das capitais. Como se observa, há continuidade no que se refere às variáveis utilizadas. Dados sobre cor dos pacientes admitidos se mantêm até 1972, quando passam a ser utilizados apenas grupos de idade. O estudioso pode também encontrar informações sobre hospitais psiquiátricos e ambulatórios nos municípios das capitais.

Do ponto de vista das causas para internação psiquiátrica, chama atenção o peso percentual expressivo dos estados mentais não classificados. Em quase todos os quadros publicados, eles se situam como terceira causa de internação, após esquizofrenia e alcoolismo. Este é um dado importante que merece análise mais aprofundada dos estudiosos da área de saúde mental, especialmente em um período caracterizado por propostas de mudança do modelo assistencial que apresenta, entre outras características, a continuidade do sistema classificatório de doenças e das formas de tratamento ao longo do Século XX, tão bem retratada nos dados estatísticos reunidos nos AEBs.



Assistência médica, 1930. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Bioestatística (1953 e 1962), e Laboratório e Estatística do IBGE (1955, 1958/1959). A partir de 1971, os dados são provenientes do Ministério da Saúde (Divisão Nacional de Epidemiologia e Estatística da Saúde).

Embora alguns anuários não divulguem dados sobre mortalidade por causas, pode-se dizer que há uma boa cobertura ao longo da segunda metade do Século XX. O nível geográfico de observação é variável até o final dos anos de 1960, quando passam a ser publicadas informações relativas aos municípios das capitais. A partir dos anos de 1980, os volumes dos AEBs que publicaram dados de mortalidade por causas o fizeram para o Brasil como um todo. Da mesma forma, também é bastante variável o tipo de causa da mortalidade, sendo que novamente é a partir dos anos de 1970 que as informações são referentes aos capítulos da Classificação Internacional das Doenças.

Finalmente, os AEBs também se diferenciam pelo tipo de dado apresentado. Algumas vezes, apresenta-se o total de óbitos, outras vezes, taxas por 100 mil habitantes (sem padronização por idade) ou mortalidade proporcional por causa.

Em todos os países a qualidade dos dados de mortalidade é afetada por diversos fatores, entre eles, o nível de conhecimento médico, erros de diagnóstico, falhas no preenchimento das declarações de óbito e falhas no processo de codificação da causa básica (CHOR et al., 1995). Mesmo considerando esses possíveis problemas, analisando-se a evolução da mortalidade proporcional por grandes grupos de causas para o conjunto das capitais entre 1930 e 1986, verifica-se a redução paulatina da importância relativa das doenças infecciosas e parasitárias e o aumento da mortalidade por doenças crônicas e degenerativas (DUCHIADE, 1995). A mortalidade proporcional por causa é um exemplo das possibilidades de uso direto dos dados dos AEBs. Ela estaria sujeita a problemas de interpretação no caso da proporção de óbitos por causas maldefinidas ser muito grande, o que não acontece quando se analisa a situação das capitais nas décadas mais recentes como no estudo acima.

## Mortalidade

Em 1944, o Serviço Federal de Bioestatística do Departamento Nacional de Saúde do Ministério de Educação e Saúde publicou o Anuário de Bioestatística com dados de mortalidade por causas, referentes aos óbitos ocorridos nas capitais brasileiras de 1929 a 1939. As informações aí reunidas podem e devem ser consideradas em conjunto com as publicadas nos AEBs que só passam a apresentar esse tipo de dado sistematicamente a partir do final da década de 1960.

Com o objetivo de destacar seletivamente alguns problemas suscitados pela avaliação das possibilidades de análise dos dados publicados nos AEBs, apresentamos nesta seção do texto as principais características dos dados de mortalidade por causas de suicídios – causa externa de mortalidade cujo registro mereceu tratamento dos mais sistemáticos na publicação- e da mortalidade infantil, um dos principais temas da agenda de saúde pública do País.

### Mortalidade por causas

Os dados sobre mortalidade por causas divulgados nos AEBs são provenientes de fontes distintas, sendo que até 1970 foram informados pela Direção Geral de Estatística (1908-1912), Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento (1941-1945 e 1948), Serviço Federal de

No material analisado, observa-se que os dados de mortalidade por causas só passam a ser sistematicamente divulgados a partir do final dos anos de 1960. Um problema adicional consiste no fato de a mortalidade proporcional por causa, ainda que possa ser calculada com base no número absoluto de óbitos, não estar apresentada, e o uso das taxas por 100 mil habitantes sem os ajustes necessários para controlar o efeito da mudança no perfil demográfico da população ao longo do tempo não é recomendável.

### Causas externas – suicídios

Tema que se tornou clássico nos estudos sociológicos a partir da célebre obra de Émile Durkheim, o suicídio aparece como a causa externa de mortalidade que mais mereceu atenção dos anuários do IBGE. A própria denominação das seções onde foram publicados os dados revela a complexidade e o interesse sociológico de sua classificação. Item da seção sobre situação cultural de 1937 a 1951, nas duas décadas seguintes passa a ser apresentado como aspecto negativo ou patológico, no AEB de 1971 como ocorrência anti-social e, finalmente, a partir de 1979, inclui-se na seção relativa à justiça e à segurança pública. Os dados relativos ao Brasil de 1937 a 1976 provêm do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política e a partir de 1977, da Divisão de Estatística do Ministério da Justiça.

O primeiro AEB em que se organizam quadros estatísticos de suicídios e tentativas de suicídios é o publicado em 1937, com dados relativos ao Distrito Federal (1936) e às Unidades da Federação (1934). Os últimos referem-se à classificação dos autores segundo várias circunstâncias - estado civil; nacionalidade; raça; grau de instrução; idade; profissão; filiação (legítima ou ilegítima) e situação da família (com filhos/sem filhos). Quadro semelhante é publicado no AEB de 1938, tendo por base o ano de 1937, e deve-se notar que a referência à filiação e à situação da família, não seria retomada nos volumes posteriores.

O interesse atribuído a essa causa de morte pode também ser aferido pela sua inclusão no extenso anexo

com quadros internacionais publicado pelo AEB de 1938 que reúne dados sobre suicídios em números absolutos e relativos em diferentes países da Europa e da América, de 1933 a 1937. O interesse histórico do quadro publicado encontra-se, entre outros aspectos, no fato de se referir ao período entre as duas grandes guerras mundiais.

O AEB de 1939/1940 traz as informações mais detalhadas entre todos os volumes publicados, indicando forte preocupação de se encontrar algumas regularidades na ocorrência do fenômeno. No quadro alusivo às Unidades da Federação, encontram-se dados sobre o sexo dos autores, motivos prováveis, meios empregados, estado civil, nacionalidade, raça, e também local e mês do ano. Maior detalhamento ainda ocorre no quadro sobre suicídios e tentativas de suicídios ocorridos no Distrito Federal (1937-

Cartaz de prevenção contra o alcoolismo.  
Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

1938), que tem por fonte a Diretoria Geral de Comunicação e Estatística da Polícia Civil. Nesse quadro encontram-se informações sobre meios utilizados; causas presumidas; nacionalidade; estado civil; instrução; profissão; e também local, meses do ano e hora da ocorrência. Tem-se a impressão de que seria possível obter uma cartografia dos suicídios e tentativas de suicídio na Cidade do Rio de Janeiro.

Um quadro retrospectivo é apresentado no AEB de 1941/1945 com dados sobre suicídios e tentativas de suicídios para os anos de 1908 a 1937, segundo o sexo e tendo por unidade geográfica o Brasil, o que, a despeito da extensão no tempo, reduz as possibilidades de comparação com aqueles publicados nos demais AEBs - mais detalhados quanto às informações selecionadas e apresentando via de regra dados discriminados por Unidades da Federação .

A publicação desses dados é interrompida nos anos seguintes e retomada no AEB de 1951 (relativo a 1949). No item “outros aspectos culturais” temos duas tabelas. A primeira reúne suicídios e tentativas de suicídio de acordo com os meios utilizados, por Unidade da Federação e municípios das capitais. A segunda apresenta suicídios e tentativas por Unidade da Federação e municípios das capitais, segundo o sexo, estado conjugal e grau de instrução.

A primeira mudança significativa na categoria utilizada para classificar os suicídios aparece no AEB de 1952. Incluem-se no item aspectos negativos ou patológicos

Instituição de combate à tuberculose, entre 1934 e 1945. CPDOC/FGV.



Assistência Médica, 1930. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

de situação cultural. Nesse AEB temos uma única tabela em que constam dados sobre suicídios e tentativas de suicídios, segundo características dos autores e meios utilizados (1950). As características em pauta são sexo, estado civil e instrução.

Nos AEBs de 1953 a 1957 temos duas tabelas sobre suicídios e tentativas, de acordo com as Unidades da Federação: uma sobre os meios utilizados e outra segundo as características dos autores (sexo; estado civil; e grau de instrução). Nos dois anuários seguintes, incluem-se dados relativos aos municípios das capitais. A novidade importante introduzida pelo AEB de 1960 e que se repete no de 1962 (dados de 1960) é a inclusão de dados sobre cor e faixas etárias, sendo que apenas os últimos permanecem nas publicações que se seguem.

No AEB de 1970, os suicídios e tentativas de suicídios aparecem em tabelas referidas ao ano de 1968. São apresentados os números de suicídio segundo os meios utilizados; o sexo; estado civil; e grau de instrução. A partir daí passam a figurar tabelas específicas sobre suicídio por faixa etária.

Há uma mudança na localização dos dados sobre suicídios e tentativas no AEB de 1971, passando a aparecer como ocorrências anti-sociais no item situação social. Suicídios e tentativas de suicídios são apresentados segundo os meios utilizados; sexo; estado civil e grau de instru-

ção e, em tabela específica, dados por faixa etária. Os AEBs de 1972, de 1975, de 1976 e de 1977 reproduzem o mesmo tipo de informação, sendo que no último se observa uma mudança na publicação que elimina o item ocorrência anti-social e passa a incluir os dados sobre suicídios e tentativas, no capítulo dedicado à Justiça e Segurança Pública. No Anuário de 1981, suicídios também aparecem entre os dados importantes no capítulo dedicado à segurança pública com referência às mesmas variáveis anteriores e números por Unidade da Federação.

O AEB de 1987 retoma o problema das causas atribuídas que, anteriormente, só havia sido considerado no anuário relativo a 1939/1940. Além da evidente arbitrariedade de se atribuir causalidade, a partir da motivação imediata e aparente do autor, as dificuldades da abordagem estatística ficam evidenciadas pelo expressivo índice de suicídios devido a causas ignoradas. Em um total de 4754 casos, tem-se 2 771 registros de suicídio com causa ignorada, a seguir doença mental (700 casos) e desilusão amorosa (419). As demais causas consideradas consistem em alcoolismo; dificuldades financeiras e outras doenças.

Durante a década de 1990, só o AEB de 1993 traz dados sobre suicídio, correspondendo aos anos de 1984 a 1990. Os dados referem-se ao grau de instrução; meio utilizado; última ocupação e grupos de idade. Nos AEBs

Campanha de vacinação. Foto: Carlos Mesquita - Agência JB.



Maternidade Marina Pires Ferreira. Acervo IBGE.

de 1995 e de 1997, acidentes de trânsito e de trabalho são os únicos dados que se apresentam onde antes também encontrávamos quadros sobre suicídios.

Um balanço do conjunto da produção estatística sobre suicídios publicado nos AEBs demonstra sua potencialidade e indica a necessidade de desenvolvimento de estudos que analisem esses dados e ampliem a agenda de pesquisa sobre o tema. Um fato que merece atenção dos estudiosos é a inversão das faixas etárias em que se concentra, respectivamente, o maior número de suicídios e de tentativas de suicídio. No primeiro caso, predomina a faixa de 25 a 44 anos; no segundo, a de 15 a 24, o que pode ser aferido em todos os AEBs publicados a partir de 1960.

Outra questão relevante diz respeito ao espaço ocupado pelas estatísticas de suicídio no conjunto das publicações do IBGE. A importância atribuída a essa causa externa de mortalidade comparativamente a outras possivelmente esteja relacionada à percepção de que representaria indício de patologia ou desestruturação social, de acordo com perspectiva próxima à adotada por Durkheim em fins do Século XIX. Talvez isto também explique que atenção equivalente tenha sido dedicada às tentativas de suicídio.

## Mortalidade infantil

Embora alguns AEBs façam menção ao número de óbitos de menores de um ano, dados sobre mortalidade infantil tiveram pequena divulgação até o final da década de 1960. Assim, os anuários de 1955, de 1958, de 1959 e de 1960 trazem a informação (praticamente a mesma) relativa a 1940 e 1950 (ou anos próximos a esses) para algumas capitais. No anuário de 1968 apresentam-se dados de 1960 e 1965-1967 para as capitais. A partir de 1971, quando a fonte da informação passa a ser a Divisão Nacional de Epidemiologia e Estatística da Saúde, os anuários apresentam dados referentes a triênios imediatamente anteriores, até 1974. Os últimos dados sobre mortalidade infantil referem-se ao ano de 1975 e foram divulgados em 1977 e 1978.

A grande proporção de sub-registro de óbitos e de nascimentos, que são os elementos usados para

Aspecto de vala construída para o combate à malária, Manaus, AM, entre 1939 e 1945. CPDOC/FGV.



calcular a mortalidade infantil, coloca uma limitação importante na utilização desses dados, mesmo quando eles se referem apenas aos municípios das capitais. Tradicionalmente, o IBGE divulga dados do registro civil e o Ministério da Saúde tem uma outra base de óbitos desde o início dos anos de 1970.

Através de um convênio firmado entre a UNICEF e o IBGE, no final dos anos de 1980, produziram-se estimativas para a mortalidade infantil para o período de 1930-1986, usando métodos demográficos (técnica de Brass), tendo como fonte de dados os Censos Demográficos e as PNADs (SIMÕES, 1989, p. 14-48, 2000, p. 153-156). Entretanto, como as estimativas obtidas por esta técnica baseiam-se na mortalidade precedente, elas tendem a estar superestimadas.

Na década de 1980, iniciou-se a implantação de um novo sistema de informações que viria corrigir em grande parte as deficiências relacionadas ao denominador da taxa de mortalidade infantil Sistema de Nascidos Vivos - SINASC. Ao contrário dos sistemas de informação desenvolvidos até então pelo Ministério da Saúde, como o Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM -, o Sistema de Informações Hospitalares - SIH- e o Sistema Nacional de Agravos de Notificação - SINAN -, que são centralizados no Ministério da Saúde e alimentados pelas Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde, o SINASC foi implantado paulatinamente nos municípios.

Atualmente, recomenda-se que as taxas de mortalidade infantil sejam calculadas diretamente a partir das informações do SIM e do SINASC, desde que a cobertura desses sistemas seja no mínimo de 80 e 90 %, respectivamente, o que já acontece com os Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, todos os estados da Região Sul e Mato Grosso do Sul (RIPSA -IDB 2000).

De qualquer forma, os dados divulgados pelos anuários corroboram a tendência de declínio da mortalidade infantil que, segundo Oliveira e Mendes (1995), passou de 163,6%, em 1940, para 146,4%, em 1950, chegando a



mortalidade infantil obtido nas duas últimas décadas (OLIVEIRA; MENDES, 1995).

## Alimentação e nutrição

A importância da alimentação e nutrição tem sido crescentemente reconhecida nos trabalhos de saúde pública. Também no campo da história e das ciências sociais, a importância desse tema para o estudo de determinadas características das sociedades, inclusive a estratificação social, tem sido lembrada por diferentes estudos. No Brasil, a obra pioneira do médico e geógrafo Josué de Castro com seu mapa da nutrição, ou melhor, da fome surge como referência obrigatória.

No País apenas dois inquéritos de abrangência nacional foram realizados pelo IBGE, o primeiro em 1974/1975, Estudo Nacional da Despesa Familiar – ENDEF -, e o segundo em 1989, Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição – PNSN. Monteiro e outros (1995) analisaram dados dos dois inquéritos e concluíram que a prevalência da desnutrição em crianças, dada pelas características antropométricas, foi reduzida em mais de 60% ao longo dos 15 anos que separam os estudos. Os mesmos autores afirmam que dados coletados em inquéritos regionais em anos próximos aos dois estudos são consistentes com os inquéritos nacionais. Os dados referentes a essas

121,1%, em 1960 e 113,8%, em 1970, um declínio relativo de 30% em 30 anos. Durante a década de 1970 esse declínio intensificou-se, sendo que somente entre os anos de 1970 e 1980 (CMI= 88,09%) observa-se uma redução de 22,7%. De acordo com o IDB 2000 (Indicadores e Dados Básicos para a Saúde – 2000) a mortalidade infantil teria chegado a 45,3%, em 1990, o que significaria uma redução relativa de 48,6% na década de 1980.

Segundo Zuñiga e Monteiro (2000), pode-se identificar diversas correntes de pensamento sobre os determinantes do declínio da mortalidade infantil. A mais tradicional que sustenta o primado dos determinantes socioeconômicos e, portanto, da melhoria das condições de vida; a que dá destaque ao desenvolvimento de tecnologias, como já foi demonstrado nos anos de 1950 nos países não-industrializados; e, finalmente, a que sustenta que tecnologias médico-sanitárias podem reduzir a mortalidade infantil até determinado nível, a partir do qual somente mudanças significativas nas condições de vida seriam efetivas. No caso brasileiro, as reduções nos níveis da mortalidade infantil que se intensificaram progressivamente a cada década, sugerem que tanto fatores gerais de melhoria das condições de vida quanto fatores ligados às intervenções no âmbito da política de saúde desempenharam papel importante. De acordo com trabalhos recentes, há fortes indícios de que esses últimos foram os preponderantes no grande declínio relativo da



Preventório Dias Leme, Rio de Janeiro, RJ.  
Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Médicos do Instituto Oswaldo Cruz,  
Rio de Janeiro, RJ, 1913. CPDOC/FGV.



pesquisas especiais do IBGE foram divulgados nos AEBs de 1977 a 1980 (ENDEF) e no AEB de 1991 (PNSN).

As informações provenientes do ENDEF incluem o consumo alimentar por comensal/dia segundo grupos de alimentos, e nutrientes e os dados antropométricos (peso, altura, perímetro braquial), por região, que no caso do ENDEF, muitas vezes correspondem aos estados. Nos anuários de 1979 e 1980 os dados são divulgados também segundo classes de despesa familiar per capita, o que permite analisar as desigualdades no consumo alimentar no interior das regiões.

Os dados provenientes da PNSN, divulgados no AEB de 1991, permitem avaliar também a situação nutricional das crianças de 0 a 5 anos de idade por classe de renda familiar e escolaridade da mãe, o que novamente coloca a possibilidade da análise das desigualdades sociais e de condições de saúde no País. Nesse AEB, apresentam-se também dados sobre aleitamento materno das crianças menores de um ano por classes de renda familiar.

## Indicadores de saúde

No AEB de 1979 consta pela primeira vez um capítulo específico de indicadores de saúde, em que se destacam os casos notificados e a incidência na população de algumas doenças. A seção permanece sendo publicada com este título até o volume de 1991, mas informações similares têm continuidade até 1998 e passam a integrar o

Laboratório de AIDS do Hospital Universitário Clementino Fraga, da UFRJ, 1999. Foto José Caldas - BrazilPhotos.



Centro de saúde moderno, Rio de Janeiro, RJ, 1997.  
Foto José Caldas - BrazilPhotos.

capítulo relativo à saúde, referindo-se, principalmente, a hospitalizações, dados sobre notificação de doenças transmissíveis e mortalidade por causas. Como já observamos, as informações extremamente detalhadas sobre as campanhas de saúde pública deixam de ser publicadas a partir de 1992, quando ganham destaque os dados sobre o perfil de morbimortalidade e os dados sobre o Sistema Único de Saúde.

Uma importante fonte de dados estatísticos é a PNAD de 1981, a primeira a conter um suplemento especial dedicado às condições de saúde e do qual alguns dados foram publicados no AEB de 1982, na seção indicadores de saúde. Nesse volume constam dados sobre pessoas hospitalizadas por grupos de idade e situação de domicílio (urbano/rural); atendimento dentário; deficiências físicas; problemas de saúde; vacinação de menores de cinco anos; utilização e gastos com serviços de saúde por classe de rendimento mensal e situação do domicílio; e quadros sobre mortalidade proporcional, por grupos de idade e causas de óbito. É interessante observar que nesse anuário retoma-se o problema da deficiência física anteriormente registrado apenas no ano 2, publicado em 1936, e que se reportava ao Censo de 1920.

Nos anuários que se seguem, os quadros publicados em indicadores de saúde dizem respeito à mortalidade proporcional; dados sobre hospitalização e, menos regularmente, sobre níveis de fecundidade; profissionais de saúde

e relação de número de médicos por habitante. No que se refere à fecundidade, os principais volumes são os publicados em 1984 e 1992, os últimos, reproduzindo algumas informações obtidas na PNAD de 1986 que resultou um suplemento especial sobre o tema.

Dos Indicadores de saúde selecionados a partir de 1979, vale a pena observação mais cuidadosa sobre os dados de notificação de doenças transmissíveis que, até aquela data, não mereciam tratamento sistemático. Isto a despeito de o AEB de 1968 publicar o registro de casos confirmados de tuberculose, sífilis e hanseníase e, a partir do Anuário de 1977, termos dados estatísticos sobre casos de hanseníase em registro ativo, segundo as Unidades da Federação.

Como vimos, de 1950 até 1992, no que se refere às doenças transmissíveis, os AEBs reproduzem, prioritariamente, as campanhas de saúde pública, apresentando poucos dados sobre incidência de doenças transmissíveis na população. No AEB de 1992, verifica-se mudança importante, pois as tabelas, no que se refere à saúde pública, passam a se referir apenas a casos notificados de algumas doenças: febre amarela; hanseníase; difteria, poliomielite, sarampo e coqueluche; meningite; tétano acidental; tétano neonatal; esquistossomose; tuberculose; leptospirose, leishmaniose tegumentar, leishmaniose visceral, raiva humana e AIDS (1983-1991). Este é o primeiro anuário em que constam dados estatísticos referidos à epidemia de AIDS.

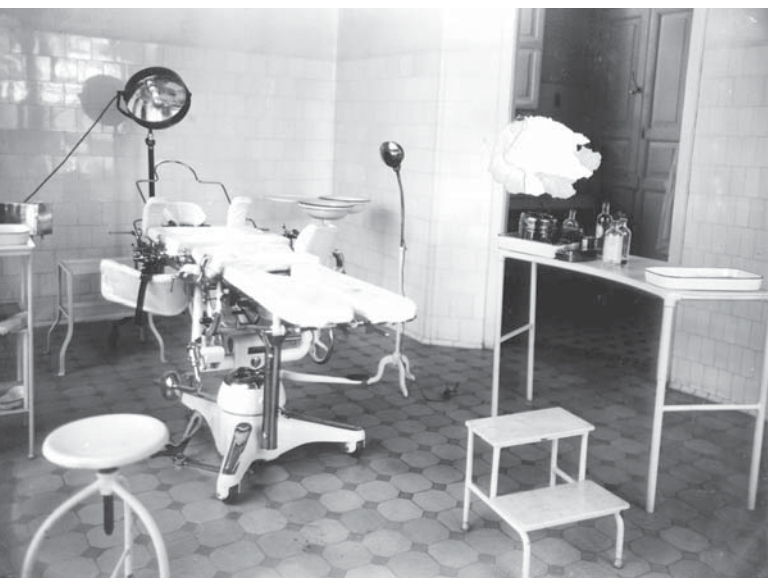
Dados sobre doenças transmissíveis, com algumas alterações, têm continuidade nos anuários que se seguem e são importantes para o estudo das características epidemiológicas do País uma vez que, a despeito do aumento da importância das doenças crônico-degenerativas, verificou-se o fracasso no controle de algumas doenças infecciosas: reintrodução do cólera e da dengue; recrudescimento da malária, continuidade de níveis elevados de tuberculose, hanseníase e leishmaniose. No caso das três primeiras doenças, fica claro que as

políticas de intervenção não podem prescindir de ações como a extensão dos serviços de saneamento e a regulamentação das ações econômicas nas áreas de fronteira agrícola. No caso da hanseníase e da tuberculose, verifica-se basicamente a fragilidade da assistência médica, seja pelo diagnóstico tardio ou insucesso dos tratamentos (WALDMAN; SILVA; MONTEIRO, 2000; SABROZA; KAWA; CAMPOS, 1995). Outro dado importante é o recente crescimento do número de casos de hepatite, especialmente na Região Amazônica, o que não encontra expressão nos AEBs.

Os dados relativos à incidência de doenças transmissíveis publicados nos anuários, ainda que considerando problemas de notificação, a despeito da melhoria recente no registro das informações, constituem importante fonte de pesquisa. Em geral, deles se pode inferir a correção do argumento segundo o qual as modificações nos padrões de morbimortalidade no Brasil e em outros países da América Latina ocorrem de forma diferenciada em relação aos países desenvolvidos. A principal característica consiste na coexistência de doenças infecciosas e crônico-degenerativas, em que pese o declínio das primeiras entre as causas de morte (WALDMAN; SILVA; MONTEIRO, 2000; SABROZA; KAWA; CAMPOS, 1995). A morbidade das doenças infecciosas persiste elevada, o que deve ser seriamente considerado na análise das possibilidades efetivas

Fábrica Nacional de Penicilina, em São Paulo, 1954.  
CPDOC/FGV.





Leprosário Hospital Colônia em 1939, Barbacena MG. CPDOC/FGV.

de explicação das condições e tendências de saúde em países como o Brasil, a partir da tese da transição epidemiológica.

### Considerações finais

A análise dos anuários publicados pelo IBGE no Século XX suscita alguns pontos para reflexão. Em primeiro lugar é importante destacar a oportunidade que oferecem ao colocar em uma mesma publicação informações referentes a uma ampla gama de áreas temáticas, possibilitando aos usuários a consulta e inter-relação de informações de diferentes áreas. Números absolutos podem ser transformados em indicadores que tornem factível sua comparação ao longo do tempo ou entre diferentes áreas geográficas. Contudo, essa não é tarefa simples, considerando-se os cuidados que devem ser tomados ao se realizar tais comparações.

Isso nos remete a um segundo ponto que diz respeito às mudanças freqüentes no formato das tabulações apresentadas, ao menos no caso da saúde. A grande vantagem do anuário deve ser sua consulta rápida para obtenção de dados já trabalhados e indicadores de fácil compreensão, passíveis de comparação no tempo e no espaço. A publicação exaustiva de dados, no formato publicado ou divulgado pelas fontes primárias, como acontece com a assistência

médico-sanitária, resulta em duplicação de informações com pouca vantagem comparativa.

Uma apreciação geral dos AEBs mostra também a valorização de determinados dados por parte dos serviços de saúde que se encontra refletida na seleção dos quadros estatísticos. A maior parte dos indicadores utilizados no estudo das condições de saúde das populações refere-se à morbidade e mortalidade, com predomínio desta última. O problema a ser superado consiste no fato de as medidas de morbidade e mortalidade de uma população poderem ser consideradas indicadores indiretos e parciais na construção de quadros explicativos, uma vez que mensuram as etapas finais do processo saúde-doença (BARRETO; CARMO, 2000). Há muito o que se fazer no sentido de definir indicadores que permitam aferir os fatores importantes na determinação das doenças e na preservação e promoção da saúde.

Ainda que se considerem os limites acima mencionados, é importante reiterar a oportunidade da publicação. No que se refere aos dois temas privilegiados nos AEBs – assistência hospitalar e ações de saúde pública – a extensa série de informações reunidas pode favorecer o desenvolvimento de novas pesquisas sobre o tema. Os estudos históricos sobre a oferta de serviços de saúde no Brasil podem se beneficiar da sistematização dos dados apresentados nos anuários, o que também se faz notar no que diz respeito a alguns subtemas como saúde mental e suicídios.

Na literatura sobre as condições de saúde no Brasil, o recurso a dados estatísticos tem sido mais freqüente, a partir da década de 1970, com ênfase em dados de mortalidade e suas causas e de notificação de doenças transmissíveis. Para os anos que antecedem a década de 1970, e principalmente para o período que se estende de 1930 à criação do Ministério da Saúde, em 1953, constata-se, ainda, o pequeno número de estudos que, além disso, vem atribuindo prioridade a fontes fortemente associadas ao discurso médico sobre as reformas da saúde preconizadas em cada contexto, à

produção legislativa e às ações ministeriais, pouco recorrendo a dados estatísticos que permitiriam avaliar sob outro ângulo as ações de assistência médica individualizada e de saúde pública. A divulgação dos Anuários Estatísticos do Brasil poderá contribuir, desse modo, para ampliar o conjunto de fontes a serem analisadas e a própria agenda de pesquisa sobre a história da saúde no Brasil do Século XX.

### Referências bibliográficas

- BARRETO, Maurício L.; CARMO, Eduardo H. Mudanças em padrões de morbimortalidade: conceitos e métodos. In: MONTEIRO, Carlos Augusto (Org.). *Velhos e novos males da saúde no Brasil: a evolução do país e de suas doenças*. 2. ed. rev. São Paulo: Hucitec: USP, Nupens, 2000. p. 7-32.
- BRAGA, José Carlos S.; PAULA, Sérgio Goes de. *Saúde e previdência: estudos de política social*. São Paulo: CEBES-HUCITEC, 1981.
- BRASIL. Decreto n. 65.253, de 01 de outubro de 1969. Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Saúde. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 02 de out. 1969 p. 8306, col. 4.
- CHOR, Dora et al. Doenças cardiovasculares: panorama da mortalidade no Brasil. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). *Os muitos Brasis: saúde e população na década de 80*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: ABRASCO, 1995. p. 57-86
- DUCHIADE, Milena Piraccini. População brasileira: um retrato em movimento. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). *Os muitos Brasis: saúde e população na década de 80*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: ABRASCO, 1995. p.14-56.
- FONSECA, Cristina Maria Oliveira. As campanhas sanitárias e o Ministério da Saúde (1953-1990). In: BENCHIMOL, Jaime (Coord.). *Febre amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada*. Rio de Janeiro: Fiocruz, Biomanguinhos, 2001.
- HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo, Hucitec; Caxambu: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1998.
- KOWARICK, Lúcio. Estratégia e planejamento social no Brasil. *Cadernos CEBRAP*, São Paulo, n. 2, 1976.
- MONTEIRO, Carlos Augusto et al. Evolução da desnutrição infantil. In: MONTEIRO, Carlos Augusto (Org.). *Velhos e novos males da saúde no Brasil: a evolução do país e de suas doenças*. 2. ed. rev. São Paulo: Hucitec: USP, Nupens, 2000. p. 93-114.
- OLIVEIRA, Jaime Araújo; TEIXEIRA, Sonia Maria Fleury. *(Im)previdência social: 60 anos de história da previdência no Brasil*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: ABRASCO, 1986.
- OLIVEIRA, Luiz Antonio P. de; MENDES, Marcia M. Salgado. Mortalidade infantil no Brasil: uma avaliação de tendências recentes. In: MINAYO, Maria Cecília S. (Org.). *Os muitos Brasis: saúde e população na década de 80*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: ABRASCO, 1995. p. 291-303.
- SABROZA, Paulo C.; KAWA, Helia; CAMPOS, Wanda Silveira Queirós. Doenças transmissíveis: ainda um desafio. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). *Os muitos Brasis: saúde e população na década de 80*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: ABRASCO, 1995. p. 177-244.
- SANTOS, Luiz Antônio de Castro. *Power, ideology and public health in Brazil (1889-1930)*. 1987. Tese (Doutorado) - Harvard University.
- SIMÕES, Celso C. da S. Novas estimativas da mortalidade infantil 1980/87. In: PERFIL estatístico de crianças e mães no Brasil: mortalidade infantil e saúde na década de 80. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. 129 p. p. 14-48.
- \_\_\_\_\_; MONTEIRO, Carlos Augusto. Tendência secular e diferenciais regionais de mortalidade infantil no

Brasil. In: MONTEIRO, Carlos Augusto (Org.). *Velhos e novos males da saúde no Brasil: a evolução do país e de suas doenças*. 2. ed. rev. São Paulo: Hucitec: USP, Nupens, 2000. p.153-156.

WALDMAN, Elseu A.; SILVA, Luiz Jacinto da; MONTEIRO, Carlos. Trajetória das doenças infecciosas: da eliminação da poliomielite à reintrodução da cólera. In: MONTEIRO, Carlos Augusto (Org.). *Velhos e novos males da*

*saúde no Brasil: a evolução do país e de suas doenças*. 2. ed. rev. São Paulo: Hucitec: USP, Nupens, 2000. p. 195-246.

ZUÑIGA, Hilda P. P.; MONTEIRO, Carlos Augusto. Uma nova hipótese para a ascensão da mortalidade infantil da cidade de São Paulo nos anos 60. In: MONTEIRO, Carlos Augusto (Org.). *Velhos e novos males da saúde no Brasil: a evolução do país e de suas doenças*. 2. ed. rev. São Paulo: Hucitec: USP, Nupens, 2000. p.157-172.

# SINDICALISMO, TRABALHO E EMPREGO

Multidão, 1968  
Claudio Tozzi  
Liquitex sobre tela sobre madeira – 85 x 140 cm  
Coleção Gilberto Chateaubriand, Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.



---

\* Doutor em Sociologia pela USP e Professor Titular do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ/UCAM. Especializado em sociologia do trabalho, publicou, dentre outros, *A Década Neoliberal e a Crise dos Sindicatos no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 2003; *Trabalhar, verbo transitivo: destinos profissionais dos deserdados da indústria automobilística*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2000; e *A trama da modernidade: pragmatismo sindical e democratização no Brasil*. Rio de Janeiro, Revan, 1999.



## SINDICALISMO, TRABALHO E EMPREGO

ADALBERTO MOREIRA CARDOSO\*

A sistematização das estatísticas a respeito de temas relativos ao trabalho no Brasil tem início em 1936, ano da publicação do segundo volume do *Anuário Estatístico do Brasil* - AEB. Este anuário, na verdade, traz um item específico com título “Trabalho”, que se repetirá por muitas edições sem alterações substanciais em seus subtemas, à exceção das que se mencionará em seguida. “Trabalho” denota, essencialmente, a regulação pública do mundo do trabalho, isto é, aqueles aspectos da vida social que a legislação construída desde a Revolução de 1930 punha sob a égide do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio: i) Emissão de registros profissionais (depois conhecidos como Carteiras de Trabalho, ao que se agregaria mais tarde “e Previdência Social”); ii) Sindicatos oficialmente reconhecidos; iii) Convenções do Trabalho (negociações e convenções coletivas registradas); e iv) Núcleos coloniais agrícolas superintendidos pelo governo federal. A isso seriam agregados, no AEB 1939/1940, o movimento nas juntas de conciliação e julgamento da Justiça do Trabalho, já em fase adiantada de funcionamento. Dados sobre emprego não comparecerão nesta seção antes dos anos de 1960.

Ao sistematizar os atos legislativos do governo Vargas relativos aos serviços geográficos e estatísticos, o AEB 1938 dá pistas sobre a *rationale* que orientou este recorte temático. Ocorre que o primeiro destes atos (Decreto nº 19.433, de 26 de novembro de 1930) trata justamente das estatísticas do trabalho: o mesmo documento que cria o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, subordina à nova pasta a Diretoria Geral de Estatística, o Serviço Econômico e o Serviço Comercial, antes sob a guarda de outras secretarias e ministérios. Daí até a criação do IBGE, em 1938, para cada

Políticos visitam sindicato em Ribeirão, PE, década de 60. CPDOC/FGV.





Carregadores na rodoviária de Belo Horizonte, MG, 1973.  
Museu Histórico Abílio Barreto.

nova agência pública criada, do Instituto do Açúcar e do Alcool (de 1933) ao Ministério da Agricultura, do Serviço Geográfico do Exército ao Regulamento da Estrada de Ferro Central do Brasil, tudo se acompanha de regras para a geração de estatísticas relativas à sua operação.

Esse esforço regulatório reflete-se de diversas maneiras inesperadas sobre as estatísticas do trabalho, para além do que o governo, então, reconhecia como tal. É assim que a vasta burocracia pública empregada na máquina estatal em crescimento tem seus dados registrados regularmente, e o próprio AEB 1938 traz dados bastante detalhados sobre o pessoal ocupado na

administração pública federal, discriminado por cargo (com alto nível de detalhamento na designação das funções), remuneração, ministério e regime de trabalho. Traz, ainda, dados menos desagregados para o efetivo federal nos estados e suas capitais, para os empregados em institutos de segurança pública e efetivos do exército. Em suma, enquanto se constituía, a máquina pública federal criava também os termos de sua própria mensuração, falando de si mesma por números fartos, numa indicação inequívoca de que o estado tinha a dimensão exata da importância do processo em curso de sua autoconstrução. Não há como compreender o processo sistemático de geração de estatísticas do trabalho fora desta dinâmica mais geral de “conhecer-se a si mesmo” do Estado em expansão que era, ao mesmo tempo, parte do instrumental de propaganda do varguismo, intensificado com o Estado Novo.

É importante salientar que esta primeira delimitação dos temas relevantes da rubrica “trabalho” deixaria sua marca até a década de 1960. Apenas em 1963 o item “salários” passará a compor a seção, mudando de forma importante a concepção do IBGE sobre o tema numa direção que se consolidaria, em 1966, com a inclusão dos dados de emprego. A engenharia institucional varguista foi longa não apenas em seus esquemas regulatórios, mas também na delimitação de formas de se olhar e medir o mundo do trabalho, em que as informações relativas à População em Idade Ativa – PIA<sup>1</sup> foram, por décadas, tratadas como parte da “situação demográfica” mais geral.

A consequência disto é que apenas muito tardiamente no Século XX dados mais extensos sobre a distribuição da PIA, segundo indicadores outros que não o sexo, Unidade da Federação – UF – e grandes ramos da economia tornaram-se disponíveis no AEB. É claro que em contrapartida foi a divulgação sistemática e anual do movimento processual na

<sup>1</sup> Ou seja, pessoas presentes ou residentes (dependendo da pesquisa), com 10 anos ou mais de idade. A População Economicamente Ativa – PEA – costuma ser definida como a parte da PIA que tinha uma atividade ou estava procurando trabalho. A População Ocupada – PO – é a parte da PEA que estava efetivamente ocupada (com ou sem rendimento). Finalmente, a População Empregada – POE – é a parte da PO que tinha um emprego assalariado no momento das pesquisas.

Justiça do Trabalho, do ritmo de criação e reconhecimento de sindicatos e da emissão de carteiras de trabalho, isto é, dos instrumentos mais conspícuos da regulação do mercado de trabalho legados por Vargas. De toda sorte, o mercado de trabalho e sua regulação estão presentes no berço da divulgação de estatísticas oficiais no Brasil, e são eles os temas deste estudo.

No que se segue, e no interesse da clareza, tratarei de forma independente os temas mais importantes relativos ao mundo do trabalho, isto é:

- a) **Sua regulação institucional:** sindicalismo, justiça do trabalho, registros profissionais;
- b) **Configuração do mercado de trabalho:** configuração de PIA, PEA, PO e POE, segundo indicadores selecionados; e
- c) **Dinâmica do mercado de trabalho:** emprego, desemprego e informalidade.

Como mencionado, esses temas emergem em lugares e relações entre si, diferentes em cada anuário, ainda que, por períodos inteiros, uma determinada concepção de exposição dos dados possa predominar. Minha intenção é pôr em relevo as mudanças mais significativas na disposição de temas e variáveis, quando isso contribuir para a compreensão das razões pelas quais determinadas estatísticas aparecem e desaparecem dos anuários. O que se propõe aqui, então, é uma espécie de inventário das formas

Pescador em atividade, entre 1938 e 1945. CPDOC/FGV.



de se conceber o mundo do trabalho, tal como expressas nos anuários estatísticos do IBGE. Uma espécie, pois, de hermenêutica dos números, que se completa por meio da avaliação das formas de exposição destas medidas especiais do mundo, que são as estatísticas.

## A regulação do mercado de trabalho e sua medida: sindicatos, justiça do trabalho e registros profissionais

Como já se disse, o ano de 1936 marca o início da divulgação sistemática de estatísticas do trabalho por parte dos anuários estatísticos do IBGE. A seção “trabalho”, iniciada neste ano (portanto, já na segunda aparição do AEB) traz dados sobre identificação profissional de empregadores para 1933 e 1934 e carteiras profissionais emitidas, no mesmo período, incluindo receitas provenientes da emissão, nos dois casos por Unidade da Federação, ou seja, imediatamente após a promulgação da lei de registros profissionais, em 1932, o Estado brasileiro já divulgava as estatísticas de sua aplicação. Este AEB traz também dados sobre processos relativos à nacionalização do trabalho, inclusive com o montante de multas aplicadas. Estes últimos dados não serão repetidos em anuários posteriores. Para os sindicatos, apresenta-se a primeira série histórica com o número de entidades reconhecidas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio entre 1931 e 1934, por Unidade da Federação e segundo sejam os sindicatos de empregadores, de empregados ou de profissionais liberais. Há ainda dados sobre os núcleos coloniais do governo federal entre 1931 e 1933, segundo a população total, proporção desta na escola, e valor da produção. Este item só será atualizado na seção trabalho nos dois anuários seguintes (1938 e 1939/1940). Finalmente, são apresentadas informações sobre o movimento mensal das convenções do trabalho (mais tarde “convenções coletivas”) para o Distrito Federal, no ano de 1935. A legislação que as instituiu também é de 1932<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> Confronte, dentre muitos outros, Siqueira Neto (1996, p. 192).



Aspectos de trabalhadores reparando estradas no município de Girua, RS, 1933. CPDOC/FGV.

Como se vê, “trabalho” denota, nesta publicação, tudo aquilo que é objeto de regulação por parte do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Trabalho é sinônimo de instituições responsáveis pelo ordenamento do mercado de trabalho. No AEB 1938, essa noção é lapidada e ampliada e a seção apresenta várias novidades: os registros profissionais (emissão de carteiras de trabalho) têm dados consolidados para o período de 1933-1937, por Unidade da Federação. Para o ano de 1937, indica-se se se tratou de 1ª ou 2ª via (informação não mais repetida nos anos posteriores) e consolida-se a receita geral da expedição. As convenções de trabalho de 1937 são apresentadas também por Unidade da Federação, além daquelas relativas ao Distrito Federal. E os sindicatos reconhecidos aparecem com dados consolidados para o período de 1931-1938, discriminados por Unidade da Federação e tipo de sindicato, desta vez incluindo a categoria “conta própria”.

No movimento de ampliação da cobertura estatística destes mesmos temas, em 1935, 1936 e 1938, o IBGE realizou inquéritos sindicais, cujos dados para o último ano apareceram pela primeira vez no AEB 1939/1940. As informações são discriminadas por tipo de agremiação (sindicatos, uniões e federações) e categoria (empregado, empregador, profissionais liberais e traba-

lhadores por conta própria), e abertos por Unidade da Federação, ramo, número de associados e patrimônio social dos sindicatos. Este tipo de pesquisa tornar-se-ia sistemático na década de 1950, como veremos. Este AEB traz ainda os dados de registros profissionais, como antes, mas as informações sobre convenções do trabalho são apresentadas por Unidade da Federação, número de empresas e empregados abrangidos. É bom notar que, antes da incorporação da Justiça do Trabalho ao poder judiciário, em 1939<sup>3</sup>, as convenções do trabalho eram realizadas pelas inspetorias regionais do Ministério do Trabalho. Não obstante, já aparecem aqui dados sobre movimento processual nas Juntas de Conciliação e Julgamento – JCJ – para 1938 e 1939. Estes dados apresentarão espantosa regularidade na forma de apresentação nas décadas por vir, e são discriminados por Unidade da Federação, segundo o resultado do julgamento das reclamações (se procedentes, improcedentes, arquivadas ou não conhecidas, além do total de conciliações realizadas). São apresentados dados também para o número de audiências realizadas, não repetidos em anos posteriores.

O AEB de 1946 traz os sinais dos turbulentos anos de guerra: é bastante resumido se comparado com os anos anteriores. Os itens da seção “trabalho” estão todos lá, mas em escala reduzida. O movimento nas Juntas de Conciliação e Julgamento resume-se a 1945 e ganha a forma definitiva pela qual estes dados serão divulgados daqui por diante; em duas tabelas, uma contendo o número de reclamações recebidas, solucionadas ou adiadas; e outra com as decisões proferidas, ambas por Unidade da Federação. Neste formato, os dados são comparáveis até o AEB de 1978. O de 1979 exclui a tabela relativa às reclamações recebidas e, de 1985, em diante, o IBGE deixa de publicar o movimento processual da Justiça do Trabalho. O AEB de 1946 traz, ainda, dados consolidados para o período de 1941-1945 relati-

<sup>3</sup> A Justiça do Trabalho foi criada pela Constituição de 1934, mas apenas em 1939 integrou-se à estrutura do poder judiciário.

vos à emissão de carteiras profissionais, segundo a Unidade da Federação. E o número de sindicatos existentes entre 1942 e 1945 aparece em uma única tabela por tipo (resumido a empregados, empregadores e profissionais liberais), segundo a Unidade da Federação.

Estes itens inaugurais da seção seguirão sem grandes mudanças por várias décadas, ainda que a seção incorpore, pouco a pouco, outras dimensões que analisaremos mais adiante. É possível acompanhar, sem falhas a partir de 1936 e até 1976, o número de sindicatos reconhecidos pelo governo, por tipo e Unidade da Federação. Em 1949, passam a constar informações sobre federações e, em 1952, agregam-se dados para as confederações (nos dois casos, de empregados e de empregadores), sempre por Unidade da Federação. Os mesmos dados voltam a ser divulgados nos AEBs de 1991 a 1995, no âmbito do inquérito sindical. Os registros profissionais consignados, isto é, o número de carteiras de trabalho emitidas, aparecem sistematicamente até 1976, voltando ao AEB de 1987/1988 em diante. Os processos entrados nas Juntas de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho podem ser acompanhados entre 1939/1940 até 1978, enquanto os resultados dos julgamentos prosseguem até o AEB de 1984. Cabe notar, que os dados coligidos sobre sindicatos e registros profissionais, que por vezes deixem de figurar nos anuários, encontram-se disponíveis em sua fonte principal, o Ministério do Trabalho. E os dados sobre movimento processual estão sistematizados na página do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.gov.br>). As tabelas reproduzidas, nas páginas 254 a 257, extraídas do AEB de 1950, expõem o tipo de informação disponível para estes três itens específicos. Note-se que os dados são apresentados de forma consolidada para pelo menos três anos, formato repetido em quase todo o período em que aparecem no AEB.

Este conjunto de três indicadores de regulação pública do mercado de trabalho jamais foi estudado em suas inter-relações. Os trabalhos clássicos sobre sindicalismo no País sempre deram atenção à produção legislativa, mas quase nunca atentaram para o movimento



Trabalhadores rurais param a produção em protesto no Paraná, década de 90. Foto Eduardo Marques - BrazilPhotos.

processual propriamente dito, isto é, à intensidade e à qualidade do acesso à justiça do trabalho. Além disso, a emissão anual de carteiras de trabalho é um indicador algo precário, mas mesmo assim jamais estudado, do crescimento do mercado de trabalho formal no País nos anos em que as pesquisas regulares sobre mão-de-obra não coligiam informações sobre a posse ou não da carteira de trabalho. Ora, não podia ser representado por sindicatos quem não tivesse registro profissional, e o acesso à justiça do trabalho também estava regulado por ele. O trabalhador formal, incluído no mundo dos direitos sociais, titular da “cidadania regulada” definida por Wanderley Guilherme dos Santos, tinha visibilidade perante o poder público e acesso aos instrumentos daquela cidadania, somente se possuísse carteira de trabalho. Logo, representação de interesses, acesso à justiça do trabalho, e serviços sociais, eram todos parte de um mesmo ambiente cuja chave era a carteira profissional.

Neste ambiente, a representação de interesses por parte dos sindicatos regula-se por um arranjo normativo bifronte: de um lado, diante dos empregadores, o sindicato negocia convenções ou contratos coletivos de trabalho em nome de seus representados, e estas normas contratuais têm força de lei, posto que garantidas constitucionalmente. O contrato ou convenção coletiva, pois não é ela mesma garantida por regras contratuais, mas estatutárias. De outro lado, no direito do trabalho brasileiro, o contrato ou convenção não pode estipular

## SITUAÇÃO CULTURAL

## TRABALHO

## I - IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL - 1947/1949

## CARTEIRAS PROFISSIONAIS EXPEDIDAS PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDUSTRIA E COMÉRCIO

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	CARTEIRAS EXPEDIDAS		
	1947	1948	1949
<b>Norte</b>			
Amazonas ..... (1)	1 391	1 824	1 778
Pará ..... (2)	10 689	4 540	4 061
<b>Nordeste</b>			
Maranhão .....	1 656	2 689	1 661
Piauí .....	1 545	1 177	1 057
Ceará .....	5 098	5 650	5 002
Rio Grande do Norte .....	5 200	4 499	3 452
Paraíba .....	7 250	11 800	5 450
Pernambuco .....	18 633	7 998	32 497
Alagoas .....	8 900	7 982	4 339
<b>Leste</b>			
Sergipe .....	2 550	6 351	2 699
Bahia .....	14 896	11 045	7 226
Minas Gerais .....	24 645	24 674	26 718
Espírito Santo .....	5 426	6 294	4 256
Rio de Janeiro .....	25 985	26 114	25 432
Distrito Federal .....	55 609	62 772	53 611
<b>Sul</b>			
São Paulo .....	92 891	139 760	81 674
Paraná .....	5 502	6 201	6 654
Santa Catarina .....	6 414	6 597	5 787
Rio Grande do Sul .....	21 120	22 804	28 420
<b>Centro-Oeste</b>			
Mato Grosso .....	2 077	1 504	2 159
Goiás .....	1 452	1 299	950
<b>BRASIL</b> .....	<b>318 929</b>	<b>363 574</b>	<b>304 883</b>

Fonte: Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1950. Rio de Janeiro: IBGE, v. 11, 1951.

(1) Inclusive Guaporé, Acre e Rio Branco. (2) Inclusive Amapá.

normas de uso do trabalho contrárias ao que está definido pela legislação trabalhista, a menos que estas normas sejam mais favoráveis do que as estatutárias, isto é, ampliem os direitos legais. Por outras palavras, o contrato individual do trabalho regula-se pelo contrato ou convenção coletiva e também pela lei. Desse ponto de vista, a atividade representativa sindical é parte integrante do funcionamento do mercado de trabalho no Brasil tanto quanto a lei, e não há como compreender a natureza da representação sindical entre nós sem o escrutínio do lugar da justiça do trabalho como guardião do exercício

dos direitos do trabalho. Um estudo empírico rigoroso que associe representação de interesses e juridificação das relações de classe no Brasil ainda está por ser feito.

Em 1955 o IBGE inicia a publicação sistemática dos resultados do “Inquérito Sindical”, pesquisa que, desde 1953, passa a fazer parte do programa nacional de levantamento de estatísticas regulares do Conselho Nacional de Estatística. Até então, o inquérito era “irregular e ineficiente” nas palavras de Albertino Rodrigues<sup>4</sup>, e não figurou nos anuários senão no de 1939/1940. Aproveitando o ensejo da divulgação dos dados, a tabela com os

<sup>4</sup> RODRIGUES, José Albertino (1966, p. 133).

## SITUAÇÃO CULTURAL

## TRABALHO

## II - JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

## 1. MOVIMENTO GERAL - 1947/49

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	NÚMERO DE RECLAMAÇÕES					
	Recebidas			Solucionadas		
	1947	1948	1949	1947	1948	1949
<b>Norte</b>						
Amazonas .....	260	338	384	275	355	328
Pará .....	1 609	1 061	2 004	1 642	1 281	1 895
<b>Nordeste</b>						
Maranhão .....	260	261	298	263	243	306
Piauí .....	121	93	248	120	97	230
Ceará .....	772	678	975	875	751	952
Rio Grande do Norte .....	352	277	380	388	327	372
Paraíba .....	548	724	2 041	561	693	710
Pernambuco .....	2 411	2 426	3 523	2 066	2 394	2 735
Alagoas .....	280	257	468	309	269	420
<b>Leste</b>						
Sergipe .....	337	371	420	352	354	441
Bahia .....	2 844	2 284	3 494	3 481	2 416	3 570
Minas Gerais .....	2 804	2 635	3 991	2 742	3 075	3 286
Espírito Santo .....	330	407	1 178	449	408	1 319
Rio de Janeiro .....	6 673	2 751	3 806	5 445	2 148	3 510
Distrito Federal .....	13 718	13 475	14 023	13 400	13 839	14 720
<b>Sul</b>						
São Paulo .....	22 146	17 279	23 925	28 622	17 412	21 424
Paraná .....	420	505	547	721	596	549
Santa Catarina .....	267	183	254	195	176	270
Rio Grande do Sul .....	4 210	5 191	7 432	5 150	4 849	6 613
<b>Centro-Oeste</b>						
Mato Grosso .....	64	40	44	67	48	53
Goiás .....	142	152	208	140	181	223
<b>BRASIL</b> .....	<b>60 568</b>	<b>51 388</b>	<b>69 643</b>	<b>67 263</b>	<b>51 912</b>	<b>63 926</b>

Fonte: Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1950. Rio de Janeiro: IBGE, v. 11, 1951.

sindicatos, federações e confederações reconhecidos sumaria indicadores para o período de 1940 a 1954, ou seja, todo o período posterior à regulamentação dos sindicatos instituída em 1939, que manteve sua configuração geral praticamente intocada até a Constituição de 1988<sup>5</sup>. A pesquisa é bastante abrangente e permite acompanhar a evolução de vários aspectos relevantes da vida

sindical brasileira pelos 22 anos sucessivos de sua realização: número de associados, ramo do sindicato (sete categorias: indústria, comércio, transportes, transportes terrestres, comunicações e publicidade, empresas de crédito, e educação e cultura), sexo e nacionalidade dos associados, tipo de sindicato (empregados, empregadores, profissionais liberais e conta-própria), movimento de

<sup>5</sup> CARDOSO (1999).

## SITUAÇÃO CULTURAL

## TRABALHO

## II - JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

## 2. DISCRIMINAÇÃO DOS PROCESSOS SOLUCIONADOS - 1941 / 49

(continua)

ESPECIFICAÇÃO	PROCESSOS SOLUCIONADOS						
	Total	Conciliações		Decisões proferidas			
		Número	Valor (Cr\$ 1000)	Reclamações (1)			
				Totalmente procedentes		Parcialmente procedentes	
				Número	Valor (Cr\$ 1000)	Número	Valor (Cr\$ 1000)
1941 .....	8 089	2 883	1 557	1 195	1 785	246	336
1942 .....	22 765	8 198	5 777	3 322	6 939	746	950
1943 .....	25 782	11 650	10 799	3 510	5 305	974	2 232
1944 .....	34 610	13 663	12 036	4 953	10 359	1 514	3 869
1945 (2) .....	39 195	16 446	14 167	5 343	12 635	1 634	5 469
1946 .....	59 680	19 232	20 971	11 890	51 076	2 754	8 063
1947 .....	67 263	18 543	25 340	14 097	52 644	4 932	14 736
1948 .....	51 912	17 224	27 170	9 700	40 647	3 315	12 674
1949 .....	63 926	21 339	32 490	11 732	49 851	3 544	20 078
Amazonas .....	328	78	145	93	166	23	53
Pará .....	1 895	721	614	398	399	72	324
Maranhão .....	306	156	184	34	63	14	146
Piauí .....	230	178	41	26	134	11	416
Ceará .....	952	346	177	148	342	107	190
Rio Grande do Norte .....	372	125	95	41	43	32	51
Paraíba .....	710	268	173	141	277	36	56
Pernambuco .....	2 735	932	957	405	1 256	54	57
Alagoas .....	420	288	186	40	50	8	4
Sergipe .....	441	226	144	36	39	22	53
Bahia .....	3 570	1 531	1 298	432	943	115	551
Minas Gerais .....	3 286	1 462	1 374	492	958	168	519
Espírito Santo .....	1 319	305	204	247	184	37	131
Rio de Janeiro .....	3 510	1 101	1 226	645	1 587	296	775
Distrito Federal .....	14 720	4 968	12 548	2 843	26 325	639	3 806
São Paulo .....	21 424	5 566	10 204	4 525	15 095	1 542	12 098
Paraná .....	549	317	534	66	217	35	92
Santa Catarina .....	270	129	143	22	36	10	49
Rio Grande do Sul .....	6 613	2 561	2 154	1 032	1 506	272	607
Mato Grosso .....	53	16	42	7	40	3	31
Goiás .....	223	65	47	59	191	48	119



## SITUAÇÃO CULTURAL

## TRABALHO

## II - JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

## 2. DISCRIMINAÇÃO DOS PROCESSOS SOLUCIONADOS - 1941 / 49

(conclusão)

ESPECIFICAÇÃO	PROCESSOS SOLUCIONADOS						
	Decisões proferidas						
	Reclamações (1)				Julgamento de infrações (número de penalidades)		Outras
	Improcedentes		Não conhecidas e arquivadas		Aplicadas	Relevadas	
	Número	Valor (Cr\$ 1000)	Número	Valor (Cr\$ 1000)			
1941 .....	785	780	2 604	892	-	-	376
1942 .....	1 570	4 186	7 704	6 307	286	27	912
1943 .....	2 220	4 614	6 060	4 813	275	26	1 067
1944 .....	3 162	7 425	9 146	7 435	171	17	1 984
1945 (2) .....	3 824	9 939	9 175	8 743	296	15	2 462
1946 .....	7 249	16 679	13 435	15 387	203	17	4 900
1947 .....	9 896	19 341	15 303	17 335	136	16	4 340
1948 .....	7 240	25 644	10 335	19 392	146	17	3 935
1949 .....	9 462	26 536	12 811	26 164	247	30	4 761
Amazonas .....	68	97	46	66	-	-	20
Pará .....	198	208	417	1 384	-	-	89
Maranhão .....	23	70	41	98	-	-	38
Piauí .....	4	2	10	13	-	-	1
Ceará .....	109	114	115	190	-	1	126
Rio Grande do Norte .....	31	129	129	119	-	-	14
Paraíba .....	63	125	145	92	-	-	57
Pernambuco .....	244	292	961	855	7	2	130
Alagoas .....	13	14	56	16	-	-	15
Sergipe .....	62	70	44	43	-	-	51
Bahia .....	389	1 288	918	1 245	20	7	158
Minas Gerais .....	292	1 272	691	1 247	7	4	170
Espírito Santo .....	522	207	135	153	-	-	73
Rio de Janeiro .....	1 034	872	281	456	-	-	153
Distrito Federal .....	2 173	8 229	2 664	7 326	41	13	1 379
São Paulo .....	3 501	11 420	4 415	10 359	84	1	1 790
Paraná .....	30	256	62	219	-	-	39
Santa Catarina .....	32	46	64	58	-	-	13
Rio Grande do Sul .....	666	1 789	1 567	2 140	88	2	425
Mato Grosso .....	2	2	13	20	-	-	12
Goiás .....	6	34	37	65	-	-	8

Fonte: Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1950. Rio de Janeiro: IBGE, v. 11, 1951.

(1) Exclusive "inquéritos administrativos", os quais estão incluídos em "outras". (2) Exclusive os dados referentes ao mês de dezembro, da Junta de Vitória.



Trabalhadores transportados em caminhão para a construção da BR-29, Rodovia Acre-Brasília. Acervo IBGE.

associados (existentes no início do ano, admitidos e eliminados durante o ano), arrecadação do imposto sindical, despesas com assistência social, número de escolas mantidas e alunos matriculados, e número de volumes (livros) e frequência em bibliotecas mantidas pelos sindicatos, todas estas variáveis abertas, ou por Unidade da Federação, ou por ramo da economia.

A ênfase, como se vê, recaiu sobre os aspectos assistenciais da atividade sindical. O inquérito não levantou dados sobre realização de negociações e acordos coletivos, por exemplo, ou sobre base territorial e número de trabalhadores representados. Nos estertores do segundo governo Vargas, os sindicatos ainda interessavam, para efeitos da mensuração de sua presença em sociedade, como instituições de prestação de serviços. O curioso é que essa forma de encará-los não sofreria qualquer alteração até a extinção do inquérito sindical em sua versão sistemática, em 1974. Apenas com o novo desenho tentado em 1988 e repetido até 1992, publicado nos AEBs de 1991 a 1995, são introduzidos dados sobre aspectos da atividade propriamente representativa: número de diretores e composição das diretorias, frequência de realização de eleições, chapas concorrentes, realização de negociações coletivas, proporção de associados quites com suas mensalidades, proporção de votantes nas eleições, etc.

A divulgação, por período mais largo (22 anos), de informações sobre número de associados, evolução do número de sindicatos existentes e montante de recursos disponíveis provenientes do imposto sindical, permite análises bastante consistentes sobre o processo de consolidação do sindicalismo no País. José Albertino Rodrigues, em trabalho já citado, foi o primeiro autor a lançar mão destes dados, e formular desde logo um alerta quanto à qualidade questionável das informações mantidas pelos sindicatos, sobretudo no que respeita ao número de associados. Ainda assim, é curioso que, apesar da crescente literatura sobre operariado e sindicatos no Brasil na década de 1960, os inquéritos sindicais tenham sido solenemente ignorados por trabalhos tão decisivos para o debate acadêmico de então quanto os de Francisco Weffort, Leôncio Martins Rodrigues e Aziz Simão<sup>6</sup>. Não terá sido a crítica de Albertino Rodrigues aos dados a razão do relativo desprezo dos autores mencionados. Os três autores citados fizeram eles mesmos levantamentos muito precários sobre greves, período de fundação de sindicatos ou atitudes operárias, num momento fundacional da sociologia do trabalho onde as evidências tinham que ser coligidas em arquivos de jornal ou entrevistas com militantes. Os dados produzidos oficialmente, ainda que com cautelas, eram mais abrangentes do que aqueles até então disponíveis e não havia razão para negar-lhes veracidade, mesmo que parcial.

Cumpre notar, ainda, que o inquérito ganhou crescente legitimidade entre os dirigentes sindicais e, embora não se possa afirmar que sua qualidade tenha melhorado com o tempo, a cobertura da pesquisa foi-se ampliando a cada ano. Em 1953, quando do primeiro levantamento, a proporção de respostas entre os pouco mais de dois mil sindicatos existentes foi de 69%. Em 1968, dos quase 3 200 sindicatos reconhecidos, 86,5% responderam ao inquérito, proporção que subiu a 95%, em 1974, último ano da pesquisa neste formato.

<sup>6</sup> WEFFORT (1970); RODRIGUES, Leôncio Martins (1966, 1974); SIMÃO (1966).

Como parece evidente, a ampliação da cobertura deu-se principalmente sob regime autoritário, quando boa parte dos sindicatos estava sob intervenção federal. Isso quer dizer que vários aspectos da vida sindical estavam sob estrita vigilância dos militares, incluindo-se aí as eleições e a contabilidade. Os sindicatos tinham que submeter suas contas ao Ministério do Trabalho e aplicar os recursos do imposto sindical, segundo o que determinava a lei: escolas, bibliotecas, clubes de lazer, bolsas de estudos para filhos de associados, etc. Ora, a consolidação das burocracias de prestação de serviços restritos aos associados pode ter contribuído para a melhoria dos registros existentes.

Se isso é plausível, por outro lado é possível supor que os sindicatos tivessem incentivos para subestimar a informação sobre o número de associados e, com isso, lograr alguma margem de manobra em sua contabilidade perante o ministério que os controlava de perto. Assim, enquanto a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD – de 1973 apurou uma população ocupada de quase 37 milhões de pessoas, o inquérito sindical reporta menos de três milhões e duzentos mil associados a sindicatos, em pesquisa com cobertura de 95% dos sindicatos existentes. Por estas informações, a taxa de filiação sindical no mercado de trabalho brasileiro, naquele ano, não teria chegado a 9%, ou um ponto percentual a menos do que em 1970, utilizando-se o mesmo critério. Este percentual parece muito baixo mesmo considerando-se o período de exceção.

Esta suspeita tem algum respaldo nos dados disponíveis para os anos de 1988-1992, quando os sindicatos recenseados pelo IBGE passam a informar taxas de filiação superiores a 35%, em média, enquanto a proporção de filiados a sindicatos e associações de classe, tal como captada pela PNAD<sup>7</sup>, nunca supera os 25%

<sup>7</sup> Em 1988 a PNAD introduz pela primeira vez esta pergunta, no âmbito de um suplemento mais amplo sobre participação política e social. A partir de 1992 a pergunta passa a fazer parte do questionário anual da pesquisa.

entre 1988 e 1999. Se os sindicalistas parecem ter subestimado as taxas de filiação durante a ditadura, no auge do processo de democratização (coincidente com uma Assembléia Constituinte e uma eleição presidencial) parecem tê-la superestimado.

A importância dos levantamentos de longo prazo, porém, reside na possibilidade de controlar, ao menos em parte, a qualidade dos dados por meio do escrutínio de sua evolução temporal. Os processos sociais são dotados de certa inércia, tanto maior quanto mais institucionalizados. E a estrutura sindical foi, e certamente continua sendo, um dos desenhos institucionais mais estáveis de nossa história republicana. A relação entre evolução do número de sindicatos, taxa de sindicalização (possível de se construir por meio de simulações da população ocupada no período em que há coincidência na coleta das duas estatísticas), patrimônio dos sindicatos e prestação de serviços assistenciais ainda está por ser realizada. Os dados existentes prestam-se ao escrutínio, aberto aos pesquisadores interessados.

Colheita de café no Paraná. Acervo IBGE.



Já o inquérito sindical retomado em 1988 e repetido até 1992 (publicado nos AEBs de 1991 a 1995) permite investigação mais detida de aspectos atinentes à representação sindical propriamente dita. Para começar, a classificação dos sindicatos tem maior abrangência: os urbanos dividem-se em sindicatos de empregadores, de agentes autônomos, empregados, profissionais liberais e trabalhadores autônomos; enquanto os rurais dividem-se em de empregadores e de trabalhadores. Esta definição dificulta, mas não impossibilita, a comparação com o inquérito anterior, que tinha uma definição mais parcimoniosa de tipos de sindicatos existentes. São necessárias agregações da pesquisa mais recente, se se quer comparar com as antigas.

Além de mais abrangente quanto ao tipo, a nova classificação por ramos é mais aberta. Enquanto a pesquisa anterior apresentava sindicatos de empregados e empregadores, segundo sete ramos da economia, agora as informa-

ções para os empregados, por exemplo, aparecem abertas por 45 grupos profissionais. Há ainda informações sobre ano de fundação, ano de reconhecimento, número de associados, proporção destes quites com as mensalidades, destes quantos votaram nas últimas eleições, sexo dos diretores, número de diretores afastados do emprego (parcial ou totalmente dedicados à atividade sindical), se realizam negociações e com quem (empresas, sindicatos de empregadores, na Justiça do Trabalho), dentre outros temas relevantes. Este inquérito, que foi novamente descontinuado, permitiu retratos mais fiéis da realidade sindical brasileira e é de se lamentar que tenha deixado as prioridades do IBGE na década de 1990.

As tabelas a seguir ilustram as possibilidades de uso dos dados dos inquéritos sindicais do IBGE. As duas primeiras trazem informações do AEB 1973, com dados do inquérito sindical de 1971, no formato em que

## SITUAÇÃO SOCIAL

## 4.3.4 - ORGANIZAÇÕES DE CLASSES

## 4.3.4.3 - Inquérito Sindical - 1971

## 4.3.4.3.1 - SINDICATOS QUE RESPONDERAM AO INQUÉRITO, POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	SINDICATOS							
	Total		De empregados		De empregadores		De profissionais liberais	
	Existentes	Informantes	Existentes	Informantes	Existentes	Informantes	Existentes	Informantes
Rondônia.....	4	3	3	2	1	1	-	-
Amazonas.....	65	118	40	38	21	14	4	1
Pará.....	79	151	46	41	30	29	3	2
Amapá.....	6	12	6	6	-	-	-	-
Maranhão.....	71	130	49	41	21	17	1	1
Piauí.....	68	134	37	37	-	28	1	1
Ceará.....	129	251	74	73	49	44	6	5
Rio Grande do Norte.....	73	137	50	43	20	19	3	2
Paraíba.....	65	121	36	31	28	25	1	-
Pernambuco.....	128	248	65	59	55	53	8	8
Alagoas.....	58	109	32	28	23	20	3	3
Sergipe.....	42	81	24	22	17	16	1	1
Bahia.....	174	334	114	100	55	55	5	5
Minas Gerais.....	276	535	183	173	85	79	8	7
Espírito Santo.....	46	87	26	25	19	15	1	1
Rio de Janeiro.....	194	373	116	112	74	64	4	3
Guanabara.....	235	460	97	92	126	121	12	12
São Paulo.....	690	1 354	413	401	257	244	20	19
Paraná.....	189	369	115	109	68	65	6	6
Santa Catarina.....	198	371	144	128	49	42	5	3
Rio Grande do Sul.....	430	806	261	225	149	132	20	19
Mato Grosso.....	30	59	20	19	9	9	1	1
Goiás.....	46	92	28	28	17	17	1	1
Distrito Federal.....	22	38	10	9	12	7	-	-
<b>BRASIL.....</b>	<b>3 318</b>	<b>3 059</b>	<b>1 989</b>	<b>1 842</b>	<b>1 215</b>	<b>1 116</b>	<b>114</b>	<b>101</b>

Fonte: Centro de Documentação e Informática do Ministério do Trabalho e Previdência Social. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1973, Rio de Janeiro: IBGE, v.34, 1973.

## SITUAÇÃO SOCIAL

## 4.3.4 - ORGANIZAÇÕES DE CLASSES

## 4.3.4.3 - Inquérito Sindical - 1971

## 4.3.4.3.2 - ASSOCIADOS DOS SINDICATOS, POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	NÚMERO DE ASSOCIADOS EM 31-12				UNIDADES DA FEDERAÇÃO	NÚMERO DE ASSOCIADOS EM 31-12			
	Total	Segundo os sindicatos				Total	Segundo os sindicatos		
		De empregados	De empregadores	De profissionais liberais			De empregados	De empregadores	De profissionais liberais
Rondônia.....	853	818	35	-	Minas Gerais.....	183 220	160 972	17 096	5 152
Amazonas.....	17 502	15 796	1 502	204	Espírito Santo.....	22 473	19 590	1 072	1 811
Pará.....	30 885	28 139	2 467	279	Rio de Janeiro.....	119 457	105 388	13 509	560
Amapá.....	1 152	1 152	-	-	Guanabara.....	505 013	421 593	56 680	26 740
Maranhão.....	13 706	11 985	1 566	155	São Paulo.....	981 957	868 742	80 420	32 795
Piauí.....	10 797	9 469	1 286	42	Paraná.....	91 706	79 642	8 143	3 921
Ceará.....	38 592	32 857	4 358	1 377	Santa Catarina.....	64 672	61 433	2 615	624
Rio Grande do Norte.....	15 647	13 666	1 576	405	Rio Grande do Sul.....	204 691	177 074	17 730	9 887
Paraíba.....	21 695	18 421	3 274	-	Mato Grosso.....	4 765	4 131	495	139
Pernambuco.....	141 776	115 751	21 073	4 952	Goiás.....	32 799	28 147	4 371	281
Alagoas.....	19 833	18 538	739	556	Distrito Federal.....	41 765	39 754	2 011	-
Sergipe.....	9 405	8 238	987	180					
Bahia.....	93 478	76 479	14 192	2 807	BRASIL.....	2 667 839	2 317 775	257 197	92 867

Fonte: Centro de Documentação e Informática do Ministério do Trabalho e Previdência Social. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1973, Rio de Janeiro: IBGE, v.34, 1973.

foram coligidos entre 1953 e 1974. As outras duas são do AEB 1995 e ilustram parte dos dados disponíveis no inquérito realizado entre 1988 e 1992.

Além dos dados dos inquéritos sindicais, em 1988 a PNAD incluiu em seu suplemento especial *Participação político-social, 1988* (1990, v. 2) duas perguntas sobre

associação a sindicatos e órgãos de classe. De 1992 em diante estas perguntas são fundidas em uma. Tal como divulgados, os dados dificultam bastante o cálculo da taxa de filiação da população ocupada. Ocorre que a informação sobre esta parte da PEA divulgada no AEB 1991, que traz os dados pertinentes para 1988, refere-se

## ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Tabela 2.151 - Sindicatos e número de associados, segundo o tipo de sindicato - 1992

TIPOS DE SINDICATO	SINDICATOS		NÚMERO DE ASSOCIADOS
	Total	Declararam número de associados	
<b>TOTAL.....</b>	<b>11 193</b>	<b>11 178</b>	<b>17 378 333</b>
<b>Urbano.....</b>	<b>6 695</b>	<b>6 680</b>	<b>9 045 376</b>
Empregadores.....	1 751	1 748	325 848
Agentes autônomos.....	308	305	363 751
Empregados.....	3 838	3 832	7 592 730
Profissionais liberais.....	379	376	549 680
Trabalhadores autônomos.....	138	138	135 207
Trabalhadores avulsos.....	281	281	78 160
<b>Rural.....</b>	<b>4 498</b>	<b>4 498</b>	<b>8 332 957</b>
Empregadores.....	1 522	1 522	671 221
Trabalhadores.....	2 976	2 976	7 661 736

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Sindical. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1995, Rio de Janeiro: IBGE, v.55, 1996.

## ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Tabela 2.158 - Sindicatos que realizaram eleições no ano-base, por percentual de votantes na última eleição em relação aos associados existentes, segundo o tipo de sindicato - 1992

TIPOS DE SINDICATO	SINDICATOS						
	Total	Percentual de votantes na última eleição (%)					
		Até 19	De 20 a 39	De 40 a 59	De 60 a 79	De 80 a 100	Sem declaração (1)
<b>TOTAL</b> .....	<b>3 737</b>	<b>1 135</b>	<b>718</b>	<b>596</b>	<b>670</b>	<b>596</b>	<b>22</b>
<b>Urbano</b> .....	<b>2 388</b>	<b>344</b>	<b>407</b>	<b>469</b>	<b>583</b>	<b>567</b>	<b>18</b>
Empregadores.....	761	61	117	157	201	221	4
Agentes autônomos.....	109	33	28	18	13	14	3
Empregados.....	1 264	185	228	249	329	267	6
Profissionais liberais.....	126	52	27	24	15	7	1
Trabalhadores autônomos.....	43	12	5	8	9	7	2
Trabalhadores avulsos.....	85	1	2	13	16	51	2
<b>Rural</b> .....	<b>1 349</b>	<b>791</b>	<b>311</b>	<b>127</b>	<b>87</b>	<b>29</b>	<b>4</b>
Empregadores.....	437	146	141	73	58	17	2
Trabalhadores.....	912	645	170	54	29	12	2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Sindical. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1995, Rio de Janeiro: IBGE, v.55, 1996.

(1) Sem declaração de número de votantes e/ou de associados em condição de votar.

a pessoas de 10 anos ou mais, enquanto a pesquisa sobre participação política e social restringiu-se a pessoas com 18 anos ou mais. Em razão dessa incompatibilidade, os dados não se prestam a análise rigorosa. Dá-se o mesmo no caso dos anos de 1992-1999, que também apresentam estatísticas relativas ao número de filiados a sindicatos. Entretanto, há alguns anos o IBGE vem tornando as PNADs acessíveis em CD-ROM. Por meio da manipulação dos microdados é possível chegar a tabelas como a abaixo.

A persistência da *rationale* Varguista na divulgação de estatísticas sobre sindicatos, pois, produziu um dos corpos mais consistentes de informação sobre este aspecto essencial da consolidação institucional brasileira, que é a atividade sindical. Algo semelhante deu-se, com respeito, aos seus complementos necessários: o movimento processual na Justiça do Trabalho e a emissão de carteiras de trabalho. Espero ter deixado claro que há muito o que se fazer com estes dados, em termos da

Tabela I - Evolução da taxa de filiação sindical da população ocupada assalariada de 18 anos ou mais, e dos assalariados com carteira de 18 anos ou mais - Brasil - 1988/1998

Categorias	1988	1992	1993	1995	1996	1997	1998
População Ocupada Assalariada - POA - adulta	34 279 202	34 777 618	35 695 613	37 060 634	37 738 808	38 261 082	38 587 504
Total de filiados	7 520 857	7 836 964	7 932 061	8 019 842	7 934 704	7 931 065	7 751 583
<b>Taxa de filiação (%)</b>	<b>21,94</b>	<b>22,53</b>	<b>22,22</b>	<b>21,64</b>	<b>21,03</b>	<b>20,73</b>	<b>20,09</b>
População Ocupada Assalariada - POA/total da População Ocupada - PO	64,04	56,61	57,19	56,28	58,01	57,01	56,91
Total assalariada com carteira	21 607 963	19 332 874	19 333 602	19 791 525	20 013 704	20 359 528	19 305 730
Total de filiados com carteira	6 216 980	5 990 541	5 862 114	5 799 449	5 676 840	5 619 940	5 503 259
<b>Taxa de filiação de assalariados com carteira</b>	<b>28,77</b>	<b>30,99</b>	<b>30,32</b>	<b>29,30</b>	<b>28,36</b>	<b>27,60</b>	<b>28,51</b>

Fonte: Cardoso, Adalberto Moreira. A filiação sindical no Brasil. Dados: revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v. 44, n.1, p. 15-52, 2001.

compreensão da dinâmica da representação sindical e do acesso a direitos trabalhistas no Brasil.

## Configuração do mercado de trabalho

As estatísticas sobre estrutura (ou configuração) do mercado de trabalho também aparecem pela primeira vez no AEB de 1936. São apresentados os resultados dos Censos de 1872, de 1890, de 1900 e de 1920, onde a população é dividida, “segundo as profissões”, em três categorias: produção, transformação, circulação e distribuição de riqueza; administração e profissões liberais; e outras categorias. Para o Censo de 1920 há mais detalhes, com as “profissões” um pouco melhor especificadas em oito categorias, na verdade coincidentes com ramos da economia (com exceção das “profissões liberais”). Os dados são apresentados por Unidade da Federação, capitais e Distrito Federal. Importa marcar que a categoria “outros” para os censos antes de 1920, e a categoria “diversas”, neste último, incluem a “população sem profissão ou de profissão não declarada” (Anuário Estatístico do Brasil 1936, p. 55), compondo 71,3% do total. O anuário, portanto, não opera com o conceito de população economicamente ativa, o que torna a informação bastante parcial como medida da estrutura do mercado de trabalho. Dá-se o mesmo em 1938.

O AEB 1939/1940 elabora um pouco mais as mesmas informações, abrindo-as por nove profissões e descrevendo apenas a população ativa, conceito que passa a estruturar a apresentação dos dados<sup>8</sup>. Esta é uma mudança importante, que denota adesão ao menos parcial aos cânones internacionais de descrição da estrutura social e do mercado de trabalho já em operação, por exemplo, desde fins do Século XIX na França (CASTEL, 1998) e,

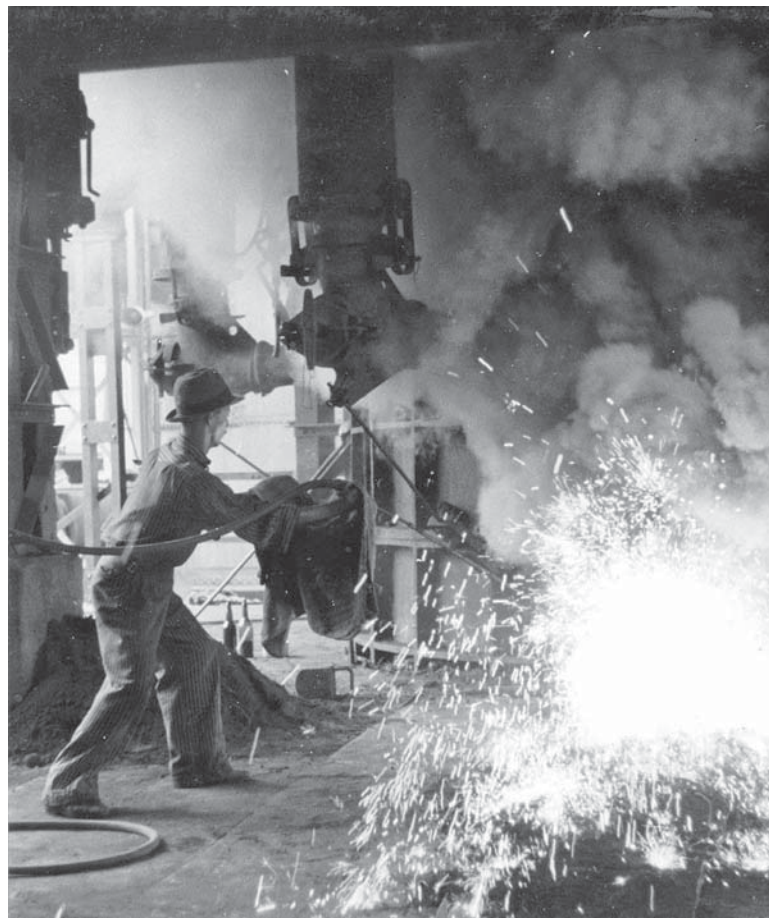
<sup>8</sup> As profissões são: exploração do solo e subsolo; indústrias; transportes; comércio; força pública; administração; profissões liberais; pessoas que vivem de suas rendas; serviço doméstico. Há mescla de critérios, que incluem o ramo em alguns casos, a profissão propriamente dita em outros, e ainda a condição social (rentista), não exatamente profissional.

<sup>9</sup> BEVERIDGE (1909).

na Inglaterra, desde a incorporação pelo Estado da idéia de que o desemprego era um fenômeno econômico e não fruto do capricho divino, da preguiça ou da indolência do indivíduo. Coube a Beveridge a construção política da figura dos “legitimamente desempregados”, isto é, dos trabalhadores que, tendo perdido seu emprego por razões alheias ao seu controle, se qualificavam a um seguro desemprego, à qualificação profissional e ao amparo do Estado na busca por novo emprego<sup>9</sup>. Os desempregados eram definidos por oposição aos ocupados, e estas duas categorias compunham, já no início do século, o conceito de população economicamente ativa.

Entre nós a noção de população ativa levou muito tempo para incorporar os desempregados, e a preocupação em mapear o desemprego só surgirá nos anos de 1960. A estrutura do mercado de trabalho até 1964, na verdade, só pode ser rastreada no AEB por indicadores muito resumidos. A população ativa (que a partir do AEB 1941/1945 é definida como população presente com 10 anos ou mais em atividade e recobre, de fato, a população *ocupada*) tem suas informações consignadas em uma seção

Trabalhador da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, em João Monlevade, MG. CPDOC/FGV.



mais ampla nomeada “Situação Demográfica”, no item “Estado da População”. Mais do que uma variável econômica, a distribuição das pessoas pelos ramos e profissões era pensada como parte da dinâmica populacional mais ampla, que incluía migrações, nascimentos, óbitos, distribuição por Unidade da Federação, capitais, etc.

Não há razões, por assim dizer, disciplinares para o atraso com que o AEB incorporou noções-chave das teorias econômica e sociológica na divulgação de suas estatísticas sobre o mercado de trabalho. Ainda que a institucionalização das ciências sociais no Brasil tenha ganhado vulto nos anos de 1960 e de 1970, Florestan Fernandes produziu, já na década de 1950, amplas informações sobre a estrutura de classes com base no Censo de 1940, para seu clássico “A integração do negro na sociedade de classes”, informações tributárias de conceitos estritos de população economicamente ativa, população ocupada, população desempregada, etc. Do mesmo modo, o Celso Furtado de *Formação econômica do Brasil* ou o Caio Prado Júnior de *História econômica do Brasil* operam com os mesmos conceitos, em sintonia com a literatura internacional. Mas é apenas em 1966, com a criação de um item “emprego”, na seção “Trabalho”, que a informação sobre estrutura do mercado de trabalho torna-se sistemática.

De toda sorte, os AEBs de 1945 em diante apresentam informações sobre a distribuição da população ativa de 10 anos ou mais por ramos, segundo sexo, idade e Unidade da Federação, com base no Censo de 1940. Essas tabelas serão repetidas até a divulgação do Censo de 1950, mas a cada ano novas informações são incorporadas. Em 1947, por exemplo, uma nota de rodapé em tabela retrospectiva de todos os censos anteriores, com dados “segundo as profissões”, informa que as estatísticas não são estritamente comparáveis, porque o Censo de 1940 coletou informações para a população ativa de 10 anos e mais, enquanto nos

anteriores esta distinção não existia. Em 1949, acrescenta-se tabela de distribuição da população ativa por ramo (em 12 categorias econômicas), segundo o sexo e a nacionalidade; e outra por sexo e ramo da atividade suplementar, segundo o ramo da atividade principal.

É bom salientar que as pesquisas do IBGE estavam, elas sim, afinadas com o que se fazia no mundo. A defasagem ocorria *na sistematização* dos dados pelo AEB. Assim, só em 1949 tem-se a informação, coletada no Censo de 1940, para posição na ocupação. As categorias são: empregado; empregador; conta-própria; membro de família sem remuneração; outra; e não discriminado, inclusive empregados domésticos. Esta última categoria congregava 53,80% da população e incluía, pois, os inativos. Os empregados eram 18,8% e os conta-própria, 16,18%. Volto a isso na próxima seção.

A tabela-resumo com os dados do Censo de 1940 será repetida até o AEB de 1952, segundo os 12 ramos da economia e Unidade da Federação. Mas em 1953, os mesmos dados de 1940 são reclassificados para adequar-se ao conceito de população em idade ativa (PIA), o que os torna comparáveis com a classificação do Censo de 1950. Este conceito não é explícito, mas orienta a apresentação dos dados, já que estes se referem à população presente de 10 anos ou mais, segundo ramos da atividade principal, sendo um desses “ramos” a condição de inatividade. Cabe ressaltar que os dados, se tiveram sua agregação redefinida para permitir a comparação, não são perfeitamente simétricos. É o que mostram as tabelas das páginas 265 a 267. O Censo de 1940 traz a distribuição da PIA por 12 ramos, inclusive inativos, enquanto no de 1950 os ramos são 14, numa classificação que não permite reagrupamento em 12 categorias equivalentes ao censo anterior. Estes dados comparativos são desagregados, ainda, por sexo e Unidade da Federação. Nesse formato resumido, as mesmas tabelas por sexo, idade e Unidade da Federação são reproduzidas até 1955, quando deixam de figurar nos anuários.



**SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA**  
**ESTADO DA POPULAÇÃO**  
**I - POPULAÇÃO DO BRASIL NA DATA DOS RECENSEAMENTOS GERAIS**

**1. RESUMO NACIONAL**

f) Distribuição de pessoas presentes, de 10 anos e mais, segundo ramos de atividade principal e o sexo e grupos de idade  
a) Em 1.º-IX 1940

ESPECIFICAÇÃO	PESSOAS PRESENTES, DE 10 ANOS OU MAIS												
	Total	Segundo os ramos de atividade principal											
		Agricultura, pecuária, silvicultura	Indústrias extra-tivas	Indústrias de transformação	Comércio de mercadorias	Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros, capitalização	Transportes e comunicações	Administração pública, justiça, ensino público	Defesa nacional, segurança pública	Profissões liberais, culto, ensino particular, administração privada	Serviços, atividades sociais	Atividades domésticas, atividades escolares	Condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas
<b>TOTAL</b>	<b>29 037 849</b>	<b>9 453 512</b>	<b>390 560</b>	<b>1 400 056</b>	<b>749 143</b>	<b>51 777</b>	<b>473 676</b>	<b>310 726</b>	<b>172 212</b>	<b>118 687</b>	<b>899 774</b>	<b>11 909 514</b>	<b>3 108 212</b>
Segundo o sexo													
Homens	14 434 611	8 183 313	345 202	1 107 371	698 202	48 229	459 758	227 341	170 827	78 731	461 621	1 184 239	1 469 777
Mulheres	14 603 238	1 270 199	45 358	292 685	50 941	3 548	13 918	83 385	1 385	39 956	438 153	10 725 275	1 638 435
Segundo grupos de idade (Anos Completos)													
10 a 19	9 772 003	2 922 121	90 508	318 367	121 818	5 048	41 338	18 323	20 671	9 704	185 138	3 870 908	2 168 059
20 a 29	7 169 725	2 439 152	121 003	446 426	211 068	17 404	149 527	100 613	86 366	36 736	282 826	2 982 781	295 823
30 a 39	4 901 682	1 587 557	79 676	295 081	183 619	14 121	144 299	82 601	39 271	29 533	189 060	2 137 694	119 170
40 a 49	3 441 727	1 214 147	54 230	187 515	127 979	8 411	86 990	61 093	18 019	20 220	127 735	1 443 934	91 454
50 a 59	2 044 907	743 302	29 246	98 816	69 169	4 331	38 775	32 762	5 695	12 999	71 338	839 016	99 458
60 a 69	1 076 139	380 544	11 510	39 143	29 973	1 803	10 083	12 375	1 470	6 414	31 094	424 783	129 947
70 a 79	427 684	126 917	3 012	10 534	6 265	512	1 613	2 123	233	2 330	8 985	150 564	114 596
80 e mais	171 711	35 420	858	2 466	953	73	299	358	40	524	1 963	46 196	82 561
Idade ignorada	32 271	4 352	517	1 708	1 299	74	752	478	447	227	1 635	13 638	7 144

Fonte: Serviço Nacional de Recenseamento. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1953. Rio de Janeiro: IBGE, v.14, 1953.

Nota: I. Vêde a nota III do quadro "1.a) composição da população presente, segundo o sexo e grupos de idade", à página 25.

SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA  
ESTADO DA POPULAÇÃO

I - POPULAÇÃO DO BRASIL NA DATA DOS RECENSEAMENTOS GERAIS

1. RESUMO NACIONAL

f) Distribuição de pessoas presentes, de 10 anos e mais, segundo ramos de atividade principal e o sexo e grupos de idade

β) Em 1º -VII- 1950

continua

ESPECIFICAÇÃO	PESSOAS PRESENTES, DE 10 ANOS OU MAIS						
	Total	Segundo os ramos de atividade principal					
		Agricultura, pecuária, silvicultura	Indústrias extra-tivas	Indústrias de transformação	Comércio de mercadorias	Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros, capitalização	Prestação de serviços
<b>TOTAL</b>	<b>36 557 990</b>	<b>9 886 915</b>	<b>483 016</b>	<b>2 231 198</b>	<b>958 421</b>	<b>115 500</b>	<b>1 672 779</b>
<b>Segundo o sexo</b>							
Homens	18 088 275	9 154 015	455 028	1 842 141	869 360	102 756	746 806
Mulheres	18 469 715	732 900	27 988	389 057	89 061	12 744	925 973
<b>Segundo grupos de idade (Anos Completos)</b>							
10 a 14	6 308 567	997 140	26 349	74 042	27 010	1 013	111 934
15 a 19	5 502 315	1 705 248	68 803	375 664	126 973	11 956	347 946
20 a 24	4 991 139	1 440 868	78 871	432 974	149 590	23 372	305 716
25 a 29	4 132 271	1 168 174	71 254	344 984	132 550	21 003	215 618
30 a 39	6 286 052	1 801 102	108 263	473 956	220 190	27 166	303 520
40 a 49	4 365 359	1 323 357	70 099	302 751	162 118	16 904	204 658
50 a 59	2 650 314	829 892	36 206	153 904	90 851	9 288	113 178
60 a 69	1 451 468	437 979	16 883	56 218	37 944	3 570	49 956
70 a 79	545 170	126 787	3 570	9 963	7 573	905	11 900
80 e mais	208 703	28 921	797	1 598	1 040	120	2 428
Idade ignorada	116 632	27 447	1 921	5 144	2 582	203	5 925

## SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA

## ESTADO DA POPULAÇÃO

## I - POPULAÇÃO DO BRASIL NA DATA DOS RECENSEAMENTOS GERAIS

## 1. RESUMO NACIONAL

f) Distribuição de pessoas presentes, de 10 anos e mais, segundo ramos de atividade principal e o sexo e grupos de idade

ß) Em 1º -VII- 1950

ESPECIFICAÇÃO	PESSOAS PRESENTES, DE 10 ANOS OU MAIS							
	Segundo os ramos de atividade principal							
	Transportes e comunicações e armazenagem	Profissões liberais	Atividades sociais	Administração pública, legislativo, justiça	Defesa nacional, segurança pública	Atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes	Atividades não compreendidas nos demais ramos, atividades mal definidas ou não declaradas	Condições inativas
<b>TOTAL</b>	<b>697 042</b>	<b>78 858</b>	<b>434 315</b>	<b>260 767</b>	<b>251 877</b>	<b>16 464 031</b>	<b>46 674</b>	<b>2 976 597</b>
<b>Segundo o sexo</b>								
Homens	668 220	64 631	200 689	220 636	247 528	1 582 206	37 988	1 896 271
Mulheres	28 822	14 227	233 626	40 131	4 349	14 881 825	8 686	1 080 326
<b>Segundo grupos de idade (Anos Completos)</b>								
10 a 14	6 478	898	3 300	943	285	3 487 100	1 910	1 570 165
15 a 19	48 130	5 720	35 615	13 502	54 851	2 373 831	6 188	327 888
20 a 24	111 015	8 859	79 251	36 182	46 280	2 123 340	7 027	147 794
25 a 29	118 681	11 387	71 200	39 790	41 411	1 800 713	5 494	90 012
30 a 39	200 774	21 117	115 561	73 531	59 682	2 752 196	7 965	121 029
40 a 49	131 819	14 455	70 510	52 028	34 329	1 867 780	5 329	109 222
50 a 59	58 995	9 677	37 277	30 540	11 269	1 131 766	3 261	134 210
60 a 69	17 378	4 778	16 194	12 235	2 895	604 020	1 868	189 550
70 a 79	1 617	1 518	3 746	1 296	246	213 110	490	162 449
80 e mais	238	275	609	129	24	62 649	135	109 740
Idade ignorada	1 917	174	1 052	591	605	47 526	7 007	14 538

Fonte: Serviço Nacional de Recenseamento. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1953. Rio de Janeiro: IBGE, v.14, 1953.

Notas: I. Vide a nota III do quadro "1.a) composição da população presente, segundo o sexo e grupos de idade", à página 25.



Garimpo no rio Poxoréu, MG, 1953, vendo-se a bomba.  
Acervo IBGE

de tabelas com informações para dez grupos ocupacionais<sup>10</sup>, segundo grupos de idade, grupos de salários pagos e oito grandes ramos da economia, tudo isso para cada uma das Unidades da Federação, compondo um panorama bastante extenso do mercado formal de trabalho no Brasil que tem, assim, seu primeiro indicador sistemático. São informações para mais de 3 milhões de vínculos empregatícios. O AEB 1967 mantém o item, mas os dados divulgados restringem-se as Unidades da Federação selecionadas (7) e algumas capitais (8). Nos anos seguintes a divulgação sofrerá novas mudanças, o que dificulta a comparação sistemática ano a ano, até que o item deixa o anuário em 1974.

A inauguração da seção “emprego” era o prenúncio da revisão geral dos critérios de divulgação de estatísticas do trabalho. Enquanto os dados de emprego formal eram sistematizados, o IBGE preparava, paralelamente, a substituição da fonte do Ministério do Trabalho, restrita à parte do setor formal da economia (empregadores que movimentaram mão-de-obra regida pela CLT), por fontes mais abrangentes, com destaque para o início da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD –, realizada pela primeira vez no segundo trimestre de 1967 e cujos dados preliminares aparecem no AEB 1968. Nestes primeiros experimentos, a PNAD tem rosto mais próximo do que hoje conhecemos como Pesquisa Mensal de Emprego – PME –, já que coleta informação para moradores de 14 anos ou mais e seu foco central é a força de trabalho. Conforme nota explicativa no rodapé da primeira tabela divulgada (Anuário Estatístico do Brasil 1968, p. 427, notas 1 a 4), as pesquisas domiciliares “constituem um sistema de investigações contínuas por amostra de domicílios, realizadas a intervalos regulares, trimestrais ou semestrais (...) para uma gama de assuntos básicos, necessários ao estudo do desenvolvimento

O AEB de 1965 volta a ilustrar a estrutura do mercado de trabalho por ramos da economia, desta vez comparando os Censos de 1940, de 1950 e de 1960, segundo oito grandes categorias econômicas: indústria, comércio, transportes marítimos e aéreos, transportes terrestres, comunicações e publicidade, empresas de crédito, educação, e atividades diversas. Para o Censo de 1960 estas informações são abertas por sexo e renda média.

Mas a grande mudança na forma de apresentação dos dados ocorre no AEB 1966. A seção “trabalho” passa a incorporar o item “emprego”, que sistematiza os dados resultantes da “apuração por amostragem dos formulários da Lei de 2/3”. Trata-se da Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965, que regulamenta a produção de estatísticas de movimentação de mão-de-obra por parte de empresas com contratos de trabalho regidos pela CLT, mais tarde consolidadas no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED –, gerenciado pelo Ministério do Trabalho. Trata-se de um conjunto extenso

<sup>10</sup> Trabalhadores das profissões liberais, técnicos e assemelhados; administradores, gerentes e diretores; empregados em escritórios e auxiliares de administração; Vendedores, balconistas e assemelhados; agricultores, pescadores, caçadores, trabalhadores florestais, pecuaristas e assemelhados; mineiros, canteiros e assemelhados; qualificados, adestrados e trabalhadores da indústria manufatureira; trabalhadores de serviços, esportes e diversão; trabalhadores não-qualificados e não-declarados.

socioeconômico da população”. Na verdade, no início a PNAD tinha periodicidade trimestral, formato interrompido, em 1970, para a realização do Censo Demográfico. De 1971 a 1973 a periodicidade foi anual, ritmo retomado em 1976 e tornado sistemático desde então. A PNAD dá início à produção regular de dados sobre estrutura e dinâmica do mercado de trabalho.

Nesse novo contexto, de início (1968), a informação ainda precária é desagregada, segundo o sexo, a condição de ocupação (ocupados ou desocupados), o setor de atividade (agrícola ou não-agrícola), a posição na ocupação (empregados, empregadores e conta-própria, membros de família sem remuneração, e sem informação) e grupos de idade. É essencial assinalar que, pela primeira vez, é possível quantificar o desemprego no País, se bem que esse AEB restrinja à divulgação a quatro regiões: i) Minas Gerais e Espírito Santo; ii) Guanabara e Rio de Janeiro; iii) São Paulo; e iv) Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O cálculo do desemprego é possível graças à definição de “desocupados”, que recobre pessoas que não estavam trabalhando na semana de referência da pesquisa e que tinham procurado emprego nos últimos dois meses, definição bem próxima da de desemprego aberto empregada ainda hoje pela PME, se bem que esta coletará dados para a PEA de 15 anos ou mais. Assinale-se, anedoticamente, que o desemprego médio nas quatro regiões, em janeiro/março de 1968, era de 4,2%.

Esses dados inauguram um novo item na seção “trabalho” do AEB, nomeado “força de trabalho”, ver tabela a seguir. Iniciado tímido, restrito a uma tabela, ganha vulto nos números seguintes e já no AEB 1969 encontram-se 18 páginas de dados, desagregados por seis regiões. Além das quatro nomeadas acima, incluem-se: v) Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia; e vi) Distrito Federal. A informação sobre condição de ocupação também é desagregada, e os ocupados são divididos entre os que estavam trabalhando e os que tinham emprego, mas não estavam trabalhando. Os desocupados (procu-

rando trabalho) separam-se em sem atividade, em afazeres domésticos, freqüentando escola e outros. E há, novidade, dados para pessoas “fora da força de trabalho”, divididas em afazeres domésticos, freqüentando escola e outras. O conceito de PIA é finalmente operacionalizado em toda a sua extensão pelo AEB, se bem que restrito à população de 14 anos ou mais. A ampliação da cobertura amostral nessa nova divulgação altera substancialmente a taxa média de desemprego, que cai para 2,2% (ver tabela na página 270).

O AEB de 1970 repete o formato de divulgação dessas informações, agora para o primeiro trimestre de 1970, com o desemprego novamente em 2,4%, mas os Anuários de 1971 e de 1972 não trazem o item, que volta em 1973. Este anuário apresenta ademais os resultados do Censo de 1970 e, pela primeira vez, o termo PEA é utilizado para descrever a população de 10 anos ou mais, em atividade ou procurando emprego. Pela primeira vez desde seu aparecimento, o AEB 1973 dedica-se extensamente à descrição da PEA no Brasil a partir de dados de censo, revendo e reclassificando os censos anteriores para permitir comparações com o de 1970. É assim

Processo de sopragem de um dos conversores da Companhia Siderúrgica Mannesmann. Belo Horizonte, MG. Acervo IBGE.



## SITUAÇÃO SOCIAL

## 4.3 - TRABALHO

## 4.3.1 - FÔRÇA-DE-TRABALHO

## 4.3.1.1 - Pessoas de 14 anos e mais, por grupos de idade, segundo o sexo e a posição na força-de-trabalho - 1968

## a) 1ª Região - Guanabara e Rio de Janeiro

(continua)

SEXO E POSIÇÃO NA FÔRÇA-DE-TRABALHO	PESSOAS DE 14 ANOS E MAIS (1 000)							
	Total	Segundo grupos de idade						
		De 14 a 19 anos	De 20 a 24 anos	De 25 a 34 anos	De 35 a 44 anos	De 45 a 54 anos	De 55 a 64 anos	De 65 anos e mais
<b>TOTAL</b> .....	<b>5 605</b>	<b>1 056</b>	<b>735</b>	<b>1 177</b>	<b>1 088</b>	<b>717</b>	<b>493</b>	<b>339</b>
Na fôrça-de-trabalho .....	2 897	381	452	741	660	401	199	63
Ocupados .....	2 826	356	434	731	649	395	198	63
Trabalhando .....	2 665	346	419	692	606	366	180	56
Têm emprego mas não estão trabalhando	161	10	15	39	43	29	18	7
Desocupados (procurando trabalho) .....	71	25	18	10	11	6	1	-
Sem atividade .....	61	22	15	8	9	6	1	-
Em afazeres domésticos .....	6	1	1	2	2	-	-	-
Freqüentando escola .....	3	2	1	-	-	-	-	-
Outros .....	1	-	1	-	-	-	0	-
Fora da fôrça-de-trabalho .....	2 708	675	283	436	428	316	294	276
Em afazeres domésticos .....	1 830	189	208	409	400	268	215	141
Freqüentando escola .....	500	433	56	9	2	-	-	-
Outros .....	378	53	19	18	26	48	79	135
<b>Homens</b> .....	<b>2 657</b>	<b>502</b>	<b>348</b>	<b>567</b>	<b>509</b>	<b>355</b>	<b>227</b>	<b>149</b>
Na fôrça-de-trabalho .....	2 104	242	305	545	490	314	159	49
Ocupados .....	2 062	227	294	539	486	309	158	49
Trabalhando .....	1 962	224	284	516	460	289	145	44
Têm emprego mas não estão trabalhando	100	3	10	23	26	20	13	5
Desocupados (procurando trabalho) .....	42	15	11	6	4	5	1	-
Sem atividade .....	38	13	9	6	4	5	1	-
Em afazeres domésticos .....	-	-	-	-	-	-	-	-
Freqüentando escola .....	3	2	1	-	-	-	-	-
Outros .....	1	-	1	-	-	-	0	-
Fora da fôrça-de-trabalho .....	553	260	43	22	19	41	68	100
Em afazeres domésticos .....	2	2	-	-	-	-	0	-
Freqüentando escola .....	245	212	27	6	-	-	-	-
Outros .....	306	46	16	16	19	41	68	100

SITUAÇÃO SOCIAL  
4.3 - TRABALHO  
4.3.1 - FÔRÇA-DE-TRABALHO

4.3.1.1 - Pessoas de 14 anos e mais, por grupos de idade, segundo o sexo  
e a posição na força-de-trabalho - 1968

a) 1ª Região - Guanabara e Rio de Janeiro

(conclusão)

SEXO E POSIÇÃO NA FÔRÇA-DE-TRABALHO	PESSOAS DE 14 ANOS E MAIS (1 000)							
	Total	Segundo grupos de idade						
		De 14 a 19 anos	De 20 a 24 anos	De 25 a 34 anos	De 35 a 44 anos	De 45 a 54 anos	De 55 a 64 anos	De 65 anos e mais
<b>Mulheres</b> .....	<b>2 948</b>	<b>554</b>	<b>387</b>	<b>610</b>	<b>679</b>	<b>362</b>	<b>266</b>	<b>190</b>
Na força-de-trabalho .....	793	139	147	196	170	87	40	14
Ocupadas .....	764	129	140	192	163	86	40	14
Trabalhando .....	703	122	135	176	146	77	35	12
Têm emprego mas não estão trabalhando	61	7	5	16	17	9	5	2
Desocupadas (procurando trabalho) .....	29	10	7	4	7	1	-	-
Sem atividade .....	23	9	6	2	5	1	-	-
Em afazeres domésticos .....	6	1	1	2	2	-	-	-
Freqüentando escola .....	0	0	-	-	-	-	-	-
Outros .....	-	-	-	-	-	-	-	-
Fora da força-de-trabalho .....	2 155	415	240	414	409	275	226	176
Em afazeres domésticos .....	1 828	187	208	409	400	268	215	141
Freqüentando escola .....	255	221	29	3	2	-	-	-
Outros .....	72	7	3	2	7	7	11	35

Fonte: Instituto Brasileiro de Estatística. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1969. Rio de Janeiro: IBGE, v30, 1969.

Notas: I - As pesquisas domiciliares constituem um sistema de investigações contínuas por amostra de domicílios, realizadas a intervalos regulares, trimestrais ou semestrais, e proporcionam a obtenção de estimativas e índices periódicos, nacionais e regionais, para uma gama de assuntos básicos, necessários ao estudo do desenvolvimento sócio-econômico da população. A fim de atender aos objetivos da Pesquisa, o território nacional foi dividido em sete regiões sócio-econômicas.

II - A unidade de investigação da Pesquisa é o domicílio, tomado no conceito do censo demográfico. Os domicílios foram selecionados a partir da listagem atualizada dos setores selecionados na amostra. Esses setores obedeceram à descrição dos setores censitários utilizados no Censo Demográfico de 1960. A amostra utilizada investiga os domicílios particulares e os domicílios coletivos. A Pesquisa cobre a população residente, considerados como tais os moradores presentes e os temporariamente ausentes por ocasião da entrevista, com exceção dos membros das Forças Armadas residindo em quartéis, e dos internados, pacientes e membros de instituições como sanatórios, asilos de velhos, órfãos ou inválidos, claustros religiosos e penitenciárias. Assim, a população investigada compreende as pessoas que vivem em domicílios particulares e domicílios coletivos, exceto as especificadas acima. Todavia, os empregados e suas famílias, residentes nas instituições, são cobertos pelos levantamentos. As informações que se fazem necessárias para os internados - estimativa da população total, por exemplo - são obtidas diretamente das fontes oficiais.

III - A mão-de-obra investigada abrange as pessoas de 14 anos e mais envolvendo duas situações distintas - PESSOAS NA FÔRÇA-DE-TRABALHO (ocupadas e desocupadas) e PESSOAS FORA DA FÔRÇA-DE-TRABALHO. Consideram-se como ocupadas as pessoas que estavam trabalhando na semana de referência e as que, embora não estivessem trabalhando, tinham algum emprego ou negócio do qual se encontravam temporariamente ausentes por motivos tais como doença, férias, luto, dissídio coletivo, etc. São consideradas desocupadas as pessoas que não estavam trabalhando na semana de referência e que não tinham emprego ou negócio do qual se encontrassem temporariamente ausentes, mas que haviam tomado, nos dois últimos meses, alguma providência para conseguir trabalho.

que, mesmo sob a rubrica geral “Estado da População”, os dados das enquetes de 1940, de 1950, de 1960 e de 1970 são reagrupados em oito grandes ramos e apresentados, segundo o sexo<sup>11</sup>. Para o Censo de 1970, a desagregação da PEA estende-se por 49 grupos ocupacionais, classificação baseada no International Standard Code of Occupation de 1968 - ISCO-68 -, que serviu de base aos censos de várias partes do mundo e que torna os dados nacionais comparáveis nesse nível maior de agregação. Posição na ocupação, sexo, condição de atividade, anos de

estudo e Unidade da Federação são as variáveis descritas na seqüência de tabelas do Censo de 1970.

A partir deste marco, a regra de confrontar os censos antigos com a informação mais recente disponível torna-se a norma no AEB. A tabela-resumo com as quatro décadas desde 1940 é repetida entre 1974 e 1976, enquanto o AEB 1977 compara os dados de 1950 em diante com a PNAD de 1976, em geral com informação sobre condição de atividade segundo, o sexo e oito<sup>11</sup> ramos de atividade. Aqui, julgo importante delimitar o ano de 1976 como o início de

<sup>11</sup> Os ramos são agricultura, pecuária, silvicultura, extração vegetal, caça e pesca; atividades industriais; comércio de mercadorias; prestação de serviços; transportes, comunicações e armazenagem; Atividades sociais; administração pública; outras atividades.

uma nova era na produção e divulgação de dados sobre a estrutura do mercado de trabalho, refletido no AEB 1977. Este anuário inaugura um capítulo específico e alentado destinado à PEA, que passará a compor definitivamente seu desenho. Novas tabelas com dados do Censo de 1970 desagregam a PEA por 49 grupos ocupacionais, segundo os ramos (oito categorias) e por sexo; outra tabela extensa retrata a distribuição por 134 ramos econômicos, segundo o sexo e condição de domicílio (rural ou urbano). Dados da PNAD de 1973, sobre mobilidade social, também são sistematizados aqui: grupos de idade por sexo e por grande grupo ocupacional; grupo ocupacional do pai e período em que ego começou a trabalhar, por grupo ocupacional atual; e grupo ocupacional atual por grupo ocupacional do primeiro trabalho, ou seja, as mobilidades intra e intergeracional têm suas distribuições gerais relatadas no AEB 1977.

O corte temporal faz sentido, ademais, porque em 1976 a PNAD introduziu mudanças conceituais importantes que dificultam a comparação com anos anteriores e conferem estabilidade e confiabilidade às informações do capítulo “PEA” nos anos por vir. Antes daquele ano, “não foram consideradas como trabalhando as pessoas que exercessem ocupação não remunerada auxiliando a organizações beneficentes ou a um membro da família que fosse somente empregado assalariado” (Anuário Estatístico do Brasil 1980, p. 117). O desemprego também tem seu conceito mudado em 1976. Enquanto nas pesquisas anteriores eram considerados “desocupados” indivíduos que não tivessem exercido ocupação remunerada na semana de referência e procurado trabalho nos *dois meses* anteriores, agora “desempregado” passa a designar o indivíduo que, não tendo desenvolvido ocupação remunerada, tomou alguma providência para arrumar



Seringueiro defuma o latex. Acervo IBGE.

trabalho *na semana* de referência. Ainda assim, a taxa de desemprego em 1973 e 1976, ressalvados estes critérios diferentes, era rigorosamente a mesma: 2,6%.

Os Anuários de 1978 e 1979 repetem boa parte das tabelas do anterior, atualizando dados da PNAD 1976 e da posterior. Dentre as novas informações relevantes do AEB 1978 destacam-se as horas habitualmente trabalhadas na semana, os inativos por condição de domicílio, e a condição de atividade, segundo o sexo, por grupos de Unidade da Federação e renda em salários mínimos. E o AEB 1979, além de apresentar os primeiros dados da PNAD 1977, sistematiza indicadores de população economicamente ativa para as décadas sucessivas desde 1940, e para as PNADs de 1973 e de 1976: taxa de atividade por sexo, por idade, por ramo, etc.

Funcionária da fábrica Cisper, de garrafas. Acervo IBGE.







Vendedor de milho nas ruas do Rio de Janeiro.  
Foto: T. Jablonsky. Acervo IBGE.

Mas o dado realmente relevante desse AEB é a apresentação, pela primeira vez, de estatísticas sobre a proporção de trabalhadores com carteira assinada na PEA, relativas ao ano de 1976. É surpreendente que o tema não tenha despertado a curiosidade dos estatísticos e estudiosos do IBGE, anteriormente. Não se pode dizer que a informalidade do mercado de trabalho brasileiro fosse tema pouco relevante na literatura sociológica ou econômica. Ao contrário, as teorias da marginalidade tiveram seu ápice justamente nos anos de 1970<sup>12</sup>, e cabe recordar, dentre outros textos marcantes, a crítica mordaz de Francisco de Oliveira (1972) ao paradigma dominante na sociologia e na economia que identificava e existência de “dois brasis”, incomunicáveis e incomensuráveis, obedecendo a lógicas distintas: o Brasil urbano, moderno e industrial, e o Brasil arcaico, agrário e patrimonialista. No plano internacional a OIT patrocinava, já por alguns anos, pesquisas sobre informalidade em países do terceiro mundo, numa tentativa de estimular políticas públicas voltadas para a geração de renda para as populações pobres, via o subsídio a pequenos empreendimentos<sup>13</sup>.

<sup>12</sup> Um trabalho que marcou época foi: Nun, José (1969). Ver também: BERLINCK; BOVO; CINTRA (1977).

<sup>13</sup> SÁ JUNIOR (1970).

A inclusão desta variável (analisada com maior vagar na seção seguinte) no conjunto das informações divulgadas pelo AEB praticamente sela o formato geral da seção sobre a PEA, que será repetido sem grandes modificações até 1991. Temas surgem e desaparecem, mas a essência permanece: a PEA é descrita em um capítulo extenso, enquanto indicadores de população ativa aparecem em capítulo separado, numa especialização da divulgação da informação que se consolidaria em 1985 com a inclusão do capítulo sobre “indicadores de mão-de-obra”. Os dados sobre população ativa e população ocupada, além dos indicadores de população ativa (taxa de atividade, taxa de participação, taxa de desemprego), aparecem, segundo os anos de estudo, o sexo, a remuneração nominal ou em salários mínimos, o número de horas trabalhadas, o ramo e a região geográfica. Por vezes esta é desagregada por Unidade da Federação, por vezes em regiões metropolitanas. O AEB 1984 sistematiza, ainda, os resultados definitivos do Censo de 1980, cujas informações preliminares apareceram nos anuários anteriores sempre em comparação com as PNADs. Na publicação definitiva comparam-se as distribuições para os Censos de 1950 em diante, segundo o sexo e dez ramos da economia.

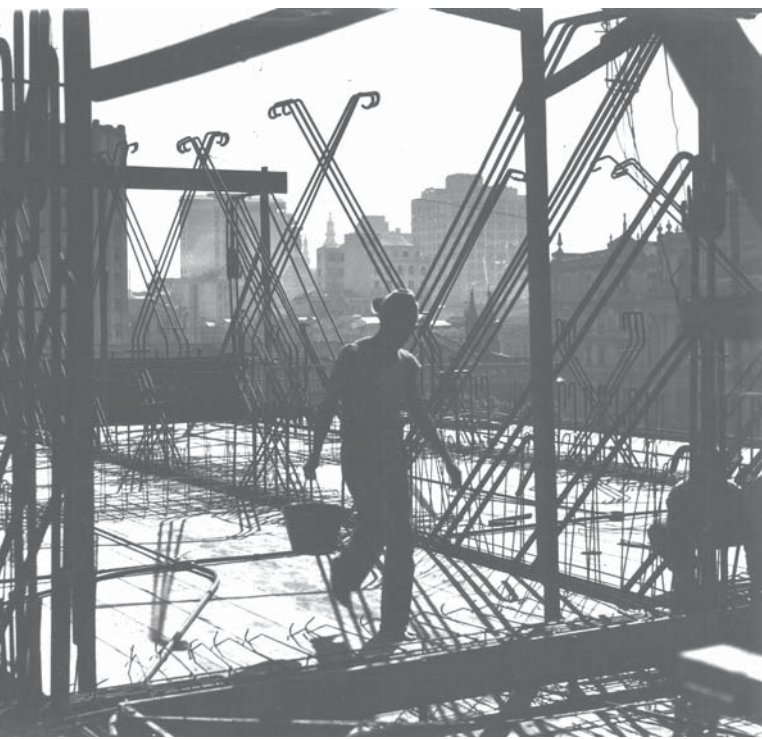
Como mencionado, no AEB 1985 a seção “indicadores de mão-de-obra” substitui a anterior, “indicadores de população ativa”, retomando a noção de “força de trabalho” dos anos de 1960. Além da PNAD com todos os indicadores anteriormente descritos, surgem também os resultados da Pesquisa Mensal de Emprego para seis Regiões Metropolitanas: Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre, Salvador e São Paulo, sistematizados de 1982 a 1985. A taxa de desemprego tem, finalmente, seu instrumento mensal sistemático de mensuração e cada novo AEB divulgará informação para três anos consecutivos.

Nova mudança importante só ocorrerá em 1991. A apresentação em capítulos deixa de ser referenciada pelas

bases de dados existentes e passa a guiar-se por temas, sob os quais diferentes bases de dados, mesmo que não estritamente comparáveis, são organizadas. São quatro os novos capítulos. Sob a rubrica PIA (População em Idade Ativa - capítulo 23), introduzida pela primeira vez, são coligidos dados dos Censos de 1950 a 1980 na tabela-resumo que antes trazia os dados para a PEA de 10 anos e mais, e da PNAD de 1989. Aqui, a informação relevante refere-se à condição de atividade da PIA. O capítulo 24 agrega os dados da PEA, isto é, referente às pessoas em idade ativa que tinham emprego ou estavam procurando trabalho, e a maioria das tabelas extraídas da PNAD refere-se a rendimento da ocupação principal. Há um resumo de indicadores de atividade (condição de atividade, taxa de atividade e taxa de desocupação, segundo as regiões do País). O mesmo capítulo resume dados da PME, apresentados mês a mês para os anos de 1989-1990, segundo taxa de desocupação e de atividade.

O capítulo 25 refere-se à população ocupada, ou seja, pessoas economicamente ativas que estavam efetivamente empregadas, e os dados da PNAD 1989 são bastante desagregados (anos de estudo, classes de rendimento, ramos de atividade, horas trabalhadas, grupos ocupacionais, posição na ocupação, posse de carteira de trabalho, contribuição para a previdência social). A PME fornece as informações

Operário da construção civil trabalha na construção do prédio da Central do Brasil no Rio de Janeiro, entre 1938 e 1945 – CPDOC/FGV.



relevantes sobre rendimento por região metropolitana, além da taxa de formalidade do trabalho assalariado. Finalmente, o capítulo 26 trata da população empregada, isto é, dentre os ocupados, aqueles que eram assalariados, com ou sem carteira. A PNAD fornece o quadro geral por ramo e a PME detalhes mensais de rendimento e posse de carteira de trabalho. Esse desenho por capítulos repete-se com poucas alterações até o AEB de 1998.

O que se viu ao longo das décadas, portanto, foi um processo de sofisticação crescente dos instrumentos de coleta de dados sobre estrutura do mercado de trabalho, de que a PME, iniciada em 1980 (mas produzindo dados comparáveis sistematicamente apenas de 1982 em diante), foi o último passo. Os censos são sistemáticos e comparáveis com razoável grau de precisão desde 1940. Os anos de 1960 assistiram ao nascimento da PNAD, tornada regular e anual em 1976. E os anos de 1980 serviram de palco à PME. Os dados destas fontes são filtrados de formas diversas no AEB ao longo dos anos, mas há razoável permanência em períodos bem marcados, quase sempre coincidentes com as viradas de década. Pode-se dizer que cada novo censo dá origem à revisão de critérios de divulgação dos dados pelo AEB, mas há sempre a preocupação de garantir a comparabilidade mínima de algumas informações cruciais, como, por exemplo, a distribuição da PIA e da PEA por Unidade da Federação, sexo e grandes ramos da economia, ao que se agregam os grupos de idade nos anos de 1950.

Pode-se dizer que as mudanças na forma de apresentação, no AEB, dos dados produzidos pelo IBGE ou outras fontes, acompanharam com certa defasagem a discussão sociológica ou econômica sobre a estrutura social



Trabalhador da construção civil. Opção Brasil Imagens.

ou a dinâmica do mercado de trabalho no Brasil, e isso pelo menos até a década de 1970. A sofisticação crescente do debate interdisciplinar entre economia e sociologia naqueles anos de consolidação da universidade brasileira não pode ser adequadamente acompanhada no AEB, embora as fontes originais das tabelas sistematizadas ali tragam as informações pertinentes e possam ser consultadas no próprio IBGE e na maioria das boas bibliotecas universitárias do País.

Cumprir, ademais, que a infinidade de informações produzidas com regularidade há pelo menos 40 anos ainda não foi inteiramente digerida pela academia ou pelos formuladores de políticas públicas. Contam-se nos dedos as análises de transformações de longa duração no mercado de trabalho e na estrutura social baseadas nesses dados. Os estudos de mobilidade social inter ou intrageracional são também escassos, ainda que as PNADs de 1973, de 1976, de 1988 e de 1996 prestem-se ao escrutínio comparativo e, com exceção da de 1973, estejam disponíveis em microdados. É urgente, ademais, um programa de pesquisas que se dedique à crítica das bases de dados produzidas desde o início do Século XX, com o intuito de tornar comparáveis os vários censos, PNAD e PME para, por exemplo, estimar a evolução do mercado formal de trabalho, as taxas de desemprego ou desocupação, a posição na ocupação e, eventualmente, os rendimentos. Estas variáveis possibilitariam, por exemplo, qualificar melhor as transformações na estrutura social, os movimentos entre setores da economia no tempo e a evolução das disparidades regionais, temas que eram comuns na literatura das décadas de 1950 a 1970 e que deixaram a cena a partir dos anos de 1980, em favor de análises mais tópicas e restritas a mudanças de curta duração.

## Dinâmica do mercado de trabalho

Boa parte do que interessa a esta seção já foi discutido antes, mas há aspectos relevantes a se salientar no que respeita às fontes para a mensuração do emprego (ou da ocupação), do desemprego e da informalidade. Para além das pesquisas por amostra de domicílio e dos censos populacionais, há todo um outro corpo sistemático de dados produzidos pelo menos desde 1940, derivados dos inquéritos econômicos do IBGE, cobrindo a geração de riqueza e o emprego no

comércio atacadista, nos serviços, na agricultura e, principalmente, na indústria. Este conjunto de informações, ainda que não sirva à investigação da estrutura ou da dinâmica do mercado de trabalho, possibilita grande refinamento da análise do desempenho econômico por setor, da produtividade e da evolução do emprego diretamente ligado às atividades-fim, interesse maior aqui.

Assim como no caso das informações sobre estrutura do mercado de trabalho, as estatísticas setoriais de emprego e ocupação seguem uma dinâmica inicial de publicação de dados de várias fontes dispersas, sem uma preocupação, por assim dizer, editorial de compatibilizá-las ou explicitar a especificidade de cada uma. No caso da indústria, por exemplo, dados de várias origens se sucedem ou coexistem no AEB. A fonte mais sistemática são os Censos Industriais, iniciados em 1920 e repetidos a cada década a partir de 1940. Não tão sistemáticos são os dados da pesquisa industrial anual, resultante dos inquéritos econômicos “mandados executar pelo Decreto-Lei nº 736, de 23 de setembro de 1942” (Anuário Estatístico do Brasil 1946, p. 133, nota) que abrangiam, de início, apenas os estabelecimentos industriais e comerciais atacadistas das capitais de estado que tiveram movimento total de vendas não inferior a Cr\$ 100.000,00 (em torno de U\$ 120.000,00 em dólares de julho de 2000, deflacionado pelo IGP-DI). Os dados para pessoal ocupado na produção, segundo o sexo e algumas ocupações selecionadas, por capitais de estado são publicados nos AEBs de 1946 a 1954, relativos aos anos de 1944 e de 1952. Daí até 1965 (com dados relativos a 1963) os inquéritos econômicos passam a incorporar municípios considerados, a partir dos dados do Censo de 1950, “como os mais importantes quanto à indústria e comércio atacadista” (Anuário Estatístico do Brasil 1958, p. 95, nota). Em 1966 e 1967, o AEB divulga resultados parciais dos inquéritos econômicos, restritos aos mais importantes setores industriais e regiões do País, e, em 1969, os resultados da “pesquisa trimestral”, que desaparece em 1970. Depois destes altos e baixos, a pesquisa anual torna-se a principal fonte para análise abrangente das mudanças na estrutura industrial e do emprego na produção, com dados comparáveis em termos da evolução do pessoal empregado na produção por 22 ramos da indústria e Unidades da

Federação. Um trabalho de refinamento da informação disponível desde 1942, porém, ensejaria comparações relevantes da evolução do emprego na indústria, nas capitais de estado e, depois de 1949, nas Unidades da Federação. Este trabalho está por se fazer.

Por fim, a pesquisa trimestral por amostragem, de vida curta (1969), pavimentará a rota para a Pesquisa Industrial Mensal – PIM –, que, a partir de 1976 (dados publicados no AEB 1980 em diante), ocupará boa parte das energias do IBGE em termos de coleta de dados *conjunturais* da indústria<sup>14</sup>.

Acompanhando a tendência das estatísticas gerais sobre trabalho, pois é apenas nos anos de 1970 que os dados

para a indústria ganham regularidade, repita-se, editorial: os censos dão um quadro das mudanças estruturais no universo do parque industrial; a pesquisa anual capta tendências cíclicas; e a pesquisa mensal serve à análise da dinâmica do mercado de trabalho setorial, do movimento sazonal da produção e da produtividade. As informações passam a ser divulgadas nesta ordem e com esse propósito explícito de permitir, num mesmo ano, análises estruturais, cíclicas anuais, e de sazonalidade mensal. As duas tabelas, a seguir, ilustram a forma assumida pela apresentação dos dados sobre pessoal ocupado na indústria. Cumpre marcar que a informação sobre pessoal ocupado é uma dentre outras nas colunas, e o propósito da tabela, nitidamente, é possibilitar a análise da evolução da produção e da produtividade na indústria.

## SITUAÇÃO ECONÔMICA

## 3.4 - INDÚSTRIA

## 3.4.1 - CENSO INDUSTRIAL

## 3.4.1.1 - Confronto dos resultados censitários - 1960-1970

## a) Classes e gêneros de indústria

(continua)

CLASSES E GÊNEROS DE INDÚSTRIA	CENSO DE 1960					
	Estabelecimentos	Pessoal ocupado em 31-12-1959	Ano de 1959			
			Salários	Despesas com as operações industriais (1)	Valor da produção	Valor da transformação industrial
<b>TOTAL</b> .....	<b>110 771</b>	<b>1 799 376</b>	<b>145 123 399</b>	<b>640 865 709</b>	<b>1 194 784 551</b>	<b>553 918 842</b>
Indústrias extrativas.....	2 178	45 714	3 536 298	2 168 680	14 478 349	12 309 669
Extração de minerais.....	2 178	45 714	3 536 298	2 168 680	14 478 349	12 309 669
Indústrias de transformação.....	108 593	1 753 662	141 587 101	638 697 029	1 180 306 202	541 609 173
Produtos de minerais não-metálicos.....	18 146	163 680	10 084 980	17 873 838	53 383 277	35 509 439
Metalúrgica.....	4 850	174 279	17 433 992	60 504 106	124 251 558	63 747 452
Mecânica.....	1 692	62 148	6 923 207	14 972 218	33 630 823	18 658 605
Material elétrico e de comunicações.....	982	57 904	6 238 677	25 335 881	46 928 571	21 592 690
Material de transporte.....	2 096	81 876	9 750 276	38 990 818	80 097 486	41 106 668
Madeira.....	11 196	87 822	5 025 166	13 722 119	31 203 377	17 481 258
Mobiliário.....	8 160	63 471	4 429 929	9 835 778	21 713 718	11 877 940
Papel e papelão.....	764	40 925	3 598 907	19 070 559	35 108 163	16 037 604
Borracha.....	339	20 878	2 370 435	13 866 050	29 842 246	15 976 196
Couro e peles e produtos similares.....	2 350	24 715	1 682 466	6 871 714	12 765 393	5 893 679
Química.....	1 774	76 518	8 838 216	59 175 636	105 770 938	46 595 302
Produtos farmacêuticos e veterinários.....	504	27 066	3 303 719	9 540 711	23 033 463	13 492 752
Perfumaria, sabões e velas.....	1 071	14 714	1 262 736	10 438 832	17 972 852	7 534 020
Produtos de matérias plásticas.....	295	9 683	1 000 209	3 371 681	7 988 414	4 616 733
Têxtil.....	4 272	328 297	22 626 042	83 169 915	148 008 936	64 839 021
Vestuário, calçados e artigos de tecidos.....	7 639	97 999	6 338 388	21 001 433	40 272 205	19 270 772
Produtos alimentares.....	33 534	266 103	16 794 044	196 000 321	284 987 045	88 986 724
Bebidas.....	3 044	43 880	3 748 561	12 324 945	27 950 434	15 625 489
Fumo.....	278	13 169	1 093 121	6 118 542	13 167 472	7 048 930
Editorial e gráfica.....	3 389	60 625	5 845 916	10 742 031	26 953 708	16 211 677
Diversas.....	2 218	37 910	3 198 114	5 169 901	15 276 123	9 506 222

<sup>14</sup> É bom lembrar que o AEB traz, ainda de forma pouco sistemática, dados do “registro industrial”, publicados regularmente entre 1945 e 1961, e de forma intermitente a partir daí até fins dos anos de 1970, com informações relativas a estabelecimentos industriais que ocuparam cinco ou mais pessoas, exclusive na construção civil e nos serviços industriais de utilidade pública. A vantagem dessa fonte em relação às demais é sua abrangência nacional, a apresentação dos dados por Unidade da Federação, e a contabilidade de número de operários ocupados na produção a cada mês do ano, se bem que esta forma de apresentação não seja tão freqüente no AEB.

## SITUAÇÃO ECONÔMICA

## 3.4 - INDÚSTRIA

## 3.4.1 - CENSO INDUSTRIAL

## 3.4.1.1 - Confronto dos resultados censitários - 1960-1970

## a) Classes e gêneros de indústria

(conclusão)

CLASSES E GÊNEROS DE INDÚSTRIA	CENSO DE 1970					
	Estabelecimentos	Pessoal ocupado em 31-12-1970	Ano de 1970			
			Salários	Despesas com as operações industriais (1)	Valor da produção	Valor da transformação industrial
<b>TOTAL.....</b>	<b>164 793</b>	<b>2 699 969</b>	<b>12 637 981</b>	<b>63 590 250</b>	<b>118 427 561</b>	<b>54 837 311</b>
Indústrias extrativas.....	3 906	65 339	338 051	352 028	1 912 018	1 559 990
Extração de minerais.....	3 906	65 339	338 051	352 028	1 912 018	1 559 990
Indústrias de transformação.....	160 887	2 634 630	12 299 930	63 238 222	116 515 543	53 277 321
Produtos de minerais não-metálicos.....	25 367	236 506	743 362	1 719 356	4 853 764	3 134 408
Metalúrgica.....	9 681	266 928	1 443 698	8 369 701	14 528 696	6 158 995
Mecânica.....	6 744	180 431	1 238 929	2 882 930	6 639 133	3 756 203
Material elétrico e de comunicações.....	3 155	115 485	734 958	2 614 499	5 483 135	2 868 636
Material de transporte.....	3 319	158 336	1 174 427	5 309 029	9 551 432	4 242 403
Madeira.....	14 812	135 979	354 156	1 319 160	2 662 381	1 343 221
Mobiliário.....	13 127	105 322	343 253	962 710	2 078 768	1 116 058
Papel e papelão.....	1 178	66 994	350 734	1 481 245	2 845 516	1 364 271
Borracha.....	974	32 863	183 851	939 451	1 978 049	1 038 598
Couros e peles e produtos similares.....	2 032	26 392	88 288	424 152	767 885	343 733
Química.....	2 645	104 367	860 797	7 360 835	12 691 813	5 330 978
Produtos farmacêuticos e veterinários.....	522	30 801	239 923	695 488	2 498 160	1 802 672
Perfumaria, sabões e velas.....	1 060	19 160	100 870	791 636	1 615 395	823 759
Produtos de matérias plásticas.....	1 311	42 566	198 521	925 535	1 925 012	999 477
Têxtil.....	5 309	342 839	1 317 037	5 847 068	10 823 995	4 976 927
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos.....	8 613	164 512	495 823	2 150 978	3 933 949	1 782 971
Produtos alimentares.....	46 815	372 401	1 147 251	16 364 285	23 542 676	7 178 391
Bebidas.....	4 798	58 619	277 508	960 598	2 195 112	1 234 514
Fumo.....	144	14 509	86 496	415 846	1 115 677	699 831
Editorial e gráfica.....	5 526	97 087	631 796	978 576	2 936 666	1 958 090
Diversas.....	3 755	62 533	288 252	725 144	1 848 329	1 123 185

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1976. Rio de Janeiro: IBGE, v.35, 1976.

Notas: I - Resultados referentes a todos os estabelecimentos recenseados.

II - No Censo de 1970 foram incluídos no gênero de extração de minerais os dados relativos à Empresa de Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS.

(1) Matérias-primas, materiais e componentes, energia elétrica, combustíveis e lubrificantes, serviços industriais prestados por terceiros e despesas com trabalhadores em domicílio. (2)

Valor em mil cruzeiros conforme padrão monetário vigente no ano de 1959.

De toda sorte, os Censos Industriais, da Agricultura, do Comércio e dos Serviços, todos iniciados em 1920 e repetidos a cada decênio de 1940 e de 1970, e a cada quinquênio daí até 1985, quando são interrompidos, são a informação mais completa e coerente sobre ocupação por setor econômico, para além dos dados estritos de estrutura do mercado de trabalho. Depois do Censo de 1950 os dados são dispostos de forma comparativa, confrontando um ou mais censos anteriores, e as informações sobre pessoal ocupado são sempre abertas por ramos da indústria, do comércio, ou dos

serviços (mas não da agricultura), segundo as Unidades da Federação, como mostrou a tabela anterior. No caso da agricultura a forma dos dados divulgados é ilustrada na tabela a seguir. Não custa salientar que estas informações não são adequadas à análise do mercado de trabalho, mas sim à inquirição sobre desempenho econômico dos setores, sobre as diferenças regionais e entre estados da federação, ou sobre a evolução do PIB setorial ou regional (tabela na página 279).

Não é este o caso da Pesquisa Mensal de Emprego, iniciada em 1980 e tornada sistemática de 1982 em diante,

## SITUAÇÃO ECONÔMICA

## 3.4.2 - PESQUISA INDUSTRIAL

## 3.4.2.1 - Indústrias extrativas de produtos minerais e de transformação

## 3.4.2.1.1 - ASPECTOS GERAIS DAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS, SEGUNDO AS CLASSES E GÊNEROS DE INDÚSTRIA - 1973

CLASSES E GÊNEROS DE INDÚSTRIA	ESTABELECIMENTOS	PESSOAL OCUPADO EM 31-12		MÉDIA MENSAL DO PESSOAL OCUPADO	DESPESAS COM SALÁRIOS E OUTRAS REMUNERAÇÕES		DESPESAS COM AS OPERAÇÕES INDUSTRIAIS (1)		VALOR DA PRODUÇÃO	VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL
		Total	Ligado à produção		Total	Pessoal ligado à produção	Total	Matérias-primas, materiais e componentes		
<b>TOTAL.....</b>	<b>68 632</b>	<b>3 264 393</b>	<b>2 689 446</b>	<b>3 061 041</b>	<b>32 420 152</b>	<b>21 233 966</b>	<b>182 893 826</b>	<b>171 457 906</b>	<b>322 592 912</b>	<b>139 699 086</b>
Indústrias extrativas.....	1 546	65 102	54 004	61 127	736 158	529 619	992 041	440 679	4 448 014	3 455 973
Extração de minerais.....	1 546	65 102	54 004	61 127	736 158	529 619	992 041	440 679	4 448 014	3 455 973
Indústrias de transformação.....	67 086	3 199 291	2 635 442	2 999 914	31 683 994	20 704 347	181 901 785	171 017 227	318 144 898	136 243 113
Produtos de minerais não-metálicos.....	5 101	210 973	179 523	199 852	1 690 525	1 136 363	4 086 911	2 982 260	10 895 217	6 808 306
Metalúrgica.....	5 405	354 981	302 999	332 550	3 835 766	2 685 624	22 538 510	20 613 228	38 800 734	16 262 224
Mecânica.....	3 887	289 350	239 925	267 243	3 913 986	2 770 584	11 142 331	10 429 212	23 013 609	11 871 278
Material elétrico e de comunicações.....	1 617	175 108	145 125	159 953	1 924 405	1 243 310	7 889 209	7 517 034	15 698 509	7 809 300
Material de transporte.....	1 631	214 074	175 936	197 768	3 103 600	2 261 112	18 066 497	17 115 569	28 380 813	10 314 316
Madeira.....	5 416	148 655	130 246	136 527	861 995	602 115	4 124 867	3 861 801	8 506 506	4 381 639
Mobiliário.....	3 487	105 744	88 540	95 761	806 825	532 092	2 762 870	2 659 539	5 447 065	2 684 195
Papel e papelão.....	1 106	86 561	71 625	81 211	873 234	555 041	4 738 836	4 442 972	8 794 024	4 055 188
Borracha.....	706	46 987	40 266	43 967	498 860	363 833	2 266 356	2 159 613	4 713 750	2 447 394
Couro e peles e produtos similares.....	615	29 520	25 771	27 888	215 664	148 845	1 704 102	1 667 475	2 657 813	953 711
Química.....	2 085	137 093	101 196	132 344	2 120 240	1 210 729	24 247 086	22 907 964	38 567 844	14 320 758
Produtos farmacêuticos e veterinários.....	474	45 230	23 240	43 827	876 387	250 004	1 869 022	1 790 758	6 316 573	4 447 551
Perfumaria, sabões e velas.....	575	24 099	15 536	22 491	313 352	117 144	1 934 541	1 864 927	3 693 266	1 758 725
Produtos de matérias plásticas.....	1 370	73 314	61 213	67 016	673 392	420 567	2 926 034	2 783 256	6 107 975	3 181 941
Têxtil.....	3 588	370 941	332 009	356 565	2 805 774	2 050 775	16 369 209	15 183 925	29 017 142	12 647 933
Vestuário, calçados e artefatos de tecido.....	4 850	221 039	192 730	203 117	1 379 247	939 862	6 122 833	5 850 697	11 010 610	4 887 777
Produtos alimentares.....	18 277	399 158	311 728	377 017	2 848 264	1 693 572	41 491 134	40 469 470	57 293 807	15 802 673
Bebidas.....	1 452	56 972	39 818	53 964	545 672	284 666	2 280 323	2 156 735	5 147 986	2 867 663
Fumo.....	283	19 532	16 992	20 751	184 068	128 533	1 005 033	988 070	2 605 874	1 600 841
Editorial e gráfica.....	2 980	112 319	77 029	107 778	1 488 035	848 229	2 186 021	1 947 984	6 587 386	4 401 365
Diversas.....	2 181	77 641	63 995	72 324	724 703	461 347	2 150 060	1 624 738	4 888 395	2 738 335

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1976. Rio de Janeiro: IBGE, v.37, 1976.

Notas: I - Resultados referentes aos estabelecimentos com 5 ou mais pessoas ocupadas e/ou valor da produção igual ou superior a Cr\$ 120 000,00 (cento e vinte mil cruzeiros).

II - As diferenças porventura apresentadas entre somas de parcelas e totais, são provenientes de arredondamento de valores.

(1) Matérias-primas, materiais e componentes, energia elétrica, combustíveis e lubrificantes, serviços industriais prestados por terceiros e despesas com trabalhadores em domicílio.

## CAPÍTULO 40 - ESTRUTURA DA EXPLORAÇÃO AGROPECUÁRIA

## 40.1 - Estabelecimentos recenseados, áreas total e das lavouras, pessoal ocupado, tratores, efetivo pecuário e aves - 1920-1985

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS							
	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985
Estabelecimentos .....	648 153	1 903 803	2 060 369	3 315 345	4 924 019	4 993 252	5 159 851	5 801 809
Área total (ha) .....	176 104 675	197 661 099	231 859 216	248 978 044	294 145 470	323 896 082	364 854 421	374 924 923
Área das lavouras (ha) .....	6 642 057	18 822 930	19 040 003	28 396 049	33 983 800	40 001 354	49 104 263	52 147 708
Permanentes .....	...	5 958 138	4 369 134	7 645 227	7 984 069	8 385 393	10 472 135	9 903 487
Temporárias .....	...	12 864 792	14 670 869	20 750 822	25 999 731	31 615 961	38 632 128	42 244 221
Pessoal ocupado .....	6 259 078	11 339 949	10 963 558	15 454 526	17 627 089	20 345 692	21 163 735	23 394 876
Tratores .....	1 706	3 379	8 372	61 345	165 870	323 113	545 205	665 280
<b>Efetivo pecuário (cabeças)</b>								
Bovinos .....	31 986 681	34 387 243	44 561 846	55 841 278	78 562 250	101 673 753	118 085 872	128 174 480
Ovinos .....	7 013 678	9 285 118	13 065 706	14 275 569	17 643 044	17 486 559	17 950 899	16 148 361
Suínos .....	14 396 834	16 827 919	22 886 911	25 359 453	31 523 640	35 151 668	32 628 723	30 481 278
Caprinos .....	4 160 260	6 520 353	6 957 945	7 820 285	5 708 993	6 709 428	7 908 147	8 207 942
<b>Aves (cabeças)</b>								
Galinhas, galos, frangos, frangas e pintos .....	49 766 258	59 242 451	73 674 707	130 886 150	213 622 503	286 810 202	413 179 594	436 808 788

Fonte - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação dos Censos Econômicos, Censo Agropecuário

publicada no AEB desde 1985. Primeiramente os dados aparecem na seção “Indicadores de mão-de-obra”, mas, depois de 1991, são distribuídos pelos diversos capítulos, já descritos, sobre estrutura e dinâmica do mercado de

trabalho. Como mencionado antes, a PME cobre seis regiões metropolitanas e coleta dados sobre dinâmica conjuntural do mercado de trabalho. Serve à análise do nível de emprego, da taxa de desemprego, da taxa de atividade, da taxa de formalidade (medida em termos da proporção de trabalhadores com

Políticos encontram líderes sindicais em Ribeirão, PE, década de 60. CPDOC/FGV.



carteira sobre o total), do rendimento das pessoas, dentre outros temas relevantes, tudo isso, segundo o sexo, a escolaridade, a idade, a ocupação e o setor de atividade dos membros do domicílio com 10 anos ou mais.

Embora a informação seja coletada mês a mês, o AEB apresenta os dados mensais apenas para o rendimento, a taxa de atividade, a proporção de assalariados com carteira e a taxa de desemprego. A ênfase maior da divulgação são os rendimentos do trabalho principal, segundo as regiões metropolitanas, mês a mês, tabelas que ocupam cerca de dez páginas por anuário. Mas em 1998, publica-se apenas duas tabelas da PME. Uma com ocupados, segundo o sexo, por idade, escolaridade, ramo e posição na ocupação; e outra com renda nominal média mensal, segundo o ramo e a posição na ocupação. O que importa marcar aqui é que a PME encontra-se disponível em microdados e pode ser manipulada diretamente pelos pesquisadores interessados. Nesse item específico, o AEB é mais propriamente uma ilustração do conteúdo bastante mais complexo das bases de dados disponíveis aos investigadores.



**IBGE**

Manifestação Sindical em São Bernardo do Campo, SP, 1997. Foto: Sérgio Tomisaki - Agência O Globo.

No que se refere ao desemprego, já se mencionou que tem sua primeira medição em 1968, no âmbito do que viria a se constituir na PNAD, cinco anos depois. Contudo, apenas em 1976 e, depois, com a PME, as estatísticas tornam-se comparáveis ano a ano, dada a definição de desemprego restrita aos que, estando desocupados na semana de referência, tomaram providências para conseguir trabalho. Antes a definição de “desocupados” incluía os que tinham procurado trabalho nos últimos dois meses. Ademais, a definição de “ocupação” era mais estrita do que a da PME, para a qual ocupado é o indivíduo que exerceu qualquer atividade remunerada de pelo menos uma hora na semana de referência. Nos anos de 1960 não se perguntava pela duração da atividade remunerada. De qualquer modo, desde aquela primeira medição, é possível acompanhar, de forma intermitente no AEB, a evolução do desemprego

nas regiões metropolitanas, o que configura uma série histórica de cerca de 30 anos que clama por revisão, principalmente porque os dados brutos estão disponíveis a um número maior de pesquisadores.

Os dados da PME prestam-se, principalmente, à análise conjuntural do mercado de trabalho. A flutuação do emprego, mês a mês, é um indicador do nível de atividade econômica, da intensidade da reestruturação industrial, da dinâmica populacional inter e intra-setorial e das tendências gerais da ocupação, embora colete dados dos indivíduos em seus domicílios e, portanto, seja mais propriamente uma medida *da oferta* de força de trabalho. Os indivíduos são, em geral, tomados como informantes sobre os postos de trabalho, isto é, sobre aspectos *da demanda* por trabalho. É isto que possibilita, por exemplo, análises como a de Francisco



Carneiro a respeito das diferenças de ajuste a choques econômicos nos anos de 1980 e inícios dos 1990<sup>15</sup>. Na primeira década, a crise e/ou o crescimento econômico eram absorvidos pelo mercado de trabalho via ajuste da taxa de desemprego. As empresas destruíam postos de trabalho na crise e criavam novos no crescimento. Nos anos de 1990 ocorre um fenômeno novo: a reestruturação econômica pré-Plano Real é absorvida pela informalidade, isto é, as empresas optaram crescentemente por evadir-se da lei e do respeito aos direitos trabalhistas. Nesse quadro, desemprego e informalidade são alternativas importantes de resposta a choques na economia (ao lado da maior ou menor flexibilidade do mercado de trabalho, interesse menor aqui), e devem ser analisados conjuntamente.

Na outra ponta da dinâmica do mercado de trabalho, pois, encontra-se a taxa de informalidade, aspecto que cabe salientar agora. Não tenho intenção de ressuscitar o debate acalorado, que marcou os anos de 1970, sobre o que se deve entender por setor informal da economia. Importa que, no Brasil, informalidade quase sempre foi sinônimo, de um lado, de trabalho assalariado sem carteira e, de outro, de trabalho por conta própria. Neste desenho, o assalariamento informal define-se pela negativa, por oposição aos empregados com carteira, titulares de direitos trabalhistas no mercado de trabalho e, também, do direito de ter seu trabalho regido por contratos coletivos e de ser representados por sindicatos perante empregadores e estado. O assalariado informal, pois é mais propriamente um trabalhador a quem se *nega* acesso à regulação pública do mercado de trabalho, de sorte que sua identidade

## 2.1.1 - POPULAÇÃO NA DATA DOS RECENSEAMENTOS GERAIS

### 2.1.1.2 - Resultados do Censo Demográfico - 1970

#### 2.1.1.2.11- PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS, DE 10 ANOS E MAIS, POR SEXO E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE

SETOR DE ATIVIDADE	Pessoas economicamente ativas								
	Total (1)	Posição na ocupação							
		Empregados		Autônomos		Empregadores		Sem remuneração	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
TOTAL .....	29 545 293	11 830 694	4 359 992	8 995 810	1 091 877	444 063	19 325	2 078 250	676 985
Agricultura, pecuária, silvicultura, extração									
vegetal, caça e pesca .....	13 071 385	3 122 686	233 646	6 679 857	456 770	214 962	6 131	1 772 855	582 473
Atividades industriais .....	5 263 805	3 873 585	542 635	630 980	90 437	89 758	2 828	24 960	8 229
Comércio de mercadorias .....	2 623 895	1 118 131	340 005	911 657	105 726	110 322	6 299	20 962	10 718
Prestação de serviços .....	3 260 661	606 860	1 911 996	339 093	374 407	15 680	3 242	6 154	3 145
Transportes, comunicações e									
armazenagem .....	1 259 067	933 618	55 375	257 732	370	6 012	-	5 657	133
Atividades sociais .....	1 415 143	436 006	914 904	12 384	19 162	1 172	569	15 735	15 211
Administração pública .....	1 154 954	992 841	162 113	-	-	-	-	-	-
Outras atividades .....	1 496 383	746 967	199 318	164 103	45 005	6 157	256	231 927	57 076

Fonte: Instituto Brasileiro de Estatística, Departamento de Censos. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1972, Rio de Janeiro: IBGE, v.33, 1972.

Nota: Vede nota de tabela 2.1.1.2.5.

(1) Inclusive sem declaração de posição na ocupação.

<sup>15</sup> CARNEIRO (1997).

delimita-se pela relação extrínseca com a lei. Já o trabalho por conta própria costuma ser delimitado como informal por motivos outros, como o tamanho do empreendimento (baixa densidade de capital), o tipo de atividade (voltada para comunidades de baixa renda), a natureza da renda do empreendimento (confundindo-se com a renda familiar), importância econômica (atividades “marginais” ao circuito de reprodução ampliada do capital), dentre outros aspectos relevantes<sup>16</sup>.

Qualquer que seja a forma de se definir informalidade, o AEB é uma fonte preciosa. Já se mencionou que a primeira medição da taxa de assalariamento com carteira é de 1973, no âmbito da PNAD. O AEB só divulga os dados em 1979, relativos a 1976. Desde então a informação é sistematicamente apresentada como um dos indicadores de população ativa (juntamente com taxa de atividade, de ocupação, de desemprego, etc.). A posição na ocupação, por sua vez, que permite identificar os trabalhadores por conta própria, aparece bem antes, no AEB de 1949, compilando dados do Censo de 1940, como já se mencionou.

Anedoticamente, saliente-se que, entre os que puderam ser classificados, segundo a posição na ocupação (46% da população brasileira em 1940), 35% eram trabalhadores por conta própria (refletindo, talvez, a grande proporção de trabalhadores rurais, como meeiros, parceiros, rendeiros, etc.), contra 40% de assalariados, no campo e na cidade. Essa informação é repetida para os censos seguintes, mas com mudanças importantes. No Censo de 1970, por exemplo, divulgado no AEB 1972, não aparecem “trabalhadores por conta própria”, mas sim “autônomos” (inclusive profissionais liberais), totalizando 34% da PEA e desagregados por oito ramos da economia, como mostra a tabela na página 281.

O AEB 1973 traz dados da PNAD ainda em seu formato trimestral, para o quarto trimestre de 1972, onde a posição na ocupação pode ser rastreada, segundo a Unidade da Federação, grupos ocupacionais, sexo e idade. Entretanto, dificultando a construção de séries

históricas, estas informações só aparecem de novo no AEB 1978, descrevendo dados da PNAD 1976 por sexo, grupos de Unidade da Federação e 11 ramos da economia. Assim como no caso do assalariamento sem carteira, pois a proporção de trabalhadores por conta própria na população ocupada só passa a ser sistematicamente descrita de 1979 em diante, no âmbito do capítulo específico “PEA”, depois desmembrado em quatro capítulos mais específicos, como vimos na seção anterior. Ainda assim, de 1976 a 1998 é possível reconstituir a taxa de informalidade na economia brasileira, se por isso entende-se proporção de trabalhadores sem carteira e por conta própria no total da população ocupada.

Esse entendimento, já se mencionou, não é consensual. O próprio IBGE realizou duas pesquisas sobre economia informal, em 1994 e 1997, ambas definindo-o como o conjunto de atividades por conta própria de baixa capitalização, definição típica das pesquisas da OIT nos anos de 1970, já mencionadas. As informações sobre aqueles dois levantamentos aparecem nos AEBs 1996 e 1998, respectivamente. A pesquisa de 1994 foi realizada apenas no Município do Rio de Janeiro, enquanto a de 1997, foi estendida ao Brasil urbano, tornando-se (segundo intenção original do IBGE) uma pesquisa quinqüenal regular. O AEB selecionou algumas informações básicas das pesquisas, apresentadas em duas tabelas, das quais reproduzo uma relativa ao ano de 1994. A outra tabela sintetiza dados para as pessoas que desempenham atividades informais: posição na ocupação (conta-própria, empregador, empregado com carteira assinada, empregado sem carteira assinada, não-remunerado), grupos de idade, grau de instrução e oito ramos. Vale lembrar que as duas pesquisas encontram-se disponíveis em microdados (ver tabela na página 283).

A informalidade, pois, pode ser rastreada no AEB desde 1949 (com dados do Censo de 1940) no

<sup>16</sup> Texto importante nessa linha é: Prandi (1978).

**Tabela 2.70 - Empresas do setor informal, no município do Rio de Janeiro, por tipo, segundo características selecionadas - 1994**

CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS	EMPRESAS DOS SETOR INFORMAL								
	Total	Por tipo							
		Indústria de transformação e extrativa mineral	Construção civil	Comércio	Serviços de alojamento e alimentação	Serviços de transporte	Serviços de reparação, pessoais, diversões e domiciliares	Serviços técnicos e auxiliares	Outros serviços
<b>TOTAL.....</b>	<b>444 420</b>	<b>43 642</b>	<b>50 442</b>	<b>100 775</b>	<b>35 181</b>	<b>23 812</b>	<b>111 410</b>	<b>62 176</b>	<b>16 982</b>
<b>Tipo de empresa</b>									
De conta-própria.....	404 544	39 408	45 905	91 824	31 571	22 996	106 308	53 246	13 287
De empregador.....	39 876	4 234	4 537	8 952	3 610	817	5 102	8 930	3 695
<b>Constituição jurídica</b>									
Sem .....	413 316	41 238	50 414	88 021	29 927	23 753	108 852	54 435	16 676
Com .....	30 166	2 405	28	12 499	5 107	59	2 557	7 205	306
<b>Classes de receita (R\$)</b>									
1 a 50.....	13 661	2 008	809	1 878	586	-	7 428	31	922
51 a 100.....	36 164	6 166	3 200	9 385	1 032	213	13 634	1 110	1 424
101 a 200.....	74 984	6 230	12 324	14 254	5 851	374	31 205	1 516	3 229
201 a 500.....	122 791	10 981	24 519	23 353	12 176	4 946	32 765	9 662	4 390
501 a 1 000.....	80 931	7 599	6 125	20 617	4 190	6 128	14 998	15 488	5 787
1 001 a 2 000.....	53 602	4 115	1 107	9 849	6 738	8 096	5 867	17 263	567
2 001 a 5 000.....	38 072	3 379	2 327	11 709	3 022	3 829	4 027	9 613	166
5 001 e mais.....	11 175	804	-	6 244	973	124	343	2 189	498
Sem declaração.....	13 040	2 360	31	3 488	612	101	1 144	5 304	-
<b>Local de funcionamento</b>									
Domicílio onde mora.....	140 365	28 177	659	17 235	15 810	-	59 083	12 413	6 988
Loja, oficina.....	87 760	6 461	758	14 969	11 107	94	16 635	30 946	6 789
Domicílio de cliente.....	124 570	6 910	48 640	24 370	1 318	-	28 424	11 703	3 205
Via pública.....	57 804	757	-	40 956	5 152	2 531	3 607	4 802	-
Veículo.....	26 595	-	384	2 576	427	21 187	670	1 350	-
Outros.....	5 289	1 338	-	413	372	-	2 205	961	-
Sem declaração.....	2 036	-	-	255	996	-	785	-	-

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento, pesquisa Economia Informal Urbana. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1996, Rio de Janeiro: IBGE, v.56, 1997.

que respeita à proporção de trabalhadores por conta própria no total dos ocupados; e desde 1979 (referente à PNAD 1976), no que concerne à proporção de assalariados sem carteira assinada. É bom notar que a noção de “conta-própria” varia no tempo, por vezes denotando trabalhadores com algum tipo de estabelecimento (fixo ou não), e por vezes, também, trabalhadores autônomos, como viajantes, vendedores e profissionais liberais. A variação nos critérios de coleta de dados não é explicitada nos AEBs, e o pesquisador interessado deve recorrer à documentação original de cada pesquisa, disponível no IBGE.

## Uma palavra final

O Brasil consolidou, a partir dos anos de 1930, um conjunto amplo e crescentemente mais sofisticado de informações sobre estrutura, dinâmica e regulação do mercado de trabalho. O AEB sistematiza boa parte dos dados existentes, e a estabilidade de critérios de divulgação por períodos relativamente largos torna-o uma fonte preciosa para a reconstituição de processos de larga maturação. Isso é mais verdadeiro, é bom salientar, no caso das estatísticas sobre a regulação do mercado de trabalho, isto é, as instituições de representação de

interesse, de processamento judicial de conflitos e de controle da aplicação da lei trabalhista. Cinquenta anos de funcionamento da estrutura legal celetista, em várias de suas dimensões, podem ser adequadamente reconstituídos por meio do AEB. Não é pouco. A infinidade de aspectos ainda não analisados da realidade brasileira, passíveis de arguição a partir desses dados, alguns dos quais tratei de chamar a atenção ao longo do texto, por si só legitimam a empreitada do IBGE, consubstanciada nesse CD-ROM.

No caso das estatísticas sobre mercado de trabalho, o anuário não pode deixar de espelhar o largo processo de consolidação de conceitos e instrumentos de coleta de dados, que têm um marco decisivo em 1976, quando a PNAD ganha forma estável e periodicidade anual. Até ali, o acompanhamento da estrutura do mercado de trabalho dependia dos censos, inadequados ao escrutínio de ciclos conjunturais. Do mesmo modo, os inquéritos econômicos do IBGE, como a pesquisa

industrial anual, a pesquisa do comércio, dos serviços, etc., regulares desde a década de 1940, não se prestam a análises de dinâmica geral dos mercados de trabalho, mas apenas a investigações setoriais. Ademais, o objetivo dessas pesquisas é mapear o desempenho econômico setorial, não o mercado de trabalho. Ainda assim, um trabalho de compatibilização dessas várias fontes, que incluísse, também, a agricultura e que, portanto, para viabilizar-se, deveria recorrer a outras fontes que não apenas o AEB, permitiria recompor quase 60 anos de dinâmica do emprego no Brasil, sobretudo o emprego diretamente ligado à produção (ou às vendas, ou ao transporte, etc.).

O AEB é, ademais, um retrato vivo da dinâmica do debate acadêmico brasileiro a respeito destes e dos vários outros temas dos quais se ocupa, ainda que, em alguns casos, responda com certo atraso às mudanças no ambiente intelectual. Não é de se estranhar, por exemplo, que o problema do desemprego não aparecesse nas

Trabalhadores descarregam carvão em Santa Catarina. Acervo IBGE.





Manifestação Sindical. Foto: Agência JB

**IBGE**

estatísticas do anuário senão depois de meados dos anos de 1960, e ainda assim de forma pouco sistemática e conceitualmente frágil, algo que só mudaria, uma vez mais, com a PNAD 1976. Ocorre que esse fenômeno, urbano por natureza, não fazia parte das cogitações de economistas ou sociólogos cujos olhos estavam voltados, nos anos de 1950 e de 1960, para os conflitos, limites e problemas da industrialização de uma sociedade de base agrária, industrialização pensada como o destino talvez inevitável (mas sobretudo desejado) da nação e que levaria de roldão, em seu processo de ordenamento dos mercados de trabalho, o problema da alocação de pessoas a postos de trabalho. Mas é de se estranhar, sim, que o tema só figure no AEB em 1979, muito depois da ciência social brasileira cunhar rótulos como “informalização”, “inchaço” das cidades, “marginalidade”, em resposta à

constatação, não sem grande surpresa, de que a industrialização e o crescimento econômico traziam consigo pobreza e exclusão social<sup>17</sup>.

O mapa que procurei traçar aqui, enfim, pretende-se exaustivo quanto aos temas, variáveis, formas de apresentação dos dados e sua distribuição no tempo. A riqueza de informações disponíveis, porém, não pôde ser senão pincelada. Sinta-se o leitor, portanto, convidado a explorar o CD-ROM.

## Referências bibliográficas

BERLINCK, Manoel Tosta; BOVO, José Murar; CINTRA, Luiz Carlos. *Desenvolvimento da economia de Campinas*. Campinas: UNICAMP, 1977.

<sup>17</sup> Confronte o clássico de Camargo (1976).

BEVERIDGE, William H. *Unemployment, a problem of industry*. Londres: Longman, 1909.

BRASIL. Decreto nº 19.433, de 26 de novembro de 1930. Cria uma Secretaria de estado com a denominação de Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. *Coleção de leis da República Federativa do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 36, 1930.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 4.736, de 23 de setembro de 1942. Dispõe sobre a estatística econômica, e dá outras providências. *Coleção de leis da República Federativa do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 300, 1942.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965. Institui a obrigatoriedade das informações sobre admissões e desligamentos. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/Temas/CAGED/Legislacao/default.asp>>. Acesso em: 2001.

CAMARGO, Cândido P. F. de et al. *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

CARDOSO, Adalberto Moreira. A filiação sindical no Brasil. *Dados: revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 1, p. 15-52, 2001.

\_\_\_\_\_. *Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

CARNEIRO, Francisco. The changing informal labour market in Brazil: cyclicity versus excessive intervention. *Labour*, London, v. 11, n. 1, p. 3-22, 1997.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 9. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. 261 p.

NUN, José. Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal. *Revista Latinoamericana de Sociología*, n. 5, 1969.

OLIVEIRA, Francisco. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. São Paulo: CEBRAP, 1972. 87 p. (Estudos CEBRAP, n. 2).

PARTICIPAÇÃO político-social, 1988: Brasil e grandes regiões. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. v. 2: Educação, meios de transportes, cadastro e associativismo.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977. 364 p.

PRANDI, Reginaldo. *O trabalhador por conta própria sob o capital*. São Paulo: Símbolo, 1978.

RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

\_\_\_\_\_. *Trabalhadores, sindicatos e industrialização*. São Paulo: Brasiliense, 1974.

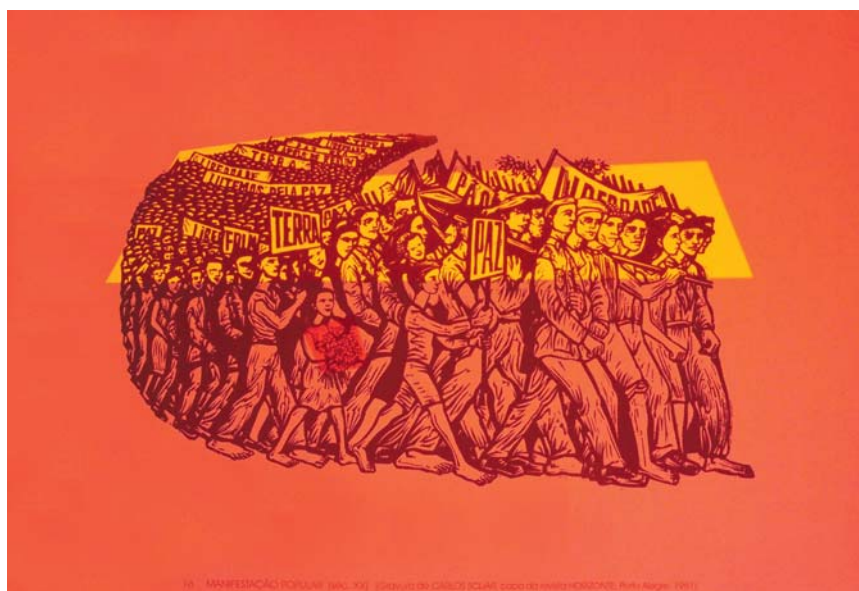
SÁ JÚNIOR, F. (Org.). *Desemprego, problema estrutural*. Petrópolis: Vozes, 1970.

SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado*. São Paulo: Dominus, 1966.

SIQUEIRA NETO, José Francisco. *Direito do trabalho e democracia*. São Paulo: LTr, 1996.

WEFFORT, Francisco. *Sindicatos e política*. 1972. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

# ESTATÍSTICAS DO SÉCULO XX SOBRE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO ELEITORAL NO BRASIL



Marcha pela paz, 1951  
Carlos Scliar  
Linoleogravura – 19 x 12 cm  
Coleção Gilberto Chateaubriand, MAM-RJ.

---

\* Doutor em Ciência Política (IUPERJ), Diretor-Executivo, Professor e Pesquisador do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ/UCAM. Publicou, entre outros trabalhos, *O Poder Legislativo nos Estados: Diversidade e Convergência* (org.), Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001; *Elites Políticas e Econômicas no Brasil Contemporâneo* (co-autoria com Renato Boschi e Eli Diniz). São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, 2000; *Recruitment and Retention of Legislators in Brazil*, in Gerhard Loewenberg, Peverill Squire and D. Roderick Kiewiet (orgs.), *Legislatures – Comparative Perspectives on Representative Assemblies*, Ann Arbor, The University of Michigan Press, Michigan, 2002, pp. 119-145.



## ESTATÍSTICAS DO SÉCULO XX SOBRE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO ELEITORAL NO BRASIL

FABIANO SANTOS\*

As estatísticas referentes à participação política são relativamente limitadas, especialmente se considerarmos a riqueza das informações sobre a estrutura socioeconômica e demográfica. Contidos em 450 tabelas espalhadas em torno de 350 páginas, os dados eleitorais brasileiros publicados nos anuários podem ser divididos em duas grandes fases: antes e depois da criação da Justiça Eleitoral. O primeiro *Anuário Estatístico do Brasil* a conter informações eleitorais, publicado em 1916, não registra a fonte sobre a qual fora feita a coleta dos números. Não é preciso investigação aprofundada para concluir que as informações foram repassadas pela Assembléia Legislativa de cada estado, órgão responsável pela contabilização dos votos e declaração dos resultados. Em 1947, ano em que o anuário volta a fornecer estatísticas eleitorais, a fonte dos números publicados passa a ser a Secretaria do Superior Tribunal Eleitoral. E é a partir deste momento, também, que os dados disponíveis passam a fazer referência sistemática aos resultados dos pleitos e não somente a taxas de comparecimento eleitoral.

Contudo, mesmo na era da Justiça Eleitoral, notam-se modificações importantes na divulgação dos dados sobre participação eleitoral. De alguma forma refletindo a própria história da democracia brasileira, os dados eleitorais publicados pelo IBGE só alcançam maturidade a partir do *Anuário Estatístico do Brasil* 1995, quando informações mais minuciosas, atingindo o nível

Estudantes de caras pintadas pedem a saída do Presidente Fernando Collor de Melo. Foto: Eduardo Marques - BrazilPhotos.





municipal, são fornecidas. Até este ano, as estatísticas eram publicadas de forma pouco sistemática: o volume 1 do ano 1 do anuário, editado em 1908, é o primeiro a publicar dados sobre participação política, fato que se repete nos anos de 1947, 1950, 1955, 1960<sup>1</sup>, 1962<sup>2</sup>, 1965, 1966, 1970, 1977, 1985, 1989, 1990, 1994 e, partir de então, em bases anuais. A impressão geral que se tem dos dados é, portanto, a de um conjunto pouco ordenado de informações, vale dizer, grande parte das informações necessárias a um estudo longitudinal aprofundado sobre a democracia brasileira deve ser resgatada em fontes alternativas.

O relatório está dividido em dois blocos. No primeiro, descrevo e comento a respeito dos dados contidos no volume 1 do anuário, editado em 1908 – contendo estatísticas eleitorais de 1908 a 1912. No segundo, faço o mesmo para os anuários publicados a partir de 1947. Neste último bloco, a análise se subdivide em três partes: a primeira discorre sobre informações mais agregadas, como tamanho do eleitorado, votos brancos, nulos e abstenções; a segunda analisa o material atinente aos resultados das eleições para o poder executivo; e a terceira faz o mesmo para os resultados dos pleitos para os postos legislativos. Para concluir, sugiro algumas formas de aperfeiçoamento da coleta, registro e divulgação da informação política no Brasil.

## Estatísticas eleitorais na República Velha

Nas 26 páginas dedicadas a dados eleitorais no volume 1 do anuário, editado em 1908, as seguintes informações estão disponíveis: número total de distritos e seções nas eleições para a Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas e tamanho do eleitorado;

<sup>1</sup> Neste ano o IBGE publica dados eleitorais em: O BRASIL EM NÚMEROS 1960. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. Apêndice do Anuário Estatístico do Brasil 1960.

<sup>2</sup> Ibid.



Manifestação popular no Rio de Janeiro, RJ, em 1919. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

número de eleitores por distrito; composição municipal dos distritos - isto é, o nome dos municípios que compunham determinado distrito - e respectivo número de seções; número de senadores, deputados federais, deputados estaduais e vereadores por estado; e os resultados agregados de eleições presidenciais, de eleições para a Câmara dos Deputados e Senado. Sobre tais informações, é importante observar que:

- 1) Durante o período que se convencionou chamar de República Velha, a lei eleitoral determinava a divisão dos estados em distritos eleitorais. Por vezes, um estado, como Alagoas, era composto de apenas um distrito, o qual, naturalmente, englobava todos os eleitores desta Unidade da Federação. Em outros casos, como os de São Paulo e Bahia, os eleitores se distribuía por quatro distritos. É também interessante notar que, ao contrário das informações contidas nos anuários mais recentes, os dados são organizados também por seções eleitorais, o que permite análise mais desagregada do que as que se apóiam em estatísticas extraídas de totais referentes ao estado.

- 2) Os distritos eleitorais não coincidiam necessariamente com unidades administrativas, tais como estados e municípios, mas não havia a possibilidade de um município conter eleitores de mais de um distrito.
- 3) É preciso identificar as informações confiáveis daquelas sujeitas à manipulação e que, portanto, não podem servir de base a inferências mais seguras. Os dados sobre número de representantes por estado – por exemplo, com um mínimo de quatro deputados federais para Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Piauí, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, e Sergipe, e o máximo de 37 para Minas Gerais - e número de distritos e seções eleitorais são certamente fidedignos. Contudo, os

que se referem a resultados, como número de eleitores, comparecimento, porcentagem de votantes, etc., devem ser tomados apenas como uma aproximação da realidade política da época, ao invés de fonte confiável de pesquisa. A literatura é pródiga em comentários sobre o falseamento da representação política. Ademais, o costume rezava que grande parte do início das sessões legislativas da Câmara dedicava-se às contestações, isto é, ao exame, pelas chamadas Comissões de Verificação, dos pedidos de recontagem de votos por parte de candidatos supostamente prejudicados pela apuração feita na Assembléia Legislativa de seu estado de origem.

O exame das tabelas abaixo permite a averiguação de como as informações contidas no volume 1 do anuário, publicado em 1916, foram organizadas.

**Tabela 1 - Representação Política - 1912**

Estados	Representantes				
	Federais		Estaduais		Municipais
	Senadores	Deputados	Senadores	Deputados	
Alagoas	3	6	15	30	279
Amazonas	3	4	15	24	192
Bahia	3	22	21	42	833
Ceará	3	10	-	30	698
Distrito Federal	3	10	-	-	16
Espírito Santo	3	4	-	25	183
Goiás	3	4	12	24	318
Maranhão	3	7	-	30	313
Mato Grosso	3	4	-	18	125
Minas Gerais	3	37	24	48	1 686
Pará	3	7	18	30	286
Paraíba	3	5	-	30	300
Paraná	3	4	-	30	320
Pernambuco	3	17	15	30	528
Piauí	3	4	-	24	226
Rio de Janeiro	3	17	-	45	485
Rio Grande do Norte	3	4	-	24	259
Rio Grande do Sul	3	16	-	32	495
Santa Catarina	3	4	-	22	169
São Paulo	3	22	24	50	1 328
Sergipe	3	4	-	24	207
<b>Total</b>	<b>63</b>	<b>212</b>	<b>144</b>	<b>612</b>	<b>9 246</b>

Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1908-1912. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, v. 1-3, 1916-1927.

**Tabela 2**  
**Eleição Presidencial - 1910**

Estados	Número de						
	Distritos Eleitorais	Eleitores			Votantes por 100 Eleitores	Votos	
		Em 1910	Que compareceram às urnas	Por 1 000 habitantes		Para Presidente	Para Vice-Presidente
Alagoas	1	23 909	14 464	29,37	60,5	12 884	12 872
Amazonas	1	14 231	6 362	39,67	44,7	6 221	6 220
Bahia	4	99 935	91 373	37,97	91,5	61 098	60 455
Ceará	2	43 418	29 322	38,78	67,5	27 937	27 952
Distrito Federal	2	25 246	8 687	29,00	34,4	4 526	4 503
Espírito Santo	1	18 512	10 949	54,32	59,1	8 801	8 840
Goiás	1	17 130	8 844	42,05	51,6	8 489	8 483
Maranhão	1	32 774	13 949	49,85	42,6	11 960	11 966
Mato Grosso	1	7 989	3 511	42,98	43,9	3 502	3 510
Minas Gerais	7	266 081	146 109	59,40	54,9	141 267	141 639
Pará	1	57 936	38 807	73,91	66,9	30 118	30 027
Paraíba	1	24 794	13 512	40,98	54,1	8 253	8 110
Paraná	1	36 463	17 530	70,03	48,1	17 422	17 478
Pernambuco	3	64 220	34 077	40,90	53,0	31 751	31 542
Piauí	1	21 843	15 448	51,01	70,7	12 255	12 248
Rio de Janeiro	3	71 539	49 056	56,49	66,4	37 971	37 276
Rio Grande do Norte	1	14 236	9 473	35,71	57,3	7 671	7 673
Rio Grande do Sul	3	116 515	66 803	73,07	68,5	66 732	66 645
Santa Catarina	1	24 810	13 966	56,22	56,2	13 739	13 821
São Paulo	4	160 494	108 705	46,45	67,7	108 618	108 683
Sergipe	1	13 071	6 704	31,89	51,2	6 352	5 993
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>1 155 146</b>	<b>797 651</b>	<b>49,49</b>	<b>60,3</b>	<b>627 567</b>	<b>625 938</b>

Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1908-1912. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, v. 1-3, 1916-1927.

Nota: O Presidente e o Vice-Presidente da República, reconhecidos e proclamados pelo Congresso Nacional em 30 de julho de 1910, obtiveram, respectivamente, 403 867 e 406 012 votos.

A tabela 1 mostra que a Câmara dos Deputados era composta por 212 membros e o Senado, 63. Confirma, ademais, a existência de estrutura bicameral em vários estados brasileiros da época, como Alagoas, Amazonas, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Pará, Pernambuco e São Paulo. Hoje em dia, como sabemos, o Senado não figura entre as instituições da representação política no nível estadual da federação. Finalmente, podemos perceber que Minas e São Paulo eram os estados com maior número de vereadores, 1686 e 1328, respectivamente, restando ao antigo Distrito Federal a reduzida cifra de 16 representantes municipais.

A segunda tabela apresenta algumas estatísticas relacionadas às eleições presidenciais de 1910 - quantidade de distritos eleitorais por estado, número de eleitores

inscritos, taxa de comparecimento e quantidade de votos obtidos pelos candidatos a presidente e vice-presidente. É interessante notar que o número de votos efetivamente dados aos candidatos – registrado nas duas últimas colunas – é sistematicamente inferior ao número de votantes, o que denota a presença de algum percentual de votos brancos ou nulos. O curioso é que, naquele tempo, não existia o voto secreto, sendo os candidatos sufragados em voz alta pelos diversos eleitores. Por conseguinte, uma linha interessante de investigação, sugerida após leitura da Tabela 2, refere-se ao fenômeno do voto branco na República oligárquica.

A Tabela 3 fornece números atinentes às eleições congressuais de 1911, os quais se apresentam de forma



Filas para votação nas eleições de 2000. Rio de Janeiro, RJ.  
Foto: Marcos Ramos - Agência O Globo.

semelhante aos verificados na tabela anterior. Contudo, os resultados para a Câmara não são de fácil leitura, pois os eleitores sufragavam mais de uma vez para candidaturas a deputado federal. De toda forma, o mesmo fenômeno observado nas eleições presidenciais se repete no

pleito para o Senado Federal, qual seja, o número de votantes é sistematicamente maior do que os votos obtidos pelos candidatos.

Embora limitadas e em determinados momentos pouco confiáveis, as informações que constam do volume 1 do anuário, publicado em 1916, são o início obrigatório de qualquer pesquisa que tenha por objetivo constituir séries históricas mais longas de observação.

### Participação política na era da justiça eleitoral

A história eleitoral do Brasil foi interrompida em 1930. Em 1933, ocorreram eleições para a escolha dos responsáveis pela elaboração da Carta de 1934, rasgada, como sabemos, na ocasião do golpe de 1937. Somente

**Tabela 3**  
**Eleição Geral dos Deputados e do Terço do Senado - 1912**

Estados	Número de						
	Distritos Eleitorais	Eleitores			Votantes por 100 eleitores	Votos	
		Em 1911	Que compareceram às urnas	Por 1 000 habitantes		Para Senadores	Para Deputados
Alagoas	1	24 464	14 355	29,44	58,6	3 025	29 494
Amazonas	1	16 662	6 840	45,22	41,0	6 835	10 876
Bahia	4	106 894	76 976	39,76	72,0	37 664	178 193
Ceará	2	45 437	24 389	39,56	53,6	15 088	60 793
Distrito Federal	2	25 246	10 834	27,38	42,9	10 299	33 215
Espírito Santo	1	19 295	10 081	54,91	52,2	7 531	23 767
Goiás	1	18 287	10 674	43,77	58,3	10 674	12 589
Maranhão	1	32 973	15 780	49,13	47,8	14 816	88 865
Mato Grosso	1	8 774	3 645	46,55	41,5	3 645	10 229
Minas Gerais	7	275 289	128 710	60,43	46,7	92 779	565 417
Pará	1	61 163	30 118	76,77	49,2	30 027	26 599
Paraíba	1	25 983	14 029	42,08	53,9	14 011	55 345
Paraná	1	38 673	18 346	71,93	47,4	17 669	41 954
Pernambuco	3	66 240	37 198	41,17	56,1	34 919	111 519
Piauí	1	23 405	15 795	53,84	67,4	15 396	45 942
Rio de Janeiro	3	73 903	46 850	57,05	63,3	31 503	181 920
Rio Grande do Norte	1	14 765	11 362	35,91	76,9	9 121	23 006
Rio Grande do Sul	3	123 119	57 375	75,14	46,6	57 375	276 844
Santa Catarina	1	24 172	14 260	53,42	58,9	14 121	42 780
São Paulo	4	168 130	73 906	46,99	43,9	73 906	234 334
Sergipe	1	13 651	7 590	32,66	55,6	7 582	22 746
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>1 206 525</b>	<b>629 113</b>	<b>50,42</b>	<b>52,2</b>	<b>507 986</b>	<b>2 076 427</b>

Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1908-1912. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, v. 1-3, 1916-1927.

com o término da Segunda Grande Guerra, em 1945, voltamos a ter eleições. O *Anuário Estatístico do Brasil* 1947 faz a re-estréia brasileira em assuntos ligados à participação e à representação políticas. Como disse anteriormente, a análise das estatísticas eleitorais deste período será subdividida em três partes, a primeira discorrendo sobre informações mais agregadas, como tamanho do eleitorado, votos brancos, nulos e abstenções, a segunda, enfocando o material atinente aos resultados das eleições para o poder executivo, e uma terceira, direcionada para os resultados dos pleitos para os postos Legislativos.

Antes de passarmos à análise, é conveniente lembrar de algumas modificações fundamentais ocorridas na lei eleitoral brasileira e na estrutura do sistema de votação: em primeiro lugar, os estados tornam-se os distritos eleitorais para fins de escolha de deputados federais, isto é, a antiga divisão das Unidades da Federação em distritos é extinta; em segundo, o sistema eleitoral para preenchimento da Câmara dos Deputados e Assembléias Legislativas passa a ser o proporcional de lista aberta, e não mais o sistema majoritário, plurinominal; terceiro, os partidos estaduais são proibidos, o que quer dizer que o quadro partidário adquire contornos nacionais, fazendo sentido promover contagem de desempenho eleitoral dos partidos em nível nacional; o voto torna-se secreto, diminuindo as possibilidades de manipulação e aumentando a autenticidade dos resultados; e, em último, a Justiça Eleitoral passa a administrar as eleições, o que, não custa repetir, eleva a confiabilidade dos dados publicados.

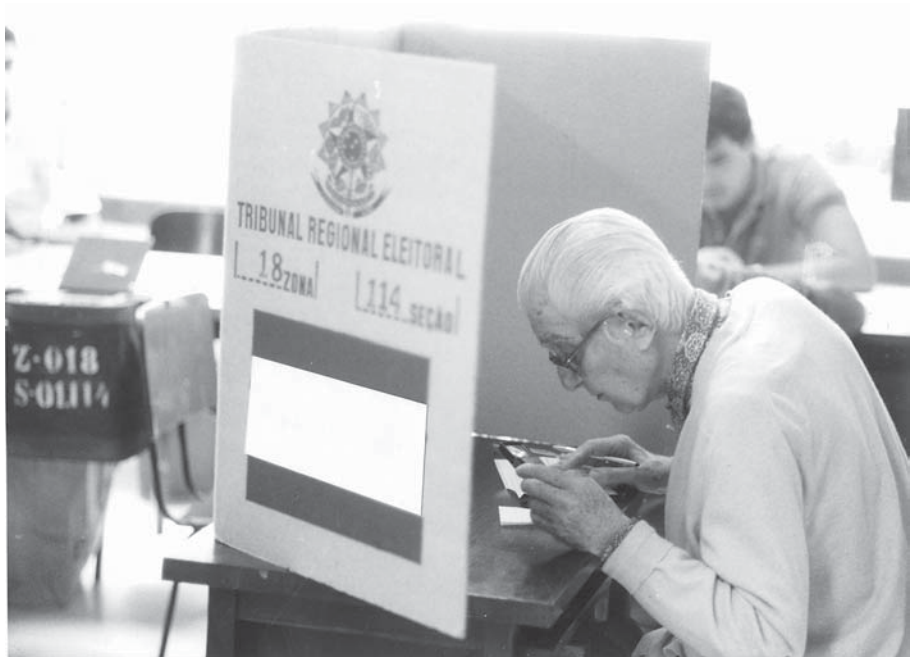
<sup>3</sup> Antes de mais nada, cabe lembrar que, assim como no período pré Justiça Eleitoral, os anuários não fornecem evidências sobre eleições municipais.

### a) Comparcimento e alienação eleitoral<sup>3</sup>

A tabela abaixo, extraída do anuário de 1947, expressa em traços gerais as informações disponíveis sobre participação política até os anos de 1990.

Temos basicamente as seguintes informações: eleitores inscritos, taxa de comparecimento, votos válidos e votos anulados, por estado, nas eleições para o poder executivo estadual. Este padrão se repete até as publicações mais recentes. Para as eleições proporcionais, presidenciais e municipais não existe informação sobre votos anulados, mas, obviamente, tal número pode ser obtido pela subtração do número de eleitores que compareceram às urnas pelo número de votos obtidos pelos diversos candidatos e partidos. Uma observação importante deve ser feita sobre o tema da alienação eleitoral: não há registro do número de votos em branco até o anuário de 1995. O que isto quer dizer? Significa que não podemos, com as evidências postas à disposição pelos anuários, conhecer a magnitude e evolução da alienação no Brasil. Isto porque o conceito de alienação eleitoral deve naturalmente incluir não somente os votos nulos e a taxa de abstenções, mas também os votos em branco. Ora, até as eleições de

Eleições. Rio de Janeiro, RJ. Foto: Vera Fonseca - Agência JB.



**Tabela 4**  
**Representação Política**  
**Resultado das eleições estaduais - 19-01-1947**

Unidades da Federação	Eleitorado inscrito	Votos		
		Total	Apurados (1)	Anulados
Amazonas	37 488	24 446	24 096	350
Pará	177 601	121 506	120 608	898
Maranhão	130 379	78 862	77 898	964
Piauí	139 957	110 099	107 230	2 869
Ceará	383 442	280 527	275 899	4 628
Rio Grande do Norte	159 310	118 430	(2) 112 571	...
Paraíba	195 946	151 677	150 844	833
Pernambuco	340 788	245 962	(3) 244 396	1 566
Alagoas	87 166	57 640	57 562	78
Sergipe	101 578	67 945	67 945	-
Bahia	477 535	(4) 322 240	310 992	5 175
Minas Gerais	1 276 286	868 940	858 065	10 875
Espírito Santo	126 585	94 558	93 189	1 369
Rio de Janeiro	404 472	280 384	276 180	4 204
São Paulo	1 601 283	1 146 977	1 135 461	11 516
Paraná	239 801	145 309	142 096	3 213
Santa Catarina	261 182	185 075	181 793	3 282
Rio Grande do Sul	788 659	557 234	555 499	1 735
Mato Grosso	74 417	44 305	42 018	2 287
Goiás	116 657	80 860	80184	676

Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1947. Rio de Janeiro: IBGE, v. 8, 1948.

(1) Inclusive votos em branco. (2) Exclusive votos em branco. (3) Dados sujeitos à retificação. (4) Inclusive 6 073 votos não discriminados.

1994, os votos brancos não eram considerados inválidos, por isso, no cômputo dos votos anulados, não está incluído aquele tipo de voto. O pesquisador deve consultar, neste caso, as publicações do próprio Tribunal Superior Eleitoral para lograr uma visão mais completa do fenômeno da alienação eleitoral.

Mas, como disse, as informações sobre participação alcançam outro estágio a partir do ano de 1995. Neste mesmo ano, o anuário é publicado fornecendo dados sobre votos em branco. Além disso, são registrados o número de zonas eleitorais e seções eleitorais de cada estado e o tamanho do eleitorado das capitais e dos municípios do interior. Contudo, a grande evolução no que tange à qualidade da evidência aconte-

ce a partir de 1996, quando o anuário passa a divulgar o número de eleitores por sexo, grupos de idade e escolas por Unidades da Federação, conjunto de dados também presente nos anuários de 1997 e de 1998.

#### b) Eleições para o Poder Executivo

A Tabela 5 expressa o padrão de evidências disponíveis nos anuários no que se refere a resultados eleitorais para o poder executivo nos níveis federal e estadual<sup>4</sup>.

As informações contidas na tabela estão restritas ao desempenho dos candidatos eleitos e é interessante notar que este padrão não se altera até os dias atuais. Por óbvio, as possibilidades de pesquisa diminuem de forma significativa, sem que se conheça o montante de

<sup>4</sup> Importante notar que alguns anuários fornecem dados para eleições presidenciais ocorridas durante a chamada República Velha. Para estes casos, valem as ressalvas feitas na segunda seção deste quanto à autenticidade das informações.

votos obtidos pelos candidatos derrotados. Não há como perceber a evolução do quadro de competição político partidário nos estados ao longo do tempo, nem qualquer forma de análise de tipo *cross-sectional*. Outra observação importante concerne às eleições municipais. De fato, os dados relacionados às disputas pela prefeituras não constam dos anuários. Maiores comentários sobre o potencial de pesquisa com os dados disponíveis se encontram na conclusão.

### c) Eleições para o Poder Legislativo

As Tabelas 6 e 7 expressam o padrão de evidências disponíveis nos anuários no que se refere a resultados eleitorais para o Poder Legislativo nos níveis federal e estadual.

O que observamos nas tabelas? Basicamente o que se precisa para promover grande parte das análises



Assembléia constituinte em 1988. O Presidente do Congresso Nacional, Ulisses Guimarães conversa com líder indígena. CPDOC/FGV.

sobre o sistema partidário brasileiro: a quantidade de votos obtidos por cada partido, a coligação em cada estado e o tamanho das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados e nas Assembléias Legislativas – note que, na Tabela 7, temos um exemplo de evidências coletadas para as Assembléias. Duas advertências são

**Tabela 5**  
**Representação Política**  
**Resultado das eleições Estaduais - 19-01-1947**

Unidades da Federação	Candidato Eleito			
	Nome	Partido pelo qual foi inscrito	Votos Obtidos	
			Números absolutos	Percentual sobre os votos apurados (%)
Amazonas	Leopoldo Amorim da Silva Neves	UDN/PTB	14 578	60,50
Pará	Luiz Geolás de Moura Carvalho	PSD	68 302	56,63
Maranhão	Sebastião Archer da Silva	PPB	36 532	46,90
Piauí	José da Rocha Furtado	UDN	55 650	51,90
Ceará	Faustino de Albuquerque e Souza	UDN	147 911	53,61
Rio Grande do Norte	José Augusto Varela	PSD	57 296	50,90
Paraíba	Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo	UDN	80 373	53,28
Pernambuco	Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho	PSD/PRD	84 178	34,44
Alagoas	Silvestre Péricles de Góis Monteiro	PSD	33 900	58,89
Sergipe	José Rollemberg Leite	PSD/PTB/PR	40 847	60,12
Bahia	Otávio Mangabeira	UDN/PSD/PRP	211 121	67,89
Minas Gerais	Milton Soares Campos	PR/UDN/PDC/PTN/PRD	448 073	52,22
Espírito Santo	Carlos Fernando Monteiro Lindenberg	PSD/UDN	59 008	63,32
Rio de Janeiro	Edmundo de Macedo Soares e Silva	PTN/UDN/PPB/PSD/PTB	250 350	90,65
São Paulo	Adhemar Pereira de Barros	PCB/PSP	393 637	34,67
Paraná	Moysés Lupion	PSD/UDN/PTB/PRP	91 059	64,08
Santa Catarina	Aderbal Ramos da Silva	PSD/PTB/PR	95 740	52,66
Rio Grande do Sul	Walter Jobim	PSD	229 129	41,25
Mato Grosso	Arnaldo Estevão de Figueiredo	PSD	21 293	50,68
Goias	Jerônimo Coimbra Bueno	UDN	40 792	50,87

Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1947. Rio de Janeiro: IBGE, v. 8, 1948.



**Tabela 6**  
**Poder Legislativo**  
**Votos Apurados, segundo as Legendas - 1945**

Unidades da Federação	Votos Líquidos Apurados, segundo as Legendas						
	Total	PSD	UDN	PTB	PCB	PR	PSP
Amazonas	23 366	7 726	7 870	4 644	574	451	-
Pará	118 453	63 296	10 257	7 940	3 923	-	31 439
Maranhão	77 362	10 038	9 587	4 144	1 320	18 005	-
Piauí	106 850	50 226	48 774	6 546	626	-	-
Ceará	271 242	104 528	101 175	2 653	12 579	-	43 554
Rio Grande do Norte	(1) 116 171	57 890	(2) ...	1 086	2 787	-	(2) ...
Paraíba	150 432	60 746	77 712	5 635	5 756	-	-
Pernambuco	(3) 240 776	83 390	(4) ...	5 748	43 563	14 471	584
Alagoas	56 356	27 096	15 618	7 376	5 496	-	-
Sergipe	67 853	21 591	20 367	2 204	4 094	17 051	-
Bahia	305 533	100 006	122 642	41 009	12 580	17 551	-
Minas Gerais	828 278	274 439	193 270	71 529	20 193	168 274	1 237
Espírito Santo	89 493	27 528	17 882	7 676	3 759	13 852	-
Rio de Janeiro	268 409	96 043	71 760	44 045	32 799	7 066	2 482
Distrito Federal (5)	(6) 429 419	(7) ...	82 569	84 548	105 652	47 503	6 447
São Paulo	1 081 719	267 129	138 342	221 066	173 654	59 379	138 024
Paraná	135 447	45 785	26 714	24 611	5 305	15 352	5 846
Santa Catarina	177 118	86 923	68 784	11 637	2 544	-	-
Rio Grande do Sul	530 044	171 528	47 426	172 059	32 006	-	2 727
Mato Grosso	(8) 40 412	19 119	(9) ...	2 654	3 069	(9) ...	-
Goias	79 488	31 299	26 325	2 098	6 745	2 593	-
<b>Brasil</b>	<b>(10) 5 194 221</b>	<b>(10) 1 606 326</b>	<b>(10) 1 087 074</b>	<b>730 908</b>	<b>479 024</b>	<b>(10) 381 548</b>	<b>(10) 232 340</b>

Unidades da Federação	Votos Líquidos Apurados, segundo as Legendas							
	PRP	PTN	PDC	PL	ED	PPB	PRD	POT
Amazonas	640	1 461	-	-	-	-	-	-
Pará	1 598	-	-	-	-	-	-	-
Maranhão	-	-	-	1 510	-	32 758	-	-
Piauí	267	-	-	411	-	-	-	-
Ceará	6 753	-	-	-	-	-	-	-
Rio Grande do Norte	1 041	-	-	-	-	-	-	-
Paraíba	583	-	-	-	-	-	-	-
Pernambuco	6 248	-	(4) ...	(4) ...	2 919	-	3 941	-
Alagoas	770	-	-	-	-	-	-	-
Sergipe	-	300	-	-	2 246	-	-	-
Bahia	8 381	-	-	-	2 119	-	1 245	-
Minas Gerais	20 694	55 615	19 061	-	574	-	2 643	749
Espírito Santo	6 430	-	8 338	-	-	-	4 028	-
Rio de Janeiro	8 269	907	514	-	3 234	737	-	553
Distrito Federal (5)	9 349	11 116	6 976	-	9 329	5 817	6 038	(7) ...
São Paulo	25 344	8 308	35 975	-	14 498	2 688	-	-
Paraná	8 160	-	-	-	986	-	-	-
Santa Catarina	7 230	-	-	-	-	-	-	-
Rio Grande do Sul	46 783	-	-	54 972	2 543	-	-	-
Mato Grosso	-	-	-	-	-	-	-	-
Goias	344	-	-	-	10 084	-	-	-
<b>Brasil</b>	<b>158 884</b>	<b>77 707</b>	<b>(10) 70 864</b>	<b>(10) 56 893</b>	<b>48 532</b>	<b>42 000</b>	<b>17 895</b>	<b>(10) 1 302</b>

Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1947. Rio de Janeiro: IBGE, v. 8, 1948.

**Tabela 7**  
**Representação Política**  
**Resultados das Eleições Estaduais - 19.01.1947**  
**Deputados Eleitos, segundo as Legendas**

Unidades da Federação	Número de Deputados						
	Total	PSD	UDN	PTB	PCB	PR	PSP
Amazonas	30	9	15	5	-	-	9
Pará	37	22	3	2	1	-	-
Maranhão	36	4	4	1	-	8	7
Piauí	32	17	14	1	-	-	-
Ceará	45	19	16	1	2	-	-
Rio Grande do Norte	(1) 32	18	(2) ...	-	-	-	(2) ...
Paraíba	37	14	21	1	1	-	-
Pernambuco	(3) 55	23	(4) ...	1	9	3	-
Alagoas	35	19	9	4	3	-	-
Sergipe	32	13	9	1	1	7	-
Bahia	60	19	28	7	2	3	-
Minas Gerais	72	29	16	6	1	14	-
Espírito Santo	32	14	6	2	1	4	-
Rio de Janeiro	54	24	14	8	6	1	-
Distrito Federal (5)	(6) 50	(7) ...	9	9	18	5	-
São Paulo	75	26	9	14	11	3	9
Paraná	37	16	7	6	1	4	1
Santa Catarina	37	21	13	2	-	-	-
Rio Grande do Sul	55	16	4	23	3	-	-
Mato Grosso	(8) 30	16	(9) ...	1	2	(9) ...	-
Goiás	32	15	10	-	2	1	-
<b>Brasil</b>	<b>(10) 905</b>	<b>(10) 354</b>	<b>(10) 207</b>	<b>95</b>	<b>64</b>	<b>(10) 53</b>	<b>(10) 26</b>

Unidades da Federação	Número de Deputados							
	PRP	PTN	PDC	PL	ED	PPB	PRD	POT
Amazonas	-	1	-	-	-	-	-	-
Pará	-	-	-	-	-	-	-	-
Maranhão	-	-	-	-	-	19	-	-
Piauí	-	-	-	-	-	-	-	-
Ceará	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio Grande do Norte	-	-	-	-	-	-	-	-
Paraíba	-	-	-	-	-	-	-	-
Pernambuco	1	-	(4) ...	(4) ...	-	-	-	-
Alagoas	-	-	-	-	-	-	-	-
Sergipe	-	-	-	-	1	-	-	-
Bahia	1	-	-	-	-	-	-	-
Minas Gerais	1	4	1	-	-	-	-	-
Espírito Santo	2	-	2	-	-	-	1	-
Rio de Janeiro	1	-	-	-	-	-	-	-
Distrito Federal (5)	1	1	-	-	1	-	-	(7) ...
São Paulo	1	-	2	-	-	-	-	-
Paraná	2	-	-	-	-	-	-	-
Santa Catarina	1	-	-	-	-	-	-	-
Rio Grande do Sul	4	-	-	5	-	-	-	-
Mato Grosso	-	-	-	-	-	-	-	-
Goiás	-	-	-	-	4	-	-	-
<b>Brasil</b>	<b>15</b>	<b>(10) 6</b>	<b>(10) 5</b>	<b>(10) 5</b>	<b>6</b>	<b>19</b>	<b>1</b>	<b>(10) ...</b>

Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1947. Rio de Janeiro: IBGE, v.8, 1948.

(1) Inclusive 14 deputados eleitos pela coligação U.D.N. - P.S.P. (2) Vide chamada anterior. (3) Inclusive 18 deputados eleitos pela coligação U.D.N. - P.D.C. - P.L. (4) Vide chamada anterior. (5) Resultados referentes à eleição para a Câmara de Vereadores. (6) Inclusive 6 vereadores eleitos pela A.T.D. (Aliança Trabalhista Democrática), coligação do P.S.D. - P.O.T. (7) Vide chamada anterior. (8) Inclusive 11 deputados eleitos pela coligação U.D.N. - P.R. (9) Vide chamada anterior. (10) Com as imperfeições mencionadas.

relevantes no que tange às informações sobre representação política: não há registro sobre quantidade de votos obtidos pelos candidatos a deputado federal ou estadual; e não há evidência de qualquer natureza sobre resultados eleitorais para pleitos municipais, isto é, não encontramos, nos anuários, dados sobre eleições para a Câmara dos Vereadores.

## Conclusão

Qual o diagnóstico que podemos fazer das estatísticas sobre participação político-eleitoral disponíveis nos anuários e em alguns volumes do *Brasil em Números*? No que se refere ao dados eleitorais anteriores à criação da Justiça Eleitoral, dois problemas fundamentais se impõem: o da confiabilidade e o da incompletude. Hoje em dia, pode-se dizer que apenas o segundo problema ainda persiste. Os dados não eram confiáveis porque as instituições também não o eram, e eram incompletos porque não existia uma cultura em nosso País favorável à coleta sistemática e detalhada de informações que dissessem respeito ao nosso comportamento político. Tal cultura vem gradualmente se firmando e a maior riqueza dos dados disponíveis nos últimos anuários são uma comprovação disto.

As possibilidades de pesquisa a partir dos dados contidos nos anuários são bastante limitadas e isto por um motivo simples: basicamente todas as informações ali disponíveis podem ser obtidas junto às diversas publicações do próprio Tribunal Superior Eleitoral. Análises longitudinais e comparativas sobre participação e alienação eleitorais, competitividade política, taxas de dispersão do poder político formal, avanço e recuo no poder dos partidos, enfim, toda a galeria de temas

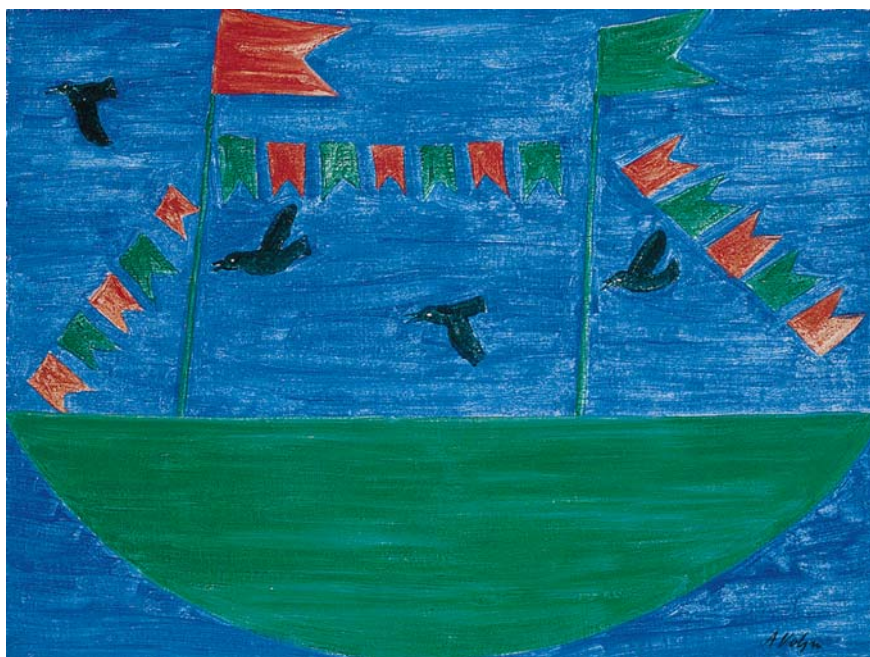
com os quais a ciência política brasileira vem trabalhando, tem se apoiado nos dados fornecidos pelo órgão responsável pela apuração dos resultados dos diferentes pleitos. O que talvez seja interessante marcar é o potencial de pesquisa que as últimas publicações do anuário vem revelando. De fato, somente um Instituto com grande capacidade de penetração nas diferentes regiões do País, por minúsculo que seja o município, pode desagregar as informações sobre participação política no nível desejado atualmente pelos pesquisadores. São cada vez mais necessárias evidências a respeito do que acontece na *célula mater* do jogo político – o município. Hoje em dia, os dados municipais são fornecidos pelos Tribunais Eleitorais, mas o seu registro depende do esforço, às vezes proibitivo, dos próprios pesquisadores. Aqui pode-se pensar em alguma forma de divisão do trabalho de coleta entre os Tribunais Eleitorais e o IBGE, ficando o primeiro responsável pela divulgação do dados em um nível maior de agregação, e o segundo, com a incumbência de coletar e disponibilizar o que se passa no nível local da competição política. Isto significaria uma verdadeira revolução da informação política em nosso País.

Passeata no Rio de Janeiro, RJ. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.





# ENTRE O PALCO E A TELEVISÃO



Barco com Bandeirinhas e Pássaros, 1985  
Alfredo Volpi  
Têmpera sobre tela - 54,2 x 73 cm  
Museu de Arte Contemporânea da Universidade de  
São Paulo – MAC-USP.

---

\* Doutor em Sociologia pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, Paris/França e Professor Titular no Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - USP. *Autor de Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*, São Paulo, Difel, coleção Corpo e Alma do Brasil, 1979; *Estado e Cultura no Brasil* (editor), São Paulo, Difel, coleção Corpo e Alma do Brasil, 1984; *Imagens Negociadas – Retratos da Elite Brasileira (1920-1940)*, São Paulo, Cia. das Letras, 1996.

## ENTRE O PALCO E A TELEVISÃO

SERGIO MICELI\*

**A**s informações estatísticas contidas nas séries coligidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE -, ao longo de todo o Século XX, oferecem retratos inesperados da cena cultural, ou então, requerem o apelo a subsídios adicionais capazes de trocar em miúdos e trazer à tona os feitos e atividades recobertos pelos algarismos e porcentuais. Certos quadros ou tabelas proporcionam flagrantes surpreendentes acerca de práticas culturais enfiadas na lonjura histórica; outros coeficientes apresentam indicadores consistentes a respeito dos níveis de concentração regional ou institucional no tocante a equipamentos e instituições da infra-estrutura na área cultural – bibliotecas, museus, arquivos –, às redes de distribuição de bens culturais – cinemas, teatros, livrarias, etc. –, ou ainda aos empreendimentos e setores mais rentáveis da emergente indústria cultural no País – gráficas e editoras, jornais e periódicos, estações de rádio e televisão, etc.

Teatro Amazonas. Manaus, AM.  
Acervo IBGE.



Poder-se-ia começar pelo contraste entre as 88 páginas da imensa listagem dos periódicos publicados no País no período de 1907-1912, distribuídos por estado e cidade, pelo título, pela “natureza”, pela periodicidade, pelo ano de fundação, pelo idioma, pelo tamanho e pela tiragem, e a tabela referente à quantidade de domicílios possuidores de aparelhos de rádio e televisão em 1980<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Ver as tabelas “Periódicos publicados no Brasil/Journaux publiés au Brésil (1907-1912), Imprensa/Presse” (Anuário Estatístico do Brasil 1908-1912, p. 467); “Domicílios particulares permanentes, por situação de domicílio, segundo algumas das principais características – 1980/1991” e “Moradores em domicílios particulares permanentes, por situação de domicílio, segundo algumas das principais características” (Anuário Estatístico do Brasil 1994). Ver também CD-ROM *Estatísticas do Século XX*.

A dita “natureza” dos periódicos é enunciada por qualificativos que categorizam, no léxico daquele momento cultural, os principais campos da atividade econômica, os grandes domínios do saber intelectual, as instâncias detentoras de prestígio e lustro simbólico, os gêneros inventados e difundidos pela nova imprensa de divulgação: noticioso, humorístico, comercial, religioso, oficial, literário, agrônômico, didático, espírita, científico, estatístico, anunciador, almanaque, esportivo, industrial, maçônico, militar, infantil, marítimo, histórico e filosófico.

Enquanto a listagem dos periódicos permite recompor o quadro das instituições mais influentes em termos de autoridade cultural – a saber: os grandes diários do Rio de Janeiro e das capitais estaduais, as revistas das academias de letras e dos institutos históricos e geográficos, os diários oficiais e outras publicações governamentais especializadas, os noticiosos das organizações eclesiais, os órgãos a serviço das entidades patronais e empresariais, os veículos das associações de profissionais liberais, os almanaques, as revistas ilustradas e de humor, as publicações subvencionadas pelas comunidades de imigrantes, etc. –, os elevados percentuais de residências com acesso aos entretenimentos veiculados pelo rádio e pela televisão sinalizam um estágio completamente diverso em matéria de consumo cultural, hoje cada vez mais ancorado no recurso a equipamentos domésticos sofisticados de reprodução (toca-cds, dvds, televisores, vídeos, *home-theaters*, computadores conectados à Internet, etc.).

A distribuição dos periódicos fundados até 1899 é quase a única tabela que ainda confere certa primazia ao então Distrito Federal, situação que vai se alterar de modo significativo já antes de 1912, quando o Estado de São Paulo passa a concentrar um quarto dos periódicos existentes. Mais adiante, poder-se-ão multiplicar e qualificar outros exemplos reveladores desse crescente rearranjo regional das instituições, dos espaços de distribuição de bens culturais e, sobretudo, dos empreendimentos privados especializados na produção de lazeres e bens culturais.

<sup>2</sup> Ver em XEXÉO (1989).

<sup>3</sup> Ver o Quadro II, “Teatro Municipal do Rio de Janeiro/Lotação – Óperas líricas cantadas no período de 1910/1936” (Anuário Estatístico do Brasil 1937, p. 741-742).

## Ópera “Verista”, cinema estrangeiro e dependência cultural

Os dados quantitativos referentes aos salões nacionais de belas artes e às temporadas de ópera, na cidade do Rio de Janeiro, naquela época o centro incontestado da vida artística e intelectual do País, propiciam subsídios preciosos a respeito dos padrões de gosto e de sensibilidade prevalentes nos círculos de elite em que era recrutada a maioria dos abonados compradores de obras de arte no mercado interno, bem como dos assinantes e demais frequentadores dos espetáculos líricos no Teatro Municipal.

Aliás, ao contrário de inúmeros quadros cuja interpretação requer o recurso a um lastro considerável de subsídios recolhidos em outras fontes, essa suculenta tabela acerca das temporadas cariocas de ópera é uma caixa de surpresas em matéria de evidências atinentes às práticas culturais das elites pré-modernistas em país periférico. Ao invés de se amoldarem à leitura do historiador da cultura, os dados arrumados nessa tabela como que ressuscitam os contornos de um tesouro submerso de políticas e práticas culturais, demandando do pesquisador certos cuidados de recontagem e reorganização das categorias e rubricas, de retificação e complementação de lacunas e informações truncadas, trazendo à tona, ao cabo desse trabalho de ajuste, um mapeamento esclarecedor dessa atividade cultural e mundana tão decisiva na sociabilidade dos grupos dirigentes residentes e atuantes na capital do País.

Entre 1910 e 1936, o novinho em folha Teatro Municipal do Rio de Janeiro, recém-inaugurado (1909)<sup>2</sup>, abrigou o número espantoso de 696 espetáculos líricos<sup>3</sup>. Afora alguns anos excepcionais, com quase 30 récitas por temporada – 27 óperas em 1913, 31 em 1919 e 29 em 1936, e dos primeiros seis anos da década de 1920, momento de apogeu da atividade operística na então capital federal, com as temporadas oscilando entre as quatro dezenas de récitas entre 1924 e 1926, as cinco dezenas entre 1921-1923, e o recorde insuperável de 73 performances em 1920, os



demais anos desse período encenavam a média de uma dúzia e meia de espetáculos. Ficaram de fora desse balanço os anos críticos de baixa por conta da crise de 1929 e os anos turbulentos de 1930 (Revolução de 1930) e 1932 (Revolução Paulista), em que a temporada lírica foi cancelada.

Entretanto, ainda mais notáveis do que o tamanho da temporada, ou de seus custos astronômicos de produção, são a variedade de gêneros incluídos no repertório anual, a diversidade de obras e compositores, o empenho

em garantir a representatividade das grandes escolas e tradições nacionais, e o intento explícito de encenar peças contemporâneas, numa política deliberada de importar as últimas novidades do mundo lírico.

Afora a oferta compreensível de um pequeno lote de óperas de Carlos Gomes, em proporção incomparável à sua presença na cena italiana para a qual suas peças foram encomendadas, os padrões de preferência então dominantes na capital do País se mostravam caudatários das tendências vigentes em matéria de gosto musical e

SITUAÇÃO CULTURAL

DIVERSÕES

II — Teatro Municipal do Rio de Janeiro

Lotação — Óperas líricas cantadas no período de 1910/1936

ESPECIFICAÇÃO		Dados numéricos	ESPECIFICAÇÃO		Dados numéricos		
Lugares existentes	<b>I - Lotação</b>		<b>Segundo as temporadas (Concl.)</b>	1929.....	9		
	TOTAL.....	2 295		1931.....	10		
	Segundo os pavimentos	Procênio..... 36 Rés do chão..... 632 Primeiro andar..... 60 Segundo andar..... 846 Terceiro andar..... 721		1933.....	17		
				1934.....	22		
				1935.....	23		
				1936.....	29		
	Segundo as localidades	Camarotes..... 96 Frisas..... 110 Balcões nobres..... 400 Balcões..... 446 Platéia..... 522 Galerias..... 721		<b>Segundo a nacionalidade dos compositores</b>	Repertório italiano	Adriana Lecouvreur.....	3
						Aída.....	45
						Amica.....	1
						Amico Fritz.....	1
Amor dos Três Reis.....			1				
Andréa Chenier.....	10						
Anima Alegre.....	1						
Baile de Máscaras.....	2						
Barbeiro de Sevilha.....	28						
Boêmia.....	19						
Butterfly (Mme.).....	17						
Carlos (D).....	2						
Cavaleria Rusticana.....	10						
Cena del Baffe.....	1						
Cecília.....	3						
Compagnocci.....	1						
Conchita.....	1						
Debora e Jaele.....	1						
Elixir de Amor.....	9						
Ernani.....	1						
Falstaff.....	3						
Fanciuga del West.....	1						
Favorita.....	4						
Fédora.....	1						
Fôrça do Destino.....	1						
Francisca da Rimini.....	2						
Gioconda.....	13						
Giuliana.....	2						
Giulio Cesare.....	1						
Guglielmo Ratoliff.....	1						
<b>II — Operas líricas cantadas</b>							
(Número de vezes)							
Segundo as temporadas	TOTAL.....	696					
	1910.....	17					
	1911.....	16					
	1912.....	12					
	1913.....	27					
	1914.....	23					
	1915.....	17					
	1916.....	18					
	1917.....	25					
	1918.....	20					
	1919.....	31					
	1920.....	73					
	1921.....	51					
	1922.....	53					
	1923.....	47					
	1924.....	38					
	1925.....	38					
	1926.....	40					
	1927.....	18					
1928.....	22						

continua

SITUAÇÃO CULTURAL

DIVERSÕES

II — Teatro Municipal do Rio de Janeiro

Lotação — Óperas líricas cantadas no período de 1910/1936

		conclusão		
ESPECIFICAÇÃO	Dados numéricos	ESPECIFICAÇÃO	Dados numéricos	
Segundo a nacionalidade dos compositores (Cont.)	Repertório italiano (Concl.)	Guilherme Tell .....	1	
		Iris .....	7	
		Isabeau .....	6	
		Isabella Orsini .....	1	
		Italiana em Argel .....	2	
		Jackerie .....	1	
		Legenda de Sakuntala .....	2	
		Ladoleta .....	1	
		Loreley .....	6	
		Lucia da Lamermoor .....	9	
		Manon Lescaut .....	4	
		Matrimônio Secreto .....	1	
		Mefistófeles .....	24	
		Moisés .....	3	
		Norma .....	10	
		Oráculo .....	2	
		Otelo .....	1	
		Palhaços .....	11	
		Parisina .....	1	
		Piccolo Marat .....	2	
		Puritanos .....	2	
		Rigoletto .....	41	
		Romeu e Julieta .....	2	
		Rondina (La) .....	2	
		Sibéria .....	1	
		Sonâmbula .....	2	
		Tosca .....	26	
		Traviata .....	22	
		Triptico.....	Angélica .....	1
			Gianini Schicchi.....	1
			Tabaro (II) .....	1
		Trovador .....	8	
		Turandot .....	2	
		Wally (La) .....	1	
		<b>SOMA .....</b>	<b>393</b>	
		Repertório francês	Beatrice .....	1
			Cadeaux de Noël (Les) .....	1
			Carmen .....	26
			Danação de Fausto .....	8
Etranger (L') .....	2			
Fausto .....	7			
Fortúnio .....	2			
Hamlet .....	1			
Heroide .....	1			
Hora Espanhola .....	1			
Ivan, le terrible .....	1			
Jongleur de Notre Dame (Le) .....	3			
Lakmé .....	1			
Luisa .....	2			
Monna Vanna .....	6			
Manon .....	33			
Marouff .....	1			
Mignon .....	1			
Pescador de Pérolas .....	2			
Pelleas e Melissandre .....	1			
Quixote (D) .....	2			
Roi de Lahor .....	3			
Segundo a nacionalidade dos compositores (Concl.)	Repertório francês (Cont.)	Sansão e Dalila .....	18	
		Thais .....	20	
		Werter .....	6	
		<b>SOMA .....</b>	<b>150</b>	
		Repertório alemão	Africana .....	2
			Bodas de Fígaro .....	2
	Cavaleiro da Rosa .....		5	
	Crepúsculo dos Deuses .....		1	
	Escola da Aldeia .....		1	
	Eletra .....		1	
	Fidefis .....		1	
	Huguenotes .....		8	
	Lohengrin .....		15	
	Marta .....		3	
	Mestres Cantores .....		1	
	Orfeu .....		6	
	Ouro do Reno .....		2	
	Parsifal .....		16	
	Salomé .....	5		
	Siegfried .....	3		
	Tanhauser .....	4		
	Tristão e Isolda .....	2		
	Valquíria .....	14		
	<b>SOMA .....</b>	<b>92</b>		
	Repertório brasileiro	Abul .....	2	
		Bandeirantes .....	1	
		Condor .....	3	
		Contratantes de diamantes.....	1	
		D Casmurro .....	1	
		Escravo .....	7	
		Fosca .....	2	
		Guaraní .....	13	
		Inocente .....	1	
		Jupira .....	1	
		Maria Tudor .....	2	
		Primizie .....	1	
		Rei Galaor .....	1	
		Saldunes .....	2	
	Salvador Rosa .....	2		
Soror Madalena .....	2			
Um caso singular .....	2			
<b>SOMA .....</b>	<b>44</b>			
Repertório russo	Boris Goudonow .....	4		
	Dame de Piqué .....	1		
	Feira de Sarochintze .....	2		
	Kiteje .....	2		
	Stneguretchja .....	1		
Príncipe Igor .....	4			
Tzar Saltan .....	3			
<b>SOMA .....</b>	<b>17</b>			

Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1937. Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, 1937.

SITUAÇÃO CULTURAL  
DIVERSÕES

II — Teatro Municipal do Rio de Janeiro

Óperas líricas cantadas

Ópera	Compositor	Ano de estréia	Total de récitas
continua			
<b>Repertório italiano</b>			
Adriana Lecouvreur.....	Cilea	1902	3
Aída.....	Verdi	1871	45
Amica.....	Mascagni		1
O Amigo Fritz.....	Mascagni	1891	1
O Amor dos Três Reis.....	Montemezzi	1913	1
Andrea Chénier.....	Giordano	1896	10
Anima Allegra.....	Vittadini		1
Um Baile de Máscaras.....	Verdi	1859	2
O Barbeiro de Sevilha.....	Rossini	1816	28
La Bohème.....	Puccini	1896	19
Madame Butterfly.....	Puccini	1904	17
Don Carlos.....	Verdi	1867	2
Cavaleria Rusticana.....	Mascagni	1890	10
La Cena delle Befe.....	Giordano		1
Cecília.....	Refice	1934	3
Compagnocci.....			1
Conchita.....	Zandonai	1911	1
Debora e Jaële.....	Pizzetti	1922	1
O Elixir do Amor.....	Donizetti	1832	9
Ermani.....	Verdi	1844	1
Falstaff.....	Verdi	1893	3
La Fanciulla del West.....	Puccini	1910	1
La Favorita.....	Donizetti	1840	4
Fedora.....	Giordano	1898	1
A Força do Destino.....	Verdi	1862	1
Francesca da Rimini.....	Zandonai	1914	2
La Gioconda.....	Ponchielli	1876	13
Giuliana.....			2
Giulio Cesare.....	Malipiero	1936	1
Guglielmo Ratcliff.....	Mascagni	1895	1
Guilherme Tell.....	Rossini	1829	1
Iris.....	Mascagni	1898	7
Isabeau.....	Mascagni	1911	6
Isabella Orsini.....			1
L'Italiana in Algeri.....	Rossini	1813	2
Jacquerie.....	Marinuzzi	1918	1
La Legenda di Sakuntala.....	Alfano	1921	2
Lodoletta.....	Mascagni	1917	1
Loreley.....	Catalani	1890	6
Lucia di Lammermoor.....	Donizetti	1835	9
Manon Lescaut.....	Puccini	1893	4
O Casamento Secreto.....	Cimarosa	1792	1
Mefistófeles.....	Boito	1868	24
Moisés.....	Orefice	1905	3
Norma.....	Bellini	1831	10
Oráculo.....			2
Otelo (1).....	Verdi	1887	1
Pagliacci.....	Leoncavallo	1892	11
Parisina.....	Donizetti	1833	1
Il Piccolo Marat.....	Mascagni	1921	2
I Puritani.....	Bellini	1835	2
Rigoletto.....	Verdi	1851	41
Giulietta e Romeo.....	Zandonai	1922	2
La Rondine.....	Puccini	1917	2
Siberia.....	Giordano	1903	1
La Sonnambula.....	Bellini	1831	2
Tosca.....	Puccini	1900	26
La Traviata.....	Verdi	1853	22
Il Trittico/Il Tabarro, Suor Angelica, Gianni Schicchi.....	Puccini	1918	3
Il Trovatore.....	Verdi	1853	8
Turandot.....	Puccini	1926	2
La Wally.....	Catalani	1892	1
	<b>Total</b>		<b>393</b>
<b>Repertório francês</b>			
Béatrice et Bénédicte.....	Berlioz	1862	1
Les Cadeaux de Noël.....	Leroux	1925	1
Carmen.....	Bizet	1875	26
A Danação de Fausto.....	Berlioz	1846	8
L'Étranger.....	D'Indy	1903	2
Fausto.....	Gounod	1859	7

SITUAÇÃO CULTURAL  
DIVERSÕES

## II — Teatro Municipal do Rio de Janeiro

## Óperas líricas cantadas

Ópera	Compositor	Ano de estréia	conclusão	
			Total de récitas	
<b>Repertório francês</b>				
Fortunio .....	Messager	1907		2
Hamlet .....	Thomas	1868		1
Hérodíade.....	Massenet	1881		1
A Hora Espanhola .....	Ravel	1911		1
Ivan, O terrível.....				1
Le Jongleur de Notre Dame .....	Massenet	1902		3
Lakmé .....	Delibes	1883		1
Louise.....	Charpentier	1900		2
Monna Vanna .....	Février	1909		6
Manon .....	Massenet	1884		33
Mârouf, Le Savetier du Caire .....	Rabaud	1914		1
Mignon .....	Thomas	1866		1
Os Pescadores de Pérolas .....	Bizet	1863		2
Pelléas et Mélisande .....	Debussy	1902		1
Dom Quixote.....	Massenet	1910		2
Le Roi de Lahore .....	Massenet	1877		3
Sansão e Dalila .....	Saint-Saëns	1877		18
Thaïs .....	Massenet	1894		20
Werther .....	Massenet	1892		6
L'Africaine .....	Meyerbeer	1865		2
Les Huguenots .....	Meyerbeer	1836		8
	<b>Total</b>			<b>160</b>
<b>Repertório alemão</b>				
As Bodas de Figaro .....	Mozart	1786		2
O Cavaleiro da Rosa .....	Strauss	1911		5
Crepúsculo dos Deuses .....	Wagner	1876		1
Escola da Aldeia .....				1
Elektra .....	Strauss	1909		1
Fidelio.....	Beethoven	1805		1
Lohengrin .....	Wagner	1850		15
Martha .....	Flotow	1847		3
Os Mestres Cantores de Nuremberg.....	Wagner	1868		1
Orfeu e Eurídice .....	Gluck	1762		6
Ouro do Reno .....	Wagner	1869		2
Parsifal .....	Wagner	1882		16
Salomé .....	Strauss	1905		5
Siegfried .....	Wagner	1876		3
Tannhäuser .....	Wagner	1845		4
Tristão e Isolda .....	Wagner	1865		2
As Valquírias .....	Wagner	1870		14
	<b>Total</b>			<b>82</b>
<b>Repertório brasileiro</b>				
Abul .....	Nepomuceno	1913		2
Bandeirantes .....				1
O Condor .....	Carlos Gomes	1891		3
O Contratador de Diamantes .....	Mignone	1924		1
Dom Casmurro .....				1
O Escravo .....	Carlos Gomes	1889		7
Fosca .....	Carlos Gomes	1873		2
O Guarani .....	Carlos Gomes	1870		13
L'Innocente .....	Mignone	1928		1
Jupira .....				1
Maria Tudor .....	Carlos Gomes	1879		2
Primizie .....				1
Rei Galaor .....				1
Saldunes .....				2
Salvador Rosa .....	Carlos Gomes	1874		2
Sóror Madalena .....				2
Um caso singular .....				2
	<b>Total</b>			<b>44</b>
<b>Repertório russo</b>				
Boris Godunov.....	Mussorgsky	1869		4
A Dama de Espadas.....	Tchaikovsky	1890		1
A Feira de Sorotchinsky.....	Mussorgsky	1904		2
A Cidade Invisível de Kitej .....	Rimsky-Korsakov	1907		2
A Donzela de Neve .....	Rimsky-Korsakov	1882		1
Príncipe Igor .....	Borodin	1890		4
Czar Saltan .....	Rimsky-Korsakov	1900		3
	<b>Total</b>			<b>17</b>

Fonte: Sergio Miceli

(1) Apesar de Otelo ser o título de óperas compostas por Rossini (1816) e Verdi (1887), preferi atribuir essa montagem carioca ao segundo compositor, pois me pareceu mais condizente com o padrão de gosto então em vigor, ainda muito distante da onda contemporânea de revalorização da produção rossiniana.

operístico nos grandes centros líricos italianos. As atividades líricas nos Estados Unidos, na Argentina, no Brasil, constituíam extensões do *bel canto* tal como era praticado e apreciado nas diversas cidades em que se dividia o mercado lírico italiano. Essa situação era impulsionada tanto pela voga da ópera italiana, em particular do movimento verista, no auge de sua cotação artística e comercial, como pela demanda aquecida do gênero por parte das frações cultivadas das pujantes comunidades de imigrantes italianos que estavam em pleno surto de desenvolvimento e consolidação nesses chamados países novos, desigualmente avançados, da última onda expansionista na periferia capitalista.

Tal sintonia consistia, no essencial, no predomínio acachapante da ópera italiana, cujas encenações chegavam a quase 60% do total de espetáculos, por meio dos “cavalos de batalha” dos mestres dos Séculos XVIII e XIX – a começar por Rossini (*O Barbeiro de Sevilha*), passando por Donizetti (*O Elixir do Amor*, *Lucia di Lammermoor*), Bellini (*Norma*), até chegar ao sucesso retumbante dos trabalhos de Verdi (*Aída e Rigoletto*, as óperas mais encenadas nessa época), Puccini (*Tosca*, *Boêmia*, *Madame Butterfly*) e Boito (*Mefistófeles*) –, e também pela presença marcante de peças líricas da chamada Escola Contemporânea do “verismo” peninsular, então em grande efervescência criativa.

O melodrama verista buscava implantar uma abordagem hiper-realista de “fatias de vida”, dando preferência a temas e personagens populares e contemporâneos, com frequência condensando o tratamento e o desfecho do material temático em peças de um ato. Assim, por exemplo, as vinte e oito récitas de obras de Pietro Mascagni (1863-1945), mais tarde o compositor e



Grupo Corpo de Belo Horizonte no Teatro Municipal-RJ. Foto José Caldas - BrazilPhotos.

maestro predileto da liderança fascista, hoje conhecido e encenado, sobretudo, por causa de sua *Cavalleria Rusticana*, baseada em ficção de Giovanni Verga, um êxito estupendo desde sua estréia em 1890, incluem obras suas praticamente esquecidas (por exemplo, *Isabeau*, estreada em Buenos Aires em 1911, e *Il Piccolo Marat*, estreada em Roma em 1921, ambas com regência do compositor) e ausentes do repertório dos mais afamados teatros líricos, ou então, disponíveis apenas em versões gravadas (por exemplo, *Íris* (1898), ou *Lodoleta* (1917), as duas estreadas em Roma com regência do autor) de pequena tiragem e circulação restrita entre aficionados.

Além daquelas obras veristas que também se firmaram no repertório apreciado pelo público contemporâneo – *Adriana Lecouvreur*, de Francesco Cilea (1866-1950), *Andrea Chénier*, de Umberto Giordano (1867-1948), *Pagliacci*, de Ruggero Leoncavallo (1857-1919)<sup>4</sup> –, os freqüentadores da temporada carioca, nas décadas de 1910, 1920 e 1930, tiveram ainda a oportunidade de ouvir e assistir a montagem de inúmeras peças da Escola Verista, que eram às vezes encenadas no Rio de Janeiro com os mesmos cantores e regentes de suas estréias em Milão, Roma, Nova York ou Buenos Aires. *O Amor dos Três Reis*, de Ítalo Montemezzi

<sup>4</sup> *Adriana Lecouvreur* (1902), *Andrea Chénier* (1896) e *Pagliacci* (1892) estream no Scala de Milão.

(1875-1952), estreada no Scala de Milão em 1913, no Metropolitan de Nova York e no Convert Garden londrino no ano seguinte, foi montada no Municipal do Rio já em 1919, com a soprano italiana Gilda Dalla Rizza<sup>5</sup>, para quem Puccini compôs o papel-título de *La Rondine*<sup>6</sup>, e com o tenor Giulio Crimi, o qual havia criado o papel do príncipe Ovito na montagem londrina<sup>7</sup>. Dalla Rizza e Crimi foram também os cantores protagonistas na estréia carioca de *O Contratador de Diamantes*, de Francisco Mignone, em 1924. O maestro e compositor Gino Marinuzzi (1882-1945), assistente de Vitor de Sabata no Scala de Milão e mais tarde diretor da Ópera de Roma, autor da ópera *Jacquerie*<sup>8</sup>, também montada nessa época no Municipal carioca, regeu a estréia carioca do *Trittico* de Puccini (*Il Tabarro*, *Suor Angelica* e *Gianni Schicchi*) em 1919, no ano posterior à montagem em Nova York, com os mesmos Dalla Rizza e Crimi, que haviam contracenado na estréia romana poucos meses antes, tendo ainda assumido a batuta na estréia carioca de outras composições do verismo italiano, como, por exemplo, *Francesca da Rimini*, de Ricardo Zandonai (1883-1944), em 1915.

Esses poucos exemplos comprovam o grau considerável de integração do teatro carioca na agenda de trabalho do primeiro time de artistas da cena lírica italiana, tendo-se firmado como parada obrigatória de companhias, compositores, regentes e divas, em suas excursões nas Américas. O mercado sul-americano de ópera se articulava entre as praças do Rio de Janeiro, São Paulo e Buenos Aires, as duas capitais brasileiras com seus respectivos Teatros Municipais inaugurados em 1909 e 1907, e a capital portenha dispendo do novo Teatro Colón aberto em 1908.



Cinema Parisiense. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

A voga do verismo italiano pode ser aferida pelo percentual elevado de encenações desse grupo de compositores, encabeçado por Puccini, dando conta de 43% do repertório italiano, o equivalente a um quarto do conjunto

<sup>5</sup> Gilda Dalla Rizza (1892-1975) também estreou outros papéis criados por Puccini, como Lauretta (*Gianni Schicchi*) e Angélica (*Suor Angélica*), e por outros compositores do verismo (Mascagni/*Il Piccolo Marat*), tendo atuado na estréia carioca de diversas óperas de Puccini (*La Fanciulla del West*, 1914; *La Rondine*, 1917; *Il Tabarro/Suor Angélica/Gianni Schicchi*, 1919, com regência de Marinuzzi). Consultar verbete a seu respeito em Rosenthal e Warrack (1979, p. 118-119). As informações sobre as estréias cariocas no Municipal foram extraídas de: Harewood (1994, p. 652, 654, 656-658).

<sup>6</sup> *La Rondine* estreou em Monte Carlo em 1917, com Dalla Rizza no papel-título de Magda, e Tito Schippa, sob regência de Marinuzzi.

<sup>7</sup> Giulio Crimi (1885-1939) foi o primeiro intérprete de Luigi (*Il Tabarro*) e Rinuccio (*Gianni Schicchi*) fora da Itália, bem como de Paolo em *Francesca da Rimini*, de Zandonai, em 1914, conforme registram Rosenthal e Warrack, op. cit., p. 113.

<sup>8</sup> A ópera *Jacquerie* estreou em Buenos Aires em 1918.

de récitas no período. Vivia-se, pois, a idade de ouro em termos de difusão e aplauso desse estilo musical e lírico. Na verdade, era bastante desigual a representatividade das principais tradições nacionais de ópera no repertório encenado no Rio de Janeiro: a ópera italiana liderava com 56% das obras encenadas, seguida pelas escolas francesa (23%), alemã (12%), brasileira (6%) e russa (2%). Tais coeficientes sofreram pequeno acerto por conta de certos deslizes nos registros computados no quadro original: assim, por exemplo, a ópera francesa ampliou seu escore por ter passado a incluir Meyerbeer (1791-1864), nascido na Alemanha, mas tendo-se tornado a figura central da grande ópera francesa, autor de *L'Africaine* (2 récitas) e de *Les Huguenots* (8 récitas). Aliás, um exame mais detido do estilo de diversas óperas francesas encenadas revela de pronto a filiação musical e temática das mesmas ao imaginário criativo do verismo italiano.

Se comparado ao repertório padrão dos centros líricos europeus e norte-americanos nos dias de hoje, o que mais chama atenção nesses três decênios de febril atividade operística, na capital brasileira, é a adoção por inteiro de outros tantos modismos e preferências assumidos pelos apreciadores do *bel canto* nessa época. Mozart, o principal chamariz dos negócios correntes em torno da música erudita, um dos compositores que tem merecido uma quantidade impressionante de montagens, vídeos e gravações, cujas obras têm sido retomadas e reinterpretadas pelos melhores artistas e regentes da atualidade, mereceu míseras duas récitas das *Bodas de Figaro*, a qual, de resto, como é sabido, possui primoroso libreto em italiano, composto por Lorenzo da Ponte. *Fidelio*, de Beethoven, outra jóia do cânon operístico atual, foi representada uma única vez. Dois compositores do romantismo europeu tardio, Tchaikovski (1840-1893) e Richard Strauss (1864-1949),

cujas obras são hoje atrativos compulsórios do repertório lírico – em especial, *Eugene Onegin* do primeiro, *O Cavaleiro da Rosa e Salomé* do segundo –, tampouco encontravam grande receptividade junto à nata de melômanos cariocas: houve apenas uma récita de *A Dama de Espadas* do compositor russo e onze performances de três óperas de Strauss (além das mencionadas, uma récita de *Elektra*).

Por fim, cumpre mencionar a completa ausência da ópera setecentista barroca, hoje um dos alicerces dos movimentos e artistas defensores da tendência purista e restauradora no domínio musical. Afora a montagem de *O Casamento Secreto*, de Cimarosa (1749-1801), levada à cena às vésperas de se iniciar o Século XIX, tanto os italianos Vivaldi, Pergolesi, Monteverdi, Cavalli, os franceses Lully, Charpentier e Rameau, o inglês Purcell, como Handel, Gluck e Haydn, ou seja, a ópera barroca em todas suas vertentes e formatações, estava excluída por completo do gosto lírico da época, uma situação de olvido generalizado e que não se pode interpretar como traço imputável às peculiaridades de uma capital periférica como o Rio de Janeiro nas décadas em apreço.

A análise das informações contidas nesse quadro relativo às óperas cantadas no Municipal carioca, no período entre 1910 e 1936, fornece assim mostra

Orquestra Municipal de Porto Alegre, 2001. Foto: José Caldas - BrazilPhotos.



reveladora das relações de dependência de um país como o Brasil em relação ao centro mais dinâmico de produção e exportação de obras líricas, então forçadas a transitar pelos circuitos periféricos durante os meses de descanso no verão europeu, em que o Rio de Janeiro se incluía como uma das paradas obrigatórias.

Conforme demonstra o número de espetáculos por gênero em 1934, as temporadas de ópera no Rio de Janeiro e em São Paulo se mantinham como um dos termômetros mais sensíveis dos padrões de gosto das elites nessas metrópoles, tendo atraído um contingente aproximado de cinquenta mil espectadores, público diminuto, por outro lado, se comparado aos quase onze milhões de espectadores cariocas e aos mais de vinte milhões de bilhetes de cinema vendidos em São Paulo nessa data. Mesmo nos anos iniciais da Segunda Guerra (1937-1939), as temporadas cariocas do Teatro Municipal continuavam prolongadas e diversificadas<sup>9</sup>, expressão de uma política cultural que ainda continuava viva e quase intacta na primeira metade dos anos de 1950<sup>10</sup>.

Já os dados relativos às atividades de censura cinematográfica, exercidas pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (1936), evidenciam desde cedo a

presença avassaladora do cinema norte-americano no mercado brasileiro, logrando o

coeficiente elevado de 65% de filmes

passados pelo

crivo da censura e levados a seguir aos circuitos de exibição<sup>11</sup>. Naquele momento, a produção nacional detinha a honrosa segunda posição no mercado (26%).

Esse perfil de distribuição do mercado cinematográfico se mantém quase intacto no final dos anos de 1930<sup>12</sup>, alterando-se significativamente em favor da produção nacional no começo das décadas de 1950 e 1960, quando se eleva ao escore de 32%, cabendo a terceira posição aos filmes europeus, oscilando entre 11 e 13%, e o diminuto mercado remanescente aos filmes latino-americanos (mexicanos e argentinos) e japoneses<sup>13</sup>.

O reparte entre peças de autores nacionais e estrangeiros nos espetáculos de teatro, no início da década de 1950, numa proporção de três autores dramáticos nacionais



Gustavo Capanema e sua esposa no Teatro Municipal, 1941. Rio de Janeiro, RJ. CPDOC/FGV.

<sup>9</sup> Em 1936 e 1937, foram encenados no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, respectivamente, 31 e 19 espetáculos de ópera; em 1938 e 1939, foram aí encenados, respectivamente, trinta e quinze espetáculos de ópera. A esse respeito, ver a tabela 2, “Espetáculos realizados, segundo a natureza – 1936/1937”, III – Teatros mantidos pela Prefeitura do Distrito Federal (Anuário Estatístico do Brasil 1938, p. 743), e a tabela c, “Espetáculos teatrais e espectadores, segundo as principais circunstâncias”, I – Estabelecimentos de Diversão e Recreio Existentes no Distrito Federal – 1938/1939 (Anuário Estatístico do Brasil 1939/1940, p. 1136).

<sup>10</sup> Quando eu tinha por volta de nove a onze anos, lá pelos idos de 1954-1956, em companhia de familiares, lembro com nitidez de montagens de óperas que me pareceram esplêndidas, emocionantes – *Norma*, *A Força do Destino*, *Mefistófeles* –, das quais participavam a soprano Renata Tebaldi, o tenor Mario Del Mónaco, o baixo Cesare Siepi, a contralto Giulietta Simionato, entre os principais artistas estrangeiros contratados nesse momento para a temporada lírica no Municipal carioca. Nunca me saiu da cabeça a cena final do martírio de Santa Cecília, no melodrama de Refice, pontuada pela voz pungente e imperiosa de Renata Tebaldi, de joelhos, antes de ser queimada. Muito mais tarde, já adulto e vidrado em ópera, fiquei sabendo que Refice estava regendo uma récita dessa sua obra no Municipal do Rio de Janeiro, em setembro de 1954, quando veio a falecer. Quem sabe tenha sido o mesmo espetáculo a que estive presente quando criança.

<sup>11</sup> Ver a tabela 2, “Movimento de Censura Cinematográfica pelo Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural, 1936/1937” (Anuário Estatístico do Brasil 1938, p. 742). Ver também CD-ROM *Estatísticas do Século XX*.

<sup>12</sup> Ver a tabela 2, “Filmes Censurados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda”/ IV -Aspectos Culturais da Cinematografia, 1938/1939 (Anuário Estatístico do Brasil 1939/1940, p. 1144). Ver também CD-ROM *Estatísticas do Século XX*.

<sup>13</sup> Ver a tabela 2, “Filmes cinematográficos censurados, segundo o gênero, os países produtores e o resultado da censura”, II – Movimento da Censura Efetuada pelo Departamento Federal de Segurança Pública, 1950/1954 (Anuário Estatístico do Brasil 1955, p. 491); o quadro 1, “Total de filmes censurados”, Cinematografia/ Filmes Cinematográficos Submetidos à Censura, Segundo os Países Produtores, 1961 (Anuário Estatístico do Brasil 1962, p. 317). Ver também CD-ROM *Estatísticas do Século XX*.



para cada estrangeiro encenado, é quase a inversão da situação prevalecente no mercado do filme<sup>14</sup>. O sucesso comercial da dramaturgia brasileira em termos de bilheteria também pode ser aferido pelo elevado percentual de representações, oscilando entre 75% e 78% dos espetáculos na primeira metade da década de 1950.<sup>15</sup> Mais tarde, tanto no caso do rádio, mas, acima de tudo, na televisão aberta, a programação nacional veiculada pelas emissoras no País foi sempre muito mais elevada do que os enlatados importados, correspondendo quase sempre em torno de três quartos das horas de missão semanal desde fins da década de 1970<sup>16</sup>.

### Salões nacionais e feições do nascente mercado de arte carioca

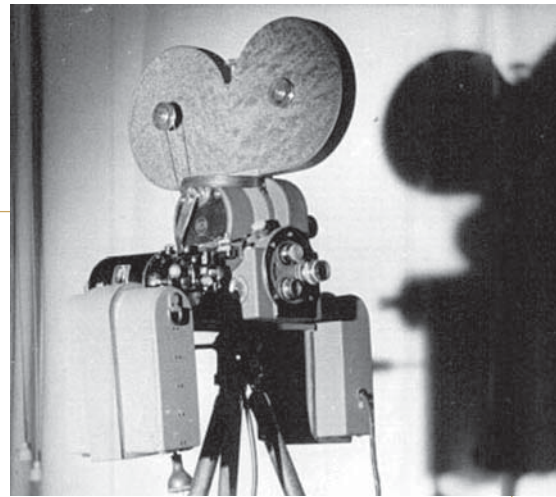
As informações relativas aos salões nacionais de belas artes na primeira e na terceira décadas do século passado, também, oferecem alguns subsídios indispensáveis à recuperação mais circunstanciada do emergente mercado de arte na praça carioca. Sendo o evento marcante do calendário de atividades dos artistas plásticos profissionais ou em processo de profissionalização, cujo prêmio de viagem ao exterior constituía a láurea artística mais cobiçada naquela conjuntura de transição no campo das artes plásticas, o Salão Nacional atraía artistas tarimbados ao lado de jovens ainda em aprendizagem, uns e outros desejosos de testar aí seus trabalhos de maior ambição em termos de fatura e composição (tabelas nas páginas seguintes).

Embora não se saiba ao certo qual a distribuição dos trabalhos expostos por gênero em cada seção, os pintores correspondiam à média aproximada de 83% dos artistas aceitos no Salão, oscilando entre o ponto mais baixo de

70% em 1912, os índices na faixa de 75 a 77% em 1909 e 1911, e os picos de 88 e 89% em 1905-1906, enquanto os escultores só ultrapassaram dois dígitos em 1912 (17%).<sup>17</sup>

As mulheres perfaziam em torno de um quarto dos artistas concorrentes, presença significativa, quer em termos estatísticos, quer no plano propriamente artístico, na medida em que tamanha representatividade era consideravelmente superior ao contingente feminino em quaisquer carreiras liberais (direito, medicina ou engenharia) conducentes ao exercício de atividades intelectuais, ou mesmo naquelas gerações pioneiras de escritores profissionais da República Velha, tão dependentes de sua colaboração na imprensa diária e nas revistas ilustradas, e em que se destacaram algumas poetisas e escritoras de voz atordoante para os parâmetros vigentes de recato literário (Gilka Machado, por exemplo).

Como se sabe, por conta de constringências derivadas da divisão do trabalho inerente à feitura artesanal e à viabilização mercantil dessa produção pictórica, destinada ao Salão anual, as mulheres logravam reforçar o peso de sua presença e contribuição mediante parcerias ao mesmo tempo conjugais e profissionais. Lançando-se à empreitada de montar prósperos negócios artísticos nos ateliês do casal, nos quais elas podiam valer-se de economias de escala para aquisição e uso de materiais de trabalho, preparo dos diversos tipos de encomenda, comercialização



Equipamentos do Instituto Nacional do Cinema Educativo. CPDOC/FGV.

<sup>14</sup> Ver a tabela 1, “Peças teatrais censuradas, segundo o gênero, a autoria e o resultado da censura”, II – Movimento da Censura Efetuada pelo Departamento Federal de Segurança Pública, 1950-1954 (Anuário Estatístico do Brasil 1955, p. 490). Ver também CD-ROM *Estatísticas do Século XX*.

<sup>15</sup> Ver a tabela 2, “Número de representações e direitos autorais arrecadados”, IV – Sociedade Brasileira de Autores Teatrais, 1953/1954 (Anuário Estatístico do Brasil 1955, p. 238). Ver também CD-ROM *Estatísticas do Século XX*.

<sup>16</sup> Ver, a esse respeito, os dados constantes da publicação *Mercado brasileiro de comunicação* (1983).

<sup>17</sup> Ver os quadros I, II, III, IV, V e VI -Artistas concorrentes, Trabalhos Expostos, Prêmios conferidos, Artistas Premiados, nas Exposições Gerais da Escola Nacional de Belas Artes (1901-1912) (Anuário Estatístico do Brasil 1908-1912, p. 555-558); Exposição Oficial de Belas Artes 1934 (Anuário Estatístico do Brasil 1936, p. 366); Exposições Oficiais de Belas Artes 1934-1936 (Anuário Estatístico do Brasil 1937, p. 735). Ver também CD-ROM *Estatísticas do Século XX*.

## SITUAÇÃO CULTURAL

## OUTROS ASPECTOS CULTURAIS

## V — SALÃO NACIONAL DE BELAS-ARTES — 1949

ESPECIFICAÇÃO	SECÇÕES ARTÍSTICAS					
	Desenho e artes gráficas	Pintura	Escultura	Arquitetura	Gravura	Artes aplicadas
<b>Trabalhos expostos .....</b>	<b>87</b>	<b>482</b>	<b>55</b>	<b>3</b>	<b>20</b>	<b>69</b>
Segundo o sexo do autor						
Masculino .....	63	359	40	3	9	21
Feminino .....	24	123	15	—	11	48
Segundo a nacionalidade do autor						
Brasileira .....	81	410	43	3	20	57
Estrangeira .....	6	72	12	—	—	12
<b>Artistas expositores.....</b>	<b>60</b>	<b>331</b>	<b>39</b>	<b>2</b>	<b>8</b>	<b>44</b>
Segundo o sexo						
Masculino .....	44	243	29	2	5	14
Feminino .....	16	88	10	—	3	30
Segundo a nacionalidade						
Brasileira .....	54	277	32	2	8	36
Estrangeira .....	6	54	7	—	—	8
<b>Artistas premiados.....</b>	<b>37</b>	<b>169</b>	<b>28</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>11</b>
Segundo o sexo						
Masculino .....	28	133	22	1	3	6
Feminino .....	9	36	6	—	3	5
Segundo a nacionalidade						
Brasileira .....	32	151	25	1	6	9
Estrangeira .....	5	18	3	—	—	2

Fonte: Serviço de Estatística da Educação e Saúde. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1950. Rio de Janeiro: IBGE, v. 11, 1950.

Nota: Os dados deste quadro se referem ao LIV Salão.

## SITUAÇÃO CULTURAL

## BELAS-ARTES

## I — TRABALHOS EXPOSTOS, ARTISTAS EXPOSITORES E ARTISTAS PREMIADOS NO SALÃO NACIONAL DE BELAS-ARTES

## 2. ESPECIFICAÇÃO, SEGUNDO AS DIVISÕES E AS SECÇÕES ARTÍSTICAS — 1954

ESPECIFICAÇÃO	Total geral	DIVISÃO GERAL (LIX SALÃO)							DIVISÃO MODERNA (III SALÃO)					
		Total	Segundo as secções artísticas						Total	Segundo as secções artísticas				
			Desenho e artes gráficas	Pintura	Escultura	Arquitetura	Gravura	Artes aplicadas		Desenho e artes gráficas	Pintura	Escultura	Arquitetura	Artes aplicadas
TRABALHOS EXPOSTOS														
<b>TOTAL</b> .....	762	439	54	296	26	2	2	59	323	122	158	17	3	23
<b>Segundo o sexo do autor</b>														
Masculino.....	541	320	40	242	21	2	2	13	221	88	106	11	2	14
Feminino.....	221	119	14	54	5	-	-	46	102	34	52	6	1	9
<b>Segundo a nacionalidade do autor</b>														
Brasileiros.....	687	409	50	280	24	2	2	51	278	111	134	15	2	16
Estrangeiros.....	75	30	4	16	2	-	-	8	45	11	24	2	1	7
ARTISTAS EXPOSITORES														
<b>TOTAL</b> .....	488	296	35	200	22	1	1	37	192	61	105	11	2	13
<b>Segundo o sexo</b>														
Masculino.....	347	219	25	166	17	1	1	9	128	43	71	6	2	6
Feminino.....	141	77	10	34	5	-	-	28	64	18	34	5	-	7
<b>Segundo a nacionalidade</b>														
Brasileiros.....	433	271	31	184	20	1	1	34	162	56	85	9	2	10
Estrangeiros.....	55	25	4	16	2	-	-	3	30	5	20	2	-	3
ARTISTAS PREMIADOS														
<b>TOTAL</b> .....	262	180	21	120	20	1	1	17	82	24	46	8	1	3
<b>Segundo o sexo</b>														
Masculino.....	199	139	16	101	16	1	1	4	60	19	33	5	1	2
Feminino.....	63	41	5	19	4	-	-	13	22	5	13	3	-	1
<b>Segundo a nacionalidade</b>														
Brasileiros.....	236	164	19	110	18	1	1	15	72	22	40	6	1	3
Estrangeiros.....	26	16	2	10	2	-	-	2	10	2	6	2	-	-

Fonte: Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1962. Rio de Janeiro: IBGE, v. 23, 1962.

## SITUAÇÃO CULTURAL

## BELAS-ARTES

I — TRABALHOS EXPOSTOS, ARTISTAS EXPOSITORES E ARTISTAS  
PREMIADOS NO SALÃO NACIONAL DE BELAS-ARTES

## 1. RESUMO — 1940/54

ESPECIFICAÇÃO	DADOS		
	1 940	1 948	1 954
<b>Trabalhos expostos, segundo as secções .....</b>	<b>584</b>	<b>962</b>	<b>762</b>
Desenho e artes gráficas .....	79	182	176
Pintura .....	329	604	454
Escultura .....	57	98	43
Arquitetura .....	2	1	5
Gravura .....	10	21	2
Arte aplicada .....	23	56	82
Prêmios de viagem .....	84	-	-
<b>Artistas expositores.....</b>	<b>317</b>	<b>531</b>	<b>488</b>
Segundo o sexo			
Masculino .....	240	396	347
Feminino .....	77	135	141
Segundo a nacionalidade			
Brasileiros .....	286	443	433
Estrangeiros .....	31	88	55
<b>Artistas premiados .....</b>	<b>69</b>	<b>115</b>	<b>262</b>
Segundo o sexo			
Masculino .....	57	73	199
Feminino .....	12	42	63
Segundo a nacionalidade			
Brasileiros .....	64	100	236
Estrangeiros .....	5	15	26

Fonte: Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1962. Rio de Janeiro: IBGE, v. 23, 1962.

## SITUAÇÃO CULTURAL

## BELAS-ARTES

## I — MOVIMENTO DO LXIV SALÃO NACIONAL DE BELAS-ARTES — 1959

## 2. ARTISTAS PREMIADOS, POR SECÇÕES ARTÍSTICAS

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	SECÇÕES ARTÍSTICAS					
		Arquitetura	Escultura	Pintura	Gravura de medalhas e pedras preciosas	Desenho e Artes gráficas	Arte decorativa
ARTISTAS LAUREADOS EM CERTAMES ANTERIORES							
<b>TOTAL</b> .....	(1) <b>168</b>	<b>1</b>	<b>19</b>	<b>108</b>	<b>6</b>	<b>27</b>	<b>9</b>
<b>Segundo o sexo</b>							
Masculino .....	128	1	16	84	5	16	7
Feminino .....	40	—	3	24	1	11	2
<b>Segundo a nacionalidade</b>							
Brasileira .....	152	1	16	101	5	23	8
Estrangeira .....	16	—	3	7	1	4	1
<b>Segundo os prêmios que possuíam</b>							
Menção honrosa .....	42	—	4	21	2	13	2
Medalha de bronze .....	53	—	2	37	2	9	5
Medalha de prata .....	47	1	7	33	—	4	2
Medalha de ouro .....	16	—	5	9	2	—	—
Medalha de honra .....	2	—	—	2	—	—	—
Prêmio de viagem no país .....	4	—	1	2	—	1	—
Prêmio de viagem ao exterior .....	4	—	—	4	—	—	—
ARTISTAS LAUREADOS NO SALÃO DE 1959							
<b>TOTAL</b> .....	<b>55</b>	<b>—</b>	<b>7</b>	<b>30</b>	<b>1</b>	<b>8</b>	<b>9</b>
<b>Segundo o sexo</b>							
Masculino .....	33	—	4	19	1	5	4
Feminino .....	22	—	3	11	—	3	5
<b>Segundo a nacionalidade</b>							
Brasileira .....	51	—	6	28	1	7	9
Estrangeira .....	4	—	1	2	—	1	—
<b>Segundo os prêmios recebidos</b>							
Menção honrosa .....	26	—	3	12	—	6	5
Medalha de bronze .....	18	—	2	9	1	2	4
Medalha de prata .....	5	—	—	5	—	—	—
Medalha de ouro .....	2	—	—	2	—	—	—
Medalha de honra .....	—	—	—	—	—	—	—
Prêmio de viagem no país .....	2	—	1	1	—	—	—
Prêmio de viagem ao exterior .....	2	—	1	1	—	—	—

Fonte: Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1960. Rio de Janeiro: IBGE, v. 21, 1960.

(1) Excluíse 2 artistas que expuseram simultaneamente em 2 secções (Pintura e Desenho e Artes Gráficas), sendo 1 do sexo masculino e 1 do feminino e ambos de nacionalidade brasileira e possuindo medalha de bronze.

## SITUAÇÃO CULTURAL

## II — MOVIMENTO DO VIII SALÃO NACIONAL DE ARTE MODERNA — 1959

## 1. TRABALHOS EXPOSTOS E ARTISTAS EXPOSITORES, POR SECÇÕES ARTÍSTICAS

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	SECÇÕES ARTÍSTICAS				
		Arquitetura	Pintura	Escultura	Desenho e Artes gráficas	Arte decorativa
TRABALHOS EXPOSTOS						
<b>TOTAL</b> .....	<b>473</b>	<b>1</b>	<b>257</b>	<b>18</b>	<b>152</b>	<b>45</b>
<b>Segundo o sexo do autor</b>						
Masculino .....	308	1	182	13	90	22
Feminino .....	165	—	75	5	62	23
<b>Segundo a nacionalidade do autor</b>						
Brasileira .....	418	1	230	15	133	39
Estrangeira .....	55	—	27	3	19	6
ARTISTAS EXPOSITORES						
<b>TOTAL</b> .....	<b>(1) 250</b>	<b>1</b>	<b>136</b>	<b>12</b>	<b>78</b>	<b>25</b>
<b>Segundo o sexo</b>						
Masculino .....	165	1	97	9	46	12
Feminino .....	85	—	39	3	32	13
<b>Segundo a nacionalidade</b>						
Brasileira .....	218	1	120	10	68	21
Estrangeira .....	32	—	16	2	10	4
<b>Segundo os prêmios que possuíam</b>						
Laureados .....	73	—	46	1	21	7
Sem láurea .....	177	1	90	11	57	18

Fonte: Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1960. Rio de Janeiro: IBGE, v. 21, 1960.

(1) Exclui-se 2 artistas que expuseram simultaneamente em 2 secções (Pintura e Desenho e Artes gráficas), sendo ambos de nacionalidade brasileira e laureados.

das peças, e até mesmo para o desfrute por procuração das láureas mais cobiçadas, no mais das vezes concedidas aos maridos<sup>18</sup>. Aliás, as mulheres se saíam tão bem em matéria de produção artística que acabaram conquistando no Salão uma quota de prêmios superior ao percentual de sua presença, ou seja, logrando abiscoitar em torno de 32% dessas láureas<sup>19</sup>.

Outro traço morfológico decisivo desse contingente de artistas concorrentes ao Salão anual era a atuação de

uma parcela expressiva de estrangeiros, em torno de 30% para os anos de 1901 a 1912, e que decerto seria ainda mais dilatado se fossem contabilizados os filhos, os netos e outros parentes próximos de artistas imigrantes aqui estabelecidos, ou ainda, outro grupo menor de artistas que haviam se naturalizado já adultos. O fato de esses artistas estrangeiros serem, em sua maioria, originários, por ordem decrescente, da Itália, da França, de Portugal e da Espanha, sinaliza a direção predominante dos fluxos de

<sup>18</sup> A esse respeito, consultar: Miceli (1996, p. 33 et seq.); sobre a presença de mulheres escritoras na literatura brasileira do final do século XIX e início do Século XX, e consultar também Eleutério (1997).

<sup>19</sup> Não obstante, conforme revelam os dados constantes da tabela referente ao acervo do Museu Nacional de Belas Artes, apenas ínfimos 2% dos trabalhos catalogados no acervo eram de autoria de artistas mulheres, chegando a 25% o coeficiente de obras de autoria de artistas brasileiros (Anuário Estatístico do Brasil 1938, p. 737).

intercâmbio de linguagens estéticas e de procedimentos de fatura artística entre o nascente campo artístico brasileiro e os centros europeus plenamente consolidados de produção e consumo de obras de arte.

No limite, até mesmo a estabilização dos padrões de fatura e composição, a predominância de paisagens e retratos como gêneros pictóricos preferidos pela clientela da época, ou ainda, o recurso a expedientes de diluição das principais correntes das vanguardas européias, desde o estouro impressionista, derivam dessa matriz de concepção, realimentada, de modo incessante, pela chegada de levadas sucessivas de estrangeiros. Os artistas estrangeiros se deslocavam para cá em busca de novos mercados e clientes, prontos a assumir a feitura de encomendas ambiciosas de fregueses domésticos, particulares ou institucionais, a maioria deles tendo-se instalado nas praças carioca e paulistana, repartindo suas atividades entre o trabalho autoral de cavalete, a formação de aprendizes, a execução de decorações para residências e prédios públicos, e a confecção de retratos por encomenda.

Os resultados relativos aos salões do biênio 1934-1936 assinalam uma ligeira retração da presença feminina, tendência logo revertida no biênio seguinte de 1936-1938, alcançando em torno de um quarto dos expositores, bem como um recuo, previsível, do contingente de estrangeiros, chegando à faixa de 15% em 1937-1938, metade do que fora tal contribuição na primeira década do Século XX<sup>20</sup>. Talvez se possa tomar esse indicador de “nacionalização” como sintoma de um refluxo generalizado do movimento migratório de artistas europeus nos anos antecedentes à Segunda Grande Guerra, que viria a ser um outro período de exílio

forçado nas Américas do Norte e do Sul para uma fornada considerável de artistas e intelectuais da mais alta qualificação. Já a concessão de prêmios às mulheres se manteve mais proporcional ao tamanho e ao impacto de sua presença no período.

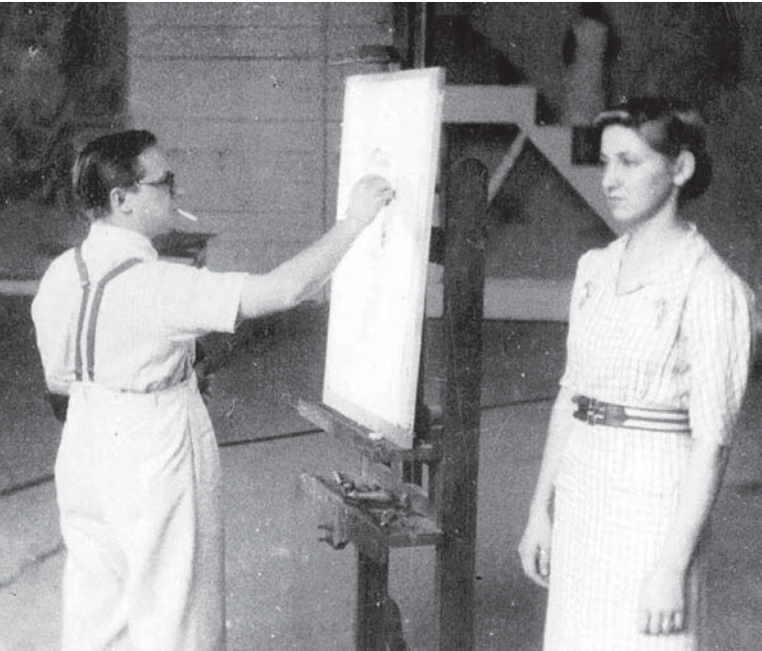
Tampouco se alterou de modo significativo a distribuição de trabalhos expostos no Salão conforme o gênero, no biênio 1934-1936, mantendo-se a hegemonia gritante da pintura (81%) sobre a escultura, as artes aplicadas, a gravura e a arquitetura. Sem sombra de dúvida, trata-se de um indicador eloqüente de certa mesmice estética num mercado de arte que continuava aferrado à hierarquia de gêneros entronizada desde os tempos áureos de legitimidade da arte acadêmica. Esse padrão começa a se alterar no Salão de 1949<sup>21</sup>, no qual a pintura representa 68% dos trabalhos exibidos, ampliando-se ainda mais a presença feminina, chegando a 30% dos expositores, e mantendo-se idêntico o peso dos artistas estrangeiros, na faixa dos 15%.

Apesar da criação em 1952 de uma divisão moderna separada do tradicional Salão de Belas Artes, constata-se outra modesta ampliação da representação feminina em ambas as seções, chegando a 33% dos expositores, ao mesmo tempo em que se verifica uma diminuição do contingente de pintores e uma expansão considerável de escultores, os primeiros baixando de 68% (seção acadêmica) para 54% (seção moderna), os segundos passando de 12% (acadêmica) para 32% (moderna)<sup>22</sup>. Nos salões de 1959, as mulheres se mantinham em coeficiente elevado em ambas as seções (acadêmica/36%; moderna/34%), consolidando-se igualmente o recuo da pintura, agora nas duas seções, redundando, portanto, numa dispersão maior de gêne-

<sup>20</sup> Além dos quadros já indicados, ver ainda os quadros XXX – Exposições Oficiais de Belas Artes (Anuário Estatístico do Brasil 1937, p. 864).

<sup>21</sup> Ver tabela V – Salão Nacional de Belas-Artes – 1949 (Anuário Estatístico do Brasil 1950, p. 451). Ver também CD-ROM *Estatísticas do Século XX*.

<sup>22</sup> Ver as duas tabelas – Trabalhos Expostos, Artistas Expositores e Artistas Premiados no Salão Nacional de Belas-Artes: 1. Resumo – 1940/1954; 2. Especificação segundo as divisões e as seções artísticas – 1954, Belas-Artes (Anuário Estatístico do Brasil 1955, p. 485). Ver também CD-ROM *Estatísticas do Século XX*.



Cândido Portinari em ação. CPDOC/FGV.

ros na seção tradicional e numa ampliação do desenho e das artes gráficas na seção moderna<sup>23</sup>.

## Modalidades de mecenato governamental

Os recursos despendidos com o ensino e a cultura permitem sinalizar certas tendências de patrocínio e orientação em termos de iniciativas dos diversos setores e escalões decisórios, justamente aqueles que foram assumindo as responsabilidades do financiamento e do controle institucional das principais instituições de ensino e cultura no País. Na primeira metade da década de 1930, enquanto o poder público central garante a totalidade dos recursos concedidos ao ensino superior e à manutenção das entidades culturais no Rio de Janeiro, então a capital do País, os governos estaduais de Minas Gerais e São Paulo, por exemplo, garantem, respectivamente, 85% e 91% dos recursos alocados nessas áreas<sup>24</sup>.

As despesas da União nos estados se distribuem, grosso modo, em três grupos bem-definidos de atendi-

<sup>23</sup> Ver tabelas e quadros referentes ao LXIV Salão Nacional de Belas-Artes e ao VIII Salão Nacional de Arte Moderna de 1959 (Anuário Estatístico do Brasil 1960, p. 315-316).

<sup>24</sup> Ver os quadros I, II, III, IV e V das Despesas Públicas com a Assistência Cultural – 1933, assumidas pela União, pelos Estados e pelos Municípios, discriminadas pelas principais rubricas (pessoal, material, etc.) e pelas finalidades (instituições culturais, ramos e níveis de ensino, etc.) (Anuário Estatístico do Brasil 1936, p. 378-386). Ver também CD-ROM *Estatísticas do Século XX*.

<sup>25</sup> Ver tabela I (Resumo geral das despesas com o ensino e a cultura) das Despesas Públicas com a Assistência Cultural – 1934 (Anuário Estatístico do Brasil 1937, p. 751). Ver também CD-ROM *Estatísticas do Século XX*.

<sup>26</sup> Ver tabela II (Despesas da União com o ensino e a cultura) das Despesas Públicas com a Assistência Cultural – 1934 (Anuário Estatístico do Brasil 1937, p. 753). Ver também CD-ROM *Estatísticas do Século XX*.

mento. O primeiro deles reúne dez estados, inclusive aqueles que mais gastam com seus sistemas de ensino primário e superior – a saber: Minas Gerais e São Paulo –, que recebem contribuições federais irrisórias, não ultrapassando o piso de 5% do total de suas despesas nesses campos. Outros seis estados – Alagoas, Ceará, Paraíba, Santa Catarina, Sergipe e Mato Grosso – lograram canalizar uma contribuição maior, sem superar, entretanto, o teto de 10% do total de gastos nas atividades mencionadas. Apenas quatro estados foram aquinhoados com contribuições mais encorpadas – Bahia/18%, Pernambuco/14%, Paraíba/11% e Rio Grande do Sul/12% –, ficando, não obstante, muito aquém dos 35% concedidos ao Distrito Federal<sup>25</sup>.

Quando se observa a discriminação dessas despesas por atividades e níveis de ensino contemplados, já se configura por inteiro o padrão de políticas de financiamento do ensino e da cultura que iriam se consolidar e persistir até os dias de hoje. Enquanto a União desembolsa o grosso de suas subvenções no Distrito Federal para a manutenção dos estabelecimentos públicos de ensino superior, os quais consomem 85% das verbas alocadas às atividades em questão, sendo esse o único caso em que o poder central aloca 15% dos recursos em favor de escolas secundárias públicas (Colégio Pedro II e Colégio Militar) e assume ainda a gerência da rede federal de instituições culturais (Museu Nacional, Museu Nacional de Belas Artes, Museu Histórico Nacional, Biblioteca Nacional, etc.), nos demais estados a União destina a integralidade das parcas verbas concedidas a escolas e instituições de ensino técnico e superior<sup>26</sup>.



Ainda em 1934, na maioria dos estados pequenos e médios, desprovidos de uma rede mínima de estabelecimentos de nível técnico ou superior, o grosso dos recursos se destina ao ensino primário. Com exceção de Goiás e Piauí, nos quais montantes consideráveis de recursos foram concedidos ao ensino secundário (18% e 33%, respectivamente), ao que tudo leva a crer, pela falta de colégios privados capazes de atender às necessidades locais, outros treze estados provêm uma parcela reduzida de recursos nesse nível educacional, oscilando entre 2% e 8% do total, e apenas quatro estados ampliam suas concessões nesse mesmo nível numa faixa entre 10% e 20% de seus recursos<sup>27</sup>. Os dois maiores orçamentos estaduais nos campos do ensino e da cultura nesse mesmo ano – São Paulo e Minas Gerais – destinam um percentual relativamente elevado desse montante à manutenção de suas escolas superiores e técnicas (27% e 19%, respectivamente), além de atribuírem uma quantia apreciável em prol de suas instituições culturais, a qual, no caso paulista, alcança 5% do conjunto geral de despesas com ensino e cultura.

Por conseguinte, desde os anos de 1930, esse quadro de despesas com tais atividades prenuncia a emergência de certas coordenadas estruturais do campo de produção cultural no País. Tais tendências tomaram feições inequívocas, a começar pela concentração das instituições de ensino e de cultura no Estado de São Paulo, passando pela montagem de um sistema público de instituições congêneres na capital federal, com chancela financeira e doutrinária do poder central, pela expansão dos investimentos e negócios de empresários e organizações privadas, em especial aqueles associados às organizações católicas e às denominações protestantes, que praticamente se assenhorearam do ensino secundário de qualidade, voltado para a reprodução das elites regio-

nais, até se chegar a certa especialização institucional nas atribuições e responsabilidades, tanto dos diversos escalões da atividade governamental como por parte dos empreendimentos particulares.

Essas clientelas privilegiadas foram os esteios de ordens religiosas (jesuítas, salesianos, maristas, etc.) e de agressivas lideranças protestantes, umas e outras especializadas no trabalho pedagógico voltado para o atendimento de uma clientela de descendentes das famílias de elite em diversos estados. Tamanho investimento confessional no âmbito do ensino secundário, em especial, ocorreu tanto nos estados com contingentes numerosos de imigrantes – São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná etc. –, como naqueles em que os empreendimentos escolares eram a ponta de lança de um projeto expansionista da Igreja Católica e das seitas protestantes ditas ‘históricas’ (metodistas, presbiterianas, etc.), resultando, pois, numa almejada “especialização” nas atribuições e responsabilidades, tanto por parte dos diferentes escalões da atividade governamental como por parte dos empresários religiosos.

Assim, por exemplo, com exceção do Distrito Federal, em que o poder municipal alocava 33% de seus recursos no ensino superior, bem como nos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo, nos quais os municípios das capitais, ao que tudo indica, destinavam parcelas restritas de seu orçamento em favor de instituições universitárias e escolas técnicas, respectivamente, 5%, 7% e 9%, os poderes municipais nos demais estados consumiam a integralidade de suas verbas com o ensino básico primário, sendo negligenciáveis os montantes alocados em prol de suas instituições culturais<sup>28</sup>.

Os dados referentes às despesas públicas com o ensino e a cultura para o período de 1932-1935 propici-

<sup>27</sup> Ver tabela III (Despesas dos Estados com o ensino e a cultura) das Despesas Públicas com a Assistência Cultural – 1934 (Anuário Estatístico do Brasil 1937, p. 755). Ver também CD-ROM *Estatísticas do Século XX*.

<sup>28</sup> Ver tabela IV (Despesas dos Municípios com o ensino e a cultura) das Despesas Públicas com a Assistência Cultural – 1934 (Anuário Estatístico do Brasil 1937, p. 757). Ver também CD-ROM *Estatísticas do Século XX*.

## SITUAÇÃO CULTURAL

## DESPESAS PÚBLICAS COM A ASSISTÊNCIA CULTURAL - 1932/1935

## I - RESUMO GERAL DAS DESPESAS COM O ENSINO E A CULTURA

continua

UNIDADES FEDERADAS	Anos	DESPESAS			
		Da União	Dos Estados	Dos Municípios	Em geral
Acre .....	1932	575:648\$	—	108:244\$	683:892\$
	1933	491:779\$	—	91:570\$	583:349\$
	1934	407:803\$	—	130:482\$	538:285\$
Amazonas .....	1935	620:418\$	—	129:170\$	749:588\$
	1932	301:174\$	1 720:058\$	227:772\$	2 249:004\$
	1933	515:579\$	1 865:016\$	193:532\$	2 574:127\$
Pará .....	1934	127:789\$	2 336:086\$	285:301\$	2 749:176\$
	1935	485:137\$	2 416:488\$	619:374\$	3 520:999\$
	1932	715:219\$	4 385:134\$	1 061:390\$	6 161:743\$
Maranhão .....	1933	694:146\$	4 196:384\$	408:256\$	5 298:786\$
	1934	223:442\$	4 932:640\$	1 294:175\$	6 450:257\$
	1935	473:731\$	4 672:419\$	1 196:773\$	6 342:923\$
Piauí .....	1932	251:836\$	1 192:174\$	438:146\$	1 882:156\$
	1933	351:545\$	2 237:729\$	455:416\$	3 044:690\$
	1934	164:416\$	2 462:096\$	464:336\$	3 090:848\$
Ceará .....	1935	251:062\$	2 019:056\$	459:233\$	2 729:351\$
	1932	167:271\$	1 130:539\$	218:009\$	1 515:819\$
	1933	289:286\$	1 287:880\$	148:377\$	1 725:543\$
Rio Grande do Norte .....	1934	108:774\$	2 167:507\$	430:543\$	2 706:824\$
	1935	695:973\$	1 642:911\$	697:732\$	3 036:616\$
	1932	1 603:870\$	2 772:892\$	378:939\$	4 755:701\$
Paraíba .....	1933	1 812:566\$	2 977:536\$	401:164\$	5 191:266\$
	1934	342:624\$	3 269:957\$	490:952\$	4 103:533\$
	1935	523:804\$	4 955:908\$	503:298\$	5 983:010\$
Pernambuco .....	1932	308:738\$	1 754:190\$	256:891\$	2 319:819\$
	1933	385:551\$	2 111:784\$	89:101\$	2 586:436\$
	1934	150:550\$	2 471:934\$	184:086\$	2 806:570\$
Alagoas .....	1935	187:059\$	2 582:413\$	204:890\$	2 974:362\$
	1932	212:178\$	3 024:546\$	524:080\$	3 760:804\$
	1933	345:382\$	2 635:304\$	547:525\$	3 528:211\$
Sergipe .....	1934	434:971\$	3 492:478\$	442:449\$	4 369:898\$
	1935	471:977\$	3 354:061\$	474:571\$	4 300:609\$
	1932	1 659:409\$	7 309:554\$	1 820:937\$	10 789:900\$
Baía .....	1933	2 450:766\$	6 758:557\$	1 944:072\$	11 153:395\$
	1934	1 776:898\$	8 986:389\$	1 978:466\$	12 741:753\$
	1935	1 632:344\$	8 794:525\$	2 280:918\$	12 707:787\$
Sergipe .....	1932	232:725\$	2 130:300\$	234:958\$	2.597:983\$
	1933	265:199\$	2 006:060\$	182:990\$	2 454:249\$
	1934	256:160\$	2 378:832\$	167:092\$	2 802:084\$
Sergipe .....	1935	453:360\$	2 823:571\$	163:388\$	3 440:319\$
	1932	216:409\$	2 005:930\$	76:325\$	2 298:664\$
	1933	327:081\$	2 155:337\$	59:641\$	2 542:059\$
Baía .....	1934	252:139\$	2 253:830\$	66:808\$	2 572:777\$
	1935	504:253\$	2 260:198\$	84:162\$	2 848:613\$
	1932	4 497:385\$	11 351:837\$	1 624:317\$	17 473:539\$
Baía .....	1933	4 949:868\$	11 372:392\$	1 385:348\$	17 707:608\$
	1934	2 877:451\$	10 774:789\$	2 446:462\$	16 098:702\$
	1935	3 981:011\$	12 780:302\$	2 744:721\$	19 506:034\$

## SITUAÇÃO CULTURAL

## DESPESAS PÚBLICAS COM A ASSISTÊNCIA CULTURAL — 1932/1935

## I — RESUMO GERAL DAS DESPESAS COM O ENSINO E A CULTURA

conclusão

UNIDADES FEDERADAS	Anos	DESPESAS			
		Da União	Dos Estados	Dos Municípios	Em geral
Espírito Santo .....	1932	163:320\$	3 798:598\$	179:337\$	4 141:255\$
	1934	108:616\$	4 606:177\$	233:988\$	4 948:781\$
	1935	128:704\$	5 587:198\$	236:554\$	5 952:456\$
Rio de Janeiro .....	1932	774:434\$	8 359:912\$	649:108\$	9 783:454\$
	1933	1 031:658\$	9 875:807\$	840:388\$	11 747:853\$
	1934	358:241\$	12 109:600\$	991:701\$	13 459:542\$
Distrito Federal .....	1935	627:115\$	13 062:770\$	1 183:121\$	14 873:006\$
	1932	37 521:892\$	—	33 200:978\$	70 722:870\$
	1933	50 060:441\$	—	35 606:374\$	85 666:815\$
São Paulo .....	1934	27.628:021\$	—	50 952:270\$	78 580:291\$
	1935	42 953:708\$	—	54.687:950\$	97 641:662\$
	1932	2 803:865\$	81 241:999\$	3 379:652\$	87 425:516\$
Paraná .....	1933	3 768:496\$	84 727:408\$	4 376:715\$	92 872:619\$
	1934	783:862\$	93 059:595\$	4 604:435\$	98 447:892\$
	1935	1 218:089\$	103 143:456\$	9 389:599\$	113 751:144\$
Santa Catarina .....	1932	526:395\$	5 706:846\$	92:807\$	6 326:048\$
	1933	629:637\$	5 138:405\$	75:052\$	5 843:094\$
	1934	917:114\$	7 042:924\$	273:668\$	8 233:706\$
Rio Grande do Sul .....	1935	602:524\$	6 221:779\$	517:091\$	7 341:394\$
	1932	506:374\$	2 811:083\$	510:263\$	3 827:720\$
	1933	477:220\$	3.040:654\$	600:866\$	4 118:740\$
Mato Grosso .....	1934	505:312\$	3.716:432\$	695:325\$	4 917:069\$
	1935	233:303\$	4 567:310\$	851:678\$	5.652:291\$
	1932	4.427:775\$	12 342:752\$	4 747:126\$	21 517:653\$
Goias .....	1933	5 464:360\$	11 522:697\$	4 862:127\$	21 849:184\$
	1934	2521:543\$	12 597:343\$	5 301:635\$	20 420:521\$
	1935	3.515:135\$	18.717:361\$	6 351:511\$	28 584:007\$
Minas Gerais .....	1932	191:773\$	1 636:550\$	243:319\$	2 071:624\$
	1933	195:238\$	1 664:860\$	219:813\$	2 079:911\$
	1934	160:974\$	1 895:203\$	240:571\$	2 296:748\$
Sem discriminação .....	1935	246:146\$	1 930:055\$	224:772\$	2.400:973\$
	1932	149:158\$	1 383:712\$	310:955\$	1 843:825\$
	1933	225:476\$	1.590:361\$	275:078\$	2 090:915\$
BRASIL .....	1934	91:797\$	1.359:567\$	433:597\$	1.884:961\$
	1935	133:893\$	1 862:265\$	415:175\$	2 411:333\$
	1932	3 271:835\$	33.203:223\$	1 408:789\$	37 883:847\$
BRASIL .....	1933	3 931:451\$	35 635:038\$	2 188:917\$	41 755:406\$
	1934	2 234:905\$	35.434:770\$	3 097:637\$	40 767:312\$
	1935	3 071:273\$	37.619:368\$	4 524:388\$	45 215 029\$
BRASIL .....	1932	—	—	—	—
	1933	—	—	—	—
	1934	3 937:620\$	—	—	3 937:620\$
BRASIL .....	1935	18.251:170\$	—	—	18.251:170\$
	1932	61 078:683\$	189 261:829\$	51 692:342\$	302 032:854\$
	1933	78.914:829\$	196 650:079\$	55 313:732\$	330 878:640\$
BRASIL .....	1934	46 271:022\$	217.348:149\$	75.205:979\$	338 925:150\$
	1935	81 261:189\$	241.013:414\$	87.940:073\$	410 214:676\$

FONTE — Anuário estatístico do Brasil 1938. Rio de Janeiro: IBGE, v. 4, 1939.



**IBGE**

Futebol na rua, pela TV. Foto: Guilherme Pinto. Agência O Globo.

am uma compreensão mais qualificada de como se foi instituindo um padrão consistente de distribuição de responsabilidades e atribuições, talvez pelo fato de terem sido dispostos num feitiço mais desagregado<sup>29</sup>.

Tomemos, a título de ilustração, os resultados relativos ao ano de 1935: enquanto o governo federal garante o grosso do financiamento nessas áreas no Distrito Federal, os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, pela ordem, assumem a parte do leão em suas jurisdições, respectivamente, 91%, 83% e 65%.

Discriminando-se tais desembolsos por áreas específicas de atendimento nesse mesmo ano, o governo federal concentrou 66% de seus recursos em favor do ensino e 30% aplicados no gerenciamento de instituições culturais sediadas na capital do País; por sua vez, o montante destinado ao ensino se repartiu entre uma parcela restrita, da ordem de 12%, alocada em favor das escolas secundárias oficiais (Pedro II e Colégio Militar), 33% para manutenção das instituições de nível superior e 55% para outros ramos do ensino.

<sup>29</sup> Ver as tabelas I (Resumo geral das despesas com o ensino e a cultura), II (Despesas da União com o ensino e a cultura), III (Despesas dos Estados com o ensino e a cultura), IV (Despesas dos Municípios com o ensino e a cultura) e V (Resumo das Despesas da União, dos Estados e dos Municípios com o ensino e a cultura) das Despesas Públicas com a Assistência Cultural – 1932/1935 (Anuário Estatístico do Brasil 1938, p. 779-792). Ver também CD-ROM *Estatísticas do Século XX*.

## SITUAÇÃO CULTURAL

**DESPESAS PÚBLICAS COM A ASSISTÊNCIA CULTURAL — 1932/1935**  
**V — DESPESAS DA UNIÃO DOS ESTADOS E DOS MUNICÍPIOS COM O ENSINO**  
**E A CULTURA (RESUMO)**

## 2. DISCRIMINAÇÃO, SEGUNDO A FINALIDADE

continua

UNIDADES FEDERADAS	Anos	DESPESAS							
		Administração central, ser- viços gerais, e instituições culturais	Ensino					Outras despesas	
			Primário geral	Secundário geral	Superior	Outros ramos	Total		
Acre .....	1932	1.440\$	413.364\$	—	—	—	268.488\$	681.852\$	600\$
	1933	105.568\$	477.581\$	—	—	—	—	477.581\$	200\$
	1934	—	409.382\$	38.937\$	—	—	83.784\$	532.193\$	6.182\$
	1935	—	691.451\$	57.081\$	—	—	—	748.532\$	1.056\$
Amazonas .....	1932	109.340\$	1.252.170\$	204.960\$	—	12.000\$	353.357\$	1.822.488\$	317.177\$
	1933	189.795\$	1.267.294\$	237.209\$	—	12.000\$	476.273\$	1.992.776\$	391.556\$
	1934	94.540\$	1.558.858\$	281.061\$	—	18.000\$	526.016\$	2.383.935\$	270.701\$
	1935	115.001\$	1.505.402\$	250.777\$	—	15.000\$	715.715\$	2.486.894\$	919.104\$
Pará .....	1932	333.424\$	2.875.354\$	290.332\$	—	198.188\$	1.339.743\$	4.703.617\$	1.124.702\$
	1933	494.591\$	2.483.143\$	316.170\$	—	192.420\$	1.370.420\$	4.362.153\$	442.042\$
	1934	409.218\$	2.756.036\$	318.343\$	—	190.901\$	1.470.089\$	4.735.369\$	1.305.670\$
	1935	475.400\$	2.310.521\$	309.262\$	—	251.422\$	1.751.775\$	4.622.980\$	1.244.543\$
Maranhão .....	1932	176.983\$	1.182.005\$	99.923\$	—	34.000\$	239.048\$	1.554.976\$	150.197\$
	1933	192.398\$	1.859.115\$	268.120\$	—	34.000\$	604.396\$	2.765.631\$	86.661\$
	1934	370.537\$	1.372.969\$	427.916\$	—	21.750\$	709.618\$	2.532.253\$	188.058\$
	1935	173.116\$	1.563.288\$	266.120\$	—	23.000\$	579.582\$	2.431.990\$	124.245\$
Piauí .....	1932	101.434\$	918.803\$	115.098\$	—	—	278.588\$	1.312.489\$	101.896\$
	1933	187.612\$	950.440\$	147.400\$	—	4.200\$	320.522\$	1.422.562\$	115.369\$
	1934	62.907\$	1.280.891\$	692.021\$	—	66.000\$	299.589\$	2.338.501\$	305.416\$
	1935	77.801\$	1.187.948\$	360.000\$	—	65.000\$	888.573\$	2.501.521\$	457.294\$
Ceará .....	1932	321.321\$	2.057.000\$	236.472\$	—	205.893\$	1.550.374\$	4.049.739\$	384.641\$
	1933	322.622\$	2.203.770\$	245.120\$	—	247.620\$	1.764.201\$	4.460.711\$	407.933\$
	1934	172.330\$	2.360.327\$	256.970\$	—	235.940\$	531.724\$	3.384.961\$	546.242\$
	1935	183.108\$	3.202.427\$	545.603\$	—	289.300\$	1.103.247\$	5.140.577\$	659.325\$
Rio Grande do Norte .....	1932	137.428\$	876.220\$	141.900\$	—	—	943.510\$	1.961.630\$	220.761\$
	1933	148.164\$	1.426.980\$	161.400\$	—	—	731.751\$	2.320.131\$	118.141\$
	1934	81.114\$	1.926.022\$	188.931\$	—	—	391.752\$	2.506.705\$	218.751\$
	1935	108.959\$	1.884.274\$	179.665\$	—	—	528.981\$	2.592.920\$	272.483\$
Paraíba .....	1932	334.861\$	2.141.366\$	153.473\$	—	—	604.397\$	2.899.236\$	526.707\$
	1933	157.590\$	1.781.538\$	153.344\$	—	—	859.988\$	2.794.870\$	575.751\$
	1934	93.001\$	2.105.803\$	178.553\$	—	—	1.343.992\$	3.628.348\$	648.549\$
	1935	102.326\$	2.290.255\$	233.296\$	—	—	1.177.411\$	3.700.962\$	497.321\$
Pernambuco .....	1932	558.128\$	5.979.928\$	560.530\$	—	969.765\$	1.398.593\$	8.908.816\$	1.322.956\$
	1933	812.262\$	5.863.770\$	497.877\$	—	1.067.695\$	1.866.298\$	9.295.640\$	1.045.493\$
	1934	222.809\$	6.619.166\$	570.993\$	—	763.769\$	3.541.632\$	11.495.560\$	1.023.384\$
	1935	628.220\$	6.853.320\$	475.115\$	—	1.121.266\$	2.774.753\$	11.224.454\$	855.113\$
Alagoas .....	1932	74.408\$	1.409.717\$	260.520\$	—	—	595.809\$	2.266.046\$	257.529\$
	1933	151.225\$	1.265.523\$	172.920\$	—	—	724.777\$	2.163.220\$	139.804\$
	1934	106.832\$	1.539.742\$	143.000\$	—	125.000\$	768.160\$	2.575.902\$	119.350\$
	1935	81.700\$	1.960.324\$	194.000\$	—	30.000\$	1.138.530\$	3.322.854\$	35.765\$
Sergipe .....	1932	135.137\$	1.163.465\$	276.963\$	—	—	702.969\$	2.143.397\$	20.130\$
	1933	192.913\$	1.241.322\$	266.691\$	—	—	826.684\$	2.334.697\$	14.449\$
	1934	312.633\$	1.131.212\$	291.725\$	—	—	797.272\$	2.220.209\$	39.935\$
	1935	292.235\$	1.085.220\$	330.214\$	—	—	1.113.179\$	2.528.613\$	27.765\$
Baía .....	1932	625.113\$	9.093.965\$	618.440\$	—	3.532.089\$	2.152.973\$	15.397.467\$	1.450.959\$
	1933	1.043.060\$	8.577.692\$	605.163\$	—	2.941.333\$	2.487.991\$	14.612.179\$	2.052.369\$
	1934	419.342\$	8.116.716\$	643.102\$	—	2.449.631\$	1.852.249\$	13.061.698\$	2.617.662\$
	1935	773.888\$	9.360.273\$	724.705\$	—	3.063.311\$	2.803.006\$	15.951.295\$	2.780.851\$

## SITUAÇÃO CULTURAL

## DESPESAS PÚBLICAS COM A ASSISTÊNCIA CULTURAL - 1932/1935

## V - DESPESAS DA UNIÃO DOS ESTADOS E DOS MUNICÍPIOS COM O ENSINO

## E A CULTURA (RESUMO)

## 2. DISCRIMINAÇÃO, SEGUNDO A FINALIDADE

conclusão

UNIDADES FEDERADAS	Anos	DESPESAS						
		Administração central, serviços gerais e instituições culturais	Ensino					Outras despesas
			Primário geral	Secundário geral	Superior	Outros ramos	Total	
Espírito Santo .....	1932	278:482\$	2 789:973\$	241:440\$	—	797:290\$	3 828:703\$	34:070\$
	1933	403:671\$	3 053:263\$	387:760\$	—	414:166\$	3 855:189\$	205:524\$
	1934	302:080\$	3 540:623\$	255:060\$	6:000\$	646:833\$	4 448:516\$	198:185\$
	1935	376:648\$	4 258:428\$	284:840\$	12:000\$	948:249\$	5 503:517\$	72:291\$
Rio de Janeiro .....	1932	484:124\$	6 721:385\$	617:544\$	—	1 740:754\$	9 079:687\$	219:644\$
	1933	656:364\$	7 527:306\$	654:442\$	658:547\$	1 993:198\$	10 833:493\$	257:996\$
	1934	423:049\$	8 964:784\$	795:284\$	756:880\$	2 182:001\$	12 698:949\$	337:544\$
	1935	623:699\$	9 408:150\$	955:466\$	989:700\$	2 562:805\$	13 916:121\$	333:186\$
Distrito Federal .....	1932	6 310:131\$	21 908:472\$	3 494:311\$	8 764:428\$	29 445:660\$	63 612:871\$	799:868\$
	1933	8 538:998\$	24 001:099\$	3 585:031\$	12 607:313\$	32 864:239\$	73 057:682\$	4 070:135\$
	1934	7 706:552\$	33 597:840\$	2 812:339\$	6 073:309\$	26 566:051\$	69 049:539\$	1 824:200\$
	1935	13 368:893\$	43 312:291\$	6 585:923\$	9 336:335\$	23 811:056\$	83 045:605\$	1 227:160\$
São Paulo .....	1932	5 343:881\$	62 162:463\$	1 722:948\$	5 365:377\$	12 191:109\$	81 441:897\$	639:738\$
	1933	6 417:202\$	63 549:165\$	2 566:597\$	5 521:259\$	14 140:304\$	85 777:325\$	678:092\$
	1934	4 282:405\$	72 002:234\$	3 653:311\$	5 891:941\$	11 576:414\$	93 123:990\$	1 041:587\$
	1935	6 831:084\$	73 435:029\$	7 516:509\$	8 908:572\$	15 098:710\$	104 958:820\$	1 961:240\$
Paraná .....	1932	378:664\$	4 203:647\$	454:140\$	10:000\$	780:758\$	5 448:549\$	498:835\$
	1933	342:188\$	3 632:027\$	403:460\$	120:000\$	1 106:835\$	5 262:322\$	238:584\$
	1934	160:634\$	4 761:028\$	468:000\$	100:000\$	2 233:498\$	7 562:526\$	510:546\$
	1935	197:600\$	4 516:438\$	396:516\$	120:000\$	1 330:167\$	6 363:121\$	780:673\$
Santa Catarina .....	1932	129:430\$	2 815:180\$	48:000\$	24:000\$	460:189\$	3 347:369\$	350:921\$
	1933	229:700\$	3 189:208\$	74:400\$	24:000\$	452:145\$	3 739:753\$	149:287\$
	1934	136:666\$	3 540:415\$	72:400\$	36:000\$	559:046\$	4 207:861\$	572:542\$
	1935	151:411\$	4 344:486\$	126:400\$	36:000\$	737:491\$	5 244:377\$	256:503\$
Rio Grande do Sul .....	1932	773:429\$	11 900:448\$	349:501\$	1 973:657\$	4 895:903\$	19 119:509\$	1 624:715\$
	1933	1 204:444\$	12 460:807\$	355:338\$	2 515:696\$	3 583:443\$	18 915:284\$	1 729:456\$
	1934	637:606\$	14 595:005\$	327:863\$	1 655:276\$	1 775:612\$	18 353:756\$	1 429:159\$
	1935	603:895\$	15 343:389\$	364:485\$	3 056:525\$	7 722:286\$	26 486:685\$	1 493:427\$
Mato Grosso .....	1932	131:052\$	1 339:037\$	220:086\$	—	271:298\$	1 830:421\$	110:169\$
	1933	87:162\$	1 314:683\$	220:000\$	—	318:393\$	1 853:070\$	139:673\$
	1934	71:443\$	1 533:586\$	187:109\$	15:500\$	312:815\$	2 049:010\$	176:295\$
	1935	119:099\$	1 471:799\$	230:618\$	—	350:367\$	2 052:784\$	229:090\$
Goiaz.....	1932	166:375\$	1 115:237\$	256:058\$	67:012\$	212:698\$	1 651:005\$	26:445\$
	1933	107:503\$	1 364:301\$	246:804\$	81:700\$	246:910\$	1 939:715\$	43:697\$
	1934	9:488\$	1 306:099\$	246:213\$	65:283\$	204:103\$	1 821:698\$	53:775\$
	1935	48:804\$	1 749:594\$	235:641\$	72:347\$	247:269\$	2 304:851\$	57:678\$
Minas Gerais .....	1932	1 438:562\$	25 810:095\$	1 502:555\$	1 372:812\$	7 105:705\$	35 791:167\$	654:118\$
	1933	2 107:046\$	24 125:533\$	1 717:032\$	1 460:758\$	11 047:811\$	38 350:504\$	1 297:856\$
	1934	846:649\$	25 432:414\$	1 777:536\$	966:301\$	10 228:634\$	38 404:889\$	1 515:770\$
	1935	1 213:593\$	30 332:426\$	1 755:770\$	2 362:974\$	7 922:414\$	42 373:584\$	1 627:852\$
Sem discriminação .....	1932	—	—	—	—	—	—	—
	1933	—	—	—	—	—	—	—
	1934	—	—	—	—	3 937:620\$	3 937:620\$	—
	1935	—	—	—	—	15 768:829\$	15 768:829\$	2 482:341\$
<b>BRASIL .....</b>	1932	<b>18.343:147\$</b>	<b>170.129:294\$</b>	<b>11 865:202\$</b>	<b>22 529:221\$</b>	<b>68 329:213\$</b>	<b>272 852:930\$</b>	<b>10 836:777\$</b>
	1933	<b>24 092:078\$</b>	<b>173 615:560\$</b>	<b>13.282:278\$</b>	<b>27.488:541\$</b>	<b>78 200:115\$</b>	<b>292 586:494\$</b>	<b>14 200:068\$</b>
	1934	<b>16 921:835\$</b>	<b>200 451:152\$</b>	<b>14 626:667\$</b>	<b>19.437:481\$</b>	<b>72 538:508\$</b>	<b>307 053:808\$</b>	<b>14 949:507\$</b>
	1935	<b>26 546:480\$</b>	<b>222 066:733\$</b>	<b>22 378:066\$</b>	<b>29 752:752\$</b>	<b>91 074:395\$</b>	<b>365 271:886\$</b>	<b>18 396:310\$</b>

Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1938. Rio de Janeiro: IBGE, v. 4, 1939.



Biblioteca Nacional - CPDOC/FGV.

No Estado de São Paulo, 95% dos recursos aplicados nas áreas mencionadas foram destinados ao ensino e apenas 5% à gestão de instituições culturais; todavia, quando se examina o perfil de alocação entre os diversos ramos de ensino, 71% dos recursos concentram-se na manutenção da rede pública primária, apenas 6% na rede pública secundária, 9% no ensino superior e 14% nos demais ramos de ensino, podendo-se constatar que o volume de recursos atribuído ao ensino superior quase dobrou no ano seguinte à criação da Universidade de São Paulo, num montante equivalente a 67% do total dos recursos concedidos pelo conjunto dos demais estados ao ensino superior.

## Atividades culturais subvencionadas

Poder-se-ia distinguir indicadores relativos à rede de instituições culturais incumbidas de preservar e gerenciar acervos – bibliotecas, museus e arquivos – daqueles capazes de evidenciar os padrões reconhecíveis de expansão e consolidação de setores impulsionadores da nascente indústria cultural, a saber, tipografias, editoras, jornais, periódicos, estações de rádio e televisão. Por último, cumpre ainda mencionar as tendências perceptíveis de desenvolvimento no tocante aos circuitos e aos espaços destinados à difusão e à distribuição comercial de bens

simbólicos: casas de espetáculos e de diversões, livrarias, associações culturais, entre os principais.

Embora esses três ramos estratégicos do campo de produção e consumo cultural tenham se expandido em meio a circunstâncias peculiares, obedecendo a ritmos próprios de investimento, a feições organizacionais distintas de controle patrimonial, a parâmetros destoantes de diferenciação institucional, logo se reconhecem certos padrões recorrentes de concentração espacial e regional, bem como a operação de economias de escala inerentes aos tetos mínimos de rentabilidade operacional e mercantil requeridos por quaisquer atividades culturais, quer aquelas dependentes de subvenções, públicas ou privadas, quer as que só conseguem sobreviver às custas de vendas comerciais de bens simbólicos manufaturados (livros, revistas, etc.), de receitas advindas do investimento publicitário (rádio, televisão, etc.), ou ainda, de uma mistura variável dessas modalidades de faturamento (jornais, em especial).

As bibliotecas, os museus e os arquivos estão concentrados no eixo Rio de Janeiro – São Paulo, a maioria dessas instituições sendo mantida com recursos do poder central ou de governos estaduais. Em 1937, a cidade do Rio de Janeiro, sede do governo federal e capital do País, abrigava 73% das bibliotecas públicas, enquanto a capital paulista possuía apenas 10% dessas entidades; em termos nacionais, os Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, o Distrito Federal e Minas Gerais, nessa ordem, reuniam 55% das bibliotecas existentes, cada um deles detendo um percentual variável entre 12% e 15% do total<sup>30</sup>. Anos depois, em 1944, Minas Gerais e São Paulo assumem a dianteira e, somados ao Distrito Federal e ao Rio Grande do Sul, agora na quarta posição, concentram 63% das bibliotecas no País<sup>31</sup>.

Essa hierarquia se altera em favor de São Paulo já no final dos anos de 1940, seguido por Minas Gerais e pelos dois outros, sem se modificar, contudo, o piso de con-

<sup>30</sup> Ver a tabela IV, Bibliotecas Públicas e Semi-Públicas existentes nas capitais – 1937 (Anuário Estatístico do Brasil 1938, p. 734). Ver também CD-ROM *Estatísticas do Século XX*.

<sup>31</sup> Ver a tabela II, Bibliotecas Públicas e Semi-Públicas, segundo as unidades da federação – 1944 (Anuário Estatístico do Brasil 1947, p. 448-449). Ver também CD-ROM *Estatísticas do Século XX*.

centração alcançado antes. No final da década de 1950, São Paulo assume, sozinho, a posição de líder, ao mesmo tempo em que se acentua certa dispersão e uma melhoria significativa da Bahia, passando à segunda posição com 15%<sup>32</sup>.

A despeito do maior tamanho dos acervos disponíveis no agora estado da Guanabara em relação aos paulistas, em 1958, São Paulo concentra 44% dos usuários de bibliotecas. Esse contingente era três vezes maior do que aquele contabilizado na ex-capital federal (12%), sendo idênticos os demais indicadores do movimento de leitura, como, por exemplo, os empréstimos em domicílio. Essa situação se mantém praticamente inalterada em 1960<sup>33</sup>. Embora São Paulo mantenha a liderança em termos do número de bibliotecas ao longo do período de 1955-1964, seguido pela Bahia, Minas Gerais e Guanabara, somente no último ano da série (1964), o tamanho dos acervos paulistas se equipara ao daqueles disponíveis na cidade do Rio de Janeiro<sup>34</sup>.

Desde a segunda metade dos anos de 1960, os dados a respeito de bibliotecas buscam qualificá-las em função da natureza dos acervos e do tipo de clientela visada – universitária, especializada, “popular”, etc. – permitindo, pois, uma apreensão mais qualificada dos padrões inerentes a esse gênero de equipamento cultural. No início da década de 1970, São Paulo estava na dianteira no tocante à quantidade de bibliotecas universitárias (32%), especializadas (28%) e “populares” (24%), ao tamanho dos acervos de livros em duas dentre essas três categorias (respectivamente, 33%, 46%, 32%), bem como ao público anual de leitores nessas mesmas categorias

(26%, 29%, 43%), tirante o maior acervo de livros no País abrigado na Biblioteca Nacional, sediada no Rio de Janeiro, seguido pelo Rio Grande do Sul no setor universitário, pelo então estado da Guanabara no ramo das bibliotecas especializadas, possuidor do maior acervo (46%) de livros nessa categoria, e pelo Estado de Minas Gerais nos três quesitos referentes à categoria das “populares”<sup>35</sup>.

Ainda que o Estado de São Paulo ultrapasse por pouco a quantidade de museus situados na capital federal no início da década de 1930, a cidade do Rio de Janeiro abrigava os mais importantes acervos históricos e artísticos do País, quais sejam aqueles preservados no Museu Nacional, no Museu Histórico Nacional, e no Museu Nacional de Belas Artes, entre os principais. Em âmbito nacional, em 1937, o Distrito Federal e São Paulo possuem não apenas o maior número de museus, mas também os acervos mais valiosos do País. No final da década de 1940 (1948), São Paulo reúne quase um quarto dos museus brasileiros, liderança que também se revela por conta do volume de visitantes, atraindo quase a metade do total de usuários de museus no País (48%), seguido pelo Distrito Federal (28%)<sup>36</sup>. A despeito da ampliação institucional na área museológica, o *ranking* por estados



Jornaleiro, entre 1938 e 1945. CPDOC/FGV.

<sup>32</sup> Ver a tabela “Bibliotecas em funcionamento, segundo vários aspectos, por unidades da federação e municípios das capitais – 1958” (Anuário Estatístico do Brasil 1960, p. 313). Ver também CD-ROM *Estatísticas do Século XX*.

<sup>33</sup> Ver a tabela “Bibliotecas em funcionamento, segundo vários aspectos, por unidades da federação e municípios das capitais – 1960” (Anuário Estatístico do Brasil 1962, p. 307), e o quadro 1, “Bibliotecas em funcionamento, segundo vários aspectos, por unidades da federação e municípios das capitais – 1963” (Anuário Estatístico do Brasil 1965, p. 447). Ver também CD-ROM *Estatísticas do Século XX*.

<sup>34</sup> Ver a tabela IV, Bibliotecas em funcionamento, por unidades da federação – 1955/1964 (Anuário Estatístico do Brasil 1966, p. 151). Ver também CD-ROM *Estatísticas do Século XX*.

<sup>35</sup> Ver as tabelas 5.2.1.1 (Bibliotecas existentes, segundo a categoria) e 5.2.1.2. (Bibliotecas em funcionamento, volumes existentes, movimento de leitura e pessoal, segundo a dependência administrativa e a categoria) – 1971 (Anuário Estatístico do Brasil 1974, p. 799-812). Ver também CD-ROM *Estatísticas do Século XX*.

<sup>36</sup> Ver a tabela III, “Museus, segundo as unidades da federação, arrolados segundo a localização, a entidade mantenedora e a natureza, e o movimento anual de visitantes, 1948” (Anuário Estatístico do Brasil 1950, p. 448). Ver também CD-ROM *Estatísticas do Século XX*.



não sofreu mudanças significativas em fins da década de 1950<sup>37</sup>.

A não ser no que diz respeito às coleções abrigadas nos grandes museus nacionais, sediados na cidade do Rio de Janeiro, São Paulo também lidera o setor museológico, tanto em número de instituições (30%) como em termos de público, atraindo 35% do contingente anual de visitantes, superior inclusive à quantidade de usuários dos museus em operação no Rio de Janeiro em 1972<sup>38</sup>.

Em 1937, tirante o Estado de Minas Gerais (16%), mais da metade (54%) dos chamados estabelecimentos de lazer e casas de espetáculos – teatros, cinemas, cassinos, cabarés, parques de diversões, jardins zoológicos, etc. – encontrava-se nos estados das Regiões Sul e Sudeste, com São Paulo sozinho detendo 21% desses espaços de divulgação ou de práticas de entretenimento<sup>39</sup>. São Paulo e o Distrito Federal também eram as duas principais praças para espetáculos de teatro ao vivo, contribuindo com 76% de representações e 80% dos direitos autorais arrecadados em 1954<sup>40</sup>.

Resultados idênticos podem ser observados na arrecadação de direitos autorais na área musical por parte das duas sociedades responsáveis (SBACEM e UBC): São Paulo e o Distrito Federal dão conta de 64% dos direitos autorais arrecadados em favor de compositores musicais no País<sup>41</sup>. Em 1954, porém, constata-se maior dispersão das casas de espetáculo, fazendo recuar o peso da região Sul-Sudeste para

a faixa dos 40% dos equipamentos destinados a espetáculos ao vivo, cabendo a São Paulo 26% deles<sup>42</sup>.

Embora os dados dessas tabelas de 1954 não sejam de todo comparáveis aos das duas décadas anteriores, em virtude de a categoria “estabelecimentos” estar discriminada em subcategorias distintas, a dianteira de São Paulo se mantém em termos do número de espetáculos (28%) e, ao mesmo tempo, deve ser ponderada em função dos 18% alcançados nesse quesito pelo Distrito Federal, tendência, aliás, que se mantém acentuada, no tocante à quantidade de espectadores (SP/35%, DF/19%). A liderança paulista continua imbatível nesse quesito em 1958, devendo-se, entretanto, qualificá-la com base na extensão da agenda de espetáculos de teatro e de sessões de cinema e, sobretudo, por conta do tamanho dos públicos.

Apesar de a cidade do Rio de Janeiro possuir apenas 5% das casas de espetáculo, o contingente de espectadores de teatro no Rio e em São Paulo é equivalente, o que fazia dessas praças os alicerces do mercado cênico no País; no caso do cinema, a audiência paulista é o dobro da carioca, decerto em virtude da rede de cidades importantes no restante do estado, renunciando uma tendência que acabaria se impondo e fazendo do interior paulista o segundo mercado consumidor do País.

No começo da década de 1970, os estados da região Sul-Sudeste, com São Paulo à frente (26%), respondiam por quase metade (48%) dos cinemas em funcionamento<sup>43</sup>; todavia, as praças carioca e

<sup>37</sup> Ver a tabela I, “Museus, segundo vários aspectos, por unidades da federação – 1958” (Anuário Estatístico do Brasil 1960, p. 314). Ver também CD-ROM *Estatísticas do Século XX*.

<sup>38</sup> Ver as tabelas 5.2.2.1, “Museus informantes, segundo vários aspectos, por unidades da federação”, 5.2.2.4, “Número de peças das coleções, visitantes e despesa, por unidades da federação”, Museus – 1972 (Anuário Estatístico do Brasil 1974, p. 813, 815). Ver também CD-ROM *Estatísticas do Século XX*.

<sup>39</sup> Ver a tabela VII, “Distribuição e natureza das casas de diversões arroladas no país – 1936” (Anuário Estatístico do Brasil 1938, p. 747-748). Ver também CD-ROM *Estatísticas do Século XX*.

<sup>40</sup> Ver a tabela IV, “Número de representações e direitos autorais arrecadados – Sociedade Brasileira de Autores Teatrais – 1953/1954” (Anuário Estatístico do Brasil 1955, p. 238). Ver também CD-ROM *Estatísticas do Século XX*.

<sup>41</sup> Ver a tabela V, “Sociedade Brasileira de Autores, Compositores e Editores de Música (SBACEM) e União Brasileira de Compositores (UBC) – 1953/1954” (Anuário Estatístico do Brasil 1955, p. 239). Ver também CD-ROM *Estatísticas do Século XX*.

<sup>42</sup> Ver a tabela I, “Casas de espetáculos, por unidades da federação – 1954” (Anuário Estatístico do Brasil 1955, p. 487). Ver também CD-ROM *Estatísticas do Século XX*.

<sup>43</sup> Ver a tabela 5.2.4.1.1., “Número de cinemas, segundo o funcionamento semanal e as características do prédio, por unidades da federação e municípios das capitais – 1971” (Anuário Estatístico do Brasil 1974, p. 824). Ver também CD-ROM *Estatísticas do Século XX*.

paulistana subsistiam como o circuito de exibição por excelência para espetáculos dramáticos ao vivo, reunindo 53% das salas disponíveis, ou 62%, caso se levem em conta apenas os teatros instalados nas capitais<sup>44</sup>. Por outro lado, o público carioca de concertos de música erudita superava o paulista, devendo-se, ainda, salientar o tamanho considerável do público gaúcho nessa atividade sofisticada de consumo da chamada alta cultura, o que talvez se explique em função do expressivo contingente de imigrantes educados<sup>45</sup>. (Em 1936, essa mesma região detinha 65% do total de livrarias, cabendo a São Paulo 36% de presença nesse tipo de negócio)<sup>46</sup>.

Tais indicadores evidenciam padrões mais elevados de escolarização e, por conseguinte, a presença de contingentes apreciáveis de consumidores dotados de capital cultural diferenciado.

## A nascente indústria cultural

O exame das informações disponíveis a respeito de certos setores produtivos da nascente indústria cultural brasileira confirma as tendências já detectadas quanto à concentração regional, quer em relação aos equipamentos de divulgação, quer no tocante às entidades responsáveis pelos acervos de bens culturais.

Em 1936, a despeito da continuidade de certa dispersão territorial, a Região Sul, liderada por São Paulo, reunia quase 60% das editoras em operação no País<sup>47</sup>. Como se sabe, São Paulo, Distrito Federal e Rio Grande do Sul abrigavam, naquela época, alguns dos empreendi-

mentos editoriais mais lucrativos e inovadores do período Vargas: São Paulo/Companhia Editora Nacional, Melhoramentos; Rio de Janeiro/Civilização Brasileira, José Olympio, Irmãos Pongetti, Francisco Alves; e Rio Grande do Sul/Editora Globo<sup>48</sup>. A atividade editorial também se concentrou no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, conforme

demonstra a expressiva quantidade de livros publicados por editores paulistas e cariocas, alcançando o elevado coeficiente de 81% dos títulos em 1963, e chegando a 95% em termos de tiragem, num mercado fortemente dependente de obras didáticas (28% do total de exemplares), de manuais de auto-ajuda, de obras em medicina e áreas afins, de textos literários, de obras religiosas e de proselitismo<sup>49</sup> (tabelas nas páginas 331 a 335).

No começo da década de 1970, amplia-se a dependência da atividade empresarial dos livros didáticos e manuais escolares, os quais, em conjunto, foram responsáveis por 38% dos títulos em primeira edição em termos



TV RIO, 1965. CPDOC/FGV.

<sup>44</sup> Ver a tabela 5.2.4.3.1., “Número de teatros, segundo o funcionamento semanal e as características do prédio, por unidades da federação e municípios das capitais – 1971” (Anuário Estatístico do Brasil 1974, p. 830). Ver também CD-ROM *Estatísticas do Século XX*.

<sup>45</sup> Ver as tabelas “Casas de espetáculos, lotação, sessões e espectadores por unidades da federação e municípios das capitais – 1960” (Anuário Estatístico do Brasil 1962, p. 311), e “Casas de espetáculos em funcionamento, sessões e espectadores, por unidades da federação e municípios das capitais – 1963” (Anuário Estatístico do Brasil 1965, p. 450). Ver também CD-ROM *Estatísticas do Século XX*.

<sup>46</sup> Ver a tabela II, “Distribuição e natureza das livrarias arroladas no país – Difusão bibliográfica – 1936” (Anuário Estatístico do Brasil 1938, p. 768). Ver também CD-ROM *Estatísticas do Século XX*.

<sup>47</sup> Ver a tabela III, “Distribuição e natureza das casas editoras arroladas no país – Difusão bibliográfica – 1936” (Anuário Estatístico do Brasil 1938, p. 769). Ver também CD-ROM *Estatísticas do Século XX*.

<sup>48</sup> A esse respeito consultar o capítulo 2 A expansão do mercado do livro e a gênese de um grupo de romancistas profissionais da obra *Intelectuais à brasileira* em Micelli (2001, p. 141-194).

<sup>49</sup> Ver as tabelas 1 (títulos) e 2 (tiragem) do quadro A, “Livros editados no país, segundo os assuntos, por unidades da federação – Difusão bibliográfica – 1963” (Anuário Estatístico do Brasil 1965, p. 452-453). Ver também CD-ROM *Estatísticas do Século XX*.

## SITUAÇÃO CULTURAL

## VI — DIFUSÃO BIBLIOGRÁFICA

## A) Livros editados no País, segundo os assuntos, por Unidades da Federação — 1963

## 1. TÍTULOS

continua

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	LIVROS EDITADOS (continua)								
	Total	Assuntos							
		Genera- lidades	Filosofia e Psicologia	Religião e Teologia	Sociologia, Estatística, etc.	Ciências Políticas, Economia Política	Direito, Adimis- tração, etc.	Arte e Ciências Militares	Ensino e Educação
Amazonas .....	22	—	—	1	—	—	1	—	1
Pará .....	6	3	—	—	—	—	—	—	—
Amapá .....	3	—	—	1	—	—	—	—	—
Maranhão .....	6	1	—	1	—	—	1	2	—
Piauí .....	2	—	—	—	—	—	1	—	—
Ceará.....	29	4	—	—	2	1	5	—	1
Rio Grande do Norte .....	7	—	1	1	—	—	3	—	—
Paraíba .....	3	—	—	—	—	—	1	—	—
Pernambuco .....	22	4	—	3	2	—	1	—	—
Alagoas .....	12	4	—	—	—	—	1	—	—
Sergipe .....	17	—	—	3	—	1	3	1	1
Bahia.....	26	3	—	3	2	—	6	—	—
Minas Gerais .....	280	51	—	19	9	6	44	1	41
Espírito Santo .....	5	—	—	—	—	—	—	—	—
Rio de Janeiro .....	84	25	—	36	1	—	—	—	11
Guanabara .....	1 457	670	8	93	37	26	78	—	82
São Paulo .....	1 820	40	75	189	33	45	3	104	476
Paraná .....	31	5	2	1	1	2	3	—	3
Santa Catarina .....	2	1	—	—	—	—	—	—	—
Rio Grande do Sul .....	167	18	4	32	7	3	8	5	22
Mato Grosso .....	7	7	—	—	—	—	—	—	—
GoIás .....	2	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>BRASIL.....</b>	<b>4 010</b>	<b>836</b>	<b>90</b>	<b>383</b>	<b>94</b>	<b>84</b>	<b>159</b>	<b>113</b>	<b>638</b>

## SITUAÇÃO CULTURAL

## VI — DIFUSÃO BIBLIOGRÁFICA

## A) Livros editados no País, segundo os assuntos, por Unidades da Federação — 1963

## 1. TÍTULOS

continuação

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	LIVROS EDITADOS (continuação)								
	Assuntos								
	Comércio, Comunicações, Transportes	Lingüística e Filologia	Matemática e Ciências Naturais	Ciências Médicas e Higiene Pública	Engenharia e Tecnologia	Agricultura, Silvicultura, Pecuária, etc.	Economia Doméstica, etc.	Organização, etc., do Comércio e Indústria	Indústria, Artes e Ofícios, etc.
Amazonas .....	—	—	3	2	—	—	1	1	—
Pará .....	—	—	3	—	—	—	—	—	—
Amapá .....	—	—	—	—	—	—	—	2	—
Maranhão .....	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Piauí .....	—	—	—	—	—	1	—	—	—
Ceará.....	—	1	—	1	—	2	—	—	—
Rio Grande do Norte .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Paraíba .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pernambuco .....	—	—	—	2	—	3	—	1	—
Alagoas .....	—	—	—	1	—	—	—	—	—
Sergipe .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Bahia.....	—	—	—	10	—	—	—	—	—
Minas Gerais .....	—	1	1	14	56	2	1	—	—
Espírito Santo .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Rio de Janeiro .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Guanabara .....	—	28	18	71	11	7	3	22	1
São Paulo .....	5	22	21	57	27	17	7	24	10
Paraná .....	1	—	1	3	1	1	—	1	—
Santa Catarina .....	—	—	—	1	—	—	—	—	—
Rio Grande do Sul .....	1	—	—	9	5	2	1	1	1
Mato Grosso .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Golás .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>BRASIL.....</b>	<b>8</b>	<b>52</b>	<b>47</b>	<b>171</b>	<b>100</b>	<b>35</b>	<b>13</b>	<b>52</b>	<b>12</b>

## SITUAÇÃO CULTURAL

## VI — DIFUSÃO BIBLIOGRÁFICA

## A) Livros editados no País, segundo os assuntos, por Unidades da Federação — 1963

## 1. TÍTULOS

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	LIVROS EDITADOS (conclusão)							conclusão
	Assuntos							
	Urbanismo, Arquitetura, etc.	Música, Jogos de Salão e de azar, etc.	Jogos, Ginástica e Desportos	Literatura	Geografia e Viagens	História, Biografia	Manuais Escolares	
Amazonas .....	—	—	—	7	5	—	—	
Pará .....	—	—	—	—	—	—	—	
Amapá .....	—	—	—	—	—	—	—	
Maranhão .....	—	—	—	—	—	—	—	
Piauí .....	—	—	—	—	—	—	—	
Ceará.....	—	—	—	6	—	6	—	
Rio Grande do Norte .....	—	—	—	—	1	1	—	
Paraíba .....	—	—	—	—	—	2	—	
Pernambuco .....	—	—	—	1	1	4	—	
Alagoas .....	—	—	—	2	1	3	—	
Sergipe .....	—	—	—	5	—	—	3	
Bahia.....	—	—	—	2	—	—	—	
Minas Gerais .....	6	—	—	17	—	10	1	
Espírito Santo .....	—	—	—	5	—	—	—	
Rio de Janeiro .....	—	—	—	1	—	3	7	
Guanabara .....	2	9	1	210	25	42	13	
São Paulo .....	21	54	5	490	16	79	—	
Paraná .....	—	—	—	—	2	4	—	
Santa Catarina .....	—	—	—	—	—	—	—	
Rio Grande do Sul .....	—	—	1	20	2	20	5	
Mato Grosso .....	—	—	—	—	—	—	—	
Golás .....	—	—	—	2	—	—	—	
<b>BRASIL.....</b>	<b>29</b>	<b>63</b>	<b>7</b>	<b>768</b>	<b>53</b>	<b>174</b>	<b>29</b>	

Fonte: Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil, 1965. Rio de Janeiro: IBGE, v. 26, 1965.

## SITUAÇÃO CULTURAL

## VI — DIFUSÃO BIBLIOGRÁFICA

## A) Livros editados no País, segundo os assuntos, por Unidade da Federação — 1963

## 2. TIRAGEM

continua

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	LIVROS EDITADOS								
	Total	Assuntos							
		Genera- lidades	Filosofia e Psicologia	Religião e Teologia	Sociologia, Estatística, etc.	Ciências Políticas, Economia Política	Direito, Adimis- tração, etc.	Arte e Ciências Militares	Ensino e Educação
Amazonas .....	13 100	—	—	400	—	—	1 000	—	500
Pará .....	12 500	8 000	—	—	—	—	—	—	—
Amapá .....	1 500	—	—	500	—	—	—	—	—
Maranhão .....	4 000	400	—	1 000	—	—	300	1 300	—
Piauí .....	1 100	—	—	—	—	—	400	—	—
Ceará .....	61 760	18 600	—	—	5 400	2 000	13 900	—	900
Rio Grande do Norte .....	3 950	—	500	500	—	—	1 800	—	—
Paraíba .....	6 500	—	—	—	—	—	5 000	—	—
Pernambuco .....	29 325	5 500	—	3 500	2 200	—	1 000	—	—
Alagoas .....	6 226	2 500	—	—	—	—	300	—	—
Sergipe .....	11 619	—	—	5 480	—	100	795	1 994	1 000
Bahia .....	191 260	108 500	—	60 000	2 000	—	10 960	—	—
Minas Gerais .....	563 065	90 150	—	121 690	24 800	22 000	70 370	2 500	135 100
Espírito Santo .....	2 900	—	—	—	—	—	—	—	—
Rio de Janeiro .....	702 300	207 000	—	304 000	3 500	—	—	—	138 500
Guanabara .....	28 090 605	11 151 507	41 095	1 239 745	102 550	112 650	315 300	—	794 570
São Paulo .....	23 580 921	126 118	438 262	2 812 368	127 494	230 544	30 000	607 812	13 801 627
Paraná .....	53 550	5 700	1 000	7 000	500	1 250	4 000	—	20 500
Santa Catarina .....	5 000	1 000	—	—	—	—	—	—	—
Rio Grande do Sul .....	873 025	106 500	5 100	183 950	29 550	7 100	12 250	3 000	158 000
Mato Grosso .....	6 400	6 400	—	—	—	—	—	—	—
Goias .....	2 000	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>BRASIL.....</b>	<b>54 222 606</b>	<b>11 837 875</b>	<b>485 957</b>	<b>4 740 133</b>	<b>297 994</b>	<b>375 644</b>	<b>467 375</b>	<b>616 606</b>	<b>15 050 697</b>

continua

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	LIVROS EDITADOS								
	Assuntos								
	Comércio, Comuni- cações, Transportes	Lingüis- tica e Filologia	Matemática e Ciências Naturais	Ciências Médicas e Higiene Pública	Enge- nharia e Tecnologia	Agricultura, Silvicultura, Pecuária, etc.	Economia Doméstica, etc.	Organização, etc., do Comércio e Indústria	Indústria, Artes e Ofícios, etc.
Amazonas .....	—	—	3 000	—	—	—	500	—	—
Pará .....	—	—	4 500	—	—	—	—	—	—
Amapá .....	—	—	—	—	—	—	—	1 000	—
Maranhão .....	1 000	—	—	—	—	—	—	—	—
Piauí .....	—	—	—	—	—	700	—	—	—
Ceará .....	—	3 000	—	60	—	3 800	—	—	—
Rio Grande do Norte .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Paraíba .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pernambuco .....	—	—	—	7 125	—	2 100	—	500	—
Alagoas .....	—	—	—	500	—	—	—	—	—
Sergipe .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Bahia .....	—	—	—	7 800	—	—	—	—	—
Minas Gerais .....	—	1 000	3 000	9 950	26 315	3 000	2 000	—	—
Espírito Santo .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Rio de Janeiro .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Guanabara .....	—	533 550	156 250	10 358 752	49 500	22 000	17 000	92 700	5 000
São Paulo .....	31 043	162 081	97 297	413 539	58 928	73 700	104 040	88 800	32 021
Paraná .....	1 000	—	1 000	3 500	1 000	800	—	2 000	—
Santa Catarina .....	—	—	—	4 000	—	—	—	—	—
Rio Grande do Sul .....	150	—	—	34 825	16 500	1 750	2 500	200	100
Mato Grosso .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Goias .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>BRASIL.....</b>	<b>33 193</b>	<b>699 631</b>	<b>265 047</b>	<b>10 840 051</b>	<b>152 243</b>	<b>107 850</b>	<b>126 040</b>	<b>185 200</b>	<b>37 121</b>

## SITUAÇÃO CULTURAL

## VI — DIFUSÃO BIBLIOGRÁFICA

## A) Livros editados no País, segundo os assuntos, por Unidade da Federação — 1963

## 2. TIRAGEM

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	LIVROS EDITADOS							conclusão
	Assuntos							
	Urbanismo, Arquitetura, etc.	Música, Jogos de Salão e de azar, etc.	Jogos, Ginástica e Desportos	Literatura	Geografia e Viagens	História, Biografia	Manuais Escolares	
Amazonas .....	—	—	—	6 700	1 000	—	—	
Pará .....	—	—	—	—	—	—	—	
Amapá .....	—	—	—	—	—	—	—	
Maranhão .....	—	—	—	—	—	—	—	
Piauí .....	—	—	—	—	—	—	—	
Ceará .....	—	—	—	3 200	—	10 900	—	
Rio Grande do Norte .....	—	—	—	—	1 000	150	—	
Paraíba .....	—	—	—	—	—	1 500	—	
Pernambuco .....	—	—	—	1 500	400	5 500	—	
Alagoas .....	—	—	—	926	500	1 500	—	
Sergipe .....	—	—	—	1 650	—	—	600	
Bahia .....	—	—	—	2 000	—	—	—	
Minas Gerais .....	5 000	—	—	21 540	—	23 600	1 050	
Espírito Santo .....	—	—	—	2 900	—	—	—	
Rio de Janeiro .....	—	—	—	300	—	9 000	40 000	
Guanabara .....	5 000	15 710	5 000	2 346 650	139 600	282 476	304 000	
São Paulo .....	90 010	254 380	21 500	2 993 780	526 013	459 564	—	
Paraná .....	—	—	—	—	1 300	3 000	—	
Santa Catarina .....	—	—	—	—	—	—	—	
Rio Grande do Sul .....	—	—	10 000	196 800	6 000	85 350	13 400	
Mato Grosso .....	—	—	—	—	—	—	—	
Golás .....	—	—	—	2 000	—	—	—	
<b>BRASIL.....</b>	<b>100 010</b>	<b>270 090</b>	<b>36 500</b>	<b>5 579 946</b>	<b>675 813</b>	<b>882 540</b>	<b>359 050</b>	

Fonte: Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil, 1965. Rio de Janeiro: IBGE, v. 26, 1965.

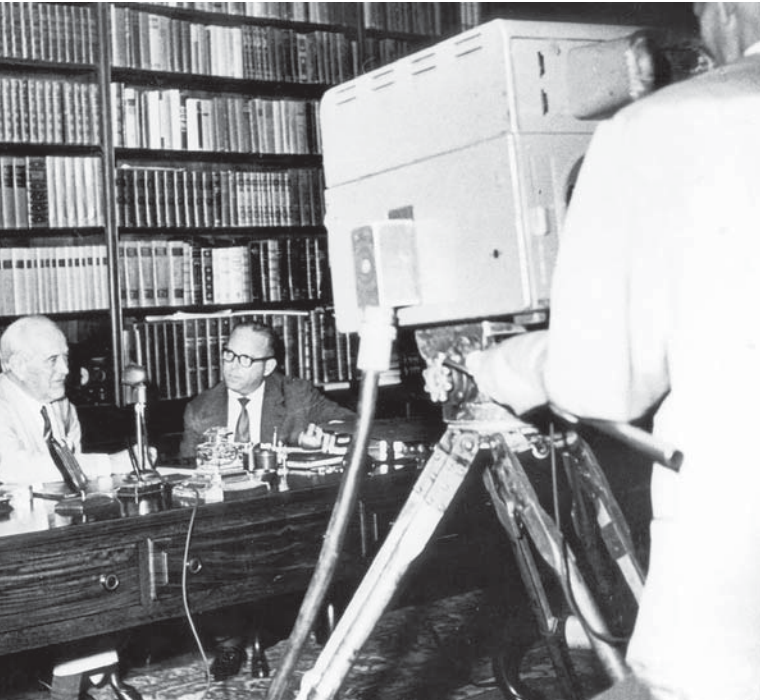
de tiragem, embora tal volume equivalesse a tão somente 18% dos títulos nessas categorias em primeira edição, cabendo a segunda posição (ou seja, 67% dos livros reimpressos e 34% dos títulos reimpressos) às obras literárias, inclusive de crítica, filologia e lingüística, respondendo por 20% dos lançamentos em termos de tiragem e a 32% dos novos títulos em primeira edição, podendo-se ainda registrar a contribuição expressiva dos livros infantis, equivalendo a 8% dos lançamentos, quer em número de títulos, quer em termos de tiragem<sup>50</sup>. Ainda em 1972, a quantidade de obras traduzidas respondia por 27% dos lançamentos<sup>51</sup>.

Na primeira metade da década de 1930, é idêntica a taxa de concentração dos periódicos na região Centro-sul (ou seja, estados do sul, mais o Distrito Federal e o Estado do Rio de Janeiro), em torno de 55%, outra vez com São Paulo e a cidade do Rio de Janeiro (Distrito Federal) detendo 40% das publicações compulsadas, seguidos de perto por Minas Gerais (19% em 1933 e 17% em 1934). Os jornais não diários constituíam, por sua vez, 64% dos periódicos<sup>52</sup>. Em 1945, a mesma Região Sul congregava 72% do total de periódicos, mantendo-se quase idêntico o peso conjunto de São Paulo e Rio de Janeiro (Distrito

<sup>50</sup> Ver a tabela 5.2.6.1.2., “Número de títulos e tiragem dos livros e folhetos, segundo a edição e o assunto – Empresas editoras de livros e folhetos – 1971-1972” (Anuário Estatístico do Brasil 1974, p. 843). Ver também CD-ROM *Estatísticas do Século XX*.

<sup>51</sup> Ver a tabela 5.2.6.1.1., “Número de títulos traduzidos e produzidos e tiragem total, segundo o idioma da publicação – Empresas editoras de livros e folhetos – 1971-1972” (Anuário Estatístico do Brasil 1974, p. 842). Ver também CD-ROM *Estatísticas do Século XX*.

<sup>52</sup> Ver a tabela “Imprensa Periódica – 1933 – número dos periódicos informantes, segundo os principais característicos” (Anuário Estatístico do Brasil 1936, p. 376) e “Imprensa Periódica – 1934 – periódicos arrolados, segundo a sede e a dependência administrativa” (Anuário Estatístico do Brasil 1937, p. 746). Ver também CD-ROM *Estatísticas do Século XX*.



Oswaldo Aranha concede entrevista à jornalista em sua casa, 1958. Rio de Janeiro – CPDOC/FGV.

Federal) com 55% das publicações nessa categoria; em termos de tiragem, medida mais segura do impacto cultural e político de qualquer veículo da imprensa periódica, a cidade do Rio de Janeiro detinha oito dos nove periódicos com tiragem superior a 100 000 exemplares (o outro era editado em São Paulo) e treze dos vinte e um periódicos com tiragem na faixa de 50 000 a 100 000 exemplares (São Paulo possuía sete periódicos nessa segunda faixa)<sup>53</sup>. Dez anos mais tarde, São Paulo e Distrito Federal respondem por apenas 45% dos periódicos, podendo-se registrar ganhos em Minas Gerais (13%) e Rio Grande do Sul (8%)<sup>54</sup>.

A situação do rádio na década de 1930 pode ser aflorada a partir dos dados constantes do anuário de 1937<sup>55</sup>. Afora o fato de a maioria das empresas de radiodifusão estarem concentradas na capital federal e em São Paulo, certas características atinentes ao padrão de controle e propriedade das emissoras já se mostram perceptíveis desde os tempos pioneiros de implantação

do novo veículo tão promissor. Tanto o poder federal como alguns governos estaduais controlavam emissoras de grande impacto e audiência, como, por exemplo, a Rádio Nacional no Rio de Janeiro, ou a Rádio Inconfidência em Minas Gerais, ou então, subsidiavam as atividades de estações educativas destinadas a um público seletivo, como no caso da emissora ligada ao Ministério da Educação, germes do que seriam mais tarde os veículos da rede educativa oficial. Os principais órgãos da imprensa diária e as redes privadas que então se constituíam, no âmbito da emergente indústria cultural, possuíam 90% das suas próprias estações nas grandes praças do mercado consumidor, como, por exemplo, a Rádio “Jornal do Brasil” (RJ) e as diversas estações integradas à nascente rede dos Diários Associados.

Em 1937, mais da metade das sessenta e três estações de rádio havia sido instalada nos últimos três anos precedentes, estando em mãos de empresários privados 90% dos veículos dessa poderosa e florescente mídia. T tamanha expansão recente refletia mudanças tecnológicas de ampla repercussão, como, por exemplo, a introdução dos rádios de válvula na década de 1930, o que propiciou o barateamento dos custos de produção dos aparelhos e, em consequência, impulsionou o crescimento do público ouvinte. Os maiores investimentos particulares também foram estimulados pelo licenciamento oficial para publicidade nessa mídia, de início fixada em 10% da programação diária, tornando o rádio um veículo comercial capaz de atrair e converter alguns grandes anunciantes (Colgate/Palmolive, etc.) em produtores de programas (radio-novelas e seriados)<sup>56</sup>.

<sup>52</sup> Ver as tabelas “Imprensa Periódica – 1933 – número dos periódicos informantes, segundo os principais característicos” (Anuário Estatístico do Brasil 1936, p. 376) e “Imprensa Periódica – 1934 – periódicos arrolados, segundo a sede e a dependência administrativa” (Anuário Estatístico do Brasil 1937, p. 746). Ver também CD-ROM *Estatísticas do Século XX*.

<sup>53</sup> Ver as tabelas 1 e 2 do quadro III, “Imprensa periódica – 1945” (Anuário Estatístico do Brasil 1947, p. 450-451). Ver também CD-ROM *Estatísticas do Século XX*.

<sup>54</sup> Ver a tabela II, “Periódicos arrolados, segundo o tipo, por unidades da federação – 1954” (Anuário Estatístico do Brasil 1955, p. 493). Ver também CD-ROM *Estatísticas do Século XX*.

<sup>55</sup> Ver a tabela “Radiodifusão Cultural – 1937 (30-VI)” (Anuário Estatístico do Brasil 1937, p. 748-749). Ver também CD-ROM *Estatísticas do Século XX*.

<sup>56</sup> A esse respeito, consultar Goldfeder (1980) e Ortiz (1988), em especial a primeira parte sobre as décadas de 1930, 1940 e 1950.



A capital paulistana e as cidades-pólos do emergente mercado do interior paulista abrigavam 45% das estações brasileiras. A cidade do Rio de Janeiro dispunha de treze emissoras, incluindo a Rádio Nacional, emissora líder e responsável pela difusão das novelas que constituíram desde então o produto típico e de maior impacto naquela era tão marcante e definidora dos estilos e linguagens da indústria cultural brasileira. Os dados evidenciam os primeiros sinais de constituição de grandes empreendimentos empresariais a partir do controle conjugado de importantes órgãos de imprensa e de estações de rádio líderes em potência de emissão e audiência: *Jornal do Brasil*/jornal e emissora no Rio de

Janeiro; *Diários Associados*/jornais e emissoras da rede Tupi no Rio, São Paulo, etc.

A expansão acelerada da rede de estações difusoras de rádio persiste na década seguinte, alcançando um total de 111 estações no País, sendo que 58% das novas emissoras foram criadas entre 1936 e 1945. São Paulo logo assumiu a posição de liderança nessa mídia, passando a deter agora 38% das emissoras, seguido por Minas Gerais (16%) e pela capital federal (12%). Em 1958, os estados da região Sul-Sudeste, liderados por São Paulo com 30% desse resultado, num momento em que já se encontravam instaladas seis estações de televisão, com transmissões nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte<sup>57</sup>.

## SITUAÇÃO CULTURAL

## V — RADIODIFUSÃO E RADIOTELEVISÃO

## EMPRESAS E ESTAÇÕES EM FUNCIONAMENTO, INSTALAÇÕES, PESSOAL E HORAS

## DE TRANSMISSÃO — 1963

ESPECIFICAÇÃO	RADIODIFUSÃO			RADIOTELEVISÃO		
	Total	Municípios das Capitais	Municípios do Interior	Total	Municípios das Capitais	Municípios do Interior
<b>Número de empresas</b> .....	<b>718</b>	<b>146</b>	<b>572</b>	<b>30</b>	<b>26</b>	<b>4</b>
Valor do Patrimônio						
Equipamento (Cr\$ 1 000).....	6 351 652	4 157 955	2 193 697	11 103 999	10 953 999	150 000
Imóveis e instalações (Cr\$ 1 000).....	6 209 279	3 666 059	2 543 220	1 106 663	1 062 663	44 000
<b>Número de estações</b> .....	<b>915</b>	<b>279</b>	<b>636</b>	<b>30</b>	<b>26</b>	<b>4</b>
De ondas médias.....	711	142	569	—	—	—
De ondas tropicais.....	73	39	34	—	—	—
De ondas curtas.....	76	68	8	—	—	—
De ondas ultracurtas — FM.....	55	30	25	—	—	—
De radiotelevisão.....	—	—	—	30	26	4
<b>Instalações</b>						
Número de estúdios.....	1 071	296	775	74	71	3
Número de lugares nos auditórios.....	109 069	19 026	90 043	9 108	9 108	—
Número de palcos.....	388	54	334	17	17	—
Efetivo das discotecas.....	10 589 057	7 061 260	3 527 797	192 095	191 125	970
<b>Pessoal</b> .....	<b>19 521</b>	<b>10 443</b>	<b>9 078</b>	<b>4 797</b>	<b>4 713</b>	<b>84</b>
Segundo a função						
Administrativa.....	3 510	2 054	1 456	1 069	1 049	20
De redação.....	2 302	1 284	1 018	340	336	4
Artistas e locutores.....	6 868	3 495	3 373	1 355	1 322	33
Técnico (estúdio e transmissão).....	4 591	2 306	2 285	1 416	1 393	23
Subalterno.....	2 250	1 304	946	617	613	4
Segundo o sexo						
Masculino.....	17 012	9 174	7 838	4 130	4 066	64
Feminino.....	2 509	1 269	1 240	667	647	20
Segundo a nacionalidade						
Brasileira.....	19 366	10 311	9 055	4 738	4 654	84
Estrangeira.....	155	132	23	59	59	—
<b>Número de horas de irradiação</b> .....	<b>4 004 685</b>	<b>927 281</b>	<b>3 077 404</b>	<b>76 299</b>	<b>70 954</b>	<b>5 345</b>

Fonte: Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1962. Rio de Janeiro: IBGE, v. 23, 1962.

Nota: Compilação submetida à crítica e complementação do SLEC, de dados apurados pelos departamentos Estaduais de Estatística.

<sup>57</sup> Ver a tabela I, “Empresas e estações informantes, segundo vários aspectos, por unidades da federação e municípios das capitais – Radiodifusão e radiotelevisão – 1958” (Anuário Estatístico do Brasil 1960, p. 336). Ver também CD-ROM *Estatísticas do Século XX*.

## SITUAÇÃO CULTURAL

## 5. 2. 5 — RADIODIFUSÃO E RADIOTELEVISÃO

## 5. 2. 5. 1 — Número de emissoras em funcionamento e potência, segundo a classe de onda,

## por Unidade da Federação e Municípios das Capitais — 1972

continua

UNIDADES DA FEDERAÇÃO E CAPITAIS	RADIODIFUSÃO												RADIOTELEVISÃO (VHF)			
	Número	Classes de onda											Número	Potência (kW)		
		Médias		Tropicais		Curtas		Ultracurtas (FM)								
		Número	Potência (kW)		Número	Potência (kW)		Número	Potência (kW)		Número	Potência (kW)				
Dia	Noite		Dia	Noite		Dia	Noite		Dia	Noite		Dia	Noite			
Rondônia.....	3	2	1,25	0,75	1	1,00	1,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Porto Velho .....	2	1	0,25	0,25	1	1,00	1,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Acre .....	3	2	2,00	2,00	1	0,25	0,25	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Rio Branco .....	2	2	2,00	2,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Amazonas .....	11	7	6,50	6,75	2	6,00	6,00	1	7,50	7,50	1	0,25	0,25	4	13,20	14,70
Manaus .....	6	3	3,00	3,00	1	5,00	5,00	1	7,50	7,50	1	0,25	0,25	4	13,20	14,70
Pará .....	13	8	42,50	37,50	4	5,00	5,00	1	10,00	10,00	—	—	—	2	80,00	80,00
Belém .....	7	4	40,00	35,00	2	3,00	3,00	1	10,00	10,00	—	—	—	2	80,00	80,00
Amapá .....	4	2	2,00	1,50	2	2,00	1,50	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Macapá.....	4	2	2,00	1,50	2	2,00	1,50	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Maranhão .....	10	5	14,00	9,00	4	6,25	6,25	1	2,50	2,50	—	—	—	2	4,00	4,00
São Luís .....	9	5	14,00	9,00	3	6,00	6,00	1	2,50	2,50	—	—	—	2	4,00	4,00
Piauí.....	9	5	3,25	3,25	4	3,00	3,00	—	—	—	—	—	—	1	1,00	1,00
Teresina .....	6	3	2,50	2,50	3	2,50	2,50	—	—	—	—	—	—	1	1,00	1,00
Ceará .....	22	20	64,35	60,35	2	2,00	2,00	—	—	—	—	—	—	2	38,00	38,00
Fortaleza .....	7	6	50,10	50,10	1	1,00	1,00	—	—	—	—	—	—	2	38,00	38,00
Rio Grande do Norte .....	12	10	27,00	29,75	2	2,00	2,00	—	—	—	—	—	—	1	26,00	32,00
Natal .....	7	5	22,00	27,00	2	2,00	2,00	—	—	—	—	—	—	1	26,00	32,00
Paraíba .....	11	9	17,25	10,25	2	2,00	1,50	—	—	—	—	—	—	1	0,50	0,50
João Pessoa .....	4	3	12,00	6,25	1	1,00	0,50	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pernambuco .....	29	19	94,50	65,00	4	21,75	21,75	6	146,00	146,00	—	—	—	4	226,35	226,35
Recife .....	14	7	71,00	48,00	1	20,00	20,00	6	146,00	146,00	—	—	—	4	226,35	226,35
Alagoas .....	8	6	17,75	17,75	2	2,00	2,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Maceió .....	6	4	17,00	17,00	2	2,00	2,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Sergipe .....	7	6	19,25	10,25	1	1,00	1,00	—	—	—	—	—	—	1	1,00	1,00
Aracaju .....	6	5	19,00	10,00	1	1,00	1,00	—	—	—	—	—	—	1	1,00	1,00
Bahia .....	32	25	108,25	88,00	3	12,00	12,00	4	40,00	30,00	—	—	—	2	5,00	5,00
Salvador .....	10	5	81,00	71,00	1	10,00	10,00	4	40,00	30,00	—	—	—	2	5,00	5,00
Minas Gerais .....	126	109	144,65	102,60	13	50,00	49,75	1	0,30	0,30	3	23,75	23,75	7	74,40	58,90
Belo Horizonte .....	16	10	95,50	66,75	3	35,50	35,50	1	0,30	0,30	2	23,25	23,25	4	53,40	53,40
Espírito Santo .....	10	8	14,75	13,50	2	2,00	2,00	—	—	—	—	—	—	1	1,00	1,00
Vitória .....	5	3	12,00	12,00	2	2,00	2,00	—	—	—	—	—	—	1	1,00	1,00
Rio de Janeiro .....	33	28	17,65	16,00	4	3,29	3,29	—	—	—	1	0,05	0,05	—	—	—
Niterói .....	2	2	0,50	0,50	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Guanabara .....	39	19	450,25	385,25	11	154,50	134,50	7	62,50	52,50	2	4,00	4,00	3	303,50	303,50
São Paulo .....	264	208	336,27	275,07	15	11,75	10,75	25	167,50	167,50	16	12,10	9,55	8	294,20	294,20
São Paulo .....	45	17	256,50	217,50	—	—	—	22	156,50	155,50	6	4,10	4,10	6	253,00	253,00

## SITUAÇÃO CULTURAL

## 5. 2. 5 — RADIODIFUSÃO E RADIOTELEVISÃO

## 5. 2. 5. 1 — Número de emissoras em funcionamento e potência, segundo a classe de onda,

## por Unidade da Federação e Municípios das Capitais — 1972

UNIDADES DA FEDERAÇÃO E CAPITAIS	RADIODIFUSÃO													RADIOTELEVISÃO (VHF)		conclusão
	Número	Classes de onda										Número	Potência (kW)			
		Médias		Tropicais		Curtas		Ultracurtas (FM)								
		Número	Potência (kW)	Número	Potência (kW)	Número	Potência (kW)	Número	Potência (kW)	Número	Potência (kW)					
Dia	Noite											Dia	Noite	Dia	Noite	Dia
Paraná .....	104	95	179,10	46,47	4	16,50	10,00	1	7,50	7,50	4	0,81	0,81	6	30,30	30,30
Curitiba .....	21	14	147,70	25,10	2	15,00	8,50	1	7,50	7,50	4	0,81	0,81	3	26,50	26,50
Santa Catarina .....	64	60	37,25	18,90	—	—	—	2	20,00	20,00	2	0,75	0,75	2	11,00	11,00
Florianópolis .....	6	4	6,75	3,25	—	—	—	2	20,00	20,00	—	—	—	1	1,00	1,00
Rio Grande do Sul .....	124	117	211,70	168,90	—	—	—	6	47,50	47,50	1	0,25	0,25	7	61,00	61,00
Porto Alegre .....	17	11	147,00	130,50	—	—	—	6	47,50	47,50	—	—	—	3	55,00	55,00
Mato Grosso .....	19	15	8,75	8,00	4	3,50	3,00	—	—	—	—	—	—	3	2,00	2,00
Cuiabá .....	5	3	3,00	3,00	2	1,50	1,50	—	—	—	—	—	—	1	1,00	1,00
Goiás .....	37	29	42,20	31,70	4	14,00	7,50	2	8,50	6,00	2	1,25	1,00	2	9,00	9,00
Goiânia .....	15	8	30,00	24,25	3	13,50	7,00	2	8,50	6,00	2	1,25	1,00	2	9,00	9,00
Distrito Federal .....	10	6	36,00	32,00	2	20,00	20,00	2	11,00	11,00	—	—	—	4	57,80	57,80
<b>BRASIL .....</b>	<b>1 004</b>	<b>820</b>	<b>1898,42</b>	<b>1440,49</b>	<b>93</b>	<b>341,79</b>	<b>306,04</b>	<b>59</b>	<b>530,80</b>	<b>508,30</b>	<b>32</b>	<b>43,21</b>	<b>40,41</b>	<b>63</b>	<b>1239,25</b>	<b>1231,25</b>
<b>Capitais (1).....</b>	<b>271</b>	<b>152</b>	<b>1521,05</b>	<b>1182,70</b>	<b>46</b>	<b>298,50</b>	<b>264,50</b>	<b>56</b>	<b>519,80</b>	<b>496,30</b>	<b>17</b>	<b>33,66</b>	<b>33,41</b>	<b>47</b>	<b>1155,75</b>	<b>1163,25</b>

Fonte: Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Anuário estatístico do Brasil 1974. Rio de Janeiro: IBGE, v. 35, 1975.

(1) Inclusive o Estado da Guanabara e o Distrito Federal.

O perfil do pessoal artístico no rádio brasileiro, na década de 1950, oferece pistas reveladoras dos programas e gêneros de maior audiência, a maioria deles tendo sido reciclados e readaptados para inserção na grade da programação televisiva nas décadas subsequentes. A atividade radiofônica se apoiava no tripé de novelas e seriados, programas de auditório e de humor, a que correspondiam os elencos de atores, cantores, músicos, locutores e animadores, desde então amarrados às emissoras por contratos de exclusividade, num clima de acirrada concorrência e emulação entre as estações de maior audiência, como, entre as

principais, as rádios Nacional, Tupi e Mayrink Veiga, no Rio de Janeiro, Tupi e Difusora em São Paulo<sup>58</sup>.

Em 1960, ao lado das 735 emissoras de rádio, incluindo as primeiras dez estações de frequência modulada, o País abrigava quinze emissoras de televisão<sup>59</sup>. Enquanto a vertebração empresarial do rádio redundou na montagem de algumas redes hegemônicas detendo controle sobre as filiadas — os Diários Associados de Assis Chateaubriand, por exemplo —, os canais de televisão ainda se encontravam num estágio incipiente de implantação e ajustes, no interior de uma

<sup>58</sup> Ver a tabela II, “Pessoal empregado, segundo a natureza da atividade, por unidades da federação e municípios das capitais — Radiodifusão e radiotelevisão — 1958” (Anuário Estatístico do Brasil 1960, p. 337). Ver também CD-ROM *Estatísticas do Século XX*.

<sup>59</sup> Ver a tabela “Empresas, estações, instalações, pessoal e horas de transmissão — Radiodifusão e radiotelevisão — 1960” (Anuário Estatístico do Brasil 1962, p. 315). Ver também CD-ROM *Estatísticas do Século XX*.

indústria cultural ainda dominada pelo investimento publicitário na mídia radiofônica. No curto espaço de três anos, contudo, ao lado das 915 estações de rádio filiadas a 718 grupos e redes empresariais, entre as quais se encontram 55 estações de frequência modulada (FM), dobrou a quantidade de emissoras de televisão<sup>60</sup> (tabela nas páginas 337 a 339).

No início da década de 1970, os estados da região Sul-Sudeste, liderados por São Paulo (26%), abrigavam 54% das 1004 estações de rádio, devendo-se, ainda, salientar a notável expansão da cobertura do veículo nos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais (respectivamente, 10%, 12% e 11%)<sup>61</sup>; três anos após se haverem iniciado as transmissões em rede pela Globo (1969) e um ano antes de se introduzir a televisão em cores (1973), a cobertura televisiva estava a cargo de 63 emissoras, fortemente concentradas em São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná, e lograra se apropriar de quase 50% das verbas de propaganda, cabendo ao rádio meros 9,4% no investimento publicitário<sup>62</sup>.

Nos próximos quinze anos, a participação do rádio nesse rateio da despesa publicitária jamais ultrapassou o pico de 11%, alcançado apenas em 1983, ao passo que a televisão iria prosperar ainda mais até chegar aos 58% faturados em 1988. O avanço espetacular da televisão provocou o encolhimento na participação das mídias concorrentes no reparte dos gastos com publicidade, tanto do rádio como das revistas, sendo que apenas os jornais recuperaram e até mesmo superaram os coeficientes logrados antes de a televisão começar a operar, a despeito de ter havido um recuo acentuado entre os picos atingidos entre 1983-1985, e



Instituto Nacional do Cinema Educativo. CPDOC/FGV.

os resultados obtidos no final dessa mesma década (tabelas nas páginas 341 e 342).

Entre 1970 e 1980, o número de domicílios possuidores de aparelhos de televisão no Brasil passou de 4 259 000 para 14 142 924, que abrigavam quase 65 milhões de pessoas<sup>63</sup>, ou seja, garantindo uma cobertura de 55% da população do País por parte do veículo que já estava exercendo um conjunto de funções estratégicas, inclusive de ordem pedagógica e comportamental, para a constituição de um piso mínimo de integração do mercado de consumo material e simbólico. Hoje, é praticamente integral o alcance em termos de cobertura técnica e de impacto social, político e simbólico perpetrado pela televisão brasileira. Por outro lado, convém interpretar tais dados enquanto indicadores de uma situação completamente nova em matéria de atitudes e práticas de consumo cultural, por parte de todos os diferentes grupos de renda e educação que compõem a estrutura hierárquica de nossa sociedade.

<sup>60</sup> Ver a tabela "Empresas e estações em funcionamento, instalações, pessoal e horas de transmissão – Radiodifusão e radiotelevisão – 1963" (Anuário Estatístico do Brasil 1965, p. 451). Ver também CD-ROM *Estatísticas do Século XX*.

<sup>61</sup> Ver a tabela 5.2.5.1. – "Número de emissoras em funcionamento e potência, segundo a classe de onda, por unidades da federação e municípios das capitais – Radiodifusão e radiotelevisão -1972" (Anuário Estatístico do Brasil 1974, p. 836). Ver também CD-ROM *Estatísticas do Século XX*.

<sup>62</sup> Em 1950, o rádio se apropriava de uma fatia de 40% do investimento publicitário, cabendo 30% às revistas e 25% aos jornais. A respeito da repartição do investimento publicitário pelos diversos veículos, consultar Miceli (1994, p. 49).

<sup>63</sup> Dados constantes das tabelas citadas na nota 1.

**Tabela 2.124 - Domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio, segundo algumas das principais características - 1980/1991**

ESPECIFICAÇÃO	DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES					
	01.09.1980			01.09.1991		
	Total	Situação do domicílio		Total	Situação do domicílio	
		Urbana	Rural		Urbana	Rural
<b>TOTAL.....</b>	<b>25 210 639</b>	<b>17 770 981</b>	<b>7 439 658</b>	<b>34 734 715</b>	<b>27 157 268</b>	<b>7 577 447</b>
<b>Condição de ocupação</b>						
Próprios.....	15 546 151	10 694 275	4 851 876	24 261 954	19 088 718	5 173 236
Alugados.....	5 682 173	5 468 948	213 225	5 689 170	5 536 167	153 003
Cedidos.....	3 572 004	1 381 635	2 190 369	4 546 025	2 380 296	2 165 729
Outra condição.....	373 842	202 857	170 985	237 566	152 087	85 479
Sem declaração.....	36 469	23 266	13 203	-	-	-
<b>Abastecimento de água</b>						
Rede geral.....	13 842 745	13 523 338	319 407	24 562 013	23 846 914	715 099
Poço ou nascente.....	7 514 026	2 749 555	4 764 471	6 549 363	2 044 568	4 504 795
Outra forma de abastecimento.....	3 816 038	1 474 449	2 341 589	3 623 339	1 265 786	2 357 553
Sem declaração.....	37 830	23 639	14 191	-	-	-
<b>Instalação sanitária</b>						
Rede geral.....	6 989 916	6 885 018	104 898	12 256 963	12 110 215	146 748
Fossa séptica.....	3 896 339	3 447 031	449 308	5 941 799	5 366 048	575 751
Fossa rudimentar.....	7 297 702	5 085 796	2 211 906	8 971 135	6 262 678	2 708 457
Outro escoadouro.....	1 065 445	704 923	360 522	2 391 157	1 837 259	553 898
Não tem.....	5 509 899	1 284 676	4 225 223	5 098 394	1 512 962	3 585 432
Sem declaração.....	451 338	363 537	87 801	75 267	68 106	7 161
<b>Combustível utilizado</b>						
Gás.....	15 802 638	14 795 623	1 007 015	25 351 797	23 873 169	1 478 628
Lenha.....	7 734 141	2 030 906	5 703 235	3 539 977	682 054	2 857 923
Carvão.....	1 376 635	723 461	653 174	840 405	317 207	523 198
Electricidade.....	5 298	4 257	1 041	(1)	(1)	(1)
Outros combustíveis.....	18 433	15 947	2 486	4 879 120	2 181 133	2 697 987
Não tem.....	227 718	169 414	58 304	132 133	113 269	18 864
Sem declaração.....	45 776	31 373	14 403	-	-	-
<b>Aluguel mensal (Salário Mínimo) (2) (3)</b>						
Até ½.....	3 495 007	3 245 028	249 979	1 929 851	1 820 934	108 917
Mais de 1/2 a 1.....	1 690 444	1 660 514	29 930	1 665 662	1 640 853	24 809
Mais de 1 a 3.....	1 650 516	1 634 675	15 841	1 620 794	1 607 425	13 369
Mais de 3.....	355 465	352 703	2 762	288 724	287 094	1 630
Sem declaração.....	(4)	(4)	(4)	52 498	50 582	1 916
<b>Existência de</b>						
Iluminação.....	17 269 475	15 674 731	1 594 744	30 180 139	26 435 326	3 744 813
Rádio.....	19 203 907	14 053 925	5 149 982	28 729 546	23 385 996	5 343 550
Geladeira.....	12 697 296	11 683 246	1 014 050	23 910 036	21 645 211	2 264 825
Televisão.....	14 142 924	12 976 141	1 166 783	27 650 180	25 099 756	2 550 424
Automóvel.....	5 731 829	5 002 865	728 964	9 892 351	2 382 211	980 140
Telefone.....	3 182 256	3 118 433	63 823	6 476 057	6 334 492	141 565

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Censo Demográfico.

Nota: Os resultados de 1980 foram obtidos pelo processo de amostragem e os de 1991 referente à condição de ocupação, abastecimento de água e instalação sanitária correspondem à pesquisa do universo.

(1) Incluído em outro tipo de combustível. (2) Em 1980, o aluguel mensal incluiu taxa de ocupação. (3) Em 1991, o salário mínimo utilizado: Cr\$ 36 161,60. (4) Incluído no total de domicílios particulares permanentes.

**Tabela 2.127 - Moradores em domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio, segundo algumas das principais características - 1980/1991**

ESPECIFICAÇÃO	MORADORES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES					
	01.09.1980			01.09.1991		
	Total	Situação do domicílio		Total	Situação do domicílio	
		Urbana	Rural		Urbana	Rural
<b>TOTAL</b> .....	<b>117 348 286</b>	<b>79 317 752</b>	<b>38 030 534</b>	<b>145 657 800</b>	<b>110 146 364</b>	<b>35 511 436</b>
<b>Condição de ocupação</b>						
Próprios.....	75 809 410	50 519 548	25 289 862	105 450 397	80 593 482	24 856 915
Alugados.....	23 388 074	22 361 596	1 026 478	21 024 567	20 379 225	645 342
Cedidos.....	16 267 457	5 462 972	10 804 485	18 209 261	8 583 191	9 626 070
Outra condição.....	1 721 607	878 611	842 996	973 575	590 466	383 109
Sem declaração.....	161 738	95 025	66 713	-	-	-
<b>Abastecimento de água</b>						
Rede geral.....	61 114 051	59 466 492	1 647 559	99 110 320	95 803 710	3 306 610
Poço ou nascente.....	37 183 844	13 091 399	24 092 445	29 481 314	8 933 884	20 547 430
Outra forma de abastecimento.....	18 881 280	6 663 871	12 217 409	17 066 172	5 408 770	11 657 402
Sem declaração.....	169 111	95 990	73 121	-	-	-
<b>Instalação sanitária</b>						
Rede geral.....	29 004 066	28 478 046	526 020	46 774 309	46 119 338	654 971
Fossa séptica.....	18 029 907	15 791 813	2 238 094	24 431 706	21 948 464	2 483 242
Fossa rudimentar.....	35 662 919	24 314 625	11 348 294	39 952 749	27 614 556	12 338 193
Outro escoadouro.....	5 179 227	3 283 186	1 896 041	10 497 087	7 886 054	2 611 033
Não tem.....	27 346 221	5 778 658	21 567 563	23 699 972	6 309 211	17 390 761
Sem declaração.....	2 125 946	1 671 424	454 522	301 983	268 741	33 242
<b>Combustível utilizado</b>						
Gás.....	70 352 944	65 403 627	4 949 317	101 847 112	95 543 902	6 303 210
Lenha.....	39 512 026	10 056 430	29 455 596	16 908 117	3 045 480	13 862 637
Carvão.....	6 759 511	3 414 110	3 345 401	4 004 446	1 392 031	2 612 415
Eletricidade.....	18 123	13 188	4 935	(1)	(1)	(1)
Outros combustíveis.....	48 328	38 533	9 795	22 680 268	9 969 828	12 710 440
Não tem.....	457 734	266 400	191 334	245 592	206 460	39 132
Sem declaração.....	199 620	125 464	74 156	-	-	-
<b>Aluguel mensal (Salário Mínimo) (2) (3)</b>						
Até ½.....	14 932 116	13 700 651	1 231 465	7 150 398	6 692 119	458 279
Mais de 1/2 a 1.....	7 106 250	6 961 104	145 146	6 142 674	6 042 705	99 969
Mais de 1 a 3.....	6 719 062	6 641 508	77 554	5 942 794	5 887 064	55 730
Mais de 3.....	1 502 634	1 488 078	14 556	1 054 329	1 047 605	6 724
Sem declaração.....	(4)	(4)	(4)	190 979	182 718	8 261
<b>Existência de</b>						
Iluminação.....	77 738 884	69 697 278	8 041 606	123 720 313	106 979 253	16 741 060
Rádio.....	90 618 599	63 175 076	27 443 523	119 947 934	94 766 650	25 181 284
Geladeira.....	57 458 014	52 243 304	5 214 710	97 297 911	87 254 534	10 043 377
Televisão.....	64 740 226	58 664 678	6 075 548	114 123 929	102 593 288	11 530 641
Automóvel.....	26 578 646	22 643 067	3 935 579	40 197 960	35 821 454	4 376 506
Telefone.....	13 621 687	13 301 965	319 722	24 623 688	24 010 450	613 238

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Censo Demográfico.

Nota: Os resultados de 1980 foram obtidos pelo processo de amostragem e os de 1991 referente a condição de ocupação, abastecimento de água e instalação sanitária correspondem à pesquisa do universo.

(1) Incluído em outro tipo de combustível. (2) Em 1980, o aluguel mensal incluiu taxa de ocupação. (3) Em 1991, o salário mínimo utilizado: Cr\$ 36.161,60. (4) Incluído no total de domicílios particulares permanentes.



O deputado Ulisses Guimarães concede entrevista à imprensa no plenário da Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 1984. CPDOC/FGV.

O padrão então emergente de práticas de lazer e consumo cultural passou a depender, de modo cada vez mais constrangedor, da posse e do manejo de equipamentos domésticos de captação e reprodução de um espectro amplo e diversificado de conteúdos e mensagens – aparelhos de som, vídeos, televisões, DVDs, computadores, telefones celulares, etc. -, passando, pois, a exigir uma ausculta sofisticada dos padrões de comportamento, de audiência, de consumo, de recepção, dos diversos grupos sociais, discriminados por sexo e idade, por renda, por instrução, por ocupação, quer dizer, pela posse variável de estoques distintos de capital material, social, escolar e cultural. As categorias mencionadas de ausculta refletem, por sua vez, os diferentes grupos de interesse com pesados investimentos nos modernos meios de comunicação de massa – de um lado, as grandes redes empresariais de comunicação, os grandes anunciantes, as agências de sondagem e propaganda, as agências governamentais incumbidas das políticas sociais e, de outro, os órgãos de defesa dos consumidores, os pesquisadores acadêmicos, os intelectuais e artistas, os jornalistas -, todos esses agentes e entidades empenhados em competir pelas imagens, categorias, representações e justificativas mais convincentes a respeito desse imbróglio inquietante no qual se transformou a cultura no capitalismo contemporâneo.

## Referências bibliográficas

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. *Vidas de romance, mulheres letradas nos entresséculos 1890-1930*. 1997. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GOLDFEDER, Miriam. *Por trás das ondas da Rádio Nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

HAREWOOD, G. H. H. L. *Kobbe's: o livro completo da ópera*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

MERCADO brasileiro de comunicação. 3. ed. Brasília, DF: Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1983.

MICELI, Sergio. A expansão do mercado do livro e a gênese de um grupo de romancistas profissionais. In: \_\_\_\_\_ *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. *Imagens negociadas, retratos da elite brasileira (1920-1945)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. O papel político dos meios de comunicação de massa. In: SCHWARTZ, Jorge; SOSNOWSKI, Saul (Org.). *Brasil: o trânsito da memória*. São Paulo: EDUSP, 1994.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira (cultura brasileira e indústria cultural)*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

ROSENTHAL, Harold; WARRACK, John. *The concise Oxford dictionary of opera*. 2. ed. London: Oxford University Press, 1979.

XEXÉO, Pedro Martins Caldas (Coord.). *Estudos decorativos para o Teatro Municipal, na coleção do Museu Nacional de Belas Artes*. Rio de Janeiro: Museu Nacional de Belas Artes, 1989. 1 pasta (30 f.)





# ESTATÍSTICAS ECONÔMICAS

Máquina registradora.  
Foto: José Caldas - BrazilPhotos.

---

\* Professor titular do Departamento de Economia da PUC/RJ, do qual foi diretor entre 1990 e 1997. É doutor em economia pela Universidade de Cambridge, Reino Unido, e pesquisador I-A do CNPq. Foi professor ou pesquisador visitante nas universidades de Cambridge, Columbia (Rio Branco Professor 1998), Illinois, Modena, Oxford e Veneza. Suas áreas de interesse são economia internacional, políticas públicas e história econômica do Brasil e da América Latina. Trabalhou no Ministério do Planejamento de 1966 a 1983, tendo sido diretor da FINEP para a área científica em 1979-1980. Tem uma longa lista de publicações no Brasil e no exterior, entre as quais: *Os Funding Loans Brasileiros, 1898-1931*, Pesquisa e Planejamento Econômico 32 (3), dezembro de 2002 (a sair); *O Brasil, o GATT e a OMC: história e perspectivas*, Política Externa, março-maio de 2001; *O Brasil e a Economia Mundial, 1930-1945*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1999; *Trade in manufactures: the outcome of the Uruguay Round and developing country interests* in W. Martin e A. Winters (eds.), *The Uruguay Round and the developing countries*, Cambridge University Press, Cambridge, 1996; *A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana, 1889-1989*, Campus, Rio de Janeiro, 1990, organizador; *Brazil as a Creditor: Sterling Balances, 1940-1952*, The Economic History Review, agosto de 1990.

## O BRASIL NO SÉCULO XX: A ECONOMIA <sup>1</sup>

MARCELO DE PAIVA ABREU\*

Comparações de níveis de renda per capita são notoriamente frágeis, mas a evidência indica que o Brasil de hoje está, grosso modo, na mesma posição relativa do início do Século XX. Em 1900, a renda per capita brasileira era da ordem de 24% da renda média ponderada das 17 economias mais avançadas (Europa Ocidental, “economias de colonização recente” e Japão), enquanto no fim do século estava em torno de 26%. Em 1973, havia alcançado 32% do nível médio da renda nestes países. Em grande medida, esta reversão do processo de convergência resultou da estagnação do crescimento do PIB per capita no Brasil a partir do início da década de 1980, pois o desempenho brasileiro, muito bom até 1980, passou a ser absolutamente medíocre. Nos quatro primeiros períodos de 20 anos do Século XX, a taxa de crescimento do PIB per capita aumentou monotonicamente: 1,3% ao ano em 1900-1920, 2,9% em 1920-1940, 3,8% em 1940-1960 e 4,6% em 1960-1980. Mas no último período, 1980-2000, a taxa de crescimento média anual caiu para 0,3% ao ano.<sup>2</sup>

A mudança estrutural na economia brasileira foi particularmente intensa nas décadas de 1940 e 1950. O Brasil deixou de ser um país agrícola: a partir do início do século a participação da agricultura no PIB, a preços de 1949, caiu de 44,6% do PIB para 38,1% em 1920, 29,4% em 1940, 16,9% em 1960 e 9,8% em 1980, permanecendo aproximadamente estável desde então. Paralelamente à contração da agricultura, cresceu a participação da indústria: 11,6% do PIB em 1900, 15,7% em 1920, 18,7% em 1940, 29,9% em 1960, 34,4% em 1980. Depois de meados da década de 1980, a exemplo de outras economias mais maduras, esta participação começou a declinar até alcançar 27,7% em 2000. Tanto o produto agrícola quanto o industrial são muito mais diversificados no fim do século. O Brasil passou da posição de produtor de *commodities* de exportação, notavelmente café e borracha, em 1900, para a posição de produtor de *commodities* que incluem, em 2000, além das tradicionais, com

<sup>1</sup> O autor agradece a colaboração de Jorge Chami Batista, Regis Bonelli, Gustavo Gonzaga, Eustáquio Reis e Antonio Cláudio Sochaczewski, autores dos ensaios temáticos sobre a economia brasileira no Século XX, bem como seus comentários e ajuda na elaboração deste texto.

<sup>2</sup> Nestes comentários deve ser sempre levado em conta que, para a maioria das variáveis econômicas relevantes, não se dispõe de estatísticas confiáveis para o período anterior a 1947. Isto se aplica especialmente a preços e a contas nacionais. No caso de rendimentos só existem dados confiáveis a partir da década de 1980.

a notável exceção da borracha, outras irrelevantes ou inexistentes em 1900 tais como soja, cítricos processados e minério de ferro. A produção industrial, antes concentrada na produção de bens de salário, preponderantemente alimentos processados e têxteis, desde a década de 1970, inclui bens de consumo duráveis e de capital com peso considerável. A expansão dos serviços, em parte resultado da informalização do emprego, foi gradativa, mas substancial: 43,8% do PIB em 1900, 61,2% em 2000. Com a aceleração inflacionária a partir da década de 1970, a participação referente a serviços financeiros aumentou substancialmente, enquanto os aluguéis perderam participação devido à sua indexação imperfeita. Esta tendência se reverteu com a estabilização na segunda metade da década de 1990.

Do ponto de vista da infra-estrutura, as mudanças no Século XX foram radicais. O Brasil, em 1900, dependia essencialmente de transporte ferroviário, suprido por empresas estrangeiras, bem como de transporte marítimo de cabotagem. As empresas estrangeiras foram estatizadas logo após a virada do século e, após a Segunda Guerra Mundial. A partir da década de 1920, ganhou terreno o transporte rodoviário que viria a ser dominante no final do século, a menos das ferrovias associadas a empreendimentos minerais que mantiveram posição importante na movimentação de cargas. Também no que diz respeito à energia, as mudanças foram significativas. No começo do Século XX, o suprimento energético dependia crucialmente da queima de lenha e apenas lentamente empresas estrangeiras supridoras de energia elétrica ganharam importância. Estas tenderam a ser estatizadas após a Segunda Guerra Mundial. No final do século, o Brasil, quase que completamente independente da lenha, é singular na sua dependência de energia hídrica, mesmo que a tendência no final dos anos de 1990 seja rumo a uma crescente importância da termoeletricidade. A dependência de importações de petróleo, inicialmente na forma de derivados, foi quase total até a década de 1950 e ainda da ordem de 80% do consumo de petróleo no início dos anos de 1970 tem sido reduzida significativamente, sendo da ordem de 35% no final do século.

O regime cambial dominante no Brasil pré-1930 foi o de taxa cambial única flutuante, embora em dois períodos, 1907-1914 e 1927-1930, as autoridades brasileiras tivessem aproveitado a facilidade de acesso ao mercado financeiro internacional para adotar o padrão-ouro. Entre 1930 e 1964, o Brasil viveu diversos regimes cambiais, sempre com forte intervenção governamental, inclusive com controles cambiais, e quase sempre com taxas múltiplas e conseqüente cunha cambial entre taxas médias de compra e venda de câmbio, bastante relevante como fonte de receitas públicas. A partir de 1964 adotou-se, em geral, taxa cambial única, sendo a partir de 1968 do tipo *crawling peg*. Em diversos momentos, a partir da década de 1970, foram adotados instrumentos tais como depósitos prévios relacionados a importações e gastos com turismo, taxa de câmbio financeira, entre outros. Em episódios como o Plano Cruzado houve manutenção da taxa cambial nominal, daí resultando

considerável apreciação cambial. A partir de meados de 1990, no quadro do Plano Real, após considerável apreciação nominal inicial, adotou-se de novo um *crawling peg*, embora com maior rigidez, que, em 1999, foi substituído por um regime de taxa flutuante.

A importância do Brasil nos mercados internacionais de bens diminuiu progressivamente desde a metade do século: em 2000, as exportações brasileiras representaram 0,8% das exportações mundiais, comparadas ao pico, no início da década de 1950, quando haviam alcançado algo em torno de 2,2%, por conta dos altos preços do café. Mas, mesmo no final da década de 1920, esta participação era em torno de 1,5%. O Brasil, em 1900, exportava principalmente café e borracha. A borracha entrou em declínio rápido no início da década de 1910, mas o café continuou muito importante pelo menos até os anos de 1960. Uma curiosa característica da economia brasileira, de fato, foi a convivência, até bastante tarde, de um processo de significativa mudança estrutural com uma quase completa dependência de exportações de *commodities*. A partir de 1964, a proporção de produtos manufaturados exportados cresceu rapidamente até alcançar 50% nos anos de 1980 e 60% no final do século. *Commodities* não-tradicionais antes da década de 1960, tais como minério de ferro, soja e cítricos tornam-se importantes. O aumento da exportação de manufaturados dependeu de forma significativa da concessão de subsídios à exportação.

Desde o final do Século XIX, os EUA eram o mais importante mercado para os produtos brasileiros, especialmente café. Isto continuou a ser verdade no Século XX, embora a Alemanha tenha ganho importância momentânea na década de 1930 e mercados na América Latina e na África do Sul tenham sido relevantes durante a Segunda Guerra Mundial. Ganharam importância com a retração relativa do café, a partir dos anos de 1960, primeiro os países europeus, depois os mercados de outros países em desenvolvimento, especialmente na América Latina. Na década de 1990, com base em regimes preferenciais que culminaram no Mercosul, o mercado argentino para as exportações brasileiras se expandiu significativamente até 1998.

Em 1900, a economia brasileira era pesadamente protegida por uma tarifa de importação alta, em parte viabilizada pela posição preeminente do Brasil no mercado mundial de café, pois podia compensar ao menos parcialmente os efeitos indesejáveis do protecionismo. Depois de 1930, e até o final dos anos de 1980, o acesso ao mercado brasileiro foi muito limitado, seja por controle quantitativo de importações, seja por tarifas muito altas. A partir do final da década de 1980, teve início um processo de liberalização que aboliu os controles quantitativos de importação e reduziu as tarifas *ad valorem* a valores médios em torno de 15% a partir de 1993.

O coeficiente de abertura da economia medido pela razão entre importações e PIB alcançou um pico em 1913, em torno de 17%, caiu significativamente durante a Primeira Guerra Mundial e recuperou-se nos anos de 1920 até alcançar em torno de 10%. Nos anos de 1930 a 1960 esta razão manteve-se em geral em um nível muito

baixo, em torno de 5%, embora tenha aumentado esporadicamente, com picos no final dos anos de 1930 e dos anos de 1940, próximos ao valor de 1929. Aumentos em 1974 e 1980 resultaram dos choques do petróleo. A partir da abertura no início dos 1990, a razão começou a crescer, mas, em 1999, era ainda inferior ao valor alcançado em picos anteriores, mesmo sem levar em conta o auge de 1913.

No início do século, as importações se originavam principalmente da Europa, sendo a Grã-Bretanha o supridor mais importante do Brasil. Nas guerras mundiais, e especialmente no pós-Segunda Guerra Mundial, aumentou significativamente a participação dos EUA, processo que se reverteu nos anos de 1960, quando aumentou de novo a importância dos fornecedores europeus. Por alguns anos na década de 1930, a Alemanha teve grande importância como supridora do Brasil. Nos anos de 1970 e 1980, o substancial aumento dos preços de petróleo implicou o aumento da participação de fornecedores não-tradicionais, especialmente, no Oriente Médio, e em menor medida na América Latina. Nos anos de 1990, as importações provenientes da América Latina, especialmente da Argentina, se tornaram relevantes.

Não há evidência de tendência secular dos termos de troca do Brasil no Século XX, mas, em vários períodos, ocorreram flutuações significativas. As mais importantes deteriorações foram entre 1913 e 1921, entre 1929 e 1931, no final dos anos de 1930, no início dos anos de 1950 e entre 1977 e 1983. Enquanto os quatro primeiros episódios ocorreram principalmente por causa da queda dos preços das exportações de café, os anos de 1970 e de 1980 resultaram também do aumento dos preços das importações de petróleo.

Em 1900, o Brasil era um país ainda modestamente endividado, com a razão dívida bruta-exportações bem inferior a 2,0. Em 1898, havia sido enfrentada uma crise de balanço de pagamentos com a reestruturação do serviço da dívida externa. Nova crise ocorreria em 1928, quando a razão dívida-exportações beirou 3,0, chegando a 5,0 na grande depressão. O primeiro longo ciclo de endividamento brasileiro foi concluído em 1943 com um acordo definitivo que cortou pela metade o valor nominal da dívida externa. Com o acesso ao mercado internacional de capitais interrompido, a razão dívida-exportações caiu a 0,3 no início dos anos de 1950. Mas em 1960, com o financiamento de atrasados comerciais, *suppliers' credits e swaps*, estava de volta a 3,0. Novo período de endividamento externo voluntário com o setor financeiro privado estendeu-se de 1967 até 1982, quando ocorreu nova crise sistêmica, levando a razão dívida bruta-exportações a mais de 4,0 no início dos anos de 1980 e a um pico de 5,0 em 1986. Houve uma nova reestruturação em 1993-1994 na qual foram abatidos cerca de 16% do valor nominal da dívida, correspondentes a valor de face e redução do juros. No final dos anos de 1990, a razão dívida bruta-exportações estava de novo acima de 4,5.

O estoque de investimento direto estrangeiro no final do Século XIX era da ordem de US\$ 200 milhões correntes, da ordem de 120% das exportações. Estava essencialmente investido na provisão de servi-

ços públicos, em especial ferrovias, e provinha fundamentalmente da Grã-Bretanha. No período pós-Segunda Guerra Mundial, até os anos de 1970, houve forte expansão dos investimentos nas indústrias de transformação, especialmente norte-americanos e alemães, enquanto nos anos de 1970 os investimentos em serviços públicos eram modestos. Os bancos estrangeiros também perderam rapidamente a sua importância, especialmente depois de 1930. Em 1980, o estoque de investimento direto estrangeiro era de US\$ 17,5 bilhões (em torno de 90% do valor das exportações): US\$ 5 bilhões dos EUA, cerca de US\$ 5,8 bilhões da Europa (dos quais US\$ 2,4 bilhões da Alemanha) e US\$ 1,7 bilhão do Japão. A partir de meados da década de 1990, houve um *boom* na entrada de investimento direto estrangeiro no Brasil, pesadamente concentrado em serviços públicos e no sistema financeiro, oriundo da Espanha e de Portugal. No final de 1999, o estoque de investimento direto, de acordo com as estatísticas brasileiras, era da ordem de US\$ 116 bilhões, cerca de 2,4 vezes o valor das exportações.

Para um país caracterizado por inflação alta crônica durante boa parte do Século XX, o Brasil dispõe de estatísticas de preços singularmente deficientes. Não há uma série contínua para o período anterior a 1947 e, para o período posterior, há sérios problemas metodológicos explicitados, por exemplo, pelo contraste entre os índices de custo de vida em São Paulo e no Rio de Janeiro. As sucessivas mudanças de padrão monetário nos anos de 1980 e de 1990 provocaram enormes distorções relacionadas a diferentes modalidades de expurgos e tratamentos de inflação residual.

Depois da grande inflação do início da última década do Século XIX, durante o Encilhamento, até o início da grande inflação de 1979-1994, o Brasil viveu três surtos inflacionários: entre 1921 e 1925 (16,9% ao ano, deflator implícito do PIB), na Segunda Guerra Mundial (14,1% ao ano, deflator implícito do PIB) e entre 1956 e 1967 (41,2% ao ano, IGP). Antes de 1964, a inexistência de regras de indexação combinada à lei da usura, que limitava os juros nominais a 12% ao ano, provocou transferências patrimoniais importantes em benefício de devedores às expensas de credores, entre estes destacadamente o Estado, incapaz de escapar das restrições legais. A inflação foi reduzida após 1964 até alcançar cerca de 20% ao ano no início dos anos de 1970. Com as crises do petróleo, a inflação acelerou para 40% ao ano no final da década e 100% no início da década de 1980. A partir daí até meados de 1994 o País viveu a alternância de alta inflação, beirando a hiperinflação com valores mensais excedendo no pico 80%, e estabilidade transitória de preços, em seguida aos sucessivos programas de estabilização dos anos de 1980 e primeira metade dos anos de 1990.

Em vista da falta de informações sobre a evolução de rendimentos para o período anterior à década de 1970, a análise da tendência do salário mínimo real, a partir do início da década de 1940, é de especial interesse. Entretanto, o cálculo é dificultado pela qualidade duvidosa dos índices de preços para diferentes cidades do

País. Utilizando-se os índices de preços com história mais longa relativos a São Paulo e ao Rio de Janeiro (FIPE e FGV), as conclusões sobre a evolução do salário mínimo real são contraditórias. Enquanto em São Paulo, na virada do século, o salário real corresponderia, grosso modo, ao seu pico em 1959, no Rio de Janeiro o salário real seria de apenas 25% de seu pico no mesmo ano. A adoção de índices de preços computados com base em metodologia mais homogênea gera resultados que indicam que em 2000 o salário mínimo real nas duas maiores cidades do País teria caído 50% em relação ao seu pico do final da década de 1950. Esta deterioração é atenuada pela criação de benefícios universais tais como o décimo terceiro salário, a partir de 1962, e o pagamento de adicional de férias, a partir de 1988. Até 1984 o salário mínimo era definido em bases regionais sendo as diferenças substanciais: a relação entre salário máximo e mínimo chegou a alcançar, no caso extremo, 2,67.

Dados sobre a evolução dos rendimentos médios reais indicam queda de 20% desde 1980. Dados sobre distribuição de renda são disponíveis desde 1960. Houve deterioração monotônica entre 1960 e 1990, especialmente na década de 1960 e mais modesta nas décadas de 1970 e 1980. Nos anos de 1990, a tendência foi de leve recuperação mas insuficiente, por larga margem, para reverter a deterioração inicial.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF) como proporção do PIB em termos nominais, após um período imediatamente antes da Primeira Guerra Mundial em que se manteve entre 15-20% e teria alcançado um pico além de 25%, em 1912, manteve-se, fora a recuperação no pós-guerra, em torno de 10-12%. A queda na grande depressão foi seguida de recuperação rumo aos 15% interrompida, de novo, pela Segunda Guerra Mundial. Após 1947, manteve-se por volta de 15% e só aumentou significativamente após 1964, alcançando 25% nos anos de 1980 e caindo para menos de 20% na última década do século. FBKF relativamente alta e desempenho medíocre do PIB conviveram porque houve um aumento dos preços relativos de bens de capital (máquinas e construção) da ordem de 50% entre os anos de 1970 e os anos de 1980. Esta tendência provavelmente esteve associada à importante redução da proporção de bens de capital importados em relação ao início da década de 1970 para algo em torno de 10% dos investimentos em bens de capital ao invés de 30%. Além disto, o impacto da crise econômica dos anos de 1980 sobre as contas públicas provocou o adiamento de grande número de projetos públicos, protelando a sua finalização, e tornou mais lenta a transformação de investimentos em aumento efetivo da capacidade produtiva.

Já havia presença importante do Estado como gestor mesmo antes de 1930, especialmente no caso de empresas ferroviárias e de navegação. Mas houve claro aumento do escopo da intervenção do governo no meio século que se seguiu a 1930. O Estado substituiu quase completamente o capital estrangeiro na provisão de serviços públicos, tais como eletricidade e telefones. Empresas estatais tornaram-se importantes supridoras de bens e serviços, especialmente de insumos básicos e energia. Os investimentos privados em empresas provedo-



ras de serviços públicos tornaram-se irrelevantes. A participação do governo na FBKF, muito baixa nos anos de 1920 e 1930, cresceu substancialmente na Segunda Guerra Mundial, quando excedeu 15% e alcançou picos entre 20 e 30% nos anos de 1960 e 1980. Depois de 1970, a queda foi rápida: a partir do final dos anos de 1970 até 2000 manteve-se, grosso modo, entre 10% e 15%.

A poupança doméstica como proporção do PIB aumentou lentamente desde o final dos anos de 1940, quando estava abaixo de 15%, até alcançar um patamar próximo dos 20%, nos anos de 1970, mantendo-se, grosso modo, neste nível na década seguinte e com uma tendência ao declínio na segunda metade dos anos de 1990. O comportamento da poupança do governo foi extremamente instável na segunda metade do século, da ordem de 3% no segundo governo Vargas e no governo JK, caiu a zero no início dos anos de 1960 e flutuou no final da década. No início dos anos de 1970 manteve-se acima de 5% do PIB mas no correr da década caiu gradativamente até alcançar zero no início dos anos de 1980 e tornar-se negativa (mais de 7% do PIB em 1988), tendência só revertida temporariamente no início dos anos de 1990 e agora, na virada do século. Esta deterioração deveu-se ao aumento relativo de despesas correntes do governo e, especialmente a partir dos anos de 1980, dos juros da dívida pública.

A contribuição da poupança externa para a poupança agregada foi modesta até o fim da década de 1960, mas passou a ser bastante substancial nos anos de 1970 ultrapassando em alguns anos 6% do PIB. A partir da crise da dívida de 1982, a poupança externa flutuou em torno de 0% do PIB, sendo negativa em alguns anos. A recuperação ocorreu com a estabilização pós-1993 quando de novo se aproximou de 4-5% do PIB.

O comportamento secular de variáveis monetárias no Brasil esteve condicionado de forma importante pelo comportamento da inflação. Embora a inflação tenha sido relativamente alta em alguns períodos específicos anteriores a 1980, no período de 1980-1993 os índices inflacionários alcançaram valores inéditos, estimulando os agentes econômicos a reduzir significativamente sua demanda por moeda manual e desestimulando depósitos correntes.

Os depósitos à vista aumentaram notavelmente como proporção dos meios de pagamento no primeiro terço do século, reflexo da substituição de moeda manual por cheques. Após comportamento instável por 20 anos, a participação aumentou novamente até meados da década de 1980, mas com a aceleração inflacionária a tendência reverteu-se. Tal como em outros países, a crescente sofisticação do sistema financeiro, bem como o crescimento e a diversificação da economia estimulam tendências que são moderadas ou revertidas pela aceleração inflacionária. Outra tendência de longo prazo foi a de aumento da relação entre moeda em poder do público e papel-moeda emitido, pois os intermediários financeiros reduziram a sua demanda por moeda corrente e aumentaram a sua demanda por ativos remunerados. A relação entre meios de pagamento e PIB, por seu lado,

mantve-se estável até meados dos anos de 1940 entre 30% e 40%, mas depois caiu até 20% no início dos anos de 1960. Manteve-se neste patamar por uma década, e depois retomou a queda à medida que se acelerava inflação até alcançar 5% em meados dos anos de 1990.

A fragilidade das instituições regulatórias explica porque os encaixes do sistema bancário eram relativamente altos no início do século. Com a introdução do redesconto e consolidação das autoridades monetárias, o sistema financeiro pode reduzir a proporção de ativos não-remunerados, sem incorrer em riscos excessivos de iliquidez. No período final do século, o aumento de encaixes reflete em grande medida o notável aumento dos depósitos compulsórios do sistema financeiro no Banco Central.

O processo de consolidação institucional das autoridades monetárias foi muito lento: reconstrução do Banco do Brasil no início do século, assumindo algumas das funções de Banco Central em alguns casos temporariamente; criação da Superintendência da Moeda e do Crédito em 1945, embrião de um banco central convencional; criação do Banco Central do Brasil em 1965; e fim da umbelical conta-movimento Banco do Brasil-Banco Central em meados da década de 1980. A importância dos depósitos compulsórios como proporção dos depósitos bancários cresceu vertiginosamente desde meados da década de 1940: de 2% para um pico acima de 80% no final da década de 1990.

A evolução da razão entre empréstimos e PIB apresentou comportamento extremamente instável, mesmo quanto a tendências de longo prazo. Embora afetada pelo comportamento cíclico da economia, houve uma expansão continuada até meados dos anos de 1940, seguida de uma queda até o início dos anos de 1960 quase que ao nível inicial, provavelmente associada à aceleração inflacionária. A vigência da lei da usura implicava, especialmente no caso de empréstimos públicos, taxas de juros reais negativas e, conseqüentemente, importantes transferências reais aos agentes econômicos endividados. Na esteira das reformas de meados dos anos de 1960, que incluíram a correção monetária, houve uma recuperação da razão empréstimos-PIB que alcançou níveis equivalentes ao pico anterior (cerca de 45%), de novo seguida por uma contração com a aceleração inflacionária nos anos de 1980. A recuperação ocorrida desde meados da década de 1990 é resultado da estabilização monetária.

Em seguida à reconstrução no início do século, o Banco do Brasil aumentou continuamente a sua importância relativa no sistema bancário. No início dos anos de 1920, sua participação no total de empréstimos e descontos (exclusive redesconto) já era de mais de 40%. A participação do Banco do Brasil e das Caixas Econômicas nos empréstimos totais apresentou um comportamento marcadamente cíclico desde 1945. Vales de participação sempre entre 35% e 40% em 1947, 1971, 1984 e no final da década de 1990. Picos entre 55% e 60% em 1965, 1976 e 1988. Embora menos importantes do que no início do século, os bancos estrangeiros ainda respondiam por cerca de 25% dos empréstimos e descontos em 1930. Com a expansão do Banco do Brasil e de outros

bancos públicos, legislação mais restritiva e fechamento da economia, sua importância declinaria ainda mais: em 1945 respondiam por apenas 5,2% dos depósitos e em 1967 por menos de 2%. Houve recuperação nos anos de 1970, pois em 1980 respondiam por 16% dos empréstimos totais, mas a grande expansão foi na década de 1990 com a liberalização significativa da legislação restritiva.

A carga tributária total em 1900 era da ordem de 10% do PIB. Até 1920 caiu para em torno de 7%, mas a partir daí cresceu continuamente até o final dos anos de 1950 até alcançar 17%. Na década de 1960, explodiu até alcançar o patamar de 25%, nele permanecendo até o fim dos anos de 1980. Nos anos de 1990 há outro salto rumo ao pico de 30% do PIB. Houve importante mudança na estrutura de tributação federal no Século XX. Em 1900, o imposto de importação respondia por mais de 50% da arrecadação e o imposto de consumo (correspondente ao atual imposto sobre produtos industrializados) por cerca de 12%. Em 1928, o imposto de importação ainda correspondia a 42% da receita, o imposto de consumo a quase 20% e o novo imposto de renda a 3%. Com a grande depressão o imposto de importação tornou-se pouco relevante e a arrecadação federal passou a depender crescentemente do IPI e do imposto de renda (27% e 32% da receita tributária arrecadada, respectivamente, em 1980). No final da década de 1990 o imposto de renda correspondeu a mais de 60% da receita tributária arrecadada.

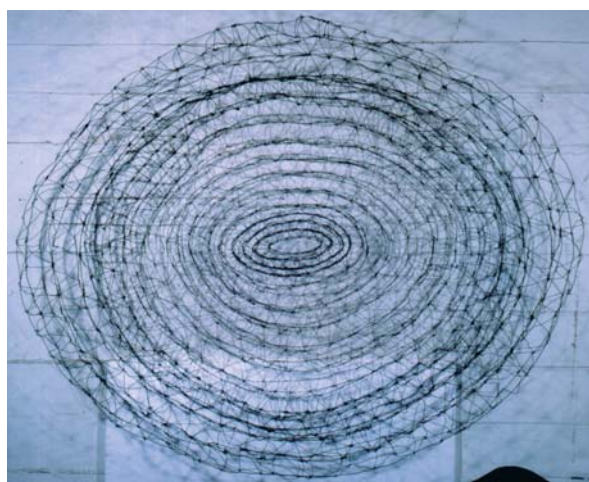
Durante a República Velha, em sintonia com a ênfase descentralizadora da Constituição de 1891, o grau de centralização medido pela participação do governo central na receita tributária dos três níveis de governo caiu modestamente. Algo surpreendentemente, esta tendência continuou durante o primeiro período Vargas (1930-1945) e até o golpe militar de 1964, de tal modo que do pico acima de 70% do início do século caiu abaixo de 60%. Com a centralização pós-1964, a tendência foi revertida e o grau de centralização alcançou quase 80% no final dos anos de 1970. A queda foi brusca até 1987 (para abaixo de 70%) e o crescimento nos anos de 1990 muito modesto. A evolução da carga tributária, já referida, é também um indicador rudimentar da importância relativa do governo na economia.

A inflação em geral relativamente sob controle até a Segunda Guerra Mundial permitia que o setor público lançasse títulos no mercado. A dívida interna federal fundada, que correspondia a 11% do PIB no final da década de 1920, ainda aumentou de importância na década seguinte, mas, com a aceleração inflacionária, tornou-se impossível o lançamento de títulos públicos em vista das limitações impostas pela legislação ao nível de juros nominais: em 1964, a dívida havia caído a 0,5% do PIB. A correção monetária permitiu que o setor público voltasse ao mercado, e a dívida mobiliária federal voltasse a crescer atingindo 5% do PIB, no final da década de 1960, 8% no final dos anos de 1970, e em torno de 100%, no final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990. No final do século, a razão havia caído para algo em torno de 50%.

Com a aceleração da inflação, aumentou significativamente a magnitude do imposto inflacionário, incidente sobre os detentores de moeda, que alcançou 6-7% do PIB no surto inflacionário do início da década de 1960, e caiu com o sucesso da estabilização que se seguiu; final dos anos de 1970, cresceu notavelmente alcançando mais de 10%, em 1980, e mais de 14%, em 1990. Com a estabilização a partir de 1993, houve uma redução abrupta de tais transferências geradas pela inflação alta.

A renda per capita brasileira no Século XX, depois de 80 anos de convergência em relação ao nível da renda per capita das economias desenvolvidas, estagnou nos últimos 20 anos, de tal forma que o Brasil, grosso modo, manteve a sua posição relativa, apesar das importantes mudanças estruturais ocorridas. Permanece o desafio para que o Brasil do presente encontre o país do futuro.

# FINANÇAS PÚBLICAS BRASILEIRAS NO SÉCULO XX



Galatia, 1990  
Luiz Hermano  
Arame galvanizado – 255 x 290 x 60 cm  
Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP.

---

\* Ph.D., London School of Economics, University of London, 1981 e Professor-Adjunto do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Publicou, *Democracia e desenvolvimento 1956-1961* (com Luiz Orenstein) in *A ordem do progresso - 100 anos de política econômica republicana 1889-1989* Marcelo de Paiva Abreu (org.). Editora Campus 1990; *Políticas de crescimento e o futuro do Brasil in Políticas para a retomada do crescimento - reflexões de economistas brasileiros* Ricardo Bielschowsky e Carlos Mussi (org.). IPEA escritório da Cepal no Brasil 2002.

## FINANÇAS PÚBLICAS BRASILEIRAS NO SÉCULO XX

ANTONIO CLAUDIO SOCHACZEWSKI\*

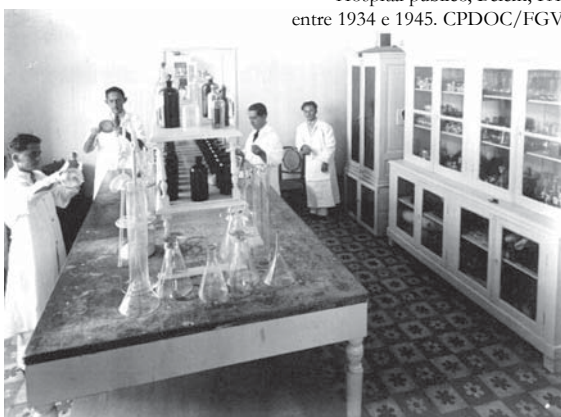
Esta seção examina o comportamento das principais séries relativas às finanças públicas brasileiras, nas três esferas administrativas, ao longo do Século XX. As séries, designadas aqui de Tabelas, encontram-se no CD-ROM (Estatísticas do Século XX)<sup>1</sup>, bem como as fontes dos dados. No texto abaixo, quando se fez necessário ilustrar determinado ponto, os dados foram organizados em tabelas e gráficos.

Como se sabe, a economia brasileira nesse século experimentou permanente inflação, muitas vezes com elevadas taxas, tornando sem sentido a comparação de valores no longo prazo. Além disto, o regime monetário brasileiro passou por diversas reformas (a maioria delas nos últimos 30 anos do século) com o objetivo de adequar a expressão dos preços nominais a valores minimamente manejáveis. Por estas duas razões, a análise exigiu especiais cuidados quanto à transformação das séries em valores reais. Para tanto foram utilizados o IGP-DI e o deflator implícito do PIB<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> O presente trabalho atualiza até 2000 as séries constantes da publicação *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988* (1990). O autor deseja expressar a inestimável ajuda que obteve de Carlos Mussi, economista da Cepal – Brasília, na análise das séries e das marchas e contramarchas da política fiscal e de gasto público no Brasil. Marcelo de Paiva Abreu, do departamento de economia da PUC-Rio, teve a gentileza de ler os primeiros rascunhos e chamar a atenção para os erros e limitações. Priscila Grecov, da STN – Ministério da Fazenda, clarificou diversos pontos das quase incompreensíveis modificações recentes na contabilização dos balanços públicos brasileiros. Jacques Cleiman, com a precisão e rigor habituais, prestou ajuda crucial na coleta dos dados. Os (muitos) erros e imprecisões remanescentes são de exclusiva responsabilidade do autor.

<sup>2</sup> Como se sabe, não existe uma série única secular de preços; a solução adotada foi a de utilizar um índice de preços encadeado: de 1901 a 1944, o deflator implícito do PIB; e de 1944 a 2000, o IGP – DI. Deve-se levar em conta, portanto, tanto esta heterogeneidade na série de preços aqui utilizada, bem como as próprias deficiências das séries individuais conforme discutido na seção específica da presente publicação. Ambas as séries podem ser encontradas no *site* do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada do Ministério do Planejamento <<http://www.ipea.gov.br/ipeadata>>.

Hospital público, Belém, PA,  
entre 1934 e 1945. CPDOC/FGV.





Serviços de correios, entre 1938 e 1945. CPDOC/FGV.

Em especial, a comparação da evolução das séries em exame e a evolução do PIB mostrou-se um eficiente instrumento de análise. De fato, sendo o gasto público um dos componentes do PIB, a evolução de sua participação pode lançar luz sobre os diversos aspectos da política econômica ao longo do período<sup>3</sup>. As modificações na participação das contas públicas no PIB poderiam, em princípio, revelar uma maior ou menor intervenção do Estado na economia.

<sup>3</sup> A economia brasileira evoluiu a uma taxa de 4,8% ao ano, durante o século, multiplicando-se o PIB por 110 entre 1901 e 2000. Deve-se examinar, então, como o setor público brasileiro acompanhou esta extraordinária expansão.

<sup>4</sup> Apenas para ilustrar o ponto, a Tabela a seguir mostra os valores para a década de 1990:

Carga tributária por nível de governo - 1990-2000				
Anos	Níveis de governo			
	Total	União	Estados	Municípios
1990	30,50	20,53	9,02	0,95
1991	25,21	19,72	7,29	1,21
1992	25,85	17,50	7,35	1,00
1993	25,72	18,47	6,47	0,79
1994	28,45	20,46	7,98	0
1995	29,76	20,01	8,32	1,43
1996	28,97	19,35	8,20	1,42
1997	29,03	19,65	7,92	1,47
1998	29,74	20,42	7,79	1,54
1999	32,15	22,47	8,17	1,51
2000	33,18	22,97	8,69	1,52

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria da Receita Federal.

Em relação às contas públicas há dois pontos preliminares a ressaltar. Em primeiro lugar, deve-se observar que no Brasil há a obrigatoriedade da apresentação dos orçamentos de forma equilibrada. Assim, por exemplo, as propostas orçamentárias anuais já devem conter a forma de financiamento de um eventual déficit; da mesma forma, na prestação de contas da sua execução, as eventuais operações de crédito realizadas com vistas à cobertura dos déficits devem aparecer como componentes da “receita orçamentária”, na conta de capital. Em segundo lugar, deve-se alertar que, em face das significativas transferências intergovernamentais entre as três esferas de governo, não se pode somar as participações destes três níveis no PIB objetivando estimar a “carga tributária” do País ou as “necessidades de financiamento do setor público”. Para tanto, seria necessário, primeiro, consolidar os balanços federal, estadual e municipal para, depois, calcular sua participação no PIB<sup>4</sup>.

A Tabela 1 - Receita e despesa da União (FP-01 – CD-ROM) mostra a evolução das contas federais. Estes dados correspondem aos do balanço orçamentário como aparecem no BGU (Balanço Geral da União); portanto, o



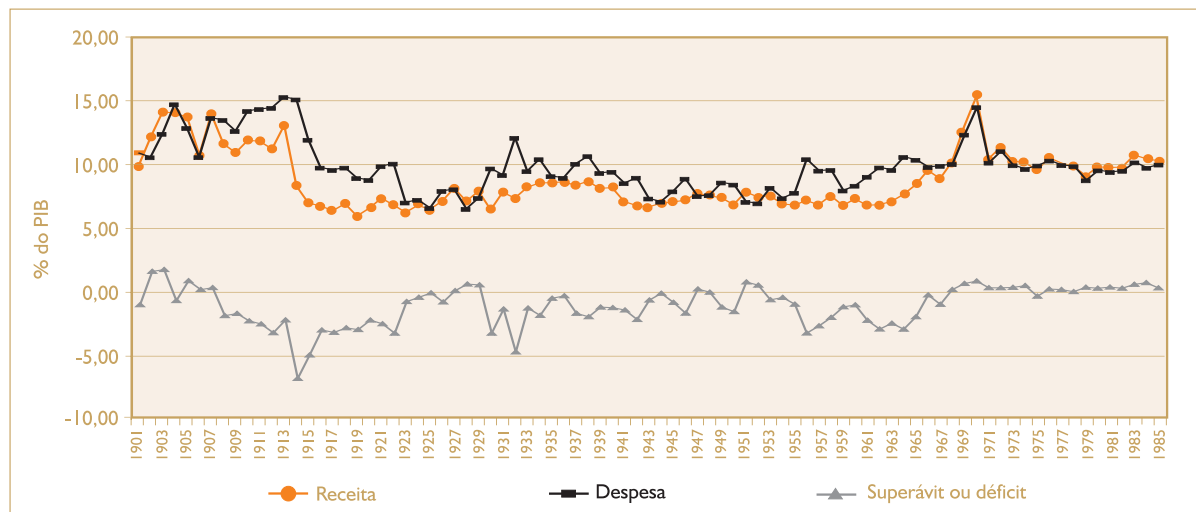
resultado em cada ano expressa o regime de competência, e não o resultado de caixa. A análise desta série teve de ser quebrada em 1985 por razões metodológicas que serão explicadas mais adiante.

O Gráfico 1 mostra a evolução da participação da receita e da despesa da União no PIB até 1985, bem como a conta de resultado. No período que antecedeu à Primeira Grande Guerra (1901-1913) o setor público brasileiro respondia, em média, por 12% do PIB, mostrando a partir de 1908 significativos déficits orçamentários. O déficit alcança seu maior valor em 1914, alcançando 6,76% do PIB. Ao longo da guerra, a participação cai em todos os anos, mantendo-se, no entanto, os elevados déficits. Veremos mais adiante que esta redução deveu-se à forte queda do imposto de importação<sup>5</sup>, conseqüência, sem dúvida, da redução dos fluxos de comércio durante o conflito.

Como tendência de longo prazo observa-se que a participação (medida pela receita) estabiliza-se ao redor de uma média de 7,3% nos seguintes 50 anos entre 1917 e 1967. Em alguns subperíodos observam-se comportamentos significativos. Nos anos de 1930, por exemplo, as finanças da união experimentam fortes déficits (chegando a 4,68% do PIB em 1932), como conseqüência da forte queda nas importações nos primeiros anos da década<sup>6</sup>, do baixo crescimento do PIB também no início da década e das políticas compensatórias postas em marcha pelo governo.

Em 1955/1956 inicia-se um novo período de fortes déficits que só se encerrou em 1967 em conseqüência da reforma tributária daquele ano. Na segunda metade dos anos de 1950 os déficits foram, ao que tudo indica, gerados como conseqüência do Plano de Metas do governo Kubitschek, quando se fizeram elevados investimentos públicos, inclusive na construção da nova capital

Gráfico 1 - Receita e despesa da União - % PIB - Brasil - 1901-1985



Fonte: PIB. In: IPEA. Ipeadata: base de dados macroeconômicos. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: dez. 2001.

Nota: Os dados deste gráfico têm origem na Tabela FP01 do CD-ROM que acompanha a publicação.

<sup>5</sup> Este imposto reduziu sua participação no PIB de 7% em 1913 para menos de 2% em 1917. O *quantum* das importações nos anos do conflito mostraram as seguintes variações: 1914 (-45,5%); 1915 (-23,6%); 1916 (9,0%); 1917 (-20,3%), e 1918 (0,6%).

<sup>6</sup> O *quantum* das importações brasileiras decresceram 38,7% em 1930, 29,7% em 1931, e 10,1% em 1932.

em Brasília. Na ausência de mecanismos fiscais ou de endividamento que pudessem cobri-los, estes déficits foram financiados por empréstimos do Banco do Brasil ao Tesouro<sup>7</sup> e pelos Institutos de Previdência setoriais. Na primeira metade dos anos de 1960, a aceleração da inflação, a grave crise política que resultou no golpe militar de 1964 e a recessão que se abateu sobre a economia entre 1963 e 1965 podem explicar os altos déficits destes anos. Sabidamente em momentos de aceleração das taxas, a inflação afeta de forma diferente receita e despesa pública. A receita, na ausência de mecanismos de atualização monetária nos recolhimentos, fica atrasada em relação à despesa, como se observa no gráfico de 1959 a 1968.

A partir de 1967 os déficits desaparecem. A reforma tributária daquele ano contribuiu para uma elevação da receita, mas não explica totalmente o equilíbrio orçamentário<sup>8</sup>. Ao que tudo indica, este fato pode ser atribuído menos a uma austera política fiscal e de gastos, e mais ao reaparecimento da dívida pública como instrumento de financiamento do déficit. De fato, como será mostrado mais adiante, a dívida mobiliária federal ressurge em 1964/1965, ao ser criada a correção monetária sobre os ativos financeiros. Assim, em 1968, o estoque da dívida colocada pelo Tesouro Nacional já alcançava 3% do PIB. Os dados do balanço orçamentário incluem a captação de recursos através de títulos públicos. Como durante todo o período que se seguiu, o governo federal não teve maiores dificuldades de colocação destes papéis (por conta da correção

monetária, de manipulações na taxa de juro *vis-à-vis* a inflação vigente e de um mercado financeiro em formação, ávido por papéis para sua operação), o déficit orçamentário desaparece quase que por definição.

A partir de 1968 e até 1980, a participação muda de patamar, ficando ao redor de 10,5% do PIB<sup>9</sup>. Este aumento da presença do estado federal na economia foi, sem dúvida, consequência tanto da reforma tributária de 1967 e

Obra urbana. Foto: Michel Filho - Agência JB.



<sup>7</sup> Pela peculiaridade das autoridades monetárias brasileiras à época, os empréstimos do Banco do Brasil correspondiam a uma emissão primária de moeda.

<sup>8</sup> Neste ano o Imposto de Renda começa a ser cobrado e recolhido com mais rigor, os impostos sobre a produção passam a ser cobrados pelo valor adicionado e o Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, ordena a administração pública federal.

<sup>9</sup> Os elevados valores na participação do orçamento público no PIB em 1969 (13%) e 1970 (15,68%) parecem ser oriundos de modificações metodológicas procedidas no Balanços Gerais da União destes anos, haja vista que este valor retorna ao patamar de 10% em 1971. No nível de desagregação no qual os dados foram trabalhados, não foi possível identificar o formato destas modificações.

do esforço de centralização administrativa, como da retomada do crescimento do PIB. Em relação a este último ponto, a economia brasileira cresceu entre 1968 e 1980 a uma taxa média de 8,8% ao ano. Tendo a receita e despesa orçamentárias mantido suas participações respectivas no PIB durante este período, conclui-se que essas cresceram a taxas semelhantes ao PIB. Em particular, este período inclui os anos do II PND, quando o Estado brasileiro marcou forte presença no intenso processo de substituição de importações que se seguiu ao primeiro choque do petróleo em 1974.

Em 1986 ocorre o corte metodológico referido acima, o qual impede a continuidade da análise em relação aos anos anteriores. Mantida a metodologia de análise até agora utilizada, os dados da participação da receita e despesa orçamentária apareceriam como mostra o Tabela 1, onde se pode observar a ruptura em 1986. O patamar de receita/PIB da ordem de 10% na primeira metade da década sobe bruscamente para 15/16% em 1986, para 46% em 1989, e 68% em 1990. É evidente que estes valores necessitam de nova interpretação.

A modificação mencionada refere-se à forma pela qual são contabilizadas as operações da dívida mobiliária federal. Até a criação da Secretaria do Tesouro Nacional - STN -, em 1988, a gestão da dívida pública mobiliária federal era de responsabilidade do Banco Central do Brasil, no chamado “orçamento monetário”. Assim, em cada exercício, as contas de receita e despesa da União contabilizavam apenas o resgate ou emissão líquidos do ano, mais o serviço de juros e de correção monetária, também líquidos de refinanciamento. Nas contas do Banco Central figurava todo o estoque da dívida “rolado” no ano e, eventualmente, mais os juros e correção também pagos com novas emissões. No momento em que a STN assume a gestão da dívida federal, toda a contabilidade destas rolagens passa a ser computada na receita e despesa orçamentária<sup>10</sup>.

Assim, a partir da segunda metade dos anos de 1980 os valores referentes aos títulos vincendos e rolados em cada ano passam a aparecer contabilizados integralmente como se fossem pagos (portanto, uma despesa), financiados por novas emissões (portanto, uma receita). Na Receita aparecem em “Operações de

**Tabela 1 - Orçamento da União - % do PIB - Brasil - 1980-1990**

Ano	Receita	Despesa
	Em % do PIB	
1980	9,83	9,52
1981	9,79	9,39
1982	9,81	9,49
1983	10,77	10,15
1984	10,47	9,72
1985	10,31	9,97
1986	16,07	15,65
1987	15,24	14,55
1988	19,74	19,63
1989	46,74	49,32
1990	68,17	67,95

Fonte: PIB. In: IPEA. Ipeadata: base de dados macroeconômicos. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: dez. 2001.

Nota: Os dados desta tabela têm origem na tabela FP01 do CD-ROM que acompanha a publicação.

<sup>10</sup> Também contribuiu para este corte metodológico a criação de papéis com correção monetária e juros embutidos em um valor de face corrigido em prazo curto (alguns diariamente): LFTN e LBC em 1986, LFT em 1989 (que eram corrigidas a cada 63 dias pela taxa Selic). Anteriormente os papéis da dívida pública federal eram LTN de curto prazo ou ORTN com correção pós-fixada, com valores de face (resgate) bem definidos.

Crédito”, na Despesa em “Amortizações de Dívida”, ambos do orçamento de capital<sup>11</sup>.

A desagregação da Receita e Despesa orçamentárias pode lançar luz sobre a evolução de pelo menos uma parte das contas públicas. Ainda que a publicação original das *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988* (1990) não o faça, fomos forçados a coletar os

dados desagregados em face do impasse metodológico mencionado. Os dados foram coletados de 1980 em diante para que se pudesse ter uma perspectiva das discontinuidades do final da década. As Tabelas 2 e 3 abaixo mostram as séries relevantes para a análise. A Tabela 2 mostra as principais contas da receita: receita orçamentária, receita corrente, receita tributária e de contribuições e as operações de crédito.

**Tabela 2 - Detalhamento da receita orçamentária - Brasil - 1980-2000**

Ano	Receita			Operações de crédito	Receita orçamentária/ PIB (%)	Receita tributária e de contribuições/ PIB (%)	Receita corrente/ receita orçamentária (%)	
	Orçamentária	Corrente	Tributária e de contribuições					
1980		1 230 018	1 220 085	1 002 704	9 039	9,83	8,02	99,19
1981		2 351 966	2 334 156	1 929 554	17 153	9,79	8,03	99,24
1982	1 000 000 Cr\$	4 774 815	4 726 843	3 900 940	47 051	9,81	8,01	99,00
1983		11 779 847	11 577 597	11 237 177	200 172	10,77	10,27	98,28
1984		36 414 053	35 965 331	35 244 693	442 305	10,47	10,13	98,77
1985		134 851 122	132 601 412	130 128 787	2 223 478	10,31	9,95	98,33
1986		1 000 000 Cz\$	562 829	380 135	348 988	182 643	16,07	9,96
1987	1 692 406		1 181 508	1 032 942	483 089	15,24	9,30	69,81
1988	15 949 586		8 746 588	8 099 651	7 195 689	19,74	10,03	54,84
1989	1 000 000 NCz\$	547 059	128 729	110 617	359 170	46,74	9,45	23,53
1990	1 000 000 Cr\$	21 649 722	5 551 831	5 427 241	13 089 876	68,17	17,09	25,64
1991		46 073 797	24 989 606	22 926 294	11 450 215	27,79	13,83	54,24
1992		659 074 786	270 412 010	256 578 952	251 948 149	37,39	14,56	41,03
1993	1 000 000 CR\$	22 358 761	12 391 121	6 300 389	7 410 859	57,67	16,25	55,42
1994	1 000 000 R\$	181 527	107 044	59 060	44 810	51,98	16,91	58,97
1995		316 217	194 587	104 959	106 887	48,94	16,24	61,54
1996		298 925	156 867	132 873	133 802	38,38	17,06	52,48
1997		415 189	175 270	151 474	226 552	47,68	17,40	42,21
1998		508 675	200 455	161 663	287 478	55,67	17,69	39,41
1999		606 416	218 021	188 417	356 222	63,25	19,65	35,95
2000		651 023	252 519	218 412	348 696	59,92	20,10	38,79

Fontes: Balanços gerais da União 1981, p. 150, 154, [198-]; 1984, p. 184, 189, [198-]; 1985, p. 3, [198-]; 1986-1989, v. 2, [1987?-1990?]; Balanço geral da União 1990-1999, v. 2, [199- - 2000?]; Balanço geral da União 2000. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, Secretaria Federal de Controle Interno, v. 2, 2001. 1 CD-ROM.

<sup>11</sup> Pode-se pensar em reconstruir a série de Receita e Despesa da União expurgada destes valores de rolagem para que se pudesse comparar com os anos anteriores. Infelizmente, somente a partir de 1997 a Secretaria do Tesouro Nacional passou a explicitar no BGU os valores amortizados por origem dos recursos (Quadro do BGU ‘Execução da Despesa por fonte’, fontes 0143 e 0144, refinanciamentos e amortizações, respectivamente). Antes desta data os dados do resgate da dívida aparecem sem distinção de fonte e, portanto, não é possível identificar no BGU o montante de amortização rolado e o montante de amortização refinanciado por nova emissão de papéis (Entre 1989 e 1996 os dados aparecem como “Títulos sob responsabilidade do Tesouro Nacional” no mesmo quadro do BGU citado acima, fonte 44; de 1980 a 1988 os dados aparecem no quadro da BGU “Demonstrativo de Conta”, onde se mostram as emissões e resgates do ano).

Nesta tabela observa-se a descontinuidade da relação receita orçamentária / PIB mencionada anteriormente, a qual impede a análise seqüencial dos dados.

A relação da receita tributária e de contribuições - RTC - com o PIB, que pode ser considerada como a “carga tributária da União”, mostra, na década de 1980, um valor quase constante, flutuando entre 8% e 10%. Em 1990 ocorre um corte brusco, consequência das modificações introduzidas pela Constituição de 1988. De fato, como resposta à nova configuração da repartição da massa

tributária e das responsabilidades de gasto por nível de governo fixadas pela Constituinte, quando a União perdeu arrecadação sem perder responsabilidades, o governo federal procurou elevar aqueles tributos que não estavam sujeitos à partilha com estados e municípios. Assim, no ano de 1990, as contribuições para o Finsocial (Cofins) elevaram-se em termos reais (70%), o Pis/Pasep em 61%, e a contribuição social sobre o lucro em 136%. A partir de 1991 esta participação dos tributos eleva-se permanentemente em relação à receita total, chegando a 20% em 2000.<sup>12</sup>

**Tabela 3 - Detalhamento da despesa orçamentária - Brasil - 1980-2000**

Ano	Despesa orçamentária	Juros		Amortização		Serviço da dívida interna/despesa orçamentária (%)	Serviço da dívida externa/despesa orçamentária (%)
		Da dívida interna	Da dívida externa	Da dívida interna	Da dívida externa		
1980	1 190 994	50 649	10 447	4 108	29 218	4,60	3,33
1981	2 254 895	53 456	3 586	7 378	18 064	2,70	0,96
1982	4 619 772	127 395	34 096	20 223	64 954	3,20	2,14
1983	11 104 585	291 038	2 072 153	37 424	434 554	2,96	5,78
1984	33 817 215	2 100 114	1 014 648	254 347	616 109	6,96	4,82
1985	130 425 844	6 811 843	3 975 339	227 757	2 380 664	5,40	4,87
1986	548 109	68 268	17 359	1 169	20 964	12,67	6,99
1987	1 615 100	34 973	44 037	3 290	100 861	2,37	8,97
1988	15 857 926	2 087 687	259 387	145 613	626 410	14,08	5,59
1989	577 266	79 674	5 131	249 651	6 853	57,05	2,08
1990	21 580 391	770 440	122 715	14 060 414	275 494	68,72	1,85
1991	45 889 223	75 810	711 501	15 725 507	1 225 368	34,43	4,22
1992	629 777 415	18 721 362	19 862 293	227 906 294	12 765 359	39,16	5,18
1993	20 452 748	920 304	164 122	6 824 782	215 057	37,87	1,85
1994	176 222	7 676	2 245	59 163	1 807	37,93	2,30
1995	307 947	12 102	4 772	93 683	3 518	34,35	2,69
1996	289 736	14 682	4 810	113 019	3 767	44,08	2,96
1997	391 866	15 926	5 107	142 778	5 061	40,50	2,59
1998	500 182	25 432	5 380	215 495	5 656	48,17	2,21
1999	588 536	37 018	8 337	287 379	9 045	55,12	2,95
2000	616 383	38 835	0	344 862	0	62,25	0,00

Fontes: Balanços gerais da União 1981, p. 150, 154, [198-]; 1984, p. 184, 189, [198-]; 1985, p. 3, [198-]; 1986-1989, v. 2, [1987?-1990?]; Balanço geral da União 1990-1999, v. 2, [199- - 2000?]; Balanço geral da União 2000. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, Secretaria Federal de Controle Interno, v. 2, 2001. 1 CD-ROM.

<sup>12</sup> O valor mais elevado em 1990 (17%) deve-se à inclusão, somente naquele ano, da rubrica “Contribuição para a Previdência Social”. Apenas na segunda metade da década de 1990 é que a Previdência Social foi incorporada ao BGU.

No entanto, não é no nível tributário e das contribuições que se encontra a fonte das perturbações na participação da receita total no PIB.

O exame da relação receita corrente / receita orçamentária esclarece a questão. Observa-se a brusca queda em 1986, tornando-se os valores bastante erráticos a partir deste ano. É então evidente que algo anteriormente não considerado foi adicionado à receita. De fato, a coluna operações de crédito / receita orçamentária mostra que em 1986 passou-se a contabilizar operações que antes não eram contempladas: a participação das operações de crédito salta de pouco mais de 1% da receita para 32% em 1986 e 65% em 1989, mostrando as mesmas características erráticas mencionadas.

A análise do detalhamento da despesa leva à identificação definitiva da fonte das perturbações em exame. A Tabela 3 mostra as rubricas de despesa relevantes para nossa análise: despesa orçamentária, juros da dívida interna e externa, e amortizações da dívida interna e externa<sup>13</sup>.

Observa-se que o serviço da dívida externa como proporção da despesa orçamentária mantém uma evolução sem grandes perturbações, passando por um máximo de quase 9% da despesa em 1987 às vésperas da moratória brasileira, estabilizando-se na década de 1990 em valores ao redor de 2%<sup>14</sup>. Assim, a fonte das perturbações está no serviço da dívida interna, em particular nas amortizações. De fato, pode ser verificado que as amortizações da dívida interna até 1988 não

chegam a 1% da despesa, passando a mais de 40% em 1990 e mantendo-se sempre acima dos 30% até o final do século, com grandes variações. Pode-se, portanto, concluir que em 1989 o sistema de contabilização da rolagem da dívida interna foi significativamente alterado no BGU, contaminando toda a série de receita e despesa.

Observa-se ainda que de 1986 a 1988 o serviço da dívida interna varia bruscamente sua participação na despesa orçamentária. Lembremos que em 1986 o Plano Cruzado procedeu ao congelamento dos preços. Assim, naquele ano, a carga de juros ainda refletia o *carry-over* das altas taxas de inflação de anos anteriores (conseqüentemente, altos índices de correção monetária), em face de uma despesa já congelada no ano corrente. Em 1987, com a inflação novamente em ascensão, o efeito é inverso: os juros refletem o relativo congelamento do ano anterior, mas a despesa já acompanha o nível de preços<sup>15</sup>. Em 1988, com nova aceleração da inflação, o serviço da dívida já reflete o custo dos novos papéis de correção de curto prazo (LFTN, LFT, por exemplo), os

Força Pública de São Paulo – Acervo IBGE



<sup>13</sup> Nos anos mais recentes a discriminação dos juros da dívida aparecia no primeiro quadro do balanço orçamentário, nas folhas 001 e 002, subitem da despesa corrente. Antes de 1990, no entanto, este quadro aparecia fechado na Despesa Corrente. Coletamos, então, os dados no quadro da Execução por Natureza.

<sup>14</sup> Infelizmente a partir de 2000 a STN não mais separou os serviços das dívidas interna e externa, recolhendo todos os valores em rubricas únicas para juros e para amortizações.

<sup>15</sup> Medida pelo IGP-DI a inflação naqueles anos foi a seguinte: 1985-235%; 1986-65%; 1987-415%; e 1988-1037%.

quais oneram de imediato a despesa dos primeiros anos depois de sua emissão.

A tabela Principais receitas arrecadadas pela União (FP02 - CD-ROM) mostra a evolução secular dos principais tributos e da receita industrial da União. Aqui as tendências são bem marcadas. O Gráfico 2 mostra a participação de cada um dos principais tributos sobre o PIB. Podemos observar que o Imposto sobre a Importação-II- até o início dos anos de 1940 era, de longe, a principal fonte de receita federal. Em 1908 chegou a representar 80% da arrecadação destes impostos e cerca de 7,7% do PIB; este valor decresce a partir deste ano, em particular durante o Primeira Guerra Mundial, quando os fluxos de comércio se reduzem em virtude do conflito<sup>16</sup>. Nas décadas de 1920 e de 1930 permanece entre 2% e 3% de participação, para perder definitivamente importância nos anos de 1940, quando o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI (então imposto de consumo) e o Imposto sobre a Renda - IR - crescem vigorosamente. Na segunda metade do século o II, ainda que com significativas oscilações, permanece abaixo de 1% do PIB.

O IPI cresce constantemente entre 1901 e 1959 a uma taxa de longo prazo de 1,4%, refletindo, sem dúvida, o processo de industrialização brasileiro. Em 1959 esta taxa se acelera até 1969, quando a participação deste tributo no PIB alcança seu mais elevado valor, 4,46%. A introdução, pela reforma de 1967, da cobrança deste imposto sobre o valor agregado<sup>17</sup>, levou a uma diminuição permanente da sua participação no PIB, isto é, sua arrecadação cresceu menos rapidamente que o PIB. A não ser por um erro grosseiro no estabelecimento da nova alíquota sobre o valor adicionado *vis-à-vis* a anterior incidente sobre o valor global, este resultado parece refletir uma decisão de diminuir a carga



Sede da Secretaria de Finanças de Belo Horizonte, MG, 1910.  
Museu Histórico Abílio Barreto

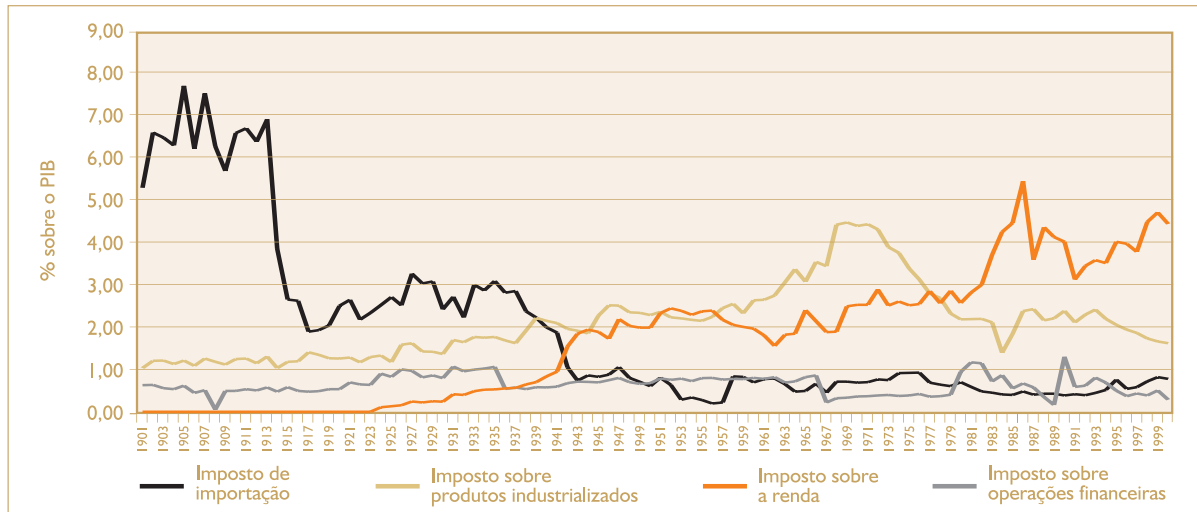
tributária indireta representada por este tributo em favor da tributação direta via Imposto sobre a Renda.

O IR, introduzido somente em 1924, cresce permanentemente sua participação até 1952, quando já ultrapassa o valor do IPI, oscilando sua participação no PIB no entorno dos 2% até 1967. A partir deste ano, com a reforma tributária, este imposto é cobrado com crescente cobertura, passando a ser o mais importante tributo da receita federal a partir de 1977. Este crescimento perdura até 1986. Os anos que se seguem, de forte aceleração inflacionária, mostram também fortes oscilações na arrecadação deste tributo. A partir da estabilização de 1994 sua arrecadação volta a crescer mais rapidamente que o PIB. O Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, finalmente flutua, secularmente no entorno de 1% do PIB, sem variações mais significativas.

<sup>16</sup> Nos anos que precederam a guerra o volume das importações brasileiras estava no entorno de 5/5,6 milhões de t/ano; durante a guerra e nos anos subsequentes este valor cai para uma média de 2,7 milhões de t/ano, voltando ao nível de 5 milhões de toneladas somente em 1927. O valor destas importações cai de cerca de 67 milhões de libras esterlinas em 1913 para 30 milhões em 1915, só vindo a recuperar os montantes do pre-guerra em 1919.

<sup>17</sup> Transformado de Imposto de Consumo cobrado em cascata sobre a produção em Imposto sobre Produtos Industrializados cobrado sobre o valor adicionado em cada fase da produção.

Gráfico 2 - Principais receitas da União - % sobre o PIB - Brasil - 1901-2000



Fonte: PIB. In: IPEA. Ipeadata: base de dados macroeconômicos. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: dez. 2001.  
 Nota: Os dados deste gráfico têm origem na Tabela FP02 do CD-ROM que acompanha a publicação.

A tabela Despesa da União, por Ministério (FP-03 - CD-ROM) mostra o desdobramento da despesa orçamentária por órgão gestor. Na maior parte do século, os ministérios aqui relacionados representaram a quase totalidade da despesa orçamentária, na maioria dos anos em percentuais acima de 95%. A comparabilidade da evolução dos gastos por ministérios – que revelaria, sem dúvida, o estabelecimento de políticas públicas – ficou mais uma vez prejudicada por novo corte metodológico nas séries. De fato, entre 1970 e 1986 o BGU retirou dos valores do Ministério da Fazenda os gastos com “Encargos Gerais da União” e “Encargos Financeiros com Estados e Municípios”, deformando a série daquele ministério e alterando artificialmente a proporção dos gastos dos demais ministérios. A Tabela 4 a seguir esclarece o ponto.

Pode-se observar que a eliminação e reinserção em 1987 dos referidos encargos na contabilização do Ministério da Fazenda deforma a análise da série. A coluna Todos os Ministérios / Despesa Orçamentária demonstra que os encargos não foram contabilizados em outro ministério. Fica claro, portanto,

Exército nas ruas durante a Conferência ECO 92, no Rio de Janeiro, RJ.  
 Foto: José Caldas - BrazilPhotos.





**Tabela 4 - Ministério da Fazenda e demais ministérios como proporção da despesa orçamentária - Brasil - 1965-1990**

Ano	Ministério		Todos os ministérios/ despesa orçamentária
	Da Fazenda	Demais ministérios	
	Em %		
1965	32,07	67,93	93,87
1966	37,78	62,22	90,97
1967	29,83	70,17	96,37
1968	31,61	68,39	96,53
1969	43,38	56,62	94,91
1970	3,97	96,03	50,50
1971	3,97	96,03	60,89
1972	3,40	96,60	52,75
1973	2,66	97,34	48,90
1974	3,10	96,90	40,73
1975	4,46	95,54	33,06
1976	5,48	94,52	37,07
1977	4,81	95,19	38,39
1978	5,49	94,51	37,22
1979	5,25	94,75	36,83
1980	4,63	95,37	34,79
1981	4,17	95,83	43,41
1982	3,57	96,43	48,18
1983	3,07	96,93	43,87
1984	2,80	97,20	49,25
1985	3,72	96,28	46,32
1986	3,82	96,18	32,63
1987	35,83	64,17	85,11
1988	55,08	44,92	85,66
1989	77,39	22,61	88,30
1990	88,19	11,81	89,40

Nota: Os dados desta tabela têm origem na tabela FP03 do CD-ROM que acompanha a publicação.

que esta série representa uma precária indicação da distribuição setorial de gastos pelo governo federal.

Uma questão adicional que prejudica a análise foi a criação e extinção de ministérios, principalmente aquelas ocorridas em dois momentos recentes: a partir de 1985, à retomada do processo democrático correspondeu um aumento no número de ministérios; e, no início da década de 1990, ministérios (orçamentariamente) importantes

foram fundidos durante alguns anos, para serem posteriormente novamente separados<sup>18</sup>.

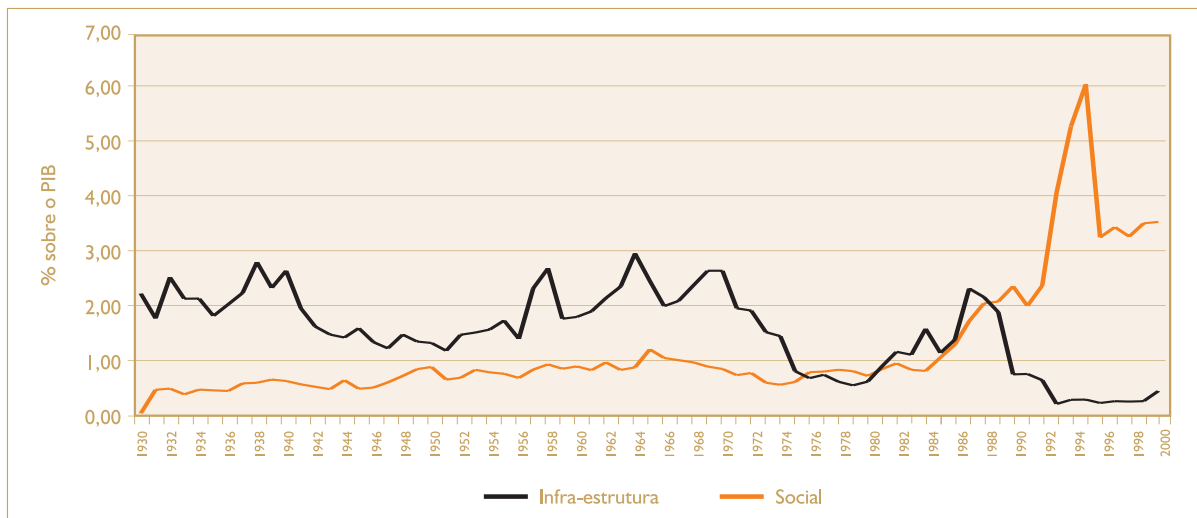
Pode-se fazer uma comparação dos gastos em áreas específicas relacionadas ao PIB, superando-se com este procedimento parte do problema metodológico. O Gráfico 3 mostra a evolução a partir de 1930 dos gastos nas áreas social (saúde, educação, ação social) e de infraestrutura (comunicações, minas e energia, transportes).

<sup>18</sup> Em 1990, no início do governo Collor, os Ministérios da Fazenda, do Planejamento e da Indústria e Comércio se juntaram para formar o Ministério da Economia, enquanto os Ministérios das Comunicações, das Minas e Energia e dos Transportes constituíram-se no Ministério de Infra-estrutura.

Pode-se observar claramente a prioridade dada à área de infra-estrutura até meados da década de 1970. Este resultado não deve surpreender haja vista o intenso processo de industrialização experimentado pela economia brasileira durante este período, exigindo do setor público o

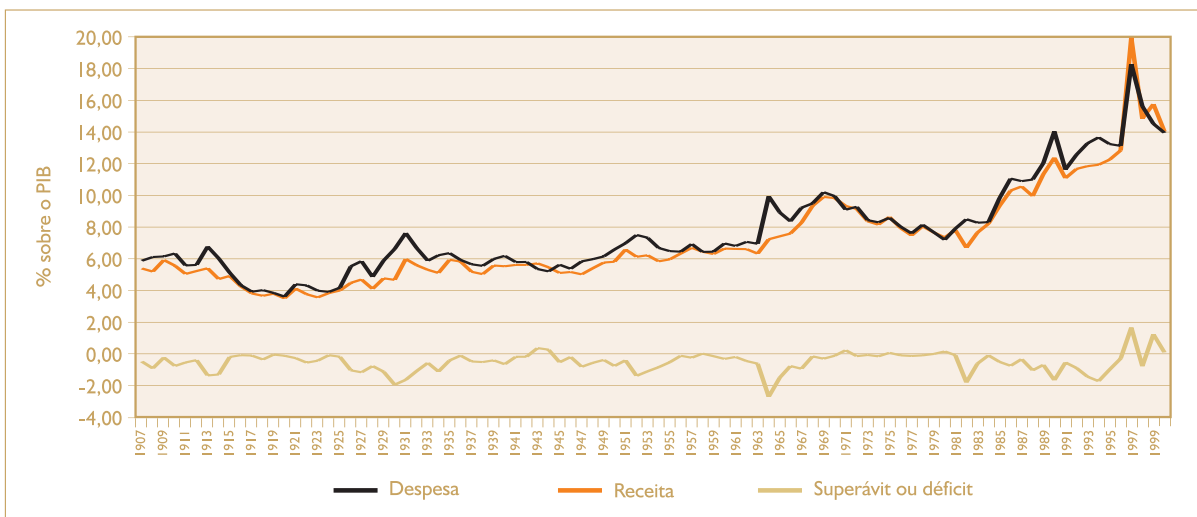
provimento de infra-estrutura básica *pari passu* às instalações do setor privado. Em 1976 os gastos na área social e na área de infra-estrutura pela primeira vez se equivalem; no período do II PND a gestão dos investimentos públicos passa a ser crescentemente mais descentralizada,

Gráfico 3 - Gastos nas áreas social e de infra-estrutura - % sobre o PIB - Brasil - 1930-2000



Fonte: PIB. In: IPEA. Ipeadata: base de dados macroeconômicos. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: dez. 2001.  
 Nota: Os dados deste gráfico têm origem na Tabela FP03 do CD-ROM que acompanha a publicação.

Gráfico 4 - Finanças dos estados - % sobre o PIB - Brasil - 1907-2000



Fonte: PIB. In: IPEA. Ipeadata: base de dados macroeconômicos. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: dez. 2001.  
 Nota: Os dados deste gráfico têm origem na Tabela FP04 do CD-ROM que acompanha a publicação.

através das empresas públicas. Ambas as áreas crescem vigorosamente nos 12 anos seguintes até 1988. Neste ano há uma clara inversão de prioridades, quando a área social cresce até alcançar 6% do PIB em 1995 e a infra-estrutura desaba para cerca de 0,2% do PIB no mesmo ano. Este fato reflete as prioridades reveladas na Constituição de 1988, a qual protegeu a área social em termos de gasto público, ao mesmo tempo que eliminava uma série de tributos especificamente ligados à infra-estrutura (os chamados “impostos únicos”).

A tabela Receita e despesa dos estados e do Distrito Federal (FP-04 - CD-ROM) apresenta as finanças estaduais. O Gráfico 4 mostra sua evolução como a proporção do PIB ao longo do século.

Observa-se, em primeiro lugar, que, praticamente durante todo o século, os estados, consolidados, apresentaram déficit orçamentário. Somente ao final do século parece haver uma tendência à consolidação de equilíbrio orçamentário. Em particular, note-se o grande déficit de

1964, o qual chegou a 2,7% do PIB, e o período de 1969 a 1980, de relativo equilíbrio quando o déficit não ultrapassou 0,2% do PIB, apesar da receita decrescente em relação ao PIB (mostrando o mesmo comportamento daquele apresentado na introdução do IPI federal). Neste período, em particular, deve-se levar em conta também, para explicar este comportamento, a isenção da cobrança ICM dada aos produtos manufaturados e semimanufaturados exportados.

A partir de 1982 a recuperação das finanças públicas é constante, ainda que os déficits orçamentários voltem a se manifestar. O crescimento da receita e da despesa, com exceção do ano de 1997, resulta de uma permanente elevação das receitas e despesas correntes (e não das rubricas de capital). As receitas correntes seguem o crescimento da arrecadação tributária. As despesas correntes se elevam em função tanto das despesas de custeio como das de transferências. A Tabela 5 esclarece o ponto.

**Tabela 5 - Orçamento dos estados - % sobre o PIB - Brasil - 1985-2000**

Ano	Receitas				Despesas				Transferências correntes e despesas
	Orçamentárias	De capital	Correntes	Tributárias	Orçamentárias	De capital	Correntes	De custeio	
	% sobre o PIB								
1985	9,53	1,87	7,66	5,59	10,02	2,86	7,16	3,38	3,78
1986	10,30	1,52	8,78	6,71	11,06	2,99	8,07	4,06	4,00
1987	10,56	2,56	8,01	5,71	10,90	2,79	8,11	4,01	4,10
1988	9,95	1,71	8,24	5,51	11,00	3,22	7,78	3,96	3,82
1989	11,34	1,52	9,82	6,69	12,03	3,25	8,78	4,41	4,37
1990	12,38	1,32	11,06	7,81	14,03	3,57	10,47	5,34	5,13
1991	11,09	1,03	10,06	7,03	11,63	2,60	9,03	4,37	4,66
1992	11,67	1,57	10,10	6,63	12,56	3,32	9,24	4,51	4,73
1993	11,84	2,10	9,75	6,18	13,28	3,35	9,93	4,84	5,09
1994	11,93	1,53	10,40	8,48	13,66	3,41	10,25	4,90	5,36
1995	12,12	1,19	11,06	7,74	13,11	2,39	10,72	5,13	5,59
1996	12,83	1,88	10,86	7,64	13,13	2,35	10,78	7,15	3,63
1997	19,94	8,86	10,94	7,24	18,28	8,30	9,99	6,86	3,13
1998	14,84	3,35	11,50	7,17	15,62	4,33	11,29	7,70	3,59
1999	15,76	2,34	12,67	7,60	14,52	2,84	11,69	8,06	3,62
2000	14,04	1,30	12,74	8,04	13,94	2,13	11,79	6,35	5,44

Fonte: PIB. In: IPEA. Ipeadata: base de dados macroeconômicos. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: dez. 2001.

Nota: Os dados desta tabela tem como fonte as mesmas citadas para a tabela FP04 do CD-ROM que acompanha a publicação.

Os valores de 1997 refletem a questão das dívidas estaduais. A rubrica inequivocamente responsável por esta elevação é a amortização na conta de despesa de capital (e, em menor escala, os juros e encargos, nas despesas correntes) e as correspondentes operações de crédito na receita de capital, como contrapartida. A Tabela 6 ilustra o ponto.

No ano de 1997 a maioria dos estados assinou com a União acordos de rolagem de suas dívidas contratuais e mobiliárias. Estas operações foram lançadas em despesa – amortização de dívida – como se pagas tivessem sido, haja vista que os estados assumiram nova dívida consolidada com a União. A contrapartida na receita foi a elevação das operações de crédito que reflete a assunção da nova dívida. Esta elevação é basicamente resultado da rolagem de alguns estados, particularmente São Paulo, que eleva a participação das amortizações na despesa de 10% em 1996 para 50% em 1997. Seguem, pela ordem, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sergipe, como os estados que mais

elevaram seus gastos em amortizações como proporção das despesas orçamentárias.

A tabela Receita e despesa dos municípios (FP-05) apresenta as finanças municipais. O Gráfico 5 mostra os valores em relação ao PIB.

Observam-se alguns movimentos de longo prazo claramente definidos. No início do século a participação das receitas e gastos municipais situava-se no entorno de 2,5% do PIB, decrescendo monotonicamente a partir de 1910 até 1920 para 1%. Ainda que com flutuações cíclicas esta participação volta a crescer até 1940. Deste ano até 1966 a participação dos municípios flutua ciclicamente entre 1% e 2%.

A reforma tributária de 1967 modificou o patamar da participação dos municípios, a qual passa a situar-se na faixa entre 2,5% e 3%, situação que perdura até 1985. Esta elevação deve-se à criação, em 1967, do Imposto sobre serviços de qualquer natureza, de competência exclusiva dos municípios, e das medidas estabelecidas pela reforma daquele ano, que permitiram

**Tabela 6 - Amortização da dívida e operações de crédito estaduais - Brasil - 1985-2000**

Ano	Amortização da dívida/ despesa orçamentária	Operações de crédito/ receita orçamentária
	Em %	
1985	5,97	15,91
1986	4,39	10,51
1987	5,36	20,03
1988	6,01	10,93
1989	6,40	8,34
1990	4,59	8,65
1991	5,69	6,93
1992	7,54	10,69
1993	5,74	8,66
1994	7,46	8,67
1995	8,10	8,87
1996	8,25	11,27
1997	29,71	36,92
1998	8,02	13,68
1999	6,50	10,06
2000	4,65	2,03

Fonte: PIB. In: IPEA. Ipeadata: base de dados macroeconômicos. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: dez. 2001.

Nota: Os dados desta tabela têm como fonte as mesmas citadas para a tabela FP04 do CD-ROM que acompanha a publicação.

uma cobrança mais efetiva do Imposto Predial Territorial Urbano -IPTU.

A elevação da participação das receitas e despesas municipais em 1986, e em todos os anos em que houve uma brusca redução da taxa de inflação, é consequência do fato de as receitas municipais serem fortemente influenciadas pela inflação corrente. De fato, um dos principais tributos, o IPTU, é corrigido apenas uma vez por ano, em geral no início do exercício fiscal. Assim, em um ano de aceleração inflacionária a receita não tem como acompanhar o movimento dos preços; ao contrário, em anos de redução da taxa de inflação a receita pode, inclusive, elevar-se em termos reais, caso a estimativa da inflação passada esteja embutida nas correções dos valores venais do IPTU. Isto pode ser observado no Gráfico 5 em anos de redução de taxa inflacionária como em 1986, 1990/1991 e 1994/1995, e de aceleração da taxa como em 1987/1988 e 1992/1993.

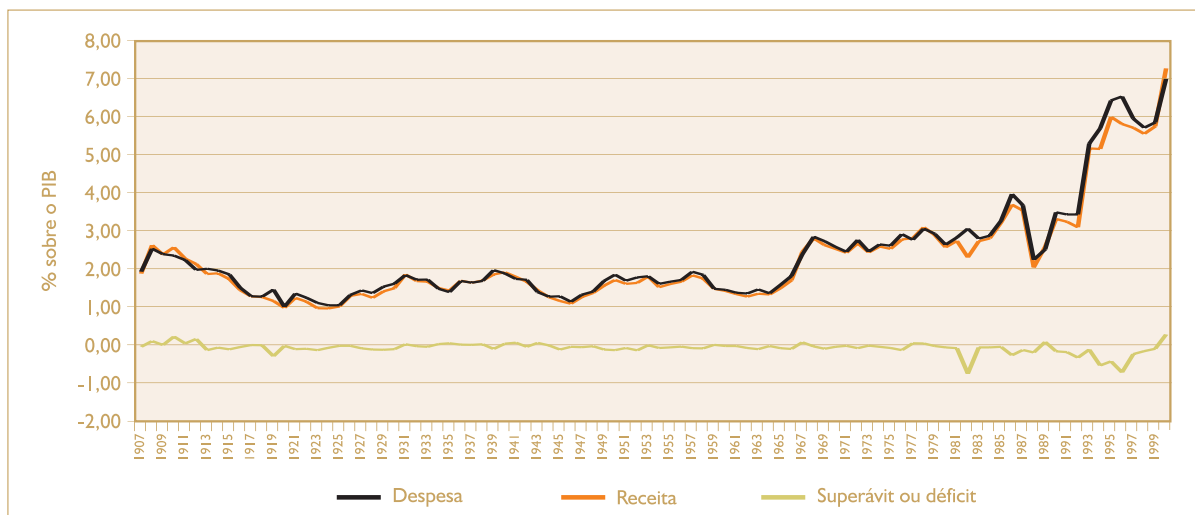
A Constituição de 1988 deu novo impulso às finanças municipais. Observe-se que até este ano as finanças municipais, ainda que deficitárias, sempre estive-



Limpeza pública na cidade do Rio de Janeiro, RJ.  
Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

ram razoavelmente equilibradas. Com a exceção de 1919, o déficit nunca foi maior do que 0,28% do PIB. A partir de 1989 as finanças municipais crescem aceleradamente, basicamente em função da elevação da arrecadação tributária. Isto contraria uma certa opinião difundida de que os municípios elevaram seus gastos em função de maiores transferências dos estados e da União. A Tabela 7 esclarece a questão.

Gráfico 5 - Receita e despesas dos municípios - % sobre o PIB - Brasil - 1907-2000



Fonte: PIB. In: IPEA. Ipeadata: base de dados macroeconômicos. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: dez. 2001.  
Nota: Os dados deste gráfico têm origem na Tabela FP05 do CD-ROM que acompanha a publicação.

Tabela 7 - Relações selecionadas das finanças municipais - Brasil - 1989-2000

Ano	Receita orçamentária/ PIB	Receita tributária/ PIB	Transferências correntes/ receita orçamentária	Despesas orçamentárias/ PIB	Despesa corrente/ despesa orçamentária	Despesa custeio/ despesa corrente
	Em %					
1989	2,58	0,23	71,81	2,50	78,09	85,23
1990	3,31	0,36	78,57	3,48	71,71	89,15
1991	3,23	0,47	73,85	3,42	73,88	89,08
1992	3,09	0,39	76,62	3,43	76,89	88,69
1993	5,16	0,76	64,98	5,28	79,55	70,96
1994	5,15	0,97	67,80	5,69	76,05	82,05
1995	5,99	1,35	66,43	6,42	76,02	81,01
1996	5,80	1,35	66,46	5,95	84,34	80,45
1997	5,70	1,34	66,52	5,94	83,28	79,62
1998	5,54	1,13	66,73	5,70	82,55	78,75
1999	5,74	1,13	67,70	5,84	86,78	78,60
2000	7,26	1,36	67,93	6,99	86,64	79,18

Nota: Os dados desta tabela têm como fonte as mesmas citadas para a tabela FP05 do CD-ROM que acompanha a publicação.

Observa-se que, enquanto as transferências correntes como fonte de receita dos municípios decresce sua participação na receita orçamentária, os tributos mais do que dobram esta participação. Inflationando-se os dados pelo IGP-DI para preços de 2000, pode-se observar que, enquanto a receita orçamentária cresceu cerca de 10 vezes durante a década, a arrecadação de tributos aumentou 22 vezes.

Ao aumento da receita correspondeu uma elevação *pari passu* da despesa. Dentre os componentes da despesa orçamentária nota-se a forte elevação das despesas de custeio em detrimento das despesas de capital, aumentando aquelas de 78% para 84% das despesas orçamentárias. O destino final deste aumento das despesas correntes é de certa forma ambíguo: a componente despesa de custeio decresceu sua participação – e, portanto, não foram as despesas de pessoal as responsáveis por este aumento<sup>19</sup>; assim, foram as transferências correntes que aumentaram mais que proporcionalmente à despesa corrente.

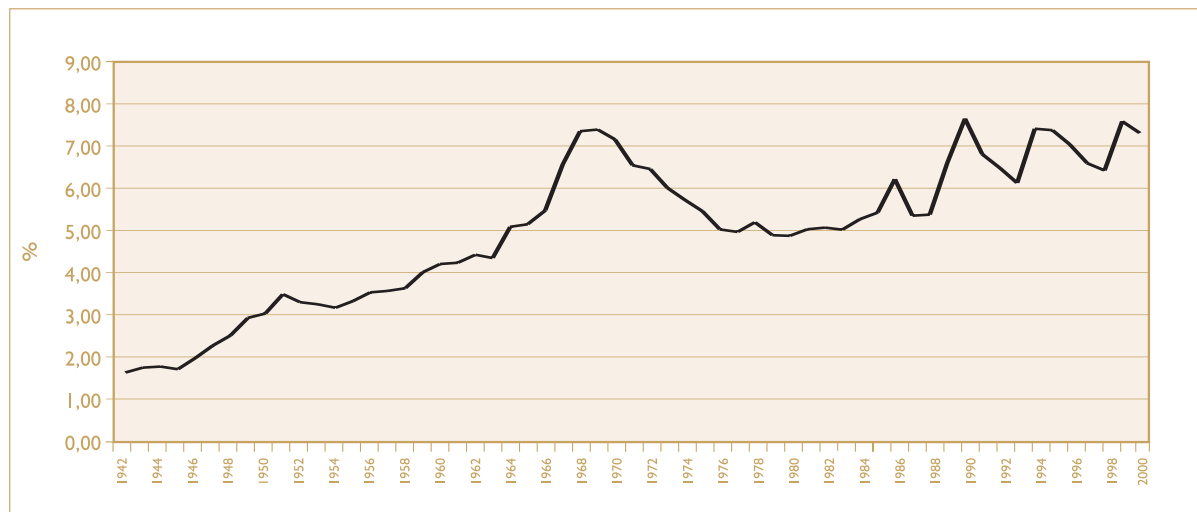
A tabela Arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias por Grandes Regiões (FP-06) mostra a evolução do ICMS<sup>20</sup> no período de 1942-2000. Como movimento de longo prazo há que se notar a predominância da Região Sudeste até 1959. A partir deste ano esta região perde participação até meados da década de 1980 em função do crescimento da Região Nordeste – certamente em conseqüência da instalação de indústrias até então pouco significativas naquela região, aproveitando a concessão de incentivos fiscais para tal – e da Região Centro-Oeste, refletindo a marcha da economia para o oeste, iniciada com a inauguração da nova capital em 1960.

Observemos o Gráfico 6 da participação do ICMS no PIB. Há uma clara tendência ao crescimento entre 1942 e 1969, conseqüência, sem dúvida, do intenso processo de industrialização experimentado pela economia brasileira neste período. A partir deste ano, chama a atenção a tendência decrescente desta participação, entre 1970 e 1976, permanecendo constante em torno de 5%

<sup>19</sup> Enquanto as despesas orçamentárias cresceram na década em termos reais (corrigidos para preços de 2000 pelo IGP-DI) 10,2 vezes, as despesas de pessoal aumentaram somente 9,7 vezes.

<sup>20</sup> Imposto de Vendas e Consignação - IVC - até 1967 e Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICM - entre 1967 e 1988.

**Gráfico 6 - Participação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - no Produto Interno Bruto - PIB - Brasil - 1942-2000**



Fonte: PIB. In: IPEA. Ipeadata: base de dados macroeconômicos. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: dez. 2001.

Nota: Os dados deste gráfico têm origem na Tabela FP06 do CD-ROM que acompanha a publicação.

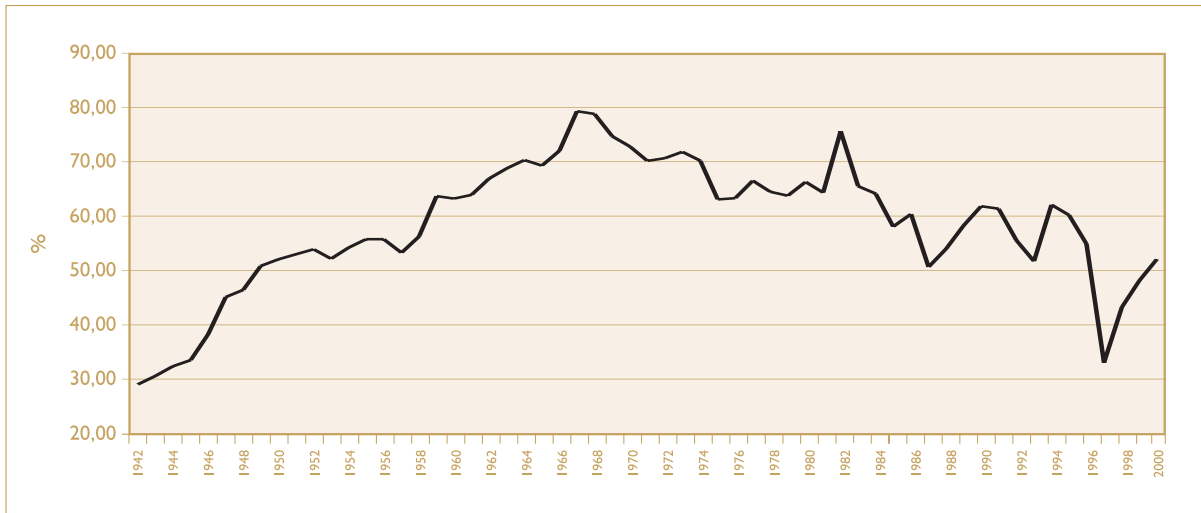
até 1983. Dois fatos devem ser apontados no período: em primeiro lugar, a reforma tributária de 1967 transformou o Imposto de Vendas e Consignações - IVC - incidente sobre o valor global da transação, em Imposto sobre a Circulação de Mercadorias - ICM - incidente sobre o valor agregado em cada fase da produção. Em princípio, se as alíquotas tiverem sido calculadas corretamente, não há porque a arrecadação ter sido alterada por esta modificação; o que se buscou, na verdade, foi uma maior eficiência e cobertura na arrecadação. Em segundo lugar, o período examinado é de aceleração inflacionária, o que implicaria uma redução relativa da arrecadação *a la Tanzî*. A partir deste ano, a arrecadação sobe ciclicamente em contrapartida às taxas de inflação (nota-se que exatamente em 1986 e 1990, anos de “planos de congelamento”, a arrecadação deste tributo cresce mais velozmente que o PIB). Em particular, nota-se uma aceleração no crescimento a partir de 1988, quando a reforma tributária daquele ano amplia a cobertura do tributo ao incluir uma série de serviços na base de sua arrecadação<sup>21</sup>.

<sup>21</sup> Transportes, energia elétrica, comunicações, por exemplo.

O Gráfico 7 mostra a proporção da receita coberta pelo ICMS. Aqui também aparece uma tendência definida de crescimento entre 1942 e 1967 (quando acaba o IVC), apontando novamente o forte processo de industrialização do País. A partir deste ano, os novos tributos e as novas transferências estabelecidas pelas reformas de 1967 e 1988 implicam o decréscimo da importância do ICM (depois de 1988, ICMS) na receita dos estados.

As tabelas FP-07 e FP-08 mostram a evolução da dívida pública interna federal ao longo do século. A primeira corresponde ao conceito de dívida pública fundada, a qual prevaleceu até 1964/1965, quando praticamente desaparece. Esta dívida é oriunda dos déficits orçamentários anuais consolidados através de emissões de títulos públicos. A segunda corresponde à dívida mobiliária interna federal que se acumula a partir de 1964/1965 e é oriunda da emissão de títulos públicos tanto para cobrir os déficits orçamentários como, a partir da década de 1970, para operações de política monetária através do mercado aberto.

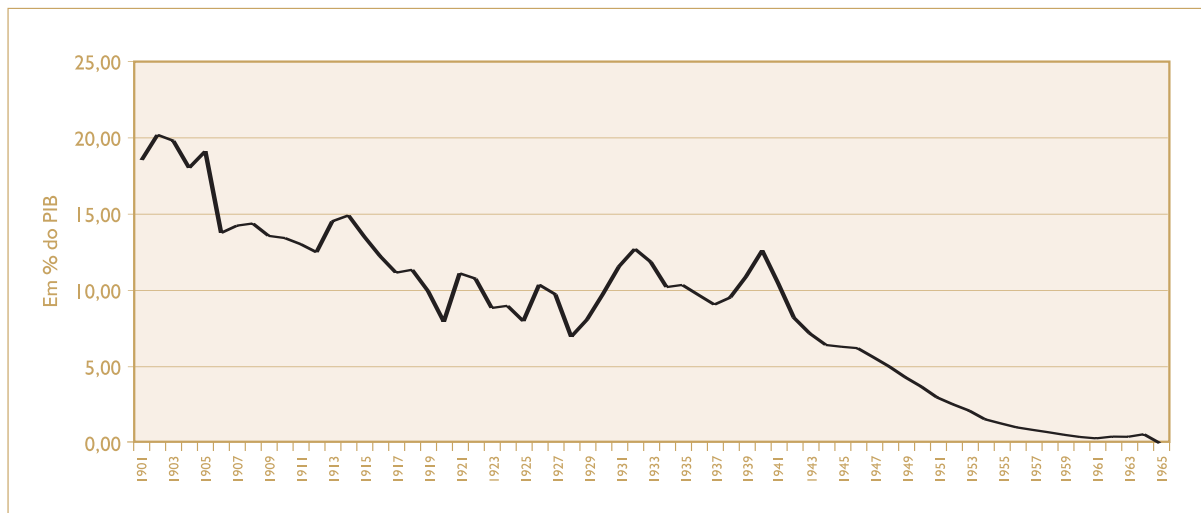
Gráfico 7 - Proporção da receita orçamentária coberta pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - Brasil - 1942-2000



Fonte: PIB. In: IPEA. Ipeadata: base de dados macroeconômicos. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: dez. 2001.

Nota: Os dados deste gráfico têm origem nas Tabelas FP04 e FP06 do CD-ROM que acompanha a publicação.

Gráfico 8 - Dívida federal fundada - % PIB - Brasil - 1901-1965



Fonte: PIB. In: IPEA. Ipeadata: base de dados macroeconômicos. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: dez. 2001.

Nota: Os dados deste gráfico têm origem na Tabela FP07 do CD-ROM que acompanha a publicação.



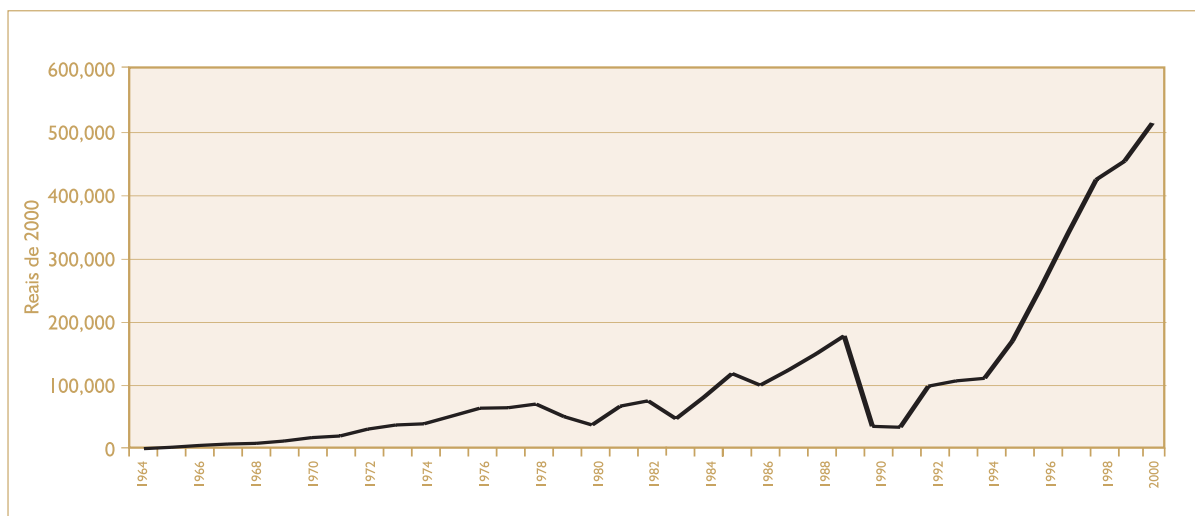
O Gráfico 8 mostra a evolução da dívida fundada em proporção ao PIB. Observa-se que esta alcança sua maior participação no PIB ao início do século, no entorno de 20%. Decresce até 1919 e mantém-se flutuando no entorno dos 10% durante os 20 anos seguintes. A partir de 1940, quando o processo inflacionário brasileiro vai tornando-se crônico, a dívida fundada vai desaparecendo pela impossibilidade de o governo colocar títulos a taxas de juros de mercado<sup>22</sup>. Os déficits orçamentários passaram crescentemente a ser financiados por emissões de papel-moeda ou, o que na montagem das autoridades monetárias brasileiras era o mesmo, por empréstimos do Banco do Brasil.

Em 1964/1965 as reformas no sistema financeiro brasileiro instituem, entre outras coisas, a correção monetária. Contornava-se assim a Lei da Usura já que

esta passou a ser interpretada como o juro “real” que se cobrava acima da correção monetária<sup>23</sup>. Mais tarde introduziu-se a chamada correção cambial que, na prática, derrubou a proibição da cláusula-ouro. Estas duas medidas permitiram a emissão de papéis públicos com taxas de juros implícitas de acordo com a oferta e demanda de fundos no mercado de dinheiro e de crédito. Retomaram-se, com isto, as operações de longo prazo. Ao início da década de 1970, começam a aparecer as operações de mercado aberto visando ao controle da liquidez da economia e, conseqüentemente, das taxas de juros de curto prazo. Este mercado também operava com títulos públicos e foi mais um estímulo à emissão de dívida pelo Tesouro Nacional<sup>24</sup>.

Para se fazer uma análise da evolução da dívida mobiliária como instrumento de poupança e crédito junto

Gráfico 9 - Dívida mobiliária interna federal em mãos do público, em reais de 2000 - Brasil - 1964-2000



Fonte: Deflator IGP-DI. In: IPEA. Ipeadata: base de dados macroeconômicos. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: dez. 2001.

Nota: Os dados deste gráfico têm origem na Tabela FP08 do CD-ROM que acompanha a publicação.

<sup>22</sup> A Lei de Usura (Decreto-Lei nº 22.626, de 07 de abril de 1933), que limitava as taxas nominais de juros nos contratos a 12% ao ano e a proibição da chamada “cláusula-ouro”, a qual impedia a celebração de contratos que não fossem designados em moeda nacional, foram, no período pós-guerra, corroendo o mercado de crédito de longo prazo, até seu desaparecimento de fato no início dos anos de 1960.

<sup>23</sup> Mesmo assim, na prática, a Lei da Usura nunca foi respeitada, haja vista a sistemática vigente no sistema financeiro brasileiro de taxas de juros líquidas da correção monetária bem acima dos 12% ao ano.

<sup>24</sup> É bem verdade que parte das operações de mercado aberto eram realizadas diretamente pelo Banco Central, utilizando para isto títulos de sua própria emissão (os quais não estão computados no conceito de dívida pública).

ao sistema econômico é mais apropriado examinarmos somente a parcela da dívida em mãos do público. De fato, a carteira do Banco Central é dimensionada muito mais por considerações de política monetária do que por política de crédito público. Assim, o Gráfico 9 mostra a evolução real (inflacionada pelo IGP-DI para preços de 2000) da dívida pública mobiliária em poder do público.

Observa-se um crescimento quase monotônico até 1989 refletindo a crescente sofisticação do sistema

financeiro brasileiro depois das reformas de 1964/1965, bem como a demanda por papéis de grande liquidez e boa garantia, como o são os títulos públicos. A queda em 1990 reflete simplesmente o Plano Brasil Novo daquele ano, quando praticamente todo o estoque de ativos financeiros transformou-se em “Valores a ordem do Banco Central” -VOB. A partir de 1992 os VOBs passaram a ser devolvidos a seu detentores originais e o estoque da dívida volta a crescer em todos os anos até o final do século.

Escola Pública no interior do estado do Rio de Janeiro. 1996. Foto: Enealdo Carneiro - BrazilPhotos.



## Referências bibliográficas

BALANÇO GERAL DA UNIÃO 1990-1991. Brasília, DF: Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, v. 2, [199-].

\_\_\_\_\_. 1992-1999. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, v. 2, [1993?-2000?].

\_\_\_\_\_. 2000. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, Secretaria Federal de Controle Interno, v. 2, 2001. 1 CD-ROM.

BALANÇOS dos estados 1995-2000. Disponível em: <[http://www.stn.fazenda.gov.br/estados\\_municipios/index.asp](http://www.stn.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp)>. Acesso em: out. 2001.

\_\_\_\_\_. 1995-2000. In: IPEA. Ipeadata: base de dados macroeconômicos. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: out. 2001.

BALANÇOS GERAIS DA UNIÃO 1937. Rio de Janeiro: Ministério da Fazenda, Inspeção-Geral de Finanças, [193-].

\_\_\_\_\_. 1968. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, Inspeção-Geral de Finanças, [196-].

\_\_\_\_\_. 1970-1972. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, Inspeção-Geral de Finanças, [197-].

\_\_\_\_\_. 1980-1987. Brasília, DF: Secretaria de Planejamento, Secretaria-Central de Controle Interno, [198-].

\_\_\_\_\_. 1988-1989. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, v. 2, [1989?-1990?].

BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. Brasília, DF, v. 8, n. 12, p. 18, dez. 1972.

\_\_\_\_\_. Brasília, DF, v. 37, [200-].

\_\_\_\_\_. In: IPEA. Ipeadata: base de dados macroeconômicos. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: dez. 2001.

BOLETIM DO ICM. Brasília, DF, p. 1, nov. 1966.

\_\_\_\_\_. Brasília, DF, p. 1, set. 1975.

\_\_\_\_\_. Brasília, DF, p. 13, abr. 1982.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Ed. atual. Brasília, DF: Senado Federal, 2001.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei n.º 22.626, de 07 de abril de 1933. Dispõe sobre os juros dos contratos e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Rio de Janeiro, 08 abr. 1933. p. 6995, col. 1.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da administração federal, estabelece diretrizes para a reforma administrativa e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 fev. 1967. p. 4, col. 2.

O BRASIL em números 1960. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. Apêndice do Anuário Estatístico do Brasil 1960.

\_\_\_\_\_. 1966. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, 1966.

CAMPANHOLE, Adriano; CAMPANHOLE, Hilton Lôbo. *Todas as constituições do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1976.

DEFLATOR IGP-DI. In: IPEA. Ipeadata: base de dados macroeconômicos. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: dez. 2001.

ESTATÍSTICAS históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. 642 p.

FINANÇAS DO BRASIL. Rio de Janeiro: Ministério da Fazenda, v. 18, 1952. Exercícios de 1941-1950.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: Ministério da Fazenda, v. 21, 1971. Exercícios de 1951-1964.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: Ministério da Fazenda, v. 23-29, 1981-1986. Exercícios de 1965-1984.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: Ministério da Fazenda, v. 34, 1993. Exercícios de 1985-1988.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, [200-]. Disponível em: <<http://www.stn.fazenda.gov.br>>. Acesso em: dez. 2001. Exercícios de 1999-2000.

PIB. In: IPEA. Ipeadata: base de dados macroeconômicos. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: dez. 2001.

A RECEITA orçamentária do Brasil 1890/1967. Guanabara: Ministério da Fazenda, Direção Geral da Fazenda Nacional, 1968.

---

## Apêndice

Quadro I - Competência tributária - Brasil - 1891/1988							
Competência tributária	Constituições						
	1891	1934	1937	1946	1967	1969	1988
<b>Da União</b>							
Imposto sobre importação	x	x	x	x	x	x	x
Imposto sobre exportação	-	-	-	-	x	x	x
Direito de entrada, saída e estadia de navios	x	-	-	-	-	-	-
Taxas de correios e telégrafos federais	x	-	-	-	-	-	-
Taxas telegráficas, postais e de outros serviços federais, de entrada, saída e estadia de navios e aeronaves	-	x	x	-	-	-	-
Imposto de consumo, exceto combustíveis	-	x	-	-	-	-	-
Imposto de consumo de quaisquer mercadorias	-	-	x	x	-	-	-
Imposto de renda, exceto sobre a renda cedular de imóveis	-	x	-	-	-	-	-
Imposto de renda	-	-	x	x	x	x	x
Imposto sobre transferência de fundos para o exterior	-	x	x	x	-	-	-
Imposto sobre atos emanados de seu governo	-	x	x	x	-	-	-
Impostos nos territórios	-	x	x	x	x	x	-
Taxas de selo	x	-	-	-	-	-	-
Imposto único sobre lubrificantes e combustíveis, minerais e energia elétrica	-	-	-	x	x	x	-
Contribuição de melhoria	-	-	-	x	x	x	x
Taxas	-	-	-	x	x	x	x
Imposto sobre propriedade territorial rural	-	-	-	-	x	x	x
Imposto sobre produtos industrializados	-	-	-	-	x	x	x
Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro	-	-	-	-	x	x	x
Imposto sobre serviços de transportes e comunicações	-	-	-	-	x	x	-
Impostos extraordinários (guerra, etc.)	-	-	-	x	x	x	x
Empréstimo compulsório	-	-	-	x	x	x	x
Outras fontes de receita (residual)	x	x	x	x	x	x	x
<b>Dos Estados</b>							
Imposto sobre exportação	x	x	x	x	-	-	-
Imposto sobre imóveis rurais e urbanos	x	-	-	-	-	-	-
Imposto sobre transmissão de propriedade	x	-	-	-	-	-	-
Imposto sobre indústrias e profissões	x	x	x	-	-	-	-
Imposto sobre atos emanados do governo	x	x	x	x	-	-	-
Contribuição sobre correios e telégrafos estaduais	x	-	-	-	-	-	-
Imposto sobre propriedade territorial, exceto a urbana	-	x	x	x	-	-	-
Imposto sobre a propriedade de veículos automotores	-	-	-	-	-	-	x
Imposto sobre transmissão de propriedade <i>causa mortis</i>	-	x	x	x	x	x	x
Imposto sobre transmissão de propriedade imobiliária inter vivos	-	x	x	x	x	x	-
Imposto sobre consumo de combustíveis de motor de explosão	-	x	-	-	-	-	-
Imposto sobre vendas e consignações	-	x	x	x	-	-	-
Imposto sobre circulação de mercadorias	-	-	-	-	-	x	x
Taxa de serviços estaduais	-	x	x	x	x	x	x
Contribuição de melhoria	-	-	-	x	x	x	x
Outras fontes de receita (residual)	-	x	x	-	-	x	x
<b>Dos Municípios</b>							
Imposto de licença	-	x	x	-	-	-	-
Imposto predial e territorial urbano	-	x	x	x	-	x	x
Imposto sobre diversões públicas	-	x	x	x	-	-	-
Imposto cedular sobre a renda de imóveis rurais	-	x	-	-	-	-	-
Imposto sobre indústria e profissões	-	-	-	x	-	-	-
Imposto sobre atos de sua economia	-	-	-	x	-	-	-
Imposto sobre serviços de qualquer natureza	-	-	-	-	x	x	x
Imposto sobre transmissão inter vivos	-	-	-	-	-	-	x
Taxas sobre serviços municipais	-	x	x	x	x	x	x
Contribuição de melhoria	-	-	-	x	x	x	x
Outras fontes de receita (residual)	-	-	-	x	x	x	x

Fontes: Campanhole, Adriano; Campanhole, Hilto Lôbo. Todas as constituições do Brasil. 2. Ed.. São Paulo: Atlas, 1976; Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil 1988. Ed. Atual. Brasília, DF: Senado Federal, 2001. Edição atualizada em dez. 2001.



# NÍVEL DE ATIVIDADE E MUDANÇA ESTRUTURAL



Mineradores, 1938  
Cândido Portinari  
Painel a têmpera/madeira aglomerada – 42,5 x 42,5 cm  
Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand.

---

\* Ph.D. em Economia, University of California, Berkeley, USA (1975); Pesquisador Associado da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA -, Rio de Janeiro. Trabalhos recentes: *Crescimento, Desigualdade e Educação: Notas para uma Resenha com Referência ao Brasil*. Economia Aplicada, v. 6, n. 2, 2002. São Paulo, SP; *Productivity Change in Brazil in the 1990s Working Paper*, Centre for Brazilian Studies, University of Oxford, England (julho de 2002); *Políticas de Competitividade Industrial no Brasil: 1995-2000 Serie Desarrollo Productivo* 116, CEPAL/ Nações Unidas, Santiago, Chile (dezembro de 2001).



## NÍVEL DE ATIVIDADE E MUDANÇA ESTRUTURAL<sup>1</sup>

REGIS BONELLI<sup>1,2</sup>

### Política econômica e mudança estrutural no Século XX

#### Uma visão de longo prazo da evolução no nível de atividade no Brasil (1900-2000)

A evolução de longo prazo da estrutura econômica brasileira seguiu padrões muito semelhantes aos de diversos países. Um quadro composto de fatos estilizados sugere que embora as experiências históricas nacionais revelem diferenças quanto ao papel do governo e das instituições; quanto à importância do setor externo na estratégia de crescimento; quanto às dotações de capital e tecnológica; e quanto à importância dos tamanhos físico e demográfico em cada país específico, determinadas regularidades caracterizam o desenvolvimento de um grande número de nações. Neste sentido, a evolução da distribuição do Produto Interno Bruto - PIB - por setores segue uma seqüência tal que,

Usina de mandioca. Depósito de álcool. Divinópolis, MG. Acervo IBGE.



<sup>1</sup> O texto a seguir tem dois capítulos: o primeiro apresenta uma análise da evolução do nível de atividade no Século XX que tem como eixo a mudança estrutural induzida pela política econômica governamental e pelo contexto internacional; o segundo discorre sobre aspectos metodológicos dos indicadores associados à evolução no nível de atividade dos setores econômicos.

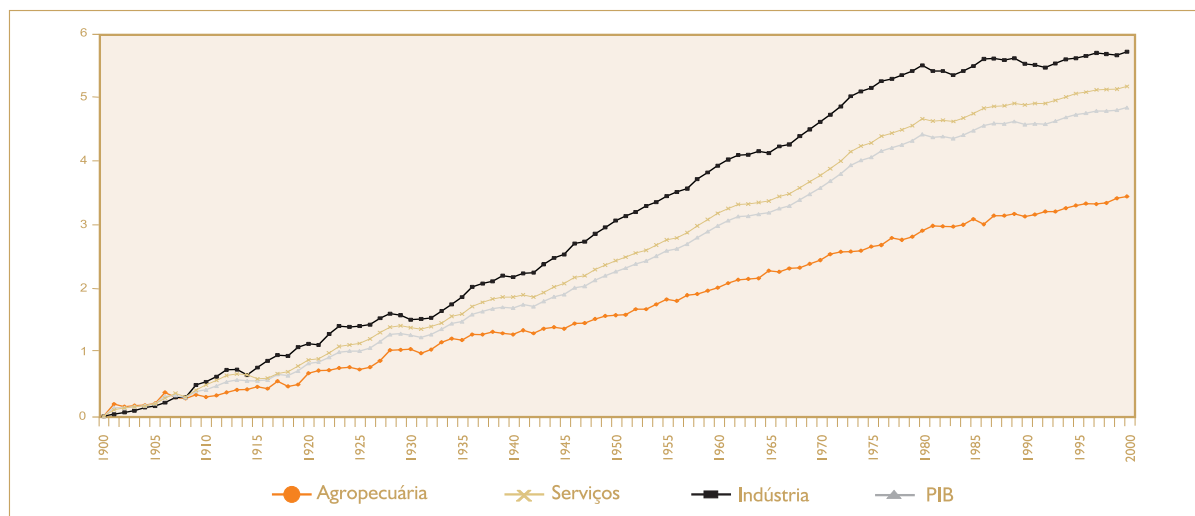
<sup>2</sup> O autor agradece os comentários e sugestões de Marcelo de Paiva Abreu e de André Villela a uma versão anterior.

primeiro tem-se uma queda da participação da Agropecuária no produto total, compensada inicialmente pela expansão da Indústria e, em menor medida pelo aumento dos Serviços; posteriormente, é o setor de Serviços que vê crescer sua participação de forma contínua.

Essa evolução típica é ilustrada a seguir de três formas: primeiro, pelas séries de longo prazo dos índices a preços constantes do PIB real e dos três macrossetores que o compõem (Agropecuária, Indústria e Serviços) para o período de 1900-2000<sup>3</sup>, como no Gráfico 1; segundo, pelas participações relativas desses três setores no PIB, também a preços constantes para o período de 1900-2000 (Gráfico 2); e terceiro, pelas participações dos setores no PIB a preços correntes, tal como na Tabela 1, para anos selecionados do período de 1947- 1995.

As diferenças de inclinação das curvas no Gráfico 1 registram as distintas velocidades de crescimento do produto real dos três setores e do PIB. Note-se que a taxa de crescimento econômico acelera-se em três fases, em geral seguindo o comportamento da Indústria: de pouco antes da Primeira Guerra Mundial a meados dos anos de 1920, na longa fase do começo dos anos de 1930 ao início dos anos de 1960 e da segunda metade dos anos de 1960 até o final da década de 1970. O crescimento da Agropecuária, embora mais lento do que o industrial no longo prazo, revela um desempenho mais uniforme nas décadas finais do Século XX. E o dos Serviços aproxima-se fortemente do desempenho do PIB total - embora no longo prazo sua taxa média de crescimento seja ligeiramente superior à da economia com um todo, especialmente a partir de meados dos anos de 1920.

**Gráfico 1 - Índices do produto real - Produto Interno Bruto - PIB - e setores - Brasil - 1900-2000 (em logs)**



Fontes: Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988, 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990; Indicadores conjunturais. Contas nacionais trimestrais. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: fev. 2002.

<sup>3</sup> Os valores do PIB a custo de fatores em 1949 foram usados para a construção das séries setoriais (Agropecuária, Indústria e Serviços). Dados os valores (em 1949) e os índices do PIB e do produto real da Agropecuária e da Indústria, a série de Serviços foi obtida residualmente, deduzindo-se da série do PIB as séries da Agropecuária e da Indústria em cada ano. A escolha do ano de 1949 justifica-se por duas razões: a primeira é que ele está aproximadamente na metade do período coberto pela análise, o que minimizaria eventuais distorções associadas à escolha de anos nos extremos do período; a segunda é que, dado que 1949 foi um ano de apuração dos Censos Econômicos, acredita-se que a qualidade da informação estatística seja superior à de anos não censitários próximos a ele. Ver HADDAD (1974a, 1974b, 1980); ESTATÍSTICAS históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988 (1990); CONTAS consolidadas para a Nação: Brasil 1980-1993 (1994); INDICADORES IBGE: contas consolidadas para a Nação: Brasil 1990-1995 (1996); SISTEMA de contas nacionais: Brasil: resultados preliminares 1998 (1999); SISTEMA de contas nacionais: Brasil (2000).

O gráfico das participações setoriais no PIB, calculadas com base nos valores a preços constantes, a seguir, revela os mesmos movimentos sob uma ótica ligeiramente diferente. Observe-se que a redução da participação do setor Primário<sup>4</sup> no PIB foi muito rápida do começo do século até meados da década de 1970. Essa participação passou de aproximadamente 45% do PIB, em 1900, para cerca de 10%, em meados dos anos de 1970. A partir desse último ano, observa-se manutenção na participação da Agropecuária no PIB em torno daquele valor. Em 2000, por exemplo, estima-se que esse peso tenha alcançado 11 %.

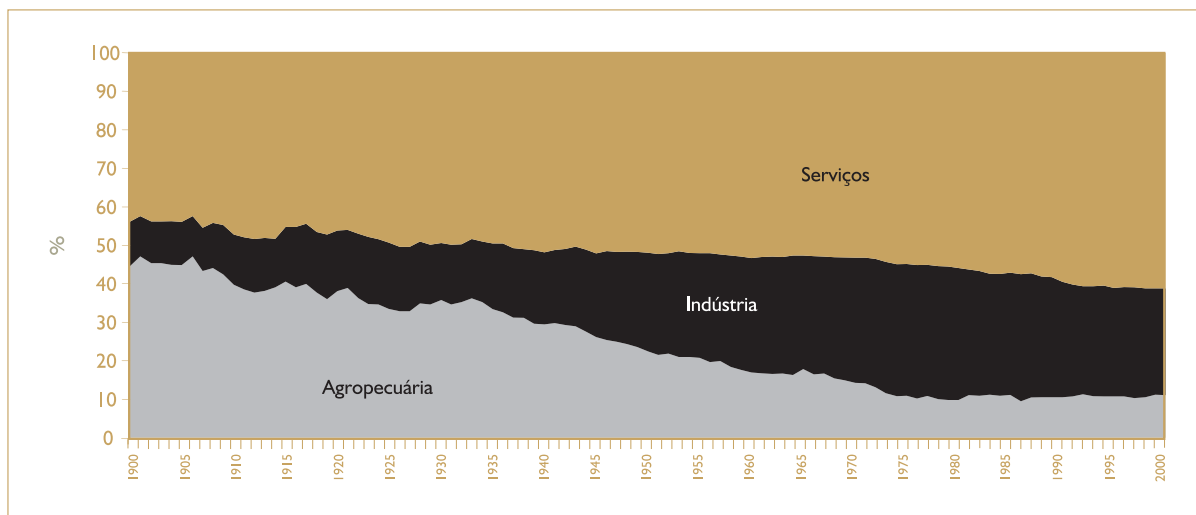
A contrapartida dessa perda de participação foi o aumento dos setores Secundário<sup>5</sup> e Terciário. Partindo de um peso de pouco menos de 12% do PIB, em 1900, a Indústria aumenta sua participação quase que continuamente até meados da década de 1970, quando chega a representar aproximadamente 34% do total. A partir de 1980 essa participação relativa diminui também quase que

continuamente até o começo da década de 1990, quando se estabiliza em cerca de 28%.

O setor Serviços, finalmente, responde pelo restante. Seu ganho de participação no PIB total é, com poucas exceções em curtos períodos, uma constante ao longo do tempo, especialmente a partir do começo dos anos de 1930, refletindo tendência clássica do desenvolvimento das nações. Assim, por exemplo, partindo de cerca de 44% do PIB, em 1900, o peso do setor Terciário chegou a 50% do PIB, na virada dos anos de 1930 e 1940 e a 61% do PIB, no final da década de 1990. Os ganhos foram especialmente notáveis na primeira década do século, nas décadas de 1920 e 1930 e nas três últimas do Século XX.

A tabela seguinte mostra essas participações relativas dos três setores nos anos limite de décadas, para ilustrar as transformações sob outro ângulo. Sua última coluna apresenta um índice de mudança estrutural construído a partir dos valores das participações dos três setores no PIB nas datas limites de cada década<sup>6</sup>.

**Gráfico 2 - Participações percentuais no Produto Interno Bruto - PIB - a preços constantes - Brasil - 1900-2000**



Fontes: Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988, 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990; Indicadores conjunturais. Contas nacionais trimestrais. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: fev. 2002.

<sup>4</sup> Extrativa vegetal, produção das lavouras e produção animal.

<sup>5</sup> Indústrias extrativa mineral, de transformação, construção civil e serviços industriais de utilidade pública.

<sup>6</sup> O índice é dado pelas somas das diferenças entre as participações em dois anos delimitadores de décadas consecutivas, elevadas ao quadrado.

Tabela 1 - Participação dos setores no Produto Interno Bruto - PIB - Brasil - 1900/2000

Ano	Participação dos setores no PIB (Em %, baseadas nos valores a preços de 1949)			Índice de mudança estrutural (%)
	Agropecuária	Indústria	Serviços	
1900	44,57	11,59	43,84	0,37
1910	39,73	13,08	47,19	0,11
1920	38,09	15,72	46,19	0,17
1930	35,77	14,81	49,41	0,62
1940	29,42	18,74	51,84	0,97
1950	22,42	25,64	51,94	0,50
1960	16,91	29,85	53,25	0,14
1970	14,27	32,52	53,22	0,30
1980	9,81	34,29	55,90	0,32
1990	10,54	29,97	59,49	0,08
2000	11,04	27,74	61,22	..

Fontes: Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988, 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990; Indicadores conjunturais. Contas nacionais trimestrais. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: fev. 2002.

A análise desse índice de mudança estrutural revela que a década de 1940 foi aquela em que as mudanças estruturais foram mais intensas, seguida da de 1930 e, com índices próximos a essa, a década de 1950. Isso sublinha que o período de mais intensas transformações estruturais na economia brasileira foi o que vai de 1930 a 1960. Em quarto lugar aparece a primeira década do século, devido, principalmente, à forte perda de participação da Agropecuária. O quinto lugar em termos de intensidade de mudança estrutural coube à década de 1980, seguida de perto pela de 1960. Em sétimo e oitavo lugares aparecem, com índices praticamente idênticos, as décadas de 1920 e de 1960. No caso da primeira delas, no entanto, a direção da mudança estrutural foi diferente da década de 1960 porque naquela houve acentuada queda do peso da Indústria — fenômeno que só iria ocorrer novamente depois de 1985. O nono lugar ficou com a década de 1910.

A década em que foram menores as modificações estruturais foi a de 1990, com um valor do índice próximo do alcançado na década de 1910.

Para os anos posteriores a 1947<sup>7</sup>, é possível também calcular a evolução da estrutura setorial a preços correntes, segundo uma classificação mais desagregada aqui mostrada em anos selecionados na Tabela 2.

Observe-se que a mudança estrutural foi particularmente intensa na segunda metade do Século XX<sup>8</sup>. Como esperado, as mudanças de longo prazo beneficiam o crescimento das atividades industriais em detrimento da Agropecuária<sup>9</sup>. Isso acontece até a década de 1980, quando o peso desse setor passa a ficar aproximadamente estável. O crescimento da participação relativa da Indústria e dos Serviços é outro aspecto a ressaltar, bem como a intensa mudança no interior de cada um desses macrossetores.

<sup>7</sup> Ano inicial de apuração das Contas Nacionais. O ano de 1995 é o último dessa série.

<sup>8</sup> Note-se, das tabelas originais das Contas Nacionais, o peso crescente da imputação dos serviços financeiros, diretamente associado à intensidade do processo inflacionário até 1994, que tem a propriedade de reduzir as participações setoriais no PIB a preços de mercado e a custo de fatores (exclusive imputação dos serviços de intermediação financeira) até aquela data. Por este motivo, a tabela apresenta as participações dos setores antes da dedução da imputação dos serviços financeiros.

<sup>9</sup> Ver também Fishlow (1972) e Bonelli e Pinheiro (2001) para análises mais desagregadas da estrutura industrial no longo prazo.

Há, nesse sentido, vários destaques setoriais no período de 1947-1995. Mas seria injusto não mencionar o ganho de participação de atividades como a Extrativa Mineral, a Construção Civil, os Serviços Industriais de Utilidade Pública, e os setores de Comunicações, Instituições Financeiras e Administrações Públicas. Já a Indústria de Transformação, que foi um dos setores líderes do crescimento até 1975, teve sua participação substancialmente diminuída depois de 1985 (de 31,6%, nesse ano, para 20,3%, em 1995).

Outro setor que revelou notável dinamismo em termos de ganho de participação no PIB foi o de “Outros Serviços”. Isso é especialmente notável no quinquênio 1990-1995 e entre 1970 e 1980. O gráfico seguinte destaca esse aspecto, permitindo também que seja anotada uma certa perplexidade pela brusca perda de participação

desse setor no PIB entre 1965 e 1970 e forte recuperação nos dois quinquênios imediatamente seguintes àquela última data.

Na direção oposta destacam-se as atividades e setores que mais perderam participação entre 1947 e 1995: Agropecuária, Comércio e Aluguéis. Quanto ao primeiro desses, a perda foi especialmente intensa até 1975-1980 - mas ela é (apenas parcialmente) revertida depois de 1980. O gráfico setorial seguinte ilustra esse ponto, permitindo também observar a melhoria no desempenho entre 1947 e 1950-1955, fruto do crescimento da economia cafeeira.

Outro aspecto interessante está na comparação dos anos de 1990 e 1995 a partir dos dois sistemas de Contas Nacionais (nessas datas). Nesse caso supõe-se que as diferenças metodológicas expliquem as divergências entre as participações dos setores no PIB <sup>10</sup>.

**Tabela 2 - Participação percentual dos setores no Produto Interno Bruto - PIB - a custo de fatores - Brasil - 1947/1995**

Setores	Em %										
	1947	1950	1955	1960	1965	1970	1975	1980	1985	1990	1995
<b>Agropecuária</b>	<b>20,72</b>	<b>24,28</b>	<b>23,47</b>	<b>17,76</b>	<b>15,86</b>	<b>11,55</b>	<b>10,75</b>	<b>10,11</b>	<b>11,12</b>	<b>10,19</b>	<b>11,36</b>
<b>Indústria</b>	<b>25,20</b>	<b>24,14</b>	<b>25,64</b>	<b>32,24</b>	<b>31,96</b>	<b>35,84</b>	<b>40,37</b>	<b>40,93</b>	<b>42,27</b>	<b>36,72</b>	<b>31,44</b>
Extrativa mineral	0,34	0,39	0,50	0,77	0,89	0,78	0,82		3,04	1,59	0,98
Transformação	19,31	18,66	20,41	25,57	24,94	27,43	31,34	1,04	31,62	25,67	20,60
Construção	4,49	4,10	4,00	4,81	4,53	5,40	6,22	31,29	5,44	7,06	7,51
Serviços industriais de utilidade pública	1,05	0,99	0,74	1,09	1,60	2,23	1,99	1,79	2,17	2,39	2,36
<b>Serviços</b>	<b>54,09</b>	<b>51,58</b>	<b>50,89</b>	<b>50,01</b>	<b>52,18</b>	<b>52,61</b>	<b>48,88</b>	<b>48,95</b>	<b>46,61</b>	<b>53,09</b>	<b>57,20</b>
Comércio	15,83	15,63	16,20	16,94	16,59	16,41	14,55	10,90	8,52	7,11	6,33
Transportes	3,29	3,44	3,70	3,96	4,03	3,70	3,24	3,77	3,99	3,64	3,74
Comunicações (1)	...	...	...	...	...	0,61	0,79	0,91	1,01	1,27	1,37
Instituições financeiras	3,22	3,60	3,36	2,71	3,43	6,02	6,55	7,68	11,66	11,72	7,12
Administrações públicas	6,10	6,59	6,15	6,35	8,02	9,24	7,50	6,41	7,15	11,59	11,67
Aluguéis	14,25	11,54	11,09	10,26	10,38	9,29	6,69	7,12	3,31	5,92	9,62
Outros serviços	11,40	10,80	10,39	9,78	9,74	7,34	9,56	12,16	10,98	11,84	17,35
<b>PIB a custo de fatores</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

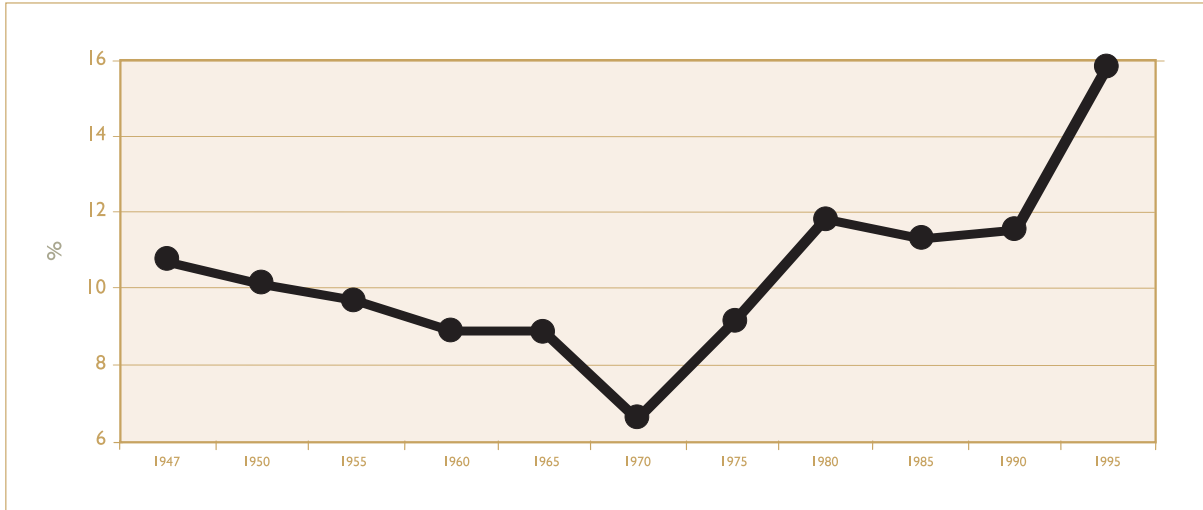
Fontes: Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990; Indicadores conjunturais. Contas nacionais trimestrais. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: fev. 2002.

Nota: Inclui imputação dos serviços de intermediação financeira.

(1) Incluído em transportes até 1970.

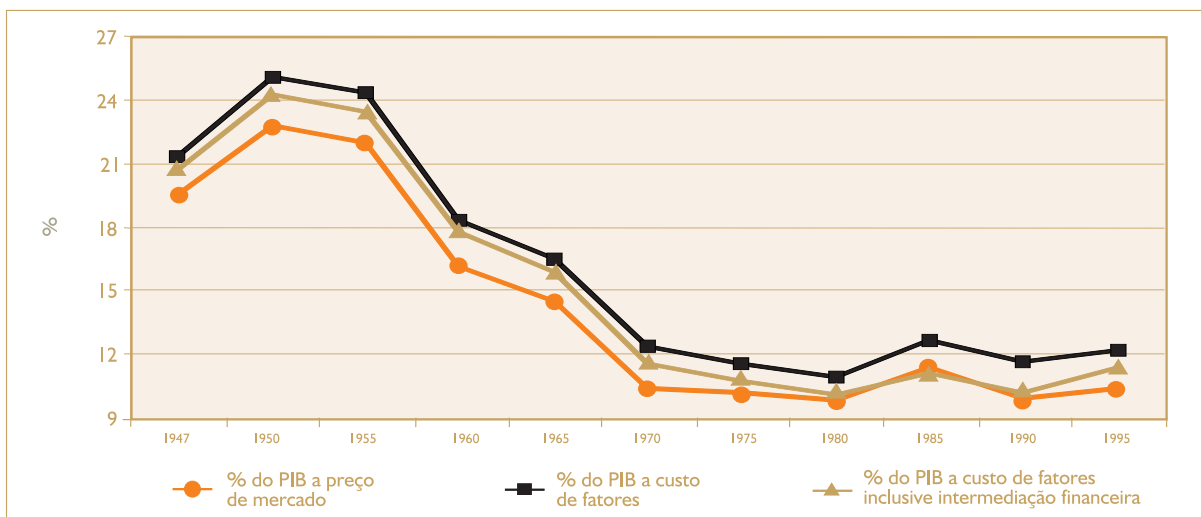
<sup>10</sup> No sistema antigo, seguido até 1995, as variáveis estão medidas a custo de fatores. No novo, adotado a partir de 1990, as variáveis estão em termos do Valor Adicionado a preços básicos.

Gráfico 3 - Participação percentual no Produto Interno Bruto - PIB - do setor outros serviços Brasil - 1947-1995



Fontes: Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988, 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990; Indicadores conjunturais. Contas nacionais trimestrais. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: fev. 2002.

Gráfico 4 - Participação percentual no Produto Interno Bruto - PIB - a preços correntes, do setor agropecuária - Brasil - 1947-1995



Fontes: Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988, 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990; Indicadores conjunturais. Contas nacionais trimestrais. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: fev. 2002.

Elas são particularmente notáveis em relação à Agropecuária, que perde aproximadamente três pontos de porcentagem no PIB quando se passa do sistema antigo para o Novo Sistema de Contas Nacionais - NSCN<sup>11</sup>: de acordo com o sistema antigo a Agropecuária detinha 10,19% do PIB a custo de fatores em 1990 (antes de ser deduzida a imputação dos serviços de intermediação financeira), proporção que aumenta para 11,36%, em 1995 (Tabela 2); pelo NSCN essas porcentagens são de, respectivamente, 6,91 e 8,46% (Tabela 3).

O Gráfico 5 mostra as médias móveis quinquenais das taxas de crescimento do PIB de 1901 a 2000, permi-

tindo compor uma visão dos ciclos de crescimento no Século XX. Uma característica notável é a acentuada flutuação do crescimento da economia, inclusive dentro das fases em que se dividiu o século para efeito da apresentação nas seções seguintes.

Assim, por exemplo, no período de 1900-1930, o Brasil atravessou período de prosperidade, especialmente, no quinquênio 1919-1923, quando a taxa média de crescimento do produto real foi de cerca de 7,7% ao ano. Em contrapartida, nesse mesmo período de 1900-1930, a média de crescimento do quinquênio 1914-1918 alcançou 1,5% anuais, apenas.

**Tabela 3 - Participação das classes e atividades no valor adicionado a preços básicos - Brasil - 1990/1999**

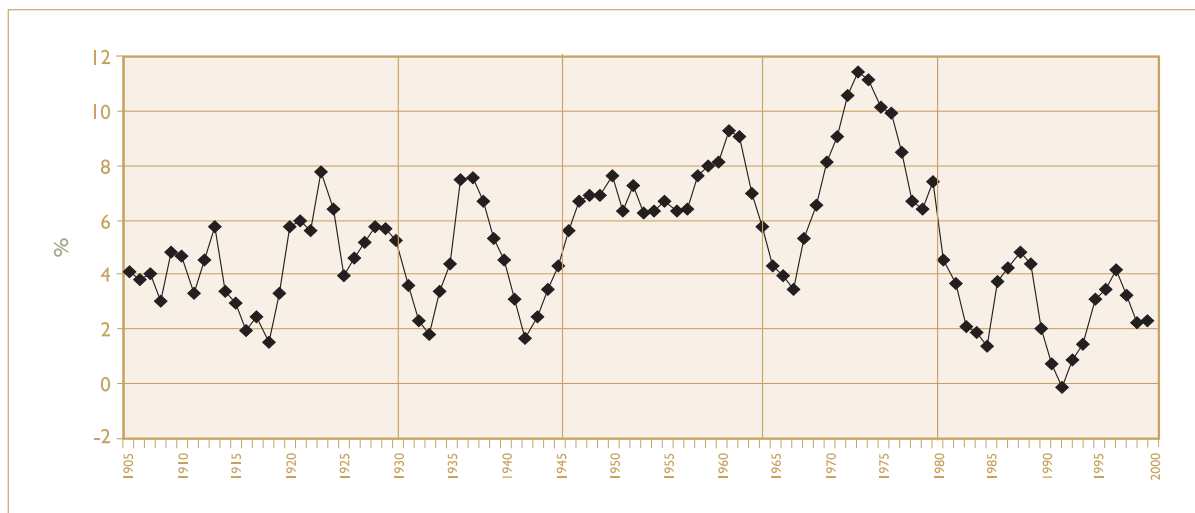
Classes e atividades	Em %		
	1990	1995	1999
1 Agropecuária	6,91	8,46	7,89
2 Indústria	33,03	34,47	33,85
Extrativa mineral	1,46	0,81	1,58
Transformação	22,66	22,48	20,48
Serviços industriais de utilidade pública	2,28	2,51	2,73
Construção civil	6,63	8,66	9,06
3 Serviços	60,06	57,07	58,27
Comércio	9,32	8,40	7,33
Transportes	3,39	3,23	3,27
Comunicações (1)	1,18	1,43	1,92
Instituições financeiras	15,10	7,54	6,08
Serviços prestados às famílias	5,76	6,98	5,85
Serviços prestados às empresas	2,90	3,19	3,60
Aluguel de imóveis	5,47	9,79	13,72
Administração pública	15,93	15,35	15,40
Serviços privados não-mercantis	1,01	1,18	1,10
4 Subtotal	100,00	100,00	100,00
5 Dummy financeiro	(-) 14,63	(-) 6,01	(-) 4,59
Valor adicionado a preços básicos	85,38	93,99	95,41
7 Impostos sobre produtos	13,90	12,22	11,60
8 Produto Interno Bruto - PIB	99,28	106,21	107,01

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Nota: Anterior à dedução da *dummy* financeira.

<sup>11</sup> Essa divergência não é facilmente explicável, pois a conceituação das variáveis é muito semelhante: PIB a custo de fatores (sistema antigo) e VA a preços básicos (sistema novo) são conceitualmente semelhantes.

Gráfico 5 - Médias móveis quinquenais da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto - PIB  
Brasil - 1905-2000



Fontes: Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988, 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990; Indicadores conjunturais. Contas nacionais trimestrais. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: fev. 2002.

A fase áurea seguinte ocorreria em 1933-1937, tendo o PIB alcançado a taxa média anual de 7,5%. Mas nesse período (1930-1945) também houve um quinquênio de crescimento médio muito baixo: 1938-1942, que inclui os anos iniciais da Segunda Guerra Mundial, quando a taxa média chegou a 1,6% anual.

O período seguinte (1945-1964) destaca-se dos demais pela variabilidade relativamente pequena das taxas médias de crescimento do produto real: as taxas de crescimento do PIB são, em média, uniformemente altas, variando de 6,3% anuais, em 1949-1953, a 9,3%, durante 1957-1961.

O mesmo não se pode dizer da fase seguinte: ela conjuga o elevadíssimo crescimento médio de 11,4%, em 1969-1973 com a (ainda assim não desprezível) taxa média de 3,5%, em 1963-1967.

Já as duas últimas décadas do século destacam-se das demais pelo fraco desempenho macroeconômico. De fato, a taxa média de crescimento chegou a ser negativa, em 0,1%, em média, no quinquênio 1988-1992. O

máximo de crescimento seria alcançado, nesse período (1980-2000), em 1984-1988 com a taxa de 4,8% - apesar do decréscimo observado em 1988.

Finalmente, a tabela seguinte apresenta os valores do PIB (a preços constantes de 2000), as estimativas da população e do PIB per capita em intervalos de duas décadas de 1900 a 2000. Observe-se que o PIB per capita parte de valores muito pequenos em 1900 (R\$ 497) e cresce aceleradamente por oitenta anos até chegar a R\$ 6 011, em 1980. O crescimento a partir daí é mais lento: apenas 0,34% em média, ao ano, até 2000. No entanto, como o crescimento populacional também diminuiu nas últimas décadas do século, o crescimento do PIB per capita alcançou cerca de 1,8% anual entre 1980 e 2000.

Na cronologia, são analisadas as características principais da mudança estrutural associada ao crescimento econômico brasileiro a partir do eixo composto pela política econômica doméstica e pela evolução do contexto internacional nos cinco subperíodos, acima identificados, em que se dividiu o Século XX.



**Tabela 4 - Produto Interno Bruto - PIB - a preços constantes e per capita e estimativas da população - Brasil - 1900/2000**

Ano	PIB a preços de 2000 (1 000 000 R\$)	Taxa de crescimento médio do PIB (%)	PIB/per capita a preços de 2000 (R\$)	Taxa de crescimento do PIB/per capita (%)	População (1 000 pessoas)	Taxa de crescimento da população (%)
1900	8 606		497		17 319	
1920	19 731	4,24	644	1,31	30 636	2,893
1940	47 070	4,44	1 143	2,91	41 165	1,488
1960	170 256	6,64	2 426	2,83	70 191	2,704
1980	715 110	7,44	6 011	4,64	118 970	2,673
2000	1 089 688	2,13	6 427	0,34	169 544	1,787

Fontes: Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988, 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990; Haddad, Cláudio Luiz da Silva. Crescimento do produto real brasileiro 1900-1947. Ensaio Econômico da EPGE, Rio de Janeiro, n. 14, jun. 1974; Haddad, Cláudio Luiz da Silva. Growth of Brazilian real output 1900-1947. 1974. Tese (Doutorado) Universidade de Chicago, Chicago; Contas nacionais trimestrais. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: fev. 2002.

Nota: A estimativa de 2000 é preliminar, a partir das Contas Nacionais Trimestrais (IBGE).

### Crescimento durante a República Velha (1900 - 1929)

Esse período tem início após o Encilhamento<sup>12</sup> - anos de intensa especulação financeira e bursátil ao final do Século XIX -<sup>13</sup> uma das conseqüências foram os desequilíbrios financeiros do governo e os problemas cambiais e inflacionários. Esses desequilíbrios resultaram em seguidas depreciações da taxa de câmbio. Para lidar com eles o governo Campos Salles (1898-1902) adotou um rigoroso programa de estabilização sob o comando do Ministro da Fazenda Joaquim Murinho. Embora não dispnhamos de estatísticas macroeconômicas para os anos anteriores a 1900, parece fora de dúvida que as medidas adotadas tiveram um forte impacto recessivo sobre a economia brasileira, devido a suas características deflacionárias<sup>14</sup>.

<sup>12</sup> Ver Franco (1983) e (1990) para análises do período.

<sup>13</sup> A formação de capital acelerou-se, efetivamente, com as políticas inflacionárias dos anos de 1889-1994. Em uma visão moderna, o Encilhamento não foi apenas um período de intensa especulação monetário-financeira seguida de grave crise no mercado de valores associada à implementação de uma reforma bancária que aumentou brusca e enormemente o estoque de moeda, criou grandes facilidades de crédito e normas francamente liberais para a formação de sociedades anônimas. Apesar dos abusos associados à especulação bursátil, existe hoje um certo consenso de que resultaram desse período aspectos positivos para o desenvolvimento econômico futuro. Ver FISHLOW (1972).

<sup>14</sup> A taxa de câmbio sobre Londres, que havia sido da ordem de 23 *pence* por mil-réis em 1890, chegaria a 7 *pence* por mil-réis em 1898. Ao final do programa de estabilização chegar-se-ia, em 1902, a cerca de 12 *pence* por mil-réis. A valorização continuaria nos anos seguintes, chegando o câmbio a 17 *pence* por mil-réis em 1905, e seria estabilizada em 15 *pence* por mil-réis em 1907-1909 e em 16 *pence* por mil-réis em 1909-1915. Ver, a propósito, Fritsch (1980). Dados de: ESTATÍSTICAS históricas do Brasil: series econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988 (1990).

A melhoria dos fluxos de crédito nos mercados financeiros europeus e o ganho de credibilidade do Brasil conseguido com o aumento de suas reservas em Londres permitiram que o governo Rodrigues Alves (1902-1906) mudasse radicalmente a política econômica. Teve início uma fase expansionista caracterizada por construções e melhoria da infra-estrutura - com destaque para a modernização de portos e obras públicas na capital da República, o Rio de Janeiro - projetos esses financiados por empréstimos externos. A demanda em expansão era atendida principalmente por importações, dada a situação favorável no balanço de pagamentos, cabendo à Agricultura a liderança do crescimento no período devido ao desempenho da economia cafeeira. Ao seu final, era grande a pressão do mercado para valorizar o câmbio (apreciar o mil-réis),

devido aos ingressos de recursos de empréstimos externos e ao aumento das receitas de exportação <sup>15</sup>.

O período que vai de 1906 às vésperas da Primeira Guerra Mundial também é de crescimento econômico <sup>16</sup>, com uma ligeira liderança para as atividades industriais. O baixo crescimento agrícola, aliás, seria uma constante do desenvolvimento brasileiro a partir dos anos da Primeira Guerra até a década de 1970.

O primeiro levantamento geral sobre as atividades manufatureiras no Brasil data desse período <sup>17</sup> em que o crescimento esteve baseado principalmente nas exportações de café e, secundariamente, de borracha. Mesmo não tendo tido a abrangência de um censo <sup>18</sup>, os resultados do inquérito de 1907 são reveladores dos consideráveis avanços que o processo de industrialização havia alcançado à época. O registro computou 3 258 estabelecimentos industriais, que empregavam cerca de 152 mil operários. Destes, 30% estavam na fiação e tecelagem de algodão, cifra que chega a

<sup>15</sup> Data desse período a primeira tentativa conjunta por parte dos cafeicultores visando à defesa do preço do café. Os esforços para manter elevado seu preço — dentro dos chamados programas de valorização — resultaram no Convênio de Taubaté, firmado pelos três principais estados produtores (RJ, SP e MG) e, logo em seguida (1906), na adoção do padrão-ouro como uma forma de estabilizar a taxa de câmbio e proteger a cafeicultura de futuras valorizações cambiais. Esse regime iria acompanhar nossa história econômica até a Primeira Guerra Mundial, passando pela recessão internacional de 1907-1908 e pelo extraordinário *boom* de 1910-1912, reforçado, no Brasil, pelo auge das exportações de borracha. Ver também VILLELA; SUZIGAN (1973).

<sup>16</sup> A única exceção é o ano de 1908, em que o PIB diminuiu cerca de 3% devido à forte recessão internacional naquele ano.

<sup>17</sup> O Centro Industrial do Brasil, entidade privada que organizou o inquérito, havia sido fundado em 1904, representando as modificações por que havia passado a economia brasileira no final do Século XIX com o aparecimento de diversas unidades manufatureiras.

<sup>18</sup> Os dados são particularmente deficientes em relação às pequenas unidades fabris e às localizadas longe dos centros urbanos, como os engenhos de açúcar.

<sup>19</sup> É curioso observar que o ramo “máquinas” empregava apenas 268 operários, número praticamente igual ao das fábricas de vassouras, brochas e pincéis. De fato, a indústria metal-mecânica brasileira não só dependia quase que completamente de matérias-primas importadas, mas competia com as importações nos períodos em que o balanço de pagamentos o permitia. A produção de aço era praticamente inexistente e mesmo a de ferro-gusa era insuficiente para atender à demanda interna.

34% se incluirmos o item “outras fibras têxteis”. A maior parte da mão-de-obra, no entanto, era empregada em diversas indústrias de produtos alimentares e de bebidas.

O registro assinala, ainda, a ocorrência de empresas nos ramos de madeira, mobiliário, calçados, fósforos, vestuário, couros, sabões e velas, chapéus, fumos preparados e produtos cerâmicos. As indústrias metal-mecânicas, como seria de se esperar, estão escassamente representadas: apenas pelos ramos de reparações navais (2,4% do emprego), fundição e obras sobre metais (4,5% do total) e material de transporte (1,1%) - muito provavelmente composto, principalmente, de oficinas de manutenção <sup>19</sup>.

Os anos da Primeira Guerra Mundial também foram cruciais para o desenvolvimento econômico, especialmente pelo impulso dado à substituição de importações, devido à forte demanda por bens industrializados sob restrição de oferta externa. Muito embora a expansão da capacidade de produção estivesse limitada pela não-disponibilidade de máquinas e equipamentos importados - dadas a brusca redução dos fluxos de comércio exterior que acompanhou a guerra e as dificuldades de balanço de pagamentos relacionadas ao acúmulo de endividamento externo durante a fase de fartos empréstimos do começo

Feira de Santana, feira semanal na Bahia. Acervo IBGE.



do século - os elevados níveis de utilização da capacidade permitiram a geração de lucros cujo reinvestimento no pós-guerra permitiria o avanço da industrialização<sup>20</sup>.

Para as versões teóricas que vêem a industrialização como uma resposta ao desequilíbrio do balanço de pagamentos, a década de 1920 representa apenas um interregno entre um surto de crescimento por ocasião da Primeira Guerra Mundial e a arrancada na direção do desenvolvimento que ocorreria na década de 1930. Neste meio tempo a retomada das importações permitida pelo auge das exportações de café teve em contrapartida um crescimento relativamente lento dos níveis de produção industrial. A competição das importações - particularmente em meados da década de 1920 - teria sufocado a incipiente industrialização até então obtida. O crescimento das importações competitivas seria atribuído aos efeitos da erosão da proteção dada pela tarifa aduaneira, erosão esta provocada não só pela inflação dos períodos de guerra e pós-guerra, mas também pela apreciação cambial pós-1924.

No entanto, a produção industrial também demonstrou vigor em alguns anos da década, como o atestam as expansões de 1921-1923 e de 1926-1928. Assim, interpretações históricas modernas dão ênfase ao caráter cíclico dos movimentos de produção e investimento e à idéia de que o baixo crescimento agregado deveu-se, principalmente, à indústria têxtil algodoeira, de grande peso no valor adicionado na indústria: se em 1919 essa atividade respondia por cerca de 18% do valor adicionado na indústria, dez anos depois essa participação chegaria a apenas algo como 12%<sup>21</sup>. Por trás desse medíocre desempenho está o fato de que aumentaram as importações competitivas dos têxteis de algodão, devido ao efeito conjunto da queda dos seus preços internacionais e da apreciação cambial.

<sup>20</sup> Ver FISHLOW (1972); VERSIANI; VERSIANI (1977). Os dados sobre importação de máquinas e equipamentos industriais revelam claramente o impacto da guerra sobre o investimento: uma queda de 60 % no investimento industrial em 1914 seguida de outra, de 71 %, em 1915. Além disso, nenhuma grande fábrica foi fundada até 1917. Vide SUZIGAN (1986).

<sup>21</sup> Ver FISHLOW (1972); VERSIANI; VERSIANI (1977); VERSIANI (1982; 1984); FRITSCH (1985).

<sup>22</sup> Registre-se que o *quantum* das importações aumentou em média ao dobro dessa taxa no mesmo período (10,7% ao ano), com preços declinantes após 1921. Vide FRITSCH (1985).



Parque da Mooca. São Paulo, SP. Acervo IBGE.

Mas outros segmentos cresceram bem acima da média da indústria, evidenciando a diversificação da produção manufatureira entre 1919 e 1929: a têxtil não-algodoeira, as indústrias de vestuário e calçados e a de perfumaria e cosméticos são alguns exemplos. Logo, considerado em seu conjunto, o desempenho na década de 1920 não foi tão ruim: entre 1919 e 1929 o crescimento médio da produção industrial foi de cerca de 5,2 % ao ano, inferior ao do PIB, que cresceu 5,7% anuais graças ao crescimento dos setores: Transportes e Comunicações (7,6% anuais), Governo (6,7% ao ano), e Comércio (6,3% ao ano). A agricultura cresceria um pouco menos do que a indústria: 5,0% anuais<sup>22</sup>.

A rigor, o desempenho do nível de atividade em 1919-1929 passou por três fases diferentes: i) o período teve início com um *boom* econômico no imediato pós-guerra (1919-1921), caracterizado por forte elevação nos preços das principais exportações devido à recuperação da

demanda nos países desenvolvidos. Essa expansão teve duração curta, dado que, além das dificuldades cambiais em 1921, o governo passou a enfrentar também dificuldades no financiamento do crescente déficit fiscal. Créditos externos permitiram um alívio na situação cambial, dando origem a um novo esquema de valorização do preço do café que iria durar até o fim da década. O desequilíbrio fiscal, por sua vez, seria adiado pelo recurso ao financiamento via emissão de moeda, gerando inflação; ii) uma segunda fase inicia-se em 1922 e dura até 1926. Ela é caracterizada pela recuperação econômica ainda no final do governo Epitácio Pessoa (1922), desequilíbrio externo e profundo ajuste recessivo no final do quadriênio da administração Artur Bernardes; e iii) a terceira fase (1927-1929) é de *boom*, com o retorno ao padrão-ouro e auge da economia primário-exportadora até o início da Grande Depressão<sup>23</sup>.

### A crise dos anos de 1930 e a economia de guerra (1929 - 1945)

Com a brusca queda dos preços internacionais do café a partir do final de 1929<sup>24</sup> viria a ruir o regime monetário estabelecido no final dos anos de 1920, iniciando-se uma fase de desvalorizações da taxa de câmbio. Como consequência da crise nas economias centrais, caíram os preços mundiais de matérias-primas e produtos agrícolas, estendendo-se a recessão aos países da periferia exportadores desses bens. Na tentativa de protegerem suas economias, diversos países desvalorizaram o câmbio e adotaram medidas de restrições às importações para equilibrar o balanço de pagamentos. No Brasil, essas medidas seriam complementadas pela forma como os interesses cafeeiros foram defendidos - a compra, financiada pelo governo, dos estoques invendáveis, originados nas grandes colheitas que haviam sido estimuladas pelo plantio

desde os tempos dos programas de valorização nos anos de 1920 - cujas implicações foram fundamentais para a manutenção do poder de compra interno e, conseqüentemente, para a demanda doméstica<sup>25</sup>.

É a partir dos anos de crise e depressão do início da década de 1930 que o crescimento da produção industrial ganhou força. A Indústria respondeu rapidamente ao estímulo dado pelo mercado cativo, preservado pela manutenção dos níveis de renda real possibilitada pela injeção de recursos do governo. Assim é que, após o pico de produção de 1929, a produção declinaria por apenas dois anos consecutivos. Depois de 1931, esboça-se uma reação, que ganha corpo em 1933 e prossegue até o final da década.

As principais características do crescimento na década de 1930 podem ser resumidas da seguinte forma. Em primeiro lugar, há que se levar em conta que a reação rápida ocorreu devido à existência de capacidade de

Carregamentos de toras, PR. Acervo IBGE.



<sup>23</sup> A expansão de 1927-1929, no entanto, "... sustentava-se em bases frágeis, já que dependia crucialmente da manutenção das condições econômicas internacionais extremamente favoráveis verificadas desde 1926. Como a experiência anterior à guerra havia demonstrado, dada a instabilidade dos fluxos financeiros à periferia, normalmente variando em sincronia com os preços internacionais dos produtos primários, a adoção do padrão-ouro em ciclos de endividamento externo aumentava a vulnerabilidade da economia" (FRITSCH, 1985, p. 58).

<sup>24</sup> O preço externo do café, que havia sido de cerca de 25 centavos de dólar por libra-peso no primeiro semestre de 1929, despencou até algo como 10 centavos em dezembro de 1930, e continuaria caindo a partir daí.

<sup>25</sup> Furtado (1959) contribuiu com uma explicação clássica para a análise desse período.

produção ociosa herdada do final dos anos de 1920, quando os níveis de investimento industrial haviam sido bastante elevados. Em segundo lugar, e mais importante, observa-se rápido crescimento em uma gama de indústrias novas, que representavam os segmentos da estrutura industrial moderna da época.

É digno de registro o desempenho de gêneros industriais já maduros no início da década, como o têxtil e o de couros e peles, que não só se recuperaram rapidamente da recessão de 1929-1931, mas também alcançaram taxas elevadas de crescimento da produção após 1932. Assinale-se que uma pequena parte do dinamismo da Têxtil deveu-se à demanda externa, cujo volume exportado aumentou cerca de 20 vezes entre 1932 e 1939. Mas como as exportações têxteis representavam uma parcela muito pequena da produção, conclui-se que boa parte do dinamismo dessa indústria deveu-se à substituição de importações <sup>26</sup>.

O início dos combates na Europa no final de 1939 iria marcar uma importante ruptura nos padrões de comércio, produção e relações internacionais do Brasil, de certa forma aprofundando as dificuldades experimentadas durante a década de 1930. A herança dessa década havia sido um desenvolvimento industrial, estimulado pela demanda doméstica, que conciliava baixo nível tecnológico - devido às restrições às importações de bens de capital - com técnicas intensivas em mão-de-obra e escassa participação do setor público enquanto produtor direto de bens e serviços - mas acentuado aumento da participação do Estado enquanto poder regulador.

Os anos da Segunda Guerra, em particular, assistiram ao aprofundamento da relação do Brasil com os Estados Unidos, cujas repercussões futuras incluem a de que o Brasil não pôde mais explorar, como fizera nos anos de 1930, as rivalidades comerciais e políticas entre as grandes potências<sup>27</sup>. Além disso, a seletividade das importações tornou-se impossível devido às dificuldades de suprimento <sup>28</sup>.

A consequência principal da redução das importações que se seguiu ao início das hostilidades na Europa foi uma queda no ritmo da atividade industrial e agregada no triênio inicial da guerra, apesar do acelerado crescimento das exportações de manufaturados, particularmente têxteis. Tanto em 1940 quanto em 1942 o PIB real diminuiu - algo que só voltaria a ocorrer novamente 40 anos depois, em 1981. Mas o triênio seguinte encontraria a economia brasileira relativamente adaptada às condições de restrição de oferta, apresentando um desempenho mais do que satisfatório para a época. Um aspecto notável foi a diversificação das exportações, especialmente industriais, para os países da América Latina.

Ao longo da Segunda Guerra Mundial, a demanda interna e externa por produtos industrializados havia permitido que as indústrias utilizassem intensamente a capacidade instalada e diversificassem a produção. Além disso, a melhoria nos termos de troca, as restrições às importações nos países de origem e a necessidade de economizar praça marítima, possibilitaram a obtenção de sucessivos superávits comerciais e folga no balanço de pagamentos à medida que o conflito se estendia. A situação

<sup>26</sup> Realmente, a participação das importações na oferta de produtos têxteis caiu continuamente entre 1929 — quando chegou a 14 % — e 1939 — quando atingiu apenas 1,8 %, significando o virtual esgotamento desse processo enquanto fonte de dinamismo para esse setor. Ver Malan et al. (1977, p. 275-277), para qualificações. Por trás dessa transformação está uma sensível alteração de preços relativos, em boa medida devida à desvalorização cambial: entre 1929 e 1939 os preços dos importados têxteis dobraram em relação aos preços dos similares domesticamente produzidos, um movimento quase que precisamente inverso ao ocorrido nos anos de 1920.

<sup>27</sup> Abreu (1999) contém uma análise abrangente da política econômica externa brasileira de 1930 a 1945.

<sup>28</sup> Essas dificuldades deveram-se não só ao rompimento das relações econômicas com os países do Eixo — e aqui é oportuno lembrar que a Alemanha era em 1939 o segundo principal vendedor para o Brasil, com cerca de 20 % das nossas importações, logo atrás dos EUA com 33 % — mas também às dificuldades de tráfego marítimo e à necessidade de reservar espaço em navios para o suprimento de material bélico. O próprio esforço de guerra dos principais parceiros comerciais do Brasil, que forçou a adoção de racionamento para uma grande gama de produtos quando da reconversão de suas estruturas de produção para atender ao esforço de guerra, também contribuiu para estas dificuldades.

chegou a um ponto tão favorável, já em 1943-1944, que o problema da dívida externa - cuja gravidade levava o Brasil a declarar uma moratória sobre os pagamentos relativos ao serviço da dívida anos antes, em 1937 - pode ser equacionado tendo em vista o forte crescimento das reservas cambiais<sup>29</sup>. Isso iria mudar no período seguinte.

### Crescimento e mudança estrutural no interregno democrático (1945 - 1964)

As duas décadas que se estendem de 1945 ao começo de 1964 representam um período único na história econômica brasileira em termos de crescimento com mudança estrutural, caracterizando-se por: i) diversificação da gama de bens produzidos; ii) intenso crescimento médio; e iii) poucas flutuações cíclicas na maior parte do período, como vimos acima.

A política econômica pós - 1946 voltou a ter como preocupação central o balanço de pagamentos, após uma certa bonança nessa área no final do período anterior. A origem das dificuldades era a taxa de câmbio, cujo valor nominal havia sido mantido inalterado desde antes do início da guerra em cerca de 18 cruzeiros por dólar - apesar da inflação média de quase 15% ao ano que ocorreu neste período<sup>30</sup>. Mas os problemas ficariam temporariamente camuflados devido à recuperação dos preços internacionais do café, fato de importantes implicações para a aceleração do crescimento econômico brasileiro ao final dos anos de 1940 e que merece nossa atenção.

À medida que se tornava claro que as autoridades brasileiras não iriam desvalorizar o câmbio, os preços do café começam a subir<sup>31</sup>. Os estoques, que já estavam baixos, praticamente desapareceram no ano seguinte ao término do Acordo Pan-americano do Café (1948), elevando ainda mais as cotações. Ao mesmo tempo, o governo decidiu retomar os programas de valorização - como os de 1906 e do começo da década de 1920 - e apoiar os preços, comprando dos produtores a um preço-teto. Concomitantemente a esses eventos, teve início a Guerra da Coreia e o *boom* nas cotações de matérias-primas a ela associado. O resultado foi uma fortíssima elevação no preço do café<sup>32</sup>, a qual permitiu crescentes importações no

Fumo de rolo, em terra vermelha, ES. Acervo IBGE.



<sup>29</sup> A acumulação de reservas atingiu níveis razoavelmente confortáveis, tendo as reservas em ouro e divisas alcançado a cifra de US\$ 760 milhões em 1946, contra cerca de US\$ 67 milhões em 1939. No entanto, a maior parte delas era constituída de divisas inconvertíveis ou em moedas bloqueadas — como era o caso das reservas em libras, sujeitas a restrições quanto ao seu uso em tempo de paz. Ver ABREU (1975); MALAN et al. (1977).

<sup>30</sup> Análises do período do imediato pós-guerra podem ser encontradas nos trabalhos de Malan, especialmente 1977, 1981 e 1984. Por trás da decisão de manter a taxa nominal constante - e, portanto, de permitir a sobrevalorização da taxa real - está um conjunto de circunstâncias associadas à guerra. Entre estas destacam-se: i) a perda de mercados com a guerra, que exigiu uma reorientação das exportações e compressão das importações; ii) a expansão pronunciada das exportações de material estratégico no contexto dos chamados “Acordos de Washington” e de produtos manufaturados; e iii) a política de apoio ao preço do café pelos Estados Unidos, que permitiu preços favoráveis durante os anos do conflito. Os resultados principais desses desenvolvimentos foram, como vimos, superávits no balanço de pagamentos e acumulação de reservas internacionais. É interessante observar que, mesmo com a taxa cambial constante, a acumulação de superávits nas contas externas e a monetização que provocou ajudaram a alimentar um processo inflacionário que já vinha ganhando fôlego graças a pressões de custo e demanda durante a guerra.

<sup>31</sup> Estudo de Bacha (1992) contém abrangente análise da evolução da política cafeeira no Brasil.

<sup>32</sup> O preço do café aumentou, em dólares, cerca de 300% entre 1945 e 1951. O produto chegou a representar 74% da pauta de exportações em 1952, mais do que dobrando sua participação em relação a 1945.

começo dos anos de 1950 - apesar de a melhoria nas relações de trocas ter terminado em 1950.

O desempenho econômico no imediato pós-guerra foi amplamente favorável, tendo a economia operado em níveis próximos à plena capacidade por vários anos. O crescimento durante esse período explica e pode ser também explicado pelo intenso crescimento dos centros urbanos com o declínio da agricultura e pelo aumento na capacidade para importar depois de 1945.

Ainda assim, o segundo governo Vargas (1951-1954)<sup>33</sup> foi um período bastante conturbado e, em seu final, marcado por uma transição política com significativas mudanças de política econômica e reflexos sobre o nível de atividade. Um quase colapso cambial teve início quando, em 1951, com receio de que a Guerra da Coréia se transformasse em outro conflito mundial e com o objetivo de controlar o processo inflacionário, as autoridades econômicas brasileiras permitiram que fossem relaxados os controles quantitativos sobre as importações. Essa medida, em face do câmbio sobrevalorizado, resultou em uma avalanche de importações: mais 82% em valor em relação ao ano anterior.

Em um primeiro momento, as elevadas exportações de café foram suficientes para manter um (pequeno) superávit comercial. A conta de transações correntes, no entanto, foi deficitária em US\$ 400 milhões, o maior valor alcançado até então. Empréstimos de curto prazo foram negociados com o EXIMBANK e um consórcio de bancos londrinos, na suposição de que os preços internacionais do café se manteriam elevados - o que só aconteceu

até o final de 1954, quando a dívida já alcançara a elevada cifra de US\$ 1,3 bilhão <sup>34</sup>.

A solução veio com a alteração do regime cambial a partir de 1953, pela Instrução 70 da SUMOC, quando se introduziu um sistema de leilões de câmbio que solucionou temporariamente o problema de apropriação das rendas de escassez que caracterizava o sistema de licenciamento, prevalecente desde 1947. A partir dele o governo seria o beneficiário do diferencial entre as taxas de câmbio para exportação e para importação. A transferência de recursos permitia uma política de importações seletiva que iria favorecer determinados setores industriais.

Esse regime cambial, que vigorou pelo restante da década — embora com algumas modificações - foi capaz de lidar temporariamente com as questões de alocação de divisas e equilíbrio do balanço de pagamentos. Problemas na área do café e a aceleração inflacionária, devido ao excesso de demanda na economia, iriam iniciar nova crise no final da década, pondo fim à funcionalidade do sistema. Além disso, depois de um pequeno intervalo no imediato pós-guerra, o processo inflacionário retornaria com intensidade no final dos anos de 1940 e começo dos anos de 1950 <sup>35</sup>.

O ano de 1954 foi marcado por grave crise política, que se prolongou pelos meses que se seguiram ao suicídio do Presidente Vargas (agosto de 1954) e perdurou até a posse do Presidente Kubitschek (janeiro de 1956). O período registra também uma fase de transição da política econômica com importantes implicações para o crescimento econômico <sup>36</sup>.

<sup>33</sup> Ver Vianna (1990) para uma análise do período.

<sup>34</sup> Esse endividamento de curto prazo exigia crescente prioridade na alocação de divisas para o serviço da dívida, dado que as receitas de exportação não se recuperavam e a pauta de importações tornava-se cada vez mais inflexível. Para financiar o desenvolvimento, seria preciso encontrar novas soluções, já que as linhas de crédito bilaterais para auxílio ao balanço de pagamentos haviam praticamente chegado à exaustão. Ver também MALAN; BONELLI (1990).

<sup>35</sup> Entre 1948 e 1952 os preços domésticos aumentaram a uma taxa média anual de cerca de 10%, após certa estabilidade em 1947-1948. Essa média dobrou no período de 1953/1960, com importantes implicações sobre a crise do início dos anos de 1960.

<sup>36</sup> Uma das mais importantes medidas adotadas na época foi a Instrução 113 da SUMOC de 1955 que favorecia a entrada de capital estrangeiro na forma de investimentos diretos e que, como tal, foi o primeiro documento a incentivar claramente a instalação de empresas estrangeiras na indústria. Essa medida seria um importante instrumento para o plano de desenvolvimento do governo Kubitschek. Ver também PINHO NETO (1990).

É transparente, dos gráficos apresentados na primeira seção, a aceleração do crescimento econômico no final dos anos de 1950, associada ao Plano de Metas do Presidente Kubitschek. Além disso, o período pode ser caracterizado pelas intensas modificações estruturais na economia, das quais destaca-se a forte expansão de um segmento produtor de bens duráveis de consumo modernos (notadamente automóveis e eletroeletrônicos de consumo), alguns dos quais implantados em larga escala no Brasil apenas após a Segunda Guerra. O período caracterizou-se também por relaxamento do controle da moeda <sup>37</sup>.

As marchas e contramarchas da política monetária nesses anos representam tentativas de compatibilizar crescimento com estabilidade sob severa restrição de financiamento externo. As tensões geradas nesse processo foram amortecidas pelo crescimento acelerado da produção até o começo da década de 1960. Mas quando a economia se viu impossibilitada de crescer pela inflação, estrangulamento fiscal e queda dos investimentos a partir do término do bloco de inversões associadas ao Plano de Metas, a crise social e política ganhou corpo <sup>38</sup>.

Do ponto de vista da evolução no nível de atividade, o começo dos anos de 1960 é marcado por uma desaceleração do ritmo de crescimento, particularmente da indústria. As taxas de crescimento da produção, que haviam alcançado a apreciável média anual de 13 % entre 1957 e 1961, caem para 8 %, em 1962, estagnando-se em nível de produção no ano seguinte. No todo, porém, o biênio 1961-1962 não foi insatisfatório devido, essencialmente, ao crescimento industrial que vinha em ritmo acelerado desde a administração anterior <sup>39</sup>.

Este quadro começa a mudar com a forte aceleração inflacionária observada em 1962 (da ordem de 50%), reforçada pelas tentativas de elevar o salário real com a instituição do 13º salário, que se agrava ainda mais ao longo de 1963 (ano em que a inflação chegaria aos até então inéditos 78%), à medida que se acentuavam o descontrole da oferta de moeda e o desequilíbrio nas contas públicas e se fragmentava o poder político, com propostas econômicas e sociais que a estrutura político-institucional vigente não comportava. Com a aceleração da inflação e a crescente instabilidade política, as questões do crescimento passariam a segundo plano <sup>40</sup>. Uma consequência dessas dificuldades e de seus desdobramentos foi que o crescimento da economia em 1963-1965 seria praticamente nulo.

É neste contexto que foi elaborado um novo plano de estabilização: o Plano Trienal (1963-1965), que propunha fortes medidas para lidar com os desequilíbrios fiscais e monetários. Mas no início de sua implementação, em 1963, as medidas tiveram um impacto maior do que o imaginado pelos responsáveis <sup>41</sup>, tendo deslançado a recessão naquele ano devido às restrições monetária e creditícia que impunham à economia.

A rigor, inconsistências e hesitações na condução da política econômica, bem como crescentes déficits orçamentários financiados pela criação de moeda, vinham sendo a tônica desde o governo Quadros (janeiro a agosto de 1961). Essa tendência continuaria na administração Goulart (1961-1964). A exaustão da capacidade de financiamento do setor público - processo que já era notado no final do governo Dutra (1946-1950) - impedia o Estado de investir em infra-estrutura e de continuar a

<sup>37</sup> Ver Orenstein e Sochaczewski (1990) para uma análise do período.

<sup>38</sup> Os primeiros anos da década de 1960 caracterizaram-se pela instabilidade política com a sucessão de eventos a partir da renúncia do Presidente Jânio Quadros em agosto de 1961, adoção do regime parlamentarista logo em seguida, retorno ao presidencialismo em 1963 e crônicas dificuldades governamentais em conseguir apoio para propostas de reformas e planos econômicos, que desaguarão na ruptura institucional de março de 1964.

<sup>39</sup> Note-se que em 1961 foi ainda possível manter a inflação na faixa dos 30 % anuais, apesar da renúncia de Jânio Quadros, tendo a indústria crescido cerca de 11% e o PIB quase 9%.

<sup>40</sup> Ver ABREU (1990b).

<sup>41</sup> Ver, para os argumentos relevantes, Wells (1977) e Resende (1982,1990).



transferência indireta de recursos através da intervenção no sistema cambial, como fizera praticamente ao longo de toda a década de 1950.

O golpe de misericórdia no regime viria, como mais de uma vez no passado, com uma crise do balanço de pagamentos. Já em 1962, o serviço da dívida externa chegara a uma terça parte das exportações. Uma nova legislação limitando a remessa de lucros e dividendos desestimulou mais ainda as entradas de capital, tendo os ingressos de investimento estrangeiro praticamente desaparecido em 1963.

A crescente instabilidade política que se observa desde fins de 1962, a indecisão administrativa e perda de controle do processo decisório concomitantes, juntamente com violentas manifestações (ou ameaças de) à esquerda e à direita, polarizaram apoio e oposição ao regime a um ponto tal que se tornou difícil chegar a uma solução negociada para a crise política. Esse impasse culminou na derrubada do poder constituído por parte de um grupo de militares ao fim do primeiro trimestre de 1964.

### **Do início do governo militar à crise da dívida: crescimento acelerado com endividamento externo (1964 - 1980)**

A intervenção militar em 1964, embora tenha implicado ruptura institucional e política na história brasileira, continuou, do ponto do modelo de crescimento, a explorar um padrão semelhante ao dos anos de 1950. Esse padrão incluía o recurso à associação com empresas de capital estrangeiro e a busca de padrões de consumo semelhantes aos do Primeiro Mundo - e, conseqüentemente, adoção de suas tecnologias características.

A inflação foi identificada como o principal problema a ser enfrentado pela equipe econômica que assumiu em 1964, tendo sido responsabilizada pela estagnação que vinha

sendo experimentada desde 1962 e pelo desequilíbrio no balanço de pagamentos. Identificada como sendo causada pelo excesso de demanda, o processo inflacionário foi atacado por duras medidas monetárias e fiscais e, particularmente em 1965, por um arrocho salarial sem precedentes até então, graças à utilização de engenhosa fórmula de reajustes salariais que contemplava uma (freqüentemente subestimada) previsão de inflação futura. A estratégia veio a público em novembro de 1964 na forma do Programa de Ação Econômica do Governo - PAEG.

As soluções para os dois problemas que asfixiavam o regime anterior, financiamento do setor público e balanço de pagamentos, foram encontradas: primeiro, em uma reforma tributária que aumentou e indexou as receitas do governo e permitiu a colocação de papéis indexados da dívida pública; segundo, através de apoio do governo norte-americano ao novo regime, que possibilitou, entre outras coisas, um reescalonamento dos pagamentos sobre a dívida externa e a reabertura de linhas de crédito, inclusive do Banco Mundial. Além disso, o problema do balanço de pagamentos seria atenuado pela melhoria da balança comercial em 1964 e 1965 - em boa medida, devida à recessão doméstica - e pelos maiores ingressos de inversões estrangeiras. Essas soluções foram auxiliadas pelas reformas institucionais então adotadas<sup>42</sup>. Essas medidas foram reforçadas pela nova onda de financiamentos internacionais associada ao mercado de eurodólares, fenômeno que está na origem da crise da dívida externa brasileira do começo dos anos de 1980.

O resultado inicial do conjunto de medidas do PAEG foi a continuação da estagnação em 1964 e uma recessão econômica em 1965 que se prolongaria até 1967. O medíocre desempenho no triênio viria interromper uma longa trajetória de crescimento de praticamente duas décadas, desde a primeira metade dos anos de 1940.

<sup>42</sup> É interessante assinalar que, apesar da retórica francamente privatista e liberal, o ciclo que se inicia com a ruptura institucional em 1964 caracterizou-se por notável aumento do grau de intervenção do Estado na economia que inclui a criação de diversos organismos e empresas. Esses poderes de intervenção foram freqüentemente utilizados, com o passar do tempo, para beneficiar atividades e setores econômicos considerados prioritários, assumindo as formas mais variadas - isenção de impostos, isenção de indexação (ou adoção de sub-indexação) e concessão de subsídios fiscais ou creditícios, entre outros.

Em contrapartida, a década que vai do fim dos anos de 1960 até o final dos anos de 1970 marca um ciclo de crescimento inigualável na história do País <sup>43</sup>. A periodização tradicional destes anos distingue dois subperíodos: o primeiro vai até 1973-1974 e é caracterizado por uma expansão acelerada da atividade econômica durante o qual o PIB cresceu à surpreendente taxa média de mais de 10% ao ano. O segundo vai até o final dos anos de 1970 e é caracterizado pela variabilidade e desaceleração do crescimento - mas no qual a taxa média de crescimento anual do PIB ficou acima dos 6% devido à recusa das autoridades econômicas em ajustar a economia às novas condições internacionais <sup>44</sup>.

O período de crescimento acelerado (1968-1973/1974) não pode ser analisado sem levar em devida conta o

Bolas de borrachas aguardando transporte na estação de Guarajá-Mirim, RO, para Belém. Acervo IBGE.



contexto externo. Mas fatores domésticos também tiveram importância. Os anos de 1963-1967, como vimos, foram de recessão e criaram capacidade ociosa em toda a economia - mas especialmente na indústria. Portanto, do lado da oferta, um dos fatores que contribuiu para o *boom* econômico que começou em 1968 foi o alto nível de capacidade ociosa. Isto permitiu uma expansão acelerada da produção sem que fosse preciso investir pesadamente em capital fixo. Depois de 1970, em reação às melhorias percebidas a médio prazo e à medida que diminuía a capacidade ociosa o investimento fixo começou a acelerar. Incentivos fiscais e isenções tarifárias para compras de equipamentos contribuíram para o aumento na formação de capital que ocorreu neste período. Em adição, superávits no balanço de pagamentos devidos a ingressos líquidos na conta de capital permitiram aumentos nas importações de bens capital e de matérias-primas.

No lado da demanda, a fase de expansão rápida foi estimulada por medidas que podem ser agrupadas em três grandes grupos. Primeiro, pelas políticas monetária e fiscal expansionistas que alimentaram a demanda agregada <sup>45</sup>. Segundo, pelo investimento público, incluindo o das empresas estatais, que forneceu ímpeto adicional à economia. Terceiro, pela criação de um sistema de incentivos - que incluía isenções, subsídios e créditos fiscais - para promover a exportação de manufaturados.

Mas um aspecto importante a destacar neste período é que a economia pôde crescer tanto quanto efetivamente cresceu porque o ajuste a um novo e bem menos favorável contexto internacional, depois da primeira crise do petróleo, em 1973, foi adiado. De fato, em um período marcado pela recessão internacional (como foi

<sup>43</sup> No ciclo de crescimento considerado como um todo, entre 1967 e 1980, o PIB real aumentou em média a quase 9% ao ano. A produção física da indústria de transformação cresceu em média a 10% anuais (BONELLI; MALAN, 1976, 1987; MALAN; BONELLI, 1990).

<sup>44</sup> As diferenças entre os dois subperíodos refletem um conjunto combinado de fatores inter-relacionados, entre os quais: a) a perda de dinamismo no setor industrial; b) os efeitos da primeira crise do petróleo sobre o balanço de pagamentos, combinados com o aumento nos preços de outras matérias-primas (desde o fim de 1971) e o *boom* de importações especulativas em 1974 e parte de 1975; e c) a recessão e inflação acelerada na economia mundial em meados dos anos de 1970. Ver também CARNEIRO (1990).

<sup>45</sup> Particularmente importante foi a expansão de crédito para bens de consumo duráveis (o subsetor que liderou o *boom* industrial) e financiamento da construção e aquisição de imóveis residenciais.

aquele de meados dos anos de 1970), no qual os países da OCDE experimentaram uma redução substancial no crescimento e no comércio, a economia brasileira ainda conseguiria crescer aceleradamente até 1980 graças ao acesso ao endividamento externo.

A principal diferença com o período de 1968-1973 foi que o endividamento externo do período de 1974-1978 representou um esforço para postergar os custos do ajustamento macroeconômico e, portanto, serviu para manter o crescimento do consumo e do investimento, público e privado <sup>46</sup>. O Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento - II PND -, do Governo Geisel, simboliza essa estratégia ao destinar recursos para aumentar rapidamente a oferta doméstica de insumos básicos.

No entanto, a vulnerabilidade da economia a choques externos não diminuiu no período. A dependência do óleo importado continuou, disfarçada pela estabilidade de preços nominais - logo, queda dos preços reais, dada a inflação mundial de 1973-1978 <sup>47</sup>.

A necessidade de ajuste ficou evidente quando do segundo choque do petróleo <sup>48</sup>, forte aumento das taxas de juros internacionais - que praticamente dobraram no período, devido à mudança na política monetária dos Estados Unidos - e, mais adiante, devido à recessão mundial de 1980-1982. A combinação e simultaneidade destes choques internacionais constituíram um forte golpe, tendo em vista que eles atingiram o Brasil após um período de crescimento

rápido do produto real - mas com grande acumulação de dívida externa não compensada pela concomitante elevação das reservas internacionais <sup>49</sup>.

A estratégia de crescimento com endividamento externo seguida por mais de dez anos baseava-se no potencial das exportações e nas reservas acumuladas. A fragilidade do País a choques externos, no entanto, havia aumentado enormemente na década de 1970 dado que: a) a dependência do petróleo importado continuava a existir, embora ocultada pela estabilidade de preços do óleo cru após o primeiro choque; e b) a vulnerabilidade em relação à taxa de juros internacional havia também aumentado consideravelmente, uma vez que não menos do que 70% da dívida externa havia sido contratada a taxas de juros flutuantes <sup>50</sup>. Neste contexto, a onda de choques externos adversos levou a economia a uma situação crítica, com forte perda de reservas, boa parte das quais de liquidez nula ou qualidade duvidosa <sup>51</sup>.

### **Uma história de duas décadas: instabilidade na década perdida e reformas nos anos de 1990 (1980 – 2000)**

As duas últimas décadas do Século XX têm um traço comum: são, ambas, caracterizadas por baixo crescimento médio do nível de atividade, em comparação com os períodos precedentes de longa duração de que nos ocupamos: entre 1980 e 1989-1991 o PIB cresceu, em média, a 1,77% ao ano; entre 1989-1991 e 2000 essa taxa alcançou os 2,48% anuais <sup>52</sup>. Essa é, no entanto, a única semelhança

<sup>46</sup> Como resultado, a dívida externa bruta em dólares, que havia sido de US\$ 3,3 bilhões no final de 1967, cresceu para US\$ 12,6 bilhões no fim de 1973 e para US\$ 43,5 bilhões, no fim de 1978.

<sup>47</sup> Em 1978 o País ainda importava 80% do óleo consumido, o que representava cerca de um terço de todas as importações, apesar do investimento na produção doméstica para substituir a oferta externa (o qual só iria maturar no início dos anos de 1980).

<sup>48</sup> Note que o preço do barril saltou de 12 para 30 dólares entre o fim de 1978 e o começo de 1980.

<sup>49</sup> O curso da política econômica seria radicalmente alterado no final de 1980, quando o governo optou por provocar uma redução no nível de atividade com o objetivo principal de reverter os saldos negativos da balança comercial e gerar excedentes exportáveis líquidos. A recessão industrial que se seguiu representou uma alteração na política econômica para responder à crise da dívida externa, cujos efeitos iriam influenciar o desempenho macroeconômico no restante da década de 1980.

<sup>50</sup> Ver MALAN; BONELLI (1977); BONELLI; MALAN (1987); BACHA; MALAN (1989).

<sup>51</sup> Deduzindo-se os compromissos de curto prazo os níveis das reservas foram nulos ou mesmo negativos.

<sup>52</sup> Essas taxas contrastam fortemente com os 5,68% médios anuais alcançados entre 1900 e 1980. O principal responsável pela desaceleração foi o setor industrial.

destacada entre esses períodos. Se os anos de 1980 já foram mais de uma vez denominados de década perdida, o epíteto talvez mais correto para os anos de 1990 é o de década das reformas (incompletas). Isso porque, seguindo-se a mais de dez anos de forte instabilidade macroeconômica, marcados por inflação alta e crescente, os anos de 1990 em diante caracterizam-se por importantes mudanças de política econômica e reformas institucionais. Senão, vejamos.

A década de 1980 foi, em sua totalidade, dominada pela questão do endividamento externo e suas implicações. Entre estas se incluem, com destaque, a aceleração inflacionária e a recessão do triênio de 1981-1983, iniciada por um conjunto de medidas visando a contrair a absorção interna e incentivar as exportações para aumentar as exportações líquidas. Essa estratégia foi seguida ao longo do quadriênio de 1981/1984, com a intensidade suavizada durante um breve interregno no ano eleitoral de 1982<sup>53</sup>. O ano de 1984, no entanto, foi de retomada da atividade econômica.

<sup>53</sup> A recessão de 1981-1982, gerada para restaurar a credibilidade internacional do Brasil em relação à comunidade financeira internacional e evitar o recurso ao FMI, tornou-se um sacrifício até certo ponto inútil após a desarticulação do sistema financeiro internacional que se seguiu à crise de setembro de 1982, após a moratória mexicana. O País foi então obrigado a recorrer ao FMI para renegociar suas dívidas com os bancos comerciais. Esse processo teve início logo após as eleições parlamentares e para governador de novembro de 1982. Ver BONELLI; MALAN (1987).

<sup>54</sup> Uma consequência disso foi a redução do superávit comercial, que passou de US\$ 12,5 bilhões, em 1985, para US\$ 8,3 bilhões, em 1986. No último trimestre desse último ano, porém, a balança comercial chegou a ser deficitária.

Liderada pelas exportações, para essa retomada - que iria se prolongar até o final do período do Plano Cruzado, em fins de 1986 — muito influiu a recuperação da economia mundial - e, particularmente, dos Estados Unidos - e o aumento da oferta de exportáveis que resultou do II PND.

O biênio de 1985-1986 caracterizou-se pelo rápido crescimento do produto agregado e, a partir do final de 1986, por uma nítida aceleração da taxa de inflação. Os gastos com investimento, no entanto, mantiveram-se contraídos, e a recuperação baseou-se principalmente na ocupação da capacidade ociosa gerada no triênio de 1981-1983. Portanto, foi uma recuperação baseada no consumo, à medida que as exportações reais caíam progressivamente devido à sobrevalorização da taxa de câmbio ao longo de 1986. Ao final de 1986 a economia estava claramente superaquecida como resultado de uma política de rendas que estimulou a demanda agregada - mas não a capacidade de produção<sup>54</sup>.

Avenida Paulista. São Paulo, SP, 1999. Foto José Caldas - BrazilPhotos.



Subjacente a esse desempenho está o Plano Cruzado, um programa de estabilização que visava a trazer as taxas de inflação para níveis próximos de zero instantaneamente. De fato, a inflação foi mantida em níveis muito baixos por cerca de oito meses - mas graças a um congelamento geral de preços. Ela retornaria no nível de dois dígitos por mês assim que o congelamento deixou de funcionar, no final de 1986, devido à indisciplina fiscal conjugada à indexação no período, conjugada com uma política monetária frouxa<sup>55</sup>.

O último triênio dos anos de 1980, por sua vez, é uma fase de desajustes domésticos e, à medida que se avança na década, hiperinflação reprimida. O período começa com a súbita aceleração inflacionária que se seguiu ao fracasso do Plano Cruzado, em boa medida associada à plena utilização da capacidade de produção industrial. A partir daí inaugura-se uma série de ciclos de curta duração até nova recessão no início da década de 1990<sup>56</sup>. Essa recessão, que teve a duração de quase três anos, foi inútil em relação aos seus propósitos, na medida em que o processo inflacionário não diminuiu de intensidade, apesar dos esforços das sucessivas equipes econômicas<sup>57</sup>.

Uma das conseqüências da década perdida dos anos de 1980 foi a perda de fontes de financiamento do desenvolvimento devido a expectativas crescentemente voláteis em um ambiente de inflação cronicamente elevada. Isso dificultou enormemente a gestão da política econômica nos anos imediatamente seguintes.

Com o desfecho da crise institucional após a renúncia do Presidente Collor, em fins de setembro de 1992, houve



Toras de madeira empilhadas no Porto de Vitória para exportação. Acervo IBGE.

por parte dos agentes econômicos uma mudança de expectativas bastante positiva. Essa mudança, aliada ao discurso do novo governo - pautado na redefinição das prioridades de política econômica no sentido de amenizar a recessão, em uma política monetária menos rigorosa e nas tentativas de recompor o poder aquisitivo da população - contribuiu para importantes mudanças de comportamento.

Assim, após a renúncia nota-se uma evidente e generalizada reversão da trajetória descendente no nível de atividade econômica, já em 1993. O dinamismo deste período deveu-se ao desempenho dos bens duráveis de consumo, com destaque para o complexo automobilístico, apesar da redução nas tarifas de importação associada à abertura comercial iniciada no começo da década. As empresas, após a seqüência de prejuízos dos anos anteriores - e convivendo com uma economia mais aberta, que as induziu a realizar ajustes para aumentar a produtividade - expandiram fortemente o nível de produção.

<sup>55</sup> Tanto o Plano Cruzado quanto o Plano Bresser (junho de 1987) foram experimentos de estabilização baseados em um diagnóstico da inflação brasileira que enfatizava a predominância da inflação inercial - alimentada pela indexação generalizada - em relação às condições de oferta e demanda. A base empírica para isso eram os efeitos desprezíveis, em relação à inflação, dos programas de estabilização de corte mais ortodoxo implementados entre 1981 e 1984.

<sup>56</sup> Essa sucessão de surtos de crescimento sem sustentação que caracterizou o período decorre também do abandono, por parte das empresas, de suas estratégias de crescimento de longo prazo em favor de estratégias gerenciais defensivas devido: i) às recorrentes quebras de estabilidade das regras do jogo ocasionadas pelas freqüentes e drásticas intervenções na economia; ii) ao ambiente de instabilidade político-institucional devido à Assembleia Constituinte; e iii) às expectativas negativas dos agentes fundadas na percepção de que o governo não honraria seus compromissos com relação à dívida interna, principalmente, após a moratória da dívida externa em fevereiro de 1987.

<sup>57</sup> É possível argumentar, por outro lado, que a inflação não se transformou em um processo hiperinflacionário aberto precisamente devido aos esforços das equipes econômicas da época.



Comércio de rua em Curitiba, PR, 1997.  
Foto: Eduardo Marques - BrazilPhotos.

teve vida curta devido à conjunção formada pela desaceleração da economia internacional, crise energética e crise argentina de 2001.

### Metodologia <sup>60</sup>

O capítulo está dividido em duas seções: estatísticas primárias - relacionadas aos resultados originais das pesquisas - e estatísticas derivadas - relacionadas às séries com algum grau de elaboração <sup>61</sup>.

### Estatísticas primárias (séries originais)

As principais séries históricas originais — isto é, compostas de estatísticas primárias - relativas nos níveis de atividade <sup>62</sup> segundo setores econômicos são:

1. As dos Censos Econômicos 1920-1985 (IBGE)<sup>63</sup>. Os censos são pesquisas voltadas para o levantamento de informações sobre a estrutura de organização das várias atividades cobertas, permitindo o acompanhamento das transformações nestas estruturas ao longo do tempo. Seus resultados referem-se às atividades agropecuárias e extrativas vegetais; industriais (extrativa mineral e de transformação); comerciais; e de serviços selecionados <sup>64</sup>;

Já o crescimento depois de 1994 deveu-se ao Plano Real <sup>58</sup>, especialmente à forte e rápida elevação da renda real possibilitada pelo término quase que instantâneo da inflação no segundo semestre daquele ano. Isso permitiu, inclusive, que a economia atravessasse relativamente incólume o período seguinte à crise mexicana de fins de 1994 - mas não o das crises asiática (1997) e russa (1998), quando os efeitos do ganho de renda inicial haviam se dissipado <sup>59</sup>.

Com efeito, o crescimento médio anual do PIB, que havia sido da ordem de 4,0%, no quadriênio de 1994-1997, caiu para 0,5% ao ano, no biênio de 1998-1999. A recuperação iniciada em 2000 - que parecia apontar para um novo ciclo de crescimento, tendo o PIB crescido cerca de 4,5% -

<sup>58</sup> Ver Bacha (1995,1997) para avaliações dos fundamentos e resultados iniciais do Plano Real.

<sup>59</sup> Vide coletânea organizada por Giambiagi e Moreira (1999) para análises da política e reformas econômicas na segunda metade dos anos de 1990.

<sup>60</sup> Tive o privilégio de contar com a ajuda de técnicos e ex-técnicos do IBGE na elaboração desse texto. Gostaria de destacar, especialmente: Sílvio Sales de Oliveira Silva, que colaborou com esclarecimentos para a preparação do texto e das tabelas; Madalena Cronemberger Góes, que contribuiu com comentários valiosos, muitos dos quais integralmente aproveitados nessa versão; Maria Alice Gusmão Veloso, que colocou à nossa disposição texto inédito de sua autoria relativo ao cálculo do produto real segundo o antigo sistema de Contas Nacionais, do qual extraímos as observações metodológicas respectivas.

<sup>61</sup> Observe-se que esse texto complementa, e de forma alguma substitui, as notas prévias das Seções 4, 6, 7, 8 e 9 das *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988* (1990).

<sup>62</sup> Para sermos rigorosos, os indicadores do nível de atividade dos diversos segmentos e atividades da economia são dados pelo Valor Adicionado (VA) respectivo. Eles são objeto das Contas Nacionais, que os constrói com base — e com ajustes — nos censos e demais pesquisas estruturais e conjunturais disponíveis. Aqui, porém, estaremos utilizando o termo segundo sua acepção mais corriqueira em Economia, para denotar o nível de produção. Agradeço a Madalena Góes por me chamar a atenção para esse ponto.

<sup>63</sup> No que toca à Indústria devem ser também mencionados os Inquéritos Industriais 1907 e 1912, citados no capítulo 1.

<sup>64</sup> Não existem censos para as Indústrias de Construção, para os Serviços Industriais de Utilidade Pública (geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; produção e distribuição de gás de rua; captação, tratamento e distribuição de água potável; coleta e tratamento de esgotamento sanitário; coleta e processamento de lixo), nem para a quase totalidade das atividades incluídas no setor Serviços, com exceção do Comércio e de alguns serviços em anos selecionados.

2. As dos Censos Agropecuários 1995-1996 (IBGE). Note-se que para a Agropecuária o volume das *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988* (1990) já divulgou os principais resultados do Censo de 1985 sob a forma de Sinopse Preliminar. Na presente publicação os resultados são os definitivos. Além disso, apresentam-se no CD-ROM os resultados dos Censos Agropecuários 1995-1996 de forma comparável aos anteriores <sup>65</sup>;
3. Séries por produtos selecionados, individualmente, de responsabilidade do IBGE. No que toca à Agropecuária devem ser citadas:
  - No que toca à atividade Lavouras, o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA -, que é

um inquérito mensal por Unidade da Federação que resume as projeções de safra para grande número de produtos. Seu objetivo é o de obter mensalmente previsões e acompanhamentos de safras com estimativas da produção, rendimento médio e áreas plantadas e colhidas <sup>66</sup>. Disponível desde 1973, o LSPA vincula-se à pesquisa Produção Agrícola Municipal - PAM -, pesquisa utilizada para o cálculo do produto real da atividade Lavouras, na Agropecuária.

- A Produção Agrícola Municipal <sup>67</sup> - PAM - teve início no Ministério da Agricultura em 1938 a partir de coleta pela rede do IBGE. Em 1974 a apuração, crítica e divulgação dos resultados passou à responsabilidade integral desse órgão.

<sup>65</sup> Note-se, no entanto, que a comparação dos resultados do Censo Agropecuário 1995-1996 com os anteriores deve ser feita com cautela devido a diferenças nos períodos de coleta dos dados. Veja-se, a propósito, Helfand e Brunstein (2001).

<sup>66</sup> A rigor, a LSPA não é uma pesquisa que levanta informação diretamente do produtor, mas um levantamento subjetivo reunindo informações/avaliações de técnicos da EMATER, do sistema financeiro, secretarias de agricultura, etc. A PAM, PPM e PEVS (ver adiante) é que se enquadram em procedimentos daquele tipo.

<sup>67</sup> As informações relativas à PAM e as duas pesquisas seguintes foram extraídas de *Pesquisas agropecuárias* (1989). As modificações metodológicas desde então não alteram a natureza da descrição.

Trabalhos de perfuração. Poço petrolífero do Tabuleiro do Martins, Maceió, AL. Acervo IBGE.





**IBGE**

Lavoura mecanizada, colhedeira de arroz. Rondonópolis, MT. Acervo IBGE.

Essa pesquisa fornece informações sobre a área colhida, produção obtida, rendimento médio e valor da produção para diversos produtos agrícolas por Municípios, Microrregiões, Mesorregiões, Unidades da Federação, Grandes Regiões e Brasil<sup>68</sup>. Para os produtos agrícolas comuns à Produção Agrícola Municipal e ao Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA -, o agente responsável pela coleta dos dados utiliza as informações dessa última, levantadas mensalmente durante todo o ciclo da cultura, como parâmetros de aferição da

primeira. A integração das duas pesquisas ocorreu a partir de 1974.

- Quanto à Produção Animal, de modo semelhante, a pesquisa Produção da Pecuária Municipal - PPM - acompanha a evolução da produção e também fornece matéria-prima para o cálculo do produto real da atividade de Produção Animal. A PPM teve início em 1945 no âmbito do Ministério da Agricultura, com informações levantadas pelos Agentes Municipais de Coleta do IBGE. Cabia ao Ministério da Agricultura a elaboração

<sup>68</sup> Os produtos pesquisados são: **Culturas Temporárias** — Abacaxi; Alfafa fenada (caule e folha seca); Algodão herbáceo (em caroço); Alho (bulbo); Amendoim (em casca); Arroz (em casca); Aveia (em grão); Batata-doce (raiz); Batata-inglesa (tubérculo); Cana-de-açúcar (caule); Cana para forragem (caule); Cebola (bulbo); Centeio (grão); Cevada (grão); Fava (grão); Feijão (grão); Fumo (folha seca); Juta (fibra seca); Linho (semente); Malva (fibra seca); Mamona (baga); Mandioca (raiz); Melancia; Melão; Milho (grão); Rami (fibra seca); Soja (grão); Sorgo granífero; Tomate (fruto); Trigo (grão). Alfafa fenada e Cana para forragem foram levantadas somente até o ano de 1987. **Culturas Permanentes** — Abacate; Algodão arbóreo; Azeitona; Banana (em cacho); Borracha - látex coagulado; Borracha - látex líquido; Cacau (em amêndoa); Café (em coco); Caju; Caqui; Chá-da-índia (folha seca); Coco-da-baía; Erva-mate (cancheada); Figo; Guaraná (semente despulpada); Laranja; Limão; Maçã; Mamão; Manga; Marmelo; Noz (fruto seco); Palmito; Pêra; Pêssego; Pimenta-do-reino (grão); Sisal ou Agave (fibra seca); Tangerina; Tungue (fruto seco); Uva.



dos questionários, a apuração, a crítica e divulgação dos resultados. Em 1974, o IBGE passou a responsabilizar-se por todas as fases da pesquisa <sup>69</sup>. A pesquisa PPM acompanha a evolução dos rebanhos e da produção da pecuária (espécies animais criadas e respectivos valores). Ela também fornece informações para o cálculo do produto real da atividade de produção animal. A partir de 1989 a pesquisa passou a ter informações sobre os seguintes efetivos: bovinos, suínos, avicultura (galinhas, galos, frangas, frangos e pintos), codornas, coelhos, eqüinos, bubalinos, asininos, muares, caprinos e ovinos; bem como os dados sobre a produção e preço de leite, ovos de galinha, casulos do bicho-da-seda, lã, ovos de codornas e mel, por Municípios, Microrregiões,

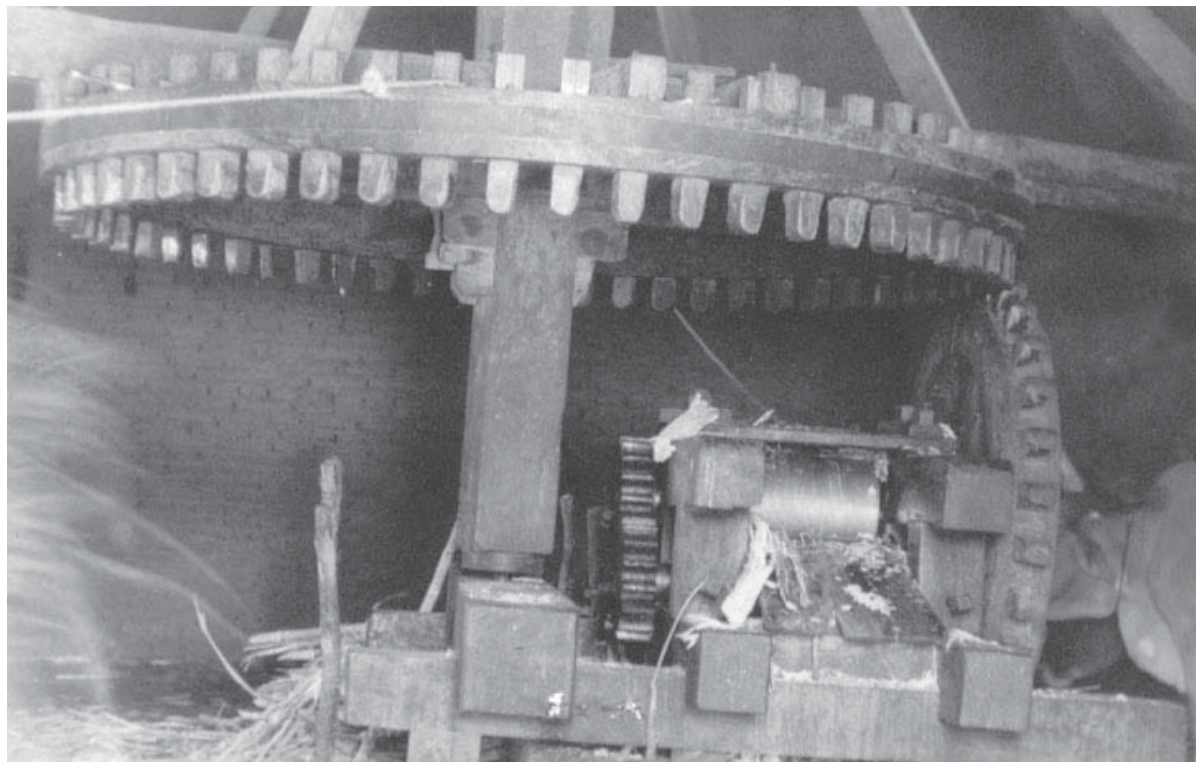
Mesorregiões, Unidades da Federação, Grandes Regiões e Brasil.

- Quanto ao extrativismo tem-se a pesquisa Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura - PEVS -, também disponível desde 1973, que complementa as duas anteriores no que toca às atividades extrativas e silvicultura. Como nas duas pesquisas anteriores, o levantamento de informações sobre o setor extrativo vegetal iniciou-se em 1938 no Ministério da Agricultura. A pesquisa sobre a silvicultura teve início em 1974, no IBGE, devido à importância que assumiu o setor quando da implantação de projetos industriais nas áreas de papel, celulose e siderurgia e da concessão de incentivos fiscais para reflorestamento <sup>70</sup>. Em 1986, os dois levantamentos, Produção Extrativa

<sup>69</sup> Como no caso da PAM e da PEVS (adiante), o IBGE informa que as informações relativas ao ano de 1971 e 1972 não estão disponíveis por não terem sido divulgadas pelo Ministério da Agricultura. A partir de 1981 a PPM levanta, para cada espécie animal de exploração da pecuária, as variáveis: **Bovinos** — Efetivo e preço médio em relação a: menores de 1 ano; de 1 a menos de 2 anos; touros reprodutores; vacas; outros; vacas ordenhadas (só efetivo); leite produzido (quantidade e preço médio). **Suínos** — Efetivo e preço médio para: menores de 6 meses; de 6 meses e mais. **Outros animais** — Efetivo e preço médio para: asininos; bubalinos; caprinos; coelhos; eqüinos; muares; ovinos. **Produção de lã** — ovinos tosquiados (efetivo); lã bruta (quantidade e preço médio). **Avicultura** — efetivo e preço médio para: codornas; galinhas; galos, frangas, frangos e pintos; patos, marrecos e gansos; perus. **Produção de Ovos** — Quantidade e preço médio para: ovos de codorna; ovos de galinha. **Mel e Cera** — Quantidade e preço médio para casulos. **Sericicultura** - Quantidade e preço médio para casulos.

<sup>70</sup> Em 1985 a PEVS não foi coletada em virtude da realização do Censo Agropecuário.

Engenho Canadá localizado no município de Uiraúna, PB. Acervo IBGE.



Vegetal e Silvicultura, que eram independentes, foram fundidos em um único, sob a denominação de PEVS. Basicamente, incorporou-se o inquérito sobre silvicultura ao inquérito sobre a extrativa vegetal. Houve uma redução substancial no número de produtos investigados no primeiro e pequena redução no segundo. A investigação tem por âmbito a área geográfica correspondente ao Território Nacional, sendo as informações

levantadas em nível municipal. A periodicidade é anual. As quantidades e os preços médios unitários têm como referência o ano-base da pesquisa para todos os produtos investigados <sup>71</sup>.

- Outras pesquisas relevantes relativas ao setor Agropecuário são, ainda no âmbito do IBGE:
  - . Levantamento da soja (em grão) / indústria.
  - . Pesquisa Anual do Couro.

Deslocamento de boiada na região do Pantanal. Corumbá, MS, 1995. Foto: José Caldas - BrazilPhotos.



<sup>71</sup> Os produtos levantados nessa pesquisa são classificados em grupos, segundo suas formas de aproveitamento, com o objetivo de dar maior eficiência às fases de coleta e apuração bem como de facilitar a utilização dos dados pelos usuários. Esses grupos são: **Grupo I — Borrachas:** Caucho (látex coagulado); Hévea (látex coagulado); Hévea (látex líquido); Mangabeira (látex coagulado). Até 1980 investigava-se também: maniçoba (látex líquido). **Grupo II — Gomas Não-elásticas:** Balata (goma); Maçaranduba (goma); Sorva (goma). Até 1980 eram investigados: Chicle (goma); Rosadinha (goma) e Ucuquirana ou Coquirana (goma). **Grupo III — Ceras:** Carnaúba (cera); Carnaúba (pó), investigado a partir de 1981. Outras; até 1985 era investigado em separado: Licuri ou Ouricuri (cera). **Grupo IV — Fibras** (fibra bruta): Buriti; Carnaúba; Caroá; Piaçava; Outras; até 1985 eram investigados em separado: Cipó-Imbé, Crina, Guaxima, Malva, paina, Piaçava, Taboa (tabua) e Tucum. **Grupo V — Tanantes:** Angico (casca); Barbatimão (casca); Outras; até 1985 investigava-se Mangue (casca) e até 1980 Quebracho (casca). **Grupo VI — Oleaginosos:** Babaçu (amêndoa); Copaíba (óleo); Cumaru (amêndoa); Licuri (coquilho); Oiticica (semente); Pequi (amêndoa); Tucum (amêndoa); Outras; até 1985 eram investigados: Andiroba (amêndoa), Indaiá (amêndoa), Macaúba (amêndoa), Murumuru (semente) e Ucuuba (amêndoa). **Grupo VII — Alimentícios:** Açai (fruto); Castanha de caju (castanha); Castanha-do-pará (castanha); Erva-mate (cancheada); Mangaba (fruto); Palmito (palmito); Pinhão (fruto de Araucária) (fruto); Umbu (fruto). **Grupo VIII — Aromáticos, Medicinais, Tóxicos e Corantes:** Ipecacuanha ou Poaia (raiz); Jaborandi (folha); Urucu (semente); Outras; até 1985 investigava-se Jatobá ou Jutaica (resina), Quina (casca) e Timbó (raiz). **Grupo IX — Madeiras:** Carvão Vegetal (substância combustível); Lenha (troncos e/ou galhos); Madeira em Tora (tora); Nó-de-pinho (inserções de troncos); Pinheiro Brasileiro (Araucária). Investiga-se o total de árvores abatidas (número) e produção de madeira (m<sup>3</sup>).

- . Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, por espécie.
  - . Pesquisa Trimestral do Leite.
  - . Pesquisa Trimestral do Couro.
  - . Produção de Ovos de Galinha.
  - . Pesquisa de estoques.
4. Outras pesquisas de produção setorial no âmbito do IBGE
- No que diz respeito à atividade de Construção, destaca-se a Pesquisa Anual da Indústria da Construção - PAIC -, realizada desde 1991 com resultados referentes ao ano anterior com abrangência em todo o território brasileiro<sup>72</sup>. O cadastro foi composto entre 1990 e 1995 por empresas de construção, incorporação de imóveis e/ou loteamento com receita bruta superior a R\$ 245 milhões<sup>73</sup>. O cadastro de empresas informantes seria alterado a partir de 1996, quando “passou a ser formado por empresas do setor, em operação, do Cadastro Central de Empresas do IBGE - CEMPRE -. O âmbito da pesquisa passou a ser constituído por uma amostra intencional de empresas do cadastro de seleção, com 40 ou mais pessoas ocupadas em 31/12”<sup>74</sup>.
  - A Pesquisa Anual de Comércio - PAC -, destinada a aferir o desempenho real da atividade de comércio, veio suprir uma grave lacuna no Sistema Estatístico Nacional, que até recentemente não dispunha de um indicador de acompanhamento do desempenho dessa importante atividade econômica. A PAC, como o nome indica, é



Shopping em Florianópolis, SC, 1999. Foto Eduardo Marques - BrazilPhotos.

uma pesquisa anual, abrangendo o segmento empresarial no comércio atacadista e varejista, com resultados nacionais e por Unidade da Federação. A série da PAC teve início em 1988, com o objetivo de produzir estatísticas sobre a atividade de comércio nos períodos intercensitários. Num primeiro momento – os três primeiros anos - a PAC foi desenhada para representar o universo dos estabelecimentos de comércio. Em 1991, o programa de pesquisas do IBGE sofreu cortes e a pesquisa foi suspensa. A série foi retomada em 1992, excluindo-se do âmbito da pesquisa as micro e pequenas empresas. A partir de 1996, a PAC foi reformulada para adequar-se aos parâmetros do novo modelo de produção de estatísticas da indústria, comércio e serviços pelo IBGE. Neste modelo, os censos econômicos quinquenais foram substituídos por pesquisas anuais de base amostral. O desenho

<sup>72</sup> As pesquisas econômicas anuais levantam informações referentes ao ano anterior, mas o ano indicado na publicação dos resultados costuma ser o ano de referência.

<sup>73</sup> Este corte, relativamente alto para essa atividade, é que faz com que o número de empresas informantes seja relativamente pequeno: pouco menos de 4000 na PAIC de 1999.

<sup>74</sup> Extraído da *Pesquisa industrial anual; Pesquisa anual da indústria da construção* (1997).

destas pesquisas leva em conta a concentração da atividade produtiva nos segmentos de maior porte, dando tratamento censitário para empresas com 20 ou mais pessoas ocupadas para as atividades de comércio e serviços e 30 ou mais, para a indústria. As demais empresas, numericamente majoritárias, mas com menor expressão na geração de valor pela atividade econômica, são objeto de pesquisa amostral, objetivando-se com este procedimento viabilizar a produção sistemática de informações sobre a estrutura produtiva, a um custo menor e em menor tempo.

- A Pesquisa Mensal de Comércio - PMC - é uma pesquisa conjuntural de base amostral, referida ao universo das empresas do comércio varejista, cuja série inicia-se em janeiro de 2000, em nível de Brasil e Unidades da Federação. A variável investigada é a receita bruta de venda e com base nos seus resultados são construídos dois índices: vendas nominais e volume de vendas, divulgados mensalmente pelo IBGE a partir de abril de 2001.

- A Pesquisa Anual de Transporte Rodoviário - PATR -, série 1968 a 1996, com interrupção nos anos de realização de censos, quando substituída pelos Inquéritos das Atividades de Transportes. De 1968 a 1990, a pesquisa foi censitária, cobrindo o universo dos estabelecimentos de transporte rodoviário. De 1991 a 1996, a abrangência da pesquisa passou a ser um painel desenhado para incluir estabelecimentos responsáveis por até 90% da receita da atividade em cada Unidade da Federação. A partir de 1996, a pesquisa foi suspensa e o levantamento de informações desta atividade passou a ser objeto do âmbito da Pesquisa Anual de Serviços - PAS.
- A Pesquisa Anual de Serviços - PAS -. A série dessa pesquisa teve início em 1998, inserindo-se no modelo de pesquisas anuais de caráter estrutural descrito acima, respondendo, em substituição aos censos econômicos, pelas informações para a caracterização da estrutura produtiva dos diversos segmentos de atividades de serviços que abrange.

Computação. Foto: Eduardo Marques - BrazilPhotos.





Empilhadeira. Foto: Suzete Sandin – BrazilPhotos.



- As Pesquisas Industriais Anuais - PIA -, a partir de 1971, representam uma tentativa de retomar a iniciativa das PIs (ver adiante) após o Censo Industrial 1970. Disponíveis a partir de 1972<sup>75</sup>, as PIAs sofreram diversas alterações metodológicas desde então<sup>76</sup>. A partir de 1996 elas passam a incluir o universo das empresas formais - isto é, aquelas com CGC - que empregam mais de 30 pessoas. Essas modificações foram conseqüência de uma importante mudança metodológica adotada pelo IBGE a partir da experiência dos Censos Econômicos 1985, descrita sumariamente a seguir. As PIAs foram concebidas, inicialmente, para suprir informações sobre a estrutura das indústrias extrativa e de transformação nos períodos intercensitários. A pesquisa passou por vários desenhos e tipo de concepção, até o seu formato atual. Na década de

1970 (série 1972-1974; 1976-1979), a PIA cobria todos os estabelecimentos industriais com 5 ou mais pessoas ocupadas e/ou valor da produção superior a 640 vezes o maior salário mínimo vigente no País no ano do inquérito, guardando o desenho e o grau de detalhamento dos censos (quanto a áreas geográficas, classificação de atividades e variáveis pesquisadas). A partir de 1981, a pesquisa foi reformulada para um desenho amostral probabilístico. A partir de 1986, a pesquisa foi novamente reformulada, com amostras independentes para empresas e unidades locais. Para 1986 e 1987, os resultados da PIA referem-se ao módulo amostra - empresa, o módulo unidade local sendo divulgado apenas para as empresas líderes. Para 1988 e 1989, são disponíveis resultados completos das duas amostras da pesquisa. Em 1991, a pesquisa não

<sup>75</sup> Exceto para os anos censitários de 1975, 1980 e 1985. Note que os resultados da PIA de 1971 não foram divulgados para o público devido, aparentemente, à baixa qualidade derivada de erros de coleta e amostragem.

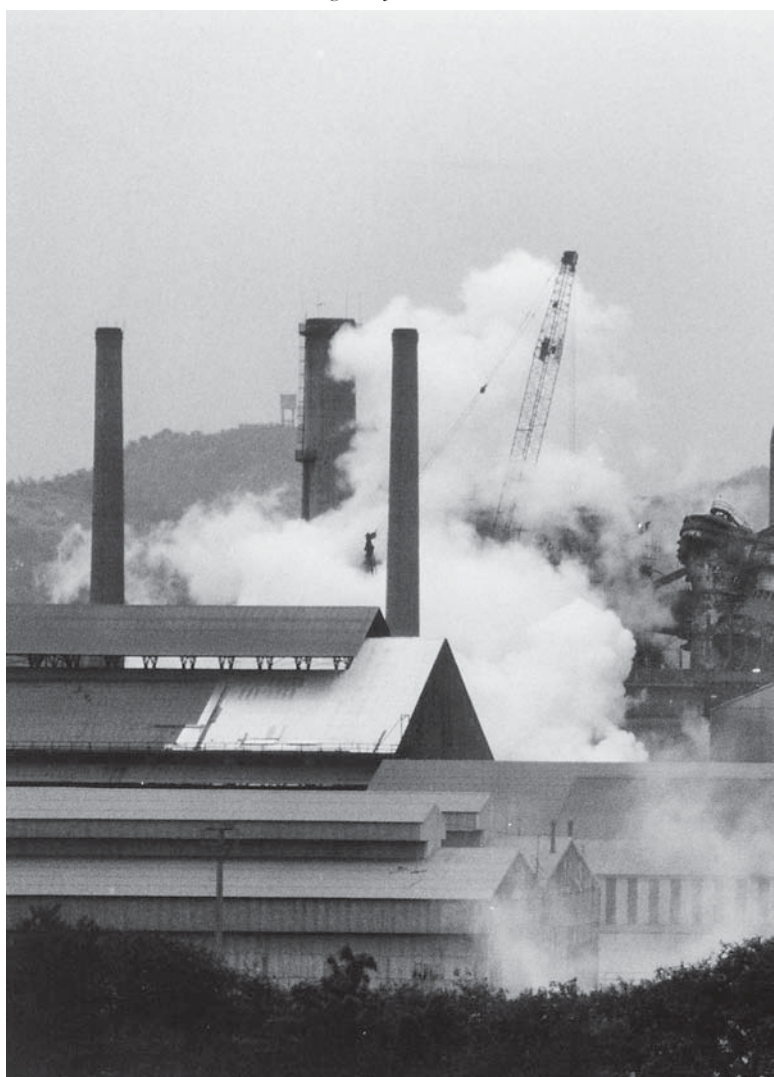
<sup>76</sup> Note-se, em particular, que as informações das PIAs não são necessariamente comparáveis ao longo do tempo.

foi a campo. Nos quatro anos seguintes (1992 a 1995), as amostras foram redefinidas, com base em cadastro que excluía unidades com menos de 100 mil OTN (anteriormente o corte era de 10 mil OTNs). As várias mudanças de abrangência da pesquisa ao longo do período de 1981 e 1995 resultam em perda de continuidade na série<sup>77</sup>. A PIA 1996 é um ponto de inflexão na série da pesquisa, que passa por nova e ampla reformulação dentro de um processo mais extenso de modernização da produção estatística e da organização das pesquisas da indústria, comércio e serviços. São particularmente relevantes as mudanças introduzidas quanto à Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE-, unidade básica da pesquisa (empresa), desenho da amostra (com base no Cadastro Central de Empresas, ver adiante, sistematicamente atualizado, tratamento censitário para as empresas com 30 ou mais pessoas ocupadas e seleção probabilística de amostra das empresas com contingente de mão-de-obra entre 5 e 29 pessoas). Informações mais detalhadas necessárias às estimativas de valor de produção, valor adicionado, remuneração de assalariados e formação de capital, dentro da conceituação das Contas Nacionais, são respondidas na perspectiva da empresa como um todo. No nível das unidades locais (estabelecimentos) de cada empresa, são demandadas apenas informações sobre a atividade desenvolvida e algumas variáveis chave, que servem de base para a partição dos valores globais da empresa entre as várias atividades desenvolvidas, construindo-se, desta forma, as informações por atividade da pesquisa.

- O Cadastro Central de Empresas - CEMPRE. Em 1985, os Censos Econômicos coletaram, pela primeira vez, o número de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes -

CGC -, como código identificador das empresas. Isso permitiu estabelecer o vínculo da empresas com seus diversos locais de atuação. A partir daí mudou-se radicalmente o critério de coleta, anteriormente baseado no estabelecimento, passando-se a usar a empresa como unidade de pesquisa. É oportuno discorrer mais sobre esse ponto, pelas profundas repercussões que teve e terá sobre o desenvolvimento das pesquisas estatísticas em nosso País. A idéia geral que passou a nortear as pesquisas quando da apuração dos Censos Econômicos 1985 é a de que elas deveriam se estruturar a partir da realização de pesquisas periódicas por amostragem probabilística, abandonando-se a sistemática

Atividade Industrial. Década de 1990. Agência JB



<sup>77</sup> As publicações das PIAs de 1992 a 1995 apresentam um histórico destas mudanças.

anterior de apurações universais (censos) como *benchmarks* para a produção de estatísticas derivadas<sup>78</sup>. Como resultado o IBGE começou a realizar a montagem de um Cadastro Central de Empresas, o qual foi originalmente alimentado com os dados dos Censos Econômicos 1985. A partir daí esse Cadastro “vem sendo atualizado anualmente com os dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS - e, para um conjunto selecionado de empresas, com as informações obtidas a partir das Pesquisas Anuais de Comércio, de Indústria, do Transporte Rodoviário, e da Construção Civil. Em 1995, realizou-se ampla pesquisa de atualização cadastral - o Censo Cadastro, visando à introdução ano Cadastro da

Classificação Nacional de Atividades econômicas - CNAE”<sup>79</sup>. A organização e gestão pelo IBGE de um Cadastro Central de Empresas, sistematicamente atualizado, é um divisor de águas na organização das pesquisas da indústria, comércio e serviços que têm nas empresas o principal informante. O Cadastro Central de Empresas - CEMPRE -, com estas características, tem seu início em 1995, originalmente alimentado por dados do registro administrativo Relação Anual de Informações Sociais - RAIS -, do Ministério do Trabalho e Emprego, usando a CNAE desde 1995, e pelos resultados do Censo Cadastro 1995, realizado com o objetivo específico de atribuição da então nova classificação a estabelecimentos e empresas. A partir de então o CEMPRE vem sendo sistematicamente atualizado com dados da RAIS, do CAGED, e das pesquisas do IBGE. Além de servir como instrumento central no desenho de pesquisas que tenham a empresa como informante, tanto pesquisas do IBGE como de outros órgãos também produtores de pesquisas econômicas, o CEMPRE é uma fonte bastante rica de estatísticas sobre a organização da estrutura produtiva do País, acessível através de publicações próprias.

5. Pesquisas utilizadas pelo IBGE, mas provenientes de outras entidades

- No que toca à Infra-estrutura, o destaque é o Balanço Energético Nacional, pesquisa anual a cargo do Ministério de Minas e Energia, que visa a obter informações sobre produção e consumo das principais fontes de energia<sup>80</sup>. Desde 1980,

<sup>78</sup> Uma exceção à regra é o Censo Agropecuário, cuja edição seguinte foi em 1995-1996. No entanto, não está claro se existirão pesquisas dessa natureza no futuro.

<sup>79</sup> ESTATÍSTICAS do cadastro central de empresas 1998 (2001, p. 7).

<sup>80</sup> A rigor, o Balanço Energético é um trabalho de organização e síntese de dados sobre o mercado energético.





Salinas em Mossoró, RN. Arquivo IBGE.

inclui as relações entre reservas, produção, transformação e consumo de energia.

- No que diz respeito aos Serviços, os destaques são os Registros Administrativos sobre: Seguros (SUSEP); Serviços Postais e Telegráficos (EBCT); Telecomunicações (TELEBRÁS e EBT); Transportes (DAC, Departamento de Portos, Departamento de Transportes Ferroviários, DNER, Departamento Nacional de Trânsito, Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária, Instituto Brasileiro de Turismo).
- Quanto à Propriedade Industrial, as informações básicas divulgadas nos Anuários Estatísticos do Brasil, do IBGE, estão a cargo do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.

6. Além destas fontes existem diversas pesquisas e inquéritos que, atualmente ou no passado, são (ou foram) usadas como base para a construção de estatísticas derivadas. As principais são, no que se refere à indústria:

6.1. As pesquisas denominadas Produção Industrial Brasileira - PIB -, de 1955 a 1958 (IBGE, Conselho Nacional de Estatística), divulgadas a partir de dezembro de 1959<sup>81</sup>. Essas pesquisas, baseadas nos Registros Industriais dos anos correspondentes, abrangiam todos os estabelecimentos que empregavam 5 e mais pessoas em qualquer mês do ano, segundo as atividades de beneficiamento e de transformação. Foram explicitamente excluídas a construção civil e os serviços de utilidade pública, bem como as oficinas de reparação<sup>82</sup>. Os critérios de classificação coincidem com os do Censo Industrial 1950 permitindo, portanto, a comparação com os estratos de estabelecimentos comuns a ambos os inquéritos.

A riqueza das informações dessas pesquisas é incontestável - embora a comparabilidade entre anos seja problemática. Além de apresentar, na parte referente a Aspectos Gerais, os principais dados relativos à produção, elas mostram também estatísticas mensais de flutuação do emprego por Unidades da Federação, inversões de capital, produção física (principais produtos<sup>83</sup>) também por Unidade da Federação e Aspectos Gerais para os principais municípios do País (selecionados segundo o valor da produção) segundo gêneros de indústria.

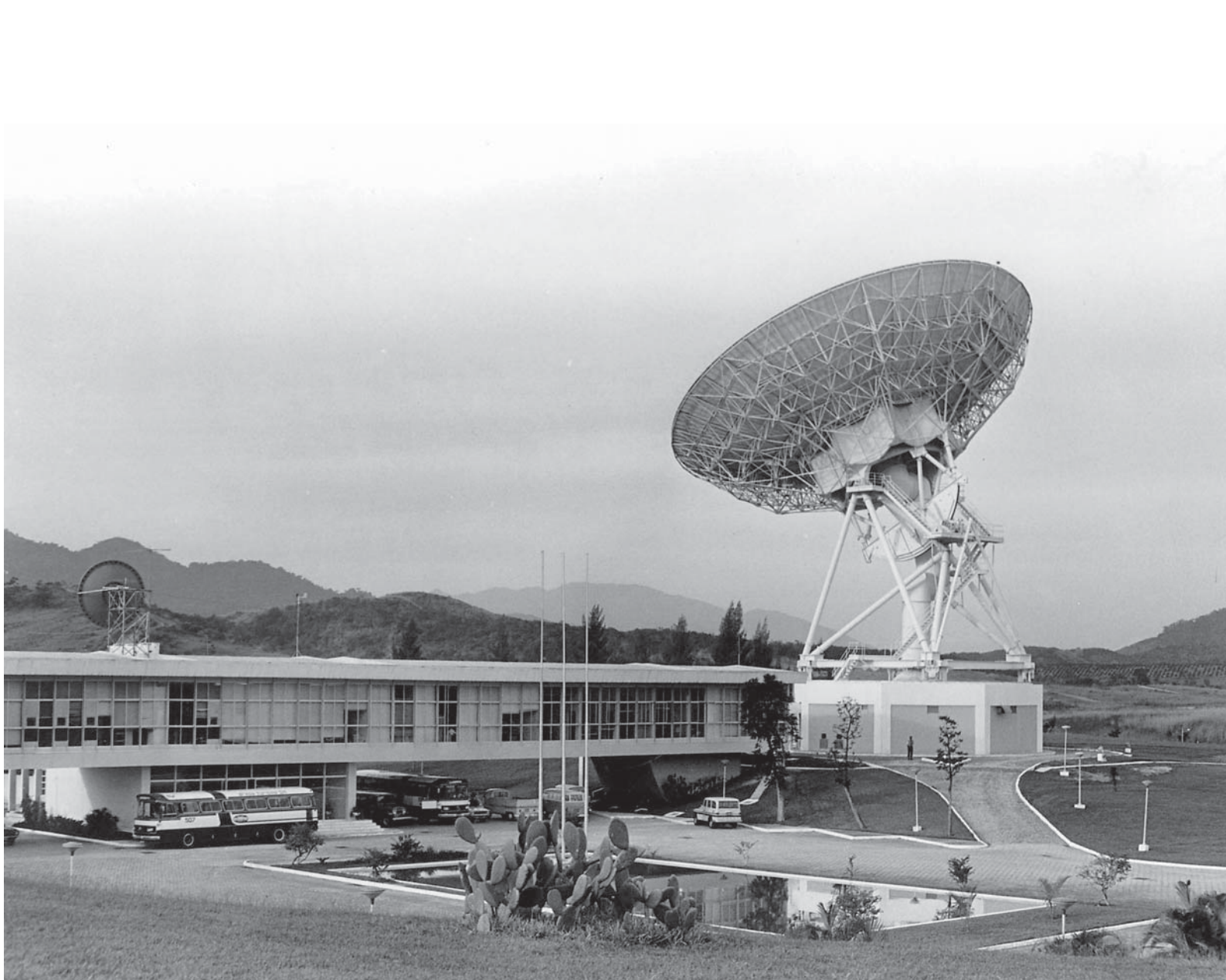
No que se refere à PIB de 1958, no entanto, também foram incluídas unidades industriais de menor dimensão. Além disso, no Registro Industrial daquele ano foram também feitas comparações com os anos anteriores (1955 a 1957) em série retrospectiva. Ainda assim, a comparabilidade dos resultados ao longo do tempo parece

<sup>81</sup> O Registro Industrial 1962 seria divulgado com este nome posteriormente.

<sup>82</sup> O capítulo de Aspectos gerais do volume de 1955 registra 919 estabelecimentos nas Indústrias extrativas e 40 161 nas Indústrias de Transformação. A nota metodológica que abre o volume informa que "...em virtude do extravio do material de coleta não constam deste volume os resultados concernentes à fabricação de cimento..." (p. vii). A mesma nota acompanha o volume de 1956. Note-se que o número de estabelecimentos informantes flutua entre os anos pesquisados, e não necessariamente na direção apontada pela nossa intuição: em 1956, por exemplo, o número de estabelecimentos nas Indústrias de Transformação era de 36 900; bem menor, portanto, do que o de 1955. Em 1957 chega-se a 33 384 e em 1958 a 33 949.

<sup>83</sup> A PIB de 1955 informa que os produtos apurados corresponderam a 71,54% da produção total dos estabelecimentos industriais (p. x).





Antena de telefonia da Embratel. Foto: Gerals do Viola - Agência JB.

**IBGE**

precária. Talvez por essa razão, os resultados do Registro Industrial do período de 1959/1964 não foram divulgados, exceto para o ano de 1962.

6.2. As Pesquisas Industriais - PI - 1966 a 1969, do IBGE/DEICOM - Departamento de Estatísticas Industriais, Comerciais e de Serviços. O levantamento inclui um conjunto de aproximadamente 40 000 estabelecimentos industriais (mineração, beneficiamento e transformação) que representam cerca de 90% da produção industrial do País (Valor da

Produção) tanto em nível setorial como em nível de Unidades da Federação<sup>84</sup>. À diferença das PIBs 1955 a 1958, as PIs investigaram também os estratos de estabelecimentos menores, pois verificou-se que o corte tradicional (mais de cinco pessoas ocupadas) deixava de fora uma parcela ponderável da produção de várias Unidades da Federação em diversos gêneros de indústria. Em particular, a partir dessa época o IBGE passou a seguir mais de perto as recomendações internacionais.

<sup>84</sup> Os resultados compreendem: inversões de capital e desinvestimentos, pessoal ocupado (total e administrativo), flutuação do emprego, salários e vencimentos, despesas diversas, despesas com as operações industriais, distribuição da produção, valor da transformação industrial e dos estoques.

Uma vantagem das PIs é que elas apresentam informações de quantidade produzida e valor da produção para cerca de 470 a 500 produtos industriais selecionados. Isso torna possível a construção de índices setoriais de produção real e preços - ou melhor, valores médios de produção - ao produtor <sup>85</sup>.

### Estatísticas Derivadas (contínuas) <sup>86</sup>

Muito embora diversos pesquisadores tenham construído séries de índices para períodos de tempo determinados (uma determinada década, por exemplo) e setores específicos (indústria, por exemplo), a elaboração de séries históricas longas de estatísticas derivadas relativas ao nível de atividade (agregado e segundo principais setores) tem início na década de 1970 a partir do trabalho de Cláudio L. S.

Vista da feira semanal em Simplício Mendes, PI. Acervo IBGE.



<sup>85</sup> Ver, para uma aplicação nesse sentido, Bonelli (1973).

<sup>86</sup> O texto seguinte complementa as notas metodológicas que acompanham as Seções 6 a 9 das *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988* (1990).

<sup>87</sup> HADDAD (1974a, 1974b, 1975, 1980).

<sup>88</sup> A partir de críticas que recebeu às suas estimativas do produto agrícola - e, portanto, do PIB total - Haddad reviu suas séries para os anos de 1900 a 1920. Os novos resultados estão disponíveis em Haddad (1980). As séries do Índice Agrícola Reformulado e do Produto Total Reformulado substituíram parte das séries dos ensaios anteriores em relação aos anos de 1900 a 1920.

<sup>89</sup> Assim, por exemplo, no que se refere à Agropecuária, o índice de Haddad contempla: i) nas Lavouras, nove produtos (arroz, feijão, milho, cana-de-açúcar, algodão - em rama e em caroço - fumo, café e cacau) de 1900 a 1920, somados bananas, batatas, mandioca, laranjas e trigo daí até 1947; ii) na Produção Animal, abate de gado (bovino, suíno, ovino e caprino) até 1920, somados a leite, lã e ovos daí em diante; e iii) na Extrativa Vegetal, borracha foi o único produto até 1920, ao qual se somaram babaçu, castanhas, cera de carnaúba e erva-mate de 1920 até 1947.

<sup>90</sup> Ver LOEB (1953); LOEB; Van der Meiren (1954).

<sup>91</sup> FISHLOW (1972).

<sup>92</sup> VILLELA; SUZIGAN (1973).

Haddad <sup>87</sup>. Uma das preocupações desse autor, que ocupou-se da primeira metade do Século XX (até 1947), era, claramente, a de produzir estatísticas derivadas, referentes ao PIB agregado e principais setores, que pudessem ser encadeadas com as séries do antigo Sistema de Contas Nacionais da Fundação Getúlio Vargas, o qual teve início em 1947 <sup>88</sup>.

As séries de Haddad, com base 100 em 1939, cobrem cinco atividades, apenas: Agricultura; Indústria; Transportes e Comunicações (a partir de 1908); Comércio; e Governo (também a partir de 1908). A média ponderada dessas séries compõe a do PIB total. A cobertura estatística relativa a cada uma dessas atividades é variável (no tempo e por setor) e utiliza informações de quantidade produzida e valor da produção segundo produtos selecionados <sup>89</sup>.

Embora tenha sido o primeiro pesquisador a construir séries longas para o nível de atividade por setores econômicos na primeira metade do Século XX, Haddad não foi o único. Assim, por exemplo:

- i) em artigo de 1953, Loeb publicou índices da produção industrial para os anos de 1939 a 1949 <sup>90</sup>;
- ii) em artigo de 1972, Fishlow também estimou índices de produção industrial para o período de 1939-1949 <sup>91</sup>;
- iii) em livro publicado em 1973, Villela e Suzigan estimaram índices de produção industrial para o período de 1920-1939 <sup>92</sup>; e



Tecelagem de juta. Manaus, AM. Acervo IBGE.



iv) índices de produção industrial para a década de 1920 foram reestimados por Versiani em artigo divulgado em 1984<sup>93</sup>.

Na construção das tabelas e gráficos do capítulo 1, no entanto, optamos por trabalhar com as séries revistas de Haddad para o período de 1900-1947. A partir dessa data até 1970 os índices relativos no nível de atividade econômica foram calculados pelo Instituto Brasileiro de Economia - IBRE - da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Do começo da década de 1970 a meados dos anos de 1980 os indicadores de produção real da economia brasileira passaram a ser elaborados pelo IBGE. A partir de 1986 a responsabilidade integral pela construção de estatísticas derivadas, inclusive do Sistema de Contas Nacionais,

passou para o IBGE<sup>94</sup>. É oportuno detalhar este ponto, começando pelos índices de produto real por setores econômicos elaborados desde 1947 para subsidiar a construção das Contas Nacionais.

A relação de setores objeto de investigação foi sendo progressivamente ampliada ao longo do tempo<sup>95</sup>. Quanto à metodologia, trata-se, essencialmente, de índices do tipo Laspeyres de base móvel construídos com dados de quantidades produzidas e preços respectivos para uma gama de produtos que foi sendo gradativamente ampliada ao longo do tempo - o que é uma vantagem dos índices de base móvel. A mesma metodologia básica foi posteriormente adotada pelo IBGE com ponderações atualizadas por ocasião dos Censos Econômicos.

<sup>93</sup> VERSIANI (1984).

<sup>94</sup> Data da segunda metade da década de 1960 a criação do Grupo Executivo de Trabalho para as Estatísticas Industriais - GETEI -, composto por especialistas setoriais e estatísticos, que reformularia o sistema de estatísticas derivadas a partir da indústria e seria o embrião do Departamento de Estatísticas Industriais, Comerciais e de Serviços - DEICOM-, no âmbito do IBGE.

<sup>95</sup> As séries de 1947 a 1970 cobriam a Agropecuária, as Indústrias Extrativa Mineral, de Transformação, Construção e Serviços Industriais de Utilidade Pública e dois ramos de Serviços: Comércio e Transportes e Comunicações. No interior da Indústria de Transformação eram pesquisados, inicialmente, 11 gêneros de indústria. A partir de 1955 até 1958 esse número passou a cobrir a totalidade dos gêneros da classificação da época (18). Depois de 1959 o número diminuiu para 14, passando a 15 em 1962, 14 em 1968 e 13 daí até 1970.

Depois de 1970 a responsabilidade pela apuração dos índices de produção real por setores econômicos passou para o IBGE, como vimos. Um dos resultados foi a ampliação do número de setores cobertos. Na Agropecuária passou-se a separar o produto real da Produção Vegetal e da Produção Animal. Na Indústria de Transformação foi sendo ampliada a gama de gêneros objeto de pesquisa. No âmbito dos Serviços houve a separação das atividades de Transportes e Comunicações e, dentro da primeira, a abertura em diversos ramos (Aéreo, Ferroviário, Hidroviário, Rodoviário). Mais tarde, a partir de 1981, foram destacadas as classes relativas às Instituições Financeiras e às Administrações Públicas. A partir de 1986 foram também computados os Outros Serviços. Esse sistema permaneceria até 1995.

A metodologia de cálculo dos índices setoriais de produto real no período que vai de 1947 a 1989, logo antes da entrada em operação do Novo Sistema de Contas Nacionais - NSCN -, pode ser apresentada, resumidamente, como se segue <sup>96</sup>.

- No que toca à Agropecuária, o índice agrega os índices parciais referentes às Lavouras, Produção Animal e Atividades Extrativas utilizando ponderações baseadas no Valor da Produção em anos censitários. O número de produtos é crescente ao longo do tempo, iniciando-se, no caso das Lavouras, com 30 produtos de (1947-1953) e passando-se a 52 a partir de 1954; na Produção Animal são incluídos indicadores de abate de gado e aves, variação nos rebanhos respectivos, e derivados da produção animal; o índice da Extrativa engloba 28 produtos da extrativa propriamente dita e a produção florestal (lenha e carvão vegetal).
- No que diz respeito à Extrativa Mineral, tem-se, para o período de 1947-1972, um painel com 23 produtos representativos do setor. Depois de 1972 os índices são os do Departamento de Indústria -

DEIND -, do IBGE, obtidos a partir da Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física - PIM-PF .

- Quanto à Indústria de Transformação são agregados índices setoriais referentes a 18 gêneros, no mesmo período, a partir de fontes primárias tais como os Registros Industriais e as demais pesquisas industriais acima mencionadas. Depois de 1972 os índices são os do DEIND/IBGE, obtidos a partir da PIM-PF.
- Para a Construção adotou-se o consumo aparente de cimento como medida da evolução do produto real no período de 1947-1969. Depois dessa data foram utilizados indicadores a partir da

Mercado das Flores, Rio de Janeiro, RJ.  
Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.



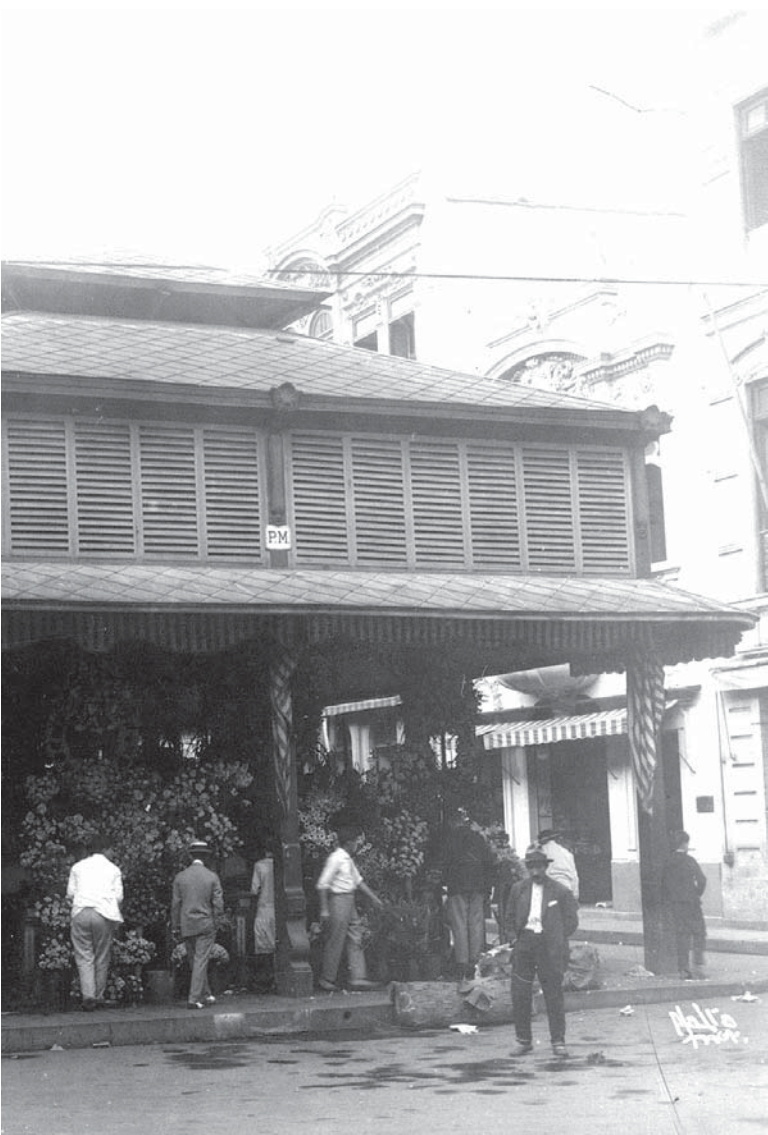
<sup>96</sup> A itemização a seguir está baseada em trabalho inédito de Maria Alice Gusmão Veloso para o IBGE, realizado em 2001.

produção física de insumos típicos da Construção, indicadores esses originados na PIM-PF.

- Quanto ao índice de produção real dos Serviços Industriais de Utilidade Pública, utilizou-se no período de 1947-1989 a evolução do volume físico dos serviços de produção, distribuição e transmissão de energia elétrica.
- Para o Comércio, a estimativa do produto real era dada por uma média da produção nacional (Agropecuária e Indústrias Extrativa Mineral e de Transformação) e da importação de mercadorias.
- No que toca aos Transportes, a metodologia varia conforme o modal: i) para o Hidroviário

(1949-1969) utilizou-se a relação de chegada e partida de passageiros, bem como o movimento de mercadorias; depois de 1970 a navegação de longo curso é estimada, segundo tipos de carga, pela variação anual da tonelage comercializada em navios de bandeira brasileira; para a navegação de cabotagem utilizou-se a carga transportada em toneladas/milhas segundo as categorias de carga mencionadas; ii) para o Aéreo o produto real é estimado, agregando-se os números de passageiros-km e mala postal (t-km) ponderados pelos preços respectivos; iii) para o Ferroviário agregam-se as variações quantitativas do número de passageiros-km e mercadorias (t-km), ponderados pelos preços prestados pelas estradas de ferro; e iv) para o Rodoviário o produto real utiliza como indicador no período de 1947-1969 o crescimento da frota de veículos (caminhões, ônibus e táxis registrados) e depois de 1970 o consumo aparente de óleo Diesel.

- No que toca às Comunicações, o cálculo do produto real abrange as comunicações postais-telegráficas e telefônicas. Para o período de 1947-1969, o indicador desse último é o número de aparelhos telefônicos em uso; para os anos posteriores a 1970, existem dados detalhados do volume físico dos diversos de telefonia disponíveis no País; o índice de produto real é também calculado com base em estatísticas sobre volume de correspondência recebida e expedida, por tipo, para todo o período da série histórica; os Serviços Postais e Telegráficos são medidos através de dados de produção física do Tráfego Postal Convencional e do Tráfego Telegráfico; os de Telefonia seguem um índice dado pelo número de pulsos das ligações locais, interurbanas e internacionais.
- As Instituições Financeiras tiveram seu índice de produto real estimado pela evolução do número de pessoas empregadas nas Instituições Financeiras e de Seguros a partir de 1980.





Construção civil. Foto José Caldas - BrazilPhotos.

- No caso dos Outros Serviços o produto real era estimado pela taxa de variação anual do pessoal ocupado nesta atividade, estatística só disponível a partir de 1985.
- Finalmente, quanto à Administração Pública, o produto real dos serviços prestados é estimado, durante 1981-1989, pelo crescimento da população.

Uma menção especial deve ser feita, nesse ponto, às Pesquisas Industriais Mensais - PIM -, modalidades Produção Física - PF - e Dados Gerais - DG -, pela importância que adquiriram no Sistema Estatístico Nacional desde o começo da década de 1970. Com efeito, embora de âmbito conjuntural (coleta e divulgação mensal), essas pesquisas são a base para o cálculo das variações do nível de atividade da Indústria de Transformação e da Indústria Extrativa Mineral utilizadas no cômputo do Produto Interno Bruto. As PIMs apresentam séries de estatísticas derivadas por classes de atividades e gêneros de indústria, discriminadas segundo as principais Unidades da Federação e regiões do País.

As PIMs sofreram diversas alterações de cobertura e metodológicas desde 1971, quando o sistema foi implantado. Destaca-se, especialmente, quanto à PIM-DG, a mudança efetuada nos critérios de amostragem a partir de

1985 visando a tornar as informações mais fidedignas e comparáveis ao longo do tempo <sup>97</sup>.

Outra importante inovação no âmbito da PIM-PF ocorreu a partir de 1975 quando os índices de produção física passaram a ser divulgados por gêneros de indústria e por categorias de uso dos bens produzidos. O mesmo sistema continua sendo seguido até o presente, com aperfeiçoamentos na montagem das amostras de informantes pela inclusão de novas unidades.

Nunca será demais ressaltar o importante papel desempenhado pela PIM-PF e a produção dos indicadores conjunturais da atividade industrial que, dadas as descontinuidades e atrasos das pesquisas estruturais, sustentaram o acompanhamento da atividade industrial do País, inclusive a construção dos quadros de Contas Nacionais, indo, portanto, além da sua função de acompanhamento meramente conjuntural.

Mas observe-se que a natureza da seleção de informantes da PIM-PF - uma amostra intencional obtida por seleção dirigida de produtos e produtores relevantes, inclusive em nível regional - permitiu que o painel de informantes sofresse alguma atualização ao longo do tempo. Já no caso da PIM-DG, a desatualização da amostra - definida em relação ao Censo de 1980 — foi um fator que contribuiu para a perda de representatividade da pesquisa ao longo do tempo. Por esse motivo a PIM-DG será substituída a partir do final de 2001 pela Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários - PIMES-, cujos primeiros resultados estão previstos para serem divulgados antes do final de 2001 <sup>98</sup>.

A partir de 1990, os índices do produto real por setores passaram a ser também divulgados segundo uma nova classificação composta de 42 setores no âmbito do Novo Sistema de Contas Nacionais - NSCN. O nível de

<sup>97</sup> Diferentemente da PIM-PF, que só apresenta tabulações da produção física, a PIM-DG divulga diversas outras informações de interesse para a análise econômica tais como: índices do pessoal ocupado ligado à produção, do salário médio do pessoal ligado à produção, das horas pagas na produção, da folha salarial, do valor da produção em termos nominais, etc. As mudanças na composição da amostra adotadas a partir de 1985 foram no sentido de aperfeiçoar o sistema de modo a permitir a comparação entre anos consecutivos.

<sup>98</sup> Por esse motivo, os resultados referentes à PIM-DG apresentados no CD-ROM devem ser interpretados com cautela.

atividade setorial é dado, nesse sistema, por índices do Valor Adicionado a Preços Básicos em volume a preços do ano anterior, por classes e atividades, estando presente-mente disponíveis para o período de 1990-1999. O VA a Preços Básicos em volume a preços do ano anterior é, assim, um novo conceito para aferir a variação do nível de atividade setorial ao longo do tempo. O CD-ROM que acompanha essa publicação apresenta as séries de índices segundo essa conceituação.

## Referências bibliográficas

- ABREU, Marcelo de Paiva. A dívida externa pública do Brasil 1931-1943. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 37-87, jun. 1975.
- \_\_\_\_\_. Crise, crescimento e modernização autoritária. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990a.
- \_\_\_\_\_. Inflação, estagnação e ruptura: 1961-1964. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990b.
- \_\_\_\_\_. *O Brasil e a economia mundial 1930-45*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- BACHA, Edmar Lisboa. *Os mitos de uma década*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- \_\_\_\_\_. Issues and evidence on recent Brazilian economic growth. *World Development*, Oxford, v. 5, n. 1/2, Jan./Feb. 1977.
- \_\_\_\_\_. *El milagro y la crisis: economía brasileña y latinoamericana*. México, D.F: Fondo de Cultura Económica, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Política brasileira do café: uma avaliação em 150 anos de café*. Rio de Janeiro: Marcellino Martins: E. Johnston, 1992. Edição comemorativa.
- \_\_\_\_\_. Plano Real: uma avaliação preliminar. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 3-26, jun. 1995.
- \_\_\_\_\_. Plano Real: uma avaliação. In: MERCADANTE, Aloizio (Org.). *O Brasil pós-real: a política econômica em debate*. Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, 1997. p. 11-70.
- \_\_\_\_\_; MALAN, Pedro Sampaio. Brazil's debt: from the miracle to the fund. In: STEPAN, A. (Ed.). *Democratizing Brazil: problems of transition and consolidation*. New York: Oxford University Press, 1989.
- BONELLI, Regis. Produção industrial: sugestão metodológica para a elaboração de índices e aplicações. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 405-428, jun. 1973.
- \_\_\_\_\_. *Ensaio sobre política econômica e industrialização no Brasil*. Rio de Janeiro: SENAI, 1996.
- \_\_\_\_\_; MALAN, Pedro Sampaio. Os limites do possível: notas sobre balanço de pagamentos e indústria nos anos 70. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 353-406, ago. 1976.
- \_\_\_\_\_. Industrialization, economic growth and balance of payments: Brazil, 1970-84. In: WIRTH, J. D.; NUNES, E. de O.; BOGENSCHILD, T. E. (Ed.). *State and society in Brazil: continuity and change*. Boulder, Colorado: Westview Press, 1987.
- BONELLI, Regis; PINHEIRO, Armando Manuel da Rocha Castelar. Desempenho econômico e dinâmica industrial no Brasil. In: O FUTURO da indústria: oportunidades e desafios: a reflexão da universidade. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Secretaria de Tecnologia Industrial: Confederação Nacional da Indústria: Instituto Euvaldo Lodi, 2001.

- CARNEIRO, Dionísio Dias. Crise e esperança: 1974-1980. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- CONTAS consolidadas para a Nação: Brasil 1980-1993. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.
- CONTAS nacionais trimestrais. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: fev. 2002.
- ESTATÍSTICAS do cadastro central de empresas 1998. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.
- ESTATÍSTICAS históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Série estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.
- FISHLOW, Albert. Origens e conseqüências da substituição de importações no Brasil. *Estudos Econômicos [do] FIPE*, São Paulo, v. 6, n. 2, 1972. Também como ORIGINS and consequences of import substitution in Brazil. In: DI MARCO, L. E. *International economics and development: essays in honor of Raul Prebisch*. New York: Academic Press, 1972.
- \_\_\_\_\_. Algumas reflexões sobre a política econômica brasileira após 1964. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 7, 1974.
- FRANCO, Gustavo Henrique Barroso. *Reforma monetária e instabilidade durante a transição republicana*. Rio de Janeiro: BNDES, 1983.
- \_\_\_\_\_. A primeira década republicana. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- FRITSCH, Winston. Aspectos da política econômica no Brasil 1906-1914. In: NEUHAUS, Paulo (Ed.). *Economia brasileira: uma visão histórica*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Instabilidade macroeconômica e desempenho da indústria no Brasil 1919-29*. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Economia, 1985.
- \_\_\_\_\_. *External constraints on economic policy in Brazil 1889-1930*. London: Macmillan, 1988.
- \_\_\_\_\_. Apogeu e crise na Primeira República. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.
- GIAMBIAGI, Fabio; MOREIRA, Maurício Mesquita (Org.). *A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1999.
- HADDAD, Cláudio Luiz da Silva. *Growth of Brazilian real output 1900-1947*. 1974a. Tese (Doutorado) - Universidade de Chicago, Chicago.
- \_\_\_\_\_. Crescimento do produto real brasileiro 1900-1947. *Ensaios Econômicos da EPGE*, Rio de Janeiro, n. 14, jun. 1974b.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 29, jan./mar. 1975.
- \_\_\_\_\_. Crescimento econômico do Brasil, 1900-76. In: NEUHAUS, Paulo. (Coord.). *Economia brasileira: uma visão histórica*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- HELFAND, Steven M.; BRUNSTEIN, Luis F. *The changing structure of the Brazilian agricultural sector and the limitations of the 1995/96 Agricultural Census*. Rio de Janeiro: IPEA, Diretoria de Estudos Macroeconômicos, 2001. Relatório de pesquisa para o projeto NEMESIS.
- INDICADORES conjunturais. Contas nacionais trimestrais. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: fev. 2002.



INDICADORES IBGE: contas consolidadas para a Nação: Brasil 1990-1995. Rio de Janeiro: IBGE, out. 1996.

LOEB, Gustaaf; VAN DER MEIREN, P. *Números índices do desenvolvimento físico da produção industrial do Brasil 1939-1949*. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 31-65, mar. 1953.

\_\_\_\_\_. O desenvolvimento da produção real e dos recursos disponíveis no Brasil 1939-1953. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 141-170, 1954.

MALAN, Pedro Sampaio. *Foreign exchange-constrained growth in a semi-industrialized economy: aspects of the brazilian experience 1946-76*. 1977. Dissertação (Doutorado) - University of California, Berkeley.

\_\_\_\_\_. *Política econômica e teorias de balanço de pagamentos: relações internacionais do Brasil no período 1946-1979*. Rio de Janeiro: [S.l.], 1981.

\_\_\_\_\_. Relações econômicas internacionais do Brasil 1945-64. In: FAUSTO, B. (Ed.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1984. t. 3, v. 2.

MALAN, Pedro Sampaio; BONELLI, Regis. The brazilian economy in the seventies: old and new developments. *World Development*, Oxford, Jan./Feb. 1977.

\_\_\_\_\_. *Brazil 1950-80: three decades of growth-oriented economic policies*. Rio de Janeiro: IPEA; São Paulo: INPES, 1990. (Texto para discussão interna, n. 187).

\_\_\_\_\_. The success of growth policies. In: TEITEL, S. (Ed.). *Towards a new development strategy for Latin America*. Washington, D.C.: Inter American Development Bank, 1992.

MALAN, Pedro Sampaio et al. *Política econômica externa e industrialização do Brasil 1939/52*. Rio de Janeiro: IPEA; São Paulo: INPES, 1977. (Coleção relatórios de pesquisa, n. 36).

NEUHAUS, Paulo (Ed.) *Economia brasileira: uma visão histórica*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

ORENSTEIN, Luis; SOCHACZEWSKI, Antônio Cláudio. Democracia com desenvolvimento 1956-1961. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

PESQUISAS agropecuárias. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. (Série relatórios metodológicos, v. 6).

PESQUISA industrial anual. Pesquisa anual da indústria da construção. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. (Relatórios metodológicos, v. 17).

PINHO NETO, Demóstenes Madureira. O interregno Café Filho. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

RESENDE, André Lara. *A política brasileira de estabilização 1963/68. Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 757-805, dez. 1982.

\_\_\_\_\_. Inflação, estagnação e ruptura. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

SISTEMA de contas nacionais: Brasil: resultados preliminares 1998. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. (Contas nacionais, n. 2).

\_\_\_\_\_: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 2 v. (Contas nacionais, n. 4).

SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

VELOSO, Maria Alice Gusmão. *Metodologia de cálculo dos índices de produto real por atividade econômica 1947 a 1989*. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Contas Nacionais, 2001.

VERSIANI, Flavio Rabelo. Índices de produção industrial para a década de 20: um reexame. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 43-55, jan. abril. 1984.

\_\_\_\_\_. Industrialização: a década de 20 e a depressão. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 59-93, abr. 1984. Revisão de trabalho apresentado no 10. Encontro Nacional de Economia, realizado em Águas de São Pedro em 1992.

\_\_\_\_\_; BARROS, José Roberto Mendonça de (Ed.). *Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização*. São Paulo: Saraiva, 1977.

VERSIANI, Flávio Rabelo; VERSIANI, Maria Tereza. A industrialização brasileira antes de 1930: uma contri-

buição. In: VERSIANI, Flavio Rabelo.; BARROS, José Roberto Mendonça de (Ed.). *Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização*. São Paulo: Saraiva, 1977.

VIANNA, Sérgio Besserman. Duas tentativas de estabilização: 1951-1954. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

VILLELA, Annibal Villanova; SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945*. Rio de Janeiro: IPEA; São Paulo: INPES, 1973. (Monografia, n. 10).

WELLS, John. *Growth and fluctuations in Brazilian manufacturing*. 1977 Tese (Doutorado) - Cambridge University, Cambridge, Inglaterra.

# O SETOR EXTERNO BRASILEIRO NO SÉCULO XX



Guerra, 1942  
Lasar Segall  
Pintura a óleo sobre tela – 270 x 183 cm  
Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP.

---

\* Ph.D. em Economia pela University of Cambridge; Professor do Instituto de Economia da UFRJ. Publicações recentes: *El Papel del Tratado de Libre Comercio de América del Norte en las pérdidas de Brasil frente a México en el mercado de los Estados Unidos: 1992-2001*, co-autor, Revista de la Cepal, n.78, dezembro, 2002. *Livre-Comércio de Produtos Manufaturados entre o Brasil e a União Européia*, in *Aspectos Estratégicos da Política Comercial Brasileira*, Coleção Economia e Diplomacia, IPEA/IPRI, volume 1, Brasília, 2001. *¿Es posible un cluster en torno a la bancita em el Estado de Pará?*, in *Aglomeraciones mineras y Desarrollo Local en América Latina*, Alfaomega, ECLAC and IDRC, Mexico and Colombia, 2001.

## O SETOR EXTERNO BRASILEIRO NO SÉCULO XX<sup>1</sup>

JORGE CHAMT BATISTA\*

O objetivo desse texto é apresentar as tendências das principais variáveis relativas ao setor externo do Brasil no Século XX, destacando, sempre que possível, a precisão, dificuldades, divergências ou lacunas nas séries estatísticas que servem à análise econômica do período. Para uma melhor visualização dessas tendências de longo prazo do setor externo do Brasil, algumas séries são apresentadas na forma gráfica desde 1901 até 2000<sup>2</sup>. Para isto, realizou-se aqui um esforço para encadear e tornar mais consistentes entre si os dados disponíveis para períodos específicos.

A característica, talvez mais marcante, do setor externo brasileiro desde a independência do País até os nossos dias tem sido sua posição de devedor líquido em relação ao resto do mundo. Durante esse longo processo de endividamento externo, a historiografia econômica do Brasil registra uma sucessão de crises cambiais e períodos recorrentes de dificuldades no balanço de pagamentos do País. A chamada vulnerabilidade externa do Brasil não é privilégio do período recente, mas é um traço que acompanha nosso desenvolvimento desde o seu começo.

Apesar das crises cambiais e da restrição externa ao crescimento sustentável de longo prazo, o Brasil obteve relativo sucesso em

Trabalhadores no porto, entre 1938 e 1945. CPDOC/FGV.



<sup>1</sup> O autor agradece ao Professor Marcelo de Paiva Abreu e ao Dr. Maurício Mesquita Moreira pelos comentários sobre uma versão preliminar deste texto; à economista Joana Monteiro, pela assistência na pesquisa; e ao coordenador de estatísticas da Secex, Paulo Pavão, e aos funcionários da área da dívida externa do Banco Central do Brasil, pelas informações gentilmente enviadas. Como de praxe, a responsabilidade por erros e omissões é do autor.

<sup>2</sup> Os conjuntos completos de gráficos e tabelas, além de um arquivo com notas metodológicas, estão disponíveis no CD-ROM em anexo.



Interior dos armazéns da SUFRAMA. Acervo IBGE.

elevar rapidamente a sua renda per capita ao longo do Século XX<sup>3</sup>. Na realidade, não se pode dissociar o processo de endividamento do País e os seus desequilíbrios internos e externos da enorme, e quase sempre subestimada, dificuldade de elevar de maneira sustentável a renda real per capita de um país atrasado a taxas significativamente superiores às do resto do mundo. É sob a perspectiva dessa ambiciosa e difícil meta de superar sua substancial pobreza relativa, que se deve avaliar o desempenho e as dificuldades do País, especialmente no seu setor externo ao longo de todo o Século XX. Em outras palavras, teria sido bem mais fácil

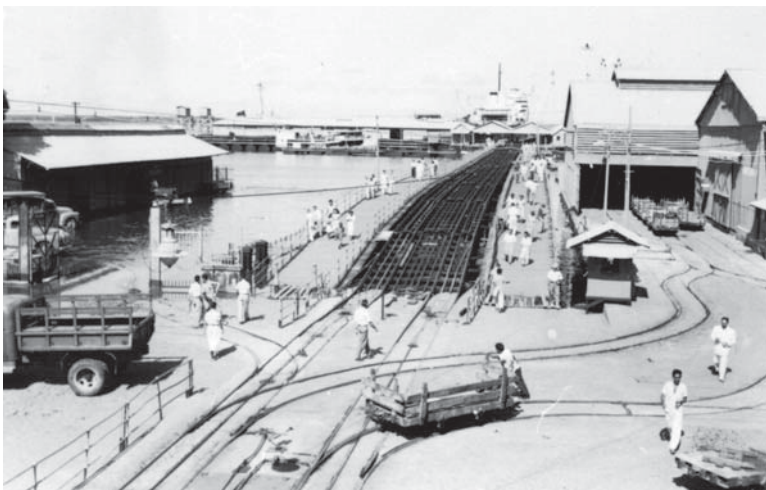
manter o equilíbrio externo, ou a sustentabilidade das contas do balanço de pagamentos, se o País tivesse aberto mão do objetivo de acelerar seu crescimento e atingir padrões de renda mais próximos aos dos Países ricos. Nesse caso, caberia evidentemente questionar se esse “equilíbrio” seria desejável.

Não obstante sua satisfatória taxa de crescimento médio durante o Século XX<sup>4</sup>, a economia brasileira alternou períodos de alta expansão com outros de graves desequilíbrios internos e externos. Os desequilíbrios internos seriam caracterizados por crescimento baixo, ou mesmo negativo, e pela instabilidade de preços, com aumento do desemprego e/ou queda de salários reais. As grandes depreciações ou perdas substanciais de reservas e desvalorizações da moeda nacional, conforme o regime cambial então vigente, marcariam os períodos de desequilíbrio externo ou crises cambiais. As fases expansionistas tenderam a coincidir com ambientes externos favoráveis à obtenção de divisas, seja pela ampliação das receitas com exportações, seja pelo influxo líquido de capitais externos. Por outro lado, as crises cambiais tenderam a estar associadas a ambientes externos desfavoráveis, caracterizados quase sempre por uma aguda deterioração dos termos de troca e/ou pelo rápido refluxo dos capitais externos. Dessa forma, diversos autores têm enfatizado as mudanças no setor externo como o principal fator condicionante da política econômica e do desempenho da economia do País<sup>5</sup>.

<sup>3</sup> A tentativa de comparar o crescimento da renda per capita de diferentes países ao longo do século envolve uma variedade de dificuldades e, dependendo da metodologia adotada, resultados divergentes são bem possíveis. Segundo Maddison (1991), a renda per capita do Brasil que era apenas um quarto da renda média dos 16 países mais avançados em 1900, passou a representar 29% dessa renda média em 1989, após ter alcançado quase um terço em 1973. Em comparação com Argentina, Chile e México, a renda per capita do Brasil aumentou, respectivamente, de 34%, 46% e 67% em 1900, para 109%, 79% e 120% da renda per capita desses países em 1989. O próprio Maddison (1995) fez essa comparação obtendo, respectivamente, 26%, 36% e 61% em 1900 e 77%, 81% e 105% em 1989. Em 1994, a renda per capita do Brasil teria sido de 58%, 63% e 95% da renda da Argentina, Chile e México, respectivamente.

<sup>4</sup> Ao menos até 1980.

<sup>5</sup> Por exemplo, Abreu (1990a), escrevendo no final dos anos de 1980 sobre o período entre 1930 e 1945, assinala que “... com o benefício da experiência dos últimos 60 anos, parece claro que a ênfase na endogeneização das fontes de dinamismo do crescimento econômico parece ter sido exagerada, tendo sido certamente desmentida pelo comportamento da economia brasileira nos últimos 20 anos. Assim, mesmo no auge de um período em que o crescimento da economia dependia preponderantemente de fatores internos, as restrições externas são os principais determinantes das linhas principais da política econômica, sublinhando a impossibilidade de se estudar economia brasileira no período sem referência à inserção do Brasil na economia mundial” (p. 73).



Porto flutuante de Manaus, AM, inclinado devido à enchente. Acervo IBGE.

Com efeito, as transformações na economia mundial e as mudanças no ambiente externo, com as quais a economia brasileira teve que se confrontar ao longo do Século XX, não foram pequenas. A primeira metade do século, após um período inicial favorável de pouco mais de uma década, é marcada por grandes turbulências, provocadas pelas duas Grandes Guerras Mundiais, intercaladas pela Grande Depressão. A segunda metade do Século pode ser dividida em dois períodos. O primeiro, que vai de 1947 a 1973, é caracterizado pela estabilidade e vigorosa expansão da economia mundial, enquanto o segundo é marcado pelas turbulências provocadas pelos dois choques do petróleo, pela crise da dívida externa dos Países em desenvolvimento no início dos anos de 1980 e pela sucessão de crises dos Países emergentes da América Latina, Ásia e Leste Europeu (Rússia) nos anos de 1990.

Além desta introdução, este texto está dividido em três seções. A primeira mostra a evolução da estrutura do comércio exterior brasileiro e avalia seu desempenho. A

<sup>6</sup> Medidos em dólares americanos (FOB). Até 1939, os dados da balança comercial eram reportados oficialmente em libras-ouro e em moeda nacional, conforme a Tabela (1) no CD-ROM em anexo. Os dados em libras-ouro foram convertidos para dólares americanos, levando em consideração a quebra da paridade-ouro da moeda americana em 1933. Ver tabela (2) e Notas Metodológicas no CD-ROM em anexo.

<sup>7</sup> Em 1952, 1960 e 1962.

<sup>8</sup> Como é de se esperar de um país devedor, os saldos na conta de serviços de fatores foram negativos em todo o século, exceto em 1938, quando o saldo estimado foi zero, ver Tabela (12) no CD-ROM em anexo ou Abreu (1990a, p. 398). Para o período entre 1901 e 1929, os saldos dos serviços de fatores podem ser estimados pelos pagamentos de juros da dívida externa pública, ver Tabela (16) no CD-ROM em anexo e Fritsch (1983, p. 266). Os saldos da conta de serviços não fatores eram positivos no período republicano do Século XIX, mas se tornaram altamente negativos na década de 1930 e após 1945. Durante a 2ª Guerra, os déficits em serviços não fatores foram relativamente pequenos e registraram-se os dois únicos superávits do século em 1942 e 1943. Não há informações estatísticas sobre as transferências unilaterais entre 1901 e 1938, mas supõe-se que os déficits nessa conta foram muito grandes no período até o final da década de 1920, em função das remessas de imigrantes, ver seção sobre capital externo e taxa de câmbio mais adiante neste texto. As transferências unilaterais foram negativas entre 1945 e 1959 e positivas entre 1960 e 2000 (exceto em 1982), mas nesse período seus valores só foram expressivos a partir do final dos anos de 1980.

<sup>9</sup> Exceto em 1973 e 1977.

segunda seção relaciona as principais crises cambiais e apresenta as tendências da dívida externa, dos termos de troca, da taxa de câmbio e das transferências de recursos financeiros. A terceira faz algumas considerações finais.

## Estrutura e desempenho do comércio exterior

O Brasil apresentou saldos comerciais<sup>6</sup> positivos ao longo da maior parte do Século XX. Foi assim em toda a primeira metade do Século. Até 1970, apenas em três anos a balança comercial foi deficitária<sup>7</sup>. Portanto, até então, os déficits em transações correntes e, por conseguinte, a necessidade de financiá-los através de investimentos estrangeiros e de endividamento externo, deveram-se às importações líquidas de serviços e às transferências unilaterais para o exterior<sup>8</sup>. Foi somente entre 1971 e 1980<sup>9</sup> e entre 1995 e 2000, que o País registrou déficits substanciais na sua balança comercial. Dessa forma, pode-se dizer que o financiamento de importações líquidas de mercadorias é um fenômeno relativamente recente no Brasil.

### As exportações de mercadorias

#### Composição

Desde o início do século até meados dos anos de 1960, a pauta de exportação brasileira esteve fortemente concentrada em relativamente poucos produtos primários. De fato, a Tabela 1 revela que apenas oito produtos primários responderam por mais de dois terços do total

Tabela I - Principais produtos de exportação do Brasil - 1901-1965

Período	Principais produtos de exportação (Em %)				
	Total	Café (1)	Borracha	Algodão (2)	Outros (3)
1901/1910	95,2	51,3	28,2	2,1	13,6
1911/1920	84,2	52,4	11,4	2,0	18,4
1921/1930	88,5	69,6	2,5	2,4	14,0
1931/1940	77,6	50,0	1,1	14,3	12,2
1940/1950	66,6	43,2	1,1	11,3	11,0
1951/1954	82,8	63,8	0,2	9,9	9,0
1955/1960	75,3	60,0	0,1	4,5	10,7
1961/1965	67,4	50,6	0,3	7,7	8,9

Fontes: Séries estatísticas retrospectivas. Ed. fac-sim. Rio de Janeiro: IBGE, 1986. v. I: Repertório estatístico do Brasil: quadros retrospectivos. Separata de: Anuário estatístico do Brasil 1939/1940. Rio de Janeiro: IBGE, 1941; Anuário estatístico do Brasil 1957-1965. Rio de Janeiro: IBGE, v. 18-26, 1957-1965.

(1) Em grão. (2) Em rama. (3) Cacaú em amêndoas, fumo, açúcar de cana, peles e couros e mate.

exportado na média de todas as décadas até o quinquênio completado em 1965. O café (em grão) foi sempre o principal produto de exportação, mantendo uma participação média entre 70% na década de 1920 e 43% na década de 1940<sup>10</sup>. Nesse período até meados dos anos de 1960, outros produtos primários tiveram surtos de crescimento de suas exportações, porém quase sempre efêmeros. As exportações de borracha tiveram seu apogeu na primeira década do Século, chegando a alcançar 39% do total exportado pelo Brasil em 1910. Entre 1914 e 1925, as exportações de animais e seus produtos (inclusive couros e peles) passaram a ter participação significativa na pauta, alcançando um máximo de 20% em 1918. As exportações de algodão (em rama) tiveram sua fase áurea entre 1934 e 1939, com participação média de quase 18% nesse período<sup>11</sup>.

Alguns produtos industrializados de origem agropecuária, tais como tecidos de algodão, açúcar refinado e carnes frigorificadas passaram a ser exportados pelo Brasil a partir da metade da segunda década do século. Na média do período de 1912/1920, esses produtos responderam por 6,3% das exportações de bens, alcançando um máximo de 16,1% em 1918<sup>12</sup>. Na média de 1938/1939, os produtos industrializados passaram a responder por 8,0% das exportações, embora apenas 0,6% fossem produtos manufaturados em sentido estrito<sup>13</sup>, ficando os restantes 7,4% para os produtos agroindustriais<sup>14</sup>.

Contudo, foi entre 1940 e 1945 que os produtos industrializados passaram a ter uma participação expressiva nas exportações brasileiras, obtendo uma média de 44,1% no período e alcançando 50,7% em 1942<sup>15</sup>. No

<sup>10</sup> Com efeito, o café só viria a perder sua posição de principal produto da pauta de exportação do Brasil nos anos de 1970.

<sup>11</sup> Ver SÉRIES estatísticas retrospectivas (1986, v. 1, p. 89-90).

<sup>12</sup> Ver Villela e Suzigan (1975, p. 50) e Suzigan (1986), para uma detalhada análise sobre as origens e desenvolvimento da indústria brasileira.

<sup>13</sup> Os produtos manufaturados em sentido estrito não incluem os produtos agroindustriais e correspondem aos setores (5) de produtos químicos e farmacêuticos; (6) manufaturados classificados segundo a matéria-prima ou bens intermediários; (7) máquinas, veículos e suas partes; (8) artigos manufaturados diversos ou bens finais; e (9) transações especiais do Sistema Padrão Internacional de Classificação das Nações Unidas (*Standard International Trade Classification – SITC*).

<sup>14</sup> Os dados desagregados das exportações em moeda doméstica para o período de 1938/1939 são do Anuário Estatístico do Brasil 1952. Os tecidos de algodão estão incluídos entre os produtos manufaturados em sentido estrito e representaram 50% desses na média desses anos. Dentre os principais produtos industrializados de origem agropecuária destacam-se: cera de carnaúba, carnes industrializadas e madeira de pinho.

<sup>15</sup> Ver MALAN et al. (1980, p. 97). Os produtos manufaturados em sentido estrito, que não chegavam a deter 1% da pauta brasileira em 1939, aumentaram para 15% em 1942, e para 20% no ano seguinte. Em 1944 e 1945, essa participação foi de 15% e 18%, respectivamente. Ver Anuário Estatístico do Brasil 1952.



entanto, no pós-guerra, a participação desses produtos na pauta diminuiu rápida e consideravelmente. No período de 1949/1951, a participação média dos produtos industrializados já era inferior a 9%, correspondendo aos manufaturados em sentido estrito apenas 1,5% do total exportado<sup>16</sup>.

A Tabela 2 mostra que, em 1964, os produtos primários ainda respondiam por 85% das exportações<sup>17</sup>, 8% correspondendo aos semimanufaturados e apenas 6,3% aos produtos manufaturados<sup>18</sup>. Entretanto, a partir

da segunda metade dos anos de 1960, a participação das exportações de produtos manufaturados no total passou a crescer aceleradamente, mais que triplicando seu valor em 1964/1971, ultrapassando a marca de 50% a partir de 1981, e alcançando 60% no ano 2000. O peso dos produtos semimanufaturados no total das exportações também tendeu a crescer entre 1964 e 2000, embora tenha sofrido mais oscilações. Por conseguinte, a parcela dos produtos básicos no valor total exportado caiu dos 85%, em 1964, para menos de um quarto, no final do Século.

**Tabela 2 - Composição das exportações brasileiras, por fator agregado - 1964/2000**

Ano	Composição das exportações brasileiras (Em %)				
	Total	Fator agregado			
		Básicos	Semi-manufaturados	Manufaturados	Operações especiais
1964	100,0	85,4	8,0	6,3	0,3
1965	100,0	81,5	9,6	8,1	0,7
1969	100,0	77,7	9,1	12,3	0,9
1970	100,0	74,8	9,1	15,2	0,9
1974	100,0	57,6	11,5	28,5	2,4
1975	100,0	58,0	9,8	29,8	2,4
1979	100,0	43,0	12,4	43,6	1,0
1980	100,0	42,2	11,7	44,8	1,3
1984	100,0	31,6	10,2	57,2	1,1
1985	100,0	33,0	10,3	55,6	1,1
1989	100,0	27,0	17,0	55,1	0,9
1990	100,0	27,5	16,2	55,1	1,2
1994	100,0	24,9	16,2	57,9	1,0
1995	100,0	22,6	20,6	55,5	1,3
1999	100,0	24,6	16,6	56,9	1,8
2000	100,0	22,8	15,4	59,8	1,9

Fontes: Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Secretaria de Comércio Exterior. Evolução das exportações brasileiras por fator agregado 1964 a 2002. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/indicadores/default.htm>>. Acesso em: abr. 2002.

<sup>16</sup> Em 1951, a participação dos produtos manufaturados em sentido estrito já havia caído para 0,96% do total exportado, pouco acima do valor de 1939 de 0,84%. Os tecidos de algodão responderam em média por 59% das exportações de produtos manufaturados em sentido estrito no período de 1949/1951. Ver o Anuário Estatístico do Brasil 1952 para os dados desagregados das exportações em moeda doméstica.

<sup>17</sup> No entanto, deve-se ressaltar que a partir dos anos de 1950, a pauta de produtos primários se diversificou, passando a incorporar outros produtos não tradicionais, como minério de ferro, que passaram a responder por parcelas crescentes no total exportado pelo País.

<sup>18</sup> Utiliza-se aqui o conceito de produto manufaturado da Secretaria de Comércio Exterior (ou da antiga Cacex), mais abrangente que o conceito das Nações Unidas, ele inclui alguns produtos agroindustriais, como açúcar refinado, suco de laranja, cigarros, café solúvel, carnes industrializadas e outros.

Contudo, utilizando o sistema de classificação dos produtos das Nações Unidas, verifica-se na Tabela 3 que os produtos alimentícios (primários e industrializados), as matérias primas agrícolas, os combustíveis, os minérios e os metais não-ferrosos ainda representavam juntos pouco menos de dois terços das exportações brasileiras em 1980 e pouco menos da metade em 1998. Com efeito, diversas análises da composição das exportações indicam que uma parcela substancial dos

produtos manufaturados, especialmente os mais competitivos<sup>19</sup>, são intensivos em recursos naturais e tendem a ser comercializados como *commodities* no mercado internacional, sendo seus preços cotados em bolsas de mercadorias<sup>20</sup>.

### Principais destinos

As exportações brasileiras por País de destino tenderam a se diversificar ao longo do século. Apenas oito

**Tabela 3 - Exportações brasileiras, por categoria (1) de produto - 1965/1998**

Ano	Exportações brasileiras				
	Total (1 000 000 US\$)	Categoria de produto, segundo classificação do SITC (1) (Em %)			
		Produtos alimentares 0+1+22+4	Matérias-primas agrícolas 2-(22+27+28)	Combustíveis 3	Minerais e metais 27+28+68
1965 (2)	1 596	67,3	15,3	0,0	8,9
1970	2 739	63,3	11,9	0,6	10,1
1975	8 670	54,1	3,9	2,3	12,4
1980	20 132	46,3	4,0	1,8	9,4
1985	25 639	36,8	2,5	6,4	9,4
1990	31 412	27,2	3,3	2,2	13,7
1995	46 505	28,5	5,1	0,9	10,3
1998	51 120	29,6	3,7	0,7	10,0

Ano	Exportações brasileiras				
	Categoria de produto, segundo classificação do SITC (1) (Em %)				
	Produtos manufaturados (5 a 8)-(68)	Produtos químicos 5	Outros manufaturados (6+8)-(68)	Maquinas e equipamentos de transporte 7	Outros 9
1965 (2)	7,8	0,9	5,1	1,8	0,7
1970	13,2	1,4	8,3	3,5	0,9
1975	25,3	2,1	12,8	10,3	2,1
1980	37,2	3,6	16,8	16,9	1,4
1985	43,8	5,7	22,9	15,2	1,1
1990	51,8	5,9	27,4	18,6	1,3
1995	53,1	6,5	27,5	19,0	2,1
1998	53,9	6,2	23,1	24,6	2,0

Fonte: Handbook of International Trade and Development Statistics - Unctad (diversos números) e Yearbook of International Trade Statistics - UN (diversos números).

(1) Classificação do Comércio Internacional Padrão (Standard International Trade Classification - SITC). (2) As exportações de ferro e aço estavam originalmente incluídas em minerais e metais. Os valores do Yearbook of International Trade Statistics (UN) foram utilizados para incluir as exportações desse setor entre as dos produtos manufaturados.

<sup>19</sup> Ou seja, com maior participação nas exportações mundiais.

<sup>20</sup> Ver, por exemplo, CHAMI BATISTA (1993, 1994); NONNENBERG (1995).

Países respondiam por mais de 90% das exportações do Brasil nos primeiros anos. A participação desses Países caiu para cerca de 85% no final dos anos de 1930<sup>21</sup>, menos de 80% no início dos anos de 1950, menos de 70% na segunda metade dos anos de 1960 e menos de 60% nos anos de 1980 e 1990<sup>22</sup>.

Desde o início do Século, os Estados Unidos têm sido o principal país de destino das exportações brasileiras. Nos anos de 1940 e início dos anos de 1950, as importações americanas chegaram a responder por mais da metade do total exportado pelo Brasil. A partir de então, a participação dos Estados Unidos tendeu a cair, respondendo por menos de um quarto do total nas últimas três décadas do século, embora tenha tido uma certa recuperação em meados dos anos 1980<sup>23</sup>.

A participação dos países da América Latina como destino das exportações brasileiras tendeu a se elevar, na medida em que crescia o peso dos produtos manufaturados na pauta. Os acordos preferenciais podem ter ajudado a expandir as exportações brasileiras de manufaturados nos anos de 1960 e de 1970<sup>24</sup>, mas o protecionismo da região sempre inibiu o comércio entre esses Países. Contudo, a partir de meados dos anos de 1980, a liberalização comercial em diversos Países da região, os acordos comerciais do Brasil com a Argentina e, posteriormente, a formação do Mercosul determinaram um maior peso para a região nas exportações brasileiras, especialmente de produtos manufaturados<sup>25</sup>.

<sup>21</sup> A maior redução relativa foi nas exportações para os Estados Unidos, mas a Grã-Bretanha e a França, também, perderam importância como mercados de destino. Dentre os oito principais mercados para as exportações brasileiras, o da Alemanha teve forte crescimento entre 1934 e 1938, em função de acordos bilaterais de comércio. Ver ABREU (1990a, p. 87-88).

<sup>22</sup> Incluem Estados Unidos, Grã-Bretanha, Alemanha, França, Holanda, Argentina, Itália e Japão.

<sup>23</sup> De fato, com a substancial valorização do dólar americano na primeira metade dos anos de 1980, os EUA tenderam a aumentar sua participação nas importações mundiais.

<sup>24</sup> Ver DOELLINGER et al. (1973, p. 75-76). Na realidade, verifica-se algumas discrepâncias entre os dados apresentados nesse trabalho e em um trabalho posterior, ver Doellinger; Faria; Cavalcanti (1974, p. 96).

<sup>25</sup> Ver a distribuição das exportações brasileiras por países nas Tabelas (3), (4) e (5) do CD-ROM em anexo. Para uma análise dos países que competem com as exportações brasileiras nos principais mercados mundiais e os ganhos e perdas das exportações brasileiras por mercados e países nos anos de 1990, ver Chami Batista (2001a).

<sup>26</sup> Índice de quantidade ou *quantum* exportado. Para a metodologia aplicada ver texto sobre Notas Metodológicas no CD-ROM em anexo.

<sup>27</sup> Exceto quando explicitamente indicado, as taxas de crescimento nesse trabalho são calculadas com base em regressões simples, sendo a variável dependente, nesse caso, as quantidades exportadas, expressa em forma logarítmica.



Porto de Santos, ponto final da Estrada de Ferro Santos – Jundiá. Acervo IBGE.

## Crescimento

A evolução das exportações brasileiras de mercadorias ao longo de todo o Século XX pode ser dividida em duas grandes fases: a primeira, que vai do início do Século até meados dos anos de 1960, que poderíamos denominar de fase primária exportadora; e a segunda, que se estende de meados dos anos de 1960 até o final do século, período no qual as exportações de produtos manufaturados passaram a dominar a diversificação da pauta brasileira. A taxa de crescimento média do volume exportado<sup>26</sup> em todo o século foi de 2,7% ao ano, sendo de apenas 1,1% ao ano na primeira fase e de 6,7% ao ano na segunda<sup>27</sup>.



Embarque de café no Porto de Santos, SP. Acervo IBGE.

Durante a primeira fase, o crescimento das exportações brasileiras esteve, pela maior parte do tempo, restrito pela falta de dinamismo do comércio internacional<sup>28</sup> e pela baixa elasticidade preço e renda da demanda externa, sobretudo em relação ao principal produto de exportação do País. Por outro lado, características específicas do café

geravam grandes variações na sua oferta<sup>29</sup>. Por conseguinte, não obstante os esforços dos gestores da política econômica do Brasil para estabilizar o preço internacional do café, o período é marcado por fortes oscilações desse preço.

De uma maneira geral, os preços unitários das exportações brasileiras seguem de perto os preços do café durante todo esse período até meados dos anos de 1960<sup>30</sup>. Por outro lado, o *quantum* exportado revela uma tendência de crescimento lento até o final da Segunda Guerra e de um pequeno decréscimo a partir daí até 1964<sup>31</sup>. Sendo assim, as variações nas receitas com as exportações tenderam a acompanhar as mudanças nos seus preços unitários, pelo menos até 1951. Entre 1951 e 1964, as variações nos preços passaram a ser compensadas por variações inversas nas quantidades, e as receitas com exportações ficaram praticamente estagnadas no período<sup>32</sup>.

A partir de 1964, tem início uma forte expansão nas quantidades exportadas<sup>33</sup>, cujo efeito sobre a receita é parcialmente amortecido pela queda nos preços unitários até 1968, mas é ampliado substancialmente pelo extraordinário e quase contínuo aumento nos preços até 1980<sup>34</sup>. A partir desse ano, os preços unitários voltaram a sofrer oscilações significativas<sup>35</sup>. Porém, a manutenção de uma tendência de

<sup>28</sup> Segundo Maddison (1995, p. 239), o *quantum* das exportações mundiais cresceu 3,86% ao ano entre 1900 e 1913, mas apenas 0,18% ao ano entre 1924 e 1938. Não há estatísticas para os períodos das duas grandes guerras, porém o *quantum* das exportações mundiais em 1950 foi 169% superior ao de 1900, o que corresponde a um crescimento ponta a ponta de 1,2% ao ano. Segundo Lewis (1952, p. 106-107), o *quantum* do comércio internacional de produtos primários em 1938 era apenas de 18,6% superior ao de 1913 (crescimento ponta a ponta de 0,7% ao ano) e, em 1950, era apenas 47% superior ao de 1913 (crescimento ponta a ponta de 1,06%).

<sup>29</sup> As características da oferta e da demanda pelo café brasileiro foram examinadas por diversos autores. Ver, por exemplo, Delfim Netto (1979), para uma análise detalhada das elasticidades da oferta e da demanda, Fritsch (1983), para o período até 1930, e Bacha (1978), para o período do pós-guerra.

<sup>30</sup> Ver Gráfico 1 no CD-ROM em anexo.

<sup>31</sup> Ver Gráfico 2 no CD-ROM em anexo. A taxa de crescimento média do *quantum* exportado foi de 1,9% ao ano entre 1901 e 1946, mas tornou-se negativa entre 1946 e 1964, quando o *quantum* exportado caiu 1,1% ao ano.

<sup>32</sup> Ver Gráfico 3 no CD-ROM em anexo.

<sup>33</sup> Ver Gráfico 2, CD-ROM em anexo. As quantidades exportadas cresceram 8,0% ao ano entre 1964 e 1980 e 6,7% ao ano entre 1964 e 2000.

<sup>34</sup> Entre 1968 e 1980, os preços unitários das exportações brasileiras aumentaram em média 12,3% ao ano. Como se sabe, a economia mundial experimentou uma expansão vigorosa até 1973, o que tendeu a elevar os preços das mercadorias em geral. Esses foram os derradeiros anos do Acordo de *Bretton Woods* e são marcados por uma excepcional expansão da oferta de dólares na economia mundial, ver Malan (1981, p.145-157). O primeiro choque do petróleo tendeu a alimentar ainda mais o processo inflacionário internacional, incluindo os preços das *commodities* exportadas pelos países em desenvolvimento não exportadores de petróleo, ver Chami Batista (1992, p. 13-14).

<sup>35</sup> Com dramática queda até 1985, alta até 1989, nova queda até 1993, nova alta até 1997 e mais uma dramática queda em 1999, ver Gráfico 1, CD-ROM em anexo.

crescimento das quantidades exportadas reduziu em parte os seus efeitos sobre as receitas com exportações<sup>36</sup>.

### Comparação internacional entre preços unitários

Quais os efeitos que as mudanças na composição das exportações brasileiras, ao longo do século, teriam tido sobre o seu preço unitário? Essa é uma das questões fundamentais que se pode analisar, sobre essas longas séries de preços de exportação aqui construídas. Para isto, cotejou-se a evolução dos preços unitários das exportações brasileiras com a dos índices de valor unitário do café do Brasil, com a dos valores unitários das *commodities* (exclusive petróleo) exportadas no mundo e com a dos valores unitários dos produtos manufaturados exportados pelas economias avançadas (MUV)<sup>37</sup>.

Verifica-se, surpreendentemente, que as mudanças na composição das exportações brasileiras durante o século parecem ter contribuído para elevar o seu preço unitário médio mais que proporcionalmente a todos os demais preços analisados<sup>38</sup>. No entanto, pode-se constatar que as duas inflexões que ajudam a explicar o aumento relativo dos preços de exportação do Brasil durante o Século XX ocorrem entre 1940 e 1954 e entre 1972 e 1980. Em ambos os períodos, a substancial elevação do preço do café contribuiu de forma significativa para o

aumento relativo do valor unitário das exportações brasileiras<sup>39</sup>. No período da Segunda Guerra, o aumento da participação dos produtos industrializados na pauta de exportação também contribuiu para elevar o valor unitário das exportações brasileiras. Entre 1972 e 1975, a diversificação da pauta teve efeito positivo sobre o valor unitário das exportações brasileiras, mas a extraordinária elevação do preço do café, entre 1975 e 1977, acentuou a tendência dos valores unitários das exportações brasileiras a aumentar mais rapidamente que os referentes aos produtos manufaturados exportados pelos países desenvolvidos<sup>40</sup>.

Transporte de minério. Santa Catarina. Acervo IBGE.



<sup>36</sup> Mesmo assim, as reduções no valor exportado em 1982, 1986 e 1990 estão associadas a quedas nas quantidades exportadas nesses mesmos anos, ver Gráficos 2 e 3.

<sup>37</sup> Ver Gráfico 1, CD-ROM em anexo.

<sup>38</sup> As tendências desses preços ao longo do século, com base nas suas médias móveis de 15 anos, são apresentadas no Gráfico (4) no CD-ROM em anexo. A série escolhida, entre as várias disponíveis para o preço unitário das exportações mundiais de *commodities* (exclusive petróleo), foi a que apresentou o maior crescimento no período, ver Grilli e Yang (1988). Ainda assim, diferenças metodológicas entre essa série e a do preço unitário das exportações brasileiras poderiam, em princípio, ser responsáveis por esse resultado, ver Notas Metodológicas sobre as séries apresentadas no CD-ROM em anexo. Um maior esforço para tornar as séries mais consistentes metodologicamente seria necessário para confirmar essa hipótese.

<sup>39</sup> Vale ressaltar que o aumento do preço relativo das exportações não necessariamente implica elevação da capacidade para importar, especialmente no caso do café.

<sup>40</sup> Esse efeito positivo do preço do café é confirmado pelo resultado obtido por Grilli e Yang que concluíram que a série de preços do subsector de bebidas (café, cacau e chá) foi a única, entre os grupos que compõem as *commodities* (exclusive petróleo) exportadas mundialmente, que revelou uma tendência de aumento superior à do preço unitário de manufaturados exportados pelos países avançados entre 1901 e 1986, ver Grilli e Yang (1988, p. 11). As séries de preços unitários das exportações brasileiras por setor calculadas pela Funcex/Ipea revelam que foram os preços dos produtos básicos os que mais ajudaram a elevar os valores unitários das exportações brasileiras entre 1974 e 1980 (em boa parte puxada pelo preço do café até 1977). Por outro lado, ao contrário da tendência no século, os valores unitários de exportação dos produtos manufaturados brasileiros aumentaram menos que os preços unitários dos produtos manufaturados dos países avançados no período de 1974/2000, embora tenham tido melhor desempenho que os preços dos produtos básicos e que o dos semi-manufaturados exportados pelo Brasil no mesmo período.

Do início do século até o final da década de 1920, a tendência do preço do café também foi de um crescimento bem superior à do preço unitário das exportações brasileiras. Porém, os preços dos demais produtos primários exportados pelo Brasil levaram a que os preços unitários das exportações brasileiras tendessem a crescer menos que os preços das *commodities* mundiais e dos manufaturados dos países avançados.

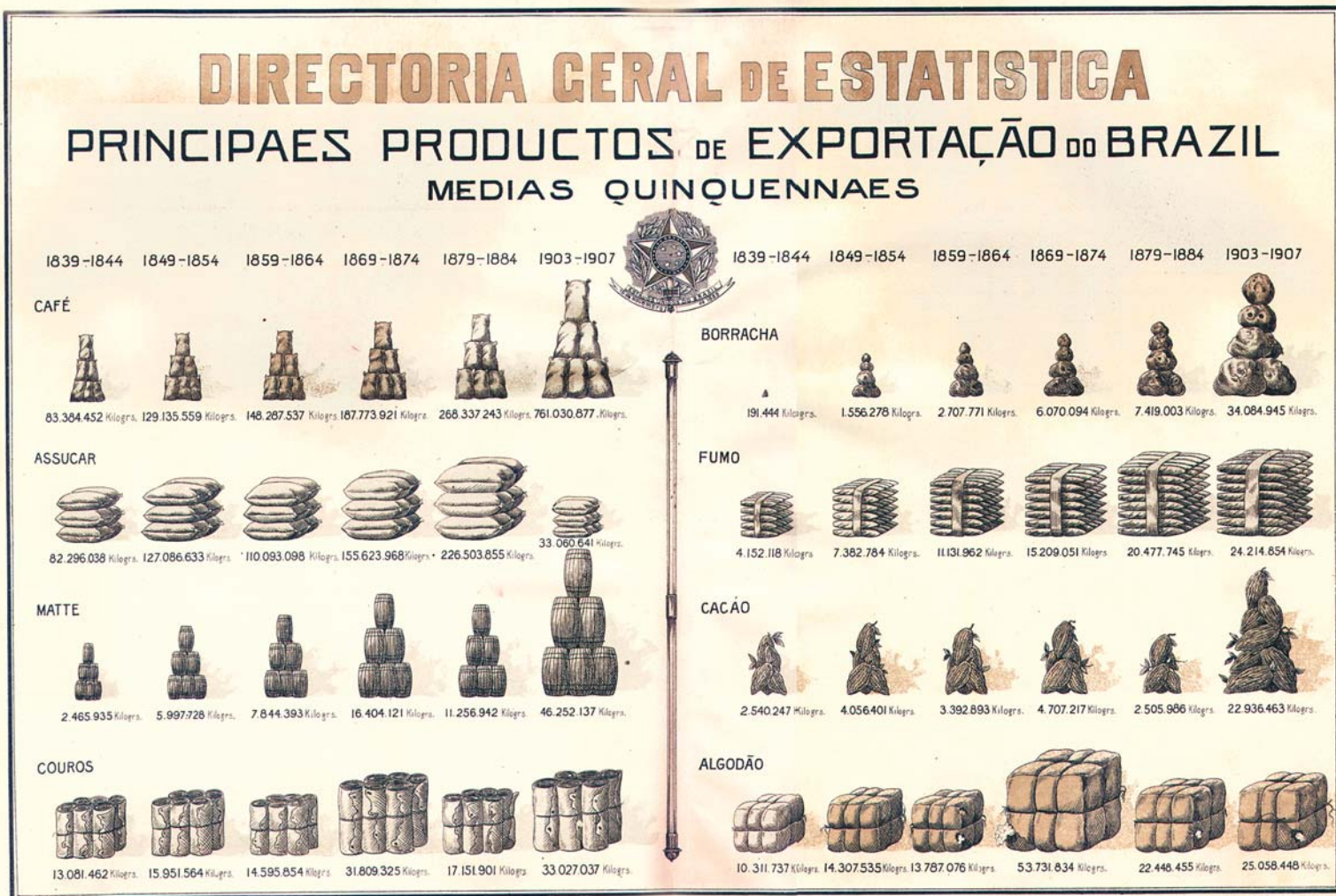
Contudo, a influência do preço do café foi fortemente negativa para os preços das exportações brasileiras

nos demais períodos do século, ou seja, entre 1929 e 1940, entre 1954 e 1972 e entre 1980 e 2000. Neste último período, os preços dos produtos básicos e dos semi-manufaturados também tenderam a reduzir o crescimento dos preços das exportações brasileiras<sup>41</sup>.

Considerando apenas a segunda metade do século ou a fase entre 1964 e 2000, na qual os produtos manufaturados revelaram participação crescente nas exportações brasileiras, verifica-se que o preço unitário das exportações brasileiras tendeu a aumentar mais que os preços do café e

<sup>41</sup> Ver GUIMARAES et al. (1997).

Gráfico apresenta os principais produtos da exportação brasileira na Exposição Nacional de 1908. Acervo



das *commodities* não petróleo exportadas no mundo, porém menos que os preços dos produtos manufaturados dos países avançados. Portanto, o processo de industrialização da pauta exportadora brasileira parece ter contribuído para aumentar o valor unitário relativo das exportações, enquanto os produtos primários tenderam, na média desse período, a reduzir o seu crescimento relativo.

Em linha com as expectativas teóricas, verifica-se que as mudanças na composição das exportações brasileiras durante o século contribuíram para manter a volatilidade do preço unitário das exportações brasileiras abaixo da do preço do café<sup>42</sup>. Contudo, a volatilidade dos preços unitários de exportação do Brasil tendeu a ser superior à dos preços das *commodities* exportadas no mundo (exclusive petróleo) e à dos preços unitários dos produtos manufaturados exportados pelas economias avançadas.

Portanto, embora o significativo peso do café na pauta de exportação do Brasil tenha ajudado a elevar o seu preço unitário mais do que proporcionalmente aos preços dos produtos manufaturados dos países avançados (MUV) na média do século, contribuiu também para elevar a volatilidade daquele preço unitário em relação à do MUV. Deve-se notar, entretanto, que a volatilidade dos preços do Brasil foi inferior à dos demais preços entre 1918 e 1925 e, mais importante, voltou a ser a série menos volátil a partir de 1989.

## Importações

### Composição

A evolução da pauta de importação brasileira ao longo do Século XX resultou, em grande medida, do processo de industrialização por substituição de importa-



Indústria automobilística em Resende, RJ.  
Foto: Marco Antônio Teixeira - Agência O Globo.

ções que se estendeu pela maior parte desse período. Especialmente a partir dos anos de 1930, um conjunto de instrumentos de políticas cambial e comercial passou a ser adotado de modo a restringir as importações não essenciais, ou que de alguma maneira pudessem ser substituídas pela oferta doméstica<sup>43</sup>. Exceto por breves tentativas de reduzir as barreiras às importações, o protecionismo manteve-se intenso até quase o final dos anos de 1980, quando se iniciou o processo de abertura comercial do País<sup>44</sup>.

Vale ressaltar que a industrialização por substituição de importações não implica qualquer redução na parcela de produtos industrializados na pauta de importações do país<sup>45</sup>. Ao contrário, a participação de produtos manufaturados, que era de cerca de 80% do total importado pelo País nas três primeiras décadas do Século, aumentou para cerca de 90% após a Segunda Guerra<sup>46</sup>. Sua queda nos anos de 1970 e início dos anos de 1980 deveu-se exclusivamente aos choques do petróleo.

As estatísticas que classificam as importações por categorias de uso podem gerar evidências discrepantes, tendo em vista que resultam da aplicação de critérios por

<sup>42</sup> Exceto no período entre 1945 e 1949 e entre 1973 e 1975. A volatilidade de todos os índices de valor unitário analisados ao longo do século é apresentada no Gráfico 5, ver CD-ROM em anexo. Vale observar que a volatilidade a cada ano é calculada pelo coeficiente de variação dos preços nos últimos 15 anos.

<sup>43</sup> Diversos trabalhos analisam as políticas protecionistas implementadas no País durante o século. Ver, por exemplo, MALAN et al. (1980); VILLELA; SUZIGAN (1975); DOELLINGER; FARIA; CAVALCANTI (1974); DOELLINGER; CAVALCANTI; BRANCO (1977); CHAMI BATISTA (1992).

<sup>44</sup> Para uma análise do período pós-abertura ver, por exemplo, *Trade policy review: Brazil* 1996 (1997).

<sup>45</sup> Sobre este ponto, ver Tavares (1976, p. 38-41).

<sup>46</sup> As importações de bens não-industrializados eram bastante concentradas em trigo e combustíveis.



**IBGE**

Um embarcação atracada no Porto. Foto: Luiz Ferreira

vezes subjetivos. Sendo assim, os dados disponíveis variam conforme a fonte escolhida<sup>47</sup>. De qualquer modo, as evidências sugerem que a participação das importações de bens de consumo no total importado tendeu a cair desde o início do século até o final da década de 1920, especialmente a de bens de consumo não-duráveis<sup>48</sup>. Entre 1914 e 1918 (Primeira Guerra), aumentaram as participações dos combustíveis e lubrificantes e das matérias-primas em geral no total importado, mas, posteriormente, foi o aumento da

participação dos bens de capital que tendeu a ser a principal contrapartida da queda relativa dos bens de consumo<sup>49</sup>. Durante a crise de 1930/1932, as importações de bens de capital e de consumo caíram relativamente ao total importado, enquanto as participações das importações de combustíveis e matérias-primas em geral aumentaram.

De 1932 a 1973, o peso das importações de bens de capital no total teve uma tendência de crescimento, embora tenha flutuado bastante em torno dessa tendência.

<sup>47</sup> Ver Malan e outros (1980, p. 138) para as estatísticas entre 1938 e 1952. A Secex, Receita Federal e a Funcex, por exemplo, produzem séries diferentes para as importações por categoria de uso.

<sup>48</sup> A participação dos bens de consumo no total importado pelo Brasil teria caído de 35% na média de 1901/1910 para 21% em 1921/1929, sendo que os duráveis aumentaram sua participação de 5,8% para 10,2%, enquanto a dos não-duráveis diminuíram de 29,4% para 10,6% no mesmo período, ver Villela e Suzigan (1975, p. 152).

<sup>49</sup> As importações de combustíveis e lubrificantes alcançaram 14,8% do total importado em 1914/1918, contra 8,2% na primeira década do século, mas caíram para 11,5% em 1920/1929. Já as importações de bens de capital teriam sido de apenas 6,9% no período da 1ª Guerra, contra 8,8% em 1901/1910 e 14,0% em 1920/1929, ver Malan e outros (1980, p. 140).



Essas importações alcançaram participações elevadas nos períodos de 1943/1944, 1946/1952<sup>50</sup>, 1957/1961<sup>51</sup> e no início dos anos de 1970. As reduções nas importações dos setores de bens de consumo e de matérias-primas (exclusive combustíveis) no total importado foram as principais contrapartidas do aumento da parcela de bens de capital<sup>52</sup>. No entanto, as participações tanto de bens de consumo como de matérias-primas e combustíveis oscilaram razoavelmente no período<sup>53</sup>.

Entre 1973 e 1983, como resultado dos dois choques nos preços internacionais do petróleo, as importações de combustíveis e lubrificantes brasileiras deram um salto extraordinário, passando de cerca de 12,4% para bem mais da metade do total importado pelo País<sup>54</sup>. Após um aumento em 1974, as importações de matérias-primas foram as que mais cederam espaço para o crescimento relativo das importações de combustíveis nesse período, embora os setores de bens de consumo e de capital também tenham contribuído. O setor de bens de capital resistiu a uma queda relativa mais expressiva até 1978, mas a partir daí sua participação no total importado se reduziu drasticamente.

A partir de 1983, o peso das importações de combustíveis no valor total importado pelo País tendeu a cair de forma expressiva, tendo como principal contrapartida o

aumento relativo das importações de outros bens intermediários (exclusive alimentos e bebidas), nos anos de 1980, e o aumento relativo das importações de bens de capital e bens de consumo (especialmente automóveis e bens semi e não-duráveis) nos anos da abertura comercial<sup>55</sup>.

### Origens por países

No início do século, os países europeus forneciam mais de dois terços das mercadorias importadas pelo Brasil, sendo que a Grã-Bretanha era o principal país exportador, respondendo por pouco menos que um terço do total importado pelo Brasil. Contudo, ao longo da primeira metade do século, os Estados Unidos passaram a responder por parcelas crescentes das importações brasileiras, ultrapassando a Grã-Bretanha como principal país fornecedor a partir de 1915<sup>56</sup>.

No período das duas Guerras Mundiais, as participações dos EUA e da Argentina nas importações brasileiras tenderam a aumentar substancialmente. A partir dos anos de 1950, após a recuperação dos países derrotados na Segunda Guerra, os tradicionais fornecedores de bens para o Brasil<sup>57</sup> tenderam a perder participação nas importações totais. Esse fenômeno se acentuou com os dois choques do petróleo nos anos de 1970 e a crescente concentração da pauta brasileira nesse produto. Ao longo dos anos de

<sup>50</sup> Segundo Malan et al. (1980, p.140), o setor de bens de capital respondeu por mais de um quarto das importações totais nos períodos de 1943/1944 e 1946/1952, contra uma média de 18% no período de 1933/1939, ver Villela e Suzigan (1975). Vale lembrar que os investimentos para a implantação da CSN tiveram lugar no período de 1943/1944.

<sup>51</sup> Nesse período, o peso das importações do setor de gêneros alimentícios e bebidas sofreu queda significativa, ver Doellinger e outros (1977, p. 31, 37 e 44).

<sup>52</sup> Os dados para o período entre 1964 e 1973 são do Banco do Brasil, ver *Brasil comércio exterior: séries estatísticas* (1981).

<sup>53</sup> Segundo Malan e outros (1980, p. 140), a parcela das importações de bens de consumo no total tendeu a flutuar muito no período de 1938/1952, caindo drasticamente em 1943/1944, mas atingindo percentuais elevados e típicos da década de 1920 no período liberal do imediato pós-guerra (em função sobretudo do aumento dos não-duráveis), para depois voltar a cair.

<sup>54</sup> Ver COMÉRCIO exterior. BCB Boletim/BP Boletim do Banco Central do Brasil e Nota para a Imprensa: série importação: combustíveis e lubrificantes – (FOB) US\$ Anual. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: dez. 2001.

<sup>55</sup> Ver INDICADORES e estatísticas. Balança comercial brasileira. Disponível em: <<http://www.mdci.gov.br/comext/secex>>. Acesso em: dez. 2001;

<sup>56</sup> Em 1921 e 1922, a Grã-Bretanha recuperou brevemente sua posição de principal fornecedor, mas a perdeu definitivamente a partir de então. As estatísticas das importações brasileiras indicam expressivo aumento da participação da Alemanha no período entre 1934 e 1938. Embora essa participação tenha de fato se elevado, basicamente em detrimento das importações com origem na Grã-Bretanha, ela foi superestimada, pois as importações com origem na Alemanha foram lançadas em marcos do Reich e não em marcos de compensação, conforme alerta Abreu (1990a, p. 90).

<sup>57</sup> Sobretudo Estados Unidos, Grã-Bretanha, Argentina e França.

1980, os países da OPEP perderam importância na composição das importações brasileiras por país de procedência, enquanto os EUA, Argentina e Alemanha voltaram a aumentar suas participações. Com a abertura comercial e a implantação do Mercosul nos anos de 1990, a Argentina ganhou maior participação nas importações brasileiras. Porém, foram os países emergentes da Ásia os que mais se beneficiaram da abertura comercial brasileira nos anos de 1990<sup>58</sup>.

### Crescimento

As dificuldades do Brasil, até os anos de 1970, para financiar déficits na balança comercial em adição ao seu déficit estrutural nas demais contas do balanço em transações correntes<sup>59</sup>, levaram a que o valor das importações estivesse, de uma maneira geral, limitado pelas receitas com exportações de mercadorias.

Com efeito, observa-se um padrão bem-definido de crescimento das despesas com importações em relação às receitas com exportações<sup>60</sup>. Nas fases de crescimento das exportações, as importações tendem a crescer mais que proporcionalmente, reduzindo o saldo comercial brasileiro. Porém, quedas bruscas nos valores exportados quase sempre antecipam as crises cambiais. Como as importações tendem a manter o seu crescimento ainda por algum tempo na fase inicial das crises, os saldos comerciais tendem a cair para valores próximos de zero ou, ocasionalmente, tornam-se negativos. Eventualmente, as crises cambiais interrompem o crescimento das importações, que caem mais que proporcionalmente às exportações. Assim, os grandes superávits comerciais do País ao longo do século são típicos dos anos imediatamente após as crises cambiais, e refletem fundamentalmente os efeitos das políticas de ajustamento.

<sup>58</sup> Para uma análise detalhada dos países ganhadores e perdedores no mercado de importações do Brasil por produto nos anos de 1990, ver Chami Batista (2001a).

<sup>59</sup> Em função, sobretudo, das condições da oferta internacional de capitais e da capacidade de pagamento do País.

<sup>60</sup> Ver Gráfico 3, CD-ROM em anexo.

<sup>61</sup> Conforme evidenciado nos Gráficos 2 e 3, CD-ROM em anexo.

<sup>62</sup> Como se observa no Gráfico 6, CD-ROM em anexo.

A extraordinária liquidez da economia internacional nos anos de 1970 permitiu ao Brasil, pela primeira vez, financiar enormes e consecutivos déficits na sua balança comercial, prolongando nesse período a fase de crescimento das importações acima do crescimento das exportações. Por outro lado, a fase de ajustamento nos anos 1980 é proporcionalmente mais severa e mais duradoura<sup>61</sup>.

Tendo em vista o lento crescimento médio do valor exportado e uma certa estabilidade dos preços unitários das importações até 1940<sup>62</sup>, verifica-se que a expansão do

Exportação. Foto: Marcelo Regua - Agência JB.



volume importado esteve severamente restrita nesse período<sup>63</sup>. Entre 1940 e 1951, o *quantum* importado cresceu rapidamente, porém na média de todo o período desde 1901 até 1951, o seu crescimento anual não passou de 1,6% ao ano, enquanto a capacidade para importar crescia apenas 1,2% ao ano. Entre 1951 e 1964, enquanto o valor das exportações tendia a decrescer a uma taxa média de 1,5% ao ano, o volume importado e a capacidade para importar diminuía a uma taxa média de aproximadamente 0,06% ao ano. Entre 1965 e 1974, o *quantum* importado deu um enorme salto, crescendo 17,3% ao ano, acima da capacidade

para importar e do *quantum* exportado, cujas taxas de crescimento foram de 9,8% e 9,7% ao ano, respectivamente.

Por outro lado, entre 1975 e 1985, o *quantum* importado sofreu um decréscimo substancial, mais lento até 1980 e mais dramático após esse ano. Portanto, o aumento do valor importado até 1980 resultou da elevação nos preços unitários das importações, especialmente do petróleo. A queda no valor exportado após 1981 e a necessidade de gerar saldos comerciais a qualquer custo forçaram a contração violenta do volume importado, não obstante a queda nos preços unitários das importações até 1986. A recuperação do volume importado é gradual até 1992, quando o seu nível ainda era menor do que em 1980, mas tornou-se acelerada entre 1992 e 1995, tendendo a se estabilizar após esse ano.

#### Comparação internacional entre preços unitários

Comparando-se a evolução dos valores unitários das importações brasileiras com a dos preços dos produtos manufaturados exportados pelos países avançados<sup>64</sup>, verifica-se que, partindo-se de 1901, as variações anuais desses preços são praticamente idênticas até o final da Segunda Guerra, exceto pelo período entre 1915 e 1922, quando os preços das importações brasileiras aumentaram relativamente aos preços de exportação dos produtos manufaturados durante a Primeira Guerra, mas voltaram a se alinhar após a guerra.

Por outro lado, o aumento relativo dos preços das importações brasileiras entre o final da Segunda Guerra e o início da Guerra da Coreia tendeu a se manter até 1973, apesar de ter sofrido um recuo significativo entre 1952 e 1959. Após 1973, as divergências entre os dois preços analisados devem ser, em grande medida, atribuídas às variações nos preços do petróleo<sup>65</sup>.

<sup>63</sup> Ver Gráfico 2, CD-ROM em anexo.

<sup>64</sup> Ver Gráfico 6, CD-ROM em anexo.

<sup>65</sup> Vale lembrar que diferenças metodológicas entre as séries recomendam que os resultados dessas comparações sejam encarados com uma certa cautela.





Plataforma de extração de petróleo na Bacia de Campos, RJ, em 1999.  
Foto: José Caldas - BrazilPhotos.

### Grau de abertura da economia: coeficientes de exportação e importação

Os coeficientes de abertura da economia que relacionam as exportações e importações ao PIB tenderam a decrescer entre o início do século e o início dos anos de 1960<sup>66</sup>. Ambos os coeficientes tenderam a crescer nos anos de 1970, mas na primeira metade dos anos de 1980, somente o coeficiente de exportação seguiu crescendo, enquanto o coeficiente de importação se reduziu. Porém, na segunda metade dos anos de 1980, ambos os coeficientes voltaram a cair. O coeficiente de importação atingiu seu mais baixo valor em 1989, passando a aumentar a partir de então, com a abertura econômica, enquanto o coeficiente de exportação tendeu a cair entre 1992 e 1996 e a crescer após esse ano. Nota-se, contudo, que o coeficiente de importação em 1999 ainda era inferior aos seus valores de pico que ocorrem em 1947, 1974 e 1980<sup>67</sup>.

As séries de coeficientes de exportação e de penetração das importações para a indústria de transformação<sup>68</sup> formam um quadro semelhante, no qual esses coeficientes diminuem até 1964 e aumentam na primeira metade dos anos de 1970<sup>69</sup>. Eles passam a divergir, entre 1975 e 1985, com o coeficiente de penetração das importações diminuindo, enquanto o coeficiente de exportação mantém sua tendência crescente. Na segunda metade dos anos de 1980, os coeficientes de exportação e de penetração das importações voltaram a caminhar juntos, tendendo a cair nesse período, mas crescendo nos anos de 1990<sup>70</sup>.

### Desempenho relativo das exportações brasileiras

Examinando a participação das exportações brasileiras de mercadorias no valor total exportado pelo mundo entre 1901 e 2000<sup>71</sup>, verifica-se que o Brasil chegou a ter mais de 2% do mercado mundial na primeira década do século. No período entre as duas grandes guerras<sup>72</sup>, a participação brasileira caiu para cerca de 1,5% das exportações mundiais. Porém, no início dos anos de 1950, quando o café respondia por mais de 60% da pauta brasileira, o Brasil atingiu sua maior participação nas exportações mundiais de mercadorias. Do início dos anos 1950 até 1967, essa participação diminuiu em quase dois terços, atingindo seu mais baixo valor no século. A partir dos últimos anos da década de 1960 até 1984, as exportações brasileiras tenderam a recuperar uma parte

<sup>66</sup> Ver MOREIRA (1995); CONTAS nacionais: séries PIB R\$, Anual, exportações – bens e serviços, R\$, Anual, importações – bens e serviços. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: dez. 2001.

<sup>67</sup> Deve-se notar que variações na participação do setor de serviços (tipicamente não comercializável internacionalmente) no PIB tendem a distorcer o grau de abertura medido por esses coeficientes.

<sup>68</sup> O coeficiente de exportação é medido pela razão entre o valor das exportações de produtos manufaturados e o valor da produção da indústria de transformação. O coeficiente de penetração das importações é medido pelo valor das importações dividido pela oferta doméstica, calculada pela soma entre o valor da produção e o valor das importações, menos o valor das exportações de produtos manufaturados.

<sup>69</sup> Ver Moreira (1995, p. 191) que cita diversos trabalhos e autores como fontes originais desses dados. Para uma série anual completa de 1920 até 1975 ver Malan e outros (1980, p. 287). Para esse período, os dados são baseados em índices de quantidade.

<sup>70</sup> Ver Haguenuer, Markwald e Pourchet (1998) e Markwald (2001) para os dados a partir de 1985. Uma outra série disponível para o período a partir de 1989 pode ser encontrada em Moreira (1999). Essas séries apresentam metodologias e resultados diferentes entre si, mas as tendências são fundamentalmente as mesmas. Os coeficientes para esse período são calculados a preços correntes.

<sup>71</sup> Ver Gráfico 7 no CD-ROM em anexo.

<sup>72</sup> Não há informações confiáveis para o valor das exportações mundiais nos períodos das duas grande guerras mundiais. Os valores no Gráfico 7 para esses períodos são meras interpolações lineares.

das perdas sofridas, voltando a ter uma participação de 1,5% no mercado mundial. Porém, essa participação voltou a cair significativamente desde então, alcançando em 1999/2000 valores muito próximos do seu mais baixo valor no século.

Comparando-se o valor das exportações brasileiras com o das exportações por blocos e países selecionados na Tabela 4, constata-se que mesmo em relação às exportações dos países em desenvolvimento e dos países da Aladi, o desempenho exportador brasileiro é muito ruim na década de 1950 e após 1985. Em comparação com as exportações dos países do Sul e Sudeste Asiático, o desempenho exportador do Brasil é ainda pior. Países como o México e a China, que exportavam substancialmente menos que o Brasil até o início dos anos de 1980, passaram a exportar entre três e quatro vezes mais que o Brasil, respectivamente<sup>73</sup>.

Analisando as participações das exportações brasileiras nas exportações mundiais por setor na Tabela 5, verifica-se que o Brasil revelou, nas últimas décadas, vantagens comparativas em minérios metálicos, em produtos alimentares e em metais ferrosos e não-ferrosos. Observa-se, contudo, que entre 1955 e

1965, o Brasil teve perdas significativas de participação nos setores de produtos primários e agroindustriais (exceto em minérios metálicos e combustíveis), sem qualquer ganho nos setores de produtos manufaturados. O viés antiexportador, das políticas cambial e comercial promotoras da industrialização substitutiva de importações, tem sido apontado como a causa fundamental das perdas de oportunidades para expandir as exportações, especialmente das indústrias leves<sup>74</sup>.

Entre 1965 e 1984/1985, o Brasil teve ganhos expressivos de mercado em quase todos os setores, sobretudo nos produtos manufaturados (metais, em especial). Não obstante o aprofundamento da política protecionista no País, diversos incentivos às exportações foram implementados na segunda metade dos anos de 1960 e nos anos de 1970<sup>75</sup>. No início dos anos de 1980, a política cambial deu contribuição importante para a expansão das exportações, compensando o fim de alguns subsídios. Porém, o fator decisivo para os ganhos no mercado internacional em 1984/1985 foi a substancial expansão da oferta de produtos manufaturados (sobretudo de bens intermediários e de bens de capital), promovida pelos investimentos realizados nos anos de 1970, e, a

**Tabela 4 - Comparação entre as exportações brasileiras de bens com as exportações de blocos e países selecionados - 1950/1999**

Blocos e países selecionados	Exportações brasileiras de bens (Em %)							
	1950	1960	1970	1980	1985	1990	1995	1999
Países em desenvolvimento (1)	7	4	5	3	5	4	3	3
ALADI (2)	24	17	21	24	28	25	23	18
Sul e sudeste asiático (1)	21	16	18	14	14	8	6	6
China	247	49	119	111	94	51	31	25
México	255	166	195	112	96	77	58	35

Fontes: Handbook of international trade and development statistics 1996/97. New York: United Nations, 1997; Handbook of statistics 2000. New York: United Nations Conference on Trade and Development, 2000. Disponível em: <<http://www.unctad.org>>. Acesso em: dez. 2001.

(1) Não considera os países do leste europeu e os países socialistas da Ásia. (2) Os valores entre 1955-1965 são para toda a América Latina (20 Repúblicas).

<sup>73</sup> Deve-se observar que o aumento das exportações desse países teve efeito direto sobre o Brasil, já que as maiores perdas líquidas das exportações brasileiras por produto em terceiros mercados entre 1992 e 1996 foram para a China e o México, ver Chami Batista (2001a).

<sup>74</sup> Ver MOREIRA (1995, cap. 3).

<sup>75</sup> Ver DOELLINGER et al. (1973); DOELLINGER; FARIA; CAVALCANTI (1974).

Tabela 5 - Market-share mundial das exportações brasileiras, por categoria de produto - 1955/1997

Ano	Market-share mundial das exportações brasileiras (Em %)					
	Total 0 a 8	Categoria de produto, segundo classificação do SITC (1)				
		Produtos alimentares 0+1+22+4	Matérias-primas agrícolas 2-(22+27+28)	Minerais 27+28	Combustíveis 3	Produtos químicos 5
1955	1,5	5,5	2,0	1,2	0,0	0,1
1960	1,0	4,0	1,0	1,8	0,0	0,1
1965	0,9	3,1	1,6	2,9	0,1	0,1
1970	0,9	3,8	1,8	3,6	0,0	0,1
1975	1,0	4,1	1,0	5,8	0,0	0,1
1980	1,0	4,2	1,1	6,1	0,0	0,1
1984	1,4	5,0	1,3	5,6	0,1	0,5
1985	1,3	4,8	1,1	5,7	0,5	1,1
1990	0,9	2,7	1,0	5,7	0,4	0,5
1995	0,9	2,9	1,7	4,7	0,2	0,4
1997	1,0	...	1,5	5,2	0,1	0,6

Ano	Market-share mundial das exportações brasileiras (Em %)				
	Categoria de produto, segundo classificação do SITC (1)				
	Ferro e aço 67	Metais não-ferrosos 68	Bens intermediários e finais (6+8)-(67+68)	Máquinas e equipamentos de transporte 7	Manufaturados 6 a 8
1955	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
1960	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
1965	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
1970	0,3	0,0	0,1	0,0	0,2
1975	0,2	0,0	0,1	0,0	0,4
1980	0,2	0,1	0,3	0,2	0,7
1984	1,3	0,3	0,7	0,6	1,0
1985	3,2	1,5	1,1	0,6	1,0
1990	2,0	0,7	0,4	0,3	0,7
1995	2,3	1,4	0,4	0,3	0,7
1997	2,9	1,6	0,7	0,4	0,7

Fonte: Handbook of international trade and development statistics 1976. New York: United Nations, 1977; Handbook of international trade and development statistics 1987. New York: United Nations, 1988; Handbook of international trade and development statistics 2000. New York: United Nations, 2001.

(1) Classificação do Comércio Internacional Padrão (Standard International Trade Classification - SITC).

queda concomitante da demanda doméstica, resultante das políticas contracionistas então adotadas<sup>76</sup>.

Deve-se enfatizar, no entanto, que os custos e o viés antiexportador das políticas protecionistas não foram eliminados no período, sobretudo em relação às indústrias leves intensivas em mão-de-obra pouco qualificada, como a indústria têxtil e de vestuário. As perdas de oportunidade do Brasil nessas indústrias são bastante evidentes, quando se observa a expansão do seu mercado mundial e o desempenho exportador de Países em desenvolvimento como a República da Coreia<sup>77</sup>.

Nos anos de 1990, a abertura comercial promoveu substanciais aumentos de produtividade na indústria brasileira<sup>78</sup> e foi base essencial para o sucesso do programa de estabilização da economia implementado em 1994. No entanto, a tímida expansão da capacidade de produção das indústrias de transformação<sup>79</sup>, frente a um substancial aumento da absorção doméstica no período, e a valorização cambial até 1998, restringiram o crescimento das exportações<sup>80</sup>.

## Endividamento externo e crises no balanço de pagamentos

O processo de endividamento externo e as recorrentes crises no balanço de pagamentos do Brasil não começaram no Século XX. Ao final de 1901, a dívida externa brasileira era

de US\$291,6 milhões, equivalente a quase uma vez e meia o valor das mercadorias então exportadas pelo País. Ao longo da década anterior, a economia havia enfrentado dificulda-

des crescentes nas suas contas externas, que a conduziram para a crise cambial e a moratória de 1898/1900<sup>81</sup>. Outras quatro graves crises cambiais ocorreram no período até a Segunda Guerra<sup>82</sup>. No pós-guerra, pelo menos cinco novas crises tiveram lugar no Brasil<sup>83</sup>. Ao final do século, a dívida externa total atingiu US\$236 bilhões, equivalente a mais de quatro vezes o valor das exportações de bens do País.

As crises cambiais no Brasil tenderam a ser desencadeadas por dois conjuntos principais de fatores: de um lado, por movimentos de forte deterioração dos termos de troca, quase sempre acompanhados por uma redução na receita com exportações, derivada de uma queda nos seus preços; e, de outro lado, por uma repentina escassez de capital externo, freqüentemente acarretando perdas substanciais de reservas e/ou depreciação cambial e exigindo uma significativa redução (ou, ocasionalmente, a reversão) nos déficits em transações correntes do balanço de pagamentos<sup>84</sup>.



Cais do Porto do Rio de Janeiro. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

<sup>76</sup> Ver CHAMI BATISTA (1992, cap. 4 e 5).

<sup>77</sup> O Brasil exportava o equivalente a 0,94% das exportações mundiais de produtos têxteis e de vestuário (SITC 26, 65 e 84) em 1970, enquanto a República da Coreia detinha 1,38% desse mercado. Em 1980 e 1990, as participações do Brasil nessas exportações declinaram para 0,83% e 0,52%, respectivamente, enquanto a participação da Coreia aumentava para 4,53% e 5,95% no mesmo período, ver *Yearbook of International Trade Statistics 1972-1973* (1974); *Handbook of International Trade and Development Statistics 1976, 1983, 1987, 1993 e 2000*. Deve-se notar ainda que o valor das exportações mundiais dessa indústria cresceu acima da média no período de 1979/1980 e 1989/1990, ver Chami Batista e Fritsch (1994, p. 57-58).

<sup>78</sup> Ver BONELLI; FONSECA (1998); BONELLI (2000).

<sup>79</sup> Ver, por exemplo, CHAMI BATISTA (1998); IGLESIAS (2001).

<sup>80</sup> Entre 1998 e 2000, após a desvalorização, os ganhos do Brasil no mercado dos EUA têm sido significativos, ver Chami Batista (2001b).

<sup>81</sup> A crise cambial e a moratória levariam a um acordo entre o governo brasileiro e a Casa Rothschild, através do qual seria emitido o Funding Loan de 1898. Ver FRANCO (1990, p. 11-30).

<sup>82</sup> A partir da crise de 1913/14, em intervalos quase iguais, tem-se a de 1920/1922, 1929/1931 e 1938/1940.

<sup>83</sup> Em 1952/1953, 1959/1963, 1981/1983, 1986/1987 e 1998/1999.

<sup>84</sup> Isso não significa que existe necessariamente uma correlação positiva entre a oferta externa de capitais e os termos de troca do País. Sobre este ponto ver Furtado (1974) e Franco (1990).

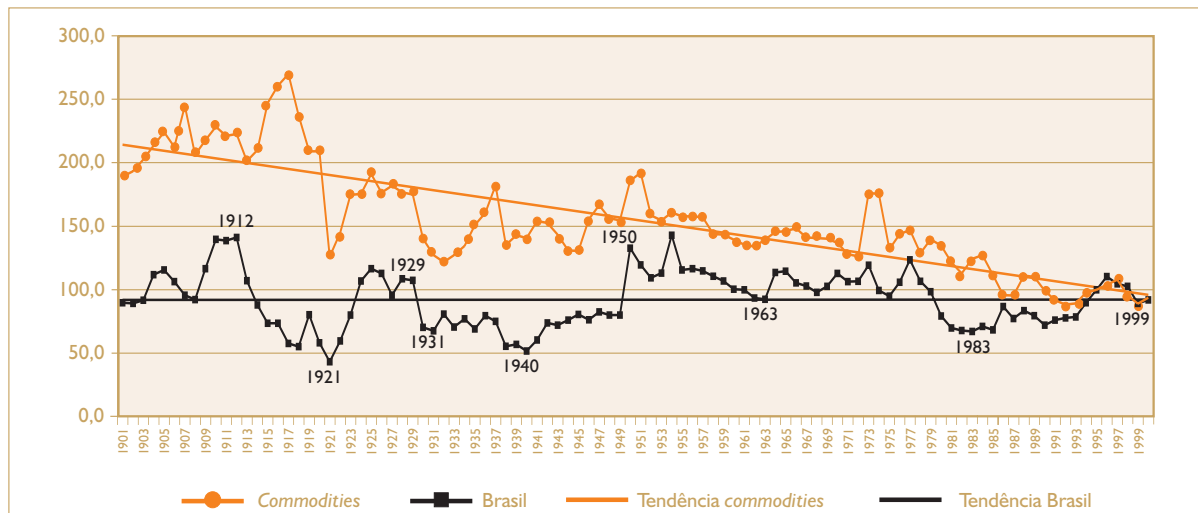
## Termos de troca

As drásticas deteriorações nos termos de troca do Brasil em períodos específicos do Século XX têm sido uma das principais variáveis relacionadas às crises cambiais do País<sup>85</sup>. O Gráfico 1 mostra quedas dramáticas nos preços das exportações brasileiras relativamente aos preços das importações<sup>86</sup> durante os períodos das crises de 1913/1914, 1920/1922, 1929/1931, 1938/1940, 1950/1953, 1959/1963, 1981/1983 e 1998/1999<sup>87</sup>. A deterioração nos

termos de troca entre 1913 e 1921 é provavelmente a mais dramática do século<sup>88</sup>. A safra recorde de café, em 1929, e o esgotamento da capacidade de manutenção do seu preço produziram nova e aguda deterioração dos termos de troca entre 1929 e 1931<sup>89</sup>. Os termos de troca oscilaram em torno de valores baixos nos turbulentos anos da década de 1930 e voltaram a cair entre 1937 e 1940<sup>90</sup>.

A deterioração dos termos de troca entre 1950 e 1952 é singular entre os períodos de crise cambial no

Gráfico I - Termos de troca do Brasil e índice de preço real das *commodities* não-petróleo - 1901-2000



Notas: 1. Os dados deste Gráfico têm origem nos Gráficos I e 6 do CD-ROM que acompanha a publicação.  
2. 1995 = 100.

3. O índice de preço real das *commodities* não-petróleo é calculado pela razão entre o valor unitário das exportações mundiais de *commodities* não-petróleo Peo (GYCPI) e o valor unitário das exportações de produtos manufaturados dos países avançados (MUV).

<sup>85</sup> A crise de 1898/1900 também é precedida de uma acentuada queda nos termos de troca do Brasil, ver *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988* (1990), Tabela (11.11).

<sup>86</sup> Ver também o Gráfico 8 no CD-ROM em anexo. Os termos de troca são calculados aqui como a razão entre os valores unitários das exportações e os valores unitários das importações.

<sup>87</sup> Observe no Gráfico 1, no CD-ROM em anexo, que os preços dos produtos manufaturados exportados pelos países avançados também tenderam a cair significativamente nos seguintes períodos de crise internacional: 1920/1922, 1928/1932, 1981/1985 e 1995/2000.

<sup>88</sup> Os termos de troca caíram quase 70% entre 1912 e 1921. Os preços de exportação da borracha começaram a cair desde 1910 e os do café a partir de 1913. A quebra da safra de café em 1918 elevou o seu preço e juntamente com os preços de outros produtos da pauta melhoraram os termos de troca em 1919. Porém, as políticas anti-inflacionárias nos Estados Unidos e Reino Unido deprimiram mais uma vez os preços dos produtos primários. Ver FRITSCH (1990, p. 40-50). A série sugere que os termos de troca do Brasil atingiram seu mais baixo nível do século em 1921. No entanto, recomenda-se encarar essa comparação com um certo cuidado, tendo em vista que essa série foi obtida pelo encadeamento de diversas séries que, não obstante o esforço de torná-las consistentes entre si, originalmente utilizaram metodologias diferentes, ver Notas Metodológicas no CD-ROM em anexo.

<sup>89</sup> A queda dos termos de troca entre 1925 e 1931 foi de 42%.

<sup>90</sup> Segundo as estimativas aqui realizadas, os termos de troca do Brasil teriam atingido o segundo pior nível do século em 1940.



Brasil, pois, resulta não de uma queda do preço das exportações, mas de um aumento no preço das importações mais que proporcional ao do preço das exportações<sup>91</sup>. Além disto, essa deterioração é historicamente bem menos dramática e mantém os termos de troca em um nível relativamente elevado. Mesmo assim, a queda na receita com exportações e o aumento das despesas com importações contribuíram para a crise cambial de 1952/1953<sup>92</sup>. O período entre 1954 e 1963 é fortemente dominado pelo preço do café. A partir da safra de 1957/1958, inicia-se um ciclo de superprodução no mercado internacional, que se estenderia até

meados dos anos de 1960, e que se traduz, mais uma vez, em uma substancial deterioração dos termos de troca<sup>93</sup>.

No período do pós-guerra, no entanto, a mais dramática deterioração nos termos de troca ocorreu entre 1977 e 1983. É comum se traçar um paralelo com a crise de 1930<sup>94</sup>. Como se sabe, os termos de troca do Brasil foram um dos mais negativamente afetados pelo segundo choque do petróleo e pelo choque dos juros, tanto em comparação com os termos de troca dos países em desenvolvimento como em relação aos dos países industrializados<sup>95</sup>. Os termos de troca melhoraram substancial-

<sup>91</sup> Esse período é marcado por importantes mudanças na pauta de importações do Brasil, com o aumento da participação dos produtos manufaturados, especialmente os bens de capital ver Malan et al. (1980, p. 140). Entretanto, a própria crise cambial tendeu a elevar os preços das importações nesse período, em função da "...imposição de sobrepreços nas importações como consequência do próprio crescimento dos atrasados comerciais (chegando às vezes a 25%)", ver Vianna (1990, p. 128).

<sup>92</sup> Ver VIANNA, op. cit., p. 125-130

<sup>93</sup> Os termos de troca caem 35% entre o máximo local de 1954 e o mínimo de 1963.

<sup>94</sup> A queda nos termos de troca entre 1977 e 1983 foi de 46%, contra 42% no período de 1925/1931, e os níveis dos termos de troca em 1931 e 1983 são quase idênticos. Para uma comparação entre os efeitos das crises dos anos de 1930 e dos anos de 1980 na América Latina e Ásia, ver, por exemplo, Maddison (1985).

<sup>95</sup> Ver PINHEIRO (1983, p. 65); CHAMI BATISTA (1992, p. 43).

Cais do Porto do Rio de Janeiro, 1996. Foto Guto Costa - Agência O Globo.





**IBGE**

Plantação de trigo, Encantado, RS. Acervo IBGE.

mente após 1992, mas voltaram a cair rapidamente entre 1996 e 1999. Deve-se observar que essas duas últimas quedas nos termos de troca, especialmente entre 1981 e 1983 e entre 1997 e 1999, ocorreram não obstante a elevada participação dos produtos manufaturados na pauta de exportações brasileiras. Com efeito, esses são períodos de reduções generalizadas dos preços de exportação em dólares, tanto de *commodities* (exclusive petróleo) como de produtos manufaturados<sup>96</sup>.

Analisando a série dos termos de troca do Brasil, ao longo de todo o século, não se verifica nenhuma tendência de longo prazo definida. A reta de tendência traçada no Gráfico 1 é quase que perfeitamente horizontal<sup>97</sup>.

Esse resultado contrasta com a clara tendência à deterioração dos termos de troca da série de preços das *commodities* não petróleo, deflacionada pelos preços dos produtos manufaturados exportados pelos países industria-

lizados, também apresentada no Gráfico 1<sup>98</sup>. A tendência de aumento no valor unitário das exportações brasileiras proporcionalmente maior que o das *commodities* não petróleo parece ser a principal razão para esse melhor desempenho dos termos de troca do Brasil, já que os valores unitários das importações brasileiras também tendem a aumentar mais que os preços dos produtos manufaturados exportados pelos países avançados (MUV)<sup>99</sup>.

Portanto, vale mais uma vez enfatizar que as séries disponíveis parecem sugerir que a evolução da composição da pauta de exportação do Brasil, ao longo do século, teve efeito benéfico para os termos de troca do país, comparativamente a uma pauta totalmente concentrada em café ou com a composição das *commodities* não petróleo comercializadas no mundo<sup>100</sup>.

Comparando-se os coeficientes de variação<sup>101</sup> de períodos móveis de 15 anos no Gráfico 2<sup>102</sup>, observa-se que a

<sup>96</sup> Ver Gráfico (1), CD-ROM em anexo. Dados da FUNCEX/IPEADATA mostram também que os preços tanto dos produtos básicos, como o de semimanufaturados e manufaturados caíram nos períodos de 1981/1983 e 1997/1999.

<sup>97</sup> Tanto o coeficiente de determinação como o coeficiente da reta traçada pelo método dos mínimos quadrados são aproximadamente iguais a zero, ver também Gráfico 8 no CD-ROM em anexo.

<sup>98</sup> Ver dados no Gráfico 8 e notas metodológicas no CD-ROM em anexo.

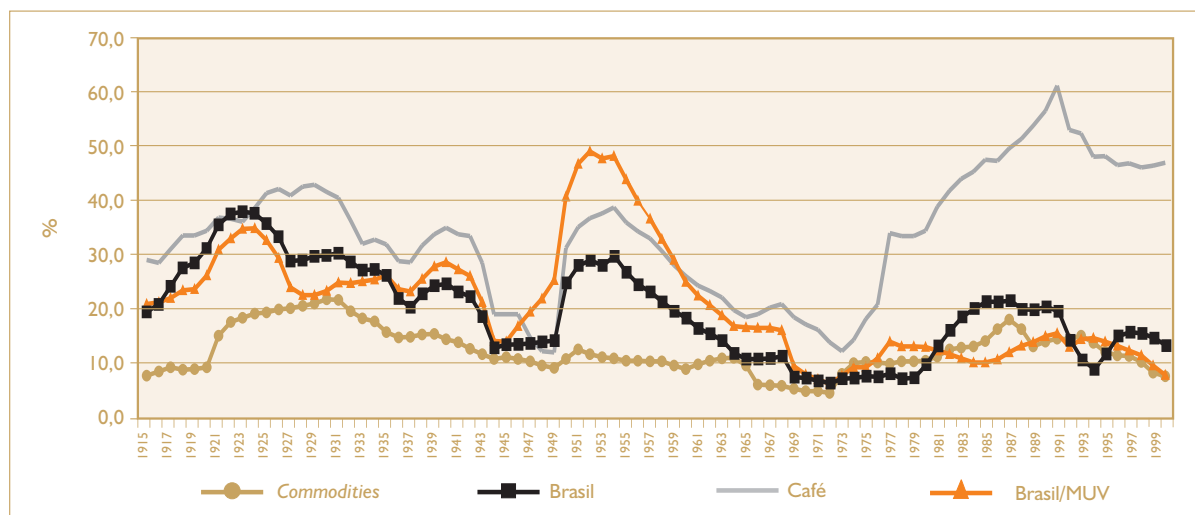
<sup>99</sup> Com efeito, se utilizarmos o MUV como deflator dos valores unitários das exportações brasileiras, passaríamos a ter uma tendência de melhora nos termos de troca do Brasil ao longo do século. Por outro lado, substituindo o valor unitário das exportações brasileiras pelo índice de preço do café, os termos de troca do Brasil apresentariam uma tendência a deterioração - mantendo o valor unitário das importações brasileiras como deflator de todas as séries.

<sup>100</sup> No entanto, diferenças metodológicas entre essas séries de termos de troca recomendam, mais uma vez, uma certa cautela com respeito a essa hipótese.

<sup>101</sup> Desvio-padrão sobre a média dos últimos 15 anos.

<sup>102</sup> O valor do coeficiente de variação a cada ano no gráfico se refere ao período dos últimos 15 anos, ver também Gráfico (9) no CD-ROM em anexo.

**Gráfico 2 - Volatilidade dos termos de troca do Brasil e de outros preços relativos - 1915-2000**  
coeficiente de variação



Nota: Os dados deste gráfico têm origem nos Gráficos 1, 6 e 8 do CD-ROM que acompanha a publicação.

série dos termos de troca do Brasil apresentou alta volatilidade no início do século, especialmente nos 15 anos completados em meados dos anos de 1920. Novas altas na volatilidade dos termos de troca ocorrem nos períodos de 15 anos completados em meados dos anos de 1950 e 1980. Nota-se, porém, que os valores de pico da volatilidade tendem a diminuir entre meados dos anos de 1920, 1950 e 1980. Portanto, parece se observar uma tendência à redução cíclica da volatilidade dos termos de troca. Pode-se observar que a volatilidade dos termos de troca do Brasil tendeu a ser maior que a dos preços reais da *commodities* não petróleo e, como era de se esperar, bem menor que a dos preços reais do café, especialmente nas últimas décadas<sup>103</sup>. Entretanto, não fosse pela flutuação do preço do petróleo, a volatilidade dos termos de troca do Brasil tenderia a ser semelhante a das *commodities* não petróleo a partir dos anos de 1970<sup>104</sup>.

### Dívida externa sobre exportações

O Gráfico 3 relaciona a dívida externa com o valor das exportações<sup>105</sup>, ao longo do século, e revela o rápido crescimento e os elevados valores dessa razão nos períodos das crises cambiais, especialmente em 1931/1933 (os mais altos valores do século), 1986 e 1999<sup>106</sup>. Mostra também a rápida redução da razão dívida externa sobre exportações durante o período entre o final dos anos de 1930 e o início dos anos de 1950. Essa redução deveu-se tanto à vertiginosa queda da dívida externa quanto ao extraordinário aumento das exportações no período<sup>107</sup>. De fato, o Brasil se beneficiou tanto dos aumentos de preços quanto das quantidades exportadas no período. Além disto, se beneficiou da consolidação da hegemonia dos Estados Unidos frente ao Reino Unido, que se traduziu em uma participação maior daquele país

<sup>103</sup> As *commodities* estão deflacionadas pelo MUV e o preço do café pelos valores unitários das importações brasileiras.

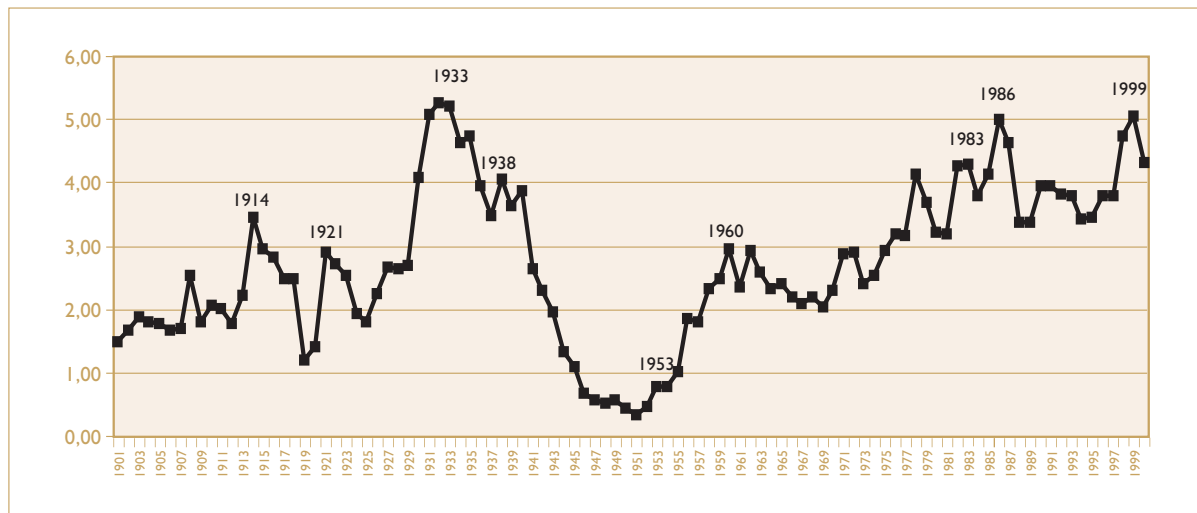
<sup>104</sup> Ver série dos valores unitários do Brasil deflacionados pelos preços dos produtos manufaturados exportados pelos países avançados (Brasil/MUV) no Gráfico 2.

<sup>105</sup> Os dados se referem a valores em dólares americanos das exportações (FOB) de bens e da dívida externa registrada até 1945 e da dívida externa total de 1946 em diante, ver Gráfico 10 no CD-ROM em anexo.

<sup>106</sup> A razão dívida externa sobre exportações atingiu 5,03 em 1999, portanto superior aos 4,98 de 1986, porém inferior aos 5,24 de 1932.

<sup>107</sup> Ver Gráfico 3, CD-ROM em anexo.

Gráfico 3 - Razão entre a dívida externa bruta e o valor das exportações de mercadorias do Brasil - 1901-2000



Notas: 1. Os dados deste gráfico têm origem nas Tabelas 2, 17 e 18 do CD-ROM que acompanha a publicação.  
2. Baseada em valores em US\$.

como destino das exportações brasileiras<sup>108</sup> e pela desvalorização da libra frente ao dólar<sup>109</sup>.

As quedas e os baixos valores exportados nos períodos das crises cambiais de 1914, 1921, 1932, 1940, 1952, 1962, 1982, 1986 e 1999, e a tendência de queda das exportações nos períodos entre meados dos anos de 1920 e 1940, e entre 1951 e o início dos anos de 1960, podem ser facilmente identificadas<sup>110</sup>. Nota-se que a dívida externa cresceu aceleradamente entre 1951 e 1956, recuperando-se da queda sofrida nos anos de 1930 e 1940, mas retomou, entre 1956 e 1967, a taxa de crescimento que se revelou nas primeiras três décadas do século. A dívida

voltou a crescer rapidamente a partir de 1967, passando a se descolar do crescimento das exportações a partir de meados da década de 1970<sup>111</sup>.

### Capital externo e taxa de câmbio

A ausência de diversos dados das contas do balanço de pagamentos entre 1901 e 1929 dificulta a análise do período. A dívida externa, por exemplo, cresceu de 44 milhões para 144 milhões de libras entre 1901 e 1913. Entretanto, os dados disponíveis de exportações (FOB), de importações (CIF) e de juros sobre a dívida externa pública produzem grandes saldos positivos no período<sup>112</sup>.

<sup>108</sup> A participação média da Grã-Bretanha como destino das exportações brasileiras caiu de 16% em 1901/1904 para 10% em 1936/1939 e para 9% em 1948/1951. A participação média dos EUA nas exportações do Brasil passou de 39% em 1901/1904 para 36% em 1936/1939 e para 49% em 1948/1951. Entre 1952 e 1955, a participação norte-americana se estabilizou em torno de 45%, enquanto a participação britânica reduziu-se para 4%, ver Tabelas 2 e 4 no CD-ROM em anexo.

<sup>109</sup> A libra, cuja paridade com o dólar era de 4,86 dólares/libra no início do século, caiu para 4,03 dólares no período da 2ª Guerra e para menos de 3,00 dólares em 1950. Portanto, as receitas brasileiras com exportações denominadas em dólares americanos cresciam, enquanto o grande estoque da dívida "velha" com a Grã-Bretanha se contraía em dólares pela depreciação da libra. A dívida externa, mesmo em libra esterlina, também se reduziu no período, em função do acúmulo de saldos positivos na conta corrente do balanço de pagamentos do Brasil. De fato, o Brasil acumulou créditos em libras inconvertíveis com a Grã-Bretanha durante o período da 2ª Guerra Mundial que, em boa parte, foram eventualmente utilizados no abatimento da dívida "velha" – uma análise detalhada e extremamente interessante dos créditos do Brasil com a Grã-Bretanha no período pode ser encontrada em Abreu (1990b) e (1999, cap. 7, seção 7.4).

<sup>110</sup> Ver Gráficos 1 ou 3 no CD-ROM em anexo.

<sup>111</sup> Ver Gráfico 3, CD-ROM em anexo. Os principais determinantes da evolução da dívida externa serão examinados na seção seguinte.

<sup>112</sup> O saldo nesses itens acumulou um valor de 116 milhões de libras no período de 1901/1913, ver Tabela (16) no CD-ROM em anexo.

Supondo que o fluxo de investimentos de risco menos o fluxo de lucros e dividendos remetidos não foi negativo no acumulado do período<sup>113</sup>, acredita-se que os demais itens da conta corrente, especialmente, as transferências unilaterais (remessas de imigrantes) tenham sido suficientemente negativos, de forma a serem consistentes com o crescimento da dívida bruta e com uma dívida líquida não decrescente<sup>114</sup>.

Nos 16 anos seguintes, de 1914 até 1929, a dívida externa bruta aumentou cerca de 108 milhões de libras<sup>115</sup> e os itens conhecidos da conta corrente do balanço de pagamentos acumularam um saldo positivo de 107 milhões de libras. Supondo, mais uma vez, que o fluxo de investimentos de risco menos o fluxo de lucros e dividendos remetidos não foi negativo no acumulado do período, os itens não disponíveis teriam que apresentar um déficit mínimo de cerca de 6,7 milhões de libras por ano para manter a dívida externa líquida constante<sup>116</sup>.

Não obstante essas importantes lacunas nas estatísticas do balanço de pagamentos do Brasil, nota-se, em todo esse período, o papel fundamental das variações na oferta de capital externo, tanto pelo seu efeito direto no equilíbrio do balanço de pagamentos quanto pela influên-

cia exercida pelos banqueiros internacionais sobre as políticas econômicas implementadas no Brasil<sup>117</sup>.

Nos períodos em que a conjuntura internacional foi favorável, como entre 1901 e 1912 e entre 1925 e 1928, os fluxos de capitais de empréstimos e investimentos contribuíram para gerar um excesso de oferta de divisas. Este excesso de oferta se refletiu, inicialmente, na apreciação da taxa de câmbio<sup>118</sup>. Posteriormente, com a adoção de mecanismos tipo padrão-ouro<sup>119</sup>, o provável excesso de oferta deve ter levado a um aumento das reservas, com efeitos positivos sobre a expansão da economia e das importações.

Nas crises de 1913/1914 e 1929/1930, a reversão da conjuntura internacional produziu a retração dos capitais externos e o colapso dos preços de exportação do Brasil, no momento em que as importações já estavam em níveis elevados. Nessa conjuntura, a manutenção do regime cambial de taxa fixa levava ao esgotamento das reservas, prolongando e exacerbando os efeitos recessivos da crise cambial. Eventualmente, a desvalorização cambial se tornou inevitável<sup>120</sup>.

Já nos períodos de taxas flutuantes, o câmbio sofreu drásticas depreciações nos períodos dos grandes colapsos cambiais que ocorreram em 1890-1892 e

<sup>113</sup> Imagina-se que tenha sido significativamente positivo, uma vez que esse período se caracteriza, sabidamente, por um *boom* de investimentos europeus nos países da periferia, ver Fritsch (1990, p. 37). Estima-se que o estoque de investimento de risco estrangeiro era de £514 milhões (equivalentes a US\$2,5 bilhões) em 1913 e que o capital das firmas estrangeiras estabelecidas no país entre 1860 e 1902 atingiu £105 milhões, ao passo que o total para as companhias constituídas durante 1903-1913 era da ordem de £190 milhões, ver Franco (1990, p. 12) e Castro (1979, p. 97).

<sup>114</sup> Isto é, as transferências unilaterais e os demais itens da conta corrente não disponíveis teriam que ter acumulado um déficit de 116 milhões de libras no período (cerca de 9 milhões de libras por ano) para que a dívida externa líquida tivesse se mantido constante, supondo que as variações na dívida externa líquida sejam equivalentes ao déficit em transações correntes menos os investimentos líquidos de risco no período. Isto equivale a dizer que as reservas, nesse caso, teriam aumentado em valor igual ao da dívida bruta (100 milhões de libras) no período. Portanto, supondo um aumento menor das reservas no período, o déficit acumulado nos itens não disponíveis da conta corrente teria que ter sido ainda maior que 116 milhões de libras. O déficit nas transferências unilaterais era crescente nos últimos anos do Século XIX e pode ser estimado em cerca de US\$7,5 milhões ou £1,5 milhão de libra-ouro em 1900, ver Abreu (1990a, p. 388, Anexo estatístico).

<sup>115</sup> Todos os valores nesse período estão em libra papel.

<sup>116</sup> Supondo que as reservas tenham aumentado em 31 milhões de libras entre 1913 e 1929, valor estimado das reservas em setembro de 1929, ver Abreu (1990a, p. 74), os itens não disponíveis da conta corrente teriam que ter apresentado um déficit ainda maior, de cerca de 11,5 milhões de libras por ano no período.

<sup>117</sup> Ver FRITSCH (1990, p. 34).

<sup>118</sup> Ver Tabelas 9 e 10 no CD-ROM em anexo.

<sup>119</sup> Nos períodos entre 1906 e 1914 e entre 1927 e 1930, o Brasil adotou taxas de câmbio fixas em regime de padrão-ouro.

<sup>120</sup> Conforme se observa nas Tabelas 9 e 10.



Beneficiamento de laranja. Itaboraí, RJ. Acervo IBGE.

1920-1922<sup>121</sup>, após rápida reversão das condições externas inicialmente favoráveis. Essas crises desencadearam o descontrole das contas públicas e crescentes pressões inflacionárias, forçando negociações com banqueiros internacionais para o restabelecimento do equilíbrio cambial<sup>122</sup>.

As principais contas do balanço de pagamentos estão disponíveis a partir de 1930. Analisando a relação entre o saldo em transações correntes do balanço de pagamentos e o valor das exportações de bens<sup>123</sup>, observa-se que, nos anos de 1930, o Brasil foi forçado a manter em equilíbrio ou mesmo gerar saldos positivos em suas

<sup>121</sup> Ver Tabelas 9 e 10.

<sup>122</sup> Ver FRITSCH (1990, p. 66).

<sup>123</sup> Ver Gráfico 11 no CD-ROM em anexo.

<sup>124</sup> Exceto em 1930 e 1937. Como se sabe, apesar da vigorosa retomada do crescimento econômico entre 1932 e 1939, as dificuldades no balanço de pagamentos se mantiveram no período. Em 1931, um *Funding Loan* parcial foi negociado, mas atrasados comerciais se acumularam entre 1932 e 1934, forçando uma renegociação neste ano. O sistema de controle cambial imposto em 1931 se mantém até 1934 e a moeda nacional se desvalorizou significativamente em relação ao dólar. O presidente do Banco do Brasil propôs a suspensão do pagamento do serviço da dívida externa no início de 1935. Em fins de 1937, o Brasil reintroduziu um sistema de controle cambial similar ao de 1931/1934, desvalorizou o câmbio, unificando a taxa, e decidiu suspender o pagamento do serviço da dívida. Em 1939, acertou-se um crédito do Eximbank, suficiente apenas para descongelar os atrasados comerciais e financeiros norte-americanos bloqueados no Brasil, ver Abreu (1990a, p. 83-92).

<sup>125</sup> Ibid., p. 95. O estoque de investimentos estrangeiros de risco no País estaria avaliado em US\$1250 milhões em 1930, bem abaixo do seu valor em 1913. Desse estoque US\$600 milhões seriam capitais britânicos e US\$200 milhões dos Estados Unidos. Estima-se que esse estoque sofreu forte queda entre 1930 e 1936. Entre 1936 e 1940, os investimentos diretos norte-americanos cresceram de US\$194 milhões para US\$240 milhões, mas durante a Segunda Guerra o total de capitais de risco estrangeiros privados investidos no Brasil ficou estagnado em torno de US\$700 milhões, *ibid.*, p.102. Para essas estatísticas em libras e mais detalhes, ver Abreu (1999, p. 260-263). Porém, ao final de 1946, o estoque de investimento direto estrangeiro teria alcançado US\$1278 milhões, segundo a Conjuntura Econômica, ver Fritsch e Franco (1991, p. 23).

<sup>126</sup> ABREU (1990a, p. 100).

<sup>127</sup> São os atrasados comerciais e as operações de regularização que alimentam o rápido crescimento da dívida externa entre 1951 e 1955. Ver VIANNA (1990, p. 128).

transações correntes, em face da dificuldade de refinar os compromissos com sua dívida externa.<sup>124</sup>

Durante o período da Segunda Guerra Mundial, a situação do balanço de pagamentos melhorou consideravelmente devido ao aumento das receitas com exportações e à entrada de capitais privados norte-americanos, especialmente a partir de 1942<sup>125</sup>. Beneficiando-se da contração na oferta mundial, o Brasil acumulou grandes saldos na conta corrente, estabilizou a taxa de câmbio e, em 1943, negociou um acordo definitivo para a dívida externa, fixando “uma escala de pagamentos mais compatível com as possibilidades de pagamento do País”<sup>126</sup>.

Não obstante as expectativas otimistas das autoridades brasileiras, o período do pós-guerra foi marcado pela escassez da oferta de capitais externos. O Brasil rapidamente consumiu suas reservas em moedas conversíveis com o aumento das importações em moedas fortes e, com a queda das exportações a partir de 1952, viveu nova crise cambial, acumulando vultosos atrasados comerciais<sup>127</sup>.

Os fluxos de capital autônomo para o Brasil só reapareceriam em meados dos anos de 1950. Foram esses capitais externos que possibilitariam o financiamento dos

projetos de investimentos implementados no governo Juscelino Kubitschek<sup>128</sup>. De fato, o País acumulou substanciais déficits em transações correntes nesse período, agravados pelo péssimo desempenho das exportações até meados dos anos de 1960. Uma parte significativa desses capitais entrou no País na forma de investimentos diretos, mas a dívida externa também cresceu rapidamente nesse período<sup>129</sup>.

Os crescentes pagamentos de juros e amortizações referentes à dívida externa acumulada se tornaram insustentáveis no início dos anos de 1960<sup>130</sup> e, apesar dos diversos acordos para o seu reescalonamento entre 1961 e 1963, a situação do balanço de pagamentos se deteriorou consideravelmente, em função da saída de capitais autônomos em 1963. Nos três anos seguintes, a política antiinflacionária adotada no Brasil reduziu as importações e permitiu a recomposição das reservas.

O quadro de oferta de capital externo começou a se alterar radicalmente a partir de 1967/1968. Teve início um período de alta liquidez internacional que propiciaria o financiamento de déficits crescentes na conta corrente do balanço de pagamentos do Brasil, especialmente após o primeiro e segundo choques do petróleo. Verifica-se que as necessidades de financiamento externo líquido entre 1974 e 1982 alcançaram em média valores equivalentes a 63% das exportações de bens do país, proporção

muito superior à de qualquer outro período passado<sup>131</sup>. Embora tenham revelado uma tendência de substancial aumento no período, os investimentos diretos líquidos<sup>132</sup> financiaram apenas 18% dos déficits em conta corrente no período entre 1967 e 1983<sup>133</sup>. A taxa de câmbio, que vinha mais ou menos acompanhando o diferencial de inflação interna e externa desde 1967, sofreu substancial desvalorização em dezembro de 1979. Porém, a entrada de novos capitais externos foi virtualmente interrompida após a moratória do México, em 1982, e o Brasil teve que ser socorrido pelo FMI no final daquele ano. Em 1983, a taxa de câmbio sofreu nova maxidesvalorização, mas no final daquele ano as reservas do Brasil, no conceito de caixa, se tornaram negativas<sup>134</sup>.

Nos dez anos seguintes, a oferta de capital externo foi bastante limitada, especialmente nos dois anos após a moratória de 1987, forçando a economia a gerar substanciais superávits nas transações correntes do balanço de pagamentos. As dificuldades das autoridades para conter o crônico processo inflacionário da economia, no período que vai até meados de 1994, deixaram o país, lamentavelmente, fora do mercado de países emergentes receptores de capital externo, especialmente de investimentos de risco, que passaram a crescer rapidamente em outras partes do mundo a partir de meados dos anos de 1980<sup>135</sup>.

<sup>128</sup> Ver ORENSTEIN; SOCHACZEWSKI (1990, p. 173).

<sup>129</sup> Os investimentos diretos líquidos financiaram cerca de 45% dos déficits em transações correntes acumulados entre 1956 e 1960 ou 1961. Estima-se que, ao final de 1961, o estoque de capital estrangeiro de risco teria alcançado a cifra de US\$2718 milhões, ver Fritsch e Franco (1991, p. 23).

<sup>130</sup> Em 1960, os pagamentos de juros e amortizações alcançaram 42% da receita com exportações de mercadorias.

<sup>131</sup> Incluindo o período da última década do Século XIX. Embora não se conheçam os valores dos saldos em conta corrente entre 1901 e 1929, parece muito pouco provável que essa proporção tenha sido alcançada. Ver Gráfico 11 no CD-ROM em anexo para os dados entre 1930 e 2000.

<sup>132</sup> Incluindo reinvestimentos.

<sup>133</sup> Calculados a preços correntes. Entre 1967 e 1973, essa participação foi de 31%. O estoque de investimento direto, acumulado em função dos fluxos anuais (inclusive reinvestimentos) desde 1946, teria alcançado US\$22,5 bilhões ao final de 1982. Porém, o valor desse estoque registrado no Banco Central era de US\$21,1 bilhões, ver Fritsch e Franco (1991, p. 23).

<sup>134</sup> Ver CHAMI BATISTA (1992).

<sup>135</sup> O estoque de investimento direto estrangeiro teria alcançado US\$56,5 bilhões ao final de 1994 e US\$58 bilhões ao final de junho de 1995, segundo os registros do Banco Central. No entanto, essa estatística é sabidamente precária - para uma crítica, ver Fritsch e Franco (1991, p. 139-141). O Censo de Capitais Estrangeiros realizado pelo Banco Central do Brasil estimou que o capital integralizado por não-residentes em 6 322 empresas receptoras de investimento estrangeiro era de US\$42,5 bilhões ao final de 1995 - para a metodologia e os resultados desse censo ver [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br). O estoque de capital estrangeiro medido pela participação dos não-residentes no patrimônio líquido dessas empresas seria de US\$77,9 bilhões na mesma data, ver *O ciclo recente de investimentos diretos estrangeiros no Brasil* (2000).

Na segunda metade dos anos de 1990, após ter concluído um amplo acordo de renegociação da dívida externa e de ter obtido sucesso na estabilização dos preços, a economia voltou a receber novos capitais externos. Os déficits em conta corrente voltaram a crescer de forma bem mais rápida que as exportações entre 1995 e 1998<sup>136</sup>, embora quase 60% dos mesmos tenham passado a ser financiados por investimentos líquidos<sup>137</sup>.

Entretanto, o crescimento dos valores da dívida externa a serem amortizados implicava uma necessidade de financiamento bruto cada vez maior. Entre abril e setembro de 1998, o país perdeu quase US\$30 bilhões em reservas, em função da crise russa e da percepção cada vez mais generalizada entre os investidores de que era crescente o risco de uma grande desvalorização cambial. Nem mesmo o acordo com o FMI e o anúncio de um pacote de ajuda financeira internacional de US\$41 bilhões, em novembro, foram suficientes para conter a saída de capital, após a rejeição pelo Congresso de um importante componente do ajuste fiscal proposto pelo Executivo e da aparente divisão do governo com respeito à sua política cambial. Em 1999, a taxa de câmbio passou a flutuar e sofreu enorme depreciação.

É interessante observar que, apesar dos diversos fatores comuns às recorrentes crises cambiais no Brasil, verificam-se mudanças qualitativas significativas nos fluxos de capital externo para o País. Os capitais britânicos pré-1914 tinham prazos longos de amortização e taxas de juros bem mais baixas que os empréstimos norte-americanos dos anos de 1920<sup>138</sup>.

<sup>136</sup> Esses déficits corresponderam a 53% das exportações na média do período de 1995/1998, dez pontos percentuais abaixo da média do período de 1974/1982.

<sup>137</sup> Esse número sobe para 80%, se incluirmos 1999 e 2000. Os investimentos estrangeiros foram em parte atraídos pelo programa de privatização de empresas e concessões de serviços de utilidade pública. O estoque de investimento direto estrangeiro estimado com base no valor do Censo de 1995 e nos fluxos líquidos nos anos seguintes teria atingido US\$116,9 bilhões em dezembro de 1999, ver *O ciclo recente de investimentos diretos estrangeiros no Brasil* (2000).

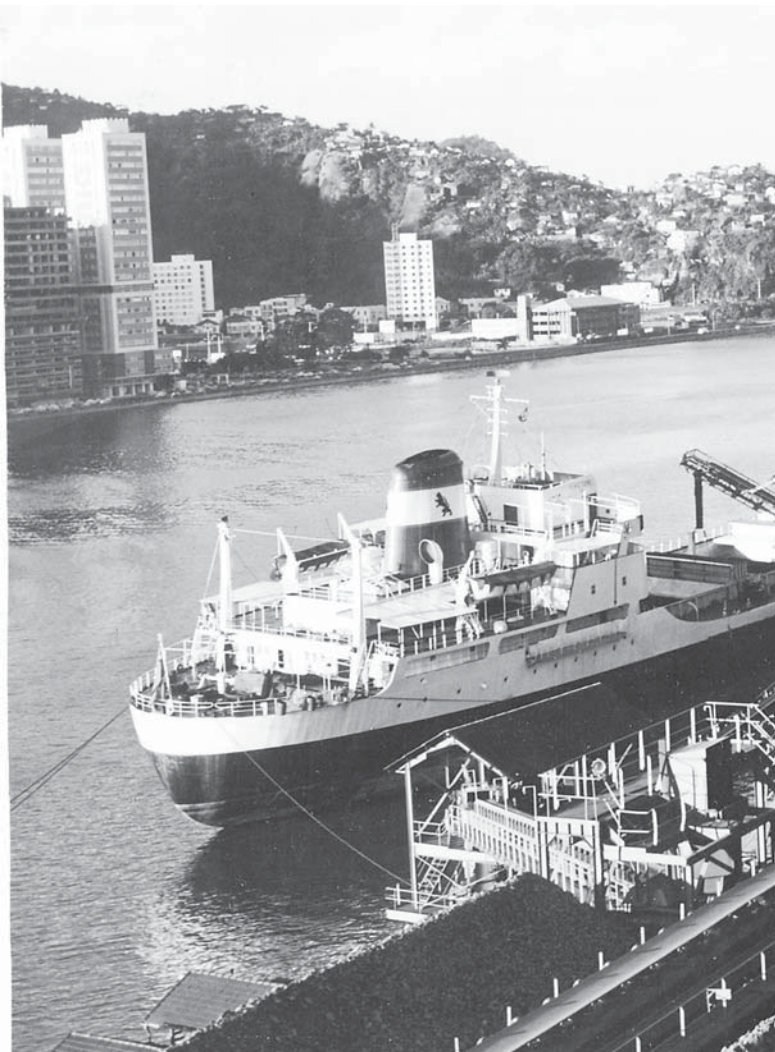
<sup>138</sup> Ver ABREU (1990a, p. 75).

<sup>139</sup> Ver Gráfico 12 no CD-ROM em anexo.

No período do pós-guerra até meados dos anos de 1960, os capitais de empréstimos eram basicamente de fontes oficiais de financiamento, como o Banco Mundial e o Eximbank. As taxas de juros nominais eram relativamente baixas, porém a evolução dos preços das exportações dos países tomadores, como o Brasil, tornavam seu custo real bem mais elevado<sup>139</sup>. Esses capitais de empréstimo tinham uma característica negativa em comum, pois estavam, em grande medida, associados a projetos de investimento específicos.

A partir de meados dos anos de 1960, os capitais de empréstimo, que tinham origem nos bancos comerciais internacionais e que passaram a predominar nos financiamentos aos países emergentes, estavam fundamentalmente

Embarque de minério grosso no Porto de Vila Velha, ES. Acervo IBGE.





desvinculados do uso que se fazia desses recursos. Por outro lado, esse capital tinha prazos de amortização mais curtos e custos variáveis. Até meados dos anos de 1970, a demanda por esses capitais era fortemente estimulada pelo aumento dos preços das exportações, que tornava as taxas de juros reais bastante negativas. A extraordinária alta das taxas de juros nominais no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 foi acompanhada por uma tendência de queda nos preços de exportação das *commodities*, elevando substancialmente o custo real da dívida externa do Brasil<sup>140</sup>.

Nos anos de 1990, duas importantes mudanças tiveram lugar. Pelo lado da demanda, o setor privado passou a ser o principal captador de recursos externos. Pelo lado da oferta, o novo capital estrangeiro passou a entrar no País

majoritariamente através da emissão de títulos de empresas privadas e de investimentos estrangeiros de risco.

## Considerações finais

A reunião das estatísticas do setor externo para o conjunto do Século XX permitiu uma perspectiva histórica original para algumas das variáveis-chaves da economia brasileira. Verifica-se, por exemplo, que os valores unitários das exportações do Brasil revelaram uma tendência de crescimento superior à do preço do conjunto das *commodities* (exclusive petróleo) exportadas no mundo, ou mesmo em relação aos preços dos produtos manufaturados exportados pelos países avançados. Sendo assim, os termos de troca do Brasil, ao contrário do preço real das *commodities* não petróleo, não apresentaram tendência declinante ao longo do século. Portanto, a principal restrição ao crescimento das receitas e do poder de compra das exportações ao longo do século parece ter sido a lenta expansão das quantidades exportadas pelo país.

É interessante observar que a evolução do preço internacional do café contribuiu de forma decisiva para que os termos de troca do Brasil não revelassem uma tendência negativa. Por outro lado, o preço, desse que foi o principal produto da pauta de exportação do País até os anos de 1970, foi também, em grande medida, responsável pela enorme volatilidade do valor unitário das exportações brasileiras nesse período. Nas últimas três décadas, a diversificação da pauta reduziu substancialmente a influência do café e, por conseguinte, a volatilidade do valor unitário das exportações. Contudo, as substanciais variações nos preços do petróleo, importante componente das importações do País, tenderam a afetar negativamente a estabilidade dos termos de troca do Brasil.

Verifica-se ademais, que o País manteve-se como importador de capital durante praticamente todo o Século XX. No entanto, a oferta de capital para países como o Brasil revelou-se também instável ao longo do

<sup>140</sup> Idem



século. A freqüente e perversa sincronia entre os agudos declínios nos termos de troca do País e a retração nos fluxos financeiros em períodos específicos estiveram quase sempre associadas às recorrentes crises cambiais sofridas pelo Brasil durante o século.

Nem sempre, contudo, a retração na oferta de capital externo para o País esteve associada apenas a problemas de liquidez internacional. A percepção dos investidores de que uma queda nas receitas com exportações colocava em risco o equilíbrio externo do País produzia, por si mesma, uma retração na oferta de capitais externos. Portanto, não se trata de atribuir necessariamente as crises cambiais a fatores exclusivamente externos.

A deterioração dos termos de troca esteve presente em todas as crises cambiais do século, com exceção da crise de 1986. No entanto, as quedas nos valores exportados anteciparam todas as crises cambiais. A dívida acumulada anteriormente e o conseqüente comprometimento de boa parte da receita com exportações para o seu serviço tenderam a agravar as dificuldades de balanço de pagamentos e a precipitar as crises cambiais, especialmente as dos anos de 1930, 1980 e 1990. A crise de 1952/1953 foi uma exceção, já que a relação entre a dívida externa e as exportações estava bem baixa.

A enorme relevância das crises internacionais que tiveram início no final dos anos 1920 e no final dos anos de 1970 para as crises cambiais do Brasil em 1929/1931 e 1981/1983 não deve ser tema de disputa, pois tanto a retração na oferta de capital como a aguda deterioração nos termos de troca do Brasil nesses anos resultaram dessas crises internacionais que, de fato, deprimiram os preços internacionais em geral. Destaca-se que o mesmo vem ocorrendo, desde 1995, com os preços dos produtos manufaturados e de *commodities* exclusive petróleo comercializados internacionalmente.

Na crise internacional iniciada em 1929, a escassez na oferta de capital externo se estendeu até 1951 e esteve associada às crises cambiais de 1929/1931, 1938/1940 e

1952/1953. Nesse período, o Brasil registrou diversos superávits na conta corrente do balanço de pagamentos, particularmente significativos durante a Segunda Guerra, quando a oferta de recursos reais também se tornou escassa. A exportação de capital pelo País e a depreciação da libra esterlina em relação ao dólar americano, moeda dominante nas receitas com exportações do Brasil, contribuíram para a redução da dívida em dólares americanos no período.

Quando se considera o processo de industrialização da pauta de exportação do Brasil, verifica-se que ele contribuiu para aumentar o valor unitário das exportações e, sobretudo, as quantidades exportadas. Portanto, os produtos industrializados cumpriram papel fundamental na expansão das receitas e poder de compra das exportações, tanto no período da Segunda Guerra quanto a partir de meados dos anos de 1960. Entretanto, relativamente à expansão do comércio internacional, o crescimento do valor exportado pelo Brasil, embora tenha proporcionado um aumento na participação brasileira nas exportações mundiais até meados dos anos de 1980, foi insuficiente para recuperar a parcela que o País chegou a deter no início dos anos de 1950, com sua pauta concentrada nas exportações de café. O viés antiexportador da política protecionista do Brasil revelava seus custos crescentes ao reduzir a capacidade de expansão das exportações, especialmente as dos bens manufaturados situados no final de suas cadeias produtivas. Alguns desses produtos poderiam ter se tornado competitivos nos mercados externos, não fosse pela escalada e pelos níveis irracionais das barreiras tarifárias e não-tarifárias impostas às importações brasileiras.

O processo de abertura comercial nos anos de 1990 cumpriu papel crucial para a estabilização dos preços domésticos e, assim, para a promoção direta e indireta do crescimento da produtividade na indústria brasileira. A elevação dos coeficientes de exportação das indústrias de transformação evidencia o maior grau de especialização do País dentro desse setor da economia no período. Contudo, não obstante os significativos investimentos na modernização da indústria, a



Embarque de minério. Porto de Tubarão. Vitória, ES. Acervo IBGE.

tímida expansão de sua capacidade de produção, relativamente à demanda doméstica nos anos de 1990, tem sido o principal fator interno de restrição ao crescimento mais acelerado das exportações de produtos manufaturados.

Apesar das profundas transformações políticas, institucionais e econômicas que tiveram lugar na última década do século no País, os investimentos para a expansão da capacidade das indústrias de transformação parecem ter sido inibidos diretamente pelas incertezas macroeconômicas e aquelas relacionadas ao aparato regulatório, sua manutenção e seu efetivo e eficaz cumprimento através dos poderes executivo e judiciário. Essas incertezas retardaram os investimentos necessários à desobstrução dos óbvios gargalos da infra-estrutura do

País, contribuindo também indiretamente para o lento crescimento da capacidade de produção da indústria.

### Referências bibliográficas

ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990a. 445 p.

\_\_\_\_\_. Brazil as a creditor: sterling balances 1940-1952. *The Economic History Review*, second series, Oxford, v. 43, n. 3, p. 450-469, Aug. 1990b.

\_\_\_\_\_. *O Brasil e a economia mundial 1930-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. 400 p.

ALFORD, R. F. G. et al. The British economy key statistics 1900-1970. *Bulletin of the London & Cambridge Economic Service*, London, 1975. Supplement.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CAFÉ 1964. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Café, Departamento Econômico, [196-].

\_\_\_\_\_. 4. ed. Rio de Janeiro: Coffee Business, 1998. 136 p.

BACHA, Edmar. *Os mitos de uma década: ensaios de economia brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 175 p.

\_\_\_\_\_. *A inserção das exportações brasileiras no comércio internacional de mercadorias: uma análise setorial: primeira síntese dos resultados preliminares*. Rio de Janeiro: BNDES, Departamento de Pecuária, 1993. (Texto para discussão. Estudos BNDES, n. 23).

\_\_\_\_\_. *Inserção do Brasil no comércio mundial e competitividade de suas exportações: problemas e opções*. São Paulo: Instituto Latinoamericano de Desenvolvimento Econômico e Social: Fundação Friedrich Ebert do Brasil, 1994. (Policy paper, n. 10).

\_\_\_\_\_. Capacidade de produção da indústria de transformação 1971/1997. *Boletim de Conjuntura*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 49-58, jan. 1998.

\_\_\_\_\_. Livre-comércio de produtos manufaturados entre o Brasil e a União Européia. In: TIRONI, L. F. *Aspectos estratégicos da política comercial brasileira*. Brasília, DF: IPEA: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2001a. p. 101-152. (Coleção de economia e diplomacia, v. 1).

\_\_\_\_\_. *Efeitos preço e competitividade das exportações brasileiras para os Estados Unidos*. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Economia, 2001b.

\_\_\_\_\_; AZEVEDO, João Pedro Wagner de. A inserção das exportações brasileiras no comércio internacional de

mercadorias 1991/95. *Boletim de Conjuntura*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 55-67, out. 1998.

\_\_\_\_\_; FRITSCH, Winston. Dinâmica recente das exportações brasileiras 1979-90. In: VELLOSO, J. P. dos Reis; FRITSCH, W. (Coord.). *A nova inserção internacional do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1994. p. 49-82.

BONELLI, Regis. Fontes de crescimento e competitividade das exportações brasileiras na década de 80. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, Rio de Janeiro, v. 8, abr./jun. 1992.

\_\_\_\_\_. Ganhos de produtividade na economia brasileira na década de 90: um retrato de corpo inteiro. *Carta da SOBEET*, São Paulo, v. 3, n. 15, 2000. Especial SOBEET.

\_\_\_\_\_; FONSECA, Renato. Ganhos de produtividade e de eficiência: novos resultados para a economia brasileira. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, n. 2, v. 28, p. 273-314, ago. 1998.

BORENSZTEIN, E. et al. The behaviour of non-oil commodity prices. *Occasional Paper* Washington, D. C.: International Monetary Funds, n. 112, Aug., 1994.

BRASIL comércio exterior: séries estatísticas. Rio de Janeiro: Banco do Brasil S.A., Carteira de Comércio Exterior, Departamento de Estatísticas de Comércio Exterior, 1981.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior. Evolução das exportações brasileira por fator agregado – 1964 a 2002. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/indicadores/default.htm>>. Acesso em: abr. 2002.

CÂMBIO. Rio de Janeiro: Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto, 1994. (Séries históricas).

CÂMBIO: BCB Boletim/BP (Boletim do Banco Central do Brasil). Séries: taxa de câmbio R\$/US\$ - comercial, compra, venda, fim de período e média anual. In: IPEA. Base de Dados Macroeconômicos – IPEADATA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: dez. 2001.

- CASTRO, Ana Célia. *As empresas estrangeiras no Brasil 1860-1913*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. 142 p.
- CHAMI BATISTA, Jorge. *Debt and adjustment policies in Brazil*. Boulder: Westview Press, 1992. 178 p.
- O CICLO recente de investimentos diretos estrangeiros no Brasil. *Carta da SOBEET*, São Paulo, v. 3, n. 14, 2000.
- COMÉRCIO exterior. BCB Boletim/BP. Boletim do Banco Central do Brasil e Nota para a Imprensa: série importação: combustíveis e lubrificantes – (FOB) US\$ Anual. In: IPEA. Base de Dados Macroeconômicos - IPEADATA. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: dez. 2001.
- CONTAS nacionais: séries PIB R\$, Anual, exportações – bens e serviços, R\$, Anual, importações – bens e serviços. In: IPEA. Base de Dados Macroeconômicos - IPEADATA. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: dez. 2001.
- DELFIN NETTO, Antônio. *O problema do café no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, Instituto de Documentação; Brasília, DF: Ministério da Agricultura, Superintendência de Planejamento, 1979. 259 p.
- DOELLINGER, C. V.; CAVALCANTI, L. C.; BRANCO, F. C. *Política e estrutura das importações brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA; São Paulo: INPES, 1977. (Relatório de pesquisa, n. 38).
- \_\_\_\_\_; FARIA, H. B. de C.; CAVALCANTI, L. C. *A política brasileira de comércio exterior e seus efeitos 1967/73*. Rio de Janeiro: IPEA; São Paulo: INPES, 1974. (Relatório de Pesquisa, 22).
- \_\_\_\_\_ et al. *Transformação da estrutura das exportações brasileiras 1964/70*. Rio de Janeiro: IPEA; São Paulo: INPES, 1973. (Relatório de pesquisa, n. 14).
- ESTATÍSTICAS históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. 642 p.
- FRANCO, Gustavo H. B. A primeira década republicana. In: ABREU, M. de P. (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 11-30.
- FRITSCH, Winston. *Aspects of Brazilian economic policy under the first republic 1889-1930*. 1983. Dissertation (Ph.D) - University of Cambridge, Cambridge.
- \_\_\_\_\_. Apogeu e crise na Primeira República 1900-1930. In: ABREU, M. de P. (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 31-72.
- \_\_\_\_\_; FRANCO, Gustavo H. B. *Foreign direct investment in Brazil: its impact on industrial restructuring*. Paris: OCDE, Development Centre Studies, 1991.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 12. ed. rev. São Paulo: Nacional, 1974. 248 p. (Biblioteca universitária, Série 2ª ; Ciências Sociais, v. 23).
- GONÇALVES, R. Índices de comércio exterior do Brasil. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 168, p. 331-362, out./dez. 1981
- GRILLI, E. R.; YANG, M. C. Primary commodity prices, manufactured goods prices, and the terms of trade of developing countries: what the long run shows. *The World Bank Economic Review*, Washington, D.C., v. 2, n. 1, p. 1-47, Jan. 1988.
- GUIMARÃES, Eduardo Augusto et al. *Índices de preços e quantum das exportações brasileiras*. Versão atual. Rio de Janeiro: Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior, Projeto Fundação Banco do Brasil/IPEA/Funcex, 1997. 11 p. (Texto para discussão, n. 121).
- HAGUENAUER, Lia; MARKWALD, Ricardo A.; POURCHET, Henry. *Estimativas do valor da produção industrial e elaboração de coeficientes de exportação e importação da indústria brasileira 1985-1996*. Brasília, DF: IPEA, 1998. (Texto para discussão, n. 563).

HANDBOOK of international trade and development statistics 1976. New York: United Nations, 1977.

\_\_\_\_\_. 1983. New York: United Nations, 1984.

\_\_\_\_\_. 1987. New York: United Nations, 1988.

\_\_\_\_\_. 1993. New York: United Nations, 1994.

\_\_\_\_\_. 1996/97. New York: United Nations, 1997.

\_\_\_\_\_. 2000. New York: United Nations, 2001.

HANDBOOK of statistics 2000. New York: United States Conference on Trade and Development, 2000. Disponível em: <<http://www.unctad.org>>. Acesso em: dez. 2001.

IGLESIAS, Roberto. Baixo dinamismo das exportações de produtos industrializados ou baixo crescimento da produção industrial? *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 67, abr./jun. 2001.

INDICADORES e estatísticas. Evolução das exportações por fator agregado. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2002. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: abr. 2002

\_\_\_\_\_. Intercâmbio comercial brasileiro por blocos econômicos e Países. Brasília, DF: Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Departamento de Planejamento e Desenvolvimento do Comércio Exterior, 2001. Disponível em: <<http://www.mdc.gov.br/indicadores>>. Acesso em: dez. 2001.

\_\_\_\_\_. Balança comercial brasileira. Brasília, DF: Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Secretaria de Comércio Exterior, Departamento de Planejamento e Desenvolvimento do Comércio Exterior. 2001 Disponível em: <<http://www.mdc.gov.br/comext>>. Acesso em: dez. 2001.

INTERNATIONAL financial statistics. Washington, D.C.: International Monetary Fund, 2001. 1 CD-ROM.

LEAGUE of nations. *Review of World Trade*, Geneva, 1939.

LEWIS, W. Arthur. World production, prices and trade 1870-1960. *Manchester School of Economics and Social Studies*, Manchester, v. 20, n. 2, p. 105-138, May 1952.

MADDISON, Angus. *Two crises: Latin America and Asia 1929-38 and 1973-83*. Paris: OCDE, Development Centre Studies, 1985.

\_\_\_\_\_. *Dynamic forces in capitalist development a long-run comparative view*. New York: Oxford University Press, 1991.

\_\_\_\_\_. *Monitoring the world economy 1820-1992*. Paris: OCDE, Development Centre Studies, 1995.

MALAN, Pedro Sampaio. *Política econômica e teorias de balanço de pagamentos: relações internacionais do Brasil no período 1946/1979*. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Economia e Administração, 1981.

\_\_\_\_\_. et al. *Política econômica externa e industrialização no Brasil 1939/52*. 2. ed. Rio de Janeiro: IPEA; São Paulo: INPES, 1980. Relatório de pesquisa, n. 36.

MARKWALD, Ricardo. *O impacto da abertura comercial sobre a indústria brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Altos Estudos, 2001.

MOREIRA, Maurício Mesquita. *Industrialization, trade and market failures: the role of government intervention in Brazil and South Korea*. London: Macmillan Press, 1995.

\_\_\_\_\_. A Indústria brasileira nos anos 90: o que já se pode dizer? In: GIAMBIAGI, Fabio; MOREIRA, Maurício Mesquita (Org.). *A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999. 496 p. p. 293-332.

NEUHAUS, Paulo. *História monetária do Brasil 1900-45*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, 1975.

NONNENBERG, Marcelo. Vantagens comparativas reveladas, custo relativo de fatores e intensidade de recursos naturais: resultados para o Brasil 1980/88. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 373-403, ago. 1995.

ORENSTEIN, Luiz; SOCHACZEWSKI, Antônio Cláudio. Democracia com desenvolvimento 1956-1961. In: ABREU, M. de P. (Org.). *A ordem do progresso cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 171-195.

PINHEIRO, Armando Castelar. O comércio exterior brasileiro de 1974 a 1992. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, Rio de Janeiro, n. 37, out./dez. 1993.

SÉRIES estatísticas retrospectivas. Ed. fac-sím. Rio de Janeiro: IBGE, 1986. v. 1: Repertório estatístico do Brasil: quadros retrospectivos. Separata de: Anuário Estatístico do Brasil 1939/1940. Rio de Janeiro: IBGE, v. 5, 1941.

SÉRIES: exportações-preços-índice (média 1996=100) anual; exportações-quantum-índice (média 1996=100) anual; importações-preços-índice (média 1996=100) anual; importações-quantum-índice (média 1996=100) anual. In: TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*: ensaios sobre economia brasileira. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. 263 p.

TRADE POLICY REVIEW: Brazil 1996. Geneva: World Trade Organization, Mar. 1997.

VIANNA, Sérgio Besserman. Política econômica externa e industrialização 1946-1951. In: ABREU, M. de P. (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 05-122.

\_\_\_\_\_. Duas tentativas de estabilização 1951-1954. In: ABREU, M. de P. (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 123-150.

VILLELA, Annibal Villanova; SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945*. 2. ed. Rio de Janeiro: IPEA; São Paulo: INPES, 1975. (Monografia, n.10).

\_\_\_\_\_. et al. *Aspectos do crescimento da economia brasileira 1889-1969*. Rio de Janeiro: FGV, Instituto Brasileiro de Economia, 1971. v. 1, cap. 5 a 7.

YEARBOOK OF INTERNATIONAL TRADE STATISTICS 1972-1973. New York: United Nations, 1974.





# RENDIMENTOS E PREÇOS



Bambuzal, 1978  
Antonio Henrique Amaral  
Óleo sobre tela – 280 x 320 cm  
Coleção Gilberto Chateaubriand, Museu de Arte Moderna do  
Rio de Janeiro.

---

\* Ph.D. em economia pela Universidade da Califórnia, Berkeley, EUA; professor associado do Departamento de Economia da PUC/RJ; pesquisador II-A do CNPq; especialista em economia do trabalho; publicou, entre outros, um artigo no *Journal of Development Economics* e vários capítulos de livros e artigos em revistas de primeira linha nacionais *Brazilian Review of Econometrics*, *Revista Brasileira de Economia e Pesquisa e Planejamento Econômico*.

\*\* Doutoranda em Ciências Econômicas pelo Departamento de Economia da PUC/RJ. Professora horista do Departamento de Economia da PUC/RJ. Autora, dentre outros de *Nível e Desigualdade dos Rendimentos do Trabalho na Região Metropolitana do Rio de Janeiro*. (co-autoria com Adriana Fontes/ Sistema de Informações da Secretaria Municipal do Trabalho) CIDE. *Boletim de Economia Fluminense*, Ano I, n. 2, mar. 2000; *O que os jovens estão fazendo? A inserção econômica dos jovens moradores de favelas do Rio de Janeiro. Qualidade de Vida*. Universidade de São Paulo, Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, Ano 4, n. 34, mar./2002.

## RENDIMENTOS E PREÇOS<sup>1</sup>

GUSTAVO GONZAGA\* E DANIELLE CARUSI MACHADO\*\*

**E**m contraste com uma extensa literatura que trata de aspectos metodológicos referentes aos índices de preços, são raros os esforços de se catalogar, discutir e comparar as diversas fontes de dados sobre rendimentos no Brasil. Na verdade, existe uma enorme quantidade de dados recentes disponíveis para o estudo dos indicadores representativos do mercado de trabalho no Brasil, sobretudo para as maiores regiões metropolitanas e para a cidade de São Paulo. Essas informações são, na sua grande maioria, providas por órgãos oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - e o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. No entanto, outras instituições têm um importante papel na produção de dados sobre o tema, como as empresariais (Confederação Nacional da Indústria - CNI - e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP), e as que mantêm ligações com os sindicatos (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE - e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE).

No volume das *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988* (1990), somente as estatísticas de rendimentos provenientes da Pesquisa Industrial Anual - PIA/IBGE, da Pesquisa Industrial Mensal - PIM/IBGE e dos Censos

<sup>1</sup> Os autores agradecem a Bernardo Silveira e Raquel Tessarolo pela eficiente assistência à pesquisa e a Simone Mansour Taouk e Vandeli dos Santos Guerra por tirarem dúvidas a respeito dos dados do Ministério do Trabalho e do IBGE, respectivamente. Erros e omissões são de nossa inteira responsabilidade.

Liquidação em 1992.  
Foto: Maria Jose Lessa - Agência JB, 1992.



Econômicos foram apresentadas. Essas informações, contudo, não são suficientes para representar o mercado de trabalho brasileiro como um todo. Além de abrangerem apenas o setor industrial, as estatísticas salariais não são capazes de descrever completamente os rendimentos dos trabalhadores brasileiros, em virtude do aumento da importância de outras formas de inserção na atividade econômica, como o trabalho autônomo.

O objetivo desse capítulo, portanto, é o de preencher essa lacuna, através de uma ampla descrição dos dados sobre rendimentos no Brasil. O capítulo contém uma análise da evolução recente e das metodologias dos principais indicadores de rendimentos. O CD-ROM incorpora as séries novas provenientes de diferentes fontes de pesquisa, além de conter a atualização dos dados sobre rendimentos e preços em *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988* (1990). No caso dos índices de preços, enfatiza-se os aspectos metodológicos e a adequação de sua utilização como deflatores das séries de rendimentos.

Entre as séries novas, destaca-se a introdução dos dados de rendimentos obtidos através das pesquisas domiciliares produzidas pelo IBGE (Pesquisa Mensal de Emprego - PME - e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD). Esses levantamentos são mais abrangentes do que as pesquisas de estabelecimentos (PIA/IBGE e PIM/IBGE), pois investigam o universo do trabalho formal e informal e outros setores da economia. A unidade de análise é o domicílio, captando informações sob a ótica da família e do trabalhador, de forma diferente das pesquisas de estabelecimentos, cujo informante é a empresa.

A unidade de investigação, conforme será visto na próxima seção, tem um papel chave na classificação das diversas fontes de pesquisa sobre trabalho. Por esse motivo, os dados foram agregados em quatro blocos, conforme descrito abaixo. O uso dessas diversas fontes para pesquisas sobre rendimentos requer inúmeros cuidados, sobretudo no tocante à abrangência geográfica e à metodologia utilizada por cada entidade na coleta das informações.

- 1. Salário mínimo:** composta pela série do salário mínimo unificado a partir de 1984 e das séries dos diferentes salários mínimos regionais desde 1940.
- 2. Pesquisas de estabelecimentos:** as séries foram geradas a partir das pesquisas realizadas pelo IBGE - Pesquisa Industrial Mensal, Pesquisa Industrial Anual e Censos Industriais -, por entidades empresariais - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP - e Confederação Nacional das Indústrias - CNI - e pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários - IAPI.
- 3. Pesquisas domiciliares:** as séries foram construídas a partir da Pesquisa Mensal do Emprego - PME - e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD - ambas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - e da Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED - realizada pela SEADE, em parceria com o DIEESE. Nesta seção, apresentamos também os dados de pobreza e desigualdade de renda que se basearam nas PNADs e nos Censos Demográficos.
- 4. Registros administrativos:** as séries foram elaboradas com base nos dados do Ministério do Trabalho e Emprego, como a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS - e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED (BRASIL. Lei nº 4.923, 1965).

O capítulo está dividido em três partes, além dessa Introdução. A seção II descreve, de forma sucinta, a história das fontes mais antigas sobre rendimentos. Para os índices de preços mais antigos, os leitores podem consultar *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988* (1990).

A seção III é dividida em três partes. Na primeira subseção, descrevemos a evolução do salário mínimo real; na seguinte, discutimos o método de deflacionamento dos rendimentos; e, por fim, apresentamos uma análise sobre a evolução dos rendimentos reais e da distribuição de renda no Brasil para as décadas de 1980 e de 1990.

A seção IV apresenta os aspectos metodológicos mais relevantes das fontes de rendimento, e da construção dos principais índices de preços. Inicialmente, são discutidos os aspectos relacionados às séries sobre rendimentos. Indicamos as vantagens e desvantagens dos diversos tipos de bases de dados para os estudos de mercado de trabalho. A subseção IV.2 restringe-se a traçar um breve quadro histórico sobre os reajustes do salário mínimo e as diferenças regionais existentes no período anterior a 1984, quando ocorreu a unificação nacional de seus valores. Nas três subdivisões seguintes, são descritas as metodologias e os principais cuidados que devem ser tomados com a utilização das bases de dados provenientes das pesquisas de estabelecimentos, das pesquisas de domicílios e dos registros administrativos, respectivamente.

A subseção IV.2 apresenta as metodologias dos principais índices de preços. Vale ressaltar que o enfoque da análise dos índices de preços reside exclusivamente no questionamento de sua adequação para o deflacionamento das séries de rendimentos.

## História dos dados de rendimentos

Existem algumas fontes e inquéritos econômicos realizados antes da década de 1930 que não são abordados nesse volume. Alguns comentários sobre esses levantamentos podem ser encontrados no capítulo referente à indústria na edição anterior das *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988* (1990). Para as décadas de 1930 a 1950, também subsiste uma enorme dificuldade de se encontrar dados agregados e consistentes para a reconstrução de uma série histórica do nível de rendimentos. As estatísticas ficam, muitas vezes, limitadas a um ponto no tempo ou investigam um período de tempo muito curto. Em muitos casos, a abrangência geográfica se restringe a uma área, como as cidades de São Paulo ou Rio de Janeiro, ou a um setor específico, como o setor industrial.

Duas fontes antigas com dados de rendimentos são o *Recenseamento do Brasil 1920* (1930) e o primeiro Censo



Comércio em liquidação no Rio de Janeiro em 1987.  
Foto: Paulo Nicolella - Agência JB.

Econômico Industrial, também de 1920. A 2ª parte do volume 5 do *Recenseamento do Brasil 1920* (1930) contém informações sobre a remuneração dos trabalhadores de empresas fabris e dos serviços prestados nos estabelecimentos rurais, que podem ser desagregadas por sexo, por adultos e menores, por setores de atividades, por estados e por algumas ocupações. Já o Censo Industrial descreve dados referentes à mão-de-obra industrial. As informações do número de pessoas empregadas nas manufaturas divergem nos dois levantamentos. A separação entre a produção da indústria e das pequenas oficinas não foi feita de forma precisa, conforme *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988* (1990). No caso do Censo Industrial, isto dificulta a comparação com os dados dos censos posteriores. Existem várias diferenças com relação à definição do universo de pesquisa, a distância temporal do censo seguinte e à estrutura deficiente de classificação industrial.

Para as décadas de 1940 e 1950, segundo Wells (1983), as principais fontes de dados sobre rendimentos são: os censos industriais do IBGE, o censo do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários - IAPI-, os dados coletados pela Secretaria Geral do Conselho Nacional de Estatística entre 1944 e 1952, as informações do

Registro Industrial do IBGE para o período entre 1952-1958 e 1962-1964, e as pesquisas industriais<sup>3</sup> de 1966 a 1969 do Departamento Estatísticas Industriais, Comerciais e de Serviços do IBGE. A definição dos conceitos de rendimento, o universo investigado e a metodologia de apuração dos dados, entretanto, não foram uniformizados, impedindo a comparabilidade ao longo dos anos.<sup>4</sup>

Apesar da riqueza de informações presentes nesses outros levantamentos, nesse capítulo selecionamos dados apenas das duas primeiras fontes citadas acima para as décadas de 1940 e de 1950: os Censos Industriais do IBGE, que se estendem até o ano de 1985, e o Censo do IAPI, são descritos em detalhe na próxima seção. A escolha dos Censos Industriais reside na apresentação de estatísticas coerentes e que preservam uma certa homogeneidade ao longo do período de análise. No caso do Censo do IAPI, a opção foi por uma série que não ficasse restrita à região de São Paulo, como grande parte das demais.

A partir da década de 1970, conforme será detalhado na seção metodológica, a disponibilidade de indicadores de trabalho aumenta com a elaboração da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Com esta fonte, tomando cuidado com as mudanças metodológicas ao longo do período analisado, é possível reconstruir dados de rendimentos do trabalho e da família. Ressalta-se também que os Censos Demográficos, a partir de 1960, passam a incorporar perguntas sobre rendimentos, permitindo a construção de indicadores sobre pobreza e desigualdade, conforme será visto na próxima seção.

Ao longo das décadas de 1980 e de 1990, além dos esforços do IBGE na elaboração e divulgação de indicadores sobre rendimentos, através da PNAD e da PME, surgem outras fontes de informação, como o Ministério do Trabalho e Emprego e as entidades empresariais e sindicais.

## **Análise dos dados de rendimentos e preços**

### **Evolução do salário mínimo real**

A inexistência de séries de rendimentos longas no Brasil confere um papel de destaque à análise da evolução do salário mínimo real. São freqüentes as reportagens nos noticiários econômicos que apontam para a deterioração do valor do salário mínimo real desde a sua criação como um dos indicadores da perda de poder aquisitivo da população de baixa renda. No entanto, a convivência com altas taxas de inflação e a precariedade dos deflatores disponíveis requer cautela, colocando difíceis obstáculos no caminho de quem se propõe a gerar uma série mais longa do salário mínimo real no Brasil.

Na verdade, qualquer análise da evolução do valor do salário mínimo real no Brasil para períodos mais longos deve levar em consideração dois aspectos fundamentais: a existência de valores diferenciados por regiões e a escolha do índice de preços a ser usado como deflator. Como será discutido na seção metodológica, o salário mínimo nominal no Brasil era definido em bases regionais e, somente em 1984, seus valores foram unificados. As diferenças dos valores nominais entre as diversas localidades eram substanciais, chegando a ser observada a razão de 2,67 entre o maior e o menor salário mínimo do País.

O ideal, portanto, seria analisar a evolução de diversos índices regionais, em termos reais. Isto requer, obviamente, índices de preços ao consumidor disponíveis para as diversas regiões. O problema reside na precariedade dos índices de preços ao consumidor no Brasil, principalmente antes de 1979, quando o IBGE cria o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC.

<sup>3</sup> Ver para maiores detalhes, o texto de Regis Bonelli, nesta publicação.

<sup>4</sup> Com relação aos registros administrativos, existe um conjunto de informações provenientes da Lei dos 2/3 (Ministério do Trabalho), que foi utilizado por Langoni (1973) na análise da distribuição de renda de 1970. A lei dos dois terços foi criada por Vargas, em 1930, com o objetivo de limitar o número de estrangeiros que poderiam trabalhar em cada estabelecimento. Os dados provenientes da aplicação dessa lei permitem a investigação da remuneração recebida pelos empregados da área urbana regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, e deu origem ao que conhecemos hoje como a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS.

Algumas análises (ver, por exemplo, FOGUEL, 1997; FOGUEL; RAMOS; CARNEIRO, 2001) usam o Índice de Preços ao Consumidor - IPC - de São Paulo, calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIEPE-, para deflacionar o maior salário mínimo nominal do País no início da série (Rio de Janeiro), talvez por ser este o único índice disponível para todo o período. Como será destacado na seção metodológica, as estruturas de ponderação do IPC de São Paulo entre 1939 e 1971 eram baseadas em amostras muito pequenas e pouco representativas dos consumidores da região, o que recomenda muito cuidado na análise dessa série. O próprio IPC-RJ, calculado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV-, também sofre de sérias deficiências no período anterior a 1966.

Para ilustrar esse ponto, apresentamos nos Gráficos 1 e 2 a evolução do salário mínimo real em São Paulo (deflacionado pelo IPC-FIPE) e no Rio de Janeiro (deflacionado pelo IPC-RJ), ambos a partir de 1944, ano de início da série do IPC-RJ. Embora as diferenças entre os salários mínimos nominais nas duas regiões sejam insignificantes (em média, da ordem de 4% antes de

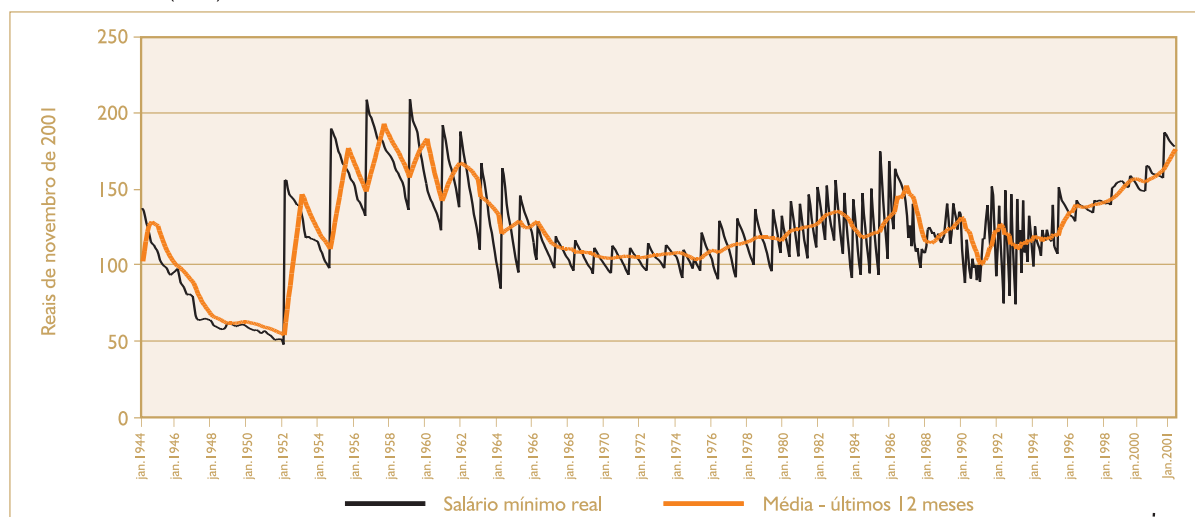
1960, e zero a partir de então), a utilização desses dois deflatores aponta para evoluções das séries de salário mínimo real totalmente distintas.

O Gráfico 1 mostra que o salário mínimo real de São Paulo, em novembro de 2001, está praticamente no mesmo nível do pico da série observado em 1959. Já o Gráfico 2 revela que o salário mínimo real no Rio de Janeiro em novembro de 2001 corresponde à cerca de 25% do valor do pico de 1959. O Gráfico 3 mostra que o valor do salário mínimo real de São Paulo correspondia a 30% do valor do salário mínimo real do Rio de Janeiro, entre 1944 e 1981, se supusermos que as duas séries têm o mesmo valor ao final de 2001.

Na realidade, a origem da diferença entre as duas séries está na relação entre os dois deflatores, que aponta para uma inflação no Rio de Janeiro da ordem de 3,5 vezes maior do que a inflação registrada em São Paulo, o que não parece ser razoável do ponto de vista econômico. Estas diferenças entre os dois índices de preços são distribuídas ao longo do tempo, mas alguns

**Gráfico 1 - Salário mínimo real em São Paulo - jan. 1944-nov. 2001**

Deflator: IPC-SP (FIPE)

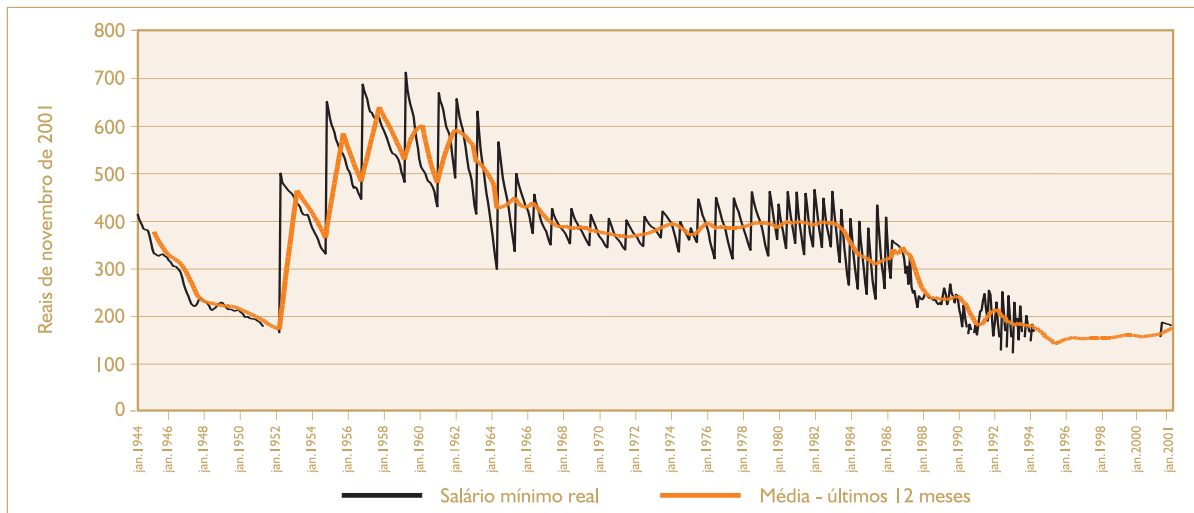


Notas: Dados extraídos da Tabela SAL.I.I - Evolução do Salário Mínimo Regional (em R\$) - 1940/1984.

Deflator utilizado: o IPC/SP foi construído com base na série de Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1500 a 1988. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, sendo atualizado com os disponíveis no Ipeadata: base de dados macroeconômicos. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: fev. 2002.

Gráfico 2 - Salário mínimo real no Rio de Janeiro - jan. 1944-nov. 2001

Deflator: IPC-RJ (FGV)

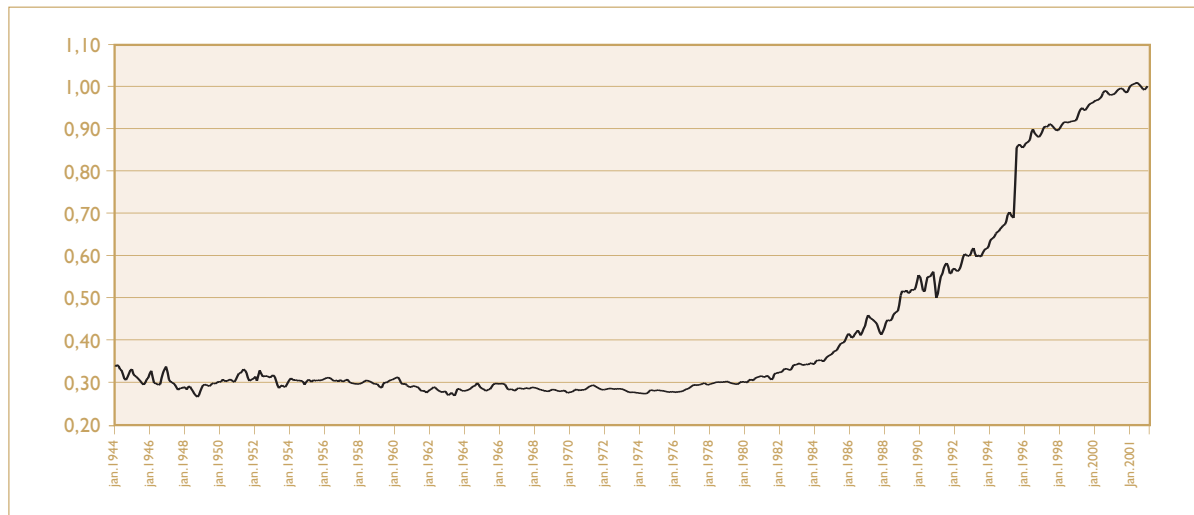


Notas: Dados extraídos da Tabela SAL I.1 - Evolução do Salário Mínimo Regional (em R\$) - 1940/1984.

Deflator utilizado: o IPC/RJ foi construído com base na série de Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1500 a 1988. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, sendo atualizado com os dados disponíveis no Ipeadata: base de dados macroeconômicos. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: fev. 2002.

Gráfico 3 - Razão entre salário mínimo real de São Paulo e o salário mínimo real do Rio de Janeiro - jan. 1944 - nov. 2001

Deflator para o Rio de Janeiro: IPC-RJ (FGV); Deflator para São Paulo: IPC-SP (FIPE)



Notas: Dados extraídos da Tabela SAL I.1 - Evolução do Salário Mínimo Regional (em R\$) - 1940/1984.

Deflatores utilizado IPC/SP foi construído com base na série de Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1500 a 1988. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, sendo atualizado com os dados disponíveis no Ipeadata: base de dados macroeconômicos. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: fev. 2002.

O IPC/RJ foi construído com base na série de Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1500 a 1988. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, sendo atualizado com os dados disponíveis no Ipeadata: base de dados macroeconômicos. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: fev. 2002.



períodos merecem destaque. Por exemplo, a série do IPC-RJ considera a inflação em cruzeiros reais em julho de 1994, quando da introdução do real, enquanto a série do IPC-SP compara os preços em real com os preços em URV, o que gera uma taxa de inflação substancialmente menor. No entanto, como há diferenças significativas entre os dois índices em outros períodos, talvez advindas da própria precariedade das séries antes de 1971 (1966, no caso do IPC-RJ), resolvemos adotar um procedimento alternativo para analisar a evolução dos distintos salários mínimos reais no Brasil, conforme descrevemos a seguir.

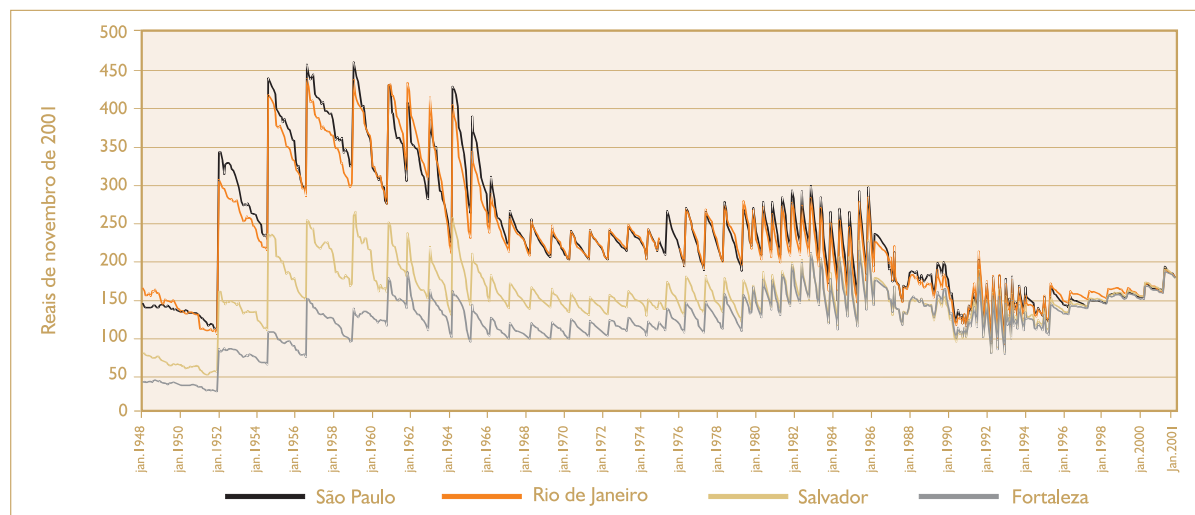
No Gráfico 4, apresentamos os salários mínimos reais regionais para quatro capitais do País (São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Fortaleza). Deflacionamos os valores dos salários mínimos nominais por índices de preços disponíveis para essas regiões com metodologias comparáveis. Adotamos o Índice Geral de Preços - IGP - do Ministério do Trabalho de 1948 a 1979, e o encadeamos com o INPC de 1979 a 2001 para essas quatro capitais.

Apesar de o índice do Ministério do Trabalho também não ser plenamente confiável, ver *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988* (1990), a aplicação de uma metodologia uniforme para todas as regiões tende a diminuir as discrepâncias espúrias entre as séries, argumento que se torna ainda mais convincente para o período após 1979, quando o INPC de cada região é utilizado.

O Gráfico 4 revela que a evolução dos salários mínimos reais em São Paulo e no Rio de Janeiro é bem semelhante, e que nessas duas regiões ocorreu uma deterioração de, aproximadamente, 50% do poder de compra do salário mínimo entre o pico observado no período de 1958 a 1960 e o valor no final de 2001. Em Salvador, houve uma diminuição de 20% do valor do salário mínimo real em relação ao pico da série em 1959, bem menos intensa que no Rio e em São Paulo. Destaca-se que o contrário ocorreu com o salário mínimo real de Fortaleza, cujo valor no final da série é mais elevado do que o nível observado no início da

**Gráfico 4 - Salário mínimo real no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Salvador e em Fortaleza - jan. 1948-nov. 2001**

Deflatores: IGP - MTB (1948-79) e INPC (1979-2001)



Notas: Dados extraídos da Tabela SALI.I - Evolução do Salário Mínimo Regional (em R\$) - 1940/1984.

Deflator utilizado: as séries dos Índices Gerais de Preços - IGP - do Ministério do Trabalho de 1948 a 1979 para as capitais foram extraídas de Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1500 a 1988. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. De 1979 a 2001, foram utilizadas as séries do INPC no Ipeadata: base de dados macroeconômicos. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: fev. 2002.

década de 1960 e semelhante ao pico observado no momento da unificação, em 1984.

O Gráfico 5 ilustra a convergência dos salários mínimos nominais das quatro regiões por ocasião da unificação em 1984. O salário mínimo de Fortaleza correspondia a 48% do valor do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 1956. Já em 1984, antes da unificação, essa proporção era de 88%.

Já o Gráfico 6 revela que a inflação acumulada no Rio de Janeiro entre 1948 e 2001 foi cerca de 2,3 vezes a inflação acumulada em Fortaleza nesse mesmo período, diferença que ocorre principalmente entre 1948 e 1965. Tais divergências de magnitude entre os índices de preços, apesar de menores do que as observadas entre o IPC-RJ (FGV) e o IPC-SP (FIPE), levantam suspeitas sobre a confiabilidade desses deflatores, recomendando bastante cautela na sua utilização.

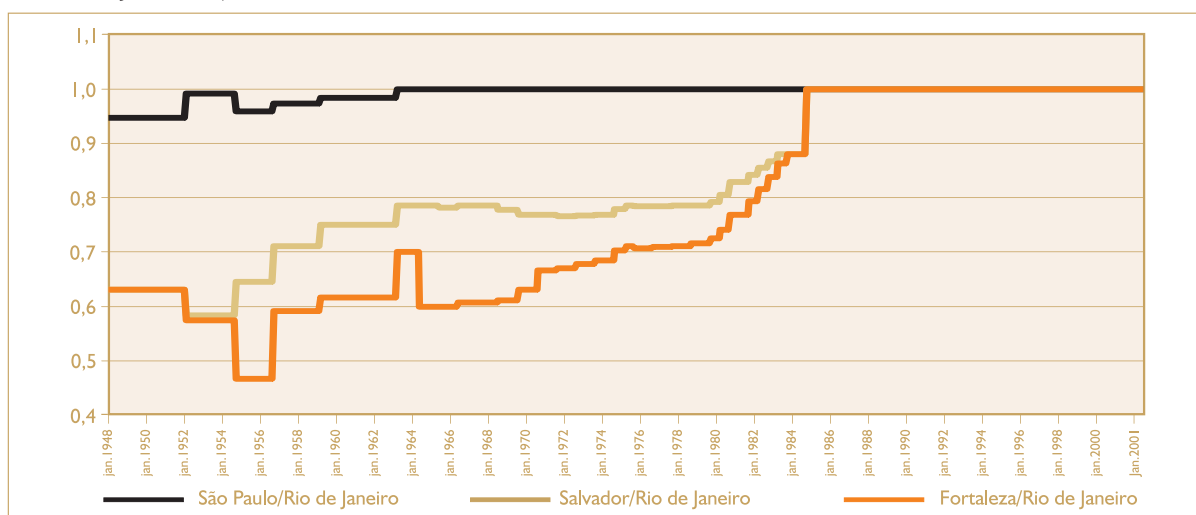
Um outro aspecto geralmente ignorado nas análises da evolução do salário mínimo real refere-se à incorporação de outros benefícios que o trabalhador brasileiro passou a ter direito ao longo dos últimos cinquenta anos,

como, por exemplo, o décimo terceiro salário em 1962, o adicional de 1/3 de férias, a extensão da licença-maternidade e a criação da licença-paternidade a partir de 1988. Argumenta-se que esses benefícios foram conquistas dos trabalhadores, dissociadas do salário mínimo. Como o interesse é analisar a evolução do poder de compra de um trabalhador que recebe um salário mínimo, esses benefícios devem ser incorporados à análise, uma vez que aumentam o seu nível de renda.

Para ilustrar esse ponto, apresentamos no Gráfico 7 os valores dos salários mínimos reais em São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Fortaleza, analisados no Gráfico 4, acrescidos de 8,33% a partir de dezembro de 1962, referentes ao décimo terceiro salário, e de 2,78% a partir de novembro de 1988, referentes ao adicional de férias. A incorporação desses benefícios se reflete em um aumento do valor do salário mínimo efetivamente recebido para R\$200,00 em novembro de 2001 nas quatro regiões, reduzindo a distância em relação aos picos observados no final da década de 1950 e início da década de 1960.

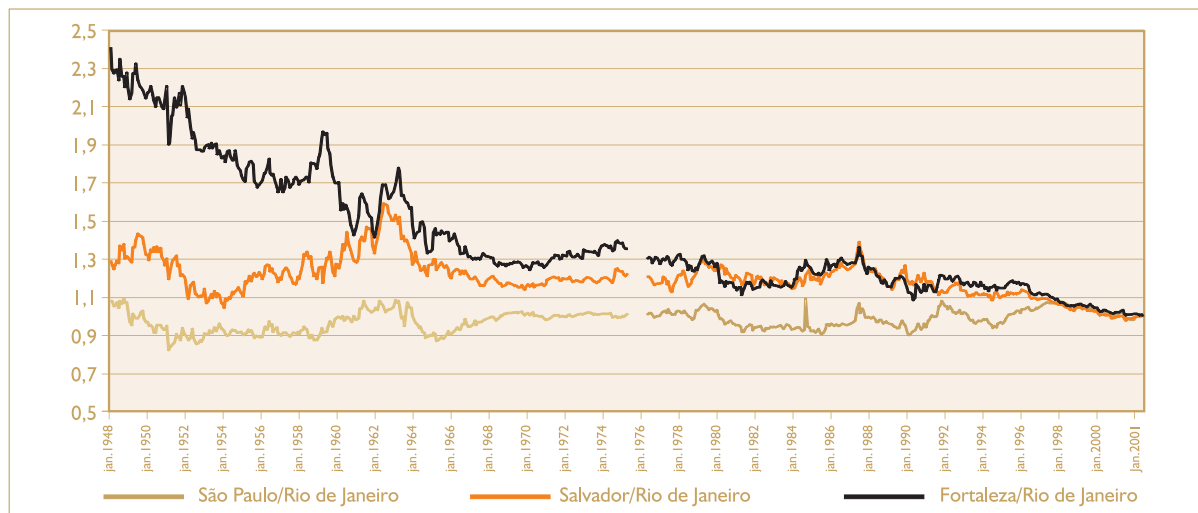
Um último aspecto a ser ressaltado refere-se às diferenças de perspectiva, quando se analisa o valor do

**Gráfico 5 - Razões entre os salários mínimos nominais de São Paulo, Salvador e Fortaleza e o salário mínimo do Rio de Janeiro - jan. 1948-nov. 2001**



Nota: Dados extraídos da Tabela SAL I.1 - Evolução do Salário Mínimo Regional (em R\$) - 1940/1984.

Gráfico 6 - Razões entre índices de preços de São Paulo, Salvador e Fortaleza e o índice de preços do Rio de Janeiro - jan. 1948-nov. 2001



Notas: Dados extraídos da Tabela SAL I.1 - Evolução do Salário Mínimo Regional (em R\$) - 1940/1984.

Deflator utilizado: as séries dos Índices Gerais de Preços (IGP) do Ministério do Trabalho de 1948 a 1979 para as capitais foram extraídas de Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1500 a 1988. 2.ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. De 1979 a 2001 foram utilizadas as séries do INPC no Ipeadata: base de dados macroeconômicos. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: fev. 2002.

salário mínimo pela ótica do empregador, que se importa com o custo do trabalhador que recebe um salário mínimo, e pela ótica do trabalhador, que se importa com o valor efetivamente recebido. Há um interessante debate sobre a forma correta de se classificar os diversos encargos trabalhistas, de acordo com a sua apropriação pelos trabalhadores, empresas e governo (ver, por exemplo, JATOBÁ, 1994). Não é nossa intenção descrever aqui a evolução de todos os encargos que incidem sobre a folha de pagamentos. No entanto, é fato que houve um aumento substancial dos encargos trabalhistas que podem ser classificados como cunha fiscal, uma vez que são apropriados pelo governo. Entre 1988 e 1993, por exemplo, a alíquota de contribuição social que incide sobre a folha de pagamentos subiu de 18,8% para 27,8%, refletindo, principalmente, o aumento da contribuição ao INSS (ver CORSEUIL; GONZAGA, 2001).

Em suma, a precariedade dos índices de preços, principalmente antes de 1979, que apontam para gigantescas variações de preços regionais, recomendam muita cautela na análise da evolução das séries de salário mínimo

real no Brasil. A utilização dos deflatores do Ministério do Trabalho e do INPC mostra uma deterioração substancial do poder de compra do salário mínimo no Rio de Janeiro, e em São Paulo entre o final da década de 1950 e o final de 2001, mesmo levando-se em conta o aumento dos benefícios trabalhistas ao longo do tempo. Já nas regiões em que o salário mínimo era mais baixo, como Fortaleza, houve um pequeno aumento ao longo do tempo. A menos que os preços nas cidades menores e nas regiões rurais do País tenham subido mais do que nas grandes capitais, é muito provável que o salário mínimo real também tenha crescido bastante nessas regiões ao longo dos últimos cinquenta anos, em função, principalmente, da unificação dos valores a partir de 1984. É indiscutível, também, a verificação da recuperação do valor do salário mínimo real a partir de 1994.

### Como deflacionar as séries de rendimentos?

Uma prática bastante utilizada pelos pesquisadores do mercado de trabalho é o de deflacionar as séries de rendimentos pelas médias geométricas dos índices de preços, observados em dois meses adjacentes. A idéia é

procurar centrar o deflator numa data próxima a do recebimento dos rendimentos. Neri (1996) mostra que cerca de 80% dos trabalhadores recebem seus rendimentos com uma frequência mensal, a maioria por volta do final do mês.

Como a maior parte dos índices de preços representa as médias dos preços praticados ao longo do mês, geralmente estão próximos ao vetor de preços observado no dia 15 de cada mês, a menos que tenham ocorrido variações bruscas de inflação ao longo do mês. De forma equivalente, a média geométrica dos índices de preços de dois meses adjacentes com taxas de inflação semelhantes aproxima razoavelmente bem o vetor de preços observado no final do mês.

No entanto, esta aproximação não é perfeita quando há grandes oscilações na inflação, como ocorreu com a economia brasileira em vários momentos na segunda metade do Século XX, principalmente após as diversas tentativas de estabilização entre 1986 e 1994. Nesses períodos, quando os institutos de pesquisa não intervêm no método de cálculo dos índices, a média geométrica do índice de inflação do mês anterior à estabilização tende a estar centrada uns 5-8 dias antes do final daquele mês. A utilização da média geométrica do índice de preços como deflator resulta, tipicamente, na observação de um aumento do salário real antes da estabilização, seguido de uma pequena queda do salário real no mês da estabilização. Tais flutuações do salário real não têm significado econômico, sendo uma decorrência pura e simples de um fato estatístico.

Para evitar que tal inflação residual compromettesse, através das regras de indexação vigentes, o próprio objetivo de estabilização futura da inflação, muitos planos recorreram à criação de novos índices isentos da contaminação da inflação anterior, geralmente em uma moeda diferente. No caso do Plano Real, por exemplo, vários institutos de pesquisa, como o IBGE e a FIPE, mensuram a inflação de julho de 1994, comparando-se os preços em real em julho de 1994 com os preços transformados de cruzeiros reais para URV pela sua



Comércio em liquidação no Rio de Janeiro, 1965.  
Foto: Marcelo Theobaldo - Agência JB.

cotação diária em junho de 1994. No entanto, em geral, os rendimentos nominais estão expressos em cruzeiros reais antes de julho de 1994 e em reais a partir de então. Desta forma, é fundamental que se considere a inflação medida comparando-se diretamente os preços em reais com os preços em cruzeiros reais para se deflacionar corretamente os rendimentos nominais no momento da transição inflacionária.

A diferença entre os dois métodos de se medir a inflação em julho de 1994 é significativa. A FGV, por exemplo, criou o índice IGP-1 que difere do IGP-DI

apenas no mês de julho de 1994, por usar a inflação de URV para real. O valor encontrado para o IGP-1 em julho de 1994 foi de 5,47%, o que contrasta com o valor de 24,71% do IGP-DI no mesmo mês.

O IBGE divulga apenas a inflação de URV para real, que foi de 7,75%, em julho de 1994. Caso não seja feito nenhum ajuste nesse índice, as séries de rendimentos, até mesmo de pesquisas do próprio instituto, tornam-se permanentemente superestimadas, fornecendo a ilusão de um aumento de renda real a partir do Plano Real.

Alguns pesquisadores têm usado um ajuste multiplicativo de 1,2199 na série do INPC em julho de 1994 para deflacionar as séries de rendimentos. No

entanto, ainda não se produziu uma nota técnica que justifique a adoção de tal valor.<sup>4</sup>

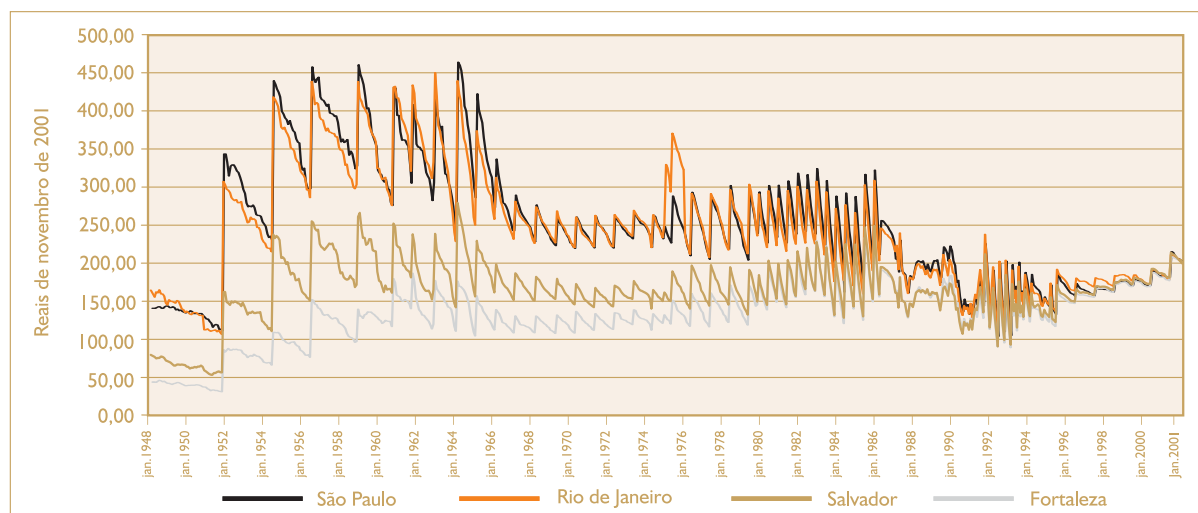
### Evolução dos rendimentos reais e distribuição de renda

Como já mencionado em várias passagens do texto, não existem séries de rendimentos medidas de forma consistente para períodos longos no Brasil.<sup>5</sup> A análise, portanto, se restringe às duas últimas décadas, com base nas pesquisas domiciliares do IBGE.

O Gráfico 8 mostra a evolução do rendimento médio real, entre maio de 1982 e o final de 2001, para o agregado das seis principais regiões metropolitanas

### Gráfico 8 - Salário mínimo real com benefícios no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Salvador e em Fortaleza - jan. 1948-nov. 2001.

Deflatores: IGP - MTB (1948-79) e INPC (1979-2001)



Notas: Dados extraídos da Tabela SAL I.1 - Evolução do Salário Mínimo Regional (em R\$) - 1940/1984.

Deflator utilizado: as séries dos Índices Gerais de Preços (IGP) do Ministério do Trabalho de 1948 a 1979 para as capitais foram extraídas de Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1500 a 1988. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. De 1979 a 2001, foram utilizadas as séries do INPC no Ipeadata: base de dados macroeconômicos. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: fev. 2002.

<sup>4</sup> Segundo os técnicos do IBGE, alguns dados de rendimento da PME no período de março a junho de 1994 foram coletados em cruzeiros reais, enquanto outros o foram em URV. No cálculo dos rendimentos reais oficialmente divulgados, usou-se a tabela de conversão de cruzeiros reais para URV aplicada às respectivas datas de recebimento. Recomenda-se, portanto, utilizar a série de rendimentos reais da PME divulgada pelo IBGE na sua *homepage* e não a série de rendimentos nominais, que deve receber um tratamento de deflacionamento específico.

<sup>5</sup> A série mais extensa, a dos Censos Demográficos, que fornece uma medida de renda do trabalho a partir de 1960, sofre importantes mudanças conceituais e metodológicas, devendo ser utilizada com cautela. Ver Cacciamali (1998) para maiores detalhes.

cobertas pela Pesquisa Mensal de Emprego - PME. Neste gráfico, utilizamos como deflator a média geométrica do INPC, sendo que duas séries são apresentadas: a original, que utiliza os valores dos rendimentos nominais e do INPC oficiais, e a corrigida, com um ajuste multiplicativo de 1,2199 no INPC a partir de julho de 1994 para reduzir as distorções discutidas na subseção anterior.

O Gráfico 9 apresenta a média móvel dos últimos 12 meses da série de rendimento real corrigida. Os dados revelam um declínio de cerca de 20% do rendimento médio real ao longo dos últimos 19 anos, com significativas flutuações mensais que acompanham, em geral, o ciclo econômico.

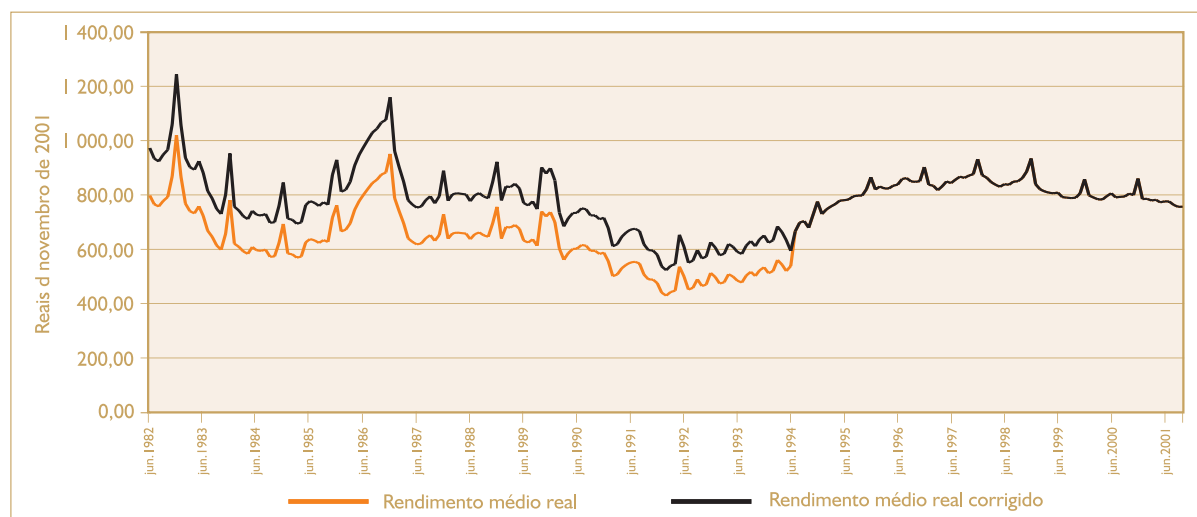
Ao longo da década de 1980, houve uma intensa retração do salário médio real nos anos 1982-1983 e nos períodos de aceleração inflacionária após os planos de estabilização da segunda metade da década. Entre 1980 e 1983, essa redução foi uma consequência da queda registrada do PIB real, que chegou a 7% no período.

De acordo com os dados da PME, somente a partir de 1985, começa a ser delineada a recuperação do nível de

rendimentos. O início da Nova República e a adoção do Plano Cruzado criaram um clima de euforia econômica que aliado às medidas implementadas de controle do processo inflacionário foram bastante favoráveis para os indicadores do mercado de trabalho. Como mostra o Gráfico 9, o rendimento do trabalho atinge o valor mais alto da série em 1986. Os trabalhadores foram beneficiados pela redução da inflação, e também por medidas que procuravam compensar o congelamento inicial de salários, como a concessão de um abono.

O sucesso do Plano Cruzado foi breve, tendo em vista que vários problemas de descontrole do gasto público e de explosão do consumo inviabilizaram a manutenção da taxa de inflação em patamares razoáveis. Desta data em diante, emergiram outros planos econômicos com o objetivo principal de estabilização do nível de preços. No entanto, todos fracassaram por motivos diversos, que não são objetos desse capítulo, e deflagraram uma série de desajustes da economia brasileira. A consequência em termos de rendimentos é que, fora as oscilações mensais, houve uma relativa estabilidade dos rendimentos entre 1987 e 1989.

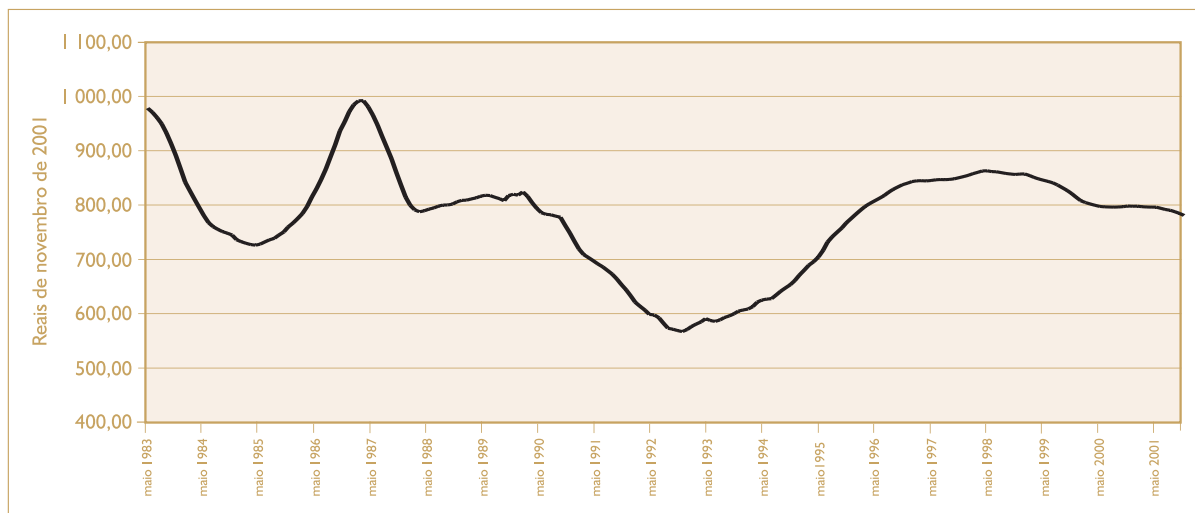
Gráfico 9 - Rendimento médio real, original e corrigido - Brasil - jun. 1982-out. 2001



Notas: Dados extraídos da Tabela SAL III.5.

A série original utiliza como deflator o INPC oficial, divulgado na homepage do IBGE, disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: fev. 2002. A série corrigida faz um ajuste multiplicativo de 1,2199 no INPC oficial a partir de julho de 1994.

Gráfico 10 - Rendimento médio real, média dos últimos 12 meses - Brasil - maio 1983-out. 2001.



Notas: Dados extraídos da Tabela SAL III.5.

A série foi corrigida por um ajuste multiplicativo de 1,2199 no INPC oficial a partir de julho de 1994.

O cenário macroeconômico muda drasticamente na virada da década. Com a posse do novo governo, em março de 1990, implanta-se o Plano Collor, cujo principal instrumento de política foi o congelamento de 80% dos ativos financeiros dos agentes econômicos. Esta medida, extremamente restritiva, favorece uma brusca queda da inflação, mas também, uma forte recessão econômica. Como nos planos anteriores, a queda da inflação é temporária, voltando a subir em 1991. Já o PIB recua 1,4% no triênio 1990-1992.

Os efeitos sobre o mercado de trabalho são severos, verificando-se uma queda contínua da renda real média dos ocupados entre 1990 e 1992. Em fevereiro de 1992, registra-se o valor mais baixo da renda real nas duas décadas.

O maior dinamismo da economia a partir de 1993 e, principalmente após o Plano Real, permite a recuperação do nível do salário médio real para valores próximos aos observados entre 1982 e 1983. O crescimento da renda do trabalho permanece até o final de 1995, quando o efeito positivo do Plano Real sobre o nível de rendimentos parece ter se esgotado. Entre 1996 e 1998, o rendimento do trabalho, em termos de média anual, fica praticamente

estável, enquanto a partir de 1999, há retração, refletindo a desaceleração da economia e a desvalorização cambial.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD-, apresentados na tabela abaixo, são deflacionados pelo INPC corrigido pelo fator 1,2199 a partir de julho de 1994, conforme discutido na subseção anterior. As tendências são semelhantes às verificadas nos dados da PME. Apesar das quebras ao longo da série, o pico do rendimento real das pessoas ocupadas no Brasil também ocorre no ano de 1986. Após o Plano Real, em julho de 1994, verifica-se uma recuperação do nível de rendimentos que ficam bem mais próximos aos valores registrados no início da década de 1980. De 1997 a 1999, no entanto, ao invés da relativa estabilidade do nível de rendimentos descrita pela média dos dados mensais da PME, ocorre uma ligeira retração, apesar de mais intensa em 1999. Esse movimento pode estar relacionado às diferenças do universo geográfico, bem mais abrangente para a PNAD, que incorpora regiões urbanas e rurais.

Após o golpe militar de 1964, surgiu uma vasta literatura no Brasil sobre pobreza e desigualdade de renda. Vários estudos argumentavam que o período de

**Tabela 1 - Rendimento médio real das pessoas ocupadas - Brasil - 1981/1999**

Ano	Rendimento médio real das pessoas ocupadas (R\$)	Ano	Rendimento médio real das pessoas ocupadas (R\$)
1981	485,53	1990	477,01
1983	407,70	1992	363,15
1984	404,75	1993	381,75
1985	469,02	1995	468,33
1986	696,85	1996	497,91
1987	506,59	1997	492,58
1988	470,19	1998	488,54
1989	530,74	1999	449,00

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios - PNAD: síntese de indicadores da pesquisa básica 1990. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

auge da economia brasileira – o chamado “milagre” econômico - foi acompanhado de uma piora da situação social em termos de distribuição de renda. Surgiu uma intensa discussão nacional sobre as causas do aumento dessa desigualdade. Os principais precursores desse debate foram Langoni (1973) e Fishlow (1972).

O primeiro argumentava que a desigualdade era gerada e revelada pelo mercado de trabalho a partir da heterogeneidade da força de trabalho com relação ao nível educacional, enquanto o segundo sustentava a tese de que o aumento da concentração de renda era explicado pela política vigente de arrocho salarial, implementada no governo militar.

De acordo com a Tabela 2, o aumento da desigualdade de renda foi mais intenso na passagem das décadas de 1960 para 1970 e de 1980 para 1990. Esse crescimento, no entanto, teve natureza distinta nestes dois períodos.<sup>6</sup> Enquanto na década de 1960, o peso do aumento da desigualdade recaiu principalmente na classe média, nos anos de 1980, foram os indivíduos mais pobres que tiveram redução na sua parcela da renda total. Isto pode ser visualizado na Tabela 3, que mostra que enquanto de 1960 a 1970 a razão entre os 10% mais ricos e 10% mais pobres passou de 34 para 40, dos anos de 1980 para os anos de 1990, foram os indivíduos na cauda inferior que

<sup>6</sup> Ver MENDONÇA; BARROS (1993).

**Tabela 2 - Índice de Gini, por década - Brasil - 1960/1991**

Ano	Índice de Gini
1960	0,50
1970	0,56
1980	0,59
1991	0,63

Fonte: Barros, Ricardo Paes de et al. Atlas da desigualdade: a década de 1980. In: Perspectivas da economia brasileira 1994. Rio de Janeiro: IPEA, 1993. v. 2, p. 749-774.

**Tabela 3 - Razão entre a parcela da renda total apropriada pelos 10% mais ricos e pelos 10% mais pobres Brasil - 1960/1991**

Ano	Razão entre a parcela da renda total apropriada pelos 10% mais ricos e pelos 10% mais pobres
1960	34
1970	40
1980	47
1990	78

Fonte: Barros, Ricardo Paes de et al. Geração e Reprodução da Desigualdade de Renda no Brasil.

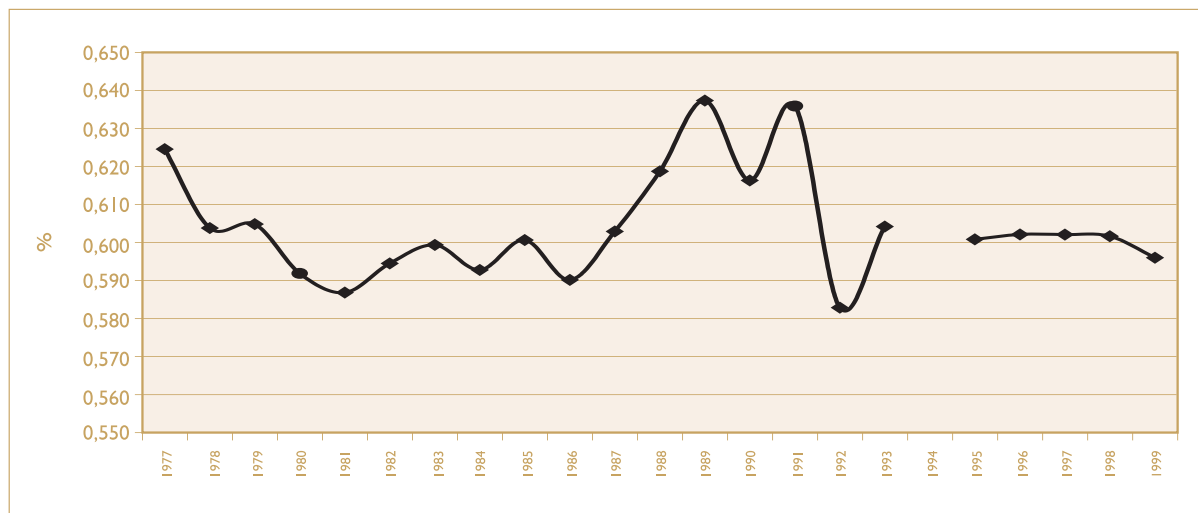
In: Perspectivas da economia brasileira 1994. Rio de Janeiro: IPEA, 1993. v. 2, p. 471-490.

tiveram uma redução significativa da parcela da renda total em relação aos que estão situados na cauda superior (essa razão passou de 47 para 78).

O Gráfico 11 apresenta os índices de Gini para cada ano entre 1977 e 1999, com exceção de 1994, construídos com base nos dados da PNAD e dos Censos



Gráfico II - Evolução do índice de Gini anual - Brasil -1977/1999



Nota: Dados extraídos da Tabela SAL III.14.  
Os dados de 1980 e 1991, anos que não tiveram PNAD, foram extraídos da Tabela SAL III.12.

Demográficos. O gráfico ilustra a estabilidade da desigualdade de renda no Brasil em níveis elevados ao longo do período (ao redor de 0,6), com exceção dos anos de 1988-1991 e de 1977-1979, nos quais o Índice de Gini aumenta substancialmente.

## Aspectos metodológicos

### Metodologia das principais fontes de rendimentos

#### Introdução

Como já ressaltado no início deste capítulo, os dados de rendimentos podem ser subdivididos em 4 blocos. O primeiro refere-se à série histórica do salário mínimo, que como veremos na próxima seção teve início na década de 1940 com a sua regulamentação, constituindo uma valiosa fonte de informação, tendo em vista que os dados de rendimentos no Brasil restringem-se a períodos posteriores. As outras três fontes de indicadores são as pesquisas de estabelecimentos, as pesquisas por domicílios e os registros administrativos, que constituem formas alternativas de analisar a situação de equilíbrio no mercado de trabalho, na

qual trabalhadores ocupam determinados postos de trabalho ou exercem uma atividade econômica por conta própria. Entretanto, esses três conjuntos de dados abordam a relação de trabalho sob perspectivas diferentes, e às vezes, não são capazes de descrevê-la completamente.

A natureza da resposta dada pelo trabalhador nas pesquisas domiciliares, por exemplo, e pela empresa nas pesquisas de estabelecimentos são bem diversas. Nas pesquisas domiciliares, quando delimitamos a análise para o universo de empregados, captamos informações da relação de trabalho pela dimensão da oferta de trabalho. Já nas pesquisas de estabelecimentos, a relação de trabalho é descrita a partir da ótica do empregador, uma vez que, geralmente, a unidade de análise é a firma (o estabelecimento). A firma fornece informações detalhadas sobre a folha de pagamentos e seus principais componentes, como o valor dos salários contratuais, dos benefícios, dos encargos trabalhistas, das contribuições sociais, etc. Essas informações, em geral, não constam de pesquisas domiciliares, o que torna as pesquisas de estabelecimentos, particularmente, úteis para estudos de demanda por trabalho.<sup>7</sup>

<sup>7</sup> Se o interesse for estimar curvas de demanda por trabalho, recomenda-se a utilização de índices de preços por atacado como deflatores, de forma a aproximá-los dos valores percebidos pela ótica do empregador.

A principal limitação das pesquisas de estabelecimentos se refere ao fato de não abrangerem os trabalhadores por conta própria e os pequenos empregadores. Como a unidade de análise é a firma, também não é possível seguir os trabalhadores ao longo do tempo, o que é útil para os estudos de mobilidade.<sup>8</sup> Algumas pesquisas, no entanto, permitem seguir a firma, como a PIM/IBGE. Nesses estudos, em geral, trabalha-se com os rendimentos médios dos trabalhadores em cada firma, não sendo possível extrair dados individuais do trabalhador. Como a informação é por firma, também a obtenção de dados desagregados por corte educacional ou por qualquer característica individual do trabalhador não é factível.

Outra observação importante é que os dados sobre renda (não somente renda do trabalho, mas também de outras fontes) procedentes de pesquisas domiciliares tendem a ser subestimados. Muitas vezes, os estratos mais altos da sociedade não respondem os quesitos de renda, ou subavaliam os rendimentos reportados devido à existência de sonegação e, portanto, do receio da fiscalização. Existe também uma dificuldade relacionada à mensuração das fontes de renda características dos segmentos mais pobres, como os rendimentos auferidos da produção para autoconsumo, os salários em espécie, as transferências e as doações. A origem da subestimação da renda por parte dos levantamentos domiciliares está, portanto, na própria coleta dos dados e na delimitação correta das fontes de renda.<sup>9</sup>

<sup>8</sup> Através das pesquisas domiciliares e dos registros administrativos, é possível analisar trajetórias ocupacionais e a mobilidade da força de trabalho. Os registros administrativos (especificamente a base dos dados da RAIS-Migra) só captam informações sobre a transição no mercado de trabalho formal. Se o trabalhador ficar desempregado, por exemplo, desaparece desta base de dados. Isto não ocorre nas pesquisas domiciliares, que registram todas as transições dos trabalhadores (desemprego para inatividade, inatividade para desemprego, emprego para desemprego, etc.).

<sup>9</sup> Ver CACCIAMALI (1998).

Feira livre. Foto: Alberto França - Agência JB.



Para as pesquisas de estabelecimentos, o viés caminha no sentido inverso, tendendo a ocorrer uma superestimativa do nível de rendimentos. Como o respondente é a própria empresa, há um incentivo a não declarar um salário mais baixo do que o legalmente permitido ou o não pagamento de alguns benefícios, com medo de uma possível fiscalização. O interrogado na empresa geralmente estabelece como piso inferior do salário declarado o salário mínimo estabelecido no País.

Destaca-se que a unidade de investigação das pesquisas domiciliares não se restringe ao trabalhador empregado. Como o foco desta pesquisa é o domicílio, são coletados dados sobre a família como um todo e, em alguns casos, sobre outras fontes de rendimento não necessariamente relacionadas ao trabalho, como ocorre com a PNAD. É possível, através desses levantamentos, caracterizar a população de um país, e não somente o universo das empresas. Sendo assim, os dados procedentes das pesquisas domiciliares são bastante utilizados na construção de indicadores de desigualdade e pobreza, uma vez que a unidade de análise mais correta para esses estudos é a família.

Com relação aos registros administrativos – Relação Anual de Informações Sociais - RAIS - e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED (BRASIL. Lei nº 4.923, 1965) - são três as maiores limitações: i) cobrem apenas o mercado de trabalho formal; ii) há possíveis problemas de representatividade na cobertura espacial e setorial, que ocorrem em função das bases de dados serem construídas a partir de informações declaradas diretamente pelas empresas; e iii) as informações fornecidas pelos empregadores podem ser de má qualidade, por

desconhecimento em relação à forma correta de se preencher os formulários ou por receio de fiscalização trabalhista.<sup>10</sup> Por outro lado, uma das vantagens dos registros administrativos refere-se à capacidade de prover dados para domínios geográficos setoriais menores, como municípios, e a possibilidade de várias desagregações.

### Salário mínimo

Um bloco importante do estudo dos rendimentos é a parte dedicada aos aspectos institucionais. No caso do Brasil, devem ser destacados a legislação sobre salário mínimo e os encargos sociais.

Sobre esse tema, apresentamos no CD-ROM, as Tabelas *SAL I.1 – Evolução do salário mínimo regional - 1940/1984* e *SAL I.2 – Evolução do salário mínimo unificado – 1985/2001*.

Antes dos anos de 1930, não havia no Brasil uma política salarial oficial. Somente após a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, as relações trabalhistas passaram a ser tratadas como um assunto governamental, emergindo todo o aparato de regulação do trabalho, como a Consolidação das Leis Trabalhistas, a criação do salário mínimo, etc<sup>11</sup>. A Lei nº 185, de 14 de janeiro de 1936 e o Decreto-lei nº 399, de 30 de abril de 1938 regulamentaram a instituição do salário mínimo no Brasil, mas somente em 1940 seus valores foram fixados pelo Decreto-lei nº 2162, de 1 de maio de 1940.<sup>12</sup>

Como pode ser visto na Tabela SAL.I.1, os valores estabelecidos diferiam para cada estado e sub-regiões. O maior salário mínimo era do Distrito Federal (Rio de Janeiro) – 240 mil réis -, seguido da cidade de São Paulo – 220 mil réis. O valor mais baixo era de 90 mil réis, implementado nas seguintes localidades: interior do Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe e da Bahia.

<sup>10</sup> Um exemplo citado é com relação ao salário mínimo. Como este é considerado o piso salarial mínimo tolerável por lei, nenhum empregador irá declarar que remunerou seu trabalhador por um valor inferior a um salário mínimo.

<sup>11</sup> Ver Amadeo e Camargo (1996) para maiores detalhes.

<sup>12</sup> Para a fixação dos valores dos salários mínimos, foram estabelecidas Comissões de empregadores, empregados e representantes do governo. O trabalho dessas comissões foi subsidiado pela elaboração do Censo do Salário Mínimo, realizado pela Secretaria de Estatística da Previdência e Trabalho - SEPT. Ver SABÓIA (1985).



Mercado de peixe, 1996. Foto: José Caldas - BrazilPhotos.

O primeiro reajuste do salário mínimo ocorreu em 1943, seguindo-se um longo período de congelamento do valor nominal que vai até o final de 1951 com o retorno de Getúlio Vargas à Presidência. Durante os anos de 1950, houve uma expressiva recuperação do salário mínimo, fruto de reajustes mais freqüentes e da intensa recuperação da economia. Os anos de 1957 e de 1959 são marcados pelo fato do salário mínimo ter atingido seu pico, em termos reais. O número de níveis distintos de salário mínimo também aumentou em relação à década de 1940 (de 23 a 38 níveis).

Ao longo da década de 1960, os aumentos concedidos nos níveis de salário mínimo foram mais freqüentes de forma a compensar a elevação dos preços. Durante o governo de João Goulart, em 1964, o salário mínimo foi reajustado em 56,25% e o número de níveis distintos do salário mínimo foi reduzido para 14. Neste período, houve uma tendência de unificação do salário mínimo vigente em vários estados. A relação entre o maior e o menor valor do salário mínimo, que no período Vargas tinha sido da ordem de quatro, retomou aos níveis do início da década de 1940 (em torno de dois).

A partir de 1965, a política de salário mínimo implementada seguiu a política oficial de reajustes anuais, com

base em subestimações das expectativas futuras de inflação. Nesse período, prosseguiu também o processo de aproximação dos valores extremos dos salários mínimos regionais. Em 1979, os reajustes semestrais foram aplicados, apenas, para os valores mais baixos dos salários mínimos, reduzindo ainda mais o número de valores distintos (SABÓIA, 1985).

No início da década de 1980, existiam no máximo três valores distintos do salário mínimo, que foram efetivamente uniformizados a partir de maio de 1984. Desta data até os dias atuais, o salário mínimo é fixado unicamente para todo o Território Nacional, tendo reajustes normalmente em maio de cada ano. Em 2000, foi permitida a regulamentação, por parte dos governos estaduais, de pisos salariais mais elevados que o salário mínimo.

### Pesquisas de estabelecimentos

#### Censo do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários - IAPI

As informações sobre rendimentos do Censo do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários - IAPI - são apresentadas na *Tabela SAL II.1 – Evolução do salário dos operários, por ano – 1937, 1942/49, 1951/54 (IAPI): Brasil*.

A unidade de análise é o estabelecimento industrial, sendo coletadas informações dos trabalhadores inscritos no Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários - IAPI. Apesar de os dados se referirem ao Brasil como um todo, Wells (1983) destaca que, em 1939, 40,4% de todos os trabalhadores industriais pesquisados pelos Censos Industriais estavam localizados no Estado de São Paulo, e, destes, cerca da metade estava na cidade de São Paulo.

Os dados de salário correspondem a estimativas baseadas nas contribuições dos associados do IAPI. O percentual dessas contribuições sobre a folha de pagamentos era de 3% até agosto de 1945, de 5% entre setembro de 1945 e agosto de 1950, e de 6%, posteriormente.

Uma limitação desses dados é que são incorporadas no cálculo as contribuições dos empregados do próprio IAPI e, dos sindicatos, e associações profissionais de

industrializados, o que tende a superestimar as estimativas de rendimentos.

#### Censo Econômico: Indústria - IBGE<sup>13</sup>

As tabelas que contêm os dados de rendimento do Censo Industrial são: *SAL II.2 – Total de salários pagos na indústria, por classe e gênero da indústria - 1939, 1949, 1959, 1970, 1975, 1980, 1985: Brasil*, *SAL II.3 – Total de salários pagos na indústria, ao pessoal ligado à produção, por classe e gênero da indústria - 1939, 1949, 1959, 1970, 1975, 1980, 1985: Brasil* e *SAL II.4 – Total de salários pagos na indústria, ao pessoal não-ligado à produção, por classe e gênero da indústria - 1939, 1949, 1959, 1970, 1975, 1980, 1985: Brasil*.

Os Censos Industriais se referem ao universo de estabelecimentos industriais produtivos. A principal dificuldade com relação à construção de uma série histórica a partir dos Censos Industriais é a classificação industrial utilizada. O volume *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988* (1990), apresenta detalhadamente as alterações ocorridas na classificação de atividades adotada nos censos e as correções feitas para a apresentação dos dados.

As tabelas contidas no CD-ROM assemelham-se às publicadas anteriormente, sendo atualizadas com os dados do Censo Industrial 1985, o último disponível. Optamos por apresentar os dados em três diferentes desagregações: salários pagos ao total de pessoas ocupadas, às pessoas ligadas ao processo produtivo e aos trabalhadores não-ligados à produção.

As definições da unidade de investigação – estabelecimento – e das variáveis utilizadas não sofreram alterações, após o Censo 1940. Os estabelecimentos são as unidades de produção de onde se obtém um só produto ou produtos conexos, com o emprego de matérias-primas ou a utilização dos mesmos processos industriais.

O total de ocupados representa o total das pessoas em atividade que exerciam ocupação, com ou sem vínculo empregatício, no estabelecimento, de acordo com as categorias funcionais descritas no questionário. A partir de 1960, foram incluídas as pessoas em férias ou afastadas por licença, seguro por acidente, etc., por um período não superior a 30 dias.

As despesas com salários são os pagamentos efetuados durante o ano a empregados, sem dedução das cotas de previdência e assistência social a seu encargo. São incluídos: bonificações, comissões, o 13º salário, ajudas de custo, bem como, honorários de diretores de sociedades anônimas e outras sociedades de capital. Não são incorporadas as diárias pagas a viajantes e empregados em serviços externos, consideradas despesas diversas, as despesas com trabalhadores em domicílio que constituem parcelas em custo dos serviços contratados.

#### Pesquisa Industrial Anual - PIA - IBGE

Outra fonte de dados de estabelecimentos que existe desde a década de 1970 é a Pesquisa Industrial Anual - PIA. Apresentamos seis tabelas para esse levantamento. As três primeiras são extraídas da série da PIA 1972/1995 e as demais se referem à PIA 1996/1999:<sup>14</sup> *SAL II.5 - Total de salários pagos na indústria, por classe e gênero da indústria, por ano – 1972/1995 (PIA): Brasil*, *SAL II.6 Total de salários pagos na indústria, ao pessoal ligado à produção, por classe e gênero da indústria, por ano – 1972/1995 (PIA): Brasil*, *SAL II.7 - Total de salários pagos na indústria, ao pessoal não-ligado à produção, por classe e gênero da indústria, por ano – 1972/1995 (PIA): Brasil*, *SAL II.8 - Total de salários pagos na indústria, por classe e gênero da indústria, por ano – 1996/1999 (PIA): Brasil*, *SAL II.9 Total de salários pagos na indústria, ao pessoal ligado à produção, por classe e gênero da indústria, por ano – 1996/1999 (PIA): Brasil*, *SAL II.10 - Total de salários pagos na indústria, ao pessoal não-ligado*

<sup>13</sup> No texto de Regis Bonelli, a metodologia do censo é explicada em detalhes.

<sup>14</sup> Optamos por apresentar as tabelas de 1996 a 1999 separadamente porque a Classificação Nacional de Atividades Econômicas utilizada não é similar a utilizada nos anos anteriores. Os dados por setor de atividade de 1996 a 1999 estão mais desagregados que nas tabelas referentes ao período de 1972/1995.



*à produção, por classe e gênero da indústria, por ano – 1996/1999 (PIA): Brasil.*

A série da Pesquisa Industrial Anual - PIA - começou em 1966, sendo sempre realizada nos anos em que não ocorria o recenseamento industrial até 1995, com exceção dos anos de 1971 e de 1991. Para a construção da série histórica, o corte inicial foi de 1972, quando a pesquisa passou a ser feita de forma mais contínua e apurada.

Até 1979, a PIA consistia de um painel intencional de estabelecimentos, selecionados com base nos Censos Industriais quinquenais e em cadastros de apoio. A partir de 1981, foi introduzida a amostragem probabilística de estabelecimentos, visando a facilitar a coleta e agilizar a apuração dos dados.

Após 1984, foram realizados aperfeiçoamentos metodológicos em relação às pesquisas industriais anteriores, visando a ampliar o conjunto de informações sobre o setor industrial. Desta forma, foram introduzidas duas novas unidades de investigação: empresa e unidade local.<sup>15</sup> De 1992 em diante, a PIA passou por outro processo de revisão, tornando-a mais simples.

A partir de 1996, a série da PIA foi alterada, passando a ser realizada continuamente, adequando-se ao novo modelo de produção das estatísticas industriais, comerciais e de serviços, que substituem os Censos Econômicos quinquenais por pesquisas anuais.<sup>16</sup>

A Pesquisa Industrial Anual é, atualmente, uma amostra probabilística de empresas industriais selecionadas do Censo Industrial de 1985, com uma parte intencional (Coleta Especial) e outra parte aleatória, denominada Coleta Complementar. Essa amostra é fixa no tempo, sendo, portanto, composta pelos mesmos informantes, incorporando apenas as mudanças



Tabela de preços em ônibus intermunicipal no Rio de Janeiro, RJ, 1997.  
Foto: Christina Bocayuva - Agência O Globo.

ocorridas ao longo do tempo, devido à própria dinâmica do setor industrial do País. A amostra era formada, na época da seleção, por 7 702 empresas.

Fazem parte do Cadastro de Seleção da PIA, as sociedades de economia mista, empresas privadas e empresas estatais constituídas até 31 de dezembro do ano de referência da pesquisa, cuja atividade principal é indústria, com registro no Cadastro Geral de Contribuintes - CGC - do Ministério da Fazenda e receita bruta superior a 10 000 OTNs (Cr\$ 245 milhões em 1985) captadas nos Censos Econômicos 1985.

<sup>15</sup> A unidade de investigação empresa, surgida com os Censos Econômicos 1985, permite o levantamento de indicadores econômicos financeiros e de informações integradas sobre os fluxos de financiamento, investimento, produção e geração de renda. A justificativa da inclusão da unidade local, correspondente aos endereços de atuação das empresas, advém do fato de que o levantamento de determinadas variáveis só é feito a este nível de investigação, condizente com os registros dos informantes. O estabelecimento industrial foi mantido até 1990, passando a ser denominado de unidade produtiva.

<sup>16</sup> Ver o texto de Regis Bonelli, nesta publicação.



Salários, retiradas e outras remunerações referem-se ao total das importâncias pagas no ano a título de salários fixos, pró-labore, retiradas de sócios e proprietários, honorários, ajuda de custo, décimo terceiro salário, abono de férias, gratificações e participações nos lucros (quando não resultante de cláusula contratual). Os salários são registrados, sem deduções das parcelas correspondentes às cotas de Previdência e Assistência Social (INSS), recolhimento de imposto de renda ou de consignação de interesse dos empregados (aluguel de casa, conta de cooperativa, etc.). Não são incluídas as diárias pagas a empregados em viagem, pagamentos a trabalhadores em domicílio, nem as participações ou comissões pagas a profissionais autônomos.

As informações coletadas são bem similares às dos Censos Industriais, sendo a principal diferença o universo

investigado que, no caso da PIA, é constituído de estabelecimentos com cinco ou mais empregados e/ou valor da produção superior a 640 vezes o salário mínimo vigente, selecionados a partir do cadastro de estabelecimentos do censo mais recente.

O principal cuidado a ser tomado na utilização da PIA para uma análise das remunerações no setor industrial é o fato desta pesquisa não incluir as microempresas em seu universo de investigação. De acordo com Pazello (1999), a cobertura da PIA em relação ao Censo de 1985, representativo do universo das indústrias brasileiras, é cerca de 96% do número de pessoas ocupadas, ou seja, a PIA deixou de cobrir cerca de 4% do pessoal ocupado por não incluir na sua amostra microempresas. Uma vantagem apontada é o fato da PIA poder ser utilizada para as análises de fusões, aquisições e incorporações, tendo em vista que o questionário permite a identificação desses fenômenos.

#### Pesquisa Industrial Mensal – Dados Gerais - PIM-DG/IBGE

Enquanto a PIA e os Censos Industriais permitem uma análise de caráter estrutural do emprego industrial e dos salários, a Pesquisa Industrial Mensal é capaz de fornecer informações mensais que mostram a variação conjuntural dos indicadores de emprego e rendimentos na indústria. As informações da PIM são apresentadas nas Tabelas *SAL II.11 - Valor nominal mensal da folha de pagamentos, por setor de atividade - 1985/2001 (PIM); Brasil*, *SAL II.12 - Valor nominal mensal do salário contratual, por setor de atividade - 1985/2001 (PIM); Brasil* e *SAL II.13 - Valor nominal mensal das horas extras, por setor de atividade - 1985/2001 (PIM); Brasil*.

Os primórdios da PIM datam de 1968, quando o IBGE começou a realizar um levantamento mensal sobre a indústria de transformação. O processo de reestruturação desta coleta de dados se inicia efetivamente em 1974, estendendo-se até 1976, quando é implantada a Pesquisa Industrial Mensal com duas vertentes: a de dados gerais (PIM-DG) e a de produção física (PIM-PF), retroativos a 1975.

Apesar de existirem informações da PIM para os anos de 1970, o ano de 1985 é um “divisor de águas”, devido à grande reformulação metodológica introduzida no processo de amostragem que passou de intencional<sup>17</sup> para probabilística. Este novo procedimento afetou principalmente a PIM-DG. Primeiro, tornou-a independente da PIM-PF e, segundo, seu cadastro de seleção da amostra ficou desatualizado. De acordo com Bivar (1998), a amostra da PIM-DG é formada a partir de um cadastro com base no Censo Econômico 1980 e não foi previsto qualquer procedimento para captar novas unidades. Como não ocorreu a atualização do cadastro pelo Censo Econômico de 1985, não houve atualização da amostra da pesquisa, apenas a construção de uma amostra de reposição das eventuais extinções de informantes. Ao contrário da PIM-PF, onde a amostragem intencional permitiu alguma atualização do painel de informantes, o cadastro utilizado pela PIM-DG ficou defasado, gerando perda de representatividade da pesquisa.<sup>18</sup>

Por outro lado, a mudança no processo de amostragem também inviabiliza a construção de séries históricas compatíveis entre os anos de 1970 e a primeira metade da década de 1980. Desta forma, a maioria dos pesquisadores usuários da PIM se restringe ao período posterior a 1985, quando os dados tornam-se mais confiáveis e comparáveis ao longo do tempo.

Apesar de problemas metodológicos para os anos de 1970, a Pesquisa Industrial Mensal é uma valiosa fonte de dados para os estudos de demanda por trabalho. Como ressalta Hamermesh (1993), “o conjunto de dados ideal para o estudo da demanda de trabalho é longitudinal, em intervalos curtos e regulares e baseado em amostras aleatórias de estabelecimentos.” A PIM-DG preenche todos estes requisitos, apresentando dados mensais longitudinais dos estabelecimentos industriais de todo o

País, disponíveis por classes de atividades e gêneros de indústria, e desagregados para os principais estados e para as regiões do País.

Além disso, a pesquisa é feita com uma amostra estratificada de aproximadamente 5 000 estabelecimentos manufatureiros que empregam cinco trabalhadores ou mais, possuindo informações sobre o nível de emprego, o número de horas pagas, os custos trabalhistas, a taxa de rotatividade e o valor da produção. De acordo com Corseuil, Barros e Gonzaga (2001), a PIM possui três grandes limitações em termos de mensuração do fator trabalho capazes de viesar alguns indicadores: i) a informação refere-se ao número total de horas pagas e não de horas efetivamente trabalhadas; ii) as informações restringem-se ao pessoal diretamente envolvido na produção; e iii) não existem dados sobre a qualificação da mão-de-obra empregada, inviabilizando alguns estudos que priorizam o corte educacional.

As vantagens do uso da PIM para a análise da demanda por trabalho relacionam-se também à presença de indicadores sobre os custos do trabalho, fundamentais nesse campo. É possível obtermos os dados sobre o valor dos salários contratuais, ou seja, o valor dos salários conforme o contrato de trabalho, e da folha de pagamentos total. Esses últimos contêm informações sobre os salários contratuais, pagamentos de horas extras, comissões e outros esquemas de incentivos, como prêmios de produtividade, benefícios indiretos, férias pagas e pagamentos adicionais para atividades arriscadas, turnos noturnos e outros esquemas de compensação. A seguir, listamos os conceitos da PIM-DG importantes para compreensão das tabelas apresentadas no CD-ROM:

- **Valor dos Salários Contratuais:** valor em moeda corrente do salário contratual (horistas e

<sup>17</sup> Esse método é aplicado geralmente quando o objeto de pesquisa é fortemente concentrado.

<sup>18</sup> Por esse motivo a PIM-DG foi substituída pela Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário -PIMES- em junho de 2001. A PIMES é a primeira pesquisa conjuntural do Departamento de Indústria -DEIND/IBGE- que sofre uma mudança metodológica adequando-a à metodologia já utilizada pelas Pesquisas Anuais. Optamos por não apresentar os resultados da PIMES pois alguns níveis de classificação das atividades econômicas não são comparáveis com a PIM-DG, inviabilizando a construção de uma série mais longa. Ver para maiores detalhes, o texto de Regis Bonelli, nesta publicação.



mensalistas), declarado naquele mês. Corresponde à remuneração básica registrada na carteira profissional (última em vigor no mês de referência da pesquisa). São consideradas também as remunerações relativas ao pessoal ocupado na produção que constam nos contratos temporários de trabalho.

- **Valor das Horas Extras Pagas:** valor das horas extras pagas ao pessoal ocupado na produção no mês em que foram realizadas, além da jornada normal de trabalho.
- **Valor da Folha de Pagamento:** valor total da folha de pagamento do pessoal ocupado na produção, no mês de referência, incluindo, entre outros itens, salários contratuais, aviso prévio e indenizações, 13º salário, horas extras pagas, comissões e percentagens, abonos, ajuda de custo de representação, auxílio educação e funeral,

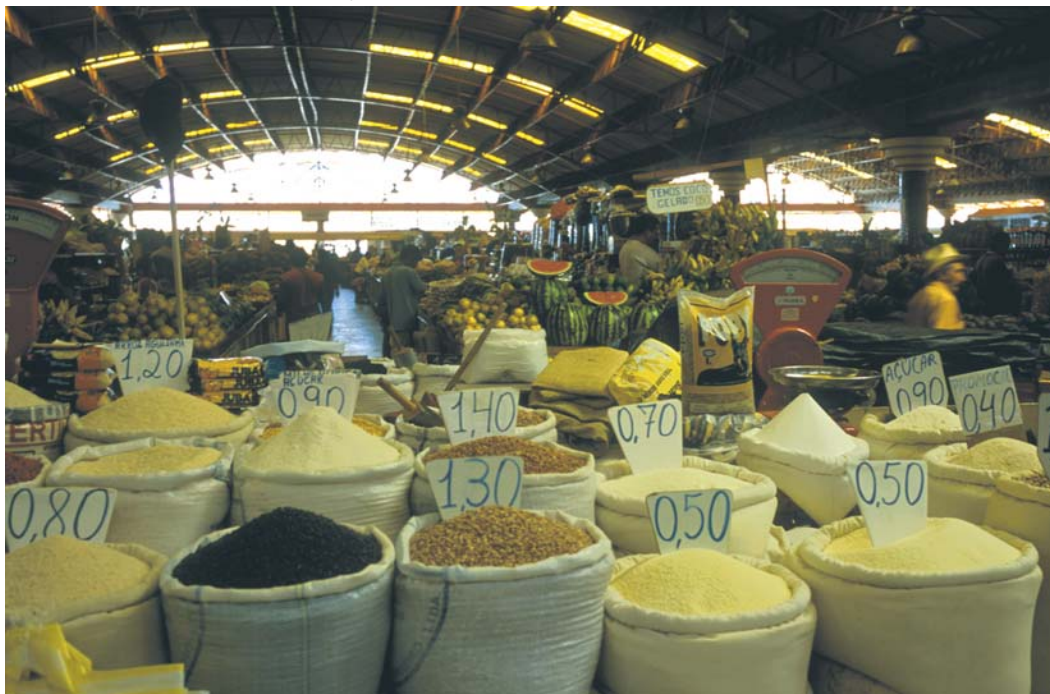
gratificações, prêmios e participação nos lucros distribuídos aos empregados, adicionais de serviços, salário-família, salário-maternidade e enfermidade, abono pecuniário (10 dias de férias em dobro) e abono de férias.

#### Pesquisas das instituições empresariais – FIESP e CNI

Outras séries de salários cuja unidade de investigação é o estabelecimento são coletadas por institutos empresariais, como a Confederação Nacional das Indústrias - CNI - e a Federação das Indústrias de São Paulo - FIESP. Os dados são apresentados nas Tabelas *SAL II.14 - Evolução do índice mensal do salário nominal – 1975/2001 (FIESP): São Paulo* e *SAL II.15 - Evolução do índice mensal do salário nominal -1992-2001 (CNI): Brasil*

Os Indicadores Industriais CNI são produzidos a partir de pesquisas conduzidas pelas Federações de Indústria dos estados que integram o Sistema de Geração dos

Mercado Thales Ferraz, Aracajú, SE. Foto: José Caldas - BrazilPhotos.



Indicadores Industriais - SINDI. As informações resultam de um levantamento feito em 12 estados, com aproximadamente 3700 grandes e médias empresas. A seleção de empresas é intencional em 11 estados, com exceção do Paraná, que usa técnicas de amostragem probabilística.<sup>19</sup>

Os indicadores nacionais são obtidos através da média ponderada dos indicadores dos estados, onde os pesos representam a participação relativa da indústria de transformação de cada unidade da federação na indústria de transformação nacional, com base no Censo Industrial 1985 realizado pelo IBGE.

O cadastro de informantes é formado pelo conjunto de empresas (estabelecimentos em um mesmo gênero industrial) que responderam a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS - de 1988 e que pertenciam à indústria de transformação.<sup>20</sup> A atualização desse painel de empresas é feita anualmente, com base nos relatórios gerados pela RAIS.

Os dados podem ser desagregados por atividade econômica, conforme a classificação de atividades do cadastro RAIS de 1988, que utiliza a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE-, tanto para o gênero industrial quanto para subgênero. De acordo com *Indicadores industriais CNI: metodologia* (2001), para a geração de resultados em cada estado, deve-se ter cautela com as reclassificações ocasionadas por mudanças na linha de produtos, por erro na classificação original, e pela compatibilidade do sistema de classificação com o adotado pelo IBGE. Considera-se, neste caso, apenas as divergências existentes a dois dígitos, para gêneros industriais, e a quatro dígitos, para subgêneros.

Os salários são calculados a partir do valor global da folha de pagamentos líquidos, referentes à remuneração do trabalho desenvolvido pelo pessoal empregado na empresa. Inclui-se o pagamento relativo às horas extras trabalhadas e às demais remunerações rotineiras. São excluídos os pagamentos relativos ao décimo terceiro salário, indenizações, gratificações e aviso prévio.

Os indicadores da FIESP se restringem ao Estado de São Paulo e são construídos a partir do critério de amostragem intencional, ou seja, dentre as empresas interessadas<sup>21</sup> em participar da pesquisa, foram selecionadas as que mantêm uma participação expressiva, seja em termos de vendas, pessoal ocupado ou outras variáveis. A amostra é composta por empresas que são representativas no seu universo setorial. Em 1978, existiam cerca de 750 empresas informantes. Atualmente, esse valor é de 800.<sup>22</sup>

O total de rendimentos captado pelos indicadores da FIESP computa o total de salários líquidos, excluindo 13º salário e outros encargos, dos trabalhadores ocupados nas empresas que fazem parte da amostra.

### **Pesquisas de domicílios**

#### **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD/IBGE**

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios é uma pesquisa anual feita através de uma amostra probabilística de domicílios onde são coletadas informações socioeconômicas gerais. Essa pesquisa teve início no segundo trimestre de 1967, sendo os seus resultados apresentados com periodicidade trimestral até o primeiro trimestre de 1970, quando foi interrompida para a realização

<sup>19</sup> Os métodos de coleta utilizados para este levantamento são: remessa pelo correio de questionário próprio, questionário preenchido na visita do entrevistador, consulta por telefone e transmissão das informações por telex ou fax.

<sup>20</sup> A Confederação Nacional da Indústria decide pela inclusão ou não de empresas caracterizadas pela atividade industrial extrativa. Consultar a metodologia da pesquisa na *homepage* do CNI para maiores detalhes sobre a configuração do painel de informantes (<<http://www.cni.org.br/f-ps-ii.htm>>).

<sup>21</sup> Qualquer empresa localizada no Estado de São Paulo, cuja linha de produção pertença à indústria de transformação, precisa apenas manifestar interesse em ingressar no painel de informantes. Em troca, a empresa passa a receber os resultados dos índices derivados dos dados primários.

<sup>22</sup> Pelo sistema de índices divulgado na *homepage* da FIESP (<<http://www.fiesp.org.br>>), é possível obter as seguintes desagregações: setores industriais e porte da empresa de acordo com o número de empregados.

do Censo de 1970. A partir do quarto trimestre de 1971, a pesquisa foi reiniciada e os levantamentos começaram a ser anuais até o final de 1973. Em 1974/1975, a PNAD foi substituída pelo Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF. De 1976 até 1999, a PNAD foi feita para todos os anos, com exceção de 1980 e 1991, devido à realização do Censo Demográfico, e de 1994, por motivos excepcionais.

A cobertura geográfica da PNAD ampliou-se de forma gradativa. Enquanto em 1967 abrangia apenas o Estado do Rio de Janeiro, ao final da década de 1960 já se estendia para as Regiões Nordeste, Sudeste e Sul e para o Distrito Federal. Quando reiniciada, em 1971, passou a cobrir as áreas do atual Estado do Rio de Janeiro, o Estado de São Paulo e a Região Sul. Em 1973, sua cobertura foi ampliada para as Regiões Nordeste, Sudeste e Sul, o Distrito Federal e a área urbana da Região Norte e das demais Unidades da Federação da Região Centro-Oeste, o que se manteve até 1979. Em 1981, a abrangência geográfica da PNAD aumentou mais uma vez, excluindo somente a área rural da antiga Região Norte (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá), o que permanece até hoje.<sup>23</sup>

Apresentamos quatro tabelas. A Tabela III.1 – *Rendimento médio mensal nominal de todos os trabalhos das pessoas ocupadas 1981–1999* mostra a evolução do rendimento nominal do trabalho (todos os trabalhos) do universo de trabalhadores ocupados, ou seja, abrange os trabalhadores empregados, os empregadores e os autônomos.

As outras tabelas contêm a evolução do rendimento médio nominal dos empregados. Em virtude da separação dos rendimentos dos trabalhadores domésticos a partir da década de 1990, apresentamos três séries: *SAL III.2 – Rendimento médio mensal nominal do trabalho principal dos empregados, por Grandes Regiões, segundo a posse de carteira de trabalho assinada pelo empregador – 1981-1990*, *SAL III.3 –*



Comércio. Foto: Vidal da Trindade - Agência JB.

*Rendimento médio mensal nominal do trabalho principal dos empregados, por Grandes Regiões e categoria do emprego – 1992-1999 e SAL III.4 – Rendimento médio mensal nominal do trabalho principal, dos trabalhadores domésticos, por Grandes Regiões e categoria do emprego – 1992/1999.* É possível, através da utilização dos microdados da PNAD, elaborar a série completa excluindo-se os trabalhadores domésticos do cálculo dos rendimentos dos trabalhadores empregados de 1981 a 1990.<sup>24</sup>

Nessas tabelas não há informações das décadas de 1960 e 1970 e do ano de 1982. Existem dois problemas para a inclusão das estatísticas desses anos: a abrangência geográfica e o período de referência. Nos anos de 1960, a coleta dessa pesquisa não foi anual, e sim trimestral, e no período anterior a década de 1980, a uniformidade geográfica é bem complexa – a cada nova pesquisa o universo era modificado, conforme já assinalado acima. Como as

<sup>23</sup> Em 1988, o antigo Estado de Goiás foi desmembrado para constituir os atuais Estados de Goiás e Tocantins, passando este último a fazer parte da Região Norte. Por razões de ordem técnica, estas alterações somente foram incorporadas a partir da PNAD de 1992. Conseqüentemente, para os levantamentos da PNAD realizados de 1988 a 1990, as estatísticas produzidas para a Região Norte não incluíram a parcela correspondente ao atual Estado de Tocantins, que permaneceu incorporada às da Região Centro-Oeste.

<sup>24</sup> Pesquisadores que têm acesso aos microdados da PNAD conseguem obter estatísticas geograficamente compatíveis a partir de 1977 – na *homepage* do IPEADATA (<<http://www.ipeadata.gov.br>>), por exemplo, é possível encontrar a série do rendimento médio real reconstruída desde 1977.

pesquisas realizadas ao longo da década de 1980 mantiveram inalteradas as características do levantamento básico pode-se gerar uma série histórica sem comprometimento dos resultados.

Os indicadores da PNAD de 1982 foram excluídos das tabelas, porque a amostra nesse ano distribuiu-se em 12 semanas de referência, espelhando a média desse período, ou seja, considerou-se como período de referência a semana anterior à da entrevista durante as 12 semanas compreendidas entre 26 de setembro e 18 de dezembro. Esse procedimento divergiu daquele adotado nos demais anos da década (foram fixadas semanas de referência) e apresentou reflexos em um conjunto de resultados de 1982 (em especial em rendimentos), dificultando sua comparação com outros anos.<sup>25</sup>

Com relação aos conceitos de renda, as PNADs de 1981 a 1990 não divergem. Todas as pessoas com 10 anos ou mais respondem a nove quesitos de diferentes fontes de renda.<sup>26</sup> A renda do trabalho (principal e outros) corresponde, para os empregados, aos rendimentos brutos que, normalmente seriam recebidos pelo trabalho realizado no mês anterior à pesquisa, caso tivessem trabalhado o mês completo. No caso dos empregadores e dos trabalhadores por conta própria, a informação é sobre a retirada mensal (rendimento bruto menos despesas efetuadas com o negócio ou a profissão). Nos dois casos, se existir rendimentos variáveis, inclui-se a remuneração média mensal recebida.

Considera-se renda normalmente recebida a parte da remuneração usual, que exclui recebimentos como: 13°

salário, horas extras e ganhos advindos da participação nos lucros da empresa. Com essa definição, espera-se diminuir a influência de fatores circunstanciais na determinação da renda.

Outro conceito importante para utilização dos dados da PNAD é o de trabalho. Para as PNADs realizadas antes de 1992, considera-se como trabalho as seguintes modalidades:<sup>27</sup>

- ocupação econômica remunerada em dinheiro e/ou *in natura* (moradia, alimentação, roupas, etc.);
- ocupação econômica de, no mínimo, 15 horas por semana, em ajuda a membro do domicílio que tivesse uma atividade econômica ou em ajuda à instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; e
- ocupação econômica, sem remuneração, exercida normalmente, pelo menos 15 horas por semana, como aprendiz, estagiário, etc.

A partir da PNAD de 1992, para captar determinados grupos de pessoas envolvidas em atividades econômicas que, anteriormente, não eram incluídas na população ocupada, o conceito de trabalho tornou-se mais abrangente. Categorias que anteriormente eram classificadas como desocupadas, como os trabalhadores para o próprio consumo e os trabalhadores na construção para o próprio uso, foram incluídas no total de ocupados a partir da PNAD de 1992.

O instrumento de coleta das informações da pesquisa foi estruturado possibilitando, através da realocação das parcelas correspondentes à ampliação do conceito de trabalho, gerar resultados comparáveis com os obtidos nos levantamentos da PNAD anteriores ao de 1992.<sup>28</sup>

<sup>25</sup> GUERRA (2001).

<sup>26</sup> Rendimento em dinheiro no Trabalho Principal, Rendimento com a Produção de Mercadorias no Trabalho Principal, Rendimento em Dinheiro nos outros Trabalhos, Rendimento com a Produção de Mercadorias nos outros Trabalhos, Aposentadoria, Pensão, Abono Permanência, Aluguel, outras rendas. Ver para definição de cada fonte de renda, Barros et al. (1993).

<sup>27</sup> Para a PNAD de 1973, a ocupação econômica sem remuneração foi considerada como trabalho somente quando exercida pelo menos durante 15 horas, na semana de referência da pesquisa, e em ajuda a membro da família que fosse conta-própria ou empregador. Na PNAD de 1977, não foi considerada como trabalho a ocupação econômica remunerada em benefícios, bem como a sem remuneração exercida por aprendizes, estagiários, etc. Não foi incluída também como trabalho a ocupação econômica sem remuneração exercida em ajuda à instituição de cooperativismo ou a membro do domicílio que não fosse conta-própria ou empregador. Nas PNADs de 1979 a 1981 foi considerado trabalho a ocupação remunerada com benefícios, moradia, etc., quando exercida por empregado doméstico. Ver ESTATÍSTICAS históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988 (1990, p. 69).

<sup>28</sup> Na seção IV.1.4.4, descrevemos as principais diferenças entre a variável renda na PNAD e na Pesquisa Mensal de Emprego - PME.

### Pesquisa Mensal de Emprego - PME/IBGE

A Pesquisa Mensal de Emprego é uma pesquisa de periodicidade mensal sobre mão-de-obra e rendimento do trabalho implantada de forma experimental em janeiro de 1980. O desenho da amostra inicialmente utilizado teve como base a PNAD de 1976 a 1979 e o Censo Demográfico 1970.<sup>29</sup> Sua cobertura geográfica foi sendo construída de forma gradual, ou seja, a cada trimestre, duas novas regiões eram incluídas, delimitando a sua abrangência para as regiões de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.<sup>30</sup>

Com a divulgação do Censo Demográfico 1980, a metodologia da PME foi modificada tanto no tocante ao desenho da amostra quanto aos instrumentos de coleta. O novo desenho da amostra passou a levar em conta a divisão territorial, a malha setorial e as medidas de tamanho obtidas do censo e a metodologia de painel rotativo de informantes. Somente em maio de 1982, a PME atualizada ficou integralmente implementada nas seis regiões metropolitanas. Por essa razão, a maioria dos pesquisadores adota esta data como referência inicial para a utilização de seus dados.

Após 1982, ocorreram duas revisões do plano de amostragem na PME: i) em 1988, o número de unidades domiciliares entrevistadas foi reduzido; e ii) em 1993, o desenho da amostra foi atualizado com base nas informações do Censo Demográfico 1991.

Atualmente, os dados da PME são obtidos de uma amostra probabilística, com aproximadamente 38 500 domicílios das Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Apresentamos os dados agregados para essas seis regiões,

mas é possível obtê-los separadamente através de tabulações especiais ou, em alguns casos, através da *homepage* do IBGE.<sup>31</sup> Abaixo, estão listadas as tabelas disponíveis no CD-ROM:

- *Tabela S.AL III.5 - Rendimento médio nominal mensal do trabalho principal – 1982/2001 (PME): seis regiões metropolitanas*
- *Tabela S.AL III.6 - Rendimento médio nominal mensal do trabalho principal, dos empregados com carteira de trabalho assinada – 1982/2001 (PME): seis regiões metropolitanas*
- *Tabela S.AL III.7 - Rendimento médio nominal mensal do trabalho principal, dos trabalhadores por conta própria – 1982/2001 (PME): seis regiões metropolitanas*
- *Tabela S.AL III.8 - Rendimento médio nominal mensal do trabalho principal, dos empregadores – 1982/2001 (PME): seis regiões metropolitanas*
- *Tabela S.AL III.9 - Rendimento médio nominal mensal do trabalho principal, dos empregados sem carteira de trabalho assinada – 1982/2001 (PME): seis regiões metropolitanas*

Na PME, o rendimento do trabalho para os empregados<sup>32</sup> com e sem carteira de trabalho assinada corresponde à remuneração efetivamente recebida no mês de referência, sendo incluídas as parcelas referentes ao 13º, 14º e 15º salários, e a participação nos lucros paga pela empresa, ou outra gratificação, no mês de referência.

No caso dos empregadores e dos trabalhadores por conta própria, considera-se a retirada feita ou o ganho líquido efetivamente recebido no mês de referência. Define-se como ganho líquido o rendimento bruto menos as despesas

<sup>29</sup> O desenho amostral compreendia dois estágios de seleção, uma vez que, nessas áreas, os municípios que as compunham faziam parte do conjunto auto-representativo (probabilidade 1 de inclusão na amostra). Este procedimento de seleção em duas etapas foi mantido na revisão da PME implantada em 1993 (GUERRA, 2001).

<sup>30</sup> Em março de 1999, a abrangência geográfica da PME foi ampliada com a inclusão da Região Metropolitana de Curitiba. Os dados podem ser encontrados em <[http://www.ipardes.gov.br/pesquisa\\_pme.html](http://www.ipardes.gov.br/pesquisa_pme.html)>.

<sup>31</sup> O início da série disponível na *homepage* do IBGE (<<http://www.ibge.gov.br>>) é 1991.

<sup>32</sup> Apesar da PME cobrir o universo de pessoas com mais de 10 anos de idade, os dados divulgados restringem-se as que têm mais de 15 anos de idade.

efetuadas com o negócio ou profissão (salário de empregados, despesas com matéria-prima, energia elétrica, telefone, etc.). Para a pessoa que recebe, pelo seu trabalho, em produtos ou mercadorias, considera-se o valor de mercado dos produtos recebidos. Para a pessoa que estiver licenciada por instituto de previdência, considera-se o rendimento bruto do benefício (auxílio por doença e por acidente de trabalho, etc.) efetivamente recebido no mês de referência.

Outro conceito fundamental é o de trabalho que na PME é representado pela ocupação econômica. As pessoas ocupadas são classificadas como:

- *Empregados*: pessoas que trabalham para um empregador ou mais, cumprindo uma jornada de trabalho, recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro ou outra forma de pagamento (moradia, alimentação, vestuário, etc.). Incluem-se, entre as pessoas empregadas, aquelas que prestam serviço militar obrigatório e os clérigos. Os empregados são classificados segundo a existência ou não de carteira de trabalho assinada.

- *Conta-própria*: aquelas pessoas que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício, sem empregados.

- *Empregadores*: aquelas pessoas que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício, com auxílio de um ou mais empregados.

- *Não-remunerados*: aquelas pessoas que exercem uma ocupação econômica, sem remuneração, pelo menos 15 horas na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar em sua atividade econômica, ou em ajuda a instituições religiosas, beneficentes ou de cooperativismo, ou, ainda, como aprendiz ou estagiário.<sup>33</sup>

<sup>33</sup> Nas tabelas apresentadas no CD-ROM, os trabalhadores não-remunerados são excluídos do cálculo do rendimento médio nominal.

<sup>34</sup> Listamos algumas referências bibliográficas que trabalham com esse aspecto da PME: Barros, Mendonça e Neri (1996); Barros, Moreira e Neri (1996); Sedlacek, Barros e Varandas (1989); Gonzaga, Menezes Filho e Camargo (2000); Fajnzylber (2001).

Uma das grandes vantagens da utilização da PME para estudos de mercado de trabalho, pobreza e desigualdade é a sua natureza longitudinal. A PME trabalha com painéis amostrais rotativos. Cada domicílio incorporado na amostra é entrevistado ao longo de quatro meses consecutivos, sai da amostra por oito meses, e retorna depois de um ano da primeira entrevista para ser investigado novamente durante quatro meses. Essa característica do processo de construção da amostra permite que sejam feitas diversas análises sobre mobilidade dos trabalhadores na estrutura ocupacional e de rendimentos, bem como estudos sobre a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro.<sup>34</sup>

### Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED

A Pesquisa de Emprego e Desemprego-PED/SEADE-DIEESE- capta informações sobre o mercado de trabalho urbano, através de amostragem probabilística. Esta

Casa de câmbio, 1999. Foto: Michel Filho - Agência O Globo.



pesquisa é realizada mensalmente, desde outubro de 1984, na Região Metropolitana de São Paulo, sendo fruto de um convênio entre a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE - e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos-DIEESE.<sup>35</sup>

As Tabelas *SAL III.4 - Rendimento médio nominal mensal dos trabalhadores ocupados na Grande São Paulo – 1984/2001 (PED)* e *SAL III.5 - Rendimento médio nominal mensal dos trabalhadores assalariados na Grande São Paulo – 1984/2001 (PED)* foram extraídas de um sistema de acesso ao Banco de Dados Macroeconômicos de propriedade do DIEESE.<sup>36</sup>

Ao todo, são pesquisados 38 municípios da Grande São Paulo desde outubro de 1984 e as informações são coletadas junto a todos os moradores de uma amostra probabilística composta por 3 000 domicílios por mês.

Os rendimentos do trabalho (principal e outros) correspondem ao rendimento monetário bruto (sem descontos de imposto de renda e previdência social) efetivamente recebidos, referentes ao trabalho realizado no mês imediatamente anterior ao da pesquisa. Para os assalariados, são considerados os descontos por falta, ou acréscimos referentes às horas extras e a gratificações. O décimo terceiro salário e os benefícios indiretos não são computados no cálculo. Para os empregadores, trabalhadores autônomos e demais, é considerada a retirada mensal, não incluindo os lucros do trabalho, da empresa ou do negócio.

#### Comparação do conceito de renda na PME, PNAD e PED<sup>37</sup>

O conceito de renda na PME é bem diferente do utilizado pela PNAD onde, conforme já descrito, essa variável corresponde à normalmente recebida, excluindo-se a influência de fatores circunstanciais. No caso da PME, é computado o rendimento efetivamente recebido no mês anterior do trabalho (principal ou de outros) que o entrevistado possuía na semana de referência. Desta forma, os dados de rendimentos passam a ser mais sensíveis às mudanças sazonais. Alguns problemas surgem principalmente quando a transição entre as ocupações no mercado de trabalho é intensa.

Como a pergunta sobre renda no questionário da PME associa o trabalho de hoje com a renda do passado, os trabalhadores que mudaram de emprego entre esses dois períodos poderiam reportar renda zero, simplesmente.

<sup>35</sup> A PED também é realizada em outras seis Regiões Metropolitanas (Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Distrito Federal, Porto Alegre e Salvador), através de convênios firmados pela Fundação Seade e o Dieese e por secretarias de trabalho e órgãos de planejamento e pesquisa dos respectivos governos estaduais, com apoio do Ministério do Trabalho, através do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT. Como as séries nessas regiões são muito recentes, são apresentados apenas os dados para São Paulo. As séries para as outras regiões podem ser encontradas no seguinte endereço: <<http://www.dieese.org.br/ped/peddad.html>>.

<sup>36</sup> <<http://www.intranet.dieese.org.br/bmacro/autentic.html>>

<sup>37</sup> Esta seção está baseada em Barros e Mendonça (1996) e Barros et al. (1996).

	COMPRA	\$	VENDA
DOLAR USS	1.24		
DOL AUSTRAL	0.62		0.79
DOL CANADA	0.70		0.86
ESCUDO	0.0062		0.0078
FRANCO SUISSO	0.77		0.94
FRANCO BELGA	0.024		0.042
FRANCO FRANCES	0.19		0.26
FLORIN	0.55		0.70
LIBRA	1.86		2.15
LIRA	0.00063		0.00079
M.ALEMÃO	0.64		0.82
PESETA	0.0075		0.0095
PESO	1.13		1.25
YEN	0.0086		0.0110
<b>TRAVEL CHEQUE</b>			
<b>TC 1.13</b>			

te porque no mês anterior trabalhavam em um emprego diferente daquele da semana de referência, embora possam ter tido rendimento no período em questão. O mesmo ocorre com os trabalhadores que estavam desempregados no mês passado, mas que estavam empregados naquela semana. Além disso, aqueles entrevistados que trocaram de trabalho no mês anterior, tendo assim trabalhado apenas parte no novo emprego, reportariam uma renda menor que a mensal.

O problema de mudança do emprego entre o mês anterior e a semana de referência pode ser corrigido pela identificação das pessoas com renda nula. No entanto, o segundo problema, que faz com que uma parte da renda mensal do indivíduo não seja captada, é mais difícil de ser identificado. Neste caso, ocorre um viés de subestimação da renda do trabalho.

A comparação entre a PED e a PME mostra a existência de algumas semelhanças no conceito de rendimento, tendo em vista que ambas as pesquisas associam o trabalho realizado no mês  $t$  com a renda no mês  $t-1$ . Assim, o problema de transição entre as ocupações e a situação de desemprego também pode ser reportado para essa pesquisa. A diferença básica é que neste caso, com o acesso aos microdados, é possível delimitar o universo de análise aos trabalhadores através do quesito de tempo no emprego, presente no questionário da PED e não nos questionários recentes da PME.

Destaca-se que o rendimento na PED é tratado pelo regime de competência enquanto na PME, pelo regime de caixa, ou seja, quando as duas séries forem comparadas devem ser corrigidas por diferenças de defasagens. Outra diferença diz respeito ao décimo terceiro, computado no caso da PME, mas não na PED. Em dezembro, o rendimento extraído da PED é sempre inferior ao da PME.

### Pobreza e desigualdade de renda

Grande parte das análises sobre pobreza e desigualdade de renda foi possível devido à produção do Censo Demográfico 1960,<sup>38</sup> que incorporou perguntas sobre rendimento, e da PNAD, a partir da década de 1970. Através das pesquisas domiciliares, introduziu-se uma abordagem sobre renda mais ampla do que a salarial. O universo de investigação não ficou restrito ao trabalhador, incorporando também a família e o domicílio, fundamentais para qualquer análise de bem-estar social.

Os dados apresentados nas tabelas do CD-ROM restringem-se aos extraídos dos Censos Demográficos e da PNAD. Apesar de alguns pesquisadores construírem indicadores de pobreza e desigualdade com base na PME, essas informações referem-se basicamente, ao rendimento auferido na atividade profissional, refletindo a desigualdade e a pobreza a partir de um único aspecto que é o trabalho.<sup>39</sup>

Tabelas: SAL III.12 – Índice de Gini por década – 1960, 1970, 1980, 1991 (Censos Demográficos): Brasil, SAL III.13 - Razão entre a parcela da renda total apropriada pelos 10% mais ricos e pelos 10% mais pobres - 1960, 1970, 1980, 1991 (Censos Demográficos): Brasil, SAL III.14 – Índice de Gini anual – 1977/1999 (PNAD): Brasil, SAL III.15 – Índice de Theil -T Anual – 1977/1999 (PNAD): Brasil, SAL III.16 – Índice de Gini anual por Grandes Regiões – 1981/1999 (PNAD), SAL III.17 – Índice de Gini anual por Grandes Regiões, segundo sexo – 1981/1999 (PNAD), SAL III.18 - Parcela da renda total anual apropriada pelos 1% e 10% mais ricos, e pelos 20% e 50% mais pobres - 1977/1999 (PNAD): Brasil, SAL III.19 - Renda média anual (R\$ de 1997) dos decis - 1977/1997 (PNAD): Brasil, SAL III.20 – Número total de pobres (em milhões) e percentual de pobres, por ano

<sup>38</sup> Ver para maiores detalhes sobre os conceitos de rendimento dos Censos Demográficos, Cacciamali (1998).

<sup>39</sup> Para os aspectos metodológicos dos indicadores de desigualdade e pobreza e sobre a construção de linhas de pobreza, ver a coletânea de artigos publicados em Henriques (2000).



– 1977/1999 (PNAD): Brasil, SAL III.21 – Número total de indigentes (em milhões) e percentual de indigentes, por ano – 1977/1999 (PNAD): Brasil.

### Registros administrativos

#### Relação Anual de Informações Sociais - RAIS

A Relação Anual de Informações Sociais - RAIS - foi criada em 1975 (BRASIL. Decreto nº 76.900, 1975) e efetivamente implementada em 1976<sup>40</sup>. A idéia era substituir a antiga Lei dos 2/3 e a Relação Anual dos Salários na função de supervisionar a entrada de mão-de-obra estrangeira no Brasil. Posteriormente, a RAIS passou a ser utilizada para controlar alguns processos administrativos do governo federal, tais como: fiscalização da arrecadação e da concessão de benefícios pelo Ministério da Previdência Social e servir de base de cálculo para o PIS/PASEP, viabilizando o pagamento do abono salarial, dentre outros.

Todos os estabelecimentos constituídos, sem vínculos empregatícios ou com trabalhadores avulsos, e os empregadores que tenham mantido alguma relação de emprego no ano de referência são obrigados a preencher os formulários da RAIS. O banco de dados da RAIS registra uma grande quantidade de informações da empresa (ramo e porte, por exemplo) e dos trabalhadores empregados (idade, nível educacional, etc.) que podem ser utilizadas, com fins estatísticos, para a caracterização e o acompanhamento do mercado de trabalho.

A partir dos anos de 1990, os dados da RAIS vêm registrando importantes avanços quantitativos e qualitativos, principalmente com a possibilidade das declarações serem feitas por meio magnético. A agilidade na coleta permitiu que a divulgação fosse mais rápida, e que o universo de empresas investigadas fosse ampliado.<sup>41</sup>

<sup>40</sup> As informações da RAIS, contudo, só começaram a ser divulgadas pelo Ministério do Trabalho a partir da década de 1980.

<sup>41</sup> Para algumas regiões para onde a cobertura da RAIS foi ampliada, a evolução do emprego formal tem uma componente explicada pelo aumento do número de empresas respondentes, e não necessariamente relaciona-se a um aumento do emprego formal.

<sup>42</sup> Ver JANNUZZI (1994).

Atualmente, a cobertura da RAIS tem oscilado em torno de 90% do setor organizado da economia, levando à caracterização da RAIS como censo do mercado de trabalho formal. Aproximadamente dois milhões de estabelecimentos com vínculos empregatícios respondem aos formulários, contemplando cerca de 19 milhões de empregos celetistas e 5 milhões de estatutários.

Ao contrário das pesquisas domiciliares, nas quais a coleta tem objetivos especificamente estatísticos, na RAIS, os dados cumprem uma função administrativa. Portanto, alguns cuidados devem ser tomados na sua utilização.

Inicialmente, o universo de investigação restringe-se ao setor formal do mercado de trabalho brasileiro, diferentemente das demais pesquisas domiciliares que investigam também relações informais de trabalho. A RAIS é uma boa base de informações para determinadas desagregações nas quais o peso do setor formal tende a ser expressivo. No entanto, a RAIS tende a subestimar o emprego nas Regiões Norte e Nordeste e nos setores agropecuária e construção civil onde a informalidade é mais representativa.<sup>42</sup>

Essa base de dados apresenta algumas limitações quanto à origem, pois a informação é fornecida pelas

Atendimento bancário. Foto: Ari Gomes. Agência JB.



empresas. Como não há um controle rigoroso da fonte, a qualidade dos dados não pode ser aferida. Alguns campos podem ser preenchidos como “não-resposta”,<sup>43</sup> gerando grandes diferenças com relação aos resultados de outros levantamentos estatísticos. Com relação à variável rendimento, o empregador pode declarar valores compatíveis com a legislação vigente de salário mínimo.

A Tabela SAL IV.1 - Rendimento médio nominal anual dos empregados formais, em salários mínimos – 1985/1999 (RAIS/MTE): Brasil apresenta o rendimento médio nominal dos trabalhadores formais com vínculo empregatício ativo em 31/12 de cada ano, em salários mínimos, com duas casas decimais. Essa informação, também, pode ser obtida de forma desagregada por características dos empregados - gênero, faixa etária e grau de instrução – ou dos estabelecimentos – como setor de atividade<sup>44</sup>, ocupação, município ou estado de localização, etc. Essa é a grande vantagem no uso do banco de dados da RAIS, ou seja, a possibilidade dos dados serem apresentados para níveis geográficos menores e com vários cruzamentos.

O conceito de rendimento utilizado é a remuneração média, em salário mínimo, no período vigente do ano-base, da força de trabalho empregada. Para efeito estatístico, não são consideradas as remunerações referentes ao 13º salário. Uma observação importante é que o número de empregos em determinado período de referência corresponde ao total de vínculos empregatícios efetivados. O número de empregos difere do número de pessoas empregadas, uma vez que o indivíduo pode estar acumulando, na data de referência, mais de um emprego.

### Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED-, instituído pela Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965, constitui uma fonte de informação de âmbito nacional e de periodicidade mensal. Foi criado como instrumento de acompanhamento e de fiscalização do processo de admissão e de dispensa de trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT-, com o objetivo de assistir os desempregados e de apoiar medidas contra o desemprego.

O CAGED é um registro administrativo que, inicialmente, teve a função de gerir e controlar a concessão do auxílio-desemprego. A partir de 1986, passa a ser utilizado como suporte ao pagamento do seguro-desemprego e, mais recentemente, tem sido, também, um relevante instrumento à reciclagem profissional e à recolocação do trabalhador no mercado de trabalho e, ainda, um importante subsídio para a fiscalização.

Devido à crescente demanda por dados conjunturais do mercado de trabalho, e à necessidade do Ministério do Trabalho e Emprego possuir estatísticas mais completas, consistentes e ágeis, foram implementadas expressivas alterações no CAGED. A partir de 1983, foi possível construir o índice mensal de emprego, a taxa de rotatividade e a flutuação da mão-de-obra (admitidos / desligados).

O aperfeiçoamento ocorrido no sistema CAGED e na metodologia de tratamento dos dados tornaram esse registro administrativo uma das principais fontes de informações estatísticas sobre o mercado de trabalho formal

<sup>43</sup> Este problema ocorre principalmente com o código de ocupação, retirado da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO. Em muitos casos, o empregador não sabe o código correto da ocupação, preenchendo de forma inadequada ou inserindo o código referente a “trabalhadores que não podem ser classificados sobre outras epígrafes”.

<sup>44</sup> Embora o uso da classificação do IBGE fosse obrigatório na declaração da RAIS entre 1985 e 1993, na elaboração das estatísticas utilizava-se a Classificação Nacional de Atividade Econômica - CNAE-, conforme a inscrição no Ministério da Fazenda, sendo sua conversão feita posteriormente. A partir de 1994, o Ministério do Trabalho e Emprego assumiu a atividade econômica declarada pelo estabelecimento, captada de acordo com o novo Código de Atividade Econômica - CNAE/95. Para manter a comparabilidade dos dados anuais foi elaborada uma compatibilização com o código do IBGE. Para desagregação acima de 26 subsetores não existe uma boa correlação entre os dados compatibilizados, deve-se, portanto, ter cautela no seu uso. Para estabelecimentos com mais de uma atividade econômica é considerada a atividade principal. As atividades relativas a depósito e a escritórios administrativos ou de representação de empresas são colocadas na atividade principal da matriz. Quando a atividade econômica não pode ser identificada é considerada como “Não Declarada”. Essas observações também são válidas para o CAGED.

conjuntural. Atualmente, existem cerca de 300 a 400 mil estabelecimentos declarantes. Ainda são válidas as observações quanto à representatividade espacial e geográfica e quanto aos possíveis erros dos informantes, já apresentadas acima para o caso da base de dados gerada pela RAIS.

A Tabela SAL IV.2 – Salário médio nominal mensal dos trabalhadores admitidos - 1986/2001 (CAGED/MTE): Brasil apresenta os salários que constam na carteira de trabalho do fluxo de trabalhadores admitidos.

O CAGED também oferece informações referentes aos estabelecimentos, permitindo a desagregação setorial e geográfica, e aos empregados com dados sobre as características individuais. Os dados estão disponíveis em CD-ROM do Ministério do Trabalho e Emprego, sendo possível a elaboração rápida dos salários médio nominal dos trabalhadores por características específicas.<sup>45</sup>

O CAGED registra apenas o fluxo da mão-de-obra (admissões e demissões ocorridas no mês) e sua base de dados está dividida em dois conjuntos: o módulo I, com informações sobre as empresas declarantes, e o módulo II, com dados sobre os trabalhadores.

A partir do Módulo I, são calculados os indicadores de emprego desagregados em nível de municípios e de subatividade econômica. No Módulo II, as informações referem-se aos atributos do empregado, ou seja: nome, número do PIS, gênero, idade, grau de instrução, ocupação, horas contratuais de trabalho semanal e remuneração mensal.

Para o cálculo das variáveis do Módulo I (índice mensal de emprego, taxa de rotatividade e flutuação da mão-de-obra), são consideradas as informações do mês de referência, e as relativas ao mês imediatamente anterior. No cômputo do cálculo desses indicadores não são levadas em conta as declarações dos estabelecimentos

novos, ou seja, aqueles que não constam do cadastro do mês t-1. Essa exclusão busca compensar grandes omissões relativas aos desligamentos correspondentes, particularmente às unidades extintas no mês.

O Módulo II, por sua vez, incorpora declarações atrasadas e de estabelecimentos novos, em função da necessidade de subsidiar o pagamento do seguro-desemprego. Esses procedimentos são os principais fatores responsáveis pela grande divergência com os dados divulgados pelo Módulo I, cujos resultados de evolução do comportamento do emprego são mais desfavoráveis quando comparados com os verificados no Módulo II.<sup>46</sup>

Para a construção das tabelas de rendimentos, utilizamos apenas as informações provenientes do Módulo II, excluindo os trabalhadores que possuem rendimentos nulos e delimitando o universo ao total de trabalhadores admitidos.

## Metodologia dos principais índices de preços

### Introdução<sup>47</sup>

Apesar de terem sofrido algumas alterações ao longo do tempo, as metodologias de construção dos principais índices de preços no Brasil são muito semelhantes, baseando-se atualmente no cálculo de preços médios para cada mercadoria e na utilização da fórmula de Laspeyres modificada ou de pequenas variações da mesma.

As estruturas de ponderação dos diversos produtos são determinadas pelas Pesquisas de Orçamentos Familiares - POFs - e pela definição da população objetivo de cada índice. Os intervalos de realização das POFs variam ao longo do tempo e por instituição, mas há uma tendência recente de se atualizar os pesos a cada 7-8 anos. As instituições contam também com cadastros de informantes e sistemas de coletas de preços, que fornecem periodicamente os insumos para o cálculo dos vários índices.

<sup>45</sup> Para maiores detalhes consultar a homepage <<http://www.mte.gov.br>> .

<sup>46</sup> O Ministério do Trabalho passou a divulgar, em julho de 2001, uma base denominada CAGED estimativas que compatibilizam os Módulos I e II. O ajuste é feito através da comparação de cada declaração do Módulo II com a sua correspondente no Módulo I.

<sup>47</sup> Essa seção se baseou em Carmo (1998), e nas *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988* (1990) e nas notas metodológicas oficiais disponíveis nas *homepages* de cada instituição.

As tabelas do CD-ROM atualizam os dados relativos ao INPC, IPCA e IPA, seguindo as mesmas desagregações setoriais em *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988* (1990).

- Tabelas PRE 1 e PRE 2 – INPC, por grupos de produtos e para 11 capitais, respectivamente, por mês – 1987/2001
- Tabelas PRE 3 e PRE 4 – IPCA, por grupos de produtos e para 11 capitais, respectivamente, por mês – 1987/2001
- Tabela PRE 5 – IPA-DI, desagregado por tipo de bens, por mês – 1987/2001
- Tabela PRE 6 – Índices de preços ao consumidor e índices de preços da FGV, por mês – 1987/2001

#### O Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC – IBGE

O Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC - foi estruturado para produzir Índices de Preços ao Consumidor para as Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro (a partir de janeiro de 1979); Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife (junho de 1979); São Paulo e Belém (janeiro de 1980); Fortaleza, Salvador e Curitiba (outubro de 1980); Distrito Federal (janeiro de 1980); e o Município de Goiânia (janeiro de 1991). Cada índice regional é construído de forma independente dos demais, mas seguindo os mesmos critérios de coleta, processamento, cálculo e análise, tornando viável a sua agregação e a obtenção de índices nacionais.

Para a elaboração dos índices em cada região, são utilizadas informações das seguintes pesquisas básicas:

- i) **Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF:** fornece as estruturas de ponderação das populações objetivo. Na fase de implementação do sistema, foram usadas as informações do Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF-, realizado entre agosto de 1974 e agosto de 1975. Em setembro de 1986, o IBGE iniciou uma nova

POF com o objetivo de atualizar as estruturas de pesos dos índices, mas, devido ao momento atípico da estrutura de preços e consumo causado pelo Plano Cruzado, os seis primeiros meses de coleta foram desconsiderados, adicionando-se seis meses de entrevista ao final do período. Assim, essa edição da POF compreendeu, em sua versão final, o período de março de 1987 a fevereiro de 1988. Atualmente, é utilizada uma POF realizada entre outubro de 1995 e outubro de 1996. Uma nova POF, de abrangência nacional, está programada para ser realizada em breve.

- ii) **Pesquisa de Locais de Compra - PLC:** define o cadastro de informantes do SNIPC, tendo sido realizada pela última vez no período de maio a junho de 1988. A atualização dessa pesquisa é contínua, de forma a obter os locais de coleta dos preços para a construção dos índices.

Da forma como é montado, esse sistema possibilita várias alternativas de cálculo de índices. Os dois principais índices construídos no Brasil são o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Restrito - INPC-, e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA-, ambos de periodicidade mensal. Criado com a finalidade de ser o indexador de salários no Brasil, o INPC tem, como população objetivo, as famílias com rendimentos mensais compreendidos entre um e oito salários mínimos, cujo chefe tem como ocupação principal um emprego assalariado. Já a população objetivo do IPCA é formada por famílias com rendimentos mensais compreendidos entre um e quarenta salários mínimos, qualquer que seja a fonte de rendimentos, e residentes nas áreas urbanas das regiões pesquisadas. Outra diferença é que, enquanto a variável de ponderação para o cálculo da média nacional do INPC é a “população residente urbana” (de acordo com a Contagem da População 1996), no caso do IPCA, é o “rendimento total urbano” (segundo a PESQUISA Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/1996).

### Índice de Preços ao Consumidor - IPC – FIPE

O IPC-Fipe é o mais antigo índice de preços ainda calculado no Brasil. Esse índice começou a ser produzido em janeiro de 1939, com o nome de Índice Ponderado de Custo de Vida da Classe Operária na Cidade de São Paulo. Em sua primeira fase, de 1939 a 1956, o índice utilizou uma estrutura de ponderação desenvolvida a partir de pesquisa realizada no período de novembro de 1936 a maio de 1937 pela Subdivisão de Estatística e Documentação Social da Prefeitura do Município de São Paulo. Essa pesquisa contou com uma amostra de 306 cadernetas preenchidas por operários da rede de limpeza. Para o levantamento de preços, gerou-se uma amostra de locais de compra de 249 estabelecimentos, onde eram pesquisados preços de 127 itens. A primeira etapa do processo de cálculo consistia na determinação do preço modal de cada item de forma a minimizar o efeito de valores extremos. A segunda etapa consistia na utilização da fórmula de Laspeyres, sendo os preços modais ponderados de acordo com a estrutura proveniente da pesquisa.

Em 1951, uma nova Pesquisa de Orçamentos Familiares no Município de São Paulo foi aplicada pelo mesmo órgão do levantamento anterior. Para tal fim, foi utilizada uma amostra de 237 cadernetas preenchidas por famílias de trabalhadores. O sistema de coleta passou a contar com 279 estabelecimentos informantes, elevando consideravelmente o número mensal de cotações de preços.

Em 1968, a responsabilidade pelo índice passa a ser do Instituto de Pesquisas Econômicas da USP. Nesse momento, ocorreu a substituição da moda pela média aritmética no cálculo do preço de cada item. A partir de 1971, as estruturas de ponderação passam a adotar os resultados de uma nova POF, realizada entre setembro de 1971 e agosto de 1972, formada por uma amostra de 2380 questionários. A participação nos gastos de cada item de consumo dos entrevistados na faixa de renda entre 2 e 6 salários mínimos de renda familiar mensal foi usada para a elaboração dos índices. Nesse momento, o cadastro de informantes da FIPE chegou a 1251 estabelecimentos, os quais forneciam dados sobre os 193 componentes do índice.

Entre novembro de 1981 e janeiro de 1983, foi aplicada uma nova POF, que contou com uma amostra de 1686 unidades de consumo. O índice passou a cobrir 248 produtos, sendo levantados mensalmente 46 864 preços em 1780 estabelecimentos.

Entre março de 1990 e fevereiro de 1992, foi realizada mais uma pesquisa, dessa vez contando com uma amostra de 1200 domicílios. A população objetivo do IPC-FIPE passou a abranger os consumidores com poder aquisitivo entre 1 e 20 salários mínimos. São coletados cerca de 110 000 preços para 340 produtos fornecidos por 5064 informantes a cada quatro semanas. Atualmente, o índice da FIPE utiliza uma POF que foi aplicada entre 1998 e 1999.

### Os índices do IBRE/FGV

A coleção de índices de preços para a economia brasileira do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas - IBRE/FGV - começou a ser divulgada em novembro de 1947, com dados retroativos a 1944. O Índice Geral de Preços - IGP - consistia em uma média ponderada dos índices de atacado e varejo, com o objetivo de ser um deflator para o movimento de negócios da

Liquidação no comércio do Rio de Janeiro, 1994.  
Foto: Leonardo Aversa - Agência O Globo.



economia brasileira. Esta média foi acrescida, em 1950, de uma série para os preços da construção civil, consolidando-se, assim, a composição do Índice Geral de Preços - IGP -, como conhecemos hoje.

O IGP é, portanto, uma média ponderada do Índice de Preços por Atacado - IPA-, do Índice de Preços ao Consumidor - IPC - e do Índice Nacional de Construção Civil - INCC-, sendo seus pesos de 60%, 30% e 10%, respectivamente. Tais valores foram escolhidos de forma a representar a importância relativa de cada tipo de operação na formação da despesa interna bruta. Assim, 60% dos negócios nacionais seriam devidos à produção, transporte e comercialização no atacado de bens de consumo e produção; 30% seria o valor adicionado pelos varejistas e pelos serviços de consumo; e 10% seria o valor adicionado pela indústria de construção civil.

#### Índice de Preços ao Consumidor - IPC

O IPC nasceu de um antigo indicador de preços calculado pela Receita Federal, desde 1912, com algumas adaptações. Em 1949, o IBRE procedeu a primeira revisão de itens e ponderações para a construção do índice. Com a realização da primeira Pesquisa de Orçamentos Familiares em 1956, o IBRE promoveu alterações na elaboração do IPC em março de 1958. Esse esforço levou a melhorias substanciais do índice.

Novas POFs foram aplicadas entre 1961 e 1963, entre 1966 e 1967, e em 1985 (esta atualização só foi implementada em 1989). A POF atualmente em uso foi realizada entre 1999 e 2000 nos Municípios de Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, Goiânia e no Distrito Federal. O índice tem como população objetivo a população com renda entre 1 a 33 salários mínimos dos principais centros consumidores do País: os dez listados acima, mais Rio de Janeiro e São Paulo, que já compunham o IPC-BR.

#### Índice de Preços por Atacado - IPA

O IPA foi inicialmente formado por uma média ponderada da evolução dos preços de 25 produtos. Em 1955, o número de itens foi expandido para 1990. A partir dessa revisão, o IPA passou a ser calculado em duas modalidades: Disponibilidade Interna - DI - e Oferta Global - OG. A diferença entre essas duas categorias é a exclusão dos produtos de exportação do cálculo do índice na versão DI. Em 1969, com base nos dados obtidos entre 1965 e 1966, o número de produtos investigados subiu para 243. Atualmente, o IPA investiga os preços de 423 produtos fornecidos por 1312 informantes cadastrados.

#### Índice Nacional de Custo de Construção - INCC

O INCC foi construído com o objetivo de medir a evolução dos preços dos materiais, dos serviços e da mão-de-obra utilizados na construção civil, seguindo o antigo Índice de Custo de Construção do Rio de Janeiro - ICC-RJ -, que até 1985 era calculado apenas para a cidade do Rio de Janeiro. Em fevereiro de 1985, outras sete cidades foram incluídas no cálculo desta série. Atualmente, o número de cidades cobertas é de 18: Aracaju, Belém, Belo Horizonte, Brasília, Campo Grande, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, João Pessoa, Maceió, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória.

#### Referências bibliográficas

- AMADEO, E.; CAMARGO, J. M. Instituições e o mercado de trabalho no Brasil. In: \_\_\_\_\_. (Org). *Flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de. Geração e reprodução da desigualdade no Brasil. In: PERSPECTIVAS da economia brasileira 1994. Rio de Janeiro: IPEA, 1993. v. 2.

\_\_\_\_\_. *Uma análise da comparabilidade entre as principais pesquisas domiciliares brasileiras sobre emprego e desemprego*. Rio de Janeiro: IPEA, 1996.

\_\_\_\_\_; NERI, Marcelo. Duration of spells of poverty. In: MENDONÇA, Rosane; URANI, André (Ed.). *Estudos sociais do trabalho*. Rio de Janeiro: IPEA, 1996. v. 2.

\_\_\_\_\_; MOREIRA, Marcelo Jovita; NERI, Marcelo. *De volta para o futuro da política salarial: perspectivas de 1996*. Rio de Janeiro: IPEA, 1996.

BARROS, Ricardo Paes de et al. *Atlas da desigualdade: a década de 80: perspectivas da economia brasileira 1994*. Rio de Janeiro: IPEA, 1993.

\_\_\_\_\_. *Em busca de um núcleo comum para as pesquisas domiciliares sobre emprego e desemprego no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 1996a.

BIVAR, Wasmália S. B. *O projeto de modernização das estatísticas econômicas e as características do sub-sistema de indústria*. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. (Seminários, n. 21/98).

BRASIL. Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965. Institui o cadastro permanente das admissões e dispensas de empregados, estabelece medidas contra o desemprego e de assistência aos desempregados, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 dez. 1965. p. 13537, col. 2.

\_\_\_\_\_. Lei n. 185, de 14 de janeiro de 1936. Institui as comissões de salário mínimo. *Coleções de leis da República Federativa do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 33, col. 1, 1936.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 19.482, de 12 de dezembro de 1930. Limita a entrada, no Território nacional, de passageiros estrangeiros de terceira classe, dispõe sobre a localização e amparo de trabalhadores nacionais, e dá outras providências. *Coleções de leis da República Federativa do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 74, col. 1, 1930.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 399, de 30 de abril de 1938. Aprova o regulamento para execução da Lei 185, de

14 de janeiro de 1936, que institui as comissões de salário mínimo. *Coleções de leis da República Federativa do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 76, col. 1, 1938.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 2.162, de 01 de maio de 1940. Institui o salário mínimo e dá outras providências. *Coleções de leis da República Federativa do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 3, p. 77, col. 1, 1940.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 76.900, de 23 de dezembro de 1975. Institui a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, PODER EXECUTIVO, Brasília, DF, 24 dez. 1975. p. 17046, col. 1.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Aspectos da distribuição de renda no Brasil. In: PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, M. A. S. (Org.). *Manual de economia*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

CARMO, Heron Carlos Esvael. Como medir a inflação: os números-índices de preços. In: PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, M. A. S. (Org.). *Manual de economia*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

CENSO DEMOGRÁFICO 1991. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: jan. 2002.

CORSEUIL, Carlos Hentique; BARROS, Ricardo Paes de; GONZAGA, Gustavo. *A evolução da demanda por trabalho na indústria brasileira: evidências de dados por estabelecimento 1985-1997*. [S.l.: s.n.], 2001.

ESTATÍSTICAS históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. 642 p.

FAJNZYLBER, Pablo. Minimum wage effects throughout the wage distribution: evidence from Brazil's formal and informal sectors. In: ENCONTRO NACIO-

- NAL DE ECONOMIA, 29., 2001, Salvador. *Anais...* Salvador: Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, 2001.
- FISHLOW, A. Brazilian size distribution of income. *American Economic Review*, Nashville, Tenn., n. 62, p. 391-402, May 1972.
- FOGUEL, Miguel N. *Uma análise dos efeitos do salário mínimo sobre o mercado de trabalho no Brasil*. 1997. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica, Departamento de Economia, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_; RAMOS, Lauro; CARNEIRO, Francisco. The impacts of the minimum wage on the labor market, poverty and fiscal budget in Brazil. [S.l: s.n.], 2001.
- GONZAGA, Gustavo; CORSEUIL, Carlos Henrique. Emprego industrial no Brasil: análise de curto e longo prazos. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro, out./dez. 2001.
- \_\_\_\_\_; MENEZES FILHO, Naércio; CAMARGO, José Márcio. Os efeitos da redução da jornada de trabalho em 1988 sobre o mercado de trabalho no Brasil. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMETRIA, 22., 2000, Campinas. *Anais...* Campinas: Sociedade Brasileira de Econometria., 2000.
- GUERRA, Vandeli dos Santos. *A evolução do sistema de pesquisas domiciliares por amostragem no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Emprego e Rendimento, 2001. 22 p. Apresentado no Seminário Internacional sobre Metodologias para Pesquisas Domiciliares por Amostragem; 3. Reunião sobre Estatística Pública do Instituto Interamericano de Estatística, realizados no Rio de Janeiro.
- HAMERMESH, Daniel S. *Labor Demand*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1993. 444 p.
- HENRIQUES, Ricardo (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- INDICADORES INDUSTRIAIS CNI: metodologia. Rio de Janeiro: Confederação Nacional da Indústria, 2001. Disponível em: <<http://www.cni.org.br/f-ps-ii.htm>>. Acesso em: out. 2001.
- JANNUZZI, Paulo Martins. As potencialidades analíticas da RAIS para estudos sobre a estrutura do mercado formal de trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 4. 1994. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 1994. v. 3.
- JATOBÁ, Jorge. *Encargos sociais, custos da mão-de-obra e flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 1994. (Seminários, n. 1/94).
- LANGONI, Carlos Geraldo. *Distribuição de renda e crescimento econômico*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973. 315 p.
- MENDONÇA, Rosane; BARROS, Ricardo Paes de. *Geração e reprodução da desigualdade de renda no Brasil: perspectivas da economia brasileira 1994*. Rio de Janeiro: IPEA, 1993.
- NERI, Marcelo. Uma nota sobre o deflacionamento da renda do trabalho. *Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*, Brasília, DF, n. 1, jun. 1996.
- PAZELLO, Elaine Toldo; BIVAR, Wasmália S. B.; GONZAGA, Gustavo. Criação e destruição de postos de trabalho por tamanho da empresa na indústria brasileira. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, ago. 1999.
- PESQUISA de emprego e rendimento 1984-2001. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em: jan. 2002.
- PESQUISA INDUSTRIAL 1996-1999. Empresa. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. 1 CD-ROM.
- PESQUISA industrial mensal: produção física 1985-2001. In: IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: fev. 2002.



PESQUISA mensal de emprego 1981-2001. In: IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: jan. 2002.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios - PNAD: síntese de indicadores da pesquisa básica 1990. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. 121 p.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 1999. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

RECENSEAMENTO do Brazil 1920. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatísticas, 1930.

SABOIA, João Luiz Maurity. *Evolução histórica do salário mínimo no Brasil*: fixação, valor real e diferenciação regional. Rio de Janeiro: IPEA, Programa Nacional de Pesquisa Econômica, 1984. (Série fac-símile/PNP).

\_\_\_\_\_. *Salário mínimo: a experiência brasileira*. São Paulo: L&PM, 1985. (Coleção universidade livre).

\_\_\_\_\_. Mercado de trabalho no Brasil: evolução e tendências recentes. In: ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDOS DO TRABALHO, 4., 1995. *Anais ...* Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 1995. v. 3. p. 1123-1147.

SEDLACEK, Guilherme L.; BARROS, Ricardo Paes de; VARANDAS, Simone. *Segmentação e mobilidade no mercado de trabalho brasileiro*: uma análise da área metropolitana de São Paulo. Rio de Janeiro: IPEA, 1989. (Texto para discussão interna, n. 173).

SISTEMA nacional de índices de preços ao consumidor – INPC 1991-2002. In: IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. <Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: jan. 2002.

SISTEMA nacional de índices de preços ao consumidor – INPC/IPCA 1999-2000. In: IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: jan. 2002.

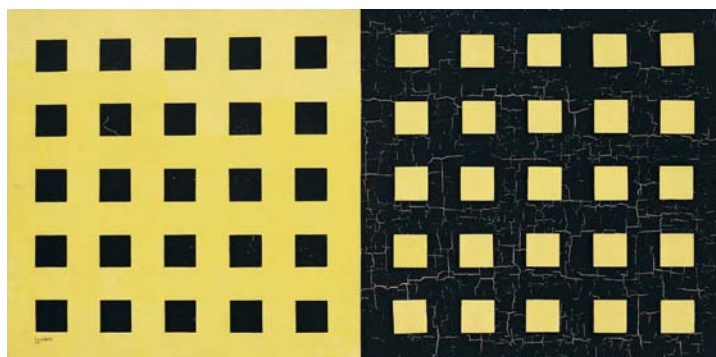
SISTEMA nacional de índices de preços ao consumidor – IPCA 1991-2002. In: IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: jan. 2002

TRABALHO no Brasil: síntese de indicadores: 1989-1990. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. 119 p.

WELLS, John. Industrial accumulation and living standards in the long run: The São Paulo industrial working class 1930-75. *The Journal of Development Studies*, v. 19, n. 2, Jan. 1983. Part. 1.



# SÉCULO XX NAS CONTAS NACIONAIS



Concretion 5732, 1957  
Luiz Sacilotto  
Óleo sobre alumínio – 40,9 x 81,7 cm  
Museu de Arte Contemporânea de São Paulo.

---

\* Ph.D. em Economia pelo Massachusetts Institute of Technology - MIT, USA. Desde 1975 é pesquisador do IPEA onde, atualmente, ocupa o cargo de Diretor de Estudos Macroeconômicos e coordena o Núcleo de Estudos Espaciais Sistêmicos - NEMESIS/PRONEX. Foi editor de Pesquisa e Planejamento Econômico. Suas publicações incluem *The Dynamics of Deforestation and Economic Growth in the Brazilian Amazon*, Cambridge University Press, 2002; *Perspectivas da Economia Brasileira* – 1989, IPEA, 1989, além de contribuições nas áreas de Macroeconomia e Economia dos Recursos Naturais.

\*\* Doutor em Economia pela Pontifícia Universidade Católica - PUC/RJ; economista do Banco Mundial. Foi professor da Pontifícia Universidade Católica - PUC/RJ e pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA-RJ. Recebeu o Prêmio do Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES - com a tese de mestrado.

\*\*\* Mestre em Economia pela Universidade Federal Fluminense – UFF, doutoranda em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IE/UFRJ, professora de graduação da Universidade Candido Mendes, pesquisadora externa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA-RJ. Publicou, *Evidências macroeconômicas: os determinantes da poupança no Brasil, 1975-95*, in REIS, Eustáquio J. (coord.). BID/IPEA, 1996, mimeo., junho; *Estoque de riqueza e a poupança do setor privado - Brasil, 1970/95*. XXV Encontro Nacional de Economia – ANPEC. 1997, Vol. 2: 1070-1088; *Estoque de riqueza e a poupança do setor privado - Brasil, 1970/95*. Texto para Discussão, IPEA: Rio de Janeiro, 1998, julho

\*\*\*\* Mestre em Economia pela Pontifícia Universidade Católica - PUC/RJ, professora de graduação da PUC/RJ, pesquisadora externa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA/RJ. Publicou, *Produto Interno Bruto por Unidade da Federação – 1985-98*, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Texto para Discussão n. 677, outubro de 1999 (Co-autora); *PIB por Unidade da Federação: Valores Correntes e Constantes – 1985/96*, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Texto para Discussão n. 610, dezembro de 1998 (Co-autora); *O que está acontecendo com o Investimento?*, Boletim Conjuntural 40 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA-, janeiro de 1998 (co-autor).

## SÉCULO XX NAS CONTAS NACIONAIS<sup>1</sup>

*EUSTÁQUIO REIS\**

*FERNANDO BLANCO\*\**

*LUCILENE MORANDI\*\*\**

*MÉRIDA MEDINA\*\*\*\**

*MARCELO DE PAIVA ABREU*

**E**ste capítulo descreve a evolução da economia brasileira ao longo do Século XX com base nos agregados macroeconômicos da Contabilidade Nacional. As seções seguintes analisam as tendências e ciclos do PIB per capita e as relações seculares entre PIB e população; inflação e crescimento; investimento e poupança; e, finalmente, entre governo e economia. O Apêndice 1 apresenta as Contas Nacionais do Século XX descrevendo os dados utilizados, com atenção especial para os anos anteriores a 1947, quando não se dispõe de estimativas sistemáticas das Contas Nacionais. O Apêndice 2 apresenta um quadro sinóptico da economia brasileira no Século XX com os principais indicadores macroeconômicos e eventos da política econômica. O CD-ROM contém as tabelas das Contas Nacionais de 1947 a 1999, bem como os demais dados utilizados no trabalho.

### Tendência e ciclos do PIB per capita

O PIB real per capita mede a renda média dos habitantes de um país em unidades monetárias comparáveis no tempo. Essa medida é o índice de bem-estar mais amplamente utilizado apesar dos problemas estatísticos ou conceituais como, por exemplo, a exclusão das

<sup>1</sup> Agradecemos os comentários de Marcelo P. Abreu, Maria Alice Veloso, Carmen Feijó e Elisa P. Reis sem comprometê-los com as análises apresentadas no trabalho. Agradecemos a Daniel Volcman de Carvalho pelos trabalhos de estagiário.

Engarrafamento em Copacabana, Rio de Janeiro, RJ.  
Foto: José Caldas - BrazilPhotos.



atividades não-mercantis cujos efeitos sobre a renda e o bem-estar da sociedade são significativos.

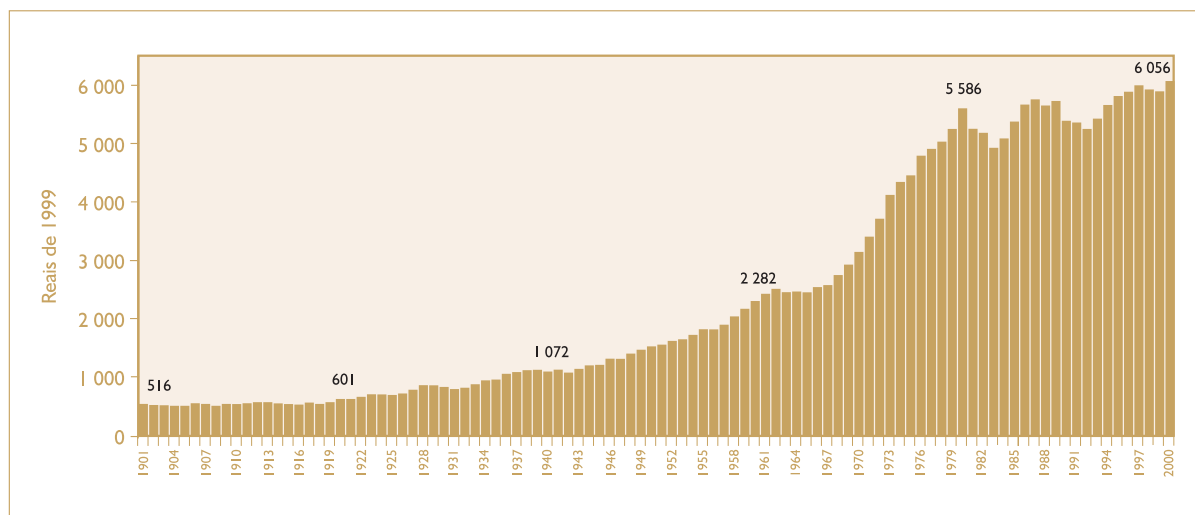
A utilização do PIB per capita para comparar níveis de bem-estar em períodos históricos longos é particularmente criticável pelas distorções introduzidas por inovações tecnológicas, modificações dos hábitos de consumo e mudanças nos padrões de distribuição de renda, morbidade e longevidade das sociedades.

Não obstante a validade dessas críticas, o Gráfico 1 mostra, a preços de 1999, a evolução anual do PIB real<sup>2</sup> per capita no Brasil de 1901 a 2000. Nesse período, o PIB per capita brasileiro cresceu quase 12 vezes, com taxa geométrica média de 2,5% ao ano, feito que, no Século XX, poucas economias nacionais conseguiram superar – destacando-se, Japão, Taiwan, Finlândia, Noruega e Coréia.<sup>3</sup>

Análise rápida do Gráfico 1 permite distinguir três fases de crescimento ao longo do Século XX. Nas duas

primeiras décadas, quando a exportação de café ainda era a atividade econômica predominante, o PIB per capita permaneceu praticamente estagnado. De 1920 a 1980, impulsionada pelo processo de substituição de importações, a industrialização e urbanização da economia fizeram o PIB per capita praticamente dobrar a cada 20 anos. Nas duas últimas décadas do século, a economia estagnou, vivendo sucessivas crises inflacionárias, programas de estabilização e ajustamentos macroeconômicos que incluíram medidas de liberalização comercial e financeira e privatização de empresas estatais e de serviços públicos. Nesse período, o PIB per capita aumentou pouco mais de 1,1 vezes, apresentando quedas drásticas em alguns anos. A partir de 1995, a taxa de inflação foi estabilizada em níveis relativamente baixos. A estabilização, contudo, foi acompanhada de crescimento econômico insatisfatório e contração do emprego industrial gerando frustrações e preocupações sobre perspectivas futuras.

Gráfico I - Produto Interno Bruto - PIB - per capita - Brasil - 1901-2000



Fonte: IPEA. Base de Dados Macroeconômicos - IPEADATA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: jan. 2002.

<sup>2</sup> Exceto quando explicitamente notado, utilizamos sempre o deflator implícito do PIB para calcular valores em termos reais, bem como taxas de inflação.

<sup>3</sup> Para comparações internacionais ver Abreu e Verner (1997) e Madison (2001).

Em termos mais precisos, no período de 1901-2000, a tendência de crescimento exponencial<sup>4</sup> do PIB per capita foi de 3,1% ao ano e nas três fases identificadas, 0,6% para 1900-1920; 3,6% para 1920-1980; e 0,7% para 1980-2000. Uma análise mais cuidadosa permite identificar períodos de expansão sustentada e outros de crise e redução no nível de PIB per capita. Os períodos de crescimento sustentado, arbitrariamente definidos por aumentos do PIB per capita superior a 30% nos dez anos antecedentes, foram 1925-1930, 1934-1943 e 1949-1982. Os períodos de crise, definidos como aqueles em que o PIB per capita permaneceu por três ou mais anos consecutivos abaixo do seu pico prévio são 1902-1905, 1908-1911, 1914-1919, 1930-1932, 1963-1965, 1981-1984 e 1988-1994.

Segundo esses critérios, 9 dos últimos 20 anos do século foram de crises que se destacaram pela severidade e duração. A crise de 1981-1984 foi a mais severa com queda de 12% do PIB per capita e a crise de 1988-1994 a mais

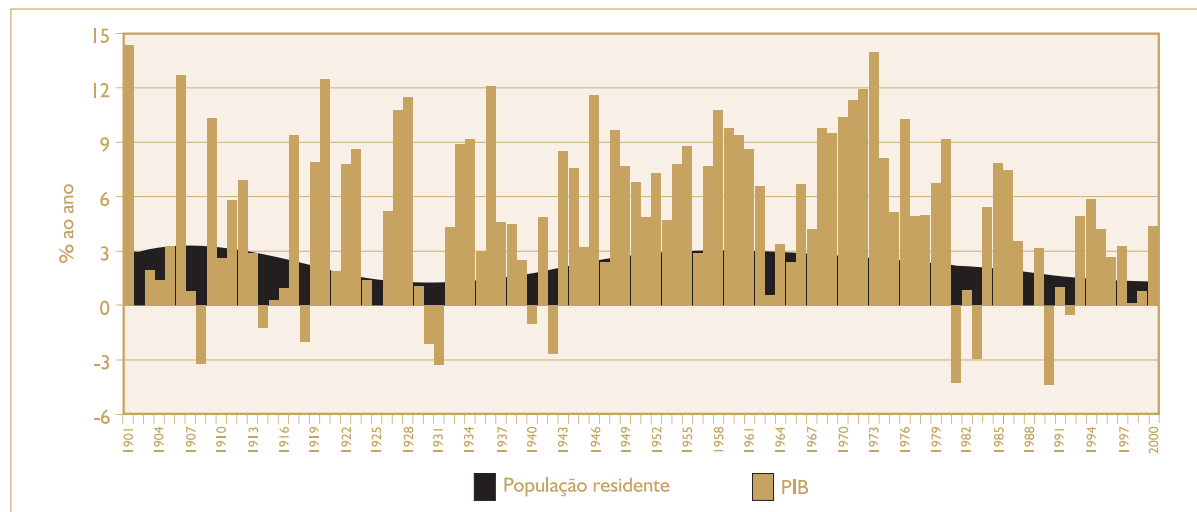
prolongada, com duração de oito anos. Nos 50 anos da fase de substituição de importações ocorreu uma única crise no período de 1963-1965, ainda assim relativamente breve e suave com queda de 2% no PIB per capita. Nos 30 anos da fase primário-exportadora ocorreram cinco crises com duração de quatro a seis anos e quedas de renda per capita que oscilam entre 6% e 9% do pico prévio.

## PIB e população

O crescimento do PIB real per capita decompõe-se no crescimento do PIB real e da população que são apresentados no Gráfico 2. Ao longo do século o PIB real ampliou-se mais de 100 vezes e a população pouco menos de dez vezes. A tendência de crescimento exponencial foi de 5,3% ao ano para o PIB real e de 2,3% ao ano para a população.

Nas três primeiras décadas, o crescimento do PIB foi instável, situando-se, na média, pouco abaixo dos 5%

Gráfico 2 - Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto - PIB - Brasil - 1901-2000



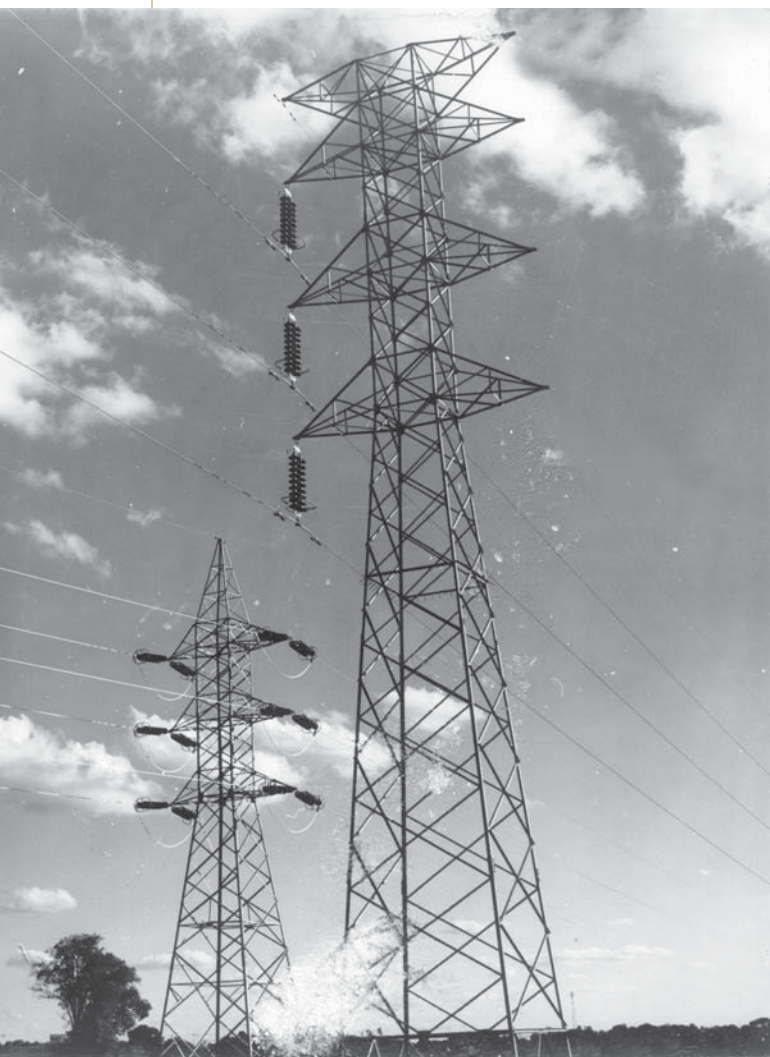
Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais; Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990; IPEA. Base de Dados Macroeconômicos - IPEADATA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: jan 2002; Haddad, C. Crescimento do produto real brasileiro 1900-1947. Rio de Janeiro: FGV, 1978; Haddad, C. Crescimento econômico do Brasil 1900-1975. In: Neuhaus, P.C. (Coord.). Economia brasileira: uma visão histórica. Rio de Janeiro: Campus, 1980; Contas nacionais do Brasil: 1947-1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1987; Contas nacionais do Brasil: 1970-1985. Rio de Janeiro: IBGE, 1987; Abreu, M. de P. (Org.). A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

<sup>4</sup> A vantagem da tendência de crescimento exponencial é evitar os vieses introduzidos por valores anormais nos anos iniciais ou terminais da série.

ao ano. De 1930 a 1980, o crescimento foi sustentado e crescente, com taxa média anual de 6,7%. Curtos períodos de desaceleração ocorreram na primeira metade das décadas de 1930, de 1940 e de 1960. A pujança do crescimento foi notável no final da década de 1950 e no período do “milagre econômico”, entre 1967 e 1973, quando o crescimento real atingiu taxas recordes de 10,7% ao ano, em média. A partir de 1980, a tendência do crescimento foi declinante: a taxa média de crescimento médio anual foi de 2,1%, mas com substancial oscilação.

As taxas de crescimento demográfico, por sua vez, apresentam dois grandes ciclos com os respectivos picos, atingindo valores próximos a 3% ao ano, *circa* 1910 e 1960.<sup>5</sup> O primeiro ciclo de crescimento demográfico

Linha de transmissão das Centrais Elétricas Matogrossenses, MG. Acervo IBGE.



reflete, em grande parte, a magnitude dos fluxos de imigração internacional que, no começo do Século XX, responderam por cerca de 30% do aumento da população brasileira. A redução desses fluxos, a partir da Guerra de 1914-1918, explicam, em parte, as baixas taxas de crescimento populacional do início da década de 1930.<sup>6</sup>

O segundo ciclo de crescimento demográfico reflete a transição demográfica brasileira que se inicia na década de 1930. Até o final dos anos de 1950, o aumento da renda per capita e o processo de urbanização foram acompanhados de redução das taxas de mortalidade sem redução concomitante das taxas de fecundidade. A partir de então, mudanças culturais e educacionais reduziram as taxas de fecundidade, gradualmente reduzindo o crescimento populacional para as taxas de 1,3% ao ano observadas nos anos recentes.<sup>7</sup>

Além dos seus efeitos sobre o crescimento da renda per capita e o nível de bem-estar, os ciclos de crescimento populacional implicaram importantes modificações na composição etária da população com efeitos significativos sobre o comportamento das taxas de poupança, acumulação de capital e das finanças públicas brasileiras.

## Inflação e crescimento

Nas Contas Nacionais, o crescimento real do PIB é obtido comparando-se as quantidades produzidas em diferentes anos, ponderadas pelos preços de um ano específico. O crescimento nominal do PIB é obtido comparando-se o valor da produção aos preços de cada

<sup>5</sup> A suavidade das variações anuais das taxas de crescimento demográfico é, em parte, efeito estatístico devido à estimação da população residente anual por interpolação dos valores decenais disponíveis nos censos.

<sup>6</sup> Merrick e Graham (1980) identificam erros de subestimativa do Censo Demográfico 1890 e superestimativa do Censo de 1920 cuja correção, contudo, só acentuaria o ciclo de crescimento populacional do início do século.

<sup>7</sup> Madison (2001) apresenta as seguintes evidências para o Brasil em 1900, 1950 e 1998, respectivamente: taxa de natalidade de 4,6; 4,4; 2,1 por mil e esperança de vida de 36; 45; e 67 anos.



ano. Da divisão do índice de crescimento nominal pelo índice de crescimento real resulta o deflator implícito do PIB que estima a inflação média dos preços ocorrida entre os períodos em caso.

O Gráfico 3 mostra a evolução secular da taxa de inflação medida pela variação anual do deflator implícito do PIB (representada em escala logarítmica). Para analisar as relações entre inflação e crescimento real do PIB, o gráfico apresenta também as médias móveis quinquenais das taxas anuais de inflação e de crescimento do PIB real (medida na escala à direita).

A inflação mostrou tendência secular de crescimento. A taxa anual de inflação situando-se abaixo dos 10% ao ano nas primeiras décadas do século, cresceu de forma exponencial ultrapassando os 1 000% ao ano em vários anos das duas últimas décadas.

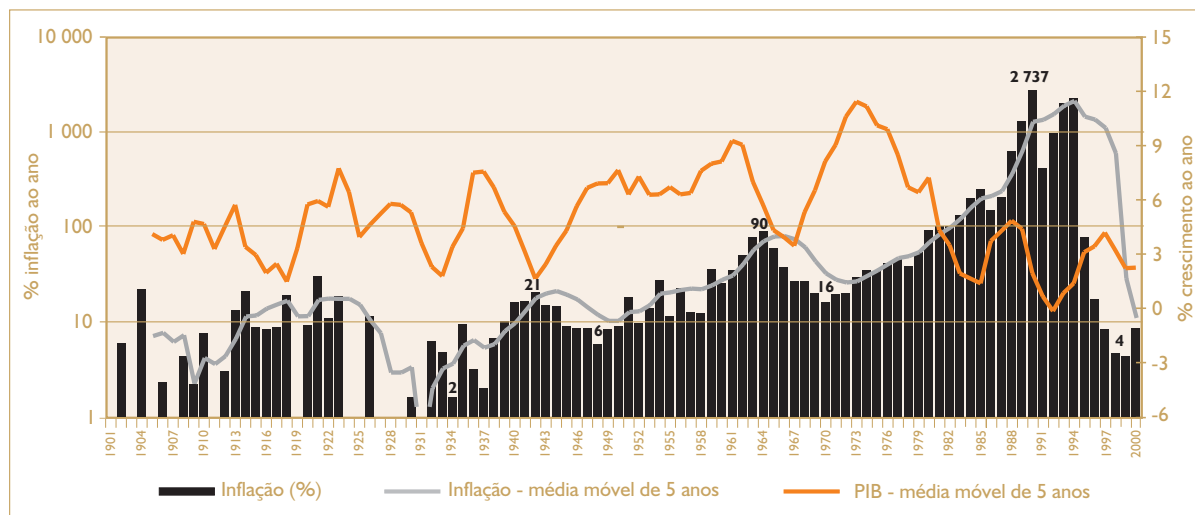
Até 1930, a inflação apresentou fortes oscilações, sem tendência definida. A média de inflação no período foi

de 6% ao ano, mas em sete desses 30 anos a taxa anual ficou acima de 10%, e em 12 outros houve deflação (representada de forma imprecisa no gráfico devido à escala logarítmica).

Apesar da precariedade estatística do período, a instabilidade refletida nas taxas de inflação e de crescimento do PIB antes de 1930 deveu-se, em grande parte, às flutuações no preço internacional do café por seus impactos no deflator implícito do PIB<sup>8</sup> e, em prazo mais longo, nas decisões de produção. Subjacentes às flutuações de preços encontram-se os ciclos da economia internacional conjugados às políticas de valorização do café do governo brasileiro.

A partir da década de 1930, a inflação apresentou tendência exponencial de crescimento só revertida em 1995 com o Plano Real.<sup>9</sup> A taxa média de inflação anual escalou de 6%, nos anos de 1930, para 12% nos anos de 1940; 19% nos anos de 1950; 40%, nas décadas de 1960 e de 1970; 330% nos anos de 1980; 764%, de 1990 a 1995, caindo para 8,6%, de 1995 a 2000.

Gráfico 3 - Inflação e crescimento do Produto Interno Bruto - PIB - Brasil - 1901-2000



Fontes: IPEA. Base de Dados Macroeconômicos - IPEADATA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>; Villela, A.; Suzigan, W. Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945. Rio de Janeiro: IPEA; INPES, 1973. (Série monográfica, 10); Haddad, C. Crescimento do produto real brasileiro 1900-1947. Rio de Janeiro: FGV, 1978; Haddad, C. Crescimento econômico do Brasil 1900-1975. In: Neuhaus, P. C. (Coord.). Economia brasileira: uma visão histórica. Rio de Janeiro: Campus, 1980; Contas nacionais do Brasil: séries históricas 1970-1985. Rio de Janeiro: IBGE, 1987; Abreu, M. de P. (Org.). A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

<sup>8</sup> Nos preços ao consumidor, para o mesmo período, as oscilações são amortecidas, ocorrendo deflação apenas nos anos de recessão do início dos anos de 1930.

<sup>9</sup> A taxa de aceleração dos preços (ou seja, a taxa de crescimento percentual da taxa de inflação) foi de 10% ao ano, aproximadamente de 1933 a 1994.

A tendência da inflação permite distinguir três grandes ciclos inflacionários. No primeiro, nas décadas de 1930 e de 1940, a inflação anual partiu de valores negativos no início dos anos trinta, cresceu até o pico de 20% na Segunda Guerra, e encerrou em 6%, em 1949. No segundo ciclo, nas décadas de 1950 e de 1960, a inflação anual atingiu o pico de 90%, em 1964, retornando a 16%, em 1970. No terceiro ciclo, de 1970 a 1995, a trajetória da inflação foi explosiva, culminando em taxas anuais de 2 737%, em 1990. O Gráfico 3 mostra os esforços frustrados de estabilização dos Planos Cruzado e Collor como pequenas descontinuidades na trajetória. O Plano Real aparece como a reversão brusca da tendência, em 1995. Seu sucesso na estabilização dos preços é confirmado pelo pequeno impacto inflacionário causado pela desvalorização cambial do Real, em 1999.

O Gráfico 3 mostra médias móveis quinqüenais das taxas de inflação e das taxas de crescimento do PIB que oscilam de forma alternada sugerindo a ocorrência de ciclos de política econômica nos quais fases de expansão econômica causam aceleração inflacionária cuja contenção, na fase seguinte, requer desaceleração prévia do crescimento.

A irresponsabilidade fiscal associada ao populismo político esteve na origem dos ciclos de crescimento e inflação. As promessas de melhoria do bem-estar da população implicaram concessão de benefícios previdenciários, aumentos de salário e subsídios creditícios e fiscais para clientela política privilegiada causando déficits públicos insustentáveis, aceleração sistemática da inflação e crises do balanço de pagamentos.

Fases de crescimento sustentado por déficits fiscais pressionavam a inflação que era amortecida pela valorização cambial. Em ciclos mais longos, dependendo dos preços das exportações e das condições de financiamentos externos, ocorreram crises de balanço de pagamentos cujo desfecho foi, via de regra, desvalorização da taxa de câmbio efetiva<sup>10</sup> e descontrole inflacionário. Seguiam-se



Carregadores de água à margem do rio Parnaíba. Acervo IBGE.

fases de ajustamento fiscal, restrição de liquidez e desaceleração do crescimento.

Na década de 1960, os governos militares combinaram autoritarismo e ortodoxia macroeconômica – arrocho salarial, restrição de crédito e contração fiscal – conseguindo controlar a inflação com recessão econômica curta e suave. Até meados da década de 1970, condições internacionais favoráveis aliadas à existência de capacidade ociosa doméstica permitiram conciliar crescimento acelerado do PIB com inflação declinante, apesar da crescente indexação dos preços na economia brasileira.

Na segunda metade dos anos de 1970, a irresponsabilidade fiscal retornou em contexto internacional adverso causando aceleração das taxas de inflação. A indexação generalizada dos preços tornou a inflação insensível às variações do nível de atividade econômica, acarretando a ineficácia das políticas ortodoxas. A comprovação cabal dessa ineficácia veio no início da década de 1980 quando as políticas fiscal e monetária contrativas impostas pela crise da dívida externa fracassaram, causando profunda e prolongada recessão sem contudo impedir que a taxa de inflação anual escalasse para os três dígitos.

Na segunda metade dos anos de 1980, descontrole fiscal e carência de financiamento externo acarretaram

<sup>10</sup> Inclusive impostos e subsídios, bem como os efeitos das quotas e restrições burocráticas.

surtos de hiperinflação, moratória externa e sucessivos fracassos de programas heterodoxos de estabilização. As tentativas de desindexação estimulavam a expansão dos gastos de consumo e investimento<sup>11</sup> que, sem o ajuste fiscal ou o financiamento externo requeridos, em poucos meses, causavam o retorno à tendência explosiva da inflação.

No início dos anos de 1990, o congelamento dos ativos financeiros buscou restaurar a eficácia da política monetária e propiciar alívio fiscal. Ambos resultados, contudo, foram efêmeros para impedir a volta da indexação e dos surtos hiperinflacionários. Às vésperas do Plano Real, em junho de 1994 a inflação do IGP-DI em 12 meses ultrapassou os 5 000%.

O sucesso do Plano Real na redução e estabilização da inflação deveu-se à fórmula engenhosa de desindexação e à valorização cambial que, com ampla disponibilidade de

financiamento externo, permitiram acomodar a expansão da demanda agregada. O ajuste fiscal, contudo, foi insuficiente, requerendo, portanto, manter a taxa de juros elevada e a valorização cambial que implicaram déficits fiscal e externo insustentáveis. A retração dos fluxos de financiamento externo, a partir de 1997, compeliu a flutuação cambial do início de 1999. A desvalorização cambial ocorreu sem descontrole inflacionário, demonstrando que o Plano Real havia extinguido a indexação dos preços na economia brasileira.

## Investimento e poupança

As contas de formação de capital registram o valor dos bens e serviços usados para expandir a capacidade de produção da economia, ou seja, o valor dos investimentos em capital fixo e estoques. Registram também como fontes de financiamento do investimento, o valor das

Os caminhos da água. Petrolina, PE, 1999. Foto: José Caldas - BrazilPhotos.



<sup>11</sup> As razões do aumento de consumo após a queda abrupta da inflação incluem: a redução do imposto inflacionário que estimula o consumo; a redução da incerteza inflacionária que libera a poupança precatória em ativos financeiros líquidos; e, finalmente, os problemas de credibilidade e comportamentos especulativos suscitados por inconsistências na implementação dos programas de estabilização, que se refletem, por exemplo, nas pressões por aumentos de preços para recompor margens de lucros que foram reduzidas pela fórmula de desindexação.

poupanças doméstica e externa, ou seja, o valor dos bens e serviços que foram produzidos e não consumidos que incluem as exportações e excluem as importações.

A taxa de investimento em relação ao PIB mede o esforço de expansão da capacidade produtiva da economia. Havendo alterações significativas na relação entre preços de bens de capital e os demais bens consumidos na economia, a taxa de investimento deve ser medida a preços constantes de um determinado ano e não a preços correntes. Outras considerações importantes dizem respeito à composição do investimento, em termos de categorias de bens (construção civil, máquinas e equipamentos) ou dos agentes institucionais (setor privado, governo e empresas estatais).

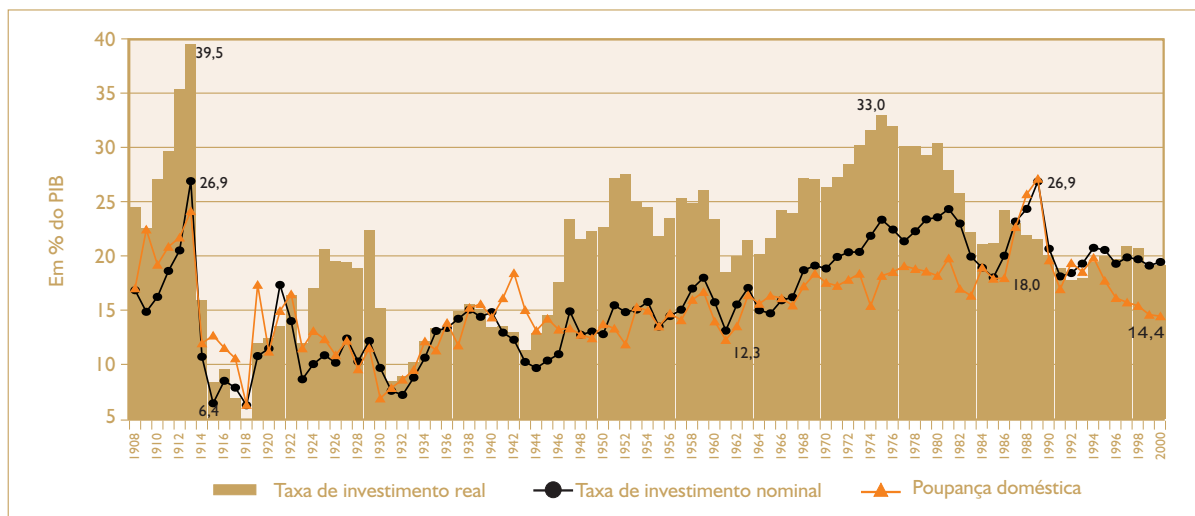
A taxa de poupança em relação ao PIB, por sua vez, mede o sacrifício de consumo realizado pela sociedade. Deve ser estimada em termos nominais<sup>12</sup>, sem levar em conta as alterações nos preços relativos dos bens de capital que, no entanto,

interagem com as decisões de poupança. A distinção importante para fins de análise diz respeito aos agentes institucionais.

O Gráfico 4 apresenta, como porcentagem do PIB, as taxas anuais poupança doméstica e de investimento em termos nominais e reais para o período de 1908-2000.<sup>13</sup> A taxa real (no gráfico, representada por barras) é sempre referida a preços de 1999, segundo estimativas disponíveis para o deflator implícito dos bens de capital. O gráfico permite, também, visualizar a taxa de poupança externa (que é o inverso do saldo nas transações correntes com o exterior) pela diferença entre a taxa nominal de investimento e a taxa de poupança doméstica.

Na perspectiva secular, constatam-se tendências comuns para as taxas de investimento, em termos real e nominal, e de poupança doméstica. Devido à importância da poupança e do investimento como fatores responsáveis pelo crescimento, a periodização das tendências de longo

Gráfico 4 - Taxas de investimento e poupança doméstica - Brasil - 1908-2000



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais; Villela, A.; Suzigan, W. Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945. Rio de Janeiro: IPEA: INPES, 1973. (Série monográfica, 10); Suzigan, W. Indústria brasileira: origem e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1986; Abreu, M. de P.; Verner, D. Long-term brazilian economic growth 1930-1994. Paris: OECD, 1997. (Development Centre Studies. Long-term growth series/OECD).

<sup>12</sup> Ver a propósito Held e Uthoff (1995).

<sup>13</sup> Para o período pré-1947, as estimativas de investimentos baseiam-se nos dados de importação de máquinas e equipamentos e de consumo doméstico aparente de cimento. A poupança doméstica é obtida como a diferença entre a taxa de investimento e o déficit em transações com correntes com o exterior aos preços correntes. Ver Apêndice 1 para fontes e notas metodológicas.

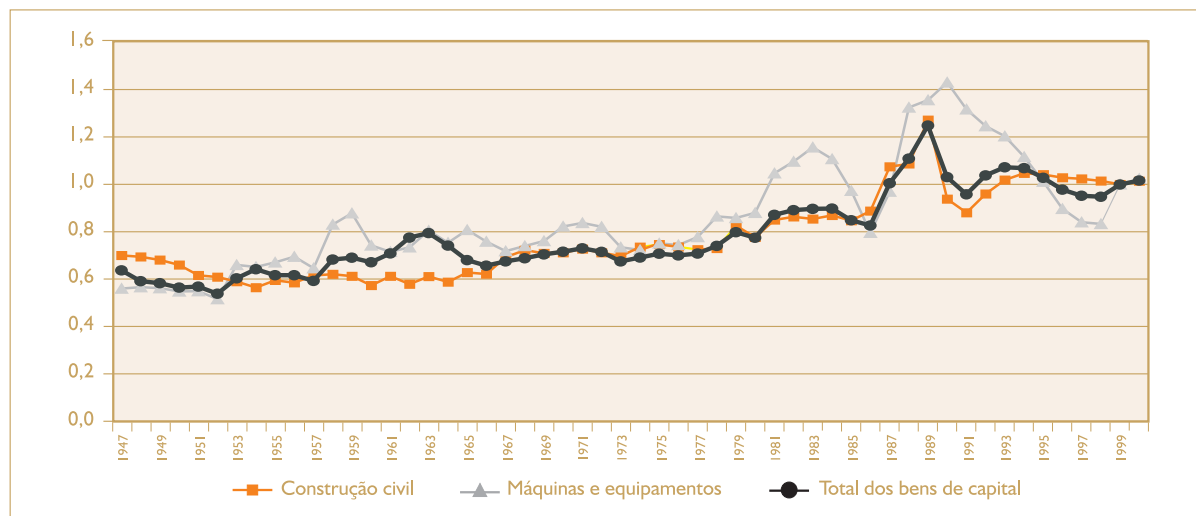
prazo replica as fases de crescimento da economia. Com efeito, essas tendências foram de declínio, com fortes oscilações, até os anos de 1930; de crescimento sustentado, dos anos de 1930 aos anos de 1980; e de declínio ou estagnação, depois dos anos de 1980.

A contribuição da poupança externa foi negativa até meados do século - com exportações de poupança expressivas durante duas Grandes Guerras. A partir de 1950, tornou-se positiva e crescente atingindo 5% do PIB e 20% do investimento, na década de 1970. A crise da dívida e a moratória dos anos de 1980 estancaram o financiamento externo de 1984 a 1992. No início dos anos de 1990, a renegociação da dívida externa e a liberalização financeira trouxeram de volta o financiamento externo. No final dos anos de 1990, déficits em transações correntes da ordem de 5% do PIB foram sustentados por valorização cambial, diferencial de juros e investimentos diretos atraídos pelas

privatizações. Ao longo do século, a contribuição da poupança externa coincidiu com períodos de estagnação ou declínio da taxa de poupança doméstica devido, em boa parte, ao efeito-riqueza da valorização cambial que caracteriza esses períodos.

O preço dos bens de capital em relação aos demais bens e serviços da economia é variável fundamental na mensuração e determinação das taxas de investimento em termos nominal e real. O Gráfico 5 mostra que os preços relativos dos bens de capital aumentaram de forma contínua entre 1950 e 1990, estabilizando-se desde então. O “encarecimento” dos bens de capital explica porque, no Gráfico 4, a taxa de investimento, em termos real, foi relativamente maior nos anos anteriores a 1990.<sup>14</sup> O aumento dos preços relativos de bens de capital ocorreu com intensidade particular nos períodos de redução de poupança externa e dólar valorizado. Na década de 1980, foi

Gráfico 5 - Preços relativos dos bens de capital - Brasil - 1947-2000



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais; Abreu, M. de P.; Verner, D. Long-term brazilian economic growth 1930-1994. Paris: OECD, 1997. (Development Centre Studies. Long-term growth series/OCDE).

Nota: Relação entre deflatores implícitos dos bens de capital e do PIB, 1999= 1.

<sup>14</sup> A taxa média de crescimento do preço relativo dos bens de capital foi de 0,9% ao ano de 1947 a 2000, sendo de 1,12% ao ano entre 1947 e 1990 e -0,14% ao ano de 1990 a 2000. Essas taxas de longo prazo podem, na verdade, refletir inovações tecnológicas e melhorias de qualidade que, provavelmente, ocorreram com maior intensidade relativa nos bens de capital. Nesse caso, o “encarecimento” dos bens de capital seria simplesmente uma deficiência dos índices de preços.

notável pelo aumento dos preços na construção civil, causado pela hiperinflação, além dos efeitos da escassez de divisas e valorização do dólar que se refletem nos preços de máquinas e equipamentos. A alta substancial do preço dos bens de capital, nesse período, explica o instigante fenômeno do aumento da taxa de investimento, em termos nominais, apesar da sua forte redução em termos reais.

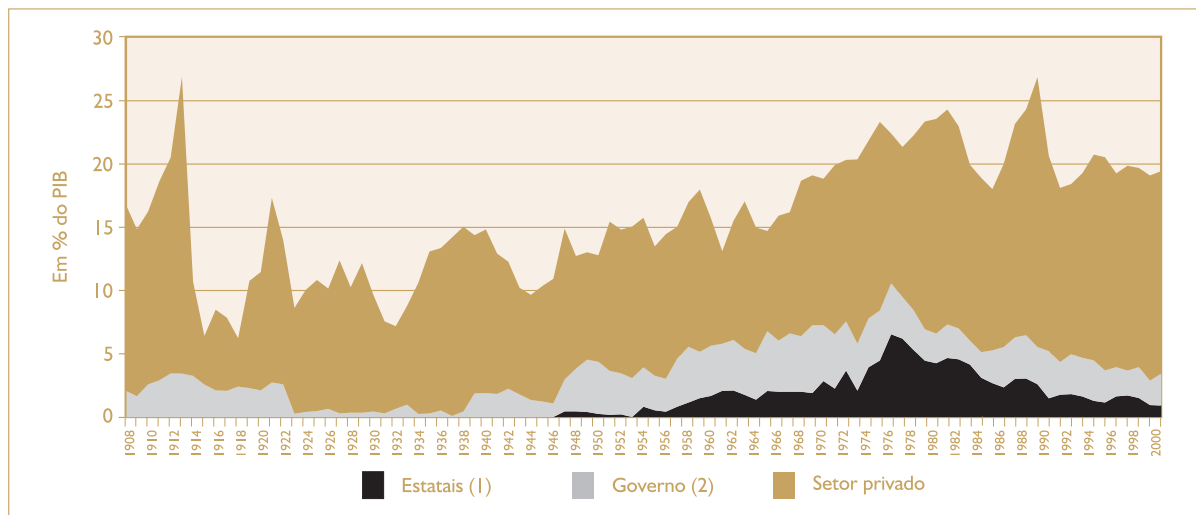
O Gráfico 6 apresenta as taxas de investimento mensal do setor privado, do governo e das empresas estatais. No gráfico, os dados do setor privado incluem os investimentos das empresas privadas e das famílias (construção residencial). Até 1947, os investimentos do governo incluem apenas o governo federal e, portanto, o setor privado está superestimado por incluir estados. Finalmente, para as estatais, os dados de 1966 a 1968 foram obtidos por simples interpolação. É notável no Gráfico 6 a correlação positiva entre as taxas de investimento da economia e do setor público (governo e empresas estatais).

Abrindo-se o foco histórico sobre o período primário-exportador, constata-se (não obstante a precarie-

dade das estatísticas do período) oscilações gigantescas em torno das tendências declinantes das taxas de poupança e de investimento. Em grande parte devido aos gastos do governo em infra-estrutura pública, as taxas de investimento, em termos nominal e real, atingiram recordes históricos de 27% e 40% do PIB, respectivamente, às vésperas da Primeira Guerra. A diferença notável entre as taxas nominal e real observada no final da década de 1920 explica-se pelos altos preços do café, a valorização do câmbio e, em consequência, a redução dos preços relativos dos bens de capital importados.

Antes dos anos de 1930, as oscilações da taxa de investimento e poupança refletiram, sobretudo, os impactos dos ciclos da economia internacional sobre o nível de produto e os preços relativos domésticos. Reduções nos preços e as quantidades exportadas de café causavam contração nas receitas de impostos, inviabilizando os investimentos públicos em infra-estrutura. Causavam, também, desvalorização cambial que, elevando os preços relativos de matérias-primas, máquinas e equipamentos

**Gráfico 6 - Participação do setor privado, das empresas estatais e do governo na taxa de investimento nominal da economia - Brasil - 1908-2000**



Fontes: Fundação Getúlio Vargas, Instituto Brasileiro de Economia, Centro de Estudos Fiscais; IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais; Regionalização das transações do setor público: atividade de administração pública. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. v. 1: 1991-1993; Regionalização das transações do setor público: atividade de administração pública. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. v. 2: 1994-1997.

(1) 1966-1968 interpolados.

(2) Federal até 1947.

importados, desestimulavam o investimento real do setor privado, embora magnificando seu valor nominal em relação ao PIB.

Na fase de substituição de importações, as taxas de investimento cresceram de níveis abaixo de 10% do PIB, no início da década de 1930, para valores acima 30% do PIB - 25%, em termos nominais - no final da década de 1970. Nesse período, o governo utilizou, de forma intensa, instrumentos cambiais, comerciais e de controle burocrático para proteger a indústria doméstica, dessa forma estimulando os investimentos na substituição de importações e transferindo os recursos necessários para financiá-los. Taxas de câmbio múltiplas, tarifas, quotas e tributos aumentaram a lucratividade da produção industrial para o mercado doméstico, penalizando as exportações e a agricultura com preços reduzidos e custos de matérias-primas industriais e bens de capital elevados.

O investimento público na infra-estrutura industrial e nos setores industriais considerados estratégicos foi outro instrumento de utilização intensa na fase de substituição de importações. Destaca-se o investimento das empresas estatais que cresceu de forma acelerada nos governos militares, sobretudo na década de 1970. Além de substituir importações, as empresas estatais aumentaram a lucratividade dos investimentos do setor privado por meio dos subsídios implícitos nas suas políticas de preços, compras, financiamentos e parcerias.

Nas Contas Nacionais, as empresas estatais estão englobadas no setor empresarial privado de forma indistinta. Informações do Centro de Estudos Fiscais-IBRE/FGV-, reproduzidas no Gráfico 6, mostram que os investimentos das estatais aumentaram de forma sistemática de 0,5% do PIB, em 1947, para 1,5%, em 1960, 2,9%, em 1970, e 6,5% do PIB, em 1976, quando atingiram seu valor máximo.<sup>15</sup> Para o setor público agregado — ou seja, administração direta e estatais — as



Estrada federal em São Paulo, entre 1938 e 1945. CPDOC/ FGV.

cifras para períodos correspondentes foram 3%, 6% e 10% do PIB, respectivamente.

No final da década de 1970, as empresas estatais responderam por mais de 40% da formação bruta de capital da economia, cifra que se compara com 25% no começo da década de 1950. Em termos de estoques, a estatização da economia durante o processo de substituição de importações evidencia-se no controle pelas empresas públicas de 40,9% do ativo imobilizado total, declarado no Censo de Empresas, realizado pelo IBGE, em 1985.

A taxa de poupança doméstica durante a fase de substituição de importações teve trajetória de recuperação, na década de 1930, estabilização em torno de 15% do PIB, até o começo da década de 1950, e crescimento sistemático até atingir o patamar de 19% do PIB, na década de 1970.

<sup>15</sup> PEREIRA, L. Alt; PEREIRA, L. Valls (1997).



Construção do açude Ingazeira perto da cidade de Paulistana, PI. Acervo IBGE.

O aumento dos níveis de renda per capita, a aceleração sistemática da inflação, e a urbanização e as mudanças demográficas responderam pela tendência de crescimento da taxa de poupança no longo prazo.

Diante das restrições crônicas de crédito na economia brasileira, o nível do PIB per capita foi também o principal determinante das flutuações cíclicas da taxa de poupança que mostra quedas bruscas e acentuadas nos períodos recessivos.

O processo inflacionário brasileiro, inibindo o desenvolvimento financeiro e distorcendo as taxas de juros<sup>16</sup>, reduziu a taxa de poupança no longo prazo. Antes da década de 1970, quando os salários eram pouco indexados, os efeitos negativos sobre a acumulação de capital, contudo, foram parcialmente compensados pelo mecanismo de poupança forçada, que decorreu da transferência de renda dos assalariados para os empresários, devida à contração dos salários reais, causada pela aceleração da inflação.

Por fim, a urbanização e a transição demográfica afetaram a taxa de poupança no longo prazo por seus efeitos sobre a demanda de investimento habitacional e a

expansão da previdência social, sustentadas pelas altas taxas de crescimento do emprego formal na indústria.

Nas duas últimas décadas do Século XX, as taxas de poupança e de investimento apresentaram trajetórias preocupantes e instigantes, com tendências declinantes e fortes oscilações. A taxa de poupança doméstica, cujo patamar foi de 18% do PIB, na década de 1970, subiu para 27%, no final da década de 1980, e sofreu quedas sistemáticas durante a década de 1990, reduzindo-se para 14% do PIB, em 1999. A taxa de investimento nominal oscila fortemente, caindo de 24% do PIB, em 1981, para 20%, em 1986, subindo a 27%, em 1989, para retornar e se estabilizar no patamar de 19% do PIB durante a década de 1990. Contrastando, a taxa de investimento, em termos reais (a preços de 1999), cai de forma drástica de 33% do PIB, em 1975, para 17,7% do PIB, em 1993, estabilizando-se no patamar de 20% no restante da década.

As tendências declinantes refletiram, em grande parte, a redução da poupança e do investimento das administrações públicas e das empresas estatais, causada pelos programas de ajustamento fiscal. A taxa de investimento do setor público agregado cai de forma sistemática de 10,6% do PIB, em 1976, para 5,5%, em 1986, reduzindo-se para 2,6% do PIB, em 1999; cifras correspondentes para as empresas estatais foram, respectivamente, 6,5%, 2,4% e 0,95% do PIB<sup>17</sup>.

As oscilações das taxas, por sua vez, refletiram as mudanças no comportamento dos investidores e poupadores privados e as alterações nos preços relativos dos bens de capital, associadas ao período de hiperinflação e de instabilidade de políticas econômicas, que antecedem ao Plano Real. Os anos posteriores ao Real, mostram os efeitos da estabilidade, valorização cambial e liberalização.

<sup>16</sup> A Lei de Usura impôs o limite máximo de 12% ao ano para a taxa de juros nominal.

<sup>17</sup> Nos anos de 1990, parte da redução no investimento das empresas estatais reflete meramente o efeito estatístico ou contábil da operação de privatização e não-redução genuína do investimento e da poupança da empresa no pós-privatização.



No final da década de 1980, o comportamento precavido dos consumidores e dos empresários, motivado pelas incertezas inflacionárias e pelas possibilidades de confiscos, associadas às mudanças de regras institucionais, acarretou aumento significativo da taxa de poupança doméstica e canalizou as aplicações para ativos reais (construção civil, dólar, etc.). O aumento da demanda desses bens ou ativos — diante da escassez da oferta, associada à retração do crédito doméstico e externo — elevou seus preços relativos em magnitude suficiente para reduzir a taxa de investimento, em termos reais, não obstante seu aumento em termos nominais<sup>18</sup>.

No início dos anos de 1990, a recessão e o confisco dos ativos financeiros causaram redução substancial nas taxas de poupança e investimento. O triênio de 1992-1994 assiste ao retorno dessas taxas para o patamar de 20% do PIB. O Plano Real, reduzindo as incertezas inflacionárias, causou expansão de crédito, propiciando aumento excepcional no consumo de duráveis e recuperação temporária da taxa de investimento. A partir de 1996, devida à elevada taxa de juros real, a taxa de investimento retornou ao nível de 20% do PIB.

A taxa de poupança mostra redução sistemática e substancial após o Plano Real. No setor privado, a estabilização induziu perda de motivação precatória, e a valorização cambial gerou percepção de aumento da riqueza,

ambos os efeitos contribuindo para a redução da poupança. A estabilização acarretou, também, redução significativa na poupança do setor público, devida à perda do imposto inflacionário e dos ganhos inflacionários, devidas às assimetrias na indexação das receitas e despesas (atraso de pagamento de salários, fornecedores, etc.).

A Tabela 1 apresenta as estimativas de poupança bruta por setor institucional das Contas Nacionais, disponíveis para os anos posteriores a 1995. No agregado, a taxa de poupança mostra redução de 4% do PIB até 1999, com recuperação de 1,7%, do PIB, em 2000. O setor público respondeu por grande parte da redução e da recuperação da taxa de poupança, mas nota-se que a parcela das famílias sofreu redução de mais de 2% do PIB no biênio de 1996-1997, quando foi maior a valorização cambial do real. A parcela das empresas, por sua vez, permaneceu praticamente constante ao longo de todo o período.

## Governo e economia

Da perspectiva econômica, a função essencial do governo é prover bens e serviços públicos que se distinguem pela não-rivalidade e não-exclusividade no consumo e também pela forma de provisão, em geral também feita por decisões compulsórias ou fiscais de dispêndios coletivos financiados por meio de impostos ou taxas. A equidade e a estabilidade do processo econômico destacam-se entre os bens públicos providos.

**Tabela 1 - Poupança bruta, por setor institucional - Brasil - 1995-2000**

Setor institucional	Poupança bruta (Em % do PIB)					
	1995	1996	1997	1998	1999	2000
<b>Total da economia</b>	<b>19,5</b>	<b>17,8</b>	<b>17,4</b>	<b>16,8</b>	<b>15,5</b>	<b>17,2</b>
Setor privado (inclusive estatais)	21,6	19,1	19,9	21,3	21,3	20,2
Empresas	13,4	13,4	13,6	13,1	13,1	13,7
Famílias	8,2	5,7	6,3	8,2	8,2	6,5
Administração pública	(-) 2,2	(-) 1,4	(-) 2,6	(-) 4,3	(-) 5,8	(-) 2,9

Fonte: IBGE, Contas Nacionais, vários anos.

<sup>18</sup> O argumento de que a prática dos fornecedores do governo de superestimar a cotação dos preços das obras públicas como forma de compensar perdas inflacionárias decorrentes dos atrasos de pagamento explicaria o aumento da taxa de investimento em termos nominais não se evidencia nas contas das administrações públicas ou das empresas estatais.

O governo nas Contas Nacionais inclui administração pública centralizada — diretamente subordinada aos governos federal, estadual e municipal — e descentralizada que envolve o Banco Central, a Previdência Social e as demais instituições, autarquias e agências de financiamento e regulamentação. Essas instituições, além de proverem serviços públicos como regulação e previdência, exercem atividades de caráter fiscal nas operações de crédito, câmbio, serviços de dívida e transferências que implicam subsídio ou taxaço.

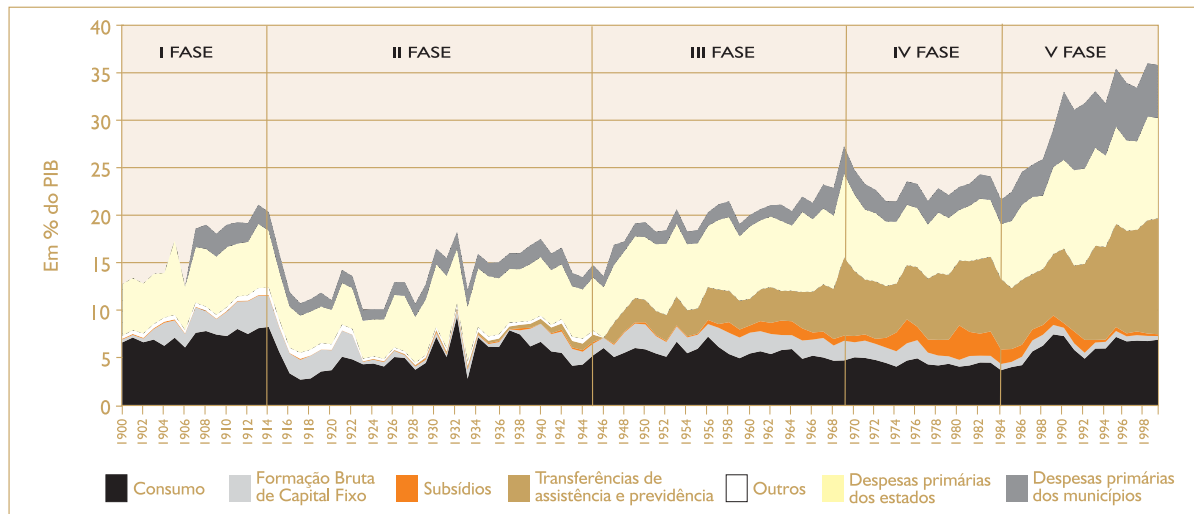
Essa delimitação é restritiva pois o governo exerce também atividades empresariais, provendo bens privados e obtendo lucros em transações de mercado. Nas Contas Nacionais, essas transações estão contabilizadas no setor empresarial privado, apesar de afetarem a capacidade do governo de gerir e distribuir recursos e de estabilizar o nível de atividade econômica.

## O dispêndio do governo

O conceito de despesa primária mede o custo da provisão de bens e serviços públicos, supondo que o excedente operacional do governo é nulo.<sup>19</sup> Essa medida inclui o consumo público (gastos com pessoal e custeio), os subsídios e transferências ao setor privado (excluídos os pagamentos de juros e despesas financeiras) e o investimento público.

O Gráfico 7 mostra o crescimento expressivo da importância dos bens e serviços públicos no PIB durante o Século XX. Em porcentagem do PIB, as despesas primárias do governo federal, dos estados e dos municípios<sup>20</sup> mais que triplicaram, passando de 10% do PIB, em 1900, para 36% do PIB, em 1999. Em termos de tendência secular, destacam-se os aumentos significativos das despesas com previdência social e dos estados e municípios, que refletem os avanços do estado de bem-estar social, por um lado, e do federalismo fiscal, por outro.

Gráfico 7 - Componentes da despesa primária do governo federal e despesa primária dos estados e municípios - Brasil - 1900-1999



Fontes: Pereira, L. A.; Pereira, L. V. Recuperação de estatísticas históricas do setor público brasileiro. Rio de Janeiro: IPEA/FGV, Instituto Brasileiro de Economia, Centro de Estudos Fiscais, 1999. I CD-ROM; IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais; Regionalização das transações do setor público: atividade de administração pública. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. v. 1: 1991-1993; Regionalização das transações do setor público: atividade de administração pública. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. v. 2: 1994-1997.

<sup>19</sup> Essa suposição seria inválida caso as empresas estatais fossem contabilizadas no governo.

<sup>20</sup> Antes de 1947, os dados do Centro de Informações Fiscais da FGV referem-se apenas às despesas primárias da administração central do governo, inclusive previdência social, mas exclusive autarquias e outros órgãos da administração centralizada. Além disso, inexistem dados de despesa primária para estados e municípios. Utilizam-se dados de despesas totais baseados na hipótese de que as despesas com a dívida pública não eram significativas. Essa hipótese é difícil de se sustentar para os estados.

Contrastando, os gastos de consumo e investimento do governo federal mostram relativa estabilidade.

O crescimento da participação das despesas primárias não se deu de forma contínua ao longo do século, podendo-se caracterizar cinco fases distintas. A primeira delas, que se estende até o início da Primeira Guerra Mundial, mostra crescimento notável das despesas primárias de 13% para 21% do PIB, devido, sobretudo, aos grandes investimentos públicos em portos e ferrovias.

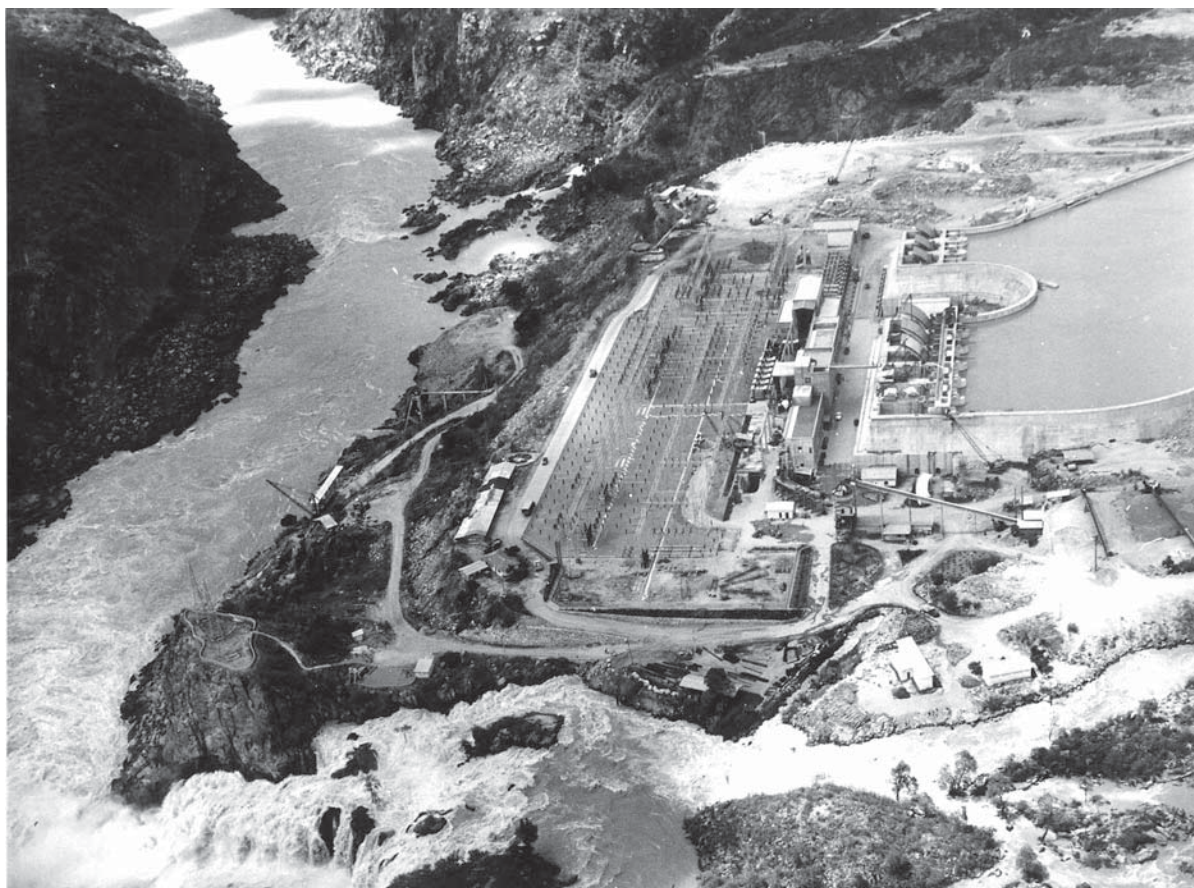
A Primeira Guerra causou redução da despesa primária para o patamar de 12% do PIB, que só na década de 1930 elevou-se para 15% do PIB. A parcela dos investimentos, em particular, caiu para menos de 1% do PIB no início dos anos de 1920, só mostrando alguma recuperação na Segunda Guerra Mundial. O consumo do governo apresenta fortes oscilações nessa fase. Essas cifras não corroboram o aumento da importância do estado que é

comumente associada à Ditadura Vargas. Há que se ter em conta, contudo, a criação dos mecanismos de intervenção econômica por meio das autarquias e órgãos da administração descentralizada, cujas despesas não foram contabilizadas no governo para os anos anteriores a 1947.<sup>21</sup>

Na terceira fase, de 1946 a 1970, o estado desenvolvimentista consolida-se, ampliando e diversificando suas funções. A despesa primária cresce de forma sistemática passando de 13% do PIB, em 1947, para 26%, em 1969. Destaca-se o aumento das despesas com transferências de assistência e previdência que, refletindo o número crescente de aposentados e beneficiários, ultrapassaram os 6% do PIB, no final do período. Em menor grau, os investimentos na infra-estrutura aumentaram no início dessa fase. Além das despesas primárias do governo, menção deve ser feita às empresas estatais (incluídas no setor privado), que multiplicando-se em número e tama-

<sup>21</sup> Nesse período foram criadas autarquias com finalidades de intervenção econômica (Institutos do Alcool, Sal, Pinho, etc.), cultural e científica (IBGE e Universidade do Brasil), corporativa (Conselhos Federais de Medicina, Engenharia, etc), exploração industrial e execução de obras públicas (Comissão de Marinha Mercante, DNER).

Usina de Paulo Afonso. Acervo IBGE.





Estrada trecho entre Barretos e Colômbia, SP, que liga a Goiânia.  
Acervo IBGE.

no implicaram mudanças significativas na forma e grau de controle do estado sobre a economia.<sup>22</sup>

Na quarta fase, de 1970 a 1985, a participação da despesa primária manteve-se estável no patamar de 23% do PIB. Ocorreram, contudo, mudanças substanciais na composição do dispêndio com as transferências de assistência e previdência e os subsídios para o setor privado, crescendo em importância em detrimento da despesa dos estados e municípios. Os gastos com previdência refletem a ampliação e envelhecimento do universo de beneficiários, bem como os generosos aumentos dos benefícios previdenciários. O aumento dos subsídios — subestimados por não incluírem aqueles concedidos pelo BNDES, Banco do Brasil e BNH — resultou em grande parte da aceleração da inflação no período.

Na última fase, de 1985 a 1999, ocorreu forte elevação da participação da despesa primária no PIB, que passou de 22%, em 1985, para 36% do PIB, em 1999. As despesas de consumo do governo, sobretudo os gastos

com pessoal e inativos, e as transferências de assistência e previdência responderam por parcela substancial desse crescimento, que foi amortecido pela forte compressão dos investimentos públicos e pela eliminação substancial dos subsídios ao setor privado. O pano de fundo dessas mudanças é o confronto entre a ampliação dos direitos sociais e o federalismo fiscal da Constituição de 1988 e os esforços de ajustamento fiscal para conter a inflação.

## Tributação

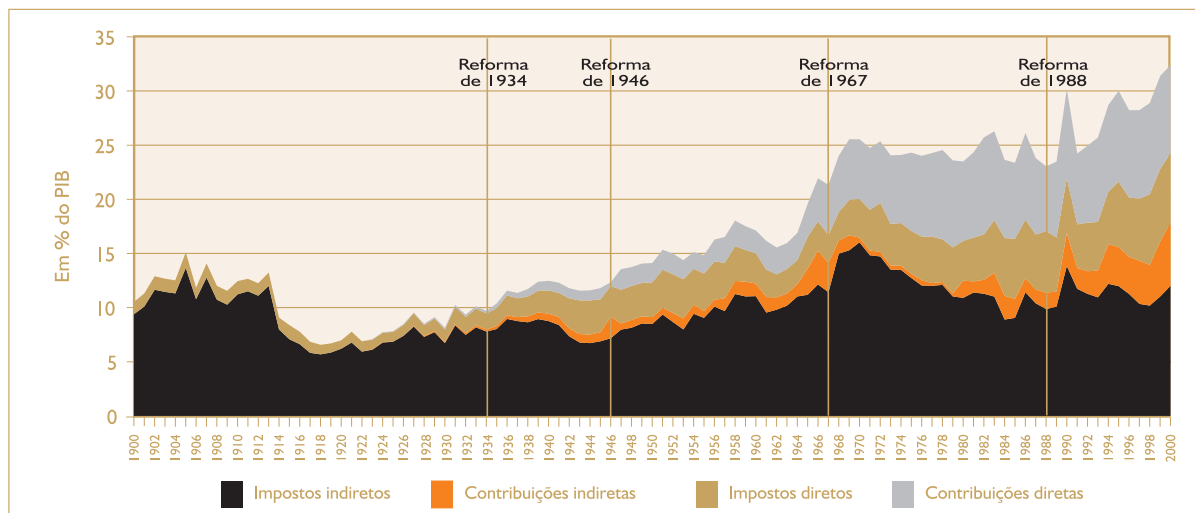
Para financiar o crescimento de suas despesas, durante o Século XX o governo brasileiro realizou diversas reformas tributárias, com mudanças radicais na composição dos tributos e na competência tributária dos governos federal, estadual e municipal. O Gráfico 8 mostra a evolução da arrecadação dos governos federal, estadual e municipal, desagregada segundo os impostos diretos (sobre a renda e a propriedade) e indiretos (sobre a produção e o consumo) e contribuições sociais diretas (sobre lucros e folha de salários) ou indiretas (sobre o

Aeroporto de Manaus, AM. Acervo IBGE.



<sup>22</sup> Ver Pereira, L. Alt, e Pereira, L. Valls (2001) sobre o crescimento das empresas estatais.

Gráfico 8 - Impostos e contribuições sociais - Brasil - 1900-2000



Fontes: Pereira, L. A.; Pereira, L. V. Recuperação de estatísticas históricas do setor público brasileiro. Rio de Janeiro: IPEA:FGV, Instituto Brasileiro de Economia, Centro de Estudos Fiscais, 1999. I CD-ROM; IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais; Regionalização das transações do setor público: atividade de administração pública. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. v. 1: 1991-1993; Regionalização das transações do setor público: atividade de administração pública. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. v. 2: 1994-1997.

faturamento, operações financeiras, etc.)<sup>23</sup>, assinalando os anos em que se realizaram as principais reformas tributárias.

Em perspectiva secular, destacam-se a tendência de crescimento da carga tributária bruta e a substituição das bases tributárias indiretas por diretas. Distinguem-se quatro períodos. Até o início da década de 1920, a carga tributária bruta (incluindo todos os impostos e contribuições) foi relativamente baixa e declinante como percentagem do PIB – próxima de 11%, na média – baseada, de forma quase exclusiva, na tributação indireta do comércio exterior.<sup>24</sup> Esse sistema tributário simples, típico das economias primário-exportadoras de base agrícola, tornava a carga tributária vulnerável às crises internacionais, como se constata na Primeira Guerra Mundial.

O segundo período, de 1920 a 1966, caracteriza-se pela tendência sustentada de aumento na carga

tributária bruta – que passa de 7% para 19% do PIB, entre 1920 e 1958 — e pela importância crescente das bases de tributação doméstica sobretudo tributos diretos, cuja participação na receita tributária sobe de 11% para 34%, entre 1920 e 1957. No Gráfico 8, pode-se ver a redução da carga tributária na Segunda Guerra Mundial, devida em parte à importância remanescente do comércio exterior na base tributária. Pode-se ver também os efeitos da aceleração inflacionária no final dos anos de 1950, que, devido à falta de mecanismos de indexação, reduziu drasticamente a carga tributária bruta para 16% do PIB, em 1962, acarretando crise fiscal. O primeiro governo militar realizou verdadeira restauração fiscal, elevando a carga tributária para 22% do PIB, em 1966, antes mesmo da Reforma Tributária de 1967.

O marco fundamental desse período foi a Reforma Tributária de 1934, que criou o Imposto sobre Vendas e

<sup>23</sup> É importante notar que as contribuições indiretas diferem das diretas por não representarem obrigações futuras, podendo, portanto, ser consideradas como impostos ordinários.

<sup>24</sup> O imposto de importação respondia por mais de 70% da receita tributária do governo federal e o imposto de exportação arrecadado pelos estados representava mais de 80% da receita tributária dessa esfera.

Consignações (de competência estadual, posteriormente transformado no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços — ICMS) e as contribuições sociais; ampliou as bases de incidência dos impostos sobre o consumo e a renda, tornando-os as principais fontes da receita federal; e concedeu competência tributária aos municípios com a criação dos impostos predial e de profissões.<sup>25</sup> A Reforma de 1946 reforçou as características desse sistema tributário que, com o declínio da dependência das bases de comércio exterior, sustentou-se da expansão no crescimento do PIB per capita, no aumento da participação da indústria no PIB e na

incorporação da força de trabalho urbana como contribuinte da previdência social.

O terceiro período, de 1968 a 1988, caracteriza-se pela estabilidade da carga tributária bruta, no patamar de 25% do PIB, e pelo crescimento dos tributos e contribuições de incidência direta, cuja participação na carga tributária passa de 33% para 50%, entre o início e o fim do período. A mudança na composição dos impostos foi, em grande parte, resultado do descontrole inflacionário.

A Reforma Tributária de 1967 é o marco fundamental do período. Suas inovações foram a introdução dos impostos sobre o valor adicionado, eliminando os efeitos

Turistas aproveitam a vista do Rio de Janeiro, com o Cristo Redentor ao fundo. Foto: Ricardo Funari – BrazilPhotos.



<sup>25</sup> A reforma foi precedida pela criação do Imposto sobre Vendas Mercantis, em 1922. Seus efeitos, na esfera federal, foram tornar os impostos de consumo e de renda as fontes mais importantes, bem como das contribuições sociais, foram acompanhadas pela perda de importância dos impostos de importação, que se torna instrumento de política comercial. Para os estados, o imposto de importação também perde importância para o imposto sobre vendas e consignações. Ver VARSANO (1996)



Estação ferroviária, entre 1938 e 1945. CPDOC/FGV.

IBGE

cumulativos da tributação indireta; a racionalização e eliminação de superposições nos sistemas tributários federal, estadual e municipal; e o aumento de eficácia na arrecadação.<sup>26</sup> Contudo, o aumento de mais de 4% do PIB, que se observa na carga tributária nos quatro anos iniciais da Reforma, foi, em grande parte, resultado da queda observada na taxa de inflação. Nos anos posteriores, a aceleração da inflação reduziu os impostos indiretos em 6% do PIB e a carga tributária bruta sustentou-se pelo aumento de 4% do PIB nos impostos e contribuições diretas, que foram mais imunes à corrosão inflacionária, não obstante os efeitos cumulativos, no caso das contribuições.

O quarto período, de 1989 a 2000, distingue-se pelo crescimento consistente da carga tributária de 23% para

33% do PIB, sustentado, sobretudo, pelo aumento da participação das contribuições sociais indiretas. Três fatores explicam a tendência de crescimento: o aumento das cargas tributárias estaduais e municipais; a elevação das contribuições sociais indiretas do governo federal para compensar a perda de bases de tributação e ampliação das transferências constitucionais de receitas; e a estabilidade de preços depois do Plano Real.

Os picos de carga tributária bruta em 1990 e no biênio de 1994-1995 explicam-se, no primeiro caso, pela taxação extraordinária dos ativos financeiros no Plano Collor e, no segundo, pela expansão temporária de demanda e do nível de atividade com o sucesso do Plano Real.

<sup>26</sup> Ver VARSANO, 1981.

O marco desse período é a Reforma Tributária de 1988, cujas inovações foram a inclusão das transações de energia, comunicação e transporte no imposto sobre valor adicionado de competência estadual (ICMS); e o aumento de participação dos estados e municípios na arrecadação dos impostos de renda (IR) e sobre produtos industrializados (IPI). Para compensar a perda de receitas, o governo federal intensificou a arrecadação de contribuições sociais indiretas não compartilhadas com estados e municípios (como o COFINS, CSLL e CPMF), que são de caráter cumulativo. Os governos subnacionais, por sua vez, para fazerem face ao aumento de responsabilidade fiscal, intensificaram a arrecadação de tributos com o ICMS e o Imposto Territorial Urbano - IPTU.

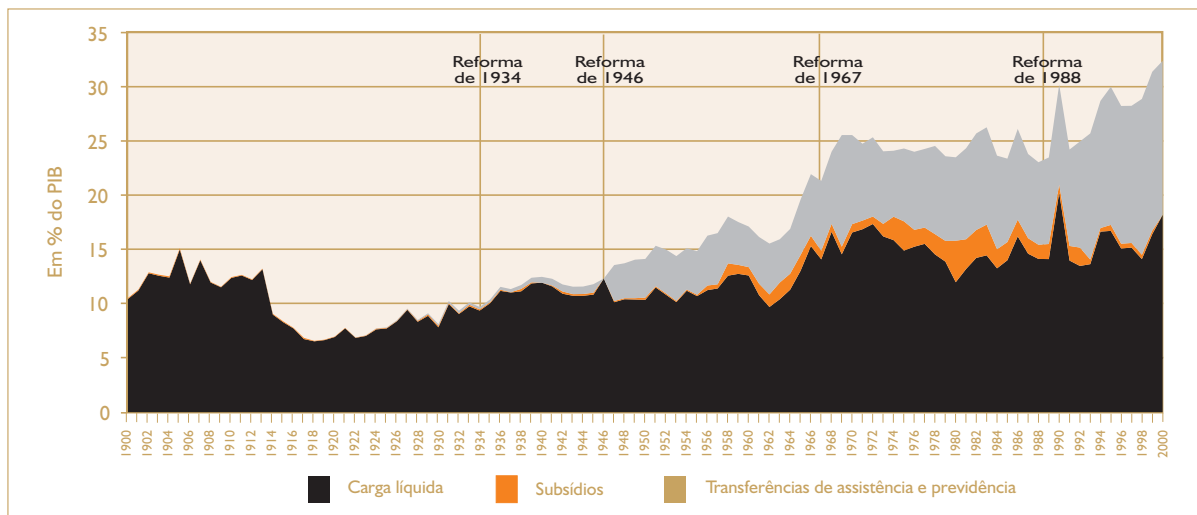
### Carga tributária líquida

O governo impacta a distribuição de renda diretamente pelos efeitos da provisão de bens públicos e da taxação sobre a apropriação da renda do setor privado. Esse impacto é medido pela carga tributária líquida que deduz os pagamentos de subsídios e de transferências de

assistência e previdência para o setor privado da carga tributária bruta. Os impactos indiretos, ou seja, os efeitos secundários sobre a distribuição da renda entre setores, empresas, fatores de produção e indivíduos, são complexos e requerem mais informações do que aquelas contidas nas Contas Nacionais.

O Gráfico 9 mostra a evolução da carga tributária bruta e líquida, bem como as deduções devidas ao pagamento de subsídios e de transferências de assistência e previdência para o setor privado, ao longo do Século XX. Na perspectiva secular, a carga tributária líquida manteve-se relativamente estável, apresentando três grandes mudanças de nível em relação ao PIB. Até o início da Primeira Guerra Mundial, a média anual da carga tributária líquida foi de 12,5% do PIB, caindo para 8,6% do PIB, entre 1914 e 1936. Essa queda deveu-se, em grande parte, aos efeitos das oscilações do mercado de café e da taxa de câmbio real no Brasil sobre a carga tributária bruta. Ao longo dos dois períodos, as transferências de assistência e previdência e os subsídios para o setor privado não foram significativos.

Gráfico 9 - Carga tributária bruta e líquida - Brasil - 1900-2000



Fontes: Pereira, L. A.; Pereira, L. V. Recuperação de estatísticas históricas do setor público brasileiro. Rio de Janeiro: IPEA:FGV, Instituto Brasileiro de Economia, Centro de Estudos Fiscais, 1999. 1 CD-ROM; IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais; Regionalização das transações do setor público: atividade de administração pública. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. v. 2: 1994-1997.





Exportação. Porto de minério, entre 1938 e 1945. CPDOC/FGV.

**IBGE**

As outras mudanças no patamar da carga tributária líquida decorreram das modificações nas relações econômicas entre o governo e o setor privado, introduzidas no sistema tributário brasileiro pelas Reformas de 1934 e 1967. De 1937 a 1966, a carga tributária líquida média foi de 11,6% do PIB, e de 1967 a 1999, 15,5% do PIB. Esses aumentos nos patamares refletem a maior demanda de bens e serviços públicos gerada pela industrialização e urbanização da economia e, sobretudo, pela desconcentração espacial da atividade econômica, que implica perdas de economias de escala na provisão de bens públicos locais. Refletem, também, sobretudo nas últimas três décadas, o aumento dos custos financeiros do governo, devido ao desequilíbrio crescente nas finanças públicas, que se associa ao descontrole do processo inflacionário no Brasil.

A estabilidade da carga tributária líquida, apesar do aumento significativo que se observa na carga tributária bruta, mostra que grande parte do aumento de tributação retornou ao setor privado a título de transferências ou subsídios. O Gráfico 9 mostra a tendência de crescimento dos gastos com previdência e assistência social, que se explica pela expansão do estado do bem-estar combinado e pelo envelhecimento da força de trabalho.

### **Estabilização da economia**

A capacidade do governo de manter a estabilidade dos níveis de preços e da atividade econômica depende dos seus impactos sobre os mercados de bens e serviços e sobre os mercados financeiros, cuja conceituação e mensuração são objetos de controvérsias acirradas.



Armazenamento de arroz a céu aberto. Rondonópolis, MT. Acervo IBGE.

Nas Contas Nacionais, a medida tradicional do impacto da política fiscal sobre o resto da economia é a poupança em conta corrente do governo, ou seja, o saldo entre os gastos de consumo público e a carga tributária líquida. Esse saldo pode ser visto, por um lado, como a contribuição do governo para o excesso de demanda no mercado de bens e serviços e, por outro, como a contribuição do governo para a poupança doméstica ou para o excesso de oferta no mercado financeiro.<sup>27</sup>

O conceito de poupança em conta corrente do governo sofre, contudo, de sérias limitações como medida do impacto do governo sobre a demanda agregada. Dentre essas limitações destacam-se a não-inclusão das receitas e dispêndios quase fiscais das autarquias; a desconsideração das obrigações futuras geradas por certos tipos de receitas, como no caso da previdência social; o tratamento inadequado dos efeitos da inflação sobre as contas do governo, em particular os efeitos do imposto inflacionário e do pagamento de correção

<sup>27</sup> A exclusão dos gastos com investimentos públicos explica-se pela capacidade desses gastos de gerar oferta no futuro. Na verdade, o uso do conceito de poupança em conta corrente supõe que as transações de capital – operações de crédito, alienação de bens e amortizações – não afetam a riqueza líquida dos setores do governo e privado. Infelizmente, até o momento, não se dispõe de informação sobre as Contas de Capital do governo nas Contas Nacionais.

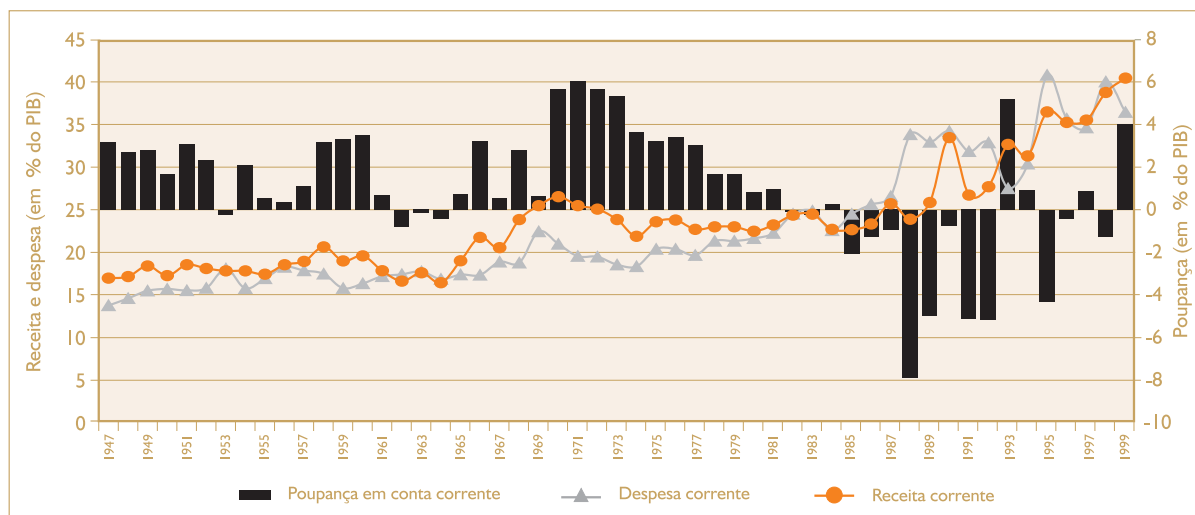
monetária nos ativos e passivos públicos sobre a renda e riqueza dos setores privado e público.

Apesar dessa limitações, o Gráfico 10 apresenta a evolução das receitas e dispêndios correntes do governo e da poupança em conta corrente para o período de 1947-1999. Diferentemente das Contas Nacionais, a poupança em conta corrente, apresentada no gráfico, exclui a correção monetária dos títulos da dívida pública, que tendem a superestimar o impacto do governo sobre a demanda agregada da economia.<sup>28</sup>

No interregno democrático, que vai de 1946 a 1963, a poupança em conta corrente do governo foi positiva, exceto pela crise fiscal do início da década de 1960, que, combinada

aos problemas de balanço de pagamento e contestação política, culminou no golpe militar de 1964. As cifras do gráfico são, contudo, enganosas, na medida em que ignoram o impacto dos dispêndios extra-orçamentários feitos por autarquias e empresas estatais. Destacam-se, em particular, os grandes investimentos das estatais, a concessão de crédito subsidiado por parte do BNDES e do Banco do Brasil e o favorecimento cambial dos investimentos industriais, que implicaram gastos financiados por déficit público e emissão monetária, causando aumento significativo das taxas de inflação no período. A crise fiscal do início dos anos de 1960 foi, em grande parte, resultado da deterioração das receitas fiscais, causada pela aceleração inflacionária nos anos anteriores.

Gráfico 10 - Despesa, receita e poupança em conta corrente do governo - Brasil - 1947-1999



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais; Regionalização das transações do setor público: atividade de administração pública. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. v. 2: 1994-1997.

Nota: Exclui a despesa com correção monetária dos títulos da dívida pública.

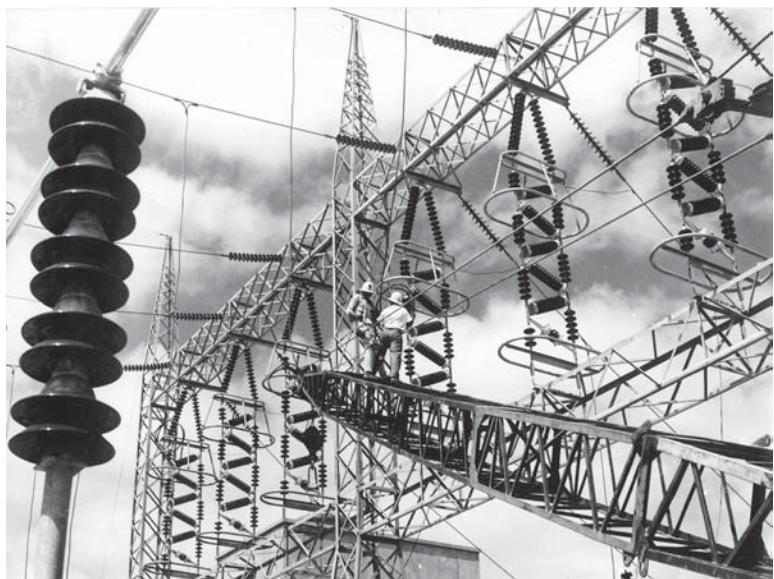
<sup>28</sup> De 1947 a 1990, a poupança em conta corrente foi obtida do Sistema de Contas Nacionais do IBGE, de 1991 a 1994, da publicação *Regionalização das transações do setor público: atividade de administração pública* (2000, 2 v.) e de 1995 a 1999, da publicação *Sistema de contas nacionais: Brasil* (2000, v. 2). De 1970 a 1990, a correção monetária da dívida foi obtida do Centro de Estudos Fiscais da FGV. De 1991 a 1999, foi calculada como a diferença entre as necessidades de financiamento nominais e operacionais do governo central, publicadas pelo Banco Central. A exclusão da correção monetária justifica-se pelo fato de a inflação requerer aumento da taxa de juros nominal como forma de compensar os detentores de títulos pela erosão do valor real dos seus ativos. Portanto, parte da despesa com pagamento de juros da dívida pública é na realidade a amortização parcial de tal dívida e não causa efeito sobre a demanda agregada de bens e serviços. Isso recomenda sua exclusão para se ter uma mensuração correta dos efeitos do governo sobre o resto da economia. Como a poupança corrente do governo, calculada pelas Contas Nacionais, não exclui esse componente inflacionário dos juros, essa medida tende a subestimar a poupança do governo, sobretudo nos períodos de aumento da inflação. Ver REIS; BONELLI; POLÔNIA (1988).

A partir de 1964, a poupança em conta corrente do governo elevou-se substancialmente, devido à restauração fiscal dos primeiros anos de governo militar e aos efeitos da Reforma Tributária de 1967. Isso permitiu ao governo estabilizar a economia, sustentando altas taxas de crescimento, ao mesmo tempo que reduzia as taxas de inflação. A introdução da indexação dos títulos da dívida pública, a partir de 1967, teve efeitos benéficos sobre a capacidade de financiamento e investimento do governo durante quase uma década.

A partir de 1971, nota-se clara tendência de queda da poupança em conta corrente do governo, partindo de um superávit de 6%, que decresceu sistematicamente até atingir um déficit de 8%, em 1988. As consequências do descontrole do governo foram a aceleração da taxa de inflação de 16% ao ano, em 1972, para os níveis hiperinflacionários do final dos anos de 1980 e a instabilidade crescente no nível de atividade no período.

Os fatores subjacentes à tendência foram políticas fiscais excessivamente expansivas, que se evidenciaram no crescimento sistemático das despesas correntes e também no descontrole fiscal causado pela própria aceleração da taxa de inflação em uma economia indexada. Além dos déficits contabilizados nas Contas Nacionais, sobretudo durante os anos de 1970, o INPS, BNDES, BNH, Banco do Brasil e as empresas estatais concederam subsídios creditícios e fiscais generosos para o setor privado. Os impactos sobre as contas públicas foram mascarados e postergados pela natureza “quase-fiscal” desses subsídios, que só geraram déficits de caixa nas décadas de 1980 e de 1990, quando da liquidação dos passivos.

Na década de 1990, a poupança em conta corrente do governo aumentou de forma gradual, apesar das grandes oscilações causadas pelo Plano Collor e pelo ajuste fiscal que antecede ao Plano Real.<sup>29</sup> Nível expressivo de superávit, contudo, ocorreu só em 1999, já na vigência



Instalação elétrica de alta tensão. Acervo IBGE.

do programa de ajustamento acordado com o FMI, antes da desvalorização cambial. O sucesso da estabilização de preços, nessas condições, deveu-se, em grande parte, à valorização cambial, que foi sustentada pelo influxo de capitais atraído por taxas de juros elevadas. Os custos foram as baixas taxas de crescimento do PIB e o crescimento acelerado das dívidas interna e externa.

## Bibliografia

ABREU, M. de P. *A dívida pública externa do Brasil 1824-1931*. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Economia, 1985. (Texto para discussão, n. 83).

\_\_\_\_\_. *A dívida pública externa do Brasil 1931-1943*. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, v. 1, p. 37-87, jun. 1975.

\_\_\_\_\_. (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

<sup>29</sup> Nota-se que, devido à hiperinflação ocorrida em 1992-1993, a correção monetária representou 50% do PIB, aproximadamente, nesse biênio. A postura fiscal apresentada pelos dados das Contas Nacionais difere, portanto, radicalmente da contração apresentada no Gráfico 8. A magnitude da distorção e as dificuldades de mensurar os juros levaram o IBGE a não publicar a poupança do governo no período de 1991-1994.

- \_\_\_\_\_; VERNER, D. *Long term Brazilian economic growth 1930-94*. Paris: OECD, 1997. 136 p. (Development Centre Studies. Long term growth series).
- BLEJER, M.; CHEASTY, A. The measurement of fiscal deficits: analytical and methodological issues. *Journal of Economic Literature*, v. 29, p. 1644-1678, Dec. 1991.
- O BRASIL em números. Rio de Janeiro: IBGE, 1966.
- BRASIL. Decreto nº 22.626, de 7 de abril de 1933. Dispõe sobre os juros dos contratos e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder executivo, Rio de Janeiro, 08 abr. 1933. p. 6995, col. 1.
- BRASIL: novo sistema de contas nacionais, metodologia e resultados provisórios, ano-base 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1988. 2 v. (Textos para discussão, n. 10).
- CARNEIRO, O. D. *Past trends of structural relationships in the economic evolution of Brazil 1920-65*. Cambridge, MA: Harvard University, Center for International Affairs, 1966.
- CATÃO, L. A. V. A new wholesale price index for Brazil during the period 1870-1913. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 46, p. 519-533, out./dez. 1992.
- CENSO DEMOGRÁFICO 1940-2000. Rio de Janeiro: IBGE, 1950-2002.
- CONJUNTURA ECONÔMICA. 25 anos de economia brasileira. Rio de Janeiro: FGV, v. 26, n. 11, nov. 1972. 196 p.
- \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: FGV, v. 32, n. 10, p. 81-90, out. 1978.
- CONJUNTURA social: a estatística agrícola no Brasil. *Conjuntura econômica*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 8, p. 61-68, ago. 1955.
- A CONSTRUÇÃO habitacional no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto de Desenvolvimento da Guanabara, 1971.
- CONTADOR, C. R.; HADDAD, C. *Produto real, moeda e preços: a experiência brasileira no período 1861-1970*. Rio de Janeiro, IPEA, 1975.
- AS CONTAS nacionais até 1980. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 12, p. 64-81, dez. 1981.
- CONTAS nacionais: atualização. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 10, p. 81-90, out. 1978.
- CONTAS nacionais do Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 14, p. 43, mar. 1960.
- CONTAS nacionais do Brasil: atualização. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 6, p. 89-106, jun. 1970.
- \_\_\_\_\_. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 91-115, set. 1971.
- CONTAS nacionais do Brasil: conceitos e metodologia. Rio de Janeiro: FGV, 1972.
- CONTAS nacionais do Brasil: metodologia e tabelas estatísticas. Rio de Janeiro: FGV, 1984.
- AS CONTAS nacionais do Brasil 1947/1958. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 13, p. 5-126, mar. 1959.
- CONTAS nacionais do Brasil 1947/1961. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 9-97, mar. 1962.
- CONTAS nacionais do Brasil 1947/1965. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 51-108, 1966.
- CONTAS nacionais do Brasil 1947-1970: atualização. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 91-115, set. 1971.
- CONTAS nacionais do Brasil: novas estimativas. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, v. 24, jun. 1970.
- CONTAS nacionais: os anos 70. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, v. 34, dez. 14 p. 1980.
- CONTAS nacionais: revisão e atualização. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 7, p. 90-102, jul. 1977.

- A ESTATÍSTICA agrícola no Brasil. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 8. p. 61-68, ago. 1955.
- ESTATÍSTICAS históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. 642 p.
- \_\_\_\_\_. 1947-1951. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 6, p. 1-127, dez. 1952.
- EVOLUÇÃO da estrutura da economia brasileira na visão das contas nacionais. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 31, p. 98-101, nov. 1977.
- FEIJÓ, C. et al. *Contabilidade social: o novo sistema de contas nacionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- FIGUEIREDO, F. O. *Metodologia das contas nacionais: contribuição ao estudo da representatividade de análise econômica, quando efetuada com base no Sistema de Contas Nacionais*. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1975. 171 p.
- GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. *Finanças públicas: teoria e prática no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- GOLDSMITH, R. *Desenvolvimento financeiro sob um século de inflação*. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1986.
- HADDAD, C. *Crescimento do produto real brasileiro 1900-1947*. Rio de Janeiro: FGV, 1978.
- \_\_\_\_\_. Crescimento econômico do Brasil 1900-1975. In: NEUHAUS, P. C. (Coord.). *Economia brasileira: uma visão histórica*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Growth of Brazilian real output 1900-1947*. Chicago: University of Chicago, Department of Economics, 1974. 201 p.
- HELD, G.; UTHOFF, A. Indicators and determinants of savings for Latin America and the Caribbean. New York: United Nations, 1995. (Working Paper, n. 25)
- HOFMAN, A. A. Capital accumulation in Latin America: a six country comparison for 1950-89. *Review of income and wealth*. New York, n. 4, p. 365-402, dez. 1992. Series 38.
- IPEA. Ipeadata: base de dados macroeconômicos. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: jan. 2002.
- LEITE, A.D.; SANTOS, G. Estimativa da renda racional do Brasil 1947-1949. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 9-137, set. 1951.
- LOEB, G. Números índices do desenvolvimento físico da produção industrial do Brasil 1939-49. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 7, p. 44-51, mar. 1953.
- \_\_\_\_\_; VAN DER MIEREN, P. O desenvolvimento da produção real e dos recursos disponíveis no Brasil 1939-1953. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 141-158, 1954.
- MADISON, A. *The world economy: a millennial perspective*. Paris: OECD, 2001.
- MALAN, P. S. et al. *Política econômica externa e industrialização no Brasil 1939/52*. Rio de Janeiro: IPEA: INPES, 1977. (Coleção relatórios de pesquisa, n. 36).
- MARRAMA, V. Método de cálculo do desenvolvimento econômico aplicado ao Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 4, jun. 1950.
- MERRICK, T.; GRAHAM, D. População e desenvolvimento no Brasil: uma perspectiva histórica. In: NEUHAUS, P. C. (Coord.). *Economia brasileira: uma visão histórica*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- MOULTON, B. R. Getting the 21st century GDP Right: What's underway? *The American Economic Review*, Nashville, v. 90, p. 253-258, May 2000.
- NEUHAUS, P. C. *Economia brasileira: uma visão histórica*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

- NORDHAUS, W. New directions in economic accounting. *The American Economic Review*, Nashville, v. 90, p. 259-263, May 2000.
- NOTA metodológica das contas nacionais do Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 13, p. 39-64, set. 1959.
- NUNES, E. P. *Sistema de contas nacionais: a gênese das contas nacionais modernas e a evolução das contas nacionais no Brasil*. 1998. Tese (Doutorado) - Departamento de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- PEREIRA, L. Alt; PEREIRA, L. Valls. *Recuperação de estatísticas históricas do setor público brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA: FGV, Instituto Brasileiro de Economia, Centro de Estudos Fiscais, 1997. 1 CD-ROM.
- \_\_\_\_\_. *O setor público brasileiro 1890/1945*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. 86 p. (Texto para discussão, n. 845).
- RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL 1890-1920. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, 1901-1930.
- REGIONALIZAÇÃO das transações do setor público: atividade de administração pública. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. v. 1: 1991-1993.
- \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. v. 2: 1994-1997.
- REIS, E. J.; BONELLI, R. R.; POLÔNIA, S. M. C. *Dívidas e déficits: projeções para o médio prazo*. Rio de Janeiro: IPEA: INPES, 1988. (Texto para discussão interna, n. 141).
- REZENDE, F. *Finanças públicas*. São Paulo: Atlas, 2001.
- SIMONSEN, M. H.; CYSNE, R. P. *Macroeconomia*. São Paulo: Atlas, 1995.
- O SISTEMA de contas nacionais. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 15, p. 5-100, mar. 1961.
- SISTEMA de contas nacionais: Brasil 1990-1995. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. v. 1: Tabela de recursos e usos.
- SISTEMA de contas nacionais: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. v. 2: Contas econômicas integradas 1995-1999. (Contas nacionais, n. 4).
- SISTEMA de contas nacionais: Brasil: resultados preliminares 1998. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. 235 p. (Contas nacionais, n. 2).
- SISTEMA de contas nacionais consolidadas: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. 80 p. (Séries relatórios metodológicos, v. 8).
- SISTEMA de contas nacionais: metodologia e quadros estatísticos. Rio de Janeiro: FGV, 1974. 40 p.
- SISTEMA de contas nacionais para o Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 10, p. 7-104 p. dez. 1956.
- SISTEMA de contas nacionais: tabelas de recursos e usos: metodologia. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. 55 p. (Textos para discussão, n. 88).
- STANDARDIZED system of national account: 1958 edition. Paris: United Nations, 1959.
- SUZIGAN, W. *A indústria brasileira após uma década de estagnação: questões para política industrial*. São Paulo: UNICAMP, Instituto de Economia, 1992.
- \_\_\_\_\_. Contas nacionais do Brasil: conceitos e metodologia: um comentário. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 12, p. 398-404, 1973.
- \_\_\_\_\_. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SYSTEM of national accounts 1993. [Rev. ed.]. Brussels, Luxemburg: Commission of the European Communities; Washington, DC.: IMF; Organization for Economic Cooperation and Development; New York: United Nations; Washington, DC.: World Bank, 1993. 711 p.

SYSTEM of national accounts. [Rev. ed.]. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, 1968. 246 p. (Studies in methods. Serie F; n. 2, rev. 3).

VARSANO, R. *A evolução do sistema tributário brasileiro ao longo do século: anotações e reflexões para futuras reformas*. Rio de Janeiro: IPEA, 1996. (Texto para discussão, n. 405).

\_\_\_\_\_. O sistema tributário de 1967. Adequado ao Brasil de 80? *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 203-225, 1981.

VERSIANI, F. R. *A década de 20 na industrialização brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA: INPES, 1987.

VILLELA, A.; SUZIGAN, W. *Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945*. Rio de Janeiro: IPEA: INPES, 1973. (Série monográfica, n. 10).

ZERKOWSKI, R. Contas nacionais do Brasil: conceitos e metodologia. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 139-155, fev. 1974.

\_\_\_\_\_; VELOSO, M. A. Seis décadas de economia brasileira através do PIB. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 36, p. 331-338, jul./set. 1982.

## Apêndice 1

### A Contabilidade Nacional do Século XX

#### A pré-história da Contabilidade Nacional

O ano de 1947 constitui o marco zero da história da contabilidade nacional no Brasil. Para períodos anteriores, as estimativas disponíveis são resultados dos esforços de historiadores econômicos. Haddad (1975, 1978) é referência clássica para estimativas do PIB no período de 1900-1947. Ver também Vilela e Suzigan (1973); Contador e Haddad (1975); Versiani (1987, p. 27); e *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1998* (1990). Para os principais setores econômicos — agricultura, indústria,

transportes e comunicações — Haddad estimou o PIB real por índices de Divisia, de base móvel, construídos a partir de estatísticas disponíveis para produtos ou setores desagregados. Informações complementares sobre preços e valores possibilitaram estimar a renda interna, o produto interno líquido a preços correntes e os deflatores implícitos por setor. É difícil exagerar a importância das estimativas de Haddad para os estudos sobre a economia brasileira, não obstante deficiências remanescentes (em especial, a sub-representação das atividades extrativas vegetais e a omissão das atividades florestais, bem como de importantes setores industriais nos anos iniciais do século).

Para as estimativas da formação bruta de capital fixo e da taxa de investimento para os anos anteriores a 1947, Vilela e Suzigan (1973), Suzigan (1986), Hofman (1992) e Abreu e Verner (1997) são referências obrigatórias. A *proxy* para o investimento em máquinas e equipamentos é o valor das importações brasileiras (obtido das exportações da Inglaterra, França, Estados Unidos e Alemanha para o Brasil) de máquinas e equipamentos para as indústrias de transformação, deflacionadas pelo índice de preços por atacado da Inglaterra (SUZIGAN, 1986). Para investimento em construção civil, a *proxy* é o volume do consumo aparente (incluindo importações e produção doméstica) de cimento. Essas estimativas pecam por ignorar os investimentos em máquinas nos setores de infra-estrutura e atividades agrícolas e os investimentos na construção civil, sobretudo nas áreas rurais, onde o emprego do cimento na construção era raro.

Para as contas do setor externo no período pré-1947, estimativas não-oficiais do balanço comercial encontram-se em Malan et al. (1977) e *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1998* (1990). Como em Abreu (1975, 1985), o saldo em transações correntes para os anos de 1901-1946 foi aproximado pela soma do saldo do balanço comercial e do pagamento de juros.

Para as contas do governo, Vilela e Suzigan (1973) e Pereira, L. Alt, e Pereira L. Valls (2001) recompilaram estimativas do Centro de Estudos Fiscais do IBRE/FGV, para o



período de 1900-1947. Para o período pré-1947, a inexistência de informações sobre despesas financeiras de estados e municípios só permite estimar o déficit em conta corrente nominal.

Por fim, para distribuição de renda, inexistem informações agregadas para anos anteriores a 1947. Mesmo para os períodos posteriores, as informações são esparsas e freqüentemente revisadas, só se tornando mais sistemáticas e confiáveis a partir da década de 1970, com a melhoria da qualidade propiciada pelos dados dos Censos Demográficos e das PNADs.

### As Contas Nacionais

Em 1947, o Núcleo de Economia da Fundação Getúlio Vargas - FGV - iniciou a construção e a divulgação sistemática das Contas Nacionais Consolidadas do Brasil. Estimativas dos agregados macroeconômicos para anos censitários eram projetadas com base em índices de preços e *quantum* para os anos intercensitários (NUNES, 1998). Posteriormente, as estimativas foram refeitas, adotando-se a estrutura contábil do Sistema de Contas Nacionais da ONU (System of National Accounts, 1993).

Em 1986, as Contas Nacionais foram transferidas para o Departamento de Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - que refez as estimativas a partir de 1970, com base no Sistema de Contas Nacionais da ONU (System of National Accounts, 1993).

Para os anos posteriores a 1990, o Novo Sistema de Contas Nacionais do IBGE (NSCN/IBGE, implantado em 1997, de acordo com o System of National Accounts 1993 da ONU, combina as Contas Econômicas Integradas – incluindo contas correntes e de acumulação — dos vários setores institucionais com as Tabelas de Recursos e Usos que desagrega-

gam o produto, as despesas e as rendas por setores de atividade econômica, de forma consistente com a matriz de insumo-produto (Feijó, 2001). As contas de patrimônio, contudo, não foram ainda implementadas.

Para o período de 1947-1990, estimativas de PIB, a custo de fatores, em termos reais, baseiam-se em índices de *quantum Laspeyres*, de base fixa. Para os anos posteriores a 1990, as estimativas, em termos reais, adotam índices *Laspeyres* encadeados de base móvel, cujas vantagens são: a) independem da estrutura de preços relativos de um ano arbitrariamente escolhido; e b) evitam os vieses que ocorrem no valor dos índices de bases fixas para os períodos distantes do ano-base.

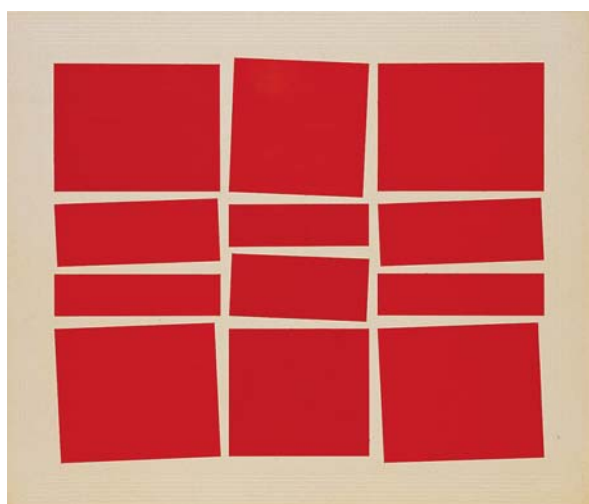
As análises apresentadas combinaram as estimativas históricas disponíveis para o período de 1901-1947 com aquelas oriundas da FGV, para o período de 1947-1969, e do IBGE, para o período de 1970-2000 (Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1998 ..., 1990, p. 90). Nota-se que as comparações intertemporais para os períodos de 1947-1990 e, sobretudo, pré-1947, carecem do rigor e consistência desejáveis, devido aos problemas de mudanças na instituição responsável, freqüência, qualidade dos dados, fontes estatísticas e anos-bases, além das revisões metodológicas, de classificação e agregação dos setores institucionais, atividades produtivas e bens ou produtos incluídos nas estimativas. Por fim, as altas taxas de inflação da história econômica brasileira são fontes de distorções severas na Contabilidade Nacional, em particular nas contas do setor público, onde a mensuração, a interpretação analítica e as implicações de políticas dos conceitos de déficit público e dívida pública ficam sujeitos a questionamentos e controvérsias insuperáveis (Giambiagi; e Além, 1999).

# ENTRA ESTE QUADRO SINÓPTICO

Quadro sinóptico da economia brasileira no Século XX

Ano	Periodização		Desempenho macroeconômico					Eventos e políticas econômicas	
	Economia	Regimes políticos e governos	PIB per capita (R\$ de 1999)	Crescimento real do PIB (% ao ano)	Taxa de inflação (% ao ano)	Taxa de investimento (% PIB)	Saldo conta corrente (% PIB)		Salário mínimo real (R\$ de 1999)
1901	Reajustamento econômico	Campos Salles	512	14,4	(-)	17,8	12,3	Sanearmento monetário	
1902			495	(-)	0,5	6,0	7,7	Falências bancárias	
1903		489	1,9	(-)	10,4	6,7	Reajustamento econômico		
1904		481	1,4	21,9		6,6			
1905		481	3,3	(-)	5,2	6,0	BB - Banco do Brasil		
1906		525	12,7	2,3		5,8	Plano de Valorização do Café: Caixa de Conversão; câmbio fixo		
1907		513	0,8	(-)	1,8	3,7			
1908		481	(-)	3,2	4,3	16,8	0,2		
1909		514	10,3	2,2	14,9	7,6			
1910		511	2,6	7,6	16,2	3,0			
1911		525	5,8	(-)	11,3	18,6	2,2	registro de Produtos de Similares	
1912		545	6,9	3,0	20,5	1,2			
1913		545	2,9	13,3	26,9	(-)	2,8		
1914		524	(-)	1,3	20,9	10,7	1,2	flutuação do câmbio	
1915		512	0,3	8,8	6,4	6,3			
1916		504	0,9	8,3	8,5	3,0			
1917		539	9,4	8,8	7,9	2,2			
1918		516	(-)	2,0	19,0	6,2	0,0	Plano de Valorização do Café	
1919	545	7,9	(-)	15,3	10,8	6,6	gasda		
1920	601	12,5	9,1	11,5	(-)	0,2			
1921	601	1,9	30,1	17,3	(-)	2,4	Plano de Valorização do Café		
1922	637	7,8	11,0	14,0	2,2		fixação do imposto sobre vendas Mercantis		
1923	681	8,6	19,4	8,6	2,9		reforma monetária; criação da Previdência Social; Carteira de Redesconto do Banco do Brasil		
1924	680	1,4	(-)	18,1	10,0	3,0			
1925	670	0,0	(-)	3,2	10,8	1,5			
1926	695	5,2	11,5	10,2	0,7		Caixa de Estabilização		
1927	760	10,8	(-)	3,6	12,4	(-)	0,2		
1928	836	11,5	(-)	12,4	16,3	(-)	0,7		
1929	835	1,1	(-)	10,9	12,2	(-)	0,7		
1930	807	(-)	2,1	1,6	9,7	(-)	2,8	moratória externa	
1931	770	(-)	3,3	(-)	2,0	7,6	0,3	câmbio unificado e controle de importações	
1932	792	4,3	6,3	7,2	1,4			Caixa de Mobilização Bancária Banco do Brasil	
1933	851	8,9	4,8	8,8	0,7			câmbio múltiplo; Lei de usura	
1934	917	9,2	1,6	10,6	1,8			reforma tributária (IC, estadual); Lei Tarifária (aliquotas específicas); Conselho Federal do Comércio Exterior	
1935	931	3,0	9,4	13,1	(-)	1,8		câmbio dual; liberalização cambial e comercial	
1936	1028	12,1	3,2	13,4	0,8				
1937	1059	4,6	2,0	14,2	(-)	2,5		moratória externa; monopólio câmbio; CREA - Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil	
1938	1089	4,5	6,7	15,0	0,2				
1939	1097	3,5	10,2	14,4	1,2				
1940	1067	(-)	1,0	16,2	14,8	(-)	0,5		
1941	1099	4,9	16,6	12,9	3,2			EXIM - Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil	
1942	1048	(-)	2,7	20,6	12,3	6,1		Plano de Rio Branco; criação do salário mínimo	
1943	1114	8,5	14,9	10,2	4,8			Fábrica Nacional de Motores; CFP - Comissão de Financiamento da Produção	
1944	1174	7,6	14,6	9,7	3,5	173		Cox Especiais de Trabalho	
1945	1184	3,2	9,0	10,3	3,0	148		SINOC - Superintendência de Moedas e do Crédito; Centrais Hidroelétricas do São Francisco	
1946	1291	11,6	8,6	10,9	2,3	128		Reforma Tributária; Câmbio Fixo; CSN - Companhia Siderúrgica Nacional	
1947	1290	2,4	8,6	14,9	(-)	1,6	104	Plano SALTE - Saúde, Alimentação, Transporte e Energia; licenças de importação da CE - XIM	
1948	1279	9,7	5,8	12,7	0,0	101		Indústria Abnisk	
1949	1446	7,7	8,3	13,0	(-)	0,6	97		
1950	1502	6,8	9,0	12,8	0,9	88		Comissão Mista Brasil/EUA	
1951	1522	4,9	18,1	15,4	(-)	2,1	79	INCOS - Departamento Nacional de Obras Contínuas e Secas	
1952	1596	7,3	9,6	14,8	(-)	3,0	213	INDE BND - Banco do Nordeste do Brasil	
1953	1622	4,7	13,9	15,1	0,2	186		Instrução 70; lei de câmbio por categoria; Petrópolis	
1954	1696	7,8	27,2	15,8	(-)	0,8	152		
1955	1790	8,8	11,5	13,5	0,0	183		Instrução 113; investimento estrangeiro	
1956	1787	2,9	22,7	14,5	0,2	251		Lei de construção de Brasília	
1957	1866	7,7	12,7	15,0	(-)	1,0	278	Plano de Metas, 1957-1961; Reforma Tarifária; tarifas ad valorem; câmbio dual	
1958	2006	10,8	12,3	17,0	(-)	1,0	243		
1959	2138	9,8	35,9	18,0	(-)	1,3	278	GTN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste	
1963	2425	6,6	78,4	17,0	(-)	0,7	223	Plano Trienal; Superintendência da Reforma Agrária	
1964	2438	3,4	89,5	15,0	0,6	218		NEG - Plano de Ação Estratégico do Governo; criação do Banco Central	
1965	2427	2,4	58,9	14,7	1,6	200		indexação de salários; Correção monetária; CRTN; BND; SFN; FGTS	
1966	2517	6,7	37,9	15,9	0,2	186		INSER - Plano de Investimentos Fiscais e Sociais; SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste	
1967	2550	4,2	26,5	16,2	(-)	0,8	181	RED - Plano Estratégico de Desenvolvimento; Reforma Tributária (valor adicionado) ; open market	
1968	2722	9,8	26,7	18,7	(-)	1,5	181	Reindexabilizações cambiais	
1969	2897	5,5	20,1	19,1	(-)	0,7	173		
1970	3109	10,4	16,3	18,8	(-)	1,3	169	ABAG - Metas e Bases para Ação do Governo; LTN - Letras do Tesouro Nacional	
1971	3364	11,3	19,4	19,9	(-)	2,7	169		
1972	3659	11,9	19,9	20,3	(-)	2,5	174	PND - Plano Nacional de Desenvolvimento; BEFEX - Benefícios Fiscais às Exportações	
1973	4053	14,0	29,6	20,4	(-)	2,0	181	MBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agrícola	
1974	4263	8,2	34,6	21,8	(-)	6,5	170		
1975	4361	5,2	33,9	23,3	(-)	5,2	182	PND - Plano Nacional de Desenvolvimento	
1976	4681	10,3	41,2	22,4	(-)	3,9	179		
1977	4786	4,9	45,4	21,3	(-)	2,3	179	ENRURAL	
1978	4998	5,0	38,2	22,3	(-)	3,5	183		
1979	5104	6,8	54,4	23,4	(-)	4,8	183	Desvalorização cambial; superintendência de salários; SEST - Secretaria Especial de Controle das Estatísticas	
1980	5446	9,2	92,1	23,6	(-)	5,4	184	Re-fixação cambial e da correção monetária	
1981	5100	(-)	4,3	100,5	24,3	(-)	14,5	Comissão Especial de Privatização	
1982	5032	0,8	101,0	23,0	(-)	6,0	186	Acordo com o FMI	
1983	4783	(-)	2,9	131,5	19,9	(-)	3,8	Desvalorização cambial; indexação do câmbio e da ORTN ao GDP	
1984	4939	5,4	201,7	18,9	0,0	154			
1985	5222	7,9	248,5	18,0	(-)	0,1	159	PND - Plano Nacional de Desenvolvimento	
1986	5507	7,5	149,2	20,0	(-)	2,1	165	Plano Cruzado; desindexação e controle de preços	
1987	5598	3,5	206,2	23,2	(-)	0,5	135	Moratória externa; Plano Bresser	
1988	5497	(-)	0,1	628,0	24,3	1,4	140	constituição de 1988; federalismo; "Feijão com arroz"	
1989	5575	3,2	1304,4	26,9	0,2	140		Plano Verão	
1990	5246	(-)	4,4	2737,0	20,7	(-)	1,1	105	Plano Collor I; congelamento dos preços; câmbio flutuante; liberalização comercial; Programa Nacional
1991	5218	1,0	416,7	18,1	(-)	1,2	118	Plano Collor II; desvalorização e indexação cambial	
1992	5111	(-)	0,5	969,0	18,4	0,9	107	Acordo de renegociação da dívida externa; Liberalização financeira	
1993	5284	4,9	1996,1	19,3	(-)	0,8	118	Lei e do Plano Real; Fundo de Estabilização Fiscal	
1994	5312	5,9	2340,2	20,7	(-)	0,9	114	Plano Real URV - desindexação e flutuação cambial	
1995	5664	4,2	77,6	20,5	(-)	2,8	121	Bandas cambiais; PROER	
1996	5734	2,7	17,4	19,3	(-)	3,1	124		
1997	5841	3,3	8,3	19,9	(-)	4,1	128		
1998	5771	0,1	4,7	19,7	(-)	4,2	133	Acordo com o FMI	
1999	5740	0,8	4,4	19,1	(-)	4,5	134	Câmbio flutuante	
2000	5912	4,4	8,6	19,4	(-)	5,0	139	Metas de inflação	

# TENDÊNCIAS DE LONGO PRAZO DA MOEDA E DO CRÉDITO NO BRASIL NO SÉCULO XX



Metaesquema II, 1958  
Helio Oiticica  
Guache sobre cartão – 55 x 63,9 cm  
Museu de Arte Contemporânea de São Paulo.

---

\* Ph.D., London School of Economics, University of London, 1981 e Professor-Adjunto do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Publicou, *Democracia e desenvolvimento 1956-1961* (com Luiz Orenstein) in *A ordem do progresso - 100 anos de política econômica republicana 1889-1989* Marcelo de Paiva Abreu (org.). Editora Campus 1990; *Políticas de crescimento e o futuro do Brasil in Políticas para a retomada do crescimento - reflexões de economistas brasileiros* Ricardo Bielschowsky e Carlos Mussi (org.). IPEA escritório da Cepal no Brasil 2002.

## TENDÊNCIAS DE LONGO PRAZO DA MOEDA E DO CRÉDITO NO BRASIL NO SÉCULO XX

ANTONIO CLAUDIO SOCHACZEWSKI\*

O objetivo desta seção é examinar o comportamento de longo prazo das variáveis monetárias da economia brasileira. As séries que serviram de base para o trabalho, e que são referidas como Tabelas MC, encontram-se no CD-ROM Estatísticas do Século XX<sup>1</sup>. Neste CD encontram-se também as fontes comentadas destes dados.

Em alguns momentos da análise que se segue foi necessário retificar as séries, com vistas a tornar os valores de cada período comparáveis entre si, descontados os efeitos da variação de preços - variações estas, à exceção de poucos anos no início do século, sempre inflacionárias. Como se sabe, não existe uma série única secular de preços; a solução adotada foi a de utilizar um índice de preços encadeado: de 1901 a 1944, o deflator implícito do PIB; e de 1944 a 2000, o IGP - DI.<sup>2</sup> Deve-se levar em conta, portanto, tanto esta heterogeneidade na série de preços aqui utilizada, bem como as próprias deficiências das séries individuais, conforme discutido na seção específica da presente publicação.

Pode-se argumentar que este procedimento é inadequado para as séries monetárias, posto que eliminam exatamente os aspectos dinâmicos do processo inflacionário. De fato, se se aceita que a inflação não é meramente um reajuste homotético dos preços, mas

A moeda de 100 réis, cunhada entre 1918 e 1935, era conhecida como Tostão. Fez parte de uma série em cuproniquel, que substituiu cédulas de pequeno valor e moedas antigas.  
Museu de Valores do Banco Central do Brasil.



<sup>1</sup> O presente trabalho atualiza até 2000 as séries constantes da publicação *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1950 a 1988* (1990).

<sup>2</sup> Ambas as séries podem ser encontradas no *site* do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA -, do Ministério do Planejamento, em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>.



Cédula emitida em 1905. Museu de Valores do Banco Central do Brasil.

que seu caráter assimétrico (setorial e temporal) é o que lhe confere funcionalidade, a “normalização” inflacionária rouba este aspecto da análise.

O objetivo aqui, no entanto, é menos uma análise dinâmica da política monetária do que um exame se a economia brasileira viu-se suficientemente irrigada de moeda e de crédito, ao longo de seus diversos períodos de crescimento. Em teoria, pelo menos, a ausência de mecanismos adequados de financiamento pode implicar sério obstáculo ao crescimento de uma economia, no mínimo impedindo que se alcance, em cada momento, valores próximos ao PIB potencial. Assim, o exame da moeda e do crédito real é o instrumento adequado para esta análise.

Um segundo instrumento de análise é obtido ao se comparar a evolução das séries monetárias e de crédito com a evolução do PIB. Assim procedendo, foi possível avaliar se a economia brasileira contou com adequado volume de moeda e de crédito ao longo do século.<sup>3</sup> Medida pelo PIB, a economia brasileira cresceu a uma taxa secular de 4.8% ao ano, o que implicou a sua multiplicação em cerca de 110 vezes de 1901 a 2000. A questão, portanto, é saber se as variáveis monetárias acompanharam este extraordinário desempenho. A teoria do desenvolvimento financeiro indica que uma economia em acelerado processo de modernização, como foi o caso da brasileira ao longo do Século XX, deveria mostrar um crescimento financeiro - elevação das relações de débito e crédito financeiro - mais que proporcional ao crescimento do PIB. O desenvolvimento econômico deveria engendrar uma maior

complexidade do sistema financeiro, pela utilização crescente de instrumentos financeiros nas relações econômicas.

O papel-moeda emitido (Tabela MC-10) distribui-se, necessariamente, entre caixa das autoridades monetárias, caixa dos bancos comerciais e o papel-moeda em poder do público. Em um sistema monetário tradicional, o caixa das autoridades monetárias não tem maior relevância, pois a natureza econômica do papel-moeda só se manifesta quando ele entra em circulação no caixa dos bancos comerciais. No entanto, no Brasil, o caixa das autoridades monetárias, historicamente, teve relevância, uma vez que o Banco do Brasil atuou, formalmente, até 1964, e, de fato, até 1986, como autoridade monetária, ou, o que parece ainda mais peculiar, a Superintendência da Moeda e do Crédito - SUMOC - até 1964, e o Banco Central, em seguida, atuaram (indiretamente) como banco comercial.

Em um processo de crescimento acelerado, e se acompanhada de algum desenvolvimento financeiro, a tendência esperada da relação papel-moeda em poder do público (PMPP) e o papel-moeda emitido (PME) é de certa elevação, na medida em que o sistema bancário compõe suas reservas de forma decrescente em forma de moeda corrente, substituída por títulos governamentais ou qualquer outro tipo de ativo remunerado. Ao longo do século observa-se um crescimento gradual da relação PMPP/PME, com três patamares distintos: de 1901 a

Em 1970, o padrão monetário brasileiro voltou a se chamar cruzeiro, denominação substituída em 1967 por conta da desvalorização da moeda nacional. Museu de Valores do Banco Central do Brasil.



<sup>3</sup> Série do PIB também obtida no *site* do IPEA.



O crescimento da inflação, a partir de 1980, trouxe um novo padrão monetária em 1986. Um cruzado equivalia a 1.000 cruzeiros. Museu de Valores do Banco Central do Brasil.

1930, a média desta relação situou-se em 72,6%, passando para 79,9%, no período de 1931 a 1964, elevando-se para 86,6%, de 1965 a 2000.

A evolução do montante real do papel-moeda em poder do público por unidade de PIB revela a evolução na complexidade do próprio sistema financeiro, em particular nas formas de pagamento. De fato, na medida em que uma sociedade se torna economicamente mais sofisticada, é de se esperar uma utilização proporcionalmente decrescente do papel-moeda, quando se generalizam as demais formas de pagamento, primeiro pelo uso crescente do cheque, e, mais tarde, pela moeda de plástico (cartões de crédito). Neste sentido, a economia brasileira comportou-se como esperado. Assim, no início do século, havia cerca de 27 centavos de PMPP para cada real de PIB. Este valor decresce até 12 centavos em 1920, mais por força do crescimento do PIB frente à oferta de papel-moeda constante. Entre 1920 e 1947 a relação permanece razoavelmente constante (ainda que com flutuações de curto prazo) em 13 centavos, ou seja, a oferta monetária acompanhou o crescimento do produto. A partir de 1947 e até 1993 esta relação decresce fortemente, até chegar a um valor de 0,055 centavos por real de PIB. Neste período, a violência da inflação obrigou os agentes econômicos a fugir da moeda manual. A partir de 1994, esta relação volta a se elevar, refletindo a estabilidade de preços, mas sem

retornar a valores elevados em face da modernização do sistema financeiro (uso crescente de cartões de crédito e disseminação dos caixas eletrônicos, por exemplo, que implicam menor saldo médio de moeda manual requerida pelos agentes econômicos).

A evolução dos meios de pagamento, mostrada na Tabela MC-20, permite uma análise mais precisa do grau de monetarização da economia brasileira. A sua composição revela um grau crescente de complexidade do sistema financeiro brasileiro, ainda que rudimentar na primeira metade do século. Como já foi antes mencionado, a economia brasileira cresceu de forma extraordinária ao longo do Século XX e, portanto, seria de se esperar que o volume da oferta monetária tivesse crescido pelo menos em ritmo equivalente. Na verdade, poder-se-ia supor um crescimento mais elevado na medida em que a economia, além de crescer, vai se tornando mais complexa, elevando-se o requerimento de oferta monetária por unidade de produto final. Na formulação simples da teoria quantitativa da moeda, o exame a preços constantes implica que, se as transações crescem, a oferta de moeda deve crescer, se se tem uma velocidade de circulação da moeda constante. Observe-se, no entanto, que um menor crescimento da oferta de moeda pode ser acomodado por uma elevação da velocidade, na medida em que o sistema financeiro se torna mais complexo, e gira com mais eficiência um mesmo estoque monetário.

Em janeiro de 1989, foi substituído o cruzado novo, com unidade equivalente a mil cruzados. Museu de Valores do Banco Central do Brasil.



<sup>4</sup> Depois de estabelecido um sistema bancário, que cumpra razoavelmente bem seu papel no sistema de pagamentos e de empréstimos, o desenvolvimento financeiro passa a ser medido pelo aparecimento das instituições financeiras não-bancárias, tais como financeiras, bancos de investimento, etc.

Os meios de pagamento são, por definição, compostos pelo papel-moeda em poder do público e pelos depósitos à vista nos bancos comerciais. O comportamento da moeda manual (PMPE) já foi analisado acima. A proporção de cada componente no total dos meios de pagamento revela, até certo ponto<sup>4</sup>, o grau de desenvolvimento financeiro alcançado por um sistema econômico. De fato, é de se esperar que, na medida em que um sistema financeiro se torne mais sofisticado, o uso da moeda manual se torne proporcionalmente cada vez menor, substituído pela moeda bancária ou pela moeda de plástico.

A participação dos depósitos à vista no total dos meios de pagamento evoluiu secularmente em fases marcadamente distintas. Entre 1901 - 1932 cresce quase que monotonicamente, passando de 22%, no início do século, para 70%, nos anos de 1930. Este comportamento espelha um forte desenvolvimento financeiro em sua fase rudimentar, na qual a moeda manual é substituída pelo uso do cheque. Esta, na verdade, é a fase mais difícil do desenvolvimento financeiro, pois requer o surgimento de novas instituições financeiras (no caso, bancos comerciais) e a constituição de um mecanismo de compensação de cheques (no caso, exercido pelo Banco do Brasil).

O segundo período, 1932 - 1955, caracteriza-se por certa instabilidade desta participação (em torno de 65%), refletindo um crescimento menor no grau de complexidade do processo econômico. Ao contrário, o período seguinte, 1955 - 1975, é marcado pelo intenso processo de industrialização, o que mais uma vez faz a participação mudar de patamar para cerca de 83%, refletindo, mais uma vez, a intensificação do processo de intermediação financeira. No período seguinte, 1975 - 1985, a participação permanece constante. De 1985 até 1995, quando a economia passa por violenta aceleração inflacionária, a participação decresce. Este resultado, de certa forma inesperado, pode ser entendido como conseqüência dos diversos expedientes encontra-



Em março de 1990, a moeda nacional voltou a se chamar cruzeiro. Museu de Valores do Banco Central do Brasil.

dos pelos agentes econômicos para protegerem-se da rápida erosão inflacionária. De fato, o sistema financeiro brasileiro desenvolveu técnicas altamente sofisticadas de proteção dos depósitos à vista (suscetíveis de perda de valor real). Todo o esforço do sistema bancário era no sentido de minimizar o volume de depósitos à vista. Como o volume de moeda manual continuou crescendo - dada sua necessidade permanente na economia - entende-se por isto a queda da percentagem dos depósitos à vista nos meios de pagamento. Uma vez estabilizada a inflação no patamar de um dígito com o Plano Real, os depósitos à vista reapareceram e voltaram a crescer sua participação nos meios de pagamento.

O comportamento real (deflacionado) dos Meios de Pagamento - MP - esteve dentro do esperado. Nas primeiras sete décadas do século, estes cresceram ininterruptamente. Até 1932 cresceram a uma taxa real de 4% ao ano, acelerando, no período de 1932 a 1977, a aproximadamente 4,7% ao ano. Este último resultado coincide com o período de intensa industrialização por substituição de importações, período de ouro da economia brasileira, quando o PIB cresceu, nestes 45 anos, a uma taxa média acumulada de 6.7% ao ano.<sup>5</sup> Era de se esperar que o sistema financeiro acompanhasse, ainda que com atrasado, as necessidades de financiamento que este processo implica. De fato, na medida em que as cadeias produtivas domésticas tornam-se mais complexas e alongadas, elevam-se os requerimentos de financiamento,

<sup>4</sup> O período de ouro da economia brasileira pode ser marcado entre 1943 e 1980, quando a taxa média anual acumulada de crescimento, nestes 38 anos alcançou 7,3%, tendo o PIB se multiplicado por 14,7.



pelo menos para o capital de giro, por unidade de produto.

Entre 1975 e 1980 os meios de pagamento permanecem razoavelmente constantes (ao redor de 100 bilhões de reais de 2000), quando a economia brasileira já mostrava fortes sinais de desequilíbrio interno e externo. O período de 1981 - 1993, marcado por fortíssimo processo inflacionário e baixo crescimento (2.5% ao ano acumulado), implicou queda forte e constante no volume de MP (à exceção do período do Plano Cruzado<sup>6</sup>), alcançando seu valor mais baixo ao início de 1994, em cerca de 14 bilhões de reais de 2000. Esta violenta (e aparente) queda na liquidez primária da economia deveu-se não só à aceleração do processo inflacionário, mas também aos já mencionados mecanismos de proteção à desvalorização da moeda, quando os agentes econômicos fugiram quase que integralmente dos ativos líquidos *stricto sensu*. A implementação do Plano Real recompôs o volume de meios de pagamento (para cerca de 60 bilhões de reais de 2000), ainda que apenas em parte - por padrões históricos - em face do baixo crescimento da economia de 3% ao ano, no período.

A evolução da relação entre o volume de meios de pagamento e o PIB lança luz sobre alguns pontos adicionais. O Gráfico 1 mostra esta evolução. Pode-se identificar fases marcadamente distintas, observando-se que o valor máximo é alcançado em 1943, com 44 centavos de Meios de Pagamento por real de PIB, e o mínimo em 1993, com menos de 2 centavos de oferta monetária por unidade de PIB.

De 1901 até o início da Segunda Guerra, a oferta relativa de moeda flutuou em ciclos de médio prazo, sem,

no entanto, mostrar uma tendência de longo prazo. De fato, até 1940, os valores mantiveram-se na amplitude entre 28 centavos e 40 centavos. Pode-se perceber no ciclo: de 1903 a 1916, que a média ficou em 33 centavos; entre 1917 e 1927, em 31 centavos; e de 1927 a 1938, também em 31 centavos de moeda por unidade de PIB. A oferta monetária acompanhou a evolução do PIB, ainda que com atrasos e adiantamentos, implicando flutuações na liquidez de curto prazo. Durante a guerra, a relação MP/PIB eleva-se, vigorosamente, em grande parte como consequência da política monetária expansionista ocorrida naquele período<sup>7</sup>.

A partir de 1944 e por 50 anos a relação MP/PIB caiu de maneira ininterrupta, com exceção do período que vai de meados dos anos de 1960 a meados dos anos de 1970. Destacam-se alguns subperíodos. Nos primeiros 20 anos (1945-1965), a oferta real de moeda, como vimos, moveu-se a taxas positivas, sem, no entanto, acompanhar a vigorosa expansão do produto. Pode-se, portanto, pensar que neste período o sistema financeiro brasileiro, formado quase que exclusivamente de bancos comerciais, tenha-se constituído em um empecilho ao crescimento. Uma revisão

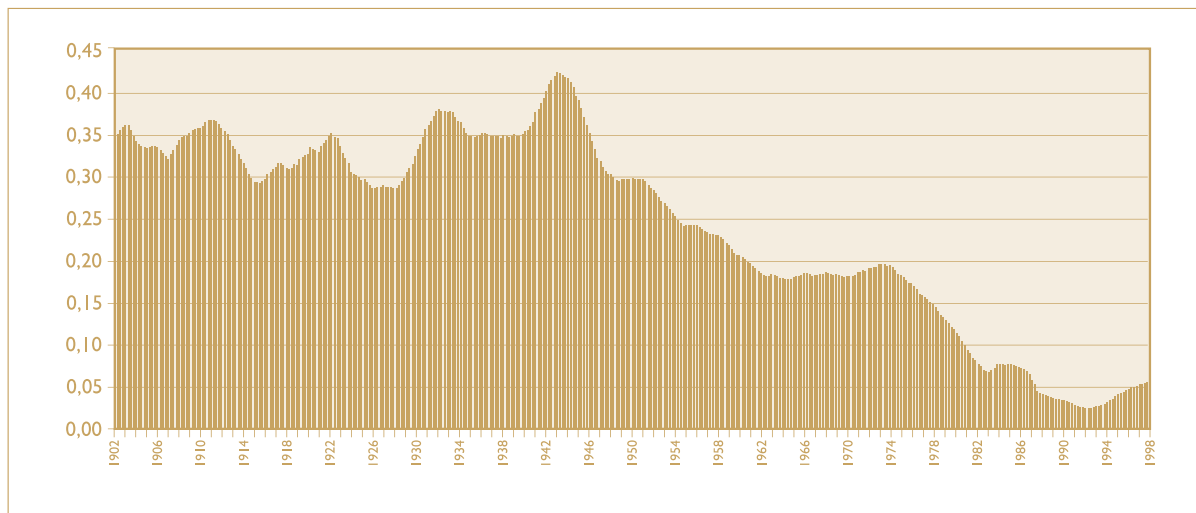
Em julho de 1993, uma nova reforma monetária foi promovida no País, instituiu-se o cruzeiro real. Cédulas em uso foram carimbadas para representar a nova unidade monetária. Museu de Valores do Banco Central do Brasil.



<sup>6</sup> A evolução dos meios de pagamento ao longo do ano de 1986 mostrou um crescimento real de 146%, sublinhando uma das mais fortes críticas ao Plano Cruzado, quando se destacou que, juntamente ao controle de preços, o governo deveria ter estabelecido uma rígida política monetária.

<sup>7</sup> Entre 1939 e 1945, os Meios de Pagamento nominais expandiram-se a uma taxa cumulativa de 24,8% ao ano, enquanto os preços subiram em média, no período, 13,9% ao ano.

<sup>8</sup> É comum a equivocada noção de que, quando um ativo não-monetário é criado por uma instituição financeira, a moeda que é entregue em troca a ela pelo aplicador 'desaparece'. O que ocorre apenas é a mudança de titularidade da moeda, isto é, uma mudança na proporção de M1 e dos demais agregados M2, M3, etc. Para ser rigoroso, como sempre o caso do Brasil é peculiar. Até 1986, o Banco do Brasil atuou como banco comercial e autoridade monetária. Neste caso, quando um aplicador comprava um ativo não-monetário junto ao Banco do Brasil (um depósito a prazo, uma caderneta de poupança, por exemplo), entregando depósitos à vista, efetivamente M1 diminuía em termos absolutos, já que 'caixa das autoridades monetárias' não faz parte dos meios de pagamento.

**Gráfico I - Meios de Pagamento / PIB - Brasil - 1902-1998**Média móvel de 4 anos  
Reais de 2000

Nota: Os dados deste gráfico têm origem na Tabela MC-20.

completa do sistema fazia-se necessária, e foi o que ocorreu com as reformas do sistema monetário-financeiro em 1964/1965. No período que se segue (1965-1975), por dez anos, a relação se estabiliza, primeiro por força da recessão da economia ocorrida entre 1965 e 1968; depois, quando o crescimento é retomado com vigor, consolidam-se as novas instituições financeiras surgidas em consequência das reformas antes citadas, e sua operação exige uma oferta maior de moeda<sup>8</sup>.

Em seguida (1975-1993), de novo cai anualmente a proporção MP/PIB. Isso se explica pela ação de dois fatores simultâneos: por um lado, o baixo crescimento do produto no período, com uma média de 3% ao ano (incluindo-se aí a chamada 'década perdida' - os anos de 1980 -, quando o crescimento anual médio foi de apenas 1,8%), e, por outro, o violentíssimo processo inflacionário, que alcançou uma média anual cumulativa de 260% nestes 18 anos. Assim, dificilmente poder-se-ia esperar que um sistema financeiro pudesse se desenvolver em um ambiente desta natureza; o papel do sistema financeiro era, ao contrário, prover os agentes econômicos de instrumentos de fuga da liquidez. Isso é confirmado

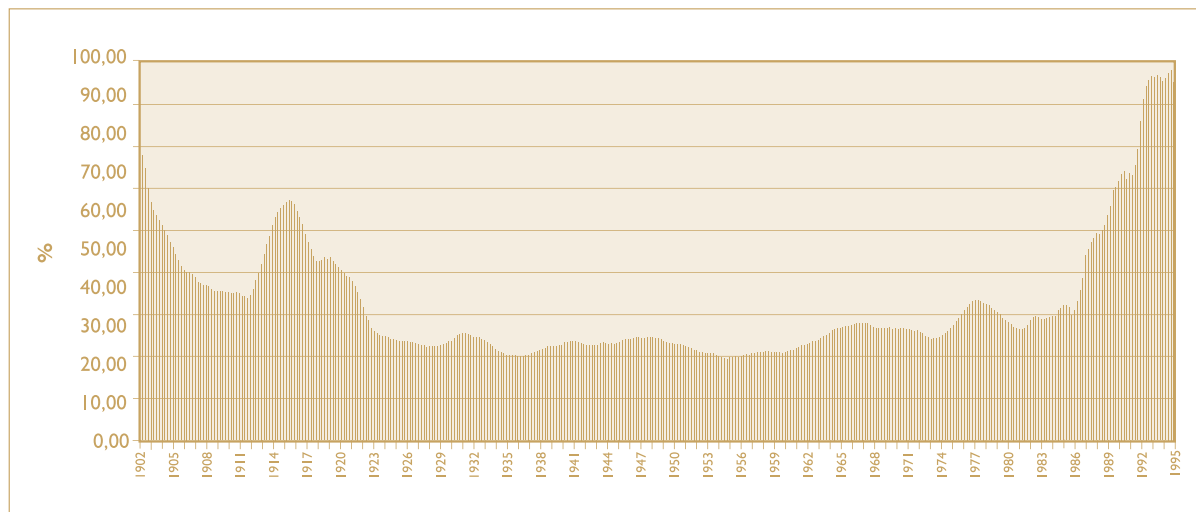
nos anos de final do século, a partir de 1994, quando a relação volta a subir em consequência de uma quase estabilidade nos preços, diante de um produto ainda em fraco crescimento.

Na publicação de 1990 do IBGE<sup>9</sup>, que ora se atualiza, os depósitos a prazo aparecem compostos aos meios de pagamento, definindo o que então se denominava M2. De lá para cá, o Banco Central modificou a montagem dos diversos indicadores monetários da economia (M1, M2, M3 e M4), o que fez com que perdesse sentido a análise isolada dos depósitos a prazo como componente da liquidez da economia. Assim, no presente trabalho, apenas atualizou-se a série até 1997, cujos resultados encontram-se na Tabela MC-30. Nela pode-se observar que apenas em 1970, depois da consolidação das reformas do sistema financeiro em 1964/1965, é que se inicia um significativo crescimento do volume dos depósitos a prazo, passando de uma média de pouco mais de R\$ 2 bilhões, ao final dos anos de 1960, para valores superiores a R\$ 100 bilhões ao final do século.

<sup>8</sup> ESTATÍSTICAS históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988 (1990).

**Gráfico 2 - Encaixe total / Depósitos (%) - Brasil - 1902-1995**

Média móvel de 4 anos



Nota: Os dados deste gráfico têm origem nas Tabelas MC-41 e MC-42.

A análise do comportamento do encaixe bancário, Tabelas MC-41 e MC-42, deve ser partida em duas fases bem distintas: até 1945, quando o sistema funcionava sem uma autoridade monetária formal no sentido estrito, e após 1946, quando o sistema financeiro brasileiro passou a contar com uma instituição com quase todas as funções de banco central, a SUMOC, que juntamente com o Banco do Brasil tornou-se de fato a autoridade monetária do sistema. O montante absoluto das reservas bancárias é menos relevante para a análise do que o exame da relação encaixe /depósito, que é tanto a variável de controle de liquidez do próprio banco, como a principal variável de controle da política monetária, no que diz respeito aos bancos criadores de moeda.

Quando não existe autoridade monetária formal, como foi o caso da economia brasileira até 1945, o encaixe dos bancos comerciais reflete a decisão voluntária destes de manter parte de seus ativos sob a forma de

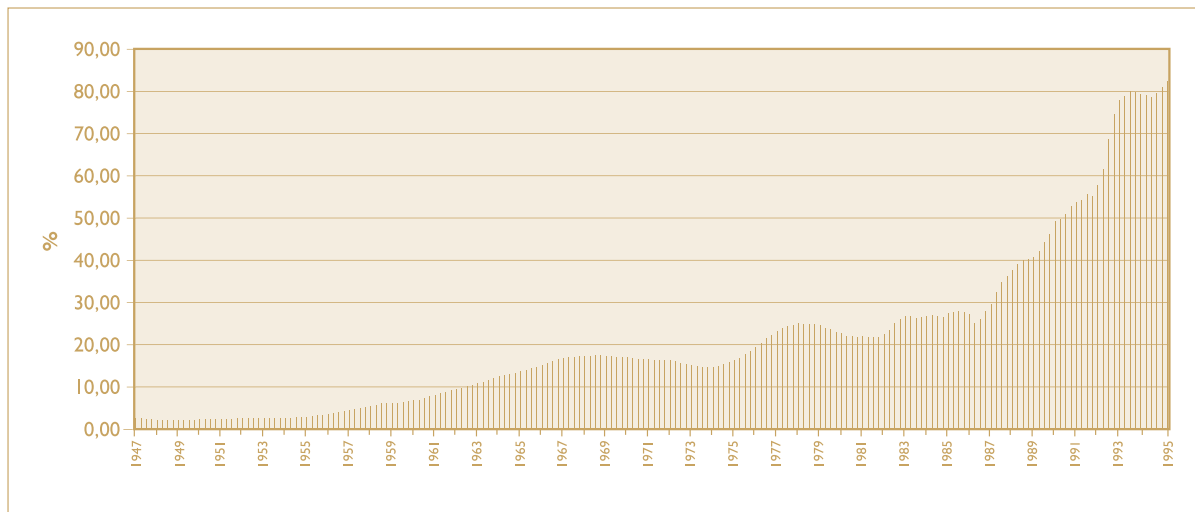
liquidez imediata, seja sob a forma de moeda corrente, seja em depósitos em um banco que cumpre parcialmente o papel de banco central<sup>10</sup>. Nas duas primeiras décadas do século, observa-se que esta relação flutua com grande amplitude – refletindo, entre outros fatores, a conjuntura dos negócios - mas sempre alcançando valores elevados<sup>11</sup>. Tais valores elevados são típicos de sistemas bancários incipientes e rudimentares, onde a precaução predomina sobre o risco (pelo menos para os bancos sobreviventes das crises cíclicas), e pela ausência de mecanismos de proteção de última instância - como, por exemplo, o redesconto - providos por um banco central. Assim não surpreende que o sistema possa ter mantido voluntariamente, por longos períodos, perto da metade de seus ativos sob a forma não- remunerada. Uma vez surgido um banco de compensação e o (conseqüente) crescente uso de cheques, as reservas de precaução podem diminuir substancialmente, o que ocorre no sistema brasileiro até

<sup>10</sup> No sistema financeiro brasileiro, desde os anos de 1920, o Banco do Brasil cumpriu o papel de depositário das reservas dos bancos comerciais, haja vista sua função de processar a compensação de cheques.

<sup>11</sup> Entre 1901 e 1920, a relação encaixe/depósito situou-se em média nos 50%, flutuando em mercados ciclos, com máximos em torno de 66% e mínimo de 36%.

## Gráfico 3 - Compulsório / Depósitos (%) - Brasil - 1947-1995

Média móvel de 4 anos



Nota: Os dados deste gráfico têm origem nas Tabelas MC-41 e MC-42.

meados dos anos de 1930, quando alcança 22%. As incertezas políticas – tanto domésticas como, principalmente, internacionais – parecem refletir-se sobre o lento, mas constante crescimento, das reservas, na década de 1935-1945.

Com o aparecimento da SUMOC, e o conseqüente estabelecimento de reservas compulsórias para os bancos comerciais, faz mais sentido que analisemos a relação encaixe compulsório/depósitos, que passa a ser o principal instrumento do painel de política monetária. O Gráfico 3 mostra a evolução desta variável.

Pode-se observar que, de início, em seus primeiros dez anos de existência, a SUMOC pouco alterou os requerimentos de compulsório, deixando-o na média em torno de 2,5% dos depósitos à vista dos bancos comerciais. Dois aspectos podem explicar este comportamento. Por um lado, a consolidação da instituição e o estabelecimento de práticas e controles bancários não ocorreram de imediato. Isso leva a

crer que a SUMOC tenha sido cuidadosa em alterar os requerimentos de reserva, sem dúvida o instrumento que altera de forma mais significativa e rápida a capacidade de empréstimo do sistema bancário<sup>12</sup>.

Por outro lado, as taxas de inflação do período, como mostra a Tabela 1, ainda não alcançavam níveis que exigissem drásticas mudanças nos requerimentos de reserva, em um período em que a economia brasileira começava a experimentar fortes taxas de crescimento.<sup>13</sup>

A partir de 1956 e até 1969, as autoridades monetárias (primeiro a SUMOC e posteriormente o Banco Central) elevaram de forma permanente os requerimentos de reserva dos bancos comerciais, em face da aceleração da inflação, e, a partir de 1964, como política explícita de estabilização do PAEG. Em 1968 inicia-se uma nova fase de expansão da economia brasileira, e a opção dos então gestores da política econômica foi de folgar a liquidez. O ciclo

<sup>12</sup> Os outros dois instrumentos clássicos de política bancária, a taxa de redesconto, que é passiva sob o ponto de vista do Banco Central, e as operações de mercado aberto, eram então inexistentes no Brasil, vindo a aparecer somente na década de 1970.

<sup>13</sup> Na verdade, o mais importante instrumento de controle monetário em todo período que precedeu a criação do Banco Central, em 1965, era a limitação do volume de empréstimos do Banco do Brasil. Por sua condição mista de banco central e banco comercial, variações no seu volume de empréstimos alteravam diretamente a base monetária e, conseqüentemente, a oferta de moeda.

**Tabela 1 - Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI - Brasil - 1946-1956**

Ano	IGP-DI (junho/junho)	Compulsório
	Em %	
1946	22,22	3,66
1947	2,73	2,27
1948	7,96	2,08
1949	12,30	2,26
1950	12,41	2,14
1951	12,34	2,17
1952	12,72	2,61
1953	20,51	2,58
1954	25,86	2,67
1955	12,15	2,75
1956	24,55	3,19

Fonte: Deflator IGP-DI. In IPEA. Ipeadata: base de dados macroeconômicos. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em dez. 2001.

**Tabela 2 - Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI - Brasil - 1979-1996**

Ano	IGP-DI (junho/junho)	Compulsório
	Em %	
1979	45,20	24,54
1980	99,21	22,62
1981	11,33	21,90
1982	97,63	22,52
1983	127,24	26,69
1984	226,46	26,83
1985	221,37	27,39
1986	175,50	27,11
1987	226,52	29,67
1988	423,65	37,52
1989	845,55	40,74
1990	5 476,21	49,21
1991	341,22	53,66
1992	885,48	57,65
1993	1 623,70	77,79
1994	5 153,27	79,19
1995	52,19	81,00
1996	11,14	71,08

Fonte: Deflator IGP-DI. In IPEA. Ipeadata: base de dados macroeconômicos. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em dez. 2001.

Nota: IGP-DI valor de meio de ano; Compulsório valor de dezembro de cada ano da série de médias móveis de quatro anos, exceto 1996, que é o valor absoluto de dezembro daquele ano.

seguinte (1973/1979) reflete mudanças tanto no panorama internacional - quando o primeiro choque do petróleo implicou grandes tensões inflacionárias nos países fortemente dependentes de importações do produto, como era o caso do Brasil - como reflete a postura da nova equipe econômica, bem mais conservadora em questões do manejo monetário. Assim, o compulsório mudou de patamar, passando de 16% para 25% no período. De 1979 até a crise da dívida em 1982, a volta da equipe econômica de 1967 traz de novo a liquidez folgada, na expectativa de estimular o crescimento da atividade econômica.

A crise da dívida externa dos anos de 1980 acarretou enormes desequilíbrios externos e uma aceleração forte da inflação doméstica. A resposta dos gestores de política econômica foi óbvia: a elevação permanente do compulsório como proporção dos depósitos à vista, na tentativa de esterilizar a capacidade dos bancos criadores de moeda de expandirem a moeda primária (M1). Pode-se observar que até 1985 esta elevação ainda é tímida, crescendo forte e permanentemente até os primeiros anos do Plano Real. A Tabela 2 ilustra o ponto. Observa-se que, à medida que se acelera o processo inflacionário, os requerimentos compulsórios vão se elevando.

Não obstante a obtenção de taxas de inflação bastante reduzidas com o Plano Real, as autoridades monetárias não reduzem o compulsório, mantendo sob rígido controle o multiplicador bancário em particular em face das maciças entradas de recursos externos (que expandem diretamente a base monetária). De fato, já em 1994, ao se implantar o Plano, o valor real dos depósitos compulsórios se eleva de R\$5,4 bilhões em junho para R\$15,4 bilhões em setembro do mesmo ano, e para R\$24,8 bilhões em março de 1995. Ao final de

1997 o compulsório alcançava R\$33,0 bilhões, resultado este que se revela na forte elevação das relações encaixe/depósito e compulsório/depósitos ao final do século, como mostram os Gráficos 2 e 3.

Examinemos agora os empréstimos bancários, principal item do ativo dos bancos. As Tabelas MC-51, MC-52 e MC-53 mostram a evolução da oferta de crédito em diversos períodos. Infelizmente, os dados disponíveis não permitiram a construção de séries mais longas relativas a cada aspecto analisado.

A Tabela MC-51 mostra a evolução dos empréstimos bancários entre 1912 e 1967, separados por origem das matrizes e instrumento de crédito. Em 1927 os bancos estrangeiros respondiam por mais de 28% das operações de crédito do sistema bancário. Observa-se, então, a lenta mas constante diminuição da participação dos bancos estrangeiros no volume total de crédito oferecido pelo sistema ao setor produtivo. Na verdade, os bancos estrangeiros, historicamente, sempre estiveram ligados às atividades do setor externo da economia brasileira. Assim, a partir da década dos anos de 1930, quando se intensifica o processo de substituição de importações, estes bancos perdem rapidamente posição no cenário bancário brasileiro. Mais ainda, desde o Estado Novo, havia restrições constitucionais à abertura de novos bancos comerciais estrangeiros. Somente a partir das reformas do sistema financeiro em 1964/1965 que os bancos estrangeiros foram autorizados a participar, minoritariamente, no capital dos recém-criados Bancos de Investimento. Assim, em 1967, os bancos estrangeiros participavam com menos de 2% das operações de crédito do sistema bancário.<sup>14</sup>

A Tabela MC-52 mostra a evolução dos empréstimos bancários na segunda metade do século, separados por grandes grupos de emprestadores e pelo direcionamento do crédito. Chama a atenção a forte presença do Banco do Brasil, o qual forma, juntamente com as Caixas Econômicas<sup>15</sup>, o sistema público de crédito<sup>16</sup>. A evolução dos empréstimos deste sistema pode ser examinada no Gráfico 4.

Observam-se claros ciclos no período. Em todo o pós-guerra, o sistema público eleva constantemente sua participação no crédito total, refletindo o enorme esforço do processo de substituição de importações do período, sem um adequado sistema financeiro privado que pudesse apoiá-lo. O Banco do Brasil, em particular, dirigia a parte maciça de seus recursos (quase sempre ao redor de 90%) ao setor público, em especial ao financiamento da infra-estrutura produtiva que se formava paralela ao parque industrial. A maior participação do sistema público é alcançada às vésperas das reformas do sistema financeiro, quando chega a 63% do crédito total em 1964/1965. A partir destes anos, como seria de se esperar, o sistema de crédito privado se fortalece enormemente como consequência das reformas, levando sua participação para cerca de 60% do total em 1972. A nova rodada de substituição de importações com o II PND recorre novamente ao crédito público, agora, em especial, como repassador das operações de financiamento externo<sup>17</sup>, elevando-se novamente a participação pública no crédito para 55% em 1977.

O segundo choque do petróleo em 1979 e a crise da dívida externa, que se estabelece em 1982, trazem

<sup>14</sup> A partir da Constituição de 1988, os bancos estrangeiros foram novamente autorizados a constituir-se no Brasil, e, ao final do século, já tinham uma posição importante no sistema brasileiro, em particular pela aquisição de diversos bancos brasileiros sob intervenção do Banco Central.

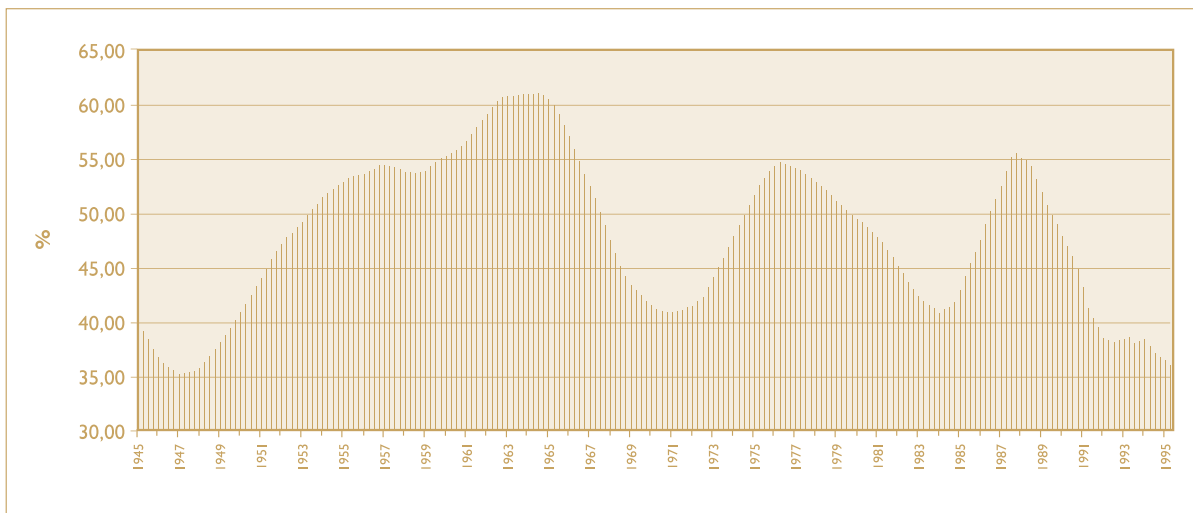
<sup>15</sup> Caixa Econômica Federal e Caixas Estaduais. Historicamente, as Caixas estiveram basicamente ligadas ao mercado de hipotecas imobiliárias. A inflação do pós-guerra praticamente eliminou estas operações, haja vista que as Caixas, como instituições públicas, acatavam rigorosamente a Lei de Usura, que limitava os juros nominais a 12% ao ano. Somente a partir de 1964/1965, com as reformas do sistema financeiro e a introdução da correção monetária – quando a Lei de Usura passou a ser interpretada como juro real, acima da correção monetária –, o mercado imobiliário se reanima e as Caixas voltam a ter papel de destaque na oferta de crédito no Brasil. Mais tarde, a partir da década de 1980, as Caixas, em especial a Caixa Econômica Federal, passam a atuar como bancos comerciais e múltiplos, e seu papel no crédito torna-se ainda mais importante. Os dados que compõem o Gráfico 4 incluem as Caixas cujos dados foram obtidos no Boletim do Banco Central do Brasil, vários anos, quadros 'Balancete Consolidado das Caixas Econômicas' e 'Operações de Crédito das Caixas Econômicas – Federal e Estaduais'.

<sup>16</sup> O sistema público de crédito inclui, evidentemente, o BNDES, os bancos estaduais de desenvolvimento e os bancos regionais de desenvolvimento. O BNDES data de 1952, o BNB do início dos anos de 1960 e os bancos estaduais de desenvolvimento dos anos de 1970. No Gráfico 4, no entanto, incluímos apenas as instituições que funcionaram efetivamente como bancos comerciais ao longo de todo o período analisado.

<sup>17</sup> Na crise da dívida externa em 1982, o Banco do Brasil e o Banespa eram, respectivamente, o segundo e o terceiro maiores credores do Brasil (depois do Citibank).

#### Gráfico 4 - Empréstimos do sistema bancário público - Brasil - 1945-1995

Banco do Brasil + Caixas econômicas  
% sobre o total do sistema  
Média móvel de 4 anos



Nota: Os dados deste gráfico têm origem na Tabela MC-52.

fortíssimas tensões inflacionárias. De fato, a taxa de inflação medida pela variação do IGP-DI salta de 46%, em 1977, para 221%, em 1985<sup>18</sup>, forçando a utilização de todo o painel de políticas pelos gestores da política econômica. Em particular, o Banco do Brasil, ainda parte das autoridades monetárias, representava o mais poderoso instrumento de contenção da oferta de moeda, através da limitação de suas operações de crédito. A diferença entre a atuação do Banco do Brasil e das Caixas Econômicas pode ser observada na Tabela 3.

Enquanto as Caixas mantinham praticamente inalterado seu volume de crédito oferecido, o Banco do Brasil reduzia para menos de 25% suas operações junto ao sistema produtivo. Entende-se assim a brusca queda na participação do sistema público de crédito de 55%, em 1977, para cerca de 39%, em 1985. A partir deste ano,

o Banco do Brasil deixa de ser, de fato, autoridade monetária – pelo encerramento da conta movimento – e passa a disputar o mercado de crédito com os demais

**Tabela 3 - Empréstimos do sistema bancário público - Brasil - 1977-1985**

Ano	Empréstimos do sistema bancário público (1 000 000 R\$ de 2000)	
	Banco do Brasil	Caixas
1977	101,232	49,325
1978	100,473	52,455
1979	95,192	52,172
1980	83,928	48,452
1981	63,190	49,800
1982	53,507	58,006
1983	40,060	57,853
1984	25,000	52,000
1985	24,000	54,000

Notas: 1. Os dados desta tabela têm origem na Tabela MC-53.  
2. Saldos em final de ano.

<sup>18</sup> Esta taxa se aceleraria enormemente ao final da década de 1980, mas, no entanto, a economia brasileira ainda não havia construído os mecanismos de proteção inflacionária que mais tarde dominariam o cenário financeiro do Brasil. Assim, esta rápida aceleração beneficiou basicamente, o setor público através da máxima utilização da *seigniorage* monetária.

bancos comerciais, em igualdade de condições. O crescimento que se segue, tanto no volume absoluto como na participação do sistema público de crédito, é resultado, então, do enorme esforço do Banco do Brasil em oferecer serviços competitivos com os bancos privados, mas também reflete a consequência da forte aceleração inflacionária do período, quando se observa uma preferência (precaucional) dos agentes econômicos pelos estabelecimentos públicos.

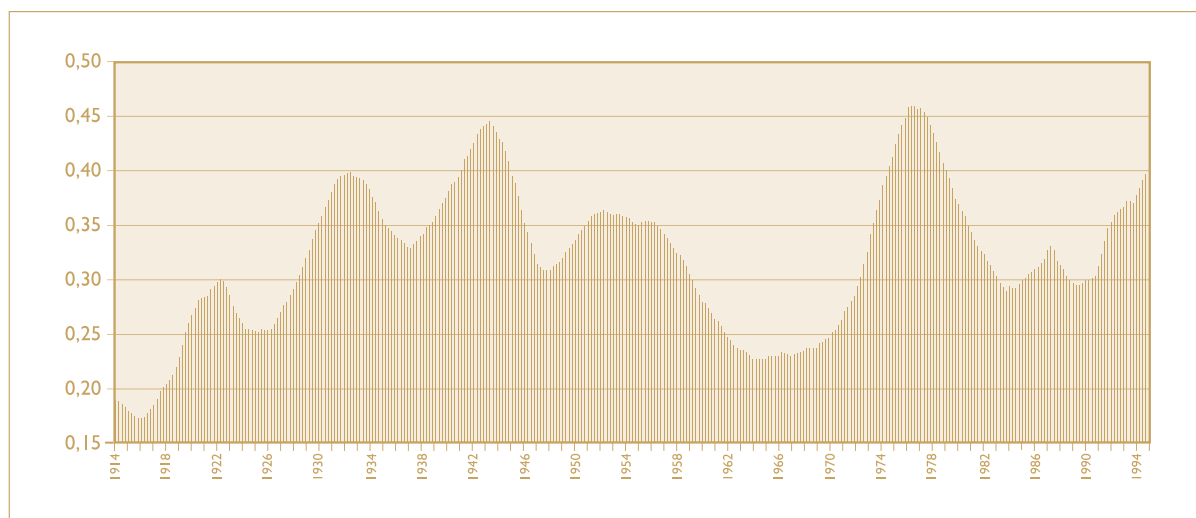
Nos primeiros anos da década de 1990, o volume de crédito real oferecido pelo sistema público volta a cair (passa de R\$ 196 bilhões a preços de 2000, em final de 1989, para R\$ 121 bilhões em meados de 1994, tendo alcançado um mínimo de R\$ 90 bilhões em 1991) refletindo basicamente as crescentes restrições ao crédito ao setor público, imposto com vistas ao controle da inflação. A partir do estabelecimento do Plano Real em 1994, não

obstante voltar a crescer em termos reais, a participação do crédito público continua diminuindo em face, agora, da forte expansão do crédito privado, em especial com o acirramento da concorrência pelo estabelecimento acelerado de bancos estrangeiros.

A Tabela MC-53 mostra a série de longo prazo da oferta de crédito no Brasil, entre 1912 e 1997. Neste caso, vale a pena indagar se a economia brasileira dispôs de um volume de crédito adequado ao seu crescimento. De fato, como foi mencionado anteriormente, com a expansão e modernização da economia, como foi o caso da brasileira ao longo do Século XX, é de se esperar que o sistema financeiro acompanhe este processo com um suprimento suficiente de recursos, pelo menos para o giro dos negócios<sup>19</sup>. Mais ainda, se o processo de desenvolvimento implica uma estrutura produtiva mais complexa - como de fato ocorreu no processo de substituição de

### Gráfico 5 - Empréstimos / PIB - Brasil - 1914-1995

Média móvel de 4 anos  
Reais de 2000



Nota: Os dados deste gráfico têm origem nas Tabelas MC - 51, MC - 52 e MC - 53.

<sup>19</sup> Os recursos de longo prazo para investimento no Brasil foram, tradicionalmente, supridos pelo sistema de fomento público - com destaque para o BNDES - e pelo capital estrangeiro. O sistema financeiro doméstico privado praticamente nunca assumiu nenhum risco de longo prazo no financiamento da formação de capital.



importações que dominou grande parte do cenário econômico brasileiro ao longo do século -, era de se esperar que a oferta de crédito crescesse mais do que o produto final. Este fato pode ser examinado pela análise da relação empréstimos/PIB mostrada no Gráfico 5.

Observa-se de imediato a variação da relação em ciclos bem definidos, com total ausência de qualquer tendência. Não era o resultado que se esperaria de um sistema financeiro que se desenvolveu com bastante vigor, em especial após as reformas de 1964/1965, e que se tornou um dos mais sólidos dentre os sistemas financeiros dos países em desenvolvimento. É verdade que, logo após as reformas, a disponibilidade de crédito dobra de cerca de 23 centavos por real de PIB, em 1965, para 46 centavos, em 1977. No entanto, este rápido crescimento apenas faz parte de um dos muitos ciclos percebidos ao longo do século, que deixaram a economia brasileira por diversas vezes carente de recursos financeiros adequados para apoiar o crescimento.

Para efeito de análise, podemos dividir a evolução do sistema financeiro brasileiro em duas fases bem marcadas. Até 1964/1965, a economia brasileira contava apenas com um sistema financeiro tradicional, constituído por bancos comerciais, que dedicavam a quase totalidade de seus recursos às operações simples de apoio ao giro comercial de curto prazo<sup>20</sup>. O capital de longo prazo na segunda metade do século - quando se acelera o processo de industrialização - foi suprido pelo sistema público de fomento (BNDES), pelos investimentos estrangeiros, e pelos lucros retidos nas empresas, em grande parte oriundos do processo inflacionário. Neste período é bem possível que a economia brasileira tenha experimentado momentos de grande restrição financeira, limitando a taxa de crescimento. Este certamente foi um



Em 1º de julho de 1994, foi instituído o real, equiparado ao valor do dólar americano. O Banco Central determinou a substituição de todo o dinheiro em circulação. Museu de Valores do Banco Central do Brasil.

dos fatores que comprometeu a performance da economia nos anos que precederam e imediatamente sucederam as reformas dos anos de 1960.

As reformas procedidas no sistema financeiro em 1964/1965<sup>21</sup>, além de consolidar o sistema bancário tradicional no seu papel de financiador de curto prazo, dar existência legal e formal às financeiras, que desde meados da década de 1950 provinham um certo volume de recursos alternativos e adicionais aos bancos comerciais, criaram novas instituições como os bancos de investimento – previstos para prover o capital de médio e longo prazo, e as sociedades de crédito imobiliário, que deveriam ressuscitar o mercado hipotecário. Não é aqui o lugar para avaliarmos os resultados das reformas, mas a inspeção do Gráfico 5 no período permite algumas observações. Nota-se a reação do sistema bancário às reformas com forte crescimento da relação empréstimos/PIB 1965 até 1978. Tudo indica que o sistema bancário, uma vez libertado da pressão de conceder créditos de médio e longo prazo, pôde dedicar-se integralmente às tradicionais operações de desconto de duplicatas e empréstimos correntes. A preços de 2000, neste período, as operações do sistema

<sup>20</sup> As operações de crédito hipotecário nunca foram significativas e mais tarde foram completamente evaporadas pela inflação. Somente após a introdução da correção monetária em 1965 é que este tipo de crédito foi retomado, agora não mais pelos bancos comerciais, mas sim pelas Sociedades de Crédito Imobiliário, criadas pelas reformas.

<sup>21</sup> Basicamente pela Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que reformou o sistema bancário, e a Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, que reformou o mercado de capitais.

bancário crescem de R\$50 bilhões, em 1965, para mais de R\$300 bilhões, em 1978. Nas duas décadas finais do século, no entanto, a relação volta a flutuar sem tendência definida, mostrando que o sistema bancário, uma vez consolidado e integrado em todas as suas funções - através dos bancos múltiplos -, não soube superar as conseqüências do processo inflacionário agudo, que esteve presente até 1994, e novamente não ofereceu um volume de crédito adequado ao setor produtivo da economia, preferindo aplicar grande parte de seus recursos em financiamento da dívida pública e operações de tesouraria. Somente com a estabilização do último lustro do século é que o sistema bancário brasileiro parece ter encontrado novamente o caminho previsto pela teoria de crescer sua oferta de crédito em proporção ao PIB.

### Bibliografia

BRASIL. Decreto nº 22.626, de 7 de abril de 1933. Dispõe sobre os juros dos contratos, e dá outras providências.

*Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Rio de Janeiro, 8 abr. 1933. p. 6995.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias. Cria o Conselho Monetário

Nacional e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 dez. 1964. p.12081.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965. Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o desenvolvimento. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 jul. 1965. p. 6697.

DEFLATOR IGP-DI. In: IPEA. Ipeadata: base de dados macroeconômicos. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: dez. 2001.

ESTATÍSTICAS históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. 642 p.

PIB. In: IPEA. Ipeadata: base de dados macroeconômicos. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: dez. 2001.

## EQUIPE TÉCNICA

EDUARDO PEREIRA NUNES  
PRESIDENTE DO IBGE

DAVID WU TAI  
EDITOR / COORDENADOR GERAL DO CENTRO DE  
DOCUMENTAÇÃO E DISSEMINAÇÃO  
DE INFORMAÇÕES - CDDI

MAGDA PRATES COELHO  
ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO

KATIA VAZ CAVALCANTI  
CARMEN HELOISA PESSÓA COSTA  
ESTRUTURAÇÃO TEXTUAL

NEUZA DAMÁSIO  
DIAGRAMAÇÃO TABULAR

MÔNICA PIMENTEL CINELLI RIBEIRO  
ANA BEATRIZ PEREIRA DE ANDRADE  
PROGRAMAÇÃO VISUAL

MÔNICA PIMENTEL CINELLI RIBEIRO  
LUIZ CARLOS CHAGAS TEIXEIRA  
DIAGRAMAÇÃO TEXTUAL E DE GRÁFICOS

LUIZ CARLOS CHAGAS TEIXEIRA  
ANA BEATRIZ PEREIRA DE ANDRADE  
MÔNICA PIMENTEL CINELLI RIBEIRO  
AGLÁIA PEREIRA TAVARES DE ALMEIDA  
CAMILA ERMIDA PINTO  
MARIA TERESA PASSOS BASTOS  
EDNA MARIA DE SÁ MORAES  
PESQUISA E SELEÇÃO DE IMAGENS

OTÁVIO NAZARETH  
CONSULTOR DE ICONOGRAFIA

ANNA MARIA DOS SANTOS  
CRISTINA R. C. DE CARVALHO  
IARACY PRAZERES GOMES  
KÁTIA DOMINGOS VIEIRA  
MARIA DE LOURDES AMORIM  
SUELI ALVES DE AMORIM  
COPIDESQUE E REVISÃO

PEDRO PAULO MACHADO  
REVISÃO 2ª EDIÇÃO

SONIA REGINA ALLEVATO  
ANA RAQUEL GOMES DA SILVA  
APARECIDA TEREZA RODRIGUES REGUEIRA  
DIVA DE ASSIS MOREIRA  
NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

MARISE MARIA FERREIRA  
EVILMERODAC DOMINGOS SILVA  
JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS  
PRODUÇÃO GRÁFICA

ADRIANA MARINO CARRUSCA  
DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA PARA CD-ROM

JOSIANNE DE MIRANDA PANGAIO  
PAULO ROBERTO DOS SANTOS LINDESAY  
SERGIO DE ASSIS BARBOSA  
ELIANA ALVES DE MORAES  
LUIZ CARLOS MEIRELLES CARRIL  
REPRODUÇÃO E TRATAMENTO DE IMAGENS

KLAUS GERCKE JUNIOR  
COORDENAÇÃO GERAL DO CENTRO DE CAPTURA  
DE DADOS /CAMPINAS  
CELSO SAMPAIO DA SILVA  
COORDENAÇÃO GERAL DO CENTRO DE CAPTURA  
DE DADOS /RIO DE JANEIRO  
MARIA DA PENHA FERREIRA DA SILVA  
COORDENAÇÃO TÉCNICA DO CENTRO DE CAPTURA  
DE DADOS /RIO DE JANEIRO  
BETH FONTOURA  
ORIENTAÇÃO TÉCNICA AQUISIÇÃO DE DADOS

GILBERTO MACEDO PINA  
PEDRO PAULO MACHADO  
DANIEL SPITALNIK NATHAN  
MÁRCIA BRAUNS  
NÉLIO FERREIRA MACHADO  
EDUARDO PONTES GOMES DA SILVA  
IBRAHIM ALI SLEMAN  
ORGANIZAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DE TABELAS

ANDREA RODRIGUES CARNEIRO  
NATASHA RAMOS  
PAULO EUGÊNIO CLEMENTE JÚNIOR  
WLADIMIR CERVEIRA DE ALENCAR  
CRIAÇÃO DO ÍNDICE DO BANCO DE DADOS

EDUARDO PONTES GOMES DA SILVA  
PEDRO PAULO MACHADO  
PESQUISA DE CONCEITOS E DEFINIÇÕES

IEDA SIQUEIRA  
COLABORAÇÃO ESPECIAL

CRISTINA PEREIRA DE CARVALHO LINS  
CARLA DANTAS  
SECRETARIA DO PROJETO

ROBERTO STOETERAU  
ANIMAÇÃO DA ABERTURA